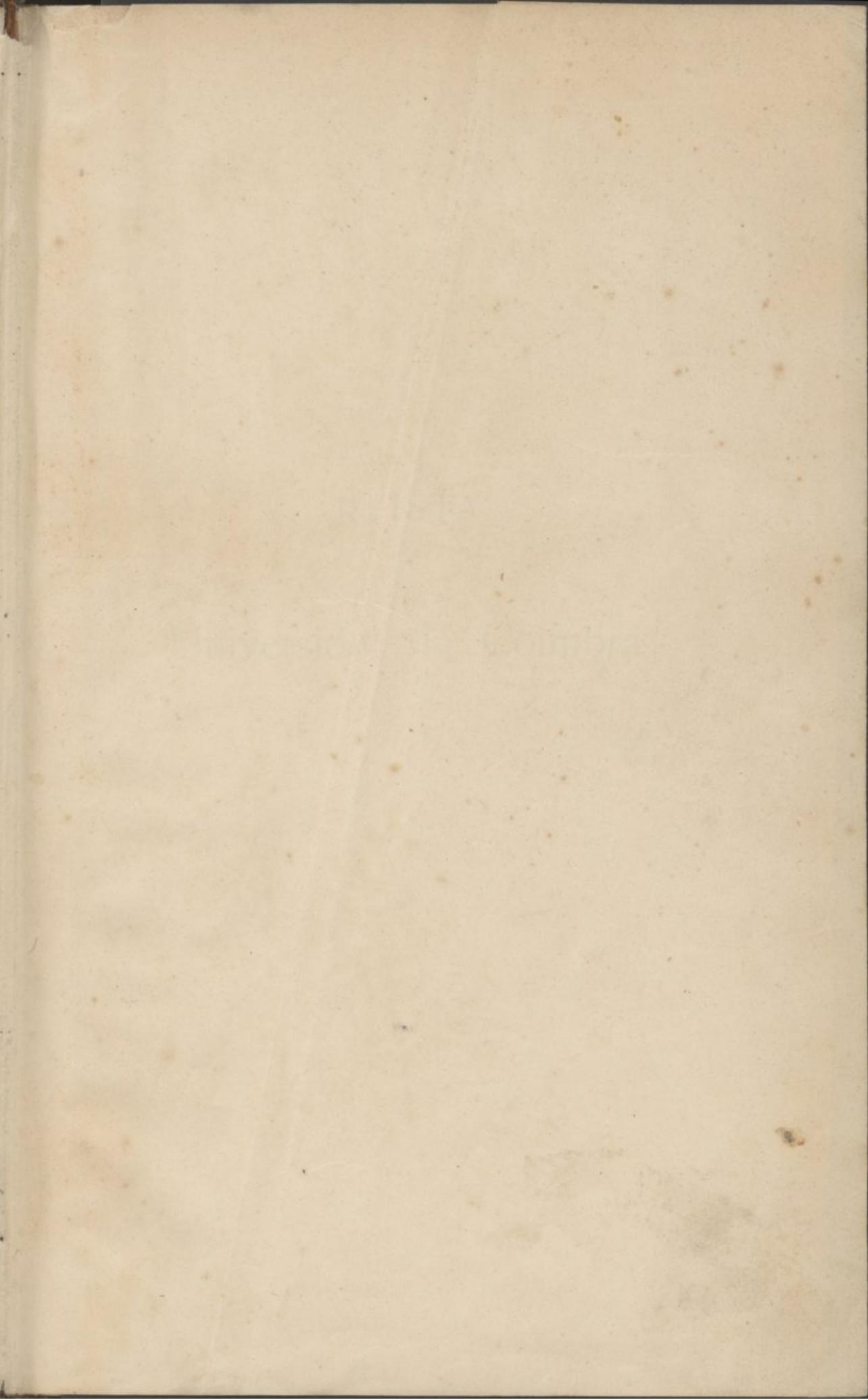
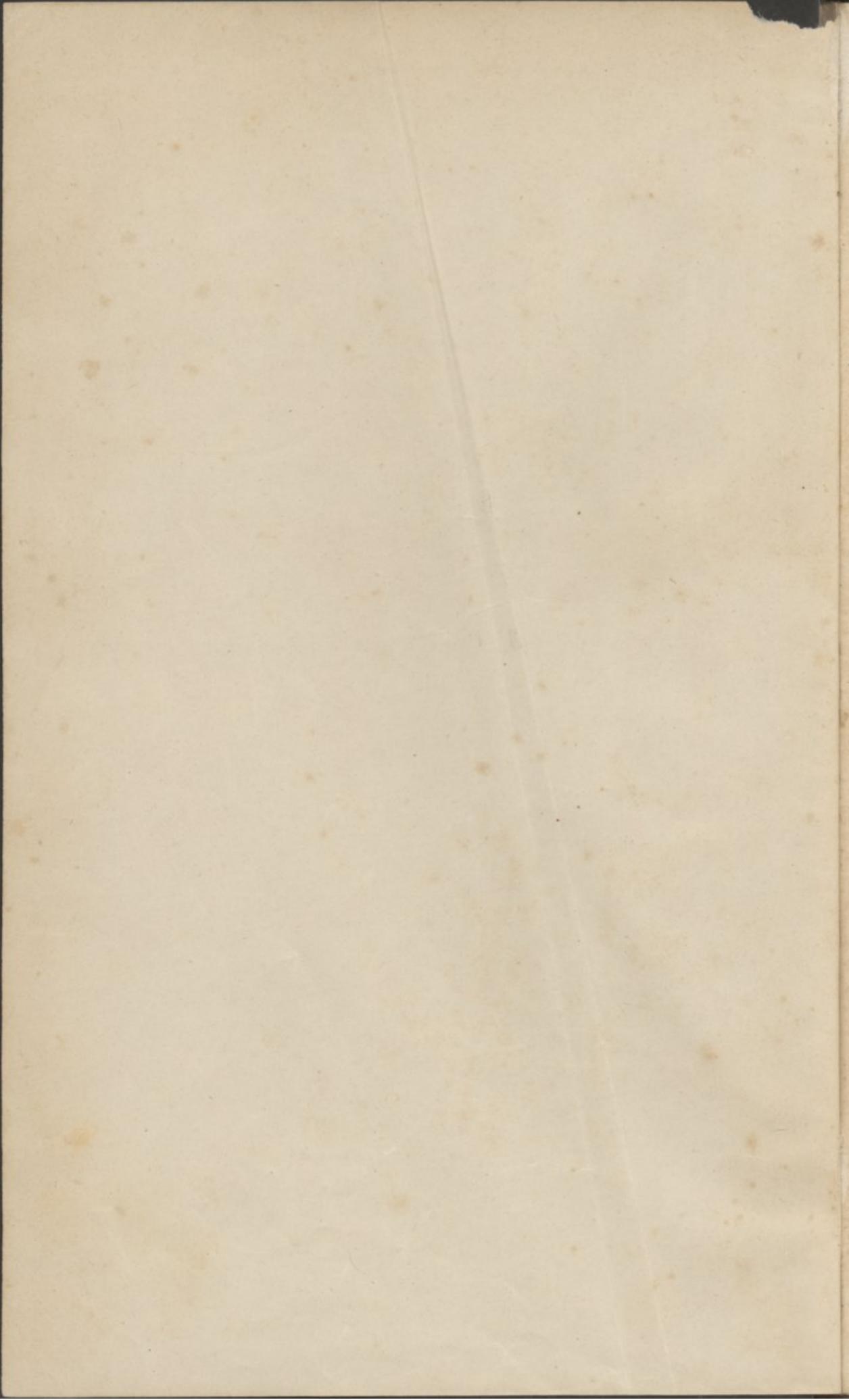




A
29
36









REVISTA
DA
Universidade de Coímbra

1874

University of

1874

NOTION

REVISTA

DA

Universidade
de Coímbra

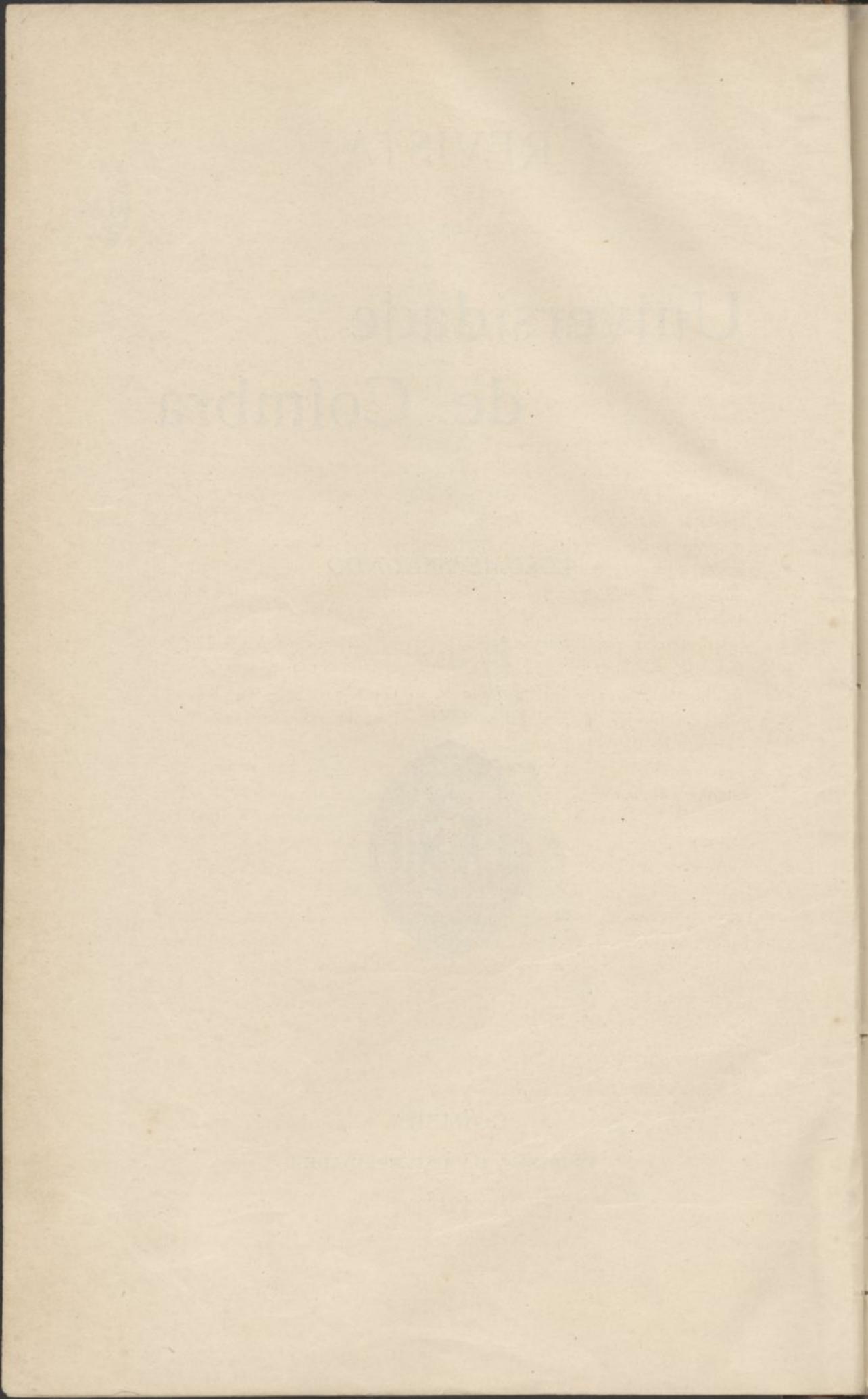
VOLUME SEGUNDO



COÍMBRA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

1913



Dionísio Daza Chacon

APONTAMENTOS PARA A SUA BIOGRAFIA

DAZA CHACON foi mal inspirado ao escrever o seu livro de cirurgia na língua materna. Se conseguiu o empreendimento patriótico de levantar a instrução profissional a uma altura notável, o seu nome quasi se perdeu para a história e nem os seus mais distintos cultores o conhecem. Todavia, para que elle occupasse um lugar de excepção a par do seu grande contemporâneo AMBRÓSIO PARÉ, bastaria que a sua obra fosse lida, e sê-lo hia se o espanhol fosse mais divulgado¹. Deve dizer-se que na própria Espanha poucos o apreciam no seu justo valor e que o esforço, aliás bem pequeno, para o tornar conhecido do mundo culto nunca foi tentado. Certamente, o seu nome figura nas *Histórias da medicina* de MOREJON e CHINCHILLA, onde os seus méritos são proclamados, mas a critica não teve grande parte na elaboração daquelas duas obras, de modo que, na longa série de escritores médicos de que se occupam, apreciados com um desvanecimento que nem sempre é justificado, a figura do grande cirurgião esbate-se e perde-se. Se o modesto escrito que vamos tentar cair sob os olhos de algum colega castelhano, despertar-lhe há o desejo de o completar. Não se apelará debalde para um povo tão brioso e altivo: o monumento levantado à memória de DAZA CHACON não se fará esperar e alguém na Espanha irá buscar aos arquivos os elementos que preencham as lacunas que um estrangeiro não tem meio de evitar, por muito grande que seja a sua boa vontade.

DIONISIO DAZA CHACON nasceu em Valladolid pelas alturas de 1510. Ambos os historiadores da medicina espanhola lhe anteciparam o nascimento sete anos, e este erro proveio da irreflexão com que leram uma espécie de auto-biografia publicada na sua *Cirurgia*. Diz elle,

¹ O trabalho mais apreciável que a respeito do cirurgião espanhol conhecemos é *Dionisio Daza Chacon, A medico-historical sketch*, por CARLES WILSON, publicado no *Edinburgh Medical and Surgical Journal*, t. II, 1857, p. 865.

no remate dêsse trabalho, que o publicava ao cabo de trinta e sete anos passados ao serviço de Sua Majestade que houvera por bem jubilá-lo aos setenta anos¹. Ora, os dois historiadores contam os setenta anos a partir de 1573, em que supõem que se deu a jubilação, não reparando em que DAZA CHACON afirma que esta mercê lhe foi feita oito dias antes de Filipe II ter partido para a guerra de Portugal².

Todos sabem que a invasão do nosso país pelo exército castelhano se realizou em 1580, e que o monarca espanhol, a 9 de dezembro dêsse ano, partiu de Badajoz para tomar posse da sua nova conquista.

Que DAZA CHACON escrevia nêsse ano prova-o também o facto de que a censura para a publicação do seu livro pelo dr. SANTIAGO OLIVARES é datada de Madrid, aos 6 de junho de 1580.

Que a data de 1573, adoptada por MOREJON e CHINCHILLA, é inaceitável, demonstra-o a asserção de DAZA CHACON que, ainda em serviço de Filipe II, o acompanhou à entrevista com D. Sebastião, que se realizou pelo natal de 1576³; e para que cesse qualquer dúvida, não repararam os ilustres historiadores que o cirurgião diz que em 1543 era ainda *harto mozo*, o que de modo algum se podia referir a um homem de 40 anos. ¡Vamos lá que, mesmo aos 33, já era favor!⁴

Nenhuma indicação nos deixou DAZA CHACON sôbre seus pais, embora nos diga que os seus passados eram nobres e abastados⁵. Um avô fôra médico de Filipe I de Espanha e chamava-se Dionisio Chacon. O nosso biografado lembra-o a respeito de um processo de prótese dentária que consistia em amarrar a um dente natural outro postiço, prendendo-o por meio de um fio d'oiro. Assim con-

¹ Si esto yo he hecho (exercitar la arte) como en efeto lo he procurado desde veinte años de mi edad, hasta este que por merced de Dios entro en setenta...

Finalmente, viendo S. M. que habia treinta y siete años que servia, y tantos trabajos y peregrinaciones como tengo contados, fué servido de jubilarme. (*Practica y teorica de cirugia en romance y en latin*. Valencia, por FRANCISCO CIPRES, 1673. — Epistola nuncupatoria al lector).

² Fué la merced doblada por dos razones. La primera por ser yo el primero a quien S. M. y el emperador su padre, de gloriosa memoria, jubilaron de esta facultad. Y la otra per ser ocho dias antes que S. M. se partiese para la guerra de Portugal. (Prologo al lector).

³ Y quando S. M. fué á Nuestra Senora de Guadalupe a verse con el Serenissimo rey de Portugal D. Sebastian me mandó le fuesse á servir, como fui en aquella jornada. (*Idem*).

⁴ El año de 1543 passé a Flandres... y yo aunque harto mozo, curava lo principal que en este exercito se ofrecia. (*Idem*).

⁵ Quando buelvo los ojos á la noblesa y abundancia de mis passados es muy poco. (*Idem*).

seguiu o médico palatino substituir durante quinze anos um que lhe faltava ¹.

Além do avô, sabe-se pelo livro de DAZA CHACON que tinha um irmão, Bernardino Daza, que lhe dedicou uns versos latinos. Êste Bernardino era legista e em 1544 publicou as *Institutiones imperiales, ó principios del Derecho Civil*, que mereceram ser reimpressas mais vezes. Também se lhe deve uma tradução dos *Emblémas* de Alciati que apareceu em Lyão, por Guilherme Rovilio, em 1549 ².

Na terra natal fez o futuro cirurgião de Carlos V e Filipe II os seus estudos preliminares de gramática e filosofia e teve a fortuna de encontrar dois mestres notáveis de cirurgia, o licenciado Arias e o bacharel Tórres ³. Com o segundo, ainda veiu a encontrar-se mais tarde à cabeceira do malogrado príncipe D. Carlos. Com relação ao primeiro, reputava-o sem favor como um dos mais notáveis cirurgiões da Espanha ⁴.

O hospital da côrte de Valladolid tinha, porém, outros clínicos distintos que o moço praticante conheceu e viu trabalhar. Um foi o licenciado Herrera que êle tinha em tanto aprêço como ao seu colega Arias ⁵. Era cirurgião da real câmara e faleceu em 1557.

Do tempo dos seus estudos cirúrgicos são dois casos que relata, um de tétano traumático que observou numa senhora que se ferira no joelho com uma agulha ⁶, outro de aneurisma da aorta, que tendo sido

¹ Y assi un abuelo mio (que se llamava el Doctor DIONÍSIO CHACON, médico de Camara del serenissimo Rey Don Felipe, primero deste nombre) traxo atado un diente quinze años que nunca se le cayó. (*Practica de cirugia*, 1.ª parte, p. 347 e 348).

² GALLARDO — *Ensaio de una biblioteca de libros raros*, II, col. 752 e 753.

³ Como la vi hacer a mis maestros, que fueron en Valladolid el licenciado Arias y el Bachiller Torres, que despues fue cirujano del Rey nuestro Señor... que en su siglo no tuvo el mundo mayores cirujanos que ellos. (*Practica y teorica de cirugia*, 2.ª parte, p. 174).

⁴ Acuerdo me siendo yo praticante aver uno que tenia un aneurisma sobre la furcula... a este negocio se juntaron muchos Cirujanos, y buenos, y pensando que era abcesso, y muy supurado, determinaron de abrirle, y dexaron de executar este negocio hasta que el Licenciado Arias, y el Licenciado Herrera Cirujano de su Magestad (que eram los mejores de aquel tiempo, sin hazer agravio a nadie... *Idem*, 1.ª parte, p. 184).

⁵ Alonso Rodriguez de Guevara, regressando da Itália onde estudara, abriu em Valladolid em 1548 um curso de anatomia que durou dois anos. Assistiram a êle grande número de médicos e cirurgiões, e acêrca dêstes escreve: E que direi do sábio colégio de cirurgiões? Entre êles nomeia os licenciados Arias e Herrera e o bacharel Tórres.

⁶ El uno fué en Valladolid praticando yo la Cirugia, que una señora, muger de Pedro Flores, teniente de Correo mayor, que entonces, estando sentada tomó una almoadilla, y pusola sobre las rodillas para labrar, como es costumbre, y tenia

considerado por alguns como um abcesso, correu o risco de ser lan-
cetado ¹.

Desejou o moço praticante ampliar a sua instrução e julgava o
ensino mais proficuo em Salamanca? Certo é que nesta cidade fre-
quentou medicina e ao mesmo tempo continuou a sua prática cirúrgica
com Ponte el Chico ², a respeito de quem nada sabemos senão que
RICARDO JORGE o identifica com o *Pontanus*, que foi um dos mestres
de cirurgia de Amato ³.

Em Salamanca, ainda era viva a memória do Doutor da Rainha
Isabel, Fernando Álvares Abarca, de quem DAZA afirma que, em 1515,
era reputado um dos mais doutos professores da universidade. Tam-
bém ao célebre práctico se refere Amato ⁴.

una aguja, la qual la hizo una puntura cerca de una rodilla, no se hizo caso, co-
mençó a tener dolor, y ella ordinariamente estava enferma, vinole luego pulsacion
en la parte y luego se inflamó, y tras esto vino el espasmo y la rapó. (*Practica y
teorica*, 2.ª parte, p. 99).

¹ Vide nota 4 da pag. anterior.

² Estando yo en Salamanca estudiando la Medicina y practicando la Cirugia
con Ponte el Chico, vi que curó de una aneurisma. (*Idem*, 1.ª parte, p. 188).

³ *Mestres de Amato en Salamanca nos Arquivos de historia de medicina por-
tuguesa*. Nova série, I, 1910, p. 3.

⁴ Cierta este es un negocio muy dificultoso, y pongo le porque es cierto que
el año de nuestra salud de 1515 fue puesta, y movida por el Dotor de la Reyna (que
fue un hombre en aquella era muy docto en la Universidad de Salamanca) y el
mismo confessó no saber la solucion. (*Practica y teorica*, 1.ª parte, p. 97).

Ácerca do Doutor da rainha, que no nosso livro sobre *Amato Lusitano* apenas
identificámos, a propósito de uma anedota contada pelo médico judeu, RICARDO
JORGE conseguiu dar informações muito completas. A alcunha por que era conhe-
cido vinha-lhe de ter sido médico de Isabel a Católica, e Fernando Álvares Abarca
era vizinho e regedor de Salamanca e catedrático de medicina. Sogro de Francisco
Maldonado, um dos *comuneros* que se revoltaram contra a absorção cesarista
de Carlos V, obteve, em atenção aos seus méritos e serviços, que o corpo e os bens
do genro degolado lhe fossem restituídos. Em maio de 1526 já tinha falecido.
(*Mestres de Amato em Salamanca*, já cit., p. 11).

Se nada podemos acrescentar substancialmente a estas informações, conse-
guimos reunir alguns testemunhos do aprêço em que o tinham os contemporâneos.
Em 1508, Fr. FRANCISCO DE AVILA, publicou *La vida y la muerte*, em que a morte
ameaça diferentes personagens e entre êles os médicos:

Aunque se cura y se peina
Por huir de mi pasión,
El gran doctor de la Reina
Ha de entrar en mi prision.

(GALLARDO, I, p. 342).

Três anos antes, GASPAS TORRELLA publicara o seu *Consilium de egritudine*

Deve ter DAZA CHACON concluído os seus estudos aos vinte anos, isto é, em 1530. Pelo menos, diz êle que desde essa idade exercitou a arte cirúrgica, o que não pode ter outra interpretação¹. ¿Onde? não o sabemos e a respeito do tempo que medeia entre essa data e 1543 nenhum esclarecimento nos fornece. Possivelmente foi arrasando uma existência modesta de cirurgião incipiente na sua terra natal.

Neste ano foi para Flandres, embarcando em Laredo em companhia de D. Pedro de Gusmão que ia como mestre de campo de três mil homens, e aportaram a Inclusa que supomos fosse a povoação da Zelândia conhecida por S. Luis, e colocada numa enseada do Mar do Norte. Reunindo-se aí com outras fôrças, formou-se um exército de seis mil frecheiros ingleses que foram cercar Landrecies.

Dentro de poucos dias juntou-se-lhes o duque d'Arschot, que era então general de Flandres, com quinze mil valões e borgonheses, e DAZA CHACON suportou o pêsso do tratamento da maior parte dessas fôrças, porque não havia muitos cirurgiões de quem lançar mão. Carlos V, depois de haver tomado Dueren (Dura), veio pôr-se à frente do exército de sítio e aí permaneceu até 12 de dezembro, em que se viu obrigado a retirar sôbre Valenciennes². Organizou-se um hospital em que se reuniram todos os feridos do acampamento e nele esteve

pestifera et contagiosa ovina cognominata, Roma, 1505, e nela recorda o exímio e preclaro doutor régio em artes e medicina, Mestre Fernando Álvares, natural de Salamanca, que merecidamente era e é tido em grande conceito pelo rei católico Fernando, que lhe conhece a bondade, a gravidade, a constância e a fidelidade e observância no seu serviço. (GALLARDO, IV, p. 771 e 772).

Parece que êste Fernando Álvares deve ser o doutor da rainha. Também a êle se refere o médico poeta Francisco Lopes de Villalobos nos seus *Problêmas*, dizendo que lhe tinha inveja o dr. Torrellas, e pondo na bôca do duque que introduz num diálogo palavras que mostram que o médico de Isabel era considerado como uma notabilidade do tempo (Libro intitulado *Los problemas de Villalobos*, ed. Rivadeneyra, I, p. 455).

Fernando Álvares publicou um raríssimo *Regimiento contra peste, echo por el insigne Dr. Fernan Alvarez, medico de sus Altezas, catedratico de prima en Medicina en esta Universidad de Salamanca* (GALLARDO, IV, p. 773) e na Biblioteca Nacional de Madrid existe um manuscrito seu assim mencionado no *Ensaio de GALLARDO: Dr. de la Reyna y el doctor Sepulveda: Parecer y practica de la medicina con los remedios de varias enfermedades* (*Id.*, II, p. 137).

¹ Si esto yo he hecho (exercitar la arte) como en efecto lo he procurado desde veinte anos de mi edad... (*Epistola nuncupatoria al letor*, da *Practica y teorica de cirugia*).

² ANDRÉ LAGUNA refere-se, no seu *Discurso breve sobre la cura y preservation de la pestilencia*, Salamanca, 1666, p. 13, à tomada de Dueren nos termos seguintes: Segun vimos tambien que en un punto se rendió toda Cleves e Gueldres, á la S. C. C. M. del Emperador N. S. llevandole cada villa de aquelles estados a gran furia y competencia las llaves, en siendo gañada Durá, y mettida á fuego y a saque.

DAZA CHACON três meses. O imperador, que tinha ido acolher-se a Bruxelas, nomeou-o então seu cirurgião salariado por todo o tempo que durou a campanha ¹.

Convém ter presente que, se no exército de Carlos V, estava o illustre cirurgião que faz objecto do nosso estudo, no de Francisco I estava AMBRÓSIO PARÉ. É êste que o diz precisamente: «Le Roy François leua vne grande armée pour enuictuailer Landresy. De l'autre costé l'Empereur n'auoit pas moins de gens, voire beaucoup plus, à sçauoir, dix huit mille Allemand, dix mille Espagnols, six mille Wallons, dix mille Anglois, et de treize à quinze mille cheuaux. Je vis les deux armées proches les vnes des autres, à la portée du canon, et pensait ou qu'ils ne se partiroient iamais sans donner bataille. Il y eut quelques fols gentils-hommes qui se voulurent approcher du camp de l'ennemy: il leur fut tiré des coups de passevolans, aucuns demeurèrent sur la place, autres eurent les bras et iambes emportés. Le Roy ayant fait ce qu'il desiroit, quy estoit auoir réuictuillé Landresy, se retira avec son armée à Guise, qui fut le lendemain de la Tous-saints mil cinq cens quarante quatre et de la ie m'en reuins à Paris» ².

No ano seguinte, reünio Carlos V a dieta em Spira, desejoso de chamar em seu auxilio os principes protestantes a quem fez largas concessões. Votou-lhe a dieta por seis anos um corpo de 24.000 infantes e 4.000 de cavalo. Ao mesmo tempo o César aproximou-se da Inglaterra e conseguiu que a Dinamarca abandonasse a aliança de Francisco I. O exército imperial foi derrotado pelo duque d'Enghien em Cerisoles, mas nem por isso deixou de penetrar em França, onde tomou Epernay, Saint-Dizier e Château-Thierry.

Durante êste cêrco de Saint-Dizier, em que DAZA CHACON, exagerando os cálculos, afirma que se reüniram 100.000 homens no exército imperial, uma arremetida que êste fez deu em resultado ficarem fora de combate, entre mortos e feridos, mil e quatrocentos homens. Também aqui provávelmente havia exagêro, mas deixemo-lo passar. O que o cirurgião sabia de certo era que, ao terminar o cêrco, havia quinhentos feridos e que se formou um hospital onde êle ficou a dirigir o tratamento com oito colegas às suas ordens. Êste hospital funcionou durante quatro anos, lutando com dificuldades, entre as quais era a maior a falta de água. Apesar disso, conseguiram os clínicos salvar uns trezentos feridos que foram remetidos para a côrte por vezes ³.

¹ *Pratica y teorica*—Prologo al letor.

² AMBROISE PARÉ—*Oeuvres* (edition Malgaigne), III, p. 696.

³ *Pratica y teorica*—Prólogo al letor.

Aí se encontrou DAZA com VESÁLIO que tinha conquistado uma grande reputação como professor de anatomia em Lovaina, Pisa e Pádua e já publicara o seu famoso livro *De corporis humani fabrica librorum epitome* e nêsse ano de 1543 a sua obra primacial *De humani corporis fabrica libri septem*. Entre os dois clinicos travou-se duradoura amizade e, se o espanhol admirava a maravilhosa habilidade do bruxelense nas disseccões anatómicas, êste reputava o seu companheiro um cirurgião habilíssimo, a quem recorria nos casos difíceis.

Foi ferido o capitão Solis, e VESÁLIO quis praticar a amputação do antebraço na continuidade, mas não poude levar a cabo a operação e DAZA CHACON viu-se obrigado a cortar o braço quatro dedos acima da articulação ¹.

Êste cêrco de Saint-Dizier marca uma época notável na história da cirurgia. É geralmente sabido que as feridas por armas de fogo eram reputadas envenenadas e combustas, tratando-se pelo ferro em brasa e por applicações de azeite a ferver. Também assim as tratavam os dois cirurgiões do imperador. Apareceu, porém, no campo um práctico italiano, Micer Bartolomé, homem doutíssimo e de muita experiência que as considerava como simples feridas contusas, proscrevendo por completo os métodos bárbaros até então empregados ². DAZA CHACON abandonou imediatamente a antiga terapéutica e, se ao adoptar a nova não conseguiu adquirir os muitos escudos que o italiano ganhara, pelo menos conquistou o mesmo crédito que êle e teve a satisfação de salvar um grande número de doentes que doutro modo não lograria arrancar à morte: *y tengo por cierto que si se curaron de la otra (manera) perecieron muchos* ³.

¹ Porque con ser Vesalio doctissimo acerca de la seccion, y que mejor lo hazia de quantos en su siglo huvo, le vi el año de 1544 estando el exercito de la Magestad del Emperador Carlos, sobre Sandesier, que a un capitan Solis, le quiso cortar (porque convenia) el braço por el codo, y con trabajar buen rato nunca pudo, y huvimos le de cortar quatro dedos mas arriba. (*Pratica y teorica*, 1.^a parte, p. 181).

² Seria êste Micer Bartolomé o famoso Bartolomeu Maggi a quem se atribue a prioridade do tratamento das feridas por arma de fogo por processos brandos que excluïam a cauterização? A obscuridade que reina sôbre a biografia dêste cirurgião não permite afirmá-lo, mas também nada repudia a suposição.

³ Y esta manera de curar usamos el año de quarenta y quatro, estando la Magestad del Emperador Carlos Quinto de gloriosa memoria, sobre Landresi y esta usava el doctissimo Vesalio, con la qual manera de cura, no solo los feridos eran infestados con grandissimos dolores, y otros accidentes perniciosos, pero las llagas se hazian consordidas, y putridas que no nos podiamos averiguar con ellas. Estando luego adelante la Magestad Catolica sobre Sandesier vino al campo um Cirujano Italiano que se llamava Micer Bartolomé, muy docto y de mucha esperiencia,

Ao cêrco de Saint-Dizier assistiu também André Laguna que aprovou o nôvo tratamento que já era adoptado geralmente na Itália, sobretudo em Roma ¹.

Também se encontrou aí o cirurgião espanhol com um boticário português, residente em Antuerpia, chamado Simão de Sousa, de quem faziam muito caso Amato e André Laguna. DAZA CHACON ainda mais encarece os seus méritos chamando-lhe *gran* boticário. Tratava este as feridas de cabeça e principalmente aquelas em que havia fractura do crânio por meio de um emplastro chamado isis ou epigono com o qual obtinha grandes resultados ². O cirurgião espanhol desde logo adoptou o nôvo método curativo que depois vulgarizou no seu país, sempre com bom êxito ³.

Depois de tomadas as praças francesas que acima nomeámos, o imperador não tirou dessas victórias o proveito que podia esperar-se. A falta de provisões e sobretudo a penúria de dinheiro forçou-o a fazer a paz de Crepy, depois da qual se viu obrigado a repouisar escasso tempo em Bruxelas por causa da gota que o affligia.

VESALIO e DAZA CHACON acompanharam-no ali. De 1545 data êste o tratamento, a que ambos assistiram, dum cavaleiro flamengo que se chamava Busquen e pertencia à câmara do imperador. A doença era um fleimão profundo da perna direita acompanhado com dores

y començó a curar estas heridas muy de otra manera que nosotros las curavamos, que era como si curara una herida contusa, con lo qual ganava muchos escudos y mucho credito, que como no martirizava los heridos, como nosotros lo haciamos con los cauterios, todo le sucedia bien, y curava en brevissimo tiempo, en respeto de lo que á nosotros nos duravan las curas. (*Practica y teorica*, 2.^a parte, p. 261).

¹ Acertó tambien en aquella sazon venir al exercito el Doctor Laguna, el que comentó á Dioscorides, y nos aprovó la cura de Micer Bartolomé, y que en Italia principalmente em Roma, se usava aquella practica (*Idem*, 2.^a parte, pag. 261). Laguna assistiu efetivamente ao cêrco de Saint Dizier, mas ainda não tinha estado na Itália.

² No emplastro isis, já mencionado por Galeno e modificado por Aécio, entrava cera, terebentina, escama de cobré ou verdete, aristolóquia redonda, incenso, sal amoniaco, alumen queimado, mirra, azebre, gálbano, raiz de dragóntea, azeite velho e vinagre muito forte.

³ El emplastro isis, al qual llaman epigono, es muy bueno para todas las heridas de la cabeça, y mejor si son con fractura, porque sin ninguna duda las sana. Este use muchos años en la guerra, y las mas vezes con buen sucesso, porque vino al exercito un gran boticario de Amberes, Portugues de nacion, que se llamava Simon de Sosa, e diziendo me que alli se practicava mucho, le comencé a usar, y sucedió me con el lo que tengo dicho. (*Practica y teorica*, 2.^a parte, pag. 179).

intensas, nada havendo externamente que fizesse presentir a acumulação de pus, a não ser essas dores ¹.

Nesse anno de 1545 voltou DAZA CHACON de Bruxelas a Madrid em companhia do Dr. Aguila, médico da câmara do Imperador e ao depois de Filipe II ². A viagem fez-se por terra através da França, e motivou-a prestarem soccorro a João Vasquez de Molina que ao tempo era primeiro secretário de Carlos V. A doença devia ser uma icterícia que fôra tratada por Luis Lobera de Avila ³.

O resto dêsse ano, todo o seguinte e ainda uma parte de 1547 passou-os o cirurgião espanhol em Valladolid. Durante êste prazo grandes acontecimentos se tinham passado no resto da Europa. Depois da dieta de Worms, os protestantes, que viam Carlos V apoiâr os cônegos de Colónia contra o seu arcebispo e perseguir os reformados nos Países-Baixos, começaram a desconfiar da sua attitude, e as suspeitas confirmaram-se ao verem a convocação do concílio de Trento e os preparativos militares que o Imperador fazia. Era inevitável um conflito e o César empregou toda a sua habilidade em entreter os seus adversários; mas, depois dos decretos do concílio e da excomunhão do arcebispo de Colónia, começou as hostilidades como executor das decisões do soberano pontífice. Ao mesmo tempo fazia tréguas com Solimão e negociava com o papa. A dieta de Ratisbona serviu-lhe ainda para ganhar tempo e teria surpreendido os confederados se o pontífice, na sua precipitação, não tivesse desvendado os segredos da Liga, prevenindo assim os príncipes protestantes de que deviam pensar na sua salvação. Depois de terem em vão procurado a aliança dos venezianos, dos suiços, de Francisco I e de Henrique VIII, os reformados entraram em campanha com um exército numeroso, mas a lentidão e a falta de harmonia das suas operações perderam-nos. Em vez de acometerem, negociaram e deram assim tempo a Carlos V para reúnir tropas e receber da Itália os auxílios do papa. Quando ao depois quiseram fazer propostas, como

¹ Como me acaeció en dos casos y el primero el año de 45 en Brucelas, en compañía del Doctor Vesalio, en un Cavallero Flamenco, que se llamava Busquen, de la Camera del Emperador Don Carlos nuestro señor, el qual tuvo um dolor muy brava en la parte interna del muslo derecho (*Practica y teorica*, 1.^a parte, pag. 69).

² A respeito do Dr. Aguila diz Laguna na epistola nuncupatoria do seu *Dioscorides*: «Doctor del Aguila, que sobre todo juicio y entendimiento humano buela por los nuves tan alto que los profesores de medicina lo perdemos totalmente de vista».

³ Luis Lobera de Avila escreve no seu *Vergel de sanidad*: y en Gante curé al muy magnifico señor Juan Vasquez de Molina secretario de su Magestad de un color grande de higado (fol. lxxvij. v.).

única resposta foram expulsos do império. A dissolução precoce da liga deve ser atribuída principalmente ao eleitor da Saxónia, príncipe corajoso, resoluto, mas espírito estreito e de uma indolência que a sua grande obesidade ainda aumentava. Mauricio, genro do landgrave de Hesse, uniu-se ao Imperador e invadiu o eleitorado da Saxónia. Esta divisão deu um golpe mortal nos confederados, e, depois de fazerem propostas que foram rejeitadas, licenciaram as suas tropas e viram-se obrigados a receber as mais duras condições. O Imperador ainda teria levado mais longe as suas violências, a não rebentar em Génova a conspiração de Fiesco, lance tão audacioso que êle julgou que o atrevido competidor dos Dorias tinha por aliados não só o duque de Parma e o papa, mas ainda o rei de França. Efectivamente, êste negociava ao mesmo tempo com os protestantes, Solimão, o papa, os réis de Inglaterra e da Dinamarca, restabelecia a ordem nas suas finanças e levantava tropas na Suíça e no próprio reino. Carlos V, vivamente assustado com estes preparatórios, viu-se de repente livre de preocupações pela morte do seu rival que sucedeu a 31 de março de 1547. Desde logo, não tendo mais que recear da liga que se formara, continuou as suas operações na Alemanha. Foi curta a campanha e terminou pela batalha de Muhlberg e pelo cativo do eleitor que foi entregue a uma comissão militar composta de espanhóis e presidida pelo duque de Alba, comissão que o condenou á morte, em menosprêzo da constituição e das leis germânicas. Os príncipes alemães impediram que esta sentença iníqua fosse executada, mas o Imperador conservou prisioneiro João Frederico e entregou o eleitorado a Mauricio, desonrando a vitória não só pela crueldade, mas ainda pela duplicidade. O landgrave de Hesse, que tinha ido ao seu encontro para se lhe submeter, foi preso, apesar das promessas que lhe fizera. Não contente por ter assim fornecido provas públicas da sua má fé, Carlos V viu-se odiado na Alemanha pelas suas exacções e violências. Chegando a Augsburgo para presidir á dieta que havia convocado, apoderou-se à fôrça dos templos, mandou-os purificar e estabeleceu por toda a parte os ritos da Igreja romana.

A dieta reuniu-se em 1547 e DAZA CHACON recebeu ordem para ir de Valladolid a Augsburgo. Ahi se encontrou com o Imperador, com o rei dos Romanos, seus dois filhos Maximiliano e Fernando e todos os eleitores e senhores do império. Na véspera de Santiago em que o Cesar chegou, logo começaram a dar-se na cidade os primeiros casos de peste bubónica e tomaram-se providências para que a epidemia não alastrasse. Resolveu-se criar dois hospitais, num dos quais se tratassem os alemães e no outro se recolhessem os espanhóis.

Para êste, cederam os Fuggers, célebres banqueiros católicos devotados ao Imperador ¹, uma bela vivenda situada a meio quarto de légua da cidade. Além da vastidão dos aposentos e grandes estufas que tinha a propriedade, passava-lhe pelo meio um regato com engenhos de água maravilhosos. Assumiu a direcção dêsse lazareto DAZA CHACON, visto que nenhum dos cirurgiões anteriormente convidados para esse fim quis aceitar a incumbência. Assim, por exemplo, um Vicente Sierras, de Saragoça, aliás bom cirurgião, recusou-se e o mesmo fizeram outros. O nosso biografado, apesar do perigo que o ameaçava combatendo contra uma hidra invisível, procedeu por forma diferente. Desde logo começou a tomar as providências que julgou convenientes para apropriar a casa ao fim a que era destinada. O pessoal, enfermeiros, cozinheiros, criados, lavadeiras, não comunicava com o exterior. Três moços eram empregados nos serviços externos, de maneira que não tinham contacto com o interior. A direcção médica estava a cargo de DAZA CHACON, auxiliado por dois praticantes.

Tinha o hospital cem leitos. O cirurgião espanhol mandou proceder a escrupulosa limpeza do edificio, e nos pátios ordenou que se acendessem fogueiras de lenha bem sêca, queimando-se á mistura zimbro, alecrim, loireiro, murta, salva, cipreste, e ao mesmo tempo mandou perfumar os aposentos com pastilhas e pivetes de que tinha grande abundância. Doentes e sãos usavam umas *pomas*, constituídas por ládano, casca de limão, cânfora, açafraão e flor de laranjeira. Em jejum o pessoal tomava mitridato.

Os doentes recolhidos no hospital não passaram de 82, tendo falecido apenas 2.

A sede dos bubões foi constantemente as virilhas. O tratamento consistiu em os abrir quando eram *rubros* ou *sub-rubros*. Nos que eram roxos ou anegrados, além da abertura, procedia-se á cauterização com ferro em brasa, applicavam-se ventosas e fazia-se o penso

¹ A casa Fugger de Augsburg foi fundada em 1370 por um simples tecelão e desenvolveu-se de tal modo que em 1521 era um verdadeiro potentado, prestando a Carlos V grandes serviços na sua eleição. Os nossos feitores em Flandres Silvestre Nunes e Rui Fernandes estiveram em relações com o chefe da casa para obterem cobre de que precisavamos em troca de pimenta (BRAAMCAMP FREIRE, *Maria Brandoa no Arquivo histórico*, vi, pag. 273 e seg.). Também na correspondência de Lourenço Pires de Távora se encontram vestígios das suas relações com aquêles banqueiros (*Corpo diplomático*, ix, pag. 111). Isabel de Inglaterra e Filipe II deveram-lhe grandes quantias (H. FORNERON, *Historia de Filipe II*, trad. de DON CECILIO NAVARRO, Barcelona, 1884 pag. 40, 80 e 122).

com unguento egípcio e pós de vitriolo. Todos os doentes usaram diariamente triaga. Alguns foram sarjados ¹.

Em Augsburg, DAZA CHACON encontrou-se outra vez com VESÁLIO. A seu respeito, diz-nos o cirurgião espanhol que, ainda que êle praticava as disseccções maravilhosamente, como por frequentes vezes tinha visto, era na prática cirúrgica um pouco tardo, motivo porque o bruxelense lhe cometia quasi todas as operações. Ora, em Augsburg, VESÁLIO praticou a do empiema, entre a terceira e a quarta costela (contavam-se então de baixo para cima), mas conquanto penetrasse na pleura não conseguiu dar saída ao líquido por mais diligências que para isso empregou, e o doente morreu ².

DAZA CHACON, depois de terminada a peste e encerrado o hospital, ainda permaneceu nas vizinhanças de Augsburg durante dois meses, porque o não deixaram voltar à côrte, com receio de contágio. Afinal o susto passou ³.

O filho do rei dos romanos, Maximiliano, que depois foi imperador da Alemanha, veio em 1548 á Espanha para casar com a infanta D. Maria, irmã de Filipe II. Acompanhou-o DAZA CHACON, e ao seu serviço permaneceu por todo o tempo em que êle se demorou em Espanha. No caminho, teve que prestar-lhe serviços de alguma valia. Saindo de Trento, e depois de Mântua, chegaram a um lugar chamado Piziguiton (Pizzighettone), não muito distante de Milão e o futuro imperador sentiu vontade de visitar Cremona que ficava a quatro léguas de distância. Por acidente, feriu-se no sobrolho, produzindo-se uma solução de continuidade algum tanto importante. Por êsse motivo, teve de ficar ali por espaço de quinze dias, prestando-lhe serviços o nosso biografado, mas a cicatrização da ferida fez-se tão completamente que ao chegar a Valladolid quasi nenhuns vestígios restavam do ferimento ⁴.

¹ *Pratica y teorica*, 1.ª parte, pag. 465 e seguintes.

² Vi el año de 1547 estando la Magestad del Emperador D. Carlos en Augusta al doctissimo Vesalio abrir un empiemático, el qual aunque hazia las secciones anatomicas milagrosamente (como yo lo vi muchas veces) en las cirurgicas era tardo, y assi me las cometia todas. Abrió aquel entre la tercera, y quarta, y teniendo-se siempre assi arriba para guardar-se de las venas y arterias que van entre costilla y costilla, fue grande la profusion de sangre, aunque penetró la pleura, no salió nada de lo extravenado, aunque se hizieron hartas diligencias, e assi pereció. (*Pratica y teorica*, 2.ª parte, pag. 232).

³ Despues de acabado este negocio, me embiaron fuera de Augusta mas de dos meses, a un lugar que está a vista della, y no me dexaron entrar en la Corte, hasta que se les fué la imaginacion, que no les podia pagar nada. (*Idem*, 1.ª parte, pag. 468).

⁴ Viniendo yo el año de quarenta y ocho por mandado del glorioso Empera-

Por esta época regressou AFONSO RODRIGUES DE GUEVARA à Espanha, depois de ter estudado e praticado a anatomia na Itália, e ao príncipe Maximiliano manifestou o desejo de ensinar publicamente aquela ciência. Mostrou-se êle favorável ao pedido e mandou consultar as universidades de Salamanca e Alcalá sobre o proveito que dêsse estudo se podia tirar. Responderam elas favoravelmente, e daí resultou a instituição duma cadeira de anatomia em Valladolid, que foi inaugurada em 1548. Ao curso, que durou 20 meses, acudiu grande número de alunos, mas assistiram também muitos médicos e cirurgiões ilustres, arrastados pela curiosidade científica. Entre êles estava DAZA CHACON, embora o não afirme na sua obra ¹.

Quando Maximiliano voltou para a Alemanha, ficou o cirurgião espanhol ao serviço da princesa D. Joana, que em 1552 veio a Lisboa para casar-se com o príncipe D. João, pai do malaventurado rei D. Sebastião. Desta residência na capital portuguesa narra DAZA CHACON um facto que traduz a consideração que tinha pelos seus colegas lusitanos, e por excepção modéstia, a que não era muito atreito. Um cavaleiro de elevada nobreza recebeu de um marido cioso uma estocada por baixo da espádua esquerda, saindo a ponta da espada pela garganta, próximo do pomo de Adão. Foram chamados alguns médicos e quantos bons cirurgiões havia em Lisboa, que eram muitos, e entre êles o espanhol *por aver ido con su Alteza pensavan que era gran cosa*. Assistiu a uma conferência o cirurgião-mór do reino ² e

dor Don Carlos nuestro señor, desde Augusta en servicio del Serenissimo Maximiliano, que despues fue Emperador de Alemania, segundo deste nombre. que venia a casarse con la Serenissima dona Maria Emperatriz (que oy vive y viverá muchos años) aviendo sahido de Trento y despues de Mantua, llegamos a un logar que se llama Piziguiton, no muy lexos de Milan, y antojocele a su Alteza ir se desde alli solo con seis cavalleros en un coche por la posta a Cremona, que está quatro léguas de alli, por ser una de las maiores fuerças ay en Italia (*Pratica y teorica*, 2.^a parte, pag. 203).

¹ In pluribus ex iis quibus Galenus impugnatur ab Andrea Vesalii Bruxelensi in constructione et usu partium corpori humani, defensio. Coimbra, por JOÃO BARREIRA, 1559.

² O cirurgião-mór do reino era nesta época Gaspar da Costa, que sucedera no cargo a seu pai Mestre Gil. A escolha não a devera a méritos próprios, mas ao desejo real de honrar a memória do pai. Quando êste faleceu, Gaspar era escudeiro fidalgo da casa de D. João III, mestre em artes e estudante de medicina em Coimbra e a nomeação, feita em 1 de outubro de 1554, apenas se tornaria efectiva depois de êle tomar o grau de licenciado naquela universidade e de praticar um ano cirurgia no Hospital de Nossa Senhora de Guadalupe. Na interinidade desempenhou as funções de cirurgião-mór o fisico-mór Leonardo Nunes. (SOUSA VITERBO, *Notícia sôbre alguns médicos portugueses*, 2.^a série, Lisboa, 1895, pag. 39 e 41.

alguns fidalgos ilustres. Disseram os clínicos a sua opinião, mostrando muitas letras e grande experiência e a DAZA deixaram-no por cortesia para o fim. «*Quando me vino la tanda, yo os digo cierto, que yo quisiera mas estar enterrado vivo que verme alli, porque de necesidad avia de dar muestra que era necio, y firmarlo de mi nombre como lo hiçe*¹.

D. Joana voltou para Espanha em 1554² e levou consigo DAZA CHACON que lhe continuou a prestar serviços e a aturar o mau génio, como breve teremos ocasião de ver. Em 1557, estava ela governando o reino, durante a ausência do irmão. Vagou o cargo de cirurgião do hospital real de Valladolid por morte do licenciado HERRERA e D. Joana deu o lugar ao nosso biografado. Doeram-se os administradores, homens de grande autoridade, por não terem sido ouvidos nessa nomeação. Representaram à princesa que DAZA CHACON não tinha méritos para tanto, e ela submeteu o caso ao conselho real, que mandou abrir concurso por todo o reino. Apareceram quinze opositores, seduzidos pelo ordenado anual de sessenta mil maravedis, além de vinte mil de ajuda de custo e aposento na côrte. Afinal os concorrentes foram desistindo, ficando reduzidos a três: o dr. VITORIA, o dr. FRANCISCO DIAZ³ e o licenciado TÔRRES DE MADRID⁴.

¹ Acuerdome que luego que fui con la Serenissima Princesa Doña Juana de Portugal, el año de 1552, en Lisboa acaeció que un hombrecillo hallando en su casa un cavallero, y principal, con mucha sospecha que tomó echó mano a la espada, y el cavallero no teniendo armas, porque su abito no requeria, bolvió las espadas, y por debaxo de la espalda izquierda dale una estocada, que casi entre cuero y carne, como dicen, le fue a salir la punta a la parte delante de la garganta sobre la nuez; fueron llamados algunos Medicos y quantos buenos Cirusjanos avia en Lisboa, que eram hartos, y entre ellos yo, que por aver ido con su Alteza pensavan que era gran cosa, y al tiempo de la junta, estando el Cirusjano mayor (que tambien ay este allá como Medico mayor) y muchos Cavalleros presentes, comenzaron a desir y a dar sus pareceres, mostrando muchas letras, y mucha experiencia, y a mi (por honrarme) dexaron me para la postre. Quando me vino la tanda, etc. (*Practica y teorica*, 1.ª parte, pag. 174).

² Saiu de Lisboa a 16 de maio dêsse ano (ANDRADA, *Cronica de D. João III*, fol. 131, da 4.ª parte).

³ Nada sabemos a respeito do dr. VITORIA. FRANCISCO DIAZ veio a notabilizar-se como autor de duas obras de valia: o *Compendio de Cirugia*, Madrid, por PEDRO COSIN, 1575 e o *Tratado de todas las enfermedades de los riñones, vejiga y carnosidades de la verga y urina, dividido em tres libros*, Madrid, 1575 e novamente impresso na mesma cidade, por FRANCISCO SANCHEZ 1588. Depois de ter exercido a cirurgia com grandes créditos em Burgos, frequentou a universidade de Alcalá, onde obteve o grau de mestre em filosofia, e mais tarde doutorou-se em medicina em Valladolid. Passou ainda a Valência para aperfeiçoar-se na cirurgia e aí teve por mestres os drs. COLLADO e JIMENO. Por último Filipe II nomeou-o cirurgião da real câmara.

⁴ Veio a ser mais tarde cirurgião de Filipe II e chamava-se PEDRO DE TÔRRES.

O júri do concurso era constituído pelo dr. ABARCA MALDONADO, médico da câmara da princesa D. Joana ¹, o dr. SANTA CARA ² e o dr. CRISTOVÃO DE VEGA ³, médicos da câmara do príncipe D. Carlos, o bacharel TORRES, mestre de DAZA Chacon, que depois pertenceu ao quadro dos cirurgiões do mesmo malogrado príncipe, o dr. QUIJAR, que veio a ser médico de Filipe II e o licenciado GUADALUPE, cirurgião de Carlos V. O concurso foi pouco mais ou menos o mesmo que então era exigido para o professorado. Os concorrentes houveram que fazer lições de opposição, tendo sido argumentados pelos seus competidores. A essas provas assistiram não só os médicos e cirurgiões de Filipe II, mas os que praticavam em Valladolid, todos os alcaides da côrte, alguns membros do real conselho e muitos fidalgos. Seguiu-se um exame secreto muito rigoroso, sendo cada um dos concorrentes obrigado a tratar vinte dos casos mais graves que havia no hospital, depois interrogado sobre o diagnóstico estabelecido e por último sobre o modo como se devia dirigir o tratamento. Feito isto, procedeu-se á votação perante os membros do Conselho e DAZA CHA-

Quando o príncipe D. Carlos deu uma famosa queda, a que adiante nos referimos, foi mandado a Alcalá, em companhia do dr. JOÃO GUTIERREZ DE SANTANDER e do *Doutor português*, para colaborar no tratamento. Talvez seja o autor do *Libro que trata de la enfermedad de las bubas*, Madrid 1600. A ser assim, era natural de Daroca, no Aragão e médico da imperatriz viúva da Alemanha, D. Maria de Austria (MOREJON, *Historia bibliografica de la medicina española*, III, pag. 423).

¹ O dr. FERNANDO ABARCA MALDONADO, que em 1552 acompanhou a Portugal a princesa D. Joana, irmã de Filipe II de Espanha, era filho de D. FRANCISCO MALDONADO, um dos chefes dos *comuneros* revoltados contra Carlos V e neto do *Doutor da rainha Isabel*. D. João III concedeu-lhe uma tença em 1554 que êle usufruiu até 1574 em que morreu. SOUSA VITERBO presumiu que ABARCA MALDONADO ficasse em Portugal no intervalo, mas RICARDO JORGE, de quem havemos estas informações (*Arquivos de história da medicina portuguesa*, 2.ª serie, 1, 1910 pag. 12) demonstrou que assim não foi, baseado no facto que narramos no texto.

² O dr. SANTA CARA era médico do príncipe D. Carlos e em companhia de CRISTOVÃO DE VEGA e do Dr. DIOGO SANTIAGO OLIVARES prestou-lhe serviços no tratamento das teimosas intermitentes de que êle sofreu durante trinta meses a contar de agosto de 1559. CRISTOVÃO DE VEGA, que relata minuciosamente o caso, chama ao seu colega doutíssimo (CRISTOPHORI A VEGA, *Opera omnia*, Lugduni 1626, pag. 613).

³ CRISTOVÃO DE VEGA nasceu em Alcalá de Henares em 1510 e naquela cidade estudou medicina, chegando a obter uma cátedra na universidade da sua terra natal. Filipe II nomeou-o médico do príncipe das Astúrias e nessa qualidade o tratou de umas quartãs que o acometeram em 1559 e se prolongaram por mais de dois anos e ainda lhe assistiu por occasião da queda a que adiante nos havemos de referir. Além do príncipe foram seus clientes várias pessoas de distincção, como a princesa de Eboli, D. Luis Quijada, etc. Publicou diferentes obras de medicina, em que HIPOCRATES e GALENO são comentados, mas ha nelas muitas observações pessoais.

con foi preferido pela maioria de 4 votos contra 2, sendo a votação muito bem recebida pela cidade e pela côrte. As altezas receberam grande contentamento com o resultado do concurso, mandando que no préstito que se seguiu á proclamação do resultado se incorporassem todos os fidalgos e cavaleiros que então andavam na côrte ¹.

Algumas referências faz DAZA CHACON a doentes que tratou no hospital da Côrte, mas nenhuma delas tem grande importância. O inverno de 1557 foi particularmente áspero e daí resultou que naquele estabelecimento deram entrada grande número de indivíduos com frieiras que se gangrenaram ². Aí viu um caso de fleimão profundo da perna, análogo ao que tinha tratado em companhia de VESÁLIO em Bruxelas ³.

Durante seis anos, esteve DAZA CHACON desempenhando o cargo de cirurgião do hospital da côrte de Valladolid; mas ao dar-se a queda do príncipe D. Carlos, de que em breve nos ocuparemos, êste julgou incompatível o exercício dêsse lugar com o de cirurgião da sua câmara e DAZA CHACON optou por êste. Tinha de ordenado 80.000 maravadis pelo serviço de Filipe II, 20.000 pelo da princesa D. Joana, e pelo do príncipe contentava-se com a honra que recebia!

Quando Filipe II casou com Isabel de Valois, a mãe de D. Sebastião foi a madrinha do casamento. A cerimónia realizou-se com grande aparato em Toledo a 2 de fevereiro de 1560 e a princesa D. Joana levou na sua comitiva o nosso biografado. Deu-se então um caso que, se não serve para mais, prova que a mãe de D. Sebastião não era inacessível á amizade, apesar do seu génio irascível. Sucedeu que uma senhora portuguesa, chamada D. Maria Leite, que tinha criado sua alteza ⁴, adoeceu com uma fêbre ardente, perigosa nos seus 72 anos.

A princesa, que muito lhe queria, frequentes vezes a viu o Cirurgião de joelhos aos pés do leito, instando-a por que se alimentasse e

¹ *Prática y teorica*, Prologo al lector.

² Pero despues el año de 1557 em Valladolid teniendo yo cargo del hospital de la Corte, curé muy muchos que por la aspereza del Invierno se les gangrenaron los pies y a otros se les estiomenaron, y muchos muchachos que de sabañones vinieron a padecer estos affectos (*Idem*, 1.ª parte, pag. 164).

³ El segundo caso me acaeciò en Valladolid el año de 58, teniendo yo cargo del hospital de la corte, hubo un enfermo en el dicho hospital (*Idem*, 1.ª parte, pag. 69).

⁴ Em um *Memorial das pessoas que vierão com a princesa D. Joana em seu serviço*, publicado nas *Provas da historia genealogica*, III, pag. 73 vem mencionada D. Maria Leyte, minha camareira pequena que devia ter 50,000 réis de ordenado anual.

se esforçasse em cobrar saúde, e dando outras demonstrações de grandíssimo amor. Tratavam-na o licenciado JOÃO DE ALMAZAN, médico da sua câmara ¹ e o Dr. RAMIREZ que o era de sua família ². No decurso da doença, surgiu uma parotidite, e D. Joana deu ordem ao seu cirurgião que a visitasse ³. Encontrou êste um apostema volumoso com pouca dor e pouca dureza, em que se notava grande abundância de tumores grossos, ténues e viscosos. Procurou-se a princípio fazer terminar o abcesso pela resolução, mas não se conseguindo, DAZA CHACON foi à botica e receitou um emplastro cuja base eram cebolas assadas e que não produziu o efeito desejado.

Indo um dia visitá-la como assistente, encontrou-se junto do leito da enferma com um *doutor português* que gozava então de grande autoridade, ainda que o cirurgião espanhol afirma que a não soube ou pôde conservar. Levantou-se o apósito e ao saber o nosso compatriota que no emplastro entravam cebolas, disse diante da princesa que a cebola havia matado aquela senhora. Volveu-se D. Joana aos médicos e perguntou-lhes o que diziam àquilo. Responderam êles

¹ O licenciado ALMAZAN foi muito aceito da côrte de Espanha. Numa lista mandada por Lourenço Pires de Távora dos oficiais da capela e casa da princesa D. Joana em Castela vem incluído o seu nome, dizendo-se que êle tinha 20,000 reis de ajuda de custo (*Coleção de S. Vicente*, tom. II, pag. 271). Temos presente uma carta de Francisco Pereira á rainha D. Catarina datada de 6 de maio de 1566 que prova que o físico espanhol esteve em Portugal, informando por ordem da princesa D. Joana o físico-mor JOÃO GUTIERREZ DE SANTANDER, acêrca das enfermidades de que sofria D. Sebastião. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, gaveta 15, maço 16, n.º 3). A essa visita se refere também FORNERON, afirmando que o médico espanhol procurou combater o *horror invencível* que o *desejado* tinha ás mulheres (FORNERON, op. cit., pag. 278). Voltou à Espanha logo depois e em 4 de junho de viva voz apresentou à princesa o seu relatório. Ainda era vivo em 1583, em que assignou a aprovação do livro de JOÃO BRAVO DE PIEDRAHITA: *In Primum pronostici Hippocratis librum commentaria*.

² Era o Dr. ALONSO RAMIREZ que a 18 de setembro de 1584 subscreveu a censura da *Cirurgia universal* de João FRAGOSO, que vem publicada na edição de Madrid, por la viuda de Alonso Gomez 1586. Esteve ao serviço de D. João de Áustria por ocasião da sua morte, havendo quem falsamente lhe atribua a autoria dum envenenamento a que ela seria devida. Ora o envenenamento do vencedor de Lepanto não repouza em base histórica suficiente e a morte resultou da imperícia dos cirurgiões que lhe assistiram.

³ JOÃO FRAGOSO também se refere a esta doença de D. Maria Leite, embora não mencione o nome da paciente. A referência que lhe faz indica a enfermidade como um apostema rebelde junto da orelha. A doente é designada por *una señora de la serenissima princesa de Portugal*. A narração é colhida em DAZA CHACON e a data a que se reporta está errada. (*Cirurgia universal*, pag. 262 v. da edição de 1586).

que o doutor português tinha razão, sem fundamentarem o assêrto. Então ela, com os olhos acesos em ira, voltou-se para DAZA e interpelou-o: Como caístes em fazer uma coisa destas? e êle respondeu simplesmente: «Senhora, eu fiz o que convinha e a arte manda». Mas a princesa não socegou e retorquiu: «Nunca mais apareçais na minha presença e eu vos mandarei castigar como mereceis».

Logo deu ordem para chamarem os Drs. JOÃO GUTIERREZ de Santander ¹ e FERNANDO MENA ² e ordenou-lhes que examinassem o negócio, porque tinha a peito castigar o culpado. Os dois médicos da real câmara analisaram o emplastro, viram a doente e durante cinco ou seis dias não emitiram parecer. Entretanto, D. Maria Leite morria. No dia seguinte àquele em que os Drs. GUTIERREZ e MENA formularam a sua opinião, a princesa mandou chamar DAZA CHACON, ao acabar de jantar, e diante de muitos cavalheiros que estavam com as damas e outras pessoas de importância, além dos criados, o marquês de la Sarria, que era mordomo-mor da irascível senhora, disse para o

¹ O dr. JOÃO GUTIERREZ DE SANTANDER aparece-nos como o físico da real câmara que mais conceito merecia aos príncipes que servia e aos médicos do seu tempo. As provas de confiança que recebeu de Filipe II e de sua irmã são indicadas em mais duma passagem desta memória. Acrescentar-lhes-emos que na correspondência dos nossos diplomatas em Madrid se encontra confirmação do que escrevemos. Em carta escrita por Francisco Pereira à rainha D. Catarina, escreve o nosso enviado: Êste doutor João Gutierrez se tem por qua por gran físico. E na doença da Rainha Amdou maravilhosamente. Porque he hum homem muy letrado e attentado e (tem) muita experiência e Pratica na mediçina e de quem El Rey confia sua saude. (Torre do Tombo, gaveta 15, maço 16, n.º 3).

Quanto à consideração que por êle tinham os colegas, basta-nos ler as dedicatórias dos livros de dois cirurgiões da côrte de Espanha João Frago e Antonio Peres. A que êste coloca á frente da sua *Suma y examen de chirurgia*, de que temos nas mãos a edição de 1604, Alcalá de Henares em casa de Juan Gracian, é particularmente elogiosa. Tratando de procurar um Mecenas que o defendesse dos seus detractores, soccorre-se do «muy magnifico y muy docto señor Doctor Juan Gutierrez de Santander, medico de la camara de la S. C. R. M. y su Protomedico, el que por sus infinitas letras con el claro y natural juyzio que el alto Dios le dio por sus muchos merecimientos que por su gran christandad conjunta com benignidad, merecio ser por lo sobredicho el mas bien quisto, no solo del pueblo comun pero de los Principes, Monarchas y Reyes, que otro en el mundo, de quien confian sus vidas, y poJran fiar las consciencias por la rectitud de que el sumo criador le dotó».

² Havemos de encontrar ainda em nosso caminho êste médico cuja naturalidade ainda é objecto de dúvidas. Estudou medicina em Alcalá, e naquela universidade foi catedrático de prima. Nomeado médico de Filipe II, teve grande aceitação no paço. Publicou diferentes livros comentando as obras de GALENO. Morreu de um cálculo da bexiga, que deu logar a um êrro de diagnóstico, attribuindo-se a disúria que o acompanhou a um aperto de uretra.

cirurgião: «Licenciado DAZA, Sua Alteza tem a satisfação de vos mandar dizer que no caso de D. Maria Leite fizestes o que convinha e o que praticariam todos os da vossa arte se estivessem juntos. DAZA CHACON não soube que responder e acercou-se da princesa para lhe beijar as mãos. Logo o Dr. ALMAZAN, como homem doutissimo e cristão, não só ao seu colega, mas diante de muitas pessoas, confessou o seu êrro. O mesmo fez o Dr. RAMIREZ, mas o português ficou agarrado à sua opinião, embora a não justificasse ¹.

Desde êsse momento, o doutor português, cujo procedimento incorrecto não vale a pena acentuar, passou a ser para DAZA CHACON objecto de ódio persistente. ¿Quem era ele? Sossegue o leitor a sua curiosidade, porque teremos ocasião de lha satisfazer.

Precisamente nesse ano, DAZA CHACON adoptou no tratamento das feridas de cabeça um processo algum tanto diferente da prática geral. Procurava a reunião por primeira intenção, praticando constantemente a sutura e sempre teve que se aplaudir da sua resolução ².

Ainda Filipe II, recém-casado pela terceira vez, estava em Toledo quando ali começou a aparecer um charlatão que teve um momento de notoriedade, Aparício, o qual inventara um óleo para a cura de todas as feridas ³. Veio a côrte para Madrid a 1561 e DAZA CHACON entrou de vulgarizar ali o tratamento pelo emplastro isis ou epigono que aprendera com SIMÃO DE SOUSA ⁴.

No ano seguinte appareceu ali Aparício que solicitava do Conselho real uma tença pela invenção do seu óleo que ia grangeando reputação. Foi DAZA CHACON encarregado de relatar o assunto e deu por escrito o seu parecer. Julgou êle o medicamento eficaz, mas como o inventor o applicava em todas as compleições e edades, e não precisava bem as indicações, entendia que se não devia deferir-lhe a pretenção. Averiguou que nas suas mãos haviam falecido 232 doentes em 3 anos, mas apesar disso havia tanto favor no Conselho que se lhe fez mercê, declarando êle a maneira como fabricava o seu medicamento, embora

¹ *Idem*, 1.ª parte, pag. 328 e 329.

² Como quando el año de sesenta el invicto Rey Don Felipe nuestro señor se casó en Toledo con la Serenissima Reyna Dona Isabel de la Paz... teniendo yo alli cargo de curar el Hospital de la corte... a los heridos de cabeça que ivan a el los curava haciendo sutura. (*Idem*, 2.ª parte, pag. 149).

³ Acuerdo me que el año de 60 que Su Magestad y su Corte fué a Toledo, que començó alli Aparicio á curar con su azeite todo genero de heridas, y otras enfermedades (*Idem*, 2.ª parte, pag. 99).

⁴ Y quando la corte vino á Madrid desde Toledo, el año de sessenta y uno, le hize preparar alli y le començó a usar, y sucedia muy bien, y se usó hasta que passé a Italia con el Serenissimo Don Juan de Austria (*Idem*, 2.ª parte, pag. 179).

DAZA CHACÓN estivesse convencido de que a receita não era a mesma de que êle se servia ¹.

Continuou o cirurgião espanhol ao serviço da côrte e como tal interveio no tratamento do príncipe D. Carlos que em 19 de abril de 1562 deu uma queda que por algum tempo fez recear que Filipe II ficaria sem descendente varão. Dêsse ferimento deixou DAZA CHACÓN um relatório minucioso, mas outros existem do Dr. OLIVARES e de JOÃO FRAGOSO, que aliás não assistiu ao tratamento.

O relatório de DAZA CHACÓN tem o título seguinte: *Relacion verdadera de la herida de la cabeza del Serenissimo principe D. Carlos nuestro señor, de gloriosa memoria, la qual se acabó en fin de julio del año de 1563* e começa por estas palavras: *Muy alto y poderoso señor*, que levam a acreditar que se dirigia a Filipe II, por êle o ter encarregado de redigir esta relação o mais minuciosamente que pudesse. Também a princesa D. Joana lhe ordenara que todos os dias lhe escrevesse, dando conta do estado do sobrinho e DAZA CHACÓN houve às mãos todas as cartas e delas se serviu para a organização do seu trabalho.

Em Alcalá de Henares, domingo aos 19 de abril de 1562, D. Carlos, depois de ter comido à meia hora depois do meio dia, descendo por umas escadas escuras e de mau piso, assentou o pé direito em falso, deu uma volta sôbre o corpo e caiu batendo com a cabeça de encontro a uma porta cerrada, ficando com os pés para cima. Fez uma ferida na parte posterior da cabeça, á esquerda da sutura lambdoidéa. Chamado o cirurgião que faz objecto do nosso estudo, na presença de D. Garcia de Toledo, mordomo-mor do príncipe, de D. Luis Quijada, estribeiro-mor, e dos Drs. VEGA e OLIVARES, médicos da câmara real, viu uma ferida do tamanho da unha do dedo polegar, com os bordos contusos, e descoberto o pericrânio verificou que também êste apresentava equimoses. Curou-se a ferida, e como sobreviesse suor

¹ Y el año de 62, que vino su Magestad con su corte à Madrid, pidió el dicho Aparicio, en el Consejo Real, que le remunerassen por la invencion del azeite, y el Consejo me le remetiò, y yo dixè mi parecer, y lo di por escrito, de como la medicina en sí era buena, pero que como el Aparicio la aplicava en todas complexiones, y en todas edades, y en todo genero de heridas, que era cosa fuera de toda orden, y de toda medicina, y que no se havia de permitir como el dicho Aparicio la aplicava, y con provarle yo bastantemente que en tres Años se le avian muerto ducientos y treinta, y dos enfermos, tuvo tanto favor, que el Consejo le hizo merced, porque declarasse la materia como hazia el dicho azeite, y con que se hazia, y diò la receta que oy tienen los Boticarios: la qual se presume que no es la misma que el usava: que aun hasta en esto no quiso hazer lo que tenia oblicacion (*Idem*, 2.^a parte, pag. 40).

que durou por hora e meia, esperou-se algum tempo e deu-se ao doente uma purga e pouco depois sangrou-se, extraindo-se-lhe da veia de todo o corpo oito onças de sangue. Mandou-se prevenir Filipe II do que sucedera e êste ordenou ao Dr. JOÃO GUTIERREZ que partisse imediatamente para Alcalá e levasse comsigo o *doutor português* e PEDRO DE TORRES, cirurgião de sua Magestade, os quais chegaram lá ao amanhecer. Às oito da manhã reuniram-se à beira do enfermo os médicos e cirurgiões já indicados, e DAZA CHACON preparava-se para curar a ferida quando o doente lhe disse: «Licenciado, eu desejava que me curasse o doutor português, mas não fiqueis maguado por isto». O cirurgião respondeu cortesânmente que nisto recebia grande mercê, visto que era desejo de S. M.; mas de quanto ficou maguado restou bastante prova ao escrever: *y hubiera de costar la vida á su alteza, segun se verá adelante*. Repetiu-se a sangria na mesma veia, tirando-se outras oito onças de sangue. Comeu o príncipe algumas ameixas secas, um caldo e umas pernas de frango, acabando a refeição por um bocado de marmelada. Ceou mais ameixas, outro caldo e uma pouca de conserva. Êste regimen conservou-se até depois dos sete dias; a febre até ao quarto foi branda, mas cresceu algum tempo depois, aparecendo ao doente à esquerda do pescoço uns enfartes ganglionares. Também se lhe manifestou um entumecimento da perna direita, que já se observara nos acessos de quartãs a que era sujeito, motivo por que se lhe não ligou importância. Aos sete dias estava livre da febre, para o que prestaram duas onças de maná que se deram ao doente ao sexto dia. A ferida apresentava bom aspecto, oferecendo os seus lábios boa côr e sendo o pús louvável; no pericrânio também se não mostrava alteração sensível. Aos dez dias, a ferida não tinha caracteres tão favoráveis como até aí e no undécimo desenvolveu-se uma febre intensa. Atribue DAZA CHACON o facto a que o doutor português, em vez de formar a ferida como costumava, pôs apenas um lichino sobre a solução de continuidade e muitas pranchetas secas por cima, de modo que impediã a saída do pús. Certo é que se julgou conveniente ampliar a ferida, o que se não tinha feito para não colocar em perigo a vida do príncipe. Propôs então DAZA CHACON que fosse convocado o seu mestre, o bacharel TÔRRES, que já assistiu ao curativo a 6 de maio. Com assentimento unânime fez-se uma incisão em fôrma de *tao*, e separou-se com facilidade o pericrânio que já estava podre. Não pôde verificar-se ainda se havia lesão do crânio, pela quantidade de sangue que saiu e todas as diligências consistiram em sustar a hemorragia. Antes chegara a Alcalá Filipe II, levando comsigo ANDRÉ VESÁLIO. Examinou-se o crânio com o maior cuidado e não se encontrou qualquer fractura ou cesura mas apenas

uma mancha negra superficial. Manifestou-se então uma grande erisipela, que primeiro se desenvolveu na face, orelha e olho do lado esquerdo e depois se estendeu para o direito, baixando para o pescoço, peito e braços. Não se recorreu á sangria, por se julgar que o doente já não tinha forças para a suportar, e praticaram-se fricções amiudadas nas pernas, ministraram-se lavatórios, applicaram-se ventosas e reduziu-se a alimentação a alguns caldos. Era intensa a febre e sobreveio delirio que durou cinco dias e cinco noites. Causou isto receio aos assistentes, e sobretudo quando o príncipe, ao ir ao vaso, se tomou do frio e o pulso se tornou pouco perceptível. Concluíram do facto VESÁLIO e o doutor portuguez que havia lesão interna do crânio e que se devia recorrer á trepanação e nesta opinião persistiram enquanto durou a febre. Os outros optaram por que apenas se legrasse o crânio, ainda que era melhor reservar esta operação para outro dia. Como o príncipe tinha três a cinco dejecções diárias, achou-se conveniente ajudar a natureza e deram-se-lhe três onças de xarope de nove infusões que produziram um efeito maravilhoso. Nada menos de 20 câmaras teve o doente!

A 9 de maio, continuando a dúvida sôbre a lesão do crânio, se tornou a propor a questão da legra e ruginou-se o osso. Começou a operação o doutor portuguez, mas dentro em pouco o duque de Alba mandou a DAZA CHACON prosegui-la, e êste a breve trecho achou o casco branco e sólido, começando a sair do osso umas gotas de sangue muito escuro, motivo pelo qual se deu por terminada a operação. Daqui tiraram os clínicos a conclusão de que não havia lesão interna, mas VESÁLIO e o doutor portuguez persistiram na opinião oposta. A ferida supurava pouco, os lábios tinham má côr. As pálpebras foram-se apostemando, entendendo-se que viriam a supurar. Alguém propôs então aos cirurgiões que se curasse a ferida com os unguentos do moiro de Valência, PINTARETE, cuja composição era secreta. Não o quizeram êles, mas vendo a confiança que mereciam a muitas pessoas e atenta a circunstância de alguns dos clínicos afirmarem que tinham colhido resultados notáveis do seu emprêgo, mandou-se chamar o moiro, mas antes mesmo dêle chegar se applicaram a 7 e 8 de maio. O charlatão compareceu a 9, e no dia seguinte viu curar o príncipe. No immediato, foi êle em pessoa quem applicou os unguentos. A 11, foi o doutor portuguez que fez o curativo, mas, se o estado geral do doente apresentava melhoras, a ferida ia de mal a peor. Resolveu-se portanto dispensar o moiro que foi para Madrid, onde assinalou a sua passagem por mais uma vítima. O estado do príncipe continuava a ser grave; passados vinte e um dias depois da queda a confiança dos médicos e cirurgiões na cura era pouca: estava posta

na idade do paciente que não excedia a 17 anos e na divina misericórdia.

Organizou-se então uma procissão e trouxeram à presença do doente o corpo do bem-aventurado S. Diogo, *y llegaron se le lo mas que fué possible*. O príncipe não poudo abrir os olhos para o ver, e o Dr. MENA, médico da real câmara, teve a coragem de prevenir Filipe II de que o doente morreria. Partiu o rei desesperado para Madrid, deixando todos consternados e mais que nenhum outro a DAZA CHACÓN, de quem o vulgo dizia que não procedera como convinha no primeiro curativo. Os médicos e cirurgiões continuavam, porém, a empregar todos os meios que lhes pareciam eficazes para combater a doença. Eram ventosas simples ou sarjadas, pedilúvios, defumadoiros, sangria do nariz. Com estes remédios, o doente dormiu cinco horas na noite de 9 para 10 de maio, o pulso adquiriu mais vigor e o delírio tornou-se menos intenso. Mandou o duque de Alba a Filipe II um emissário que chegou a Madrid a tempo que tinham ido buscar Nossa Senhora da Atocha em procissão, acompanhada pela rainha e pela princesa D. Joana. Continuou o estado geral do doente a oferecer melhoras, sobretudo porque dormia em cada noite umas cinco horas. Não progredia, porém, a cicatrização da ferida que, depois do tratamento do moiro, era pensada com manteiga de vaca, lavada com água rosada, aplicando-se depois o emplastro de betónica. As pálpebras continuaram cerradas e inflamadas e houve necessidade de praticar incisões que deram saída a uma matéria grossa e branca. De 15 de maio em diante, a ferida foi curada com pós de iris à raiz do casco, nos lábios com um digestivo e por cima com o emplastro de betónica.

Foram-se passando alguns dias com acentuadas melhoras: a febre tinha diminuído; as pálpebras iam voltando ao seu estado normal, sobretudo depois que em 19 e 20 de maio se abriu com uma tenta saída mais fácil ao pús. O doente dormiu, na noite de 19, dez horas.

Se nestes últimos dias resumimos o que DAZA CHACÓN escreve a respeito da ferida de D. Carlos, desde 22 de maio éle próprio abrevia a descrição, porque daí em diante não mais se manifestou febre. Nós ainda condensámos o que o cirurgião espanhol escreveu. O incidente mais notável deu-se a 2 de junho em que o *doutor português*, tentando a ferida com um gancho, destacou um sequestro ósseo em fôrma de coração, passando a colocar-se na ferida o emplastro geminis¹. Como a erisipela se estendera por toda a cabeça, em muitas partes deixara-a sem cabelo e em outras com umas crostas que incomodavam o doente.

¹ O emplastro geminis era constituído por alvaiade e óleo rosado.

Os unguentos e emplastos que se lhe haviam aplicado tinham conspurcado a cabeça, motivo porque o barbeiro Ruy Diaz Quintanilla rapou o cabelo com tudo quanto pôde levantar. A 14 de junho, ergueu-se pela primeira vez o príncipe e de dia para dia foi recuperando mais forças. Logo que se levantou, ouviu missa e comungou. Como a carne da ferida estava esponjosa, curou-se com pós de alumen queimado. A 17 de junho, D. Carlos pôde passar ao aposento do pai, que na véspera chegara para o vêr. Abraçou Filipe II o filho com grande alegria e desde logo quis providenciar para que D. Carlos saísse de Alcalá, mas os médicos entenderam que era cedo para tal. Entretanto a cicatrização da ferida ia seguindo vagarosamente. Em dia de S. Pedro, saiu o príncipe a primeira vez do paço para ouvir missa em S. João Francisco, na capela de S. Diogo. A 5 de julho foi ao templo de S. Bernardo e pouco antes das 5 horas à Praça Maior a ver as corridas de toiros e jogos de canas que se fizeram.

Na segunda feira seguinte, chegou licença de Filipe II para que os médicos e cirurgiões que tinham ido curar Sua Alteza recolhessem aos lugares em que residiam. D. Carlos pesou-se na terça feira para dar quatro pesos de ouro e sete de prata a algumas casas de devoção. A balança acusou três arrobas e uma libra. A 9 de julho, partiram os físicos, ficando apenas os que pertenciam à câmara do príncipe, os Drs. VEGA, OLIVARES e DAZA CHACON. A 17 de junho, estando a ferida toda encoirada, partiu Sua Alteza de Alcalá e foi dormir a Barajas e no dia seguinte pelas dez horas chegou a Madrid. A ferida conservou um parche até 21 de julho, mas a contar dêsse dia reputou-se curada. Desde a hora da queda até ao fim da cura tinham passado noventa e três dias menos três horas.

O final do relatório é uma informação ácerca das provas de devoção dadas por Filipe II e seu filho e das manifestações de zêlo dos fidalgos que o serviam. Saltaremos em claro essas passagens para extratarmos apenas o que diz respeito ao tratamento médico. Desde o principio do curativo até ao fim, assistiram-lhe os Drs. VEGA e OLIVARES e DAZA CHACON; desde o dia seguinte, juntaram-se-lhes o Dr. JOÃO GUTIERREZ de Santander, o *doutor português* e o Dr. PEDRO TORRES, cirurgião de S. M.; depois do descobrimento do crânio, o Dr. MENA, médico da câmara de S. M. e o Dr. VESÁLIO; e desde 6 de maio o Bacharel TÔRRES, cirurgião de Valladolid.

Realizaram-se 50 conferências, quatorze das quais em presença do rei. Nunca duraram menos de duas horas e algumas vezes mais de quatro. O ceremonial, quando Filipe II assistia, era o seguinte. Sentava-se o rei em uma cadeira e todos os grandes e cavaleiros atrás; aos lados o duque de Alba e D. Garcia de Toledo; os médicos

e cirurgiões dispunham-se em semi-circulo e D. Garcia ia dando a palavra a cada um d'elles. Um dia, chegando a vez a DAZA CHACON, o aio do príncipe disse-lhe: «Falai, licenciado DAZA, e manda S. M. que não alegueis muitos textos»¹.

Foi provavelmente durante a doença do príncipe D. Carlos que VESÁLIO narrou a DAZA CHACON o papel que êle e o doutor português haviam tido na última doença de Henrique II de França. Permita-se-nos que traduzamos esta passagem para lhe conservar o sabor:

«Quero-vos contar outro conto que vos dará gosto saber, e é certo, e soube-o do doutissimo VESÁLIO e de outros que se acharam presentes e foi o caso que quando a magestade do rei D. Filipe nosso senhor,

¹ *Practica y teorica*, 2.^a parte, pag. 190 e seg. O relatório do Dr. OLIVARES em pouco difere do escrito por DAZA CHACON: algumas passagens são comuns e não é fácil determinar qual dos dois clinicos foi o seu primeiro redactor. A agravar a dificuldade, acresce que os editores da *Colecion de documentos inéditos para la historia de España*, Salvá e Baranda, onde este relatório foi publicado (vol. xv) não dizem onde o encontraram, limitando-se a declarar que «este papel manuscrito que generosamente nos ha proporcionado su dueño es de letra del siglo xvii».

De ter sido publicado o de DAZA CHACON, ficando o outro manuscrito, deve tirar-se a conclusão que êle se não arreceava de ser acusado de plagiário pelos contemporâneos. De que êle é mais extenso, talvez se possa inferir que o Dr. OLIVARES abreviou o documento que teve presente, mas o inverso não seria impossível. Seja como for, não há discordância importante entre os dois relatórios, mas algumas diferenças tem interesse.

As referências que DAZA CHACON faz ao *doutor português*, com o propósito de lhe ser desagradável, faltam completamente em OLIVARES, que também não diz que êste seguisse constantemente a opinião de VESÁLIO, afirmando pelo contrário que o bruxelense foi o único a persistir em querer trepanar o príncipe. Em compensação, a intervenção do doutor português, arrancando o sequestro ósseo, pareceu a OLIVARES prematura.

O que o relato de OLIVARES tem de mais interessante é a afirmação de que a cura do príncipe não foi devida a milagre, ao contrário do que o rei e o príncipe julgaram, no que foram acompanhados por médicos e cirurgiões. Admite que a intercessão do bemaventurado fr. Diogo e sobretudo da Virgem contribuíram para a cura «contudo eso tomando propriamente el nombre de milagro a mi juicio no lo fué, porque el Príncipe se curó con los remedios naturales y ordinarios, con los cuales se suelen curar otros de la misma enfermedad estando tanto y mas peligrosos».

Este relatório do Dr. OLIVARES foi mal interpretado por FORNERON no seu livro sobre Filipe II, e o historiador francês não compreendeu melhor DAZA CHACON. Nem um nem outro manifestam malquerença para com VESÁLIO, como êle afirma. OLIVARES chama-lhe *insigne y raro hombre en la anatomia*. DAZA, em todo o seu livro acentua a grande consideração pelo anatómico, embora faça algumas restrições aos méritos do cirurgião.

JOÃO FRAGOSO também na sua *Cirurgia Universal* se refere à ferida do príncipe D. Carlos, mas a sua narração é um resumo da publicada por DAZA CHACON.

segundo dêste nome, venceu em S. Quintino, fez pazes com Henrique Segundo, rei de França, e nelas se concertaram os casamentos. O rei Henrique (como era razão) festejava muito estas pazes, e o casamento, pois via sua filha rainha de Espanha. Em muitas festas que o rei fazia, um dia justando, deram-lhe com um conto de lança no rosto, e mandaram logo à côrte da Magestade do Rei nosso Senhor, que então estava em Flandres, buscar o doutor Vesálio, e daí a poucos dias um cirurgião que andava na côrte (que ao tempo era Alcaide à falta de homens bons) negociou com um privado que o mandassem também, e succedeu-lhe como desejava, porque logo o mandaram partir pela posta e chegado que foi viu a ferida do rei e saíram a consultar sôbre o caso. Havia muitos e doutíssimos médicos e cirurgiões, como ali os há gravíssimos latinos e gregos, e muito metódicos e expertos na cirurgia. É lá costume que ao juntarem-se para tratar de alguma enfermidade, principalmente se é de pessoa real, se sentam todos e assiste o capelão¹, como se dissessemos o protomédico, e aquele manda a quem lhe parece que diga o seu parecer, e por honrar ao Doutor Vesálio e ao seu companheiro (se consentir que assim lhe chamemos) disse-lhes que se reservassem para o fim. Começaram os franceses a dizer no Latim que êles falam e com grande facilidade cada um o seu parecer. Chegou a vez do doutíssimo VESÁLIO e do companheiro, e deu a palavra o capelão a VESÁLIO e deixou o espanhol para o fim, porque todos tinham grandíssima confiança (pois o haviam enviado) que do que êle dissesse havia de resultar a saúde do rei. Disse pois Vesálio o seu parecer com aquela latim e aquela facilidade que em muitas juntas (que com êle tive) vi, e tratou da essência da ferida, e dos sinais e prognósticos e cura dela, que a tudo isto está obrigado o bom cirurgião, com tanta cordura, que não foi muito ficarem todos muito satisfeitos e admirados. Veio por último o capelão com muita reverência e comedimento disse ao espanhol que manifestasse a sua opinião. É certo, e não fábula, porque os que o contaram mo disseram, que estavam os franceses, e ainda os senhores que assistiam (como é costume em semelhantes casos) esperando o que o cirurgião dissesse como os de Cartago quando Eneias quis falar do trono. É o pobre do espanhol, como o pouco latim que sabia era muito bárbaro e não entendia francês, pareceu-lhe que era bem começar a falar na sua língua, *como se os franceses tivessem estado em Portugal muito tempo*, e assim umas vezes

¹ O primeiro médico de Henrique II chamava-se CHAPELAIN, e daí a asserção de DAZA CHACON. Para quem arguia o médico português de não saber a língua francesa, o facto causa alguma impressão.

nela e outras no dito latim, disse coisas que seria melhor calar. Não é gracejo, senão que os franceses ficaram de tal modo que não sabiam se o viam ou se o sonhavam, porque ao vê-lo não o criam»¹.

Trata-se aqui evidentemente do doutor português, mas é de notar que se o caso era sabido em Espanha, como DAZA CHACON afirma, não bastou a situação embaraçosa em que se encontrou para lhe alienar a confiança da côrte, porque já vimos que na doença de D. Carlos o mandaram buscar e que o príncipe, desde que o viu ao seu lado, não quis outro cirurgião para o curar.

¿Quem era êle? Afirma o nosso respeitável mestre Dr. PEDRO DIAS que o doutor português era ANTONIO PERES², e o nosso amigo RICARDO JORGE que era JOÃO FRAGOSO. Era também esta a opinião do nosso erudito colega DOMINGOS GARCIA PERES, o autor do *Catalogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores que escribieron en castellano*.

Para essa identificação nos inclinávamos também, sobretudo porque, afirmando BARBOSA MACHADO que JOÃO FRAGOSO era português, e sendo êle médico e cirurgião de Filipe II e de suas altezas, se tornava extremamente provável que a êle se referissem os médicos e cirurgiões espanhóis que nómieiam o seu colega simplesmente pelo *doutor português*. A isto acrescia que JOÃO FRAGOSO publicou também uma notícia da ferida e tratamento do príncipe D. Carlos, dizendo que a tinha encontrado entre os seus papeis³.

Diligências que, precisamente para aclarar êste ponto, foram feitas na Torre do Tombo pelo nosso amigo e consciencioso investigador Sr. PEDRO A. DE AZEVEDO deram um resultadô imprevisto. Procurávamos saber qual a naturalidade de JOÃO FRAGOSO, e viemos a saber que não era êle o *doutor português*, nem tão pouco nenhum dos suspeitados. Chamava-se FERNÃO LOPES. Prova-o uma carta dirigida a D. Sebastião por João Pereira Dantas, e datada de Paris a 12 de julho de 1559. O documento é o seguinte:

«Senhor. Em noue de julho pela manhan despachey a Vossalteza Lião daguiar meu criado com a noua do desastre que auia acontecido a elrey de França e com a segurança que me o condestabre mandou dizer que os medicos e selorgiões dauão e prometião da vida del Rey, a quall os medicos e selorgiões perante mym confirmarão a Ruy

¹ *Pratica e teorica*, 1.^a parte, pág. 174 e 175.

² Lemos o livro de ANTONIO PERES, que ao seu nome junta apenas a designação de *Portugues Cirujano*. Nenhuma referência se faz nêle à doença do príncipe D. Carlos.

³ Cremos ter demonstrado na *Gazeta dos hospitaes do Porto* de 1 de novembro de 1912 que FRAGOSO era natural de Toledo, como afirma NICOLAU ANTÓNIO.

Guomez da Silva s. os que el Rey de Castella mandou que foy hum chamado Bruçelensis e outro Fernão Lopes o portuguez, dizendo que dahy a quinze dias poderia pasear pela camara, e no mesmo dia sobreveo a el Rey hũa grande febre e hum grande açidente mortal que o fez tresvariar e assi esteve toda aquella noite e no dia seguinte esteve mais leue e em seu inteiro juizo mas a noite seguinte começou a se aguastar de maneira que conheço sua morte e se confessou ha hũa hora depois da mea noite e tomou o santo sacramento e pela manhan a extrema unção, e sendo Requerido que fizesse testamento não Respondeu outra cousa senão *paçiencia paçiencia* que sinifica nesta linguagem francesa como na portuguesa *de vaguar*, e nisto se lhe enfraqueceu a falla de maneira que não pode mais dizer cousa que fose bem entendida e desta maneira deu a alma a nosso senhor ontem ha hũa hora depois do meo dia, a quall morte proçeedo do sangue que lhe arrebetó dentro no casco com a grande pancada do guolpe que recebeo, e não da ferida ainda que foy muito grande e fea. Faleço nesta vilia de Paris nas casas a que chamão Tornellas e como diguo não fez testamento nem dispôs de nenhũa cousa...

De Paris, a xij de julho de 1559 Joam Pereira damtas ¹.

Nada pudemos averiguar a respeito dêste FERNÃO LOPES que pela primeira vez é desenterrado do pó dos séculos. Na Chancelaria de D. João III encontra-se, porém, registada a carta que autoriza a exercer a medicina um individuo com êste nome que possivelmente se poderá identificar com o cirurgião da côrte de Espanha. A ser assim, era natural de Beja e a sua carta foi passada em Evora a 25 de fevereiro de 1555. Que motivos, porém, o levariam de Portugal a Espanha e lhe creariam ali situação tão vantajosa?

A doença do príncipe D. Carlos e a investigação de quem era o doutor português fizeram-nos desviar da figura que desejamos pôr em relevo. Voltemos, portanto, a DAZA CHACON.

Desde que a assistência ao príncipe D. Carlos o forçou a abandonar o serviço do hospital da côrte em Valladolid, o cirurgião espanhol deve ter ido para Madrid. Antes, porém, ainda em Alcalá, encontramos vestígios seus. Ao tempo que tratava D. Carlos, adoeceu uma

¹ Arquivo nacional da Tôrre do Tombo *Corpo cronológico*, Parte 1, maço 103, doc. 102. Escusamos de encarecer o valor dêste documento que, dando-nos a chave para resolver o problema que se suscita, esclarece outros pontos. O prof. de Paris O. LANNELONGUE não julgava que a afirmação de DE THOU relativa a ter VESÁLIO assistido a Henrique II estivesse provada (Dr. CABANÉS, *Les morts mystérieuses de l'histoire*, Paris, Maloine 1901). O documento publicado tira todas as dúvidas a êste respeito.

senhora D. Nufla, a quem prestou serviços clínicos, de companhia com o Dr. VALES, uma das primeiras figuras médicas da Espanha no século XVI¹. Tratava-se de uma violenta cefalalgia, acompanhada de exoftalmia do olho direito que persistiu ainda depois da cessação da dôr².

Em Madrid consagrou-se ao serviço do paço e ao exame dos candidatos a cirurgiões, em companhia do Dr. AGUILA e JOÃO GUTIERREZ DE SANTANDER³. É natural que nos primeiros anos se encontrasse com VESÁLIO, de quão aprendeu que as feridas das articulações havia conveniência em não se afrontarem, *y esto aprendi del doctissimo Vesálio, y otras muchas cosas, hallando me com el en juntas de semejantes heridas*⁴. Nada prova, porém, que essas conferências se realizassem por então, e mais tarde não era possível, porque em 1564 o grande anatómico partia para a sua viagem a Jerusalém que deu margem a muitas conjecturas que ainda hoje se não acham suficientemente aclaradas⁵.

De 1568 em diante não escaceiam noticias ácerca de DAZA CHACON.

¹ Como lo tuvimos en pratica el Dotor VALES Medico da Camara de su Magstad y yo en Alcalá en una señora que se llamava doña Nufla, en el tiempo que curava el Principe nuestro señor de la herida de la cabeza (*Pratica y teorica*, 1.ª parte, pag. 309).

² Otro caso caci como esto sucedió en Alcalá de Henares estando alli el Principe don Carlos nuestro señor de gloriosa memoria, y fue, que una señora principal que se llama doña Nufla, de un gran dolor de cabeça que se le vino a inflamar la membrana de manera que se le salió el ojo derecho, á la qual curamos muchos dias el doctissimo Dotor VALES, y yo, y la aplicamos muchos y grandes remedios, y nunca se pudo reduzir el ojo a su pristino estado. (*Idem*, 2.ª parte, pag. 184).

³ DAZA afirma que assistiu a estes exames por mais de doze anos e já sabemos que escrevia em 1580. Se se tratasse de um serviço prestado seguidamente, começaria a ser examinador em 1568. A leitura do que se segue mostra que desde êsse ano até 1580 frequentes vezes se ausentou de Madrid, onde provávelmente os exames se realizavam. O que parece provável é que fizesse parte do júri, quando outras occupaões o não faziam sair da capital.

⁴ *Pratica y teorica*, 2.ª parte, pag. 113.

⁵ É geralmente repudiada a afirmação de que essa viagem foi imposta a VESÁLIO, talvez pela inquisição, por ter dissecado uma mulher que ainda não estava morta. Nada se encontra em DAZA CHACON a tal respeito, mas em JOÃO FRAGOSO, contemporâneo também de VESÁLIO, há uma passagem que se lhe pode referir: *Los que no consideraron en esto, caeron en el error de cierto anatomista que siendo llamado pera cortar a cierta muger, tenida por muerta de un mal de madre, á la segunda navajada començo á rebullir, y con el movimiento y vozes que dava, se entendió el engano que della se tenia, con grande espanto de los amigos y otras gentes que estavan delante, y fue tanta melancolia que de alli a pocos dias murió de pesar y tristeza.* (*Cirurgia Universal*, Madrid, 1666, pag. 408).

Nesse ano ¹, por determinação do rei, o cirurgião passou ao serviço de D. João de Áustria, o irmão bastardo de D. Filipe II, que foi encarregado de uma excursão contra os berberescos, limpando as ilhas e costas do Mediterrâneo dos corsários que as infestavam.

Com o príncipe embarcou em Cartagena, e ambos andaram visitando, por alguns meses, os portos do norte da África, tais como o Peñon, Mellila, Mazalquivir e Oran, donde vieram ao estreito, a Málaga, a Cádiz, ao porto de Santa Maria até ás Armas gordas e depois tornaram a cruzar na costa até Barcelona, donde vieram por terra a Madrid.

Depois de repouisar alguns meses, D. João de Áustria foi mandado a Granada para assumir o comando nominal da guerra contra os moiriscos. O príncipe era assistido por um conselho de guerra, cada um de cujos membros tinha o seu plano de campanha e nenhuma resolução se podia tomar sem a aprovação do rei. Êste processo de guerrear, que o historiador LEA ² chama de opera bufa, deu os naturais resultados. A rebelião dos moiros reviveu mais forte que nunca, fazendo estes razias quasi ás portas da cidade, onde D. João e o seu concelho estava quasi cercado.

Quando o príncipe estava em Granada, Filipe II, que ia a Sevilha, escreveu a DAZA CHACON de Nossa Senhora de Guadalupe uma carta autógrafa em que lhe mandava que com a maior brevidade se dirigisse onde seu irmão estanciava e êle imediatamente cumpriu esta determinação ³.

¹ DAZA CHACON escreve no Prologo al lector da sua *Practica y teorica*: Despues el año 69 S. M. me mandó que fuese a servir al Ser.^{mo} D. Juan de Austria á las galeras, que fué el primer año que S. A. entró en ellas, y fuemos á embarcar á Cartagena, en las quales anduvimos algunos meses visitando la costa de Berberia, y proveyendo las fuerzas, como el Peñon, y Mellila y á Mazalquivir, y á Oran de donde fuimos al estrecho, á Malaga, á Cadiz, al Puerto de Santa Maria hasta las Armas gordas, e despues tornamos a navegar toda la costa, de donde por tierra vinimos hasta Madrid.

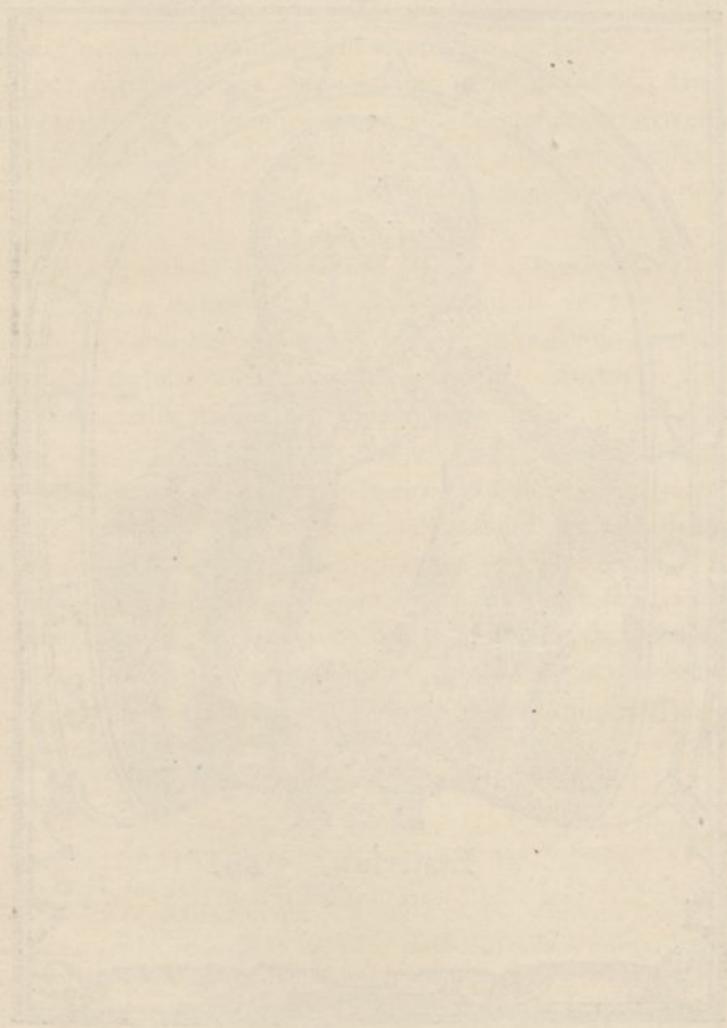
Ha aqui um êrro de data, visto que a excursão de D. João de Áustria se realizou em 1568, como no texto corrigimos. A nomeação do príncipe para capitão general do mar foi a 15 de janeiro dêsse ano e em setembro já tinha regressado a Madrid (D. MODESTO LAFUENTE, *Historia general de España*, X, Barcelona, 1888, pag. 19 e 20.

² *A history of the inquisition of Spain*, New York 1907, III, pag. 338.

³ El año adelante, estando el Sr. D. Juan en la guerra de Granada, S. M. quando iba a Sevilla, me escribió una carta desde N.^{tra} S.^{ra} de Guadalupe, firmada de su real mano, por la cual me mandaba que con mucha brevedad fuese a servir al Sr. D. Juan en aquella guerra, y assi luego me fui en camino para allá (*Practica y teorica*, Prologo al lector).



Cópia do retrato
que acompanha a *Pratica y teorica de cirugia en romance y en latin*,
na edição de Valladolid en casa de Ana Velazquez.
Año de 1609.



Então assistiu à morte de D. Luis Quijada, senhor de Villagarcia, um dos mais dedicados servidores de Carlos V, a respeito do qual narra pormenores interessantes e ignorados.

Refere-se o cirurgião espanhol á suspensão das hemorragias por síncope e conta, como exemplo, o que succedeu áquele fidalgo, um dos mais apreciados pelo Imperador, e tanto que ao retirar-se êste para o mosteiro de Juste, onde morreu, o levou consigo, encarregando-o de tudo o que respeitava ao seu serviço. Como demonstração da confiança que nele depositava Carlos V, menciona o facto de lhe ter confiado seu filho D. João que em tal segredo foi criado que só depois da morte do imperador se teve conhecimento da sua existência. Depois, junto de Filipe II conservou a mesma privança e serviu de mor-domo-mor, aio e estribeiro-mor do príncipe D. Carlos.

D. Luis Quijada esteve em Nápoles com Carlos V, e com êle grande número de gentishomens que organizaram um jôgo de canas á moda da Espanha. O divertimento foi de grande ostentação e á riqueza dos jaezes juntou-se a opulência das librés, todas de tela de ouro e prata com estranhas e vistosas bordaduras. Entraram também no jôgo alguns cavaleiros italianos, e ao terminar a peleja, como corressem á praça conforme era costume, um deles, ao parar, não soube levantar a lança e deu com o ferro no pescoço do fidalgo espanhol, cortando-lhe as jugulares e as carótidas, do que resultou grande hemorragia. Ataram-lhe logo muitos lenços uns sobre outros, e levaram-no para a sua pousada. Teve Carlos V grande sentimento com o acidente, e acudiu ao ferido Mestre FRANCISCO DE SARAGOÇA, cirurgião do Imperador, e outros muitos da cidade, applicaram-lhe muitos remédios e nenhum aproveitou, mas como o doente caísse em síncope o fluxo afroixou. Sobreveiu sono, e como êle retêm as evacuações, excepto a do suor, alguma esperança houve de salvação, apesar da ferida ser grandíssima e acompanhada de grande laceração. Ao outro dia, foi Carlos V visitá-lo e esta visita causou tão agradável impressão ao seu devotado servo que dali em diante foi sempre a melhor e curou-se.

Quem a tal ferimento resistiu, com os escassos meios de hemostase que ao tempo eram empregados, veio a morrer em Granada vítima da imperícia dos cirurgiões. Indo êle com D. João de Austria, junto aos muros de uma vila chamada Seron em reconhecimento, um moiro de cima da muralha deu-lhe um tiro de arcabuz, fazendo-lhe um ferimento numa espádua. Estavam ali dois cirurgiões excelentes, mas não tinham experiência das feridas de peloiro e procuraram tirar-lhe a bala sem o conseguirem, sobrevindo os accidentes que se costumam produzir em tais feridas.

Foi então que Filipe II escreveu ao seu cirurgião mandando-o a Granada e apesar da diligência que êste pôs em cumprir a ordem, quando chegou encontrou D. Luis em convulsões e não durou mais de dia e meio. DAZA CHACON partiu logo para Córdoba a encontrar-se com o rei e deu-lhe conta do successo, attribuindo às diligências feitas para extrair a bala a morte de D. Luis. Não se mostrou surpreso Filipe II e mandou-lhe dizer por D. Pedro Manuel que o próprio ferido lhe tinha mandado dizer que morria, não do tiro que recebera mas de sete aberturas que lhe tinham feito para lhe tirar a bala ¹.

Voltou DAZA CHACON para Madrid e aí estava quando interveio em outro curativo que surtiu melhor resultado. Quando Filipe II sitiava S. Quintin encontrou uma criança abandonada que provavelmente era filho de uma alemã das muitas que os tudescos traziam consigo. O rei tomou conta do enjeitado e mandou-o criar, afeiçoando-se-lhe à medida que êle ia crescendo. Chamava-se Estevanillo e o sombrio construtor do Escorial a miúdo brincava com êle. Um dia D. João Pimentel, camarista do rei, levou-o consigo ao Pardo nas ancas de um quartão, mas o rapazito, que andava nos onze anos, não se segurou e caiu, dando uma grande pancada na cabeça, de que resultou perder de todo os sentidos e a fala, estando assim por três quartos de hora, seguindo-se-lhe vomitos alimentares e depois biliosos e hemorragia do nariz e dos ouvidos. Levaram a criança a Madrid e chamaram o Dr. JOÃO GUTIERREZ DE SANTANDER, físico-mór do reino, e êste a seu turno reclamou o auxilio de DAZA. Em pouco tempo se restabeleceu completamente o doente ².

Se Estevanillo tinha onze anos e nascera ao tempo que Filipe II

¹ *Pratica y teorica*, 2.^a parte, pag. 215 e 216. D. Luis Quijada morreu em fevereiro de 1570.

² La magestad del Rey don Filipe nuestro señor andando (teniendo sitiado a Sanquintin) á reconocer la tierra vió uma criatura en uma arada, que estava llorando embuelta en sus pañales, con el traje se vió y conoció que alguna Alemana de las muchas que los Tedescos traem consigo la avia dexado alli: su Magestad no solo lo mandó criar, pero despues que el muchacho fue creciendo era muy familiar en su Real Camara, y tanto que á ratos su Magestad se entretenia con el, y llamava-se Estevanillo. A este llevando le un dia don Juan Pimentel, gentilhombre de la camara de su Magestad a las ancas de un quartazo, camin del Pardo, que estava allí su Magestad, cayó el muchacho que era ya de onze años y dióse tan bravo golpe en la cabeza, que no solo perdió de todo punto el sentido y la habla, sin la qual estuvo mas de tres quartos de hora, pero tuvo muchos vomitos de lo que avia comido, y alguna cólera y sangre por los narizes, y por los oidos, truxeron le luego á Madrid, y llamaron al Dotor JOÃO GUTIERREZ de Santander, Medico de Camara de sa Magestad, y su Protomedico general, el qual como vio assi al muchacho hizo me luego llamar. (*Pratica y teorica*, 2.^a parte, pag. 189).

sitiou S. Quintin, o facto acima referido passou-se em 1570 ou 1571. Ora, logo em seguida o rei mandava o seu cirurgião acompanhar D. João de Áustria ao Levante na guerra que êste ia empreender contra os turcos.

É sabido que Pio V, receoso de que o Mediterrâneo occidental caisse no poderio do Islam, excitou o zêlo de Filipe II para que apoiasse uma ação decisiva contra os turcos e o monarca aproveitou o ensejo para aniquilar os seus inimigos em crença. Concertou-se uma liga entre o papa, a Espanha e Veneza e, pregada a cruzada contra os infieis, organizou-se uma esquadra poderosa de 264 naus maiores e menores, com 70.000 marinheiros e combatentes, entregando-se o comando ao bastardo de Carlos V. Foi a essa guerra que DAZA CHACON o acompanhou, embarcando em Cartagena e seguindo a Génova, a Nápoles, à Sicilia, e daí a Corfu, onde encontrou o príncipe que se cobriu de gloria em Lepanto ¹.

Da sua estada em Nápoles, encontramos algumas notícias que interessam. Dois homens doutísimos que se chamavam JOÃO ANTÓNIO PISANO e MATEUS LONGO, ambos protomédicos do reino, o haviam certificado de que haviam visto uma caveira que não apresentava suturas ².

Também ali aprendeu um curioso processo de tratamento das feridas do crânio. Tendo visto um criança que o havia amolgado, um cirurgião da terra disse-lhe que em semelhantes casos era vantajoso exercer tracção sobre a sede da fractura com os dentes ³.

Também aí soube que um cirurgião da Calabria empregava um processo de rinoplastia, sendo o ratalho formado à custa do braço esquerdo. Parece, todavia, que nunca o praticou ⁴.

¹ El año de 71 me mandó S. M. pasase en Levante, donde el señor D. Juan estaba en la guerra contra el turco, y fui a embarcar á Cartagena, y de allí á Barcelona, y á Genova, Napoles y Sicilia, y de allí á Corfu, hasta que nos encontramos con S. A. donde servi hasta el año de 73 que se acabó la jornada de Lepanto (*Idem*, Prologo al lector).

² Y estando yo en Napoles, cerca de la persona del Serenissimo Don Juan de Austria, por mandado del Rey Don Felipe nuestro señor, dos Medicos de allí, que eran Protomedicos del Reyno, hombres doctissimos que se llamavan JUAN ANTONIO PISANO y MATEO LONGO, me certificaron que avian visto una calvaria sin sutura ninguna (*Idem*, 2.^a parte, pag. 133).

³ Estando en Napoles en servicio del Serenissimo don Juan de Austria, por mandado del Rey nuestro Señor, curando un niño que tenia abollado el casco, otro Cirujano de la tierra, que assistia commigo á la cura me dixo que en semejantes casos era practica tirar con los dientes azia a fuera de la cutis (*Idem*, 2.^a parte, pag. 171).

⁴ Estando yo en Napoles en servicio del Serenissimo don Juan de Austria, avia

Finalmente, viu naquela cidade um barbeiro de galera (chamavam-se dêste modo os que rapavam queixos e exercitavam a cirurgia) que tratava os ferimentos do ventre por forma que merece mencionar-se. Depois de ter limpado cuidadosamente de fezes o intestino, cosia a solução de continuidade intestinal com uma tira delgada de pergaminho humedecendo-a com vinho morno, restabelecia o calibre da tripa e deixava os extremos da tira de fora. Suturava depois separadamente o peritoneu, a parede do abdómen com sutura encarnativa e lavava-a com vinho morno, colocando-lhe em cima o emplastro bárbaro que empregava em todas as feridas. Não assistiu DAZA CHACON aos progressos da cura porque se viu obrigado a partir, mas o que viu não o descontentou e ainda ao escrever aconselhava a prática do mesmo processo ¹.

O cirurgião separou-se em 1573 do vencedor dos turcos, despedindo-se dêle em Nápoles, depois da jornada de Navarino. Pediu êle a D. João de Áustria que lhe fizesse uma pequena mercê, mas não faltou quem aconselhasse ao príncipe que lha recusasse e assim succedeu. Anos depois, atribuía a esta circunstância a morte do irmão de Filipe II, porque se estivera ao seu lado não fôra êle vítima da imprudência dos cirurgiões ².

Voltou DAZA CHACON a Espanha com muitas fadigas e perigos que passou no mar e desembarcou em Peniscola, no reino de Valência, seguindo por terra a Madrid ³.

Ai se demorou três anos; quando, porém, em 1576, Filipe II foi a Nossa Senhora de Guadalupe a avistar-se com D. Sebastião, DAZA CHACON recebeu ordem para acompanhar o seu rei ⁴.

Foi esta a sua última viagem. Continuou a exercer o cargo de

en la Calabria un cirujano que restaurava las narizes perdidas, ó la parte dellas que faltava, y hazialo desta manera (*Idem*, 2.^a parte, pag. 210).

¹ Lo que yo vi hacer en Napoles a un Barbero de galera (que assi llaman á los que juntamente son Cirujanos e Barberos) fué que en una tripa rota, aviendo muy bien exprimido las heces, la cosió, estando yo presente, con una hebra sacada de una piel de pergamino muy delgada, y larga, de manera que con mucha facilidad entró por el aguja, y humedeciola con vino tibio y cosió el intestino dexando los cabos fuera, y polvoró la sutura con polvos restritivos, avendo primero dexado su orificio (*Idem*, 2.^a parte, pag. 247).

² *Idem*, 1.^a parte, pag. 451.

³ Y de allí volvi á España con muchos e grandes trabajos que en la navegacion me sucedieron. y me vine a desembarcar á Peniscola en el reino de Valencia, y de allí por tierra á Madrid (*Idem*, Prologo al lector).

⁴ Cuando S. M. fué a N.^{ra} Sn.^a de Guadalupe á verse con el S.^{mo} rey de Portugal D. Sebastian me mandó le fuese a servir, como fui en aquella jornada (*Idem*, *idem*).

cirurgião da real câmara e nessa qualidade conhecia os segredos da alcova das pessoas reais. Assim, narra a respeito da morte de D. João de Áustria, sucedida em 1578, circunstâncias muito interessantes e quási totalmente desconhecidas dos historiadores. Quem havia de supor que tão denodado cabo de guerra, o ambicioso pretendente à coroa de Inglaterra, o vitorioso destruidor dos turcos, havia de morrer miseravelmente às mãos de médicos e cirurgiões imperitos!

Apareceu-lhe um tumor hemorroidário e os assistentes propuseram abri-lo com uma lanceta. O príncipe respondeu simplesmente: «Aqui me tendes, fazei o que quiserdes». Praticada a incisão, veio logo um fluxo de sangue tão copioso que não houve meio de o sustar e, dentro de quatro horas, D. João expirou. Lamentou DAZA CHACON profundamente o facto «cosa digna de llorar y de gran lastima», mas a culpa foi de Sua Alteza. Se lhe não houvesse negado a mercê que lhe pedira e elle continuasse ao seu serviço, nunca se praticaria um erro como se fez ¹.

Em 1580, vendo Filipe II que trinta e sete anos de serviço, com tantas viagens e peregrinações, lhe constituíam direito a algum repouso, deu-lhe a jubilação com o ordenado por inteiro e autorização para residir onde quisesse. Todavia, apesar de DAZA CHACON exaltar o valor da mercê que recebeu, não ficou satisfeito. Assim interpretamos as palavras em que expressa que a jubilação lhe foi concedida quando o rei teria mais precisão do seu serviço ².

Desde então occupou-se todo em limar o seu livro de cirurgia cuja primeira edição saíu em 1584 ³ e que foi obra de dezoito anos de tra-

¹ Don Juan de Austtia... vino a morir miseravelmente a manos de Medicos y Cirujanos, porque consultaran... darle una lancetada en una almorrana, y proponiendo le el caso respondió: Aquí estoy, haced lo que quisierdes: dieron la lancetada, sucedio le luego un fluxo de sangre tan bravo, que con hazer-le todos los remedios possible dentro de quatro horas dió el alma a su criador... A lo menos si yo estuviera en su servicio, no se hiziera un yerro tam grande como se hizo (*Idem* 1.ª parte, pag. 451).

² Fué la merced doblada por dos razones. La primera por ser yo el primero a quien S. M. y el emperador su padre de gloriosa memoria, jubilaron de esta facultad, y la otra por ser ocho dias antes que S. M. se partisse para la guerra de Portugal, donde habia mas necesidad de mi servicio (*Idem*, Prologo al lector).

³ *Practica y teorica de cirugía en romance y latin. Compuesta por el licenciado Dionysio Daça Chacon Cirujano de la Magestad del Rey Don Phelippe II nuestro señor. Dirigido a su S. C. R. M. en Valladolid por Bernardino de S. Domingo.* MDLXXXIII.

Desta edição apenas vimos a primeira parte na Bibliotheca nacional de Madrid. Todavia, supomos que a segunda parte seguiria de perto a publicação da primeira

balho. Nas horas vagas entregava-se à música, como o provam uns versos do licenciado Vergara à frente das primeiras edições do seu livro.

Adquiriu alguns cabedais, de modo que na mediania de que gozava reputava-se com o suficiente ¹.

Não sabemos quando morreu, o que talvez não seja difícil de averiguar em Espanha; é certo, porém, que os dois historiadores da medicina espanhola, MOREJON e CHINCHILLA, o não mencionam, e que a data de 1583 apresentada por POBLACION Y HERNANDEZ na sua *Historia da medicina militar* é inexacta.

DAZA CHACON ainda era vivo em 25 de março de 1596, em que assinava a aprovação da obra de BARTOLOMÉ HIDALGO de AGUERO *Tesoro de la verdadera cirugia*, mas não é crível que muito tempo ainda vivesse quem já contava 86 anos.

MAXIMIANO LEMOS.

porquanto esta tem o seguinte colophon: *A honor y gloria de Jesu Christo Señor y Redemptor nuestro, y de su gloriosissima madre la Virgen Maria, se acabo de imprimir el presente libro en Valladolid, por Bernardino Sãcto domingo, impressor de su Magestad, a 27 de Mayo de 1583.* Supomos que a divergência entre a data do frontispício e a da subscrição se explica pela demora em ultimar a impressão da segunda parte.

¹ Aunque yo (loado Dios) en la mediania de mi estado conseguí lo necessario (*Idem*. Epistola nuncupatoria).

Psicologia e Pedologia

UMA MISSÃO DE ESTUDO NO ESTRANJEIRO

*Relatório apresentado pelo DR. ALVES
DOS SANTOS à Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra.*

I

O decreto de 9 de maio de 1911, que criou e organizou entre nós as faculdades de letras, prescreve no seu artigo 19.º que, anexo a estas faculdades, haverá um *laboratório de psicologia*, «como auxiliar indispensável dos estudos filosóficos e dos estudos pedagógicos das escolas normais superiores», as quais, do mesmo modo, foram criadas e organizadas pelo decreto de 21, do mesmo mês e ano.

Pelo seu lado, o regulamento do primeiro daquêles decretos, com data de 19 de agosto de 1911, enumera, entre os trabalhos práticos a que devem satisfazer os alunos das faculdades de letras, *exercícios de psicologia experimental*; e, no seu artigo 49.º e seguintes, determina as condições em que deve funcionar o referido laboratório.

A faculdade de letras da Universidade de Coimbra, no intuito de dar rápida execução a estas disposições legais, como o exigem o prestígio do legislador e as necessidades do ensino, resolveu, no decorrer do próximo passado ano lectivo, enviar ao estrangeiro um dos seus professores, a fim de que, aí, pela frequência dalguma ou dalgumas escolas de reputação consagrada, êsse professor pudesse adquirir conhecimentos especiais sôbre psicologia experimental e, assim, habilitar-se a organizar o primeiro laboratório psicológico do nosso país.

Quis a minha boa fortuna que sôbre mim incidisse o voto da faculdade de letras, assinalando-me dêste modo para o desempenho de tão árdua, como delicada e honrosa missão.

Fui; e do modo como me exonerei dêsse encargo venho agora

prestar contas à Faculdade, na convicção de que procurei, por todos os meios ao meu alcance, tornar-me digno da confiança que na minha inteligência e na minha probidade depositaram os meus colegas, aos quais rendo, no início dêste relatório, as mais vivas homenagens do meu respeito, de par com os mais puros e cordiais sentimentos da minha gratidão.

II

Conquanto a indole especial da minha comissão me adstringisse quasi exclusivamente aos estudos superiores que se professam nas Universidades, pois que, por via de regra, é nestas que se encontram cursos teóricos e práticos e laboratórios de psicologia, organizados segundo os princípios e as normas da sciência, contudo devo dizer, desde já, que me não limitei, nas minhas investigações, à freqüência dalguns dêsses cursos e laboratórios; mas aproveitei o ensejo para estudar, *sur place*, a organização do ensino público em todos os seus graus, na Suíssa, porque, assim procedendo, não só dava satisfação às predilêções do meu espírito, como também me habilitava a prestar alguns serviços á causa da instrução nacional.

Dêste modo, visitando as principais escolas primárias, secundárias, superiores e especiais dalguns cantões daquele país; entrando em relações com as suas autoridades escolares; privando com os professores e directores dos respectivos estabelecimentos; consultando a legislação que, ao presente, vigora neles; e assistindo às lições professadas nessas escolas, adquiri conhecimentos suficientes para agora me reputar habilitado a escrever sôbre a organização de todos êsses serviços uma monografia, que penso não será destituída de todo o interesse, nem resultará absolutamente inútil, como elemento de comparação e de elucidação, que possa aproveitar a possíveis modificações ou reformas que por ventura se venham a empreender sôbre a economia do ensino, ou sôbre os organismos da nossa instrução pública.

Referi-me à organização do ensino público na Suíssa; mas nessa monografia, cuja elaboração presto será concluída, não deixarei de fazer largas e curiosas referências à vida, em todas as suas manifestações, do povo suíço, cuja elevada cultura é um resultado maravilhoso da eficácia da educação, tanto pública, como particular, que nesse país atingiu o seu máximo de intensidade ¹.

¹ Para se avaliar da importância e do alcance dêste trabalho, no qual tenho

III

Posto isto, podemos agora proseguir no relato dos resultados especiais que colhi sôbre a missão, de que me deu cargo a faculdade de letras.

posto toda a amorável solicitude, de que sou capaz, aqui deixo consignado o seu plano, que é assim delineado :

UMA MISSÃO DE ESTUDO NA SUÍSSA

INTRODUÇÃO

A reforma da Universidade de Coimbra pelo govêrno provisório. Consequências imediatas dessa reforma. Descentralização e autonomia dos organismos do ensino. A vida das faculdades; seus progressos; sua expansão. O espírito novo. As missões scientificas no estrangeiro. A minha missão.

PARTE PRIMEIRA

A instrução e a educação na Suíssa

CAPÍTULO I

A Suíssa. Aspecto geral do país. Orografia; hipsometria; climatologia. As cidades. Os lagos. A população. Costumes. Comércio; indústrias; agricultura. A balança comercial da Suíssa. Regime político e administrativo. Autonomia dos cantões. Federação. Unidade e variedade; concentração e dispersão. Síntese histórica da nacionalidade.

CAPÍTULO II

A organização do ensino público nos 22 cantões da Suíssa. Bases em que assenta e princípios que a informam. As diferenças cantonais; suas causas. Orientação filosófica e tendências pedagógicas do ensino. A instrução e a educação, pela acção. A escola, como prática, resumo e aprendizagem da vida. O génio nacional; suas manifestações. A cultura mental, moral e estética dos suíços. A sua sciência e a sua civilização.

CAPÍTULO III

O ensino primário e infantil na Suíssa. Escolas, mestres e alunos. Obrigatoriedade e gratuidade do ensino. Assistência escolar. Receitas e despesas. Estatística das escolas. Instalação material e organização pedagógica. Resultados do ensino. A difusão da instrução popular na Suíssa. Resumo e conclusões.

CAPÍTULO IV

O ensino secundário e o ensino especial; sua índole e organização. Colégios e ginásios. Escolas profissionais, industriais e de artes e officios. As escolas *ménagers* na Suíssa. O ensino das crianças anormais. Dados estatísticos. A formação e a selecção dos mestres.

CAPÍTULO V

O ensino superior. Universidades; politécnicos. Espírito dêste ensino. Mé-

Parti de Lisbôa, nos primeiros dias da primeira quinzena de agosto, a bordo dum navio francês, que me levou a Marselha, depois de haver tocado em Barcelona.

Visitei alguns estabelecimentos de ensino daquela importante cidade do Mediterrâneo e, em seguida, parti para Lyon, onde me demorei o tempo indispensável para vêr as escolas que possui e obter informações acerca do seu funcionamento. Como existe em Lyon um laboratório de psicologia e pedagogia, de iniciativa municipal, fui vê-lo e não perdi o meu tempo, porque tive ensejo, pelas informações que recebi, de apreciar com justeza os excelentes trabalhos de Mr. NARAC sobre a psicometria da atenção.

Depois, segui em direcção à Suíça, escolhendo para centro dos meus estudos a cidade de Genebra, onde cheguei, nos últimos dias de agosto.

As razões desta escolha são de fácil compreensão, bastando enunciá-las para, desde logo, se aceitarem como perentórias.

todos e resultados. Professores e alunos. Centros de investigação científica e de cultura moral e estética, sob a influência das Universidades. A expansão da cultura superior dos suíços. A sua liberdade; a sua independência; o seu civismo.

PARTE SEGUNDA

A Psicologia e a Pedagogia nas Universidades de Paris e de Genebra e no Instituto J. J. Rousseau

CAPÍTULO I

O ensino da psicologia experimental e das sciências da educação, na Universidade de Genebra. Cursos e conferências. Frequência e prática do laboratório. EDUARDO CLAPARÈDE e TH. FLOURNOY. Os «*Archives de Psychologie*». Experiências; métodos; e resultados gerais. O Congresso internacional de psicologia, de 1909; sua influência nos processos de investigação científica, usados na Suíça. A obra dos psicólogos genebreses na solução dalguns problemas da psicologia analítica.

CAPÍTULO II

A psicologia experimental e a psicopedagogia na Universidade de Paris. O laboratório psicológico da *Escola dos Altos Estudos*. Mr. PIÉRON e o Dr. TOULOUSE. A psicopatologia e a psiquiatria no Colégio de França e na *Salpêtrière*. Psicologia zoológica; seu estudo no Instituto Psicológico do *Museum*. A medida da inteligência pelo método dos *tests*; trabalhos do laboratório de pedagogia experimental sobre este assunto. Síntese da sciência franceza em relação aos estudos psicológicos.

CAPÍTULO III

As sciências da educação no Instituto Rousseau. Orientação do ensino. Fins a que tende. Resultados que produz. Mestres e alunos. Cursos gerais e lições em série. A pedagogia nova.

Genebra, pelo incontestável brilhantismo dos seus estudos que lhe atrai, todos os anos, cada vez em maior número, estudiosos de todos os países, é considerada hoje como o primeiro centro intelectual da Suíça e, depois de Paris, um dos mais notáveis, se não o mais notável foco de cultura científica da raça latina.

Para se avaliar da importância da sua Universidade (a antiga Academia fundada pelo célebre reformador CALVINO), basta que se diga que, de todas as Universidades suíças, é a mais perfeita e completa, a mais bem instalada e organizada e aquélla que acusa uma maior frequência de alunos, de ambos os sexos, tanto nacionais como estrangeiros.

Possuindo cinco faculdades, em quasi todas elas se professam, embora sob títulos e com intuits diferentes, as sciências psicológicas e pedagógicas, para assim se revelar o valor que é attribuído, nos respectivos planos de ensino, a estas sciências.

Pelo que respeita determinadamente à psicologia, além dos cursos especiais que lhe são destinados na faculdade de sciências, com prática de laboratório ¹, há a mencionar, entre outros, os notabilissimos cursos de *psicologia genética* ² e de *psicologia analítica* ³, que se professam na faculdade de letras, e ainda certos estudos das faculdades de direito e de medicina, que se relacionam com a psicologia e a pedagogia. Isto sem falar nas cadeiras de filosofia, história da filosofia, pedagogia e história da pedagogia, lógica e moral, cujo número é considerável na Universidade de Genebra ⁴.

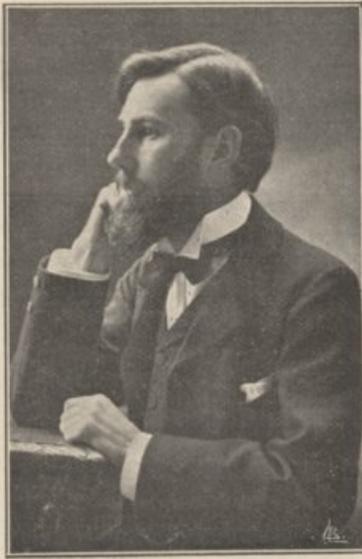
¹ CURSOS DO DR. CLAPARÈDE: 1) *Psicologia experimental* (A medida em psicologia. Estudo experimental das principais funções psíquicas, com exercícios); 2) *Investigações especiais*, no laboratório; 3) *Psicologia da criança* (A evolução mental. Problemas e métodos da psicologia infantil. Investigações e experiências). Curso do DR. TH. FLOURNOY: *Psicologia e filosofia das sciências*. Cursos de M. WACLAW RADECKI: 1) *A vida psíquica subconsciente*; 2) *Psicologia dos sentimentos estéticos e da criação artistica*.

² DO DR. ADOLPHE FERRIÈRE (Biologia e hereditariedade. O interesse na criança e no adulto. Evolução intelectual, volicional e afectiva).

³ DE M. WINCENTY LUTOSLAWSKI (Psicologia da vontade).

⁴ Citarei as principais: 1) de M. CHARLES WERNER — *História da filosofia* (A filosofia, desde as origens do pensamento grego até á Renascença); *Filosofia* (As principais teorias da estética, desde KANT até hoje); *Conferência de filosofia* (Leitura e interpretação das *Meditações metafísicas* de DESCARTES. Dissertações e discussões); 2) de M. ADRIEN NAVILLE — *Lógica*; 3) de M. ALBERT MALSCH — *História da Pedagogia*; *Conferência de Pedagogia*; 4) de M. JULES DUBOIS — *História da Pedagogia* (Esbôço dos principais tipos pedagógicos); *Conferências pedagógicas*. (O ensino educativo pela escola); 5) de M.^{me} THÉRÈSE DUFUR-BROCHER — *Introdução á história da filosofia* (A evolução do pensamento, sob o ponto de vista filosófico); 6) de M. GEORGES BERGUER — *Psicologia religiosa anormal*; etc.; etc.

Por outro lado, ninguém ignora que Genebra é a terra natal e a residência dum dos mais ilustres psicólogos contemporâneos, o eminente e prestigioso sábio EDOUARD CLAPARÈDE, a cujo cargo está a direcção do laboratório psicológico da Universidade e a quem se devem, além doutros trabalhos de valor, os «*Archives de Psychologie*», precioso repositório de investigações psíquicas que, desde 1902, vê a luz da publicidade em Genebra, constituindo já, tanto pela sua qualidade, como por sua extensão (13 grossos volumes), uma obra colossal



*A casa do Claparède em Genebra
sua casa affectiva
Genebra, Nov. 1912. L. Claparède*

de psicologia que, no dizer de J. DE LA VAISSIÈRE¹, é, juntamente com o «*Journal de Psychologie normale et pathologique*», o melhor jornal exclusivamente psicológico que existe em língua francesa.

Acresce a circunstância de se haver fundado, nesta mesma cidade, um Instituto de sciências psicológicas e de educação, que funciona êste ano pela primeira vez e que eu sabia ser destinado a iniciar e a adestrar na prática pedagógica e na técnica das sciências psicológicas experimentais todos quantos, no país, ou no estrangeiro, quisessem preparar-se ou aperfeiçoar-se na arte de ensinar, segundo os princípios da pedagogia moderna.

Importa ainda advertir que Genebra, pela sua admirável situação geográfica, se presta óptimamente ao fim que eu tinha em vista; porque, quasi no centro da Europa e ligada a toda a Suíça pela rede dos caminhos de ferro federais e às cidades, banhadas pelo lago Léman, por carreiras freqüentes de vapores, torna fácil e económica a deslocação de quem se proponha estudar o país e as suas instituições, não em simples e rápidas visitas de passagem, mas de passo, com ordem e persistência. Lausanne, por exemplo, fica a uma hora de Genebra, tanto por terra, como pelo lago; Vevey e Montreux, a pouco mais; e assim por diante.

A rede ferro-viária da Suíça é tão completa e acha-se tão bem distribuída que é fácil a quem resida em Genebra visitar todo o país,

¹ *Eléments de Psychologie expérimentale*, 1912.

em dias sucessivos ou interpolados, sem deixar de regressar a esta cidade, ao fim de cada dia.

Assim, de Genebra vai-se a Berne e a Neuchatel, em menos de três horas; a Fribourg, em duas horas e, de modo análogo, a outras localidades; de maneira que é sempre possível, mesmo em relação a cidades mais distantes, como Zürich, Bâle, Lucerna e outras, fazer-se uma viagem de ida e volta, em poucos dias e até no mesmo dia, com grande economia de tempo e dinheiro, como facilmente se compreende.

Depois, as excursões escolares e outras, organizadas pelas sociedades de propaganda regional, tornam ainda mais fáceis e baratas estas viagens; donde resulta que, por todas estas razões, Genebra era, em verdade, a cidade ideal para servir de centro aos trabalhos da minha missão.

IV

Cheguei a Genebra, como disse, em fins de agosto. Ora como as escolas primárias, secundárias e especiais principiam a funcionar, em quasi toda a Suíça, no primeiro dia util de setembro, e como a Universidade só abria em meados de outubro, meti ombros á empresa de estudar directamente a organização do ensino, daqueles graus, nos cantões da Suíça latina e indirectamente nos outros cantões, aproveitando todas as oportunidades para ver as respectivas escolas e pôr-me em contacto com os seus professores.

Nisto empreguei, exclusivamente e sem descanso, os primeiros quinze dias de setembro, deixando as escolas de Genebra para a segunda quinzena dêsse mês, em virtude de haver conseguido do Reitor e do director do laboratório de psicologia da Universidade a indispensável autorização para iniciar os meus estudos de *psicometria*, nesse laboratório, durante a referida quinzena; o que realizei, sem jâmais, por uma judiciosa e calculada distribuição de tempo, deixar de proseguir na faina de conhecer a engrenagem do ensino, tanto público, como particular, principalmente no cantão de Genebra; e sem deixar de assistir a várias conferências públicas, aí realizadas, sôbre assuntos, cujo conhecimento me interessava, como as que, por exemplo, foram efectuadas, por ocasião dos congressos da Paz, e de antropologia preistórica, celebrados em setembro, na cidade de Genebra.

Dentre estas conferências, destacarei, com satisfação, pelo vivo prazer intelectual que me proporcionaram, uma conferência de Mr. CARTAILLAC sôbre o homem das cavernas e a civilização paleolítica ¹;

¹ Esta conferência, a que assistiram milhares de pessoas, foi ilustrada com

outra de M. GODIN sôbre a influência da puberdade nos fenómenos de crescimento; e ainda uma terceira de M.^{me} SÉVERINE sôbre as causas da guerra e as tentativas do pacifismo para a solução incruenta dos conflitos internacionais.

V

Foi na ausência do Dr. CLAPARÈDE, chamado, primeiro, a Bruxelas pelo govêrno belga, para fazer uma série de conferências sôbre pedologia; e, depois, tendo de partir para Budapest, por motivo do falecimento duma pessoa de familia, que eu iniciei os meus trabalhos de *psicologia quantitativa*.

Mas, por felicidade minha, M.^{elle} MARIE DE LANGE, licenciada em sciências sociais, e M. KATRASOFF, assistentes do laboratório; estavam em Genebra e, juntamente com um professor suíço adestrado na técnica psicológica, puseram-se logo à minha disposição; donde resultou que me foi possível, sem perda de tempo, começar pela aprendizagem daquela tecnica.

Desde meados de setembro até meados de outubro, com ligeiras interrupções, que eu aproveitava sempre para vêr escolas em Genebra, ou para ir a alguma cidade da Confederação, durante êsse mês e muito metódicamente, fui tomando conhecimento dos aparelhos e utensílios que existem no laboratório, adquirindo, ao mesmo tempo, a prática do seu manejo e estudando o modo mais útil e proveitoso de fazer experiências de psicometria.

Assim, sob a direcção e com o auxilio dos assistentes do laboratório, conseguí realizar algumas dêssas experiências; como, por exemplo, determinação do *limiar absoluto e diferencial* das sensações (estesiometria e algiesimetria); percepção estereognóstica; localizações tácteis; ilusões de pezo e de volume; avaliação das grandezas visuais pelo *aparato* de Münsterberg; ilusões ópticas; tempos de reacção e de associação (psicocronometria); medida da memória, por vários processos; técnica dos cronoscópios e dos cilindros registadores (cimógrafos); e, finalmente, experiências sôbre esfigmografia e pletismo-grafia.

Serviam de *sujets* vários estudiosos que, então, já freqüentavam o laboratório e, algumas vezes, fomos buscá-los a escolas primárias de Genebra.

projecções luminosas, que reproduziam no *écran* fotografias inéditas de desenhos encontrados nas paredes das cavernas, de par com impressões de animais, contemporâneos dos tróglodítas.

A Universidade abria, a 15 de outubro; mas, como os cursos só principiavam a funcionar dez dias depois, empreguei êsse lapso de tempo a visitar as instalações da Universidade (laboratórios, estufas, gabinetes, museus, etc.), então já patentes aos alunos e *auditores*.

VI

Chegava, nesta ocasião, o Dr. CLAPARÈDE que, assumindo a direção do laboratório de psicologia, inaugurava, a 25 de outubro, o seu curso prático de psicologia experimental e, a 27 do mesmo mês, a sua cadeira de psicologia infantil, na Universidade.

Já antes, a 21 de outubro, tinha aberto o Instituto J. J. Rousseau que, poucos dias depois, franqueava as suas salas á melhor sociedade genebresca para comemorar, com uma sessão solene, aquela auspiciosa abertura.

Foi CLAPARÈDE quem fez o discurso inaugural, seguindo-se-lhe no uso da palavra o professor MILLIoud, da Universidade de Lausanne, e Mr. BOVET, professor da Universidade de Neuchatel, que ficava dirigindo o Instituto.

O tempo que decorre desde esta época até à minha saída de Genebra, a 19 de novembro, foi todo repartido entre os trabalhos e as preocupações da Universidade e as lições do Instituto.

Assim, pelo que respeita à Universidade, não faltei a nenhuma das dez lições dos cursos de psicologia e de pedologia, do Dr. CLAPARÈDE, tendo adquirido, no decorrer delas, uma sôma maior e mais exacta de conhecimentos positivos, do que aquela que me seria possível obter, ao cabo de muitos meses, se os passasse todos a queimar as pestanas, debruçado sôbre a sciência escrita dos tratadistas de psicologia!

Depois, que de horizontes novos não foram abertos à curiosidade do meu espirito...

Sob a influência do *pessimismo* de KOSTYLEFF¹, que afoitou o cauto *negativismo* de LA VAISSIÈRE², o meu espirito sofria duma certa perplexidade acêrca da legitimidade da *psicometria* e do seu valor real, como método de análise dos *processos psíquicos*.

De resto, esta perplexidade era natural, sendo de há muito conhecido o parcial insucesso da *psicofísica clássica*, posto em relêvo pela

¹ *La crise de la Psychologie expérimentale*, 1911.

² *Éléments de Psychologie expérimentale*, 1912.

crítica de FOUCAULT¹, a respeito da *lei de WEBER*, generalizada por FECHNER.

Em última análise, a questão é esta. ¿Pode medir-se a *psicose* e, na hipótese afirmativa, que valor tem essa medida para o efeito de penetrarmos a sua natureza específica?

De modo directo, é evidente que não, porque seria impossível considerar uma sensação, por exemplo, como uma *grandeza* e aplicar a esta sensação uma outra, tomada por unidade, para contar depois quantas vezes esta se contém naquela; o que, em verdade, sómente poderá verificar-se, dum modo geral, em relação aos fenómenos objectivos ou às *grandezas espaciais*.

Mas esta impossibilidade não invalida a psicometria, porque a medida da *psicose* pode conseguir-se, *de modo indirecto*, isto é, por suas *causas físicas* ou por seus *efeitos dinâmicos*, contanto que estas causas e efeitos possam, por sua vez, reduzir-se a termos espaciais ou numeráveis, que é o que sucede precisamente com outros fenómenos da Natureza, *mesmo objectivos*.

Assim, por exemplo, o calor e a electricidade, como energias que são, não podem medir-se directamente ou em si mesmos, mas indirectamente ou nos efeitos que produzem sobre os corpos: o calor, pela dilatação duma barra de metal ou duma coluna líquida; a energia eléctrica, pelo desvio duma agulha².

Além de que, mesmo sob o aspecto rigorosamente psicológico, é sempre possível à consciência representar-se, ao menos com aproximação, a igualdade ou a proporcionalidade de dois ou mais actos de conhecimento subjectivo. Por exemplo: entre duas dores que se hajam experimentado, poder-se há certamente, desde que se confrontem, saber qual é a mais intensa e até, por uma análise introspectiva, sem dúvida muito delicada, conhecer, até certo ponto, a gradação dessa intensidade.

Mas, supondo mesmo que a *medida psíquica* nem fosse realizável directa, nem indirectamente, o que é impossível conceder, sem prejudicar a verdade, ainda subsistiria a *incontrovertida relação* que existe entre o *excitante* e a respectiva sensação, como se prova pela existência do *limiar absoluto e diferencial* das sensações, e pela certeza de que, na escala média destas, sempre se produzirá uma diferença apreciável de sensação todas as vezes que à respectiva excitação se ajuntar uma quantidade que dela seja uma fracção constante.

¹ *Psychophysique*, 1901.

² Cf. E. CLAPARÈDE, *Rapport sur le Laboratoire de Psychologie*, 1907.

Ora foi precisamente sôbre a verificação experimental das *leis psicofísicas* que me derivou maior proveito da freqüência do laboratório de Genebra.

Existe hoje no meu espírito a convicção bem arraigada de que a psicofísica, não sómente é legítima, como processô de análise psíquica, mas também que, pela aplicação do *método dos limites*, do *método de constância* e do *método do erro médio*, se pode chegar a estabelecer, com a maior segurança, o sistema de *relações intrínsecas*, que existe entre a *psicose* e a causa física que a produz, ou que dela é o *antecedente natural, lógico e necessário*.

Donde resulta que, embora no estado actual da sciência se não possa afirmar que o fenómeno físico, ou as modificações operadas por êste na substância nervosa, sejam a *causa adequada* do *processo psíquico*, contudo, ninguêm, com razão, poderá contestar que a medida daquele fenómeno possa esclarecer o problema da natureza específica dêste. E isto é que é fundamental.

Mas a psicometria não se reduz à psicofísica. Ha ainda a *psicodinâmica*, que mede os efeitos e os concomitantes fisiológicos da *psicose*; e a *psicocronometria*, que mede o tempo de que ela carece para se realizar ¹.

Ora, não sómente sôbre a técnica destas operações, como também e principalmente sôbre os *resultados* que delas se podem colhêr, foram consideráveis as noções que adquiri, o que facilita agora a minha tarefa de professor, ao ter de ensinar aos meus alunos êste capítulo especial da psicologia.

Segue-se, agora, a enumeração doutras conferências e lições a que assisti, durante os meses de outubro e novembro, na Universidade de Genebra: do Dr. E. NAVILLE, sôbre *Lógica*, nos dias 25, 28 e 30 de outubro, 1, 4, 6, 8 e 11 de novembro; do Dr. JULES DUBOIS, sôbre *História da Pedagogia*, nos dias 25 e 29 de outubro, 1, 8 e 12 de novembro; do Dr. TH. FLOURNOY, sôbre *Psicologia e Filosofia das sciências*, nos dias 25 e 26 de outubro, 1, 2, 8 e 9 de novembro; finalmente, do Dr. FERRIÈRE, sôbre *Psicologia genética*, no dia 26 de outubro, 2 e 9 de novembro.

¹ «L'évolution de la psychologie, depuis un demi-siècle, nous montre que les faits mentaux ont pu, jusqu'ici, être mesurés: 1) par les excitants objectifs qui les occasionnent; c'est la *psychophysique*; 2) par le temps qu'ils nécessitent pour s'accomplir; c'est la *psychochronométrie*; 3) par leurs effets ou concomitants dynamiques ou physiologiques; c'est la *psychodynamique*, ou la *psychophysiologie* au sens restreint; 4) enfin, dans certains cas, on a recours à la *méthode statistique*, qui permet aussi de représenter par un rapport numérique la relation de deux phénomènes». Dr. CLAPARÈDE, *Rapport* cit.

VII

Para concluir este relatório, na parte atinente à minha missão na Suíssa, resta ainda fazer a exposição dos trabalhos empreendidos no Instituto J. J. Rousseau; e esclarecer a Faculdade sôbre a compra dos aparelhos destinados ao laboratório de psicologia.

O Instituto abriu, como disse, a 21 de outubro, pela inscrição de alunos, de diferentes nacionalidades e de ambos os sexos, destinando-se uns à freqüência dos cursos semestrais e outros à assistência das lições em série.

Referir-me hei sómente a estas, porque foram as únicas que pude aproveitar; e, na impossibilidade de entrar em minudências, que me levariam muito longe, limitar-me hei a indicar o assunto geral das lições de cada curso que frequentei: 1) Curso do Dr. PAUL GODIN, laureado do Instituto e da Academia de Medicina, sôbre *a evolução do corpo da criança*, em sete lições. No dia 24 de outubro, *morfologia humana em função de crescimento*; no dia 26, *crescimento; proporções métricas desde o nascimento até à idade adulta*; no dia 28, *prática da observação; influências que agem sôbre o crescimento*; no dia 31, *influência da função de reprodução; puberdade*; no dia 2 de novembro, *leis do crescimento*; no dia 7, *as correlações do crescimento e da individualidade*; e, finalmente, no dia 9, *relações do crescimento com a inteligência*¹.

Estas lições, realizadas com o auxilio de óptimo material didáctico, de exemplificação e comparação (esqueletos; manequins; um homem nú; crianças núas, de diferentes idades e de ambos os sexos; quadros parietais, com esquemas e vários gráficos; aparelhos de mensurações somáticas, etc.), eram seguidas de sessões destinadas a iniciar na *prática antropométrica* todos os assistentes, e a comprovar experimentalmente as noções teóricas expendidas pelo professor.

Para se ajuizar do valor científico e da importância pedagógica destas sessões, que nunca duravam menos de duas horas, aqui deixo consignado um modelo de *monografia*, que cada aluno era convidado a elaborar, em sua casa, depois de haver mensurado o individuo que

¹ No Programa da Escola, aparece o seguinte sumário destas lições: *O estudo do crescimento; sua história; método actual. Noções indispensáveis de anatomia. O crescimento embrio-fetal. A que ponto é chegado o desinvolvimento do recém-nascido. Crescimento escolar. Puberdade; precocidade; atraso, suas causas. Individualidade do desenvolvimento. Deduções educativas.*

lhe fôra designado e de, acêrca dele, ter obtido os esclarecimentos necessários, os quais lhe eram fornecidos pelo *bureau* da escola:

MONOGRAFIA

	Medidas (21)	Notações
Projecções verticais (8)	1) Vértice (assentado).	Nome — Prenomes.
	2) Vértice (em pé).	Data do nascimento.
	3) Canal auditivo.	País de origem da família.
	4) Fúrcula external.	Residência.
	5) Acromion.	Estatura do pai.
	6) Médio.	Estatura da mãe.
	7) Púbis.	Antecedentes hereditários.
	8) Grande trocânter.	Hábitos e estados transmitidos:
Diâmetros (5)	9) Antero posterior do tórax.	a) pelo pai. b) pela mãe.
	10) Antero transversal.	Antecedentes pessoais.
	11) Antero posterior do cranio.	Malformações. Deformações.
	12) Antero transversal.	Particularidades.
	13) Antero vertical.	<i>Silhouette</i> (conjunto) ¹ .
Circunferências (5)	14) Torácica sob os mamilos.	Disposição ² { ao despertar. na ocasião das refeições. em face dum obstáculo.
	15) Torácica xifisternal, em repouso.	Alternances { duração do repouso } para read- suficiente } quirir es- (avaliado } fôrço con- em minu- } sciente. tos)
	16) Torácica xifisternal, em inspiração.	
	17) Antebraço, mínimo.	
	18) Antebraço, máximo.	
Outras medidas (3)	19) Pêso.	
	20) Contórno do pé.	Rapidez da { sob uma ordem ; passagem } espontâneamente ; à acção ³ } mudando de occupação.
	21) Contórno da mão.	

2) Curso prático de M.^{me} MADAY, sôbre *inquêritos sociais relativos à infância*, em cinco lições. Finalmente, 3) Curso teórico e prático, de M.^{me} C. DU COLLET, do Conservatório de Paris, sôbre *Póse e educação da voz*, em doze lições, de hora e meia cada uma. Indicarei, consultando as minhas notas, o assunto geral dessas lições: *A voz*;

¹ Alto, baixo, magro, gordo, atarracado, esbelto, etc.

² Alegre, triste, desairoso.

³ Rápido, médio, lento.

suas alterações. Causas da perda da voz. Os movimentos da laringe, durante a fonação. A emissão; a respiração; a articulação. Leis que regem a voz humana. A unidade da voz. Exercícios de articulação, declamação e leitura. Método de reeducação da voz. O canto coral nas escolas.

VIII

Nesta altura dos meus trabalhos, quando me reputava já suficientemente habilitado, pelos conhecimentos que tinha adquirido, a realizar uma aquisição conscienciosa de aparelhos para o nosso laboratório, escrevi a M.^{elle} IOTAYKO, a pedir-lhe esclarecimentos e informações sôbre essa aquisição. E foi por seu intermédio que eu entrei em relações com a casa Drosten, de Bruxelas, a qual me enviou uma lista de aparelhos, cujos tipos foram, há pouco, adoptados oficialmente pelo governo belga, e que ela tem fornecido às sociedades e laboratórios de psicologia, e ainda, muito recentemente, forneceu a M.^{elle} IOTAYKO para o laboratório psicológico da *Faculdade Internacional de Pedologia*, de que é fundadora.

Ao mesmo tempo, escrevia à casa Zimmermann, de Leipzig, para o mesmo fim; e ia a Neuchatel, por conselho do Dr. CLAPARÈDE, para examinar e me informar pessoalmente, junto dos construtores Peyer & Favarger, acêrca da qualidade e preço dos aparelhos, que eu pretendia comprar.

Mas, ao cabo de todas estas pesquisas e indagações, convenci-me de que a compra me seria mais vantajosa em Paris, na casa Boullite, que eu já conhecia e, porisso, tomei a resolução de a reservar para lá.

Foi a 19 de novembro que eu, com viva emoção, deixei a formosa cidade que, na pessoa de suas autoridades e de muitos dos seus mestres e alunos, com tamanha e tão cativante amabilidade, me tinha acolhido e auxiliado.

Parti para Paris; e, na despedida, o Dr. EDOUARD CLAPARÈDE, que me tinha confundido com a sua penhorante solicitude, oferecendo-me a sua casa, sentando-me à sua mesa, apresentando-me aos seus amigos, auxiliando-me em tudo, com os seus conselhos, prestando-me, numa palavra, todos os serviços de que eu carecia para levar a bom termo a minha missão, o Dr. CLAPARÈDE, ao cabo de tudo isto, ainda me dizia, visivelmente comovido e magoado: «Merci de votre visite à Genève. Excusez nous de vous avoir si mal reçu. Nous faisons tous nos vœux pour votre santé et pour votre bon retour à Coimbra!».

Era positivamente a lição e o exemplo dum nobre carácter, que à perspicácia duma clara inteligência alia a máxima bondade do mais bem formado de todos os corações...

IX

Em Paris, demorei-me apenas doze dias; mas, nesse curto lapso de tempo, penso ter aproveitado muito.

Em primeiro lugar, visitei os laboratórios de fisiologia e de psicologia da *Escola dos Altos Estudos*, instalada na Sorbonne, onde fui recebido por um dos mais prestimosos e dedicados amigos e colaboradores do falecido psicólogo BINET, o ilustre professor Mr. PIÉRON que, em duas sessões, me mostrou todas as instalações do segundo daqueles laboratórios e me deu proveitosas informações e utilísimos esclarecimentos sôbre a técnica da psicologia experimental e sôbre o funcionamento de diferentes aparelhos.

Também amigo e admirador de CLAPARÈDE, teve vivo prazer em trocar comigo ideias e opiniões sôbre os métodos empregados em Genebra, cujo elogio fez.

As relações que criei com êste notável homem de ciência e que procurarei conservar e aumentar, sem dúvida que virão a exercer benéfica influência na prática do meu ensino.

Fui, depois, ao *Museum d'Histoire Naturelle* ver o *Instituto Psicológico*, que se destina ao estudo experimental da psicologia zoológica; visitei em seguida, o *laboratório clínico de neurologia*, da Salpêtrière; e, finalmente, estive no *laboratório de pedagogia normal*, da escola primária de Grange-aux-Belles, onde me foi dado apreciar, pela análise dalguns *tests*, o processo que lá se adopta no estudo das aptidões mentais e morais das crianças.

E, como a hora do regresso se aproximasse, os últimos dias foram destinados à compra de livros sôbre técnica de psicologia experimental, e dos aparelhos, na casa Boulitte.

Segue-se a lista dêsses livros e aparêlhos:

Livros

E. CLAPARÈDE, *Rapport sur le laboratoire de Psychologie*, 1906; TOULOUSE, VASCHIDE et PIÉRON, *Technique de Psychologie expérimentale*, 1911, dois volumes; ALIOTTA, *La misura in Psicologia*, 1905; BINET, *Introduction à la Psychologie expérimentale*; I. DE LA VAISSIÈRE, *Éléments de Psychologie expérimentale*, 1912; SCHULZE, *Aus der Werkstatt der*

experimentellen Psychologie und Pädagogik, 1909; J. PHILIPPE, *Technique du chronomètre de d'Arsonval*, 1899; I. IOTAYKO, *Aide mémoire de Psychologie expérimentale et de Pédologie*, 1909; G. PERSIGOUT, *Essais de pédologie générale*; SANTE DE SANCTIS, *Psicologia sperimentale e Pedagogia*, 1911; CHARLES U. JUDD, *Laboratory Equipment For Psychological experiments*, 1908; IDEM, *Laboratory Manual of Psychology*, 1908; TITCHENER, *Experimental Psychology, A Manual of laboratory practice*, 1901-1909, quatro volumes; DR. COLLET, *L'Odorat et ses troubles*, 1904; MAREY, *Méthode graphique*; IDEM, *Circulation du sang*; CLAPARÈDE, *Archives de Psychologie* (alguns fascículos); F. GUEUX, *Annuaire de l'instr. publique*, 1911.

Aparelhos, acessórios e utensílios

1) Cilindro registador de Marey, n.º 1 (cimógrafo); 2) fôlhas de papel para traçados; 3) tina para envernizar; 4) verniz para fixar os traçados; 5) pavios de cera para defumar as fôlhas; 6) dois suportes de Marey, sendo um com excêntrico de Pachon; 7) dois tambores de Marey, modelo simples; 8) dois, de alavanca, muito sensíveis, modelo aperfeiçoado; 9) tubos de borracha, com válvula; 10) cronógrafo directo, de Iaquet; 11) pneumógrafo de Marey; 12) pletismógrafo de Hallion e Conte; 13) cardiógrafo de Pachon; 14) esfigmógrafo de transmissão, de Marey; 15) ergógrafo completo, de Mosso; 16) cronómetro eléctrico de d'Arsonval; 17) pilhas eléctricas e acumuladores; 18) estesiómetro de Michotte, completo, com suporte; 19) mio-estesímetro de Toulouse e Vaschide; 20) dinamógrafo de Chéron e Verdin; 21) utensílios para o arranjo dos tambores; 22) aparelhos para identificação antropométrica; 23) oscilómetro de Pachon; 24) reflexómetro clinico de Toulouse e Piéron; 25) martelo de Déjerine; 26) aparelho para o estudo dos tremores da mão; 27) termómetro de temperatura local, de Peterson; 28) dinamómetro de tracção ⁴.

⁴ Estes aparelhos, com todos os seus acessórios, importaram na sôma de dois mil oitocentos e três francos. Não comprei o *cronoscópio de Hipp*, como era meu propósito, porque o seu funcionamento exige uma corrente eléctrica de força assaz considerável, de que a Faculdade, ao presente, não dispõe. De resto, um cronoscópio deste modelo existe já no laboratório de Fisiologia da Faculdade de Medicina, a qual, por certo, o emprestará, quando seja preciso para as nossas experiências de psicocronometria.

X

É certo que, para obviar às exigências dum laboratório de psicologia, estes aparelhos são duma insuficiência manifesta; mas é preciso atender a que, com a verba agora destinada para êsse fim, não se poderia conseguir mais, nem melhor.

O material dos laboratórios de psicologia é caríssimo e, sendo muito variado, exige o dispêndio de sômas consideráveis para a sua completa aquisição. Lembro-me de que o laboratório da Universidade de Genebra, quando principiou a funcionar em 1896, não possuía, em instrumentos, mais do que o equivalente a quatro mil francos; e, embora disponha hoje duma colecção de aparelhos cujo valor atinge já a respeitável sôma de vinte mil francos, todavia, no conceito do seu illustre director, ainda está longe de possuir tudo de quanto há mister para poder considerar-se como perfeitamente dotado e organizado.

Todavia, com o material agora adquirido, já será possível ensaiar determinadas experiências que utilizem ao ensino, ou concorram para esclarecer alguns dos problemas da psicometria; além de que a Faculdade, por certo, que não deixará de votar, em ultteriores resoluções, novas verbas destinadas ao mesmo fim.

Pela minha parte, e desde que a Reitoria faça instalar provisoriamente o laboratório, em alguma dependência da Universidade, que reúna para êsse efeito as indispensáveis condições, não me pouparei a trabalhos, nem a esforços para conseguir, desde já, alguns dos resultados que é lícito esperar de tão importante, como útil e proveitoso melhoramento.

E como neste relatório se torna indispensável subministrar todas as indicações que, de futuro, possam aproveitar a uma boa organização dêstes serviços, aqui deixo consignado, por meio dum gráfico, o plano duma instalação que, embora modesta, me parece suficiente para o nosso laboratório (fig. 1).

A execução dêste plano, ou doutro que se repute melhor, poderá, em breve, tornar-se efectiva, desde que se lhe destine uma pequena parte do edificio em construção, que o govêrno concedeu ultimamente à Faculdade.

Como se sabe, êsse edificio que, a princípio, se apropositava para servir de teatro à *Associação Académica*, carece agora de modificações que adaptem a parte já construída ao seu novo destino, antes de proseguirem as obras que o hão de concluir.

Será, pois, relativamente fácil conseguir-se aí uma razoável insta-

lação do laboratório, se, atendendo a esta imperiosa necessidade, forem adoptadas as devidas medidas, no respectivo plano de adaptação.

E agora para terminar, direi que, tanto na orientação do ensino, que se professa nas aulas, como nas investigações, que se realizam no laboratório, o fim que, d'ora avante, me proporei, consistirá menos

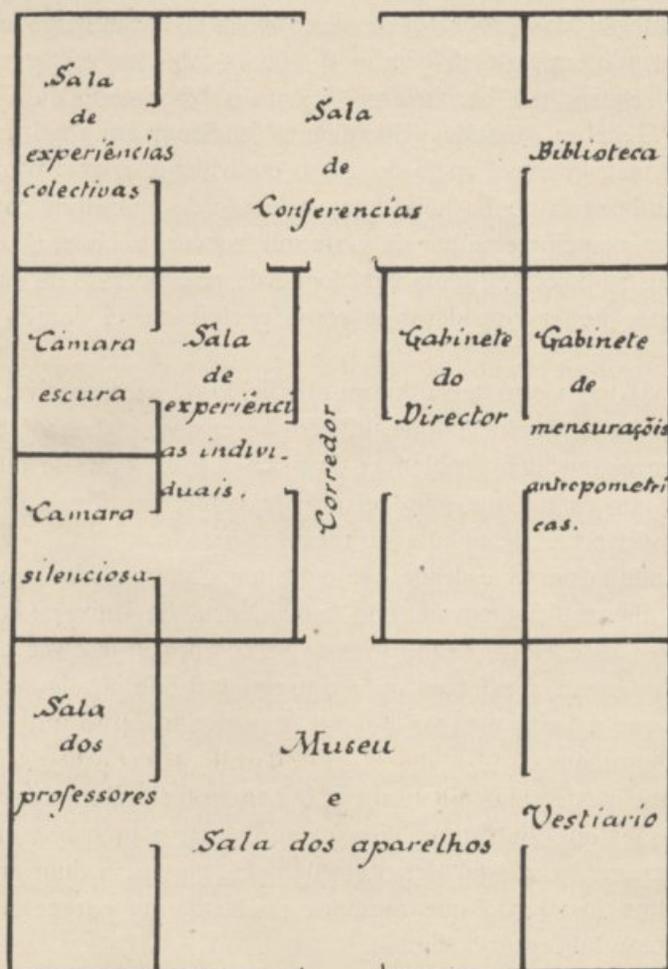


Fig. 1.

em subministrar a *sciência feita*, facilmente assimilável pela leitura dos *livros*, do que em iniciar os meus alunos nos *métodos scientificos*, de cuja aplicação dependem os progressos da psicologia.

Nesse intuito, tenho resolvido empreender, desde já, por uma forma que possa aproveitar ao maior número, uma série de *trabalhos práticos*, que sejam de natureza a criar ou a desinvolver *faculdades* de iniciativa e de espontaneidade intelectual, e a habituar os que

estudam a êsse *esfôrço obstinado*, sem o qual nenhuma descoberta é possível no terreno da Ciência.

Assim, pelo que respeita a êsses trabalhos, promoverei que se realizem, ainda êste ano, os seguintes: *a) Método gráfico* (funcionamento dos cimógrafos: gráficos do pulso; esfigmografia; cardiografia. Pulso capilar; pletismografia. Respiração; pneumografia. Fôrça muscular; dinamometria); *b) Psicofísica* (determinação dos *limiares sensoriais*; estesiometria e algimetria. Demonstração das *leis psicofísicas*. Acuidade dos sentidos; sua determinação, por processos vários); *c) Psicocronometria* (uso dos cronoscópios: tempos de reacção simples e composta; tempo de associação; tempo psicológico) ¹.

XI

E para que a Faculdade veja que êste propósito é de fácil execução, desde que haja boa vontade, competência e *meios adequados*, aqui lhe deixo consignado o resumo de duas experiências que, já depois do meu regresso do estrangeiro, foram feitas, na aula, pelo *processo clínico*, sôbre *tempos de reacção* e sôbre a *extensão da memória*.

Na primeira experiência, tratava-se de medir o tempo médio, que decorre entre uma *excitação* e a respectiva *reacção*.

A excitação era provocada por *uma palavra* pronunciada deante do *sujet*; a reacção consistia na declinação duma *outra palavra*, que aquela imediatamente lhe deveria sugerir.

Como se vê, a experiência versava sôbre fenómenos de rapidez associativa, a que se dá o nome de *tempos de associação*.

O instrumento para medir o tempo de associação era o *cronoscópio de algibeira* (stoppeur), que regista a quinta parte do segundo.

Técnica da experiência:—Foram chamados dois alunos; um para servir de *sujet*; outro para escrever, no quadro preto, as expressões de reacção.

Aquele assentou-se comodamente numa cadeira, com o rosto vol-

¹ Concomitantemente, e desde que seja possível encontrar quem se preste a observações e experimentações psicológicas, realizarei, no laboratório, durante êste semestre, os seguintes trabalhos: 1) medida da fadiga, que resulta do trabalho mental, pelas variações correlativas da sensibilidade táctil; 2) medida das sensações algicas, para esclarecer o problema da natureza específica da dor; 3) experiências sôbre ilusões normais; de inadaptação; e de subconsciência; 4) medida da memória auditiva e visual.

tado para uma parede nua ¹. Explicou-se-lhe depois que, ouvido o *test*, deveria responder com a primeira palavra que imediatamente lhe viesse ao espírito, cumprindo manter a mais rigorosa espontaneidade.

Pelo seu lado, o experimentador comprimia o botão do cronoscópio (para fazer marchar a agulha), no momento preciso em que pro-

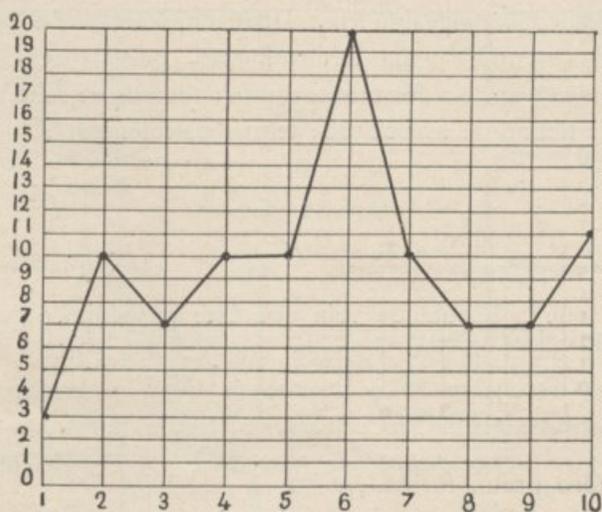


Fig. 2.

nunciava a primeira sílaba do *test*; e operava a mesma manobra (para fazer parar a agulha), no instante mesmo em que o *sujét* pronunciava a primeira sílaba da palavra associada.

Foram apresentadas sucessivamente cinco séries de dez palavras, sendo as quatro primeiras séries compostas de palavras usuais, de duas sílabas, e escolhidas de modo a evitar homônimas e ambiguidades; e a última, constituída por palavras destituídas de sentido.

Cada palavra foi pronunciada, em meio segundo, mantendo-se o intervalo de dez segundos entre a pronúncia de todas elas:

Primeira série de TESTS (verbos): — COMER, BATER, TIRAR, DANSAR, VOLTAR, FUGIR, PARTIR, SAIR, VESTIR, DORMIR.

Segunda série (substantivos concretos): — BATEL, PAPEL, BOTÃO, TAMBOR, FACA, METRO, LÁPIS, BILHA, LIVRO, CAIXA.

Terceira série (substantivos abstratos): — CALOR, PRAZER, HONRA, IRA, MORTE, LUXO, AMOR, ORDEM, LUTO, VIDA.

¹ Para evitar que, por inércia ou dissimulação, se designem os objectos presentes, em vez de se deixar produzir a associação, que a palavra indutora determina.

Quarta série (adjétivos): — BELO, LISO, CURTO, FEIO, BREVE, LARGO, CASTO, FIRME, FRACO, ÁGIL.

Quinta série (palavras sem sentido): — SAMOR, TICAR, MIRÒ, LICA, FURA, RORA, PANDA, MARA, GUNCA, NITA.

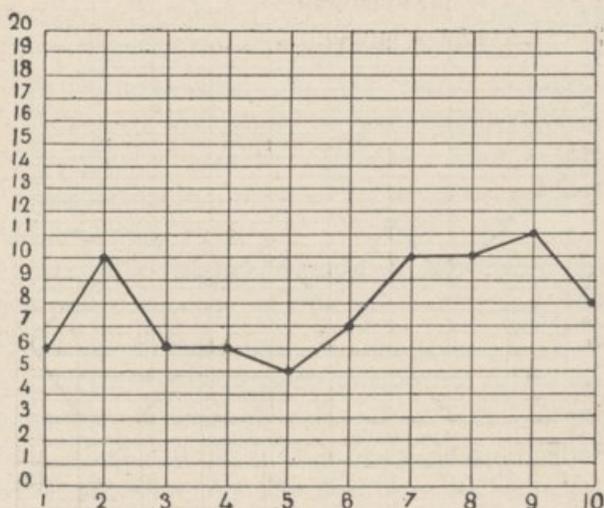


Fig. 3.

No quadro preto, foram escritos os seguintes valores, expressos em quintas de segundo:

Primeira série: 3, 10, 7, 10, 10, 20, 10, 7, 7, 11. Média arimé-

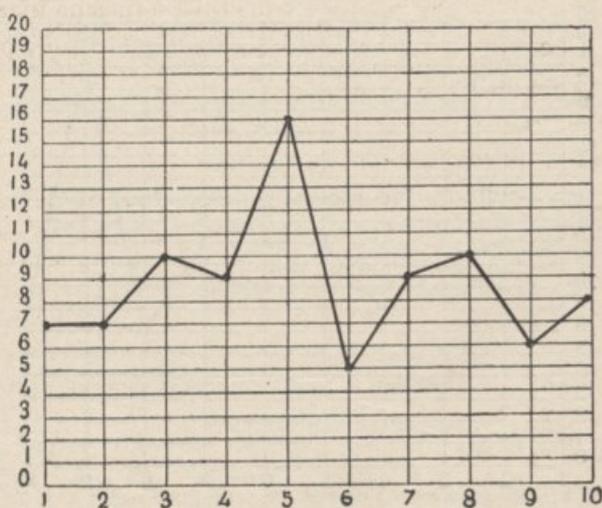


Fig. 4.

tica = 9,5. A curva desta primeira série foi representada pelo seguinte gráfico (fig. 2).

Segunda série: 6, 10, 6, 6, 5, 7, 10, 10, 11, 8. Média arimética = 7,9. Gráfico desta curva (fig. 3).

Terceira série: 7, 7, 10, 9, 16, 5, 9, 10, 6, 8. Média arimética = 8, 7. Eis o gráfico da respectiva curva (fig. 4).

Quarta série: 13, 11, 8, 11, 7, 10, 8, 10, 8, 6. Média arimética = 9, 2. A sua curva foi assim representada (fig. 5).

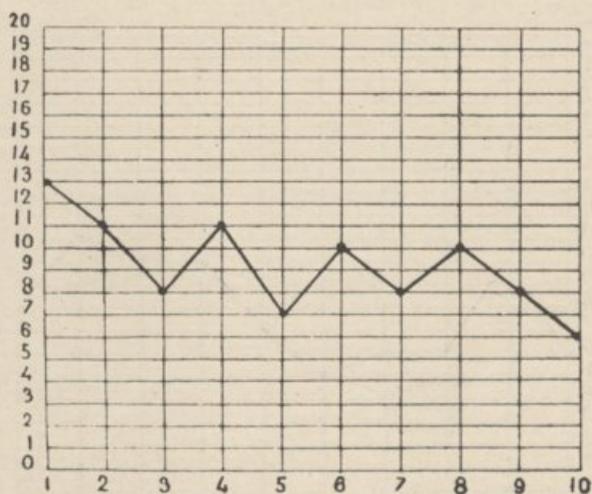


Fig. 5.

Quinta série: 10, 10, 9, 7, 10, 10, 10, 6, 18, 7. Média arimética = 9, 7. Gráfico desta curva (fig. 6).

Adicionando agora os valores médios dos tempos de reacção de

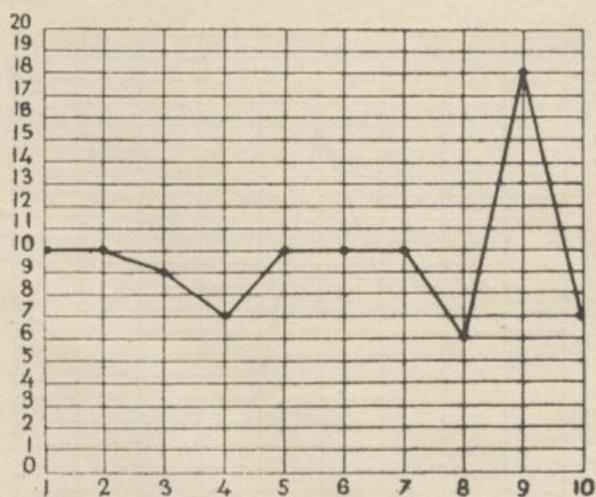


Fig. 6.

cada série e dividindo a sôma pelo número de séries, temos a média geral das cinco séries, ou sejam $\frac{9''}{5} = 1'',8$.

Ora, se desta média geral deduzirmos o valor normal duma *reacção auditiva simples*, que é de $0'',15$, teremos $1'',80 - 0'',15 = 1'',65$, que

é o tempo médio de que carece, para reagir em *operações de associação*, o aluno que se sujeitou à experiência ¹.

Seguia-se naturalmente expor e explicar as interessantíssimas conclusões que resultam desta *medida*; e foi o que se fez.

Convidaram-se os alunos a considerar, em primeiro lugar, a morosidade e o valor dissimétrico das *curvas de reacção*, que acusam oscilações imprevistas, tanto dentro de cada série, como dumas séries em relação ás outras, o que manifesta um irregular funcionamento do cérebro, mesmo que se pondere a falta de hábito do *sujet* e a natural hesitação e perplexidade, que resultam do diferente grau de intensidade da sua *atenção* ².

Em seguida, fizeram-se considerações, de ordem geral, para elucidar o curso sôbre vários problemas que se relacionam com o objecto da experiência realizada.

Assim, advertiu-se que, de conformidade com as conclusões certas da psicologia analítica, a ninguém hoje é lícito deixar de reconhecer que existe um laço muito estreito entre o *fenómeno da consciência* e a rapidez das *correntes nervosas*, que lhe dão origem nos hemisférios cerebrais.

Não se trata de confundir a *consciência* com a *cerebração* ou com um *estado particular do sistema nervoso*, o que seria fazer pura metafísica; mas tão sômente se afirma a expressão duma relação que nenhuma escola ousará pôr em dúvida, sob pena de se incompatibilizar com a evidência dos factos averiguados.

Uma *reflexa*, por exemplo, pode não carecer, para se realizar, mais do que 620 centésimas milésimas de segundo; ao passo que o mais simples *acto consciente*, que se possa conceber, exige uma duração de 2 a 4

¹ Segundo RIBOT, o tempo necessário para uma *percepção auditiva* varia entre 0'',16 e 0'',14. Mas CHARPENTIER e NAYRAC, nas suas experiências sôbre os alienados, adoptam, para valor normal das reacções auditivas, 0'',9. Cf. RIBOT, *Les maladies de la mémoire*; CHARPENTIER, *Journal de Psychologie normale et pathologique*, 1906; NAYRAC, *Attention*, 1906.

² Ponderou-se que a irregularidade das reacções pode ser avaliada pela determinação do seu *valor médio*, cuja fórmula é a seguinte:

$$V. M. = \frac{(M-a) + (M-b) + (M-c) \dots}{N}$$

exprimindo V. M. a *variação média*; M., a *média dos tempos de reacção*; a, b, c, ..., *cada tempo de reacção*; e N., o *número total de reacções*.

Assim, por exemplo, em relação á primeira série, sendo 9,5 a *média*; 3, 10, 7, 10, 10, 20, 10, 7, 7, e 11 as *reacções*; e 10, o número total delas, a sua *variação média* seria:

$$V. M. = \frac{(9,5-3) + (9,5-10) + (9,5-7) + (9,5-10) + (9,5-10) + (9,5-20) + (9,5-10) + (9,5-7) + (9,5-7) + (9,5-11)}{10}$$

$$= \frac{28}{10} = 2,8.$$

centésimas de segundo; quer dizer, a *consciência* só aparece, desde que a corrente nervosa, ocasionada pela excitação, ultrapasse um determinado limite de tempo; e será tanto mais intensa, quanto maior for o tempo que gastar em se produzir ¹.

Sabe-se, por outro lado, que, em experiências sucessivas, realizadas sobre um mesmo individuo, o tempo que decorre entre a *excitação* e a *reacção* vai diminuindo, à medida que o acto se *automatiza*, isto é, se torna habitual.

Ora estes factos demonstram que a *duração* é uma *condição necessária* da consciência. Como e porquê?

Para resolver êste problêma, é necessário considerar a *consciência* e a *extraconsciência*, fazendo entrar nos domínios da extraconsciência a *preconsciência* e a *subconsciência*. A consciência tem a sua sede nos *hemisférios cerebrais* e a extraconsciência, nos *centros subcorticais*; quer dizer, para um fenómeno ser consciente ou adquirir consciência, é necessário que o *fluxo nervoso* (que o origina) chegue ao *cérebro*, porque, se não passar dos *centros subcorticais*, ficará inconsciente. Ora, sendo muito mais longo e *muito mais complicado* o caminho a percorrer, desde a periferia ao cérebro, do que desde a periferia à medula, segue-se que o tempo gasto no primeiro percurso ha de ser maior, do que o do segundo. E, assim, tudo se explica. A *reacção automática* (fenómenos preconscientes) é quasi instantanea, porque a respectiva *impressão* não passa da medula. Do mesmo modo, os *actos habituais* (subscientes) são de muito menor duração do que os *actos conscientes*, porque as suas correntes nervosas, tendo, a principio, atingido o cérebro, deixaram, depois, de o atingir, em virtude da perda da sua intensidade inicial ².

A segunda experiência incidiu sobre a *extensão da memória* do curso, manifestada pela sua capacidade de retenção dos números. O processo empregado foi o seguinte: Distribuiu-se a cada aluno uma fôlha de papel, onde deveria escrever o nome, a idade, a naturalidade e a data da experiência. Em seguida, fez-se a advertência de que, nesse mesmo papel, seriam consignados os números fixados pela memória, depois da respectiva audição.

Foram dez as *séries* apresentadas: a) 5, 3, 6; b) 2, 8, 1, 4, 7, 3, 9; c) 6, 9, 7, 5, 9, 8; d) 3, 8, 4, 2, 7, 9, 1, 5; e) 9, 7, 8, 5, 2; f) 7, 4, 1, 8; g) 1, 6, 3, 4, 2, 7, 9, 5, 8; h) 8, 5, 2, 3, 9, 6, 4, 1, 5, 7; i) 3; j) 4, 2.

O ritmo era de dois números, por segundo, marcado pelo cronos-

¹ Cf. TH. RIBOT, *Les maladies de la mémoire*; HÖFFDING, *Esquisse d'une Psychologie fondée sur l'expérience*, 1909.

² Cf. *Rapports et Comptes-rendus* do VI Congr. Intern. de Psicol. Genève, 1909.

cópio. No quadro preto, foram notadas as seguintes *expressões de reacção*:

Séries	Indivíduos	Números fixados	Produto
Primeira.	56	56×3	168
Segunda.	28	28×7	196
Terceira.	32	32×6	192
Quarta	25	25×8	200
Quinta	50	50×5	250
Sexta	56	56×4	224
Sétima	5	5×9	45
Oitava.	3	3×10	30
Nôna	56	56	56
Décima.	56	56×2	112

Com estes elementos, tornou-se possível traçar o gráfico que segue, para representar, dum modo geral, a *curva* que exprime a *memória do curso* (fig. 7).

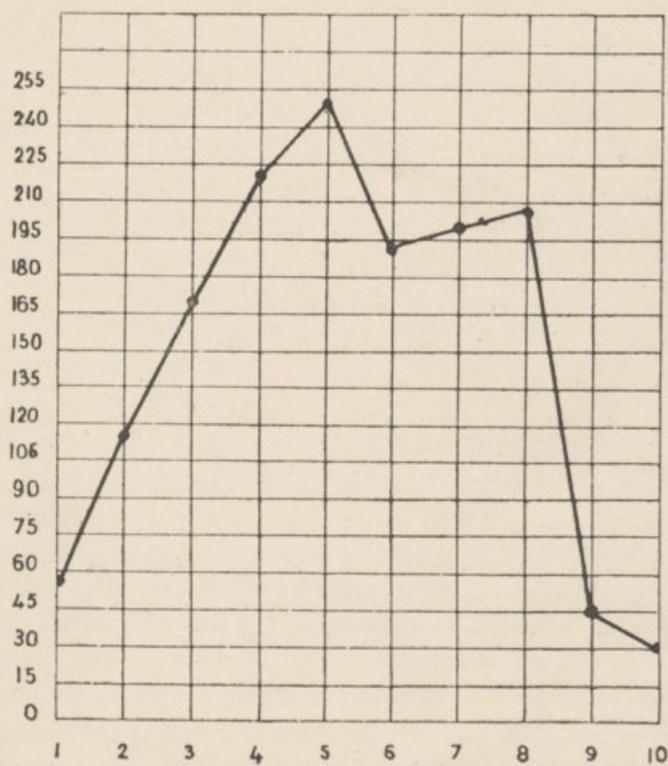


Fig. 7.

Como se vê, a capacidade de fixação não abrange, em média,

mais do que cinco números, dando-se uma curiosa anomalia, que acusa maior poder de retenção, relativamente a *tests* de sete e oito números, do que ao *test* de seis números ¹.

A curva sobe progressivamente até atingir o seu máximo de intensidade; desce, em seguida, para, depois, se elevar um pouco, até ao ponto em que inicia uma queda, que se torna rápida, definitiva e irremediável.

As conclusões que derivam desta experiência foram, do mesmo modo, devidamente expostas e discutidas. Omito-as, por brevidade.

*

Chegado ao termo dêste relatório, resta-me, mais uma vez, assegurar à Faculdade de Letras o meu reconhecimento pela honra com que me distinguiu, com a afirmação bem sincera de que, na medida dos meus apoucados recursos, sempre me encontrará disposto a servi-la, para prestígio da nossa escola e maior proveito do ensino que nela se ministra.

ALVES DOS SANTOS.

¹ A memória *média* individual dos números, nos adultos normais, é de 7 a 8; e nas crianças (dos 8 aos 13 anos), de 4 a 5. Cf. J. J. VAN BIERVLIET, *Pédagogie expérimentale*, 1911.

Sôbre a aglutinabilidade das bactérias

Dos trabalhos primitivamente publicados sôbre a aglutinação do bacilo tífico parecia poder deduzir-se com inteira certeza que estávamos de posse duma reacção capaz de servir de apoio à diagnose duma dada espécie bacteriana, e em particular do bacilo da febre tifoide, ou bacilo de Eberth.

Admitiu-se de boa vontade que a prova da aglutinabilidade dum bacilo, suspeito pela sua morfologia e propriedades culturais, por um sôro determinado, quer êle proviesse dum tífico clinicamente certo, quer dum animal imunizado contra o bacilo tífico, era um elemento seguro de diagnóstico, com o qual se podia afirmar ou negar a natureza ebertiana da bactéria em estudo.

Por outro lado, admitiu-se igualmente que um sôro aglutinante para o bacilo tífico era seguro indício de que o organismo doente, que o havia fornecido, estava infectado com êste agente patogénico.

Em breve, porém, se começou a reconhecer que esta confiança numa especificidade tão rigorosa não tinha bases seguras.

A descoberta dos bacilos, chamados paratíficos, de reacções culturais tão próximas das do bacilo tífico de Eberth, capazes mesmo de se deixarem aglutinar por um sôro antitífico experimental, ou pelo sôro dum doente com febre tifoide, clinicamente bem averiguada e até com a prova do isolamento do bacilo, deu em resultado que os bacteriologistas passaram a estudar mais detalhadamente o fenómeno da aglutinação, sôbretudo no que respeita ao grau de especificidade a atribuir-lhe.

Os paratíficos produzem, pelo seu lado, soros humanos ou experimentais, aglutinantes também para o bacilo de Eberth.

Além destas bactérias, o coli-bacilo mostrou-se também capaz, pelo menos certas amostras, de ser aglutinado por um sôro antitífico.

O grau de confiança que se depositava na sôro-reacção de Widal, como indício certo duma infecção ebertiana, começou a sofrer descontos equivalentes à descoberta dêstes factos, e sobretudo quando ficou averiguada a existência de aglutininas para o bacilo tífico nos

soros de individuos clinicamente sãos ou que estavam sofrendo de doenças bem diversas.

Era bem justificada a dúvida que se levantou quanto à especificidade do fenomeno da aglutinação.

Recentemente COLLINS ¹ afirmou que o diagnóstico do mormo, nos cavalos, pela prova da aglutinação se torna difficil porque os soros normais apresentam com freqüência propriedades aglutinantes fortes para o *bacillus mallei*.

Segundo GEISSE ², os soros normais podem apresentar um poder aglutinante relativamente forte.

LOELE ³ estudou 100 soros de individuos mortos por doenças diversas, excepto a febre tifoide, e encontrou 10 que aglutinavam o bacilo tífico, provindo a maior parte de casos de tumor, sobretudo com metastases e, em segundo lugar, de doentes mortos com lesões flegmonosas. O autor deixa, entretanto, suspensa a dúvida sôbre a significação dêste fenómeno: será uma propriedade adquirida pelos soros *post-mortem*?

Merecem um registo especial os trabalhos de SOBERNHEIM e SELIGMANN ⁴, que obtiveram, preparando os animais com culturas de bacilo de Gaertner, soros que não aglutinavam esta espécie, mas aglutinavam o paratífico B, e conseguiram separar duma cultura de paratífico B alguns bacilos, que em cultura eram aglutinados com um sôro imunizante contra o Gaertner e se mostravam indifferentes em face dum sôro antiparatífico B!

A conclusões um pouco diversas chegaram, entre outros, DE SANDRO e TRIA ⁵, que jamais encontraram em adultos sãos, crianças e recém-nascidos, poder aglutinante para o bacilo tífico, paratíficos A e B, coli-bacilo e bacilo de Gaertner, quando se podia excluir com segurança a infecção correspondente da história clínica dos individuos.

Mas, não obstante êstes resultados e ainda alguns outros, dos quais se poderia deduzir como justificado o conceito da especificidade, parecia que deviam considerar-se falhas as esperanças de assentar na reacção aglutinante um diagnóstico, quer da etiologia duma dada infecção, quer por outro lado da natureza ebertiana, ou outra, duma cultura.

O estudo da aglutinação levou todavia os bacteriologistas à des-

¹ *Journ. of infec. Dis.* 1908. *Seg. Bul. Inst. Pasteur*, 1909, p. 6.

² *Centralblatt f. Bakteriologie*, I. Orig. t. 46.º, 1908.

³ *Cent. f. Bakt.*, I. Orig. t. 49.º, 1909, p. 629.

⁴ *Deut. med. Wochens*, 1910. *Seg. Zeits. f. Immunitätsf. Ref.* 1910, p. 209.

⁵ *Rif. med.*, 1910. *Seg. Zeits. f. Immunitätsf. Ref.* 1911.

coberta dum facto geral, que dalgum modo surgia a salvar a especificidade da reacção.

É certo que um sôro, humano ou experimental, aglutinante para o bacilo d'Eberth pode também aglutinar outras bactérias e em especial os bacilos paratíficos; mas, diluindo o sôro convenientemente, pode-se atingir um grau de diluição tão elevado que desapareça todo o poder aglutinante, determinando-se assim o limite dêste poder, ou seja o título aglutinante do sôro empregado.

E nestas condições, impõe-se novamente a especificidade da reacção: a espécie que for aglutinada num grau de diluição mais alto, para a qual for maior o título do sôro experimentado, é aquela sob cuja influência foi criado êsse poder aglutinante.

Em face disto, pelo que respeita à reacção de Widal, a de maior importância na prática, forçoso se tornava que em cada caso fosse comparada a aglutinação do bacilo tífico com a dos bacilos paratíficos, e os clínicos estariam em presença dum caso de infecção pela bactéria, à qual correspondesse um título aglutinante mais elevado.

ARMENGAUD¹ refere um caso em que a reacção aglutinante com o bacilo d'Eberth era positiva numa diluição do sôro a 1:50 e o doente sofria de tuberculose miliar aguda, verificada na autópsia.

Daqui conclue o autor que a aglutinação, numa diluição a 1:50, não fornece elemento de prova para o diagnóstico diferencial entre febre tifóide e tuberculose aguda.

Não esclarece, porém, a referência ao trabalho de ARMENGAUD, se êste autor atendeu ao passado clínico do seu doente. Teria êle tido uma febre tifóide, algum tempo antes?

Segundo BRUNS e KAYSER², toda a aglutinação rápida na proporção de 1:75 (cultura em caldo de 12 horas) constitue uma prova de valor.

BALLNER e SAGASSER³ viram que um sôro antitífico, activo na diluição de 1:1.000, aglutinava também o bacilo disentérico e um coli-bacilo, mas muito menos do que o bacilo tífico, nas diluições de 1:50 e 1:10, respectivamente.

Com um sôro de burro, imunizado contra o bacilo tífico, MUELLER⁴ obteve uma aglutinação a 1:400 com uma amostra de coli-bacilo. Uma outra amostra isolada dum doente com febre tifoide, aglutinava ainda a 1:3.200, tendo o sôro antitífico o título de 1:20.000.

¹ *Rev. internat. de Med. et Chir.*, 1911. Segundo *Bul. Inst. Pasteur*, 1911, p. 678.

² *Zeits. f. Hyg.*, 1903. Segundo *Bul. Inst. Pasteur*, 1903, p. 605.

³ *Arch. f. Hyg.*, 1904. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1905, p. 103.

⁴ *Centralb. f. Bakt.*, I. Orig. t. 55.^o, 1910, p. 174.

Todos estes factos, demonstrativos de que um sôro aglutinante actua não só sôbre a bactéria, com a qual foi preparado, mas ainda sôbre outras, mais ou menos próximas e, portanto, da necessidade de estabelecer para cada uma destas espécies o título aglutinante, levamos naturalmente bem longe daquela fórmula tão simples, segundo a qual bastava verificar se a sôro-reacção aglutinante aparecia ou não na diluição de 1:50 ou 1:100. Entretanto, se houvesse o cuidado de determinar para cada sôro o título aglutinante com a maior aproximação possível, poder-se-ia admitir que a especificidade da reacção voltava a merecer a mesma confiança.

Factos diversos vieram, porém, lançar poderosas dúvidas sôbre o valor da aglutinação, sobretudo como carácter específico das bactérias.

Tentativas feitas com o coli-bacilo, no sentido de obter experimentalmente soros aglutinantes para esta espécie, deram resultados estranhos. Nem todas as amostras de coli-bacilo, assim classificadas pela sua morfologia, reacções de coloração e de cultura, se comportavam igualmente em presença do mesmo sôro, que, em regra, só aglutinava a amostra que havia servido na imunização, e, em todos os casos, aglutinava esta amostra num título mais alto do que qualquer outra. Factos análogos se apontaram em casos de colibacilose humana; o sôro destes doentes é muito mais activo e, às vezes, exclusivamente, para o coli-bacilo colhido do mesmo indivíduo por hemocultura, ou isolado das fezes.

MUELLER¹ preparou um sôro com uma raça de coli-bacilo. Êste sôro aglutinava o coli-bacilo homologo, impressionava mesmo bastante o bacilo tífico, mas tinha fraca acção sôbre uma outra amostra de coli-bacilo que era, pelo seu lado, fácilmente aglutinavel; o mesmo sôro ainda aglutinava em pequeno grau um bacilo de Shiga.

PARK² estudou a aglutinação de 14 amostras de coli-bacilo com soros de coelhos imunizados e viu que as aglutinações mais fortes (1:500) eram obtidas com os bacilos homologos, com os empregados na imunização do animal; com os outros a aglutinação era muito mais fraca (1:20).

Com o meningococo, HILGERMANN³ encontrou variações na aglutinabilidade de amostras diferentes, que vão desde 1:20 a 1:1.000.

À mesma conclusão chegam COTONI e TRUCHE⁴ nas infecções pneumocócicas.

¹ *Loco cit.*

² *Proc. of the N-Y. pat. Soc.*, 1905. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1905, p. 779.

³ *Klin. Jahrb.*, 20.º. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1909, p. 106.

⁴ *Ann. Inst. Past.*, 1912, p. 311.

Mas é sobretudo na diagnose do vibrião colérico e dos bacilos do grupo tífico e do grupo disentérico que o problema tem sido mais debatido.

Não é raro isolar-se das aguas de alimentação e das fezes de doentes, atacados de cólera, em pleno desinvolvimento epidémico, alguns vibriões inaglutináveis.

BANDI¹ isolou das aguas de Livorno um vibrião, com todos os caracteres clássicos, mas que não era aglutinado além de 1:1.000 por um sôro activo a 1:5.000, nem por um outro activo a 1:10.000. Pensa o autor que não nos devemos apressar a declarar não colérico um vibrião que não se deixa aglutinar nas condições clássicas.

HOROWITZ², em todas as raças estudadas na epidemia de S. Petersburgo de 1909 e 1910, encontrou 4% que não eram aglutináveis ainda que as circunstâncias nosológicas levassem a suspeitar de que eram verdadeiros vibriões coléricos. Em alguns, deu-se o facto de se tornarem aglutináveis, quer espontâneamente, quer depois dalgum tempo de simbiose com a sarcina amarela.

Ha grandes diferenças na aglutinabilidade dos vibriões isolados das fezes dos doentes.

ZLATOGOROFF³ afirma mais uma vez, em 1911, que a permanência do vibrião em contacto com as fezes ou com a água é sufficiente para lhe fazer perder a aglutinabilidade, ou pelo menos para a enfraquecer bastante.

E apesar de KOHLISCH⁴ não confirmar estes resultados, o facto é confirmado por BARRENOCHEEN⁵, afirmando CARAPELLE⁶ que os vibriões das águas, durante a última epidemia de Palermo, às vezes não aglutinavam, mas pela técnica de ZLATOGOROFF alguns dêstes vibriões, embora nem todos, adquiriam essa faculdade. CARAPELLE verificou também que a água corrente faz deminuir a aglutinabilidade dos verdadeiros vibriões, e que esta baixa é já sensível ao fim de seis dias.

A história da aglutinação do bacilo tífico não é menos fértil em observações de igual natureza.

BUXTON e VAUGHAN⁷ verificaram que, dum modo geral, a aglutinabilidade do bacilo tífico está sujeita a grandes variações.

¹ *L'idrologia, la climat. e la terap. fisica*, 1911, Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1912, p. 852.

² *Arch. des Sc. biol.* (russos), 1911. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1911, p. 786.

³ *Centralb. f. Bakt.*, I. Orig. t. 58.º.

⁴ *Cent. f. Bakt.*, I. Orig. t. 55.º, 1910, p. 156.

⁵ *Cent. f. Bakt.*, I. Orig. 50.º, 1909, p. 261.

⁶ *Ann. Ig. sper.*, XXII. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1912, p. 1029.

⁷ *Journ. of med. Res.*, XII. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1904, p. 927.

Pode mesmo acontecer — COLLE¹ — que um dado sôro aglutinante seja mais activo para uma amostra diversa da que serviu na imunização do animal

Para evitar os erros que possam resultar do emprêgo duma cultura pouco aglutinável na apreciação do poder aglutinante dum sôro, aconselha GAEHTGENS² as culturas antigas dos laboratórios, com muitas passagens; e, por outro lado, cultivando em gelose a 22° as amostras de bacilo tífico não aglutináveis, estas recuperariam, em regra, a sensibilidade aos soros aglutinantes, segundo EUGLING e GRASSBERGER³.

Como se vê, nem todas as amostras duma mesma espécie bacteriana, tais como hoje as podemos caracterizar, se comportam igualmente em face do mesmo sôro aglutinante.

De tudo isto resulta que não só se podem obter reacções aglutinantes com bactérias de espécies mais ou menos vizinhas da que serviu para imunizar os animais, fornecedores dos soros activos; mas, além disto, esta mesma reacção pode faltar por completo em amostras da mesma espécie, suficientemente caracterizadas pelos processos usuais de laboratórios e até pelos seus efeitos clínicos.

Entretanto, pondo de parte estes casos de inaglutinabilidade, valor grande poderia ainda ter a reacção, se a sua especificidade se revelasse sempre, ao menos, no valor do título aglutinante.

Se um sôro antitífico aglutinasse todos os bacilos de Eberth, que fossem aglutináveis, em grau mais elevado do que qualquer outra espécie, isso poderia ser suficiente na prática. Mas confirmar-se há esta expectativa?

BECO⁴ afirma que os soros de tíficos aglutinam também o paratífico B (em 70⁰/₀ dos casos) e menos freqüentemente o paratífico A. Acontece às vezes que o sôro aglutina mais o paratífico B do que o próprio bacilo d'Eberth, apesar de não haver dúvida quanto à natureza ebertiana da infecção.

SOBERHEIM e SELIGMANN⁵ prepararam alguns soros contra o bacilo de GAERTNER que aglutinavam o paratífico B no mesmo título.

Em 97 casos de envenenamento pelas carnes, RIMPAU⁶ encontrou

¹ *Zeits. f. Hyg.*, 1904. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1904, p. 617.

² *Zeits. f. Immunitätsf. Orig.* Bd. XII, p. 619.

³ *Wien. Klin. Wochens.*, 1908. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1908, p. 640.

⁴ *Bul. Acad. roy. de med. de Belgique*, 1907. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1906, p. 760.

⁵ *Loc. cit.*

⁶ *Münch. medic. Wochens.*, 1909. Segundo *Zeits. f. Immunitätsf. Ref.* 1909, p. 662.

uma coaglutinação para o bacilo tífico, às vezes muito mais alta do que a aglutinação com o *enteritidis* de GAERTNER, que era o agente da epidemia.

LEBRAM¹ preparou um sôro contra o bacilo de Gaertner que aglutinava um paratífico A, um paratífico B, o tífico dos ratos, um colibacilo em pequeno grau (1:50), mas aglutinava fortemente (1:500) a raça utilizada para a imunização e, além dêstes, 16 sôbre 18 amostras de bacilo tífico.

PARK² observou o facto duma aglutinação mais forte dum paratífico do que dum tífico verdadeiro, por um sôro de tifoso.

Alguns outros factos se associam para mais difficil tornar ainda a concepção da especificidade do poder aglutinante.

Alguns bacteriologistas teem conseguido obter soros aglutinantes, preparando os animais com bactérias de espécies muito diferentes e até com substâncias químicas diversas.

DREYER e WALKER³ viram que o poder aglutinante do sôro dum animal imunizado contra o coli-bacilo aumenta quando a êsse animal se injectam estafilococos, estreptococos ou bacilos de Friedlaender.

JOCHMANN⁴ inoculou alguns coelhos com *proteus* e viu que a taxa aglutinante para o bacilo tífico podia subir de 1:20 para 1:320 e mesmo 1:640. O mesmo fenómeno de coaglutinação appareceu num caso clinico de infecção pelo *proteus*.

BALLNER e SAGASSER⁵ citam um exemplo frisante de aumento de poder aglutinante para bactérias heterólogas, sem aumento para a bactéria inoculada, e PARK⁶ com um animal imunizado contra o estafilococo obteve aglutinações a 1:160, quando antes da imunização o sôro actuava somente na diluição de 1:10.

COLLINS⁷ obteve, em coelhos injectados com leveduras de cerveja, soros que aglutinavam fortemente o bacilo disentérico de Flexner, o bacilo tífico e às vezes o coli. Repetindo as injeções, o poder aglutinante deminue para os dois últimos e aumenta para o primeiro.

Com diastase, pancreatria, invertiva, nucleina (do pancreas), lecitina, e até com o indol e escatol, obteve aumentos fortes do poder aglutinante, ao fim de 5-6 injeções. Alguns sais inorgânicos, con-

¹ *Zeits. f. Hyg.*, 1909. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1910, p. 152.

² *Journ. of. infec. Dis.*, 1906.

³ *Journ. of. pat. and bact.*, 1909. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1909, p. 987.

⁴ *Zeits. f. Klin. Med.*, t. 57.^o. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1905, p. 927.

⁵ *Arc. f. Hyg.*, 1904. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1905, p. 109.

⁶ *Loc. cit.*

⁷ *Journ. of. exp. med.*, 1908. Segundo *Bul. Inst. Past.*, 1908, p. 872.

tendo S ou P, como o fosfato de sódio, cálcio e potássio e os sulfatos, deram um acréscimo notável ao poder aglutinante do sôro de cabras e coelhos para o bacilo de Flexner e um pouco menos para o bacilo tífico e coli-bacilo.

Foram todas estas incertezas, que cercam a reacção de aglutinação e que a cada nova tentativa para lhe assegurar o valor específico, novamente aparecem, numa desanimadora persistência, que me determinaram a ocupar-me do estudo experimental dêste problema.

*

Há no Laboratório de Microbiologia duas antigas amostras de bacilo d'Eberth, marcadas com as designações de Bensaúde e Lisboa, talvez porque foram amavelmente dadas ao meu mestre e amigo sr. Charles Lepierre pelo sr. Dr. Raul Bensaúde, médico dos Hospitais de Paris e autor duma tese notável sôbre a aglutinação, e pelo falecido Dr. Câmara Pestana.

Além destas amostras de bacilo tífico, consegui reünir, devido à amabilidade do sr. Dr. Anibal Betencourt, ilustre Director do Instituto Câmara Pestana, quatro amostras, etiquetadas respectivamente com os nomes de Berlim, Midões, Mouton e Costa, obséquio êste que, neste momento, mais uma vez agradeço a S. Ex.^ª.

Com a cultura fornecida pelo *Kral's bakteriologisches Museum*, pude assim reünir 7 amostras de bacilo tífico, cujos caracteres morfológicos e culturais verifiquei.

Além destas, aproveitei ainda, nas minhas experiências, amostras de paratíficos A e B, fornecidas por KRÁL e uma cultura de coli-bacilo autêntico, isolado das águas.

Preparação dos soros aglutinantes. — Em vez do processo clássico das injecções repetidas com o intervalo de 7-8 dias, preferi o método de FARNET-MULLER, que parece dar mais rapidamente soros fortemente activos, com menos probabilidades de perder os animais por intoxicação simples ou complicada de anafilaxia, bastante frequente no processo clássico.

As injecções imunizantes foram feitas com emulsões de cultura em gelose com 24 horas de estufa, mortas pelo calor a 60° durante 1 hora. As emulsões foram feitas em sôro fisiológico a 7,5 por 1.000.

No método de FARNET-MULLER faz-se primeiro uma série de pequenas injecções em 3 dias seguidos, na veia marginal da orelha do coelho e sangra-se o animal 7-8 dias depois da última injecção.

Comecei a imunização com uma quantidade de bacilos, correspondente a $\frac{1}{8}$ da cultura total. Dêste modo é possível obter-se sôro

aglutinante muito activo em 10-11 dias, o que segundo FÖRNET-MÜLLER se não consegue com o processo clássico. Pela minha parte, louvo-me nesta declaração porque não me ocupei com a verificação dêste facto.

Pode convir, às vezes, repetir as séries de imunização, porque quasi sempre se obtêm assim soros um pouco mais fortes; e, de facto, assim procedi no intuito de comparar as actividades dos soros obtidos após uma, duas e três séries de injecções.

O sangue dos animais imunizados foi sempre colhido por punção cardíaca, operação esta, simples, fácil de executar e, em regra, absolutamente inofensiva.

Todos os soros foram previamente aquecidos a 56°, durante 3/4-hora.

Foi com o sôro de 6 coelhos que procedi às experiências, abaixo transcritas dos meus cadernos de laboratório. Três deles foram preparados com a amostra Král, um quarto com a amostra Bensaúde, um quinto com o paratífico A e o sexto com o paratífico B ambos fornecidos pelo *Král's Museum*.

Fiz as diluições dos soros sempre em soluto fisiológico a 7,5 por 1.000 e de cada uma delas tomei 1^{cc} para cada tubo de experiência. São muito cómodos os tubos chamados de Uhlenhut-Weidanz fornecidos pela casa Paul Altmann, de Berlim.

Nesta quantidade de líquido emulsionei em seguida uma ansa da cultura em gelose com 24 horas de estufa.

As minhas experiências foram, pois, realizadas em condições comparáveis, quanto à composição salina do meio e ainda quanto à riqueza das emulsões em bacilos, que bem pouco poderia divergir duns tubos para outros.

Por outro lado, o facto de empregar culturas vivas na prova aglutinante, evitou que me induzisse em êrro qualquer influência da maior ou menor sensibilidade das bactérias aos agentes fisicos ou químicos de esterilização, pelo que respeita à sua aglutinabilidade.

A composição salina do meio tem uma elevada importância, porquanto é sabido que o fenómeno da aglutinação consta de facto de dois fenómenos elementares, absolutamente distintos um do outro: a fixação das aglutininas nas bactérias e a flocculação posterior destas. E se, no primeiro, pequena ou nenhuma influência tem a composição salina dos meios em que se fazem as experiências, já assim não acontece no segundo, porque a flocculação não aparece quando no líquido não existem iões livres.

O primeiro fenómeno, inapreciável como é aos nossos sentidos, apesar de ser o único específico, ao que parece, o único que depende

do sôro aglutinante, passa-se sempre que bactérias e aglutininas se encontram.

O segundo precisa, para se dar, da presença e talvez da intervenção directa de iões metálicos em determinadas concentrações.

É este fenómeno de floculação, fácil de apreciar, que nos serve na prática, embora seja considerado como destituído de qualquer especificidade, o que ainda está por esclarecer, para avaliar do grau de afinidade entre a bactéria e o sôro em presença.

Convém, pois, ter em vista estes factos para não atribuir falsamente ao fenómeno específico e primordial da fixação das aglutininas, o que só ao segundo pertence e só dele resulta.

Feita a emulsão regular e uniforme das bactérias nas diluições de sôro aglutinante, por uma agitação cuidadosa, coloquei todos os tubos na câmara-estufa, a 37°, e procedi ao exame, ao fim de períodos regulares (1/2-1-2 e 3 horas).

Ocupei-me com o estudo da acção comparada do mesmo sôro sôbre todas as espécies e amostras da mesma espécie, acima descritas, num total de 10 culturas diferentes.

No quadro I vão expostos os resultados obtidos com o sôro do coelho 1 (anti-tífico Král) sôbre todas as culturas.

QUADRO I

Poder aglutinante do sôro do coelho 1 — 1.ª série

Exame ao fim de	Tífico Král	T. Lisboa	T. Bensaúde	T. Berlim	T. Midões	T. Mouton	T. Costa	Parat. A	Parat. B	Coli-bacilo
1/2 hora	0	0	0	0	1.000	100	800	0	0	0
1 hora	200	0	0	200	1.000	1.000	1.000	0	0	0
2 horas	600	0	0	1.000	2.000	2.000	2.000	0	200	0
3 horas	1.000	0	0	1.000	2.000	2.000	2.000	0	1.000	0

O sôro usado aglutinava o bacilo homólogo (amostra Král) na diluição a 1:1.000 ao fim de 1 hora de estufa, *as duas amostras Lisboa e Bensaúde não são aglutinadas*, o tífico Berlim é ainda aglutinado na diluição a 1:5.000, Midões a 1:2.000, Mouton a 1:800 e Costa a 1:2.000. Pelo que respeita às amostras de tíficos as variações de

aglutinabilidade são extremas entre 0 e 5.000, títulos aglutinantes. As duas culturas antigas do laboratório são evidentemente inaglutináveis pelo sôro preparado com a amostra Král.

Nem o paratífico A, nem o coli-bacilo, são aglutinados por este sôro.

E quanto ao paratífico B, observa-se que é aglutinado a 1:1.000, precisamente no mesmo grau que o bacilo homólogo do sôro!

O exame deste quadro mostra-nos ainda que não há diferenças notáveis quanto ao tempo necessário para se atingir o título aglutinante máximo (2-3 horas).

No quadro II inscrevi os resultados obtidos com o sôro do mesmo coelho n.º 1, colhido após uma segunda série de injecções.

QUADRO II

Poder aglutinante do sôro do coelho 1 — 2.ª série

Exame ao fim de	Tífico Král	T. Lisboa	T. Bensaúde	T. Berlim	T. Midões	T. Mouton	T. Costa	Parat. A	Parat. B	Coli-bacilo
1/2 hora	0	0	0	0	200	0	0	0	0	0
1 hora	1.000	0	0	600	400	600	1.000	0	0	0
2 horas	1.000	0	0	5.000	2.000	800	2.000	0	—	0
3 horas	1.000	0	0	5.000	2.000	800	2.000	0	1.000	0

O título aglutinante não aumentou para o bacilo homólogo (1:1.000), nem para Midões e Costa (1:2.000), nem para o paratífico B (1:1.000), aumentou bastante para Mouton (de 1:800 para 1:2.000) e diminuiu bastante para Berlim, passando de 5.000 para 1.000.

Mantêm-se a mesma inaglutinabilidade do paratífico A, coli-bacilo e das duas amostras Lisboa e Bensaúde do bacilo de Eberth.

A 2.ª série de injecções não fez aumentar sensivelmente a actividade do sôro em face do bacilo homólogo, mas nota-se com este sôro uma maior afinidade para este bacilo, traduzindo-se numa velocidade de reacção maior, porque o mesmo título aglutinante foi atingido em muito menos tempo (1 hora). Com as restantes amostras a velocidade de reacção manteve-se a mesma.

É esta a única diferença, digna de menção, que se nota entre os dois soros.

O quadro III refere-se a experiências paralelas que executei com os soros obtidos do coelho 12 (1.^a, 2.^a e 3.^a série).

QUADRO III

Sôro coelho 12 (antitífico Král) — Títulos aglutinantes máximos

	Tífico Král	T. Lisboa	T. Bensaúde	T. Berlim	T. Midões	T. Mouton	T. Costa	Parat. A	Parat. B	Coli-bacilo
1. ^a série	600	0	0	800	100	200	600	0	100	0
2. ^a série	1.000	0	0	1.000	1.000	200	2.000	0	1.000	0
3. ^a série	2.000	0	0	1.000	5.000	600	400	0	5.000	0

O sôro da 1.^a série aglutinava o bacilo homólogo (Král) a 1:600, como a amostra Costa; aglutinava um pouco mais Berlim (1:800) e bastante menos Mouton (1:200) e Midões (1:100).

As duas amostras Lisboa e Bensaúde comportam-se da mesma forma, que perante os soros do coelho n.º 1, resistindo à aglutinação.

Nem o paratífico A, nem o coli-bacilo são aglutinados. O paratífico B é fracamente aglutinado (1:100), muito menos do que o bacilo Král, mas tanto como Berlim!

Na 2.^a série, vê-se subir dum modo geral o título aglutinante para todos os bacilos excepto para Mouton. Assim, Král, Berlim, Midões e paratífico B passam a ser impressionados pelo sôro mesmo na diluição a 1:1.000, e com o Costa o título subiu mesmo um pouco mais, para 2.000. Nem coli, nem paratífico A, nem as duas conhecidas amostras Lisboa e Bensaúde sofreram a menor acção.

Com o sôro da 3.^a série, nota-se que o poder aglutinante subiu ainda para o bacilo homólogo (1:2.000), Midões (1:5.000), Mouton (1.600), paratífico B (1:5.000) que passou a ser mais fortemente aglutinado que o bacilo homólogo e tanto como Midões (análogamente ao que acontece com o sôro da 1.^a série). A aglutinação tornou-se mais fraca com o Costa (de 2.000 para 400). E, por último, manteve-se a indiferença das amostras Lisboa e Bensaúde, do paratífico A e do coli.

Quanto ao tempo necessário para ser atingido o título máximo, notam-se variações bastante grandes, de forma nenhuma regulares, que me dispensei de transcrever dos meus cadernos para não complicar desnecessariamente a execução do quadro. Entretanto, dum modo

geral, fiquei com a impressão de que o sôro da 3.^a série é mais rápido nos seus efeitos.

O 3.^o coelho imunizado com o tífico Král (coelho n.^o 22) forneceu 3 soros (1.^a, 2.^a e 3.^a série) com os quais fiz as experiências que constam do quadro seguinte :

QUADRO IV

Sôro coelho 22 (antitífico Král — Títulos aglutinantes máximos)

	Tífico Král	T. Lisboa	T. Bensaúde	T. Berlim	T. Midões	T. Mouton	T. Costa	Parat. A	Parat. B	Coli-bacilo
1. ^a série	1.000	0	0	1.000	100	50	400	0	2.000	0
2. ^a série	2.000	0	0	1.000	400	200	2.000	0	2.000	0
3. ^a série	5.000	0	0	5.000	5.000	2.000	2.000	0	2.000	0

O sôro da 1.^a série aglutina o tífico Král e Berlim na diluição de 1:1.000, é muito menos activo para Costa (1:400), Midões (1:100) e sobretudo para o Mouton (1:50), mas aglutina mais fortemente o paratífico B.

As amostras Lisboa e Bensaúde, o paratífico A e o coli-bacilo comportam-se igualmente, sendo absolutamente insensíveis.

Com o sôro da 2.^a série, chega-se a resultados comparáveis. O seu poder aglutinante aumenta para Král, Midões, Mouton e Costa, mas enquanto que com o primeiro e o último atinge 2.000, com Midões não passa de 400 e com Mouton, 200.

O sôro da 3.^a série é ainda mais activo para Král, Berlim, Midões e Mouton, impressiona Costa tanto como o da 2.^a série e um pouco menos o paratífico B.

E nem o sôro da 2.^a série, nem o da 3.^a aglutinam Lisboa, Bensaúde, paratífico A e coli-bacilo.

Quanto à velocidade da aglutinação, faço a mesma nota que fiz a propósito do sôro do coelho 12.

Em conclusão, os soros dêstes 3 coelhos preparados com bacilo tífico Král, precisamente nas mesmas condições, actuam sôbre as diferentes amostras de bacilos tíficos por uma forma bastante irregular, aglutinando, às vezes, mais fortemente amostras diferentes da amostra imunizante.

As duas amostras do Laboratório mostram-se absolutamente indifferentes, qualquer que seja o coelho fornecedor do sôro e qualquer que seja a colheita.

Por outro lado, raras vezes o bacilo paratífico B foi menos fortemente aglutinado do que a amostra homóloga do sôro, e até às vezes o título do sôro subia ligeiramente para êste bacilo.

Com o paratífico A e coli nunca obtive aglutinação, análogamente ao que acontecia com as amostras Lisboa e Bensaúde.

Pela reacção da aglutinação impunha-se a distinção dos dois paratíficos A e B, mas, ao mesmo tempo, era bem justificada uma identificação do paratífico B com os tíficos e sobretudo das amostras Lisboa e Bensaúde com o paratífico A.

Vejamos, porém, o que nos diz o quadro V, no qual archivei os resultados das experiências feitas com soros dum coelho preparado com a amostra Bensaúde.

QUADRO V

Sôro antitífico Bensaúde — Títulos aglutinantes máximos

	Tífico Král	T. Lisboa	T. Bensaúde	Tífico Berlim	T. Midões	T. Mouton	T. Costa	Parat. A	Parat. B	Coli-bacilo
1.ª série	o	20.000	20.000	o	o	o	o	o	o	o
2.ª série	o	20.000	10.000	o	o	o	o	o	o	o

Êste sôro é absolutamente inerte para todas as culturas, excepto para a cultura homóloga (Bensaúde) e para a cultura de tífico Lisboa. Nem o paratífico A é aglutinado pelo sôro antitífico Bensaúde.

Não há, pois, razão alguma de suspeitar de que as amostras Bensaúde e Lisboa sejam idênticas ao paratífico A.

Também se não pode explicar a excepção revelada com os soros antitíficos Král, por uma menor aglutinabilidade destas amostras. Fornecem com facilidade soros muito mais activos e com uma avidéz muito notável porisso que em $\frac{1}{2}$ hora de estufa a aglutinação atingia logo um grau muito mais alto.

Para esclarecer completamente esta suspeita dum possível parentesco entre estas amostras e o paratífico A, fiz as seguintes experiências com um sôro anti-paratífico A:

QUADRO VI

Sôro anti-paratífico A — Títulos aglutinantes máximos

	Tífico Král	T. Lisboa	T. Bensaúde	T. Berlim	T. Midões	T. Mouton	T. Costa	Parat. A	Parat. B	Coli-bacilo
1. ^a série	o	o	o	o	o	o	o	1.000	o	o
2. ^a série	100	o	o	100	600	50	o	1.000	100	o

Os resultados do sôro da 1.^a série são duma nitidez extrema: nem uma só cultura aglutina, excepto o próprio paratífico A, mas êste na diluição de 1:1.000.

Com o sôro da 2.^a série, o titulo mantêm-se para êste bacilo, mas aparece aglutinação com todas as amostras de tífico, embora bastante mais fraca. *Exceptuam-se, porém, além do tífico Costa, as duas amostras Lisboa e Bensaúde.*

O sôro anti-paratífico A não aglutina as amostras de tífico conservadas no Laboratório, como o paratífico A não é aglutinado com um sôro antitífico Bensaúde.

As duas culturas são, pois, radicalmente distintas.

O sôro anti-paratífico A em nenhuma das séries actúa sôbre o coli-bacilo.

No quadro VII exponho as experiências feitas com o sôro dum outro coelho imunizado contra o paratífico B.

QUADRO VII

Sôro anti-paratífico B — Títulos aglutinantes máximos

	Tífico Král	T. Lisboa	T. Bensaúde	T. Berlim	T. Midões	T. Mouton	T. Costa	Parat. A	Parat. B	Coli-bacilo
1. ^a série	50	o	o	1.000	2.000	800	1.000	o	1.000	o
2. ^a série	o	o	o	1.000	2.000	2.000	1.000	50	5.000	o

Nota-se que o sôro da 1.^a série aglutina igualmente o paratífico B (homólogo), os tíficos Berlim e Costa (1:1.000), actua um pouco mais sôbre o tífico Midões (1:2.000) e menos sôbre o Mouton (1:800).

É notável, porém, que este soro seja tão pouco activo sobre Král quando os soros anti-Král aglutinam em regra tanto o bacilo homólogo, como o paratífico B. Daqui se conclue que em matéria de aglutinação pode não haver reciprocidade de efeitos.

O soro da 2.^a série sobe de título para o bacilo homólogo e também para Mouton; mas perde a pequena actividade que a princípio mostrou para o tífico Král. Adquire um ligeiro poder aglutinante para o paratífico A.

Nenhum destes dois soros aglutina também as amostras Lisboa e Bensaúde, nem o coli-bacilo.

Pelo que se deduz de todas estas experiências, as duas amostras de bacilo tífico, conservadas no Laboratório de Micobriologia há mais de 15 anos, que não se podem identificar pela reacção aglutinante com os paratíficos A e B, fornecidos por Král, são todavia dotadas de elevada aglutinabilidade para um soro homólogo, mas absolutamente insensíveis em face de qualquer outro soro, mesmo que provenha de animais preparados com amostras dum bacilo tífico autêntico.

¿ Como explicar esta anomalia estranha ?

Nenhuma das outras amostras, cuja história eu conhecia, tinha uma vida de laboratório tão longa. Berlim tinha, ao tempo destas experiências, pouco mais de oito anos.

É de prevêr, porém, que a amostra Král esteja de há muito habituada aos meios artificiais. É-me impossível, portanto, suspeitar das vicissitudes que possam ter influido sobre as propriedades aglutinativas das amostras Lisboa e Bensaúde.

Uma outra dedução se pôde fazer ainda a respeito do paratífico B, fornecido por Král, é que bem difícil seria reconhecê-lo no meio das amostras de bacilo tífico que experimentei, incluindo o próprio tífico Král, pela prova das culturas habituais e pela aglutinação.

Qualquer bacteriologista se encontraria naturalmente a considerá-la também como uma amostra de bacilo tífico.

Nos últimos anos tem-se observado em bacteriologia uma particular tendência: Os micróbios *para* tornam-se dia a dia mais numerosos. Ao lado dos paratíficos, formam-se os grupos dos para-disentéricos, dos vibriões pseudo-coléricos ou paracoléricos e dos parameningococos. Há ainda os paracolibacilos e por último os paramelitensis, e não sabemos se a fortuna de ocasião que tem bafejado este prefixo *para* vai mais longe ainda.

Em face das experiências que fiz e das conclusões a que nos podem levar os trabalhos alheios e que em poucas linhas analisei na parte bibliográfica, dadas as variações tão grandes na aglutinabilidade de amostras diferentes da mesma espécie, é bem natural que comece

a esboçar-se um pouco de reconsideração na tendência que deixo apontada.

¿ Haverá realmente necessidade ou vantagem em complicar as descrições bacteriológicas com a criação das bactérias *para*, correndo ainda o risco de ter, a breve trecho, de começar a desmembrar os novos grupos, utilizando na destrinça e com exuberância as letras do alfabeto ou os números romanos ?

Para concluir o meu relatório, apresento ainda o quadro VIII, no qual exponho numa vista de conjunto o grau de aglutinabilidade das amostras de bacilo tífico que empreguei em face dos diversos soros aglutinantes.

QUADRO VIII

	Sôro do coelho 1 1.ª série	Idem 2.ª série	Sôro do coelho 12 1.ª série	Idem 2.ª série	Idem 3.ª série	Sôro do coelho 22 1.ª série	Idem 2.ª série	Idem 3.ª série	Sôro anti- paratífico B 1.ª série	Idem 2.ª série
Král	1.000	1.000	600	1.000	2.000	1.000	2.000	5.000	50	0
Berlim	1.000	5.000	800	1.000	1.000	1.000	1.000	5.000	1.000	1.000
Midões	2.000	2.000	100	1.000	5.000	100	400	5.000	2.000	2.000
Mouton	2.000	800	200	200	600	50	200	2.000	800	2.000
Costa	2.000	2.000	600	2.000	400	400	2.000	2.000	1.000	1'000

Do exame dêste quadro conclue-se rápidamentee que é impossível classificar as amostras de bacilo tífico, que se mostravam sensíveis, segundo a sua maior ou menor aglutinabilidade.

A ordem que se estabelecesse com um sôro seria logo desmentida com o sôro seguinte, embora todos êles tivessem sido obtidos com imunização pela mesma amostra de bacilo tífico.

Seríamos, assim levados a negar qualquer aglutinabilidade às amostras Lisboa e Bensaúde, quando esta indiferença perante os soros é apenas relativa, porquanto a sua aglutinabilidade perante um sôro homólogo é muito elevada, realizando-se numa diluição do sôro até muito superior ao que se dá com as restantes amostras de bacilo de Eberth.

Conclusões

O método de FARNET-MULLER para a preparação dos soros aglutinantes dá excelentes resultados práticos, não sendo, em geral, necessário levar a imunização além da 1.^a série de injeções.

Os bacilos de Eberth estão sujeitos a variações de aglutinabilidade pelo mesmo soro suficientemente grandes para tornar duma apreciação muito delicada os dados da prova de aglutinação.

Algumas amostras podem mesmo mostrar-se absolutamente indiferentes aos soros heterólogos.

O bacilo paratífico A (Král) distingue-se dos bacilos d'Eberth aglutináveis por uma idêntica indiferença perante os mesmos soros; mas o mesmo se não dá com paratífico B (Král), cuja aglutinabilidade se mostrou do mesmo grau da dos bacilos d'Eberth.

Factos análogos, de coaglutinação dos bacilos d'Eberth com um soro anti-paratífico B, se podem observar, num grau de diluição tão grande ou maior do que com o bacilo homólogo.

Todos êstes factos tendem naturalmente a tornar illusórias as tentativas de dar estabilidade aos grupos *para*, que ultimamente se tem formado ao lado de certas espécies.

Conclusions

En effet, la méthode de FARNET-MUELLER permet d'obtenir, très rapidement, des sérums agglutinatifs d'un titre assez élevé, n'étant pas nécessaire, en général, de faire avancer l'immunisation au delà de la première série d'injections.

Les bacilles d'Eberth présentent des variations d'agglutinabilité avec un même immunsérum antityphique, assez profondes pour rendre bien délicate l'appréciation des données fournies par l'épreuve de l'agglutination dans le diagnostic d'une culture suspecte. Certains échantillons de bacilles peuvent, même, se montrer absolument indifférents aux sérums antityphiques hétérologues.

Le bacille paratyphique A (Král) se distingue assez bien des bacilles typhiques agglutinables par une véritable indifférence envers les mêmes sérums; mais le paratyphique B (Král), au contraire, se laisse agglutiner par des sérums antityphiques si fortement que les échantillons de bacilles d'Eberth agglutinables.

Des faits analogues, de coagglutination des bacilles typhiques avec un sérum antiparatyphique B, sont apparus au même degré de dilution que l'agglutination de bacille homologue.

Ces résultats conduisent naturellement à considérer un peu illusoire les tentatives, essayées dans le but de rendre suffisamment stables et définis les groupes denominés *para*, qui depuis un certain temps, ont été formés à coté de plusieurs espèces.

Janeiro de 1913.

NOGUEIRA LOBO.

TRABALHO DO LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA E QUÍMICA
BIOLÓGICA DA FACULDADE DE MEDICINA.

A Galiza e as províncias portuguesas do Minho e Trás-os-Montes

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES ANTROPOLÓGICAS
ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

Em mais dum trabalho de antropologia portuguesa se trata das relações étnicas existentes entre as duas nacionalidades da península (vid. por exemplo, prof. ÁLVARO BASTO¹, capitão FONSECA CARDOSO², dr. SANTANA MARQUES³), mas não se pode dizer que êsse estudo antropológico comparativo esteja já feito por forma que dispense mais investigações e pouco valor já mereçam os documentos, que se trouxerem para a resolução do problema.

Do que está escrito sôbre o assunto merece especial menção o seguinte trecho da notável resenha que sôbre antropologia portuguesa publicou nas *Notas sôbre Portugal*⁴ o distintíssimo antropólogo português, já falecido, sr. FONSECA CARDOSO: «A Galiza afasta-se, no agrupamento da côr, do minhoto, apesar dêste ser considerado como ramo galaico pelos antigos, os quais no entanto distinguem os do sul do Minho com os sobrenomes de limienses e bracaros e os do norte de lucenses. Em verdade, na população de Lugo destaca-se nitidamente uma influência quínrica; as velhas muralhas que ainda hoje cingem a cidade guardam o tipo étnico da velha Galécia. À medida, porém, que nos aproximamos da Corunha e da região do Cabo Ortegal, o tipo torna-se mais moreno, braquioide, de face larga. É que

¹ DR. ÁLVARO JOSÉ DA SILVA BASTO, *Índices cefálicos dos portugueses* (Dissertação para o acto de licenciado), in *Aula de Antropologia da Universidade de Coimbra, trabalhos dos alunos*, 1904.

² FONSECA CARDOSO, *O minhoto de entre Cávado e Ancora* (Antropologia do povo português), tom. I, fasc. 1.º

³ SEVERINO SANTANA MARQUES, *Distribuição do índice cefálico em Portugal* (separata de *O Instituto*, vol. LVI).

⁴ *Notas sôbre Portugal*—Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, vol. I, pagg. 64 e 65.

esta parte da provincia sofreu a influencia dos antigos ocupantes do Cabo Nério, os celtas ou artabros, de raça braquicéfala. *A Galiza pelo que observei quando a percorri, apresenta uma população mestiçada pelo elemento moreno e braquioide e pelo louro dolicoide, em maior percentagem sobre a velha população neolítica, dolicocefala e morena; ao passo que o minhoto português é o produto mestiçado dessa raça de Baumes-Chandes, em percentagem mais forte com a nórdica loura e ainda com o resto da braquicéfala.* Eis, pois, as diferenças étnicas destes dois povos que o rio Minho separa».

Um período duma carta em que o eminente filólogo espanhol MENENDEZ PIDAL me escreveu em 23 de Dezembro passado a propósito da recepção do meu trabalho—*Sur la capacité du crâne et la composition ethnique probable du peuple portugais*¹, e em que diz: «*Me extraña, empero, no ver prolongar-se en Minho los indices cefalicos de 79 e 80 que se hallan en las provincias gallegas de Pontevedra y Orense*», chamou-me, mais uma vez e com particular intensidade, a atenção para este assunto das relações étnicas entre Portugal e a Espanha e levou-me a reunir alguns dados, uns inéditos e outros já publicados, extraídos do meu arquivo e que em alguma cousa poderão contribuir para o estudo deste interessante problema.

Tenho aqui em minha frente as observações que em crânios minhotos e transmontanos da sua preciosa colecção (hoje pertencente à Faculdade de Ciências de Lisboa) fez o meu presado mestre, o notável antropometrista dr. FRANCISCO FERRAZ DE MACEDO, e o trabalho que, com o título—*Un avance á la antropologia de España*, os distintos antropólogos espanhóis LUIZ DE HOYOS SAINZ e TELESFORO DE ARANZADI publicaram sobre crânios espanhóis do museu de Madrid.

Não lançando mão do magistral estudo do prof. OLÓRIZ, sobre o índice cefálico em Espanha², por as suas observações terem sido feitas no vivo, ao contrário daquelas que pretendo utilizar e que todas foram feitas em caveiras, limitar-me hei a comparar as medidas dos índices cefálicos e nasal do Minho e de Trás-os-Montes com os das regiões galaica (Corunha, Pontevedra) e leonesa (Orense, Léon) de HOYOS SAINZ e ARANZADI, regiões que confinam com aquelas nossas duas provincias do norte e a particularmente comparar estas com as provincias espanholas limítrofes de Pontevedra e Orense³.

Os índices cefálicos médios das regiões galaica e leonesa são res-

¹ *Buletins et mémoires de la Société d'Antropologie de Paris*, 1903.

² DON FREDERICO OLÓRIZ, *Distribucion geográfica del Índice cefálico en España*, Madrid, 1894.

³ Servi-me apenas dos índices médios das séries masculinas.

pectivamente: 77,1 e 75,2¹ (HOYOS SAINZ e ARANZADI) e os das províncias do Minho e Trás-os-Montes respectivamente também: 75,5 e 72,4 (FERRAZ DE MACEDO). Dispondo estes valores por ordem decrescente, as quatro regiões colocam-se pela seguinte ordem:

Região galaica.....	77,4
Minho.....	75,5
Região leonesa.....	74,9
Trás-os-Montes.....	72,4.

Fazendo cousa semelhante para o índice nasal obtêm-se esta outra série:

Trás-os-Montes.....	53,7
Região leonesa.....	47,8
Região galaica.....	46,0
Minho.....	44,8.

A região galaica é a que tem tendências mais braquicéfalas e Trás-os-Montes é a mais dolicocefala das regiões consideradas.

Á baixa do índice cefálico corresponde uma elevação do índice nasal, o que acusa a influência dum elemento étnico dolicocefalo plattirrínico, influência mais acusada em Trás-os-Montes do que na região leonesa, mais nas regiões montanhosas do que nas planas, mais para o centro do que para o litoral, o que tudo está de acôrdo com o que se tem concluído de outros trabalhos antropológicos.

Se calcularmos as diferenças que existem entre os índices cefálicos e nasais médios que apresentei, para cada um dos seguintes grupos: *galaico-leonês, galaico-minhoto, leonês-transmontano, minhoto-transmontano*, e as seriarmos por ordem decrescente, obtêm-se para o índice cefálico a seguinte ordem:

Minhoto transmontano.....	+ 3,1
Leonês-transmontano.....	+ 2,5
Galaico-leonês.....	+ 2,5
Galaico-minhoto.....	+ 1,9

e para o índice nasal esta outra:

Minhoto-transmontano.....	- 8,9
Leonês-transmontano.....	- 5,9
Galaico-leonês.....	- 1,8
Galaico-minhoto.....	+ 1,2.

¹ Calculei e utilizei as médias dos índices médios masculinos das regiões *galaica e leonesa* de HOYOS SAINZ e ARANZADI.

Pode-se dizer que é mais fácil distinguir a região leonesa da transmontana e esta da região minhota do que o Minho da região galaica.

Comparando os índices cefálicos e nasal médios de Pontevedra (76,7 e 45,8), Orense (75,4 e 48,3) e Léão (74,5 e 46,6) ordenando as diferenças dos grupos *Pontevedra-Léão* (+ 2,2 e - 0,8), *Pontevedra-Orense* (+ 1,3 e - 2,5) e *Orense-Léão* (+ 0,9 e + 1,7) obtêm-se para o índice cefálico:

Pontevedra-Léão.....	+ 2,2
Pontevedra-Orense.....	+ 1,3
Orense-Léão	+ 0,9

e para o índice nasal:

Pontevedra-Orense.....	- 2,5
Orense-Léão	+ 1,7
Pontevedra-Léão.....	- 0,9

o que mostra que pelo *índice cefálico*, *Orense se aproxima mais de Léão do que de Pontevedra.*

Os valores das diferenças calculadas para os grupos *Minho-transmontano* (+ 3,1 e - 8,9) e *Leonés-transmontano* (+ 2,5 e - 5,9), aproximam Trás-os-Montes mais da região leonesa do que da minhota.

As regiões minhota (75,5 e 44,8), *transmontana* (72,4 e 53,7) e *leonesa* (74,9 e 47,8) *distinguem-se bem umas das outras, pelos valores dos seus índices cefálico e nasal.*

Trás-os-Montes (72,4 e 53,7) *distingue-se bem do Minho* (75,5 e 44,8) *e de Orense* (75,4 e 48,3), *província espanhola limitrofe; é uma província que se isola bem das que a cercam e, relativamente à Espanha, está numa relação antropológica muito diferente do que aquela em que está a outra província portuguesa do norte e que com a Espanha confina também: a província do Minho.* As diferenças entre os índices cefálicos e nasal de Pontevedra e do Minho são pequenas (+ 1,2 e + 1) e as menores de todas as que considerámos.

A antropologia, de acôrdo com a geografia, mostra bem que a Galiza é um prolongamento geográfico de Portugal (prof. SILVA TELES, *Introdução geográfica*, in *Notas de Portugal*, pag. 3).

É interessante também fazer notar que considerando os índices cefálico e nasal médios das províncias de Trás-os-Montes e do Minho (segundo as observações do dr. FERRAZ DE MACEDO) e utilizando-os para as classificar num dos quatro grupos pelos quais HOYOS SAINZ e ARANZADI distribuem as províncias espanholas: *dolico-leptorrínias*, *braqui-leptorrínias*, *braqui-platirrínias* e *dolico-platirrínias*, o Minho se aproxima das *braqui-leptorrínias* como as de Pontevedra e Coru-

nha, e Trás-os-Montes se inscreve nas *dolico-platirrinias* como as de Orense e Léão.

Do meu estudo conclue-se também que o elemento ou elementos braquicefalizantes que actuaram sobre as populações do noroeste de Espanha e do norte de Portugal se fizeram sentir mais sobre Pontevedra do que sobre Orense, mais sobre a região galaica do que sobre a leonesa, mais sobre o Minho do que sobre Trás-os-Montes, o que sobremaneira esclarece o estudo das trajectórias das correntes de penetração étnica na península.

Bem sei que tudo o que aqui foi escrito repousa sobre um número pequeno de observações, quiçá insuficiente; reconheço que fica larga margem para a crítica, mas não deixo de fazer notar a coincidência dos resultados a que cheguei com os de outros que seguiram com mais segurança e perfeição caminhos mais largos e direitos, o que me abalança a fazer aparecer esta notícia, que mesmo depois de sujeita aos rigores da crítica, alguma cousa deixará de interessante para o estudo do importante problema das relações étnicas entre Portugal e a Espanha.

Sirva êle ao menos para chamar a atenção dos competentes e despertar-lhes a vontade de explorar êste terreno antropológico onde ainda há muito que descobrir.

Sirva ao menos para isso, que eu ficarei satisfeito.

Diatomáceas da Guarda

MATERIAIS PARA O ESTUDO DAS DIATOMÁCEAS PORTUGUESAS

COLHEITA N.º 17

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

viridis (Nitzsch) Kuetz.

viridis (Nitzsch) Kuetz. var. *commutata* Grun.

lata Bréb.

Brebissonii Kuetz.

stauroptera Grun.

stauroptera Grun. var. *parva* Grun.

subcapitata (Greg.) Ralfs.

rhynchocephala Kuetz. var. *rostellata* (Kuetz.?) Grun.

cryptocephala Kuetz.

cryptocephala Kuetz. var. *intermedia*

elliptica Kuetz.

limosa Kuetz. var. *gibberula*

Iridis Ehr. var. *dubia* (Ehr.)

Pupula Kuetz.

atomoides Grun.

acrosphaeria Bréb.

GEN. STAURONEIS Ehr.

Phoenicenteron (Nitzsch) Ehr.

GEN. FRUSTULIA Ag.

rhomboides (Ehr.) De Toni

¹ Continuado do vol. I, n.º 4, pag. 757.

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. CYMBELLA Ag.

cuspidata Kuetz. var. *naviculiformis* Auers.**amphicephala** Naeg.**anglica** Lagerst.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

ventricosum (Ag.) Grun.

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

montanum Schum. var. *subclavatum* Grun.**montanum** Schum. var. *commutatum* Grun.**parvulum** Kuetz.

FAM. COCCONEIDACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. COCCONEIS (Ehr.) Grun.

Placentula Ehr.

FAM. ACHNANTHACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ACHNANTHES Bory

lanceolata (Bréb.) Grun.**lanceolata** (Bréb.) Grun. var. *dubia* Grun.

FAM. NITZSCHIACEAE Grun.

GEN. NITZSCHIA Hass.

Palea (Kuetz.) W. Sm.**communis** Rabenh.**amphibia** Grun.

GEN. HANTZSCHIA Grun.

amphyoxis (Ehr.) Grun.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

apiculata W. Sm.

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. SYNEDRA Ehr.

Ulna (Nitzsch) Ehr.

Ulna (Nitzsch) Ehr. var. *Danica* (Kuetz.)

Ulna (Nitzsch) Ehr. var. *oxyrhynchus* (Kuetz.)

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

capucina Desmaz.

capucina Desmaz. var. *lanceolata* Grun.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

pectinalis (Dillw.?) Rabenh. *forma curta*

pectinalis (Dillw.?) Rabenh. var. *ventricosa* Grun.

lunaris (Ehr.) Grun. var. *subarcuata* (Naeg.) Grun.

FAM. MELOSIRACEAE Ag.

GEN. MELOSIRA Agardh.

Roeseana Rabenh.

COLHEITA N.º 18

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

Brebissonii Kuetz.

Brebissonii Kuetz. var. *diminuta*

stauoptera Grun. var. *parva* Grun.

bicapitata Lagerst.

bicapitata Lagerst. var. *hybrida* Grun.

Braunii Grun.

cryptocephala Kuetz.

Iridis Ehr. var. *amphirhynchus* (Ehr.)

Seminulum Grun.

minima Grun.

atomoides Grun.

lepidula Grun.

GEN. STAURONEIS Ehr.

anceps Ehr.

anceps Ehr. var. *amphicephala*

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. CYMBELLA Ag.

amphicephala Naeg.

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

acuminatum Ehr.**gracile** Ehr.**parvulum** Kuetz.

FAM. NITZSCHIACEAE Grun.

GEN. NITZSCHIA Hass.

communis Rabenh.**amphibia** Grun.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D. C.

hiemale (Lyngb.) Heib.

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

virescens Ralfs.

FAM. STRIATELLACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. TABELLARIA Ehr.

flocculosa (Roth.) Kuetz.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

pectinalis (Dillw. ?) Rabenh.**pectinalis** (Dillw. ?) Rabenh. *forma elongata*.**pectinalis** (Dillw. ?) Rabenh. var. *Soleirollii* Kuetz.

COLHEITA N.º 19

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

viridis (Nitzsch) Kuetz.**appendiculata** (Ag.) Kuetz.

radiosa Kuetz.

rhynchocephala Kuetz. var. *rostellata* (Kuetz.?) Grun.

GEN. STAURONEIS Ehr.

Phoenicenteron (Nitzsch) Ehr.

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. CYMBELLA Ag.

Ehrenbergii Kuetz.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

ventricosum (Ag.) Grun.

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

gracile Ehr.

parvulum Kuetz.

FAM. NITZSCHIACEAE Grun.

GEN. HANTZSCHIA Grun.

amphyoxis (Ehr.) Grun.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

biseriata (Ehr.) Bréb.

linearis W. Sm.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D. C.

hiemale (Lyngb.) Heib. var. *mesodon* (Ehr.) Grun.

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz.

GEN. MERIDION Ag.

circulare Ag. var. *constrictum*

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

virescens Ralfs.

capucina Desmaz. var. *lanceolata* Grun.

brevistriata Grun.

FAM. STRIATELLACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. TABELLARIA Ehr.

flocculosa (Roth.) Kuetz.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

exigua (Bréb.) Rabenh.**pectinalis** (Dillw.?) Rabenh. *forma curta***lunaris** (Ehr.) Grun.**lunaris** (Ehr.) Grun. var. *subarcuata* (Naeg.) Grun.**lunaris** (Ehr.) Grun. var. *excisa* Grun.**monodon** Ehr. *forma curta***diodon** Ehr.

COLHEITA N.º 20

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

appendiculata (Ag.) Kuetz.**Iridis** Ehr. var. *amphirhynchus* (Ehr.)

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

ventricosum (Ag.) Grun.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D. C.

hiemale (Lyngb.) Heib. var. *mesodon* (Ehr.) Grun.

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. SYNEDRA Ehr.

Ulna (Nitzsch.) Ehr.

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

virescens Ralfs.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

exigua (Bréb.) Rabenh.**pectinalis** (Dillw.?) Rabenh.

- pectinalis* (Dillw. ?) Rabenh. *forma curta*
pectinalis (Dillw. ?) Rabenh. *forma elongata*
pectinalis (Dillw. ?) Rabenh. var. *undulata* Ralfs.
pectinalis (Dillw. ?) Rabenh. var. *Soleirollii* Kuetz.
Faba (Ehr.) Grun.
lunaris (Ehr.) Grun.
lunaris (Ehr.) Grun. var. *excisa* Grun.
diodon Ehr.

COLHEITA N.º 21

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

subcapitata (Grég.) Ralfs.

GEN. STAURONEIS Ehr.

Phoenicenteron (Nitzsch) Ehr.

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

ventricosum (Ag.) Grun.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D. C.

hiemale (Lyngb.) Heib.

hiemale (Lyngb.) Heib. var. *mesodon* (Ehr.) Grun.

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz.

GEN. MERIDION Ag.

circulare Ag. var. *constrictum*

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. SYNEDRA Ehr.

Ulna (Nitzsch.) Ehr.

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

virescens Ralfs

capucina Desmaz. var. *acuta* Grun.

capucina Desmaz. var. *lanceolata* Grun.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

lunaris (Ehr.) Grun. var. *subarcuata* (Naeg.) Grun.**lunaris** (Ehr.) Grun. var. *excisa* Grun.

COLHEITA N.º 22

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

subcapitata (Grég.) Ralfs.**appendiculata** (Ag.) Kuetz.**Iridis** Ehr. var. *amphigomphus* (Ehr.)**Rotaeana** (Rabenh.) Grun.

GEN. STAURONEIS Ehr.

Phoenicenteron (Nitzsch) Ehr.**anceps** Ehr.

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

ventricosum (Ag.) Grun.

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

parvulum Kuetz.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

apiculata W. Sm.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D. C.

hiemale (Lyngb.) Heib.**hiemale** (Lyngb.) Heib. var. *mesodon* (Ehr.) Grun.

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz.

GEN. MERIDION Ag.

circulare Ag. var. *constrictum*

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

- virescens* Ralfs.
- capucina* Desmaz.
- capucina* Desmaz. var. *acuta* Grun.
- capucina* Desmaz. var. *lanceolata* Grun.
- construens* (Ehr.) Grun. var. *venter* Grun.
- brevistriata* Grun.

FAM. STRIATELLACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. TABELLARIA Ehr.

- flocculosa* (Roth.) Kuetz.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

- Arcus* (Ehr.) var. *minor*
- lunaris* (Ehr.) Grun. var. *subarcuata* (Naeg.) Grun.

COLHEITA N.º 23

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

- major* Kuetz.
- viridis* (Nitzsch.) Kuetz.
- Brebissonii* Kuetz.
- subcapitata* (Greg.) Ralfs.
- appendiculata* (Ag.) Kuetz.
- mesolepta* Ehr. var. *thermes* (Ehr.)
- radiosa* Kuetz.
- rhynchocephala* Kuetz. var. *rostellata* (Kuetz.?) Grun.
- Gastrum* Ehr.
- anglica* Ralfs. var. *subsalina* Grun.
- elliptica* Kuetz. var. *ovalis* Hilse
- Iridis* Ehr.
- Iridis* Ehr. var. *amphigomphus* (Ehr.)
- Iridis* Ehr. var. *dubia* (Ehr.)
- atomoides* Grun.
- acrosphaeria* Bréb.

GEN. STAURONEIS Ehr.

Phoenicenteron (Nitzsch) Ehr.**acuta** W. Sm.**anceps** Ehr. var. *linearis* (Kuetz.) Rabenh.

GEN. FRUSTULIA Ag.

rhomboides (Ehr.) De Toni var. *saxonica* (Rab.) De Toni**vulgaris** (Thwaites) De Toni

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. CYMBELLA Ag.

anglica Lagerst.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

ventricosum (Ag.) Grun.

GEN. AMPHORA Ehr.

ovalis (Bréb.) Kuetz. var. *affinis* Kuetz.

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

montanum Schum. var. *subclavatum* Grun.**montanum** Schum. var. *commutatum* Grun.**gracile** Ehr.**parvulum** Kuetz.

FAM. ACHNANTHACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ACHNANTHES Bory

lanceolata (Bréb.) Grun.**lanceolata** (Bréb.) Grun. var. *dubia* Grun.

FAM. NITZSCHIACEAE Grun.

GEN. NITZSCHIA Hass.

communis Rabenh.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

biseriata (Ehr.) Bréb.**biseriata** (Ehr.) Bréb. var. *minor***linearis** W. Sm.

- tenera* Grég.
tenera Grég. var. *splendidula* A. S.
tenera Greg. var. *nervosa* A. S.
apiculata W. Sm.

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz

GEN. MERIDION Ag.

- circulare* Ag. var. *constrictum*

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. SYNEDRA Ehr.

- Ulna* (Nitzsch.) Ehr.
Ulna (Nitzsch.) Ehr. var. *Danica* (Kuetz.)
Ulna (Nitzsch.) Ehr. var. *oxyrhynchus* (Kuetz.)

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

- virescens* Ralfs
capucina Desmaz.
capucina Desmaz. var. *lanceolata* Grun.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

- Arcus* Ehr.
Arcus Ehr. var. *minor*
gracilis (Ehr.) Rabenh.
pectinalis (Dillw. ?) Rabenh.
lunaris (Ehr.) Grun.
lunaris (Ehr.) Grun. var. *subarcuata* (Naeg.) Grun.

COLHEITA N.º 24

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

- viridis* (Nitzsch.) Kuetz.
lata Bréb.
borealis (Ehr.) Kuetz.
Breissonii Kuetz.
stauroptera Grun. var. *parva* Grun.
subcapitata (Grég.) Ralfs.
rhyngocephala Kuetz. var. *rostellata* (Kuetz. ?) Grun.

cryptocephala Kuetz.

Iridis Ehr.

Iridis Ehr. var. *amphigomphus* (Ehr.)

Seminulum Grun.

atomoides Grun.

Rotacana (Rabenh.) Grun.

GEN. STAURONEIS Ehr.

anceps Ehr. var. *amphicephala*

GEN. FRUSTULIA Ag.

vulgaris (Thwaites) De Toni

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

ventricosum (Ag.) Grun.

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

montanum Schum. var. *commutatum* Grun.

gracile Ehr.

parvulum Kuetz.

parvulum Kuetz. var. *subcapitatum*

FAM. ACHNANTHACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ACHNANTHES Bory

lanceolata (Bréb.) Grun.

FAM. NITZSCHIACEAE Grun.

GEN. HANTZSCHIA Grun.

amphyoxis (Ehr.) Grun.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

linearis W. Sm.

apiculata W. Sm.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D. C.

hiemale (Lyngb.) Heib.

hiemale (Lyngb.) Heib. var. *mesodon* (Ehr.) Grun.

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz.

GEN. MERIDION Ag.

circulare Ag. var. *constrictum*

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. SYNEDRA Ehr.

Ulna (Nitzsch.) Ehr.

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

virescens Ralfs

capucina Desmaz.

capucina Desmaz. var. *lanceolata* Grun.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

pectinalis (Dillw. ?) Rabenh.

lunaris (Ehr.) Grun.

GEN. CERATONEIS

Arcus (Ehr.) Kuetz.

COLHEITA N.º 25

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

viridis (Nitzsch.) Kuetz.

lata Bréb.

Brebissonii Kuetz.

subcapitata (Greg.) Ralfs

mesolepta Ehr.

Gastrum Ehr.

Iridis Ehr.

atomoides Grun.

acrosphaeria Bréb.

nodosa K. var. ?

GEN. STAURONEIS Ehr.

Phoenicenteron (Nitzsch) Ehr.

anceps Ehr.

anceps Ehr. var. *amphicephala*

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. CYMBELLA Ag.

cuspidata Kuetz. var. *naviculiformis* Auers.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

ventricosum (Ag.) Grun.

GEN. AMPHORA Ehr.

ovalis (Bréb.) Kuetz. var. *affinis* Kuetz.**ovalis** (Bréb.) Kuetz. var. *affinis* Kuetz. *forma minor*

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

gracile Ehr.**angustatum** var. *producta* Grun.**Sarcophagus** Grég.**parvulum** Kuetz.

FAM. ACHNANTHACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ACHNANTHES Bory

lanceolata (Breb.) Grun.

FAM. NITZSCHIACEAE Grun.

GEN. NITZSCHIA Hass.

amphyoxis (Ehr.) Grun.**amphyoxis** (Ehr.) Grun. var. *intermedia* Grun.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

apiculata W. Sm.

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz.

GEN. MERIDION Ag.

circulare Ag. var. *constrictum*

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

virescens Ralfs.**capucina** Desmaz.

capucina Desmaz. var. *lanceolata* Grun.
construens (Ehr.) Grun. var. *venter* Grun.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

Arcus (Ehr.) var. *minor*
exigua (Bréb.) Rabenh.
pectinalis (Dillw.?) Rabenh.
lunaris (Ehr.) Grun.

COLHEITA N.º 26

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

appendiculata (Ag.) Kuetz.
Iridis Ehr.
Bacillum Ehr. *forma minor*
Rotaeana (Rabenh.) Grun.

GEN. STAURONEIS Ehr.

anceps Ehr. var. *linearis* (Kuetz.) Rabenh.

GEN. FRUSTULIA Ag.

vulgaris (Thwaites) De Toni

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

parvulum Kuetz.

FAM. NITZSCHIACEAE Grun.

GEN. NITZSCHIA Hass.

communis Rabenh.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D. C.

hiemale (Lyngb.) Heib.
hiemale (Lyngb.) Heib. var. *mesodon* (Ehr.) Grun.

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz.

GEN. MERIDION Ag.

circulare Ag. var. *constrictum*

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

virescens Ralfs.*capucina* Desmaz.*capucina* Desmaz. var. *acuta* Grun.*capucina* Desmaz. var. *lanceolata* Grun.

FAM. STRIATELLACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. TABELLARIA Ehr.

flocculosa (Roth.) Kuetz.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

gracilis (Ehr.) Rabenh.*exigua* (Bréb.) Rabenh.*pectinalis* (Dillw.?) Rabenh. *forma curta**pectinalis* (Dillw.?) Rabenh. *forma elongata**pectinalis* (Dillw.?) Rabenh. var. *ventricosa* Grun.*pectinalis* (Dillw.?) Rabenh. var. *Soleirollii* Kuetz.*lunaris* (Ehr.) Grun.

COLHEITA N.º 27

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

viridis (Nitzsch) Kuetz.*viridis* (Nitzsch) Kuetz. var. *commutata* Grun.*stauroptera* Grun. var. *parva* Grun.*appendiculata* (Ag.) Kuetz.*Iridis* Ehr.*Iridis* Ehr. var. *amphigomphus* (Ehr.)*atomoides* Grun.*Rotacana* (Rabenh.) Grun.*Rotacana* (Rabenh.) Grun. var. *oblongella* Grun.

GEN. STAURONEIS Ehr.

anceps Ehr.*anceps* Ehr. var. *linearis* (Kuetz.) Rabenh.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

biseriato (Ehr.) Bréb. var. *minor*

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz.,

GEN. MERIDION Ag.

circulare Ag. var. *constrictum*

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

virescens Ralfs.

capucina Desmaz.

capucina Desmaz. var. *lanceolata* Grun.

construens (Ehr.) Grun. var. *venter* Grun.

FAM. STRIATELLACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. TABELLARIA Ehr.

flocculosa (Roth.) Kuetz.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

pectinalis (Dillw. ?) Rabenh.

lunaris (Ehr.) Grun.

COLHEITA N.º 28

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

subcapitata (Grég.) Ralfs

Iridis Ehr.

Iridis Ehr. var. *amphigomphus* (Ehr.)

Seminulum Grun.

atomoides Grun.

Rotaeana (Rabenh.) Grun. var. *oblongella* Grun.

GEN. STAURONEIS Ehr.

Phoenicenteron (Nitzsch.) Ehr.

anceps Ehr.

anceps Ehr. var. *linearis* (Kuetz.) Rabenh.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D. C.

hiemale (Lyngb.) Heib. var. *mesodon* (Ehr.) Grun.

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz.

GEN. MERIDION Ag.

circulare Ag. var. *constrictum*

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

virescens Ralfs.**capucina** Desmaz. var. *lanceolata* Grun.**construens** (Ehr.) Grun. var. *venter* Grun.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

Arcus (Ehr.) var. *minor***exigua** (Bréb.) Rabenh.**pectinalis** (Dillw.?) Rabenh. *forma curta***pectinalis** (Dillw.?) Rabenh. var. *Soleirollii* Kuetz.

COLHEITA N.º 29

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

viridis (Nitzsch) Kuetz.**Brebissonii** Kuetz.**stauoptera** Grun. var. *parva* Grun.**bicapitata** Lagerst.**radiosa** Kuetz.**lanceolata** Kuetz.**Iridis** Ehr. var. *dubia* (Ehr.)**minima** Grun.**atomoides** Grun.**lepidula** Grun.**Rotaeana** (Rabenh) Grun. var. *oblongella* Grun.

GEN. STAURONEIS Ehr.

anceps Ehr.

anceps Ehr. var. *linearis* (Kuetz.) Rabenh.

anceps Ehr. var. *amphicephala*

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. CYMBELLA Ag.

cymbiformis (Kuetz.) Bréb. var. *parva* (W. Sm.)

GEN. AMPHORA Ehr.

ovalis (Bréb.) Kuetz.

FAM. NITZCHIACEAE Grun.

GEN. NITZSCHIA Hass.

Palea (Kuetz.) W. Sm.

communis Rabenh. var. ? *obtusa* Grun.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

tenera Grég.

apiculata W. Sm.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D, C.

hiemale (Lyngb.) Heib.

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz.

GEN. MERIDION Ag.

circulare Ag. var. *constrictum*

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

exigua (Bréb.) Rabenh.

pectinalis (Dillw. ?) Rabenh. *forma curta*

pectinalis (Dillw. ?) Rabenh. *forma elongata*

pectinalis (Dillw. ?) Rabenh. var. *undulata* Ralfs.

pectinalis (Dillw. ?) Rabenh. var. *Soleirollii* Kuetz.

Faba (Ehr.) Grun.

FAM. MELOSIRACEAE Ag.

GEN. MELOSIRA Agardh.

Roeseana Rabenh.

COLHEITA N.º 30

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

- major* Kuetz.
viridis (Nitzsch) Kuetz.
viridis (Nitzsch) Kuetz. var. *commutata* Grun.
lata Bréb.
Brebissonii Kuetz.
stauoptera Grun. var. *parva* Grun.
Tabellaria Kuetz. var. *stauroneiformis*
cuspidata Kuetz.
Iridis Ehr. var. *firma* Kuetz.
Iridis Ehr. var. *dubia* (Ehr.)
Iridis Ehr. var. *affinis* (Ehr.)
Rotaeana (Rabenh.) Grun. var. *oblongella* Grun.
 (Cari Ehr. var.) *angusta* Grun.
acrosphaeria Bréb.

GEN. STAURONEIS Ehr.

- anceps* Ehr.
anceps Ehr. var. *linearis* (Kuetz.) Rabenh.
anceps Ehr. var. *amphicephala*

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. CYMBELLA Ag.

- amphicephala* Naeg.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

- ventricosum* (Ag.) Grun.

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

- gracile* Ehr.
parvulum Kuetz.

FAM. COCCONEIDACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. COCCONEIS (Ehr.) Grun.

- Placentula* Ehr.

FAM. ACHNANTHACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ACHNANTHES Bory

lanceolata (Bréb.) Grun.

lanceolata (Bréb.) Grun. var. *dubia* Grun.

FAM. NITZSCHIACEAE Grun.

GEN. NITZSCHIA Hass.

communis Rabenh.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

apiculata W. Sm.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D. C.

hiemale (Lyngb.) Heib.

hiemale (Lyngb.) Heib. var. *mesodon* (Ehr.) Grun.

anceps (Ehr.) Kirchn.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

pectinalis (Dillw.) Rabenh. *forma curta*

pectinalis (Dillw.?) Rabenh. *forma elongata*

COLHEITA N.º 31

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

major Kuetz.

viridis (Nitzsch.) Kuetz.

lata Bréb.

Brebissonii Kuetz.

stauroptera Grun.

stauroptera Grun. var. *parva* Grun.

Tabellaria Kuetz. var. *stauroneiformis*

subcapitata (Grég.) Ralfs

cryptocephala Kuetz. var. *intermedia*

Gastrum Ehr.

- cuspidata** Kuetz.
ventricosa (Ehr.?) Donk.
Iridis Ehr. var. *amphigomphus* (Ehr.)
Iridis Ehr. var. *firma* Kuetz.
Iridis Ehr. var. *amphirhynchus* (Ehr.)
Iridis Ehr. var. *dubia* (Ehr.)
Iridis Ehr. var. *affinis* (Ehr.)

Notámos nesta colheita diversas formas intermediárias às diferentes variedades da *Navicula Iridis* Ehr. Eram verdadeiras formas de passagem da *Navicula Iridis* Ehr. nas suas variedades.
acrosphaeria Bréb.

GEN. STAURONEIS Ehr.

- Phoenicenteron** (Nitzsch) Ehr.
anceps Ehr.

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. CYMBELLA Ag.

- cuspidata** Kuetz.
cuspidata Kuetz. var. *naviculiformis* Auers.

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

- montanum** Schum. var. *subclavatum* Grun.
gracile Ehr.
parvulum Kuetz.

FAM. COCCONEIDACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. COCCONEIS (Ehr.) Grun.

- Placentula** Ehr.

FAM. ACHNANTHACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ACHNANTHES Bory

- lanceolata** (Bréb.) Grun.

FAM. NITZSCHIACEAE Grun.

GEN. NITZSCHIA Hass.

- communis** Rabenh.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

apiculata W. Sm.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D. C.

hiemale (Lyngb.) Heib. var. *mesodon* (Ehr.) Grun.

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

capucina Desmaz. var. *lanceolata* Grun.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

pectinalis (Dillw.?) Rabenh.

COLHEITA N.º 32

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

viridis (Nitzsch) Kuetz.

viridis (Nitzsch) Kuetz. var. *commutata* Grun.

Brebissonii Kuetz.

Brebissonii Kuetz. var. *subproducta*

stauoptera Grun.

stauoptera Grun. var. *parva* Grun.

mesolepta Ehr. var. *stauroneiformis* Grun.

cineta (Ehr.) Kuetz.

cryptocephala Kuetz.

humilis Donk.

cuspidata Kuetz.

ventricosa (Ehr.?) Donk.

Iridis Ehr. var. *amphirhynchus* (Ehr.)

Iridis Ehr. var. *dubia* (Ehr.)

GEN. STAURONEIS Ehr.

Phoenicenteron (Nitzsch.) Ehr.

GEN. FRUSTULIA Ag.

vulgaris (Thwaites) De Toni

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

ventricosum (Ag.) Grun.

GEN. AMPHORA

ovalis (Bréb.) Kuetz. var. *affinis* Kuetz.

FAM. ACHNANTHACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ACHNANTHES Bory

coarctata (Bréb.) Grun.**lanceolata** (Bréb.) Grun.

FAM. NITZSCHIACEAE Grun.

GEN. NITZSCHIA Hass.

dissipata (Kuetz.) Grun. var. *media* (Hantzsch)**obtusa** W. Sm.**obtusa** W. Sm. var. *scalpelliformis* Grun.**Palea** (Kuetz.) W. Sm.**communis** Rabenh.

GEN. HANTZSCHIA Grun.

amphyoxis (Ehr.) Grun.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

biseriata (Ehr.) Bréb. var. *minor***tenera** Grég. var. *neriosa* A. S.**apiculata** W. Sm.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Kirchn.

GEN. DIATOMA D. C.

hiemale (Lyngb.) Heib. var. *mesodon* (Ehr.) Grun.

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz.

GEN. MERIDION Ag.

circulare Ag. var. *constrictum*

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. SYNEDRA Ehr.

Ulna (Nitzsch.) Ehr.

FAM. STRIATELLACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. TABELLARIA Ehr.

floculosa (Roth.) Kuetz.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

pectinalis (Dillw.?) Rabenh. var. *ventricosa* Grun.

Innaris (Ehr.) Grun. var. *excisa* Grun.

COLHEITA N.º 33

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

viridis (Nitzsch) Kuetz.

Brebissonii Kuetz.

stauroptera Grun.

stauroptera Grun. var. *parva* Grun.

Braunii Grun.

Legumen Ehr.

radiosa Kuetz.

rhyngocephala Kuetz. var. *rostellata* (Kuetz.?) Grun.

cryptocephala Kuetz.

cryptocephala Kuetz. var. *intermedia*

dicephala Ehr.

cuspidata Kuetz.

Iridis Ehr.

Iridis Ehr. var. *amphigomphus* (Ehr.)

Iridis Ehr. var. *firma* Kuetz.

Iridis Ehr. var. *dubia* (Ehr.)

GEN. STAURONEIS Ehr.

Phoenicenteron (Nitzsch) Ehr.

anceps Ehr.

GEN. FRUSTULIA Ag.

rhomboides (Ehr.) De Toni var. *saxonica* (Rabenh.) De Toni

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. CYMBELLA Ag.

cuspidata Kuetz. var. *naviculiformis* Auers.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

ventricosum (Ag.) Grun.

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

abbreviatum Kuetz.

FAM. ACHNANTHACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ACHNANTHES Bory

lanceolata (Bréb.) Grun.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

apiculata W. Sm.

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni

GEN. SYNEDRA Ehr.

Ulna (Nitzsch) Ehr.

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

virescens (Ralfs.)

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. CERATONEIS Ehr.

Arcus (Ehr.) Kuetz.

Lista total das diatomáceas da Guarda e suas circunvizinhanças

Para evitar repetições inúteis, indicamos pelas seguintes abrevia-
turas as obras de que nos servimos para a classificação das espécies:
Traité des Diatomées, par le Dr. HENRI VAN HEURCK, V. H., T D.
Synopsis des Diatomées de Belgique (Atlas), par le Dr. HENRI VAN
HEURCK..... V. H., Syn.
Atlas der Diatomaceenkunde, A. SCHMIDT..... Schmidt, A D.

FAM. NAVICULACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. NAVICULA Bory

1. **nobilis** (Ehr.) Kuetz. var. *gentilis* Donk
V. H., T D., pág. 165
2. **major** Kuetz.
V. H., T D., est. 2, fig. 69.
3. **viridis** (Nitzsch) Kuetz.
V. H., T D., est. 2, fig. 70.
4. **viridis** (Nitzsch) Kuetz. var. *commutata* Grun.
V. H., T D., est. 2, fig. 71.
5. **divergens** (W. Sm.) Ralfs. *forma minor*
Sshmidt, A D., est. 44, fig. 42.
6. **lata** Bréb.
V. H., T D., est. 2, fig. 76.
7. **borealis** (Ehr.) Kuetz.
V. H., T D., est. 2, fig. 77.
8. **Brebissonii** Kuetz.
V. H., T D., est. 2, fig. 82.
8. **Brebissonii** Kuetz. var. *subproducta*
V. H., T D., est. 2, fig. 83.
10. **Brebissonii** Kuetz. var. *diminuta*
V. H., T D., est. 2, fig. 84.
11. **stauoptera** Grun.
V. H., T D., est. 2, fig. 85.
12. **stauoptera** Grun. var. *parva* Grun.
V. H., T D., est. 2, fig. 86.
13. **Tabellaria** Kuetz. var. *stauroneiformis*
V. H., T D., est. 2, fig. 87.
14. **gibba** (Ehr.) Kuetz.
V. H., T D., est. 2, fig. 88.
15. **gibba** (Ehr.) Kuetz. var. *brevistriata*
V. H., T D., est. 2, fig. 89.
16. **bicapitata** Lagerst.
V. H., T D., est. 2, fig. 90.
17. **bicapitata** Lagerst. var. *hybrida* Grun.
V. H., Syn., est. 6, fig. 9.
18. **subcapitata** (Greg.) Ralfs.
V. H., T. D., est. 2, fig. 91.
19. **appendiculata** (Ag.) Kuetz.
V. H., T D., est. 2, fig. 93.

20. **Braunii** Grun.
V. H., T D., est. 2, fig. 95.
21. **mesolepta** Ehr.
V. H., T D., est. 2, fig. 96.
22. **mesolepta** Ehr. var. *thermes* (Ehr.)
V. H., T D., est. 2, fig. 97.
23. **mesolepta** Ehr. var. *stauroneiformis* Grun.
V. H., Syn., est. 6, fig. 15.
24. **Legumen** Ehr.
V. H., T D., est. 2, fig. 98.
25. **cineta** (Ehr.) Kuetz.
V. H., T D., est. 3, fig. 105.
26. **radiosa** Kuetz.
V. H., T D., est. 3, fig. 112.
27. **viridula** Kuetz. *forma minor*
V. H., T D., est. 3, fig. 116.
28. **viridula** Kuetz. var. *slesvicensis* (Grun.)
V. H., T D., est. 3, fig. 118.
29. **rhynchocephala** Kuetz. var. *rostellata* (Kuetz. ?) Grun.
V. H., T D., est. 3, fig. 121.
30. **cryptocephala** Kuetz.
V. H., T D., est. 3, fig. 122.
31. **cryptocephala** Kuetz. var. *intermedia*
V. H., Syn., est. 8, fig. 10.
32. **humilis** Donk.
V. H., T. D., est. 3, fig. 127.
33. **Gastrum** Ehr.
V. H., T D., est. 3, fig. 134.
34. **anglica** Ralfs. var. *subsalina* Grun.
V. H., T D., est. 3, fig. 137.
35. **dicephala** Ehr.
V. H., T D., est. 3, fig. 138.
36. **lanceolata** Kuetz.
V. H., T D., est. 3, fig. 139.
37. **lanceolata** Kuetz. *forma minuta* Rabenh.
V. H., T D., est. 3, fig. 140.
38. **elliptica** Kuetz.
V. H., T D., est. 4, fig. 156 a.
39. **elliptica** Kuetz. var. *oblongella* (Naeg.)
V. H., T D., est. 4, fig. 157.
40. **elliptica** Kuetz. var. *ovalis* Hilse
V. H., T D., est. 4, fig. 156 b.

41. **cuspidata** Kuetz.
V. H., T D., est. 4, fig. 190.
42. **limosa** Kuetz.
V. H., T D., est. 5, fig. 207.
43. **limosa** Kuetz. var. *gibberula*
V. H., T D., est. 5, fig. 208.
44. **ventricosa** (Ehr.?) Donk.
V. H., T D., est. 5, fig. 209.
45. **Iridis** Ehr.
V. H., T. D., est. 5, fig. 212.
46. **Iridis** Ehr. var. *amphigomphus* (Ehr.)
V. H., T D., est. 5, fig. 213.
47. **Iridis** Ehr. var. *firma* Kuetz.
V. H., T D., est. 5, fig. 221.
48. **Iridis** Ehr. var. *amphirhynchus* (Ehr.)
V. H., T D., est. 5, fig. 214.
49. **Iridis** Ehr. var. *dubia* (Ehr.)
V. H., T D., est. 5, fig. 215.
50. **Iridis** Ehr. var. *undulata* Grun.
V. H., T D., est. 5, fig. 216.
51. **Iridis** Ehr. var. *affinis* (Ehr.)
V. H., T D., est. 5, fig. 217.
52. Diversas formas intermedias às variedades da *N. Iridis* Ehr.
53. **Bacillum** Ehr. *forma minor*
V. H., T D., est. 5, fig. 223.
54. **bacilliformis** Grun.
V. H., Syn., est. 13, fig. 11.
55. **Pupula** Kuetz.
V. H., T D., est. 5, fig. 226.
56. **Pupula** Kuetz. *forma minuta*
V. H., Syn., est. 13, fig. 16.
57. **Seminulum** Grun.
V. H., T. D., est. 5, fig. 228.
58. **minima** Grun.
V. H., T D., est. 5, fig. 229.
59. **atomoides** Grun.
V. H., T D., est. 5, fig. 230.
60. **Atomus** (Kuetz.) Grun.
V. H., T D., est. 5, fig. 231.
61. **lepidula** Grun.
V. H., T D., est. 5, fig. 236.
62. **Rotaeana** (Rabenh.) Grun.
V. H., Syn., est. 14, fig. 17.

63. *Rotaeana* (Rabenh.) Grun. *forma minor, tenuistriata*
V. H., Syn., est. 14, fig. 19.
64. *Rotaeana* (Rabenh.) Grun. var. *oblongella* Grun.
V. H., Syn., est. 14, fig. 21.
65. (*Cari* Ehr. var.) *angusta* Grun.
V. H., Syn., est. 7, fig. 17.
66. *acrosphaeria* Bréb.
Schmidt, A D., est. 43, fig. 16.
67. *nodosa* K. var. ?
Schmidt, A D., est. 45, fig. 57.

GEN. STAURONEIS Ehr.

68. *Phoenicenteron* (Nitzsch.) Ehr.
V. H., T D., est. 1, fig. 50.
69. *acuta* W. Sm.
V. H., T D., est. 1, fig. 51.
70. *anceps* Ehr.
V. H., T D., est. 1, fig. 55.
71. *anceps* Ehr. var. *linearis* (Kuetz.) Rabenh.
V. H., T D., est. 1, fig. 56.
72. *anceps* Ehr. var. *amphicephala*
V. H., T D., est. 1, fig. 57.

GEN. FRUSTULIA Ag.

73. *rhomboides* (Ehr.) De Toni
V. H., T D., est. 5, fig. 249.
74. *rhomboides* (Ehr.) De Toni var. *saxonica* (Rab.) De Toni
V. H., T D., est. 5, fig. 250.
75. *vulgaris* (Thwaites) De Toni

FAM. CYMBELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. CYMBELLA Ag.

76. *Ehrenbergii* Kuetz.
V. H., T D., est. 1, fig. 22.
77. *cuspidata* Kuetz.
V. H., T D., est. 1, fig. 23.
78. *cuspidata* Kuetz. var. *naviculiformis* Auers.
V. H., T D., est. 1, fig. 24.
79. *amphicephala* Naeg.
V. H., T D., est. 1, fig. 25.
80. *obtusa* Grég.
V. H., T D., est. 1, fig. 27.

81. *anglica* Lagerst.
V. H., Syn., est. 2, fig. 4.
82. *cymbiformis* (Kuetz.) Bréb.
V. H., T D., est. 1, fig. 38.
83. *cymbiformis* (Kuetz.) Bréb. var. *parva* (W. Sm.)
V. H., T D., est. 1, fig. 39.

GEN. ENCYONEMA Kuetz.

84. *ventricosum* (Ag.) Grun.
V. H., T D., est. 1, fig. 49.

GEN. AMPHORA Ehr.

85. *ovalis* (Bréb.) Kuetz.
V. H., T D. est. 1, fig. 15.
86. *ovalis* (Bréb.) Kuetz. var. *affinis* Kuetz.
V. H., T D., est. 1, fig. 17.
87. *ovalis* (Bréb.) Kuetz. var. *affinis* Kuetz. *forma minor*
V. H., T D., est. 1, fig. 18.

FAM. GOMPHONEMACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. GOMPHONEMA Ag.

88. *constrictum* Ehr.
V. H., T D., est. 7, fig. 296.
89. *constrictum* Ehr. var. *curta*
V. H., T D., est. 7, fig. 298.
90. *acuminatum* Ehr.
V. H., T D., est. 7, fig. 299.
91. Uma forma intermédia aos *G. acuminatum* e *G. Augur*.
Schmidt, A D., est. 240, fig. 4.
92. *montanum* Schum.
V. H., T D., est. 7, fig. 303.
93. *montanum* Schum. var. *subclavatum* Grun.
V. H., T D., est. 7, fig. 304.
94. (*montanum* var.) *subclavatum formae minores majis obtusatae*
V. H., Syn., est. 23, fig. 43.
95. *montanum* Schum. var. *commutatum* Grun.
V. H., T D., est. 7, fig. 305.
96. *gracile* Ehr.
V. H., T D., est. 7, fig. 309.
97. *micropus* Kuetz.
V. H., T D., est. 7, fig. 312.

98. *angustatum* var. *producta* Grun.
V. H., Syn., est. 24, fig. 54.
99. *Sarcophagus* Grég.
V. H., T D., est. 29, fig. 813.
100. *parvulum* Kuetz.
V. H., T D., est. 7, fig. 306.
101. *parvulum* Kuetz var. *lanceolatum*
V. H., T. D., est. 7, fig. 307.
102. *parvulum* Kuetz. var. *subcapitatum*
V. H., T D., est. 7, fig. 308.
103. *abbreviatum* Kuetz.
V. H., Syn., est. 25, fig. 16.

FAM. COCCONEIDACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. COCCONEIS (Ehr.) Grun.

104. *Pediculus* Ehr.
V. H., T D., est. 8, fig. 340.
105. *Placentula* Ehr.
V. H., T D., est. 8, fig. 341.

FAM. ACHNANTHACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. ACHNANTHES Bory

106. *coarctata* (Bréb.) Grun.
V. H., T D., est. 8, fig. 327.
107. *linearis* W. Sm.
V. H., T D., est. 8, fig. 335.
108. *lanceolata* (Bréb.) Grun.
V. H., T D., est. 8, fig. 336.
109. *lanceolata* (Bréb.) Grun. var. *dubia* Grun.
V. H., T D., est. 8, fig. 337.

FAM. NITZSCHIACEAE Grun.

GEN. NITZSCHIA Hass.

110. *thermalis* (Ehr.) Auers. var. *intermedia*
V. H., T D., est. 15, fig. 510.
111. *dissipata* (Kuetz.) Grun. var. *media* (Hantzsch)
V. H., T D., est. 16, fig. 526.
112. *Syigma* (Kuetz.) W. Sm. var. *regidula* Grun.
V. H., T D., est. 16, fig. 534.
113. *obtusa* W. Sm.
V. H., T D., est. 16, fig. 537.

114. **obtusa** W. Sm. var. *scalpelliformis* Grun.
V. H., T D., est. 16, fig. 538.
115. **linearis** (Ag.) W. Sm.
V. H., T D., est. 16, fig. 542.
116. **vitrea** Norm. var. *recta* (Hantzsch)
V. H., T D., est. 16, fig. 547.
117. **subtilis** (Kuetz. ?) Grun.
V. H., T D., est. 17, fig. 552.
118. **subtilis** (Kuetz. ?) Grun. var. *paleaceae* Grun.
V. H., T D., est. 17, fig. 553.
119. **Palea** (Kuetz.) W. Sm.
V. H., T D., est. 17, fig. 554.
120. **communis** Rabenh.
V. H., T D., est. 17, fig. 560.
121. **communis** Rabenh. var. ? *obtusa* Grun.
V. H., T D., est. 17, fig. 562.
122. **amphibia** Grun.
V. H., T D., est. 17, fig. 563.

G. N. HANTZSCHIA Grun.

123. **amphyoxis** (Ehr.) Grun.
V. H., T D., est. 15, fig. 483 b.
124. **amphyoxis** (Ehr.) Grun. var. *intermedia* Grun.
V. H., T D., est. 15, fig. 485 b.

FAM. SURIRELLACEAE (Kuetz.) Grun.

GEN. SURIRELLA Turp.

125. **biseriata** (Ehr.) Bréb.
Schmidt, A D., est. 22, fig. 14.
126. **biseriata** (Ehr.) Bréb. var. *minor*
Difere da precedente apenas pelo tamanho.
127. **linearis** W. Sm.
Schmidt, A D., est. 23, fig. 27.
128. **linearis** W. Sm. var. *constricta* Grun.
Schmidt, A D., est. 23, fig. 28.
129. **tenera** Greg.
Schmidt, A D., est. 23, fig. 9.
130. **tenera** Grég. var. *splendidula* A. S.
Schmidt, A D., est. 23, fig.^{as} 4 e 5.
131. **tenera** Greg. var. *nervosa* A. S.
Schmidt, A D., est. 23, fig. 16.

132. **elegans** Ehr.
V. H., T D., est. 12, fig. 576.
133. **apiculata** W. Sm.
Schmidt, A D., est. 23, fig. 34.
134. **minuta** Bréb.
Schmidt, A D., est. 23, fig. 43.

FAM. DIATOMACEAE (Grun.) Rabenh.

GEN. DIATOMA D. C.

135. **hiemale** (Lyngb.) Heib.
V. H., Syn., est. 51, fig.^{as} 1 e 2.
136. **hiemale** (Lyngb.) Heib. var. *mesodon* (Ehr.) Grun.
V. H., Syn., est. 51, fig.^{as} 3 e 4.
137. **anceps** (Ehr.) Kirchn.
V. H., T D., est. 11, fig. 472.

FAM. MERIDIONACEAE Kuetz.

GEN. MERIDION Ag.

138. **circulare** Ag. var. *constrictum*
V. H., T D., est. 11, fig. 475.

FAM. FRAGILARIACEAE (Kuetz.) De Toni.

GEN. SYNEDRA Ehr.

139. **pulchella** (Ralfs.) Kuetz. var. *lanceolata* O Meara
V. H., T D., est. 10, fig. 405.
140. **Ulna** (Nitzsch) Ehr.
V. H., T D., est. 10, fig. 409.
141. **Ulna** (Nitzsch) Ehr. var. *splendens* (Kuetz.)
V. H., T D., est. 10, fig. 410.
142. **Ulna** (Nitzsch) Ehr. var. *subaequalis* (Grun.)
V. H., T D., est. 10, fig. 411.
143. **Ulna** (Nitzsch) Ehr. var. *longissima* W. Sm.
V. H., T D., est. 10, fig. 412.
144. **Ulna** (Nitzsch) Ehr. var. *Danica* (Kuetz.)
V. H., T D., est. 10, fig. 415.
145. **Ulna** (Nitzsch) Ehr. var. *oxyrhynchus* (Kuetz.)
V. H., T D., est. 10, fig. 418.
146. **Ulna** (Nitzsch) Ehr. var. *bicurvata* (Biene) Grun.
V. H., Syn., est. 38, fig. 8.
147. **Acus** Kuetz.
V. H., T D., est. 10, fig. 420.

148. (*Rumpens* var.)? *familiaris* Kuetz. *forma parva*
V. H., Syn. est. 40, fig. 15.

GEN. FRAGILARIA Lyngb.

149. *virescens* Ralfs.
V. H., T D., est. 11, fig. 442.
150. *capucina* Desmaz.
V. H., T D., est. 11, fig. 446.
151. *capucina* Desmaz. var. *acuta* Grun.
V. H., T D., est. 41, fig. 448.
152. *capucina* Desmaz. var. *lanceolata* Grun.
V. H., Syn., est. 45, fig. 5.
153. *construens* (Ehr.) Grun. var. *venter* Grun.
V. H., T D., est. 11, fig. 451.
154. *brevistriata* Grun.
V. H., T D., est. 11, fig. 455.

FAM. STRIATELLACEAE (Kuetz.) Heib.

GEN. TABELLARIA Ehr.

155. *fenestrata* (Lyngb.) Kuetz.
V. H., T D., est. 11, fig. 477.
156. *flocculosa* (Roth.) Kuetz.
V. H., T D., est. 11, fig. 478.

FAM. EUNOTIACEAE (Kuetz.)

GEN. EUNOTIA Ehr.

157. *Arcus* Ehr.
V. H., T D., est. 9, fig. 362.
158. *Arcus* Ehr. var. *minor*
V. H., T D., est. 9, fig. 363.
159. *gracilis* (Ehr.) Rabenh.
V. H., T D., est. 9, fig. 368.
160. *exigua* (Bréb.) Rabenh.
V. H., T D., est. 9, fig. 369.
161. *pectinalis* (Dillw.) Rabenh.
V. H., T D., est. 9, fig.^{as} 370 e 371.
162. *pectinalis* (Dillw.?) Rabenh. *forma curta*
V. H., T D., est. 9, fig. 370.
163. *pectinalis* (Dillw.?) Rabenh. *forma elongata*
V. H., T D., est. 9, fig. 371.
164. *pectinalis* (Dillw.?) Rabenh. var. *ventricosa* Grun.
V. H., T D., est. 9, fig. 372.

166. **pectinalis** (Dillw.?) Rabenh. var. *undulata* Ralfs.
V. H., T D., est. 9, fig. 373.
166. **pectinalis** (Dillw.?) Rabenh. var. *Soleirolli* Kuetz.
V. H., T D., pag. 301.
167. **Faba** (Ehr.) Grun.
V. H., T D., est. 9, fig. 374.
168. **praerupta** Ehr. var. *bidens* Grun.
V. H., T D., est. 9, fig. 379.
169. **lunaris** (Ehr.) Grun.
V. H., T D., est. 9, fig. 384.
170. **lunaris** (Ehr.) Grun. var. *subarcuata* (Naeg.) Grun.
V. H., T D., est. 9, fig. 385.
171. **lunaris** (Ehr.) Grun. var. *excisa* Grun.
V. H., Syn., est. 35, fig. 6 c.
172. **monodon** Ehr. *forma curta*
V. H., Syn., est. 33, fig. 4.
173. **diodon** Ehr.
V. H., T D., est. 30, fig. 829.

GEN. CERATONEIS Ehr.

174. **Arcus** (Ehr.) Kuetz.
V. H., T D., est. 10, fig. 401.

FAM. MELOSIRACEAE Ag.

GEN. MELOSIRA Agardh.

175. **Roeseana** Rabenh.
V. H., T D., est. 19, fig. 614.
176. **Roeseana** Rabenh. var. *spiralis*
V. H., T D., est. 19, fig. 615.
177. **varians** Ag.
V. H., T D., est. 18, fig. 611.

FAUSTO LOPO DE CARVALHO.

A astronomia dos Lusíadas

Ves aqui a grande machina do mundo,
Etere, & elemental, que fabricada
Assi foy do saber alto, & profundo,
Que he sem principio, & meta limitada,
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo, & sua superficie tam limada,
He Deos, mas o que he Deos ninguê o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estêde.

Os Lusíadas, canto X, estância 80.

I

Camões apreciado por Alexandre de Humboldt

O grande naturalista alemão ALEXANDRE DE HUMBOLDT, nascido em 1769 em Berlim, onde morreu em 1859, publicou, nos últimos anos da sua vida, a célebre obra *Kosmos*, formoso quadro de todo o mundo fisico, fruto do seu profundo conhecimento das sciências naturais e da sua vasta erudição literária, adquiridos numa longa vida de estudo e nas suas conhecidas viagens. No primeiro dos capítulos subordinados ao título — *Reflexo do mundo exterior na imaginação do homem* —, cujo assunto é «o sentimento da natureza nas diferentes épocas e nos diferentes povos», occupa-se dos *Lusíadas*. A crítica que faz do talento de CAMÕES para descrever a natureza, que vou tentar traduzir, socorrendo-me o mais possível dos próprios versos do poeta, é como segue:

«Aquela peculiar concepção da Natureza, que tem a sua origem na própria observação, brilha, no mais alto grau, na grande epopeia nacional da literatura portuguesa. Respira-se como que um aroma de flores da Índia através de todo o poema, escrito sob o céu dos trópicos, na gruta de Macau e nas ilhas Molucas. Não me compete confirmar a ousada opinião de Frederico Schlegel, segundo a qual os *Lusíadas* de CAMÕES «excedem muito Ariosto em colorido e riqueza de imaginação»; como observador, porém, da Natureza, posso acrescentar que, nas partes descritivas dos *Lusíadas*, nunca a inspi-

ração do poeta, o ornato da linguagem ou os suaves acentos de melancolia prejudicam a precisão na pintura dos fenómenos físicos; antes, como sucede sempre que a arte brota de fonte pura, realçam a viva impressão de grandeza e verdade dos quadros da Natureza. São inimitáveis em CAMÕES as descrições da eterna correlação entre Céu e Mar, entre as nuvens multiformes, os seus *processus* metereológicos e os diferentes estados da superfície do Oceano. Mostra-nos esta superfície ora quando brandos ventos a enrugam e as curtas ondas brilham, espelhando os raios de luz que nelas brincam; ora quando os navios de Coelho e Paulo da Gama, numa temerosa tempestade, lutam com os elementos desencadeados. CAMÕES é, no sentido próprio do termo, um grande pintor marítimo. Como guerreiro, combateu no sopé do Atlas em terras de Marrocos, no mar Vermelho e no Golfo Pérsico; duas vezes dobrou o Cabo; e, durante 16 anos, observou nas costas da Índia e da China, com o profundo sentimento da Natureza de que era dotado, todos os fenómenos do Oceano. Descreve o eléctrico fogo de Santelmo (Castor e Pólux dos antigos marinheiros gregos) «o lume viuo, que a maritima gente tem por santo»; descreve a ameaçadora tromba em seu desenvolvimento sucessivo: vê «leuantarse no ar um vaporzinho & sutil fumo», «e do vento trazido, rodear-se», donde desce o delgado cano que se vai acrecentando e se alarga quando «os golpes grandes de agoa em si chupaua»; a nuvem negra, que sobre êle se espessa,

..... depois que de todo se fartou
 O pé que tem no mar a si recolhe,
 E pello ceo chouendo em fim voou
 Porque coa agoa a jacente agoa molhe:
 Aas ondas torna as ondas que tomou:
 Mas o sabor do sal lhe tira, & tolhe.

«Vejão agora os sabios na escriptura», diz o poeta (e di-lo zombando quasi até dos modernos tempos) «que segredos sam estes de Natura», já que, guiados «so por puro engenho & por ciencia», «julgão por falsos, ou mal entendidos» os casos que contam

.... os rudos marinheiros
 Que tem por mestra a longa experiencia.

«Mas o talento do inspirado poeta para descrever a Natureza não se manifesta só nos fenómenos isolados; brilha igualmente quando abrange grandes massas duma vez. O terceiro canto desenha, em poucos traços, a configuração da Europa desde as regiões mais frias do norte até ao reino Lusitano e ao Estreito que «se ennobrece co

extremo trabalho do Thebano». Faz constante alusão aos costumes e civilização dos povos que habitam esta tão recortada parte do mundo. Da Moscóvia, do Império da Alemanha e «outras varias nações que o Reno *frio* lava», passa rápidamente para os deliciosos campos de Hélade: «que criastes os peitos eloquentes, e os juizos de alta fantasia». No décimo canto alargam-se os horizontes. Tétis conduz o Gama a um alto monte para lhe desvendar os segredos da *machina do mundo* e o curso dos planetas (segundo o sistema de Ptolomeu). É uma visão no estilo de Dante; e como a Terra é o centro de todo o movimento, expõe por fim, na descrição do globo terrestre, quanto se sabia dos países então descobertos e das suas produções. Não se trata já de descrever só a Europa, como no canto terceiro; todas as partes do mundo são passadas em revista, sendo até nomeadas as terras de Santa Cruz (Brasil) e as costas descobertas por Magalhães, «no feito com verdade portugues, porem não na lealdade».

«Se louvei CAMÕES principalmente como pintor marítimo foi para significar que a vida terrestre o tinha atraído menos intensamente. Já Sismondi nota, com razão, que o poema inteiro não contém vestígio de qualquer observação sobre a vegetação tropical e o seu aspecto fisionómico. São apenas mencionados os perfumes e produtos comerciais úteis. O episódio da ilha encantada oferece sem dúvida a mais deliciosa pintura duma paisagem; mas a vegetação é formada, como exige uma Ilha de Vénus, de «mirtos, cidreiras, limões odoríferos e romãs»: tudo próprio do clima da Europa do sul. No maior dos navegadores marítimos de então, Cristóvão Colombo, encontramos mais gosto pelos bosques das costas, mais interesse pelas formas do reino vegetal; mas Colombo escreve um roteiro, e nota nele as impressões vivas de cada dia, emquanto que a epopeia de CAMÕES glorifica os grandes feitos dos portugueses. Pedir às línguas dos indígenas nomes de plantas e introduzi-los na descrição duma paisagem onde, como sobre um fundo de quadro, se movessem os personagens, pouco podia tentar o poeta habituado a sons harmoniosos».

Eis o que diz Humboldt. Esta opinião, de tão eminente autoridade, traduzida do alemão para português por quem o saiba fazer melhor do que nós, devia ler-se, desacompanhada de comentários, em todas as edições escolares dos *Lusiadas*.

A descrição da grande máquina do mundo, a que Humboldt chama visão no estilo de Dante, aludindo naturalmente à subida do poeta com Beatriz, no *Paraiso*, através dos nove céus, é o trecho astronómico mais importante dos *Lusiadas*. Mas por todo o poema há muitas referências a factos astronómicos sempre sob uma forma bela e precisa.

II

O Tratado da Sphera de Pedro Nunes

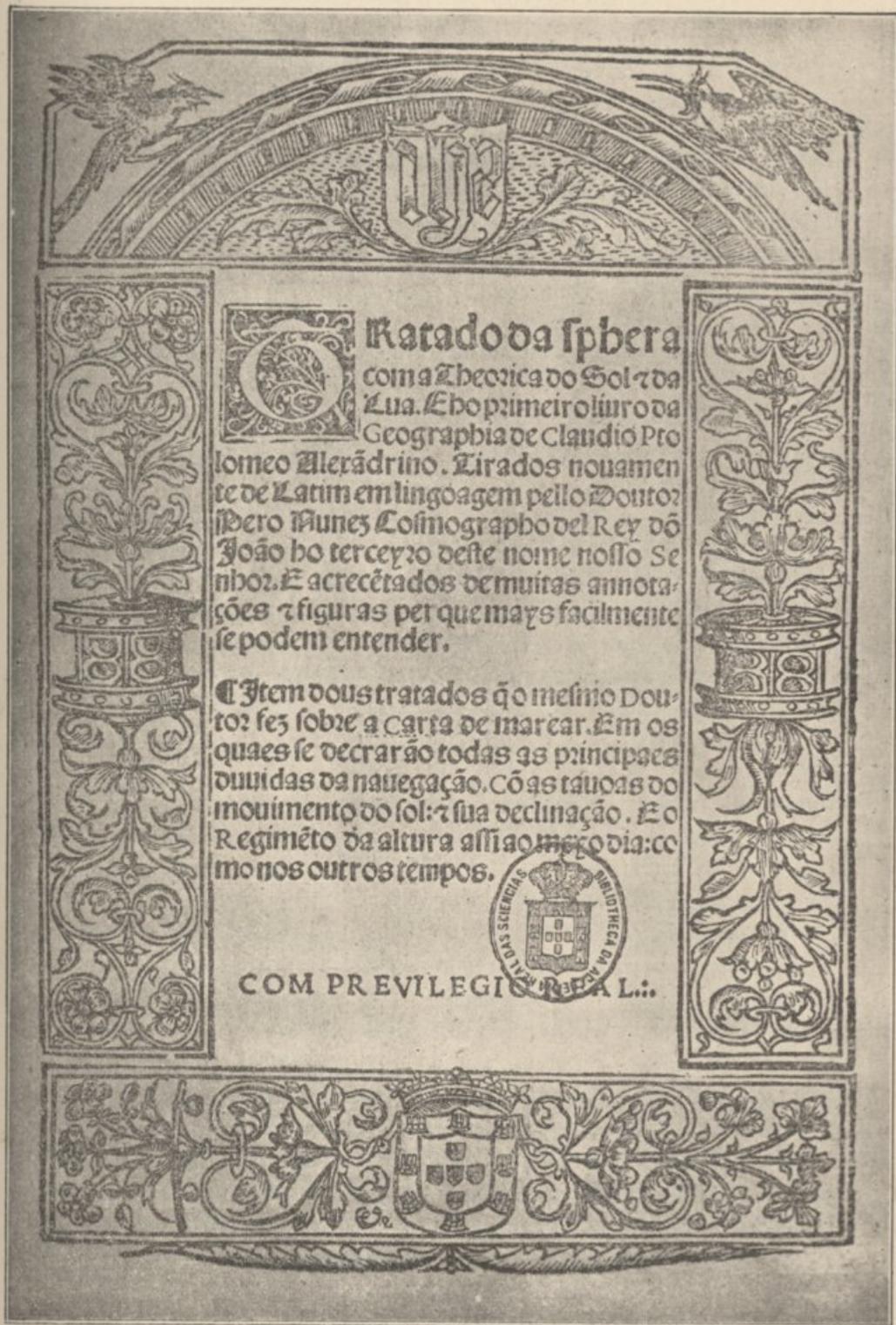
1. Para bem se interpretarem os trechos astronómicos dos *Lusíadas*, é preciso vêr quais eram as ideias fundamentais da astronomia em Portugal no século XVI.

No tempo de CAMÕES (n. 1525? — m. 1580) a grande autoridade na ciência astronómica era o professor da Universidade PEDRO NUNES, cujas obras lhe deram reputação europeia. Nascido em Alcácer do Sal em 1502, o seu nome latino era Petrus Nonius Salaciensis. *Nonius* é o título do capítulo que Delambre lhe consagra na sua *Histoire de l'Astronomie du moyen âge*.

Sobre as épocas em que *leu* na Universidade, diz Diogo Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana*: «A perspicácia do juízo, e a madureza do talento lhe facilitarão a compreensão das sciências applicando-se na Universidade de Lisboa às Faculdades de Filosofia e Medicina, e, recebendo nesta as insignias Doutorais, ditou aquella pelo espaço de três anos que finalizarão em o de 1533. Ambicioso de novas sciências aprendeu as disciplinas Matemáticas em que saiu consumado professor, sendo o primeiro mestre que ditou Matemáticas em a Universidade de Coimbra, de que se lhe passou provisão da Cadeira a 16 de Outubro de 1544, e nela jubillou a 4 de Fevereiro de 1562».

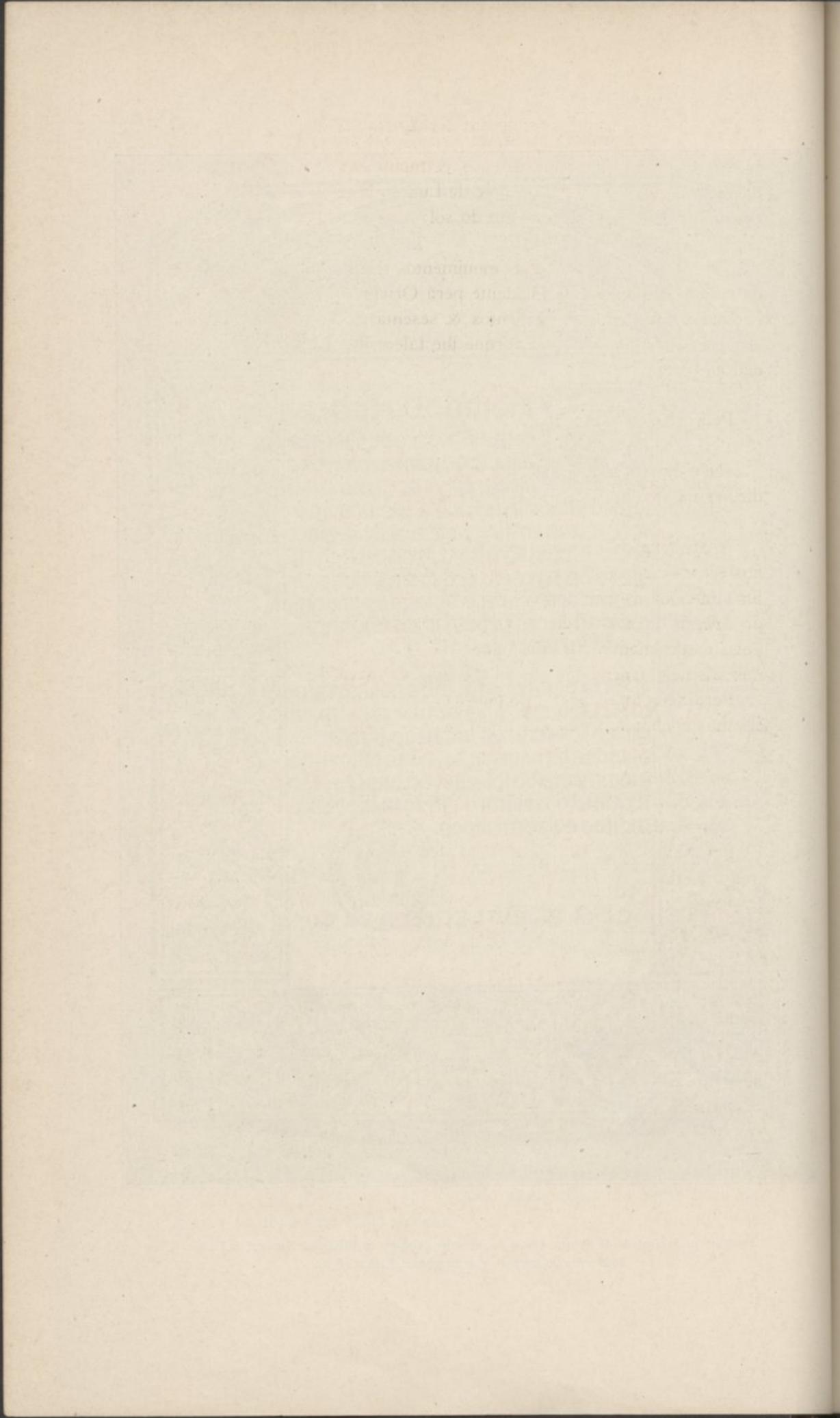
Dentre as obras de Pedro Nunes, o *Tratado da Sphera*, publicado em 1537, ano da transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, era naturalmente o livro lido pelas pessoas que queriam conhecer a astronomia como parte integrante duma boa educação geral. Êle mesmo diz na dedicatória ao infante D. Luis:

«... Vendo eu que ho tratado da sphera: & Theórica do sol & da Lua: com ho primeiro liuro da Geographia de Ptolomeu: sam aquelles principios que deue ter *qualquer pessoa que em Cosmographia deseja saber algũa cousa*. Por nam carecerem disso os que nam sabem latim ho tirey em nosso lingoagem. Acrecentei-lhe algũas anotações pera que mays facilmente se podessem entender. Puslhe ao cabo hũs tratados que compus sobre a Carta de marear: & ho regimêto da altura: porque não sou tam confiado de minhas cousas que cresse que per si as quereriam ver: & jndo nesta cõpanhia algũa hora per acerto se abriha ho liuro nelles».



Frontispício do Tratado da Sphera, tirado do exemplar existente na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Dimensões do original, sem margens: 0^m,255 × 0^m,169



No Capitulo iiii—Dos circulos & mouimentos dos Planetas: & das causas dos eclipses do Sol & da Lua—, lê-se no texto de SACROBOSCO, a respeito do movimento do sol:

«... Assi que destes dous mouimentos resulta ho seu mouimento no circulo dos signos de Ocidente pera Oriente pello qual anda todo o circulo dos signos em trezentos & sesenta & cinco dias: & quasi a quarta parte de hum dia porque lhe falece hũa cousa pequena que não he sensiuel...».

Pedro Nunes faz, à margem, a seguinte anotação:

«Não posso crer q̄ este autor ignorasse quãto vay nisto que ele diz ser insensiuel. Mas fala cõ *principiãtes*».

A *Sphaera* de Sacrobosco era, no século XVI, o livro de iniciação nos estudos astronómicos. CAMÕES, que tão bem sabia os principios fundamentais da astronomia, não podia deixar de conhecer o *Tratado da Sphaera* do nosso célebre cosmógrafo e professor. Êste livro foi pois, naturalmente, lido pelo poeta; o certo é que as ideias fundamentais nele expendidas são as que se encontram no poema.

Para se compreender a importância dêste interessante livro, precisamos conhecer, ainda que rapidamente, a sua origem.

2. O renascimento da astronomia na Europa resultou do conhecimento das obras dos árabes que, desde o século IX, vinham sendo os cultores da sciência dos astros.

Foi ALMAMON, califa de Bagdad desde 814 a 833, quem mandou traduzir, do grego para árabe, a *Grande Sintaxe Matemática* de PTOLOMEU, único dos astrónomos da antiguidade cujas obras chegaram até nós. Desde então a obra é conhecida pelo nome de *Almagesto*. O próprio Almamon fez observações astronómicas, determinando a obliquidade da eclíptica, que achou ser de 23°33'.

O célebre astrónomo árabe ALBATÊNIO vivia pelo ano de 880. Êste príncipe compôs tábuas astronómicas, referidas ao meridiano de Aracta, para substituir as de Ptolomeu. Escreveu um tratado de astronomia cujo título é, na tradução latina:— *Mahometis Albatenii de Scientia Stellarum*. Hiparco (160 antes de Cristo), comparando as suas observações da Espiga da Virgem com as que Timócatis fizera, um século antes, em Alexandria, viu que as estrélas mudavam de posição e pareciam avançar lentamente de ocidente para oriente em relação aos pontos equinociais, descobrindo assim o movimento de precessão

dos equinócios, que teve o nome de *movimento dos auges e das estrélas fixas*. Segundo Ptolomeu (140 depois de Cristo), êste movimento era de 1 grau em cem anos. Albaténio achou que era de 1 grau em sessenta anos e quatro meses. A obliquidade da eclíptica era, segundo Albaténio, de $23^{\circ}35'$.

O astrónomo ALFRAGANO, que parece ter vivido pelo ano de 950, adquiriu celebridade com os seus Elementos de astronomia, de que se fizeram três traduções latinas. O título da obra, em latim, é: *Muhamedis Alfragani Arabis chronologica et astronomica Elementa*. Segundo o comentador Christmann, Alfragano não fez mais do que copiar Ptolomeu e Albaténio.

O astrónomo THEBIT ben CHORA é o autor da hipótese da *trepidação*, que foi adoptada durante muito tempo, influindo nas tábuas astronómicas até Tycho-Brahe. Para explicar a variação na obliquidade da eclíptica e a desigualdade no movimento das estrélas fixas relativamente aos equinócios, que êle deduzia da comparação das antigas observações, imaginou, em cada equinócio, um circulo cujo raio era de $4^{\circ}18'43''$; o ponto equinocial verdadeiro estava na circunferência dêste pequeno circulo, percorrendo-o com movimento uniforme; dêste movimento de *trepidação* ou de *acesso e recesso*, resultava que as estrélas pareciam ir ora para oriente ora para occidente, com velocidades desiguais. A hipótese da *trepidação* acaba por ser, mais tarde, abandonada, mas uma hipótese semelhante reaparece com o movimento de *nutação*, descoberto por Bradley em 1728.

Esta hipótese da *trepidação* da esfera das estrélas fixas é tratada por Pedro Nunes no seu opúsculo — *In theoricis G. Purbachii annotationes*. É objecto da última anotação, intitulada: «De motu octauae sphaerae, secundum Thebit».

O renovamento dos estudos astronómicos começa na Europa com a tradução do *Almagesto*, mandada fazer, em 1230, do árabe para latim, pelo imperador Frederico II. A versão directa do grego para latim só foi feita no século xv, por Trapezuntius.

A *Sphaera* de Sacrobosco é a mais antiga das obras de astronomia produzidas na Europa, que chegaram até nós. João de Sacrobosco era um frade inglês, nascido em Halifax ou Holiwood, donde o seu nome latino Joannes de Sacro Bosco ou de Sacro Busto. Tendo estudado na Universidade de Oxford, veio para Paris, atraído pela fama da sua Universidade, e aí ensinou a Filosofia e as Matemáticas, morrendo em 1256. Sacrobosco compôs um resumo do *Almagesto* de Ptolomeu e dos Elementos de astronomia de Alfragano, que intitulou *De Sphaera*. Este livro adquiriu uma tal celebridade que, durante

trezentos anos, não se conheceu outro nas escolas. Foi impresso pela primeira vez em Veneza em 1497.

O tratado *De Sphaera* de Sacrobosco foi tirado novamente do latim em lingoaagem pelo doutor Pedro Nunes em 1537. Já havia outras traduções portuguesas. Existe na biblioteca de Évora um *Tratado da Spera do mudo tirada de latim em lingoagẽ portugues*. O sr. Joaquim Bensaúde descobriu outra, mais antiga, na biblioteca de Munich, que está tratando de publicar. Mas a versão de Pedro Nunes é acrescentada de anotações que se lêem na margem das páginas, explicando, completando ou corrigindo o texto, segundo as ideias do seu tempo. Entre elas há uma bastante extensa «sobre as derradeiras palauras do Capitulo dos Climias», nas quais Sacrobosco afirma que a largura dos climias deminue à medida que se aproximam do polo. Como todos os autores vinham repetindo, desde Ptolomeu, esta asserção sem a provarem, Pedro Nunes faz a sua demonstração. Esta anotação foi traduzida para latim e veio acompanhando várias edições latinas da *Sphaera*. Na biblioteca da Universidade há um exemplar da «*Sphaera Joannis de Sacro Bosco Emendata, Lutetiae, 1557*», onde se encontra essa anotação com o título: «Petri Nonii Salaciensis Annotatio in extrema verba capituli de Climatibus, Elia Vineto interprete», tendo no fim esta nota: «Vernaculo sermone scripsit hoc Nonius, id est, Hispano Portugallico».

3. Pelo tempo em que Sacrobosco ensinava em Paris, Afonso X, rei de Castela, reunia em Toledo os astrónomos mais hábeis do seu tempo, cristãos, mouros e judeus, de cujos trabalhos resultaram as Tábuas Afonsinas, publicadas em 1252. Os livros astronómicos do rei Afonso, o sábio, começaram a ser publicados em Madrid, *de Real Orden*, em 1863. Os magníficos in-fólios teem por título: *Libros del saber de astronomia del Rey D. Alfonso X de Castilla, copilados, anotados y comentados por Don Manuel Rico y Sinobas*.

Foi em 1460 que apareceram as *Teóricas dos planetas* de PURBACHIO, livro famoso que teve um successo igual à *Esfera* de Sacrobosco. Jorge Purbáchio, nascido em 1423 em Peurbach, nos confins da Áustria e da Baviera, ensinou as Matemáticas em Viena de Áustria, onde teve por discípulo e sucessor o célebre astrónomo João MÜLLER, de Koenigsberg, donde o seu nome latino Joannes de Monte Régio ou REGIOMONTANUS. A obra mais considerável de Purbáchio são as *Teóricas dos planetas*, *Theoricae nouae planetarum*, onde tentou corrigir Ptolomeu e os astrónomos de Afonso X. Começa pela teórica do Sol, a que se seguem as teóricas da Lua, dos três planetas superiores, de Vénus e de Mercúrio; termina com o estudo do

triplo movimento da oitava esfera, onde estão situadas as estrêlas fixas, também chamada Firmamento. Purbáchio retoma a opinião da solidez dos céus, rejeitada por Ptolomeu.

Esta obra de Purbáchio teve o mesmo destino da de Sacrobosco, sendo muitas vezes reproduzida e comentada. Entre os comentários distingue-se Pedro Nunes, com o seu opúsculo — *In theoricas G. Purbachii annotationes aliquot*, publicadas, segundo Diogo Barbosa, em Coimbra, em 1546. A edição existente na Biblioteca da Universidade é de 1573, juntamente com a obra: *De Arte atque ratione nauigandi*. Depois de fazer um resumo de todo êste comentário, diz Delambre, a respeito de Pedro Nunes:

«Malgré ces inexactitudes peu importantes, il est encore de tous les commentateurs de Purbach, celui qui était le plus géomètre et le plus soigneux; il est aussi le plus instructif» (*Histoire de l'astronomie du moyen âge*, Paris, 1819, pág. 280).

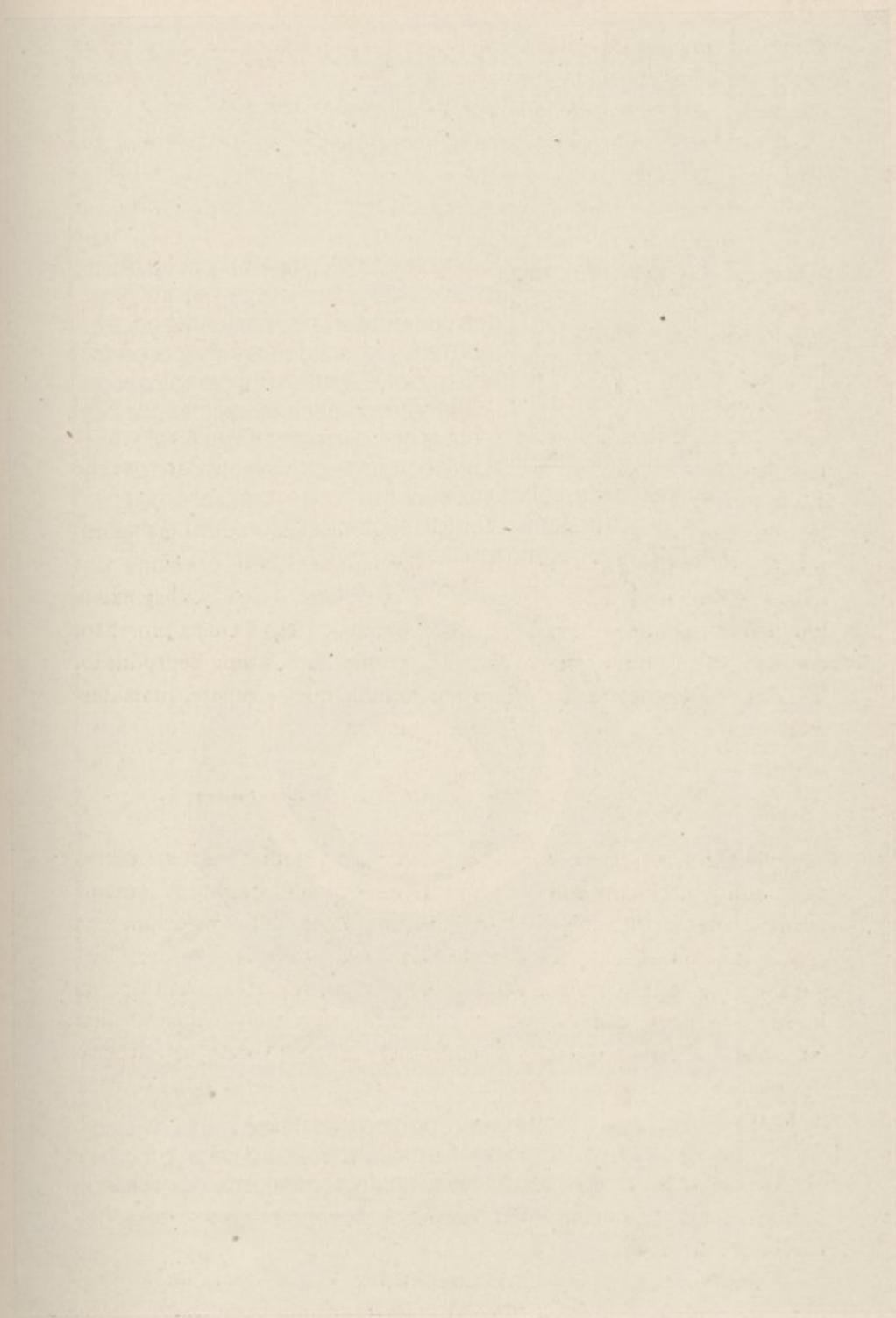
As *Teóricas* de Purbáchio foram consideradas como uma continuação da *Esfera* de Sacrobosco, preparando para o estudo dos livros de Ptolomeu. No Observatório Astronómico de Coimbra existe uma edição das duas obras conjuntas, publicada em Veneza em 1519, como se vê na última página, de que adeante damos uma reprodução. Tem no frontespício o título *Sphaera Mundi*, que se repete, mais desenvolvidamente, no alto da primeira página:

«SPHAERAE MVNDI COMPENDIVM FOELICITER INCHOAT.

Nouitiis adolescentibus: ad astronomicam rempublicam capessendam additum impetrantibus: pro breui rectoque tramite a vulgari vestigio semoto: Ioannis de sacro busto sphaericum opusculum vna cum additionibus nonnullis littera A sparsim vbi intersertae sint signatis. Contraque Cremonensia in planetarum theoricas deliramenta Ioannis de monte regio disputationes tam acuratissimae quam vtilis: Nec non Georgii purbachii: in eorundem motus planetarum accuratissimae theoriae: dicatum opus vtili serie contextum: fausto sidere inchoat».

As *Teóricas*, última parte do livro, começam no verso da folha 3o com o título: *Theoricae nouae planetarum Georgii Purbachii astronomi celebratissimi*.

Pedro Nunes faz uma cousa semelhante. Em continuação do *Tratado da Sphera*, traduz as *Teóricas* de Purbáchio, mas limita-se às duas primeiras, a teórica do Sol e a da Lua, naturalmente por julgar isso suficiente para «qualquer pessoa que em cosmographia deseja



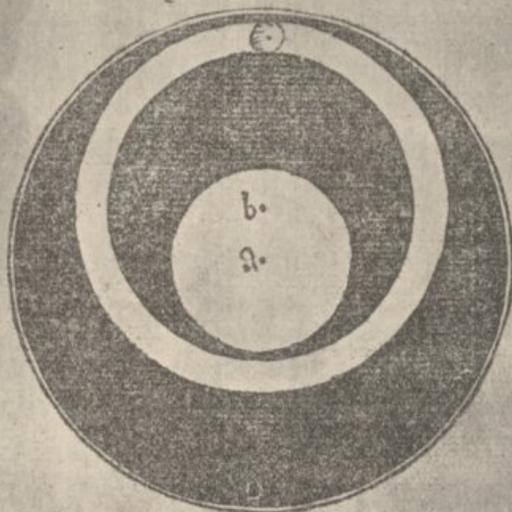
THEORICA DO SOL E DA LVA TIRADA
DE LATIM EM LINGOAGEM PER HO
DOCTOR PERO NVNEZ.:

DO SOL.



Esphera do sol he composta de tres particu-
lares ceos: os quaes sam per tal arte situa-
dos: que a face de fora do mais alto deles he
concentrica ao mundo: mas a face de dentro
he eccentrica. O mais baixo ceo delles he pel-
lo contrario: porque a face de fora que he a de
conuexa he eccentrica: e a côoua que he a de
dentro he concentrica. Mas o terceiro ceo ja
entre estes dous: e ho seu conuexo per todas partes se achega ao
concauo do mais alto: e ho seu concauo ao conuexo do de baixo. e
assifixa este ceo do meio per ambas suas faces eccentrico.

O ponto. a
he do centro
do mundo: e o
ponto. b. o cên-
tro do ecêntri-
co: os dous p
tos repre-
nta os diferen-
tes do Auge
do sol e o brã-
co do meio he
eccentrico ou
diferente do
Sol.



Chamasse concentrico ao mundo aquelle ceo que tẽ ho mesmo
centro q̃ o mundo: e eccentrico cujo centro he fora do centro do mundo

Portanto os dous primeiros ceos: parte sam eccentricos: e par-
te concentricos. E porq̃ com seu mouimento leuã o auge do sol: cha-
mãse diferentes do auge do sol: mas porẽ o terceiro ceo he de todo

saber alguma cousa». Transcrevemos o comêço da teórica do sol para se fazer ideia da constituição dos céus dos planetas. A palavra *auge* indica «o ponto no ecentrico que mais se achega ao firmamêto»; o auge do sol é o seu apogeu, o ponto em que mais se afasta do centro da terra. Veja-se a figura no *fac-simile*, que damos junto, da primeira página da Teórica do Sol e da Lua, onde se lê:

Do Sol

«A esphera do sol he composta de tres particulares ceos: os quaes sam per tal arte situados: que a face de fora do mais alto deles he concentrica ao mundo: mas a face de dentro he ecentrica. O mais baixo ceo delles he pello contrairo: porque a face de fora que he a conuexa he ecentrica: & a côcua que he a de dentro he concêtrica. Mas o terceiro ceo jaz antre estes dous: & ho seu conuexo per todas partes se achega ao concauo do mais alto: & ho seu concauo ao conuexo do debayxo. & assi fica este ceo do meo per ambas suas faces ecentrico ¹.

«Chamasse concentrico ao mundo aquelle ceo que tē ho mesmo centro \bar{q} o mundo: & ecêtrico cujo centro he fora do centro do mūdo.

«Portanto os dous primeiros ceos: parte sam ecentricos: & parte concentricos. E por \bar{q} com seu mouimento leuã o auge do sol: chamãse deferentes do auge do sol: mas porē o terceiro ceo he de todo ecentrico: & porque mouendose leua consigo ho corpo do sol: que no mesmo ecentrico esta pregado: chamasse por esta razam ceo deferente do sol.

«Estes tres ceos tem dous centros: porque a face conuexa do mais alto: & a concaua do mais bayxo tem hum mesmo centro que he ho vniuersal do mūdo. Pollo qual *toda a inteira esphera do sol & bem assi de qualquer outro planeta he concentrica ao mundo*: mas ho concauo do mais alto & conuexo do mais baixo juntamente com ambas as faces do ceo do meo: tem outro diferente centro \bar{q} se chama centro do ecentrico.»

«Os deferentes do auge do sol fazem seus proprios mouimêtos tam concertados: que sempre a parte mais delgada do ceo mais alto: anda sobre a mais grossa do ceo mais bayxo: & em hum mesmo tempo fazem suas voltas: conforme *ao mouimêto da oytãua esphera de que abaixo falaremos*. E os polos deste mouimento sam os polos da

¹ A anotação à margem diz: «O ponto .a. he ho centro do mūdo: & o ponto .b. o cêtro do ecêtrico: os dous pretos representã os deferentes do Auge do sol & o brãco do meo ho ecentrico ou deferente do Sol».

ecliptica da oytava esfera: por quanto ho auge do ecentrico que he deferente do sol: na face da mesma ecliptica continuamente se volue.

«Mas ho deferente do Sol anda cada dia ordenadamente per seu proprio mouimento: segundo a socessam dos signos .l.noue meudos & quasi oyto segundos daquella circunferencia que se faz sobre ho centro do ecentrico: & passa pollo centro do corpo do sol».

Êste último periodo é tradução do seguinte: «Sed orbis solare corpus deferens motu proprio super suo centro s. eccentrici *regulariter* secundum sucessionem signorum quotidie .lix. minutis et octo secundis fere de partibus circunferentiae per centrum corporis solaris vna reuolutione completa descriptae mouetur». Pedro Nunes traduz aqui *regulariter* por *ordenadamente*; para designar o movimento uniforme emprega indistintamente os adjectivos: *igual*, *regular* ou *ordenado*. Assim no verso de CAMÓES,

Que tambem nelle tem curso ordenado,

Os Lusíadas, canto X, estância 87.

curso *ordenado* quer dizer movimento uniforme.

Até ao ano de 1609 em que KEPLER publicou a sua obra *De stella Martis*, que marcou uma época nova na história da astronomia, o movimento dos planetas decompunha-se em movimentos simples, cada um dos quais era circular e uniforme. Assim se fez na antiguidade, assim também através da idade média, e o mesmo fez COPÉRNICO. O movimento circular e uniforme, explicando os movimentos observados dos astros, foi o princípio fundamental da astronomia teórica até Kepler.

O primeiro planeta de que trata Purbáchio é o Sol, que ocupa a quarta esfera, entre a de Vénus e a de Marte:

O claro olho do ceo no quarto assento.

Os Lusíadas, canto X, estância 89.

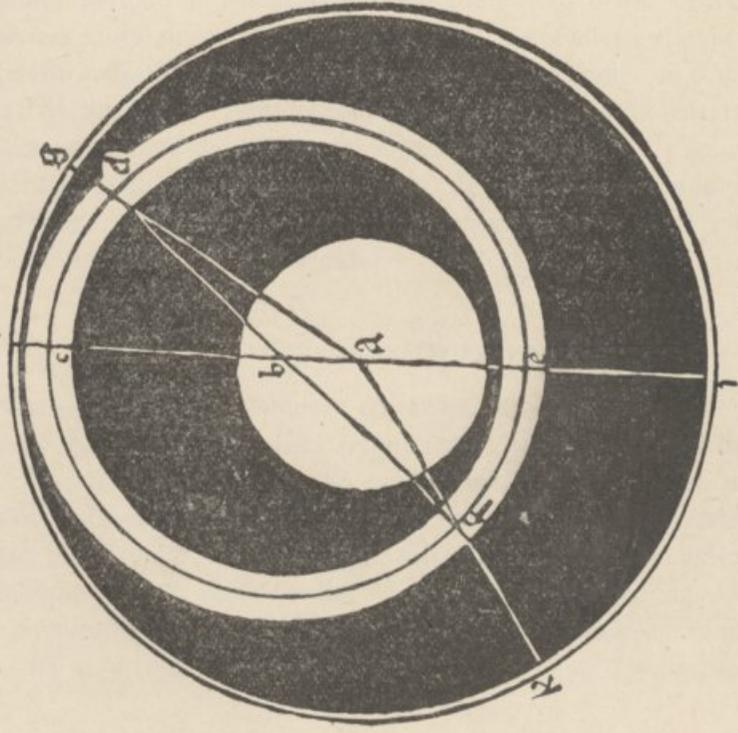
A teórica do Sol é a mais simples, não havendo nela a considerar nem *equante* nem *epiciclo*. O movimento próprio do sol executa-se entre os dois céus chamados *deferentes do auge do sol* (marcados a preto na figura), como entre dois muros. O céu intermédio, chamado *deferente do sol*, desliza entre os dois de ocidente para oriente, descrevendo em cada dia um ângulo de 59' e quasi 8'', arrastando consigo o sol, que assim executa uma revolução completa em 365 dias e um quarto, aproximadamente.

Mas o centro *b* do deferente do sol não coincide com o centro *a* da Terra. Como se vê na figura e se lê na anotação da página, de



C arco. c. d
 no deferente
 do sol he igu-
 al ao arco. e. f
 aos quares res-
 ponde no seu
 centro. b. a. g
 los iguais :
 mas na eclip-
 tica ao arco.
 c. d. responde
 arco. g. b. z a
 o arco. e. f. res-
 ponde o arco
 i. k. o q̄l be mi-
 no maior q̄. g
 b. z outro si o
 angulo. i. a. k
 q̄ se faz no cẽ-
 tro do mundo
 he maior q̄ o
 angulo. g. a. b.

Certamente pois que ho sol pello mouimento de seu deferente
 sobre ho centro do mesmo deferente ordenadamente se moue: daqui
 se segue que sobre qualquer outro ponto se moua desigualmente. E
 portanto ho sol sobre ho centro do mundo em tempos iguais faz an-
 gulos desiguais: z daroda do zodiaco anda pantes desiguais.



Circulo ectrico: circulo da póla sa da ou do cẽtro de suado. se cha

que damos um fragmento em *fac-simile*, a arcos iguais cd e ef do deferente do corpo do sol correspondem no seu centro b os ângulos iguais \widehat{cbd} e \widehat{ebf} ; mas correspondem-lhes no centro do mundo a os ângulos desiguais \widehat{hag} e \widehat{iak} . O ângulo \widehat{iak} é maior que \widehat{ebf} ; e o ângulo \widehat{hag} é menor que \widehat{cbd} . Enquanto pois o sol descreve os dois arcos iguais cd e ef do seu deferente, parece ao observador, colocado na Terra em a , descrever arcos desiguais da eclíptica. O plano do círculo que descreve o centro do sol intersecta na oitava esfera a circunferência que é a eclíptica da oitava esfera, linha média do zodíaco.

O ponto c é o *auge* do sol (*Aux solis*), ou a sua maior *longura*; é o ponto de maior distância à Terra. O ponto e é o contrário do auge (*Oppositum augis*); é o ponto em que menos dista da Terra, o seu perigeu. O sol, visto da Terra, atinge a máxima velocidade no perigeu e a mínima no apogeu. A hipótese do excêntrico explica assim a desigualdade do movimento próprio do sol, com um movimento uniforme em tórno dum ponto situado fora do centro da Terra.

É o que se lê no texto:

«Certamente poys que ho sol pello mouimento de seu deferente sobre ho centro do mesmo deferente ordenadamête se moue: daqui se segue que sobre qualquer outro ponto se moua desigualmente. E portanto ho sol sobre ho centro do mundo em têpos iguais faz angulos desiguais: & da roda do zodiaco anda partes desiguais».

Purbáchio, enumerando os *orbes* que compõem a esfera de cada planeta, diz a respeito do Sol e da Lua: «Sol habet tres orbes», «Luna habet orbes quattuor et vnam sphaerulam». Os planetas superiores Marte, Júpiter e Saturno teem três orbes, como o Sol: «Quilibet trium superiorum tres orbes habet a se diuisos secundum imaginationem trium orbium Solis». Nas teóricas de Vénus e Mercúrio lê-se: «Venus tres habet orbes cum epicyclo», e «Mercurius habet orbes quinque et epicyclum».

Pedro Nunes diz: «A esfera do sol he composta de tres particulares ceos»; e começa a teórica da lua: «A esfera da Lua tem em si quatro ceos».

Traduz pois *orbes* por *céus*; e usa a palavra *esfera* para designar o conjunto dos céus de cada planeta. Este uso distinto dos termos é próprio duma exposição didáctica.

CAMÕES emprega as palavras: *esfera*, *céu* e *orbe*, mas indistintamente, como é natural num poeta, que tem de atender primeiro ao ritmo do verso.

No canto segundo, Vénus sobe à sexta esfera, que é a de Júpiter,

depois de *recebida* na terceira, que é a sua, para lhe pedir que proteja a armada portuguesa:

la penetra as Estrellas luminosas,
la na terceyra *Esphera* recebida:
Auante passa, & la no sexto *ceo*,
Pera onde estaua o Padre se moueo.

Os Lusíadas, canto II, estância 33.

Aqui *céu* e *esfera* têm a mesma significação que Pedro Nunes dá ao termo *esfera*. No décimo canto, descrevendo o globo, «transunto reduzido» do mundo, diz Tétis:

Qual a materia seja nam se enxerga,
Mas enxergasse bem que está composto
De varios orbes, que a diuina verga
Compos, & hum centro a todos so tem posto:

Os Lusíadas, canto X, estância 78.

Nestes versos os orbes são *todos* concêntricos ao mundo. Mas Tétis continua adiante:

Em todos estes orbes, diferente
Curso veras, nũs graue, & noutros leue:
Ora fogem do centro longamente,
Ora da terra estam caminho breue.

Os Lusíadas, canto X, estância 90.

Agora os orbes são excêntricos. Parece haver contradição, mas não há. Na primeira estância, os orbes são as esferas completas; na segunda os orbes são os *céus* excêntricos dos planetas.

Na transcrição que atrás fizemos da teórica do sol, sublinhamos a passagem: «toda a inteira esphera do sol & bem assi de qualquer outro planeta he concentrica ao mundo». Vimos com efeito o conjunto dos três céus do sol contido entre duas superficies esféricas concêntricas ao mundo; e o mesmo succede com o conjunto dos céus de cada planeta. Além das sete esferas planetárias, há a oitava, a nona e a décima; estas são concêntricas, não contendo mais dum céu. Sobre as dez esferas móveis está a do Empíreo, imóvel e concêntrica. CAMÕES, abrangendo, na estância 78, toda a máquina do mundo, considera a esfera de cada planeta no seu conjunto; os *orbes* são as onze esferas e portanto são todos concêntricos.

Na estância 90, CAMÕES, que acaba de fazer uma admirável enumeração de todas as esferas planetárias, passa a considerar em particular os seus movimentos e distingue então os céus excêntricos, característicos dos planetas.

Já nos dois primeiros versos se refere aos céus deferentes dos planetas, os quais teem curso variável, desde o deferente de Saturno, o mais *grave*, que faz a sua volta em 30 anos, até ao deferente do epicyclo da Lua, o mais *leve*, cuja revolução se faz em 27 dias e 8 horas. Todos estes deferentes são, como o do Sol, *orbis* excêntricos; ora estão afastados *longamente* do centro do mundo, no ponto do *auge*; ora estão *caminho breve*, no ponto contrário do auge.

Enquanto ao movimento dos dois céus deferentes do auge do sol, diz Pedro Nunes que «em hum mesmo tempo fazem suas voltas: conforme ao *mouímêto da oytava esphera de que abaixo falaremos*». Mas depois não fala.

Ora Purbáchio diz com efeito: «& aequo cito circumeunt (orbis deferentes augem Solis) secundum mutationem motus octavae sphaerae: *de quo posterius dicendum erit*». E occupa-se, na verdade, da teórica da oitava esfera no capítulo final intitulado: De motu octavae sphaerae.

Como Pedro Nunes traduz apenas os dois primeiros capítulos, teóricas do sol e da lua, não chega a ocupar-se do movimento do firmamento, o que faz em outras obras.

Adeante tratamos dêste assunto em especial.

4. Tendo traduzido a Teórica do Sol e a Teórica da Lua de Purbáchio, faz Pedro Nunes, em seguida, a versão do primeiro livro da geografia de Ptolomeu. E acrescenta por fim dois tratados originaes seus sôbre a carta de marear.

No Observatório Astronómico da Universidade existe um manuscrito com a tradução francesa dêstes dois tratados, tendo respectivamente os títulos: «*Traité que le Docteur Pierre Nunes fit sur certaines douttes de la navigation*» e «*Traité que le Docteur Pierre Nunes cosmographe du Roy notre Sire a faict pour la deffence de la carte de naviguer avec le regiment de la haulteur*». Há também uma cópia manuscrita de todo o *Tratado da Sphera*.

Exemplares impressos dêste Tratado conhecemos apenas o da Biblioteca Nacional de Lisboa, e sabemos que há um exemplar na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e outro na Biblioteca de Évora.

O govêrno português devia mandar fazer uma edição de todas as obras de Pedro Nunes, pondo-as assim ao alcance dos estudiosos, enriquecendo a literatura matemática nacional e prestando uma homenagem merecida a êste illustre homem de sciência do século XVI, que, não se ocupando da astronomia apenas sob o ponto de vista puramente especulativo, teve principalmente em vista as suas applicações

à arte de navegar, colaborando com o seu saber na realização da nossa função histórica dum povo de navegadores descobridores.

Ele mesmo o declara no «Tratado em defensam da carta de marear», no capítulo «Como se tomara a altura do polo em todo tempo que ouuer sol»:

«... E vindo ao seruiço do muito escrarecido & muito excelête principe o Infante Dõ Anrique: pera o instruir nas sciencias mathematicas: lhe fiz disso figura & demonstração em plano. E despois no anno de .1533. em euora: dey a el Rey nosso senhor o regimento escripto em hũa folha de papel: & perante sua alteza tomey a altura do polo da dita cidade ja tarde: pouco tẽpo antes do sol posto: & achey q̃ era .38. graos & quasi hũ terço. E porque ate ora o mais do tempo fuy doente: & o dito regimento q̃ assi escreui: tinha necessidade de algũa mais deccaração pera se poder praticar ho não comuniquey a todos: posto q̃ meu desejo sempre fosse & he: *tirar-se de minhas letras algum fructo pera esta arte de nauegar*».

A arte de navegar é objecto da sua obra *De Arte atque ratione nauigandi libri duo*, de que existe na Biblioteca da Universidade a edição de Coimbra de 1573.

Na Imprensa da Universidade de Coimbra começou a fazer-se, em 1814, a reimpressão do *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes, como consta do vol. VII do Registo das férias dos officiais que trabalharam nas obras impressas por conta da casa, que nos mostrou o actual director sr. dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, assim como um papel avulso do arquivo, onde se lê, numa lista de obras por concluir, principiadas em várias épocas, «Pero Nunez — Tratado da Sphera — O original está nesta Biblioteca; é MS.» Êste manuscrito, que já não está na biblioteca da Imprensa, é o do Observatório Astronómico. Infelizmente a reimpressão interrompeu-se, e nem existem as meias folhas impressas, a que se refere o registo das férias.

O sr. Francisco Maria Esteves Pereira publicou, na *Revista de Engenharia Militar* (maio de 1911 a fevereiro de 1912), o «Tratado em defensam da carta de marear», dando o exemplo do que há a fazer com as outras obras do ensigne matemático.

5. Temo-nos ocupado do *Tratado da Sphera* como livro lido por CAMÕES.

Vamos citar uma outra obra que se ocupa também de astronomia e que devia ser do conhecimento do poeta. É a MARGARITA PHILOSO-

PHICA *totius Philosophiae Rationalis, Naturalis & Moralis principia dialogice duodecim libris complectens*, de Gregório Reisch, prior de uma Cartucha, perto de Friburgo. Os três primeiros livros tratam do *triuuium*: Gramática, Dialética e Retórica; os quatro seguintes do *quadriuium*: Arimética, Música, Geometria e Astronomia. A astronomia é pois o objecto do livro VII. Esta *pérola filosófica*, enciclopédia do tempo, era universalmente conhecida e apreciada.

Na Biblioteca da Universidade existem as edições de 1504, 1517 e 1535. Esta última edição, de Basileia, é revista pelo professor Orôncio Fíneo, do Colégio Real de França, o mesmo contra quem Pedro Nunes escreveu o opúsculo *De erratis Orontij Finoei, Regii Mathematicarum Lutetiae Professoris*.

Da *Margarita Philosophica* reproduzimos adiante duas gravuras que, ilustrando o assunto de que nos ocupamos, teem também o interesse de serem coevas de CAMÕES e, naturalmente, por êle contempladas.

III

O triplo movimento da oitava esfera

1. O capítulo primeiro do *Tratado da Sphera* começa pela definição da esfera, e continua depois:

«Duas diuisões ha da sphaera: a primeira he sustancial & a segūda he acidetal. Sustacialmēte se diuide a sphaera em .ix. sphaeras .s. em a nona que he o primeyro mobile: em a sphaera das estrelas fixas que se chama o firmamēto: & em sete sphaeras de sete pranetas. Das quaes hūas sam mayores: & outras menores: segundo q̄ mais se chegã ou se apartã do firmamēto. E por tãto a sphaera de saturno he a mayor & a da lua he a menor como na figura parecera».

Esta constituição da «machina do mundo» por nove esferas, cercando a Terra, sôbre as quais assenta o Empíreo, é a do *Paraíso* de Dante, poema do comêço do século XIV.

Pedro Nunes faz, a esta passagem do texto de Sacrobosco, a seguinte anotação, na margem da página:

«Chamãsse fixas porque estão sempre em hūa mesma distancia de nos por estarē todas ē hū soo ceo q̄ he o oytauo: o qual per razam dellas se chama firmamento & amostrãsenos estas estrellas sempre

per hūas mesmas figuras & guardã o mesmo sitio as quaes cousas nã ha nos planetas. E segūdo a comū escola dos astrologos a nona esphera nã he primeiro mobile mas segundo & ho decimo he ho primeiro: & nestes dous ceos de cima nã ha estrellas & por tanto nã se comprehende pello sentido se nã per razã porq̃ experimentamos os seus mouimentos na .8. que nã sam próprios a ella».

Temos pois, agora, mais uma esfera. A oitava é envolvida pela nona, que é o segundo móbil; e a nona esfera pela décima, que é o primeiro móbil.

Tal é a «machina do mundo» dos *Lusiadas*, poema do século xvi. CAMÕES segue a «comū escola» dos astrónomos do seu tempo.

Na fólha seguinte, lê-se no texto:

«Junto da regiam dos elementos: esta logo a regiam celestial lucida: & pello seu ser ãmudael he liure de toda mudança: tẽ contino mouimento circular: & chamaranlhe os philosophos Quinta essencia. Sam noue spheras como acima dixemos: conuem a saber. Sphera da Lũa: de Mercurio: de Venus: do Sol: de Mars: de Jupiter: de Saturno: das estrellas fixas: & a do derradeiro ceo & cada hũa das de cima cerca as debayxo. Tem dous mouimētos ho primeiro he do derradeiro ceo: & fazse sobre os dous cabos do eyxo .s. polo Artico & Antartico: começa de oriente: vay a ocidēte & torna outra vez a oriēte: & este mouimēto parte per meo ha equinocial. Ho outro mouimento he das spheras debaixo: contrairo ao primeiro per oblico: tem propios eyxos sobre que se faz: os quaes estã apartados dos primeiros per .23. graos & .33. meudos. Mas o primeiro mouimento moue & leua com seu ympeto todallas outras Spheras & em hũ dia cõ sua noite fazẽ per derredor da terra hũa reuolução. E porem ellas sem embargo deste mouimento: andã em contrayro. A oytava Sphera em cem annos hum grao: & a este segundo mouimento parte per meo ho zodiaco. debaixo do qual cada hũ dos pranetas tem propria sphera: em a qual anda per proprio mouimento: contra o mouimento do derradeyro ceo: & em diuersos espaços de tempos fazem suas reuoluções. Saturno em .30. annos: Jupiter em .12. Mars̃ em dous. Sol em .365. dias: & quasi seys oras. Venus & Mercurio quasi em outro tanto tempo. a Lua em vinte & sete dias & oyto oras».

Tendo observações posteriores mostrado desigualdades no movimento da oitava esfera, introduziu-se a hipótese dum terceiro movimento e, com êle, um segundo móbil. Por isso Pedro Nunes corrige

o texto de Sacrobosco, com esta anotação que vem completar a anterior:

«Isto segundo a opinião de ptolomeu porq̄ os astrologos q̄ depoyos forã acharam que este mouimêto de occidête pera oriête pella ordê dos signos pertence a nona esphera: & que nã he em cem ãnos hũ grao mas em 200. hũ grao & .28. minutos de sorte que ẽ 49. mil ãnos falando naturalmête se cõprira sua reuoluçãõ. E o mouimento proprio a oitaua he o da trepidaçãõ q̄ se faz em .7000. annos».

Adeante, na parte do Capitulo segundo intitulada — Dos dous coluros —, lê-se no texto:

«... E ho arco do coluro que esta antre o p̄to do solsticio estial & a equinocial he a mayor declinaçãõ do sol: a qual he segundo Ptolomeu .xxij. graos: & cinquenta & hum meudos. Mas segundo Almeon he .xxij. graos & .xxxij. meudos...».

Pedro Nunes nota:

«Em nosso tẽpo he .23. graos & meo & o mouimêto da trepidaçãõ da oitaua Sphera causa esta diuersidade por quanto ho sol nũca se aparta da ecliptica da oytaua sphaera».

Aqui está a trepidaçãõ da oitava esfera a explicar diferenças observadas na inclinaçãõ da ecliptica sôbre a equinocial (equador). E não há mais referências a este movimento no *Tratado da Sphaera*.

2. Na teórica do sol anuncia-se que se tratará do movimento da oitava esfera, mas Pedro Nunes, como já dissemos, não faz a traducçãõ do capitulo final de Purbáchio, que começa assim:

«De motu octauae sphaerae.

Octauae vero sphaerae ad cuius motũ: vt saepe dictũ est: orbes deferẽtes auges planetarum mutantur: triplex inest motus. Vnus quidẽ a pr̄o mobili .s. diurnus: quo in die naturali semel super polis mũdi reuoluitur. Alter a nona sphaera q̄ secundum mobile vocatur: qui semper est secundum successiõẽ signorum cõtra motũ primũ super polis zodiaci regularis: ita vt in quibuslibet .cc. annis per vnũ gradũ & xxviii minuta fer progreditur. hic motus angĩũ & stellarum fixarum ĩ tabulis appellatur. Et est arcus zodiaci primi mobilis ĩter caput

arietis primi mobilis & caput arietis nonae sphaerae. Superficies nãque eclipticae nonae sphaerae semper est ī superficie eclipticae primi mobilis. Tertius autem est sibi proprius: qui motus trepidatiōis vocatur siue accessus & recessus octavae sphaerae: & fit super duos circulos paruos ī cõcauitate nonae sphaerae aequales super p̄icipia arietis & librae eiusdē perscriptos: . . . »¹.

Para não alongar a citação, extraímos da *Sphaera Mundi* apenas estas primeiras linhas, onde fica definido o movimento de trepidação. A eclíptica e a linha equinocial cortam-se nos dois pontos equinoaciais: o princípio de Áries ♈ (Caput Arietis) e o princípio de Libra ♎ (Caput Librae), pontos de entrada do Sol nos signos respectivos. Mas é preciso distinguir a eclíptica de cada uma das três esferas. As eclípticas da nona e décima estão sempre no mesmo plano, coincidindo portanto as linhas dos polos respectivos. A nona esfera move-se dentro da décima em tórno da linha dos polos da eclíptica, de modo que a eclíptica da nona esfera desliza dentro da da décima, no mesmo plano, e o ponto de Áries desta nona esfera, que num momento coincidiu com o ponto de Áries da décima, avança, relativamente a êste, para oriente, tornando a vir coincidir com êle no fim de 49:000 anos.

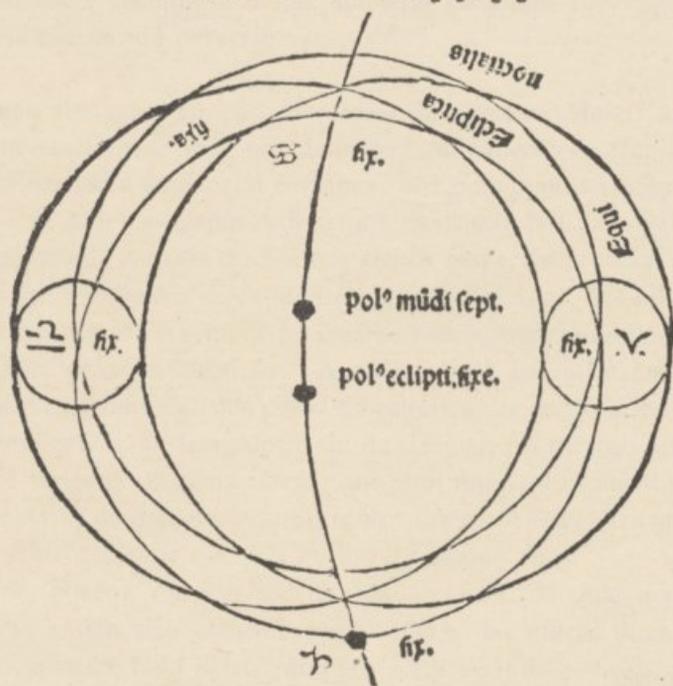
O plano, porém, da eclíptica da oitava esfera, no qual o sol faz o seu curso anual, não coincide com o plano das outras duas; mas oscila dum e outro lado dele, como em volta de uma posição média, num movimento de *acesso e recesso*. Os princípios de Áries e Libra da nona esfera são os pontos equinoaciais médios; os pontos equinoaciais verdadeiros são os princípios de Áries e Libra da oitava esfera, que descrevem dois pequenos círculos, num periodo de 7:000 anos, em tórno dos da nona, movendo-se um deles ao norte enquanto o outro se move pelo sul da eclíptica fixa.

¹ A oitava esfera porém, com a qual se movem, como muitas vezes se tem dito, os céus deferentes dos auges dos planetas, tem um triplo movimento. Um é-lhe comunicado pelo primeiro móbil; é o movimento diurno, pelo qual faz uma rotação em tórno dos polos do mundo num dia natural. Outro é-lhe comunicado pela nona esfera, a que também se chama segundo móbil; é um movimento regular, em tórno dos polos do zodíaco, segundo a sucessão dos signos, em contrário do primeiro movimento, avançando em duzentos anos 1 grau e 28 minutos aproximadamente. Chama-se nas tábuas movimento dos auges e das estrêlas fixas. É o arco do zodíaco do primeiro móbil entre o princípio de Áries do primeiro móbil e o princípio de Áries da nona esfera, pois a superfície da eclíptica da nona esfera está sempre na superfície da eclíptica do primeiro móbil. O terceiro porém é privativo dela; chama-se movimento de trepidação ou de acesso e recesso da oitava esfera; e executa-se sôbre dois pequenos círculos na concavidade da nona esfera, iguais, descritos sôbre os princípios de Áries e Libra desta mesma esfera.



mabat. Hinc motum sequuntur omnes Sphaerae inferiores in motibus suis: ita ut respectu huius eclipticæ mobilis sint auges deferentium & declinationes earum semper inuariabiles.

Theorica vltima octauæ sphaeræ.



C hoc quoque sideralis scientiæ singulare opusculum. Impressum Venetiis per Iacobum petriū de Leucho. Anno Salutis. M. D. xix. Die vero. xxiiii. Decēbris

A B C D E F Omnes sunt quaterni.



Página final da *Sphaera Mundi*, com uma figura ilustrativa do movimento de trepidação da oitava esfera, nas dimensões do original

Na última página da *Sphaera Mundi*, de que damos uma reprodução, e que é também a página final das *Teóricas* de Purbáchio, vem uma figura ilustrativa do movimento de trepidação. A equinocial e a eclíptica da nona esfera, designadas respectivamente por «Equinoctialis» e «Eclíptica fixa», cortam-se nos dois pontos equinociais φ e \sphericalangle , fixos nesta esfera. Os dois círculos menores, com centro nestes pontos, são os descritos, com movimento uniforme, pelos pontos equinociais da esfera das estrélas fixas; os restantes dois círculos máximos representam duas posições extremas da eclíptica móvel da oitava esfera. No meio da figura estão marcados os polos da eclíptica da nona esfera e da equinocial, pelos quais passa o coluro dos solstícios, princípios de Câncer ♋ e Capricórnio ♏ . Assim cada um dos pontos equinociais verdadeiros move-se, como um ponto do aro duma roda em tórno do eixo, descrevendo um pequeno círculo, enquanto o centro, fixo na eclíptica da nona esfera, se move com esta ao longo da eclíptica da décima.

Como quarenta e nove é sete vezes sete, depois de executados sete movimentos de trepidação da oitava esfera sôbre os pontos equinociais do segundo móbil, o princípio de Áries do segundo móbil tem percorrido toda a circunferência da eclíptica do primeiro, completando-se uma rotação do segundo móbil, isto é, o movimento dos auges e das estrélas fixas.

Os números 7:000 e 49:000 são sabáticos. Foi Ricius (*A. Ricii, de motu octavae Sphaerae*, 1521) que explicou a origem deles, atribuindo-os ao astrónomo judeu do rei Afonso de Castela, o rabi Isaac Abensid, cognominado Hazan¹. Moisés preceituara que, decorridos seis anos de cultivo das terras, se não semeariam os campos nem se podariam as vinhas no sétimo ano. Êste era o ano sabático. Decorridos sete anos sabáticos, seguia-se o ano quinquagésimo, o ano do jubileu. O rabi Isaac, estendendo estes preceitos, a que atribuía significação cabalística, aos movimentos lentos da oitava e nona esferas, estabeleceu um período de 7:000 anos para o movimento de trepidação e um de 49:000 anos para o movimento dos auges e das estrélas fixas.

Assim, na dificuldade da determinação precisa de movimentos tão lentos, ter-se hia, segundo Rício, recorrido à Biblia:

«Contarás também sete semanas de annos, isto é, sete vezes sete, que fazem ao todo quarenta e nove annos» (*Levitico*, xxv, 8) e, em vez de semanas de annos, contaram-se semanas de milhares de annos.

¹ Bailly, *Histoire de l'astronomie moderne*, Paris, 1785, tom. 1, pag. 299; Delambre, *Histoire de l'astronomie du moyen âge*, pag. 379.

3. No seu comentário à obra de Purbáchio — *In theoricis planetarum G. Purbachij annotationes* — dedica Pedro Nunes duas anotações ao capítulo final que se ocupa do movimento do firmamento, respectivamente intituladas: «Octavae sphaerae triplex inest motus. Annotatio prima» e «De motu octavae sphaerae secundum Thebith. Annotatio secunda». Do mesmo assunto se ocupa também no capítulo quarto «De solis declinatione» do livro segundo da obra *De arte atque ratione nauigandi*.

Esta teoria do triplo movimento da oitava esfera, adoptada por Pedro Nunes, continua a ser professada por André de Avelar, que, depois dele, foi lente da cadeira das matemáticas na Universidade de Coimbra. É o autor do *Repertorio dos tempos o mais copioso que até agora saio a luz, conforme à noua reformação do sancto Papa Gregorio XIII*, que teve as edições de 1585, 1590, 1594 e 1602. No Observatório Astronómico existem as edições de Lisboa de 1585 e 1590, ambas por Manuel de Lira, sendo esta última muito rara, a ponto de Inocêncio duvidar da sua existência.

Nesta edição de 1590 lê-se, a respeito dos cêus superiores, o seguinte:

*Do oitauo ceo, no qual estão situadas as
estrellas fixas, a que por outro nome
chamão Firmamento.*

Tit. XXVII.

«O oitauo ceo quanto a nos, & terceiro na ordem natural, he onde estão situadas as estrellas fixas, foy chamado firmamento, como se disseramos deferente & trazedor de estrellas firmes, & fixas. Chamam-lhe os Gregos Aplanas, que quer dizer sem erro, porque as estrellas que nelle estão guardam sempre entre si a mesma distancia, nem achegandose, nem apartandose hūas das outras, como fazē os planetas, de que ja falamos, & todas estam neste oitauo ceo, chamado també estrellado, cuja superficie exterior he contheuda no nono, & com sua interior contem o septimo: a grossura deste ceo sam 26980824. legoas. alem dos dous mouimētos que tem do decimo & nono: o seu proprio se chama de trepidação, ou de acesso, & recesso, chegando algūas vezes ao Polo Arctico, que he o Norte, apartandose do Antarctic: que he o Sul, & outras chegandose do Antarctic, & apartandose do Arctico, sobre proprios Polos, que são os principios de Aries & libra da nona Sphera, ao redor dos quaes o principio do seu Aries & Libra, com seu mouimento descreve hūas circunferencias de hū piquenos circulos, cujos semidiametros¹ são de noue graos.

¹ Deve ser *diametros*, porque os semidiametros são de 4°18'43".

Acaba sua reuolução destes circulos piquenos em 7000. annos: de maneira que de seus graos caminha cada 20. annos, quasi hũ grao, o qual mouimento tem tambem os outros orbes inferiores . . . ».

Do noueno Ceo. Tit. XXVIII.

«O noueno ceo em quanto a nós, & segũdo na ordem natural, he a que Ptolomeu chamou Primeiro mobil: & elRey dõ Afonso cõsidera per Segũdo mobil. Este segũdo a opinião dos Astrologos não tẽ estrelas, & por sua grande diaphanidade lhe chamarão Christalino: outros dizẽ q̃ neste ceo estão as agoas q̃ se leem do 1. do Genesis: & segundo o cantar dos tres moços, *Bñedicite aquae quae super caelos sunt*. Algũs dizem segũdo traz Beda, q̃ estas agoas se ouuessem aqui guardado para innundação do diluio: outros affirmão q̃ se puserão aqui, para tẽperança da grande quẽtura & fogo q̃ o mouimento do ceo & estrellas causam: & dizẽ estas agoas estar mui claras, mui subtis & transparẽtes, & por isto algũs chamaraõ a este ceo Aqueo, ou Cristallino, pola grande transparẽcia & diaphanidade sua. Tẽ dous mouimẽtos, hũ he alheo causado da decima Sphera ou Primeiro mobil, em espaço de 24. horas, outro mouimento tẽ de Occidente pera Oriente sobre os Polos do Zodiaco, & pola linha Ecliptica, q̃ he seu proprio, o qual acaba em espaço de 49000. an. quasi: moue-se cada 200. an. 1. g. 28. m. 9. seg. 47. ter. 45. quar. e cada dia 4. ter. e 20. quartos: & cõ este mouimẽto leua tras si os 8. orbes inferiores: & chamase mouimento dos auges, & estrellas fixas, o qual se faz com certa equação segundo he notorio aos tabulistas».

*Da decima Sphera, ou primeiro mobil.
Titulo XXIX.*

«A decima sphaera em quanto a nos, & primeiro mobil quanto à ordem natural, he a que cumpre seu mouimento proprio, em espaço & tempo de vinte & quatro horas, de Oriente a Poente, sobre os polos do mundo, a qual como a senhora obedecem todos os outros orbes & ceos Neste orbe como tambẽ no nono não ali estrellas. Alẽ destes dez ceos mouiueis q̃ dissemos, os theologos poẽ outro mais supremo, ao qual chamãõ Impyreo, que quer dizer ceo de fogo aceso, pelo seu grande resplendor, & este he fixo q̃ não se moue, & nelle está a morada & lugar dos bẽaenturados».

Estes dois titulos relativos à nona e decima esfera, assim como o titulo sôbre o oitavo céu da edição de 1585, são mera tradução dos titulos 21, 22 e 23 da *Chronographia o repertorio de los tiempos, com-*

puesto por Hieronymo de Chaues astrologo y cosmographo, de que vimos apenas a edição de Lisboa de 1576, existente na Bibliotheca da Universidade, mas de que se fizeram várias impressões anteriores, começando pela de Sevilha de 1548.

A teoria do movimento triplo do firmamento atravessa pois, inalterada, todo o século XVI, em Portugal. Não deve isso surpreender-nos. A obra de Copérnico — *De reuolutionibus orbium coelestium* foi publicada em Nuremberg em 1543; as suas ideias, porém, que já tinham sido as da escola de Pitágoras, só no século XVII começaram a ser geralmente aceitas. O grande propugnador do sistema copernicano foi Galileu, mas o seu principal argumento foi a luneta que, pela primeira vez, foi dirigida para os astros em 1610.

4. O triplo movimento da oitava esfera é descrito por CAMÕES nas estâncias 85, 86 e 87 do canto X dos *Lusiadas*.

A décima esfera é introduzida na estância 85; é o *circulo* que corre ligeiro logo por baixo do Empíreo imóvel:

Em fim que o sumo Deos, que por segundas
Causas obra no mundo, tudo manda:
E tornando a contarte das profundas
Obras da mão diuina veneranda,
Debaxo deste circulo onde as mundas
Almas diuinas gozão, que nam anda,
Outro corre tam leue & tam ligeiro,
Que não se enxerga, he o Mobile primeiro.

Êste movimento do primeiro móbil leva com seu ímpeto todas as esferas interiores: é o movimento diurno. Isto exprime o poeta na primeira parte da admirável estância 86:

Com este rapto & grande mouimento,
Vão todos os que dentro tem no seyo
Por obra deste, o Sol andando a tento
O dia & noite faz, com curso alheyo:
Debaxo deste leue anda outro lento,
Tam lento, & sojugado a duro freyo,
Que em quanto Phebo, de luz nunca escasso
Dozentos cursos faz, da elle hum passo.

Nos últimos quatro versos descreve o movimento dos auges e estrelas fixas, próprio da nona esfera. Como esta faz a sua revolução em 49:000 anos, anda em 200 anos 1 grau e 28 minutos aproximadamente, o que, sendo menos de grau e meio, o poeta arredonda num grau, e chama-lhe um passo. O cristalino, ou céu áqueo, dá um passo enquanto o céu deferente do Sol dá 200 voltas.

Comunicando-se o movimento de cada esfera às *que dentro tem no seio*, há a distinguir, em cada céu, o movimento que lhe é próprio dos que lhe são alheios, provenientes das esferas superiores. Assim o curso próprio do sol é o seu movimento anual que êle tem no excêntrico, seu deferente, na quarta esfera; e o seu movimento diurno é curso alheio, causado pelo primeiro móbil.

Note-se sempre como CAMÕES reúne à formosura dos versos o rigor científico das doutrinas do seu tempo.

A oitava esfera, com o seu movimento de trepidação, é descrita na estância 87:

Olha estoutro debaxo, que esmaltado
De corpos lisos anda, & radiantes,
Que tambem nelle tem curso ordenado,
E nos seus axes correm scintilantes:
Bem ves como se veste & faz ornado
Co largo cinto douro, que estrellantes
Animais doze traz afigurados
Aposentos de Phebo limitados.

Os corpos *lisos e radiantes*, que esmaltam o oitavo céu, são as estrêlas, de que nos ocuparemos no capítulo seguinte. Como as estrêlas estão fixas neste céu, quando o poeta diz que *nelle* teem curso ordenado, significa apenas que elas são levadas no movimento regular próprio do firmamento; e que se trata do movimento próprio ao oitavo céu, indica-o na palavra *também*. As estrêlas teem o movimento alheio que o primeiro móbil comunica a todos os orbes *que dentro tem no seio*; e têm mais o movimento alheio que o segundo móbil, por seu turno, comunica a todas as esferas interiores; mas não teem só estes dois movimentos, teem *também* o curso ordenado, próprio do firmamento. A palavra *seus*, aplicada no verso seguinte aos eixos em volta dos quais as estrêlas *correm scintilantes*, acentua que se não trata de curso alheio.

CAMÕES dizendo — *axes* —, no plural, refere-se aos extremos do eixo, como na estância 84 do Canto VI:

Relampados medonhos nam cessauão,
Feros trouões que vem representando
Cair o ceo dos exos sobre a terra,
Consigo os elementos terem guerra.

Os eixos do céu, que aqui significa toda a máquina celestial, são os extremos do eixo do mundo, polos do movimento diurno. O céu ameaça desprender-se dos polos ártico e antártico, e desabar sobre a terra.

Se se tratasse da nona esfera, os eixos seriam, em igual sentido, os polos boreal e austral da eclíptica desta esfera, em tórno dos quais se executa o movimento dos auges, que lhe é próprio.

Mas na estância 87 descreve-se o oitavo céu, cujo movimento próprio se executa em tórno dos pontos equinociais médios; os *seus axes* são portanto os pontos de Áries e Libra do cristalino, polos do movimento de trepidação.

Tétis, que está explicando ao Gama o glôbo, *transumpto reduzido* do mundo, mostra-lhe, nos quatro primeiros versos desta oitava, as estrélas radiantes, levadas no movimento de acesso e recesso do firmamento, apontando-lhe os polos dêste movimento, centros dos círculos menores percorridos pelos equinócios verdadeiros, fixos na oitava esfera e móveis com ela.

CAMÓES, que parece ter tido um modêlo à vista, tal é a precisão com que se exprime nestas estâncias, não se esquece de chamar a atenção para pontos tão importantes como são os equinócios médios, como é natural em quem, como Tétis, mostra um glôbo onde se podem ver os movimentos dos diferentes céus.

Na segunda parte da estância 87 segue-se a formosíssima descrição do zodíaco, de que nos não ocupamos agora.

5. No sistema de Copérnico o movimento diurno do firmamento é resultado da rotação da terra. O movimento dos auges e estrélas fixas passou a ser explicado pela mudança de direcção do eixo da terra que descreve um cone circular em tórno da linha dos polos da eclíptica. O equinócio da primavera, origem de contagem das longitudes celestes, retrograda por isso sôbre a eclíptica, dando uma volta completa, não em 49:000 anos, mas em 26:000 anos aproximadamente. É o movimento de *precessão* dos equinócios, que aumenta a longitude das estrélas.

A hipótese do movimento de trepidação, imaginada para explicar diferenças de observações erradas, acabara por ser abandonada.

No século XVIII Bradley descobre o movimento de *nutação*. Desde então a recta, generatriz do cone de precessão, passa a ser apenas uma posição média do eixo da terra, em tórno da qual o eixo verdadeiro descreve o cone de nutação.

O equinócio médio retrograda sôbre a eclíptica com o movimento secular de precessão. O equinócio verdadeiro executa, em tórno do médio, oscilações cuja amplitude não excede 18 segundos, em quanto o equador se inclina de 9 segundos para um e outro lado da sua posição média, sendo o período dêste movimento de 18 anos e $\frac{2}{3}$ aproximadamente.

A êste movimento chamou-se — de nutação, do latim *nutare*, oscilar.

É um resurgimento do antigo movimento de trepidação, embora muito reduzido e modificado.

IV

As estrêlas

1. No tempo de CAMÕES a palavra *estrêla* tinha uma significação mais extensa do que hoje tem, porque abrangia também os planetas.

Na *Margarita Philosophica*, enciclopédia do século XVI, a que já nos referimos, lê-se, no capítulo que se ocupa das estrêlas (Libri VII, Tract. I, Cap. XIX), o seguinte:

«Stellae omnes tam fixae (quae in firmamento sunt) quam erraticae siue planetae (quae in septem orbibus planetarum consistunt) eiusdem naturae, motus, & figurae cum suo coelo sunt».

Todas as estrêlas, quer fixas (as que estão no firmamento), quer erráticas ou planetas (as que estão situadas nas sete esferas planetárias), teem a mesma natureza, movimento e figura que os seus respectivos céus.

As estrêlas fixas, embutidas no firmamento, guardando sempre as mesmas posições relativas, teem o triplo movimento da sua esfera. Os planetas, além do movimento que a oitava esfera comunica a todas as inferiores, teem o movimento próprio dos seus céus, variando de posição relativamente às estrêlas fixas; são estrêlas erráticas.

CAMÕES fala com toda a propriedade quando chama estrêla ao planeta Vénus:

Mas ja a amorosa strela scintilaua
Diante do Sol claro, no Orizante
Mensajeira do dia, & visitaua
A terra, & o largo mar, com leda fronte.

Os Lusíadas, canto VI, estância 85.

A Lua, correndo *apressada*, através das constelações zodiacais, no seu movimento mensal, é um planeta:

Mas ja o Planeta que no ceo primeiro
Habita, cinco vezes apressada,
Agora meyo rosto, agora inteiro
Mostrára, em quãto o mar cortaua a armada.

Os Lusíadas, canto V, estância 24.

É a estrêla errática mais próxima da terra, e é uma das estrêlas a que CAMÕES alude no quinto verso desta estância:

Ouioilhe estas palauras piadasas,
A fermosa Dione, & comouida,
Dantre as Nimphas se vay, que saudosas
Ficarão desta subita partida:
Ia penetra as *Estrellas* luminosas,
Ia na terceyra Esphera recebida:
Auante passa, & la no sexto ceo,
Pera onde estaua o Padre se moueo.

Os Lusíadas, canto II, estância 3.

A formosa Dione, partindo de junto do Gama, penetra as esferas da Lua e Mercúrio, é recebida na sua, e passa avante, através das esferas do Sol e de Marte, para ir ter com Júpiter na sexta esfera. Nesta oitava, a palavra *estrêlas* designa planetas; a deusa não chega à esfera das estrêlas fixas.

De todas as estrêlas, quer fixas, quer erráticas, só o Sol tem luz própria; as outras são luminosas pela luz que dele recebem.

O Sol, tendo, além do movimento que a sua esfera recebe do firmamento, o curso anual próprio do seu céu, é uma estrêla errática, e por isso um planeta:

Ia neste tempo o lucido Planetá,
Que as horas vay do dia distinguindo,
Chegaa aa desejada, & lenta Meta,
A luz celeste aa gentes encobrindo.

Os Lusíadas, canto II, estância 1.

O *lucido* planeta é a unica fonte da luz celeste. A sua luz faz luminosos os outros planetas; com a sua luz brilham as estrêlas fixas. É o que vamos vêr.

Comecemos por uma opinião ilustre do século XIII, a de Afonso, o sábio. No tomo V, parte 1.^a, da obra *Libros del Saber de Astronomia del Rey D. Alfonso X de Castilla*, Madrid, 1867, de que já falámos, veem publicadas — «*Las vindicias ó el centiloquio Alfonsi*» —. *Vindicias* são, como as define o compilador Sinobas, «*todos aquellos dichos, opiniones y frases escritas en los libros del Saber de Astronomia por la pluma del mismo Rey D. Alfonso*». Na primeira das cem *vindicias*, que exprime a opinião de Afonso sobre as figuras das constelações, lêem-se estas linhas, a pág. 169:

«*Ca las estrellas non son en si sinon cuerpos redondos. et fuertes et llanos. et apareiados para rescebir luz del Sol. assi cuemo la el Sol rescibe de Dios...*».

As estrêlas são pois, na opinião do rei Afonso, corpos esféricos, rijos e lisos, que refletem a luz do Sol, como o Sol reflete a luz que recebe de Deus.

Vejamos a opinião geral sobre êste assunto no século XVI. No capítulo da *Margarita Philosophica*, atrás citado, diz-se, algumas linhas abaixo da passagem que já transcrevêmos:

«Ita & stellae quae coelorum partes sunt, necessario cum coelis eiusdem naturae existunt, & ab ipsis tantum densitate et raritate differunt. Est enim stella densior orbis sui pars, luminis solis receptiva & retentiva, & propterea potentiae visivae obiecta. Orbis uero in alijs partibus (quia rarior) lumen uersus ipsum proiectum non incorporans, luminosus aut lucidus non fit, nec cuius coloris subiicitur. ideo uisibilis non est».

As estrêlas, como partes dos céus, necessariamente são da mesma natureza que êles, distinguindo-se apenas na densidade. Cada estrêla é pois uma parte mais densa do seu céu, receptiva e retentiva da luz solar, e por isso exposta à potência visiva. Nas outras partes porém o céu, não incorporando (por mais rarefeito) a luz sobre êle projectada, não se torna luminoso nem lúcido, e não está sujeito a qualquer côr, sendo por isso invisível.

A mesma opinião se encontra na *Sphaera Mundi*, fôlha 14, verso:

«Et scito quod stella est pars densior sui orbis figurae rotundae: & idos lucet sicut diaphanum condensatum: & galaxia est pars lucida magis inter partes sui orbis: etiã sicut in stellis quasi densior est quam reliquae partes. Sic quoque partes lune nõ sunt vniformiter lucidae».

E deve saber-se que uma estrêla é uma parte mais densa do seu céu, de forma redonda; a sua face luz como um diáfano condensado. A via láctea é uma parte mais lúcida do seu céu; é, como nas estrêlas, também um pouco mais densa do que as restantes partes. Assim também as partes da lua não são uniformemente lúcidas.

Esta mesma teoria vamos ainda encontrar em André de Avelar. Transcrevemos do *Repertorio dos tempos*, edição de 1585:

Da materia & forma das estrelas.

Titulo. 54.

«Diz Aristoteles no liuro 2. de caelo cap. 7. que a materia de q̃ as estrelas estão compostas, he a mesma q̃ a dos ceos, saluo q̃ he

mais densa & apta para receber & reter a claridade dos raios do sol, mediãte o qual se vem assi como o nõ da taboa, he mais denso q̃ a mesma taboa, & assi hum como outro se chama, & diz materia de madeira, & a rezam porque de dia nõ se vem as estrelas, he porque a claridade & lume do sol he maior & ofusca a menor, assi como o lume de hũa candea diãte de hũa fugueira ou lume grande: a forma das estrelas, he redonda como o mostra o Phylosopho, no lugar ja dito de maneira de hũa bola mocia, & perfeitamente redonda como dissemos da Lua, & assi se entenderã do Sol & mais Planetas».

Nas edições de 1594 e 1602, Avellar acrescenta um nõvo capitulo intitulado— *Se tem as estrelas proprio lume*, em que chega a esta conclusãõ:

«... mas se as estrellas tiuerãõ lume proprio seria superfluo o que recebessem do Sol, logo hase de dar hum so principio, & origem, que he o lume que do Sol sae, o qual recebido em diferentes corpos & estrellas obra com diuersos effeitos assi como vemos por experiencia, que a luz do Sol enrarece, & abranda a cera, endurece, & condensa o barro, & conforme a este sentido se podem entender os lugares em que se diz, que as estrellas tem proprio lume s. que tem propria influencia porque a luz do Sol em Saturno esfria, em Marte aqueça, & na Lũa humidece: ou podemos entender, que tem lume, mas tem pouço & escuro, que nõ basta a conseguir seu efeito sem ser mesturado & perfeioado com o do Sol».

Assiste-se nestas linhas ao declinar da teoria. Aproxima-se o momento em que as estrêlas passam a ser definitivamente fontes de luz, como o Sol.

A comparação das estrêlas ao nõ da tábua é repetida por Avelar no seu interessante livrinho *Sphaerae utriusque*¹, quando trata de demonstrar o movimento diurno do firmamento, a fol. 29:

«Igitur & caelum in quo ipsae stellae (ac *nodus in tabula*) existunt eodem motu mouebitur ab oriente in occidentem».

¹ *Sphaerae utriusq̃; tabella, ad Sphaerae huius mundi faciliorem enucleationem. Autore Andrea d'Avellar Olysiponensi, Artium, ac Philosophiae Magistro, & publico in Conimbricensi Academia Mathematicum professore. Conimbricae, Apud Anton. Barrerium Typ. Reg. Anno Dñi 1593.* Há um exemplar na Biblioteca da Universidade.

As estrélas são pois, através do século xvi, consideradas como núcleos de condensação da matéria de que os céus são compostos, brilhando com a luz recebida do Sol. É o que se lê também nos *Lusiadas*. Assim, na estância 87 do canto X,

Olha estoutro debaxo, que *esmaltado*
De corpos *lisos* anda, & radiantes,
Que tambem nelle tem curso ordenado,
E nos seus axes correm scintilantes,

as estrélas são corpos lisos, como espelhos, radiantes com a luz que recebem do Sol; brilham com *luz alheia*:

Meyo caminho a noite tinha andado,
E as Estrellas no Ceo *co a luz alheia*,
Tinham o largo Mundo alumiado,
E so co sono a gente se recreia.

Os Lusiadas, canto II, estância 60.

CAMÕES reflecte a opinião corrente no seu tempo, não attribuindo luz própria às estrélas. O mesmo faz Ariosto (n. 1474 — m. 1533), no *Orlando Furioso*:

Rinaldo, che di gloria e di splendore
Gli ha, como il sol le stelle, illuminati,
.....

Canto XXX, estância 90.

O poeta diz que Reinaldo iluminava os irmãos com glória e esplendor, *como o sol às estrélas*.

O mesmo conceito exprime Dante na descrição do anoitecer, com que abre o vigésimo canto do *Paraiso*:

Quando colui che tutto il mondo alluma
Dell'emisperio nostro si discende,
Che il giorno d'ogni parte si consuma,

Lo ciel, che sol di lui prima s'accende,
Subitamente si rifà parvente
Per molte luci, in che una risplende ¹.

Desce o Sol no horizonte, fenece o dia e o céu reaparece com *muitas* luzes, estrélas fixas e planetas, em que uma só, a luz solar, resplandece.

¹ Quando aquele que todo o mundo ilumina | do nosso hemisfério desce, | que o dia por toda a parte se extingue, | o céu, que antes só êle accende, | súbitamente se faz de nôvo aparente | por muitas luzes, em que uma resplandece.

O mesmo adiante, no verso 3o do canto xxiii. No Cap. xiv, Trat. II, de *Il convito*, Dante compara as sete sciências do *trivio* e *quadrivio* com as sete esferas planetárias, correspondendo a aritmética à esfera do Sol:

«E'l cielo del sole si può comparare all'arismetica per due proprietadi: l'una si è, che del suo lume tutte le altre stelle s'informano; l'altra si è, che l'occhio nol può mirare. E queste due proprietadi sono nell'arismetica, chè del suo lume tutte le scienzi s'alluminano...».

A arimética ilumina as outras sciências como o sol às estrêlas.

Como Dante e Ariosto, CAMÕES põe nos seus versos as idéias do seu tempo, em que predominava a concepção geocêntrica do mundo, de Ptolomeu, e a luneta estava por inventar.

Contudo temos visto o verso:—E as estrelas no Céu, co a luz alheia—interpretado, como significando:—E as estrelas no Céu, com a Lua¹—, citando-se a passagem do Sonho de Scipião, de Cicero, (*De Re publica*, vi, 16): «ex quibus erat ea (stella) minima, quae ultima a caelo, citima terris luce lucebat aliena»².

Faria e Sousa cita também esta passagem, sem mais comentário. Parece-nos bem que a sua intenção é apenas fazer notar a analogia da expressão *luce aliena*, aplicada à Lua, com a expressão *co a luz alheia*, aplicada por CAMÕES às estrêlas.

No comentário à estância x, 87, Faria e Sousa explica que as estrêlas são corpos *lisos*, reflectores da luz solar. Esta é que é a «luz alheia».

2. As estrêlas, porções condensadas da substância dos seus céus, são por eles arrastadas nos seus movimentos:

Da Lũa os claros rayos rutilauão,
Polas argenteas ondas Neptuninas,
As Estrellas os Ceos acompañauão
Qual campo reuestido de boninas.

Os Lusíadas, canto I, estância 58.

As estrêlas fixas acompanham o firmamento; os planetas são levados nos céus respectivos. Assim o intervalo de tempo, que separa

¹ J. Barbosa de Betencourt, *Subsídios para a leitura dos Lusíadas*, Paris-Lisboa, 1904, pág. 50.

² «uma das quaes era essa pequenina estrela que, sendo a ultima contando do ceo, e a mais proxima da terra, luzia com luz alheia».

duas passagens superiores consecutivas duma mesma estrêla fixa pelo meridiano, é um *dia sideral*, tempo duma rotação completa do primeiro móbil, menor, cêrca de quatro minutos, que o *dia solar médio*. No segundo verso da estância VII, 60:

O ceo volubil com perpetua roda,

dá-nos o poeta uma bela e concisa definição do *dia sideral*, que é o período da *roda perpétua do ceo volúbil*, período constante, metro natural do tempo.

Como, enquanto o céu dá uma volta, o Sol se move de ocidente para oriente na eclíptica, o dia solar é maior que o sideral, e êste curso próprio do sol, através das constelações zodiacais, faz variar o aspecto do céu estrelado no decorrer do ano. Quando uma estrêla tem o seu ocaso cêrca duma hora depois do Sol, podendo distinguir-se na claridade dos últimos raios solares, diz-se que o seu ocaso é *heliaco*; se nasce cêrca duma hora antes do Sol, diz-se que tem nascimento heliaco. No antigo Egito o nascimento heliaco de Sírius, tendo lugar na época das cheias do Nilo, era celebrado com festas religiosas.

Distinguem-se ainda os nascimentos e ocasos *cósmicos* e *crónicos*. Estas distinções não teem grande importância na astronomia, mas teem-na para a interpretação dos poetas. No *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes é êste assunto objecto do Capitulo III, intitulado—De como nace e se poem os Signos. Da deferença dos dias e noytes: e da deferença dos climas —:

«Ho nacer e ho por dos Signos he em duas maneiras: segundo os poetas: & segundo os Astrologos. Os poetas fazem tres deferenças no nacer & no por dos signos. Cosmico: Cronico: & heliaco. Nacimêto *cosmico* se chama quando algũ signo ou estrella: sobe de dia sobre ho horizõte da parte de oriête. E posto que em cada hum dia artificial,¹ nação seys signos desta maneira: aquelle signo porem se diz ter nacimêto cosmico per excellencia: cõ o qual ho sol pella menhá nace: & este nacimiento se chama proprio principal & de cada dia. Do qual temos enxêpro nas georgicas onde se ensina a fazer a sementeira das Favas & do milho no verão: quando ho sol estaa em ho signo de Tauro. Diz assi: Quando ho resprandecête Touro abrir o ãno cõ seus cornos dourados: & dādolhe lugar a cõstellaçã canis

¹ *Dia artificial* opõe-se a *noite*; é a parte do dia *natural* em que o sol está acima do horizonte.

se põe..... Nascimento *cronico* ou temporal he: quando algum signo ou estrella: despoys do Sol posto sobe per cima do horizonte da parte de Oriente: e chamase *Cronico porque he de noite*. E temporal porque ho tempo dos Mathematicos he despoys que ho Sol se põe. Deste nacimiento dezia Ouidio no de Ponto aqueixandose do muito tempo que auia que estaua degradado. As pleyades com seu nacimiento fizeram ja quatro autunos: daua per estas palauras a entender que poys eram quatro autunos quatro annos eram passados de seu desterro..... Nascimento *Heliaco* ou solar se diz quando algum signo ou estrella se pode ver: por estar apartado do Sol: & antes nam se podia ver: por estar junto com elle. Deste nacimiento diz Ouidio no de Fastis Ia ho Aquario leue com seu cantaro obliquo sayo...».

Como em Ovidio e Vergilio, vê-se o movimento das estrêlas seguido atentamente por poetas, como Dante e Camões, que na sua vasta erudição incluíam um conhecimento muito preciso da astronomia.

Dante dirige-se, com Vergílio, para o Inferno no comêço da noite; «Lo giorno se n'andava», como principia o canto segundo. Adeante (*Inferno*, canto VII, verso 98) o poeta repara que meia noite já vai passada,

Già ogni stella cade, che saliva
Quando mi mossi,

descaem já sôbre o horizonte as estrêlas que subiam quando, no principio da noite, se dirigia para a terrível porta.

CAMÕES indica o declinar da noite, pelo cair das estrêlas de nascimento crónico, quando descreve o sonho de D. Manuel na estância IV, 67:

O qual, como do nobre pensamento
Daquella obrigaçam, que lhe ficàra
De seus antepassados, (cujo intento,
Foy sempre acrecentar a terra chara)
Nam deixasse de ser hum so momento
Conquistado: No tempo que a luz clara
Foge, & as estrellas nitidas que saem
A repouso conuidão, quando caem.

O tempo que a luz clara foge¹, sendo o tempo em que foge a luz do Sol, ou indica o comêço da noite ou a noite dum modo geral,

¹ João Franco Barreto põe: *á luz clara* em vez de *a luz clara*, fazendo preposição do *a* que era artigo. Não se justifica tal emenda.

As nossas transcripções são feitas d-*Os Lusíadas*, *Fac-simile da primeira edição*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, de que há um exemplar na Biblioteca da Universidade.

como o tempo em que falta a luz solar. Pelo que se segue tem de optar-se por esta última interpretação.

Sair, falando das estrêlas, é surgir no horizonte, começar a subir, nascer enfim. As estrêlas que nascem de dia não se vêem; só as que nascem de noite *saem nítidas*. O adjectivo *nítidas* é importante, porque indica que o poeta se refere a estrêlas de nascimento crónico. Define-se pois nos últimos versos a parte da noite em que as estrêlas, que já de noite nasceram, convidam a repouso, pela sua queda do lado occidental do meridiano. A noite caminha para o seu fim. E adiante, na estância 75, terminado o sonho, rompe a madrugada:

Estendeo nisto Febo o claro manto:
Pello escuro Emisperio somnolento:
Veyo a menham no ceo pintando as cores
De pudibunda rosa & roxas flores.

(*Continúa*)

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

Brás Garcia de Mascarenhas

ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

V

O poeta-fidalgo de Avô

(Continuação)

Instalado na casa paterna, cercado de abundância, brilho e fausto, não faltaria a Brás Garcia quem procurasse aproximar-se dêle, quem o lisongeasse e aplaudisse. Que é esta a condição humana,

..... que hé do mundo estilo,
Muytos Amigos nas prosperidades,
Poucos, ou nenhuns nas adversidades ¹.

Fôra educado na escola dos trabalhos e contra-tempos, passando largos anos envolto em infelicidades, sobresaltos e desgostos; melhor apreciava por isso agora a tranqüila e plácida felicidade fruída junto de seus pais, que muito o amavam, cercado dos irmãos que o estre-meciam e de amigos que o admiravam. Sem ter experimentado a adversidade, ninguém é capaz de apreciar devidamente a prosperidade. Ouçâmos o próprio poeta:

Não se pode chamar prosperidade,
A que de antes não hê purificada
No fogo de qualquer adversidade,
Com que fique depois mais realçada;
Que a cousa, que com mais difficuldade
Foy adquirida, sempre he mais prezada:
Nenhũa muyto facil se sublima,
Que o que pouco custou, pouco se estima ².

Agora, depois de tão longa e trabalhosa ausência, tendo regressado à pátria querida, bem podia dizer a seus patrícios as palavras que pôs

¹ V. T., xi, 116. — ² V. T. xi, 6.

na bôca de Viriato, a falar com os pastores, seus antigos companheiros:

Sabey que não sabeis o bem, que encerra
A vida, que gozais tão repousada:
Não ha repouso fôra desta Serra,
Só nella vive a paz tão desejada ¹;

e traduzindo os sentimentos que lhe iam na alma, e aludindo à rapidez e brevidade com que decorrem os dias felizes, podia concluir:

Aqui deyxey descansos, & alegrias,
Aqui os venho buscar por breves dias.

Acompanhay-me na prosperidade,
Em que augmentar a vossos bens prometto,
Que quem nella se esquece da amizade,
Que teve, antes de a ter, não hé discreto ².



Depois de assentar a sua residência em Avô, o poeta não retardaria as visitas aos lugares que frequentara na juventude, às povoações onde viviam parentes e amigos de infância, renovando recordações queridas, e apagando saudades. ; E que diferenças não encontraria êle na situação em que vinha achar alguns dêsses amigos, e até alguns parentes, confrontando-a com a que tinham quando os deixara! Nove anos não passam de balde. Alguns que viviam em relativa abundância, estimados e queridos, encontrava-os agora decaídos na pobreza, abandonados e desprezados de quem anteriormente os festejava; outros, que viviam parcamente, haviam sido guindados a esferas superiores, e já se não dignavam de ombrear com quem os estimara e protegêra.

Bem dolorosa impressão devia isto ter causado ao nosso poeta, impressão que se lhe vincou profundamente no espírito generoso e bom; decorridos anos, escrevia êle, talhando certamente carapuças para determinadas cabeças:

Que entre Balaro, & Lusarco avia
Parentesco de que ambos se prezavão,
Que inda então não sabia rico, ou nobre
Desprezar o parente humilde, ou pobre.

O de alguns homens de hoje caprichoso
E nescio presumir, bayxa altiveza

¹ V. T. xi, 18. — ² V. T. xi, 18-19.

Se lhe póde chamar, que no pomposo
Crescimento, do sangue se despreza.
Homem que te viste hontem vergonhoso,
E que hoje te ves cheyo de riqueza,
Não negues, não, teu sangue, que declaras
Que se o tiveras bom, o não negaras.

Muy bem representais Oppositores,
Meritos, submissões, necessidades,
Mas não tendes que ver com Pretensores
De officios, beneficcios, dignidades;
Amigos chamão huns, outros Senhores,
Tudo parentes saõ, tudo amizades,
Tudo promessas, & encarecimentos,
Que custão pouco muytos comprimentos.

Chegado cada qual ao que deseja,
Se nobre hé, procede como nobre,
Se vil, quem o ajudou mais o não veja,
Que em rico não quer ver quem o vio pobre:
Pobre não hà quem seu parente seja,
Nem se acha Amigo, que à rezão o dobre,
Filho se faz da Lua, & do Sol neto,
Todos são nescios, & elle só discreto ¹.



A parentela de Brás Garcia já então se tinha alastrado largamente por toda a Beira. Restringindo-nos à familia paterna, encontramos parentes próximos dele no próprio vale do Alva, muito a montante de Avô, já próximo do sopé da serra da Estrêla, na vila de Sandomil, onde, além de outros parentes ², vivia seu primo Sebastião Garcia, que disfrutava ali um importante vínculo, de que êle era o 1.º administrador ³.

Trepando a encosta que a N. fecha a bacia de Avô, lá quasi ao cimo, está Vila-Pouca, onde tinha um viveiro de parentes, prole de Domingas Marques, prima co-irmã de seu pai, os quais começavam então a debandar, levando o sangue dos Garcias de Mascarenhas a várias casas nobres da Beira ⁴.

Continuando a excursão, e percorrendo toda essa região vastíssima que se estende da serra da Estrêla à do Caramulo, da da Louzã

¹ V. T. VIII, 102-105.

² Not. geneal. I, II 6 e 7, — III b 5 e 6; — Esq. geneal. I, 8, 9, 15 e 16.

³ Not. geneal. I, v b''; — Esq. geneal. I, c 2.

⁴ Not. geneal. I, III d 3; — Esq. geneal. I, 41.

à da Lapa, encontrava ali o poeta bastantes dezenas de parentes, netos e bisnetos de seu bisavô Marcos Garcia, de Folhadosa, espalhados por essas vilas e aldeias fora, por Galizes¹, Sinde², Tábua³ e Barrosa⁴, por Covas⁵, Oliveirinha⁶, Bobadela⁷, Oliveira do Hospital⁸, Lageosa⁹ e Lagares¹⁰, por Varzea de Meruge¹¹, Folhadosa e Torrosêlo, S. Romão¹², Sameice¹³, Tourais¹⁴, Pinhanços¹⁵ e Gouveia¹⁶.

Especialmente em Folhadosa e Torrosêlo, onde vivera e morrera o patriarca desta numerosa familia, é que residia agora o principal núcleo dos Garcias de Mascarenhas, como em volta do cepo de vetusta árvore se acostam e florescem em denso viveiro as novas plantas que, filhas daquela, ali se enraizaram.

Lá vivia em Folhadosa, entre outros parentes, António Garcia, filho de Marcos Garcia e de Elena Esteves do Ervedal, e neto do velho Marcos Garcia de Mascarenhas e de Brites Marques. Casara com sua prima Ana Marques, de Torrosêlo, que na época da chegada de Brás já havia tido seis filhos, cinco dos quais eram vivos; e ainda vieram depois aumentar a familia mais dois, o Francisco e o Simão. Passando em silêncio os mais velhos, de quem descendem os actuais representantes de algumas familias distintas da Beira¹⁷, notarei que Francisco Garcia de Mascarenhas, nascido poucos meses depois do regresso de seu primo Brás Garcia, veio a casar aos 45 anos de idade, a 10 de outubro de 1678, com D. Maria Coelho de Sousa, de Seia¹⁸, e fundou o importante vínculo de Folhadosa, cujos bens hoje pertencem ao senhor António Vieira de Tovar de Magalhães e Albuquerque (Molelos), 6.º neto por varonia de Francisco Garcia de Mascarenhas,

¹ *Not. geneal.* I, III c 3; — *Esq. geneal.* I, 22.

² *Not. geneal.* I, III c 4, — IV d 4; — *Esq. geneal.* I, 23, — F 5.

³ *Not. geneal.* I, IV c' 3; — *Esq. geneal.* I, D 4.

⁴ *Not. geneal.* I, III c 6 e 10, — IV c'; — *Esq. geneal.* I, 25 e 29.

⁵ *Not. geneal.* I, IV d 1; — *Esq. geneal.* I, F 2.

⁶ *Not. geneal.* I, III c 2; — *Esq. geneal.* I, 21.

⁷ *Not. geneal.* I, III c 8, — III d; — *Esq. geneal.* I, 7 e 27.

⁸ *Not. geneal.* I, III b 5; — *Esq. geneal.* I, 36.

⁹ *Not. geneal.* I, III b 4; — *Esq. geneal.* I, 14.

¹⁰ *Not. geneal.* I, v b'; — *Esq. geneal.* I, B 2.

¹¹ *Not. geneal.* I, III b 7; — *Esq. geneal.* I, 17.

¹² *Not. geneal.* I, III b 8; — *Esq. geneal.* I, 18.

¹³ *Not. geneal.* I, IV d; — *Esq. geneal.* I, F 1.

¹⁴ *Not. geneal.* I, v a''''; — *Esq. geneal.* I, A 10.

¹⁵ *Not. geneal.* I, III c 1; — *Esq. geneal.* I, 20.

¹⁶ *Not. geneal.* I, IV b'; — *Esq. geneal.* I, 13.

¹⁷ *Not. geneal.* I, IV a — v a' a x a' — v a'' — VI a'', a XII a'', — VI a'' a XII a'';; — *Esq. geneal.* I, A, AA, e AA'.

¹⁸ C. S. — *Registo paroquial de Seia*, l. 1, cad. 3, fl. 70 v.º.

de quem descende também, mas por linha feminina, o compilador destas notícias. O mais novo dos irmãos era o Dr. Simão Garcia de Mascarenhas, que foi casar a Tourais com D. Catarina Garcia; dêste casal descendem os Albuquerque das casas do Barril, de Freinêda, do Arco (Viseu) e das Obras (Seia), etc.¹.

Em Torrosêlo avultava a familia de Brites Marques, tia-avó de Brás Garcia, que ali casara com Domingos Afonso, e procreara numerosa prole, da qual ainda viviam em Torrosêlo, com as suas respectivas famílias, João Marques, cuja filha Ana casou em Folhadosa com António Garcia de quem acabamos de falar, e António Marques que contraíra matrimónio com uma parenta de Folhadosa. As filhas de Brites Marques, essas já haviam abalado para diversas terras a constituir novas famílias: Isabel Garcia para Gouveia, Clara Garcia para a Lageosa, Catarina João e Maria João para Sandomil, Ana Garcia para Várzea de Meruge, Francisca Garcia para a Cerdeira, e outra, cujo nome ignoro, para S. Romão².

Quando o nosso poeta dirigisse o seu passeio para Ocidente desta região, encontrava em Travanca-de-Farinha-Pôdre, a pouca distância da Foz-Dão, seu irmão o Dr. Manuel Garcia todo entregue aos cuidados de pastorear êsse pequeno rebanho; e, passando em barco para a margem direita do Mondego, encontrava a aldeia de Almassa, onde era cura o padre Pantaleão. Uma vez aqui, não lhe era custoso alongar ainda mais o passeio para Ocidente na direcção do Buçaco, e, derivando dali para Noroeste, ir a Anadia abraçar a irmã Feliciana e amimar-lhe os filhos.

No retôrno podia muito bem seguir por Mortágua a Santa-Comba-Dão, e entrando no Couto-do-Mosteiro visitar sua tia paterna Filipa Garcia, que ali casara³; e depois, passando o rio Dão, não deixaria de ir a Oliveira do Conde conversar com seu primo Manuel da Fonseca da Costa, filho de sua tia paterna Brites Marques, com o qual mantinha relações de estreita amizade, de que mais tarde veio a colher uma prova real, como a seu tempo verêmos.



Outro pretexto para excursões a várias localidades da Beira era-lhe fornecido pelas festas e romarias, que se celebravam com fre-

¹ *Not. general.* I, iv a 8 — v a^{'''} — vi a^{'''}, a xi a^{'''}, — vi a^{'''}, a ix a^{'''}; — *Esq. general.* I, A, Ab (cf. Aa).

² *Not. general.* I, iv a 9 — v a^{'''} a x a^{'''} — xi a^{'''}, a xii a^{'''}, — xi a^{'''}, a xii a^{'''}; — *Esq. general.* I, A, Ac.

³ *Not. general.* I, iii c 11; — *Esq. general.* I, 30

quência por toda esta região, especialmente no estio, e que atraíam de longe numerosos ranchos, cujos costumes, trajos, danças, lendas, falas e cantares muito haviam de chamar a atenção do espírito curioso e observador de Brás Garcia.

Havia então naqueles sítios muitos santuários afamados, onde tais romarias se realizavam. Citarei apenas alguns, ao acaso.

A ermida de Nossa Senhora das Preces, ou do Colcurinho, que no século seguinte passou do alto do monte para o vale de Maceira, que lhe fica no flanco, era bem vezinha de Avô, e chamava concorrência de devotos de mais de dez léguas em redor. A marcar no cabêço do Colcurinho o lugar onde se venerou a Senhora das Preces, há hoje uma capelinha ainda muito visitada de romeiros, que tem por titular a Virgem com a invocação de Nossa Senhora das Necessidades.

Junto de Arganil o templo de Nossa Senhora do Montalto fôra construído ou reedificado pouco mais duma dezena de anos antes, e também era já concorrido de muitos milhares de pessoas, por ocasião da festa que ali se celebrava a 8 de setembro.

Mais antiga era ainda a veneração que atraía todos os anos, a 7 de setembro, cardumes de romeiros à igreja do mosteiro de S. Pedro de Folques, onde se dava a beijar um cofre precioso, que continha uma das tibiás de S. Goldrofe, antigo prior daquele mosteiro, célebre advogado contra as maleitas.

Grande devoção popular havia também com o santuário de Nossa Senhora da Vera Cruz, de Gouveia, pelas circunstâncias impressionantes que determinaram a sua fundação¹.

Um dos mais afamados e concorridos templos da Beira era o de Nossa Senhora do Monte, próximo de Mangualde, que depois veio a denominar-se do Castelo.

Havia nas proximidades de Viseu alguns santuários com imagens religiosas, que exerciam irresistível atracção sobre os fieis achacados que ali vinham buscar cura para os seus males, e sobre os curados que em dias certos de cada ano acudiam a agradecer as mercês alcançadas. Entre essas imagens, então célebres, mencionarei a de

¹ Algum israelita da judiaria de Gouveia foi uma noite à igreja de S. Pedro desta vila, e de lá tirou uma devota imagem da Virgem, indo pendurá-la pelo pescoço na fôrca, que ali perto se erguia. Faça-se ideia da comoção e indignação que o sacrilégio provocaria, quando na manhã seguinte, ao levantarem-se os gaudelenses, deram com tal espectáculo. Ali mesmo, no local onde estava a fôrca, erigiu-se um templo em honra da Virgem, fabricou-se do pau da fôrca uma cruz que se colocou sobre o altar-mor, e a própria imagem desacatada foi posta ao pé da cruz, correndo desde logo muitos milhares de peregrinos a render-lhe culto de desagravo e de devoção.

Santo Amaro, no lugar de Bertelhe, freguesia de Cepões, a de Santa Eufémia, em Vouguinha, freguesia da Cota, e finalmente a de Santa Luzia, sôbre um monte fronteiro à cidade.

E não devemos esquecer a devota e pitoresca ermida de Nossa Senhora da Ribeira, perto de Folhadosa, que ainda hoje, à sombra dos castanheiros, ergue o seu singelo campanário gótico, e convida os fiéis a virem em penitência mortificar os seus joelhos sôbre o pavimento formado de pequenas pedras ou lascas, naturalmente polidás, apumadas umas junto das outras a formarem desenhos, numa disposição, artística sim, mas torturante para os genuflectentes. Esta capela foi sempre muito venerada pelos povos de perto e de longe, que lá iam todos os anos processionalmente, cantando súplicas litúrgicas.

Do que viu e observou nessas romarias e festividades, simultâneamente religiosas e profanas, piedosas e de diversão, onde se orava e cumpriam votos, onde se corriam touros, onde se bailava e se faziam cavalhadas, jogos de canas, simulacros de justas e torneios, deixou-nos Brás Garcia algumas referências e impressões no *Viriato Trágico*.

O poeta fere uma nota de observação moralista:—que as raparigas levianas estão sempre prontas a irem às romarias, fechando os ouvidos aos conselhos da prudência; e as pessoas, a quem toca o guardá-las, tem de as acompanhar, porque lá aparecem sempre admiradores por elas atraídos.

Agradou o conselho; em breves dias
A fazer a jornada se preparão,
Que os conselhos de andar vãs Romarias,
Sempre a loucas bellezas agradarão:
Contradizem-lho os tres por tres mil vias,
Mas nunca do proposito as mudarão:
Com ellas partem pera as defenderem,
Que lá vão barbas onde amores querem¹.

Ao assistir nos santuários, com espírito observador, à visita dosromeiros e ao cumprimento das suas promessas, impressiona-o o facto de vêr alguns devotos oferecerem junto do altar um delgado pavio, que se não poderia conservar direito se não fôra a cana a que vem amarrado; e reflecte que, ao recorrerem em momento de aflicção à divindade, prometeram certamente oferecer um círio para o culto, círio talvez de proporções agigantadas, e depois, passado o perigo, afastada a aflicção, se não se esqueceram totalmente do voto, o veem cumprir ofertando aquele pavio mesquinho, de preço vil, e que para nada

¹ V. T. XII, 35.

serve. Considera porém o facto, apesar de indigno e vergonhoso, muito humano, e como — *homo sum, ideo nihil humanum a me alienum puto*, fala na 1.^a pessoa plural:

O de todos, os que hoje navegamos,
Vergonha ! de que pouco nos corremos !
Porque quando em tormentas nos achamos,
Que de cousas contritos prometemos !
E apenas sobre a terra hum pé estampamos,
Quando não lembram votos, que fazemos ;
E se lembrão pagamos, quem tal crera ?
Com candeas de real mastros de cera !¹

Na descrição longa e opulenta das festas pomposissimas, celebradas por Viriato na serra da Estrela, encontramos alguns traços, embora muito adornados e ampliados pela sua fantasia, do que êle vira em certas romarias.

As iluminações dos arraiais, a música instrumental, os descantes dos ranchos em côros alternados, as danças e evoluções coreográficas por vezes bem complicadas, o provinciano *çapateado*: nada lhe escapou.

Em tanto de mil tochas guarnecido
O magestoso Circo, parecia
Mostrar o que o triangulo fingido
Debuxa natural na fantasia.
De varios instrumentos o ar ferido
Suspende com festival harmonia,
As almas dando regra, & confiança
A Gymnopódia, que se canta, & dança.

Canta-se a varios côros, que alternados,
Escutando tal vez, tal respondendo,
A compasso dos pés bem compassados
Vão corações fazendo e desfazendo.
Ja mulheres, & homês baralhados
Se vem, já divididos vão volvendo,
Portas de arcos manuais, cerrando, & abrindo,
Porque huns entrando vão, & outros sahindo.

Brilhão mil luzes pella argentaria
Das ricas galas, que ao nocturno feytas,
Faziam parecer a noyte dia,
Deyxando as almas todas satisfeytas :
Esta de Portugal propria alegria,
Que inda se usa em Cidades muy perfeytas,
Seja, como alguns querem, Espartana,
Trinta seculos há, que hé Lusitana².

¹ V. T. x, 38. — ² V. T. xi, 44-46.

Constituíam então as touradas um número obrigatório de algumas dessas romarias. Até se corriam touros nos adros e em pequenos largos de aldeias e logares insignificantes. Já eram classificadas de bárbaras pelas nações extra-ibéricas tais diversões, a que na península se dava um aprêço grande; e o poeta claramente revela que era um entusiástico *aficionado* por semelhante género de desporte.

Qualquer Nação desta presente idade
 Chama a tal festa tragica alegria :
 Se todas dizem que hé barbaridade,
 Toda Hespanha lho imputa a covardia;
 Que aonde não periga a liberdade,
 Nunca pode luzir a valentia.
 Seja licita cousa, ou não o seja,
 Sempre a festa foy nossa, sua a inveja ¹.

Das touradas deixou-nos Brás Garcia um esbôço descritivo vigoroso, que revela mão de mestre.

Ficava no terreyro sanguinoso
 De peões, & cavallos já desfeytos
 Hum touro fusco, grosso, & temeroso,
 De erguidos cornos, & decidos peytos :
 Soprando a terra escarva pulvoroso
 Desafia bramindo os contrafeytos
 Muros cubertos de turbados vultos,
 A quem palpitaõ corações occultos.

Quando Lusarco já convalecido,
 Entra augmentando os timidos rumores,
 Que sempre Santarem foy aplaudido
 Por pay de filhos grandes toureadores,
 Opprime hum vayo de annos dez fornido,
 E mosqueado de diversas cores,
 Que inda que grave, & lento no passeio
 Bala às esporas hê, Rêmora ao freyo.

Presto com o esquerdo corno o touro grosso
 À dereyta estribeyra se arremeça ;
 Hum garrocho lhe quebra no pescoço,
 E quebra-lhe o restante na cabeça :
 Escapa, & sóbe às nuvês o alvoroço,
 O metal grita, o rumor não cessa :
 Mas já socega o confuso abalo
 Tornando-se a buscar touro, & cavallo.

Este, como veloz, roda e volteia ;
 Como eyxo aquelle vira, & não abala ;

¹ V. T. xi, 66.

Tornando atraz, escarva, & se embravea,
 Soprando ávante fumo, & fogo exhala.
 Dispara como setta, & com a mea
 Lua imagina que o cavallo escala;
 Entre ella o ferro tanto se lhe encova,
 Que morto fica, sem que hum passo mova.

Soaõ trombetas, altos vivas soaõ,
 Campinas, & penhascos estremeceem,
 Os animais os bosques despovoão,
 As aves pello ar desaparecem.

.....¹.

Já se não apresenta igualmente entusiasta pelas cavalhadas, torneios e jogos de canas, de que aliás nos deixou boas descrições²; e muito menos simpatizava com o jôgo da barra e com os exercicios de luta, que ao tempo muito se usavam:

Nos dous³ seguintes houve Barra, & Luta,
 Nobre uso antigo, & moderno louco;
 Porque com pouca sciencia, & força muyta
 Muyto do servil tem, do grave pouco.
 Tres rusticos dos Alpès, gente bruta,
 Cada qual de gritar, & gemer rouco,
 Seis premios tirão: só pella defeza
 Se luta, que por premio, he grã vileza⁴.



Não eram só as visitas, os passeios e digressões por festas e romarias, que afastavam por vezes o nosso poeta da sua casa e da sua vila de Avô.

Brás Garcia era um apaixonado caçador; e quando se tornava necessário suspender as caçadas por causa da procriação da caça, na primavera e estio, entregava-se então ao passatempo da pesca. É elle mesmo que no-lo diz, falando dos *pátrios rios* Alva e Moura:

Quando vão cheos caço pellos montes,
 E nelles pesco quando vão vasios⁵.

Foi o motivo da caça, além da sua natural curiosidade e da admiração que tinha pelas belezas naturais, que o levou uma ou outra vez a visitar e percorrer a serra da Estrela, à qual se encontram numerosas referências no *Viriato Trágico*.

¹ V. T. xi, 68-72. — ² V. T. xi, 48 e 103-124.

³ Scil. dias.

⁴ V. T. xi, 73. — ⁵ V. T. xv, 104.

Por não alongar indefinidamente as transcrições, é que não copio aqui na íntegra a descrição magistral que nos faz do *Herminio monte*¹, que êle conhecia muito bem, e cujas belezas analisa por miúdo em vários lugares do poema, revelando-nos por forma iniludível que muitas vezes o palmilhou.

Admirou com sentida comoção as manifestações da majestade grandiosa e próspera da Natureza criadora, que ali se ostenta. Essa admirável

.....
 Natureza, que aos altos foy avara,
 Fecunda os bayxos com favor da Arte,
 Que nos uteis suores não repara;
 A cada lado valles mil reparte,
 Bosques faz dividir, veygas separa,
 Campinas rega, prados, & hortas ata
 Com mil laçadas em grilhões de prata.

Censos, que sempre dão os caudalosos
 Alva, Mondego, & Zezere agradaveis,
 A Ceres por seus frutos abundosos,
 A Baccho por liquores admiraveis,
 A Minerva por oleos numerosos,
 Por bosques a Diana innumeraveis,
 Que tudo são com gloria da inventora,
 De Pomona doceis, sitiais de Flora².

Quedou-se extático de assombro contemplando o gigante granítico, *natural piramide* a que a serra serve de *base sumptuosa*, e que é conhecido pela denominação de *cântaro magro*, que erguendo-se sòzinho, isolado e abrupto, negro e musgoso, hirto e selvático, lá do fundo da viridente bacia por onde corre o Zêzere, a certa altura alarga e entumesce os flancos sustentando enormes massas de rocha suspensas sôbre o abismo; e depois, estreitando rápidamente, toma a configuração grosseira de um cântaro, cujo gargalo, ficando superior às alturas que cercam êste vale, se avista de grande parte da serra, como cabeça de gigante a espreitar-nos³.

Percorreu também a região onde

Esmaltes são da roscida verdura
 Aquellas celeberrimas lagoas,
 Das quais a principal chamada Escura,
 He clara pellos Sceptros, & Coroas,
 Que a ver tal profundeza, & tanta altura
 Forão, como inda vão graves Pessoas;

¹ V. T. 1, 15 e ss. — ² V. T. 1, 22-23. — ³ V. T. 1, 16.

Que maravilhas muyto encarecidas,
Se não são vistas, nunca são bem cridas ¹.

Pisou as fôfas alfombras de *servim* nessa *verde praça de um florido prado*, o vasto e fertilíssimo *vale do Conde*, que lhe fez lembrar *hum theatro alcatifado*, e

... que he das entranhas penhascosas
Do Herminio coração no esquerdo lado ².

Trepou às *penhas escabrosas*, conhecidas pela denominação de *penhas douradas*, e abrigou-se nos amplos *fragões*, nessas *galerias cavernosas* que a natureza escavou em abundância nesta região ³.

Em sereno dia andava êle uma vez na serra *caçando feras* (javadros, lobos e raposas), acompanhado de um *guia natural*. Quando menos o cuidava, foi surpreendido por uma trovoada medonha ⁴. Teve então ensejo de presenciar um espectáculo único, em que o belo horrível chega a atingir as proporções do sublime, qual é o espectáculo de uma trovoada na serra da Estrela. Ficou assim habilitado a fazer uma notável descrição, com que ornamentou o canto iv do *Viriato Trágico*.

Não resisto à tentação de transcrever êste episódio, que tem a exactidão e naturalidade dum instantâneo :

Já Phebo involto entre ondas Neptuninas
Perturbados deyxava os Elementos ;
O fero Austro dos Cêos corre as cortinas
E os faz da pompa lucida avarentos :
Começão a vir agoas repentinas
Sobre os hombros das nuvês, & dos ventos,
Enchem-se os Rios ; porque a tudo inundem,
Campos se alagão, serras se confundem.

A Herminia, mais que todas gigantada,
E eminente ao perigo, o padecia
Muyto mais pavoroso, se alentada
E firme a todo transe se offrecia.
Dispara nella horrenda trevoada,
Afigura-se a todos que se abria,
Espessuras se arrancão, feras gemem,
Rebomba o vento, os penhascos tremem.

Alterão-se as lagoas da outra banda,
Tão medonhas, & horriferas bramindo,
Que parece que o mar na serra anda,
Ou que a serra no mar se vay fundindo.

¹ V. T. I, 18. — ² V. T. II, 42. — ³ Ibid. — ⁴ V. T. IV, 70.

Tudo obedece ao medo, ninguém manda ;
 Mullas, cavallos, & egoas vão fugindo ;
 Ajuntão-se as ovelhas, como amigas,
 Abrigando os focinhos nas barrigas.

Passa-se a larga noyte, & não entendem,
 Quando amanhece, porque os não visitaõ
 Mais luzes, que as que o ar em fogo accendem
 Dos rayos, que os penhascos precipitaõ.
 Todos se estão queyxando, & se suspendem,
 Mulheres chorão, camponeses gritão,
 Que acaba o mundo ; os naturais zombando,
 Dizem, que tudo presto irá cessando.

Não se enganarão, que da Astrologia
 Rustica hê Mestre, a quem a serra agrava.
 1

Por isso razão tinha o nosso poeta para conhecer bem a configuração geral da serra da Estrela e das suas ramificações mais próximas, que êle descreve assim :

O mais corpo da serra, que Alpestrina
 Quasi de Leste a Oeste vay correndo,
 Athlante se ergue, & Briarès se inclina,
 Aqui, & alli os braços estendendo,
 Que ameaçando sempre alta ruina
 Huns abayxando vay, outros erguendo
 A horrendos valles, a escabrosos montes
 Providos de animais, prehes de fontes.

Pellas raizes desta serrania,
 Que gyra perto de dous mil estados,
 De altos castellos grande copia avia
 Em perigos de guerras fabricados,
 Que em partes inda mostraõ bizzarria,
 Pella mayor estando arruinados,
 Ensinando o descuydo, que os enterra,
 Que mais muros assola a paz, que a guerra 2.

¡ Que diria o poeta, se agora cá viesse, e visse o que foi feito de quási todos êsses castelos, especialmente do que se erguia na sua vila natal, e que êle cantou em seus versos como um título que muito a nobilitava !

A S.-O. da serra avulta um monte, o Colcurinho,

..... pouco distante
 Do Herminio, e pouco menos levantado,
 A elle por hum C de serra atado.

1 V. T. IV, 66-70. — 2 V. T. I, 20-21.

Neste, em que a neve dura pouco, ou nada,
Que presto, quando o cobre, o descarrega ¹,

tinha Brás Garcia um ponto de referência, que lhe marcava, quando percorria a Estrela, o local onde modesta e recatadamente se escondia, como em ninho de verdura e flores, quasi no sopé dêsse monte, a sua minúscula vila de Avô.

Para deixar completo o esbôço da serra, dêsse

..... Herminio duro,
Propugnaculo eterno, & altivo muro ²,

ainda falta um traço. Ei-lo:

Sobre esta inacessivel aspereza
Tantas veygas se estendem, tantos prados,
Que mais gado sustentão pello Estio,
Que Ourique, & Alcudea no solsticio frio ³.

Mas passado o verão, em o outôno entrando, todos êsses gados descem da serra, e o mesmo faz a caça, para evitarem os horrores da estação rigorosa, durante a qual se tornam inabitáveis aquelas paragens. Escutemos a fala que o poeta coloca nos lábios de Viriato:

Vay-nos fugindo o caloroso Estio,
Regalo destas veygas deleytosas,
Em que nos vem buscando o Inverno frio,
Horror destas montanhas escabrosas:
Ao pouco, que inda està verde, & sombrio,
Ameação tormentas pavorosas,
Que hê de Inverno este monte em partes calvo,
De nuvês pavelhão, de rayos alvo.

Os que por elle o gado apacentamos,
Antes que perca os placidos matizes,
Decer nossos rebanhos costumamos
Aos valles, que occulta entre as raizes:
Nelles, como as perdizes, habitamos,
Que nos ensinão a viver perdizes,
Pois de Veram cá vem pastar no trigo,
E de Inverno là vão buscar abrigo ⁴.

Nos passeios que Brás Garcia deu pela Estrela, teve ocasião de subir à parte mais alta da serra, à esplanada que assenta a 1993 metros de altitude, onde no século passado se ergueu um grande marco geodésico, chamado a *Torre*. Dali poudo admirar o esplên-

¹ V. T. IV, 41-42. — ² V. T. II, 39. — ³ V. T. I, 17. — ⁴ V. T. IV, 38-39.

dido e larguíssimo horizonte que se desfruta, e que êle descreve nestes versos:

Estêde a vista aos largos horizontes,
Tão longos, que sê vay nelles perdendo ;
Mares de campos vê, golfos de montes,
Que as cadeas de agoas vão prendendo :
De altos a altos dão os olhos pontes
A varios pensamentos, que correndo
De huns, & outros àquem, & além parecem,
Porque quanto vem mais, mais desconhecem.

Meya Hespanha dali se descobria,
Via Reynos, e serras ao Nascente,
Pera o Sul montes, & planices via,
E via largos campos ao Poente ;
E lá detraz de todos conhecia
O branco freyo, que perpetuamente
A furia faz parar, onde redondas
Quebrão do negro mar as brancas ondas ¹.

Tambem nos pinta com viveza um romper da manhã na serra,
bem diverso do amanhecer nos campos ou nas cidades.

Madrugava a solar Embayxadora
A borriifar de perolas os prados,
Que o vingador da bella caçadora
Em grilhões de cristal tivera atados.
Ri sobre as penhas, sobre as ervas chora,
Alegra os valles, inquieta os gados,
Fogem-lhe as sombras, brinçaõ-lhe os ribeyros,
Cantaõ-lhe as aves, baylaõ-lhe os cordeyros ².

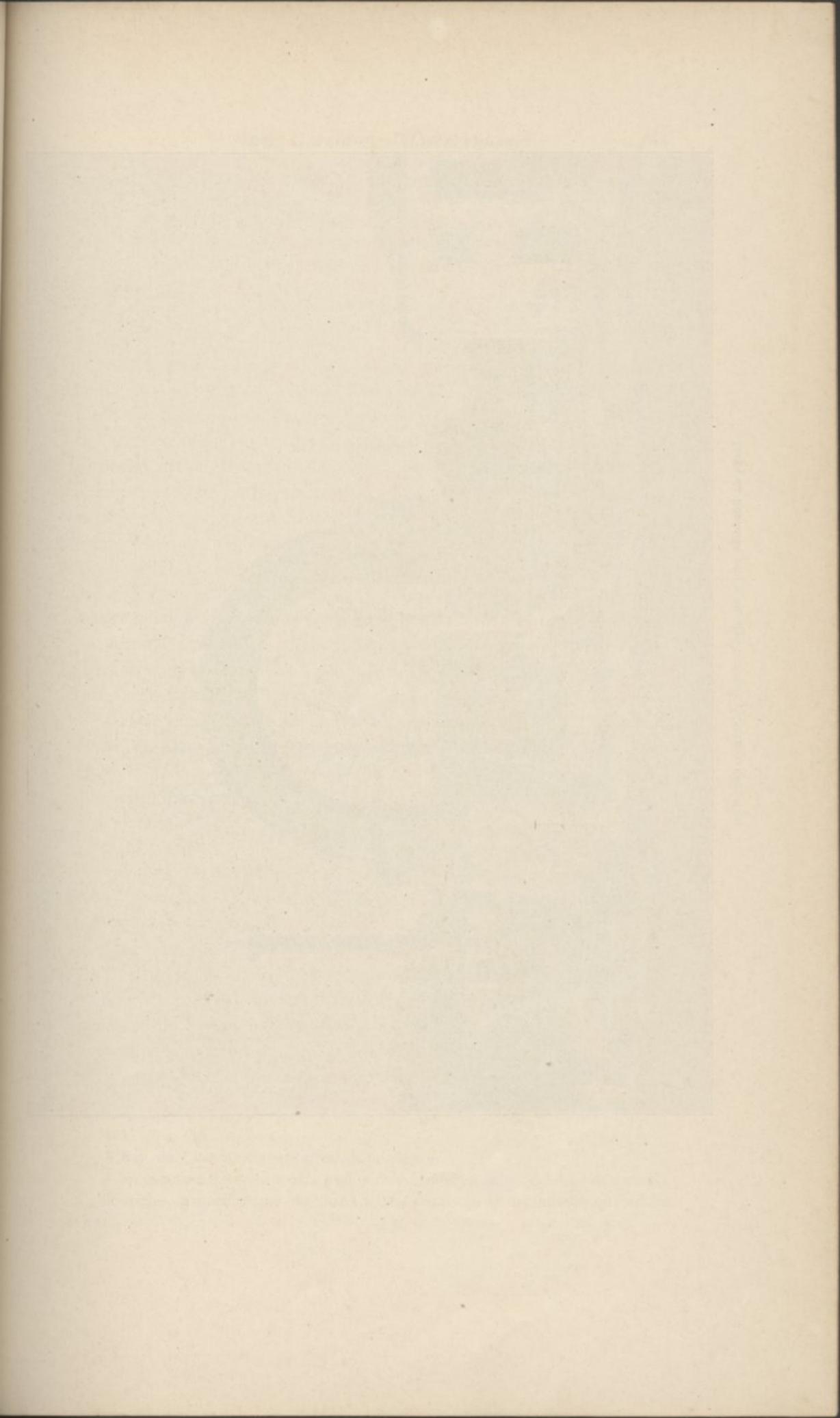
Um pouco depois, tem já mudado o aspecto da paisagem,

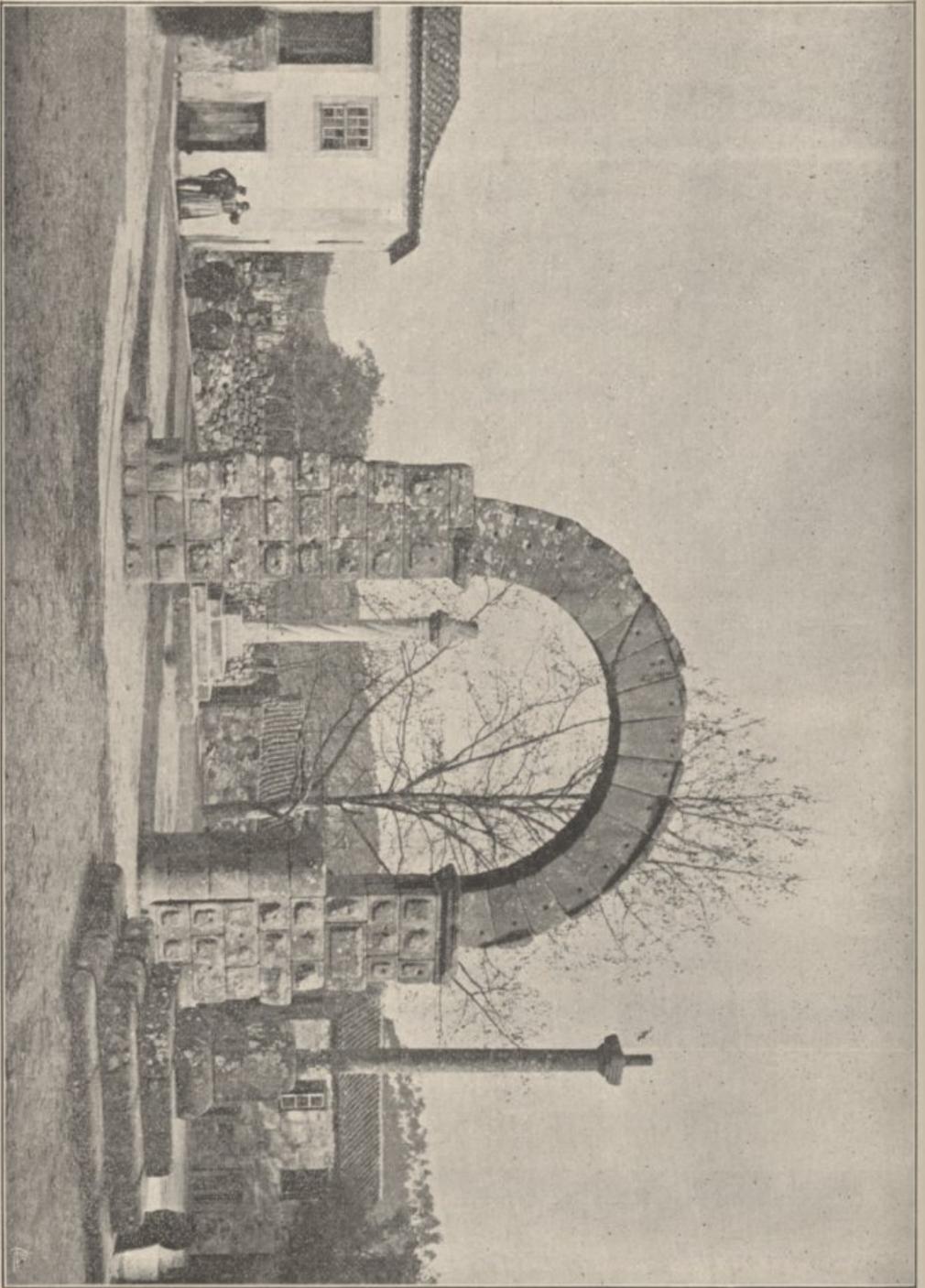
..... quando o Sol a ver os prados,
Que as matutinas lagrimas da Aurora
Tinhão sobre a verdura aljofarados,
Estival recreação da tenra flora.
..... ³

Não lhe passou despercebido o espectáculo majestoso do nascer da lua, com o seu enorme disco, e o aspecto da paisagem da serra iluminada pelo luar, inteiramente diferente do da paisagem diurna :

Como chama de fogo se assomava
A que mayor parece, quando nace,
Que do calor estivo, que a afrontava

¹ V. T. I, 89, 90. — ² V. T. IV, 36. — ³ V. T. II, 40.





Largo da Bobadela com o seu arco romano e pelourinho manuelino.

Sanguina descobria a branca face.
 A Itellifera pompa rutilava
 No campo azul, que o Rey das feras pasce,
 E se mostrava a Serra agradecida,
 Nua de sombras, & de luz vestida ¹.



No *Viriato Trágico* também se encontram referências numerosas e inconfundíveis a essa extensíssima região da Beira, entre o Caramulo e a Estrêla, que êle, segundo vimos, percorreu muitas vezes em todos os sentidos, já a cavalo, seguido pelos criados, em excursões de cerimônia e de passa-tempo, já a pé e de espingarda ao ombro, acompanhado de outros caçadores. Por lá ia fazendo as suas observações de costumes, admirando as belezas naturais tão variadas e interessantes, registando no espírito quanto via digno de nota; e mais tarde, ao escrever o seu poema, essas impressões acudiam-lhe espontâneamente ao espírito, e por vezes as exprimia em hendecassílabos, quando isso vinha a propósito. ;E quantas das numerosas poesias avulsas que êle compôs, e que depois se perderam, não teriam belas descrições do natural, não traduziriam observações e impressões que seriam preciosas para o estudo psicológico do nosso poeta!

Referências a povoações da Beira encontramos algumas na epopeia viriatina. Já mencionámos o que Brás escreveu sôbre Avô, e uma alusão a ARGANIL, *celebérrimo condado* ²; só apontaremos agora o que em especial refere de outras duas vilas, e de uma cidade desta provincia.

A BOBADELA não podia deixar de chamar as suas atenções. De lá era seu pai, lá conheçera e amara sua avó, lá viviam tios e primos seus; e os interessantísimos vestígios que ali se encontravam de importante povoação romana eram de molde para impressionarem qualquer espírito curioso e observador.

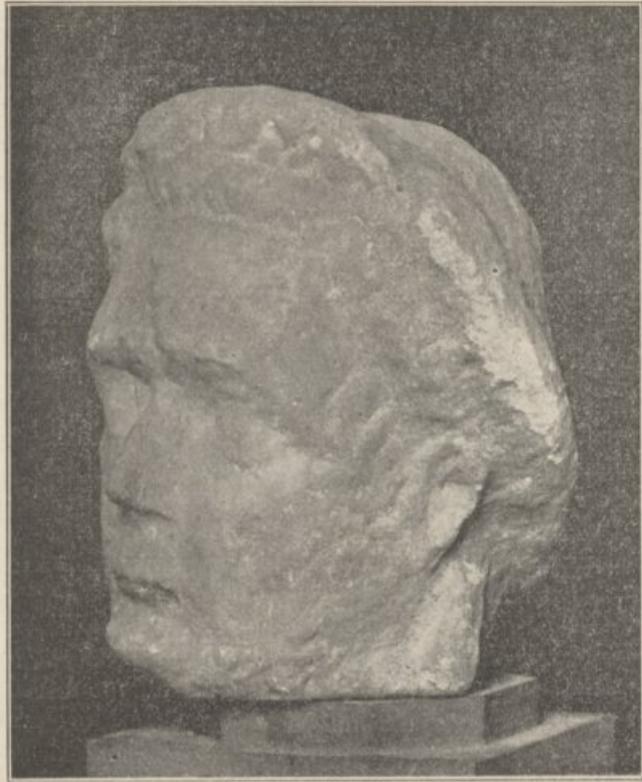
Resistindo à acção destruidora do tempo, e à mais nociva e demolidora acção dos homens, ainda hoje temos, além de outros restos menos importantes, o admirável arco, que foi pórtico não sei de quê, e se conserva de pé por um prodígio de coesão do cimento que liga entre si as aduelas ³, e bem assim uma cabeça majestosa coroada de

¹ V. T. II, 135.

² *Rev. da Univ. de Coimbra*, vol. I; pp. 32 e ss.

³ Na estampa fronteira a esta página reproduz-se a face ocidental dêste arco, o pelourinho manuelino que lhe fica a Leste, e um cruzeiro mutilado que está a Oeste.

louros, medindo meio metro da linha superior da coroa ao mento, e que pertenceu a uma estátua colossal de mármore¹, e ainda algumas inscrições, que foram embutidas na fachada da igreja matriz, construção do meado do século xviii. Tudo reliquias da época romana.



Cabeça de mármore, encontrada na Bobadela.

¹ Esta cabeça foi encontrada em 1844 na Bobadela, e remetida em 1853 ao governador civil de Coimbra, Dr. António Luís de Sousa Henriques Sêco, que a ofereceu ao Museu da Universidade. Em janeiro de 1875 foi pela Universidade depositada no Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra, a pedido da Secção de Arqueologia do mesmo Instituto. Agora vai ser instalada no Museu de Arte Machado de Castro desta cidade.

O meu venerando e prestimoso amigo o sr. dr. Lourenço Justiniano da Fonseca e Costa mandou proceder, haverá 25 anos, a escavações exploradoras no pátio onde aparecera esta cabeça, a ver se achava o resto da estátua. Encontrou-se uma área lageada de grandes pedras de granito, à qual se subia por um degrau, que a acompanhava em toda a extensão que foi possível pôr-se a descoberto; mas não se pôde proseguir, porque teria para isso de se desmanchar uma casa já antiga, ali construída. O benemérito explorador, além desta contrariedade, teve outra, que lhe fez perder a esperança de encontrar a estátua. Viu ali, na adegua duma casa, um pedaço de mármore toscamente partido, da mesmíssima natureza do que

Infelizmente as inscrições perderam a maior parte do valor que poderiam e deveriam ter, porque houve mão bem intencionada mas péssimamente dirigida, que as avivou, e que as deturpou, por interpretação errônea. Estão portanto inutilizadas quasi todas.



Inscrição romana existente na Bobadela.

Intacta só há uma, embutida na alvenaria da tôrre, que diz:

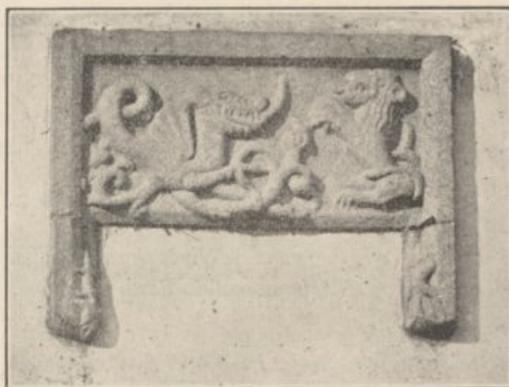
NEPTVNALE

Outra, assente sôbre a verga da porta principal da igreja, deveria dizer:

.....
 SPLENDIDISSIMAE CIVITATI IV
 LIA MODESTA FLAMINICA †

É a esta inscrição que o poeta em especial alude na estância consagrada à Bobadela.

Que remontem ao tempo de Brás Garcia e de seus pais e avós, além dos monumentos romanos, ainda lá restam, muito bem conservados, o pelourinho, no largo da vila, em frente do arco romano, e uma pedra com um interessante motivo ornamental, embutida na parede da casa dos Godinhos. Ambos os monumentos são esculpidos em magnífico granito da região, em estilo manuelino.



Decoração manuelina, esculpida em granito, numa casa da Bobadela.

constitue a cabeça; donde concluíu, com grande probabilidade de acôrto, que era um fragmento da estátua, que em tal hipótese havia sido despedaçada.

† Evidentemente está incompleta. Falta-lhe, pelo menos, uma linha antes

Transcrevamos agora a estância:

Na Vila hoje chamada Bobadella
Esteve antigamente huma Cidade,
Que estaõ, de quanto fosse grande, & bella,
Indiciando vestigios nesta idade.
Gastadas letras a memoria della
Conservão na ruinosa antiguidade,
E Cidade muy celebre a declarão,
Se o tempo escureceo como a chamavão¹.

Também o poeta se refere a POMBEIRO, fazendo-se eco de confusas lendas, em que entram nomes e factos, indevidamente applicados a esta terra². Depois de falar de Arganil, acrescenta:

Ali junto do Alva cristallino
Esteve Aufragia celebre, & potente,
E perto della o monte Columbino,
(Hoje Pombeyro) o mostra claramente;
Donde orando Quitheria de contino
El-Rey de Aufragia, Bispos, & outra Gente
Indusio ao Martyrio, que alcançarão
Naquelle sancto monte, a que illustrarão.

Era Aufragia Cidade bem murada
Bem claro inda se vê no sitio della;
Estava de Romanos presidiada
Tres legoas pouco mais da Bobadella.
.....³.

Mais interessante é o que diz do campo de VISEU e da célebre *cava de Viriato*, que êle visitou apenas regressado do Brasil, e que aprecia com a competência especial que lhe assiste, fazendo algumas referências pessoais dignas de registo, e que a seu tempo aproveitaremos.

À vista de Viséo, hum Rio passa,
Que no calido Estio vagaroso,

das existentes, onde se lia em dativo o nome da cidade ali erguida, à qual era dedicado o monumento; ignora-se como se chamava. Hoje esta inscrição, depois de avivada e deturpada, diz:

SPLENDIDISSIME CIVITATI IV
LIA MODISTA PLAMINIA

A leitura restaurada é de EMÍLIO HÜBNER, *Inscriptiones Hispaniae Latinae*, p. 45, n.º 397.

¹ V. T. IV, 74.

² Vid. SANCHES DE FRIAS, *Pombeiro da Beira*, 2.ª ed., p. 13 e ss.

³ V. T. IV, 92-93.

Com pouco cabedal, & muyta graça
 Divide alegre hum campo deleytoso ;
 Por entre o qual errante se embaraça
 Em retrocida volta preguiçoso :
 Que o seja um pobre, mal se compadece,
 Mas este sendo-o, muy melhor parece.

A hum lado delle sobre o campo ameno,
 A que inda então Viséo não illustrava,
 Fez o Pretor de cava, & terrapleno
 Hum Real, que os fortes de hoje avantajava ;
 Tam bom sitio escolheo, tanto o terreno
 Seus Artifices destros ajudava,
 Tão alta a cava fez, grossa a trincheyra,
 Que inda o tempo a reserva quasi inteyra.

Mil, setecentos, & setenta annos
 Depois de feyta, foy de mim notada ¹
 Por gentil Epiphéria de Romanos,
 Se mais forte, que bem descortinada :
 Parece que o temor dos Lusitanos
 A fez lavrar mais alta, & mais fossada,
 Que inda a Cava se vé, sem ver o Leyto,
 Chea d'agoa, & de terra o Parapeyto.

Com luz quotidiana desta sciencia,
 Com os calos nas mãos, das que lavramos,
 Com trabalhosa, & larga experiencia,
 Me envergonhey do pouco, que hoje obramos.
 A que agora com muyta diligencia

¹ Foi esta indicação cronológica que me habilitou a fixar a ida de Brás Garcia a Viseu logo após o regresso do Brasil. O poeta, como noutro lugar demonstrámos com o seu próprio testemunho (*Rev. da Univ. de Coímb.*, vol. I, pag. 300), tinha na mais alta consideração Fr. Bernardo de Brito, a cujas obras recorria, como a fonte principal e mais lúdima da história, da geografia e da arqueologia da antiga Lusitânia. Ora Fr. Bernardo de Brito fixa no ano 146 a. Chr. a construção destes arraiais do pretor Nigidio, *perto donde agora vemos Viseo* (*Monarq. Lusit.*, parte I, l. III, cap. IV, mihi fl. 216 e ss.), para neles resistir a Viriato. Sendo esta, como realmente é, a cronologia adoptada por Brás, e tendo êle regressado do Brasil em 1632, no caso de ir logo a Viseu deveria dizer que vira a *cava* 1778 anos depois de feita, se quisesse falar com precisão e rigor, e se a metrificacão lho permitisse; mas como se não dava nem uma nem outra hipótese, arredondou o número

Em vista desta cronologia, não pode retardar-se a primeira visita de Brás a Viseu, imaginando-a feita depois de 1640. E, se na estância seguinte o poeta alude aos calos que então levava nas mãos, de ter andado a trabalhar em análogas trincheiras, não foi na guerra da restauração, iniciada alguns anos depois, que tais calos se lhe formaram, mas na guerra contra os holandeses no Brasil, donde Brás Garcia acabava de chegar.

E gente, em mezes seis não acabamos,
 Numa só hora então era acabada,
 Por ninguem desprezar a pà, & enxada ¹.



As belezas desta região vastíssima, compreendida entre a serra da Estrela e a do Caramulo, também captaram as atenções de Brás Garcia e lhe mereceram referências especiais.

.....
 Da Herminia serra, outra se descobre
 Que lhe fica defronte, cara a cara,
 Caramulo chamada, de hum Gigante
 Anthéo della, & do Céu segundo Athlante.

Dista da Estrella huma só jornada
 De terra muyto plana, & dividida
 Por ribeiras, das quais he retalhada
 E quatro Rios, de que está fendida.
 ².

Impressionáva-o aqui muito

..... a formusura
 Graciosa, & dilatada entre estas serras ³;

e que razão de sobra tinha para isso o nosso poeta, pode aquilatá-lo qualquer pessoa que por aqui passe, e tenha olhos para vêr e alma para sentir.

Os panoramas dos altos, em geral, são vastos e muito variados no desenho e nas tonalidades de côr. Suba qualquer apreciador das belezas naturais, nas primeiras horas da tarde dum dia límpido, a serra da Moita pela estrada nacional n.º 12, e ao chegar ao alto, entre os quilómetros 51 e 52 de Coimbra, desvie-se um pouco para Sul pela cumeada da serra, até ao marco geodésico. Quede-se ali, e contemple o panorama que por todos os lados o cerca. Sente um verdadeiro deslumbramento.

Daqui avista toda essa enorme bacia, limitada ao longe pela linha irregularíssima de serranias, cujos dentes recortam vivamente o horizonte. As serras da Estrela, do Colcurinho, de S. Pedro-do-Açôr, Castanheira, Gois, Louzã, Buçaco, Caramulo, Monte-de-Muro e Lapa constituem as curvas mais salientes dessas trincheiras naturais, que contornam o horizonte vastíssimo; dentro delas as terras dilatam-se

¹ V. T. x, 98-101. — ² V. T. II, 125-126. — ³ V. T. II, 129.

acidentadas em ondulações, que vistas lá de cima se esbatem e se tornam suaves, dando à majestade soberana e grandiosa da paisagem um tom de serenidade e tranqüilidade que encantam o espírito.

Impregnada de luz azul, a atmosfera difunde esta côr, em tons de intensidade muito variada, por toda a paisagem, até aos planos mais afastados.

É a região cortada por *quatro rios*, como diz o poeta: Vouga, Dão, Mondego e Alva; e por uma rêde de menores cursos de água ou *ribeiras*, que em grande número regam os terrenos, e confluem para os rios. Sucede freqüentemente, algumas manhãs, ver-se esta enorme bacia sulcada sinuosamente por ténues filetes de nebrina, a marcarem os leitos dos rios e ribeiras; como se a paisagem estivesse pintada em quadro gigantesco, e alguém se entretivesse a traçar sôbre êle a gis a rede hidrográfica.

Brás Garcia passeou muito por toda esta vasta região: nela observou e admirou belezas que o impressionaram, e alguns quadros pintou, singelos e desprezenciosos, de aspectos da natureza colhida em flagrante. Apontemos um para exemplo.

Nesta região a paisagem, nalgumas tardes ao pôr do sol, apresenta uma côr fantástica, entre purpúrea e violácea, como nunca observei em nenhuma outra parte. Quando os últimos raios do sol, incidindo horizontalmente, banham suaves a serra da Estrêla e montes conjuntos, aquela chega a dar-nos a impressão de uma enorme ametista, beijada carinhosamente pela luz. Isto sucede principalmente na proximidade dos equinócios, épocas em que o pôr do sol é seguido dum crepúsculo brevíssimo. É êste fenómeno que o poeta canta na estância seguinte:

Confusos vencem a aspereza, quando
Chegava Phebo aos campos Neptuninos,
Sobre os quais pulveroso está lavando
Os fios de ouro em vasos cristalinos:
Delles sanguineo a luz adelgaçando
Cobria a serra de átomos sanguinos,
Com que já seu crepusculo metia
A tregoa breve entre a noite, & o dia¹.

Mas nem tudo aqui é belo e aprazível; nem sempre a beleza e alegria são apanágio destas terras. Há dias de inverno duma tristeza e monotonia deprimentes.

No Solsticio vernal negava o dia
A face Delia aos olhos, que a buscavão:

¹ V. T. I, 112.

Rayos, trovões, celeste artelheria,
 Com ventos, & com chuvas se alternavaõ.
 Toda a serra de neve se cobria,
 E de nuvês os montes se embuçavão,
 Porque grandes se vem em dias breves
 Ventos, chuvas, trovões, nuvês, & neves.

Não acha a cabra que roer na serra,
 Nem tem a ovelha que tosar no prado,
 Nem o cavallo que fazer na guerra,
 Nem o boy que entender cõ o curvo arado !
 Nem pode a mulla andar de terra em terra,
 Que tudo tem o Inverno embaraçado,
 Porque debayxo estão de colmo & telhas
 Mullas, cavallos, boys, cabras, & ovelhas.

Arde o braseyro, a chaminè fumea,
 Esta aqueuta o comer, aquelle o jogo :
 Carvão se busca, lenha se grangea,
 E quem logo a não acha, o sente logo.
 Com trabalho, melhor se negocea
 O sustento do corpo, que o do fogo,
 Que a cada qual avisa que lhe tenha
 Braseyro, chaminé, carvão & lenha.

Dom Catarro accomete muyta gente,
 Dom Pleuriz com algũa se agasalha,
 Dona Colica dà tão de repente,
 Que faz afigurar logo a mortalha :
 Dona Tristeza reyna geralmente,
 Que como tão geral o Dom se espalha,
 He Dom do Inverno pôr consigo á meza
 Pleuriz, Catarro, Colica & Tristeza ¹.

Quando, porém, os rigores do inverno se atenuam, e desperta a natureza com os primeiros sorrisos primaveris, tudo muda, e a alegria volta com o labutar agrícola.

Já cada qual de canto em canto anda,
 Buscando as esquecidas ferramentas,
 Que vay considerando, & pondo à banda,
 Gastadas hũas, & outras ferrugentas :
 Quais aguçar, & quais renovar manda
 Nas de Vulcano horridas tormentas,
 Que se em tormenta há ventõ, fogo & agoa,
 De agoa, de vento, & fogo, consta a fragoa.

Quem o estreyto Alveão, & a larga Enxada
 Encaba, a cunha aguda rebatendo,

¹ V. T. vi, 12-15.

E quem no curvo Arado a renovada
E proveytosa Relha està metendo;
Quem novo Carro faz, quem nova Grada,
O ferró de perdiz entremetendo,
E quem o torto Jugo, inda advertido
Do Tiraño, que já tinha sofrido.

Já de Ceres a não vay navegando
Com seu Piloto ao leme, que prudente,
Os velhos rumos outra vez aspando,
Governa o leme a porto differente :
Brandindo o mastro vay de quando a quando
Sobre as velas, que esteyraõ lentamente
Seu raso, & natural Mediterraneo
Que estereliza, ou abunda o anno.

Grita o provido velho a seu visinho
Que se erga, que he manhã, que vã ligeyro
A dar ao pobre campo o brando linho
Com o ruyvo tremez seu companheyro.
Seus legumes semea o póbresinho,
Sustento seu, barato, & verdadeyro,
Com que vive mais sam do Sol tostado,
Do que o rico, achacoso, & regalado.

Cuydadoso prepara o bruto neto
Da coyxa as hortas, com que se desvella;
Dos frescos bosques ao pastor de Admeto
Dá salva a enamorada Philomella;
Bayla o cabrito, brinca o potro inquieto,
Sorrisse o prado, brinda a fonte bella,
Zephyro luta derrubando as flores,
Tudo campestre allívio de cultores¹.



De 1632 a 1640 residiu Brás Garcia habitualmente em Avô. ¿ Que fez êle durante êsses oito anos ?

Bento Madeyrá de Castro, fonte quási exclusiva a que os biógrafos posteriores teem recorrido, diz muito pouco, e isso mesmo contém graves inexactidões². Os outros, bordando fantasias sôbre essas informações inexactas, mais se afastam da verdade.

Sanches de Frias corrige um disparate de Costa e Silva³, e um êrro vulgarizado por Camilo Castelo Branco, assentando pela primeira vez que foi em Travanca-de-Farinha-Pôdre, diocese de Coim-

¹ V. T. vi, 19-23. — ² Doc. CXII.

³ SANCHES DE FRIAS, *O poeta Garcia*, p. 43, nota.

bra, e não em S. Salvador de Travanca, bispado de Viseu, como inventara o grande romancista, que se deu uma briga violenta e muito falada, em que foi protagonista o nosso poeta ¹.

Vejamos se algum passo mais se pode avançar.

Sem dúvida que pode. Encontramos esparsas pelo *Viriato Trágico* algumas notas biográficas relativas a êste periodo da vida do poeta, que não teem sido devidamente aproveitadas. As mais importantes encontram-se no canto xv. É o *sonho de Viriato*, ao qual já temos pedido muitos outros traços auto-biográficos importantes.

O pastor do Herminio, vencedor dos romanos em várias batalhas e escaramuças, indo passar o outono às faldas da sua serra, adormeceu um dia no local onde muito mais tarde veio a erguer-se a vila de Avô. *De hum grave sono transportado, sonha estranhezas*, que o poeta *a contar se anima* ². Penetrá com vista profética as idades venturas, e depois de presença muitas cousas que viriam a succeder na série dos tempos, vê surgir ali mesmo, onde estava dormindo, a vila de Avô com os seus *tres edificios sumptuosos, Ponte, Castelo, Igreja*, fundações de D. Dinis.

Continua a visão, tendo por objecto Avô; e, entrando agora o próprio Brás em scena, Viriato

Moderno filho, com mesagra nova
De pedra, vê que tolda a veloz prata,
Com que de hum lado à Patria, que renova,
Novo arrabalde facilita, & ata.
Vê, que restaura tudo, o que se approva
Por mais difficil, & que em fim resgata
A fabrica dos templos, que de velhos
Os faz logo luzir, como huns espelhos.

Repara mais, & vê, que anda cantando
Em numerosos versos seus louvores
Entre jardim, que fez, de quando a quando
Tosando as murtas, & comendo as flores.
Cuyda, que està com elle conversando,
E que a seus rōgos conta os disfavores,
Que a fortuna lhe faz, entremetendo
Os successos do Reyno; assim dizendo ³.

Viriato ouve em seguida o poeta contar-lhe a sua vida até ao regresso do Brasil, narração que é já nossa conhecida. Escutemos agora com o pastor do Herminio a continuação da narrativa auto-biográfica do poeta beirão.

¹ SANCHES DE FRIAS, *O poeta Garcia*, p. 45.

² V. T. XIV, 110. — ³ V. T. XV, 25-26.

Sobre nove annos de importuna ausencia
Torno a gosar da Patria desejada,
Como quem sobre larga penitencia
Se absolve da censura reservada :
De importancia lhe foy minha assistencia,
Pois està com mais obras illustrada,
Que dà mais honra ao que a Patria zela,
Accrescentala, que morrer por ella.

Sete annos festejey (cousa hê notoria)
Juntando nestes valles cortes bellas,
Porque o Monarcha da celeste gloria,
Quarenta horas cada anno assistio nellas.
Dura, & hà de durar sua memoria,
Pella parte que às Musas tocou dellas,
E por outros applausos grandiosos,
Que inda estão repetindo eccos saudosos.

Mas nem bom zelo da inveja escapa,
Que hê geral esta furia de Cocyto,
E em terra não muy grande trazer capa
Mais limpa, que os mais limpos, hê delito :
Este sò desdourar querendo o mapa,
Romper da Emulação, o sobescrito,
Que donde està, se occulta sedo ou tarde
Se ergue qual fumo, se qual fogo arde.

O vêrme a quietação restituído
Me fazia encolher, & sofrer tudo,
Que descanso em trabalhos adquirido,
O não deve arriscar nenhum sesudo.
Por outra parte vendome offendido
De lingoas, seus docéis com ferro agudo
Rasgo com mais rigor, do que propunha ;
Sem propor, rasga a espada, que se empunha.

Eysme julgado ao touro de Perilo
Do vulgo, pello feyto, ou desterrado
Ao berço occulto do longinquo Nilo,
Por tambem ter a Nèmese violado.
Mas sem perturbação, & sem asylo,
Da rezão, & de Amigos ajudado,
Desmentir pude o monstro susurrante,
Que o vulgo he sempre Astrologo ignorante.¹



Analisemos de vagar esta interessante narrativa. Segundo ella, os oito annos foram bem aproveitados pelo poeta em illustrar, bene-

¹ V. T. xv, 62-66.

ficiar e honrar a sua terra natal. Pondo de parte a modéstia excessiva, Brás Garcia gaba-se de que a sua *assistência foi de importância* para a vila de Avô, que *está com mais obras ilustrada*; e, cõscio da sua benemerência, formula, como vimos, o conceito:

Que dá mais honra, ao que a Patria zela,
Acrescentala, que morrer por ela ¹.

E ¿ que acrescentamentos, que obras, que ilustrações foram essas? Vamos vê-lo.



Meses depois de chegar a Avô, quando achou momento oportuno, realizou uma ostentosa solenidade religiosa, a das quarenta horas, assim chamada porque durante êsse tempo se conserva a Eucaristia solenemente exposta à adoração dos fiéis. Segundo o costume das grandes solenidades religiosas, foram concomitantemente organizados festejos profanos e diversões, fazendo-se convites a quanto havia de distinto na província da Beira; assim Avô, durante três dias, assumiu o aspecto de uma *côrte bela*. A poesia teve, como era de esperar, largo quinhão nas festas, fazendo o nosso poeta composições adequadas a celebrar o *Monarca da celestes glória*, cuja visita e assistência era assim solenizada. E, gentil como êle era para o belo sexo, ¿ porque não havia de misturar o estro profano com o sacro, cantando os atractivos de algumas *formosas filhas do Alva*, que andassem com seus encantos e beleza abrilhantando a festa?

A solenidade das quarenta horas repetiu-se daí em diante todos os annos até 1639, promovida e custeada sempre por Brás Garcia, que dela era mordomo e festeiro; e nunca afrouxou, nesses sete annos, do esplendor com que fôra celebrada a primeira. Intervenham sempre *as Musas* em larga escala, e havia muitos *outros aplausos grandiosos*, que mais tarde eram memorados *com saudade* pelos que haviam tido a dita de assistir a tão esplêndidas festas.

O poeta diz:

Sete annos festejei (cousa hê notoria)
Juntando nestes valles cortes bellas ²;

não se deduza porê m desta afirmação que a festa deixou de se celebrar, findos os sete annos. Nestes versos fala dos festejos em que êle foi o planeador, agente, e director, em que foi propriamente o festeiro; de 1639 em diante a festa continuou a fazer-se, à custa dos

¹ V. T. xv, 62. — ² V. T. xv, 63.

la Cruzada

esta natal

que de que a

yo, que esta

luna, forma

que, so que a

que morn por

que opre, que

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

1893

1894

1895

1896

1897

1898

1899

1900

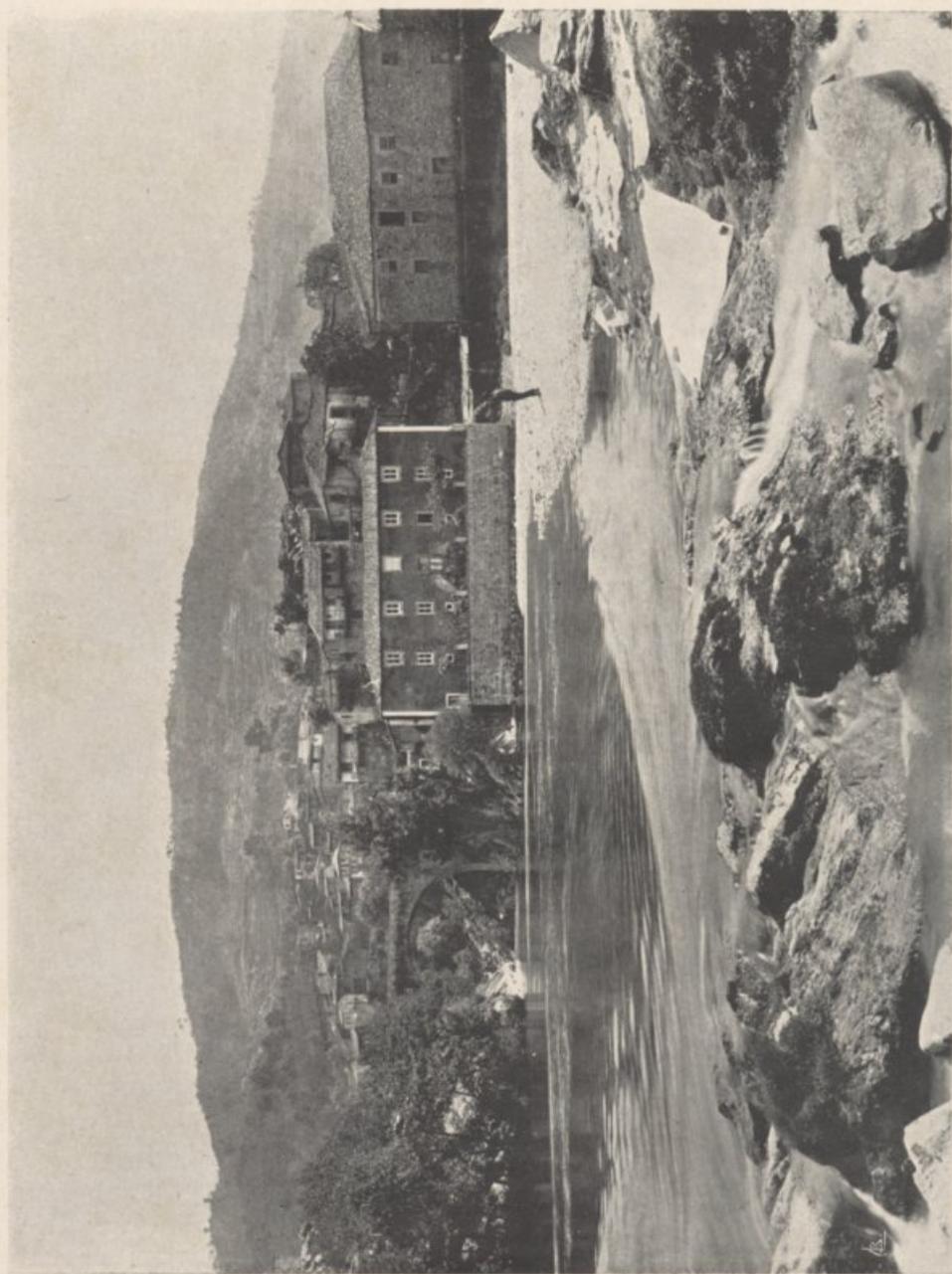
1901

1902

1903

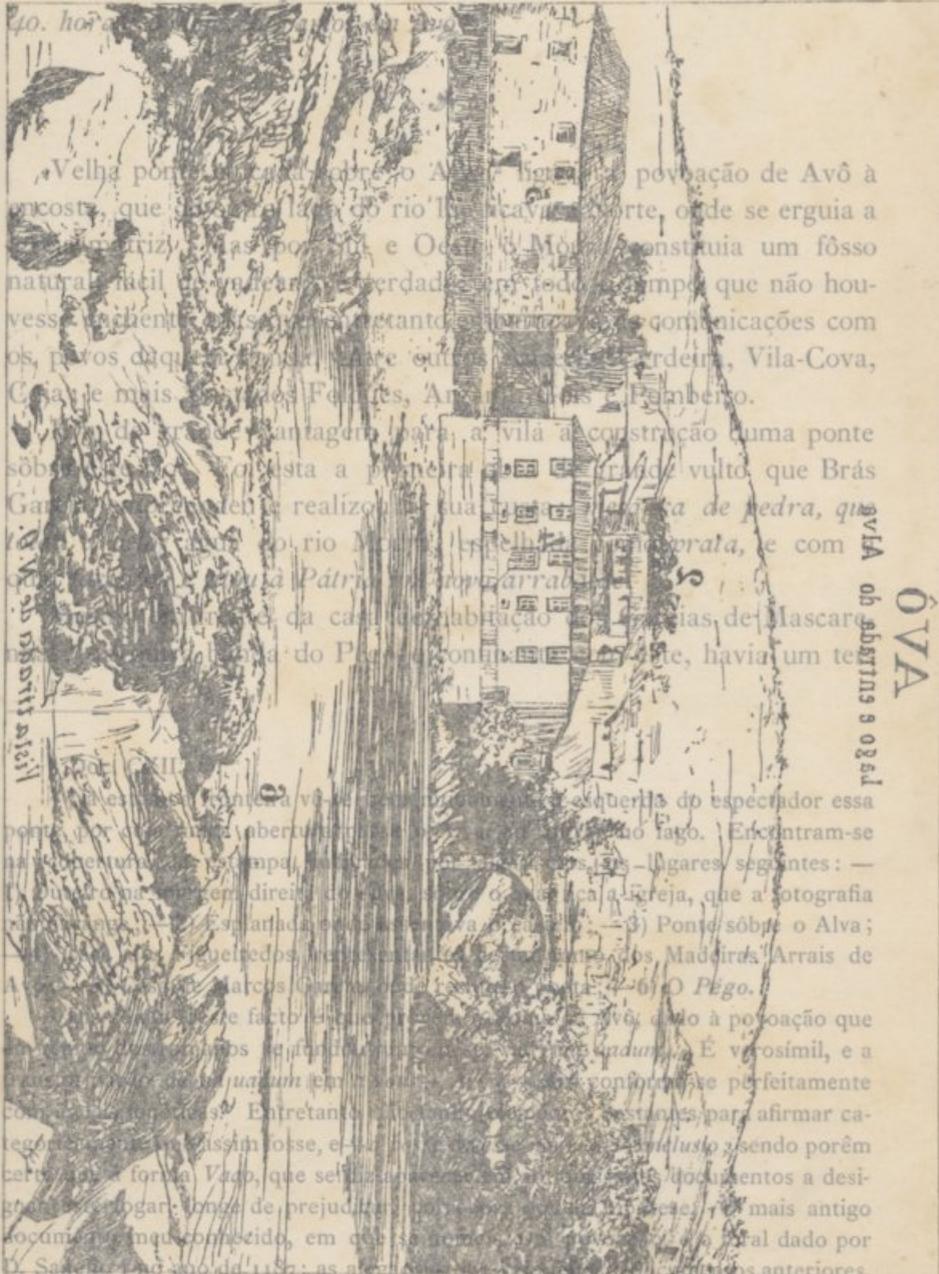
1904

1905



rendimentos que Brás Garcia, como instituidor, para isso estabeleceu; mas as ocupações e cuidados do poeta não o deixaram continuar a ser êle mesmo o mordomo, e por isso a solenidade perdeu o primitivo brilho. Decorridos muitos anos, em 1699, ainda Madeyra de Castro escrevia: — *Aqui instituo, & celebrou cõ versos a festa das*

[181. 192]



Velha ponte, que se erguia sobre o rio... povoação de Avô a... que se erguia a... construiu um fôsso natural, fácil de manter, e que em todos os tempos que não houvesse enchimento, dava acesso a tantos pontos de comunicação com os povos daquella região, entre outros, com a aldeia de Vila-Cova, Casar e mais aldeias de Felices, Amal e Felices e Pambero.

Quando se tratava de ir para a vila a construção duma ponte sobre o rio... a primeira... vulto que Brás Garcia... realizou... de pedra, que... e com... Patria... de Mascarenhas... havia um templo...

Essa ponte... do espectador essa... Encontra-se... lugares seguintes: — 1) ... 2) ... 3) Ponte sobre o Alva; 4) ... 5) ... 6) O Pêgo.

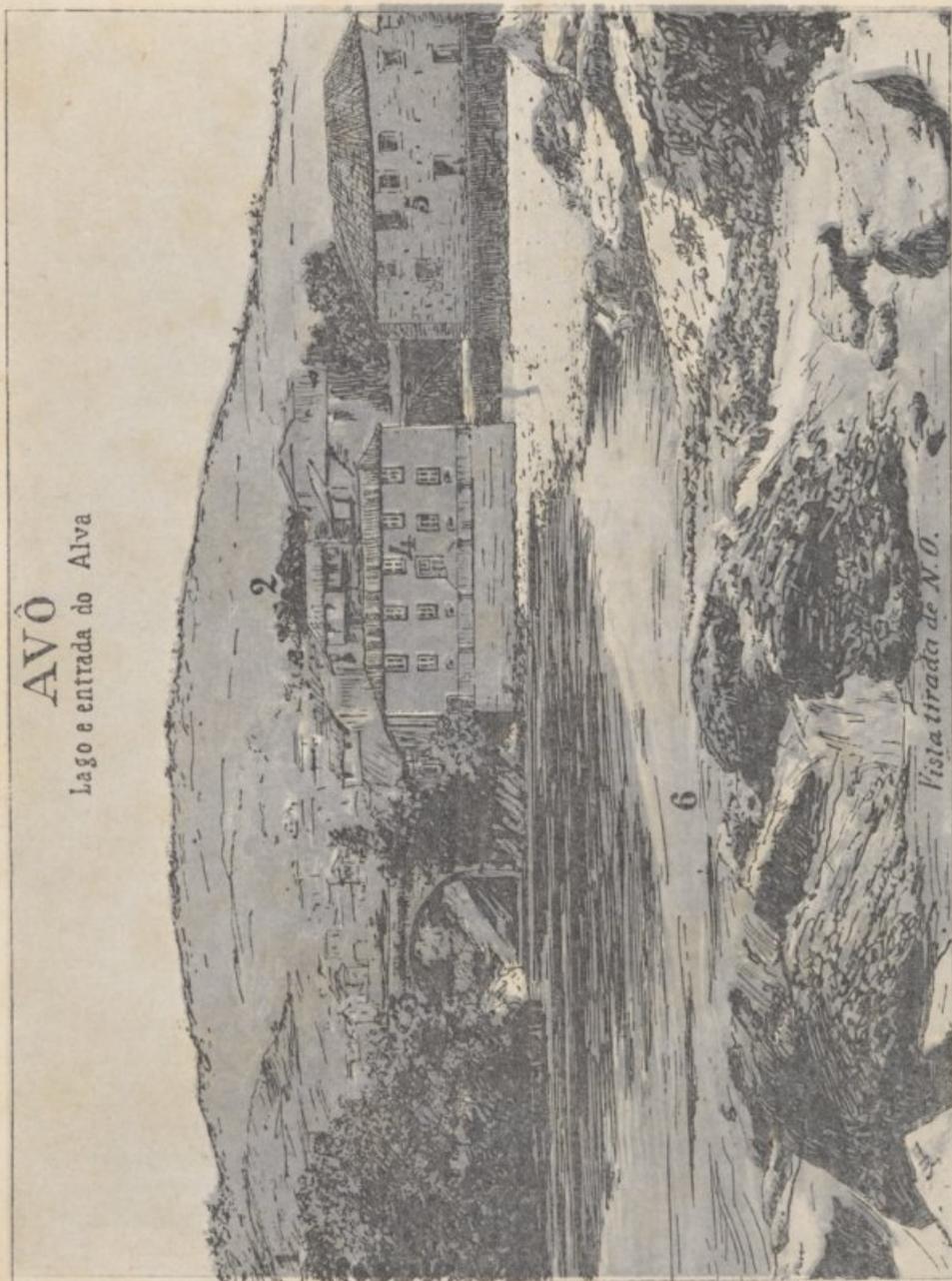
... Avô... a povoação que... É verosímil, e a... conforma-se perfeitamente... Entretanto... para afirmar... assim fosse, e... sendo porém... documentos a designar... mais antigo... dado por... anteriores,

não as posso verificar, por isso não as discuto agora. No mencionado foral nada menos de cinco vezes se lê o nome da localidade, *avoo* ou *avoo*, que perfeitamente se harmoniza com a hipótese referida.

AVIA ob. abstrus e ogal ÔVA

AVÔ

Lago e entrada do Alva



rendimentos que Brás Garcia, como instituidor, para isso estabeleceu; mas as occupações e cuidados do poeta não o deixaram continuar a ser êle mesmo o mordomo, e por isso a solenidade perdeu o primitivo brilho. Decorridos muitos anos, em 1699, ainda Madeyra de Castro escrevia:— *Aqui instituiu, & celebrou cõ versos a festa das 40. horas, q̄ hoje logramos em Avô*¹.



Velha ponte lançada sobre o Alva² ligava a povoação de Avô à encosta, que do outro lado do rio lhe ficava a Norte, onde se erguia a igreja matriz. Mas por Sul e Oeste o Moura constituia um fôssô natural, fácil de vadear³, é verdade, em todo o tempo que não houvesse enchente, mas que entretanto embaraçava as comunicações com os povos daquela banda, entre outros Anceriz, Cerdeira, Vila-Cova, Coja; e mais afastados Folques, Arganil, Gois e Pombeiro.

Era de grande vantagem para a vila a construção duma ponte sôbre êste rio. Foi esta a primeira obra de grande vulto que Brás Garcia empreendeu e realizou à sua custa: *mesagra de pedra, que tolda a veloç* agua do rio Moura, espelhada como *prata*, e com a qual *facilitou e atou à Pátria um novo arrabalde*.

Mesmo em frente da casa de habitação dos Garcias de Mascarenhas, da outra banda do Pégo e confinante com êste, havia um ter-

¹ Doc. CXII.

² Na estampa fronteira vê-se bem nitidamente à esquerda do espectador essa ponte, por cuja única abertura passa o Alva, ao entrar no lago. Encontram-se na cobertura da estampa, indicados por algarismos, os lugares seguintes: — 1) Outeiro na margem direita do Alva, sôbre o qual fica a igreja, que a fotografia não abrange; — 2) Esplanada onde assentava o castelo; — 3) Ponte sôbre o Alva; — 4) Casa dos Figueiredos, representantes de um ramo dos Madeiras Arrais de Avô; — 5) Casa de Marcos Garcia, onde residia o poeta; — 6) O Pégo.

³ Diz-se que dêste facto é que provêm o nome de Avô, dado à povoação que em tempo dos romanos se fundou junto dêste vau (*ad uadum*). É verosímil, e a transformação de *ad uadum* em *a vou* → *Avôo* → *Avô* conforma-se perfeitamente com as leis fonéticas. Entretanto não tenho elementos bastantes para afirmar categoricamente que assim fosse, e — *a posse ad esse non ualet conclusio*; sendo porém certo que a forma *Vaao*, que se diz aparecer em antiqúissimos documentos a designar êste logar, longe de prejudicar, corrobora aquêla hipótese. O mais antigo documento meu conhecido, em que se nomeia esta povoação, é o foral dado por D. Sancho I no ano de 1187; as alegações que vejo feitas a documentos anteriores, não as posso verificar, por isso não as discuto agora. No mencionado foral nada menos de cinco vezes se lê o nome da localidade, *auoo* ou *avoo*, que perfeitamente se harmoniza com a hipótese referida.

reno que pertencia à família do poeta, cujos bens continuavam indivisíveis. A ponte foi construída precisamente no local em que o Moura entra no lago, e ficou ligando directamente o terraço que circunda a casa com o tal terreno fronteiro, onde Brás Garcia tratou logo de plantar e cultivar o seu jardim. Sítio realmente privilegiado; e não seria fácil ao poeta encontrar outro, onde tantos encantos se reunissem. Hoje abandonado, com os muros derruídos, parte escalavrado pelas enchentes, parte invadido pelas areias e cascalho do rio, ainda lá conserva dois velhíssimos ciprestes, que a tradição popular aponta como plantados pelo próprio Brás Garcia; e bem pode ser que a tradição corresponda à verdade. São, pois, em tal hipótese, duas testemunhas do cuidado e amor com que o nosso poeta cuidava do aformoseamento daquele *jardim que êle fez*. Ali passou muitas horas, durante largos anos, conversando com os amigos, fazendo as suas leituras, *de quando a quando tosando as murtas e compondo as flores*; lá produziu muitas das suas composições poéticas ¹.



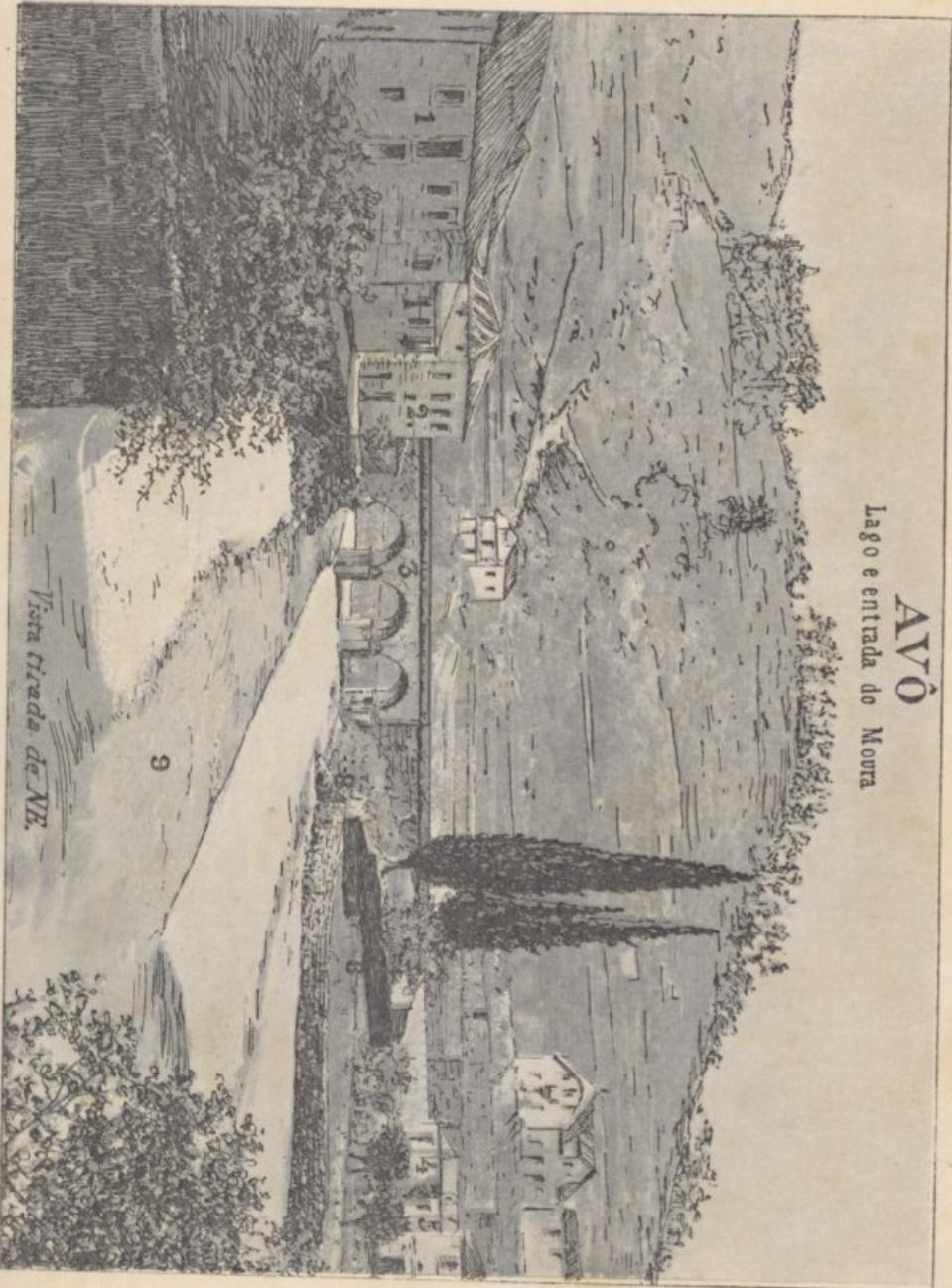
¿ Que outras obras faria Brás para embelezar o seu querido Avô ?

De muitas não nos ficou memória especificada; encontramos apenas no poema referência genérica a obras difíceis e de importância. Viriato, no seu sonho, *vê que êle, o moderno filho de Avô, restaura tudo o que se aprova por mais difícil*.

¹ Vêja-se, na estampa que acompanha esta página, a casa de Brás com o seu terraço, e bem assim o local fronteiro, da outra banda do lago, onde arranhou o jardim, e onde se vêem os dois majestosos ciprestes, a que aludo no texto, e as duas capelinhas conjuntas, a de S. Brás e a de Santo António. Lá se notam ainda bem visíveis os encontros da antiga ponte, para cá da ponte actual. Eis o que se vê digno de nota nesta estampa, com as indicações numéricas da cobertura: — 1) Casa de Marcos Garcia; — 2) Casa reedificada há pouco no local onde modernamente se supunha que fora a residência de Marcos Garcia; — 3) Ponte moderna de Santo António, construída um pouco além do local onde estivera a de Brás Garcia; — 4) Capela de Santo António, mudada do Picôto para aqui; — 5) Capela de S. Brás, edificada pelo poeta; — 6) Terreno onde Brás fez o seu jardim; — 7-8) Encontros da ponte construída pelo poeta; — 9) O Pégo.

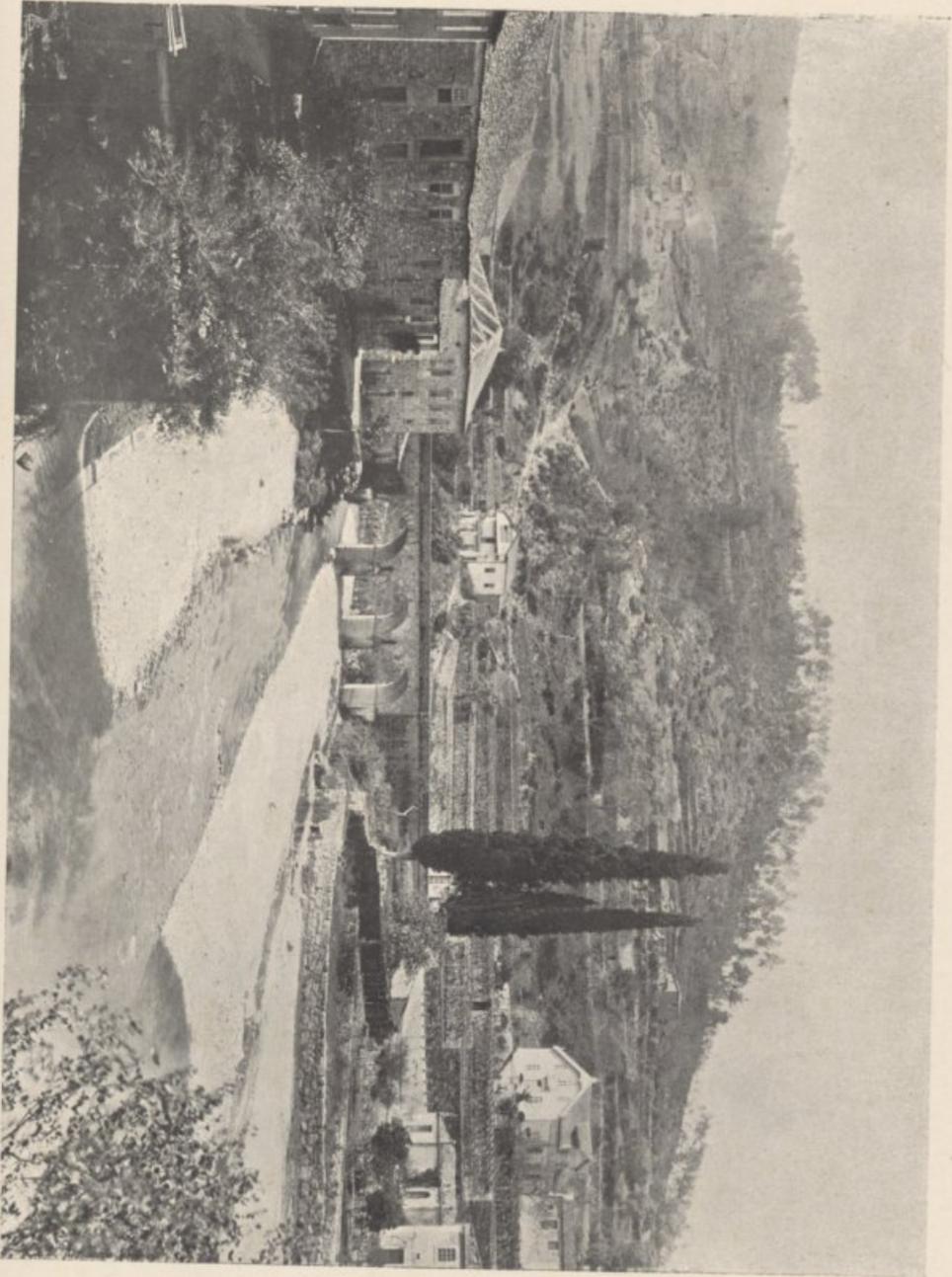
Tinha dois arcos essa ponte mandada fazer por Brás, e conservou-se até aos princípios do século XIX. Desabou com uma enchente do rio, não sei em que ano, lançando-se então uma ponte de madeira sobre as ruínas da de pedra. Haverá meio século, mandou a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital reconstruir a ponte de Brás Garcia, com os seus dois arcos, aproveitando os antigos encontros e fundamentos; mas volvidos anos desabou de novo, a 8 de setembro de 1878. Foi depois construída pelas Obras Públicas um pouco acima a que ora lá existe, para dar passagem à estrada distrital n.º 106.

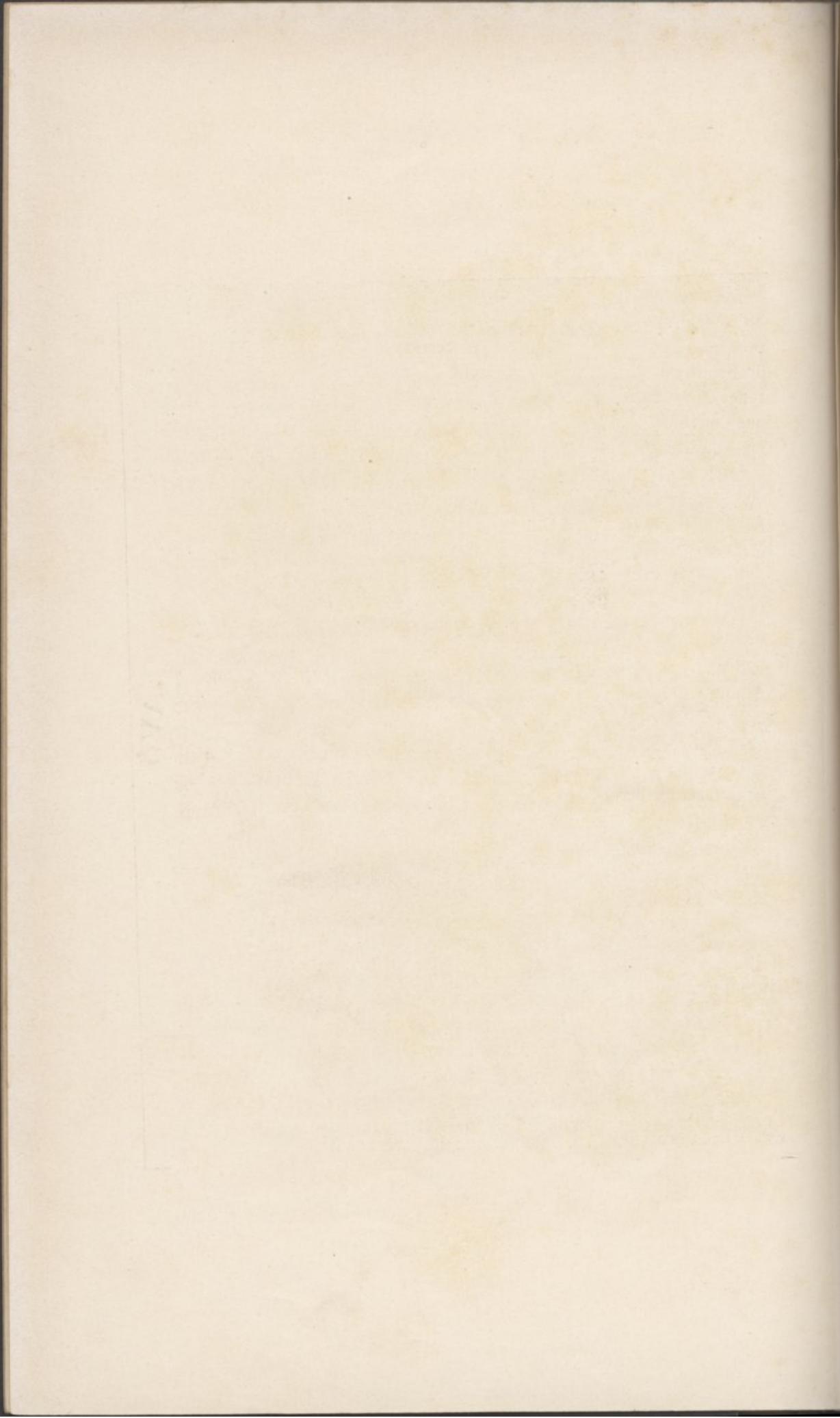
AVÔ
Lago e entrada de Moura



Vista tirada de NH.

9





Por último chamam a sua atenção a igreja e capelas da vila, que uma pela sua vetustez, as outras pelo seu mau estado de conservação, precisavam de restaurações e reformas.

Havia em Avô, além da igreja paroquial, que era, como já disse, do princípio do século XIV, algumas capelas, tais como a venerada ermida de Nossa Senhora do Mosteiro, a capela de S. Miguel junto do castelo, e a de Santo Antão no adro da matriz. Não sei em quais realizaria obras:—na matriz com certeza; na capela do Mosteiro probabilissimamente; na do castelo (de que hoje só restam as paredes), o retábulo e o arranjo interno, se são exactas as recordações que conservo, eram do meado do século XVII, e por isso não ultrapasso o campo das probabilidades supondo que ali andasse a iniciativa, dinheiro e direcção de Brás. Quando eu entrei pela primeira vez, haverá uns 35 anos, nesta última capela, ainda o altar com o seu retábulo estava completo, conservavam-se restos da pintura, mas a imagem do padroeiro já havia sido removida para a igreja paroquial, onde ainda se conserva. O letreiro pintado por cima do altar

HVNDE HOC MIHI VT MATER DÑI VENIAT AD ME

indicava que, embora o titular do pequeno templo fosse S. Miguel Arcanjo, ali se venerava também a mãe do Baptista, ou se comemorava a visitação da Virgem.

Caições, pinturas, douramentos dos retábulos, tudo o que contribuíra para o maior embelezamento e lustre desses santuários, mandou Brás fazer; e depois, desvanecido a olhar para a sua obra, estava no direito de se gabar, que resgatara

A fabrica dos templos, que de velhos
Os faz logo luzir, como huns espelhos¹.

Duas capelas porêm foram construídas de nôvo por Brás Garcia, simultâneamente, bem próximas, e à vista uma da outra: no seu jardim uma dedicada ao Santo do seu nome; no *Picoto*, pequeno ilheu granítico que surge no lago, outra tendo por titular Santo António.

Quanto à de S. Brás tenho razão para supor que foi construída aí por 1635, quando o Dr. Manuel Garcia, deixando o priorado de Travanca, veio residir permanentemente para Avô. Com esta minúscula ermida satisfez Brás a devoção que consagrava ao santo do seu nome, obviou à comodidade de seu irmão, que escusava de ir mais longe para celebrar a sua missa quotidiana, e deu satisfação à prosápia da sua familia tendo capela privativa, com capelão graduado

¹ X. T. xv, 25.

e qualificado. Depois da morte do poeta, continuou Manuel Garcia a usufruir como sua a capela de S. Brás, onde dizia missa habitualmente; e a 30 de março de 1660 obrigou-se o padre Pantaleão ¹, em conformidade com um contrato previamente celebrado entre todos os irmãos e irmãs que ainda viviam ², a fazer entregar ao convento do Buçaco, *por morte do Padre o Doutor Manuel Garcia, ... hum Calix de prata*



Recanto das duas capelas conjuntas, de S. Brás e de Santo António, vendo-se a porta de entrada da de S. Brás.

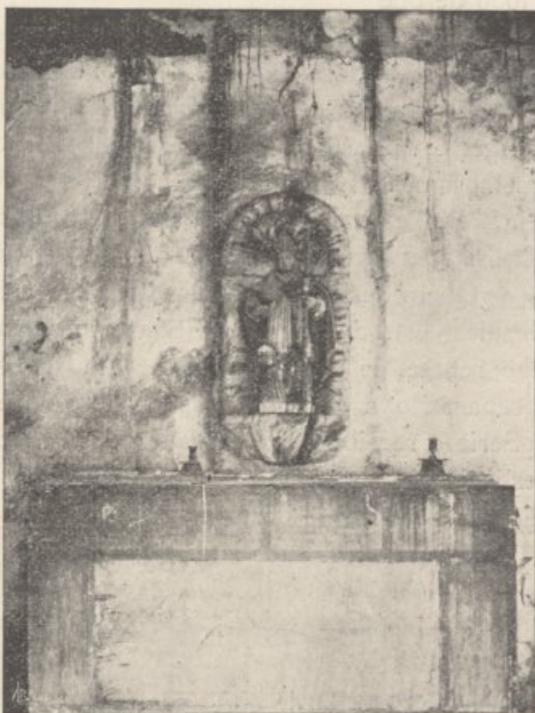
com mais ornamento que tem em assua capella de Avó, a fim de ficarem servindo na capela de S. José, na igreja daquelle convento.

Pelo que diz respeito à capela de Santo António, não tenho encontrado nos documentos nenhuma referência à época da sua edificação nem ao fundador: mas sendo ela mudada da sua situação primitiva, a meio do lago, para junto da de S. Brás, ficando as duas a formar um só edificio, e tendo-se aproveitado nesta mudança os materiais, succedeu que as cantarias da cornija da de Santo António se adaptaram tão perfeitamente às que existiam na de S. Brás, que parecem uma continuação delas; o que é inexplicável, a não aceitarmos a hipótese que as duas capelas foram construídas ao mesmo tempo, e as cantarias ali aparelhadas pelos mesmos pedreiros, cingindo-se aos mesmos moldes. Em ambas as capelas terminam as pilastras por um pedestal, encimado por uma pirâmide. Há, porém, entre as duas a diferença de ser bastante maior a de Santo António, e de ter a porta rectangular, emquanto a de S. Brás a tem de arco.

¹ Doc. XCI. — ² Doc. LXXXIX.



Do que fica exposto se conclue que Brás Garcia era generoso, que não se retraía de gastar, e gastar à larga, os meios que tanto lhe haviam custado a grangear, dispendendo-os em festas de que não colhia proveito, em obras que não eram suas, mas da povoação, e em melhoramentos de propriedades que pertenciam, não a êle, mas indevisamente à familia. Isto, se por um lado mostra o génio desinteressado do poeta, por outro revela-nos que êle não tinha ideia de se casar, não pensava em constituir familia própria. Pois se até o jardim, em que despendera tantos cuidados, amor e actividade, onde erigira a capelinha ao santo do seu nome, e que era servido pela ponte que tão grossa soma lhe custara, ;êsse mesmo não era propriedade sua!



Altar e imagem da capela de S. Brás.

Vemos, 25 anos depois da morte do poeta, e quando eram já falecidos os irmãos, as duas últimas irmãs sobrevivias considerarem êsse jardim, já então transformado prosaica e utilitariamente em horta, não como propriedade dos filhos de Brás, mas pertença comum delas, como já o fôra também dos outros irmãos falecidos ¹.

Estou a ver que o desgosto que tivera com os seus primeiros amores lhe radicara no espirito o propósito de não casar; e como os irmãos seguiam a vida clerical, e as irmãs solteiras já não mudariam

¹ «E assim mais huma orta que está por baixo da ponte nova, à porta de Sam Brás, que parte com o Rio Alva, e casal de Antonio Francisco». — *Escritura de instituição de vínculo feita por Isabel Garcia e Antônia Garcia a 27 de janeiro de 1681.* (Doc. CVII).

de estado, os bens de toda a familia passariam para os filhos de Felicidade, aos quais a casa paterna, abastada como era, bem chegava para viverem na abundância, sem precisarem do que lhes viesse de Avô. Por isso podia êle gastar o que era seu, como lhe aprouvesse, sem fazer reservas e sem dar satisfações a ninguém.

Parece-me ser êste o propósito e pensar do nosso poeta, no período de que nos ocupamos.

E mais convencido fico da realidade desta minha suposição, ao vê-lo mais tarde, depois de casado e pai de filhos, esfaltar-se a justificar e exaltar os que trabalham por *ilustrar com obras* a pátria, chegando até a afirmar que maior mérito há em acrescentar com melhoramentos a sua terra natal, do que em sacrificar a vida por ela. Deixa-nos a impressão de que, ao escrever isto, discutia mentalmente com alguêm, de pensar adverso, que o contraditava.

¿ Quem seria êsse contraditor desconhecido, a quem êle queria inculcar esta doutrina? ¿ Seria a consciência, que principiava a dar-lhe rebate de que deveria ter sido mais previdente e económico, preparando a seus filhos uma situação desafogada e independente? ¿ Seria o receio de que mais tarde os próprios filhos o acusassem de esbanjador, querendo êle antecipadamente justificar-se dessa possível acusação, para êle bastante dolorosa?

Bem pode ser tudo isto.



Neste período de oito anos é que o estro poético de Brás Garcia se tornou mais produtivo, cultivando o nosso poeta as Musas em horas e dias de repouso que passava em Avô. Com excepção do *Viriato Trágico*, são dêste período quasi todas as composições que deixou coligidas em volumes, e de que nos dá conta o seu biógrafo Madeyra de Castro.

Pena é que êste benemérito fidalgo, que muito bem conhecia êsses volumes, não tivesse a lembrança de, à custa de suas grandes rendas, editar todos êsses cadernos de variadas rimas e assuntos, como fez ao livro que continha a epopeia, e que êle, no seu critério patriótico, considerou a mais preciosa joia do talento do poeta, e *morgado de sua affeição*.

Mas lamentar não é censurar. Só louvores e agradecimentos são devidos à memoria de Bento Madeyra de Castro, sem o qual nem um único verso possuiríamos de Brás Garcia, cuja memória se teria esvaído completamente.

Não conhecendo, infelizmente, essas poesias, registemos aqui ao

menos a indicação sumária que delas faz o illustre biógrafo, que compulsou e leu os volumes manuscritos que as continham. Ei-la:

— *Celebrou cõ versos a festa das 40. horas, q̃ hoje logramos em Avô;*

— *festejou muytos Santos cõ Comedias, que ainda existem pera credito de seu engenho;*

— *mais deu à luz hum Tomo de Sanctos, & Remanses varios, dignos de aureos caracteres, que da sua letra hoje existem;*

— *sobre tudo suspira nosso affecto por hũ Tomo, que cõpoz quando se voltou do Brasil, intitulado Ausencias Brasilicas, pois nesses copiosos cadernos, que durão, nos excita as saudades do que quasi gastou o tempo, & o descuido.*

Mais tarde diremos qual o destino que teve toda essa bagagem literária, que existia quando Madeyra de Castro escreveu o seu *Breve resumo*¹ para publicar à frente do *Viriato*; bagagem que entretanto já se achava a êsse tempo bastante depauperada pelo descaminhò que haviam tido muitas composições, por culpa do *tempo* e do *descuido*.



Mas longas horas de aborrecimento devia êle também passar, especialmente naqueles feíssimos dias de inverno, e nos intermináveis serões respectivos, quando o frio, o vento, a tempestade cá fora se fazem sentir duramente, não permitindo sequer que se deite a cabeça à janela ou à porta. Aproveitava nesses dias a reclusão forçada, *cantando*, isto é, compondo os seus versos²; mas não podia estar sempre em convívio permanente com as Musas, e tinha necessidade de outras diversões domésticas.

Então vinham os amigos, ora uns ora outros, juntando-se para a conversa e para as partidas de jôgo.

Lá dentro, na cozinha, as senhoras e as criadas aqueciam-se de volta da fogueira, contando contos de mouras encantadas e de princesas cativas, e ao mesmo tempo iam vigiando as panelas e caçarolas, onde se preparava a refeição. Na sala o velho Marcos Garcia, que não abdicava dos seus direitos patriarcaes no seio da família, fazia as honras da casa aos amigos de seu filho; e êstes, sentados ao redor da clássica braseira de cobre, conversavam, e deleitavam-se a ouvir as narrativas animadas e interessantes, que Brás fazia das suas aventuras, ou a recitação de algumas das suas poesias.

¹ Doc. CXII. — ² X. T. xv, 104.

Depois trazia-se uma pequena mesa, que se collocava sôbre a braseira. Dispunham-se as cartas, e começava a partida de jôgo. Não é fantasia nossa, mas noticia dada pelo poeta, ao dizer-nos que no inverno

Arde o braseyro, a chaminè fumea,
Esta aquenta o comer, aquelle o jôgo ¹;

e mostra-se-nos familiarizado com a terminologia então usada pelos jogadores de cartas, que êle applica ao jôgo de armas:

Que em jôgo de Armas, que tão mal se aparta,
Todos perdem por mais, & menos Carta.

Como quem a Primeyra està jogando,
Que com reinvide o do invite empenha,
E o ponto mostra em que ganhou cachando,
Porque quando tiver jôgo, lha tenha;
Cuyda que pouco, & pouco o vão picando
Pera que a reinvidar o resto venha,
E tão medroso em tais invites se acha,
Que mais lhe ganha o que mais lhe catcha.

Vendo os cabos, que perde, & não bravea,
Cada qual lhe faz hum, & outro assinte;
Mas quem no jôgo muytas mãos cachea,
Mais perde em hũa, do que ganha em vinte.

..... ²

A certa hora interrompia-se a jogatina, porque uma criada viera anunciar que estava a ceia pronta.

Lá iam todos então para a lareira, onde crepitava um fogo alegre e vivo. Dum e outro lado da fogueira havia duas mesas estreitas, cobertas de alvas toalhas de linho, sôbre as quais se enfileiravam os pratos e copos, e fumegavam as caçarolas, exalando aroma apetitoso, capaz de tentar qualquer anacoreta. A meio de cada mesa pousava solene um grande pichel de estanho, cheio de magnífico vinho da região. Bancos de madeira se estendiam entre as mesas e as paredes, onde os convivas se sentavam com os pés chegados ao lume.

Fazia-se honra à ceia, que decorria alegre. Brás Garcia associava-se aos amigos, comendo bem e conversando muito expansivamente; mas às libações báquicas dos comensais correspondia bebendo água. Do vinho apenas apreciava o aroma.

O vinho velho sempre hé mais cheyroso,
Dos corpos (não do meu) alegre amigo ³.

¹ V. T. VI, 14. — ² V. T. XVIII, 52-54. — ³ V. T. III, 5.

Opíparas e extensas eram essas ceias, segundo o uso daquele tempo, contrastando com a simplicidade e brevidade das antigas, contraste a que se refere o poeta :

Com Albano, & Lisias o convida
 Pera a cea, que estava preparada,
 Não como as de hoje esplendida, & comprida,
 Mas como as de então breve, & moderada ¹.



Não se imagine que Brás Garcia viveu durante êsses oito anos em constante paz e sossêgo, gozando em doce tranquilidade ininterrupta as delícias de se ver amado, respeitado e admirado por todos, grandes e pequenos, como tinha direito a esperar. Não. Teve pelo contrário, na sua querida vila natal, épocas críticas de graves dissabores, desavenças e lutas, tanto mais estranháveis e dolorosas, quanto mais injustas eram, traduzindo a vilíssima inveja de vizinhos, e a negra ingratidão de beneficiados.

Apesar de nenhum dos biógrafos do poeta ter feito referência a tal facto, êle é certo e incontestável; mas pormenores não se conhecem, e temos de nos contentar com o que Brás nos diz no canto xv do seu poêma, em três estâncias consecutivas (64-66) das há pouco transcritas :

Mas nem bom zelo da inveja escapa, etc.

Até hoje tem-se suposto que estas estâncias se referem ao caso, muito falado e *memorando*, do priorado de Travanca-de-Farinha-Pôdre, de que vamos em breve ocupar-nos, ao qual o poeta consagra as estâncias 67-70, que a seu tempo transcreveremos; mas, lendo com atenção o texto, fácilmente se verifica que êstes dois grupos de estâncias se referem a acontecimentos diversos, perfeitamente distintos. São duas narrativas de factos estranhos entre si, qualquer delas completa, principiando por um pequeno exórdio, em que o poeta diz qual a causa dos desgostos que vai narrar, e rematando pelo desenlace. Fazer das sete estâncias uma narrativa única dum mesmo facto, é querer remar contra o bom-senso para obter uma monstruosidade obesa, disforme, contraditória, ininteligível. Isto só se explica por inadvertência, por ligeireza de leitura. A narrativa que

¹ V. T. II, 132.

tem por assunto o caso de Travanca, apenas principia na estância 67:

Cuydava hum tempo, que nas mãos estava, etc.,

e nada tem com a anterior.

Vamos à primeira, que deixamos tanscrita, e que refere factos passados em Avô no decorrer dêste periodo da vida do poeta.



Brás Garcia, segundo o que temos visto, logo que voltou do Brasil, principiou a ser a figura predominante, mais em evidência e destaque no pequeno meio avoense.

Surgem sempre nas terras pequenas ódios mesquinhos, invejas, malquerenças, contra quem se eleve acima do vulgar, ou do já consagrado tradicionalmente, quer êsse destaque provenha de talentos e virtudes excepcionais, de préstimos e serviços generosamente facultados, quer de meios de fortuna que o visado possuia e fausto de que se cerque.

Começam logo a ferver à boca pequena os ditos picantes, as insinuações malévolas, as calúnias, a principio propagadas a medo, ao ouvido da comadre e do vezinho, mas depois repetidas ao soalheiro, e por fim divulgadas. Atrás da calúnia veem os seus frutos naturais: as desconsiderações, faltas de respeito, e até, quando chega o momento oportuno, o insulto soêz cara a cara. A estas consequências naturais da difamação obsta muitas vezes o temor, quando no difamado há energia para se desafrontar.

Brás Garcia não estava imune de ser vítima de malquerenças. *¡Nem o seu bom zêlo escapou da inveja!* ¡Pois se a humanidade é assim, cheia de mesquinhezes, de maldades vis e ignóbeis!

E em terra não muy grande trazer capa
Mais limpa, que os mais limpos, hê delito!

As línguas viperinas foram insinuando o veneno; começou-se a rosnar a meia voz, e em breve era o poeta prevenido do que se dizia.

¿Em que consistiam essas insinuações envenenadas, êsses ditos caluniosos? ¿Donde partia a calúnia?

Não o diz o poeta, e nós, apesar de conhecermos um pouco a sociedade de Avô dessa época, não podemos indigitar êste ou aquele como inventor ou propagador da calúnia. É possível que nem o próprio Brás o podesse fazer, porque geralmente o caluniador é corbarde: faz o tiro, e fica escondido.

Quanto aos boatos, insinuações e acusações, é provável que fossem vários, e a êste respeito não é difficil formar conjecturas e hipóteses verosímeis, algumas até prováveis. Aqui vai uma. De certo não se esqueceram os inimigos de Brás Garcia de lançar suspeitas ou formular acusações concretas sôbre a legitimidade com que fôra grangeada no Brasil a sua fortuna. Era então, como é hoje, a sorte que espera quasi sempre na sua terra os que, saindo dela pobres para países remotos, decorridos anos voltam ricos, embora à custa de honrado e custoso trabalho. Parece-me que podemos aceitar, como hipótese muito provável, que esta seria uma das acusações caluniosas.

Mas houve outras; e duma dessas calúnias, que então se divulgaram, fui encontrar um eco tardio nos depoimentos das testemunhas no processo *de genere* para a ordenação de Tomás de Aquino, filho do poeta.

Correu o boato, que naquela época era cheio de perigos e conseqüências terríveis, de que Brás Garcia trazia nas veias sangue *infecto!* Era mil vezes peor ter a desgraça de ser conspurcado por tal rumor, do que sofrer a acusação de ladrão, assassino, gafo, traidor ou empestado. Surgia logo a visão apavorante dos cárceres inquisitoriais, com todos os seus horrores e com todas as suas torturas, divisando-se lá ao fundo a pompa, diabólicamente tétrica, dos autos-de-fé; sentia-se desde então, como que impressa na fronte com um ferro em brasa, a nota infamante, muito mais ignominiosa do que a grillheta do condenado, que acompanhava a vítima até à morte, privando-a de todas as honras e distinções, de todos os cargos honestos, de que eram excluídos os que tivessem sangue *de infecta nação!*

Invocando-se remeniscências, já quasi apagadas, de leves rumores que em tempos antigos tinha havido, espalhou-se que Leonor Fernandes, que viera das bandas de Tomar, e casara com Henrique Madeira Arrais, fidalgo avoense, era *mourisca*. Trazer nas veias sangue *de judeu, mouro, mulato, ou de qualquer outra infecta nação das condenadas em direito*, era a suprema ignomínia; e o povo, no seu fanatismo estúpido, na sua maldade reles e boçal, não fazia indagações, contentava-se com o mais leve boato, e sentia vil prazer ao arremessar às faces de alguém o supremo insulto, que consistia no epíteto de *judeu*.

Brás Garcia, pela linha materna, era 3.^o neto daquela Leonor ¹.

Ninguém certamente se atreveria a chamar-lhe *judeu* cara a cara; quem tal fizesse receberia resposta adequada, pronta e sem réplica. Mas a murmuração, a calúnia vil e traiçoeira, lavrava na sombra, a

¹ *Esq. geneal.* III.

alastrar anónimamente, sem que a ninguém pudesse exigir-se a responsabilidade.

Chegou porém o momento em que alguém, num golpe de ira, se fez eco dêsse boato, arremessando o epíteto de *judeu* ao padre Simão Madeira, o velhinho ermitão de Nossa Senhora do Mosteiro, tio-avô materno de Brás. Esse alguém, que, olvidando as suas relações e a sua posição social, impensadamente cometeu tal desatino, era um amigo de infância de Brás, o padre Roque Dias de Matos¹, que então exercia a paroquialidade em Avô. Expiou a sua leviandade. Foi como réu chamado aos tribunais, e, intimado a provar o que dissera, alegou o rumor corrente. Fez-se a prova em contrário a êsses rumores, e o padre Roque foi condenado como caluniador². Certamente por trás do velho padre Simão, que figurou como autor, estava Brás Garcia a promover o andamento do processo, para não perder esta boa ocasião, que se lhe oferecia, de purgar a sua família e castigar a calúnia.



¿Mas o que fazia ostensivamente Brás Garcia, enquanto os rumores iam engrossando e as calúnias se propagavam?

Durante algum tempo não fez nada. Dissimulava, fingia-se desconhecedor dos boatos que corriam, por evitar maiores inquietações, pois de trabalhos estava êle bem escarmentado. Além disso, repito, o caluniador, com toda a sua vileza e cobardia, tem o condão de ferir,

¹ Vid. *Rev. da Univ. de Coimbra*, vol. I, p. 29, nota.

² Transcreverei do depoimento de Bento de Paiva, testemunha no mencionado processo de *genere*, a passagem seguinte: — «... disse elle testemunha que sendo vigairo da igreja de Avô Roque dias de mattos tiuera duuidas com o padre ermitão Simão madeira e lhes chamara christão nouo (*outras testemunhas dizem que fora iudeu o termo injurioso*) de que elle lhe leuou huma iniuria e prouou ser christão uelho e o dito vigairo desia que no dito Simão madeira auia a dita Raça por decender de huma molher que uiera de Tomar que chamauão a Regateira da qual tam-bem era decendente o dito bras gracia mas ele testemunha sabe que o dito Brás gracia tinha tres irmãos clerigos e hũ frade e elle era caualleiro professo da ordem de Sam Bento por donde a dita fama ser falsa e o dito ordinando e seus ascendentes serem christãos uelhos como dito temõ. — Doc. XCVI.

Ainda hoje existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo o processo de habilitação para familiar do Santo Offício de António Madeira, presbítero, licenciado em Cânones, filho de António Madeira e de sua molher Isabel Mendes, de Viseu, e neto paterno dos referidos Henrique Madeira Arrais e Leonor Fernandes (vid. *Not. geneal.* II, 15; — *Esq. geneal.* II, 19). Lá aparece também o rumor e fama de que esta sua avô era de sangue mourisco, apurando-se judicialmente a falsidade de tal boato (cf. *Rev. da Univ.*, vol. I, p. 22, nota 1).

ocultando a mão que vibra a arma traiçoeira, e inutilizando assim qualquer tentativa de desfôrço.

Mas um dia a paciência esgotou-se-lhe. Houve qualquer ofensa directa e pessoal, hoje impossível de determinar. Não sei em que consistiu o agravo, mas sei que foi de lingua, e que partiu de pessoas a quem bem podia exigir-se responsabilidade.

Brás Garcia não esteve com hesitações. Castigou; mas castigou *com mais rigor do que propunha*. ¿Como? Ignoro-o, pois o poeta apenas diz, na sua linguagem figurada:

..... seus doces com ferro agudo
Rasgo com mais rigor do que propunha;
Sem propor, rasga a espada, que se empunha¹;

expressões em que se me afigura descortinar que o castigo infligido machucou muito gravemente as prosápias de grandeza e nobreza dos culpados.

O que é certo é que essa desafronta ofendeu bastante e irritou os sentimentos do vulgo, que deu razão aos caluniadores, e se manifestou tão hostil ao poeta, que, se pudesse, o sentenciaria a morte tormentosa. ;E era essa mesma rústica plebe que poucos anos antes, logo após o regresso de Brás, se quedava junto dos caminhos a contemplá-lo em admiração encolhida e respeitosa! ;Sempre a mesma inconstância de sentimentos na eterna criança!

Pela sua parte o castigado, ou os castigados, deram-se por ofendidos, e chamaram aos tribunais Brás Garcia, que se viu mais uma vez obrigado a dar à justiça contas do que fizera. E, ao que parece, o caso era sério.

Desta vez, porém, o poeta não se perturba, nem se homizia. Apresenta as suas alegações, e, *da razão e de Amigos ajudado*, consegue saldar as contas com a justiça, e desmentir o *monstro sussurrante*, que outra cousa não é o vulgo, no dizer de Brás. Mas ficou sabendo melhor, e ainda à sua custa, o que eram os processos forenses, e quanto tempo, paciência, cuidados, energia e dinheiro absorviam.

No poema mostra-se familiarizado com a linguagem do foro, quando, com acentuado mau gosto, põe na bôca de Viriato, perante o cadáver de Apimano, as palavras seguintes:

De tua morte me mostras a devaça
Com trinta testemunhas a teus lados;
Justo hê que conclusa se me faça,

¹ V. T. xv, 65.

Pera ir proceder contra os culpados :
Tinta serà seu sangue, & penna a Maça,
Com que hão de ser à morte prònciados,
Pera emmenda de tão infame excesso,
Pagando Roma as custas do processo ¹.

Refere-se noutro lugar a boatos,

A que ainda nos processos chama
O Vulgo, & Ley «pública voz, & fama ².

Revela que não morre de amores pela gente que intervêm nos processos forenses, e inveja as antigas idades da Ibéria, quando

Tudo era quietação, simplicidade,
Descanso, riso, amor, paz, & justiça
Em breve feyta aos poucos aggravados,
Por falta de Escrivaes, & de Letrados ³.

Queixa-se, finalmente, dos mesmos letrados, que no maior número dos casos desencaminham as partes, poucas das quais são bem aconselhadas :

Quais os Anjos custodios, & os dãnados
A nossos bens, & males se avizinham,
Tais hoje em pleytos, bons, & mãos Letrados
Nos encaminhão, & desencaminhão.
Muy poucos são os bem aconselhados,
Muytos os que seu mal não adivinhão,
Etc..... ⁴.



Algumas modificações se deram na família do poeta durante estes oito anos.

Elena Madeira faleceu por fins do ano de 1634 ou princípios de 1635, e o doutor Manuel Garcia, pouco depois da morte da mãe, deixa o seu priorado de Travanca, e vem nos fins do verão dêste último ano para Avô, viver na companhia de seu velho pai.

O padre Pantaleão passou do curato de Almassa para Travanca, na qualidade de cura e encomendado, a substituir o irmão. Mas em fins de 1636 o doutor Manuel resigna a igreja no Pantaleão, que passa a denominar-se *Prior encomendado* durante os primeiros meses de 1637; e desde junho em diante, talvez depois que chegasse de Roma a bula de colação, passou a assinar-se simplesmente *Prior de Santiago de Travanqua*.

¹ V. T. VI, 100. — ² V. T. VIII, 74. — ³ V. T. I, 61. — ⁴ V. T. XIII, 11.

No ano lectivo de 1634-1635 andava o Francisco Garcia em Coimbra a frequentar as Escolas menores da Universidade¹, habilitando-se para se matricular em qualquer das Faculdades maiores. Durante o mês de fevereiro d'êste ano correu em Avô o processo *de genere vita et moribus* para a sua ordenação, e na quaresma compareceu êle na igreja do colégio de S. Bento, que hoje pertence ao Liceu de Coimbra, e ali recebeu das mãos do Dom Abade beneditino, o insigne teólogo e humanista Fr. Leão de S. Tomás, a prima-tonsura e os dois primeiros graus de ordens menores. Depois eclipsa-se, e não mais torna a figurar, nem nos assentos universitários, nem no registo paroquial de Avô, nem nos processos arquivados na Câmara Eclesiástica. ¿Morreria êle? Não. Fez-se frade; era a sua vocação. Consta-nos êste facto do depoimento duma testemunha de Avô, no processo para a ordenação de Tomás de Aquino², a que fizemos referência há pouco. ¿Em que convento professaria? Tenho indagado êste ponto, mas nada pude até hoje descobrir; suspeito entretanto, fundado em razões ponderosas, que seria no dos carmelitas descalços do Buçaco. Assim explico as relações, tão íntimas e frequentes, que desta época em diante manteve a família dos Garcias de Mascarenhas de Avô com aquele convento, às quais voltarei a referir-me mais tarde.

A respeito do Matias Garcia tenho de informar que andou até ao fim de 1637 a esquivar-se de iniciar a sua carreira ecclesiástica, à qual se destinara, embora para ela não sentisse vocação. Só em dezembro d'êste ano, tendo já quasi 31 de idade, é que lá se resolveu a começar a ordenação, apresentando-se a receber a prima-tonsura e os dois primeiros graus de menores, que lhe foram conferidos na sexta feira, 18 do dito mês, pelo Dom Abade de S. Bento, que então era Fr. Paulo da Natividade, na referida igreja do seu colégio. Os graus de exorcista e acólito foram-lhe conferidos na igreja do colégio de S. Bernardo, em Coimbra, pelo Abade-reitor do colégio Fr. Luís Moniz, no sábado 27 de fevereiro de 1638. E assim ficou minorista por bastante tempo, mostrando pouca vontade de ascender às ordens sacras.



Uma outra modificação se dera entretanto, não na família, mas na alma de Brás Garcia.

Duríssimo fôra o golpe que lhe vibrara ao coração a mão de

¹ Vid. *Rev. da Univ. de Coimbra*, vol. I, pag. 770, e nota 2 à mesma pág.

² Doc. XCVI.

uma dama, e a ferida sangrara largo tempo; mas, diz o povo:— *Não há mal que sempre dure, nem ferida que não cure.* Os desvarios da mocidade haviam passado, eram hoje como se não tivessem existido. A sua honestidade e honradez inquebrantável faziam com que nem pelo pensamento jámais lhe passasse a tentação de erguer uma vista condenável para a sua antiga namorada. Ela casara, ligara-se a outro homem, e a Brás repugnavam absolutamente

Adulterios lacivos, & treydores,
Da casta honestidade violadores¹.

Além disso, o aspecto da mulher que na mocidade o desorientara, com a beleza e elegância actualmente perdidas, deformada pela maternidade, cercada dum rancho de filhos, cuidando muito prosaicamente no govêrno da casa de seu marido, não era de molde a reavivar-lhe o fogo da paixão, e deve ter-lhe produzido o efeito do rio Letes, apagando do seu espirito quaisquer fugazes remeniscências platónicas dos desvarios da mocidade. Mas não imaginava que as graças de outra mulher ainda podessem vir agitar as cinzas, que pareciam apagadas para sempre, e atear nova fogueira.

Entretanto êste fenómeno inesperado deu-se, e não tardou isso muito.

Quando Brás regressou do Brasil, no rancho dos filhos de D. Maria Madeira da Costa, havia, como deixamos dito, uma menina, a mais velha, que já contava 14 anos de idade.

Era muito gentil e formosa.

Alta e elegante, tinha o rosto grácil e belo e a pele assetinada de um branco de marfim. As faces rosadas animavam a alvura do rosto, e uma opulenta cabeleira loura, com o tom do ouro antigo, lhe aureolava a cabeça elegante e esbelta. Eram os olhos da côr das safiras, de expressão dôce e suave; e sôbre êles se arqueavam, delicadas e subteis, as sobrancelhas, que por um capricho extravagante da natureza eram pretas. Realçava êste conjunto de graças um ar sonhador, de tristeza e melancólica poesia, que ainda mais lhe aumentava os atractivos e belezas.

Chamava-se esta formosa menina D. Maria da Costa.

Vejam agora o retrato que dela nos deixou o poeta com o nome de Clóride, pseudónimo com que êle a disfarçou, como adeante veremos. Verificar-se há que o esbôço, que acabamos de traçar, é exacto.

¹ V. T. XIII, 13.

Em base de esmeralda ¹ ebúrnea assenta
 Columna ², que se Dorico não teve
 Capitel, sobre o Quínico ³ sustenta
 Doricas ⁴ trenças, rubicunda neve,
 Safiras, sutiis Ebenos, que ostenta
 Grande thesouro Amor em campo breve,
 Se pobre de prazer, não de belleza,
 Que hà rostos, a quem dà graça a tristeza ⁵.

Brás atentou nela logo desde o princípio; que uma jovem com tais predicados não lhe podia passar despercebida. Mas as suas relações com a familia de D. Maria Madeira deviam ser muito cerimoniaes, pois entre esta dama e o poeta nunca se extinguiram completamente as antigas antipatias; por isso teria êle poucas occasiões de se aproximar de D. Maria da Costa, de a apreciar de perto, e de se deixar impressionar vivamente pelos seus atractivos.

Mas o diabo tem sempre meio de tecer as suas partidas.

Não sei como, nem em que circumstâncias; ; um belo dia Brás Garcia de Mascarenhas, com grande surpresa sua, reconheceu que se achava de novo apaixonado!

Temos fixada pelo poeta a data em que isto se deu. Foi em 1635, no terceiro ano depois do seu regresso; contava então Brás 39 anos de idade, e D. Maria 17. Quando declinava o ano de 1645, em um dos compassos de descanso que a guerra lhe deixava, escrevia o poeta:

Dez anos há, que não me desenrêdo
 De Amor, & de justiça, que se liga
 Cada qual contra mim, mais me enrêdo
 Se deyxar quero tã viscosa liga.

¹ A verde alcatifa toda entretecida de azuys, brancas, vermelhas, & amarellas Boninas, — em que estava Clóride.

² O corpo de Clóride.

³ Capitel quínico não me parece que faça sentido. Deve ser um dos muitos erros da edição. Talvez o nosso poeta escrevesse *clímaco*, como sinónimo de *corintio* (de CALÍMACO, criador do capitel corintio), por ser, dos capiteis das diversas ordens, o mais elegante e gracioso. A lembrança é do distinto prof. e meu amigo, o sr. A. Augusto Gonçálves; aqui a registo, como hipótese verosímil.

⁴ Neste verso o adjectivo *dórico* é empregado pelo poeta num sentido muito particular, inteiramente diverso do que tem no 2.º verso da estância. Acolá conserva a significação usual — pertencente à ordem de architectura denominada *dórica*; aqui quer dizer — semelhantes a ouro, ou que parecem de ouro. É um arranjo de frase infeliz e de mau gosto, em que o poeta se deixa ir atrás dos artificios gongóricos, que estavam em moda.

⁵ V. T. xiv, 49.

Queyxas me não culpeis, culpay o enredo
 Que o Frecheyro tecêo da verde liga,
 Etc.....¹

¿ Quem nos diz, porêm, que êsses amores tivessem por objecto a gentil filha de João Manuel da Fonseca? Não é preciso ninguém dizê-lo; deduz-se da própria natureza dos factos.

Brás Garcia, ao escrever essa estância, estava casado muito de fresco com D. Maria da Costa, e não pode admitir-se que êle então se lembrasse de cantar os seus amores, que *há dez anos o traziam enredado*, se tais amores, que dá como subsistentes quando escrevia, não tivessem por objecto a que era sua mulher.



Preso por esta nova paixão, o poeta poria todo o cuidado em disfarçar e dissimular tal fraqueza, pouco desculpável na sua idade, já bastante afastada da juventude. Porque êle então não pensava, nem podia pensar, em contrair matrimónio com essa menina: se tal pretendesse, encontraria a recusa absoluta, desabrida e obstinada dos pais dela, especialmente de D. Maria Madeira, sua inimiga odienta.

Note-se além disso que ainda não tinham esquecido os antigos desatinos praticados pelo poeta, quando namorava D. Cecília. Êsse namôro fôra muito falado, causara escândalo no meio pequeno de Avô; ; que não murmuraria o povo se percebesse que Brás reques-tava agora uma sobrinha da sua antiga amada! Era a moralidade, era a honestidade pública, cheia de melindres, por vezes bastante hipócritas, que se sentiria ofendida e molestada, se tais amores se descobrissem. Tudo isto considerava o poeta, e por isso é que não descuraria nenhum meio de dissimular e encobrir a sua paixão.

E conseguiu realmente conservá-la oculta até depois de 1640; tão oculta no seu íntimo, que, segundo creio, nem sequer a deixou advinhar, por algum tempo, à jovem que a despertara. Mas depois houve comunicação e troca de affectos, embora sem ultrapassar os limites da mais pura honestidade, e sempre envolvidos em denso mistério, e encobertos sagaz e cuidadosamente. É assim que me parece que melhor se explicam e mais inteligíveis se tornam as pala-vras do poeta na estância transcrita, e em outras que a seu tempo transcreverei.

Embevecido na contemplação dos dotes e virtudes do objecto dos

¹ V. T. XII, 5.

seus novos amores, extasiado na admiração de tantos encantos, exclamaria êle:

..... ô manifesta
Vertude feminil do patrio Alva!
Em que inda brilha a antiga honestidade,
Como nelle do Sol a claridade ¹.

Mas ¿ de que valia tudo isto, se Brás Garcia não tinha a ilusão de jamais poder aspirar à mão desta menina? Devia procurar libertar-se dos leames daquela funesta paixão; êste o conselho da prudência, mas ¿ poderia êle?

Era a sua sorte adversa a manifestar-se mais uma vez. Cuidara, depois de tão agitadas aventuras, passar enfim vida feliz e descansada em Avô; vivera efectivamente em tranquillidade algum tempo: mas agora vê que todos os cálculos lhe falham, não mais espera repouso. Bem sabia êle

Que Amor hê, como azougue, que se chega
A entrar em hum corpo, nunca mais sossega ².



Já muito enfadado com os pleitos em que se vira envolvido, embora lhe houvessem sido favoráveis as sentenças, eis que de repente se encontra a braços com uma nova demanda, esta mais complicada do que as anteriores, e que é contada pelo poeta nas estâncias seguintes:

Cuydava hum tempo, que nas mãos estava
Dos homens evitarem seus perigos,
Mas vim a conhecer, quê me enganava,
E que tem, quem mais luz, mais inimigos;
Alguns Amigos, que eu por tais julgava,
Que poucos são já hoje os bons Amigos,
Mal invejando possessão rendosa,
De pacifica a fazem letigiosa.

Pleyto de mixto foro nunca visto
De Nèmese, correndo varias casas,
Parou em força aberta, que eu resisto,
Que hũa força com outra empata as vasas.
Como de antes o mal tinha previsto,
Com a rezão à soberba quebro as asas,
A muytos com muy poucos destroçando,
Caso raro na paz, & memorando.

¹ V. T. XII, 31. — ² V. T. V, 129.

Na Guerra os vi de menos sangue, & gente,
 Que em meu, & teu em cousas não muy claras
 A tanto obriga o litigar presente,
 A tanto chega o variar das varas,
 Sobre qual hà de ser o precedente,
 Avante passãõ com pendencias raras,
 Hũas me absolvem, outras me condenãõ,
 Penaõme algũas, & outras me depenãõ.

Em quanto retirado¹ a causa provo,
 Se restaurãõ com subito estampido
 Reyno antigo, & legitimo Rey novo
 Em Querubico trono prometido.

Era a revolução de 1 de dezembro de 1640.

Paremos aqui, deixando a seqüência para novos capitulos.

Eis em que consistiu êste caso:

O padre Pantaleão Garcia, que se achava na posse pacifica e incontestada do priorado de Travanca, desde a resignação de seu irmão Manuel, teve necessidade de se ausentar; entregou a parochialidade ao cura para isso escolhido, o padre João Fernandes, e partiu na primavera de 1638. ¿Para onde? *Para Roma*, diz o doutor Albino de Abranches Freire de Figueiredo, e após êle repetem-no outros. Como não sei onde o illustre reeditor do *Viriato Trágico* foi buscar aquela notícia, não me atrevo a aceitá-la nem a rejeitá-la. A ausência foi demorada, e durante ela alguns *amigos*, que Brás *por tais julgava*, ambicionando aquella *possessão rendosa*¹, fizeram declarar vaga a igreja, e abrir concurso para o seu nôvo provimento.

¹ *Retirando* diz o livro, mas suponho haver aqui um dos numerosos erros tipográficos da edição. Brás, segundo creio, escrevera — *retirado*, isto é, fugido, escondido, para evitar ser preso.

² *V. T.* xv, 67-70.

¹ Computavam-se comumente os rendimentos desta igreja em 220\$000 réis (vid. *Portugal sacro-profano*, por PAULO DIAS DE NIZA, parte II, p. 260), o que, para o tempo, era uma renda importante; mas a realidade ultrapassava muito êste cálculo. Para disto nos convenceremos, bastaria lançar os olhos para o doc. CXIV; temos, porém, outros elementos mais aproximados da verdade.

A 22 de janeiro de 1738, apresentou à autoridade diocesana de Coimbra o minorista João Pedro de Loureiro Castel-Branco uma bula, pela qual era provido nesta igreja, vaga pela resignação de seu tio, o prior Manuel Cardoso de Loureiro. Ficava o nôvo prior com o encargo de pagar a seu tio a pensão anual de 28 ducados e meio de ouro da Câmara e 3 júlios, moeda romana (50\$155 réis de moeda portuguesa), além de outra pensão, a que tinha direito o antigo prior reservatário padre António Martins Goulão, da importância de 22 ducados e meio de ouro da

¿Qual o pretexto? Talvez o do abandôno do beneficio por parte do prior; ou, mais provávelmente, o de haver sido anti-canónica a colação no padre Pantaleão.

Esta igreja era um beneficio de livre colação, sujeito à alternativa. Segundo o mês em que vagasse, assim o provimento havia de ser feito, ou pela Sé Apostólica, ou pelo bispo diocesano. Bastava que o provimento fôsse feito pelo bispo quando a vacância se houvesse dado em mês reservado à Santa Sé, ou vice-versa, para ser nulo, devendo fazer-se nôvo provimento pela autoridade competente. Eram frequentes os processos de anulação de colações por êste motivo, e por vezes a política, dama já então muito ladina e irrequieta, não era estranha a êles. A família dos Garcias de Mascarenhas, que era toda patriótica, devia ser conhecida como afeiçoada à casa de Bragança; ¿seria esta uma das verdadeiras causas que na sombra moveram a acção? É muito provável; havia entretanto neste caso circunstâncias complicadas, que o tornavam extraordinário, singular, difficil, *nunca visto de Nêmesese*.

O que é certo é que o padre Pantaleão Garcia, durante a sua ausência, foi esbulhado do beneficio. Afixam-se os editais da vacância, e abre-se o concurso.

Parece que tudo isto correu sem que os Garcias de Mascarenhas, de Avô, fossem prevenidos do que contra o irmão se tramava.

O prazo do concurso correu, e, satisfeitas as formalidades canónicas, um dos concorrentes foi provido no priorado.

Só nesta altura é que Brás Garcia é prevenido, e em nome de seu irmão vem imediatamente com embargos. Aqui se origina um *pleyto de mixto foro* para repelir aquelle intruso, provando-se que o beneficio estava canónicamente provido, e que por isso anti-canónico

Câmara (39⁷375 réis), ambas impostas sôbre os frutos certos e incertos do beneficio. No processo de execução desta bula, as testemunhas inquiridas declararam que a igreja rendia, pela estimação comum, em frutos certos, 219⁷750 réis, e em frutos incertos 310⁷000 réis, pouco mais ou menos: ao todo 529⁷750 réis em média. A redução da moeda romana à portuguesa encontra-se feita no processo, donde a reproduzo textualmente.

Em 1784 foi, pela resignação do precedente, provido nesta igreja o padre António Paulino Coelho de Mesquita, de Santar, com reserva da pensão annual vitalícia, para o resignatário, de 142 ducados de ouro da Câmara e 15 júlios (250⁷000 réis), computando-se o rendimento total do beneficio, em média, na quantia de 242 ducados de ouro da Câmara e 15 júlios e meio (425⁷000 réis).

Devemos porém considerar que os elementos fornecidos para êstes cálculos eram geralmente muito inferiores à realidade.

Os processos donde extrai estas noticias encontram se arquivados na Câmara Eclesiástica de Coimbra, maço de *Provimientos da igreja de Travanca-de-Farinha-Pódre*.

era o nôvo provimento; uma espécie de acção de esbulho, classificada entre as *causas mixti fori*, porque tanto os tribunais eclesiásticos como os civis tinham competência para conhecer de tais causas, sendo essa competência determinada pela *prevenção*. Àquele dos dois foros que primeiro tomasse conhecimento do facto é que competia proceder, e julgar a causa.

Quem conhece as tricas, os embaraços, as rabulices que modernamente envolvem e emaranham alguns processos judiciais, a ponto de tornarem por vezes quasi interminável uma causa, que de sua natureza parecia simples, não pode ainda assim fazer ideia do que eram essas peias e expedientes obstrucionistas nos processos, quer de um quer doutro fôro, no século xvii. Um labirinto inextricável, medonho, donde era difficilimo sair. Especialmente nos tribunais eclesiásticos, em que havia recursos em última instância para Roma, que por sua vez nomeava por breves *ad hoc* juizes apostólicos especiais, que julgassem cá em nome da Santa Sé, as complicações aumentavam, e as causas demoravam-se indefinidamente. Eis o que succedeu com este pleito, que foi *correndo várias casas*, cheio de peripécias e *pendências raras*, fazendo-se nêle sentir muito a sucessão de juizes chamados a intervir, num repetido *variari das varas*.

Dêste modo se foi protelando a causa até maio de 1640.

Um belo dia é Brás Garcia prevenido que o prior intruso obtivera despacho, que lhe permitia tomar finalmente posse do beneficio que usurpara, devendo essa posse realizar-se em determinado dia próximo; revestir-se hia o acto de toda a pompa festiva, havendo grande número de convidados para um banquete, que o prior daria nesse dia na residência paroquial.

Referveu o sangue nas veias ao nosso poeta, ao saber a noticia. Todo o fogo ardente e audacioso da mocidade, que outrora em Coimbra o levava a arrebatár da bainha, ao carcereiro da Portagem, a espada, e, num impeto de louca temeridade, a *abrir caminho, qual leão rompente*¹ pelo meio da multidão adversa, evadindo-se dêste modo das garras da justiça, — todo êsse fogo, toda essa audácia revive num momento, e Brás resolve-se a conquistar à mão armada a justiça que os tribunais lhe recusam. O despacho dado não era irreformável; havia ainda lugar a recursos e apelações: mas a filosofia prática do seu espirito, e a larga experiência que tinha da vida, diziam-lhe que muito mau era que o intruso se apossasse da presa. Mais difficil seria depois obrigá-lo a largar.

Cala-se entretanto, e espera que chegue o dia aprazado.

¹ V. T. vi, 82.



Descendo da serra da Estrela, os rios Mondêgo e Alva cavaram dois sulcos profundos e tortuosos, que lhes servem de leitos, e que de certa altura em diante seguem a directriz geral de E.-N.-E. a O.-S.-O.

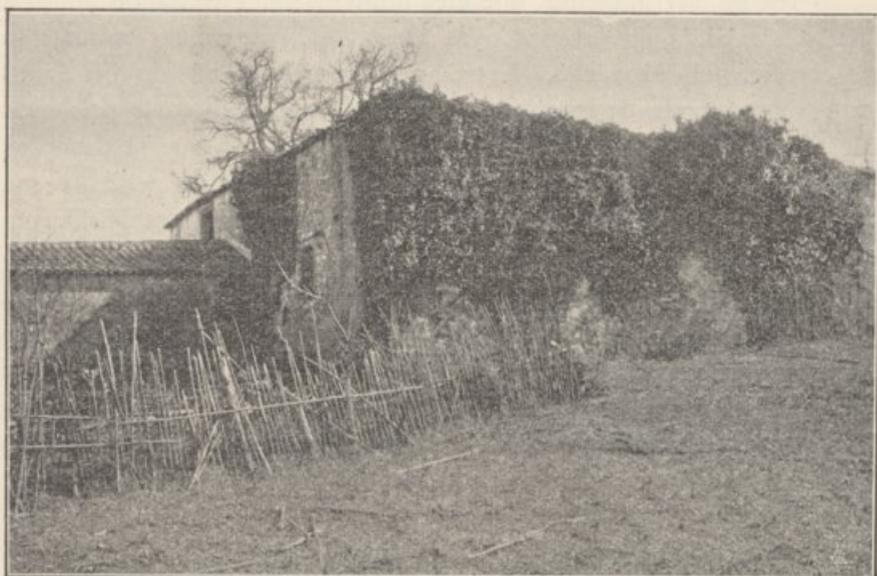
A região interamnense, que elles limitam, vai estreitando pouco a pouco, à medida que avança para Oeste, até que repentinamente se vê cortada pelo Mondego. Êste, apenas recebe o tributo das águas do rio Dão, muda de rumo, e contornando para Sul em caprichosos lacetes corta abaixo da Raiva a passagem ao Alva, que já desde as proximidades de Arganil também tem modificado um pouco a sua directriz geral, abrindo caminho difícil e torturado para N.-O. em apertadíssimas e repetidas curvas e contra-curvas. Dêste modo o território limitado pelos dois rios tem a sua extremidade ocidental arredondada em bico de pato, a que o Alva até à sua foz forma o bôrdo esquerdo, e o Mondego o bôrdo direito até à foz do Dão, e daí até à do Alva o contôrno. Dentro dêste bico assenta a povoação de Travanca-de-Farinha-Podre, fronteira à Foz-Dão, afastada pouco mais dum quilómetro da margem do rio.

Encontra-se implantado êste povo numa região que, em geral, não merece grandes encarecimentos, nem pela beleza dos panoramas, nem pela fertilidade do terreno. Quem vem do S. ou S.-E. para Travanca, atravessa terras pobres e monótonas. Não há aqui nem altas montanhas, nem vales profundos ou extensos. O terreno é acidentado, sim, mas em ondulações maiores ou menores, que só de longe em longe nos deixam descortinar largos horizontes, e que não nos encantam ao menos com o mimo de colorido intenso e variado de vales amplos, férteis e criamosos. São os altos, de ordinário, vestidos de matos raquíticos, em que predomina a urze, o carvalhiço, o tojo e a estêva, aqui e além manchados de pinhais, cujo tom verde aveludado não consegue apagar a impressão de tristeza, que a paisagem nos produz; os baixos, que o amanho agrícola tem aproveitado, são geralmente estreitos e pequenos, e a sua cultura tão pouco variada, que não chegam a ferir uma nota alegre de destaque na monotonia geral.

A povoação de Travanca, apesar de pequena, distingue-se notavelmente da região circundante por mais vida na natureza, mais variedade na agricultura, mais colorido na paisagem, que entretanto é muito limitada de horizonte. Aqui já não se amanham sómente os vales, mas encontram-se terras altas vestidas de árvores frutíferas, e de vinhas e cereais em abundância. A labuta agrícola faz-se cá

sentir com bastante intensidade. Quem visita Travanca fica entretanto surpreendido ao ouvir dizer que o rio Mondego passa ali, a Norte, ao fundo daquele pinhal, e que a Foz-Dão, um sítio tão pitoresco, dista pouco mais dum quilómetro desta povoação. Nada nos pode fazer suspeitar a proximidade dum importante curso de água.

Alonga-se o povoado em extensa rua por uma lomba de terreno,



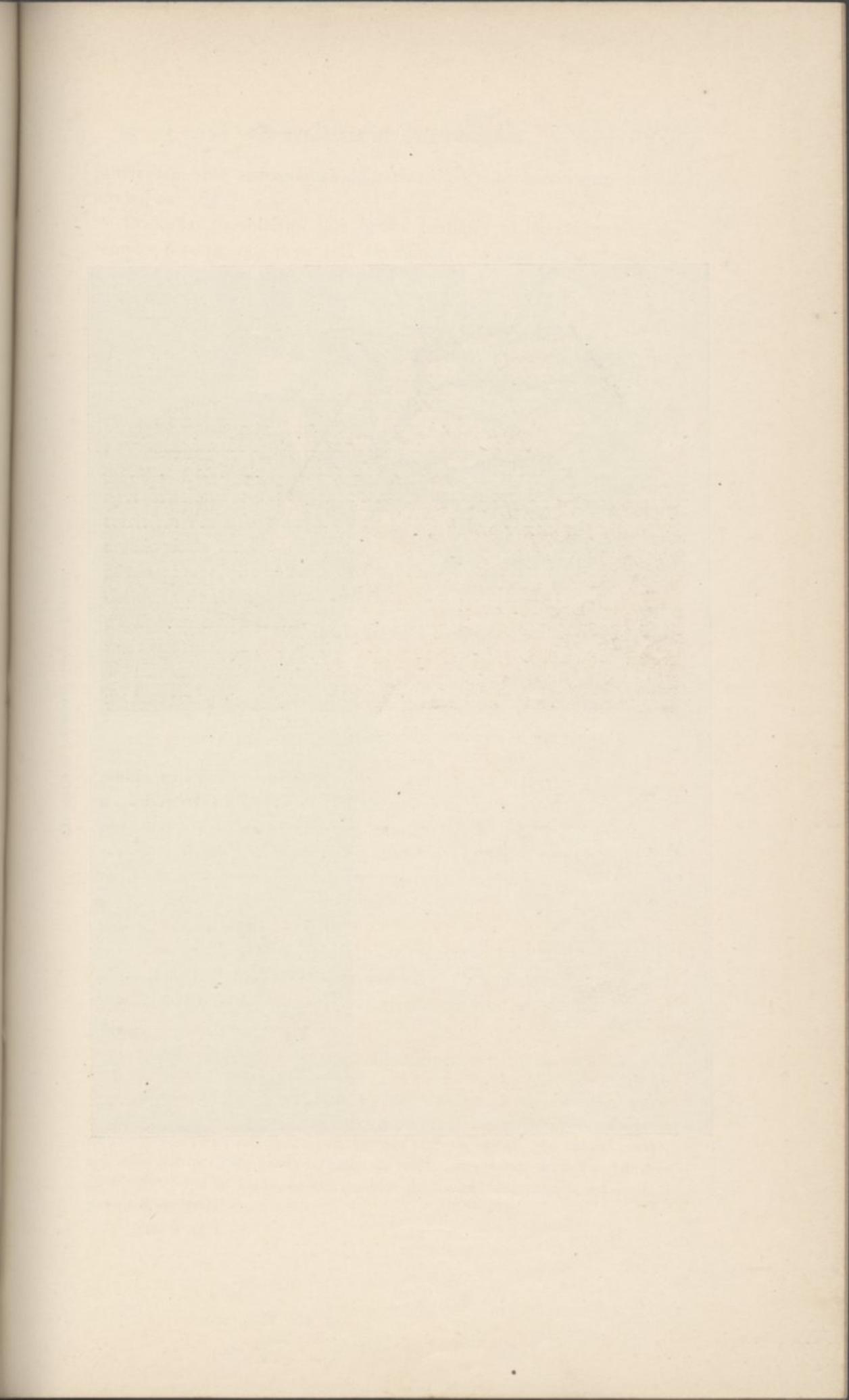
Presbitério de Travanca — Angulo N.-O. da adega e da casa do cura.

em direcção de E.-S.-E. a O.-N.-O, sendo rematada por uma capelinha de Nossa Senhora dos Remédios; em uma elevação fronteira, a S.-O., distante cêrca de 300 metros, ergue-se a igreja de Santiago Maior, matriz da freguesia. Medeia entre as duas elevações um valeiro, bastante irrigado e fértil, que vai descendo para Poente, num pendor suave.

É interessante o agrupamento da igreja e seus anexos, acolá isolado no monte fronteiro a Travanca.

O templo é moderno, dos fins do século XVIII. Nada vi nêle que remonte ao tempo em que se deram os sucessos que havemos de narrar, a não ser uma imagem manuelina de pedra, e uns pequenos castiçais baixos de bronze, que são da época. Está o edificio quasi orientado, com a porta principal voltada aproximadamente para Oeste.

Ao lado direito da igreja, no pendor para o vale, é a parte do adro que serviu de cemitério; ainda ali se encontram um enorme buxeiro encostado a um recanto da igreja, e um tronco sêco de gigantesco azereiro, cercado de rebentos, que já de si são verdadeiras árvores. Não me custa muito a crer que estes dois macróbios vegetais





Presbitério de Travanca — Lado do Nascente.

já tivessem sido testemunhas do extraordinário acontecimento que ali se deu em 1640.

Do velho presbitério, que ficava contíguo ao lado esquerdo, do templo, o pouco que resta está em ruínas: — a casa do cura, a adega e celeiro, o espaço já desmoronado onde foi o lagar, e ainda o pátio e quaisquer casebres incaracterísticos destinados a casas de moços, abegoarias, etc. O que era propriamente residência do prior, foi demolido haverá dez anos, e reedificado segundo um novo plano, cortando-se-lhe nessa ocasião uma parte, para isolar o templo do presbitério. Anteriormente estavam unidos, havendo comunicação interna dum para outro.

Uma bela carvalha pluri-secular erguia-se majestosa a E. do edificio, em frente da porta do cura, e da do lagar, ensombrando com suas ramas parte da residência do prior; ainda hoje se conserva, embora já bastante mutilada, esta formosa árvore¹.



Chega o dia indicado para a posse e banquete do intruso prior de Travanca.

Brás Garcia, acompanhado de alguns amigos armados com as suas espadas, e provavelmente levando consigo alguns criados, bons jogadores de pau, munidos de cacetes, constituindo todos uma pequena guerrilha de *muy poucas* pessoas, saem muito em segredo de Avô pela madrugada, e percorrem, com as devidas reservas e cautelas, os trinta e tantos quilómetros que, pelos caminhos velhos, medeiam entre Avô e Travanca. Teem o cuidado de se desviar dos povoados e de evitar que sejam vistos. Chegados a Travanca, cortam a direito em direcção à igreja, sem serem avistados da povoação, e surgem inesperadamente junto do presbitério, ao pé da carvalha que descrevemos.

O acto da posse litúrgica havia de realizar-se pela tarde, depois do banquete, e este encontrava-se no seu auge. Aos ouvidos de Brás e dos companheiros chegavam as manifestações da ruidosa alegria dos con-

¹ Na fronteira estampa vê-se a carvalha, despida de folhagem, por ser inverno quando se tirou a fotografia. A primeira casa que se devisa, percorrendo a estampa da esquerda para a direita, é o celeiro e adega, e no espaço que existe à sua frente estava o lagar. Contígua é a casa do cura, à qual pertencem uma janela e a porta de loja que se vê na estampa, e cuja entrada está em ruínas. Ao lado o portão, que dá acesso por esta banda ao pátio da residência prioral. Esta fica por trás da carvalha; e lá ao fundo, na extremidade da direita, descortina-se o telhado e parede S. da igreja.

vivas, e facilmente se notava que eram em número muitíssimo maior do que os que constituíam a guerrilha. Ouvia-se além disso o vozear da gente do povo e da criadagem, que do outro lado da casa, no pátio da residência e no contíguo adro fronteiro ao templo, enquanto esperavam pela festa da igreja, com seus folgares ruidosos iam fazendo cômico aos vivos e brindes que partiam da sala de jantar.

Torna-se pois complicado o caso. Acometer toda essa gente, embora de surpresa, seria um acto de louca temeridade.

Mas era tarde para hesitações, e Brás não era homem que recuasse. Não espera por mais.

Como um furacão entram todos pela porta dentro, e de espada em punho uns, outros de cacetes erguidos, caem sobre os convivas espadecendo-os e contundindo-os. Alguns conseguem saltar pelas janelas e pôr-se em fuga; outros resistem, mas debalde. Uma confusão medonha, um motim infernal. Pelo chão, por baixo da mesa, rolam corpos feridos gravemente, jazem outros sem movimento.

Alguns dos convivas haviam-se escapado do presbitério para a igreja, onde supuseram encontrar asilo inviolável. Faliu-lhes o cálculo. Ali mesmo foram feridos e espancados, ficando assim poluída a casa do Senhor, que *ipso facto* se tornou inapta para a celebração dos actos culturais. Esta a explicação que tem o caso de encontramos nos últimos meses de 1640 fechada ao culto a igreja paroquial de Travanca, e os officios divinos, que nela deviam realizar-se, a serem celebrados na igreja de Farinha-Podre, hoje S. Pedro de Alva.

Quando toda a resistência dentro de casa tinha acabado, os agressores descem ao pátio, para dali e do adro *varrerem* a população e criadagem. Então é que iam mostrar a sua valentia e a sua agilidade e pericia no jôgo do pau os caceteiros do rancho, que levariam diante de si centenas de pessoas que lá estivessem. Mas quê? Não encontraram ninguém. O pavor tinha-se apoderado de toda essa gente. Apenas ouviram os primeiros gritos de sobresalto e dor, acompanhados do tenir de ferros na sala de jantar, apenas viram os primeiros fugitivos saltarem das janelas e pôr-se ao fresco numa carreira desordenada, um pavor colectivo se apoderou deles, e, não esperando o próximo momento de entrarem em função, deixaram o adro e o pátio desertos, num abrir e fechar de olhos.

Eis reconstituída nos seus traços gerais, em face do poema e dos documentos, a scena sangrenta, em que foi protagonista Brás Garcia, e na qual *houve mortes & feridos*¹. Assim mostrou o nosso poeta que debaixo da capa de sisudez, ponderação e bonomia em que se embu-

¹ Doc. CXII.

çava, e apesar dos sinceros desejos e propósitos de viver em paz, sossêgo e quietação, chegou o momento crítico, ainda nêle existia o estôfo do antigo espadachim; o fogo e viveza da juventude despertavam com facilidade.

E, depois disto passado, longe de se arrepende da violência praticada em momento de paixão, faz pelo contrário alarde da proeza, revelando além disso a circunstância agravante da premeditação.

Explica, é verdade, a razão que teve para assim proceder, dando ao pleito judicial uma solução sangrenta. A parte contrária andava em tudo de má fé, e dos tribunais não conseguiu êle que se lhe fizesse justiça; teve por isso de recorrer a êste processo, único que encontrou eficaz. Nos tribunais moeram-lhe a paciência com subterfúgios, incidentes, evasivas, recursos, sentenças contraditórias; destas, se uma o absolvía, outra o condenava, se agora era *penado*, logo ficava *depenado*. Por fim vê o usurpador ir ocupar o beneficio roubado a seu irmão; é nesta altura que resolve lançar mão do meio violento. Faz justiça por suas próprias mãos, como último recurso.



¿ Haverá elementos cronológicos suficientes para precisar a época em que êste facto se deu?

Temos alguns indícios, que reúnidos nos habilitam a determinar aquela época. Ei-los:

A 28 de setembro de 1639 e a 10 de maio de 1640 achava-se Brás Garcia em Avô, muito tranqüilo e sossegado, a intervir em actos públicos: naquele dia apadrinhou no baptizado duma criança¹; neste foi testemunha dum casamento². Ainda se não tinha homiziado: a scena de Travanca é pois posterior.

Algumas semanas depois, a 4 de junho, ainda era cura de Travanca, e como tal aparece a dar licença a outro sacerdote para assistir a um casamento, o padre João Fernandes³, a quem o padre Panta-leão, ao sair, dêixara encarregado da paroquialidade, e que depois lhe foi infiel bandeando-se com os seus inimigos, pois a declaração de vacância e o concurso para provimento da igreja não se podiam ter realizado sem êle ser disso conhecedor, sem ter até colaborado no processo. É quasi certo que estaria no banquete do intruso, e seria talvez o incumbido de lhe dar posse; a não ser que fosse êle o pró-

¹ Doc. XXXV.

² Doc. XXXVI.

³ C. S. — *Reg. paroq. de Travanca-de-Farinha-Podre*, vol. I, cad. 4, fl. 147 v.º.

prio prior intruso, hipótese que se não pode inteiramente pôr de parte. A permanência pois dêste cura a paroquiar a freguesia é prova de que a 4 de junho ainda se não havia dado o caso *memorando*.

A 8 de setembro falece nesta freguesia, no lugar do Paço, Domingos Fernandes, a quem foi conferido o sacramento da penitência pelo padre Manuel Gonçalves, cura da vizinha freguesia de Oliveira do Cunhedeo, o da Eucaristia pelo padre João Alves Brandão, de Galizes, e o da extrema-unção pelo *rd.º prior Pantaleão Garcia* ¹. Ainda no mesmo mês, em dia indeterminado, morreu Sebastião Pires, que apenas recebeu os sacramentos da penitência e extrema-unção, ministrados ambos *pello rd.º prior Pantaleão Garcia* ². No seguinte mês de outubro, a 8, morreu sem sacramentos Manuel, filho de Baltasar Fernandes, da Portela ³.

Vê-se pois que já por ali andava nesta época o padre Pantaleão, e já ia absolvendo e unguindo os fregueses que necessitavam dos últimos socorros sacramentais.

Mas nenhuns outros sacramentos se ministravam na freguesia, além destes *in extremis*. Depois de entrado o verão de 1640, o primeiro baptismo que se celebrou na igreja de Travanca foi a 15 de janeiro de 1641, e o primeiro casamento a 4 de fevereiro.

Os que morriam sepultavam-se, é verdade, na igreja ou no adro, na forma costumada, depois de feita a encomendação, provavelmente em alguma capela do lugar; mas os officios fúnebres *de bem d'alma* ou paroquiais fazia-os, por determinação do bispo-conde ⁴, que ao tempo era D. Joane Mendes de Távora, na igreja paroquial da freguesia de S. Pedro de Farinha-Pôdre, o ex-cura de Travanca padre João Fernandes.

Registo paroquial não se lavrava. Mais tarde, em 1641, é que o pároco encomendado João Alves Brandão lavrou por atacado vários assentos relativos aos meses anteriores, sôbre notas incompletas que conseguiu reunir.

Conclusões a tirar destes factos: — O caso *memorando* de panca-

¹ *Reg. Paroq. de Travanca-de-Farinha-Pôdre*, vol. 1, cad. 4, fl. 148. — ² *Ibid.*

³ *Ibid.*

⁴ Transcrevemos os assentos lançados por letra do padre João Fernandes no livro dos óbitos de Travanca:

— «fis dous officios em farinha podre pella alma de Bastiam Piz desta freigesia por ter licença do srõ Bispo e morrer em tempo q̄ estaua apresetado por ele».

— «fis dous officios pella alma de d.ºs frz desta freigesia em farinha podre por licença do sñr bispo».

— «fis dous officios pella alma de m.ºl filho de balthesar frz da portella é farinha podre por ter licença».

(C. S. — *Reg. paroq. de Travanca de F. P.*, vol. 1, cad. 7, fl. 121).

daria tinha-se dado antes de setembro. A igreja, que, segundo dissemos, comunicava internamente com a residência do prior, achava-se *poluta*, cessando portanto ali todos os actos do culto, até se proceder à sua *reconciliação* litúrgica. Uma única vez que durante êste período se ministrou na freguesia a um moribundo o sagrado Viático, certamente não foi trazido da igreja, donde a Eucaristia deve ter sido removida logo após o desacato sacrílego.

Tendo voltado da sua viagem, o padre Pantaleão já em setembro, como que às escondidas e quasi furtivamente, ia absolvendo e unguindo um ou outro moribundo, segundo refere o registo paroquial exarado mais tarde; mas por outro lado o padre João Fernandes, que êle ao partir tinha deixado a paroquiar Travanca, cessara de ser cura, saíra até da freguesia, mas ia fazendo na vizinha igreja paroquial de S. Pedro de Farinha-Pôdre os officios por alma dos que faleciam em Travanca, declarando que o fazia porque o falecimento se dera quando ainda durava a *sua apresentação*, e *por ter licença do srô Bispo* para isso. Lançava entretanto no livro dos óbitos de Travanca notas de cumprimento dos sufrágios, o que nos mostra que ainda conservava em seu poder êste livro do registo paroquial, apesar de confessar que já não era pároco, e apesar de residir noutra freguesia. Pelo seu lado o padre João Alves Brandão, querendo depois lavrar os assentos dos óbitos dêsses mesmos, sufragados em Farinha-Pôdre mas falecidos e sepultados em Travanca, viu-se forçado a lançar êsses assentos no livro de registo dos casamentos, por não ter o dos óbitos, que lá estava em mão do padre Fernandes.

Tudo isto nos revela a confusão e anormalidade que se seguiu à violência comandada por Brás Garcia.

Aparece-nos alguns meses depois, em 1641, nôvo presbítero a paroquiar a igreja de Travanca com o título de encomendado: o mesmo sacerdote que já em setembro de 1640 andava com o padre Pantaleão Garcia a ministrar sacramentos aos moribundos, e que, depois de encomendado, teve a solitudine de lavrar o registo paroquial relativo aos meses decorridos desde a saída do padre João Fernandes. Precisamos de saber quem era aquele novo pároco, porque a determinação da pessoa projecta bastante luz sôbre o caso que nos ocupa. O padre João Alves Brandão era de Galizes, e a 22 de junho dêste mesmo ano havia na Universidade de Coimbra recebido o grau de bacharel em Cânones¹, interrompendo, para ir tomar conta desta igreja, a sua formatura, que só veio concluir com o respectivo acto a 4 de maio de 1642². Tinha êste eclesiástico re-

¹ A. U. — *Autos e graus*, vol. 32, l. 1, fl. 45. — ² *Ibid.* l. 3, fl. 36 v.º

lações estreitas de amizade e de próximo parentesco com os Garcias de Mascarenhas de Avô, e devido a isto se deu êle por suspeito quando, alguns anos mais tarde, sendo vigário geral em Coimbra, foi nesta qualidade chamado a julgar um processo, em que era reu o padre Matias, irmão de Brás Garcia¹. O seu aparecimento pois, como encarregado da paroquialidade, mostra que se tinha operado uma mudança radical. Eram já os Garcias de Mascarenhas que influíam no govêrno da igreja de Travanca.

É portanto indubitável que o padre Pantaleão estava reintegrado no seu beneficio, embora não reentrasse na efectividade normal do cargo senão um ano depois, em 1642. A escolha do padre João Alves Brandão para encomendado fôra já feita por êle.

Em virtude do exposto concluímos: a scena violenta de Travanca deu-se entre junho e agosto, isto é, no verão de 1640.



Vejam os agora o epilogo do drama.

Foi bem mais satisfatório do que era de esperar.

O intruso, que nunca pude descobrir quem fôsse, ou morreu na briga, ou ficou possuído de tal medo, e tão escarmentado, que não pensou mais em possuir o pretendido beneficio; e o padre Pantaleão, que, estando ausente, fôra completamente estranho ao desenlace violento, achou-se súbitamente livre de quem lhe contestasse mais o seu direito, e fácil lhe seria agora obter dos tribunais que lhe reconhecessem a sua justiça.

Nada devem ter sofrido os companheiros que auxiliaram o poeta na empresa. Juntaram-se e partiram clandestinamente, sem nada transpirar em Avô; e em Travanca não eram conhecidos. A existência de cúmplices facilmente se provava; mas quem eram êles? Naquele tempo havia facilidade em se ocultarem aos olhos vendados da justiça cousas claríssimas; não seria pois difficil dispor tudo por forma, que não viesse a identificar-se nenhum dos companheiros de Brás.

Este porêem é que pagaria por todos. A responsabilidade era quasi exclusivamente sua. Não podia dissimular, e não dissimulou.

A prudência mandava que, antes de mais nada, se homiziasse; e depois, bem escondido, tentaria então organizar a sua defesa.

É o que faz.

Não foge; mas finge fugir, e esconde-se na própria *Pátria*, isto é, na vila de Avô, ou ali próximo.

¹ Vid. Doc. LXXXV, *Libelo apelatório*.

Poucos meses porém dura o homizio.

Não tarda a raiar o dia 1 de dezembro. Rebenta em Lisbôa a revolução patriótica, que sacode o jugo castelhano, e aclama rei de Portugal o duque de Bragança.

A notícia chega a Avô ao fim duma semana, e Brás Garcia, deixando o seu esconderijo, corre à capital a pôr a sua espada, já experimentada, à disposição da causa patriótica.

Passa-se uma esponja sôbre o crime de Travanca, e o nosso poeta principia então uma vida nova.

(*Continua*)

A. DE VASCÓNCELOS.

DOCUMENTOS

LXIII

ASSENTO DUM CASAMENTO DE QUE FOI TESTEMUNHA O POETA

(12 outubro 1645)

Em dose dias de 8.^{bro} de 645 se receberam em minha presença e fiz as benções nuptiais a Siluestre Rôiz filho de João Rôiz e de m.^a J.^o sua m.^{er} m.^{ors} no lugar de moimenta, e a Isabel da fons.^{ca} da Costa ¹ filha de J.^o m.^{el} da fons.^{ca} e de m.^a mad.^{ra} da Costa desta uilla a que forão test.^{as} frei bras Gr.^{ca} m.^{as} mathias frz: Ant.^o da Costa, m.^{el} Alurz: todos desta uilla de q̄ fis e assinei eodem die.

MATTOS.

(C.S. — *Registo paroquial de Avô*, vol. 1, cad. 1, fl. 163 v.º).

LXIV

CARTA DEL REI D. JOÃO IV AGRADECENDO A BRÁS GARCIA
OS SERVIÇOS PRESTADOS, E A BOA VONTADE COM QUE OS PRESTOU,
NO LEVANTAMENTO DE GENTE DE VÁRIAS PARTES, PARA O GUARNECIMENTO
DAS PRAÇAS DA FRONTEIRA

(8 novembro 1645)

Bras Garcia Mascarenhas Ev El Rey vos enuio muito saudar. O Conde de Serem Governador das armas nessa prouincia me deu conta das Ordens q̄ vos tinha dado para fazerdes conduzir gente de differentes partes para guarnecer as praças da fronteira dessa prouincia em quanto a gente paga q̄ tenho mandado venna de socorro a esta não se torne a recolher, e do bom animo com q̄ vos despuastes a me seruir nesta ocasião o que vos agradeço muito, tendo por certo q̄ no comprimento das ordens q̄ vos tiuer dado e der o Conde e em tudo o mais q̄ con-

¹ Cunhada do poeta.

uenha a meu seruiço obrareis com tal cuidado e deligencia q̄ comprindo com vossa obrigação folgue eu de vos fazer a honra e merce q̄ tenho por certo me sabereis merecer. Escrita em Aldea galega a 8 de novembro de 1645.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. vii, fl. 41 v.º).

LXV

ASSENTO DO BAPTISMO DE ANTÓNIO GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DO POETA

(14 dezembro 1645)

1645 —

Baptisou o p.^e João Caramello de minha l.^{ca} Ant.^o filho de frei bras Gr.^{ca} m.^{as} e de sua m.^{er} D. M.^a em os 14. dias de 10.^{bro} foi padrinho taõ som.^{te} Steuão Soares de Melo. per lembr.^{ca} fis eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.º, fl. 108 v.º).

LXVI

ASSENTO DUM CASAMENTÓ EM QUE FOI TESTEMUNHA O POETA

(2 fevereiro 1646)

1646

Aos ij de feuer.^o se receberão em minha presença e fiz as bencões nuptiais a J.^o Rõiz filho de João Rõiz e de maria João m.^{ores} no lugar de moi(menta) e a Anna da fons.^{ca} da Costa ¹ f.^a de J.^o m.^{el} e de m.^a mad.^{ra} desta (villa) a q̄ forão test.^{as} frei bras Gr.^{ca} m.^{as} Siluestre Rõiz ² J.^o m.^{el} ³ m.^{tos} por lembr.^{ca} fis e assinei eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, vol. 1, cad. 1, fl. 163 v.º).

LXVII

CARTA RÉGIA DE D. JOÃO IV A BRÁS GARCIA, ENCARREGANDO-O DE LEVANTAR NA BEIRA UMA COMPANHIA, E PASSAR COM ELLA AO ALENTEJO

(4 agosto 1646)

Capitão Bras Garcia Mascarenhas. Ev El Rej vos enuiu m.^{to} saudar Tenho mandado preuenir nessa prou.^a da beira mil homes para passarem a reforçar o Exercito de Alentejo tanto q̄ haja recado do Conde de alegrete para isso E por fazer toda a deuida estimacão de vossa pessoa e do com q̄ tendes acudido sempre as obrigacões de meu seruiço me pareceo encarregaruos leuantardes hũa das comp.^{as} que se hão de formar e passardes com ella a Alentejo na forma em q̄ mais

¹ Cunhada do poeta.

² Irmão do noivo, e casado com uma irmã da noiva (doc. I.XIII).

³ Pai da noiva.

particularm.^{te} o entenderéis do Conde de Serem q̄ vos dara ordem do q̄ haveis de seguir em tudo e poderes estar certo q̄ sempre me sera presente o seruiço que nesta occasião me fizerdes, e particularm.^{te} nas de vossos acrescentam.^{tos} escrita em Lx.^a a 4 de agosto de 1646.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. vii, fl. 132 v.^o).

LXVIII

ASSENTO DO BAPTISMO DE MANUEL GARCIA DE MASCARENHAS,
FILHO NATURAL DE MATIAS GARCIA E DE ANA DUARTE
DE TRAVANCA DE FARINHA PÔDRE

(18 fevereiro 1647)

Enos dezouto dias do mes de feu.^{ro} bautizei da mesma era (1647) m.^{el} f.^o d'Anna solteira forão padr.^{os} Joseph marques doliveirina ¹ e Isabel Antunes desta uilla ².

G.^{AR} FR.^{CO}

(C.S. — *Registo paroquial da Bobadela*, l. 1, cad. 2.^o fl. 15)

LXIX

ASSENTO DO BAPTISMO DE TOMÁS D'AQUINO GARCIA DE MASCARENHAS,
FILHO DO POÉTA

(7 março 1647)

1647 —

Aos 7. dias de Março baptizei Thomas q̄ loguo ao baptizar foi nomeado Thomas de aquino filho de frei Bras Garcia M.^{as} e de D. M.^a da Costa forão padrinhos J.^o m.^{el} o moço ³, e Isabel Garcia ⁴ f.^a de Marcos Gr.^{cia} per lembr.^{ca} fiz eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 110).

LXX

CARTA DE D. JOÃO IV AGRADECENDO A BRAS O ZELO E VALOR COM QUE SE HOUE
NA TOMADA DE S. FELICE DE LOS GALLEGOS

(13 setembro 1647)

Bras Garcia Mascarenhas. Eu el Rei uos enuio muito saudar. O Governador das armas Dom Rodrigo de Castro me significou o zelo e ualor com que procedestes na occasião da empresa da praca de S. Felices de los Galhegos e pareceome

¹ Era primo inteiro do pai da criança, por ser filho de Francisco Marques, irmão de Marcos Garcia. Este Francisco Marques era casado em Oliveirinha com Agostinha Lourenço.

² Esta Isabel Antunes tambem era irmã de Marcos Garcia, e por isso tia paterna do pai da criança. Nascera na Bobadela, e casara com António Madeira, de Avó, residindo ambos naquella freguesia.

³ Era filho de João Manuel da Fonseca, e por isso tio materno da criança.

⁴ Tia paterna do neófito.

agradeceruolo como por esta carta o faço e dizeruos que o seruiço que nesta occasião me fizestes me hade ser sempre presente para uos fazer a honra e merçe que ouer lugar. Escrita em Lisboa a 13 de setembro de 1647.

REY

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. XII, fl. 11).

LXXI

CARTA DE D. JOÃO IV A D. SANCHO MANOEL, CAPITÃO GENERAL
DAS ARMAS NO PARTIDO DE CASTELO BRANCO, ORDENANDO-LHE QUE LEVANTE
MIL E QUINHENTOS HOMENS NAS SUAS COMARCAS, POIS A D. RODRIGO DE CASTRO,
CAPITÃO GENERAL NO PARTIDO DA GUARDA, MANDARA FAZER OUTRA LEVA
DE DOIS MIL HOMENS NAS SUAS QUATRO COMARCAS

(15 junho 1648)

P.^a Dom Sancho m.^{el}

Dom Sancho m.^{el} Ev el Rej uos enuio m.^{to} saudar Do que me escreuestes em carta de 26 do passado entendi a diligencia que tinheis feito em ordem a formatura dos tres tercros de infantaria que me offerecestes fazer nessa prou.^{ca} e de nouo uos torno a agradecer o bom animo com que uos tendes disposto e dispondes a fazer me este seruiço, e dizer uos que sera elle neste tempo e occasião o mais agradauel e de major importancia que de uos posso receber e que me ha de ser sempre prezte para folgar de uos fazer por elle toda a honra e m.^{ce} que ouer lugar e porque conuem não se perder nisto hum so momento de tempo para que se consiga com breuidade o que tanto importa e se reparta o trabalho entre uos e dom R.^o a quem encarrego que nas quatro com.^{cas} do seu partido leuante dous mil homés e que uos nas tres do uosso leuanteis mil e quinhentos vos encomendo e mando que logo facais alistar estes mil e quinhentos que hao de ser dos mais nobres afazendados desobrigados e que tiuerem mais prestimo p.^a o seruiço que se acharem e hão de seruir so nesta occasião e o Conde de São L.^{co} tem ordem minha para que acabada ella despida esta gente e a deixe ir p.^a suas terras a qual fareis tambem armar e separar formando as comp.^{as} com capitães alferezes e sargentos que hão de uencer o mesmo soldo que gosao os dos tercros pagos e auisarmeheis em toda a dilig.^{ca} logo que tenhais isto desposto e executado para se uos remeter logo dinheiro para ser socorrida esta gente e marchar porque segundo os auisos que se tem a saida do inimigo esta tão proxima que não podera dar lugar a elle se auer de aquartelar como uos na vossa carta acertadamente aduertis se deuia fazer p.^a se exercitarem os soldados e torno uos a encomendar m.^{to} o effeito deste neg.^o e a dizer uos que com o cuidado com que estou certo o auéis de dispor e executar deponho a major parte do a que me obriga o grande poder que o inimigo tem preuinido e uay juntando em dano deste Reino aduertindo uos tambem que o Conde da Ericeira com ordens minhas tem partido a fazer 400 infantes socorridos para esta mesma occasião as com.^{cas} de Coimbra e Esgueira p.^a que tendo o entendido não haja embaraço p.^{lo} que toca aos que o Conde tirar da com.^{ca} de Coimbra que he do uosso partido Escrita em Lx.^a a 15 de junho de 1648.

REY

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. XII, fl. 57 v.^o).

LXXII

CARTA DE D. JOÃO IV AO CONDE DA ERICEIRA, DANDO-LHE INSTRUÇÕES
SÔBRE UMA LEVA QUE BRÁS GARCIA ANDAVA ORGANIZANDO NA COMARCA DE ESGUEIRA

(24 julho 1648)

Conde amigo. Eu el Rey vos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Recebeuse a vossa carta de 18 do presente com copia da ordem com que o governador das armas Dom Rodrigo de Castro mandou ao capitão Bras Garcia Mascarenhas aleuantar oito centos infantes á Comarca de Esgueira, avisandome que tinheis remetido a Estremoz hũa tropa de vinte e oito cauallos e quarenta soldados pagos, e que os duzentos socorridos da Comarca de Coimbra partirão logo que vos chegue resposta do que me tinheis escrito em razão da duuida que se vos offereceu acerca dos Capitães, e officiaes que hauiam de levar esta gente, a que se vos tem deferido, e persuadome que ja iria marchando esta infantaria, e tornandouos a agradecer muito o zelo e cuidado com que em tudo tendes procurado abreuuar esta leua, que é mui conforme a grande confiança que faço do zelo e amor com que vos empregais em meu seruiço. Emquanto a duuida que se vos offerece em haerdes de passar de Esgueira, assistindo nella Bras Garcia fazendo outra leua, me pareceu dizervos que depois de vos passarem as ordens e vos partirdes desta corte a fazerdes a leua que vos encarreguei, pela continuação dos avisos que se tiveram do maior poder com que o inimigo se está preuenindo em Badajos e sendo precisamente necessario acrescentar o do meu exercito, para se lhe opor e obviar os danos de seus designios, foi necessario expediremse nouas ordens aos dous Governadores das armas da Beira para fazerem leuantar nos seus partidos tres mil e quinhentos infantes socorridos, para os enuiarem a Alemtejo e seruirem alli nesta occasião, que devia ser o motiuo com que Dom Rodrigo mandou a Bras Garcia á Comarca de Esgueira a leuantar oitocentos homens, persuadindose que como aquella Comarca fica mais apartada da raia e menos sujeita por esta causa a acudir a ella nas occasiões de rebates se poderiam tirar dalli estes oitocentos homens; mas porque eu quero e sou seruido que o que nella obrar seja por ordem vossa, fui seruido resolver que agora que vos tendo expedido o soccorro de Coimbra, passeis logo a Esgueira e chamando a Bras Garcia e mandando lhe dar a carta que com esta será para elle, lhe peçais as listas da gente que tiver alistada e precedendo as diligencias que julgardes por necessarias dos que houuer alistados ou de outros, se entenderdes que os hauerá mais desobrigados e capazes para ir servir nesta occasião fazei separar quinhentos infantes ajustando vos para isto as ordens que leuastes e formando cinco companhias com os Capitães e officiaes que vos enuiará Dom Rodrigo com as patentes que se lhe remeteram, e socorrendoos do dinheiro que se vos proveu e do mais que vos enuiará Dom Rodrigo ireis expedindo estas companhias ã e ãã ou na forma que vos parecer, e Bras Garcia vos assistirá a tudo o que lhe ordenardes como lhe mando aduertir e encarregar; e a Dom Rodrigo de Castro mando tambem avisar desta minha resolução e encomendar que vos faça prover o dinheiro que faltar e enuie os officiaes e capitães para estas companhias, e vos lhe avisareis da quantia de dinheiro que pode faltar para que elle vola enuie do que lhe está consignado para a leua que se lhe encarregou. E em tudo o mais que se offerecer tocante a esta materia, vos correspondereis com o dito Dom Rodrigo, para facilitar e expedir mais breuemente este socorro, e fio de

vossa prudencia e zelo que tudo disporeis e encaminhareis como mais convenha a meu seruiço. Escrita em Lisboa a 24 de Julho de 648.

REY

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. x, fl. 121 v.º).

LXXIII

CARTA RÉGIA A D. RODRIGO DE CATRO SÔBRE O MESMO ASSUNTO

(24 julho 1648)

Dom Rodrigo de Castro. Eu el Rey vos enuio muito saudar. Como ja uolo mandei auisar se tinha dado ordem ao Conde da Ericeira para leuantar 400 Infantes socorridos nas comarcas de Coimbra e Esgueira para o socorro de Alentejo e tendo o Conde concluida a leua que tocava a Coimbra reparou agora em passar a Esgueira em razão de hauerdes enuiado aly a Braç Garcia Mascarenhas a leuantar 800 Infantes para se prefazerem com elles os dous mil que tocão a uossa repartição e não ser possiuel tirarse de hũa ues de hũa comarca tão pequena tam grande numero de gente; e porque persuadindome que cõ a authoridade e zelo do Conde se fara aly melhor esta leua lhe mando ordene que logo passe a Esgueira e pedindo a Bras Garcia as listas que tiuer feitas da gente della, ou de outra se lhe parecer que na Comarca hauera homens mais desobrigados e capazes para hirem seruir nesta occasião aliste 800 infantes e que destes forme sinco companhias e cõ os capitães e officiaes que lhe haueis de enuiar as faça marchar para Alentejo na forma em que expedio as duas Companhias de Coimbra, ou como melhor lhe parecer auisandouos do dinheiro que demais do que leouu lhe faltar para socorrer esta gente, para que uos da consignação que se uos tem dado lho prouejæes como uos encomendo o facaes para que por hũa e outra parte se procure que esta gente marche cõ a maior breuidade que for possiuel. E a Bras Garcia mando escrever e ordenar que assista ao Conde e guarde as ordens que elle lhe der tocantes a esta leua de Esgueira e de tudo me pareceo mandaruos auisar para o terdes entendido. E destes 800 infantes os 300 hão de fazer por conta da uossa repartição e fio do uosso zelo e cuidado procurareis que não haja dillação nenhũa no que tanto conuem a meu seruiço abreuiarse por todas as partes. E ao Conde da Ericeira aduerti daquillo que se uos offerece para melhor se encaminhar o que se pertende. Escrita em Lisboa 24 de Julho de 1648.

REY.

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. xii, fl. 65).

LXXIV

CARTA RÉGIA A BRAS GARCIA AINDA SÔBRE O MESMO OBJECTO

(24 julho 1648)

Bras Garcia Mascarenhas. Eu el Rey vos enuio muito saudar. Eu mando ordenar ao Conde da Ericeira, que se acha em Coimbra, passe logo a essa Comarca de Esgueira para que dos soldados que com a ordem que vos deu o Governador das Armas Dom Rodrigo de Castro tendes alistado nella, ou de outros, se lhe parecer que os hauerá mais desobrigados e mais capazes para o exercicio da Guerra, faça formar cinco companhias de quinhentos infantes que são os mais que segundo

o aviso que tenho se podem tirar nesta ocasião dessa comarca para o socorro do Alentejo, e o Conde estando formadas e ajustadas estas companhias com seus capitães e officiaes hade fazer marchar para Alentejo na forma que lhe mando ordenar e agradecemdouos a vos a boa diligencia que tendes feito na leua de que me tinha avisado o Governador das Armas Dom Rodrigo de Castro, vos encomendo e mando que entregando logo as listas que tinheis feitas ao Conde, lhe assistais em tudo o que elle vos ordenar para que a gente se ajuste e se formem e marchem as companhias com a breuidade que tanto conuem a meu seruiço, e para isto guardareis em tudo as ordens que o Conde vos der, assegurandouos que heide ter mui particular lembrança do seruiço que me fizerdes nesta ocasião, para folgar de vos fazer por elle toda a merce e honra que houuer logar. E ao Governador das armas Dom Rodrigo de Castro mando auisar desta minha resolução, para ter entendido a forma della. Escrita em Lisboa a 24 de Julho de 1648.

REY

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. x, fl. 122).

LXXV

NOVA CARTA RÉGIA A BRÁS GARCIA
EM RESPOSTA A UMA DÊSTE, VERSANDO A MESMA MATÉRIA,*(9 agosto 1648)*

Bras gracia März. Ev El Rey vos inuio m^{to} saudar Recebeosse a uossa carta de 2. do presente em que me daes conta do modo em q̄ hieis obrando na diligencia da leua de q̄ vos hauia encarregado o gou.^{or} das armas dessa prou.^{ca} Dom R.^o de Castro fizesseis na Com.^{ca} de Esgueira e de como a hauieis suspendido em razão de se hauer encarregado esta diligencia ao Conde da Ericeira cõ ordem q̄ lhe assistisseis nella, E hauendo uisto tudo o q̄ sobre este particular appontaes na uossa carta, me pareceo dizeruos q̄ nesta diligencia, e assistencia q̄ haueis de fazer ao Conde procedaes na conformidade das ordens q̄ para isso se uos tem dadas. Escrita em Lx.^a 9. de Agosto de 1648.

REY

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. ix, fl. 139).

LXXVI

OUTRA CARTA RÉGIA A D. RODRIGO DE CASTRO A RESPEITO DA MESMA LEUA

(14 agosto 1648)

Dom Rodrigo de Castro. Eu el Rej uos enuio muito saudar. Em carta de 30 do passado me daes conta das deligencias que tinheis feito para se cobrarem os 6005000 reis que Dom Sancho Manoel uos hauia de remeter para a leua que corre por uossa conta e que estes applicareis a gente que na comarca de Esgueira alistaua Braz Garcia, e que tanto que chegasse o mais dinheiro se expediria o mais de que hade constar o socorro que corre por uossa conta, perguntando se o conto oitenta e quatro mil oitenta e sete reis que hũ comissario hauia entregue ao Pagador em 25 do mesmo são para a leua ou para que outro effeito. E pareceome dizeruos que como ja uolo aduertio Antonio Pereira remetendouos a resposta de hũ escrito que de minha parte se escreueo ao Bispo eleito do Porto, este dinheiro era para a

leua, e espero de uosso cuidado e zello que quando chegar a uossas mãos esta carta se tera expedido toda a gente da uossa repartição e não tardara muito em chegar a Alentejo. Escrita em Lisboa a 14 de Agosto de 1648.

REY.

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. xii, fl. 65).

LXXVII

CARTA RÉGIA Á CAMARA DE AVEIRO TRATANDO DO MESMO OBJECTO

(20 agosto 1648)

Juiz vreadores e Procurador da Camara da Villa de Aveiro. Ev El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Hauendo uisto tudo o q̄ na uossa carta do prim.^o deste appontaes em ordem a se tirar gente dessa Villa, e seu termo, nem dos lugares duas legoas ao redor por rezão de ter essa uilla porto de mar, com hũa barra aberta sem fortificação q̄ possa impedir ao inimigo a entrada della quoando o intente ; me pareceo dizeruos q̄ cõ attenção a tudo o q̄ aduertis e appontaes na uossa carta, e a estarem os lugares dessa Comarca tam uesinhos do mar, se reduzio o numero de oitocentos homens que hauia de leuantar nella Bras gracia Mãrz a quinhentos q̄ hade fazer o Conde da Ericeira para hirem seruir nesta occasião a Alentejo e passada ella se hão de recolher as suas terras para cujo effeito foy necess.^o e preciso puxar por esta gente. E no q̄ toca ao forte que se deue fazer na barra dessa V.^a para sua deffensa fico aduertido e cõ cuidado p.^a tomar nisso a resolução que mais conuenha a meu seru.^o e a segurança da mesma barra. Escrita em Lx.^a 20 de Agosto de 1648.

REY

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. ix, fl. 141 v.^o).

LXXVIII

CARTA RÉGIA AO CONDE DA ERICEIRA, COMUNICANDO-LHE UMA QUEIXA FEITA CONTRA BRÁS GARCIA POR TOMÁS DA COSTA CÔRTE-REAL, DE AVEIRO, A RESPEITO DA LEVA, E ENCARREGANDO-O DE SYNDICAR EM SEGREDO E INFORMAR SÔBRE O ASSUNTO

(10 setembro 1648)

Conde da Ericeira

Conde amigo Ev El Rej vos enuio m.^{to} saudar como aquelle que amo. Com esta carta vos mando remetter outra que me escreueo de Aveiro Thomas da Costa Corte Real em q̄ me faz queixa dos procedim^{tos} do capitão bras garcia mãrz q̄ a comarca de Esgueira foi com ordem de dom R.^o de castro gou^{or} das armas da beira a reconduzir os soldados fogidos de suas bandeiras, e a q̄ Ev tambem vos hauia mãdado, e a leuantar outros. E pareceome remeteruola, E encomendaruos q̄ vendo a e fazendo com todo o segredo as diligencias que vos parecer e tiuerdes por mais acertadas para alcansar o que passa nisto me informeis de q̄ na verdade achardes para mandar prouer o que tiuer por mais seruiço meu. Escrita em Lx.^a a 10 de Set^{ro} de 1648.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. viii, fl. 133).

LXXIX

ASSENTO DO BAPTISMO DE ISABEL GARCIA, FILHA DO POETA BRÁS

(31 dezembro 1648)

1648 —

Aos trinta e hũ, uel ultimo dia de 10.^{bro} baptizei Isabel filha de frei bras Gr.^{ca} M.^{as} e de sua m.^{er} dona M.^a, forão padrinhos assignados Luis de Mello e sua m.^{er} dona Maria de Villa Coua por lemb.^{ra} fiz eodem die.

MATTOS

(C.S. *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 11 v.^o).

LXXX

ASSENTO DO BAPTISMO DO FILHO DE UMA ESCRAVA PRETA,
QUE TINHA BRÁS GARCIA

(24 junho 1649)

1649 —

Aos 24 de Junho baptizei Marcelino filho de hũa pretta cativa de bras Garcia M.^{as} nomine Isabel, filho q̄ disse ser de hũ m̃cebo de Trauãqua de farinha podre por nome J.^o forão padrinhos o p.^e fr.^{co} frz! e maria pretta desta uilla de q̄ fiz e assinei eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 112).

LXXXI

ASSENTO DUM BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O POETA

(25 junho 1649)

1649

.....
Em 25 de Junho baptizei Anna filha de Miguel Nũz de Campos e de Anna mad.^{ra} sua m.^{er} forão padrinhos frei bras Gr.^{ca} m.^{as} e sua m.^{er} D. M.^a por lemb. fiz eodem die

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 112)

LXXXII

ASSENTO DE OUTRO BAPTISMO COM O MESMO PADRINHO

(4 setembro 1649)

1649

.....
Aos 4. dias de 7.^{bro} baptisou o p.^e m.^{el} Garcia¹ de minha l.^{ca} Ant.^o filho de J.^o Gomes botelho, e de sua m.^{er} m.^a de misquitta² forão padri. frei bras Gr.^{ca} M.^{as} e sua m.^{er} D. M.^a por lembr.^{ca} fiz eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 112).¹ Irmão de Brás Garcia.² Filha de Felipe Madeira, tio materno do poeta.

LXXXIII

ASSENTO DE BAPTISMO DE QUITÉRIA GARCIA DE MASCARENHS, FILHA DO POÉTA BRÁS

(29 junho 1651)

1651 —

Hoje 29 de Junho (Appostolorum die) baptizei Quiteria filha de frei bras Gr.ca e de Dona Maria sua m.er forão padrinhos o R.do p.e M.el Gr.ca¹ e susana filha de J.o m.el² por lembr.ca fiz eodem die

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.º, fl. 113 v.º)

LXXXIV

ASSENTO DUM BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O POETA

(18 outubro 1652)

1652

.....
Aos desoito dias do sobre dito mes (*outubro*) Baptisou o dito M.el Graçia a João filho de Migel nüz. Campos e sua m.er Ana mad.a forão padrinhos bras Gr.ca M.as e Ceçilia madr.a soltr.a todos desta uilla de que fis e assinei eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.º, fl. 115).

LXXXV

PROCESSO CRIME INSTAURADO CONTRA O P.º MATIAS GARCIA,
POR TER CHAMADO «JUDEU» A BERNARDO DUARTE DE FIGUEIREDO, AUTOR NESTE PROCESSO

(Principiado em 1652)

Artigos do libelo

Prouaria que sendo o Reo inimigo capital e descuberto delle autor por duvidas e differencas que tinha tido asim com elle Reo como com seus Irmãos pella qual rezam andava o Reo buscando todas as occasiois que podia pera o afrontar e injuriar em resam de lhe ter odio por ser Respeitado na dita villa sendo que tinha uindo hauia pouquo tempo pera ella de morada de sorte que asim o Reo como seus Irmãos por seus inimigos herão tidos hauidos e conhesidos no que não hauia duuida, e sendo isto asim —

Prouaria que o Reo em resam do dito odio que tinha a elle autor pellas Resois presedentes que com elle tinha tido, e com seus Irmãos aonde quer que se achaua em luguares publicos soo a fim de injuriar e afrontar a elle autor desia, e publicaua que elle hera hum judeu uindisso de fora, o que desia e Repetia muitas e uarias ueses, aonde quer que se achaua chamandolhe de judeu, e que nas Eleissois dos

¹ Tio paterno da baptizada.

² Tia materna da baptizada.

carregos da dita uilla não emtrasse elle autor que emtrasse quem quer que fosse, e perguntadolhe algumas pessôas o porque, e porquem o desia, elle Respondia que pello autor em Resão de ser judeu, e o mesmo Reo se gabaua a muitas pessoas ter chamado a elle autor judeu na cara —

Prouaria que elle autor em Resão de ser assim tam publica mente de ordinario afrontado e injuriado plo Reo com elle lhe chamar judeu que sempre se dera por muito injuriado e afrontado, e tomara antes perder ou deixar de ganhar quatro mil cruzados que serlhe feita tal injuria e afronta e dita por uarias uezes pello Reo, aqual injuria e difamação que o Reo fazia da pessoa delle autor lhe fora por elle feita de outo meses a esta parte como tambem —

Prouaria que elle autor hera filho legitimo de legitimo matrimonio de Salvador Duarte de figueiredo e de sua molher Catherina Gomes que Deus tem, e o dito seu paj hera Sargento mor na uilla de Pombeiro aonde hera morador e nella fora Capitão e ouidor do Senhor da dita uilla e asim os parentes da parte do dito seu paj como da dita sua may herão dos milhores da dita uilla, e das mais uillas aonde uiuião os quais todos seruião, e seruirão, os carguos nobres da guouernanca dellas assim na República como nas Igreias —

Prouaria que a maj delle autor hera filha de João Thome que Deus tem morador que foj em ual de asores termo da uilla de Mortagoa, e filha de Angela Gomes os quais herão dos principais da dita uilla e fora Capitão toda a sua uida no dito conselho como de presente tambem o herão dous Irmãos da maj delle autor na dita uilla, e conselho de mortagoa, e todos seus parentes seruirão, e seruião na dita uilla e conselho todos os carguos nobres na guouernanssa della —

Prouaria que elle autor tinha dous Irmãos dos quais hum delles estaua actual mente seruindo de Capitão de Infantaria na uilla de Pombeiro, e outro seruire de Alfes, e de Almotasel nella: sendo como hera huma uilla notauel, e elle autor tinha seruido na dita uilla de Auo de Alfes, e juis ordinario por uerdadeira elleisão de Pelouro e os mais carguos nobres da igreja, e actual mente estaua seruindo de tabalião de notas publico e judisial em quatro uillas de propriedade, como hera auó, uilla coua de sob auo, nogueira, e São Sebastião da feira —

Prouaria que asim os parentes da parte do Paj delle autor como de sua maj nunqua tiuerão nem forão infamados de terem Raça alguma de mouros nem judeus nem de outra infecta nasção antes sempre de todos, e das pessoas mais uelhas das uillas, e dos ditos luguares forão sempre tidos e hauidos, e conhessidos por christãos uelhos de todos os quatro costados sem nunca hauer fama alguma de em huma ou outra gerasão auer Raça alguma de judeu nem de outra infecta nasção, e essa hera a fama publica que sempre ouuera assim nas ditas uillas como luguares; e sem nunca em comtrario que uerdadeira fosse, pella qual Rezam ficaua sendo muito major a injuria feita a elle autor —

Prouaria que o Reo hera hum saserdote muito soberbo e aRogante e de muito Ruim lingoa que se presaua de uallente, e useiro, e ueseiro em afrontar e injuriar pessoas honrradas pello que ett.^a fama publica ad neccessaria tantum. —

Artigos de comtriedade

Prouaria que o Reo nem seus Irmãos forão nunca inimigos do autor antes Bras Grasia mascarenhas Irmão delle Reo o casara, e lhe fizera despois de casado emprestar dinheiro a Pedro de Afonseca de Arganil pera comprar o officio de Tabalião, e sempre o autor Resebera boas obras delle Reo e de seus Irmãos e

por amor delles se fizera Respeitado e estimado na uilla de Auô e auendo isto feito falço dizer que herão seus inimiguos e que disião delle mal —

Prouaria que fasendosse publico e notorio a todos na dita uilla de Auo que o autor hera christão nouo sem o autor nem seus Irmãos comsintirem nisso por ser grande meixilhão, e se emtrometer nos prouimentos dos carguos do conselho se escandalisara a gente muito delle e se desia que hera mal feito emtrar elle autor nas eleissois —

Prouaria que depois de se saber na dita uilla que o autor estaua notado e emfamado de ser Christão nouo os parentes de sua molher se queixaram muito do Irmão do Reo os mesturar com elle, e de os fazer uir em tão Roim casamento, e elles mesmos o tem por Christão nouo e lho chamão na presença, e na absensia, sem elle autor se afrontar disso nem se defender porque —

Prouaria que Catherina Gomes cujo filho o autor dis que he fora filha de Angella Gomes moradora que fora no luguar de ual de Asores, a qual Angella Gomes fora filha de Henrique Gomes natural e morador que fora em uilla gosendo, e conforme a estes graos ficaua elle autor sendo legitimo netto da dita Angella Gomes nem elle o nega, e bisnetto do dito Henrique Gomes —

Prouaria que a dita Angella Gomes auo do autor fora sempre tida nomeada e tratada no logar de ual de Asores, uilla de mortgoa, e por todos seus arredores por Christam noua, e o dito Henrique Gomes seu bisauo por elle o tratauão, e nomeauão em uilla gosendo donde fora natural, e não ouuera nunca outra fama —

Prouaria que do dito Henrique Gomes bisauo do autor pella parte de sua maj nasceo tambem Gaspar Gomes morador que fora em mortgoa, e deste nascera Brites de figueiredo, presa que fora nos carseres do sancto ofisio por Christam noua, e sahira comfiscada, e sambenitada, e desta Brites de figueiredo nascera Ambrosia de figueiredo, a qual fora tambem presa e sahira a queimar —

Prouaria que tam publico hera ser o autor da nassão hebraea que Bertholameu da guerra filho de Dominguos da guerra tio do autor estando no nouisiado de sancto... pera frade, o lansarão fora da Rellegião pello defeito de Christão nouo que padesia, e querendo Pedro Gomes, e Antonio Gomes Capitais e tios do autor nomeados no quinto artigo de seu libello fazer seus filhos Clerigos se lhe pos impedimento de Christãos nouos, e os purgarão no dito juiso sem parte pello que —

Prouaria que o autor motejaua muito das uidas alheas, e disso hera muito notado, e de faser escarninhos e zombarias comtra as uidas alheas, e com isso fasia apurar a fama que tinha. O Reo hera saserdote de boa fama uida e costumes, e que não afrontara ninguem nem dissera nunca mal de pessoa alguma e a todos daua bom exemplo com seus prossedimentos plo que deuia ser absoluto. E assim se deuia julgar ett.^a.

Sentença na 1.^a instancia (14 nov. 1652)

Vistos estes autos, libello do autor, comtrariedade do Reo mais artigos Resebidos, proua por parte do autor somente dada, papeis juntos: mostrasse que sendo o Reo inimiguo do autor publica mente, e com animo de o injuriar e afrontar em toda a parte e luguares publicos e perante muita gente chamaua a elle Reo de judeu uindisso de fora Repetindo a dita afronta por muitas vezes em toda a parte que se achaua dizendo mais que nos carguos dos eleitos não emtrasse o dito autor, e que emtrasse quem quer que fosse, de sorte que de lhe chamar tais nomes se andaua gabando a toda a pessoa e as mais que lhe perguntauão por quem o desia da qual injuria se deu loguo o autor por muito afrontado por quanto he filho legitimo de Saluador duarte de figueiredo e de Catherina gomes sua molher, e que

o dito seu paj he sargento mor na uilla de Pombeyro, onde foy Capitão, e ouidor do senhor da dita uilla, e que todos seus parentes asim da parte do dito seu paj como da dita sua maj são dos milhores da dita uilla e das mais aonde uiuem seruido nellas todos os cargos nobres asim das igreias como do gouerno. Outro sim se mostra que a maj do autor he filha de João Thome de ual de Asores termo da uilla de Mortagoa e de Angella gomes que foy Capitão no dito Comselho aonde ainda o são dous Irmãos da dita sua maj, e que o dito autor tem dous Irmãos dos quais hum serue de Capitão na uilla de Pombeyro e outro de Alfes na uilla de Couilham onde tem seruido de Almotasel; e que final mente o autor tem seruido de Alfes e de juís ordinario na dita uilla de Auó e que he tabaliam proprietario do auto publico judisial nas quatro uillas, de Auó, uilla coua, nogueira, e São Sebastião da feira. Mais se mostra que assim os parentes da parte do Paj do autor como de sua maj são todos Christãos uelhos e sem Raça de mouros judeus nem mulatos nem disso forão difamados, e por tais forão sempre tidos e hauidos. Mostrasse outro si que suposto do dito autor ouuesse fama de Christão nouo ella foy pello Reo e seus Irmãos inimigos do dito autor o deulgarem pera assim o infamarem porquanto Catherina gomes maj do mesmo autor de quem o Reo lhe impõe nota de Christão nouo nasseo de João Thome e Angella Gomes moradores que forão no ual de Asores, aqual Angella Gomes foi filha legitima de João luis e de sua molher maria Gomes moradores que forão no mesmo luguar que todos forão tidos e hauidos e conhecidos por Christãos uelhos sem nenhum outro Rumor em comtrario de sorte que a dita Angella gomes auo do autor por parte da dita sua maj não foy filha de Henrique gomes de uilla gozendo por quanto nasseo e foy moradora em ual de Asores donde falesseo, e prosedeo de sancta Comba dão. Mais se mostra que o dito João luis, e Maria Gomes uisauos delle dito autor que herão todos Christãos uelhos inteiros e que suposto Brites de figueiredo nasseo do dito Gaspar gomes foy comtudo de sua segunda molher de quem lhe uejo a Rassa que tinha de Christã noua e não pella do dito seu paj que era Christão uelho inteiro, e porque tambem a dita Brites de figueiredo foy casada com Matheus fernandes de uilla gosendo que hera Christão nouo, e foy preso, e confiscado pello sancto ofisio, e dous Irmãos seus que forão queimados e que suposto Ambrosia de figueiredo sobrinha dos sobreditos fosse queimada não prejudica a geração do autor que he limpa e sem Raça de judeu mouro, ou mullato. Mostrasse outrosi que Bertholameu da guerra não emtrou numqua em Relligião alguma de que fosse lanssado fora pello dito effeito, porque se nella entrara fora Rellegioso como o foy frej Antonio de frias frade de sancto Antonio filho do dito Gaspar gomes, e que na geração do autor assi por parte do dito seu paj como da dita sua maj ha muitos frades Relligiosos clerigos, e Priores de authoridade grande, e que dado sahissent com empedimento de Raça de Christão nouo a francisco da silua filho de Pedro Gomes de ual de Asores tio do autor esse o purgou pella dita Resam de parentesquo que lhe não prejudicou de que ouue sentença cujo treslado anda junto nestes autos. E finalmente proua o autor que o Reo he muito soberbo e aRogante e que solta palauras bem estranhadas, e descandallo grande emtendendo com todos e em tudo molestando a muitos e aos melhores sempre afronta. O que tendo uisto e considerado a qualidade do autor e de soltura costumada do Reo palauras injurias que lanssou Repetida mente inconsideradas comtra o autor, e por sua parte não fazer proua alguma, disposissão de Direito em tal caso. Comdeno ao Reo em uinte mil rs⁴ pera o autor de emmenda e satisfasão, e nas custas destes autos. Em Rellação quatorze de nouembro de seis sentos sincoenta e dous.

Sentença na 2.^a instancia (9 março 1655)

Accordao em Rellassão etc.^a bem julgado foj pello vigairo geral do Bispado juis a quo em comdenar ao Reo em pena pecuniaria pera o autor porem em ser em tam pouqua quantia foj por elle menos bem Arbitrado. Reformando nesta parte sua sentença cumprasse o comfirmado por seus fundamentos e o mais dos autos, os quais uistos, e como por parte do autor se proua ser pessoa nobre Christão uelho sem Ráça alguma por seus auos paternos e maternos, e ser seu paj sargento mor na uilla de Pombeiro; e hum Irmão Capitão, e elle auer seruido os carguos nobres, e como outrosi se mostra não ser o autor bisnetto de Henrique gomes como o Reo articullou, mas antes ser bisnetto de João luis e sua molher Maria Gomes christãos uelhos inteiros, e como final mente se mostra insistir o Reo em seus artigos nestes autos nesta instansia em faser o autor Christão nouo, e não o prouar, com que lhe ficou fazendo major injuria, e mostrou o animo que tinha de o injuriar e afrontar, o que tudo uisto, auendo Respeito a qualidade da pessoa do autor e da injuria que o Reo repetiu nos ultimos artigos dos embarguos com o mais que dos autos consta Comdenão ao Reo em mais sincoenta mil rs⁴ de emjuria emmenda e satisfasão pera o autor, e em hum anno de degredo pera a cidade de Euora que hira cumprir dentro de trinta dias, e pague as custas dos autos prinsipais em ambas as instansias, e dos ultimos, e dos ultimos embarguos de premeio. Bragua noue de março de seis sentos sincoenta e sinco.

MOURÃO — OLIVEIRA — FERREIRA — REBELLO

Libello appellatorio em um incidente da causa¹

Por uia de libello apellatorio nesta Instancia, ou como em direito melhor haia lugar diz o P.^e Mathias Gracia Cura da ygreia de Ançeris deste bispado contra o apellado Bernardo Duarte de figr.^{do} da villa de Auo q̄ sendo nesenario —

Pr.^a — 1 — Que o d. Bernardo duarte apellado demandou a elle aPellante ante o R.^{do} Vigr.^o geral deste Bispado de Coymbra por huma injuria uerbal dizendo q̄ elle decendia de nação hebreia nam auendo tal nem elle apelante lhe disse tais pallauras —

Pr.^a — 2 — Que pondosse a dita cauza da primeira instancia em proua tratou o apellado composiçam na cauza com Bras graçia mascarenhas Irmão delle apellante para q̄ a sôbra do fengido conçerto elle dar sua proua muito a seo guosto e sem parte como foj e elle se descudase em dar proua em sua defeza como suçedeo em boa fee, e tanto q̄ teue seu negocio preparado fes sentensear os auttos em q̄ elle apellante sahio comdenado em vinte mil rs. e por lhe pareser a comdenacam piquena apellou para a Rellacam de Bragua onde elle apellante sahio comdenado em quorenta mil reis e hum anno de degredo ou o q̄ na verdade se achar —

Pr.^a — 3 — Que desta exçeciu comdenaçam apellou elle apellante ad sanctam sedem apostolicam em tempo habel, de que jmpetrou rescripto em q̄ ueio nomeado por juis oR.^o uigr.^o geral deste Bispado que no tal tempo hera o D.^{or} João Alures Brandão o quoyal por se sentir peiado na cauza em Rezam de ser parente delle apellante sobdelegou no D.^{or} Dionyzio Rebello de gondim que aceitou a subdelegação, e mandou pasar ynhibitoria compulsoria e citatoria em forma —

Pr.^a — 4 — Que sendo ella intimada aos dezembarguadores da Rellação de

¹ Foi apresentado pelo procurador do apellante padre Mathias Garcia, o licenciado Luis Cordeiro, a 13 de maio de 1662.

bragua a mandaram dar vista ao appellado Bernardo Duarte, e elle por seo procurador a embargou impedindo que os autos se compulsassem, e pello q̄ articulou lhe foram Reçebidos seus emb.^{os} e auidos por prouados na dita Rellação thomando os dezembarguadores della por fundamento q̄ no dito rescripto uinha imserta a clauzulla /, seruata relleguatione /, e que em quoanto elle appellante não podia ser ouuido emquoanto não estiuesses no degredo e que allem disso a dita cauza hera criminal da quoa o dito Doutor nam podia conhecer por nam ser uiguayro geral —

Pr.^a — 5 — Que tendo elle appellante noticia deste despacho pedio segunda jnhibitoria em que mostrou por direito e Rezullução dos Doutorés que a dita clauzulla se punha por estillo e q̄ somente en tres cazos se goardaua a saber quoando o apellante se acha no degredo ou quoando he confesso ou quoando ha tres sentenças conformes e fora delles nam tem efeito e que a cauza de q̄ se trataua hera meramente siuel e que nam tinha a callidade de creminal e sem emb.^o disto não quizeram obedecer a esta segumda inhibitoria nem a terceira que outrosim se pasou —

Pr.^a — 6 — Que uendose elle appellante sem Remedio Recorreu a dispoçissão do Comçillio tridentino que em cazo semelhante manda anullar os autos e sentença apellada e condenar a parte nas custas e hasim o Requerero elle appellante ao R.^{do} juis a quo como dos autos appencos largamente consta —

Pr.^a — 7 — Que deuendo o Reuerendo juis a quo deferir a elle appellante e dar a execução os decretos do dito comçillio sahiu com despacho que se louuaua no ponto da jurisdicção sendo que por direito se mostrou diante delle que a elle pertença conhecer della e nam a outro nem por allgũa das partes lhe foj Requerido q̄ se procedesse o tal louuamento do quoa decrecto appellou elle appellante ad sanctam sedem apostollicão em que se pasou o rescripto de que voça merçe he juis nesta instancia —

Pr.^a — 8 — Que elle appellante foy muito aggrauado pello R.^{do} juiz a quo por muitas Rezois. Primr.^a porq̄ conforme a direito todo o juis Regullarmente he competente para julgar se lhe pertence a jurisdicção da cauza de q̄ se trata o que elle não foj. Segumda em querer Reduzir esta cauza a louuam.^{to} na jurisdicção nam hauendo cauza p.^a hisso por quoanto histo so tem lugar quoando dous juizes ecc.^{os} ambos pertendem ser competentes na mesma instancia e não quoando esta controuerçia suçede entre o juiz a quo e o juis ad quem. Terceira em se louuar em juis arbitro sem elle appellante, e app.^{do} serem çitados. Quorta em não goardar a dispoçissão do comçillio Tridintino que em termos proprios falla a fauor delle appellante, sendo lhe pedida sua execução —

Pr.^a — 9 — Que o appellado não somente Impedio o compulso dos autos ao juizo do Reuerendo juis a quo, mas tambem nesta o empede como consta da cẽtidão que anda nestes autos fol. 21. ibi com o q̄ ham por difirido a Rezão ofrecida por emb.^{os} e isto so defejto de se não saberem as jmjustiças que os desembargadores da Rollacam de Bragua tem feito a elle appellante.

P. R.^{to} e prouado o q̄ baste integrum sibi fieri iustitiæ complementum, quod cum expensis.

(C.E. — Documentos apensos ao processo para a ordenação do Dr. Matias Jácome de Figueiredo, filho de Bernardo Duarte de Figueiredo).

Sentença final (16 março 1666)

Dei nomine inuocato. Vistos estes auttos e forma do rescripto por Sua Santidade a mim commetido, em que sua S. me commete o conhecim^{to} e discisão dos Inci-

dentes de q̄ se appellou contheudos no mesmo rescripto e juntam^{te} a discisão da cauza principal entre partes appellante o Reo originario o R.^{do} Pe Matas Gra olim cura de Anceris e appellado Bernardo Duarte de fig.^{do} m.^{or} na v.^a davô e nesta Sarg.^{to} major, tudo do Bispado de Coimbra; E uisto como ja não ha q̄ differir aos incidentes sobre o compulso dos auttos pois a morte do juis sobdeleguado e a do Reo originario lhe differio, e com effeito os auttos estão compulsados nem menos ao jncidente sobre o Vigr^o Geral de Coimbra querer tornar a rezumir a si a Iurisdicçam q̄ seu antecessor subdellegara com clausula reasumendi pois com este rescripto passou toda a cauza a este meu Juizo e só fica q̄ defferir as appellaçõis q̄ o Reo originario interpos em a Curia de Bragua de lhe não auerem os artigos de noua Rezam e do conserto per prouados por quem da prim.^{ra} foj uisto dezistir em uir com segundos embarguos e bem diffamatorios que tambem lhe não foram recebidos e se sentensiou a cauza final e desta interlucutoria não nos consta q̄ appellesse, e q̄ offizesse hera injusta, porquãto o chamado concerto se não prouou, ainda q̄ duas test.^{as} tiradas subrepticiam.^{te} diserão q̄ o ouuirão ao Autor appellado, q̄ são P.^o Fran.^{co} e Fran.^{co} Pires em casa de Bras Graçia mascarenhas parenta sua da molher do Reo ¹. . . nisso p^{lo} modo q̄ depoem não he verisimil o q̄ dizem, que vinha a ser, q̄ offaria excuzar de ter cauallo auxiliar se elle comprisse o q̄ tinha prometido ao vigr^o de Farinha Podre sobre este conserto, e desistimento desta cauza; e o dito viguajro diz, que neste conserto não affectuara nada, e mais q̄ o Autor dissera q̄ se sentensiaria a cauza, e que então não faltarião homens honrados q̄ se metessem de premejo e uinha a ser estipullar pera outrem quãto mais q̄ as d.^{as} test.^{as} dizem fora p^{la} Senhora de março e consta p^{lo} escrito do Governador das Armas estar o Autor ja escuzo do cauallo em feuerejro do mesmo anno e por isso os R.^{dos} Juizes aq. não fizerão cazo do chamado conserto; no q̄ tudo conflore no ness.^{ro} proçedim.^{to} e sn.^{ca} e sendo isto antes do Reo appellante contrariar não oppos do tal conserto, q̄ hauia de alleguar antes de contestar pois p.^{ro} tiuera nascim.^{to} se fora verdad.^{ro}. E deferindo a cauza principal da jnjuria declaro q̄ foj mal appellado p^{lo} appellante e bem julgado p^{los} R.^{dos} Juizes a qq. confirmo a sua sentensa por seus fundam.^{tos} e p^{los} mais dos auttos de q̄ consta a Iniuria não só ser uerbal e mais uezes em publico repetida com animo de afrontar e injuriar, mas tãobem de inhabilitar ao Autor e seus f.^{os} e descendentes p.^a os cargos e officios e postos nobres mas p.^a não poderem ter estado e dignidades ecclesiasticas, afrontando uiuos, mortos e por nascer. E o pior foj confirmar por escrito, e por artigos o mesmo q̄ tinha dito in varias instancias, mostrando a sua pertinacia e obstinado odio com q̄ foj com o libello diffamatorio, q̄ em drt.^o tem graues pennas. E o peior ja depois de ter uista a largua proua do Autor appellado porq̄ se mostra por grande numero de testemunhas ser Xpão uelho int.^{ro} sem raça alguma infecta e homem nobre e seus antepassados e q̄ seruião os carguos nobres nas terras aonde uiuião asi da millçia como da justiça e nas Ig.^{ras} e o mesmo fazem oje o Autor e seus Irmãos e parentes, e ja hũ seu primo foj por tal iulgado e de puro sangue por esta mesma parte e descendencia, q̄ o Reo appellante quis diffamar, the chegar a dizer que alcansará sn.^{ca} por negociação com os ministros q̄ tão terribele atreuido e aperfiado hera o Reo q̄ ja tera dado conta disso a Deus e dos m^{tos} guastos q̄ fez fazer ao Autor com dillação de dezojto annos nesta cauza q̄ uejo a ser segundo laberinto de Creta, e mal compensará com a condemnação os guastos

¹ Houve aqui evidente lapso do copista que escreveu o traslado. Na sentença original devia estar escrito: «parente da sua molher e irmão do Reo».

das ferraduras dos caualllos conq̄ fes tantas jornadas. Visto como Man.^{el} soltr.^o está habilitado por unico e universal erd.^{ro} do Reo originario e como tal contra elle passou a Auçam por ja estar a demanda contestada quando seu pay fálleço e ja sentenciada, julguo que contra elle pasou a Aução no tocante a penna pecuniaria dos 70 mil reis na segunda sn.^{ca} julguados e por esta confirmada e pague elle as custas na forma da mesma sn.^{ca} segunda e as mais dos jncidentes na forma das sn.^{cas} nelles dadas e as dos autos q̄ nesta Instancia acrescercão. Viseu 16 de m.^{co} de 666.

DUARTE PACHEQUO DE ABREU

(Traslado que andava na posse da familia Garcia de Mascarenhas, de Avô, e hoje está em meu poder).

LXXXVI

ASSENTO DO BAPTISMO DE BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DO POETA

(22 março 1653)

1:53 —

Em os 22 de março baptisou de minha l.^{ca} o d.^{tor} M.^{el} Garcia bras filho de bras Gr.^{ca} M.^{as} e de sua m.^{er} dona M.^a forão padrinhos o l.^{do} prior de S. Romão, e Anna montr.^a ¹ filha de Marcos Gr.^{ca} por lembr.^{ca} fiz eodem die.

MATTOS

(C.S. — Registo paroquial de Avô, l. 1, cad. 2.º, fl. 115 v.º).

LXXXVII

CARTA RÉGIA, PELA QUAL D. JOÃO IV PROVÊ BRÁS GARCIA NO LUGAR DE ESCRIVÃO DAS SISAS GERAIS E DOS PANOS NA VILA DE AVÔ, VAGO POR MORTE DE SEU PAI

(2 novembro 1654)

Dom João etc. faço saber aos questa minha carta virem que tendo resp^{to} a Marcos gracia ia falecido que foi proprietario do officio de escriuão das sisas geraes e dos pannos da villa davoo e seu ramo e seruiu sesenta annos com m^{ta} satisfação sen nunca cometer ero e bras gracia mãs seu filho ter as p^{tes} nesarias pera o seruir como se uio por informaçã do prouedor da com^{ca} da cidade da guarda; hei por bem fazerlhe m.^{ce} da propriedade do dito officio de escriuão das sisas geraes e dos panos da dita Villa davoo e seu ramo asi e da man.^{ra} que o seruia o dito seu pai e as mais pessoas q̄ delle forã prouidas o qual officio tera e seruira enq.^{to} eu ouuer por bem e não mandar o cont^{ro} con declaração que tirando lho en algũ tempo minha faz.^{da} lhe não ficara obriguada a satisfação algũa com o qual hauera de mantim^{to} a saber con as sisas geraes a rezão de sesenta rs por milheiro te chegar a quantia de mil rs cada anno e mais não e con os panos dusetos rs por Anno que lhe serã pagos a custa dos Rendeiros quando as ditas sisas forem arendadas e quando não a custa de minha faz.^a q̄ he outro tanto como tinha e hauia o dito seu pai pello que mando ao prouedor da Com^{ca} da guarda lhe de a posse do dito officio e lhe deixe hauer o mantim^{to} asima declarado e juram^{to} dos santos euangelhos q̄ bem e uerdadr^a m^{te} o sirua guardando en tudo meu seruiso e as p^{tes} seu

¹ Tia paterna do neófito.

dirto de q̄ se fara asento nas costas desta q̄ por firmeza de tudo lhe mandei dar sellada do meu selo pendente e pagara os direitos q̄ deuer e o nouo conforme o Regim.^{to} el Rei nosso sñor o mandou por Ruj de Moura telles do seu conselho de estado e do de guera e ueedor de sua faz.^a João da silua a fez en lx^a a dous de nou.^{ro} de seis centos cincoenta e quatro Eu fran.^{co} guedes pereira a fis escreuer.

(T.T. — Chancellaria de D. João IV, l. 27, fl. 45 v.º)

LXXXVIII

ASSENTO DO BAPTISMO DE MARIA GARCIA DE MASCARENHAS, FILHA DO POETA

(20 maio 1655)

Era de 655 —

Aos 20 do sobredito (*mayo*) baptisei M.^a filha de bras Gr.^{ca} M.^{as} e de sua m.^{er} dona M.^a forão assignados padrinhos o p.^e M.^{el} Gr.^{ca} e Isabel fr.^{ca} todos desta uilla de q̄ fiz eodem die

MATTOS

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 2.º fl. 117).

A. DE VASCONCELOS.

Rotura longitudinal da faixa intercalar

(NOTA ORIGINAL)

No decurso dum estudo sôbre a histologia patológica da fibra ramosa do coração e em particular sôbre as alterações que se podem produzir ao nível da faixa intercalar, ou traço escalariforme de EBERTH e determinar a dissociação segmentar do miocárdio, foi-me dado observar uma variedade de lesão que se apresenta sob um aspecto inteiramente nôvo e se caracteriza com nitidez.

Se, na faixa intercalar persistem e progridem as lesões de estiramento, quer em virtude de alterações essenciais, quer como consequência de alterações fibrilhares na vizinhança da faixa, observa-se que a substância que a constitue deixa de ser homogênea para se vacuolizar no sentido vertical, dando lugar à formação de septos protoplásmicos isolando e separando êsses vacuolos.

Os septos assim formados mantem-se ligados às fibras vizinhas por uma base larga e vão-se adelgaçando até à sua parte média, onde teem uma espessura muito delicada.

Começam depois a engrossar de nôvo até à extremidade oposta onde terminam por uma nova base, igual à já indicada.

O vácuolo tem a menor largura no ponto mais delgado das pontes de protoplasma, pois que reveste uma forma oval, de eixo maior paralelo aos elementos fibrilhares.

A vacuolização pode coexistir em toda a largura da faixa intercalar; é então total, ou mostrar-se sómente à direita ou à esquerda da parte média da faixa, parcializando-a.

Esta alteração pode pôr-se em evidência, depois de cromização



Fibras musculares cardíacas num caso de cirrose hepática. Fixação quatro horas depois da morte. Nota-se bem a vacuolização da faixa intercalar, sem homogeneização da fibra. 1150 diâmetros. Hematóxilina vanádica.

intensa, pelo emprêgo das hematoxilinas férricas e das côres vermelhas de tiazina, em solução aquosa.

Encontrei-a nos casos de morte por cirrose hepática e é seguida da rotura das pontes constituídas pelo estiramento.

Em virtude da sua disposição especial, designo-a com o nome de «*rotura longitudinal da faixa intercalar*».

Janeiro-Março-1913.

MARQUES DOS SANTOS.

TRABALHO DO LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA
DA FACULDADE DE MEDICINA-

Santa Isabel e a Poesia

SUBSIDIOS PARA A FORMAÇÃO DUM SEU CANCIONEIRO

O culto de Santa Isabel, rainha de Portugal, teve sempre para assim dizer um carácter aristocrático e académico. A sua canonização foi principalmente devida à iniciativa e patrocínio da côrte e as suas festas mais notáveis foram celebradas pelo bispo e pela Universidade de Coimbra. O barrete episcopal e a borla de doutor como que simbolizam a singular devoção que tem excitado a memória da piedosíssima princesa. Não que a tradição das suas virtudes e dos seus milagres não se tenha enraizado na imaginação popular, não que a sua lenda deixe de possuir os requisitos indispensáveis para seduzir o sentimento e a fantasia das massas, mas porque o elemento eclesiástico e académico tomaram sempre a supremacia e a direcção dêsse culto. O Santo António, para não citar senão um santo nacional, está sem dúvida alguma muito mais popularizado. As romarias do Senhor de Matosinhos e do Bom Jesus do Monte oferecem um aspecto muito diferente das festas da Rainha Santa.

Não admira portanto que no cancionero e no romanceiro popular português a figura de Santa Isabel não ocupe o lugar que merece, nem apareça envolta num extraordinário nimbo poético. A ingénua musa do povo pouco tem celebrado os seus feitos e só no romanceiro madeirense, colecionado por Alvaro Rodrigues de Azevedo, há anos falecido, é que encontramos apenas um número que lhe é consagrado, e ainda assim não oferece um pronunciado sabor popular. Em compensação as líras dos poetas de mais elevada stirpe e de mais apurada cultura intelectual tem brandido sonorosamente com os louvores das santas, já na língua portuguesa, já na língua latina e espanhola.

O século XVII, tão exuberante dessa poesia refinada, cheia de conceitos subtis e extravagantes, que toca a maior parte das vezes as raias do ridículo e do indecifrável, presta principalmente um con-

tingente abundante e curioso. Pelo elenco bibliográfico, publicado pelo SR. DR. VASCONCELOS no fim da sua copiosa e excelente monografia, temos uma ideia, se não absolutamente completa, pelo menos muito aproximada do ciclo poético determinado pelo mágico influxo de Santa Isabel.

Ousaremos preencher agora algumas das lacunas que se encontram nesse trabalho de investigação bibliográfica, não só indicando os nomes dos autores, que escaparam, mas reeditando as suas produções como subsídios para a formação dêsse cancionero especial dedicado à memoria da esposa de D. Diniz. Como era natural, iniciaremos esta série pela poesia anónima, que apresenta um certo cunho de popularidade, e êsse lugar de honra cabe indubitavelmente ao romance, a que já aludimos, e que vem no *Romanceiro do archipelago da Madeira*.

I

Estoria da Rainha Sancta

Ao Padre-Sancto pediu
Lo senhor Dom Manoel
Que lhe confirmasse sancta
La rainha Isabel.

Esta rainha tão sancta,
Mulher d'el-rei Dom Diniz,
Só fez por servir a Deus;
E elle fez quanto quiz.
Todal las suas esmolas
Só em secreto las dava:
E uma vez, qu'escondidas,
No regaço las levava,
Um cavalleiro privado
A el-rei la delatava:
E el-rei, de cubiçoso,
Accorreu, e perguntava:
— «Que levaes ahí, senhora,
Nesse regaço tamanho?»
— «Eu levo cravos e rosas;
Que outras coisas nã tenho»
— «Nem sequer ha maravilhas;
Menos cravos, em janeiro!
Ou serão esmolas isso,
Ou isso será dinheiro?»
La rainha nã fallou;
Só lo regaço abriu;
E eram cravos e rosas;
Que dinheiro... nã se viu.

D'outra vez foi recolher-se ;
Seu pobre n'alcova achou ;
E logo lo despe e lava,
E na cama lo deitou.
Lo cavalleiro privado
A el-rei la delatou ;
E el-rei, de suspeitoso,
Accorreu, e lhe raivou :
— «Pelejo vosco, senhora,
Que sou de vós aggravado.
Na cama em qu'eu me deito
Quem nella está deitado ?»
E, mui iroso, el-rei
Las roupas alevantou ;
Viu Jesus crucificado,
E logo ajoelhou.

E disse :

— «Meu Bom-Jesus do Calvario,
Meu Jesus crucificado,
Emendae la minha vida,
Emendae lo meu reinado».

La nossa Rainha Sancta
Outros milagres obrou :
A uma cega deu vista ;
E outra, muda, fallou ;
Outra, que nã tinha leite,
Lo filhinho aleitou ;
E, com tamanhos milagres,
Sancta, bem sancta, ficou †.

II

ANDRÉ NUNES DA SILVA foi um dos poetas seiscentistas que mais se enamoraram do assunto. Não menos de quatro composições encontramos no seu volume de versos, impresso por DOMINGOS CARNEIRO em 1671: — um soneto, um madrigal, um romance em espanhol e uma canção. Aqui vão por a ordem que acabamos de indicar :

**Aos dous milagres que fez a Rainha Santa Izabel, convertendo em Coimbra
o ouro em rosas, e em Alemquer as rosas em ouro**

SONETO

Soberanas brilháram, com desdouro
Do Sol, vossas virtudes prodigiosas,
Em Coimbra, fazendo de ouro rosas,
Fazendo em Alemquer de rosas ouro.

† ALVARO RODRIGUES DE AZEVEDO, *Romanceiro do archipelago da Madeira*, pág. 29.

Em produzil-as o Planeta louro
 Empenha suas luzes poderosas,
 Porem as conversões maravilhosas
 Dispendio são de superior tesouro.
 Cria o Sol, mas não chegam seus alentos
 A converter, que só do soberano
 Autor, é este effeito peregrino:
 Bem pois (ó sacra Isbella) em taes portentos
 Se em produzil-os foreis Sol humano,
 Pareceis, em trocal-os, Sol divino ¹.

A Rainha Santa Isabel, sobre as barras de Aragão

MADRIGAL

Entre Barras nascendo,
 Vos forão sempre as Barras tão pezadas
 Que pela lei do gosto desprezadas
 Procurastes fundar vosso tesouro
 Mais em pobreza do que em barras d'ouro.
 E neste pensamento que ostentastes
 Valente a Barra tanto além lançastes,
 Que deixando do mundo o golfo absorto
 Do Ceo vistes a Barra, e n'ella o porto,
 Conseguindo bizarra
 Por Barras inconstantes firme Barra ².

**A la S. Reina Isabel que dexado el mundo se entró en S. Clara,
 que está junto al Rio Mondego**

ROMANCE

Dulce, i sonoro Mondego
 bello, i galan Ruiseñor,
 cujos cristales, i arenas
 oro, i plata, aun tiempo son.
 Pues tienen lengua las aguas
 y forman las lenguas voz,
 Glorias cantad a la Diosa
 que vuestras playas honró.
 De la divina Isabela
 luzero en que el mundo vió
 muchas perlas para Aurora
 muchas luzes para Sol.
 Del cuerpo aclamad lo puro,
 que está muy puesto en razon,
 pues lo toca vuestra lengua
 que lo explique vuestra voz.

¹ ANDRÉ NUNES DA SILVA, *Poesias Varias* (Lisbôa, 1671), pág. 13.

² IDEM, *ibidem*, pág. 20.

Su pobreza aplaudid, tanta,
que a sus hebras se atreviô,
porque aquel oro dudoso
no la quitasse opinion.

La maravilla que oystes
de trocar la plata en flor,
hazed la pague la lengua
pues la vista la cobró.

De verde oliva adornad
el soberano esplendor,
premio a la paz venturosa
que tantas vezes causó.

Entre un perdido respeto,
y una paterna ilusion,
mâs que la naturaleza
pudo siempre su valor.

O dichoso, ó claro siempre
Río, cuyas aguas son
por el sepulcro que guardan
mâs que el mar, tumba del Sol.

No tumulo de oro dad
a la santidad mayor,
porque el desprecio del oro
ni la muerte lo borrô.

De nieve si, pyra excelsa
cubra el hermoso candor,
que tumba de nieve admite
quien vida de nieve amó.

I vós divino prodigio,
mas calle ronca la voz
que aunque la humildad la alienta,
no la sufre la razon ¹.

A Rainha Santa Isabel

CANÇÃO

I

Deixai Rosa gentil, mimo da Aurora
O trono de esmeralda florescente,
Donde prostrado adora
Vossa luz bella o campo reverente,
E vinde diligente
A venerar o tumulo de Isbella
Do firmamento flor, do campo estrella,
Ante cujos altares

¹ ANDRÉ NUNES DA SILVA, *Ob. cit.*, pág. 54 e seguintes.

Fazei de vossas folhas singulares
 Encarnado volume, donde o mundo
 Possa de Deosa tanta, em taes memorias
 Ler ditas, ver grandezas, notar glorias.

II

Muzico Royxinol, joya animada
 Que neste ramo, donde amor te alista
 Formando a voz prezada
 És Orpheo aos sentidos, flor á vista,
 Voa a mayor conquista,
 Sobe o mayor emprego, a mais victorias
 Larga mais pennas, por gozar mais glorias,
 Que o sepulchro te espera
 De quem o mundo adora, o Ceo venera,
 A cuja pira só é bem que ufana
 Tua graça, sem ver seu desvario,
 Solte a voz, forme o quebro, alente o brio.

III

Prateada Tiorba, Rio undoso,
 Elevaçam aos olhos e ao sentido,
 Que ostentais poderoso
 Guarniçam de ouro, de cristal vestido;
 Pois haveis merecido
 Ser solio soberano, ser esfera
 Daquela luz, a quem o Ceo venera
 O murmuro constante
 Trocai em voz canora, em plectro amante,
 Procurando que a lingua da agua vossa
 Os meritos de Isbella soberana
 Cante alta, diga alegre, aplauda ufana.

IV

Alma da esfera, Apolo rutilante,
 Do dia gloria, se da noite guerra,
 Rubí, com quem brilhante
 O Ceo se enfeita, se enriquece a terra,
 Ao Mausoleo que encerra
 O sol de Isbella, Portuguez tesouro,
 Baixai de luz vestido em coche de ouro,
 Adonde com desmaio
 Hũa lingua fazei de cada raio
 Que empenhada no extremo peregrino
 Das virtudes da Deosa sublimada
 Corra agil, veloz falle, e voe ouzada.

V

Monte Olympo, Gigante presumido,
 Que desprezando o deleitoso prado,
 De teu berço esquecido
 Vêrte aspiras de estrellas coroado,
 Deixa o louco cuidado
 E polas bocas tuas, nesta empreza,
 De Isabel faze publica a grandeza,
 Que é bem que em tal victoria
 Sejam bocas de horror, bocas de gloria,
 Em cuja solidam, do ardor mais puro
 Tê a Serpente, symbolo da inveja,
 Luz ache, aplausos ouça, premios veja.

VI

E vós ditosa Isbella, sábia amante,
 Que felice gozais sacro Orizonte,
 Consenti que vos cante
 A Rosa, a Ave, o Rio, o Sol e o Monte.
 Cada qual fino conte
 Os prodigios que obrastes e os afirme
 Suave, doce, claro, ardente e firme,
 Emquanto em trono Augusto,
 Gozando a dita, não temendo o susto,
 Pura, alegre, feliz, fermosa e santa,
 Princeza singular de luzes bellas
 Vestis luz, lograis Ceo, pizais Estrellas ¹.

III

Esta canção achamo-la no tómo III da *Fenis Renascida* attribuída a JERONYMO BAHIA. Apresenta algumas variantes, como se poderá ver comparando a primeira estrofe, em que falta um verso, e que passamos a transcrever:

Deixae Rosa gentil, mimo d'Aurora,
 O throno de esmeraldas florescente,
 Donde rendido adora
 O campo ameno vossa luz fulgente,
 E vinde diligente
 A venerar no tumulo Izabela,
 Ante cujos altares
 Fazei de vossas folhas singulares
 Encarnado volume, donde o mundo
 Possa de Deosa tanta em taes memorias
 L'r aplausos, ver premios, notar glorias.

¹ ANDRÉ NUNES DA SILVA, *Ob. cit.*, pág. 21 e seguintes.

Este volume da *Fenis Renascida* foi publicado em 1718, portanto posteriormente ás *Poesias* de ANDRÉ NUNES DA SILVA.

No mesmo volume encontramos ainda mais os seguintes sonetos atribuídos também a JERONYMO BAHIA. Os dois últimos são muito curiosos porque se referem a umas festas em honra da Rainha Santa, nas quais se celebraram justas, em que MANUEL ARRAES foi mantenedor, tomando o título de *Cavaleiro da Rosa*.

Á Rainha Santa Izabel de Portugal

SONETO

Já tu sabes, ó Celio, a rara historia
Da Ave, que é Rainha celebrada:
Aqui verás das cinzas transformada
A Rainha da terra em flor da gloria.
Bem vês a maravilha mais notoria
Na Rainha, que morre abrazada,
Porque Fenis renasce melhorada,
Porque renasce eterna na memoria.
Melhorou Izabel a formosura
Qual Fenis, que tornou á flor da idade,
Mas não é para nós essa ventura.
Em primavera está na eternidade,
No mundo faz de Fenis a figura,
Mas a Fenis não tira a saudade ¹.

A Francisco de Sá festejando a Rainha Santa Izabel de Portugal

SONETO

Illustre Sá, e lustre do appellido
Esta acção vos promete reverente,
Que ha de ser vosso nome eternamente
Em laminas de estrellas esculpido.
Hoje de um polo a outro conhecido
Ficareis pelo animo excellente,
E vivereis no occaso em oriente
Com applauso immortal de renascido.
Nos heroicos obsequios, que ofrecestes,
Tanto fica Izabel eternizada,
Quanto Francisco eterno vos fizestes.
Cesse o louvor da mais Achilea espada,
Pois que só vós sem ella merecestes
Fama por terra e mar mais dilatada ².

¹ JERONYMO BAHIA, *Fenis Renascida*, tomo III, pág. 189.

² IDEM, *ibidem*, pág. 196.

**A Manoel Arraes mantenedor nas festas da Rainha Santa Izabel de Portugal
Tomou o título de Cavalleiro da Rosa**

SONETO

Ao campo sahi, qual flor galante,
Da Rosa o Cavalleiro, em que se via
Do valor, com que o campo defendia,
Que era no campo flor, mas flor gigante.
Graça de flor em peito de diamante
O bruto mais veloz reconhecia,
Voando para a esfera, a que corria,
Entre as azas da fama a flor constante.
No campo, em que venceu, faz venturosa
Outra flor, que por causa bem decisa
Nesta gloria será sempre ditosa :
Já por presagio a Rosa foi divisa,
Pois sendo a sua Dama a mesma Rosa,
Cavalleiro da Rosa se eternisa ¹.

É de advertir que JERONYMO BAHIA (ou Vahya) é também autor dum poema latino em dois livros intitulado *Elysabetha Triumphans*, impresso póstumo em Lisbôa no ano de 1732.

(Inédito)

SOUSA VITERBO.

¹ JERONYMO BAHIA, *Ob. cit.*, pág. 198

Os dois Doutores Pedro Nunes

Na sua *Memoria da Vida e Escriptos de Pedro Nunes*, publicada nas *Memorias de Litteratura portugueza da Academia Real das Sciências*, tomo VII, 1806, pag. 255, diz António Ribeiro dos Santos, numa nota: «Por fim advertiremos, que por aquelles tempos houve outro do mesmo nome, com quem se não deve confundir o nosso Nunes, o qual se intitula o Doutor PEDRO NUNES, Vedor da Fazenda da Índia em 1520, talvez o mesmo que se diz Chanceler da Casa da Supplicação por 1534, e Juiz dos Feitos d'Alfandega de Lisboa no mesmo anno; a que pertencem os Documentos que se achão no Corpo chronologico Parte 1.^a maço xxv. Docum. 141. maço xxvii. Docum. 67. 96. e maço xxx. Docum. 46. e na Chancellaria d'ElRei D. João III. Liv. vii a fol. 188 vers., e a fol. 64 vers. Torre do Tombo».

Temos portanto, segundo Ribeiro dos Santos, de distinguir o Doutor PEDRO NUNES, *védor*, do Doutor PEDRO NUNES, *cosmógrafo*.

No *Anuário* da Universidade de Coimbra para o ano lectivo de 1876-1877, onde se continua a publicação do manuscrito — *Memorias da Universidade*, coordenadas por Figueiroa —, lê-se, a pag. 216, a lista dos Reitores do século XVI até à transferência da Universidade para Coimbra em 1537. Estes reitores são quasi todos Desembargadores; no ano de 1536 foi reitor o Doutor PEDRO NUNES, do Desembargo de El Rey e Chanceler; é o último reitor em Lisboa.

Aparece-nos pois um terceiro Doutor PEDRO NUNES. São os três doutores PEDRO NUNES, o védor, o desembargador e o cosmógrafo, três pessoas distintas?

VARNHAGEM, em contrário da opinião de Ribeiro dos Santos, identifica o védor com o cosmógrafo. Na *Historia Geral do Brasil, Rio de Janeiro*, 1854, tomo I, pag. 467, exprime-se da seguinte forma: «Este facto da estada do insigne PEDRO NUNES na Índia, antes de ser cosmographo mor, lente da Universidade em Lisboa e Coimbra, e escritor de matematicas, foi desconhecido de todos os seus biógrafos

(incluindo Barbosa e Stockler), não obstante achar-se consignado em Castanheda (v, 15 e 18) e Barros (iii, 3, 9), que fazem expressa menção da ida dum Dr. PEDRO NUNES à Índia 'em 1519, na qualidade de provedor ou de védor da fazenda». E apresenta em seguida as suas razões, que já vamos analisar.

Inocêncio F. da Silva, no *Dicionário bibliográfico português*, diz não se considerar habilitado a interpor juízo seu entre estas duas opiniões opostas. Contudo lembra que Stockler diz no *Ensaio histórico sobre a origem e progressos das matemáticas em Portugal*, pag. 30, que PEDRO NUNES fôra despachado cosmógrafo em 1529, sendo ainda bacharel¹, reportando-se à carta da sua nomeação.

O Sr. Teófilo Braga (*Historia da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1892, tomo 1, pag. 359) não aceita a opinião de Varnhagem, citando a passagem do *Tratado em defensam da carta de marear*, publicado em 1537 no *Tratado da Sphera*, em que PEDRO NUNES, cosmógrafo, diz: — Bem sey quam mal sofrem os pilotos que fale na India quem nunca foy nella: e pratique no mar quem nelle nam entrou —.

Hoje não pode haver dúvidas a êste respeito. Está averiguado o ano do nascimento do cosmógrafo. No capítulo da obra *In theoricas planetarum G. Purbachij annotationes*, intitulado «Propositio tertia. Quantouis temporis spatio dato arcum Zodiaci reperire, etc.», terminando por exemplificar a doutrina exposta, o autor diz:

«Exempli gratia, sit anno Domini 1502. quo ego natus sum...».

É o próprio PEDRO NUNES, cosmógrafo, que declara ter nascido em 1502. Quando pois em 1519 partia para a Índia a armada de 17 velas grossas, de que foi por capitão mor Jorge de Albuquerque, sendo um dos capitães da frota *ho doutor Pero Nunez* (Castanheda, *Historia do descobrimento e conquista da India*, Liv. v, Cap. xv), que ia para

¹ Em 13 de agosto de 1531 fez D. João III mercê de 20.000 rs. de mantimento, além doutros 20.000 rs. que já tinha, ao licenciado PEDRO NUNES, seu cosmógrafo. Pode ler-se a carta de mercê em SOUSA VITERBO, *Trabalhos náuticos dos portugueses*, Parte 1, pag. 225. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo vimos um documento curioso, que nos foi mostrado pelo Sr. Pedro de Azevedo, a — Folha das despesas pagas pelo rendimento da Alfandega de Lisboa, 16 de novembro de 1534 (Corpo cron., Parte 1.ª, M. 54, D. 12) —. Aí se encontra a verba de 40.000 rs. que o bacharel Pedro Nunes, cosmógrafo, tem nos ordenados per duas adições. Os dois documentos, de 1534 e 1531, estão de acôrdo quanto ao ordenado de duas vezes 20.000 reais. Mas diferem quanto ao grau. O cosmógrafo em 1531 é licenciado; em 1534 ainda é bacharel, na Alfandega. O argumento dos títulos académicos não é pois de confiança.

védor da fazenda da Índia, levando com êste officio o ordenado anual de mil cruzados, era, nesse ano de 1519, o futuro cosmógrafo um rapaz de 17 anos.

Estes dois Pedros Nunes são duas pessoas distintas. As razões porêm que levaram Varnhagem a confundi-los são dignas de ser examinadas, porque delas se tira, devidamente interpretadas com o documento nôvo que agora publicamos e que devemos ao Sr. Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcélos, director do Arquivo da Universidade de Coimbra, uma conclusão importante para a biografia do célebre matemático.

Varnhagem, tendo examinado três cartas existentes no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, escritas da Índia pelo Dr. PEDRO NUNES, védor, e encontrando a mesma assinatura das cartas num documento emanado da Universidade de Lisboa em 1536, conclue que o védor da Fazenda da Índia era neste ano *lente* da Universidade, não podendo portanto ser senão o Dr. PEDRO NUNES, cosmógrafo e lente.

Êste documento (Corpo cron., Parte 1.^a, M. 58, D. 20), que examinamos juntamente com o Sr. Pedro de Azevedo, muito distinto 1.^o conservador do Arquivo Nacional, é uma Carta da Universidade de Lisboa para ElRey D. João III, em que lhe expõem varias razões por que se não deve mudar a dita Universidade para Coimbra. A primeira assinatura à esquerda é a do Dr. PEDRO NUNES. Mas quem é êste Dr. PEDRO NUNES, que primeiro assina? É o desembargador, reitor da Universidade nesse ano de 1536.

Dêste reitor publicamos o autógrafo que nos forneceu o Sr. Dr. António de Vasconcélos. É o termo de encerramento do livro dos acordos da Universidade de Lisboa, lavrado no ano de 1536, anterior ao da transferênciã para Coimbra (Arquivo da Universidade, coleção *Autos e graus*, vol. II, liv. III, fl. 144 v.). É do teor seguinte:

Em quinze dias de nouembro de 536 | eu ho dottor
 pero nuniz do conselho e desêbargo del Rey
 noso sôr e seu çançeller na cassa do çiucl |
 asinay este liuro dos acordos da
 Vnjuersidade desta çidade lixboa cujo retor
 sã ho presente año. Em o qual
 liuro está cento e quarenta e quatro folhas cõtando do pri-
 nçipio cõ esta | E por ser asi fiz e
 asiney este ho dia q̄ dise da dita era || .

ho doctor
 pero nuniz.

Em 26 de Junho de 1536 Pedro Nunes
 p^o nunes Doutor e Chanceler da
 Universidade de Lisboa
 assinoy este Livro dos annos da
 Universidade desta cidade de Lisboa reitor
 de ho p^o nunes L^o n^o. Cruz o qual
 Livro reitor. Chanceler e reitor de p^o
 nunes reitor e reitor e reitor e reitor
 assinoy reitor de 24 dias e 24 dias
 .hodoctor
 .p^o nunes

A assinatura dêste termo de encerramento é a mesma que se vê na Carta da Universidade de Lisboa para D. João III. E é a que se vê nas cartas escritas de Cochim a ElRey, em 10 de novembro de 1521, e em 10 e 20 de janeiro de 1522, pelo védor da Fazenda da Índia, que nos foram mostradas pelo Sr. Pedro de Azevedo (Corpo cron., Parte 1.^a, M. 27, D.^{os} 67, 92 e 96).

A conclusão pois a tirar é que o Dr. PEDRO NUNES, que em 1519 partiu como védor para a Índia, era em 1536 reitor da Universidade de Lisboa. Mas não era o cosmógrafo. O Dr. PEDRO NUNES, que em 1536 se intitulava—do Conselho e Desembargo del Rey e seu chanceler na casa do cível—, não é o Dr. PEDRO NUNES, que em 1519 tinha apenas 17 anos de idade e em 1537 publicava o *Tratado da Sphera*, intitulando-se simplesmente cosmógrafo del Rey.

Engana-se Varnhagem quando diz (*Historia Geral do Brazil*, pag. 305):—O grande matemático PEDRO NUNES, o seu discípulo D. João de Castro, o observador naturalista Garcia d'Orta, todos talvez deverão ao sol dos trópicos o reflexo da sua glória—. O matemático não; êsse tudo deveu ao sol lusitano. Nem fez as viagens que o Visconde de Santarêm lhe atribue: «Nunes avait lui-même fait un grand nombre de voyages, pour visiter les pays conquis par ses compatriotes (2.^o Visconde de Santarêm, *Opúsculos e Esparsos*, Lisboa, 1910, vol. 1, pag. 313). Quem viajou e se aqueceu ao sol dos trópicos foi o desembargador.

Mas vamos ao último argumento de Varnhagem, assunto principal

dêste nosso artigo, e que é uma carta que êle publica na íntegra com o fac-símile da assinatura, attribuindo-a ao cosmógrafo.

Na *Revista de Engenharia militar* de maio de 1911, publicou o Sr. Francisco Maria Esteves Pereira o autógrafo completo dessa carta. Damos junto o fac-símile do começo da mesma carta e da assinatura.

m^o ylustre S^{or}

*Eu fui a S. R. sabado ho qual me Remeteo
a S. R. cõ que heu m^o folguey q̄ pois meu Requiri-
m^o esta e mão de v. senhoria nã se a de per-
der mjnha Justica, o que pidi a el Rey no snõr
foy este en m^o Reis de m^obor de na de q̄ se
de sua R. y a m^o f. as e q̄ ho boficio dal fadi-*

*Doctor
pomeniz*

Compare-se com o fac-símile do termo de encerramento do livro dos acordos da Universidade, lavrado em 1536 pelo reitor, e digam-nos se os documentos não são da mesma pena. A carta não é do cosmógrafo, é do desembargador.

Assim, concordando com Varnhagem que é a mesma pessoa que escreve as três assinaturas, cujos fac-símiles publica, temos de concluir que não foi a mão do cosmógrafo que as firmou. O documento que nos fornece o Sr. Dr. António de Vasconcelos prova bem que andou ali o dedo do desembargador.

A carta, que parece dirigida ao secretário de Estado, é do teor seguinte:

+

m^o ylustre S^{or}

Eu fui a Sua Alteza sabado ho qual me Remeteo
a Vosa Senhoria cõ que heu m^o folguey q̄ pois meu Requiri-
m^o esta e mão de vosa senhoria nã se a de per-
der mjnha Justica | o que pidi a el Rey noso snõr

foy os çem mil Reis de meu hordenado q̄ mos
 de sua *Alteza* pera meus *filhos* e q̄ ho hofiçio dalfãde-
 gua q̄ me tem dado *pera* minha *filha* q̄ me de satis-
 fação dele ē algũa cousa boa e hõRada *pera*
 a hindia *pera* ajuda de a ēcamjnhar | e os meus
 tríta mil Reis de tēça q̄ eu cõprej por meu *dinheiro*
pera mynha mulher histo *pera* o q̄ eu mereço e
 m^{to} pouquo e porē fazēdo esta merçe a meus *filhos*
 fiquaRei cõsolado q̄ como dise a *Vosa Senhoria* estã todos
 por ēquaminhar e pois me eu esqueçi de mjnha
 mulher e deles por serujr sua *Alteza* bẽ sera q̄ me
 faça merçes *pera* elles por descareguo de sua
 cūçiēcia q̄ *pera* mj^o hirmeej fazer hirmjtã *pera* ēco-
 mēdar a deus a *Sua Alteza* e a *Vosa Senhoria* aqui mãdo parte
 de meus serujços a V. senhoria çertefiquolhe
 q̄ vam m^{to} menos escritos quõ grã parte dos q̄ eu fiz
 peço a *Vosa Senhoria* por quē e q̄ veja tudo m^{to} bẽ como de seu
 serujdor e cõ histo beijo suas mãos a quē
 noso snõr acrecēte *ujda* e estado por m^{tos} anos
 serujdor de vossa senhorja

ho dotor
 pero nuniz.

Varnhagem, que foi quem primeiro publicou esta carta (*Arquivo Nacional*, maço único, n.º 393, armario 23.º), diz que ela é *evidentemente*, pelo seu teor, do insigne matemático. Não dá mais razões.

O Sr. Teófilo Braga também considera a carta do punho do cosmógrafo (*Historia da Universidade*, tomo 1, pags. 360 e 361) e explica que nas palavras — ho hofiçio dalfãdegua q̄ me tem dado *pera* minha filha — se faz referência à mercê dum officio no reino ou na Índia, feita à pessoa que houvesse de casar com uma das filhas do cosmógrafo. Com effeito, por alvará de lembrança de 21 de outubro de 1557, foi feita mercê, à pessoa que casasse com uma das filhas do cosmógrafo mor dum officio no reino ou na India, que coubesse na qualidade do futuro genro. Este alvará não teve effeito, porque se transferiu a mercê para um officio de contador da comarca de Elvas. Na carta acima, porém, não se faz referência a este facto. Vê-se, por ela, que para a filha do Dr. PEDRO NUNES, desembargador, fora destinado um officio na alfândega. O desembargador não se deixava ficar atrás. O peor é que o Sr. Teófilo Braga diz que esta carta espalha *uma certa*

luz moral. Pobre cosmógrafo, que não tinha culpa das cartas que o seu homónimo escrevia!

Sousa Viterbo é mais explícito, fazendo esta mal humorada crítica (*Trabalhos náuticos dos portugueses*, Lisboa, 1898, Parte 1, pag. 224):

«Na Tôrre do Tombo existe uma carta autógrafa assinada pelo Dr. PEDRO NUNES, que é uma espécie de memorial dirigido, ao que parece, ao secretário de Estado. Nela recorda os pedidos que fizera a sua alteza, mercês para sua mulher e filhos, de cujo futuro se descuidara para só atender o serviço d'el-rei. A ladainha do costume. Nem os mais eminentes espíritos fugiam ao influxo da lamúria. Sempre os seus merecimentos e trabalhos ficaram superiores à recompensa. No entanto, pelo elenco acima apresentado, vê-se que Pedro Nunes não tinha razão de queixa, pois recebeu sucessivamente e com frequência os favores da côrte. É pena que a carta não traga data. Apesar de Varnhagem a já ter publicado, cremos que não nos acusarão de roubar espaço, reproduzindo-a».

Afinal Sousa Viterbo, com a sua mal cabida censura, fornece até argumento contra a atribuição da carta ao professor de matemáticas, de quem a côrte se não descuidava. O desembargador é que tem até hoje escapado incólume.

Na *Revista de Engenharia militar* (maio, 1911), publicou o Sr. Esteves Pereira o fac-símile completo da carta, apresentando-a como o único documento autógrafa do cosmógrafo, mas prestou com isso um grande serviço à memória do seu biografado, porque foi comparando êsse fac-símile com o termo de encerramento do livro dos acordos da Universidade que se chegou a concluir que a carta era do reitor de 1536.

Mas não acaba aqui a historia da carta. Tendo Mr. H. Bosmans S. J. publicado nos *Anais científicos da Academia Polytechnica do Pôrto* (vol. III, pag. 222) um estudo sôbre o *Libro de Algebra en arithmetica y geometria* de PEDRO NUNES, começou a ocupar-se do cosmógrafo na revista *A Águia* (vol. 1, 2.^a série, pag. 23), a propósito de êsse estudo, o Sr. Augusto Martins. No segundo artigo (pag. 88) transcreve da *Revista de Engenharia militar* a célebre carta, para provar que PEDRO NUNES não era uma creatura protegida pelos poderes públicos, desde que os jesuítas neles começaram a ter influência e mostrar as condições económicas em que se encontrava o sábio português, que tantos serviços tinha prestado à nossa navegação. Contudo os documentos que Sousa Viterbo publica na obra atrás citada mostram bem que lhe não faltaram os favores da côrte, aliás merecidos. O outro Dr. PEDRO NUNES, védor da Índia desde 1519, talvez o mesmo

que por 1534 se diz chanceler da Casa da Suplicação e Juiz dos Feitos da alfândega de Lisboa, do conselho e desembargo del Rey e seu chanceler na casa do cível em 1536, e reitor da Universidade nesse ano, êsse é que, quando escreveu a carta, estava em riscos de se fazer *hirmitam*, para encomendar a Deus a Sua Alteza.

Terminando aqui a história de tão decantada epístola, reclamamos que, no processo de separação dos dois Doutores PEDRO NUNES, ela seja incluída na bagagem do desembargador, não continuando a pesar na biografia do grande professor da Universidade e ilustre sábio do século XVI.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

Um documento precioso

Em aditamento ao artigo publicado com êste título em o vol. I, pagg. 363 e ss. da *Revista da Universidade de Coimbra*, venho hoje dar notícia dum sêlo de autoridade de D. Afonso III, de que eu não tinha conhecimento, e que me foi revelado pelo meu bom amigo, o distinto e erudito bibliógrafo sr. dr. Augusto Mendes Simões de Castro. É descrito e apreciado num artigo de J. Caldas, a pag. 12 do tomo I, n.º II, 2.ª série, do *Jornal das Bellas-Artes*, que se começou a publicar em Lisboa no mês de outubro de 1843. Uma estampa de gravura em madeira, que acompanha êste artigo, representa ambas as faces do sêlo.

Dissera eu na *Revista*: — «Já antes de D. Dinis usara sêlo de autoridade seu pai D. Afonso III. É o mesmo Fournier du Lac, que na carta referida nota existir um sêlo de autoridade dêste monarca nos mesmos Arquivos Nacionais¹. Não o reproduziu em gravura, por ser perfeitamente igual ao de D. Dinis, com excepção da legenda. Transcrevamos as suas palavras: — *La reproduction que nous en donnerons* (do sêlo de D. Dinis) *pourra faire connaitre en même temps celui d'Alfonse II* (é equivoco, queria dizer III), *qui se trouve sur l'autre charte: leur forme est en effet la même, ainsi que leur dimension; aussi, leur parfaite ressemblance nous fait croire que le roi conservait le sceau de son prédécesseur et n'en changeait que l'inscription*».

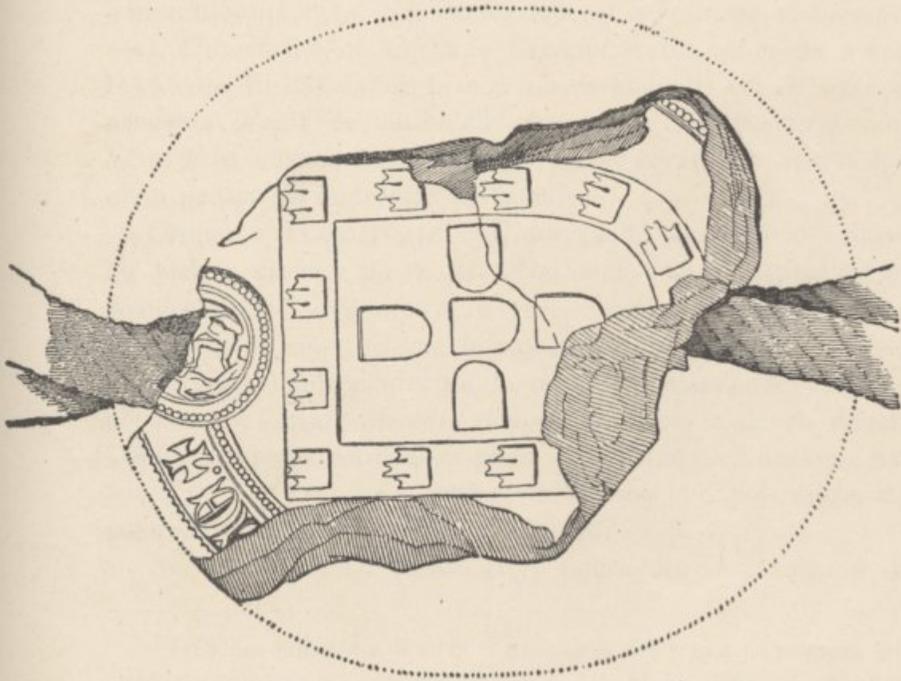
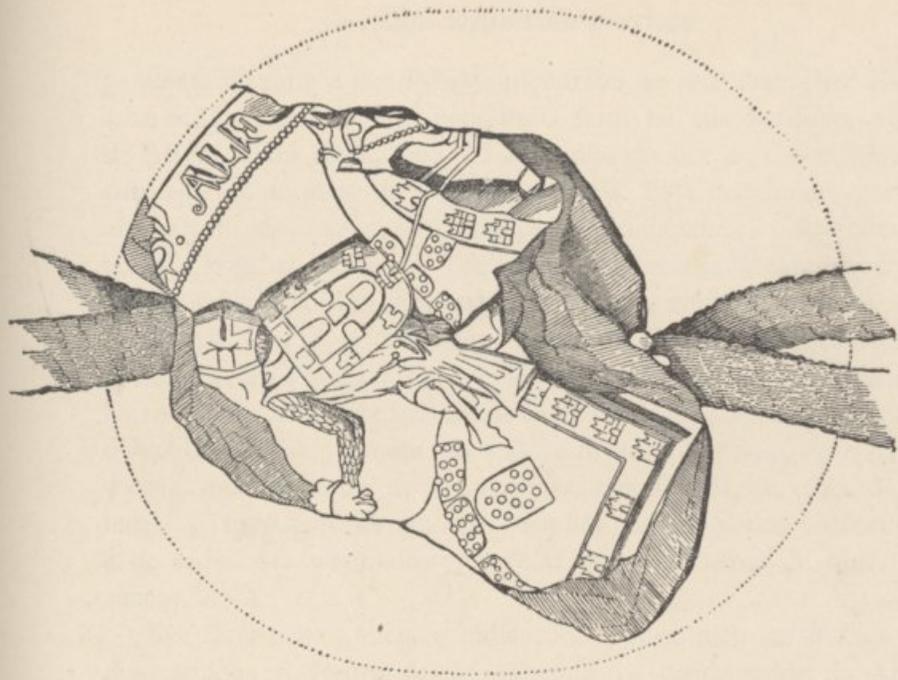
Pois o sêlo de D. Afonso III, de que agora vou falar, é inteiramente diferente daquêle a que du Lac se refere.



Eis o que nos diz dêste sêlo J. Caldas no seu artigo²: — «O sello, cuja gravura apresentamos, pertence a D. Affonso III está

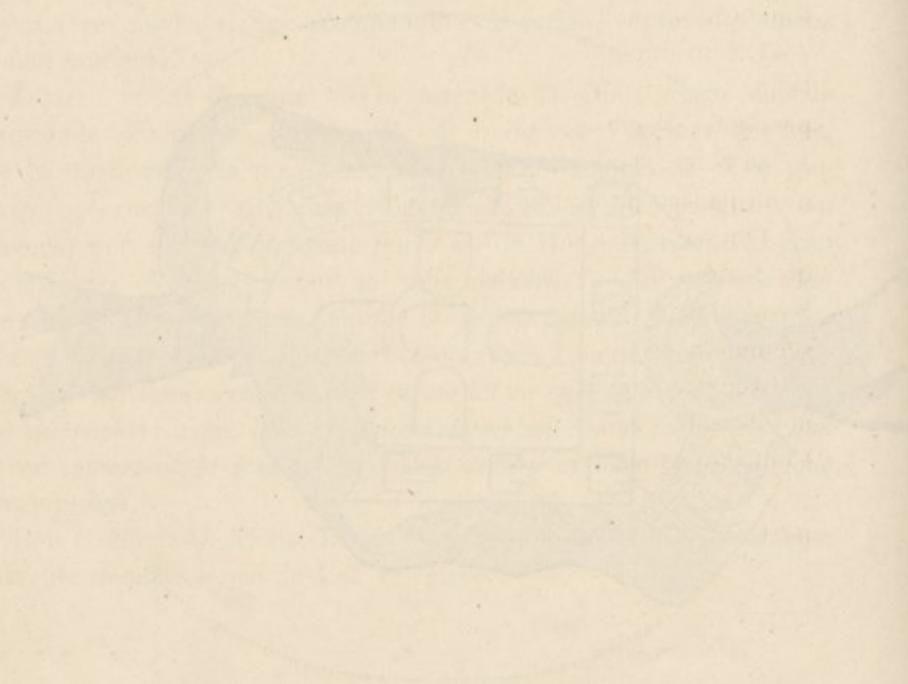
¹ De Paris.

² Na página fronteira se reproduz a estampa que acompanha o artigo de J. Caldas.



SELLO EQUESTRE DE D. AFFONSO III.

LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF TORONTO



pendente de uma doação d'este monarcha ao seu chanceller Estevão Joanes, da fortaleza que este tinha feito na sua herdade, na villa de Alvito, dada em Lisboa a 3 de junho da era de Cesar 1301, que corresponde ao anno do nascimento 1263. Este documento pertencia ao cartorio do convento da Graça, e pela extincção dos conventos acha-se hoje na Torre do Tombo¹. Offerecemo-lo como uma novidade na historia da sfragistica portugueza, pois que os escriptores, que d'este estudo se tem occupado, dão os primeiros (equestres) que se usaram em Portugal, em reinados posteriores... O que maravilha, na realidade, é a correcção do desenho em comparação dos que vimos d'aquella epocha, e mais que tudo a firmeza dos traços e o delicado d'elles, mormente no pequeno grupo, que se vê por cima das quinas²... Está gravado em cera; e a fita por que pende do documento é de seda, das chamadas por João Pedro Ribeiro, de *luwa*, ou de sacco»³.

Em face desta noticia e indicação, pedi ao meu incansável e erudito amigo sr. Pedro A. de Azevedo, 1.^o conservador do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, o obséquio de fazer procurar na Tôrre o indicado diplôma. Não se fez esperar a resposta ao meu pedido: —«Efectivamente na *Colecção Especial*, caixa 29, existe a carta de D. Afonso III datada de Lisboa a 3 de junho da era de 1301, e dela pendente o sêlo de autoridade do mesmo rei, bastante mutilado. Vê-se bem a figura do rei a cavallo, e no reverso as armas do reino e um pedaço da impressão do camafeu».

Obtida a necessária licença, que muito agradeço à amabilidade do distinto director do Arquivo Nacional, o sr. dr. António Eduardo Simões Baião, fotografou-se o sêlo, e assim posso juntar à página seguinte a estampa directa de ambas as suas faces.

Acha-se, infelizmente, muito mutilado; mas pode ver-se que é no desenho assaz diferente dos de D. Dinís e de D. Afonso IV. Confrontando-os, conclue-se que o rei lavrador fez engastar nas matrizes do seu sêlo os camafeus do de seu pai, pois ainda lá resta parte da impressão dum dêles.

Neste sêlo de D. Afonso III a figura do rei cavalga à direita,

¹ J. Caldas admirou a firmeza e delicadeza dos traços do pequeno grupo incluído na oval que fica por cima do grande escudo das quinas; e razão teve para isso. Nem sequer lhe passou pelo espirito a suspeita de que êsse grupo resultasse da impressão duma antiga pedra de sinete, onde havia uma gravura clássica, grega ou romana.

² *Collecção especial* — M.^o 11, n.^o 7.

Diss. Chron. e Crit. sobre a historia de Jurisprudencia eccles. e civil de Port., t. 1, pag. 96.

exactamente como nos morabitanos de ouro de D. Afonso Henriques, D. Sancho I e D. Afonso II, enquanto nos sêlos dos outros dois monarcas caminha para a esquerda.

O *elmo*, de forma oval, cobre toda a cabeça e face do cavaleiro. Vê-se de perfil, e não de frente como indica a gravura que acompanha o artigo de J. Caldas. Aparece bem nítida neste perfil a abertura horizontal da *viseira*, que é do bem conhecido tipo *de gradinha*, não podendo porém esta divisar-se nas pequenas dimensões do desenho. A coroa real, que devia rematar o elmo, desapareceu.

No pescoço descobrem-se as malhas ou escamas do *almofar*, e sôbre o ombro direito o *tiracolo* do escudo. Êste, apoiando-se no pescoço do cavalo, e um pouco inclinado para a direita do cavaleiro, protege o peito do rei, cujo ombro subresai à orla superior do escudo. Tem em relêvo as quinas de Portugal, e a cercadura ornada com oito castelos.

Muito bem enrugado em prégas corredias, o *gambaz* sem mangas cobre o tronco, e cai depois até ao joelho, deixando transparecer, bem desenhado, o contôrno da perna; na altura da cinta vê-se o vinco produzido pela correia que aperta o gambaz, e da qual deverá pender do outro lado a bainha da espada.

É certo que por baixo dêste vestido está a *cota de malha*, pois no braço se enxergam bem as escamas metálicas da veste defensiva.

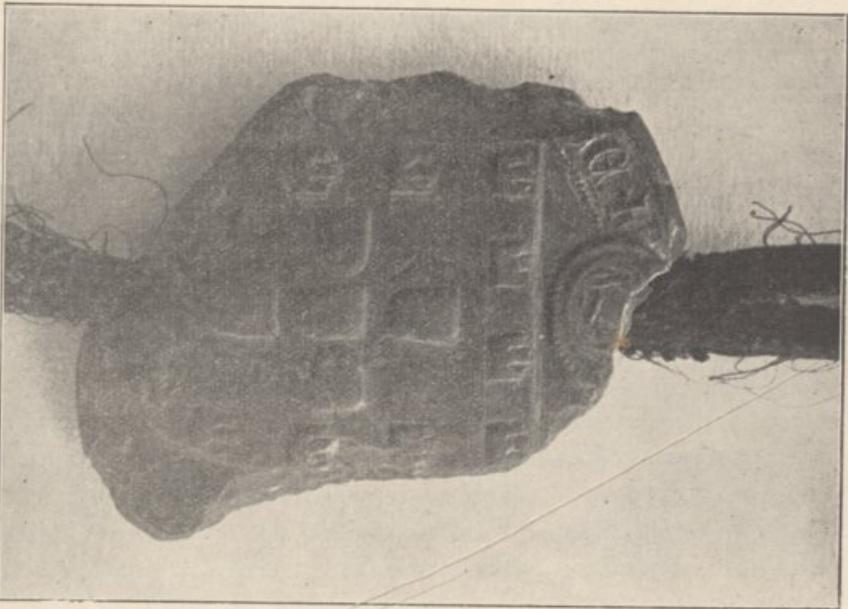
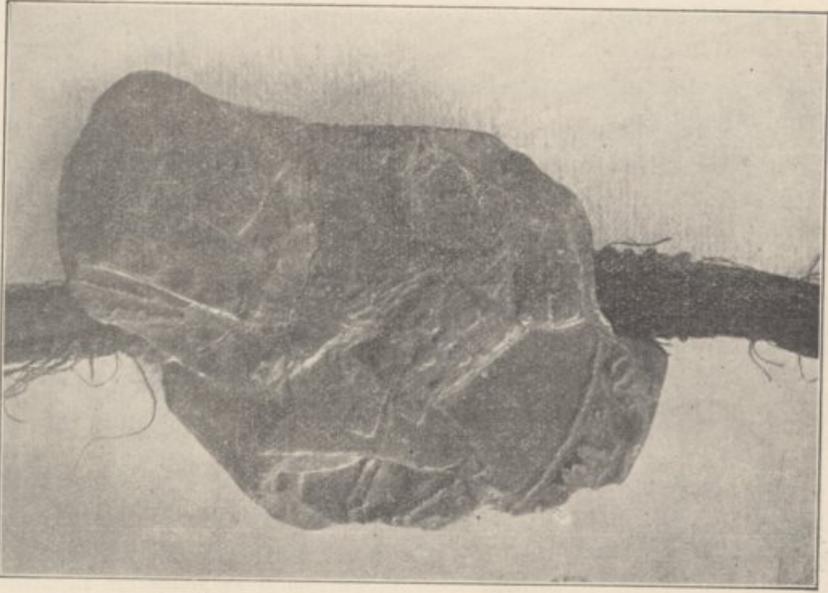
Com a dextra coberta pelo respectivo *guante*, ergue, num gesto de comando, a espada, cuja lâmina se perdeu numa lasca de cera, vendo-se ainda recurvadas as asas do punho, e o remate dêste em forma de flor de lis.

É bem mais curta neste sêlo, do que nos outros, a *gualdrapa* do cavalo, que na parte anterior cobre o pescoço, e cai em bico sôbre a espádua, e na posterior envolve a anca, e remata em ângulo quási recto sôbre o quadril. Tem em ambas as partes as quinas semeadas de besantes, e a cercadura dos castelos.

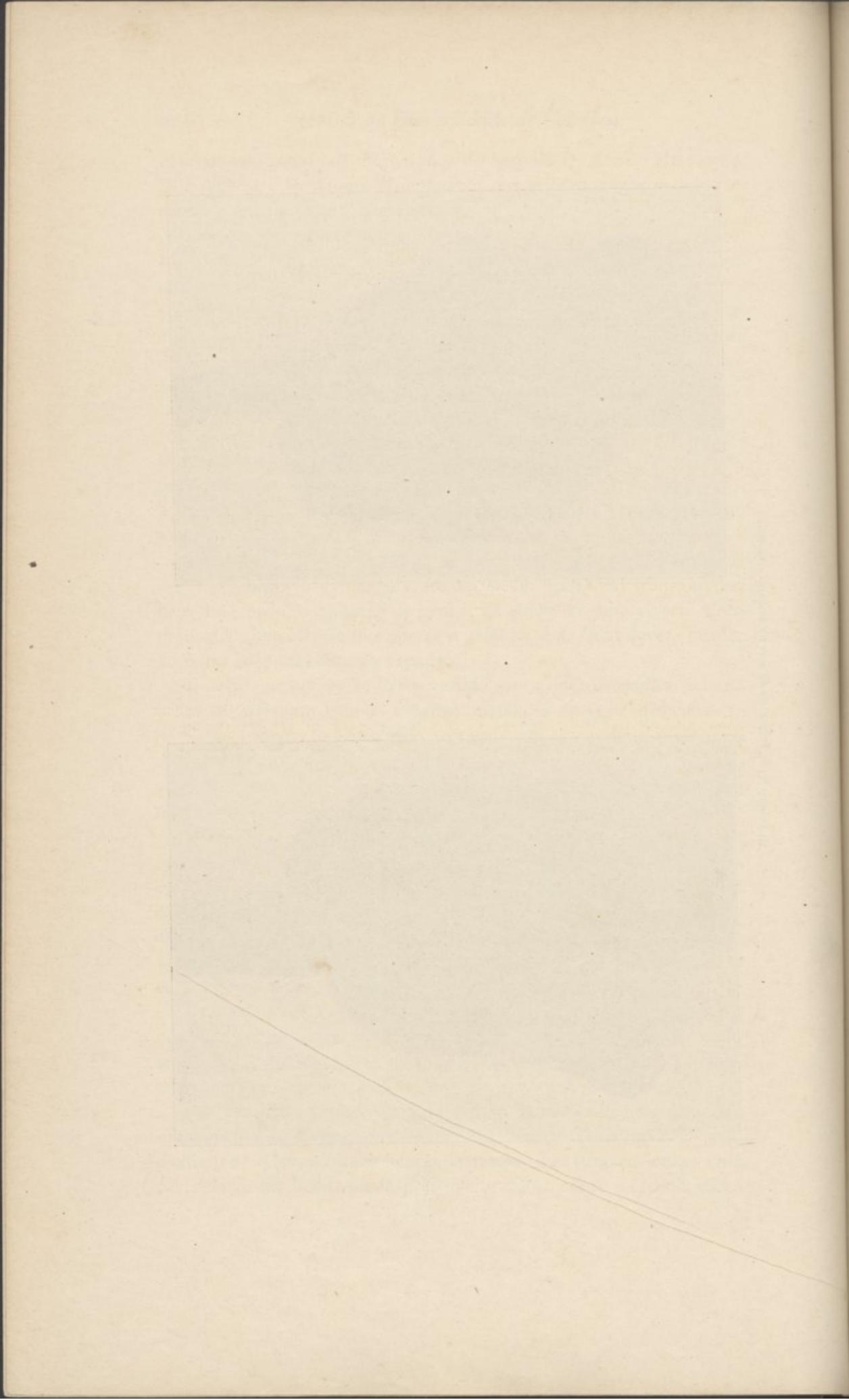
Nenhuma ornamentação no peito do cavalo, que aparece nu; a cabeça, de orelhas fitas e atentas, é belamente modelada.

Destaca no reverso do sêlo, ocupando o campo, o escudo de armas, um pouco mutilado na parte inferior. Tem as quinas com os besantes gastos, e mostra haver tido doze castelos, enquanto o de D. Dinis tem quatorze.

Por cima do escudo vê-se a impressão, já mutilada, dum camafeu, exactamente o mesmo que se encontra em idêntico lugar no sêlo dionisiano. Contêm duas figuras humanas, que parecem nuas: uma caída de costas, tendo ainda preso ao braço esquerdo o escudo, sôbre



Fotografías directas do selo de autoridade de D. Afonso III



o qual pousa o cotovelo; a outra de pé, curvando-se um pouco sôbre aquela.

Da legenda, que orlava dum e outro lado o sêlo, ainda resta do lado da figura o princípio — S: ALR —, no reverso o final — IE: ✠.

Eis o que eu consegui ver no sêlo de D. Afonso III.

J. Caldas, no artigo a que me referi, diz, a respeito da legenda, que ela «não pode deixar de ser a seguinte: — *Sigillum Domini Alfonsi Regis Portugalie et Comitis Bolonie*¹».

O sêlo descrito talvez fosse redondo, e não oblongo como afirma o artigo e indica a gravura; tinha aproximadamente a mesma dimensão do de D. Dinis. É de cera de côr vermelha escura, e pende, por cordões de seda da mesma côr, de um pergaminho que diz:

In dei nomine amen. Notum sit omnibus presentem cartam inspecturis. Quod Ego Alfonsus dei gratia Rex Portugalie una cū vxore mea Regina dōna Beatrice illustris Regis Castelle et Legionis filia. & filijs nostris Infantibus dōno Dionisio. & dōno Alfonso & Infantissa dōna Blanca cōcedo & confirmo vobis Stephano iohannis meo dilecto & fidelj Cancellario illam fortelezam quā fecistis in illa uestra casa quā fecistis in uestra hereditate de villa de Aluito. Et uolo & mando & concedo quod ipsa forteleza que modo est facta in ipsa uestra casa quod sit firma & stabilis ī perpetuū. Et mando & defendo quod nullus sit ausus qui uos īpediat nec faciat uobis malū nec forciam super ipsa forteleza quā in ipsa uestra casa fecistis. In cuius rei testimonium do inde uobis istam meam cartam apertam mei sigilli munimine consignatam. Dat. vlixbon. iij. die Junij. Rege Mandante per Petrum martinj petarinum. Dominicus petri notarius Curie fecit. ERA — Ma — CCCa — Prima.

(L. ✠ S.)



Feita a descrição, surge-nos um problema a resolver.

Seria êste sêlo das mesmas matrizes do que du Lac viu em Paris, ou usaria D. Afonso III dois diferentes sêlos de autoridade?

A primeira hipótese é inteiramente inverosimil. O sêlo que acabamos de descrever e reproduzir em gravura é tão diferente do de D. Dinis, que, depois de os ver e confrontar, o illustre escritor francês não podia afirmar a sua perfeita semelhança, tão completa que o levou à convicção de que D. Dinis continuara a usar as matrizes do sêlo de autoridade de seu pai, depois de substituída nelas a legenda. O sêlo existente em Paris é indubitavelmente de desenho diverso do arquivado na Tôrre do Tombo.

¹ A palavra *Domini* vem a mais. Do lado da figura equestre, lá está com bastante clareza *S(igillum) AL(fonsi)*.

Parece pois certo que D. Afonso III, depois de ter usado um sêlo de autoridade, o repudiou, mandando gravar outro, no qual fez embutir as antigas pedras que já haviam servido no primeiro, e que mais tarde se conservaram no sêlo de D. Dinís. O facto de aparecer o mesmo camafeu em um e outro sêlo afonsino faz-nos pôr de parte *in limine* a hipótese da coexistência simultânea dos dois; inutilizou-se um para fazer o outro.

Mas ¿ com que fim se faria esta substituição?

Explica-se facilmente.

Tendo em vista o princípio e o final, que ainda restam, da inscrição que rodeava em uma e outra face o sêlo usado por D. Afonso III na era de 1301 (A. D. 1263), medindo com cuidado o espaço que ela ocupava, e recordando os diversos títulos com que êste monarca se decorava nos diplômas, chegamos à conclusão que esta inscrição diria, nem mais nem menos, o seguinte:

S:ALFONSI : REGIS : PORTVGALIE : COMITIS : BOLONIE : ✠

São os títulos usados por êste rei desde a morte de seu irmão D. Sancho II em janeiro de 1248, até à primavera de 1259; eliminou então o segundo título, e ficou a denominar-se simplesmente *Rex Portugalie* até ao ano de 1268, em que assumiu o título de *Rex Portugalie et Algarbii*. Há portanto uma anomalia: autenticou-se um documento em 1263 com um sêlo onde se lê um título que o rei havia deixado de usar quatro anos antes.

A explicação não é difícil.

Afonso III, depois de lhe chegar a notícia do falecimento da sua primeira mulher, abandonou o título a que lhe dera direito o casamento com Matilde condessa de Bolonha; mas teve de continuar a usar os selos antigos, onde aparecia decorado com o título de conde bolonhês. É facto semelhante ao que ainda na actualidade sucede: num reinado nôvo continuam a imprimir-se estampilhas postais com a efigie do rei falecido, enquanto não há gravuras novas.

O antigo sêlo de autoridade de D. Afonso continuou a servir por mais alguns anos, até ser gravado outro, provavelmente em França.

É do primeiro cunho o sêlo apenso ao documento arquivado na Torre do Tombo; do segundo o que Fournier du Lac viu nos Arquivos Nacionais de Paris.

Parece-me que assim tudo fica explicado.

A. DE VASCONCELOS.

Miscelânea

A teoria matemática dos «Seguros» nas Universidades alemãs. — Do *Jornal de Seguros*, que se publica em Lisboa, transcrevemos a seguinte carta que o Professor Dr. LUCIANO PEREIRA DA SILVA escreveu de Berlim ao sr. Fernando Brederode, director da Companhia de seguros *A Nacional*, e que se lê no n.º 156 daquele jornal.

Berlim, 23 de junho de 1912.

MEU QUERIDO AMIGO: — Vou hoje tentar cumprir a promessa, que lhe fiz em Lisboa, mandando-lhe informações sobre o ensino da Ciência dos Seguros nas Universidades alemãs, o que não tenho feito por absoluta falta de tempo.

Como lhe disse aí, a antiga Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra propôs, quando se tratou da organização das actuais Faculdades de Ciências, que, na secção de ciências matemáticas destas Faculdades, se incluísse um curso de Estatística e um curso de Matemática dos Seguros. Esta proposta, da iniciativa do Prof. dr. Sidónio Pais, então Vice-Reitor, já em Coimbra não era bem vista por alguns professores que entendiam que a Teoria Matemática dos Seguros não é assunto próprio duma Universidade.

Não se pensa, porêem, assim aqui na Alemanha. Como sabe, as Universidades alemãs teem, em geral, quatro Faculdades: a Faculdade teológica, a Faculdade jurídica, a Faculdade médica e a Faculdade filosófica. Nesta última são professadas as disciplinas que constituem as nossas actuais Faculdades de Ciências e de Letras e ainda as que constituem os grupos de ciências políticas e ciências económicas da nossa Faculdade de Direito. As Faculdades filosóficas são, por isso, enormes, compreendendo as ciências filosóficas, as ciências matemáticas, as ciências naturais, as ciências políticas e económicas, a história e geografia, as ciências filológicas e as artes e sua historia. É aqui que tem, naturalmente, cabimento o estudo dos Seguros, quer pelo lado económico, quer pelo lado matemático.

No semestre de inverno dêste ano lectivo, o professor Bortkiewicz da Faculdade de Filosofia de Berlim regeu um curso de Teoria Geral de Estatística e um curso de Cálculo de Seguros.

Na Universidade de Munich, no mesmo semestre, o Prof. Lindemann regeu, na Faculdade de Filosofia, um curso de Cálculo diferencial, um curso sobre a Teoria das Funções Abelianas e um curso sobre a Teoria Matemática dos Seguros.

Mas mais interessante é o que succede na Universidade de Goettingen, onde, a par de cursos sobre seguros, há um Seminário de Seguros. Os seminários são instituições caraterísticas das Universidades alemãs. Entre os institutos anexos às faculdades, encontra-se quasi sempre um seminário jurídico, um seminário estatístico, um seminário de história, um seminário matemático, etc.

Descrevo-lhe, por exemplo, o seminário matemático de Berlim, dirigido pelos

três professores ordinários de matemáticas puras. Êste seminário funciona em duas salas contiguas, uma das quais é um amfiteatro para aula, um auditório, como aqui se diz. A outra é uma Biblioteca matemática, contendo também uma coleção de modelos geométricos. Os alunos só podem matricular-se no seminário no seu 3.º semestre de frequência universitária. No comêço do semestre, os professores propõem diferentes temas aos alumnos que escolhem o que mais lhe agrada, estudando-o em seguida sob a direcção dum dos professores, tendo à sua disposição as melhores revistas matemáticas, as memórias das academias, as obras dos grandes matemáticos. Terminado o seu estudo, escreve o aluno uma breve memória que entrega ao professor. Se êste julga que o estudante está senhor do assunto, permite-lhe que faça uma conferência no auditório, que é discutida pelo professor e pelos alumnos a quem o assunto interessar. Como vê, no seminário, os estudantes aprendem a trabalhar, a investigar, com a independência que leva à produção de trabalhos originaes. Muitos trabalhos originaes dum dos directores dêste seminário, o Prof. Schwarz, são do tempo em que êle era aluno do seminário de Berlim, sob a direcção de Weierstrass.

Na Universidade de Goettingen professa, neste semestre de verão, na Faculdade de Filosofia, o Prof. W. Lexis, muito conhecido pelas suas obras sobre a organização do ensino da Alemanha, além do curso de Economia política, um curso intitulado — Economia e Estatística dos Seguros; e o Prof. Bernstein, além dum curso de Cálculo de probabilidades, um curso de Cálculo de Seguros. Pois, além dêstes cursos, estes dois professores, juntamente com o Prof. Lehmann que, na Faculdade jurídica se ocupa dos seguros, dirigem o Seminário de Seguros. Neste seminário, onde os seguros se podem estudar sob o triplice ponto de vista jurídico, económico e matemático, não se trata de comunicar a ciência feita, mas antes de educar actuários, capazes de fazer progredir a ciência dos seguros, da mesma forma que o fim mais elevado dos seminários matemáticos é educar matemáticos criadores.

Nesta Universidade há uma vantagem especial para os estudantes de sciências naturais que lhe deve interessar. Em todas as Universidades alemãs os estudantes são obrigados quando se matriculam, em cada semestre, a pagar um ou dois marcos para a Caixa de socorros médicos. Em Goettingen há, além disso, para os estudantes de medicina, sciências naturais, farmácia, e estudantes dentistas, um seguro contra accidentes, mediante um marco por semestre. Com effeito, estes estudantes estão sujeitos, nos seus estudos práticos, a verdadeiros accidentes de trabalho, contra os quais se podem assim segurar.

Já vê o meu amigo que, na Alemanha, se julga a Teoria matemática dos seguros à altura dos estudos universitários. O mesmo succede nas Universidades dos países vizinhos de organização análoga à alemã.

Na Universidade de Viena d'Austria, no último semestre de inverno, o Prof. Tauber da Faculdade de Filosofia regeu um curso de Matemática dos Seguros e um curso de Estatística matemática.

Na Faculdade filosófica da Universidade de Basileia na Suíssa, o Prof. Spiess rege, neste semestre de verão, um curso de Geometria analítica no espaço e um curso intitulado — Noções fundamentais de cálculo dos Seguros para todas as Faculdades.

Terminarei com o exemplo da Universidade de Berne, onde há um Seminário de Matemática dos Seguros. Ocupam-se de seguros dois professores da Faculdade filosófica. O Prof. Graf rege, neste semestre, os seguintes cursos: Funções esféricas, Funções de Bessel, Integraes definidos, Equações diferenciaes, Teoria das

funções e — Seguros e Rendas. O Prof. Moser rege um curso intitulado — Seguros de Vida. Estes dois professores dirigem, além disto, o Seminário de Matemática de seguros. O Prof. Graf é também director, juntamente com o Prof. Huber, do Seminário matemático.

Assim, ora vemos a matemática de seguros ensinada juntamente com as mais transcendentales matemáticas pelo mesmo professor, ora ensinada em cursos elementares para estudantes de todas as Faculdades, como em Basileia, ora estudada com maior profundidade nos Seminários de Seguros.

Das vantagens que, para as nossas Companhia de Seguros e para a vida económica do país, resultam da divulgação do conhecimento dos Seguros de Vida, da necessidade de estudos mais profundos num país, como o nosso, onde está por fazer uma Tábua de Mortalidade, não é preciso falar a quem, como o meu amigo, é uma autoridade no assunto. Cada escola pode concorrer para esta obra com os métodos que lhe são próprios. A colaboração das Universidades seria de toda a vantagem, não lhe parece?

E não o enfado mais. No Central Hotel de Berlim tem sempre ao seu dispor o que é, com velha estima,

Seu amigo m.^{to} afeiçoado e adm.^{or.} — *Luciano Pereira da Silva.*



Convite. — A Universidade recebeu convites da Comissão da «*Union des Associations internationales*» para se fazer representar no 2.^o Congresso mundial das Associações, que se realiza em Bruxelas de 15 a 19 de junho próximo; da Comissão executiva do 12.^o Congresso Geológico Internacional, do Canadá, que se efectuará em agosto próximo; e da Comissão internacional do Congresso de Lausanne que em maio próximo se ocupará da *Psicologia e Fisiologia desportivas*. Á Universidade foi ainda dado conhecimento oficial da fundação em Londres duma comissão que se propõe elevar à memoria do grande cirurgião Lister um monumento numa das praças de Londres, colocar um medalhão na catedral de Westminster e fundar um Instituto Internacional de investigações científicas no campo da cirurgia. É para realizar êste último objectivo que se angariam donativos.



Voto de sentimento. — Na sua última reunião o Senado universitário resolveu exarar no acta um voto de sentimento pela morte do Prof. da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Carlos Joaquim Tavares, do que se deu conhecimento ao Director daquela illustre corporação científica.



Movimento do pessoal universitário desde 1 de janeiro a 27 de março de 1913.

— José da Silva Santos, nomeado 1.^o Assistente provisório do 2.^o grupo da 2.^a secção da Faculdade de Ciências, por Portaria de 28 de janeiro de 1913 (*Diário do Governo*, n.^o 30, de 7 de fevereiro). Posse em 12 de fevereiro de 1913.

José Custódio de Moraes, nomeado 2.^o assistente provisório do 2.^o grupo da 1.^a secção da Faculdade de Ciências, por Portaria de 28 de janeiro de 1913 (*Diário do Governo*, n.^o 30, de 7 de fevereiro). Posse em 12 de fevereiro de 1913.

Anibal Rui de Brito e Cunha, nomeado professor da cadeira de Desenho, anexa à 1.ª secção da Faculdade de Ciências, por Decreto de 8 de fevereiro de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 56, de 10 de março). Posse em 15 de março de 1913.

José da Silva Tavares da Rocha Gouveia, nomeado 2.º Assistente provisório do 2.º grupo da 3.ª secção da Faculdade de Ciências, por Portaria de 14 de março de 1913. (*Diário do Governo*, n.º 68, de 24 de março). Posse em 2 de abril de 1913.

João Pereira da Silva Dias, nomeado 2.º Assistente provisório do 1.º grupo da 1.ª secção da Faculdade de Ciências, por Portaria de 7 de março de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 71, de 27 de março). Posse em 4 de abril de 1913.

Algumas observações a uma edição comentada dos Lusíadas¹

I

1. Comentário à palavra «Rodamonte» de I, 11, 7: «Rodamonte (fôrma popular, devida a dissimilação, de «Rodomonte») é personagem do *Orlando innamorato* de Boiardo (+ 1494)».

«Rodamonte» não é uma forma popular de «Rodomonte»; é um nome inventado pelo conde de Scandiano, Matteo Maria Boiardo, autor do *Orlando Innamorato*. E «Rodomonte» não é anterior, é posterior a «Rodamonte»: é uma modificação feita pelo autor do *Orlando Furioso*, Lodovico Ariosto (1474-1533), no nome cuja paternidade pertence a Boiardo².

Trata-se de um facto bem conhecido na história da literatura italiana. «Rodamonte, diz G. Stiavelli, è personaggio inventato di sana pianta dal Boiardo. Narrasi che il conte Matteo Maria, trovato ch'ebbe questo nome, dopo un pensar lungo e faticoso, fece sonare a festa tutte le campane di Scandiano, il paesetto suo, in segno di gran jubilo. «E non è Rodamonte, che è rimasto vivo, è Rodomonte!» (il Rodomonte dell'Ariosto) dice il De Sanctis; e qui dice vero purtroppo!»³.

Por seu lado, em uma das notas ao *Orlando Furioso* escreve G. Casella: «*Rodomonte*. È un nome di personaggio inventato dal

¹ LUIS DE CAMÕES. *Os Lusíadas commentados por Augusto Epiphany da Silva Dias*. Porto, Magalhães & Moniz, 1910; dois tomos.

² Outra modificação da palavra é o «Roramonte» de Francisco de Moraes, na *Cronica de Palmeirim de Inglaterra*, cap. 30, etc. Camões preferiu a forma primitiva, tal como Boiardo a inventara.

³ *Conte Matteo Maria Boiardo da Scandiano, Orlando Innamorato con commento di G. Stiavelli e illustrazioni artistiche di Leonida Edel*. Roma, 1894. Pag. 279-280.

Boiardo; ed è fama che se ne compiacesse tanto che per questo trovato fece sonare a festa le campane del suo castello di Scandiano. Egli però, a dir vero, lo scrive Rodamonte, ed è l'Ariosto che lo ridusse alla forma ora comunemente usata»¹.

2. Comentário a I, 51, 1-2: «A nympha Callisto, que teve amores com o rei dos deoses, foi metamorphoseada em ursa (em grego: arctos) por Juno, e depois, juntamente com Árcade (*Arcas*), fructo d'aquelles amores, collocada no ceo, onde Callisto é a constellação da Ursa Maior, e Arcade a da Ursa Menor (v. *Ov.*, *Fast.* II, 155-192; *Met.* II, 409-531)».

Ovidio não diz, como a citação faz supor, que Árcade fosse transformado na constellação da Ursa Menor.

Se nas *Metamorfoses* se limita à informação de que Jupiter fez de Calisto e do filho constellações proximas, *vicina sidera*², nos *Fastos* é bem explicito a respeito do nome de cada uma delas:

Signa propinqua micant. Prior est, quam dicimus Arcton,
Arctophylax formam terga sequentis habet.

(II, 189-190).

Ora Arctophylax, a *guarda da ursa*, a constellação em que foi transformado Árcade, filho de Júpiter e de Calisto³, nada tem com a Ursa Menor: é o Bootes ou Arcturo, a que Camões junta respectivamente os epítetos de *gelado* (III, 71, 7) e *congelado* (I, 21, 6).

¹ *L'Orlando Furioso di Lodovico Ariosto con note e discorso proemiale di Giacinto Casella*. Firenze, 1905. Pag. 254.

A propósito de Agramante (*Furioso* 1, 6), observa Casella: «È un bel nome da epopea trovato dal Boiardo, gran trovatore, come notò il Baretti, di nomi poetici». Sobre o merecimento poético do conde de Scandiano e sobre as relações entre os dous poemas — o *Orlando Innamorato* e o *Furioso* — veja-se a valiosa obra de Pio Rajna, *Le fonti dell'Orlando Furioso*. Firenze, 1900, pag. 40 e segg.

² Juno tinha metamorphoseado Calisto em ursa e Árcade, que andava á caça, preparava-se para a matar, mas a isso obstou

... Omnipotens, pariterque ipsosque nefasque
Sustulit, et celeri raptos per inania vento
Imposuit caelo, vicinaque sidera fecit.

(II, 505-507).

³ «Das Sternbild Arkturos oder Arctophylax gilt für Arkas, der zugleich mit seiner in die Bärin verwandelten Mutter Kallisto an den Himmel versetzt wurde». Roscher, *Ausführliches Lexikon der griechischen und römischen Mythologie*, I, 555-556. Leipzig, 1884-1886.

«BOOTES (Arctophylax), ein Sternbild der nördlichen Halbkugel in der Nähe des grossen Bären, bestehend aus einem Stern erster Grösse (Arkturos), vier Sternen dritter, neun Sternen vierter und ebensoviel fünfter Grösse... Nach Suidas und Servius würde gelegentlich auch das ganze Sternbild mit Arkturos bezeichnet»¹.

Na Ursa Menor não foi transformado Árcade, o filho da ninfa Calisto, mas sim Cinosura², uma das duas amas que criaram Júpiter no monte Ida, em Creta. «Die kleine Bärin befindet sich in der Nähe der grossen. Der äusserste Stern derselben im Schwanze, der Polarstern, heisst Kynosura, wie auch das ganze Gestirn gennant wird; die idäische Nymphe Kynosura, Amme des Zeus, war von diesem als Bärin an den Himmel versetzt»³.

3. Do comentário a II, 55, 5-6⁴: «Houve lapso de memoria em Camões, quando representou Jupiter empregando neste momento o verbo «mostrar» no preterito. Outro tanto aconteceu a Tito Livio, que depois de dizer, com respeito ao anno de Roma de 544, que a tomada de Agrigento pelo consul Levino se deu *jam magna parte anni circumacta* (XXVI, 40), ao historiar os acontecimentos militares da Hespanha no mesmo anno, representa Publio Scipião referindo-se, em uma allocução proferida no principio da primavera (*principio veris*), á tomada d'aquella cidade da Sicilia como a facto já realizado: *in Sicilia Syracusae, Agrigentum captum* (XXVI, 41)».

Não ha neste passo de Tito Lívio nenhum lapso de memoria.

A tomada de Agrigento foi no ano de Roma de 544 e os acontecimentos militares de Hespanha, narrados em seguida, deram-se, não no mesmo ano, como afirma o comentário, mas no de 545.

Podia porisso o historiador romano fazer dizer a P. Scipião, no

¹ Pauly-Wissowa, *Real-Encyclopädie für klassische Altertumswissenschaft*, V, 717-718. Stuttgart, 1889.

² Cf. *Lusíadas*, X, 88, 3, e 125, 3.

³ Roscher, *Lexikon* cit., I, 555. A outra ama, Hélice, foi transformada na Ursa Maior. Era esta a lenda de Creta, que Ovídio põe aqui de parte, para dar preferência a Homero, que ainda não reconhece como constelação a Ursa Menor, mas só a Maior. Veja-se Buchholz, *Die homerischen Realien*, Leipzig, 1871. Tomo I, 1.ª parte, pag. 38-39.

⁴ Júpiter diz a Venus, quando Vasco da Gama vai a caminho da Índia:

... Nunca se verá tam forte peito
Do Gangetico mar ao Gaditano,
Nem das Boreais ondas ao Estreito
Que mostrou o agravado Lusitano.

princípio da primavera de 545: *in Sicilia Syracusae, Agrigentum captum*, pois se tratava de factos que se haviam dado em anos anteriores.

A passagem aduzida não permite hesitações.

Com efeito, depois de concluir por estas palavras — *Et, quod ad Siciliam attinet, eo anno debellatum est* — a narrativa do que se passou na Sicília no ano de 544, Tito Lívio prossegue (XXVI, 41): «*In Hispania principio veris P. Scipio, navibus deductis evocatisque edicto Tarraconem sociorum auxiliis, classem onerariasque ostium inde Iberi fluminis petere jubet*».

Ora, neste autor, as palavras *principio veris*, sem a indicação clara e precisa de que se tratava da primavera do mesmo ano cujos acontecimentos acabavam de ser referidos, são concludentes a respeito do ano, em que se passaram os factos cuja narração vai seguir-se.

O *principio veris* é o começo da primavera de 545.

Se o ano a que pertence esta primavera fosse ainda o de 544, Tito Lívio ter-se-ia servido de uma fórmula correspondente ás que se leem, por exemplo, em XXVII, 17, e em XXVIII, 5 e 9: «*Aestatis eius principio, qua haec agebantur; Principio aestatis eius, qua haec sunt gesta; Extremo aestatis eius, qua haec in Graecia gesta sunt*».

E ninguem tem dúvidas a respeito do ano em que devem colocar-se os feitos militares — coroados pela tomada de Cartagena —, que Tito Lívio narra em XXVI, 41-51, isto é, no trecho que começa pelas palavras *In Hispania principio veris*.

Basta citar Th. Mommsen, *Römische Geschichte* (10.^a edição, Berlim, 1907), que, depois de ter mencionado a entrega de Agrigento no ano de 544 (I, 623), escreve dez paginas adiante: «*Plötzlich im Frühjahr 545 (é o principio veris de Tito Lívio), ehe noch die feindlichen Heere sich in Bewegung setzten, brach Scipio gegen diese Stadt (Neukarthago)*».

Deve ainda notar-se que a data destes acontecimentos militares na Hespanha — 545 e não 544 — é bem conhecida pela importância que eles tiveram na segunda guerra púnica. «*Von dem tollkühnen aber glücklich gelungenen Handstreich, durch den der junge P. Scipio den Untergang seines Vaters und Oheims rächend im J. 545 = 209 v. Chr. die Stadt (Carthago nova) erobert, datirte der Umschwung im Erfolg der römischen Waffen gegen Karthago*»¹.

¹ Pauly-Wissowa, *Real-Encyclopädie*, VI, 1621.

4. Do comentário a III, 1, 5-6 ⁴. «As nymphas Clycie (*Clytie*) e Leucóthoe (ou antes «Leucóthee» ²) foram também amadas de Apollo (Ov., *Met.* IV, 194-270; F S ³)».

A Leucotóe (Leucótoe) dêste passo dos *Lusiadas* nada tem com a filha de Cadmo, Ino, que, depois de transformada em divindade ⁴, ficou tendo o nome de Leucótea ou Leucótee ⁵.

É certo que esta alguma vez aparece com o nome de Leucótoe, mas a Leucótoe do poeta é que não pode dizer-se que é «antes Leucótea», pois foi sempre chamada Leucótoe.

É assim que no *Lexikon* de Roscher, ao artigo *Leucothea*, — *thee*, se segue outro — *Leucothoe* —, em que se mostra que êste nome foi dado a) a Leucótea, b) a uma Nereida, e c) à filha de Órcamo, amada de Apolo.

E no artigo *Leucothea* tinha-se observado que esta é chamada Leucótoe por Propércio 3, 21 (3, 26), 10, e 3, 24 (3, 28), 20, e por Higino.

Mas o que aí se não diz é que a Leucótoe a que se refere Camões fosse também chamada ou se devesse chamar Leucótea.

Em um comentário áqueles dois autores é que viria a propósito dizer-se: «Leucóthoe ou antes Leucóthea»; nos *Lusiadas* está o nome que deve estar ⁶.

¹ Invocando Caliope, Camões deseja-lhe que Apolo a não abandone por outros amores:

Nunca por Dafne, Clície ou Leucotoe
Te negue o amor devido, como soe.

² Nas erratas emenda-se para *Lecóthea* e no registo philologico (II, 340) explica-se a mudança de acento, que faz rimar *Leucothoe* com *soe*.

³ Isto é: Faria e Sousa.

⁴ Cf. *Lusiadas*, VI, 23. Na passagem das *Metamorfoses*, que se cita no comentário, trata-se de Leucótoe, filha de Órcamo e de Eurinome, e amada de Apolo. Da transformação da filha de Cadmo na deusa Leucótee se ocupa Ovidio em outro lugar das *Metamorfoses*, em IV, 416 e segg. Cf. *Fastos*, VI, 485 e segg.

⁵ As duas desinências representam formas dialectais gregas.

⁶ No comentário a VI, 22, 5-6, torna a dizer-se: «Tendo na mente o lugar de Ovidio em que o Sol se dá a conhecer a Leucothea por estas palavras: *Ille ego sum... | omnia qui video, per quem videt omnia tellus, | mundi oculus* (*Met.* IV, 226-228).»

Ora abra-se qualquer edição das *Metamorfoses* e ver-se-á que desde o verso 194 até 255 do l. IV se fala de Leucótoe e não de Leucótea, que de comum só tem o primeiro elemento componente da palavra. *Incenso branco* significa, parece, a primeira palavra e *deusa branca* quer dizer a segunda. Veja-se Roscher, *Lexikon* citado.

Eis os dois passos das *Elegias*, em que Propércio chama Leucótoe á deusa

5. Comentário a III, 7, 7¹: «Troia triumphante] lembra o *superbum Ilium* da *Eneida* (III, 2-3)».

A *Troia triunfante* de Camões é a *Troia vittrice* desta estância do *Orlando Furioso*:

Omero Agamemnòn vittorioso,
E fe' i Troian parer vili et inertì;
E che Penelopea fida al suo sposo
Dai Prochi mille oltraggi avea sofferti.
E se tu vuoi che'l ver non ti sia ascoso,
Tutta al contrario l'istoria convertì:
Che i Greci rotti, e che Troia vittrice,
E che Penelopea fu meretrice.

(XXXV, 27).

Explicando o verso 7.^o, diz Casella: «L'opiniõe bizzarra che i Troiani fossero vincitori, e i Greci vinti, fu sostenuta da Dione Griostomo in una delle sue *Oraçioni*».

Esta mesma opinião a encontrou tambem Camões desenvolvidamente exposta nas *Enneades* de Sabélico ².

marítima Leucótea:

Quam timui, ne forte tuum mare nomen haberet,
Atque tua labens navita fleret aqua!
Quae tum ego Neptuno, quae tum cum Castore fratri,
Quaeque tibi excepi tum, dea Leucothoe!

(III, 21 (26), 7-10).

Hanc miser implorat navita Leucothoen.

(III, 24 (28), 20).

Alii omnes *Leucothean* vocant — observa um comentador de Propércio (*Passe-ratii Commentarii in... Catullum, ... Tibullum et... Propertium. Parisiis, 1608. Pag. 353*).

Higino diz em um lugar: «At Ino cum Melicerte filio suo in mare se praecipitavit. Quam Liber Leucotheam voluit appellari: nos autem Matutam dicimus» (*Fabularum liber, Lugduni, 1608, n.º 2, fl. 2 v*). Mas em outro lugar, a respeito do naufrágio em que Leucótea (e não Leucótoe) socorreu Ulisses: «Leucothoe, quam nos matrem Matutam dicimus, quae in mari exigit aevum» (*Ibid., n.º 125*).

É nestes autores, e não nos *Lusiadas*, que ha confusão.

¹ Segundo êste passo dos *Lusiadas*, separaram a Europa da Ásia o rio Tánais (Don) e o mar que

Viu dos Gregos o irado senhorio
Onde agora de Troia triunfante
Não vê mais que a memória o navegante.

² «(Dion) Iliensibus persuadere conatus est, ne Ilium quidem a Graecis excisum, nec Helenam Menelao unquam nupsisse, sed Paridi, quam quum multi ex terra Graecia procarentur et cum his Menelaus, ... indignitate rei, quod pere-

É certo que em outros lugares dos *Lusiadas* (III, 57, 3-4; VI, 19, 8; VIII, 5, 3) se alude expressamente à destruição de Tróia pelos gregos. Mas isto não obsta a que no poema se encontre também o paradoxo de Dião Crisóstomo.

Um contemporâneo de Camões, Jorge Ferreira de Vasconcelos, procedeu do mesmo modo no *Memorial das proezas da segunda Tavola Redonda*. Assim, no capítulo VIII lê-se: «Acabado ho qual (banquete),... moveose pratica em que vieram a dar na antiga Troya. E el rey Sagramor louvou muyto a cavalaria dos Troyanos, que se sostentaram com muytas vitorias dez annos de cerco, de tantos e tam poderosos principes e capitães Gregos: sem por fim poderem tomarlhe a cidade, salvo per trayção». No capítulo XX reaparece a mesma ideia: «Tem os fados seus lemites nas cousas; pera se destroyr Troya era necessario ser presente Achilles que matasse Hector». Mas no capítulo XXIV Guaristenes diz a Florisbel: «Amado filho, vos tereys tal aviso em acometer os immigos que trabalheys tomar a parte mas alta do campo, porque indo contra elles os diviseys primeyro que elles a vos. Ca os Gregos foram vencidos porque os Troyanos tinham ho lugar mais alto»¹.

A *Tróia triunfante* de III, 7, 7, é, portanto, a Tróia que os gregos não puderam tomar, e não o *Ilium* da *Eneida*, que, apesar de *superbum*, foi entrado e incendiado por aqueles:

..... cecidit... superbum
Ilium et omnis humo fumat Neptunia Troia.
(III, 2-3).

6. Do comentário a III, 16, 6-8²: «A lenda a que o Poeta allude, acha-se em Diodoro Siculo (V, 35, § 2)... Nic. C. do Amaral,

grinus homo Graeciae primoribus praelatus in matrimonium esset, Atridarum impulsu Graeci Priamo bellum intulerint... Quum multo maior hominum et rerum iactura esset a Graecis facta quam a Phrygibus, foedus utrinque ictum... In foedere est discrete positum ut Graeci Priami genere Phrygiam obtinente nunquam bello Asiam repeterent... Foedereque in has condiciones icto, Graeci ob rem male gestam, seditione primo agitati, diuersi domum concesserunt». *M. Antonii Coccii Sabellici Opera omnia, Basileae, 1560, t. I, col. 137-138.*

¹ *Memorial das proezas da segunda Tavola Redonda*. Na edição de 1867, pag. 30, 115 e 147.

² Mencionando os Pireneus, diz o poeta que

..... segundo
Antiguidades contam, quando arderam,
Rios de ouro e de prata então correram.

na *Cronologia* (publicada em 1554), também diz, com o autor grego: *...Quum enim pastores forte fortuna ignem in vastam montis syluam injicerent, ita continuis diebus exarsit incendiū ut puri argenti riuuli vi magni caloris effluerint* (pag. 94. Diodoro não falla de rios de ouro; porventura Camões leu na versão latina (ou em Amaral), por equívoco *auri* em vez de *puri*».

Nos *Paralipomenon Hispaniae libri x* de João de Gerona, escritor contemporâneo dos reis católicos, Fernando e Isabel ¹, a lenda do incêndio dos Pireneos, reproduzida de Diodoro Sículo, já vem acrescentada com a referencia ao ouro. «Hi montes (Pyrenaei) usque in hodiernum suam appellationem retinuerunt. De istorū tamen montium nomine diuersi diuersa sentiunt... Diodorus vero libro quarto ait, quod cum mons ipse plenus esset maximis arboribus, plurimisque pastoribus propter greges qui inibi pasuntur, accidit vt die quadam apposito igne monti, quum ventus validus excreuisset, ignis vrens glebas ipsius montis coegit aurum atque argentum colligendum, reliquam ipsorum montium partem incenderunt, & ab ardente pyra (quae est lignorum congeries ardens) Pyrenaei montes appellati sunt».

7. Comentário a III, 63, 5 ²: «Reaes=grandiosos, como *regalis* e *regius*».

Arcos riais, aqui, são os arcos mandados construir por el-rei D. João III.

Na *Historia da antiguidade da cidade Euora* de André de Resende ³ leu o poeta: «Item mandou Sertorio cercar ha cidade de cãtaria laurada... & assi fez trazer ha agua da Prata a ho portico en ho mais alto da cidade, dõde se repartia per has regiões della: quomo eu declarei en hũa apologia ou resposta que cõtra ho bispo de Viseu screui: que estoruaua a el Rei nosso senhor tornar a trazer

¹ A obra do bispo de Gerona é dedicada aos reis católicos e encontra-se reproduzida na colecção *Hispaniae illustratae... scriptores varii. Francofurti MDCIII*, t. I. Esta passagem vem a pag. 25. A 1.ª edição é de 1545.

² Falando de Évora, diz Camões:

Onde ora as aguas ntidadas de argento
Vem sustentar de longe a terra e a gente
Pelos arcos riais, que cento e cento
Nos ares se alevantam nobremente.

³ A primeira edição foi publicada em Évora, no ano de 1553. A passagem transcrita vem no cap. III. Encontra-se também o opúsculo traduzido em latim na obra *De antiquitatibus Lusitaniae* do mesmo autor, t. I, pag. 295-352, da edição de Coimbra (1790).

ha dicta agua, dizêdo lhe que nem ha agua ca viera jamais, nem podia vjir nem Sertorio aqui steuera, nem ha obra era Romana: cõtra o que eu a su alteza tinha persuadido».

Mais de trinta anos antes de publicados os *Lusiadas*, enaltecia tambem o afamado latinista e poeta Jorge Coelho o *insigne monumento, a obra, de D. João III*.

Em um epigrama diz ele :

Quis populo tandem ductum instauravit aquarum?
Fluminis et celsum continuavit iter?
Sunt haec Joannis monumenta insignia regis.
.....
Quod nomen lymphae? Dicta est Argentea vulgo.

E em outro :

Miraris nitido sublimes aggere ductus,
Et medio illabi flumina viva foro.
Divus Joannes regnator nominis hujus
Tertius invicto pectore fecit opus ¹.

8. Comentário a IV, 25, 6 ²: «As quinas (= os escudõs de que se falla em III, 53-54) e castellos (em numero de sete) das armas de Portugal».

Nos quatro sêlos de D. João I, que se acham reproduzidos na *Historia genealogica da casa real portuguesa*, t. 4.^o, sob os n.^{os} 40 a 43 (cf. pag. 31-32), o número dos castelos é respectivamente de 10, 8, 8 e 14.

É sabido que, antes de se fixar em 7, este número foi muito variavel. Dos dous sêlos de D. Afonso III, que na mesma obra se encontram (n.^{os} 19 e 20), um traz 9 e outro 8. Os dous de D. Dinis (n.^{os} 22 e 23) teem 12.³ Dos três de D. Afonso IV um apresenta 12 e nos outros, embora deteriorados, havia com certeza mais de 7. Doze aparecem tambem nos de D. Pedro I e D. Fernando. De D. Duarte ha um com 6 e outro com 10.

¹ Publicados em Coímbra, em 1540, os dois epigramas foram reimpressos com outras poesias do filho de Nicolau Coelho e secretário do cardial D. Henrique, no *Corpus poetarum lusitanorum* do padre Reis, VII, 327-328, Lisboa, 1748.

² Depois de se referir às alas direita e esquerda dos portugueses em Aljubarrota, prossegue o poeta :

Logo na retaguarda não se esconde
Das quinas e castelos o pendão
Com Joane etc.

³ Vejam-se tambem nesta *Revista* os interessantes artigos do sr. dr. Garcia de Vasconcelos, subordinados ao título *Um documento precioso* (I, 362, e II, 254).

Não pode portanto afirmar-se que eram em número de 7 os castelos do pendão rial, arvorado em Aljubarrota por D. João I.

9. Comentário à palavra *Massylia* de IV, 36, 8 ¹: «Os Massylos eram um povo da Numidia. Os poetas latinos empregavam o adjectivo *Massylus* como equivalente de «Africano» (da Africa septentrional). (No mesmo sentido geral diz Sannazzaro *Massyla... rura* no *De partu Virg.* III).

É verdade que às vezes, nos poetas latinos, especialmente em Sílio Itálico ², aparece a palavra *Massylus* em sentido geral, abrangendo mais povos que os massilios propriamente ditos.

Mas isto dá-se também com outros nomes gentílicos.

Assim, se aquele escriptor designa às vezes o exército cartaginês por *Massyla gens* (II, 108, etc.), para o mesmo fim se serve também das expressões *Garamantica pubes*, *Garamantica signa* (I, 142; IV, 447; etc.), *Maurusia pubes* (XI, 414; cf. *Maurusia taxus*, IV, 569; *Maurusia arundo*, X, 402), *Marmaricas vires* (VIII, 216), *Nomades* (XI, 31).

Isto, porém, não obsta, é claro, a que tais adjectivos gentílicos sejam igualmente empregados por Sílio Itálico na acepção própria.

É o que acontece com *Massyli*, por exemplo em III, 282 ³, em IX, 223 ⁴, em XVI, 171, 184, 235, etc. ⁵.

¹ Nesta estância, como se vê pela que se lhe segue, *Massylia* é a região onde fica Ceuta, pois os bramidos da leoa, a quem «o pastor de Massília» furtou os filhos, atroam e abalam os montes *Sete Irmãos*.

Em V, 6, dá o poeta o nome de *Massylia* à *esteril costa*,

Onde seu gado os Azenegues pastam.

Ora sobre a situação geográfica desta gente diz João de Barros: «Passado o rio que se ora chama Sanagá, o qual divide a terra dos Mouros Azenegues dos primeiros negros de Guiné» etc. (*Década* I, 1, 9).

² Autor, como se sabe, dos *Punicorum libri XVII*, poema que Camões conhecia. O assunto é a segunda guerra púnica.

³ Enumerando os elementos componentes do exército com que Anibal invadiu a Itália, diz o poeta latino, depois de especificar os moradores de Cartago, de Utica e de outras cidades, os das margens do Lixus, os etíopes, os núbios, etc.:

Quin et Massyli fulgentia signa tulere.

⁴ Disposição das tropas de Anibal na batalha de Canas:

Barbaricus laevo stetit ad certamina cornu
Bellator Nasamon, unaque immanior artus
Marmarides, tum Maurus atrox, Garamasque Macesque,
Et Massylae acies, et ferro vivere laetum
Vulgus Adymachidae pariter

⁵ Aqui Sílio Itálico, afastando-se do que sabemos por outras fontes, designa-

É no sentido próprio ou no geral que Camões emprega a palavra *Massilia*, tanto em IV, 36, 8, como em V, 6, 1?

Por Sílio Itálico vemos que é no sentido próprio, como aliás era de presumir.

Com efeito, para o autor dos *Punicorum libri* os massílios habitavam nos confins da terra, lá para onde ficava o jardim das Hespéridas ¹, e o reino de Sifax estendia-se até o Atlântico.

Quin et Massyli fulgentia signa tulere,
Hesperidum veniens lucis domus ultima terrae.
Praefuit intortos demissus vertice crines
Bocchus atrox, qui sacratas in litore silvas,
Atque inter frondes revirescere viderat aurum.

(III, 282-286).

Massylis regnator erat ditissimus oris,
Nec nudus virtute, Syphax: quo jura petebant
Innumerae gentes, extremaque litore Tethys.

(XVI, 171-174).

Em resumo: o poeta romano deslocou os massílios para oeste da Numídia, fazendo-os chegar até à costa do Atlântico, e Camões seguiu esta opinião, que aliás carece de base histórica.

Não é também no sentido geral, como supõe o comentário, mas sim no próprio, que Sannazzaro emprega a palavra *Massyla* no *De Partu Virginis*, III, 188.

Fala-se aí, com efeito, de dois pastores que em Belém cantam ao desafio perante o berço de Jesus recém-nascido, um dos quais,

damente por Tito Lívio (l. XXIV, XXX, etc.), dá Sifax como rei dos massílios:

Massylis regnator erat ditissimus oris,
Nec nudus virtute, Syphax.....

O rei dos massílios (ou massílios) era Masinissa. Sifax era-o dos masesílios, que ficavam a oeste daqueles (T. Lívio, l. XXVIII, 17).

¹ Sílio Itálico deixou-se influenciar por esta passagem de Vergílio:

Oceani finem iuxta solemque cadentem
Ultimus Aethiopum locus est, ubi maximus Atlas
Axem umero torquet stellis ardentibus aptum:
Hinc mihi Massylae gentis monstrata sacerdos,
Hesperidum templi custos, epulasque draconi
Quae dabat et sacros servabat in arbore ramos
Spargens humida mella soporiferumque papaver.

(*Eneida*, IV, 480-486).

E Vergílio, relacionando os massílios com as Hespéridas, tinha na mente uma passagem dos *Argonautica* de Apolónio de Rodas (l. IV, v. 1232 e segg.).

riquíssimo, é Egon, que possui pastagens na Getúlia, rebanhos nos campos massilos, e domínios nas margens do Bágrada, do Tritão e do Cínifo, isto é, nas actuais Argélia, Tunísia e Tripolitana.

Tum puero adstantes Lycidas et maximus Aegon,
Aegon, Getulis centum cui pascua campis,
Centeni per rura greges Massyla vagantur :
Ipse caput late, qua Bagrada, qua vagus errat
Triton, Cinyphiae qua devolvuntur arenae,
Ingens agricolis, ingens pastoribus Aegon.

Os *rura Massyla* contrapõem-se aqui a outras regiões próximas: *Massylus* não é, portanto, o equivalente de «Africano (da Africa septentrional)».

Ainda em outro lugar do poemeto de Sannazzaro se encontra a mesma palavra, empregada também na acepção própria. É quando se fala do recenseamento mandado fazer por Augusto.

Parte alia vastas circumvocat Africa vires;
Getuli, Maurique duces rimantur opaci
Atlantis nemora et dispersa mapalia silvis.
Scribitur et vacuis ut quisque inventus arenis
Seu pastor, seu subcinctis venator in armis
Observans saevos latebrosa ad tesqua leones.
Massylum quicumque domos, quicumque repostos
Hesperidum lucos munitaque montibus arva
Incolit et ramis nativum decutit aurum:
..... Qua devictae Carthaginis arces
Procubuere.....
Jamque Macas idem ardor habet; venere volentes
Barcaeii; venere suis Nasamones ab arvis.¹

(II, 204-223).

Em conclusão: nem Camões, nem Sannazzaro empregam, êste o adjectivo *Massylus*, aquele o nome proprio *Massilia*, no sentido geral, mas sim no restrito.

10. Do comentário a V, 11²: «A lenda das Gorgonas, filhas

¹ Note-se que nesta passagem, e naturalmente também na anterior, o poeta italiano não desloca os massilos, como o fez Sílio Itálico.

² Vasco da Gama diz ao rei de Melinde :

As Dórcadas passamos, povoadas
Das irmãs que outro tempo ali viviam,
Que, de vista total sendo privadas,
Todas três de um só olho se serviam.

de Phorcys, que se serviam, cada uma por sua vez, de um só olho que tinham em commum, é contada por Ovidio nas *Met.*, IV, 771-802».

A lenda, como a conta Ovidio, difere em um ponto essencial da que se encontra nos *Lusíadas*.

Nestes, as Górgonas são todas três cegas. Nas *Metamorfoses* só o são duas, as que guardavam a entrada da selva, eriçada de penhascos, em que habitava Medusa, a Górgona propriamente dita.

Se Perseu se apoderou do olho de que aquelas se serviam, quando uma o ia a passar a outra, a Medusa pôde cortar-lhe a cabeça, por que ela se achava profundamente adormecida.

Narrat Agenorides gelido sub Atlante iacentem
Esse locum solidae tutum munimine molis,
Cuius in introitu geminas habitasse sorores
Phorcidas, unius partitas luminis usum:
Id se sollerti furtim, dum traditur, astu
Subposita cepisse manu; perque abdita longe
Deviaque et silvis horrentia saxa fragosis
Gorgoneas tetigisse domus.....
.....
Dumque gravis somnus colubrasque ipsamque tenebat,
Eripuisse caput collo.

E sabe-se a razão por que Ovidio não apresenta Medusa como privada da vista.

É que uma das características desta, na literatura grega, era precisamente o olhar terrível. Γοργὼ βλοσυρῶπις, δεινὸν δερκομένη, se lhe chama na *Iliada*, XI, 36-37. E as numerosas representações artísticas que dela nos restam a figuram sempre com olhos ¹.

Neste ponto recorreu, portanto, Camões a outra fonte. E esta foi a obra de Boccaccio sobre a *genealogia dos deuses* ², onde se diz: «Medusa, Stennio & Euryale Phorci filiae, & ex monstro marino susceptae fuere... Hae quidem Gorgones appellatae fuere &, uetere testante fama, inter omnes tres unum tantum oculum habuere, quo utebantur uicissim».

¹ Veja-se o *Lexikon* de Roscher, no artigo *Gorgones und Gorgo*.

² Joannis Bocatii Ἡερὶ γενεαλογίας *Deorum libri quindecim cum annotationibus Jacobi Micylli*. Basileae, 1532, pag. 413.

11. A estância 95 do canto V é assim reproduzida:

Dá a terra Lusitana Scipiões,
 Cesares, Alexandros, e dá Augustos;
 Mas não lhe dá com tudo aquelles dões
 Cuja falta os faz duros e robustos.
 Octavio entre as maiores oppressões
 Compunha versos doutos e venustos.
 Não dirá Fulvia certo, que he mentira
 Quando a deixava Antonio por Glaphyra.

Que querem dizer os dous ultimos versos, assim pontuados, e que relação teem com os dois imediatamente anteriores?

Não o explica o comentário, que ao mesmo tempo faz presumir a falta de conhecimento directo do epigrama de Marcial, citado a propósito dos versos 5-6 ¹.

Com effeito, a nota aos versos 7-8 começa por estas palavras: «Fulvia casou em terceiras nupcias com Marco Antonio, o triumviro. Pondo Cam. Marco Antonio ao lado de Augusto e referindo-se os seis versos de Augusto contidos no citado epigrama aos amores escandalosos de Antonio com Gláphyra, pode considerar-se certo que o poeta hauriu esta noticia naquelle epigrama».

Ora «os seis versos de Augusto» não se referem aos amores escandalosos de Antonio com Gláfira; referem-se à escandalosa pretensão de Livia, que, apesar de casada com António, queria tomar amores com Octaviano, despeitada por causa das relações que aquele tinha com Gláfira ².

A esta se alude apenas no primeiro verso: Lá porque Antonio tem relações com Gláfira, tambem Fúlvia as quer ter comigo, etc. Antes a guerra! conclue o futuro imperador.

É porisso que, segundo Camões, Fúlvia pôde dizer, por experiência própria, se Octávio fazia ou não versos doutos e venustos.

Os quatro ultimos versos da estância devem, portanto, ser assim pontuados:

Octavio entre as maiores oppressões
 Compunha versos doutos e venustos:
 Não dirá Fulvia, certo, que é mentira,
 Quando a deixava Antonio por Glaphyra.

¹ «D'este imperador—que *poëticam summatim attigit* (Suet. Oct. 85)—Marcial, segundo nota F S., cita seis versos, e referindo-se a elles diz: *Absolvis lepidos...* libellos (XI, 20).»

² Tudo isto é expresso nos termos mais crus e aduzido por Marcial, para se justificar, com o exemplo de tão elevada personagem, da arguição de fazer versos obscenos.

Continua o comentário: «Não é porêem liquido, se a Glaphyra dos versos de Augusto é a mulher de Archelao — summo sacerdote da deusa de Comana —, dama de quem Antonio, quando esteve no Oriente, recebeu favores, aos quaes correspondeu dando ao filho de Glaphyra o reino da Cappadocia, ou se aquelle nome é um pseudonymo, em lugar, talvez, de Cytheris, actriz de mimos, tambem amante de Antonio».

Mas porque é que a Gláfira dos versos de Augusto ha de ser um pseudónimo, se houve realmente uma Gláfira com quem António manteve relações amorosas?

A dificuldade só pode provir de se supôr que Camões quis dizer que António deixou Fúlvia por Gláfira, por esta ser poetisa. Mas, como fica dito, não é nem pode ser êste o sentido de V, 95, 7-8.

De resto, não ha dúvida nenhuma que a Gláfira do epigrama de Marcial é a *hetera* de Archelao, sumo sacerdote da deusa de Comana. Eis o que a respeito dela se lê na *Real-Encyclopädie* de Pauly-Wissowa-Kroll: «*Glaphyra*. Hetäre des Archelaos von Komana; ... gebiert ihm den Sisimes. Später wird G. die Geliebte des Antonius, der den Sisimes als Archelaos zum König von Kappadokien erhebt. Diodor XLIX, 23. Appian. bell. civ. V, 7. Martial. XI, 20». (T. XIII, 1381. Cf., a respeito do epigrama, *ibid.*, 283-284).

12. Em quanto Vasco da Gama estava em terra, em Calecut,

O Catual, no cargo diligente,
De seu rei tinha já por regimento
Saber da gente estranha, donde vinha,
Que costumes, que lei, que terra tinha.

(VII, 66, 5-8).

Informa-se por isso com o mouro Monçaide, que o aconselha a ir ver a frota dos recém-chegados (VII, 72). Partem ambos, acompanhados de naires, e

Á capitaina sobem, forte e bela,
Onde Paulo os recebe a bordo dela.

(73, 8-7).

Ai se acham pintados nas bandeiras os feitos bélicos dos portugueses,

..... pintura fera,
Que, tanto que ao Gentio se apresenta,
Atento nela os olhos apacenta.

(74, 6-8).

E para satisfazer a sua bem natural curiosidade e colher as informações que precisava de dar a seu rei (VII, 66, 5-8), o gentio

Pelo que vê, pergunta; mas o Gama
Lhe pedia primeiro que se assente
E que aquele deleite que tanto ama
A seita Epicurea, experimente.
Dos espumantes vasos se derrama
O licor que Noé mostrara á gente;
Mas comer o Gentio não pretende,
Que a seita que seguia lho defende.

(VII, 75).

Quem é o *gentio* de que aqui se fala?

Não ha, nem pode haver dúvida, que é o catual e não o mouro Monçaide.

Mas, se alguma hesitação fosse permitida até à estância 77, esta fá-la-ia logo desaparecer.

Com efeito, depois de ter dito na estância 76,

Tudo o Gentio nota; mas o intento
Mostrava sempre ter nos singulares
Feitos dos homens, que em retrato breve
A muda poesia ali descreve,

continua o poeta, na estância seguinte:

Alça-se em pé, co elle o Gama junto,
Coelho da outra parte e o Mauritano.

Aqui temos o *gentio*, que é o sujeito de *Alça-se*, contraposto ao *mauritano*.

Leia-se agora o comentário a VII, 75, 7-8: «Como é sabido, a religião mahometana prohihe beber vinho. comer] em sentido geral, por «beber», se é que não houve antes aqui descuido do Poeta. Sobre o «Gentio», v. o com. a VI, 1». E neste diz-se: «O rei de Melinde era mahometano; mas o termo «pagão» na lingoagem vulgar equivalia a «não christão».

Se na idade-média o termo *pagão* se applicava muitas vezes aos maometanos, não se pode dizer o mesmo a respeito da palavra *gentio*. Pelo menos não conheço caso nenhum.

Mas, ainda que Camões pudesse chamar *gentio* ao mouro Monçaide, não é nestas estâncias que êle o faz. Aqui o gentio é, sem sombra de dúvida, o catual, e não o mouro.

Que Paulo de Gama ofereceu ao gentio, ao catual, não só de beber, mas tambem de comer, é o que a estância 75 significa, quando diz que aquele pediu ao catual *se assentasse, para experimentar o*

deleite que tanto amam os epicuristas, deleite que não se restringe ao beber, mas abrange também, e principalmente, o comer ¹.

Os dois últimos versos da estância 75, applicados a um gentio de casta superior, também não oferecem dificuldade de espécie nenhuma. «(Os Nayres), diz Duarte Barbosa, nom comem nem bebem senam em casa de Nayres» ². Nem tão pouco lhes era permitido comer no mar: «E pera q̄ Pedralvarez mādasse a terra quem negociasse a carrega das naos, mādou (el Rey de Cochim) em arrefēs dous Naires principais, com cōdição q̄ se auião de reuezar cō outros dous que ficarião em quanto aqueles fossem comer, porque não podiam comer no mar». (Castanheda, l. I, cap. 40. Cf. *ibid.*, cap. 35).

13. Em VIII, 11, 1-2, lê-se:

Este é o primeiro Afonso, disse o Gama,
Que todo Portugal aos Mouros toma.

Comentário a *todo Portugal*: «As conquistas de D. Afonso I estenderam-se effectivamente, embora não fossem definitivas, ao reino do Algarve».

D. Afonso Henriques, como é sabido, não conquistou terra nenhuma no reino do Algarve. Foi depois da morte dele que D. Sancho I tomou Silves e algumas terras próximas, que em breve tornaram ao domínio dos mouros.

Recapitulando as *cavalarías* do fundador da monarquia, diz Duarte Galvão, que foi a fonte do poeta para a história daquele reinado: «Lugares & fortellezas a mouros tomou muitas. Primeiramēte na estremadura, sanctaren, & lixboa & todallas outras villas & fortellezas della, des coimbra atee lixboa. Alenteio tomou cezimbra, palmella, alçaçer, Euora, elúas, moura, serpa, beia & outras fortellezas» ³.

Segundo o mesmo cronista, D. Afonso Henriques só foi ao Algarve para ver se encontrava o corpo de S. Vicente, no cabo que

¹ Lá diz Horácio:

Me pinguem et nitidum bene curata cute vises,
Cum ridere voles, Epicuri de grege porcum.
(*Epistulae*, I, 4, 15-16).

² Veja-se adiante o n.º 16, pag. 288.

³ Transcrevo do códice n.º 345 das *Crônicas de leitura nova* do Arquivo Nacional. Cf. a edição da *Bibliotheca de classicos portugueses*. Lisboa, 1906. Pag. 167.

dêste santo recebeu o nome; mas para isso teve de fazer uma trégua com os mouros ⁴.

O *Portugal* de VIII, 11, 2, é, portanto, o Portugal que se contrapõe a Algarve, por exemplo, no título, definitivamente tomado por D. Afonso III, de *rei de Portugal e do Algarve*.

14. Em VIII, 35, diz Paulo da Gama ao atual:

Olha que dezesete Lusitanos
Neste outeiro subidos se defendem,
Fortes, de quatrocentos Castelhanos,
Que em derredor pelos tomar se estendem;
Porêem logo sentiram com seus danos
Que não só se defendem, mas ofendem:
Digno feito de ser no mundo eterno,
Grande no tempo antigo e no moderno.

Principia o comentário pela transcrição de uma passagem de Fernão Lopes, que é dada como fonte desta estância. «Das cousas, que passavom os dAlmadãa [cercada pelas tropas do rei de Castella] por mingua dagua» (F. Lopes, *D. João I*, I, 136, no sumario). «... Depois que esta agua mingou, trabalharomsse daver agua do mar, e de tinas, que tiinham postas na rribeira pera apanharem agua doce, e deciam per a barroca per hũm caminho, que fezerom, a tomar daquella agoa; ... E os Castellaãos como o souberom, poserom guarda neella. E os da villa himdo ala acharom os Castellaãos que a guardavom; e elles nom eram mais que dez e sete, e dos emmiigos eram bem çemto, que jaziam escomdidos amtre os penedos; e pellejando sobella agua forom mortos tres Portugueses, e os quatorze mui mal feridos de seetas e de dardos» (id. ibd. 136).

É óbvio que êste lugar de Fernão Lopes não pode ser a fonte do poeta.

A não ser, com efeito, o número dos portugueses — dezassete —, de que aliás foram mortos três, ficando os outros muito mal feridos, tudo o mais diverge do que diz a estância.

É que o feito, que ela tão merecida e entusiasticamente comemora, nada tem de comum com o que é narrado no texto de Fernão Lopes, transcrito no comentário.

⁴ «El Rey dom affonso... teue conselho cõ os seus e q̃ maneira poderiam auer (ho corpo de san uicente). E acordaram que fizessem tregoa com os mouros por tempo certo. Ellas feitas, el Rey dom affonso partiu de coimbra pera aquelle logar» etc. (Cap. XX).

A fonte é também este escritor, mas na 2.^a parte da *Cronica de D. João I*, cap. 108.

Tem este por epígrafe: «Como El Rey cercou a Villalobos, e se Martim Vazquez da Cunha defendeo aos Castellãos»¹.

Eis o que aí leu Camões: «... Em esto mandou El Rey á erua, & por guarda dos que a ella hiom, Martim Vazquez da Cunha, & seus Irmãos & outros fidalgos, com certas gentes, & partindo do arrayal as azemolas, & muytos dos que hiom por guarda dellas, ficarom detraz por aquécimento Martim Vazquez, & Gyl Vazquez, & Lopo Vazquez seus Irmãos, & Mamborni, & Lourenço Martinz do Auelar, & Johão Portella & doutros caualeiros & escudeiros, atá dezoito; hiam falando muito de seu vagar, fazendo aquelle dia muy gram neuoeiro, & a manhaã nom bem descuberta, e sem parando mentes, q̃ terra leuauom, per azo daquelle aspero (a) ar: errarom o caminho, & sendo ja hũa grande legoa do arrayal, foram dar consigo na Ribeira que vem de Mayorgas, hú jaziõ quatrocentas lanças de Castellãos², & muitos homens de pé antre huns vlmos, que alli aviom (b), hú dormirom essa noite, de que erõ capitaens D. Fradique Duque de Benaunte Irmão bastardo Del Rei: & Aluoro Pirez de Osouro, & Ruy Ponce de Leõ, & outros: & quando os virom tam junto consigo, conhecendo que erom Portugueses, começaram de bràdar *Mata, mata: Castilla, Castilla*. E elles vendose em tal cajom postos, começaram de dizer a altas vozes *Sam Jorge, Sam Jorge; Portugal, Portugal*. E muito trigosos se desviarom logo a hum piqueno & baixo logar amontoado, que era hi perto³, que parecia em outro tempo ser feito à maõ em que os antigos segundo fama, faziom sacrificios a seus Deuses: ca naquella terra nom ha outras serras, nem montes, a que se acolher podessem (c): & descaualgarom á pressa todos, & pözerõ as bestas arredor de si atadas humas com as outras; & elles em meyo com as lanças nas mãos, & as costas huns contra outros, dizendo logo antre sy, como compria q̃ hum delles fosse logo tostemête dar nouas ao arrayal: q̃ lhe acorresse, & cada hũ se escusaua de tal ida, mostrando q̃ o fazia por melhor. Entom disse hum escudeiro q̃

¹ Trata-se da incursão feita em terras do reino de Castela por D. João I e pelo sôgro — o duque de Lencastre.

Transcrevo o texto da edição de 1644. No manuscrito n.º 2010 do Arquivo Nacional, as palavras que aqui vão seguidas das letras (a), (b) e (c), lêem-se respectivamente: *espesso, auia, poderem*.

² São os *quatrocentos Castelhanos* de Camões, que põe de parte os *muitos homens de pé*, pois não intervieram directamente na luta.

³ Neste *outeiro subidos*, diz Camões.

chamauom Diogo Pipa do Auelar: que viuia cō Martim Vazquez, qual era mais honrosa cousa, & de contar por façanha: ajudalos a defender assi como estauom, ou passar por antre tantos imigos Castellãos, & ir dar nouas ao arrayal? E todos disserom, que mór cousa era auenturarse a passar por antre tantos imigos. *Pois* (disse elle) *eu quero ser esse*. Entõ caualgou per antre aquelles que o matar desejauom, & perõ lhe fossem muitas lanças remeçadas, nenhũa foi, que lhe empècesse: & quando vinhom a elle de hũa parte e doutra pera o auerem de leuar de encontro, estendeose ao longo da besta, & assi prazia a Deus, que lhe escapaua, de guisa que passou em saluo por todos elles; & foy dar nouas ao arrayal. Os Castellãos cercarom¹ entom os dezasete, que ficavom², sobindo pela ladeira daquelle cabeço³, & remeçandolhe muitas lanças, assi das que traziom, como das que tomauom aos homens de pé, do grande rumo, que jazia perto delles: & nom lhe chegauom, porque remeçauam de fundo pera cima; outros nom se ouzauom tanto de chegar, porque os Portugueses daſ lanças, que lhe enuiouom, tornauomnas a remeçar: & porque era sopé a fũdo, & os de cauallo muyto bastos, quantas arremeçauom nõ cahiom em vam; brãdando altas vozes Martim Vazquez quando os Castellãos vinhom a elles, & os arremeçauom: *Cunha, Cunha: quẽ na ouuer de leuar salgada a ha de leuar*. E assi se defendiã; matando seus imigos⁴ com as lanças que lhe emprestauom, com que os de matar ouuessem: e os caualos feridos topauom huns nos outros, matando taes, que escaparom se lhe aquello nom fora: e morrerom bem corenta escudeiros Castellaõs e muytos caualllos. Dos portugueses nom foy nenhum ferido, nẽ morto saluo Mamborni, q̃ sahindo fora por tomar das lanças pera remeçar foi lhe remeçada hũa lança por Martim Gonçaluez de Ataide, que andaua em Castella, . . . & entresolhou a lança por hũas folhas, q̃ trazia, & ouue hũa ferida, de que a poucos dias morreo. Chegãõ as nouas ao arrayal & foi dito ao Condestabrẽ, & sahio á pressa com gentes, pera lhes acorrer, & indose ja o neuoeiro alçando por o dia, que era ja crecido, ouuerom os Castellãos vista do acorro, & começarom se de partir, & hiom dizendo: Doje mais nom cumpre que se leom as proezas de Tristão & de Lançarote: mas falemos no esforço de Martim Vazquez da Cunha, que com dezasete homẽs darmas se defendeo a quatrocentas lâças, que eramos, por tamanho espaço em tam fraco logar⁵. A

¹ Isto é: em derredor pelos tomar se estendem, como se lê na estância.

² Olha que dezasete Lusitanos — começa a oitava.

³ É outra vez o outeiro a que os portugueses tinham subido.

⁴ Não só se defendem, mas ofendem, reproduz o poeta.

⁵ Digno feito de ser no mundo eterno, observa Camões.

qual cousa nenhum entendimento de homens esquíue crer, que foi assi, nem presuma, que contamos esto por louvar aos Portugueses, e desfazimento de seus contrairos, mas porque certamente assi aconteeo defeito».

Vê-se como a estância traduz bem a dramática narrativa do cronista.

Com relação ao outeiro do 2.º verso, diz o comentário: «neste outeiro] i. é, no do castello de Almada, na margem esquerda do Tejo, defronte de Lisboa».

Mas os *deçassete* de Almada fôram atacados na *ribeira*, aonde *deciam per a barroca*. E se foram mortos tres portugueses e os quatorze mui mal feridos, como é que êles, no dizer do poeta, *não só se defendem, mas ofendem?*

Comentário aos quatrocentos da estância: «Se Camões diz «quatrocentos», estando na *Cronica* «bem çemto», é que ou elle não leu bem o que estava no codice, ou effectivamente o codice de que se serviu, tinha «quatro centos».

O comentário, como se vê, dispensa quaisquer observações.

15. Em IX, 34, alude o poeta a casos de *amor nefando*, em pessoas de elevada jerarquia:

E tambem nos herois de altos estados
Exemplos mil se vêem de amor nefando,
Qual o das moças Bibli e Cinirea,
Um mancebo de Assiria, um de Judea.

São quatro os exemplos de amor nefando: 1.º) Biblis, apaixonada pelo irmão; 2.º) Mirra, filha de Ciniras, pelo pai; 4.º) um filho de David, por uma irmã.

¿ Qual é o terceiro?

A simetria, aqui sob a forma de quiasmo, supõe o *amor nefando* de um filho pela própria mãe.

¿ Ora quem é o *mancebo de Assiria*?

Mesmo independentemente do conhecimento da fonte do poeta, podemos dizer que é o filho de Semíramis.

Basta, para disso nos convenceremos, lêr o final de VII, 53.

A *tão bela como incontínente rainha da Assiria*, figurada nos portais da cêrca do palácio em que vivia o Samorim,

Ali tem junto ao lado nunca frio
Esculpido o feroz gínete ardente,
Com quem teria o filho competencia.

E o poeta exclama:

Amor nefando, bruta incontínencia!

A paixão de Antioco, filho de Seleuco, rei da Siria, pela madrasta, que o pai lhe cedeu, não a qualificaria Camões, em vista das circunstâncias que se davam, de *amor nefando*, nem portanto a equipararia aos *exemplos* que aponta.

Como se infere do *Auto del-rei Seleuco*, o nosso poeta avaliava êste facto com critério semelhante ao de Petrarca, no *Trionfo d'amore*, cap. II, 94 e segg.

I' vidi un da man manca fuor di strada,
 A guisa di chi brami e trovi cosa
 Onde poi vergognoso e lieto vada,
 Donar altrui la sua diletta sposa:
 O sommo amor, o nova cortesia!

 Questa, mia prima, sua donna fu poi;
 Che per scamparlo d'amorosa morte
 Gli diedi; e'l don fu licito fra noi¹.

Mas a fonte do poeta tira todas as dúvidas, se ainda as pudesse haver.

Foi no *De claris Mulieribus* de Boccaccio que Camões viu referido o nefando amor de Nínias (ou Nino, como êle lhe chama) e de sua mãe Semíramis. «Ceterum haec omnia (alude-se às proezas desta), ne dum in foemina sed in quocunque uiro strenuo mirabilia, atque laudabilia, & perpetua memoria celebranda, una obscoena mulier foedauit illecebra. Nam cum inter caetera, quasi assidua libidinis prurigine ureretur infelix, plurium se miscuisse concubitu creditum est, & inter moechos (bestiale quod potius quam humanum) filius Ninus numeratur, unus praestantissimæ formae juvenis: qui uti mutasset cum matre sexum, in thalamis marcebat ocio; ubi haec aduersus hostes sudabat in armis»².

Em seguida Boccaccio menciona também a opinião de Justino³. «Alij tamen scribunt quod cum in desiderium incidisset filij, eumque iam aetate prouectum⁴ in suos prouocasset amplexus, ab eodem cum annis iam duobus & triginta regnasset occisam».

¹ Notem-se estas palavras de Petrarca, que excluem o *amor nefando*.

² *Ioannis Boccatii de Certaldo insigne opus De Claris Mulieribus. Bernae Helvet. MDXXXIX. Fl. 2 v.*

³ É esta divergência de opiniões que o poeta traduz pelo *teria* de VII, 53, 7.

⁴ O autor da tradução castelhana, publicada em Sevilha em 1528 (*Libro de Juã bocacio que tracta delas illustres Mugerres*) leu *provecta*. E não é êste o único ponto em que deixa a desejar o texto da edição de Berne. Eis a tradução castelhana de todo êste período: «Empero otros scriuen: que como se ouiesse enamorado de su hijo & siendo ya de edad prouecta se ouiesse echado con el, despues de auer reynado treynta y dos años la mato» (fl. vij).

Agora o comentário a êste passo dos *Lusiadas*. «O «mancebo de Assyria» é Antiocho, rei da Syria — confundida com a Assyria bastas vezes nos escriptores antigos, por ex., em Cicero que, no *De finibus* II, § 106, diz: *ille rex Syriae*, falando de Sardanapallo —. Antiocho apaixonou-se por Estratonice, sua madrasta (Val. Max. V, 7; é este o assumpto da comedia de Camões intitulada «El-Rei Seleuco»). F S pensa que tambem poderá ser Ninyas, filho de Semiramis, rainha da Assyria, mas Justino (já cit. no com. a VII, 53) diz: *Ad postremum cum concubitu filii petisset ab eodem interfecta est*; consequentemente o caso não podia servir ao poeta para exemplo de amores pecaminosos da parte de mancebos».

Não é também necessário observar que a passagem de Justino, citada como comentário a VII, 53, 7,

Com quem teria o filho competencia,

não explica êste verso, que só se comprehende pelo que diz Boccaccio no *De claris Mulieribus*.

16. No *Instituto* correspondente ao ano de 1906 escrevi o seguinte (pag. 55-57): «Narrando as épicas proezas do grão Pacheco, Achilles lusitano, diz o poeta:

Chamará o Samorim mais gente noua,
Virão Reis de Bipur & de Tanor,
Das serras de Narsinga, que alta proua
Estaram prometendo a seu senhor:
Fará que todo o Naire em fim se moua,
Que entre Calecú jaz e Cananor¹,
Dambas as leis immigas, pera a guerra,
Mouros por mar, Gentios pola terra
(X, 14).

¹ «E como amanheceo que foy domingo de ramos, abalou el rey (de Calcut) por terra com corenta & sete mil homẽs de peleja antre Naires & mouros, & acompanhauão aquelles reys & caimaes que ho ajudauão cõ suas pessoas & gente. s. Betacorol, rey de Tanor, com quatro mil Naires, Cacatanãbari, rey de Bipur & de Cucurrão, junto da serra de Narsinga, com doze mil Naires, Cocagatocol, rey de Cotogão antre Cananor & Calicut, junto da serra, com dezoito mil Naires» etc. (Castanheda, l. I, c. LXVIII, p. CXXXI, 2.^a ediç.). Cf. J. de Barros, dec. I, l. VII, c. VII: «Fama entre os nossos era que (o Çamorij) trazia per mar & per terra quorenta mil homeẽs seus & destes senhores que o ajudauã, ... que elle conuocou cõtra nós... Beturacol, Rey de Tanor, Cacatunam Barij, Rey de Bespur e de Cucuram junto da serra chamada Gate, Cõta Agatacòl, Rey de Cotugam entre Cananor & Calcut junto de Gate» etc. (1.^a ediç. fl. 86).

Como deve interpretar-se o verso 7.^o desta estancia? *Dambas as leis inimigas* de quem é complemento gramatical? Não o pode ser senão de *guerra*; e é porisso que vários editores teem eliminado a vírgula que na edição *princeps* está depois da palavra *inimigas*¹. Quereria, neste caso, o poeta dizer que *todo o naire se move para a guerra dos mouros e gentios*, pois, como se vê pelo v. 8, são essas as duas leis inimigas. O sentido, porém, ficaria, pelo menos, ambiguo. São os mouros e os gentios que se guerreiam mutuamente, ou trata-se da luta de *ambas estas leis* coligadas, contra o inimigo comum, contra os portugueses? A ambiguidade desaparece, admitindo-se que no verso 7.^o, por êrro de imprensa², se lê *Dambas*, em vez de *E ambas*:

Fará que todo o Naire em fim se moua,
Que entre Calecú jaz & Cananor,
E ambas as leis inimigas, pera a guerra,
Mouros por mar, Gentios pola terra³.

E a esta passagem, assim entendida, podem servir de comentário os seguintes lugares de J. de Barros: «E como com a nossa entrada na India estes Mouros tam poderosos perdiam o tracto das especearias & commercio q̄ lhe daua este gram poder: todos conjuraram em nossa destruição, & pera isso conuocauam as adjudas do gentio da terra, como fizeram per mão do grande Çamorij de Calcut». «El Rey de Cochij... andaua hum pouco desconfiado de poder resistir a tamanho exercito, por se dizer que (o Çamorij) trazia per mar e per terra repartidos cinquenta mil homeês: huûs que auiam de vir combater a nossa fortaleza com muyta artelharia que ouerã dos mouros de Mecha, & os outros auiam de vir per terra cometer o vao, & mais que tinha conuocado todos los principaes do Malabar contrelle»⁴.

E não deixa de ser interessante que, embora a correcção do v. 7, que eu saiba, não tenha sido proposta, comtudo alguns tradutores do poema — e dos mais autorizados — a presupõem.

Pugnabunt geminae qui legis scita sequuntur,
Terrâ gentiles, vicino ast aequore Mauri.

(MACEDO-VIALE).

¹ Basta citar as edições de Hamburgo, da Biblioteca Portuguesa (Lisboa, 1852) e de Reinhardtstoettner (Strassburg, 1874).

² Encontra-se logo no 1.^o verso um desses êrros: *Reis Bipur*.

³ Eis como Faria e Sousa resume os 4 versos, como elles se encontram em todas as edições de que tenho conhecimento: «Al fin harà que se mueva todo Nayre que entre Calecut i Cananor yaze: de ambas las enemigas leyes, para la guerra; por el mar Moros, por la tierra Gentiles» (*Lusíadas*, etc, IV, 325).

⁴ Dec. I, l. vi, c. 1; l. vii, c. v (fl. 63 v. e 83 da 1.^a edic.).

Feindlich im Glauben, zieh'n zum Kampf sie beide,
Der Mohr zu Wasser, und zu Lande der Heide.

(W. STORCK).

Lo! at his bidding every Nair-man hies,
that dwells'twixt Calecut and Cananor,
two hostile peoples linkt at War's demand,
by sea the Moormen come, Géntooes by land.

(R. BURTON).

Sôbre o assunto diz o comentário: «De ambas as leis immigas] sc. a dos mouros e a dos gentios, como se explica no ultimo verso («immigas» convem a saber, do christianismo); liga-se, como complemento, a «todo o Naire» (tomado em sentido geral, por: guerreiro indiano). «pera a guerra» pertence para «se mova». O Dr. J. M. Rodrigues (no *Instituto* de 1906, p. 53-57), não entendendo a syntaxe d'este passo, em que ha um hyperbato semelhante a tantos dos poetas gregos e romanos, pensa que «Dambas» é erro typographico por «E ambas», e que as traducções de Macedo, Storck e Burton favorecem a sua opinião. A pretensa correcção é claramente de todo despropositada, e as traducções de que falla, de modo nenhum apadrinham o seu parecer».

Segundo o comentário, o rei de Calecut faz que se movam para a guerra contra os portuguezes *os naires de ambas as leis*, isto é, *tanto os naires gentios, como os naires mouros*, estando a palavra *naire* tomada no sentido genérico de *guerreiro indiano*, qualquer que seja a sua religião ou a sua procedência.

Escusado é dizer que nunca a palavra *naire* se tomou neste sentido, mas significou sempre uma casta indiana.

Eis como principia o respectivo artigo no clássico *Glossary of Anglo-Indian colloquial words and phrases* de Yule e Burnell¹: «*Nair*, s. Malayāl. *nāyar*; from same Sansk. origin as *naik*. Name of the ruling caste in Malabar».

O primeiro texto que em seguida se cita é traduzido de Varthema (1510). «The first class of Pagans in Calicut are called Brahmins. The second are *Naeri*, who are the same as the gentlefolks amongst us; and these are obliged to bear sword and shield or bows and lances». E depois transcrevem-se passagens de Duarte Barbosa, João de Barros, Garcia da Orta, Castanheda e Bocarro.

¹ Hobson-Jobson: *being a Glossary of Anglo-Indian colloquial words and phrases and of kindred terms: etymological, historical, geographical, and discursive. By Col. Henry Yule... and the late Arthur Coke Burnell... London, 1886.*

No seu interessantissimo *Livro*¹, Duarte Barbosa ocupa-se largamente das castas do Malabar, referindo-se muito especialmente aos naires.

São dêle estas palavras: «Nesta terra do Malabar todos se seruem de hũa lingoa que chamaom Maliama; hos Reys todos saom de hũa ley e costume, pouquo mais ou menos, mas ha da gente he muy diferente, porque aueis de saber que em todo ho Malabar ha dezoyto leys de Gentios naturaes, cada hũa apartada das outras, e tanto, que nom se toquaom hũs com hos outros, sob pena de morte ou perdimento de suas fazendas, asy que todos tem leys, costumes, e idolatrias sobre sy como irey declarando... Atras falei muytas uezes em Nayres, e porque atégora uos nom tenho dito que gentes estas saom, haueis de saber que nesta tera do Malabar ha outra ley de gente que chamaom Nayres, e antre eles saom fidalgos, nem tem outro officio senam seruirem na guera, e continuadamente per honde quer que andaom trazem suas armas;... nom pode ser Nayre senam de linhagem de Nayre, saom homeins muy limpos com sua fidalguia, nom se tocaom com nenhũu uilam, nom comem nem bebem senam em casa de Nayres, saom grandes seruidores delRey, ou dos Senhores com que uiuem... Estes Nayres uiuem sobre sy, fora de pouoaçam, apartados de outras gentes, cerquados de muy altos ualos, aly tem seus palmares, e tanques; nom se tocaom com nenhũa outra gente, nem comem senam com Nayres, nom bebem uinho, nom dormem com mulheres baixas, tudo isto sob pena de morte» (pag. 310, 325, 329).

De João de Barros basta citar estas palavras: «E como nesta cidade (de Calecut) auia grande concurso de gente de varias nações, & o gentio della muy supersticioso em se tocar com gente fora de seu sangue, principalmente os que se chamauã Brãmanes & Naires: destes dous generos de gente sendo a mais nobre da terra, viuia nella muy poucos, toda a outra pouoaçã era de Mouros & gentio mechanic» (*Década* I, 4, 7).

Não é preciso acumular mais citações e bastaria mesmo o que diz o poeta em VII, 37 e 38², para se vêr que nunca o *todo o Naire*

¹ *Livro de Duarte Barbosa na Colecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas...*, publicada pela Academia Real das Sciencias. Tomo II, pag. 231 e segg. Lisboa, 1812.

² Dous modos ha de gente: porque a nobre
Naires chamados são, e a menos dina
Poleás tem por nome, a quem obriga
A lei não misturar a casta antiga.

Pera os Naires é certo grande vicio
Destes serem tocados, de tal sorte
Que quando algum se toca por ventura
Com ceremonias mil se alimpa e apura.

de X, 14, 5, poderia significar *todo o guerreiro indiano, quer mouro, quer gentio*. De ambas as leis imigas não pode ligar-se como complemento a *todo o Naire*.

Se é ou não necessária a correcção que propús, decida-o o leitor.

Se as traduções que citei apadrinham ou não esta correcção, pode dizê-lo quem conhecer as linguas em que elas estão feitas.

E como só a inglesa abrange toda a passagem, reproduzirei também os 4 versos da latina e da alemã.

Princeps hic pariter Naires in bella vocabit
Quot Calecutum, Cananor quot suspicit omnes:
Pugnabunt geminae qui legis scita sequuntur,
Terrâ gentiles, vicino ast aequore Mauri.

Auch lässt der Nairesstam mit Schild' und Speere
Von Calecut bis Cananor die Flur;
Feindlich im Glauben, zieh'n zum Kampf sie beide,
Der Mohr zu Wasser, und zu Land der Heide.

17. No comentário a X, 64, 5-8, cita-se uma passagem de Castanheda, supondo-se que há nela um erro, que é indicado pelo advérbio *sic*. «Quando os reis de Calecut se coroavam em «hum pagode que está em terras de Repelim», «era costume irêlhe os outros reis do Malabar fazer reverencia, como seus sojeitos que erão dali por diante» (Cast. VIII, 126). O que era neste tempo rei de Calecut, quis ter esta consagração para receber homenagem do rei de Cochim «e tambem pera que se tivesse tempo passar [*sic*] dali a Cochim e destruila (id., *ibd.*)».

O *sic* não tem razão de ser, pois *passar* corresponde, neste lugar, a *passasse*. No mesmo caso está o *destruilla* = *a destruisse*.

E não foi só aqui que Castanheda empregou a forma derivada do conjuntivo do imperfeito latino, em vez da qual hoje só usamos a que provêm do mais-que-perfeito.

Assim, por exemplo, no l. IV, cap. 13, escreveu êle: «Tinhão despejada (a cidade) de suas fazendas, *pera que* se ho governador a êtrasse as *terê* em saluo». No l. V, cap. 79: «Determinou el rey dom Manuel... de mandar fazer hũa fortaleza na ilha de sam Lourenço, ... *pera que* as naos de carga da especiaria indo pera a India *fazerê* ali agoada & *irê* por fora da ilha». E no l. VI, cap. 84: «E porq̃ ainda ho governador tinha nisto duuida por saber quão incôstâtes eles erão nã quis mādãr receber os paraós se nã por sua pessoa, *pera q̃* se fosse mêtira *começar* logo a guerra».

Esta forma verbal é ainda frequente nos melhores escritores dos

séculos xv e xvi. «(El-Rei Dom Fernando) emviou Gomçallo Vaasquez Dazevedo, seu gramde privado, *que* se fosse pera elles, e *seer*¹ de companhia em aquella obra»². «O que disto mais sentia assi (ElRey D. Denis) era *que* o Iffante sabendo que estas falsidades assi se deziam nõ as *estranhar & castigar* com grandes penas e muyta aspereza»³. «Como estes Baduijs tinham conhecimento de hũ certo temporal que às vezes aly sobreuem déram auiso aos nõssos: aos quaes parecendo ser isto módo de os lançar daly, por se dizer que auiam de passar per aquella costa certas náos de Ormuz, leixáram se estar: *te que* a custa de seu dãno *verem* que os mouros lhe diziam verdade»⁴. «Vejo vos tam manencorio que nam sey se vos otorgue o que pedis: doutra parte temo *que* inda que concedesse nesse casamento do soldã, minha neta Polinarda nam *ser* contente»⁵.

Omitirei outros exemplos, para citar o primeiro texto datado que já se pode dizer escrito em português, e em que o representante do conjuntivo do imperfeito latino aparece quatro vezes, precedido da conjunção *que*, uma vez expressa e três subintendida.

Êsse texto é, como se sabe, uma *carta de divisão dos bens paternos* entre quatro irmãos, datada da era de 1230 (ano de 1192).

Aí se lê: «Hec est notitia de partiçon e de deuison que fazemos antre nos dos herdamentus e dus coutus... que forum de nossu padre e de nossa madre. en esta maneira *que* Rodrigo sanchiz *ficar* por sa particon na quinta do couto de viiturio... Váasco Sanchiz *ficar* por sa particon na onrra dulueira... Méén sanchiz *ficar* por sa particon na onrra de carapezus... Eluira sanchiz *ficar* por sa particon nos herdamentos de Centegaus»⁶.

¹ É o latim *sederet*. Êste verbo, como se sabe, deu algumas formas ao nosso verbo *ser*, entre elas o infinito do presente — *seer* — *ser*, e êste conjuntivo do imperfeito — *seer* —. No latim, a estrutura morfológica do infinito do presente e a do conjuntivo do imperfeito, no seu aspecto externo, só diferem em que êste tem desinências e aquêle não. Isto em todos os verbos.

² Fernão Lopes, *Chronica do Senhor Rei D. Fernando*, na *Collecção de livros ineditos de historia portuguesa...*, publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, MDCCCXVI. Tom. IV, pag. 390.

³ *Cronica del Rey Dom Denis... composta per Ruy de pina*. Cap. xxi, fl. xcviij, no Arquivo Nacional. É o n.º 50 das *Crónicas de leitura nova*. Cf. a edição de 1729, cap. 20, pag. 70-71.

⁴ J. de Barros, *Década I*, l. 7, c. 2 (fl. 79 v. da 1.ª edição, Lisboa, 1552).

⁵ Francisco de Moraes, *Chronica de Palmeirim de Inglaterra*, cap. 93, t. 2.º, pag. 136, da edição de 1786.

⁶ *Documentos de Vairão* por Pedro d'Azevedo, pag. xi. Porto, 1912. Cf. João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas*, t. I, pag. 384-385, 2.ª edição Lisboa, 1860.

É que, embora passe como doutrina assente, em filologia românica, que o conjuntivo do imperfeito latino desapareceu sem deixar vestígios, salvo em um dialecto do sardo — o logodurês¹ —, o que é certo é que até o século xvi se usou no português de um tempo derivado daquêlê, em orações conjuncionais, que excluem o verbo no modo infinito, como as que ficam citadas.

Mas, se hoje, nestas orações, já se não emprega o tempo derivado do imperfeito, mas sim o que provêm do mais-que-perfeito; se já ninguêem diz, como, por exemplo, J. de Barros, *té que verem*, mas *té (até) que vissem*; se já também caíram em desuso as frases do tipo *não faltou quem o dizer*², para serem substituídas pelas do tipo *não faltou quem o dissesse*; — ainda pertencem à linguagem clássica e à popular estas e outras análogas: *não lhe faltou que dizer*; *não sabia que fazer*³, em que os verbos *dizer* e *fazer* não são infinitos, mas conjuntivos do imperfeito⁴, que podem ser substituídos pelos do mais-que-perfeito: *não lhe faltou que dissesse*, *não sabia que fizesse*.

¹ «L'imparfait du subjonctif latin n'a été conservé qu'en logodourien; presque partout ailleurs *cantarem* a disparu devant *cantavissem*, tout en lui laissant ses fonctions. Le plus-que-parfait du subjonctif latin s'emploie de bonne heure (déjà dans le *Bellum Africanum*) à la place de l'imparfait du même mode, et cet emploi particulier se retrouve dans les langues romanes occidentales, tandis que le roumain attribue à ce temps la fonction du plus-que-parfait de l'indicatif». Kr. Nyrop, *Grammaire historique de la langue française*, t. I, pag. 147. Copenhague, 1903. Cf. Meyer-Lübcke, *Grammatik der Romanischen Sprachen*, II, § 264, e Dr. Leite de Vasconcelos, *Estudos de philologia mirandesa*, I, 397, nota. Lisboa, 1900.

² «Mas a esto nom minguava quem rresponder muitas rrazões». Fernão Lopes, *Cronica de D. João I*, 1.ª parte, cap. 178. (Pag. 335 da edição do *Archivo Historico Português*).

³ Alguns exemplos dos *Sermões* do padre António Vieira, t. I, edição de 1854. «Os... que não tem forças nem armas com que se *defender*, morrem como ovelhas» (pag. 6). «Não só ha que *notar*, diz o santo, e que *reprehender* nos peixes, senão tambem que *imitar e louvar*» (pag. 33). «Todos tem muito que *aprender*» (pag. 63). «Faltava-lhe com que *restituir*» (pag. 64; cf. p. 65, 66, 67).

⁴ É também assim que, a meu vêr, se devem explicar as frases dos seguintes tipos, comuns às línguas românicas: *Que faire?* *Je ne sais que faire*; *Je n'ai que faire*.

Em todas elas o *faire* é conjuntivo do imperfeito, atrofiado e tornado porisso aparentemente igual ao infinito do presente.

Aquelas frases proveem das latinas: *Quid facerem?* *Nesciebam quid facerem*; *Non (nihil) habebam quod facerem*. Com a perda da desinência desapareceu também a noção de que nelas o *facerem* era um imperfeito, um pretérito, e ao mesmo tempo tornou-se o seu uso extensivo a todas as pessoas de ambos os números.

Nesta parte da península, o conjuntivo do imperfeito latino, que tantas vezes aparece nos documentos escritos em latim medieval, como se pode verificar, por exemplo, nos *Portugaliæ monumenta historica*, deu origem ao infinito pessoal. O

Eis uma passagem do *Palmeirim de Inglaterra* (cap. 31), em que as duas formas verbais aparecem quasi a seguir: «O saluaje d'espantado nã sabia que *dissesse*. E na verdade, se a rezam ou entendimento nã fora nelle tam grosseiro, bê achara que *dizer* e de que se *espantar*».

Em conclusão: o texto de Castanheda dispensa o *sic*, pois foi assim que êle o escreveu, servindo-se de uma forma verbal ainda em pleno uso no seu tempo.

(Continua)

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

facere, *faceres*, etc., latino ficou reduzido ao simples *fazer*, em *nós tínhamos que fazer*, etc., para se transformar nas formas pessoais infinitivas em *ao fazermos isto*, etc. E compreende-se bem como era fácil uma evolução neste sentido das frases latinas do tipo *curabam faceres*.

Dêstes assuntos me ocupo com mais desenvolvimento em uma comunicação que apresentei à Academia das Ciências de Lisboa.

A astronomia dos Lusíadas

V

A esfera

Sphaera Deus, cujus centrum est ubique, circumferentia nusquam.

Nas estâncias 77 a 80 do canto X canta o poeta as propriedades geométricas da esfera. Tétis mostra ao feliz Gama o rotundo globo, transunto reduzido do mundo em pequeno volume: no centro a Terra, em volta as dez esferas concêntricas móveis e, envolvendo estas, a undécima esfera, o Empíreo, imóvel. *Não se enxerga* a quinta essência que constitue a região celestial lúcida (vid. a transcrição que fizemos a pág. 142), vendo-se através dos diferentes céus claramente, no centro, a região dos quatro elementos, a Terra.

Aqui hum globo vem no ar, que o lume
Clarissimo por elle penetraua,
De modo que o seu centro esta euidente,
Como a sua superficie, claramente.

Qual a materia seja nam se enxerga,
Mas enxergasse bem que está composto
De varios orbes, que a diuina verga
Compos, & hum centro a todos so tem posto.

A superficie dêste rotundo glôbo, superficie tão *limada*, como se diz na estância 80, é uma superficie esférica. Leia-se a definição de esfera, com que abre o capítulo 1 do *Tratado da Sphaera* de Pedro Nunes:

«Sphaera segundo Euclides he hũ corpo que se causa pello mouimento da circunferência do meo circulo leuado per derredor ate tornar

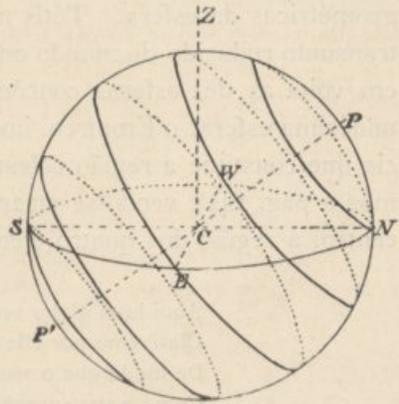
ao seu lugar: estando ho diametro quedo. Segũdo theodosio sphaera he hũ corpo maciso recolhido debaixo de hũa soo face: & tẽ no meo hum pôto: do qual todallas linhas leuadas ate a circumferencia sam iguaes. Este ponto se chama cẽtro da sphaera: A linha direita \bar{q}



passa pello cẽtro da sphaera & toca cõ os seus cabos a circumferẽcia: chamase Eyxo da sphaera. Os dous pôtos \bar{q} sã cabos do eixo sã polos do mũdo».

Na definição de Euclides, a que se chamava a definição *causal*, a esfera é uma su-

perfície de revolução gerada pelo movimento de uma circunferência em tórno do diâmetro; cada ponto da curva generatriz descreve um círculo cujo plano é perpendicular ao eixo de revolução. Tomando a linha dos polos para eixo, como se indica no final da transcripção que acabamos de fazer, podem considerar-se os pontos da esfera distribuidos em círculos perpendiculares ao eixo do mundo, paralelos portanto; e, seguindo em cada paralelo o movimento gerador, vê-se que os pontos vão estando a alturas diferentes sôbre o horizonte, erguendo-se até ao meridiano para baixar em seguida. Na definição de Teodósio, matemático do primeiro século antes de Cristo, considera-se a propriedade da equidistância dos pontos da superfície esférica ao centro; não se erguem nem se abaixam portanto estes pontos em relação ao centro da esfera. São estas duas definições que CAMÕES tão engenhosamente resume no trocadilho dos dois primeiros versos da 2.^a parte da estância 78:



Voluendo, ora se abaxe, agora se erga,
Nũa sergue, ou se abaxa, & hũ mesmo rosto
Por toda a parte tem, & em toda a parte
Começa & acaba, em fim por diuina arte.

No primeiro verso está resumida a definição de Euclides. A palavra *volvendo* indica que a esfera é uma superfície de revolução; não se refere a movimento da esfera, porque a superfície externa do glôbo

pertence ao undécimo céu, ao Empírio imóvel. A esfera, *volvendo*, isto é, curvando-se em tórno do eixo do mundo em círculos paralelos, ora se ergue, ora se abaixa em relação a um plano horizontal.

No segundo verso está resumida a definição de Teodósio. A esfera não se ergue nem se abaixa relativamente ao seu centro. E Tétis pode bem mostrar no globo a propriedade da equidistância, porque, sendo êle transparente, o seu centro, onde se vê a Terra, está evidente, como a sua superfície, claramente.

Não só na obra de Sacrobosco, mas também nos outros Tratados de astronomia do tempo, era usual darem-se as duas definições conjuntamente, como na *Margarita Philosophica*, Tract. I, Lib. VII, Cap. III, De Definitione Sphaerae. O poeta resumiu-as em dois versos com o seu engenhoso trocadilho.

Da definição de Teodósio resulta que, se cortarmos a esfera por um plano que passe pelo centro, obtemos um círculo de raio igual ao da esfera. A secção feita por um plano passando pelo raio tirado para qualquer ponto da esfera é um círculo máximo. A esfera é por isso uma superfície de curvatura constante; tem em todos os pontos e em todas as direcções a curvatura do seu círculo máximo. É esta constância de curvatura que o poeta exprime, quando diz que o globo «um mesmo rosto por toda a parte tem» e quando lhe chama *uniforme*, em seguida, na estância 79:

Vniforme, perfeito, em si sostido,
Qual em fim o Archetipo, que o criou.

Partindo dum ponto qualquer e seguindo um círculo da esfera, volta-se ao mesmo ponto. Na esfera, como no círculo, não há principio nem fim determinado; e em qualquer ponto o principio se une com o fim. «E em toda a parte começa e acaba em fim, por divina arte», diz o poeta. *Por divina arte* quer dizer à maneira de Deus, como Deus. A palavra *arte* é empregada na mesma accepção do final da estância III, 22:

Esta, o velho que os filhos proprios come,
Por decreto, do Ceo ligeiro, & leue,
Veo a fazer no mundo tanta parte,
Criando a Reino illustre, & foi *desta arte*.

Em igual sentido é empregada em III, 30:

Mas o Principe Affonso, que *desta arte*
Se chamaua, do Auò tomando o nome.

«Por divina arte» é equivalente a «segundo o tipo divino», à semelhança de Deus.

No Observatório Astronómico da Universidade existe uma tradução italiana da *Esfera* de Sacrobosco, com anotações e aditamentos, segundo o costume. Intitula-se *Annotationi sopra la lettione della Spera del Sacrobosco*, authore M. Mauro Fiorentino. Impressa em Florença, em 1550.

Além de uma tradução fiel (ad verbum) da *Esfera* de Sacrobosco, compreende: *Vna Spera Theologica Diuina, & Christiana* e *Vna Spera Platonica, con Alcune eccitationi mathematiche, Theologiche & diuine*. Da parte subordinada ao título — SPERA THEOLOGICA ET DIVINA — transcrevemos o seguinte trecho (pág. 161), cujo assunto é indicado na margem como constituindo um *Primo presupposito*, e que se relaciona estreitamente com o que vimos tratando:

«Presupponendo la sfera materiale, colli suoi dieci circuli (come *figura perfetta*, alla quale non si puo aggiugnere, o minuire cosa alcuna, & doue il principio è vnito col fine) significare quella diuina & ideale sfera intelligibile, qual' è la nuda, pura, & inuisibile essentia di Dio glorioso & benedetto. Il quale essenzialmente solo é *perfetto*, & nõ se li puo aggiugnere cosa alcuna: & è quel cõ il quale il principio è col fine congiũto, anzi è vn' istessa cosa, principio & fine di tutte le cose, non di se stesso, ne da se stesso principiato, per esser' eterno & incomprendibile. Et cosi il circulo & sfera, significare quella intelligibile, & Platonica, intellettuale sfera, della quale il centro è per tutto, & la circumferencia in nessun' luogo».

Começaremos por notar que a esfera material com os seus dez circulos é a esfera armilar artificial, cujo estudo é o objecto do segundo capitulo da obra de Sacrobosco, para, por ela, se entender a esfera celestial. Assim o capitulo II do *Tratado da Sphera* intitula-se: — Dos circulos dos quaes a esphera material he composta per que entendemos a celestial —. Começa-se por estudar a equinocial, segue-se o zodiaco, os dois coluros e o meridiano & horizonte, ao todo seis circulos máximos; depois estudam-se os quatro circulos menores que são os dois trópicos e os dois circulos polares.

Presupõe-se primeiro, na *Spera theologica & diuina*, que a esfera material com os seus dez circulos (como *figura perfeita*, à qual não se pode juntar nem deminuir cousa alguma, e onde o *principio está unido com o fim*¹) significa aquela divina e ideal esfera intelligivel que

¹ «Ce qu'ils appelleront l'espace, ce sera cette sphère d'où ils ne peuvent sortir et sur laquelle se passent tous les phénomènes dont ils peuvent avoir connaissance. Leur espace sera donc *sans limites* puisqu'on peut sur une sphère aller toujours

é a nua, pura e invisível essência de Deus glorioso e bemdito. Só êle é essencialmente *perfeito*, não se lhe podendo juntar cousa alguma; é nele que o principio está junto com o fim, é uma mesma cousa, principio e fim de todas as cousas, não de si mesmo nem por si mesmo principiado, por ser eterno e incompreensível. E assim o círculo e a esfera significam aquela inteligível e platónica, intelectual esfera, cujo centro está em toda a parte e a circunferência em parte alguma.

Encontram-se aqui duas ideias que CAMÕES também exprime. Na esfera o principio une-se com o fim, como em Deus: «em toda a parte começa e acaba em fim por diuina arte». A esfera é uma figura perfeita, à qual se não pode juntar nem tirar cousa alguma, como é perfeito Deus; também do rotundo globo diz Tétis que é *perfeito*, qual o «archetipo que o criou», isto é, como Deus.

Da obra de Mauro Florentino reproduzimos as duas estampas juntas. A primeira é a Esfera Platónica, cuja explicação se pode ler na parte inferior da página. A segunda é a Esfera teológica e cristã, composta de dez círculos, seis máximos e quatro menores, como a esfera material, os quais Mauro explica minuciosamente; estes círculos significam as perfeições divinas. Assim a representação de Deus na esfera passa da filosofia platónica para a teologia cristã neste curioso livro, metade astronómico, metade teológico, que CAMÕES podia ter lido.

O termo *archetypo* encontra-se em Sacrobosco. No *Tratado da Sphera* lê-se, na parte do capítulo 1 intitulado — Da redondeza do ceo:

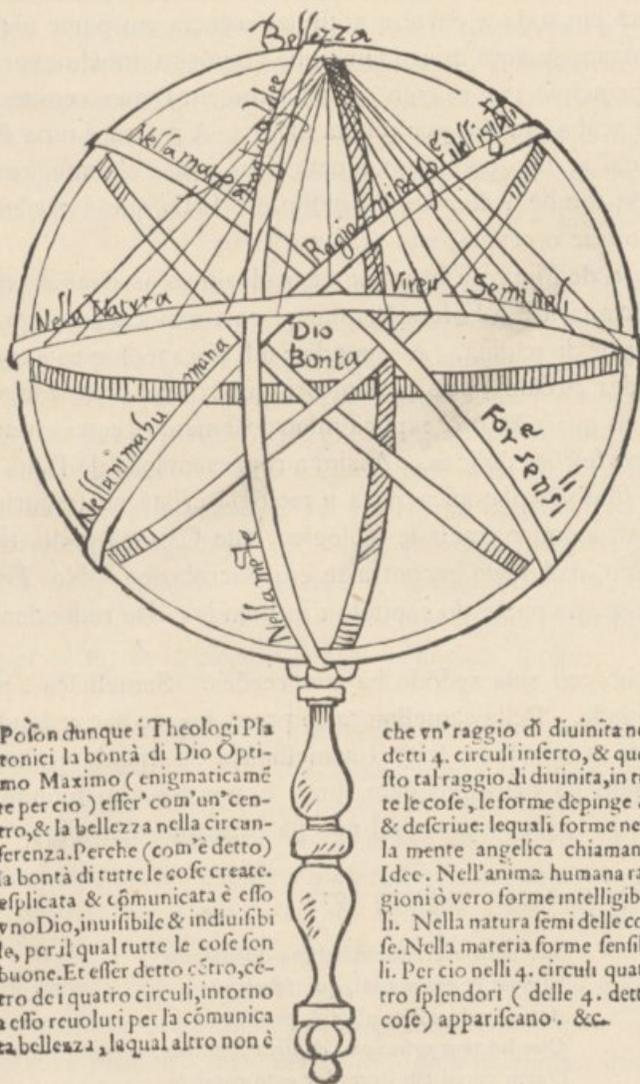
«Que ho ceo seja redôdo ha tres rezões. Semelhãça . proueito . & necessidade. Pella semelhança se proua ho ceo ser redondo porque este mundo sensiuel: he feito a semelhança do mundo archetypo: em ho qual nam ha principio nem fim. E por isso ho mundo sensiuel tem figura redonda: em a qual não ha principio nem fim».

Compare-se com a estância 80:

Ves aqui a grande machina do mundo,
 Eterea, & elemental, que fabricada
 Assi foy do saber alto, & profundo,
 Que he *sem principio, & meta limitada*,
 Quem cerca em derredor este *rotundo*
Globo, & sua superficie tam limada,
 He Deos, mas o que he Deos ninguê o entende,
 Que a tanto o engenho humano não se estêde.

devant soi sans jamais être arrêté, et cependant il sera *fini*; on n'en trouvera jamais le bout, mais on pourra en faire le tour». H. Poincaré, *La science et l'hypothèse*, Paris, Chap. III, Les géométries non euclidiennes, La Géométrie de Riemann.

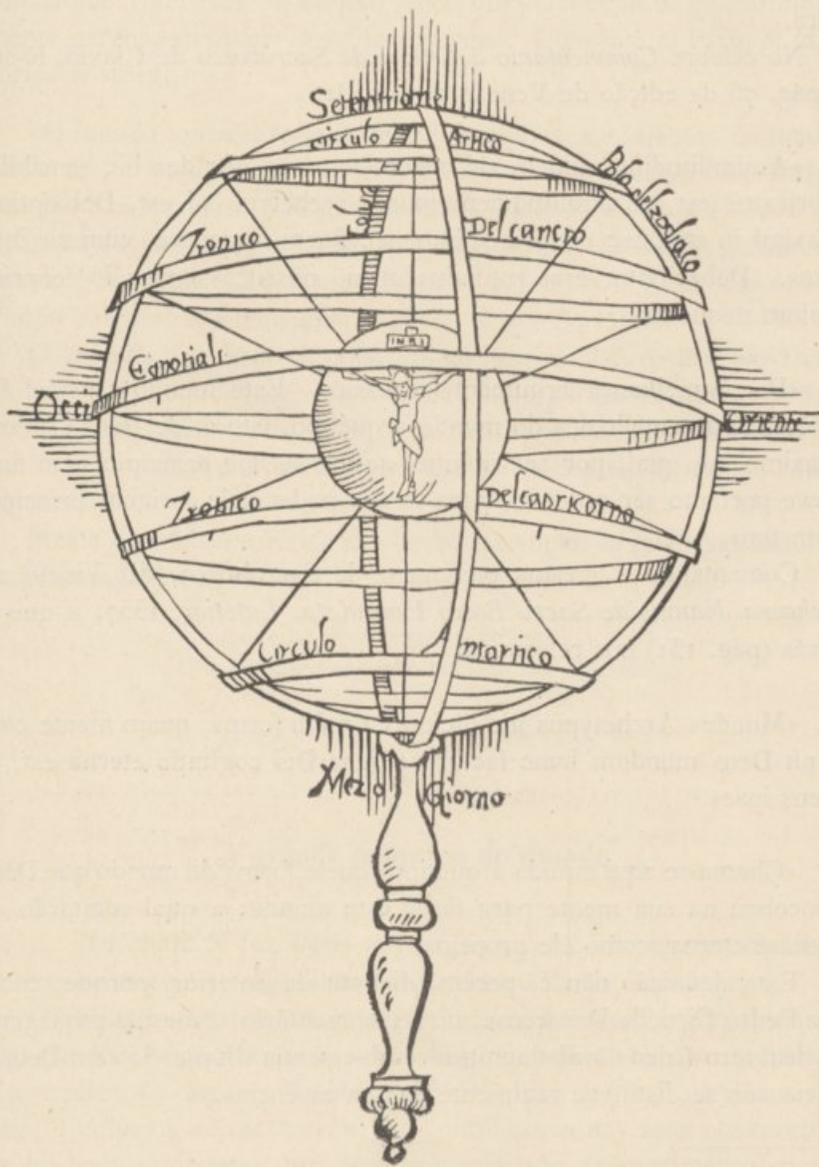
Spera Platonica.



Poſon dunque i Theologi Platonici la bontà di Dio Optimo Maximo (enigmaticamente per cio) eſſer' com'un' centro, & la bellezza nella circonferenza. Perche (com'è detto) la bontà di tutte le coſe create. eſplicata & cōmunicata è eſſo vno Dio, inuiſibile & indiuiſibile, per il qual tutte le coſe ſon buone. Et eſſer detto cōtro, cōtro de i quattro circuli, intorno a eſſo reuoluti per la cōmunicata bellezza, la qual altro non è

che vn' raggio di diuinità ne' detti 4. circuli inſerto, & queſto tal raggio di diuinità, in tutte le coſe, le forme depinge & deſcriue: lequali forme nella mente angelica chiamano Idee. Nell'anima humana ragioni ò vero forme intelligibili. Nella natura ſemi delle coſe. Nella materia forme ſenſibili. Per cio nelli 4. circuli quattro ſplendori (delle 4. dette coſe) apparifcano. &c.

Spera Theologica Christiana, & diuina.



O mundo tem a forma de um rotundo globo, onde não há princípio nem fim determinado, à semelhança de Deus, que é sem princípio nem meta limitada.

O *mundo archetypo* é Deus, que concebe e executa o mundo sensível à sua imagem e semelhança; o artifice é modelo da própria obra.

No célebre *Commentario á Esfera de Sacrobosco* de Clavio, lê-se, a pág. 76 da edição de Veneza de 1591¹:

«A similitudine quidem sic argumentatur. Mundus hic sensibilis fabricatus est ad similitudinem mundi archetypi, id est, Dei optimi Maximi in quo nec est principium nec finem assignare, cum sit infinitus. Debet igitur esse rotundus, ut nõ possit assignari in eo principium neque finis».

«Por semelhança argumenta-se assim. Êste mundo sensível foi fabricado à semelhança do mundo arquétipo, isto é, de Deus Optimo Maximo, no qual, por ser infinito, se não assina princípio nem fim. Deve portanto ser redondo, para se não poder nele assignar princípio nem fim».

Comentando a mesma passagem de Sacrobosco, diz Vineto na *Sphaera Joannis de Sacro Bosco Emendata, Lutetiae, 1557*, a que já atrás (pág. 131) nos referimos:

«Mundus Archetypus hic dicitur ea mūdi forma, quam mente concepit Deus mundum hunc facturus: quae Dei cogitatio eterna est, vt Deus ipse».

«Chama-se aqui mundo arquétipo áquela forma do mundo que Deus concebeu na sua mente para fazer êste mundo: a qual cogitação de Deus é eterna, como êle próprio».

Esta definição não é, porém, distinta da anterior, porque, como diz Pedro Ciruello Darocense, no seu comentário, à mesma passagem: «ydea vero ī deo nõ distinguitur re ab essentia diuina»²; «em Deus a ideia não se distingue realmente da sua essência».

¹ *Christophori Clauui Bambergensis, S. J., In Sphaeram Joannis de Sacro Bosco Commentarius, nunc tertio ab ipso Auctore recognitus, Venetiis, 1591*. Há um exemplar desta edição no Observatório Astronómico.

² *Johannis de sacro busto sphere textum vna cum additionibus non aspernandis Petri Ciruelli D., Parisiis, Jehan Petit, 1515*. Existe um exemplar na Biblioteca da Universidade.

Na *Margarita Philosophica*, Tract. I, Lib. VII, Cap. III, lê-se:

«Factus est enim mundus sensibilis ad similitudinē & exemplar mundi intellectualis archetypi & ideae mentis diuinae, in quo nec est principium nec finis, sicut & in figura sphaerica. Vnde Boetius. Tu cuncta superno Ducis ab exēplo, pulchrum pulcherrimus ipse Mundum mente gerens, simillque imagine formans. Consentiant Plato & Mercurius trismegistus».

«O mundo sensível foi pois feito à semelhança e imagem do mundo intelectual arquétipo e ideia da mente divina, em que não há princípio nem fim, assim como na figura esférica. Donde Boécio: Tu tudo derivas do supremo exemplo, tu que és bellissimo geras na mente um mundo belo e em semelhante imagem o formas. Nisto concordam Platão e Hermes Trismegisto».

O mundo arquétipo é pois, em última análise, o próprio Deus. Que as propriedades da esfera reflectem os atributos divinos di-lo o poeta na expressão «por divina arte», com que termina a estância 78, e no verso—qual em fim o archetipo que o criou—da estância imediata.

Mas a geometria esférica não desvenda afinal, de modo satisfatório, o divino mistério, pois que

... o que he Deus ninguẽ o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estêde.

VI

A grande máquina do mundo

1. No canto X faz Tétis aos argonautas portuguezes uma lição de mecânica celeste segundo a teoria da escola de Alexandria.

O princípio matemático que anima a astronomia grega, dando lugar a observações e cálculos de admirável persistência e subtileza, é a explicação dos movimentos periódicos dos astros, que já aos caldeus e egípcios se mostravam tão complicados nas suas observações da lua e dos planetas, por uma sobreposição de movimentos periódicos da forma mais simples, isto é, de movimentos circulares e uniformes. Os mais complicados movimentos celestes foram, dentro dos limites de precisão que permitiam atingir os instrumentos de observação à vista desarmada, representados com grande felicidade e sucesso pela aplicação daquele pensamento matemático. Os pla-

netas movem-se em círculos (*epiciclos*) cujos centros se deslocam sobre outros círculos (*deferentes*) excêntricos em relação à Terra, colocada no centro do mundo, resultando da combinação daqueles movimentos as suas *estações* e *retrogradações*. O complexo sistema epicíclico de Cláudio Ptolomeu, de Alexandria, último grande cultor da astronomia grega, é uma admirável concepção geométrica do universo que permite a construção de tábuas dos movimentos do sol, da lua e dos planetas. As posições observadas confirmam depois as posições calculadas, provando o superior engenho dos grandes espíritos matemáticos que foram gradualmente desenvolvendo o sistema.

A teoria astronómica da escola alexandrina é sucessivamente afinada durante 400 anos de observações e cálculos dos astrónomos árabes. Cultivado depois pelos astrónomos europeus, o sistema ptolomaico tem por fim, com o renovamento dos estudos de literatura grega da Renascença, uma nova Alexandria na cidade de Nürnberg, com os trabalhos de Regiomontano e seus sucessores.

Está então reunido o material científico que permite ao génio de Copérnico a simplificação do sistema. Havendo no conjunto dos movimentos dos planetas ciclos percorridos por todos êles, no mesmo tempo em que o sol faz a volta do zodíaco, em planos paralelos à eclíptica; e havendo uma estreita dependência entre as posições nesses ciclos e as posições do sol no seu curso anual, concluiu Copérnico que esses movimentos eram devidos a uma acção comum que não podia ser senão a translação da Terra em tórno do centro comum dos movimentos planetários: o sol. Afirmando a rotação da Terra e o seu movimento em tórno do sol, Copérnico não se limita a repetir as ideias de Aristarco de Samos, que, no terceiro século antes de Cristo, ensinava já a rotação e translação da Terra à volta do sol. Copérnico funda as suas afirmações nas observações e cálculos de tantas gerações passadas, resumidas na teoria de Ptolomeu, afinada e completada pelos astrónomos árabes e europeus. Meditando o sistema, Copérnico simplificou-o; tornando-o heliocêntrico, suprimiu muitos círculos; a rotação da Terra aliviou as estrêlas da acção do primeiro e do segundo móbil. Baseado no princípio do movimento circular e uniforme, o seu sistema é ainda uma combinação de excêntricos com alguns epiciclos.

O livro *De reuolutionibus* de Copérnico foi publicado em 1542, mas durante meio século o sistema conta apenas um pequeno número de aderentes¹. Quando por 1570 o astrónomo dinamarquês Ticho-

¹ No *Reportório dos tempos* de André de Avelar, Lisboa, 1590, fl. 26, v., lê-se: «proua-se tambem com muitas demonstrações sua (da Terra) immobilidade, ainda

Brahe visita a Alemanha, encontra aí a aspiração, também dominante em França e Itália, por uma *Astronomia sine hypothesi*; a doutrina de Copérnico não parecia suficientemente justificada pelo material de observação em que se fundava; ansiava-se por uma larga série de observações planetárias de maior precisão, que decidisse a contenda dos astrónomos.

Ticho-Brahe, nada inclinado à ideia do movimento da Terra, tomou sobre si essa tarefa. Observador admirável, conseguindo reduzir a 1 minuto os erros das medições instrumentais sem luneta, acumula durante vinte e um anos, no seu observatório de Uranienburg, na pequena ilha de Hveen, um vasto registo de observações do planeta Marte, que, pela sua grande excentricidade, estava destinado a decidir a contenda. Quando em 1601, exilado, morria em Praga exclamando no delírio da febre: — *ne frustra vixisse videar*, creio que não tenho vivido de balde —, deixava Kepler, que lhe assistia aos últimos momentos, na posse das suas preciosas observações, donde o sistema de Copérnico havia de sair confirmado e purificado.

Sabendo ser de 687 dias a duração da revolução sideral de Marte em torno do sol, Kepler, adepto da doutrina copernicana, teve a ideia de associar as observações de Ticho duas a duas, reunindo aquelas que separava um intervalo de 687 dias e que correspondiam portanto à mesma posição do planeta na sua órbita. Tomando para órbita da Terra uma circunferência, suposição bastante aproximada em virtude da sua pequena excentricidade, as cordas de ligação daqueles pares de pontos eram bases de triângulos tendo por vértices opostos as diversas posições de Marte, que assim pôde marcar por pontos, independentemente de qualquer outra hipótese. Restava fazer passar por esses pontos, marcados numa folha de papel como uma piqueta-gem no terreno, uma curva com os desvios permitidos pelos erros de observação. A adopção dum excêntrico dava desvios de 8 minutos na perspectiva de Marte e os erros de Ticho não excediam 1 minuto; a órbita circular estava pois condenada. Depois de muitas tentativas, Kepler, conhecedor da teoria das secções cônicas de Apolónio (230

que aja auido muitos varões muy doctos, que disseram mouer-se a terra, como foi Pythagoras, & em nossos tempos Copernico, q̄ disse estar o sol no meyo do mundo quieto & fixo, & a terra ser a que se mouia, & ainda que este doctissimo astronomo suppos isto para suas demonstrações, não he de crer que entendesse ser assi verdade, senão que deu à terra aquelles mouimentos, para melhor conseguir seu intento, como tambem o fez Ptolomeo, pondo hũa vez Eccentricos, & outra concentricos com Epíciclos, & de qualquer maneira concluiu & aprouou o que queria, que era saber as apparencias dos Planetas». O mesmo se repete nas edições de 1594 e 1602.

a. C.), acaba por verificar que uma elipse satisfaz às observações tichonianas.

Em 1609 publica Kepler as suas duas primeiras leis, a lei do movimento elíptico e a lei das áreas, no seu famoso livro *De stella Martis*. O sistema de Copérnico é depurado definitivamente dos excêntricos e epiciclos. Uma concepção geométrica mais bela do universo se contém nas leis de Kepler. Os planetas descrevem elipses com um dos focos no sol; e os raios vectores dirigidos do sol para os planetas, variando de comprimento nos diferentes pontos da elipse, vão varrendo áreas iguais em tempos iguais. A terceira lei, a chamada lei harmónica, que liga os tempos de revolução dos planetas com os eixos maiores das órbitas, só foi publicada em 1618. Como aplicação das novas leis, calculou Kepler as *Taboas Rudolfinas*, com aplicação à navegação; a teoria das cónicas de Apolónio, dum valor puramente especulativo durante tantos séculos, passa assim a auxiliar os pilotos nas derrotas marítimas.

Das três leis de Kepler pôde Newton deduzir a lei da atracção na razão directa das massas e inversa do quadrado das distâncias, que elle publicou na sua grande obra *Philosophiae Naturalis principia mathematica, Londini, 1687*, depois de a ter meditado durante vinte anos. Com uma concisão notável diz o professor Bouasse da Universidade de Tulosa:

«L'ambition du physicien est de reconstruire le monde par voie syllogistique à partir d'un principe assez général»¹.

Este princípio é hoje, na astronomia, a lei de Newton. Partindo da lei da atracção newtoniana, pôde Laplace reconstruir o mundo solar por meio do silogismo que ele intitulou—*Tratado de mecânica celeste*.

Da sucinta exposição que acabamos de fazer resulta que a lei de Newton, pedra angular da astronomia moderna, é uma conquista da humanidade na procura de leis cada vez mais simples e mais gerais, em concordância com o rigor crescente das observações; ela não podia ter sido formulada por um só homem. E a teoria astronómica da escola alexandrina foi uma das gloriosas *étapes* no progredir incessante da sciência, a qual, segundo Mach², se pode considerar um problema de *mínimo*: expôr os factos o mais perfeitamente possível com o *mínimo dispendio intellectual*. Aquela teoria merece a nossa admiração, e não o desdem daqueles que, familiarizados hoje com a concepção

¹ *De la méthode dans les sciences*, Paris, F. Alcan.

² E. Mach, *Die Mechanik in ihrer Entwicklung*.

heliocêntrica de Copérnico, se julgam capazes de ter podido dar alguns conselhos a Ptolomeu.

Do sistema ptolomaico não há em língua nenhuma tão grandioso e belo resumo como a descrição que nos deixou a lira de CAMÕES.

2. Depois dos estudos feitos nos capítulos anteriores podemos seguir agora mais rapidamente a descrição da máquina do mundo que começa na estância 75 do canto X. Restringir-nos hemos, o mais possível, à parte puramente astronómica.

Depois que a corporal necessidade
Se satsfez do mantimento nobre,
E na harmonia & doce suauidade,
Virão os altos feitos, que descobre
Thetis de graça ornada; & grauidade,
Pera que com mais alta gloria dobre,
As festas deste alegre & claro dia
Pera o felice Gama assi dizia.

Faz te merce barão a Sapiencia
Suprema, de cos olhos corporais
Veres, o que nam pode a vã ciencia
Dos errados & miseros mortais:
Sigueme firme & forte com prudencia
Por este monte espesso, tu cos mais:
Assi lhe diz, & o guia por hum mato
Arduo, difficil, duro a humano trato.

Nam andão muito que no erguido cume
Se acharão, onde hum campo se esmaltaua,
De Esmeraldas, Rubis, tais que presume
A vista, que diuino chão pisaua:
Aqui hum globo vem no ar, que o lume
Clarissimo por elle penetraua,
De modo que o seu centro esta euidente,
Como a sua superficie, claramente.

Neste monte espesso, de mato árduo, difficil a humano trato, por onde é preciso seguir firme e forte com prudência, está bem simbolizado todo esse longo trabalho de pacientes observações e laboriosos cálculos, todo esse dispêndio de engenho de tantos homens de superior capacidade em procura das leis que regem os movimentos dos astros. É a teoria a que se chegou, dum subidº valor, não só pelo trabalho que custou como pelas beneficios que dela se colhem, é o erguido cume, esmaltado de rubis e esmeraldas, chão divino, donde é permitido, através do modêlo criado, abranger a complicada variedade dos fenómenos astronómicos, prevê-los em cálculos prévios nas preciosas tábuas, bem conhecidas dos navegadores portugueses.

A concepção astronómica da escola de Alexandria era para Ptolomeu um modelo puramente matemático; as suas esferas são apenas fórmulas matemáticas, auxiliares geométricos para o cálculo das posições dos astros. Para os astrónomos árabes, porém, como Albatenio, as esferas são sólidas, à maneira de Aristóteles; são peças, com existência física, do vasto maquinismo pelo qual os corpos celestes são postos em movimento. Purbáchio, nas suas *Teóricas*, adoptou as esferas sólidas dos árabes, feitas de quinta essência, com as dimensões suficientes para, dentro delas, terem livre jôgo os deferentes e epiciclos de cada planeta. O modelo criado para a concepção do universo deixa pois de ser puramente geométrico; é um modelo físico-mecânico. É a máquina do mundo, que ao Gama e companheiros é dado ver com os olhos corporais.

Cícero e Materno contam que Arquimedes, o grande matemático siracusano, fabricara uma esfera de vidro onde se via a constituição dos céus e sua disposição e movimentos. Clávio descreve, no seu *Commentario á esfera de Sacrobosco* (pág. 17 da edição citada), esta admirável esfera onde os globos dos planetas, especialmente os do sol e da lua, caminhavam com os seus movimentos próprios, exactamente como no céu, tal era a perfeição e certeza com que essa esfera vítrea, realizada pela indústria e arte de Arquimedes, imitava a esfera celeste. Faria e Sousa cita também o globo de Arquimedes, que mereceu ao poeta Claudiano um epigrama laudatório.

Mas no tempo mesmo de CAMÕES uma admirável representação dos movimentos celestes, como nunca se construíra outra, deleitava o imperador Carlos V (n. 1500 — m. 1558) no seu retiro no mosteiro de S. Justo. Ao sr. Dr. José Maria Rodrigues devemos esta interessante notícia. Na coluna 733 do *Supplementum historiarum ab orbe condito M. Antonii Cocçii Sabellici, ex Paulo Jorio atque alijs*, lê-se ¹:

«Hunc locum sibi delegit Carolus Caesar, ubi uitam procul ab omnibus negotijs & strepitu ageret, instrumento illo mirabili oblectatus, in quod Leonellus mathematicus insignis, omnē coelestium orbium, siderum & motuū addito etiam octauae sphaerae motu perpetuo, diuino prorsus artificio, incluserat: huiusmodi machina nullis retro seculis, neque audita est neque uisa».

¹ É o tomo terceiro da obra: *M. Antonii Cocçii Sabellici Opera Omnia*, Basileae, 1560. A transcrição é feita do exemplar existente na Academia das Ciências de Lisboa. Parece haver aqui um erro tipográfico onde se lê: — ... omnē coelestium orbium, siderum & motuū...; — devendo provavelmente ser: — omnē coelestium orbium, & siderum motū...

Sabélico mostra-nos o imperador Carlos V passando os seus dias no mosteiro de S. Justo, longe dos negócios e bulício do mundo, encantado com o instrumento admirável onde o insigne matemático Leonelo incluíra uma representação completa das esferas celestes e dos astros com seus movimentos, juntando também o movimento perpétuo da oitava esfera. Nunca se vira nem ouvira falar duma máquina assim nos séculos passados.

Este movimento perpétuo da oitava esfera é o movimento de trepidação que lhe é próprio. Podia assim vêr-se neste aparelho o curso ordenado das estrélas em tórno dos *axes* da oitava esfera, os pontos equinociais médios, polos do movimento de trepidação, a que CAMÕES se refere na estância 87.

Dêste famoso aparelho de Leonelo devia CAMÕES ter tido conhecimento. Teria ele visto algum modelo semelhante?

De globos terrestres fazia-se no século XVI um grande comércio em Lisboa, globos muito artisticamente iluminados, mas muito errados, como se queixa Pedro Nunes no *Tratado em defensam da cartade marear*:

«Mas isto he mais pera espantar: que fazendose cada dia nesta cidade: globos muito fermosos: & custosos: nos quaes por serem conformes ao mundo perque andamos nam cabe nenhũ engano: por carecerem de sciência: os que os fazem & os que os mãdam fazer: cometem nelles dobrados erros:
.....: posto que nos taes globos aja muyto ouro: & muytas bãdeyras, Alifantes & Camelos: e outras cousas iluminadas...».

A máquina do mundo, porém, que Tétis mostra aos portugueses não é feita de cristal, nem de armilas metálicas, nem movida por aparelhos de relojoaria. É um simples «trasunto reduzido» do mundo em pequeno volume, como se diz na estância 79, composto dos quatro elementos no centro e da quinta essência na região celestial, e tendo os movimentos naturais; é o modelo do universo como o concebia a ciência do tempo. Um globo, como esse que vêem no ar, nenhum mortal lograra ver com os olhos corporais, como agora aos portugueses fazia mercê a Sapiência suprema.

Qual a materia seja nam se enxerga,
Mas enxergasse bem que está composto
De varios orbes, que a diuina verga
Compos, & hum centro a todos so tem posto.

Não se enxerga a matéria que compõe a parte celestial, porque a quinta essência não pode ser apreendida pelos sentidos, vendo-se através della a Terra no centro. Mas enxerga-se bem que está com-

posta de vários orbes concêntricos à Terra; quer dizer, neste globo transparente podem distinguir-se os contornos aparentes das onze esferas e, portanto, uma série de círculos concêntricos, como na figura junta que extraímos da *Margarita Philosophica* e que mostra, representadas por círculos, as sete esferas planetárias desde a da Lua até à de Saturno, o Firmamento, o Céu áqueo ou cristalino, o primeiro móbil e, finalmente, o Empíreo. Quando o poeta emprega o termo *círculo*, como em 85:

Debaxo deste círculo onde as mundas
Almas diuinas gozão, que nam anda,

não emprega *círculo* como sinónimo de *esfera*; designa a superfície pela curva do seu contôrno aparente, pela curva que à vista a está representando.

Completando a estância 78, diz o poeta:

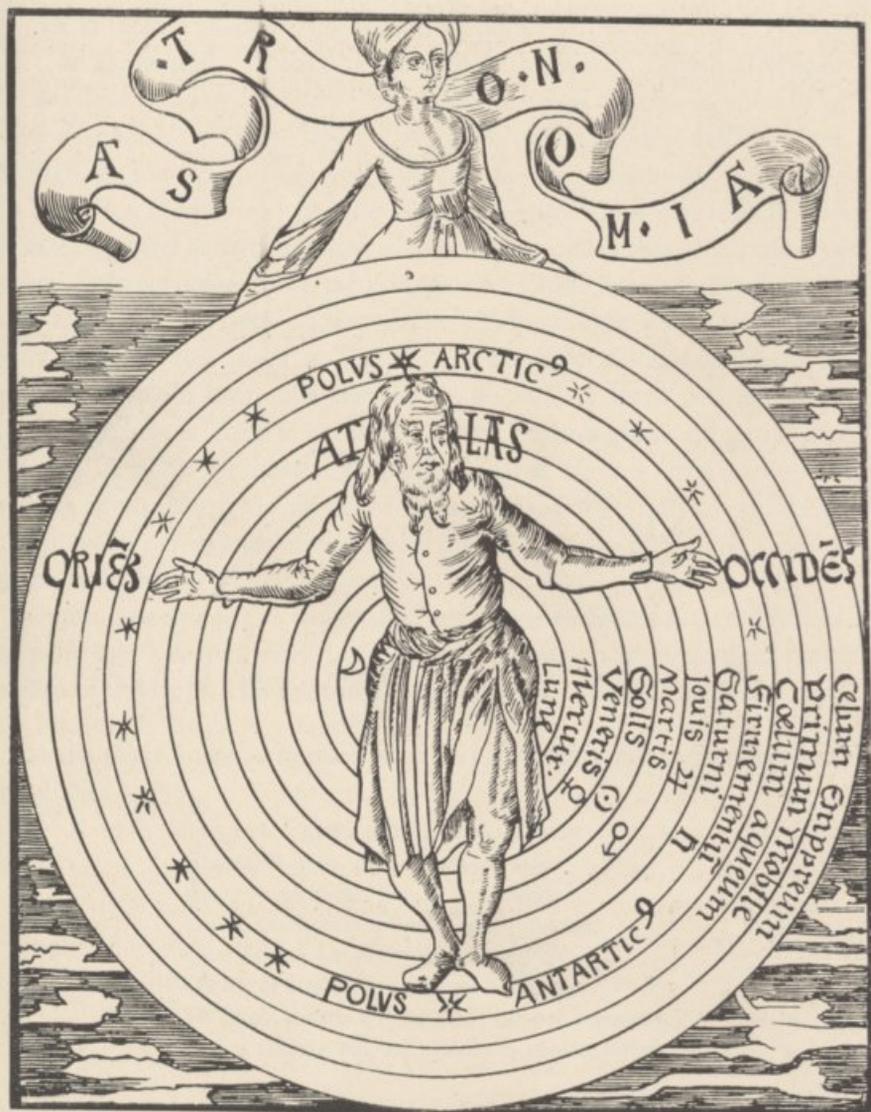
Voluendo, ora se abaxe, agora se erga,
Nunca sergue, ou se abaxa, & hũ mesmo rosto
Por toda a parte tem, & em toda a parte
Começa & acaba, em fim por diuina arte.

Já vimos no capítulo anterior que no primeiro verso se exprime que a esfera é uma superfície de revolução, podendo supôr-se gerada pelo movimento de uma semicircunferência em tórno da linha dos polos, subindo e descendo relativamente ao horizonte. No segundo verso está expressa a propriedade da equidistância ao centro, não subindo nem descendo a superfície esférica em relação a êste ponto; e *um mesmo rosto* traduz a propriedade da esfera ser uma superfície de curvatura constante. Enfim, começando e acabando em qualquer ponto, não tem principio nem fim determinado, unindo-se o principio com o fim, por divina arte, isto é, segundo o divino exemplar. Esta semelhança com Deus é completada na estância seguinte:

Vniforme, perfeito, em si sostido,
Qual em fim o Archetipo, que o criou:
Vendo o Gama este globo, comouido
De espanto & de desejo ali ficou,
Dizlhe a Deosa, O trasunto reduzido
Em pequeno volume aqui te dou
Do mundo aos olhos teus, pera que vejas
Por onde vas, & yras, & o que desejas.

A máquina do mundo, assim mostrada ao Gama, como transunto reduzido do universo, tal qual o concebia a sciência do tempo, divide-se em duas regiões: etérea e elemental.

«Vniuersalis autem mundi machina in duo diuiditur, in aetheream



A máquina do Mundo,
gravura extraída da *Margarita Philosophica*, Lib. VII, Tract. I, Cap. V
(nas dimensões do original)



scilicet, & elementarem regionem», diz Sacrobosco. Na tradução de Pedro Nunes lê-se:

«A vniuersal machina do Mundo se diuide em duas partes. Celestial: & elemental. A parte elemental he sojeita a cõtina alteraçãõ: & diuidese e quatro .s. terra a qual estã como centro do mundo no meo assentada: segue-se logo a Agoa & per derredor della ho aar. & logo ho fogo puro que chega ao ceo da lua: segũdo diz Aristoteles no liuro dos metheoros: porque assi os assentou deos grorioso & alto. E estes quatro sam chamados elemẽtos: os quaes hũs dos outros se alteram & corrompem & tornã a gerar. Sam os elementos corpos simprezes que se nam podem partir em partes de diuersas formas: pella mistura dos quaes se fazem diuersas species das cousas que se geram. E cada hum dos tres cerca de todo a terra per derredor: se não quanto a secura da terra resiste ha humidade da agoa pera viuenda de algũs animaes. E todollos outros afora a terra se mouem: a qual como centro do mundo com seu peso: foge igualmente de todallas partes o grande mouimento dos extremos: & fica no meo da redonda Sphera.

Junto da regiam dos elementos: esta logo a regiam celestial lucida: & pello seu ser ãmudauel he liure de toda mudançã: tẽ contino mouimento circular: & chamarãlhe os philosophos Quinta essencia».

A distincão entre as regiões etérea e elemental é indicada na estãncia imediata:

Ves aqui a grande machina do mundo,
 Eterea, & elemental, que fabricada
 Assi foy do saber alto, & profundo,
 Que he sem principio, & meta limitada,
 Quem cerca em derredor este rotundo
 Globo, & sua superficie tam limada,
 He Deos, mas o que he Deos ninguẽ o entende,
 Que a tanto o engenho humano não se estẽde.

3. A enumeraçãõ das onze esferas que constituem a regiãõ etérea começa agora, da periferia para o centro, pelo Empíreo que na figura estã designada por *Celum empyreum*.

Este orbe que primeiro vay cercando
 Os outros mais pequenos, que em si tem,
 Que estã com luz tão clara radiando,
 Que a vista cega, & a mente vil tambem
 Empireo se nomea, onde logrando
 Puras almas estãõ de aquelle bem,
 Tamanho, que elle so se entende & alcança,
 De quem não ha no mundo semelhança.

Por baixo do Empíreo imóvel corre o primeiro móbil, a esfera impulsora do movimento diurno, que o poeta introduz na estância 85:

Em fim que o sumo Deus, que por segundas
Causas obra no mundo, tudo manda:
E tornando a contarte das profundas
Obras da mão diuina veneranda,
Debaxo deste circulo onde as mundas
Almas diuinas gozão, que nam anda,
Outro corre tam leue & tam ligeiro,
Que não se enxerga, he o Móbile primeiro.

Do primeiro móbil diz Sacrobosco: «Sed primus omnes alias sphaeras secum impetu suo *rapit* intra diem, & noctem circa terram semel».

Pedro Nunes traduz: «Mas o primeiro mouimento *moue & leua* com seu ympeto todallas outras Sphas & em hũ dia cõ sua noite fazẽ per derredor da terra hũa reuolução»¹.

O poeta canta:

Com este rapto & grande mouimento,
Vão todos os que dentro tem no seyo
Por obra deste, o Sol andando a tento
O dia & noite faz, com curso alheyo.

No primeiro verso indica-se com o adjectivo *grande* a rapidez do movimento diurno, de todos os movimentos celestes o de maior velocidade; com a palavra *rapto* indica-se a sua causa, sendo o primeiro móbil que arrasta consigo todas as esferas interiores, «omnes alias sphaeras secum impetu suo *rapit*».

Faria e Sousa parece considerar *rapto* como substantivo e diz que é termo próprio dos matemáticos. No Cap. III da *Sphaera* de Sacrobosco lê-se: *

«Notandum etiam, quòd Sol tendens à primo puncto Capricorni per Arietem usque ad primum punctum Cancrì, *raptu* firmamenti describit 182 parallelòs. Item iam dictos circulos describit Sol, *raptu* Firmamenti descendens à primo puncto Cancrì per Libram usque ad primum punctum Capricorni».

¹ No *Tractado da Spera do Mundo*, existente na Biblioteca de Munich, a que já nos referimos na pág. 133, lê-se a seguinte tradução do mesmo trecho: «Et ho nono ceo com seu mouimento *arrebata e moue consigo* todos os mais de baixo darredor da terra: em cada vinte e quatro horas faze huã reuolluçam». Joaquim Bensaúde, *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, Bern, 1912, pág. 165.

Aqui está com efeito o substantivo *rapto*, exprimindo o movimento de arraste com que o primeiro móbil leva a esfera inteira do Sol a dar 182 voltas, enquanto o Sol no seu excêntrico avança debaixo da eclíptica desde o primeiro ponto de Capricórnio, por Áries, até ao primeiro ponto de Câncer; e outras 182 voltas enquanto o Sol desce do primeiro ponto de Câncer, pelo signo de Libra, até ao primeiro ponto de Capricórnio.

Na *Margarita Philosophica*, Lib. VII, Tract. I, Cap. XXXI, tratando-se do quarto céu, à pergunta do discípulo—Como se move este céu?—responde-se: «Quemadmodum superiores *motu raptus* ab oriente per occidentem, redeundo in orientem, in 24. horis, ad motum primi mobilis». A esfera solar move-se como as superiores com o movimento de *rapto* de oriente para occidente voltando a oriente, seguindo o movimento do primeiro móbil.

Parece-nos porêem que o poeta emprega *rapto* como adjectivo, exprimindo com as duas palavras *movimento rapto* a mesma ideia do substantivo *rapto*. Assim na *Chronographia ou reportorio dos tempos* de André de Avelar, 1594, começa o Cap. LXX:

«Debaixo destes doze signos alem do *movimento rapto* do Oriente em Ponête se moue o Sol de seu meão *movimento* per obliquo de Occidente a Oriente cada dia natural 59. min. & 8 segundos quasi».

Aqui está o movimento diurno do sol designado como *movimento rapto*, isto é, movimento de arraste, proveniente do primeiro móbil, em opposição ao movimento próprio «per obliquo» na eclíptica.

O poeta diz análogamente que todas as esferas contidas no seio da décima esfera vão com êste *rapto e grande movimento*, isto é, com o grande movimento de arraste em que são levadas por esta esfera. Hoje o primeiro móbil é a Terra. É a rotação da Terra que produz o movimento diurno dos astros. É êste «*rapto e grande movimento*», êste grande movimento em que somos levados no glôbo terráqueo, que nos dá a aparência do movimento diurno do firmamento. O verso do poeta ainda tem actualidade, applicado à Terra.

Na segunda parte da estância 86 é descrita a nona esfera ou segundo móbil, também chamada Céu Áqueo ou Cristalino, designada na figura por *Coelum aqueum*.

Debaxo deste leue anda outro lento,
 Tam lento, & sojugado a duro freyo,
 Que em quanto Phebo, de luz nunca escasso
 Dozentos cursos faz, da elle hum passo.

O Cristalino é a esfera propulsora do *movimento dos auge e estrêlas fixas* que faz avançar lentamente de occidente para oriente a esfera das estrêlas fixas e os céus deferentes dos auge dos planetas. Executa uma revolução completa em 49:000 anos, avançando portanto em 200 anos 1 grau e 28 minutos aproximadamente, o que, sendo menos que grau e meio, o poeta arredonda num grau, como já vimos.

Sendo a esfera do sol levada também neste movimento, com êle vão os dois céus deferentes do auge do sol (pág. 135), mas, deslizando entre estes dois como entre dois muros, avança o deferente do sol no mesmo sentido 59' e quasi 8" em cada dia. É êste o curso *próprio* do sol cuja revolução completa se faz em 365 dias e um quarto aproximadamente. O seu movimento diurno é curso *alheio*, como se diz no quarto verso da estância, proveniente do primeiro móbil.

A distinção do movimento dos orbes celestes em *próprio* e *alheio* encontra-se nos livros de ensino do tempo. Assim na obra *Quaestiones nouae in libellum de Sphaera Joannis de Sacro Bosco, in gratiã studiosae iuventutis collectae ab Ariele Bicardo, Parisiis, 1552*, encontra-se, a fl. 14, a pergunta: — «Quomodo mouentur sphaerae caelestes?» — com a resposta: — «Mouentur duplici motu, uidelicet *motu proprio*, seu per se, & *motu alieno*, seu per accidens»¹.

O movimento dos auge e estrêlas fixas é actualmente attribuído à Terra, cujo eixo descreve em volta da linha dos polos da eclíptica o cone circular de precessão em 26:000 anos. É o movimento de precessão dos equinócios.

Na estância 87 é descrita a oitava esfera, o Firmamento, com o seu movimento próprio:

Olha estoutro debaxo, que esmaltado
De corpos lisos anda, & radiantes,
Que tambem nelle tem curso ordenado,
E nos seus axes correm scintillantes.

Já vimos que, no século XVI, era ainda doutrina corrente que o sol era a única fonte de luz celeste, a qual as estrêlas reflectiam como os planetas. As estrêlas eram condensações da matéria que constituia os céus. Eram pois as estrêlas fixas como nós do firmamento, esferas de quinta essência condensada, lisas como espelhos, radiantes como grandes globos de ouro, brilhando à luz do sol.

¹ E mais abaixo lê-se: — Primum mobile circumuoluitur spatio 24 horarum ut supra dictū est. Reliquae sphaerae, quò sunt propiores primo mobili, eò uelocius mouentur motu *alieno seu diurno*, tardius uerò *propriis* motibus contra primi mobilis motum: etc.*. Vimos um exemplar desta obra na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Na figura vê-se o firmamento *esfaltado* de pontos radiantes representando as estrêlas fixas. Estas estrêlas teem os dois movimentos alheios que ficaram já descritos, provenientes do primeiro e do segundo móbil. Mas teem também o curso ordenado do firmamento, que é o movimento regular de *trepidação* ou de acesso e recesso, sete vezes mais rápido que o movimento do Cristalino, completando-se em 7:000 anos. Por isso correm scintillantes em *seus axes*, que são os eixos próprios da oitava esfera. Com o plural *axes* designa o poeta os extremos do eixo, isto é, os polos do movimento de *trepidação*, que são os equinócios médios, princípios de Áries e Libra da nona esfera, em volta dos quais, como já vimos, os equinócios verdadeiros descrevem pequenos círculos com um raio de $4^{\circ}18'43''$.

A hipótese do movimento de *trepidação* acaba por ser abandonada; mas renasce, embora em proporções muito reduzidas, no século XVIII com o movimento de *nutação*.

Na segunda parte da estância 87 faz o poeta a descrição do zodiaco, admirável de beleza e concisão:

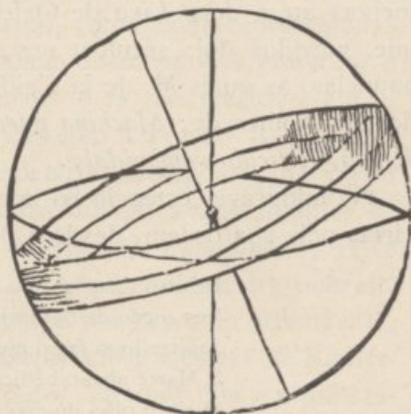
Bem ves como se veste & faz ornado
Co largo cinto douro, que estrellantes
Animais doze traz afigurados,
Aposentos de Phebo limitados.

Como comentário a estes versos, leia-se o *Reportorio dos tempos* de André do Avelar, Lisboa, 1585:

Do Zodiaco. Titulo 29.

«Os Phylosophos antigos cõsiderarã no ceo hum circulo maior, que tẽ de largo 12. graos¹, por meo do qual, passa hũa linha, q̃ o diuide em cõprido, e deixa a cada parte seis graos: ao circulo² chamarão Zodiaco, e a linha dixerão linha ecliptica

..... Diuidese este circulo em 12. partes iguaes, a q̃ chamãõ signos, & cada hum delles toma o nome da figura do animal, de q̃ está cõposto, como as estrelas do 8. ceo, ou firmamento, o *pintão* & *semelhão*, e porque Zodion em Grego



¹ Quer dizer, uma zona esférica de 12 graus de largo.

² Quer dizer, zona.

tão quer dizer como animal, por isso se chamou o circulo Zodiaco, como se dixeramos circulo de animaes: cada signo destes, se diuide em 30. partes, a que chamão graos, e multiplicando 12. por 30. resultão 360. que sam os em que se diuide todo o ceo, e qualquer circulo».

O largo cinto de ouro, com que o firmamento se veste e faz ornado, é o zodiaco, que o cinge com a profusa pregaria de ouro das constelações zodiacais. Os doze animais estrelantes *afigurados* são as doze constelações do zodiaco, cujas estrêlas, pela sua disposição, *pintam e semelham* a figura de animais. Os aposentos de Phebo limitados são os doze signos, da extensão de 30 graus cada um, em que se divide o zodiaco, e a que se deram os mesmos nomes das constelações, os quais o sol vai sucessivamente percorrendo no seu movimento anual ao longo da eclíptica, demorando-se em cada um deles um espaço de tempo de cêrca dum mês. No capítulo seguinte trataremos mais especialmente do zodiaco.

A estância 88 termina a descrição do firmamento com a formosíssima enumeração das constelações extra-zodiacais:

Olha por outras partes a pintura,
Que as estrellas fulgentes vão fazendo.
Olha a carreta, atenta a Cinosura,
Andromeda, & seu pay & o drago horrêdo:
Vê de Cassiopea a fermosura,
E do Oriente o gesto turbulento,
Olha o Cisne morrendo que sospira,
A Lebre, os Cães, a Nao, & a doce Lira.

O poeta comóve-se evocando as lendas poéticas que deram nome às constelações, desde a *Carreta* (Ursa maior) e a *Cinosura* (Ursa menor) até à doce *Lira* de Orfeo. O que êle não podia prever era que, volvidos dois séculos, novas constelações viriam intrrometer-se naquelas, às quais M. de la Caille, havia de dar, com *secura scientifica*, os nomes de: *Machina pneumatica*, *Forno chimico*, *Esquadro e Regoa*, *Reticulo romboidal*...

Na admirável estância 89 introduz o poeta as sete esferas planetárias pela sua ordem, desde a de Saturno até à da Lua:

Debaxo deste grande firmamento,
Ves o ceo de Saturno Deos antigo,
Jupiter logo faz o mouimento,
E Marte abaxo bellico inimigo,
O claro olho do ceo no quarto assento,
E Venus, que os amores traz consigo,
Mercurio de eloquencia soberana,
Com tres róstos abaixo vay Diana.

Compare-se com I, 21:

Deixam dos sete Ceos o regimento.

A esfera do sol fica no meio. Por cima as esferas de Marte, Júpiter e Saturno, por isso chamados planetas superiores; por baixo as esferas de Vénus, de Mercúrio e da Lua, que são os planetas inferiores. Os três rostos de Diana, são aqui os três rostos da lua, correspondentes às três fases: a lua cheia e os quartos, crescente e minguante; na lua nova não há rosto porque a lua *se esconde*. Compare-se com III, 59:

Cinco vezes a Lũa se *escondêra*,
E outras tantas mostrâra cheio o *rosto*,

e com V, 24:

Mas ja o Planeta que no ceo primeiro
Habita, cinco vezes apressada,
Agora meyo *rosto*, agora inteiro
Mostrâra, em quãto o mar cortaua a armada.

No *Reportorio dos tempos* de Avelar, 1585, lê-se a fl. 54 v., tit. 46 — Do rosto, forma, & claridade da Lua —:

«O trãsparête, & espesso da lua procede de não ser seu corpo igualmente denso nem raro, se não em partes mais mociço q̄ noutras por onde os raios do sol sam desigualmente nella emcorporados, & daqui nasce aquella figura, que vulgarmente se chama *rosto*».

4. Com a estância que acabamos de lêr fica completa a enumeração das onze esferas da região celestial, como estão representadas na figura, atrás reproduzida, da máquina do mundo: o empíreo, o primeiro móbil, o cristalino, o firmamento e as sete esferas planetárias. Estas onze esferas são concêntricas com a Terra. Resta agora analisar em particular as esferas planetárias, compostas de vários orbes. Já vimos a composição da esfera do sol, a mais simples de todas. Na figura junta, extraída da *Margarita Philosophica*, vê-se como é constituída a esfera de Saturno, compreendida entre dois círculos concêntricos, o exterior, que fica logo por baixo do firmamento, e o interior, que devemos imaginar assente sôbre a esfera de Júpiter. Empregando a linguagem usada para o Sol, diremos que a sétima esfera se compõe de três céus: os dois céus deferentes do auge de Saturno, aguarelados a preto na figura; e, entre os dois, o céu deferente de Saturno ou, mais próprioamente, o céu deferente do epiciclo de Sa-

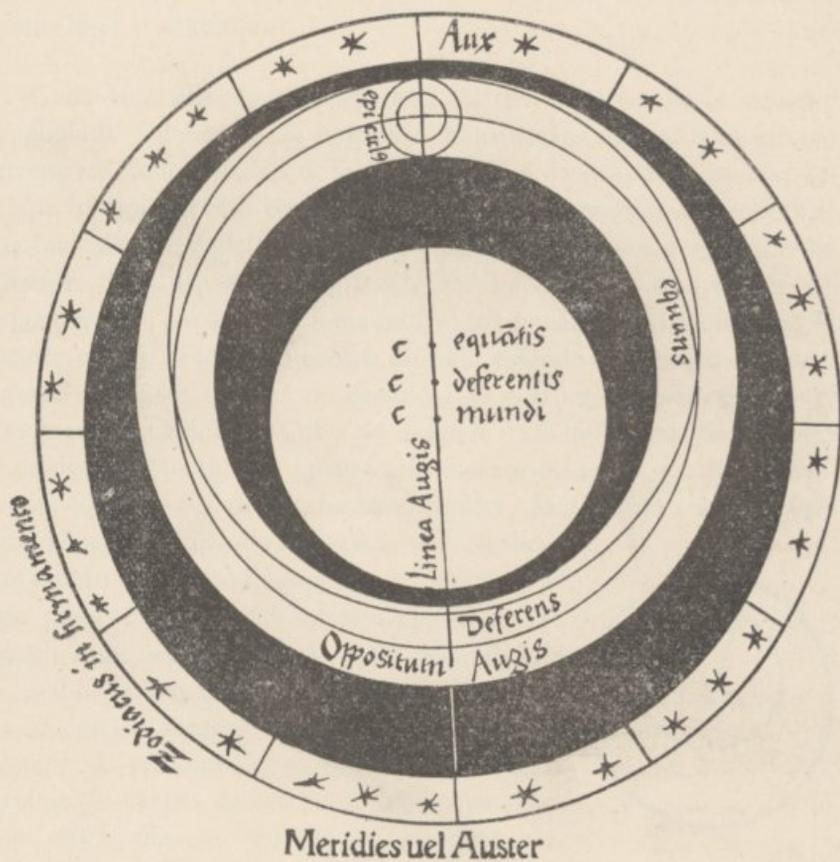
turno, cujo centro (*c. deferentis*) não coincide com o centro do mundo (*c. mundi*). Os céus deferentes do auge de Saturno são levados no triplo movimento da oitava esfera. O deferente do epiciclo de Saturno desliza entre estes, segundo a successão dos signos, como entre dois muros, dando uma volta completa em 30 anos. Êste deferente é excêntrico; o ponto mais afastado da Terra é o seu Auge (*Aux*) ou apogeu, o ponto mais aproximado da Terra é o seu perigeu (*Oppositum Augis*). Na parte superior da figura vê-se o epiciclo ocupando toda a espessura do excêntrico. O corpo do planeta, engastado na circunferência do epiciclo, move-se com êste em tórno do seu centro, fazendo-se esta rotação no período dum ano. O centro do epiciclo move-se sôbre o deferente excêntrico, dando uma volta em 30 anos. Enquanto se executa uma revolução do excêntrico, dá o epiciclo trinta voltas, explicando-se assim o movimento, ora directo ora retrógrado, de Saturno ao longo do zodíaco.

O centro do epiciclo não se move, porém, uniformemente sôbre o excêntrico. Ptolomeu considera um círculo a que chamou *equante*, cujo centro (*c. equãtis*) está a uma distância do centro do deferente igual à distância dêste ao centro do mundo. Ê relativo a êste centro que o movimento do centro do epiciclo é uniforme. O centro do epiciclo de Saturno move-se pois sôbre um círculo que é o deferente, mas o seu movimento não é uniforme sôbre êste círculo; o centro do deferente é apenas o centro de equidistância. O centro de uniformidade do movimento é o centro do equante; o raio do equante tirado para o centro do epiciclo descreve ângulos iguais em tempos iguais, perto de 2 minutos por dia em Saturno. Copérnico pôs de parte os *equantes* observando que, com êles, Ptolomeu se desviava do princípio do movimento circular e uniforme, pois que o movimento era, assim, *circular* relativamente a um centro e *uniforme* relativamente a outro, quando devia ter estas duas propriedades em relação a um mesmo centro.

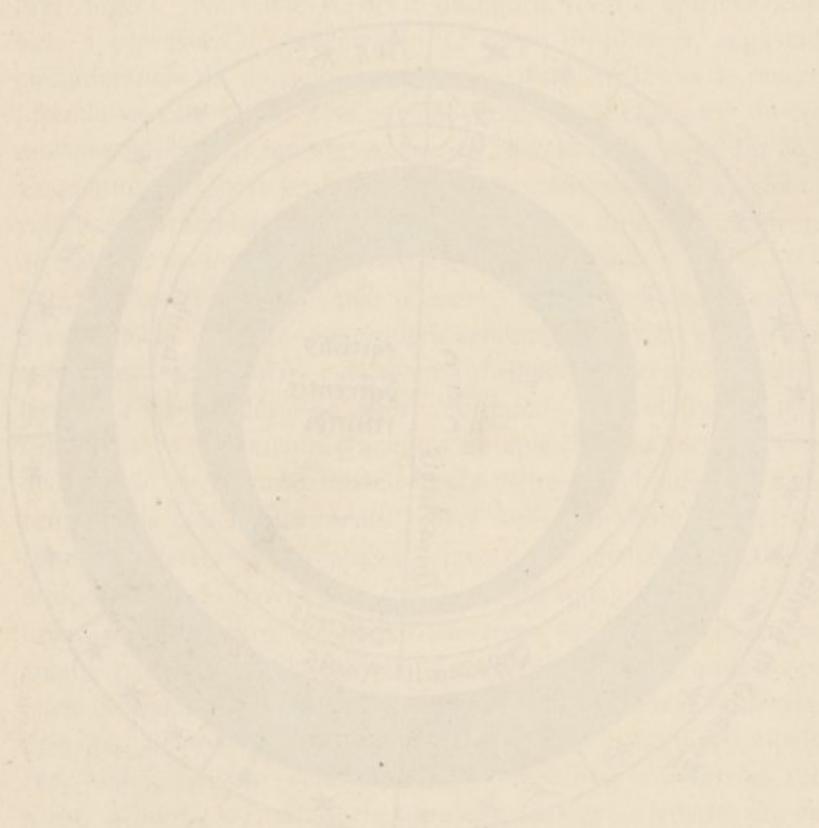
As teorias de Júpiter e Marte são análogas às de Saturno, sendo o período do movimento do excêntrico de 12 anos em Júpiter e 2 anos em Marte. O período do movimento do epiciclo é, em ambos, de 1 ano sideral, como em Saturno, conservando-se o raio tirado do centro do epiciclo para o planeta sempre paralelo ao raio do excêntrico do Sol dirigido para a posição do Sol no mesmo instante. Nos planetas inferiores, Vénus e Mercúrio, é o raio do excêntrico tirado para o centro do epiciclo que se conserva sempre paralelo a esta direcção, sendo por isso de 1 ano, como no Sol, o período do movimento do excêntrico nestes dois planetas. A revolução do epiciclo faz-se em 19 meses solares em Vénus, e em 4 meses solares em Mercúrio, apro-

LIBRI VII. TRACT I.

Septentrio uel Aquilo



A setima esfera,
gravura explicativa da esfera de Saturno,
extraida da *Margarita Philosophica*, Lib. VII, Tract. I, Cap. XXVIII
(nas dimensões do original)

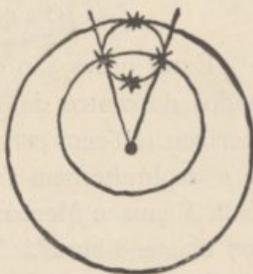


ximadamente. O excêntrico da Lua faz a sua revolução em 27 dias e 8 horas. Na teoria da Lua considera-se, além dos dois céus deferentes do auge da Lua e do excêntrico deferente do epiciclo, um quarto céu, por fóra destes, chamado deferente da cabeça do Drago. Êste quarto céu causa a retrogradação da linha dos nodos, à razão de cêrca de 3 minutos por dia.

No Capítulo iiii—Dos circulos & mouimentos dos Planetas—do *Tratado da Sphera*, depois duma breve descrição dos movimentos do sol, lê-se o seguinte:

«Cada hum dos planetas afora ho sol tem tres circulos .s. equante ou igualador: deferente & epiciclo. Equante na lũa he hum circulo concentrico com a terra: & he na superficie da ecliptica: ho seu deferente he hum circulo ecentrico & nam jaz na superficie da ecliptica: mas hũa metade delle declina pera o norte: & a outra pera o sul: ho deferente & ho equante encontramse em dous lugares & a figura que se faz per este encontro: chamasse Drago: porque he larga no meo & estreita no fim. aquelle encontro no qual estando a lua se moue pera o norte chamasse Cabeça do drago¹. O outro encôtro do qual dece pera o sul se chama ho Cabo do drago². Os deferentes & equantes de qualquer planeta sam iguaes. E auemos de saber que assi ho deferente como ho equante de Saturno Jupiter: Mars. Venus & Mercurio sam ecêtricos & fora da superficie da ecliptica:

mas ambos estam em hũa mesma superficie. E todo planeta tirando ho sol tem epiciclo. He epiciclo hum pequeno circulo pella circunferêcia do qual he leuado ho corpo do planeta & o centro do epiciclo sempre esta na superficie do deferente. E portanto se se tirarem duas linhas dereitas do centro da terra: de sorte que recolham antre ellas ho epiciclo de qualquer planeta a hũa pella banda de oriente: & a outra pella banda de ocidente: o ponto da banda de oriête em que a linha toca ho epiciclo: chamase primeira estação: & ho outro ponto da banda de ocidente chamase estação segunda. E quãdo ho planeta estiver em qualquer destas estações diremos que esta estacionario. O arco de cima do epiciclo antre as duas estações: chamase direyção: & quando ho planeta nelle estiuer diremos que esta direito: & ho arco debaixo do epiciclo antre as duas estações chamase retrogradação: & estando



¹ Nodo ascendente Ω .

² Nodo descendente $\var�$.

nelle ho planeta dizemos que esta retrogrado. A lũa não tem estação direyção nem retrogradação: & portanto nunca dizemos q̄ a lua esta estacionaria dereita nẽ retrogada: a causa he ho seu mouimẽto no epiciclo ser muy ligeyro».

Os epiciclos são de pequenas dimensões relativamente aos deferentes excêntricos. Estes são os órgãos principais dos movimentos dos planetas, como se vê na figura da esfera de Saturno; os epiciclos são as peças menores do maquinismo. Na descrição dos movimentos planetários CAMÕES refere-se apenas aos excêntricos, não pensando em descrever os tão diversos movimentos dos epiciclos.

Já na estância 89 Tétis, passando em revista as sete esferas planetárias, chama a atenção para os excêntricos deferentes dos planetas. Assim, quando diz «Jupiter logo faz o movimento», é claro que aponta em especial, na esfera dêste planeta, o céu excêntrico deferente do epiciclo de Júpiter, no qual se efectua o movimento próprio de Júpiter; os céus deferentes do auge de Júpiter são levados no triplo movimento da oitava esfera, já descrito antes.

E que especialmente se consideram os céus excêntricos torna-se claro na estância 90:

Em todos estes orbes, differente
Curso veras, nũs graue, & noutros leue:
Ora fogem do centro longamente,
Ora da terra estam caminho breue.

Estes orbes são os excêntricos deferentes dos planetas, mais afastados do centro da Terra no auge, ou apogeu, e mais perto dele no perigeu. Teem curso mais grave o deferente de Saturno em 30 anos e o de Júpiter em 12; o de Marte faz seu curso em 2 anos e os do Sol, Vénus e Mercúrio em 1 ano; o curso mais leve é o da Lua em 27 dias e 8 horas.

Pondo de parte os epiciclos, peças menores com tão variados movimentos, o poeta reduz as esferas planetárias à simplicidade da do Sol; e assim pode manter aquella linha de sobriedade com que vem sendo feita esta admirável descrição da máquina do mundo.

5. Na segunda parte da estância descreve-se a região elemental:

Bem como quis o padre omnipotente
Que o fogo fez, & o ar, o vento & neue,
Os quaes veras que jazem mais a dentro,
E tem co mar a terra por seu centro.

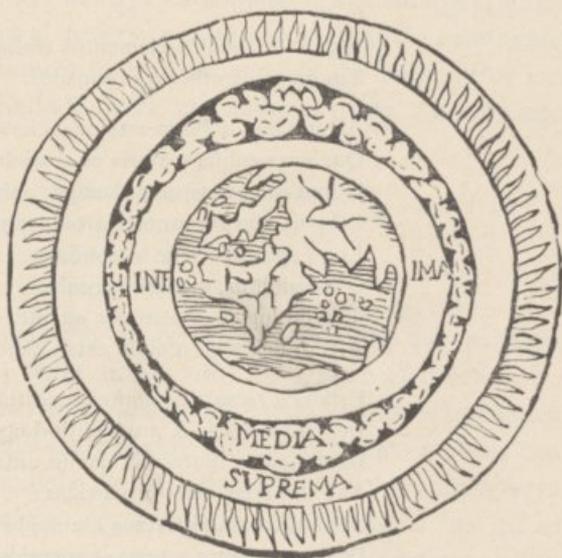
Os quatro elementos estão dispostos como se vê na figura junta, extraída da *Chronographia* de Jerónimo Chaves. Por fóra, e logo

abaixo do céu da lua, o *fogo* puro; por baixo dêste o *ar*, dividido em três regiões — suprema, média e ínfima; e no centro, os dois elementos, *terra* e *água*, formando o glôbo terráqueo.

Transcrevemos a descrição das três regiões do ar, como é feita no *Reportorio* de Avelar, edição de 1594 (fl. 52, v.):

«Diuidem os philosophos esta Sphaera do ar em tres partes, ou regiões por tres propriedades muy notauéis, que nella se vem que são parte superior, inferior

& meya, a parte, ou região superior pella vizinhança, que tem com o fogo, & pellas exalações, q̄ ate ella chegão, quando sobem da terra, he quente, & secca, ainda que não tão tomo o fogo, nesta se fazem as estrellas, que vemos correr de noite de hũa parte a outra, & algũs cometas, & outros Meteoros. Na 2. que he fria, & secca pella distancia,



que tem do fogo, & não parar nella as exalações, nem chegar lá a reflexão dos rayos do Sol se gera a neue, pedra, nuuens, chuuas, trouões, rayos, & relampagos. Na terceira, & mais baxa de todas, que recebe mayores alterações viuem os homês, animaes, plantas, & hũas vezes estã quente, & humida, outras fria, & secca, outras fria, & humida, outras quente, & secca, as quaes variações lhe vem não somente dos vapores, que de ca de baxo se leuantão, senão tambem da maneira com que toçã a terra os rayos do Sol, & mais planetas, os quaes donde caem perpendiculares, fazem maior impressão de quentura, que donde caem obliquos, & desguelha».

Adiante encontra-se esta explicação da região do fogo (fl. 61, r):

«Pois porque os que carecẽ de principios de phylosophia possão melhor entender esta região do fogo, dizemos ser semelhante à quentura de hum forno, tirando-lhe todo o lume que tinha dêtro em maneira, que se não visse nelle lume algum, ou cousa que desse luz,

mas com tudo se lhe applicassem algũa cousa combustiuel, logo se inflammaria, pella mesma maneira he a região do fogo, que nem he lucida, nem tem brasa, nem chama, *nem materia, que arda*, senão está como hũa grande pureza, & subtilidade de ar, â qual se se applicasse algũa materia terrestre, ou exhalação, logo será acesa, & inflamada, posto caso, que algũs neste passo fantasiã, & querem chimerizar sua philosophia, como a elles lhe apraz».

CAMÓES já tinha descrito a região elemental, esculpida nas portas do palácio de Neptuno, em VI, 10, 11 e 12:

Vem se os quatro elementos trasladados,
Em diuersos officios occupados.

Ali sublime o *Fogo* estaua encima,
Que em nenhũa materia se sustinha,
D'aquí as cousas uiuas sempre anima,
Despois que Promoteo furtado o tinha:
Logo apos elle leue se sublima
O inuisibil *ar*, que mais asinha
Tomou lugar, & nem por quente, ou frio,
Algum deixa no mundo estar vazio.

Estaua a *terra* em montes reuestida
De verdes eruas & aruores floridas,
Dando pasto diuerso & dando uida
Aas alimárias nella produzidas:
A clara forma ali estaua esculpida
Das *agoas* entre a terra desaparzidas,
De pescados criando varios modos,
Com seu humor mantendo os corpos todos.

As transcrições que deixamos feitas dispensam maior comentário.

Os dois elementos, terra e água, constitutivos do globo terráqueo, estão personificados em Ceres e Neptuno, na estância VIII, 32:

Ditosa patria que tal filho teue.
Mas antes pai, que em quanto o Sol rodea
Este globo de *Ceres & Neptuno*,
Sempre suspirará por tal aluno.

6. Tendo começado no Empíreo, «onde logrando puras almas estão de aquelle Bem tamanho», vem findar a descrição da grande máquina do mundo no glôbo terráqueo, colocado no centro,

Neste centro, pousada dos humanos,
Que nam somente ousados se contentam
De soffrerem da terra firme os danos
Mas inda o mar instabil esprimentam.

Colocada entre os dois elementos, no extremo da terra firme fica a pátria portuguesa, a praia ocidental, sofrendo a fascinação do mar instável:

Eis aqui, quasi cume da cabeça,
De Europa toda, o Reino Lusitano,
Onde a *Terra* se acaba, & o *Mar* começa,
E onde Febo repousa no Oceano.

Os Lusíadas, canto III, estância 20.

Quando o sol repousa no oceano, é sobre o mar que os raios solares vão brilhar, entrando Portugal na sombra projectada pelo glôbo terráqueo; e como Portugal fica no extremo ocidental do continente, fica com ele a Europa inteira imersa na sombra da noite. Por isso o poeta com tanta propriedade outra vez define a nossa situação geográfica em VII, 60:

Hum grande Rei, de la das partes, onde
O ceo volubil com perpetua roda,
Da *terra* a luz solar coa *terra* esconde,
Tingindo a que deixou de escura nodá,

usando o engenhoso trocadilho do terceiro verso, em que primeiro vem *terra* significando a terra firme, um dos quatro elementos, e a seguir a mesma palavra *terra* designando todo o glôbo terráqueo. Portugal fica lá nas partes onde o céu volúbil (primeiro móbil), com o seu rodar perpétuo, esconde da terra-firme a luz solar com a terra-glôbo, cuja sombra tinge de escura nódoa a *terra* que a luz do sol deixou; e *esta* é a terra-continente, porque o glôbo terráqueo nunca a luz solar deixa de iluminar, por um ou outro lado. Quando pois em Portugal anoitece, estende-se a noite por todo o continente, o que resulta da sua situação no extremo ocidente; a escura nódoa, que com o movimento diurno do sol se vem alastrando para ocidente sobre a Europa, acaba por cobri-la inteiramente, quando chega à praia ocidental lusitana.

Veja-se no *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende, fl. 96, edição princeps, 1516¹:

Eram da sombra da *terra*
as nossas *terras* cubertas
quando parecem desertas
as abitações sem guerra
ao tempo que rrepousam
os corações descansados
& os malfeytores ousam
cometer mores pecados.

(fyngymento damores feyto
per Dyoguo brandam).

¹ Pág. 44, tom. III, da edição da Imprensa da Universidade de Coimbra.

O trocadilho de CAMÕES é mais engenhoso, marcando com precisão astronómica a situação geográfica de Portugal, que o poeta deixa definida logo no segundo verso do imortal poema, que celebra

As armas, & os barões assinalados,
Que da *Occidental praya* Lusitana,
Por mares, nunca de antes nauegados,
Passaram ainda alem da Taprobana.

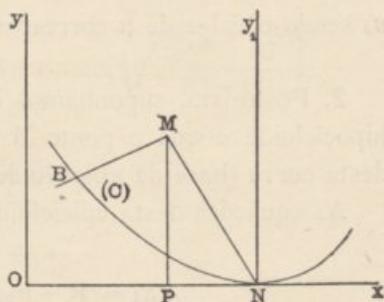
(*Continúa*)

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

Sôbre uma propriedade das curvas cicloidais

1. Vamos ocupar-nos de um teorema sôbre as curvas cicloidais que comunicámos recentemente a M. HATON DE LA GOUPILLIÈRE em uma carta que foi publicada no *Journal de Mathématiques pures et appliquées* (1913). Daremos aqui uma demonstração e uma extensão dêste teorema.

Consideremos uma curva (C) que rola e escorra sôbre uma recta ON de modo que o segmento ON compreendido entre um ponto fixo O da recta e o ponto de contacto, em um instante determinado, da curva com a mesma recta seja proporcional ao arco BN de (C), compreendido entre o ponto N e um ponto fixo B, que se toma para origem dos arcos. O ponto M do plano da curva considerada descreve uma outra curva que chamaremos *roleta de escorregamento proporcional* e cuja equação vamos primeiramente procurar.



Refira-se a curva (C) a um sistema de coordenadas polares tendo o polo no ponto M e tendo para eixo a recta MB, e refira-se a roleta a um sistema de coordenadas cartesianas ortogonais tendo para origem a posição inicial O do ponto B e para eixo das abscissas a recta dada.

Pondo $OP = x$, $MP = y$, $MN = \rho$, $BMN = \theta$, $MNO = \nu$, temos

$$y = \rho \operatorname{sen} \nu, \quad \operatorname{tang} \nu = \frac{\rho d\theta}{d\rho},$$

e portanto

$$(1) \quad y = \frac{\rho^2 d\theta}{\sqrt{\rho^2 d\theta^2 + d\rho^2}}$$

Temos também, s designando o arco BN e λ uma constante,

$$x = ON - PN = \lambda s - PN = s - r \cot \nu,$$

e portanto

$$(2) \quad x = \lambda \int_0^\theta \sqrt{\rho^2 + \left(\frac{d\rho}{d\theta}\right)^2} d\theta - \frac{\rho d\rho}{\sqrt{\rho^2 d\theta^2 + d\rho^2}}.$$

As equações (1) e (2) determinam as coordenadas x e y da curva gerada por M em função do parametro θ .

Pode-se dar a êste método uma forma mais geral, supondo que a curva é representada pelas equações paramétricas

$$\rho = \varphi(u), \quad \theta = \psi(u).$$

Temos então, representando por ρ' e θ' as derivadas de ρ e θ relativamente a u ,

$$(3) \quad x = \lambda \int_{u_0}^u \sqrt{\rho^2 \theta'^2 + \rho'^2} du - \frac{\rho \rho'}{\sqrt{\rho^2 \theta'^2 + \rho'^2}}, \quad y = \frac{\rho^2 \theta'}{\sqrt{\rho^2 \theta'^2 + \rho'^2}},$$

u_0 sendo o valor de u correspondente ao ponto B.

2. Posto isto, suponhamos que a curva (C) é uma epicicloide ou hipocicloide e que o ponto M é o centro do círculo fixo na geração desta curva (base da epicicloide ou hipocicloide).

As equações desta epicicloide ou hipocicloide são ¹

$$(4) \quad \begin{cases} x_1 = (R+r) \cos \alpha - r \cos \frac{R+r}{r} \alpha, \\ y_1 = (R+r) \sin \alpha - r \sin \frac{R+r}{r} \alpha, \end{cases}$$

R sendo o raio do seu círculo fixo e r o do círculo móvel.

Estas equações dão

$$(5) \quad \rho^2 = x_1^2 + y_1^2 = (R+r)^2 + r^2 - 2(R+r)r \cos \frac{R}{r} \alpha.$$

Temos ainda, pondo $x_1 = \rho \cos \theta$, $y_1 = \rho \sin \theta$,

$$d\rho \cos \theta - \rho \sin \theta d\theta = (R+r) \left[\sin \frac{R+r}{r} \alpha - \sin \alpha \right] d\alpha,$$

$$d\rho \sin \theta + \rho \cos \theta d\theta = (R+r) \left[\cos \frac{R+r}{r} \alpha - \cos \alpha \right] d\alpha,$$

¹ Podem vêr-se, por exemplo, no nosso *Traité des courbes spéciales remarquables* (t. II, pag. 156).

e portanto

$$d\rho^2 + \rho^2 d\theta^2 = 2(R+r)^2 \left(1 - \cos \frac{R}{r} a\right) da^2 = (R+r) \frac{\rho^2 - R^2}{r} da^2.$$

Mas a equação (5) dá

$$\rho d\rho = (R+r) R \operatorname{sen} \frac{R}{r} a da,$$

e portanto

$$da^2 = \frac{4r^2 \rho^2 d\rho^2}{R^2(\rho^2 - R^2)[(R+2r)^2 - \rho^2]}.$$

Logo

$$d\rho^2 + \rho^2 d\theta^2 = \frac{4(R+r)r\rho^2 d\rho^2}{R^2[(R+2r)^2 - \rho^2]},$$

e portanto

$$(6) \quad d\theta = \frac{\sqrt{R^2 - \rho^2}}{\rho \sqrt{m^2 \rho^2 - R^2}} d\rho, \quad m = \frac{R}{R+2r}.$$

Esta equação pode ser integrada pelos métodos clássicos, e vem

$$\theta = \frac{1}{m} \left[\operatorname{arctang} \sqrt{\frac{m^2 \rho^2 - R^2}{m^2(R^2 - \rho^2)}} - m \operatorname{arctang} \sqrt{\frac{m^2 \rho^2 - R^2}{R^2 - \rho^2}} \right],$$

ou

$$\theta = \frac{1}{m} \left(\operatorname{arctang} \frac{u}{m} - m \operatorname{arctang} u \right),$$

pondo

$$u = \sqrt{\frac{m^2 \rho^2 - R^2}{R^2 - \rho^2}}.$$

Logo as epicicloides e hipocicloides podem ser representadas pelas equações polares paramétricas

$$(7) \quad \begin{cases} \theta = \frac{1}{m} \left(\operatorname{arctang} \frac{u}{m} - m \operatorname{arctang} u \right), \\ \rho = \frac{R^2(u^2 + 1)}{u^2 + m^2}. \end{cases}$$

Aplicando agora as equações (3), atendendo para isso às relações

$$\theta' = \frac{1 - m^2}{(u^2 + m^2)(u^2 + 1)}, \quad \rho' = \frac{R^2(m^2 - 1)u}{\rho(u^2 + m^2)^2},$$

vem

$$x = \lambda R(m^2 - 1) \int \frac{du}{(u^2 + m^2)^{\frac{3}{2}}} - \frac{Ru}{(u^2 + m^2)^{\frac{1}{2}}}, \quad y = \frac{R}{\sqrt{u^2 + m^2}},$$

ou

$$x = R \left(\lambda \frac{m^2 - 1}{m^2} - 1 \right) \frac{u}{\sqrt{u^2 + m^2}}, \quad y = \frac{R}{\sqrt{u^2 + m^2}}.$$

Eliminando u entre estas equações, obtém-se a seguinte:

$$(8) \quad x^2 + \left(\lambda \frac{m^2 - 1}{m^2} - 1 \right)^2 m^2 y^2 = R^2 \left(\lambda \frac{m^2 - 1}{m^2} - 1 \right)^2.$$

Temos pois o teorema seguinte, que enunciámos, sem demonstração, na carta mencionada no principio dêste artigo:

A roleta de escorregamento proporcional descrita pelo centro da base de uma epicloide com hipocicloide que rola sobre uma recta, é uma ellipse.

Quando $\lambda = 1$, a roleta de escorregamento proporcional reduz-se à roleta ordinária e recaímos em um teorema conhecido, de que o anterior é uma generalização.

Se $\lambda = 0$, temos o teorema seguinte, que demonstramos na carta referida:

Se uma epicloide ou hipocicloide escorrega sobre uma recta fixa de modo que fique sempre tangente à recta em um mesmo ponto, o centro da base da epicloide ou hipocicloide descreve uma ellipse.

3. As curvas representadas pelas equações intrinsecas

$$s^2 - k^2 R_1^2 = a^2, \quad k^2 R_1^2 - s^2 = a^2$$

onde R_1 representa o raio de curvatura, são chamadas *pseudo-epicloides*¹.

A primeira pode ser considerada como uma epicloide correspondente aos valores de R e r seguintes²:

$$R = -\frac{a}{1 + k^2}, \quad r = \frac{a(1 - ki)}{2(1 + k^2)},$$

onde $i = \sqrt{-1}$.

Substituindo estes valores na equação (6), vê-se que a curva considerada pode ser representada pela equação polar

$$d\theta = \frac{\sqrt{\rho^2 - \frac{a^2}{(1 + k^2)^2}}}{\rho \sqrt{\frac{\rho^2}{k^2} - \frac{\rho^2}{(1 + k^2)^2}}} d\rho.$$

¹ Veja-se *ob. cit.*, t. II, pag. 218.

² *Ob. cit.*, t. II, pag. 222.

Do mesmo modo a segunda curva pode ser considerada como uma epicicloide correspondente aos valores de R e r :

$$R = -\frac{ai}{1+k^2}, \quad r = \frac{a(k+i)}{2(1+k^2)},$$

e, substituindo estes valores na equação (6), vê-se que a curva considerada pode ser representada pela equação polar

$$d\theta = \frac{\sqrt{\rho^2 + \frac{a^2}{(1+k^2)^2}}}{\rho \sqrt{\frac{\rho^2}{k^2} + \frac{a^2}{(1+k^2)^2}}} d\rho.$$

Fazendo as mesmas substituições na equação (8), obtem-se as seguintes:

$$k^2 x^2 - [\lambda(1+k^2) - 1]^2 y^2 = \pm \frac{k^2 a^2}{(1+k^2)^2} [\lambda(1+k^2) - 1].$$

Logo a roleta de escorregamento proporcional e a roleta ordinária geradas pelo polo duma pseudo-epicicloide, quando rola sobre uma recta, são hiperboles.

Pondo $\lambda = 0$, vê-se que a curva gerada pelo polo duma pseudo-epicicloide, quando esta última curva escorrega sobre uma recta, ficando sempre tangente no mesmo ponto, é uma hipérbole.

Creio que estes teoremas não foram ainda notados.

F. GOMES TEIXEIRA.

Brás Garcia de Mascarenhas

ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

VI

Capitão e governador

Contra todos os cálculos da gente mais ponderada, triunfou o brio e audácia dos portugueses, exactamente quando parecia estar prestes a consumir-se irremediavelmente o plano de D. Gaspar de Guzman, conde-duque de Olivares, que buscava pretexto para a aneção definitiva de Portugal à corôa de Castela, como simples província daquele reino. Portugal em tal hipótese teria, sob Felipe IV, a sorte que em tempo de Felipe II coubera ao reino de Aragão.

A tirania esmagadora do poderoso ministro do rei castelhano, dispondo dos dois secretários de estado de Portugal, Diogo Soares em Madrid e Miguel de Vasconcelos em Lisboa, se por um lado exacerbava e molestava os espiritos e assim provocava a revolta, por outro ia destruindo a nação, conculcando os seus direitos, foros e privilégios, esmagando-lhe sem contemplações os brios, consumindo-lhe as energias, esgotando-lhe as riquezas e aniquilando todos os elementos de vida e resistência que ainda nela restavam.

«Antiguo era el disgusto, diz em sua linguagem elegante o autorizado e insuspeito D. MODESTO LAFUENTE ¹, tan antiguo como la conquista de aquel reino hecha por Felipe II, con que los portugueses sobrellevaban la pérdida de su independencia, y su sumisión al cetro de los reyes de Castilla. Este disgusto y esta impaciencia, natural en un pueblo con razón orgulloso de haber sabido conquistar su independencia, de haberla conservado muchos siglos, y de haberse hecho con ella una grande y respetable potencia, sólo hubiera podido templarse, y andando el tiempo desaparecer, si los monarcas castellanos

¹ *História general de España*, t. xi, pág. 312, Barcelona-1888.

y sus gobiernos hubieran sabido con la justicia, con la política, con la prudencia y con la dulzura, hacer del pueblo conquistado un pueblo amigo y hermano. Mas ya antes de ahora hemos visto que no fué este por desgracia el camino que nuestros reyes siguieron. Al fin Felipe II procuraba encubrir disimulada y artificiosamente la opresión en que tenía á los portugueses, y la falta de cumplimiento de algunas de sus más solemnes promesas. Felipe III habia mirado con cierto indolente desdén y despego á Portugal: una sola vez estuvo en aquel reino, y valiera más que no hubiera estado ninguna. La conducta de Felipe IV y del ministro Olivares, lejos de ser la que hubiera convenido para ir borrando las antiguas antipatías de pueblo á pueblo, lo fué muy á propósito para avivar cuanto más para extinguir los odios entre dos naciones, ambas soberbias, y altivas, pero conquistadora la una, conquistada la otra, la una opresora y la otra oprimida. La obra de la unidad ibérica se habia hecho en lo material: la unidad moral, la unidad política, la unidad fraternal no se habia realizado, y cuando esta unión no se realiza, facil es de augurar el divorcio de dos pueblos».

Em meio de suas tribulações, o povo português dirigia olhares esperançosos para o duque de Bragança, em cujas veias corria sangue dos antigos reis de Portugal. Por vezes foi instado o duque D. João para que se colocasse à frente duma revolta patriótica contra o domínio castelhano, ou, pelo menos, para que consentisse que o movimento revolucionário tivesse por objectivo o ser colocada na sua cabeça a corôa de D. Afonso Henriques e de D. João I; mas a prudência calculada e fria do duque não o deixava arriscar as imensas riquezas da sua casa, a sua liberdade, e quiçás a própria vida, em tal aventura, que provavelmente descairia em resultado infeliz e trágico.

A revolta popular, que rebentara em Évora no ano de 1637, fôra motivada pela exorbitância dos tributos impostos ilegalmente por Castêla; alastrara pelo Alentejo e pelo Algarve, e ainda tivera eco em vários outros pontos do país; mas abortou à falta de chefe e de condições de éxito. Não foi perfilhada pela nobreza, que chamou por isso sôbre si os ódios e rancores da classe popular; e o duque de Bragança, a quem se ofereceu com instâncias a corôa, chegando a ser aclamado rei pela população em Vila-Viçosa, declinou a honra, e apressou-se a protestar a sua fidelidade ao monarca espanhol, no que foi imitado por muitos fidalgos e por algumas câmaras.

Mas três anos depois as condições haviam mudado bastante. A Espanha achava-se depauperada, esgotada com as guerras para que a politica nefasta de Olivares impelia aquela rica e nobre nação,

obrigando-a a sustentar campanhas ruinosas em Flandres, Itália e Alemanha, no Roussillon, na Gascunha, na Índia, etc. Ultimamente a sublevação da Catalunha fizera concentrar ali as principais atenções da côrte de Madrid, deixando respirar um pouco mais livremente Portugal. Vira êste perigo o astucioso ministro de Felipe IV, e ex-cogitara o meio de o conjurar.

A 24 de agosto de 1640 cai em Lisboa de improviso, produzindo o efeito fulminante do raio, uma ordem, pela qual toda a nobreza de Portugal era obrigada a comparecer em Madrid, para se incorporar no séquito do rei, que resolvera ir pessoalmente ao antigo reino aragônês meter na ordem as províncias insubordinadas; exigiam-se também grandes levas de tropas, que de Portugal, e à custa desta nação, marchariam para a Catalunha. Constituía tudo isto uma exacção violentíssima, que exauria o país, e o deixava qual prêsa inerme nas garras do leão espanhol.

Fôra especialmente visado o duque de Bragança.

Senhor duma casa opulentíssima, sem dúvida uma das mais ricas do mundo nâquele tempo, com os seus 80:000 vassallos, com as suas honras, isenções, privilégios e estado mais do que principescos, quasi régios, o duque de Bragança era um pesadêlo que perturbava permanentemente o sono do monarca de Espanha, uma constante ameaça à integridade dos seus estados. D. João tinha também de se apresentar na côrte madrilêna, para se incorporar no séquito de D. Felipe; mas o plano de Olivares era detê-lo apenas pisasse território castelhano, tirando aos portugueses esta esperança e êste chefe. Já não era a primeira vez que o ministro de Felipe IV preparava uma cilada, para prender o duque brigantino.

Uma acção rápida, que quebrasse as algêmas, cada vez mais insuportáveis, era pois indispensável. Ou agora, ou nunca. Se as ordens emanadas de Madrid chegassem a cumprir-se, ou se houvesse reacção limitada à recusa do seu cumprimento, Portugal seria irremediavelmente riscado do número das nações.

Organiza-se então em grande segredo a conjura, quasi unicamente com elementos da nobreza.

A irreductível teimosia do duque brigantino em não se meter em tal aventura desconcertava os conspiradores, que, à falta de quem quisesse ser rei, chegaram a pensar na formação duma república portuguesa, memorando os exemplos de Veneza, de Génova, da Holanda; mas tal solução quebrava as tradições nacionais, e assim eliminava uma força importantíssima, no momento em que todos os elementos de vitalidade e de resistência eram necessários. Redobram por isso as instâncias junto do duque, e êste vem por fim a

ceder perante um dilema, verdadeiro *ultimatum* apresentado com forma interrogativa:

— *Se nós proclamarmos uma república portuguesa ¿que partido toma V. Excelência, o de Espanha ou o de Portugal?*

— *O da Pátria*, responde nobremente, sem hesitações, D. João de Bragança.

A decisão estava tomada. Mais valia arriscar-se para ser rei, do que para ser simples cidadão.



Era um sábado, primeiro de dezembro de 1640. O dia amanhecera límpido e formoso, e o sol inundava de luz a velha capital portuguesa.

Pouco faltava para as 9 horas.

No Terreiro do Paço havia um movimento considerável, mas que não era de estranhar, porque àquela hora costumava o secretário de estado Miguel de Vasconcelos começar a dar audiência aos pretendentes. Numerosos côches iam chegando, trazendo dentro, tranquilamente sentados, fidalgos da principal nobreza do reino. Outros nobres a cavalo, acompanhados dos seus criados, apareciam ao mesmo tempo das diversas embocaduras das ruas, e todos êles convergiam para junto da entrada principal do paço real da Ribeira, onde residia a duquesa de Mântua, regente de Portugal, e o referido secretário. Algumas pessoas da classe média, bastantes populares, e ainda um ou outro eclesiástico, tinham também sido atraídos com pretextos diversos, e estacionavam pelo largo.

Os nobres chegavam e apeavam-se. Uns ficavam por ali conversando, outros entravam logo, e subiam as escadas do paço, juntando-se na sala dos archeiros, onde aguardavam, ao que parecia, que o poderoso Miguel de Vasconcelos se dignasse de os receber. Quem via aqueles fidalgos, sossegados e tranquilos, não podia deixar de acreditar nos seus sentimentos pacíficos. Era a repetição do que sucedia todos os dias, havendo a notar apenas a circunstância de hoje ser a concorrência mais crescida do que de costume.

Entre os que ficaram conversando à porta do palácio, contavam-se os fidalgos Jorge de Melo, António de Melo de Castro, Estêvão da Cunha, e o padre Nicolau de Maia.

— *¿Mas o que vimos nós aqui fazer?*, perguntava um dos que tinham sido chamados, sem se lhe revelar o segredo da conspiração.

— *Bem pouco*, lhe responde João Pinto Ribeiro com a mais tranquila naturalidade; *vimos tirar um rei e pôr outro.*



Sôa a primeira badalada das nove horas, e nêsse momento D. Miguel de Almeida, que era um dos que estavam na sala dos archeiros tudescos, dispara uma pistola.

Era o sinal convencionado.

No mesmo instante cada fidalgo corre a executar o papel que lhe fôra distribuido. Os que ficaram no átrio tomam de surpresa a guarda, que era de soldados castelhanos, não lhes dando tempo para se defenderem. Dos que subiram, uns desarmam e seguram os archeiros que estavam na sala, enquanto outros muitos, vencendo a resistênciã de dois guardas tudescos, que faziam sentinela às portas que davam para os corredores, e dos quais um ficou morto e o outro ferido, invadem todo o paço.

Entretanto a figura venerável e nobre de D. Miguel de Almeida, com a sua auréola de cabelos brancos a emoldurar-lhe o rosto, de espada desembainhada, corria pelo palácio a gritar:— *Liberdade portuguezes!—Viva el-rei D. João IV!* Assoma a uma varanda que dá para o largo, e dali, cheio de entusiasmo, aclama repetidas vezes o novo rei de Portugal, sendo as suas vozes correspondidas pela gente que estacionava no Terreiro do Paço, e que crescia de momento a momento.

À ex-regente duquesa Margarida, não se faltou com as atenções e cortesias que lhe eram devidas, depois de se lhe significar de modo categórico que as suas funções governativas tinham acabado.

Morreram dois portuguezes de alta categoria, dos que estavam a serviço de Castela:—Francisco Soares de Albergaria, corregedor do civil da cidade, que nos corredores do paço obstinadamente respondia às aclamações patrióticas com vivas a D. Felipe; e Miguel de Vasconcelos, o braço odioso de que o conde-duque de Olivares se servia para esmagar Portugal.



O povo desconhecia o plano, sendo quási inteiramente estranho a esta primeira explosão da conjura. Foram os nobres que a delinearam e executaram; mas era de prever que o povo se associaria desde logo, atento o ódio rancoroso que tinha aos espanhóis. Ficara, é verdade, muito molestado e resentido contra os fidalgos, quando na revolta de Évora se viu abandonado da nobreza; mas a classe eclesiástica nos últimos tempos vinha usando largamente da sua influênciã sôbre o povo, para exaltar nêle o brio patriótico, e o

apaixonar na empresa vaga, no sonho levemente esboçado, de sacudir o jugo estrangeiro. Os sermões ouvidos com religioso acatamento, como sendo a palavra de Deus, transformavam freqüentes vezes o púlpito em tribuna de propaganda contra as autoridades espanholas, visadas em alusões bem transparentes e epigramas crueis, que enchiam de satisfação a classe popular, atreita a paixões, e já de si justamente indignada. Além disso o clero explorava hábilmente no sentido patriótico as canções proféticas do sapateiro Bandarra, que davam a restauração para o ano de 40; e tais profecias dimanavam, assim o criam, da indefectível sciência de Deus, para quem o futuro é presente, e que por isso não pode errar. Longe de serem estranhos à conspiração, os jesuitas foram um elemento importante que os patriotas tiveram ao seu lado.

Estava portanto perfeitamente preparado o meio popular, e facilmente se previa que, dado o grito de revolta no paço real, a multidão acudiria de pronto, e secundá-lo hia com entusiasmo delirante.

Foi o que succedeu.

As primeiras aclamações soltadas da varanda do paço por D. Miguel de Almeida foram correspondidas com vigor pela pouca gente, menos de cem pessoas, que estacionavam no terreiro; mas quando, tomado rapidamente o palácio, um grande magote de fidalgos desceu para se dirigir à câmara municipal, já havia número considerável de populares, que acudiam de toda a parte atraídos pelos gritos de triunfo; correram atrás dos nobres em entusiásticas manifestações.

Em várias partes da cidade, àquela hora, pessoas iniciadas na conspiração saíram para a rua a vitoriar a restauração de Portugal e o novo monarca; e alguns dos populares, que tinham sido atraídos ao Terreiro do Paço, debandaram prontamente a levar a grande nova a sítios diversos. Desta forma, num abrir e fechar de olhos, em todos os bairros de Lisboa se aclamava el-rei D. João IV.

Estava funcionando naquela ocasião o senado municipal, sob a presidência de D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede, que não fôra iniciado no segredo da conspiração. Ao ouvir o grande tumulto e algazarra que se aproximava, o conde mandou fechar as portas do palácio, receando uma invasão do povo amotinado; mas ao saber por seus dois filhos o que aquilo era, ordena prontamente que as portas se abram à onda patriótica.

Entram de roldão os fidalgos e muitos populares.

À frente de todos, empunhando triunfalmente a espada nua, caminha D. Álvaro de Abranches, o heroi que com a patente de capitão muito se distinguira na reconquista da Baía em 1625, e que agora estava nomeado governador e capitão-general de Mazagão, para onde

já teria partido, se não fôra o querer-se achar presente a êste golpe; é êle que, metendo a espada na bainha, pega no estandarte da cidade, e correndo à varanda do paço municipal, ali o desfralda, e aclama solenemente rei de Portugal o duque de Bragança.



Mas era necessário santificar o acto praticado, revesti-lo da consagração divina.

— *Vamos à Sé!*, exclama D. Álvaro, sem largar a bandeira.

— *Á Sé! Á Sé!* repetem numerosas vozes.

Levando hasteado à frente o estandarte branco, em cujo centro destacava bordado um navio, símbolo da cidade e município de Lisboa, lá vão em ruidosas aclamações a vereação, os fidalgos, a turba-multa de populares, a caminho da velha catedral.

O arcebispo D. Rodrigo da Cunha, figura veneranda e austera de sacerdote e de portuguez, fôra prevenido poucos dias antes por D. António de Almada, perto de Sintra, por onde andava em visita pastoral, de que no próximo sábado seria sacudido o jugo estrangeiro e aclamado rei portuguez.

— *¿Pois ainda pensais nisso?* pergunta com estranheza o prelado.

— *Não só pensamos, mas até já se encontra tudo definitivamente assente. Desejamos a vossa presença em Lisboa para nos abençoardes, e para nos auxiliardes com a vossa autoridade e conselho.*

— *Lá estarei, e Deus nos proteja.*

Chegado o dia, logo ao romper da manhã o virtuoso arcebispo fôra para a Sé, e prostrado ante o altar-môr mergulhara o espirito em profunda oração.

O arcediogo D. Luis da Gama, ao aproximarem-se as 9 horas, subiu a uma das torres da catedral, aquella mesma donde séculos antes, em tempo do mestre de Avis, fôra precipitado o arcebispo parcial dos castelhanos, e ali ficou em observação, com o coração em sobresalto, os olhos pregados acolá, no paço real, e o ouvido atento ao menor rumor. Aos primeiros gritos de aclamação não se contém. Agarra-se aos badalos, sem querer saber do interdito que então pesava sobre Lisboa e emudecera os sinos de todas as igrejas, e num frenesi de delírio toca, repica com toda a força, unindo a voz solene do bronze sagrado às aclamações dos patriotas.

Acordado do seu éxtase piedoso pelo repique festivo, o arcebispo ergue-se com o rosto magro e macilento de asceta inundado de lágrimas de comoção. Não tarda a ver-se cercado pelos seus cónegos, pelos seus beneficiados e capelães, começando em breve a chegar por

várias vias notícias positivas dos acontecimentos: — As autoridades castelhanas depostas, o duque de Bragança aclamado rei de Portugal, a nobreza e o povo de Lisboa vitoriando pelas ruas a liberdade da pátria, etc.

D. Rodrigo, assistido do seu clero, rende então graças ao Senhor Deus das vitórias, e ordena que se organize imediatamente um préstito religioso, para ir ao paço real solenizar e abençoar o grande acontecimento, e os herois que nêle cooperaram.

Lá saem todos da catedral em vistosa procissão. A cruz metropolitana era, segundo o rito, levada por um capelão adeante do arcebispo; velha cruz de prata, com a haste vertical cortada por duas transversais paralelas, que lhe formavam quatro braços. Uma pequena imagem de Cristo, cravada pelos pés e pelas mãos, estirava o corpo esguio ao longo da cruz, ficando o rosto do crucifixo voltado, não para a frente da procissão, mas para trás, para o arcebispo, e para o povo que o seguia.

Ao transporem o limiar da Sé, já se ouvia perto o tumultuar de grande multidão, com a qual se toparam pouco abaixo, junto da igreja de Santo António. Era a câmara, com os nobres e os populares que a acompanhavam, que num delírio de vivas e aclamações, trazendo à frente D. Alvaro de Abranches com a bandeira desenrolada, se dirigiam à catedral a tomarem a bênção do prelado, e a rogarem-lhe que viesse assumir o governo da nação, enquanto o rei não chegava a Lisboa. Trocadas e repetidas com entusiasmo novas saudações, encorporaram-se no préstito religioso para irem todos ao paço real.

A procissão começa de novo a mover-se. Mas nêste momento um brado ingente retumba pela multidão: — *¡Milagre!*

— *¡Milagre!* repetem uma e outra vez milhares de vozes. E a grande massa de crentes, exaltados pelo entusiasmo, animados pela fé e pelo patriotismo, caem de joelhos com os olhos e braços erguidos para a cruz metropolitana, que o capelão do arcebispo conservava alçada. O povo, a clerezia, os cónegos, os fidalgos, com os semblantes iluminados pelo fogo da crença, pela alucinação religiosa e patriótica, com o espanto próprio de quem supõe ter surpreendido e tateado o sobre-natural, de quem julga haver-se posto em contacto directo com o mundo do mistério, continuavam repetindo: — *¡Milagre! ¡milagre!*

¿ Que sucedera?

Cousa bem simples e natural, que, nas circunstâncias particularíssimas em que se deu, foi reputada miraculosa.

Com o movimento rítmico do andar do capelão, a imagem de

Cristo pregada na velha cruz metropolitana ia estremecendo e oscilando, por estarem muito mal seguros os pregos que a cravavam. No encontro com a multidão, que vinha da câmara, os movimentos foram mais fortes, mais sacudidos, e um dos cravos, o que segurava a mão direita da imagem, saltou fora. Ficou o cruxifixo preso apenas por dois pregos, o da mão esquerda e o dos pés, também muito lassos. Nestas condições o movimento oscilatório da cruz fazia com que a figura de Cristo se deslocasse; o braço direito, que estava livre, afastava-se da cruz, para em seguida se lhe encostar de novo, e outra vez se afastar, descrevendo assim repetidos arcos de círculo.

— *Foi Nosso Senhor que miraculosamente despregou o braço, para abençoar o que se fez*, pensava a multidão; e daqui o seu pasmo e exclamações, o seu entusiasmo.

E o capelão, erguendo a cabeça, queria também observar o milagre; e a cruz mais lhe oscilava nas mãos, e Cristo com a dextra aberta, abençoava, abençoava sem descanso os bons e leais portugueses, o seu povo escolhido e privilegiado, que no escudo trazia estampadas como devisa as chagas da sua paixão.

Tem-se modernamente alcinchado de embuste, comédia ensaiada pelos padres, o tão celebrado caso do braço se soltar da cruz. Nada disso. Acaso, mero acaso, e nada mais. A crença e ingenuidade, juntas com o entusiasmo do momento, é que deram interpretação sobrenatural a facto tão simples¹. É certo porém que tal aconteci-

¹ É inegável que este facto natural foi bem aproveitado e explorado como verdadeiro milagre, para erguer o espírito patriótico dos portugueses, e para lá fora, especialmente em Roma, inclinar os ânimos ao reconhecimento de D. João IV como legítimo rei de Portugal.— D. ANTÓNIO DE SOUSA MACEDO na sua *Lusitania liberata*, livro publicado com este segundo intuito principalmente, descreve o *milagre* com grande aparato scénico e maior entono retórico (Op. cit., pág. 570 e s.); mas outros escritores menos apaixonados e mais sinceros contam o caso como se passou realmente, e fazem consistir o milagre apenas em o facto se ter passado naquele momento oportuno, parecendo que não foi casual, mas providencial.— Transcrevemos aqui, como exemplo, a narrativa de D. LUÍS DE MENESES, conde da Ericeira, na sua *História de Portugal restaurado* (t. 1, pág. 111): — «... e quando baixava defronte da Igreja de Santo António, pouco distante da Sé, gritou o Povo, que huma Imagem de prata de Cristo crucificado, que levava hum Capellão, a quem tocava, diante do Arcebispo, despregára o braço direito; as felicidades de Portugal, e a justiça daquella acção podem persuadir que seria milagre; se succedeo acaso, foy pela occasião muito mysterioso. Gritou o Povo prostrado por terra que era milagre, e todos cobraraõ invencível confiança de que Deos approvava a gloriosa deliberação dos confederados. Persuadidos de tão grande incentivo, não soavaõ em toda a Cidade mais que vivas e acclamaçoens ao novo Principe, valeroso Author da liberdade da Patria».

mento, patenteando aos olhos de todos, por forma tão clara, que Deus aprovava a acção que se praticara, fez brotar nos corações a confiança firme de que a causa patriótica não podia deixar de triunfar com o manifesto auxilio divino.

— *¿ Si Deus pro nobis, quis contra nos?*

Bastava a divulgação de tal caso pela cidade e por todo o país, para acabar com hesitações e receios, para reunir em volta do lábaro sacrosanto da pátria restaurada quasi todos os portugueses.



Proclamada a realeza do duque de Bragança no paço real e na casa do senado, e victoriada nas ruas e praças da capital, estava dado o primeiro passo para a restauração; nada mais.

Lá se mantinham o castelo de S. Jorge, as torres de Belém, da Cabêça-Sêca, de Santo António, e a Torre-Velha, com guarnições espanholas, garantindo o fracasso rápido do movimento revolucionário lisboêta. Bastava o castelo, bem municiado como se achava, para impôr silêncio com a voz potente das suas peças à cidade amotinada; e depois os soldados da sua guarnição, fazendo uma sortida à baixa, congregariam e atrairiam a si os numerosos espanhóis que havia em Lisboa, e dêste modo se organizaria uma forte reacção, que sem dificuldade esmagaria os conjurados.

Mas tal não sucedeu. A boa fortuna auxiliava assombrosamente a audácia dos revolucionários.

Governava o castelo de S. Jorge o capitão D. Luís del Campo, militar acanhado e bastante assustadiço, que ao ouvir o vozear do povo se atarantou, sem atinar com o que deveria fazer.

Vivia então preso no castelo Matias de Albuquerque, o futuro conde de Alegrete, já nosso conhecido da campanha no Brasil contra os holandeses, onde procedera como um herói na defesa de Pernambuco, serviços que a calúnia denegrira a ponto de serem pagos com infamíssima prisão. Á vista da inépcia do governador, foi êle, um prisioneiro, que, supondo tratar-se dum motim popular doutra natureza, garantiu a defêsa do castelo, mandando fechar as portas, tocar a reunir, assestar as peças, etc.

Felizmente que nesta ocasião chegou um emissário, trazendo ao governador uma ordem da duquesa regente, a proibir-lhe que fizesse qualquer demonstração hostil, houvesse o que houvesse.

Fôra D. Antão de Almada que fizera assinar tal ordem.

Pelo mesmo emissário soube então Matias de Albuquerque que não se tratava dum simples motim popular, mas que rebentara a

revolução patriótica. Recolheu-se por isso logo, aguardando os acontecimentos com o coração palpitante de esperança e de ansiedade.

No dia seguinte, domingo, pela tarde, D. Alvaro de Abranches com outros dois fidalgos, vieram apresentar a D. Luís del Campo segunda ordem da duquesa Margarida, a mandar-lhe que entregasse o castelo. Entregou-o depois de leve hesitação.

Apossaram-se em seguida os patriotas, por idêntico processo, das torres e fortes de Lisboa, e do castelo de Almada. Só a torre de S. Gião, ou de S. Julião como hoje dizemos, ficou ainda por alguns dias guarnecida platonicamente pela guarda espanhola. A capital do reino, quasi sem resistência, reconhecia por monarca a D. João IV; e uma junta provisória constituída pelos arcebispos de Braga e de Lisboa, assistida dum conselho composto de D. Pedro de Meneses conde de Cantanhede, D. Miguel de Almeida e D. Antão de Almada, estava ao leme da governança, e comunicava oficialmente às províncias a restauração de Portugal.



A notícia espalhou-se rapidamente pelo país, e foi recebida quasi em toda a parte com grandes demonstrações de alegria.

Poucos castelos opuseram resistência, que nesses mesmos cessou em breve. Última a render-se em todo o continente de Portugal foi a torre de S. Julião da Barra, que só a 12 de dezembro se franqueou aos patriotas portugueses.

A Coimbra chegou a notícia oficial com a carta dos governadores do reino na tarde de quarta feira, 5 de dezembro¹, e houve immediatamente manifestações de regozijo da parte dos estudantes. No dia seguinte logo pela manhã juntou-se grande número de académicos no pátio da Universidade, donde desceram, capitaneados pelo doutor João André de Almada, à *casa da relação* ou da câmara municipal, que ainda hoje existe sobre o arco de Almedina, e ali fizeram comparecer os vereadores, a quem exigiram em altos gritos a aclamação imediata do novo rei português.

Perante o entusiasmo dos rapazes ¿ que haviam de fazer os bons dos vereadores ?

O juiz dos órfãos Luís Ferraz Velho empunhou o estandarte da cidade, e montado a cavalo gritou:—*Real, real, por el-rei D. João IV de Portugal!*—palavras que milhares de bocas logo repetiram em côro.

¹ Na estampa fronteira se dá a reprodução em fac-símile desta carta dirigida pelos governadores do reino ao reitor da Universidade.

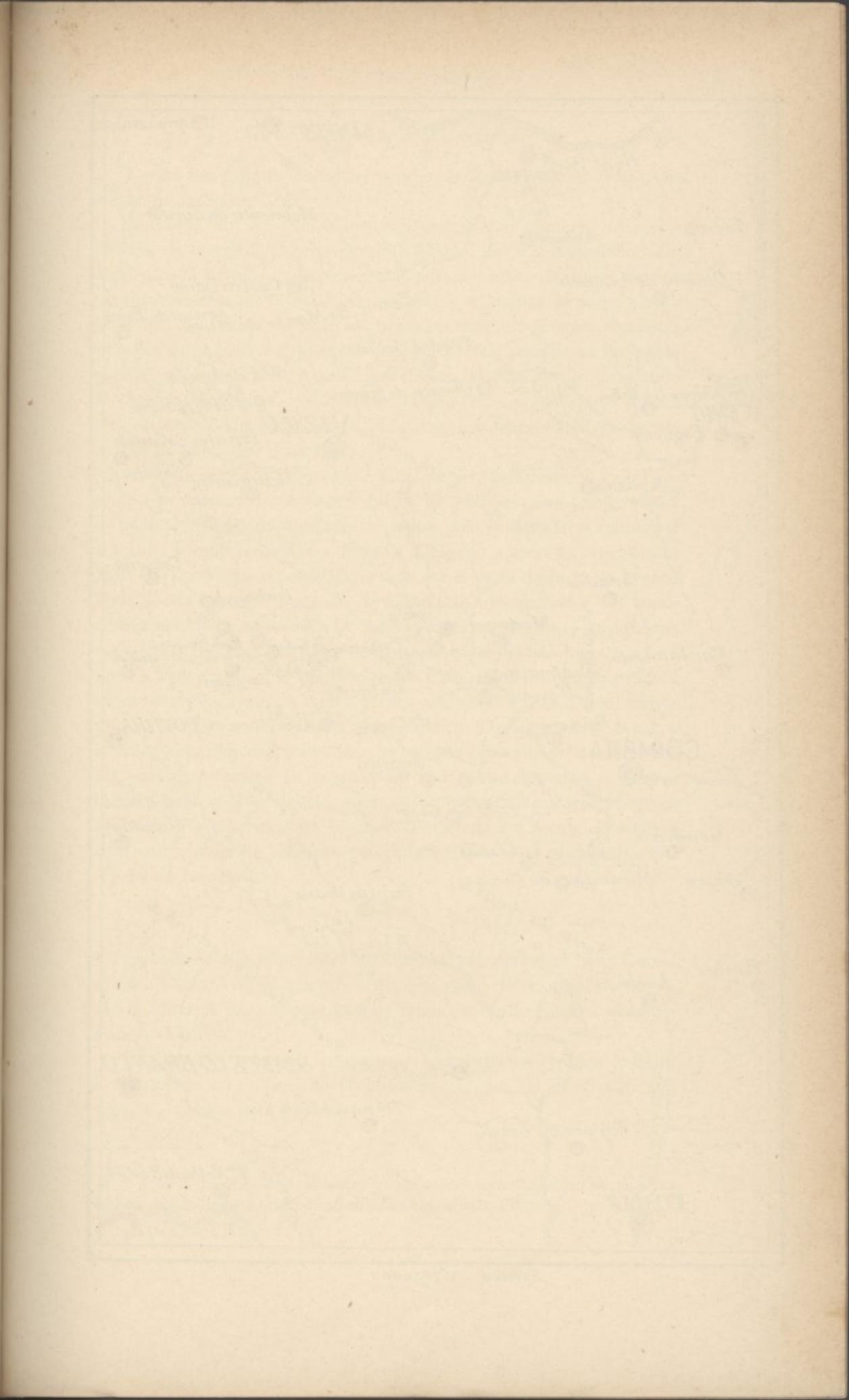
Os Arcebispos Governadores de Ilhas N.^{as} a clamados pella nobreza em
 azenha de Buque de Ilhas. faze mos saber a Manoel de Saldaanha Poitor da
 Universidade de Coimbra, que sabendo p.^o de Azeite, a nobreza e os seus de
 cidade, a pella d'arad por Ilhas de Ilhas N.^{as} ao Buque de Baryana, e o foad,
 que se tem mandado e foad, e no de zjando, emitar mores, e escanda los termos
 dado as ordens necessarias para seguir as fidades (como se tem com equido), e
 esta occupado o foad, e a d'os de Ilhas, os soldado foad e foad que
 occupam, e foad se entrado as fortalezas e abarras, e foad se
 ordens mos, e mandamos, que en a fidade foad em os mo a pella d'arad
 ao Buque por Ilhas, e procedendo com a aquitacao particular m.
 nos e foadantes, e de como se fez um reauizari por o foad mos foad
 em Ilhas a 3 de Dezembro de 1640

Nob. Arcebispo Primas

R. Arcebispo de Lisboa

Dos Governadores de Portugal.

Amans al de Saldanha Leitao
da Universidade de Coimbra



Foram em grande multidão, vitoriando sempre, até ao templo do mosteiro de Santa Cruz.

Entrando ali, deparou-se-lhes um espectáculo lúgubre. A igreja vestida de crepes. O prior-geral D. Miguel de S.^{to} Agostinho, sentado na sua grande cadeira ao lado do altar-mór, de mitra branca de linho na cabeça, revestido de tunicela e dalmática de seda, casula e gremial de veludo, tudo de côr negra, cercado de cônegos regrantes ornados de pluviais e dalmáticas também pretas, pontificava em umas solenes exéquias. Era o 455.^o aniversário do falecimento do grande D. Afonso Henriques. ; Coincidência notável! — ; Juntava-se a festa da restauração da nação portuguesa com a comemoração do passamento do herói que a fundara!

A missa ia pouco adiantada. Cantava o côro as palavras do Gradual — *In memoria aeterna erit justus, ab auditione mala non timebit* — quando a turba ruidosa e entusiástica, com o estandarte municipal à frente, irrompe pela igreja dentro. Chegado a meio da capela-mór, Luís Ferraz Velho expande mais uma vez a signa de brocado branco onde se via bordado o escudo de Coimbra, e inclinando-a em continência perante o túmulo de D. Afonso Henriques, repete as palavras rituais das régias aclamações, a que faz eco em brado ingente e unísono a multidão, à qual se associam os frades, que haviam suspendido os cantos litúrgicos. A missa parara também, e o D. Prior, substituídos os paramentos pretos por um rico pluvial branco, a mitra simples pela preciosa, empunhando na mão esquerda o báculo pastoral, desce majestoso os degraus do seu sólio, erguendo a dextra, ornada pelo anel prelatício, num gesto hierático, a traçar sôbre os fieis lentamente cruzes de bênção. Estaciona em frente do altar, e com voz trémula de comoção principia então o hino gratulatório: — *Te Deum laudamus.*



Quando se passavam êstes acontecimentos, achava-se Brás Garcia escondido em Avô ou nas proximidades, para evitar a prestação de sérias contas à justiça, pelo grande crime praticado em Travanca-de-Farinha-Pôdre ¹.

De Coimbra a notícia propaga-se com extrema rapidez à Beira e chega logo ao esconderijo do nosso poeta, que sai imediatamente, e parte à pressa para Lisboa.

¹ A carta fronteira abrange a região onde nasceu e viveu o nosso poeta, e por onde se achavam disseminados os principais ramos da sua família.

Em quanto retirado a causa provo,
 Se restaurão com subito estampido
 Reyno antigo, & legitimo Rey novo
 Em Querubico trono prometido.
 Agoas involtas são voltas de Povo,
 A que sahe todo Rêo, peyxe escondido;
 Logo sahí da Patria pera a Corte,
 Onde o caso passava desta sorte ¹.

E conta nas estâncias seguintes como se realizou a restauração.



Brás Garcia chegou a Lisboa poucos dias depois da entrada de D. João IV na capital. Já assistiu à pomposíssima cerimónia do juramento del-rei, acto que se realizou em magnífico pavilhão no Terreiro do Paço, no sábado 15 de dezembro; e quando, fremente de entusiasmo e comoção, viu nesta cerimónia Fernão Teles de Menezes, que exercia as funções de alferes-mór do reino, desenrolar o estandarte régio, e aclamar três vezes — *Real, real, por D. João IV, Rei de Portugal!* — bem longe estava de imaginar que, volvido apenas ano e meio, êsse mesmo homem havia de ter na vida dêle poeta um influxo nefasto e bem pouco simpático!

Fácil foi ao nosso herói encontrar na capital quem o apresentasse ao monarca, pois entre os próprios chefes da revolução tinha amigos velhos, officiais a cujo lado combatera no Brasil; bastará especializar, entre todos, a D. Álvaro de Abranches da Câmara, que, desde o dia 2 de dezembro, estava governando o castelo de S. Jorge, enquanto não chegasse o conde de Monsanto, que por antigo direito de família era o alcaide-mór de Lisboa. Matias de Albuquerque, que fôra comandante de Brás na defesa de Pernambuco, assim como outros nobres da côrte seus conhecidos podiam igualmente prestar-lhe êste serviço.

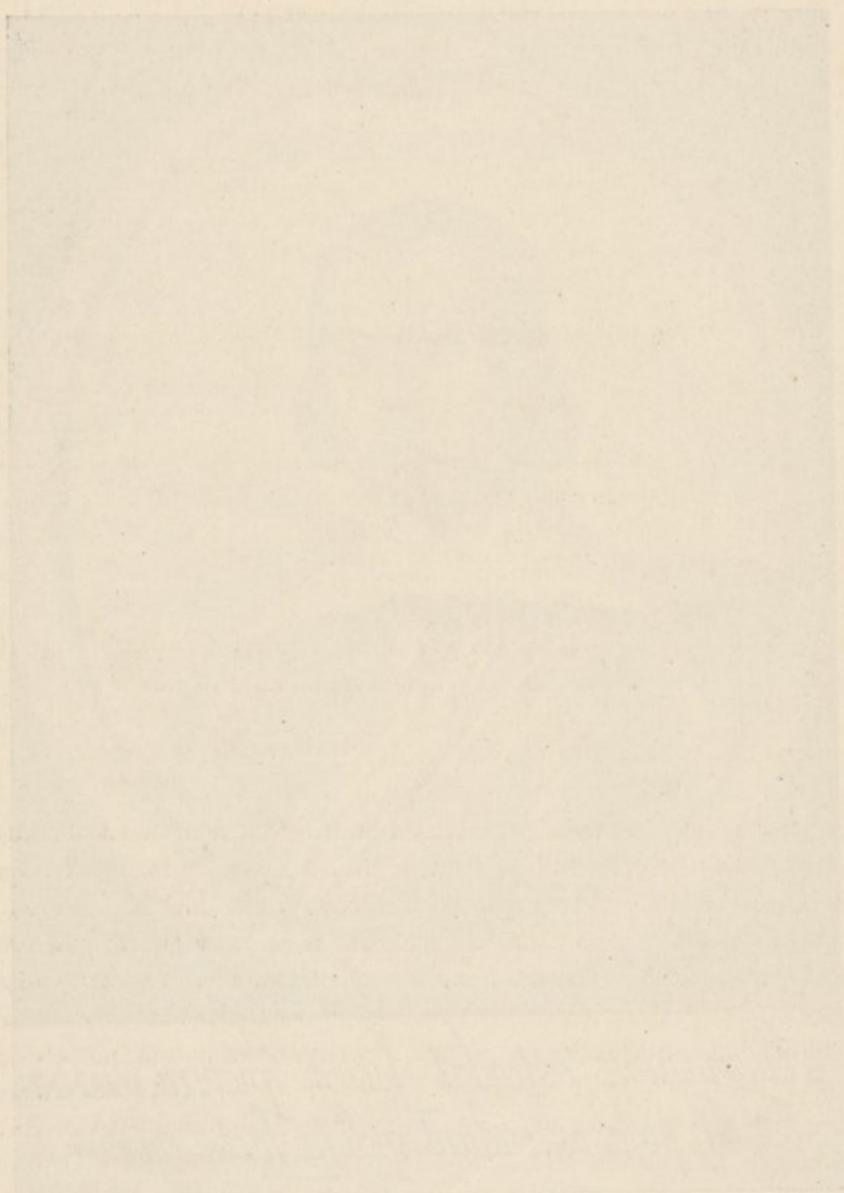
No espirito do nosso poeta ficou desde então; para sempre, gravada uma profunda impressão de respeito, de admiração, de amor pela pessoa de D. João IV ². Teve occasião de observar

Quã grande coração arde no peyto
 Do grã Duque.....³

¹ V. T. xv, 70.

² O retrato de D. João IV, que se vê na fronteira estampa, é reprodução duma gravura que se encontra à frente da *Lusitania liberata*, e que se imprimiu em outras publicações da época. Foi desenhado em 1644, quando o monarca contava 40 anos de idade.

³ V. T. xv, 82.



ja exalçado ao trono de Portugal; e apesar de não assistir às festas, que se fizeram em Lisboa após a sua chegada de Vila-Viçosa, na quinta feira 6 de dezembro, é certo que Brás se encheu de entusiasmo ao descreverem-lhas, sentindo impressões semelhantes às que teria se a elas fosse presente.

Com lingoas de Vulcano o mar o acclama,
A terra com mil vivas o apposenta
Dentro dos corações, que amor inflâma
Na gozada presença, que os alenta.
Publica-se por Pay, filhos os chama,
Preeminencia que só goza, & sustenta
O Luso Imperio, que outro não gozara,
Se o legitimo Pay lhe não faltára ¹.

Se em tempo de Gentios florecera,
Adorado por Deos em vida fora,
Pois a Christã Nação, que recupera,
Faz em parte esquecer do Deos, que adôra.
Com especie Gentilica o venera
Todo o Viandante, que se encontra fóra,
Que em vez de «Deos vos salve», dizem — «Viva
El Rey Dom João, que a Patria descativa» ².



Fizera-se felizmente a revolução que depôs do trono de Portugal a Felipe IV, e nele colocou o duque de Bragança; mas a restauração da nacionalidade portuguesa não passava ainda dum *desideratum* a realizar. ;E que requintes de cuidado, de tino, de finura, que extremos de prudência, firmeza e energia não demandava o govêrno nêsses primeiros tempos, em que era necessário organizar todos os serviços, aproveitar todas as forças, conjurar os numerosíssimos perigos que surgiam a cada passo, cuidar da defesa interna e externa do país!

Mas a tudo se vai atendendo com admirável acêrto e enorme fortuna.

São convocadas para o dia 28 de janeiro immediato côrtes gerais, a fim de legalizarem e sancionarem a nova ordem de coisas, e para nelas se adoptarem as medidas exigidas pelas circunstâncias de occasião; mas ao mesmo tempo vai-se tratando dos assuntos mais urgentes, qual o de organizar o exêrcito, pois Portugal estava sem soldados, sem armas, sem munições, sem dinheiro.

¹ V. T. xv, 95. — ² Ibid. 98.

Grande número de nobres andavam sistematicamente afastados pelo govêrno madrileno; uns recolhidos às suas casas na província, outros a lidarem pelo estrangeiro, na Espanha, em Flandres, na Itália, para onde haviam sido arremessados pelo leão castelhano. Muitos dêles, apenas tiveram conhecimento da aclamação do duque de Bragança, vieram convergindo para Lisboa, a apresentarem-se ao novo monarca; alguns porém houve que se passaram para Madrid, pondo-se ao serviço de D. Felipe ¹.

Estabeleceu-se desde logo junto do monarca português, para tratar dos assuntos militares, um tribunal especial, o Conselho de Guerra, que tinha por missão estudar e discutir as matérias da sua competência, apresentando as suas consultas a el-rei.

Foi de opinião êste conselho, desde o principio, que se nomeasse logo toda a officialidade necessária, e que esta tratasse em seguida de fazer levas de gente, organizando-se assim rápidamente o exército. Chegou até a apresentar uma longa lista de pessoas, que deviam ser nomeadas para os cargos e postos militares. Os generais comandantes já haviam sido escolhidos, por isso a lista abrangia agora os mestres-de-campo, os sargentos-môres e os capitães tanto de cavalaria como de infantaria. Acompanhavam essa lista as respectivas patentes, para serem assinadas pelo rei.

Mas D. João IV recusa-se a assinar os diplomas e manda advertir ao conselho que *hauerá m.^{tos} fidalgos, pessoas nobres, e soldados, q̄ militarão no Brasil, que folgum de seruir a sua custa, esperando que êle monarca os premie e lhes faça merçe por outros meos*. Esta resolução é comunicada ao conselho, que dela toma conhecimento a 23 de dezembro; e insiste na necessidade que há de serem nomeados imediatamente os officiaes propostos, *q̄ ainda assy não enchem o n.º da dottação de cada exercito, e ficão hua grão parte de lugares que prouer aos generais nas pessoas dignas q̄ acharem nas Prou.^{as} q̄ vão gouernar... para de aqui se lhes emuiarem suas patentes, e supposto q̄ as q̄ vão a assinar a V. Mg.^{de} digão que hão de hauer o soldo que lhes pertence, he stilo e calidade cõ q̄ se honrão as pessoas a q̄ se dão*

¹ Houve desde o primeiro momento da restauração, tanto por parte dos patriotas revolucionários como por parte do próprio rei, todo o cuidado e empenho em atrair não só os portugueses que andavam mal vistos por Castela, mas ainda aqueles que haviam caído em graça a D. Felipe e aos seus ministros, de quem tinham recebido mercês. Os exemplos são numerosos. A carta régia, que aqui se reproduz, mostra-nos que, apesar das altas mercês recebidas da cõrte de Madrid por Manuel de Saldanha, reitor da Universidade de Coimbra, e que deviam torná-lo suspeito a D. João IV, êste o acarinha, e o confirma no cargo de confiança de prelado da Universidade, para que fõra nomeado por D. Felipe.

Mansel desalanda Amigo em Lisboa de vos amos m^{to} saudar
Do que me escrevestes em 7 de pudente, entendi com quantos
de mon^{to} treceis de alegria fui chamado nesta cidade por Rey
e Senor natural de castela e leon, a q^{da} D^{na} foi sendo destituido
me e quantos Agromatistas de Votagante, e por q^{da} quedava bons
deas Battallas, e deos odemia de q^{da} Rey: Mas p^{ra} nos dizem os
que h^{ve} ditto M^{to} de satisfaca^o e Mas ouatros que se offese
cesom. Res Rey de Mandar fazer de osna Emerer que omier lugar
e Nos padereis q^{da} continuando com os singacoi^s de este case
como Alegora fizesse, e f^o de os q^{da} sua de modo q^{da} tenda de
Muito que nos agradeier) e seita em la ca de de de

Rey:.

Registado no. do Registo
num 2748
Rey

Para o Registo do O^{do} de Coimbra

Bozley

A Manoel de Salchanda de Sen conse
lho e Rector da Universidade de Coimbra

as ditas patentes q̄ não obrigão a V. Mg.^{de} a mais que ao q̄ for possível conforme ao estado presente. Responde el-rei em data de 29 do mesmo dezembro, que por agora, ate ver o numero de gente q̄ se podera leuantar no Reino, e adonde conuira acudir primeiro com ella, se pode dilatar o prouimento de tantos officiais, como ha de hauer em tres exercitos, e a grande despesa que será forçoso fazer com elles, consumindo o cabedal q̄ se ha de hauer mister para ao diante; e ordena ao conselho que proponha de novo alguns nomes, para dêles escolher até doze Capitães, q̄ se enuiem a diferentes lugares a leuantar gente, devendo nessa proposta especificar-se per maior os seruiços e partes de cada hum¹.

A proposta fez-se, em conformidade com o mandato régio, e nela ia incluído o nome de Brás Garcia de Mascarenhas para capitão de infantaria do exército da Beira. É pena que se tenha extraviado êste documento, porque dêle constavam certamente os serviços militares prestados pelo poeta no Brasil, e o valor dêsses serviços; mas apesar de todos os esforços que eu, e antes de mim os sñrs. general Brito Rebelo e Pedro de Azevedo, empregamos a buscá-lo na Torre do Tombo, tal documento não appareceu, mas apenas referências a êle.



As fronteiras de Portugal fôram divididas em *partidos*, em secções se diria em linguagem moderna, nomeando-se para o comando ou governo dêsses partidos os cabos de guerra de mais experiêcia e valor que então havia.

Para o da Beira, que é o que agora mais nos interessa, foi primeiramente nomeado D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre², que nos fins de 1638 partira de Lisboa como capitão-general da armada portuguesa, que ia para expulsar os holandeses de Pernambuco, levando patente de governador do Brasil. No regresso, em 1640, encontrou uma ordem de prisão contra si, passada pelo govêrno castelhano, e foi internado na torre de S. Julião, perdido o título e todas as mercês anteriormente recebidas. A êle, que ainda ali se conservava prêso em dezembro, se deve a resolução tomada pelo governador da fortaleza, tenente D. Fernando de la Cueva, de a entregar ao fim de mais duma semana de resistêcia, no dia 12 dêste mês.

Em conselho de guerra, a 25 de dezembro, lembra-se a el-rei a

¹ T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, maço 1, n.º 12; — cf. Doc. XXXVII.

² T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, maço 1, n.º 17.

conveniência de recomendar ao conde que com toda a brevidade parta para a Beira, a dispôr o modo de defêsa daquela provincia. Responde D. João IV, a 8 de janeiro de 1641, que já lhe dera essa ordem; mas, como as distâncias são grandes, determina que os lugares da comarca de Castelo-Branco sejam confiados a D. Fernando de Meneses (conde da Ericeira), com o título de general, e os das outras comarcas ao conde da Torre ¹. Mas esta ordem não chegou a cumprir-se. A 15 de janeiro é nomeado capitão-general de todas as comarcas da Beira e dos seus exércitos, que iam formar-se, D. Álvaro de Abranches da Câmara ².

Trata-se em seguida de organizar os terços e formar as companhias, começando por nomear a sua officialidade, de acôrdo certamente com o general.

No dia 24 do mesmo mês de janeiro fôram nomeados capitães de infantaria: — Brás Garcia de Mascarenhas ³, Duarte de Miranda Henriques, António da Gama de Vasconcelos, Manuel Teixeira Homem, Rui Teles de Meneses, Marco António de Azevedo, Manuel da Gama, Francisco do Rego, João Fialho, António de Andrade Gambôa, D. Marcos da Câmara, Leonardo Freire Baracho, André de Azevedo; e capitães de cavalaria: — Rui Tavares de Brito e Diogo de Tovar ⁴.

A 25 saíram nomeados sargentos-móres dos terços, que se mandaram formar na Beira, Belchior Lobato da Costa, Pedro da Vide Fortes, Rodrigo Soares Pantoja e Fernão Teles Cotão ⁵; e ajudantes, a 26, Valentim de Azevedo e António Cerveira Telo ⁶.

Não ficaram por aqui as nomeações de officiais para o exército da Beira. A 29 é passada patente de mestre-de-campo-general ao sargento-mór Manuel Lopes Brandão ⁷; a João de Saldanha, fidalgo da C. R., de tenente-general de cavalaria ⁸; e a Cristóvão de Sá de Mendonça de confirmação do posto de capitão de cavalos da comarca da Guarda, para que o havia nomeado o coronel das comarcas da Beira, Diogo de Mendonça Furtado ⁹.

Alguns dêstes officiais não chegaram a exercer os seus postos, sendo desde logo substituidos por outros, por motivos que não posso determinar.

¹ T. T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, maço 1, n.º 17.

² Doc. XXXVIII. — ³ Doc. XXXIX.

⁴ Notas colhidas na Torre do Tombo, nos registos do *Livro 1 da Secretaria do Conselho de Guerra*, pelo sr. general Brito Rebelo.

⁵ T. T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 24 e 24 v.º.

⁶ *Ibid.*, fl. 25 v.º. — ⁷ *Ibid.* — ⁸ *Ibid.* — ⁹ *Ibid.*, fl. 26.



O general D. Alvaro de Abranches partiu de Lisboa ao expirar o mês de janeiro, e trouxe consigo os seus officiaes, cujo quadro definitivo transcrevo do livro publicado em Lisboa em 1644 com o titulo — *Successos militares das armas portuguezas em suas fronteiras depois da Real acclamação contra Castella. Com a geografia das Pro-uincias, & nobreza dellas. A ElRey Nosso Senhor. Pelo Doutor IOÃO SALGADO DE ARAUJO Abbade de Pera.* É muito interessante e cheio de noticias fidedignas êste livro, ao qual recorrerei muitas vezes no deslizar do presente capítulo. Nêle se encontram narrados vários feitos do nosso poeta na campanha da Beira, referências essas que teem para nós valor muito especial, pois foram lidas pelo próprio Brás Garcia, que implicitamente as confirmou no grande elogio que fez ao autor da obra, a quem cognominou *Tito Livio desta idade.*

A Beyra a deve ¹ às letras, vigilancia,
Raro ingenho, & pericia veterana
Do Doutor João Salgado, digno Abbade
De Péra, Tito Livio desta idade ².

O quadro completo da officialidade que D. Álvaro de Abranches trouxe de Lisboa é, segundo a relação do dr. João Salgado ³, o seguinte:

- *Mestre-de-campo-general*: Vago.
- *Tenentes-generais*: João de Saldanha de Sousa, da cavalaria; Manuel Lopes Brandão, da infantaria.
- *Sargentos-móres*: Belchior Lobato da Costa, Fernão Teles Co-tão, Pedro da Vide Fortes, Rodrigo Soares Pantoja.
- *Capitães de cavalaria*: Rui Tavares de Brito, Diogo de Tovar, Brás do Amaral Pimentel, Cristóvão de Afonseca Cardoso, Cristóvão de Sá de Mendonça.
- *Capitães de infantaria*: Brás Garcia de Mascarenhas, Manuel Teixeira Homem, D. Marcos da Câmara, João Fialho, Victório Zaga-lo, Marco António de Azevedo, António da Gama, André de Aze-

¹ A Beira deve a cidade de Numância ao dr. João Salgado, que a fl. 110 e segg. do referido livro procurou demonstrar, com grande aparato de erudição, que aquella cidade fôra situada não longe do rio Douro, em Namão ou Numão, meia légua a levante de Freixo de Numão.

² V. T. v, 14.

³ *Successos militares*, fl. 115.

vedo, Miguel Álvares Galvão, João Correia de Sousa, Francisco do Rego, António de Andrade de Gambôa, Luís da Cunha.

A êste quadro ainda fôram adicionados, depois da chegada do general à Beira, os capitães seguintes:

Damião Botelho, Estêvão de Nápoles, António de Saldanha, Diogo de Brito, Jerónimo Botelho Rangel, António de Albuquerque.



No dia 5 de fevereiro chegou a Coimbra D. Álvaro de Abranches com os seus officiais, e dali partiram sem demora para Viseu¹, donde seguiram para Trancoso². Nesta vila consagraram com uma campa comemorativa a memória do sapateiro-profeta Gonçalo Anes Bandarra, cujo nome, vinculado às canções que lhe eram atribuídas, contribuiu muito para a preparação do movimento restaurador.

De Trancoso passaram a Pinhel, que naquela época do ano era excessivamente nevoento e frio; lá admiraram duas monstruosas peças de artilharia, de bronze, que constituíam uma notabilidade daquela praça, tão grandes, que um homem podia entrar por elas, inclinando-se apenas.

Em Pinhel estacionou algum tempo o general, despedindo de lá os seus capitães de cavalaria e de infantaria, a fazerem levar por várias partes; e entretanto foi aproveitando o tempo a ordenar a reparação dos meios de defêsa da cidade e do castelo. Recebeu aqui a visita de numerosas pessoas da primeira nobreza da Beira,

¹ A carta, que acompanha esta página, abrange a região das fronteiras portuguesa e espanhola compreendida entre os rios Douro e Tejo. O traço vermelho indica a raia de Espanha.

² Abstenho-me nesta narrativa de apresentar muitas citações de fontes, para evitar que ela se torne impertinente e fastidiosa. Direi apenas, de maneira geral, que as notícias dos factos narrados são colhidas, já nas relações impressas que, como folhas volantes, saíram em grande quantidade à medida que os successos da guerra se iam desenrolando, já em livros que fôram successivamente aparecendo, entre os quais mencionarei, a título de exemplo, os seguintes:

— DR. JOÃO SALGADO DE ÁRAÚJO, *Successos militares* etc., já citado;

— D. ANTÓNIO DE SOUSA MACEDO, *Lusitania liberata*, já indicado também;

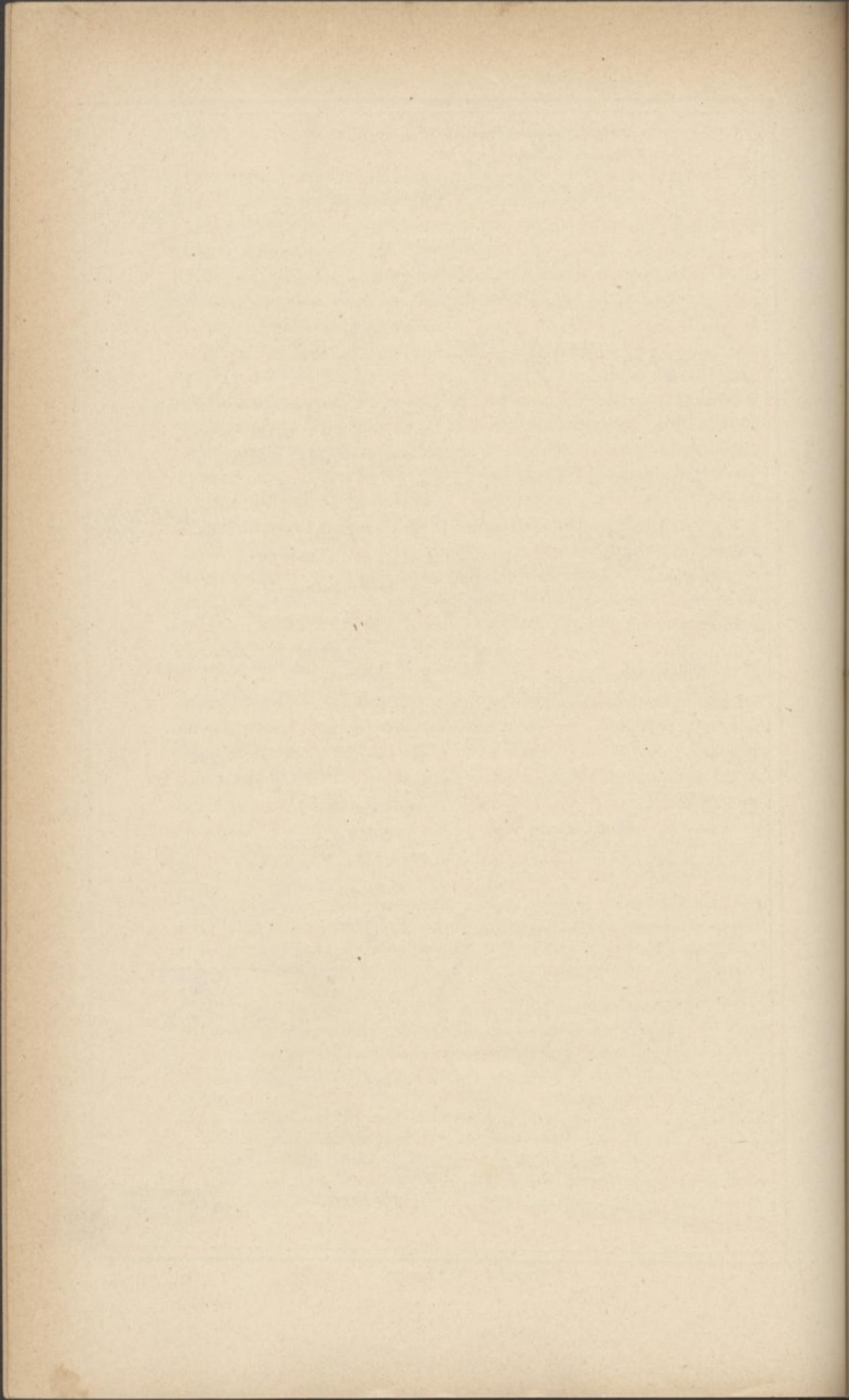
— D. LUÍS DE MENESES, CONDE DA ERICEIRA, *Historia de Portugal restaurado*, idem;

— FARIA E SOUSA, *Epitome de Historias portuguesas*;

— PASSARELLO, *Bellum Lusitanum, ejusque regni separatio*;

— SEYNER, *Historia del Levantamiento de Portugal*;

— RODRIGO CABRAL (tradutor) — *Relação política das mais particulares acções do conde-duque de Olivares*.



que se lhe vieram oferecer para se alistarem como voluntários no exército.

Vai depois a Almeida, praça de grande importância para a defesa desta província. Fronteira a Ciudad-Rodrigo, é uma sentinela que vigia um dos passos mais acomodados à entrada dos castelhanos. A fortaleza, com as suas torres e castelo, com os seus reductos, portas e pontes levadiças, encontrava-se em péssimo estado, parte em ruínas, parte oferecendo más condições de defesa. Viu a gente da Beira a importância desta praça; e apenas tiveram conhecimento da notícia da restauração, bastantes pessoas da nobreza e do povo, umas de Pinhel, outras de várias terras da região, correram a Almeida, e auxiliaram muito o alcaide-mór D. Francisco de Lemos Ramiro nas réparações urgentes a fazer, e bem assim nos cuidados de reparação e guarnição.

D. Álvaro, à sua chegada, encontrou toda essa gente a trabalhar com grande diligência, embora com falta de método, pois a dedicação patriótica e bôa vontade, que superabundava, não supria a falta de experiência e de conhecimentos técnicos, que escasseavam em todos.



Dizia-se, ignoro o fundamento, que na Guarda e em Pinhel, assim como em Almeida e Sabugal, havia pessoas, algumas da própria officialidade da guarnição daquelas praças, que mereciam pouca confiança. Em trato íntimo e quotidiano com os vizinhos espanhóis, tendo interesses que os vinculavam ao anterior estado de cousas, confiando mui pouco na estabilidade da restauração, essas pessoas, no dizer das denúncias, mantinham inteligências com os agentes de Diogo Soares, que, segundo vimos, fôra secretário de estado de Portugal em Madrid. Eram portugueses perigosos, pois estavam oculta-mente a serviço de Castela, e aguardavam ocasião, segundo corria, para darem entrada por aquelas praças às tropas espanholas.

Mal havia partido de Lisboa D. Álvaro de Abranches, quando elle recebe communicações confidentiais dêste facto grave. Escreve em data de 17 de fevereiro uma carta ao general enviando-lhe três papeis com revelações e denúncias, e recomendando-lhe todo o cuidado e vigilância sobre certos indivíduos, nominalmente designados nesses papeis ¹.

¿Que fazer? Dissimular, estar atento, e ir pouco a pouco substituindo o pessoal dessas guarnições por outro de maior confiança.

¹ T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 35; — cf. fl. 31 v.º.

Era para isso necessário deixar recolher os capitães com as levas que lhes mandou fazer; teria depois gente capaz, a quem incumbisse de comissões as mais graves e melindrosas.



Estava o general em Almeida, havia apenas alguns dias, e eis que inesperadamente se lhe apresenta o capitão Brás Garcia de Mascarenhas á frente duma companhia de 183 soldados; ; mas que soldados! valentes, desempenados e muito bem postos, *os mais deles gente nobre, & todos luzidos e alentados*¹.

; Havia decorrido um mês sòmente desde que D. Álvaro o despedira de Pinhel com a incumbência de levantar a companhia! Foi de todos os capitães o primeiro a apresentar-se, e certamente nenhum outro conseguiria organizar uma companhia equiparável a esta.

O general, que se achava ansioso pelo regresso dos capitães, ficou satisfeitíssimo, e abraçou com entusiasmo o seu amigo e subordinado.

; Como conseguira o nosso capitão realizar êste milagre de levantar num mês, e apresentar disciplinada, uma companhia tão aguerrida e tão luzida? Pondo em prol desta empresa todo o seu entusiasmo patriótico, toda a sua eloquência, todo o seu enorme poder de sugestão. Bate à porta de todas as famílias suas parentas ou das suas relações, fala, roga, insiste, discute, exalta-se, persuade, ameaça, descompõe, e por fim arrasta muitos após si à defêsa da pátria.

Escutêmo-lo a discorrer em verso sôbre o mesmo têma, que desenvolvia nessas discussões de propaganda.

Todo Luso Varão de posto, & fama,
 Se achou nesta batalha, & mostrou nella
 Todo o valor, & brio; que quem ama
 O bem da Patria, acode a defendela.
 Quem repousar se deyx a em branda cama,
 Em quanto, o que a defende, em campo vela,
 Sem à Fronteyra ir cedo, nem tarde,
 Ou Castelhana hê, ou hê covarde.

Nem todos podem ir, que muytos ficão
 De muy licitas causas embargados;
 Nem quando poucos Inimigos picão,
 E voão, podem logo ser buscados.
 Porem quando as ruins novas se publicão

¹ SALGADO, op. cit., fl. 116.

De que alguns muros nossos tem cercados,
O que causa não tem, nem vay asinha,
Ou não hê Portuguez, ou hê galinha.

Hereditario hê o brio antigo
De a Patria soccorrer quando hê opprimida:
Bem se vé nesta entrada do Inimigo
De toda Lusitania soccorrida.
Etc.....¹

E depois, em refôrço da sua argumentação, apela para as lições e exemplos de que a história pátria está cheia. Quando nela se manifesta *cisma*, isto é, quando ela se encontra em perigo pela divisão dos seus filhos, aparecem logo, ao lado de alguns traidores, muitos bons portugueses a defendê-la.

Tragico assumpto neste canto offrece
A Musa humilde, historia escandalosa,
Que entre tantas presas mal parece
Cantar huma treyçam ignominiosa;
Mormente quando o seculo escurece
Aquelle resplendor, que a Patria gosa,
De não ter parallelo na lealdade
Manchada por vil Cisma em nossa idade.

Cisma o posso chamar com fundamento,
Padecido da Patria cinco vezes,
Donde por erro só do entendimento
Vacillão na fé Regia os Portugueses.
Mostrarem-se leais foy seu intento,
Que como se não acha ouro sem fezes,
Errando contra seus proprios senhores,
Incorrem na ignominia de treydores.

Em todos estes Cismas se irá vendo,
Que se alguns a lealdade escurecerão,
Outros por ella estão resplandecendo
Na Coroa, a que esmalte illustre derão.
No que Teresa ao filho foy movendo,
Em que tantos Leoneses perecerão,
Hum Moniz a Coroa assegurando,
Nella está, qual Carbunculo brilhando.

No de Sancho, & de Affonso, se enriquece
Com Diamantes de preço, & formosura
Hum illustre Pacheco, a que ennobrece
A Truta, que o salvou por grã ventura,
Hum Freytas, que a seu Rey defunto offrece

¹ V. T. x, 125-127.

As chaves no sepulchro, em que o procura,
Que a cadaver Real Portuguez peyto
Até na sepultura tem respeyto.

No do primeyro João resplandecendo
Por Topazios estão dous Nunos raros,
Hum Pereyra, que sempre foy vencendo
Castella, fóra, & dentro em seus reparos;
E hum leal Ataide, que excedendo
Foy de toda a lealdade os feytos claros,
Porque à vista do filho, & do Castello,
Á morte se entregou, por defendelo.

No de Antonio, & Philippe o cauteloso
Amatistos da patria a matizaraõ
A sangue frio: tanto de ambicioso
Jugo, que lhe puseraõ, se ciaraõ!
Resplandece a saphira do Vimioso
Entre os que mais o bem cõmum zelaraõ,
Se mal afortunado no successo,
A má fortuna lhe não tira o preço.

Neste presente muytos Lusitanos
Seus Rubiz foraõ, quando, bem que tarde,
A passarão de intrusos Reys Hispanos
Á cabeça de El Rey que Deos nos guarde,
Jacyntos saõ soldados veteranos,
Que do sangue, & valor fasendo alarde,
Nas fronteyras, que ousados lhe sustentaõ,
Mais pedras muy preciosas lhe accrescentaõ.

Mais Granates muy luzidos pudera
Nesta bella coroa ir engastando,
Que por suas conquistas reverbera
A luz, que em varias partes lhe estão dando:
Basta mostrar, que quando não ouvera
Estes cismas, que fomos apontando,
Em todo Portugal se não achara
Homem, que contra o sceptro armas tomara.

Se Vermuys, & Dom Pedro as empunharão
Contra os Reys, de quem erão taõ parentes,
Foy por falsas treyçoens, que lhe imputaraõ,
Sendo ambos em tais culpas innocentes.
Em casos semelhantes aggravarão
Pera Marte aggravados confidentes,
Que aquelle que Armas tem à sua conta
As afronta¹, se não se desafronta.

¹ Está «afrontas» na 1.^a ed. do *Viriato Trágico*, o que é êrro manifesto, já emendado na 2.^a

Em todas as Nações ouve desgraças
 De treydores, de inveja, & de interesse,
 Que Reys matarão, que venderão Praças;
 Não ouve Portuguez, que tal fizesse.
 Em vam, pobre Castella, estudas traças
 De enganar, & attrahir quem te conhece:
 Ellas te derão o que tens perdido,
 Porque achaste a Viuva sem Marido.

Já agora Lusitania está casada,
 E o Marido, que tem, não te recea,
 Etc.....¹.

Foi na sua pátria que o capitão Brás levantou a companhia; na região onde se criou, onde conhecia muita gente e tinha muitos parentes e amigos, dispostos a ouvi-lo, e que confiavam nas suas palavras e conselhos: se a outra região fosse fazer a leva, não seria tão bem sucedido. Bem notou êle no seu poëma que foi por igual razão que Dictaleão, Aulaces e Minuro, discípulos de Viriato, na guerra com os romanos conseguiram em poucos dias levantar milhares de soldados.

.....
 Homens de grã valor, & de maduro
 Conselho, & de tal Mestre aconselhados
 No que avião de obrar, pera mostrarem,
 Que dignos erão de Armas governarem.

Nova lista fizerão, facilmente
 Se lhe agregarão muytos dos primeyros,
 Porque dentro na Patria faz mais gente
 Hum natural, que trinta forasteyros.
 Sequito grande, & grande expediente
 Achão, & dão a tudo os tres Guerreyros,
 Em poucos dias com presteza estranha
 Pondo muytos mil homens em campanha².

É de lamentar que se não conheça nominalmente quasi nenhum dos soldados alistados por Brás na sua companhia. Conta o dr. Albino de Abranches Freire de Figueiredo, no prefácio à 2.^a edição do *Viriato Trágico* por êle publicada, que *existiam no cartório do convento das freiras de Pinhel (onde então estava uma parente de Braz Garcia Mascarenhas) esclarecimentos relativos a esta companhia, que foram recolhidos, segundo lhe constou, pelo curioso antiquario, bispo que foi daquela cidade, D. José de Mendonça Arraes, parente do*

¹ V. T. vi, 1-11. — ² V. T. xvi, 31-32.

poeta¹, e de alguns dos que então militavam com elle. ; Que pena terem-se perdido, como supponho, essas notícias, que o benemérito dr. Albino procurou debalde descobrir!².

Eu apenas tenho conseguido identificar dois dêsses soldados, pelas referências feitas em apontamentos genealógicos que existem na casa de Folhadosa, e na dos Soares de Albergaria de Avô. Sam êles:

— *António de Brito da Costa*, de Oliveira-do-Conde, neto de Brites Marques, tia paterna de Brás, e por isso primo dêste, vindo mais tarde a ser capitão-mór de Oliveira-do-Conde e de Currelos³.

— *António Madeira da Costa*, de Avô, dez anos mais novo do que o poeta, tio da que veio a ser mulher dêste, avô de Bento Madeira de Castro (o primitivo editor do *Viriato Trágico*), e quinto avô da senhora Marquêsa de Pomares⁴.



Quando Brás Garcia chegou a Almeida à frente da sua companhia, achava-se D. Álvaro embaraçado com os reparos e fortificações daquela praça, pois não tinha ninguêm com conhecimentos técnicos para delinear e dirigir tais obras, embora superabundassem as boas vontades.

O capitão Brás, dotado de grande talento, curiosidade e estudo, não era leigo em engenharia militar, ou em *arquitectura*, como então se dizia⁵, e tivera além disso experiência e prática destas construções durante a campanha do Brasil. Foi por mais essa razão a sua vinda

¹ Era efectivamente parente do poeta, mas muito afastado. Pertencia à família da mulher de Brás, pois era descendente de sua prima co-irmã D. Teodora Madeira da Costa, c. c. António da Costa, de Oliveira do Hospital, pela filha dêste casal D. Mariana da Costa, casada em Sandomil com Cosme Fernandes de Abreu (Vid. *Not. geneal.* III, III a 2).

² Doc. CXVIII.

³ *Not. geneal.* I, IV c' 1; — *Esq. geneal.* I, D, e E.

⁴ *Not. geneal.* III, III c, — VIII c 2; — *Esq. geneal.* II, A, B, BA.

⁵ Escreveu o poeta:

A architectura honra as outras Artes:
Muros, Portas, Sortidas, Esplanadas,
Cavalleyros, Sortidas, Baluartes,
Rebelins, Cavas, Pontes, Estacadas,
E outras mil invenções em varias partes
Fabrica com primor descortinadas:
Toda se applica à Guerra defensiva,
Nos sitios participa da offensiva.

festejada, e o general encarregou-o de dirigir as obras, ficando a sua companhia a guarnecer a praça ¹; e como ainda não tivessem chegado os outros capitães com as suas levas, D. Álvaro aproveitou a pouca gente da antiga guarnição para formar uma pequena escolta de cavalaria e infantaria, com a qual partiu para Castelo-Rodrigo ².

Quatro avisos recebeu êle, nesta viagem, a anunciarem-lhe que o duque de Alba, governador de armas do exército espanhol no partido de Ciudad-Rodrigo, reünia gente à pressa, parecendo que se preparava para uma incursão, talvez para queimar e destruir alguns lugares da nossa fronteira.

— *Que se retirasse*, lhe aconselhavam alguns officiais, porque, trazendo consigo tão pequena força, imprudência indesculpável seria o expôr-se a uma derrota quasi certa, desairosa para um general.

— *Mas é que eu não estou aqui como general*, responde D. Álvaro, *senão como soldado, que não sabe virar as costas ao perigo. ; Ávante, soldados!*

E passou a fronteira, internando-se um pouco pelo território espanhol, a vêr se o inimigo lhe saía ao encontro; mas absteve-se de causar o mais leve dano aos habitantes pacíficos da região, que agricultavam as suas terras e apascentavam os seus gados.

O inimigo não appareceu. Fôra rebate falso.

Ainda D. Álvaro se encontrava em Castelo-Rodrigo, quando lhe noticiam que um bando de espanhoes haviam passado a fronteira ali perto, a N.-E., e que entrando no logar de Mata-de-Lobos queimaram tudo e mataram muita gente. Era tão preciso e circunstanciado o aviso, que o general acreditou. Chegaram nesta ocasião dois dos seus capitães, Luís de Ataide e Manuel Teixeira Homem, com as companhias que haviam acabado de levantar, e que, sabendo da presença do general em Castelo-Rodrigo, para ali se dirigiram, em vez de irem para Almeida. Aproveitou-os, mandando-os seguir immediatamente em perseguição do bando; mas logo em seguida vem novo aviso a desmentir a anterior notícia.

Por enquanto os espanhoes nesta fronteira não tinham exército que os autorizasse a tomar uma attitude offensiva.



Deixara o general ordem em Almeida, que as companhias que fôsses chegando ali aguardassem o seu regresso; e assim se fez.

¹ SALGADO, op. cit., fl. 117. — ² Ibid.

Ao voltar já encontrou mais seis companhias, todas bem compostas, levantadas pelos capitães beirões.

Soube então que na povoação espanhola de Aldea-del-Obispo se notava um movimento desusado de gente, donde provinha a desconfiança de que o duque de Alba estivesse concentrando tropas para vir atacar Almeida. Não quiz saber mais. Mandou reunir toda a tropa disponível de cavalaria e infantaria que ali tinha, e que já era considerável, e partiu com ela a fazer frente ao inimigo. O capitão Brás Garcia era um dos oficiais que iam na expedição.

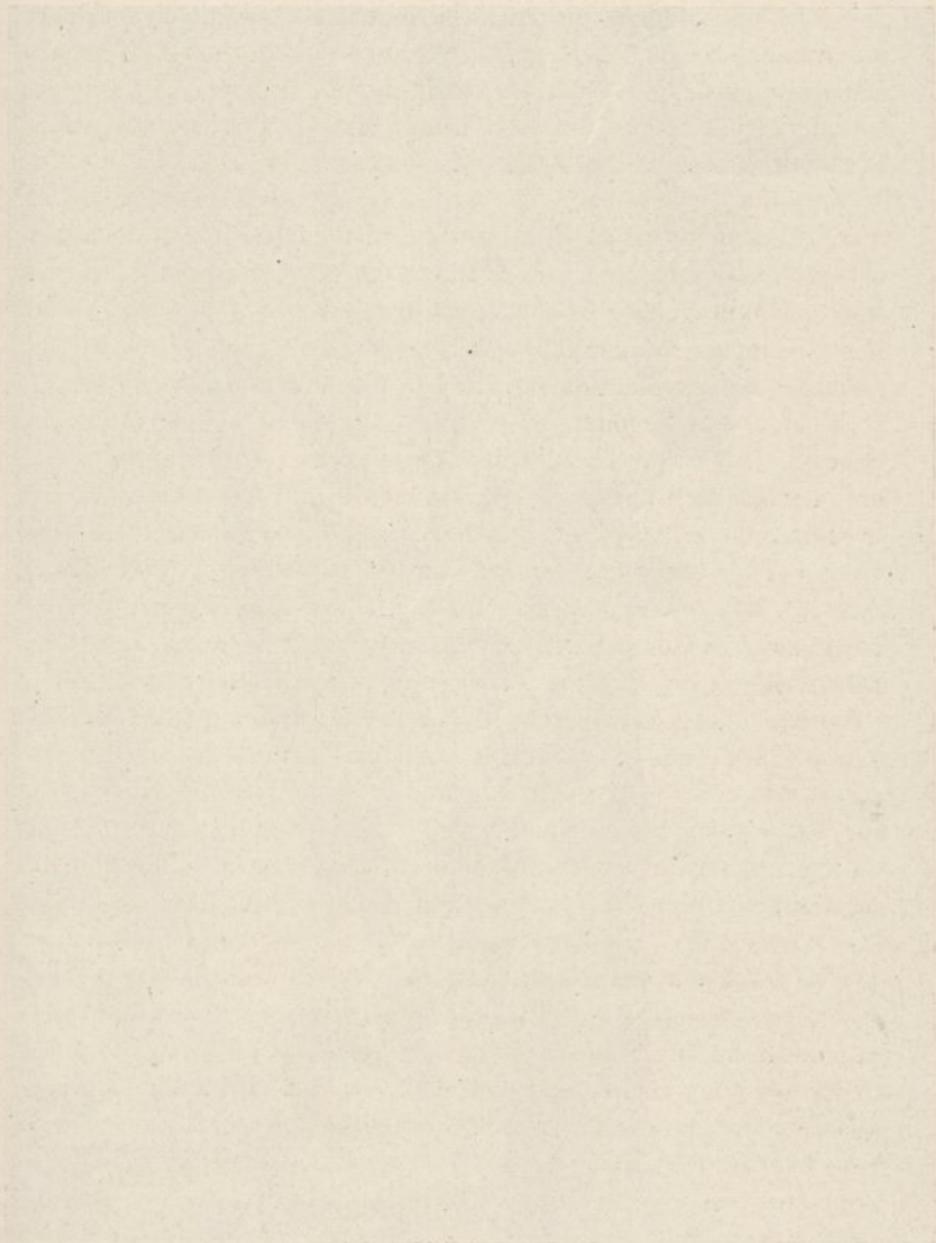
Rufando nas suas caixas foi este corpo de tropa marchando pela margem esquerda do rio de Tourões acima, passou à vista de Aldea-del-Obispo, que fica da outra banda, e chegou à nossa povoação de Val-de-la-Mula, onde fez alto. Ali se deteve até ao sol posto, sem notar nenhum movimento anómalo no território espanhol, onde bastante gado pastava tranquilamente. Ao anoitecer mandou retirar.

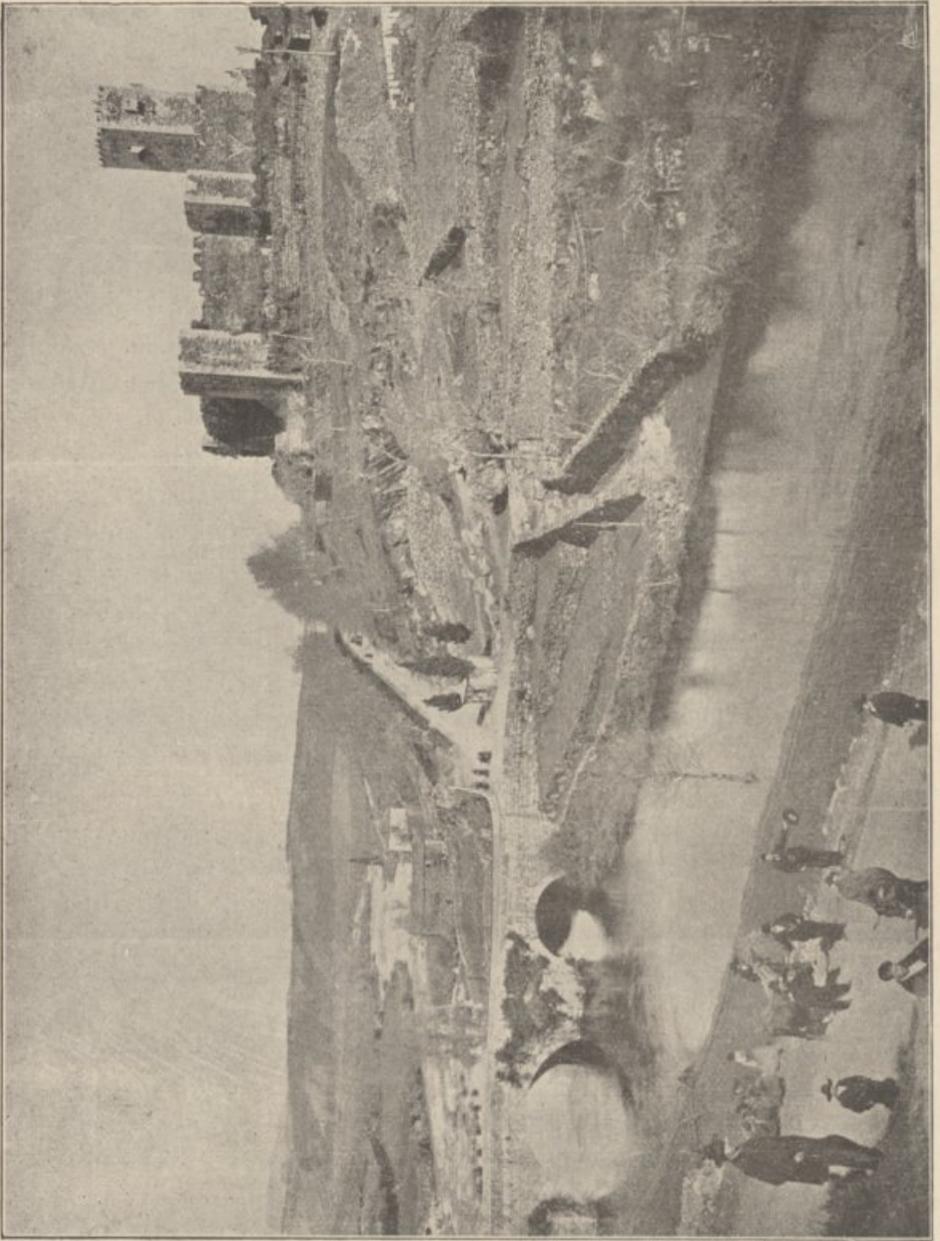
Era uma bela noite, repleta de luar. Já próximo de Almeida tiveram de passar um pequeno ribeiro. Quando a infantaria, que era comandada pelo capitão Brás Garcia de Mascarenhas, vencia este insignificante obstáculo, eis que de repente um enorme meteoro luminoso rasga a atmosfera, traçando uma larga estrada de fogo, que se mantém incendiada por um pouco. Deu-se isto tão perto, que pareceu aos soldados que lhes *quentou rostos, & orelhas*, e assustados recuaram. Repreendeu-os asperamente o capitão Brás, por se terem espantado e saído das fileiras sem ordem para isso; e fê-los marchar sem mais detença.



Precisava D. Álvaro de conhecer por seus próprios olhos a região da fronteira, cujo governo e defesa lhe estavam confiados, tendo para isso de estudar o território, visitar os castelos que nele havia, observar as suas condições de defesa e planear o que tinha de fazer para os melhorar. Resolveu partir sem mais demora, e para o acompanhar organizou uma força pequena mas escolhida, sendo a vanguarda formada por uma companhia de 130 soldados de cavalaria, e a retaguarda pela companhia de 183 soldados de infantaria comandada pelo capitão Brás, que ele desejava ter sempre ao pé de si. As obras da fortaleza de Almeida passaram por isso a ser dirigidas pelo sargento-mór Rodrigo Soares Pantoja, novo governador desta praça.

Com a mencionada força percorre D. Álvaro todas as terras de Riba-Côa, visita com minucioso escrupulo todos os castelos ali existentes, desde o Sabugal até ao rio Douro; e, não podendo então





passar ao Sul do Sabugal¹, envia pessoas da sua confiança que façam a visita e inspecção até ao Tejo, e em seguida o informem.

Ficou horrorizado com o estado em que viu os castelos, em grande parte desmantelados e em ruínas, incapazes de oferecerem resistência séria à invasão espanhola, que era de esperar mais dia menos dia.

Nesta marcha de reconhecimento D. Álvaro passou várias vezes a fronteira; acompanhado da mencionada fôrça, penetrava no território espanhol e ia também reconhecendo externamente os castelos inimigos e as suas povoações, sem contudo praticar actos de agressão violenta. Caminhava entretanto sempre debaixo de forma, com as bandeiras arvoradas, dando vivas a el-rei D. João IV, vozes estas que algumas vezes encontravam correspondência nos pobres paisanos espanhóis, que se lhes deparavam. ; Muito pode o medo!

Evidentemente o duque de Alba ainda não dispunha de fôrça com que pudesse fazer frente ao nosso exército da Beira.

O primeiro lugar povoado de Espanha, por onde passou o nosso general com a sua tropa, foi a vila de Fuentes. À sua aproximação os habitantes apavoraram-se, e abandonaram a vila pondo-se em fuga, indo alguns parar a Ciudad-Rodrigo, onde a noticia da incursão, grandemente amplificada, assustou algumas familias, que se recolheram a Salamanca; mas outros paisanos, menos assustadiços, deixaram-se ficar por perto em observação, e vendo que a nossa tropa, sem fazer dano algum aos povos, passava adeante, e que, encontrando rebanhos de gado, dêles não fazia caso algum, podendo sem a mínima resistência saquear uns e apoderar-se dos outros, inferiram que os portugueses não queriam hostilizar quem não pegasse em armas contra êles. Reverteram pois às suas lides agrícolas.

Daqui em deante já a aproximação da tropa portuguesa não perturbava os paisanos espanhóis que agricultavam as terras e guardavam os rebanhos, os quais se deixavam ficar, limitando-se a descaraçar-se e fazer, mesmo de longe, grandes cortesias ao general, ou ao comandante da fôrça².

E na fronteira portuguesa ficou havendo igual tranqüilidade, reconhecendo-se de parte a parte que essas miseráveis hostilidades de destruir e roubar só serviriam para prejudicar gravemente uns e outros.

Assim o general D. Álvaro conseguiu prudentemente afastar o

¹ A estampa fronteira representa o castelo do Sabugal, com a sua tôrre quinária, visto da margem esquerda do rio Côa.

² SALGADO, op. cit., fl. 117.

espectro da fome, cujo receio já começava a preocupar os espíritos. A primavera ia adeantada, as terras prometiam, é verdade, um ano abundante, os gados pasciam em grande número nas várzeas e nos valeiros, tanto em terras de Espanha como em terras de Portugal. Se duma e outra parte se adoptasse o sistema do roubo e devastação por surprêsa, que o pretexto da guerra costuma legitimar, ¿ o que seria desta pobre gente pacífica e laboriosa ?

Já os moradores do distrito de Castelo-Rodrigo, prevendo esta calamidade, tinham representado com tempo a el rei a pedirem-lhe que ao menos fossem salvos os gados daquela região tão exposta, mandando sua majestade providenciar sôbre a sua remoção para outra, mais afastada da raia, e por isso mais segura: e em carta régia de 14 de fevereiro se ordenara a D. Álvaro que satisfizesse aquêlê pedido¹. Mas o general obteve resultado mais completo com a sua entrada em Espanha, impondo respeito e infundindo confiança. A tranquillidade ficava garantida por algum tempo aos paisanos de cá e de lá.



Em seguida à viagem de reconhecimento, pôs D. Álvaro todo o empenho na reparação dos castelos, especialmente daquêles que por sua situação estavam destinados a guardar as principais entradas da fronteira.

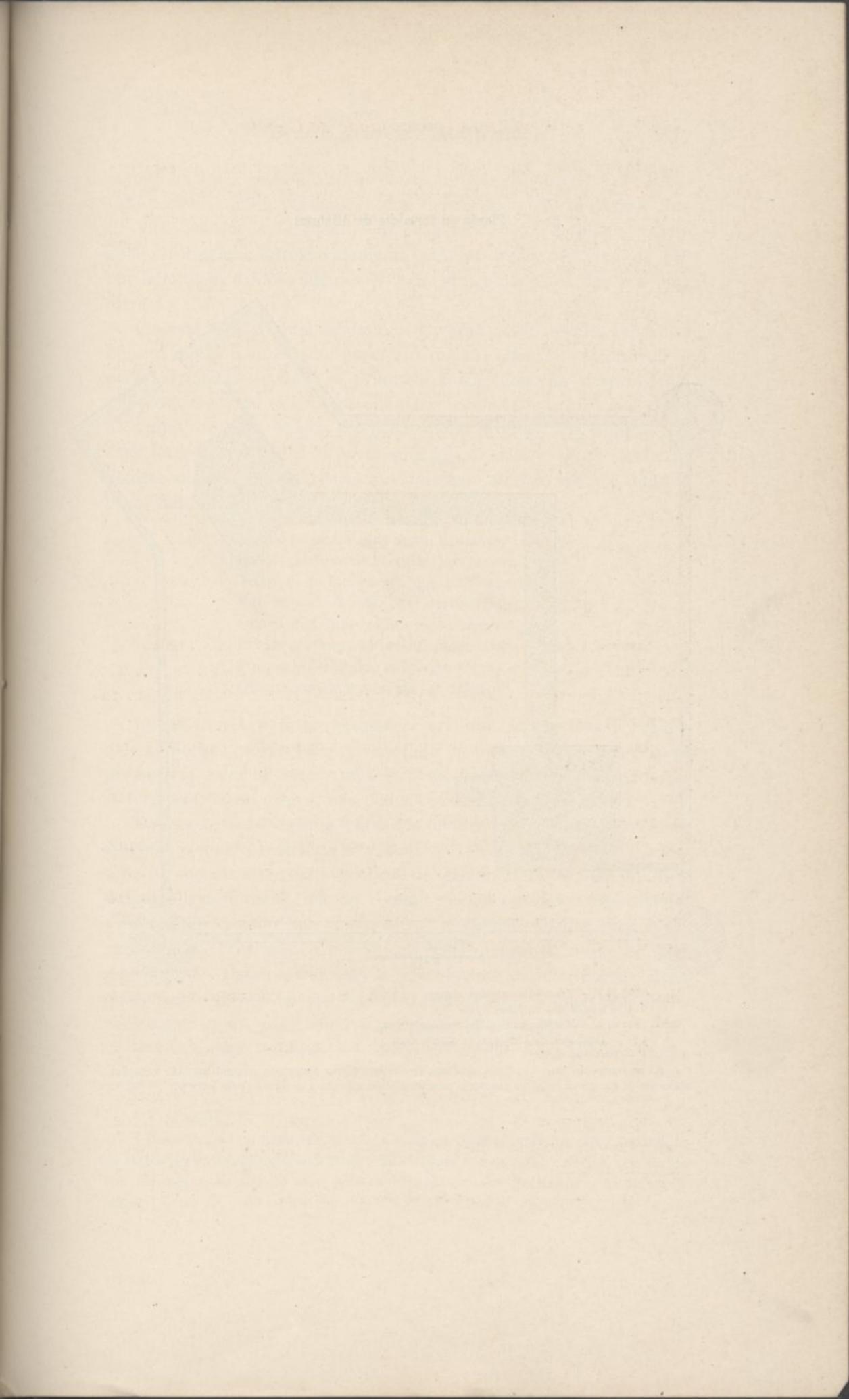
As mais fáceis incursões seriam por Almeida e por Alfaiates. Na fortaleza daquela vila iam proseguindo com toda a actividade as obras, sob a direcção do governador Rodrigo Soares Pantoja; do de Alfaiates era preciso cuidar com urgência. Era lá governador o capitão Gonçalo de Afonseca de Aguilar, oficial de grandes créditos, que agora passava a governar a fortaleza de Salvaterra; era pois ocasião oportuna do general confiar aquêlê govêrno a pessoa que tivesse as qualidades e conhecimentos excepcionais que tão melindroso e arriscado cargo exigia.

D. Álvaro não hesita. Nomeia governador de Alfaiates o capitão Brás Garcia de Mascarenhas, que lhe merecia confiança muito especial.

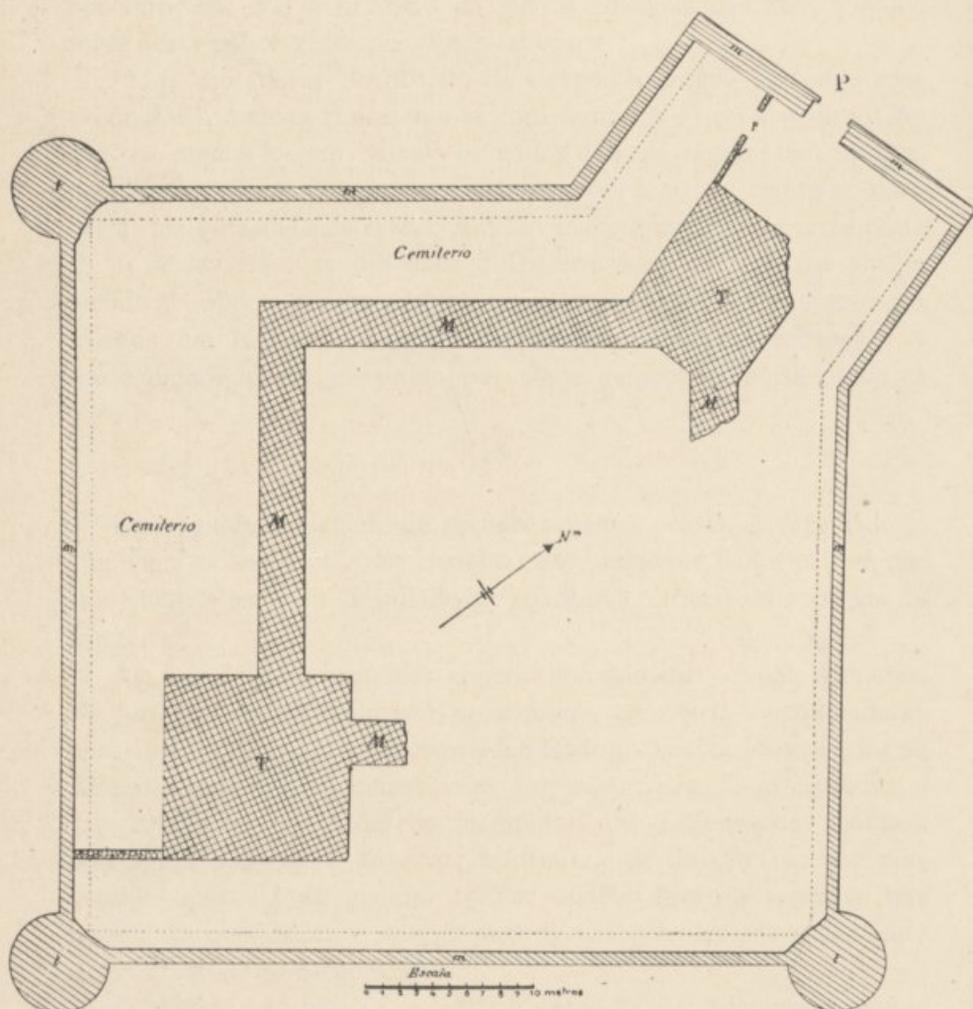
Brás parte logo com a sua companhia a tomar conta da fortaleza e a guarnecê-la.

Parece que a vila de Alfaiates fôra fortificada em tempos antigos; há nela vestígios de ter sido povoação romana. Enquanto foi espanhola, chamava-se *Castillo de Luna*; em tempo de D. Dinís, no

¹ T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 32.



Planta da fortaleza de Alfaiates



M M M M — Restos da muralha antiga.

T T — Restos das antigas tórres

m m m m — Muralha construída no século xvii.

t t t — Tambores da fortaleza do século xvii.

P — Porta do forte.

As pequenas cortinas, que ligam cada uma das antigas tórres à muralha circundante, são vedações modernas do espaço destinado a cemitério paroquial, cuja entrada é designada pela letra p.

outono de 1296, passou com os outros territórios e castelos de Ribacôa para o domínio português. Foi depois disso que se edificou fora da vila, em lugar adequado, um pequeno castelo, de planta rectangular, formando aproximadamente um quadrado de cêrca de 28^m por lado, com os dois ângulos N. e S. protegidos cada um por uma tôrre.

Quando Brás Garcia assumiu o govêrno dêste castelo, achava-se êle em muito mau estado, parte em ruínas. Mandar reconstruir a parte arruinada segundo a primitiva traça seria um despropósito, porque a moderna tática, em que desempenhavam o principal papel as armas de fogo, exigia condições muito diversas das antigas. É êste facto memorado pelo poeta quando, ao descrever as fortalezas doutros tempos, faz referência às modernas, dizendo em que diferem umas das outras.

As que de pedra inda agora achamos,
 Eram mais que as cortinas, levantadas,
 Ao revés de Epiphérias, que hoje vsamos,
 Mais bayxas, & mais bem descortinadas;
 Que alem de que melhor terraplenamos,
 Nossas cortinas são mais franqueadas,
 Porque hê de Praças militar sentença,
 Quanto mayor travês, mayor defença ¹.

O que havia a fazer necessário era que se executasse rapidamente, porque novos rumores corriam de que o duque de Alba se preparava; e era de recear uma incursão, quando menos se cuidasse. A fortaleza, como estava, não podia oferecer resistência séria.

Delineou pois o nosso governador uma nova muralha, mais baixa, cingindo o antigo castelo, e ampliando-lhe assim a área. Tive a fortuna de encontrar um distinto official de engenharia, o capitão dr. Abel Augusto Dias Urbano, que há 16 anos visitou e estudou êste castelo, conservando casualmente ainda, além de alguns apontamentos e reminiscências preciosas, a planta que então levantou, e que eu aqui reproduzo ². Passo a transcrever textualmente as informações obsequiosamente fornecidas por êste meu bom amigo, às quais não altero nem uma vírgula, para evitar o perigo de as estragar.

— «As minhas informações, diz o sr. capitão Abel Urbano, estão

¹ V. T. II, 18.

² Encontra-se na fronteira página a referida planta, onde se distinguem bem os restos do antigo castelo com as suas duas tôrres, e a muralha exterior, construída em três meses, no ano de 1641, pelo capitão-governador Brás Garcia de Mascarenhas.

talvez bem longe da precisão com que V. Ex.^a as desejaria para o seu interessante e valioso trabalho sobre Brás Garcia de Mascarenhas, porque parte delas se baseiam em apagadas reminiscências duma visita que, há perto de 16 anos, fiz àquêlê castelo. Procurarei, ao menos, torná-las quanto possível exactas. São as seguintes:

«O denominado *castelo* de Alfaiates, situado a pequena distância desta povoação, é um pequeno forte do século XVII, de planta apòximadamente quadrangular, e ocupando a área de 2.300^m². Envolve um antigo castelo, talvez do século XIII ou XIV, do qual restam apenas as ruínas de dois pequenos lanços de muralha e de duas torres rectangulares.

«O forte, pelo seu aspecto, foi verosimilmente construído com materiais extraídos das ruínas do velho castelo, e apresenta vários indícios de ter sido uma fortificação feita em pouco tempo, e com escassos recursos.

«Em três dos salientes do forte há tambores circulares, com o diâmetro médio de 5^m,80, destinados ao flanqueamento das faces. Correspondendo ao quarto saliente, nota-se uma disposição digna de menção: os lanços do muro contíguos ao saliente desviam-se da sua direcção geral, formando ângulos obtusos reentrantes, e são ligados por um lanço de muralha perpendicular à nova direcção comum daquêles, no qual foi aberta a porta do forte, constituindo-se assim uma espécie de saliente de planta rectangular.

«Esta disposição apresenta o defeito, sob o ponto de vista defensivo, de a entrada do forte não ser flanqueada pelos fogos dos tambores de flanqueamento. É provável que se empregasse aquela disposição para que o forte envolvesse uma das tórres, e se evitasse uma demolição demorada e trabalhosa. Aproveitou-se talvez o maior comandamento das ruínas da torre, para se obter sobre elas um segundo andar de fogos, que permitisse uma boa defêsa da entrada do forte.

«É de presumir que os três tambores servissem de plataforma para bôcas de fogo, destinadas ao flanqueamento e à defêsa a distância. As paredes do forte são muito mais baixas do que as da antiga muralha do castelo: com êste pequeno relêvo do forte diminuía-se, com grande vantagem, o ângulo morto dos tiros da defêsa.

«Os muros do forte eram coroados por um parapeito de alvenaria de 0^m,66 de espessura.

«Atendendo-se ao desenvolvimento da linha de fogo do pequeno forte, pode calcular-se que a sua guarnição não devia ir além de 200 homens.

«Eis, em resumo, as minhas deficientes informações sobre o assunto,

que tanto interessa a V. Ex.^a e aos leitores da sua excelente monografia sôbre a estranha individualidade de Brás Garcia».

Até aqui a nota interessante do illustre official de engenharia, a quem tributo o meu agradecimento.

Toda esta obra conseguiu Brás Garcia, com a sua assombrosa actividade, que se realizasse em três menses apenas. Afirma-o elle mesmo :

O Castello da Lua, que fizera
A ferrugenta paz Lua mingoante,
Em tres mezes sómente considera
Regular Epiphéria o caminhante ¹.

O dr. João Salgado de Araújo, no seu livro já bastantes vezes citado, refere-se à obra realizada pelo nosso poeta na construção do forte de Alfaiates, attribuindo-a, por equívoco, a tempo um pouco posterior. Diz elle :

— «Em tempo do General Fernão Tellez de Meneses, sendo Governador desta praça o Capitão Bras Garcia Mascarenhas, foi cercada com giro de quatro mil seiscentos, & oitenta pès Geometricos, fora as voltas dos baluartes, em altura de 25. pès. Obra por certo de importancia, a que incansauelmente assistio o mesmo Governador, em cujas cauas se acharão moedas antigas de cobre, & algumas de prata, duas de Sertorio com sua effigie de hũa parte, da outra a cerua insignia sua, Estribos com cadeas de ferro por loros, môs de moinho de mão, & outras antiguidades ²».



Ao mesmo tempo que fazia avançar a obra da fortaleza, o capitão Brás não deixava de vigiar de perto o inimigo, tendo o cuidado de o não perder de vista nem um só momento, para evitar alguma surprêsa desagradável. Tinha consciência das suas responsabilidades como governador duma das fortalezas da fronteira mais importantes pela sua situação, e cumpria os seus deveres com os extremos de zêlo que lhe estavam na índole.

Estabelece em terras de Espanha um serviço de espionagem muito abundante em agentes, e muito bem feito. Especialmente em Ciudad-Rodrigo, onde o duque de Alba urdia os seus planos, e na praça de Albergaria de Argañan, pelo nosso poeta denominada eruditamente Augustobriga, fronteira a Alfaiates, na qual era governador D. Fran-

¹ V. T. xiv, 85.

² Op. cit., fl. 101.

cisco de Eraso, valente e brioso militar, vulgarmente conhecido pela alcunha de *Maçacão*, não se movia uma aranha sem que êle o soubesse logo.

A espionagem junto do inimigo era um elemento em que Brás reconhecia grande importância, e de que fazia largo uso. Aos indispensáveis serviços de vigias e de espias se refere em várias passagens do poema.

Mas a noyte occultou ambas as partes,
Dando repouso a todos os cançados,
Não às vigias, que nos orizontes
Argos dos valles saõ, lynces dos montes ¹.
E logo sobre Plaucio despedindo
Muytas Espias, trata com destreza
Das prevenções, que destros prevenidos
Difficilmente podem ser vencidos ².

E falando de si mesmo, quando era governador de Alfaiates, declara:

Em numero, & valor grande, & luzido
Argos se ostenta a poder de Espias,
Com que lynce da opposta Augusto-briga,
O minimo descuydo lhe castiga ³.

Estes agentes de espionagem eram magníficos, e prestavam optimo serviço, porque Brás Garcia os tinha escolhido com cuidado e os remunerava generosamente, trazendo-os

Bem pagos, que o caminho não dilata
Quem tais esporas leva de ouro, & prata.

Na Praça com mais credito atacada
(Tanto os ingenhos Marte sutiliza !)
Hè de quanto se faz fora avisada,
E de quanto se passa dentro avisa.
Toda a que se cercou foy espiada,
Que se mete hũa Espia entre a camisa,
E depois de sitiada, quando menos,
Se entende por sinais, & por acenos ⁴.

Mas um cabo de guerra deve também sempre contar com a espionagem do inimigo, e supor que nos seus próprios arraiais e castelos andam espias mui bem disfarçadas, a observar quanto faz e diz; precisa de ter o máximo cuidado em ocultar os seus planos e proceder de forma que os espiões sejam iludidos e desnorteados pelas aparências.

¹ V. T. ix, 52. — ² V. T. ix, 58. — ³ V. T. xiv, 84. — ⁴ V. T. xix, 50-51.

Mas elle o escuro enigma interpretando,
 Finge que se não dà por entendido,
 Pera que assim melhor desminta Espias,
 Ajuntando sua Gente em breves dias¹.



Havia na fronteira espanhola três castelos, que pela sua situação e condições eram uma constante ameaça ao sossêgo e tranqüilidade da nossa fronteira. Eram os de *Albergaria* em frente de Alfaiates, *El Payo* na falda setentrional da serra de Gata, na região onde nasce o rio Águeda, e *Eljas* na falda meridional da mesma serra, onde tem a sua origem o rio Elgas.

Convinha fazer um reconhecimento minucioso destas fortalezas, ter registo exacto e seguro dos seus fracos, para na primeira ocasião oportuna serem conquistadas e destruídas, tirando ao inimigo a vantagem de possuir aquelas sentinelas avançadas, donde podia com grande facilidade saltar de surpresa às nossas terras a saqueá-las e danificá-las, ou a fazer alguma incursão em forma.

Empresa melindrosa e arriscadíssima era porém esta, que se não podia confiar senão a quem tivesse conhecimentos técnicos, e estivesse disposto a sacrificar a liberdade e até a própria vida, que perderia se tivesse a infelicidade de despertar suspeitas e de ser descoberto o seu intuito.

O general, em uma das suas passagens por Alfaiates, conversa a êste respeito com Brás Garcia, que era o official em cujos talentos, aptidões, discreção e lealdade mais confiava. A lembrança era boa, não havia dúvida, mas ¿ quem poderia e quereria incumbir-se de a executar ?

Depois de matutarem no caso, sae-se o capitão com esta :

— Não pense mais nisso, meu general. Se V. S.^a me dá licença, e me julga apto para a empresa, vou eu mesmo.

— ¿ Vós!...

— Sim. Tenho por muitas vezes arriscado a pele; a morte já eu vi em várias ocasiões bem perto de mim. Com a ajuda de Deus, que nunca me faltou, saír-me hei vitorioso desta emprêsa em prol da Pátria.

Ficou logo ali o caso assente. ¿ Como se desempenharia do perigoso encargo? Não o sabia. Havia de pensar. Isso agora era com êle e com mais ninguem.

¹ V. T. IX, 55.

Dentro de poucos dias, confiado provisoriamente a outro oficial o govêrno de Alfaiates, o capitão Brás Garcia desaparece. Decorrido algum tempo, apresenta-se a D. Álvaro e entrega-lhe as plantas dos três castelos, acompanhadas de informações preciosas sôbre o modo de neles entrar, quando fôsse ocasião oportuna!

¿ Teria o nosso poeta comércio com o *démo*, e seria êste que lhe forneceu tais plantas e informações?

Nada disso. Causa bem simples.

Brás cobriu-se com uns andrajos de mendigo, fingiu talvez alguma úlcera ou outra deformidade comovente, pegou numa rabeça ou guitarra, e entrou em Albergaria, qual *mendigo viandante* a esmolar, cantando cópulas ou xácaras populares castelhanas, entremeadas pelo peditório — *Una limosna, por amor de Dios*, — alternando esta lamúria com uns *Padre-nuestros* muito arrastados e chorados. É natural que falasse com perfeição a língua castelhana, e isso era um elemento de valor para não despertar suspeitas.

¿ Quem estorvaria o pobre mendigo de se encostar às muralhas, de estacionar às portas, de penetrar no pátio do quartel, de entrar na própria tôrre de menagem, a estender a mão trémula de necessidade a todas as pessoas que encontrava?

Ao fim de alguns dias, qual ave de arribação, emigra de Albergaria; mas se alguêm então lhe desse busca aos alforjes de mendigo, ou mais provavelmente aos forros do seu andrajoso fato, lá encontraria muito bem dobrado um pequeno papel com a traça da fortaleza.

El Payo e Eljas receberam a mesma visita do pobre *pordiosero*, e com idêntico resultado.

A cartada fôra arriscada, mas feliz. ; O jôgo estava ganho!



Vê-se do exposto que D. Álvaro de Abranches governava as armas pacificamente, não fazendo provocações, respeitando e promovendo o sossêgo em que viviam os espanhois, e êste procedimento foi rico em consequências prósperas; mas não menos se vê que à sombra desta tranqüilidade o general não se descuidava de preparar terreno para o futuro.

Nos princípios de junho é-lhe entregue uma carta de D. João IV datada de 24 de maio, a ordenar-lhe que acuda ao Norte com a possível gente, porque Chaves está ameaçada duma incursão¹.

¿ Acudir a Trâ-los-Montes! ; E quem ficava guardando e defen-

¹ T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 65 v.º.

dendo a fronteira beirão? Acolá, em Ciudad-Rodrigo, o duque de Alba não dorme; aguarda reforços ao seu exército e descuidos do nosso, para então dar um golpe certo. Que elle só na aparência se conserva inactivo, mas na realidade se prepara, é cousa certa. ¿ Quem sabe até se o boato ou aviso da próxima incursão por Chaves será rebate falso preparado por elle, a vêr se a Beira se desguarnece, para então lhe dar o salto? Não, essa jornada a Chaves seria um erro grosseiro. Além disso escaceavam-lhe as munições, não possuía artilharia, faltava-lhe o dinheiro para pagar aos soldados, e elle general já se achava individado por ter de satisfazer pagamentos inadiváveis, não havendo dinheiro em caixa ¹.

As escusas apresentadas por D. Álvaro revelam sensatez e prudência, mas não são bem recebidas por algumas pessoas, começando desde logo as murmurações. Quando em toda a fronteira, desde a margem do Minho até à do Guadiana, as tropas portuguezas se estavam batendo activamente e com successo com as espanholas, ¿ o que significa aquella inactividade, aquêl *dolce fare niente* de D. Álvaro de Abranches e do duque de Alba, a olharem um para o outro de braços cruzados, numa situação de comodismo invejável, mas pouco gloriosa?

Em julho recebia o general da Beira ordem terminante del-rei para romper hostilidades sem mais demoras ². Percebe claramente que a intriga começa a fervilhar contra elle na côrte; mas o rompimento nesta altura seria um perfeito desastre. Todos os seus esforços convergiam para organizar a defêsa desta fronteira com os pouquíssimos recursos de que dispunha; entretanto era certo que, apesar de já ter feito muito, muito mais havia a fazer, antes de se julgar habilitado a ir provocar o inimigo.

A recusa fundamentada de D. Álvaro a cumprir a ordem superior foi muito mal apreciada, não lhe faltando críticas acerbas ³. Ele porém vingava-se dessas críticas com o desprezo, e não se escusava de

¹ Satisfazendo às alegações feitas por D. Álvaro de Abranches, são expedidas pelo secretário do *Conselho de Guerra* António Pereira duas cartas em data de 18 de junho de 1641: uma dirigida aos deputados da Junta da Fazenda a dizer-lhes que S. Majestade, em decreto sobre consulta do Conselho de 14, manda que sejam avisados da necessidade que tem o general da Beira de dinheiro, para pagar à gente que se tem recrutado, pois está individado, e que seja socorrido com urgência (*Secret. do Cons. de Guerra*, l. 1, fl. 77 v.º); — outra para Rui Correia Lucas, tenente-general de artilharia, dizendo que S. Majestade, em resposta de 14 do corrente à consulta do Conselho, ordena se lhe diga que envie ao general da Beira três artilheiros e um condestável, que elle deixou quando partiu, e ainda lá não chegaram (*Ibid.*).

² *Hist. de Port. restaur.*, t. 1, pág. 284. — ³ *Ibid.*

ir aumentando e bem dispendo os preparativos para a defêsa. Reparação de castelos, fabricação de armas, aquisição de munições, exercícios dos soldados, disciplinação do exército, tudo isto lhe merecia grandes cuidados, conseguindo realizar verdadeiras maravilhas com a pobreza e miséria de meios, que tinha à sua disposição.



O capitão-governador de Alfaiates não malbaratava entretanto o tempo. Também aproveitou a tranqüilidade e sossêgo actual para tomar conhecimento de todo aquêlê vasto território que constituía a bacia hidrográfica do Côa, e que vai desde os últimos contrafortes occidentais da serra de Gata onde nasce aquêlê rio, até Foz-Côa onde se lança no Douro.

¿Quantas vezes, em defêsa da Pátria, não viria êle a precisar de sair da sua atalaia de Alfaiates, para cair sôbre os espanhois, quando êstes se resolvessem a vir procurar os portuguezes? mas, para fazer isto com vantagem, carecia de conhecer bem a topografia da região, que é extremamente acidentada, com os seus valos, obstáculos, trincheiras, fossos, portelas, tudo isto formado pela natureza.

Já tinha percorrido rápidamente grande parte desta região, quando comandou a infantaria da escolta do general em visita aos castelos e fortes. Propõe-se agora fazer um estudo minucioso topográfico, como lhe era necessário, de todo o território. E faz realmente êsse estudo com o máximo cuidado e diligência em toda a mencionada região,

Cujas metas, & brigas¹ registando
Solitario os perigos desestima,
Da tumba ao berço, donde nasce, & morre
O turvo Cuda², cuydadoso corre³.



Em agosto de 1641 deu-se um facto, que veio perturbar o estado de tranqüilidade que acabamos de referir.

Era então reitor da Universidade de Salamanca um nobre genovês

¹ *Brigas*. São, se não laboro em equívoco, os castelos ou fortalezas, tão numerosos nesta região. O nosso poeta, que lia com admiração a *Monarquia Lusitana*, lá viu, no l. I, tit. 1, cap. vi, mihi fl. 14 v.º, que em memória do antigo rei Brigo, em toda a Espanha, e na Lusitânia em especial, se chamarão as fortalezas, & cidades, *Brigas*.

² *Cuda*, nome latino do rio Côa.

³ *V. T.* xiv, 83.

naturalizado espanhol, de nome D. Tomás Dória, filho do duque de Tursis e sobrinho do príncipe Juanestín Dória, que, sendo do mesmo modo genovês naturalizado em Espanha, fôra também reitor da Universidade Salmaticense em 1589-1590, e mais tarde cardial da S. Igreja Romana.

Terminado em julho o ano lectivo, D. Tomás veio passar *las vacaciones* com um primo chamado D. Cesar Lencabechia para as propriedades que tinha em Navas-Frias, na fronteira espanhola, três léguas a S.-S.-E. de Alfaiates.

Saiu uma manhã a distrair-se à caça pela raia com alguns criados, e vendo em território português um pobre homem descalço a regar uma horta, mandou-o agarrar pelos seus criados; sem lhe consentirem que se calçasse, levaram-no para Navas, onde D. Tomás, depois de minucioso interrogatório, o mandou para a cadeia.

Houve logo quem se viesse queixar do ocorrido ao governador de Alfaiates, que imediatamente comunicou o facto ao general, e pediu licença para tirar a desforra merecida, indo prender a sua casa D. Tomás, com os criados, e soltar o pobre paisano prêso.

O general concordou; era necessário dar uma lição para desafrontar o brio nacional e infundir temor e respeito ao inimigo. Pôs entretanto a cláusula de nada saquearem, nem fazerem prisão alguma, senão de D. Tomás e seus familiares.

Foi numa sexta feira, 23 de agosto, pelas 9 horas da noite, ao nascer da lua que havia sido cheia dois dias antes, que Brás Garcia partiu de Alfaiates com uma fôrça de 130 soldados de infantaria, sem comunicar a ninguém o destino da diligência. A noite estava esplêndida, e fazia um luar magnifico. Dirigiu a marcha por Aldeia-Velha e Aldeia-do-Bispo, donde, passando a fronteira, chegou às Eiras de Navas-Frias sem ser presentido. Dalí enviou o seu alferes Simão Nunes Tigre com cincoenta mosqueteiros cercar a casa de D. Tomás, e êle marchou sôbre a vila com a restante fôrça.

Era na madrugada do dia de S. Bartolomeu, dia em que, segundo a crença popular, anda o diabo à solta; e bem à solta andou para a familia de D. Tomás Dória!

Damos agora a palavra ao dr. João Salgado de Araújo, que nos vai descrever o que fez Brás Garcia desde que chegou à vila de Navas-Frias. Esta descrição é decalcada sôbre notas fornecidas ao autor por alguém que ia na diligência, talvez pelo próprio Brás.

«Prendeu a gente della (*da villa*), que lhe sahio ao encontro, & segurandoa logo, de que lhe não auia de fazer dano (não auendo resistencia, & com ella abrasarlhes a villa, & soltando alguns, pera que fossem dar este aviso aos mais) se quietarão todos.

«Dom Thomas, que ainda estaua leuando em celouras, acabando de castigar hum page, ouuindo a primeira voz do rebato, saltou por huma janela, assi como estaua, e se entrou per brenhas, onde teue alcance de huma bala perdida, que o ferio leuemente, por baxo de huma orelha, & foi a pe despido como se achou, parar dali duas legoas no mosteiro de S. Martinho.

«Seus criados, que erão dezoito bem armados, se acastelarão na casa, & poserão em defenza; firindo polas janelas, a cinco soldados nossos. Foi rompida a primeira porta da casa, que se quebrou com hum marrão, leuado pera esse efeito. A segunda se não podia quebrar, & lhe mandou Bras Garcia Mascarenhas por fogo, arrimando-lhe muita lenha seca, que se achou perto, & tanto que o fogo começou de se atear, lançarão os de dentro bandeira branca, pola janela, pedindo quartel, & abrirão a porta.

«Tanto que o lume foi apagado entrou dentro o Alferes Tigre, achou todos os criados na sala. Perguntados, qual delles era Dom Thomas? Responderão não estaua em casa. Toda se reuolueo. Auia aduertencia, que se parecia com Dom Cesar Lencabechia seu primo, que com elle estaua. Leuado ao Governador, com presunção de que fosse Dom Thomas, por tres vezes lhe pos a espada na Garganta, pera que o declarasse. Não lhe pode tirar mais, que dizer era hum homem principal, & que não diria mais, posto que o matasse.

«O Governador o mandou por a bom recado, polo modo com que o ouuira responder, & mandou lhe trouxessem, os q̄ fossem daquella statura. Acharão quatro que maniatarão.

«Buscada bem a casa auia nella armas, baixela de prata, caualos, & muitas cousas de preço, & em nada se tocou, sò com os pes mandou Bras Garcia Mascarenhas pisar a prata. Alguns dirão, não teue isto causa, mãs eu o não entendo assi. Mandou lançar bando pola villa, sobre saber, se auia quẽ de algum roubo soldadesco se queixasse: não ouue quem. E posto ouuera, o certo he que com tais hospedes darião tudo por empregado, a troco de já os não verem: com tudo o Capitão fez o que deuia. O certo he, que deu esta acção muito que notar nos Castelhanos, acerca de quã isento se mostraua o General, per seus officiais, na cobiça de fazenda do inimigo. O Capitão o deixou assi dito, que seu General, sò mandaua prender a Dom Thomas sem offensa daquella uilla. Tirou da prizão o Portugues, & alguns mercadores, que nella estauão detidos.

«Descuberto Dom Cesar, primo de Dom Thomas de Oria offercia no caminho dez mil cruzados por sua soltura, mas não lhe aproveitou; elle depois se soube aproueitar, porque vindo preso a

Lisboa se tornou pera Castela, & não ouue pera o erario resgate algum»¹.

O conde de Ericeira explica porque não houve resgate, e completa a notícia assim:

«Foy remettido a Lisboa (*Dom Cesar Lencabechia*), e teve indústria pera fugir da prisão. Bras Garcia Mascarenhas fez guardar taõ pontualmente aos soldados a ordem que levava, que até perdoáraõ á prata que havia em casa de Dom Thomás, e soltando o Paysano prisioneiro, se retirárão para Alfayates»².



Não levaram a bem os espanhois o feito de Navas-Frias, e quiseram tirar desfôrço. ¿Mas quê? Houvera acolá apenas uma legitima desafronta, dirigida contra a pessôa que provocara e ofendera, procedendo os portuguezes com isenção e nobrêza admiráveis, nada saqueando, a ninguêem ofendendo; o desfôrço dos espanhois consistiu em passarem a raia alguns soldados de cavalaria e infantaria, e, caindo de surpresa sôbre uma porção de gado que pastava tranquilamente próximo de Aldeia-da-Ponte, roubarem-no. Eram cêrca de quinhentas cabeças.

Estava então nesta aldeia uma pequena fôrça de cavalaria, comandada por Simão de Oliveira da Gama, tenente da companhia de Diogo de Tovar. Saltou logo ao caminho, e deu caça aos espanhois. Os soldados de cavalaria castelhanos fizeram-lhe frente, e começaram a escaramuçar, enquanto os de infantaria se iam escapando com o gado.

Apenas de Aldeia-da-Ponte viram o assalto, fizeram logo sinais a pedir socôrro, que foram ouvidos em Alfaiates, distante uma légua. Brás Garcia marchou imediatamente com infantaria para o local donde se pedia socôrro, e chegou ainda a tempo de encontrar a cavalaria espanhola a escaramuçar com a nossa; mas, apenas os castelhanos avistaram o refôrço de infantaria portuguesa, puseram-se logo em fuga. Não havendo possibilidade de os alcançar, o nosso governador quis tirar desfôrço, indo saquear Genestosa, logarejo que ficava ali próximo; não pode porém fazê-lo, porque se desencadeou uma trovada medonha, que obrigou os nossos a recolher-se à pressa a Alfaiates.

O insulto não podia ficar sem resposta, e foi Brás Garcia o en-

¹ DR. SALGADO DE ARAÚJO, op. cit., fl. 118 e s.

² D. LUÍS DE MENESES, *Hist. de Port. restaurado*, t. I, l. IV, pág. 286.

carregado pelo general de a dar à letra, entrando por terras de Castela, com licença aos soldados para saquearem o que encontrassem. Estava o nosso capitão para fazer a entrada na fronteira espanhola, três dias depois do assalto a Aldeia-da-Ponte, quando se lhe apresenta um castelhano vindo da praça de Fuente-Guinaldo, que se dizia emissário do duque de Alba, o qual lhe mandava pedir desculpa do abuso praticado pelos soldados, restituir todo o gado roubado, e pagar qualquer rez que faltasse.

Contou-se o gado; faltavam três cabeças, que foram pagas pontualmente.

Brás Garcia recolheu de novo a Alfaiates, donde fez aviso do acontecido ao general, que, à vista de tão correcto procedimento, deu ordem a todos os governadores da fronteira, que não consentissem que se fizesse agravo aos castelhanos. De parte a parte se estabeleceu esta praxe, que ficou vigorando por algum tempo: quando dum ou doutro reinõ alguns soldados se desmandassem, indo fazer pilhagem ao território adverso, os governadores das respectivas praças mandavam logo restituir integralmente o roubo.

Assim se restabeleceu a quietação anterior.

A 19 de setembro foi expedida uma carta régia ao general da Beira, e outras iguais aos das outras fronteiras, em que se faziam recomendações, que perfeitamente aprovavam e sancionavam o procedimento havido por D. Álvaro com os espanhóis ¹.



Fôra D. Álvaro de Abranches atingido pela pata dum cavalo, desastre que lhe ulcerou uma perna.

Decorriam os dias, e o aspecto dos tecidos contundidos não melhorava. Os médicos receavam que a aproximação do inverno, que naquela região costuma ser muito rigoroso, exercesse acção nefasta sôbre o doente, e aconselharam-no a retirar-se.

Pedi por isso a el-rei que o aliviasse do governo, para ir tratar da saúde, o que êle lhe concedeu por carta de 25 de outubro ², nomeando ao mesmo tempo para lhe suceder no cargo de capitão-general daquela fronteira a Fernão Teles de Meneses, que havia prestado grandes serviços na revolução restauradora, e era do conselho de guerra; mas como êste não podia logo assumir o cargo, nem a doença de D. Álvaro consentia demoras, foi encarregado o tenente-

¹ Doc. XL — ² Doc. XLI.

general João de Saldanha de Sousa de assumir interinamente o govêrno das armas.

Foi a 9 de novembro que D. Álvaro de Abranches partiu da Beira, deixando muito gratas e saudosas recordações pelo acêrto com que governara durante nove mêses.



Pouco acidentado decorreu o govêrno de João de Saldanha, que durou quási quatro meses.

Decorria o inverno, que naquele ano foi rigorosissimo; apesar disso, o governador não hibernou em ociosidade, antes desenvolveu uma actividade muito notável em obter meios para concluir as reparações urgentes das fortalezas, cujos estudos e desenhos êle mesmo fazia, e em acudir a todos os cuidados do governo com grande diligência e circunspecção ¹.

Entre os elogios que os escritores da época tecem a êste governador, destaco o seguinte, que recorto do livro de Salgado de Araújo, e em que vai uma carapuça talhada para várias cabeças então muito em evidência: — «Antecipouse a prudência em seu governo ao que os annos podião prometer, porque exercitou o cargo com muita limpeza de mãos, caso, q̃ custuma algumas vezes manchar muitas. Nunca nesta pureza, & limpeza sera bem encarecido Ioão de Saldanha, o que ja tinha mostrado na caualeria, q̃ elle mesmo leuantou, & assi se lhe deuem muitos encarecimentos, particularmête por se auer nesta forma em tempos tão confusos, & manchados deste argumento, que posto andem troncos limpos, não ha acabar de se expurgarem ramos» ².

Até então mantivera-se vago o cargo de mestre-de-campo. Foi agora provido, certamente a contento e talvez até por solicitações e iniciativa do general Fernão Teles, em D. Sancho Manoel, soldado valoroso e largamente experimentado nos muitos anos que militou na Itália e em Flandres, e últimamente no Brasil com o posto de sargento mór. A sua carta patente de nomeação tem a data de 13 de novembro ³. Pouco antes fôra êle incumbido, por decreto de 30 de outubro, de organizar em Lisbôa uma ou duas companhias, com os soldados que haviam servido no Brasil e agora andavam desocupados; mandara dar execução a êste decreto a carta de 8 de novembro,

¹ Doc. XLIII; — DR. SALGADO DE ARAÚJO, *op. cit.*, fl. 121 v.º e ss.; — D. LUÍS DE MENESES, *op. cit.*, t. 1, pág. 286.

² *Op. cit.*, fl. 121 v.º

³ Doc. XLII.

dirigida pelo secretário do conselho de guerra António Pereira aos deputados da Junta dos três Estados ¹.

D. Sancho ainda se conservava em Lisboa a 2 de janeiro de 1642 ²; mas nos fins de fevereiro já estava a ocupar o seu pôsto na Beira ³.



Fernão Teles de Meneses, segundo vimos, foi nomeado capitão-general do exército da Beira em fins de outubro de 1641. Demorou-se alguns meses em Lisboa a solicitar elementos de defêsa para o seu partido, e a fazer preparativos para o bom desempenho do seu cargo.

É assim que, por decreto de 5 de novembro, el-rei manda entregar ao general da Beira grande porção de armas e munições, e expedir ordem a todos os artífices que podessem fazer armas nos lugares daquela provincia, que fabriquem *armas, cravinas, pistolas, mosquetes e arcabuzes*, para se armar a cavalaria e bem assim os habitantes que disso precisarem; e determina também que se forneçam ao mesmo general seis ou sete artilheiros e um minador. Este decreto foi comunicado pelo secretário do conselho de guerra ao tenente-general de artilharia Rui Correia Lucas, em carta de 8 do mesmo mês ⁴.

Ainda no referido novembro foi designado o coronel Sebastian Mahé, senhor de Latouche, para ir servir à Beira com os seus officiaes e regimento francês, às ordens do general Fernão Teles ⁵.

Como João de Saldanha representava em suas cartas a necessidade urgente que havia de continuar e acabar as obras de fortificação das praças fronteiriças, a carta régia de 7 de fevereiro de 1642 anuncia a Fernão Teles a missão de dois engenheiros estrangeiros a inspeccionarem as fortificações feitas e desenharem as que houver a fazer, recomendando que se executem com presteza os seus projectos, e que haja com elles a bôa correspondência que lhes é devida ⁶.

A 9 de fevereiro assina el-rei um decreto mandando marchar dentro de três dias para a fronteira o coronel Mahé, pois está aviado de dinheiro bastante; e que os outros coroneis marchem dentro de

¹ T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, t. 1, fl. 117.

² T.T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, m. 2, n.º 2.

³ DR. SALGADO DE ARAÚJO, op. cit., fl. 124.

⁴ T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 117 v.º.

⁵ CHRISTÓVÃO AIRES DE MAGALHÃES SEPÚLVEDA, *História do exército português*, vol. II, pág. 204.

⁶ Doc. XLIV.

oito dias, provendo-lhe a Junta dos três Estados o que proveu aos mais ¹.

Baixa contra-ordem em data de 15 do mesmo mês, mandando marchar o coronel Mahé para o Alentejo, e não para a Beira como estava determinado ²; mas não teve efeito esta contra-ordem, sendo expedida a 22 do mês referido uma provisão régia para que se dê toda a bôa passagem, e se prestem todos os auxílios de *pousadas, camas e estrebarias, de mantimentos, bestas, carros, carretas, barcos, guias e tudo o mais*, de Lisboa até à Guarda, ao coronel Sebastian de Mahé com os capitães e mais oficiais do seu regimento francês, e são nomeados os seguintes: *Luis de Rithano senhor de Santa Cruz, João Birneau senhor de Rosam, Jacques Dumon senhor de Grange, Nicolau Romnigaud senhor de Santa Maria, Dom Luis de Mery, Matheus Bolim, Luis de Santienne, Estiene Perot senhor de la Chambre, Adrian Vas, Ajudantes, Cappellão, Preuoste, Trombeta, Nicolao Charon Sirurgiã, ferreiro, selleiro* ³.

O general partiu para a Beira no declinar do mês de fevereiro. Nos primeiros dias de março ⁴ entrou por Lamêgo, e teve ali uma recepção muito ostentosa, seguindo depois para a Guarda, onde já estava o mestre-de-campo D. Sancho Manuel.

Apenas chegado a esta cidade, recebeu logo os cumprimentos pessoais de todos os capitães de presídios e governadores de praças. «Sò o Capitão Bras Garcia Mascarenhas (diz Salgado de Araújo), q̄ governava as armas do Castelo, & Villa de Alfayates, não acudiu a este empenho, por estar aduertido, que o Capitão do Castelo de Aluergaria, seu oposito, fazia preparaçoens de guerra, com desenho de entrar em Portugal, por aquelle seu destrito. E porque hũa residencia, na fortaleza de que se fez Omenage, he tam estreita, que abona por de vigilante, & prudente Capitão semelhantes faltas, o aprouou assi Fernão Tellez de Meneses» ⁵.

O aprovou assi Fernão Tellez de Meneses, diz o cronista; mas na realidade o general ficou despeitado, e registou o facto no seu canhenho. É o que se deve lêr nas entrelinhas do escrito do dr. Salgado.

Com êstes governadores, que o foram cumprimentar, teve Fernão Teles larga conversação, informando-se por meúdo do estado das

¹ T.T. — *Conselho de Guerra — Decretos*, m. 2, n.º 18. — ² Ibid. n.º 25.

³ T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 144 v.º.

⁴ DR. SALGADO DE ARAÚJO, op. cit., fl. 124; — D. LUÍS DE MENESES, op. cit., pág. 374.

⁵ Op. cit., fl. 124 v.º.

praças e do exército, do que se sabia do inimigo, suas fôrças e prevenções, do que se havia feito e do que havia a fazer-se para defêsa da fronteira, etc. Colhidas estas informações, escreve o general para Lisboa em 1 de abril, a relatar o que apurara, e nêsse relatório fala em especial do seu mestre-de-campo D. Sancho Manuel, e da praça de Alfaiates, que já se achava fortificada, e em boas condições de defêsa ¹.

Parece que nas informações fornecidas por alguns officiaes a Fernão Teles ia um pouco de critica aos governos anteriores, deprimindo-se o que até ali se fizera, para lisonjear o sol que agora despon-tava no horizonte. Salgado de Araújo, que sistematicamente se abstêm de dizer mal, empregando eufemismos e frases sibilinas através das quais mal deixa entrever ou adivinhar a censura, reservada no fundo da sua consciência, induz-me a supôr o expôsto, que, de resto, é muito humano. Diz êle, ao dar conta das visitas e aplausos dos capitães e governadores ao novo general, que isso succedeu «na forma do comũ vso, de q̃ trata Marco Tullio, q̃ he esquecerense os homêes de ministros que teli bem os gouernassem, assi como se nunca os conhecerão, e adular os que de nouo entrem, té que venhão outros, per que a estes succeda o mesmo». E acrescenta cãndidamente: — «Não quero dizer, que de D. Álvaro ficasse na Beira falta de lembranças: nem tam pouco de Fernão Telles de Meneses, quando deixou o gouerno, mas encarecer o gosto, & applauso com q̃ de todos foi recebido ²».

¿ Querem-no mais claro? — *Sic ualeas, ut farina es.*

Fernão Teles teve a fraqueza de dar ensejo e permitir a alguns dos seus officiaes, logo nesta primeira visita, que fizessem insinuações menos amáveis à orientação e actos dos seus predecessores no govêrno. Vinha disposto a desmanchar o que êles haviam feito, a deprimir os que êles tinham considerado e exalçado. É assim que reputamos ser outra bisca, jogada pelo mesmo autor ao procedimento de Fernão Teles, o que êle diz ao apreciar o govêrno de João de Saldanha, nos termos seguintes:—«E sendo proprio de alguns ministros, que de nouo entrão em praças, mudar, & alterar do disposto no governo precedente, talvez contra razão (porque se a ha fica sendo obra de merecimento) João de Saldanha de Sousa nenhuma das cousas, que o General Dom Aluaro de Abranches da Camara deixou dispostas, alterou, antes foi acrecentando os homens de meritos, a quem D. Aluaro começara leuantar, & cõ razão, porque premios a

¹ T.T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, maço 2, n.º 160.

² Op. cit., fl. 124.

gente ouciosa, conuerte o governo em Despotico, & se he em tempo de guerra, he grande dano ¹».



Poucos dias eram decorridos depois da vinda do novo general, e eis que uns soldados da praça de Albergaria fizeram uma pilhagem de pouca importância próximo de Aldeia-da-Ponte.

Brás Garcia, segundo o estilo assente desde o tempo de D. Álvaro de Abranches, enviou um portador com carta sua a D. Francisco de Eraso, governador daquela praça, comunicando-lhe o facto, a fim de serem castigados os soldados, e o roubo restituído. Era a repetição do que se tinha feito em casos semelhantes.

Mas, comenta com seus eufemismos enigmáticos Salgado de Araújo, «era já outro o General, & como mudanças de governos costumão introduzir alteração, & nouidades, tambem aqui derão a isto alcance ²». Quer isto dizer que Fernão Teles, ao levarem-lhe a noticia, acrescentou na folha do seu canhenho referente a Brás Garcia: — *Mantêm correspondência clandestina com o governador do fronteiro castelo inimigo*. Este apontamento foi corroborado posteriormente, por outras noticias, que iam chegando, de assídua correspondência entre os dois governadores de praças.

O governador castelhano respondeu à primeira carta de Brás que *faria diligência* ³. A diligência prometida cifra-se em três dias depois entrarem pela nossa fronteira alguns cavalarias espanhois, e arrebataram uns carneiros que andavam a pastar.

Nova carta do governador de Alfaiates para o de Albergaria, queixando-se em termos mais veementes. Responde-lhe D. Francisco em frases insolentes e cheias de arrogância, como quem queria determinar o rompimento de hostilidades. Começava a avolumar-se a gravidade do caso, especialmente com as informações que chegavam, de que no castelo de Albergaria se iam concentrando tropas, e que várias outras prevenções bélicas lá se faziam.

Brás Garcia dá parte de tudo ao general, sem que se interrompa a troca de cartas e recados, que iriam crescendo em acrimónia. Quando o nosso capitão esperava que lhe viesse ordem para ir à mão armada exigir as satisfações, que lhe eram recusadas, recebe com grande surpresa instruções para dissimular os agravos passados,

¹ Op. cit., fl. 121 v.º e s.

² Ibid. fl. 124 v.º.

³ DR. SALGADO DE ARAÚJO, *ibid.*

que o general diz serem sem importância, e para estar prevenido, a fim de tomar satisfação logo que houvesse causa mais ponderosa.

¿Que significava êste procedimento de Fernão Teles, que parece desmentir o brio pundonoroso e assomadiço que lhe estava na índole, e de que deu várias provas? Tal procedimento tem, a meu ver, uma única explicação, que não seja desonrosa para o general. É que já se lhe tinha radicado no espírito a suspeita de que Brás Garcia era um vil traidor, que mantinha inteligências com o inimigo, e lhe queria dar entrada entregando-lhe o castelo que governava. Esta acusação formal e precisa, que êle lhe faz em documento official poucos meses depois, já a êsse tempo existia latente no espírito do general.

Fernão Teles estava desde o princípio mal disposto contra Brás Garcia, em quem não depositava confiança. Tendo denúncia da correspondência trocada com o governador de Albergaria clandestinamente, segundo êle supunha, viu nela um indício claro, senão uma prova de traição, e desde êsse momento assentou para si que Brás era traidor.

Quando o governador de Alfaiates lhe comunicou os agravos recebidos do castelhano, longe de vêr nessa narrativa a explicação natural e sincera da correspondência, considerou tudo um embuste, e o começo da execução do plano de entrega. Brás queria desgarnecer Alfaiates a pretexto de ir castigar Albergaria; entretanto viriam os castelhanos, e sem resistência se apossariam da fortaleza desgarnecida. Daqui a resposta dissimulada que deu, formando desde então o propósito de fazer vigiar de perto o capitão Brás Garcia, até obter provas materiais da sua traição. Factos posteriores confirmam esta minha suposição, que me parece bem fundamentada.



Conta-nos Brás Garcia um episódio, em que foram protagonistas sete soldados seus, sucedido numa das escaramuças entre espanhoes e portuguezes, perto da raia.

Seja o poeta que narre o caso ¹:

Índa os há tais não menos resolutos,
Tanto dignos, & mais de serem cridos:
Sete soldados meus, entre outros mutos,
De Espeja ² se volvião rebatidos,

¹ V. T. XII, 22-23.

² Espeja é uma povoação na fronteira espanhola, a E.-S.-E. de Fuentes.

Solicitando as brenhas como astutos
Retirando se vinhão divididos
Das Tropas Castelhanas, que os seguião,
Por ver se em campo raso os opprimiaõ.

Os sete, que eram todos Mosqueteiros,
Sendo de duas Tropas rodeados,
Em campo raso vnindo-se guerreyros,
O quartel engeytaram de alentados.
Marchando, & mosqueteando aos cavalleyros,
Tanto assegurão tiros alternados,
Que os deyxam livres ir os Inimigos,
Tanto a resoluçam val nos perigos ! ¹.



Entretanto iam aumentando em audácia os espanhois.

Apenas decorridos quatro dias sôbre o roubo dos carneiros, que deixamos narrado, atravessa a raia uma fôrça de quarenta cavalos junto de Forcalhos, rapinando alguns bois. Como da aldeia houvesse sinais a pedir socôrro, Brás Garcia corre lá, mas não chega a tempo; passa a raia, segue no encalce dos castelhanos, que haviam tido tempo de se colocar em seguro, recolhendo-se com os bois ao castelo de Albergaria. Encontrando porém algum gado a pastar, o capitão Brás apreende-o; mas sae-lhe do castelo uma fôrça de cavalaria comandada por um alferes, que êle desbarata pondo a maior parte dos soldados em debandada, e recolhe a Alfaiates com o gado, trazendo prisioneiros nove soldados e o alferes comandante.

Este procedimento de Brás Garcia era de molde a desfazer todas as suspeitas que contra êle se haviam avolumado, e a reabilitá-lo no conceito do general. Parece que realmente as suspeitas se desvaneceram um pouco, pois vamos encontrar Fernão Teles, dias depois, a pedir-lhe o voto em conselho de guerra; mas êsse voto não é seguido, apesar de ser o mais autorizado de todos, e daqui em diante vemos sempre afastado e posto de banda sistematicamente o governador de Alfaiates, todas as vezes que era necessário vibrar algum golpe contra os castelhanos.



Era indispensável castigar tanta audácia dos soldados de Castela. Chegavam além disso avisos de que o inimigo continuava a

¹ Traz a 1.^a ed. do *V. T. perigrinos*, manifesto êrro tipográfico, que se manteve na 2.^a edição.

juntar gente na fronteira, e projectava uma incursão para muito breve.

Fernão Teles toma então as suas precauções.

Sabendo que Brás Garcia tinha ido explorar os três castelos espanhois em tempo de D. Álvaro, manda-o chamar e tem com êle uma conferência, em que se informa por meúdo do assunto.

Destaca da Guarda o tenente-general da cavalaria João de Saldanha com uma fôrça de 100 cavalos para Alfaiates, e o mestre-de-campo D. Sancho Manuel com parte do seu terço de infantaria para Castelo-Bom; nessas duas fortalezas ficam de prevenção, para acudirem a onde quer que seja necessário.

Isto succedia na quaresma de 1642.

João de Saldanha foi encontrar o governador de Alfaiates perfeitamente a par do que se passava do lado de além da raia, mercê do excelente serviço de espionagem que continuava a ter montado; mas D. Sancho Manuel, sem informações dignas de crédito, enviou soldados que fossem à fronteira espanhola, e prendessem alguns castelhanos para dêles saber o que havia, podendo de caminho saquear o que achassem a geito. Fôram, e voltaram com três prisioneiros, e com quarenta bois.

Não se fez esperar a resposta.

O inimigo sai logo de Albergaria, cai sôbre a povoação de Forcalhos que é saqueada, e leva para Espanha muita gente prêsa.

Fizeram-se avisos ao mestre-de-campo e ao tenente-general, que acodem prontamente. João de Saldanha com a sua cavalaria, vindo ali de perto, chega logo e marcha até à vista do castelo de Albergaria em perseguição dos espanhois, sem os poder alcançar; ja estavam recolhidos com a prêsa.

Calcule-se o furor dos nossos officiaes e soldados, tendo de reconhecer a sua impotência ante as muralhas da praça!

¿ Que fazer agora? Voltar costas e retirar, ouvindo os chascos e injúrias que o inimigo lhes dirige de trás das ameias? ; Vergonha!

— *Ha aqui perto um lugar bastante rico, Casillas, no qual nos podemos desforçar*, informa o capitão Diogo de Afonseca Coutinho, muito conhecedor daquêles sítios.

João de Saldanha mete a mão no seio e tira uma planta corográfica da região. Não há dúvida, lá está Casillas, a uma légua para Sueste.

Manda immediatamente marchar sôbre aquella povoação o capitão Diogo de Tovar com a sua cavalaria, indo na vanguarda Diogo de Afonseca Coutinho a descobrir campo e guiar. O tenente-general

fica ali, com o resto da fôrça, a fim de cortar o passo aos de Albergaria, se quiserem sair a socorrer Casillas.

De Albergaria ninguêm se atreveu a sair. Os nossos tomaram Casillas sem resistência. Chegou nesta altura D. Sancho Manuel, que vinha de Castelo-Bom com a infantaria em socôrro. O logar foi saqueado e queimado, ficando tudo em ruínas, e muita gente prisioneira. O saque foi abundante e rico, sendo tudo transportado para Alfaiates.

Ao ter conhecimento do ocorrido, o general Fernão Teles deu ordem para que se conservasse em depósito todo o despojo trazido, até ver se o inimigo solicitava nova concórdia, em que se fizessem restituições e se soltassem os prisioneiros duma e outra parte.

Apareceu efectivamente no dia seguinte um bolatim do duque de Alba, a afirmar em nome dêste que as entradas, que se haviam feito na fronteira portuguesa, eram simples desmandos dos soldados, não autorizados superiormente, e a propor a restituição mútua do saqueado e a soltura dos prêsos, com a garantia de que não se repetiriam mais semelhantes perturbações.

Fernão Teles concordou, e assim mandou que se fizesse.

Quem executou a ordem do general foi, como era natural, o governador de Alfaiates, Brás Garcia de Mascarenhas. Mandou soltar os prêsos e entregar o gado e mais despojos depositados na sua praça. Assistiu êle mesmo em pessoa a esta entrega, e nessa ocasião disse aos espanhois que se restituía tudo o que os soldados ou paisanos roubassem em assaltos; mas que tal se não faria se alguma cousa se tomasse em guerra perfeita, com bandeiras despregadas ou campo formado. Se porventura êles castelhanos pudessem nestas condições vir-lhe conquistar a sua praça de Alfaiates, que o fizessem, pois muito bem tomada era; e que êle, podendo, procederia da mesma forma com as praças de Espanha.

Foi apenas um lugar comum que o capitão Brás enunciou; entretanto as suas palavras fôram estranhadas, repetidas com ampliações, e certamente desfiguradas. Salgado de Araújo ¹ entendeu que devia registá-las no seu livro, provavelmente para as reduzir à sua expressão verdadeira. ¿ Como chegaram elas aos ouvidos de Fernão Teles? ¿ Não haveria quem lhe dissesse que ouvira o capitão combinar com os espanhois que lhes entregaria a praça, logo que viessem sôbre ela? Afigura-se-me estar nêste episódio o principal fundamento da accusação gravíssima, que pouco depois vemos formulada oficialmente contra Brás Garcia pelo próprio general em seu relatório ².

¹ Op. cit., fl. 127.

² Doc. XLVI.

Decorridos poucos dias sôbre êstes acontecimentos, deu-se um novo assalto de espanhois vindos de Valverde, do castelo de Eljas e de S. Martinho de Trebejo. Passaram a portela chamada *puerto de San Martin* e caíram sôbre Foios, cêrca de duas léguas desviado de Alfaiates para Sul. Levaram dali perto de mil cabeças de gado.

Era o rompimento manifesto do contrato feito em nome do duque de Alba.

Mandou logo o governador de Albergaria desculpar-se: — Que tanto êle como toda a gente subordinada ao duque de Alba fôra estranha àquêle assalto, feito por soldados do exército comandado pelo governador da praça e distrito de Badajoz. Tal desculpa não colhia, pois S. Martinho, por onde êles passaram para entrar em Portugal, era da jurisdição do duque de Alba, que lá tinha autoridades suas, que podiam e deviam impedir a passagem.

Brás Garcia escreveu logo para a Guarda a participar ao general o ocorrido. Respondeu-lhe dizendo que na segunda feira da próxima semana iria pernoitar a Alfaiates, e então conversariam.

Conservava-se ainda em Alfaiates o tenente-general João de Saldanha; tinha lá a sua companhia, as dos capitães Cristóvão de Mendonça e Diogo de Tovar, e ainda o regimento de franceses do coronel Mahé. Era uma concentração de tropas ordenada por Fernão Teles, sem dizer com que fim. Por ordem do general marchou também para Nave, légua e meia a Noroeste de Alfaiates, o mestre-de-campo D. Sancho Manuel com umas companhias de infantaria, na fôrça de 300 soldados.

Na tarde do dia marcado, segunda feira da semana santa, 14 de abril, chega Fernão Teles a Alfaiates, e na mesma tarde, cumprindo as instruções recebidas, comparece também ali D. Sancho Manuel, tendo deixado a sua tropa em Nave.

O general chama logo a conselho o mestre-de-campo, o tenente-general, o coronel Mahé e o governador da praça, e declara-lhes que, em face dos últimos acontecimentos, está resolvido a não dissimular por mais tempo, e a entrar imediatamente em Castela; pede porêmi conselho sôbre o melhor modo de levar a efeito esta resolução.

Falou primeiro o capitão governador Brás Garcia de Mascarenhas, sendo de opinião que se dividisse a tropa em três corpos, e se fizessem três entradas simultâneas, tomando ao mesmo tempo os três castelos que tanto afrontavam a região: — Albergaria, El Payo e Eljas. Pareceria emprêsa arriscada, dizia êle, mas não o era. Tinha infor-

mações seguras de que neste momento estavam mal guarnecidos, e de que havia lá muito descuido. Ele conhecia-lhes bem os fracos, e subministraria o plano de ataque de cada um, podendo assegurar que, se houvesse segredo, habilidade e audácia, eram três golpes certíssimos, sendo os castelos tomados

..... por sorpresa,
Que hê das empresas a melhor empresa ¹.

Para se realizar êste plano não era necessário, nem convinha, um grande exército, que mal poderia manobrar: três mediócrs corpos de bons soldados, era quanto bastava, pois

.....
Dos mediócrs destros, & animosos
Sam pequenos, & grandes destroçados;
Não vencem muytas mãos com mais presteza,
Vence o valor, a astucia, & a destreza ².

E concluiria a sua fala com um remate semelhante àquele que em seu poêma pôs na boca de Briseo, emitindo também parecer em um conselho de guerra:

.....
Favorece a fortuna aos atrevidos,
Se ousados investirmos, venceremos.
Este he meu parecer; & se hà quem diga
Outro mais importante, esse se siga ³.

Foi unânimemente rejeitado por temerário tal parecer.

Brás mordeu despeitado o bigode. ; Êle que tinha absoluta certeza da exactidão do que dizia, êle que era o único naquêle conselho que conhecia perfeitamente o assunto, pelos elementos excepcionalíssimos de que estava de posse, êle que via claramente o grande alcance que teria a adopção do seu plano, ser assim pôsto de parte como leviano, como temerário! ; Não devia, não podia ser!

Insiste pois, transigindo em parte. Já que receavam atacar simultâneamente os três castelos principais daquela raia, ao menos se acometessem ao mesmo tempo o castelo importante de Eljas, o inferior de Trebejo, e a vila de S. Martinho de Trebejo. Nesta emprêsa o mais difficil era tomar o castelo de Eljas; pois bem, deixassem-no a êle ir só com a sua companhia, e responsabilizava-se por entrar no castelo, que conhecia como as suas mãos, e assenhorear-se hia dêle.

¹ V. T. IV, 53. — ² V. T. XIX, 18. — ³ V. T. IV, 55.

Era tal o tom de convicção e sinceridade que punha nas suas palavras, que o general sentiu-se dominado, e pondo de parte a antipatia e desconfiança que tinha a respeito de Brás, deu mostras de concordar; mas os oficiais do conselho mais uma vez rejeitaram o voto do capitão.

Prevaleceu o parecer do coronel Mahé, com o qual concordaram D. Sancho Manuel e João de Saldanha: — Que era perigoso dividir as forças, especialmente neste primeiro ataque em forma. Bastaria, para desafronta das ofensas recebidas do inimigo, e para fazer entrar este na linha de respeito, ir tomar o castelo e vila de Eljas ¹.

Por fim, e depois de larga discussão, assentou-se nisto: — O general partiria de Alfaiates para Valverde, que certamente se entregaria sem grande resistência, e em seguida avançaria a atacar Eljas; o mestre-de-campo, saindo de Nave, iria logo directamente a Eljas, onde se juntaria ao general para o ataque ao castelo.

¿E Brás Garcia? Esse ficaria em Alfaiates, vinculado ao seu posto de governador da praça, como o papagaio prêso ao estaleiro; mas a sua companhia, a afamada *companhia dos leões*, iria na expedição comandada pelo seu alferes. ; Calcule-se a contrariedade e aborrecimento do nosso capitão, vendo partir os outros, e sendo obrigado a ficar, como se já pertencesse à classe dos inactivos!

Até aqui, para servir, para trabalhar, para dar informações, foi sempre admitido e ocupado; ; agora, para colher as honras e saborear

¹ Não deixa de ser interessante sabermos qual era o feito e envergadura moral deste coronel francês, cujo parecer foi unanimemente preferido ao de Brás Garcia de Mascarenhas no conselho de guerra que, sob a presidência do capitão-general Fernão Teles de Menezes, funcionou na praça de Alfaiates a 14 de abril de 1642.

Não nos socorreremos de testemunho suspeito. Ouçamos o que a 20 de outubro deste mesmo ano informava Lanier, representante de França em Lisboa, em carta dirigida ao seu govêrno:

— «Je vous enuoye aussy la relation de ce que s'est passé en leur dernière occasion ou le dit Popiliniere commandait la caurie Mr. Mahé estan isy depuis trois (ans?) a mener la plus infame vye du monde, et après auoir esté payé de tout or que luy estoit debu, a demandé son congé qu'on luy a tres vollontiers accordé, son gñal fernando Telles ayant mandé comme il n'estoit d'aucun service. Sa maté l'auvoit consideré au commencement comme parment envoyé par S. E. du quil il se disoit fauory et pour donner conseil aux aff.^s plus importants de la guerre. Mr le Marquis le Brezé pensa le renuoyer en France dans ung brulost pour les desordres quil fist dans la mayson du Roy avec ung nombre de filoux au commencement quil en arriva isy. Il ne promet rien moins que de ruyner les aff.^s de cet estat par le descry qu'il en donnera par de la». — (Arquivos do Ministério dos Estrangeiros de Paris, *Correspondance de Portugal*, vol. 1, fl. 164, apud *História do exército português*, por CRISTÓVÃO AYRES, vol. II, pág. 204).

o fruto já sazonado, arredam-no como inútil! Razão pois teve o poeta quando, mais tarde, rememorando êste enorme desgosto por que o fizeram passar, compara a sua sorte à do zângão, que as abelhas admitem na colmeia enquanto dêle precisam, mas depois, quando se trata de saborear o mel, o põem fora ¹.



Quanto ao itinerário da expedição, havia dúvidas sérias, e o caso era dificultoso.

O terreno não podia ser mais áspero e acidentado, tendo de se vencer a barreira natural dos contrafortes da serra de Gata, que estendem o seu espinhaço, cortando as comunicações entre a bacia do rio Côa, donde partia a expedição, e a do rio Elgas, para onde se dirigia.

Há dois *portos* (*puertos* lhe chamam ainda hoje os espanhois, *portelas* dizemos nós usualmente em linguagem moderna), por onde melhor se pode vencer a dificuldade da passagem: o de S. Martinho e o de Santa Clara. Brás Garcia aconselhava que tanto o general como o mestre-de-campo seguissem pelo de Santa Clara, que era melhor caminho, embora mais longo; mas havia conselhos divergentes. Quis D. Sancho reconhecer primeiro o território, e convidou o capitão a ir-lho mostrar dum alto. Foram, e o mestre-de-campo voltou satisfeito, porque a sua infantaria por aquele caminho poderia marchar ordenadamente, e debaixo de forma.

Ao regressarem a Alfaiates desta pequena viagem exploratória, encontraram lá espias, que vinham avisar o governador de que actualmente o castelo de Eljas estava desguarnecido pela saída de tropa, havendo dentro dêle, de hoje para amanhã, apenas quatro soldados e um rebanho de cabras. Era pois necessário aproveitar a ocasião, e cair sôbre esta fortaleza na próxima noite, sem falta.

Em face desta informação resolveu-se que D. Sancho recolhesse a Nave, e concertasse a sua tropa para partir esta mesma tarde, seguindo pelos atalhos apesar da extrema dificuldade e aspereza da serra, por forma que surpreendesse o castelo antes de amanhecer.

O mestre de campo corre pois a Nave do Sabugal, manda preparar as tropas, e depois de as ter formadas faz-lhes uma alocução patriótica, e dá voz de marcha.

¹ V. T. XIV, 86.



Eram cinco horas da tarde do dia 15 de abril, terça feira da semana santa, quando partiram.

Contava-se com uma noite bela e clara, por haver sido a lua cheia dois dias antes; mas formaram-se densas nuvens de trovoadas, que toldaram o ceu, e dificultaram mais a marcha ¹. Houve lugares onde os soldados tiveram de desfilar a um de fundo, dando-se as mãos uns aos outros. Entretanto o conhecimento dos guias experimentados que levavam, e a coragem e entusiasmo dos oficiais e soldados, venceram todas as dificuldades.

Chegaram a Eljas ainda antes de ter chegado a Valverde o general, que partira de Alfaiates ao sol posto, cêrca de duas horas depois de D. Sancho partir de Nave, e que foi guiado pelo capitão Diogo de Afonseca Coutinho, muito perito nêstes caminhos e passagens.

Quem tiver a curiosidade de conhecer por meúdo as peripécias desta expedição, recorra à cronica, já por nós tantas vezes citada, de Salgado de Araújo; nós limitar-nos hemos a apontar os resultados.

Fernão Teles reduziu sem resistêcia os habitantes de Valverde a prestarem vassalagem a el-rei de Portugal, do que se lavrou escritura pública. Aclamaram D. João IV por seu rei e senhor, arvoraram-se bandeiras portuguesas, estabeleceram-se autoridades em nome do rei de Portugal, e comprometeram-se os moradores a sustentar o presídio de Eljas, de cuja rendição chegou aviso nêste momento. Cometeu entretanto o general a imprudência de não garantir êste contrato com alguns refens, escolhidos entre os principais moradores da vila, o que constituiria a única segurança eficaz. Feito isto, partiu com as tropas para Eljas.

D. Sancho Manuel encontrara êste castelo guarnecido apenas por um alferes e sete soldados; mas como a praça era forte e bem fechada, ainda teve dificuldade em a entrar, dificuldade que foi vencida pela audácia e coragem dos seus oficiais. A vila de Eljas, protegida pelo castelo, entregou-se sem resistêcia, prestando solenemente vassalagem ao rei de Portugal. Quando o general chegou, estava o

¹ Labora num equívoco o Dr. SALGADO DE ARAÚJO ao falar-nos da *terribilidade em escuridão da noite* (Op. cit., fl. 131). Embora as nuvens se acastelassem densas, como era ocasião de lua cheia, a escuridão deveria ter atenuada a sua *terribilidade*. Entretanto a dificuldade da marcha não podia deixar de ser enorme, pela natureza do terreno.

feito concluído, sendo êle mesmo que, na qualidade de representante de D. João IV, recebeu juramento de fidelidade do alcaide-mór do castelo.

Em toda esta empresa não houve baixa alguma no nosso exército; ao inimigo morreram ao todo 8 ou 9 homens ¹.

Teria feito bem Fernão Teles de Meneses, se arrasasse o castelo para inutilizar esta arma nas mãos do inimigo; conservá-lo em nosso poder era muito difícil, e as vantagens não compensavam o sacrificio. Fiou-se porém nas promessas e juramentos dos adversários, e poupou-o, deixando nêle a guarnece-lo o mestre-de-campo com 300 soldados de infantaria. Em breve havia de reconhecer o êrro cometido, êrro que talvez estivesse presente ao espirito do poeta ao escrever êstes versos :

Fiem-se os Capitães de quem vencerão,
E verão presto, como se enganarão;
Que de muytos sabemos, que souberão
Vencer, e das victorias mal uzarão :
Porque huns, em se deterem, se perderão,
Outros em se apressar, se despenharão ;
Que daña, emquanto o sangue não se enxuga,
De ter o alcance, & seguir a fuga ².

Partiu o general nessa mesma tarde de quarta feira para Penamacôr, onde andava cuidando da reparação da fortaleza. Sofreu em marcha uma horrível tempestade de trovões, chuva e neve, que se desencadeou durante a noite.

A facilidade com que se renderam Eljas e Valverde, o descuido em que se verificou encontrarem-se os espanhois, mostraram bem que, se tivesse sido adoptado o parecer de Brás Garcia, os três castelos que êle apontava cairiam todos em poder da nossa tropa.

Falando de si, e do seu voto rejeitado pelo conselho de guerra em Alfaiates, o poeta, depois de fazer referência à tomada da fortaleza de Eljas e à de Valverde, nas quais se verificou, como êle anunciara,

... que em nocturna sombra de repente
Se toma a mais difficil facilmente,

acrescenta com espirito :

Não se renderão mais, por não ser crido,
Ou por não ficar mais acreditado :

¹ Doc. XLVI.

² V. T. III, 87.

Zãgão ¹, pera aquentar, serà admittido,
 Pera o favo gostar, fôra deytado.
 Etc..... ².



Não tardou o duque de Alba a procurar a possível reparação ao desastre da tomada do castelo de Eljas.

Mandou ocupar por tropa um monte, padraço ao castelo, e levantar nêle um reducto. De lá faziam fogo nutrido contra a fortaleza, e molestavam grandemente os nossos.

Os habitantes da vila faltaram ao seu juramento, merecendo que o mestre de campo a mandasse queimar e arrasar.

D. Sancho previne logo o general da sua situação crítica, escrevendo-lhe estas simples palavras: — *Fico a braços co inimigo. V. S.^a faça o que for servido.*

Não se descuidou Fernão Teles em acudir com 6:000 infantes, em cujo número ia a companhia de Brás comandada pelo seu alferes, e com 200 cavalos.

Foi pela pascoela que o general appareceu junto de Eljas com estas tropas. D. Sancho saiu fora do castelo a encontrar-se com êle, conferenciando os dois sôbre a maneira de atacar o inimigo.

Esperava o general que no dia seguinte pela manhã apparecesse guarnecido com gente nossa um outro monte que havia superior aquêle donde os castelhanos nos molestavam; entretanto amanheceu, sem que êsse outro padraço fôsse occupado.

Fôra o caso que Fernão Teles, ao partir, enviara ordem ao governador de Alfaiates para mandar preparar 150 soldados de infantaria, que, comandados pelo capitão Simão da Costa Feo, atravessariam a serra nessa noite e occupariam o padraço, e no dia seguinte, ao amanhacer, estariam a fazer fogo sôbre o reducto dos castelhanos.

O capitão Brás Garcia viu-se dêste modo mais uma vez excluído de ir comandar a sua gente; cumpriu porém o dever de executar o que o general mandava, e preparou os soldados, segundo as ordens recebidas.

Mas até ao declinar da tarde não appareceu o capitão Costa Feo. Então o governador de Alfaiates resolve ir êle mesmo à frente dos soldados. Tinha chegado o coronel Diogo Ribeiro Homem com alguma gente da ordenança; entrega a êste o govêrno da praça,

¹ *Zagão*, encontra-se na edição primeira, por êrro; deve lêr-se *zãgão*.

² V. T. XIV, 85-86.

manda tocar a reunir, e, quando ia dar a voz de marcha, eis que chega o capitão Feo, que protesta ruidosamente contra a deliberação tomada pelo governador em contrário às ordens e instruções expressas do general, requerendo que lhe seja entregue o comando da fôrça. Brás Garcia fica muito contrariado com êste novo incidente, mas cede por espírito de disciplina.

Era sol posto quando partiu o capitão Feo a cavalo, à frente dos soldados. Anoi-teceu; noite escura e sem luar, pois dentro de dois ou três dias ia ser lua nova. Enormes eram as dificuldades da serra, áspera e fragosa. O cavalo em que montava o capitão tropeçou e chapou-se, ficando o oficial bastante magoado. Não esteve com mais cerimónias; abandonou a fôrça, e regressou a Alfaiates a pretexto de se sangrar.

Ao vê-lo, e ouvir-lhe dizer que os soldados haviam ficado abandonados na serra, o governador ficou furioso; em vez de mandar sangrar o capitão, exigiu-lhe a espada, e prendeu-o.

Estava casualmente na praça o capitão de Vilar-Torpim, a quem Brás Garcia enviou à cata dos soldados, com ordem de ir ocupar o padraço, segundo as determinações do general, caso fôsse ainda possível chegar a tempo. A fôrça apareceu, mas pouco depois amanhecia sem ter vencido a serra. Assim falhou o plano da ocupação do monte durante a noite.

Vendo pela manhã que o padraço não fôra ocupado, o general resolve que seja tomado à valentona o reducto dos castelhanos, trepando os nossos a íngreme e quasi inacessível encosta, e arrostando de frente e a peito descoberto as balas do inimigo. Não podia empregar-se cavalaria nesta empreza; só infantaria arrojada e sem amor à vida era capaz de tal fazer.

Foi para isso escolhida a companhia do capitão Brás Garcia de Mascarenhas, já conhecida pelo seu valor destemido, e por isso cognominada *companhia dos leões*. Reforçou-se com cêrca de cinquenta mosqueteiros valentes, escolhidos por D. Sancho, e foi dividida em dois troços de cento e tantos homens cada um. Para os comandar nomeou o general os capitães Manuel Feo de Melo e Luís de Paiva. Este apresentou várias escusas, com que ficou alcunhado de poltrão, e foi substituído pelo ajudante Simão Ferraz de Faria.

Do castelo mandou D. Sancho dar uma descarga cerrada para o padraço; os que o ocupavam responderam-lhe em continente descarregando as suas armas sôbre o castelo. Aproveitaram êste momento os dois troços de infantaria para saírem e começarem a trepar o monte, cada um por seu lado, vencendo algum espaço enquanto os castelhanos realizavam a demorada operação de carregar armas.

Depois foi um despejar de balas sem medida sôbre os soldados portugueses, que continuavam trepando pelo monte arriba.

Foi mais feliz o troço do comando de Feo de Melo, que acertou com o lado um pouco mais acessível do monte; subiu mais depressa por entre as balas que como granizo lhe enviavam de cima os trezentos e tantos espanhois que guarneciam o reducto. Chegáram às primeiras guarnições, que desalojaram, e avançando até ao reducto principal obrigaram o inimigo a abandoná-lo e pôr-se em fuga, com morte de cinco ou seis soldados. O capitão Feo contou então os seus, e encontrou 110, isto é, todos os que lhe haviam sido entregues. ¡Nenhum havia sido victima da sua intrepidez!

Razão pois tinha o poeta, quando escrevia:

.....
 Custava a guerra antiga muyta gente,
 Porquanto pelejava mais chegada;
 A de hoje, como ao largo se combata,
 Muyta polvora gasta, & poucos mata¹.

Ao assenhorearem-se os nossos do reducto, vêem entrar do outro lado Simão de Faria com o seu troço, que se não mostrou menos destemido.

— ¡*Estremado valor!* exclama o cronista dr. Salgado, ao dar conta da façanha. — ¡*Foi hum dos mais arriscados, & honrados feitos, que se fizeram em toda aquella frôteira!*²

Teriam neste ataque conquistado o justo epíteto de *companhia dos leões* os soldados de Brás Garcia, se não fossem já designados por êsse nome.



Logo no mesmo dia marchou o general com o mestre-de-campo e toda a gente disponível a pernoitar em Valverde, cujos habitantes protestaram submissos que não eram coniventes na rebelião dos de Eljas, antes pelo contrário queriam ser considerados como os mais fieis vassallos de el-rei de Portugal. Bem conhecia Fernão Teles a falta de sinceridade daquela gente, mas convinha-lhe dissimular.

No dia seguinte caminhou sôbre a vila de S. Martinho de Trebejo, que era das mais ricas povoações de toda a serra de Gata. Encontrou-a prevenida, bem fortificada e guarnecida de cavalaria e infanta-

¹ V. T., IV, 28.

² Op. cit., fl. 135.

ria, com officialidade escolhida, munições abundantes, sob o comando do mestre-de-campo D. Benito de Queiroga, militar de muito valor.

Apesar da grande bravura dos nossos, que se bateram como herois, especialmente D. Sancho Manuel, que mais uma vez deu provas de sua extraordinária valentia, o general teve de desistir da emprêsa ao fim de quatro horas de combate, e de haverem os nossos tomado uma parte da vila, porque desatou a chover tanto, que não houve meio de evitar que se molhasse a pólvora, morrão e cassoletas, tornando-se as armas inúteis. Entretanto alguns officiais mostraram o grande desgosto que lhes causou a ordem de retirar, especialmente D. Sancho e João de Saldanha, que mesmo sem pólvora queriam ir àvante e concluir a tomada da vila. Sofreu o inimigo cêrca de 120 mortes e muitos prejuizos materiais; nós tivémos também algumas baixas, embora em número bastante inferior.

O general retirou-se com o exército, indo pernoitar outra vez em Valverde, donde no dia seguinte foi a Eljas mandar dismantelar o castelo, que só nos podia servir de embaraço, e recolheu de noite a Penamacôr, debaixo de um temporal desfeito.



Seguiu-se uma entrada de espanhois na nossa fronteira, por vários pontos, quási simultâneamente.

A Espanha, continuando a sustentar guerras em muitas partes, não podia acudir à fronteira portugûesa, e assim, não pensando sequer por agora em vir ocupar Portugal, mantinha junto da raia um pequeno exército, que guarnecia as praças, mas não era capaz de fazer uma incursão em forma pelo território portugûês, a conquistar os nossos castelos, apesar da fraca resistênciã que nós podiamos opôr-lhe. Limitavam-se os soldados a estas pequenas correrias de destruição e de pillagem por surpresa. Teem perfeita applicação a esta fase da guerra da restauração os versos do nosso poeta:

Com forças igualmente quebrantadas
Se prosegue depois mais branda a Guerra:
Como as ondas do mar, quando empoladas,
Húas ao golfo vão, outras à terra;
Assi entrando, & fazendo retiradas,
Huns, & outros, cada qual por fim se encerra
Em seus limites, como os passarinhos,
Que feyto o furto, fogem pera os ninhos ¹.

¹ V. T., III, 90.

O primeiro troço de soldados espanhóis que nesta ocasião passou a raia veio da serra de Gata: assaltou sem resistência os lugares de Lageosa, Aldêa-Velha, Aldêa do Bispo e Foios, saqueou e queimou estas povoações, e retirou-se com grande presa de gados.

Houve sinais a pedir socôrro, e o governador de Alfaiates, que os ouviu, acudiu logo com a sua guarnição, que então era reduzida, e constando apenas de infantaria; mas o golpe fôra tão rápido, que, quando êle chegou, já o inimigo recolhia de Foios em direcção ao Sul. Brás Garcia, conhecedor, como era, da região, e já escarmentado de outras vezes, em que o inimigo se escapara com a prêsa enquanto os soldados de cavalaria escaramuçavam, em vez de lhe seguir no encalce, ladeou sem ser presentido, tomou-lhe a deanteira, e caminhando por atalhos foi emboscar-se no porto de S. Martinho, por onde os castelhanos iam fatalmente passar.

Madeira de Castro na sua biografia do poeta, e quantos depois dele lhe teem seguido as pègadas, collocam o porto de S. Martinho no rio Águeda, supondo-o um porto fluvial. Basta lançar a vista sôbre um mapa, e ver que o rio Águeda forma a raia portugûesa apenas desde o Douro até Escarigo, mais de dez léguas distante de Alfaiates, para reconhecer a inverosimilhança de ir o governador daquela praça dar caça aos espanhóis a tão larga distância. O porto ou portela de S. Martinho fica, já nós o vimos, a menos de uma légua a sul de Foios. É uma passagem estreita, uma garganta que corta a serra, dando trânsito de uma para outra banda. Se tivesse ido cavalaria, só serviria de embaraço e impedimento.

Não os pode ajudar cavallaria,
Que inutil fica entre a aspera estreyteza ¹.

Brás dispôs a sua gente escondida entre o mato e as fragas, a um e outro lado, sobranceira à passagem, com as armas carregadas e aperradas.

La executar um golpe de surpresa, um desses golpes de que êle tanto gostava, em que tomava para exemplo e modêlo a águia, e de que fez a apologia no seu poema:

A princesa das Aves nos insina,
Como ha de ser a guerra executada:
Nam vedes como dece repentina,
Sobre a caça, que pasce descuydada?
E que não pára nunca em tal rapina,

¹ V. T., I, 96.

Senão que pello ar arrebatada
A vem comer sobre hum penhasco duro,
Que inda que bruta, julga-o por seguro?

Alegres, satisfeitos e descuidosos iam os soldados espanhois conduzindo a valiosa prêsa. Pelo desfiladeiro

Entra a cafila espessa, & numerosa,
De animo pobre, & de despojos rica².

Súbitamente estrondeia-lhes sôbre as cabeças uma descarga cerrada de fusilaria, e alguns caem feridos. A fôrça parou um momento surpreendida e apavorada.

De cada lado foy logo investida
Atraz cercada, & bem cortada ávante,
Pagando seu descuydo com a vida,
Que da morte se faz sempre distante.
Procura cada qual com a fugida,
Remedear o perigo circunstante,
E em cada parte discorrendo tudo
Vai seu peyto encontrar com ferro agudo³.

Foi uma victória que bem pouco custou aos soldados de Brás Garcia. Recolheram os ricos despojos que os espanhois levavam, e com alguns presos voltaram a Alfaiates.



Quando revertia à sua praça, todo satisfeito do bom éxito da expedição, uma notícia bem desagradavel surpreende o nosso governador.

Durante a sua ausência um outro bando de espanhois entraram dos lados de Albergaria, e assaltaram Aldêa-da-Ponte. Encontraram bastante resistência neste logar, que era defendido por trincheiras. Muitos sinais de lá fizeram, a ver se de Alfaiates lhes acudiam; mas o governador estava ausente, e a guarnição ficára reduzida à expressão mais simples, não sendo possível i-los socorrer. A trincheira foi tomada, os moradores refugiáram-se na igreja, que também não poude resistir, e assim foi o logar saqueado e queimado, perdendo a vida muitos dos moradores. Dali os espanhois seguiram a fazer o mesmo

¹ V. T., II, 51. — Note-se que nestes dois versos, e na estância que se segue, Brás não refere o golpe de surpresa por êle planeado e executado, mas episódios da guerra viriatina, para a qual freqüentes vezes transporta os seus próprios feitos.

² V. T., II, 65. — ³ V. T., II, 64.

em Forcalhos, que saquearam pela segunda vez e queimaram sem resistência, e depois regressaram a Albergaria.

Não foi isto mais que uma parte dos assaltos que o duque de Alba mandou fazer à nossa fronteira da Beira. No mesmo dia outros bandos assaltaram Nave-de-Haver e Freineda, Val-de-la-Mula e Vila de Coelha, e mais ao norte Escarigo.

Disse-se depois que os moradores de Val-de-la-Mula, aldêa que não chegava a ter trinta e cinco fogos, vieram pessoalmente a Almeida pedir socôrro ao governador, e que Rodrigo Soares Pantoja lho recusou; mas que dez soldados da guarnição da praça, vendo a recusa do governador, fôram por sua conta à aldêa, afugentaram o inimigo que já tinha posto fogo às casas, e trouxeram alguns despojos.

Um cúmulo de mentiras, armadas sem ter em atenção nem sequer a verosimilhança. Pensemos um pouco, e vejamos se isto era possível. Os soldados vieram saquear e incendiar aquela aldêa insignificante, o que fizeram rapidamente e sem resistência alguma; pois apesar dêssa rapidez, houve tempo para tudo isto: — irem os moradores a Almeida, que pelos caminhos de então dista sete quilómetros e não *só meia legua* como no seu relatório escreveu Fernão Teles, — requisitarem socôrro que lhes foi negado pelo governador Pantoja, — recorrerem aos soldados que, ofendendo gravemente a disciplina, e depois de se terem armado e municiado, partiram contra as ordens do comandante, e ainda lá encontraram os espanhois, que provavelmente se estavam a aquecer ao fogo das casas que ardiam! — Ainda isto não é tudo: os dez soldados bateram os espanhois, derrotaram-nos, espantaram-nos, e no fim pegaram nos despojos que os moradores tinham deixado nas casas e trouxeram-nos para Almeida!

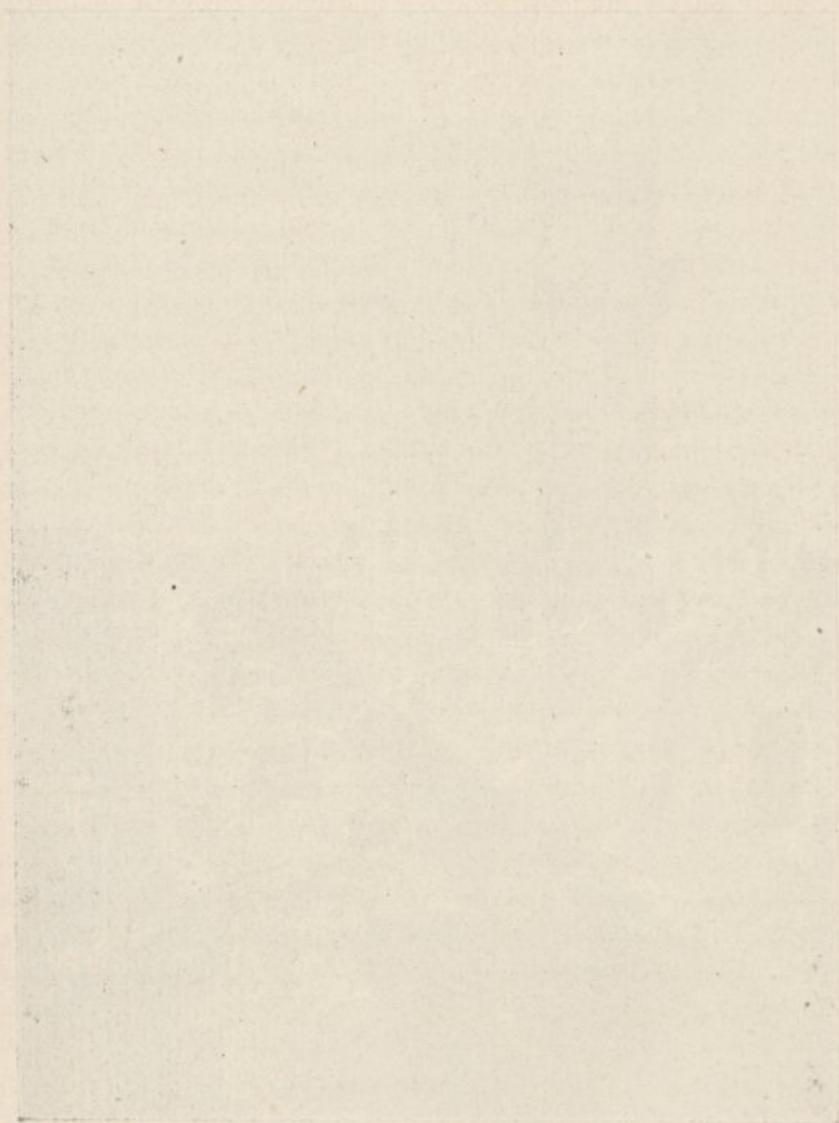
Isto lê-se, e custa a crer que fôsse escrito a sério. Entretanto lá está no relatório oficial dos acontecimentos, escrito pelo próprio punho do capitão-general Fernão Teles de Meneses, e que eu li com os meus olhos! ⁴.

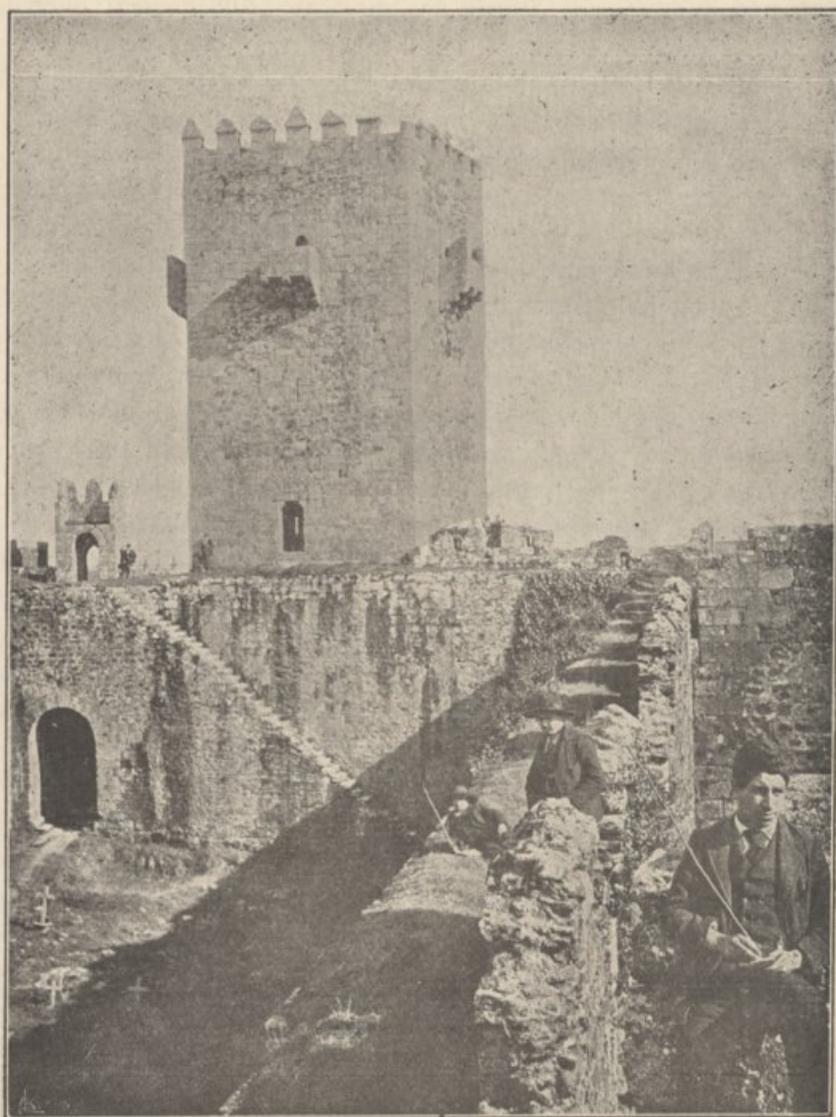
Quando estes factos se deram, ainda se conservava em Penamacôr o general.

Apenas tem noticia das novas incursões, parte immediatamente a informar-se por si dos acontecimentos.

Chega a Alfaiates, e abre uma devassa contra o governador da

⁴ Doc. XLVI.





praça, para que todas as pessoas que conheçam alguma circunstância relativa ao facto da invasão a vão declarar em segredo.

O resultado dessa devassa é conhecido nos seus traços gerais, apesar de ter levado sumiço o processo, naturalmente destruído por ordem do próprio D. João IV, enjoado e aborrecido com as calúnias e infâmias mal urdidas, que o entreteciam. Conhecemos esse resultado pela notícia dada por Bento Madeira de Castro¹, já muito alterada, e com um sabor acentuado da lenda, que bem cedo envolveu o poeta guerreiro, e pelo relatório oficial redigido e escrito por Fernão Teles de Meneses².

Segundo o que se apurou, Brás Garcia de Mascarenhas era um traidor, que tinha tratos de inconfidência com os castelhanos, mantendo correspondência muito íntima e inconfessável com o governador da vizinha praça de Albergaria. Combinára entregar-lhe a praça de Alfaiates, e para isso desguarneceu Aldêa-da-Ponte, a fim de o inimigo chegar à porta daquela praça sem embaraços. Segundo esta combinação, entrou a fronteira uma fôrça castelhana, mas, encontrando em Aldêa resistência inesperada por parte dos moradores, já não pôde chegar a Alfaiates, e assim não se realizou a projectada entrega. Entretanto a fôrça espanhola, deixando Aldêa-da-Ponte e não podendo ir até à porta de Alfaiates, que imediatamente lhe seria aberta, *como lhe tinha prometido o dito Brás Garcia*, andou a bater a fronteira, e *se foi fazendo algũ dano nas aldeas daquella araya como são forcalhos, fuinhos, lageoza, aldea velha, queimando em cada hua destas aldeas algumas cazas*³.

É tão alheia à verdade, tão contraditória e absurda esta narrativa, que nem me dou ao trabalho de lhe apontar os dislates e inverosimilhanças, que são bem patentes.

O general Fernão Teles fez comparecer perante si o governador, capitão Brás Garcia de Mascarenhas, e sem o ouvir, sem lhe admitir defêsa, deu-lhe voz de prisão.

;Boa recompensa a tantos e tão valiosos serviços prestados à pátria!

Acompanhado de uma fôrça é remetido ao castelo do Sabugal⁴, onde fica prêso alguns meses.

De Alfaiates passou logo o general a Almeida, e ali prende também por traidor, depois da devassa do estilo, o sargento-mór governador

¹ Doc. CXII. — ² Doc. XLVI. — ³ Doc. XLVI.

⁴ A estampa em frente representa a torre de menagem do castelo do Sabugal, com as ruínas das construcções anexas. Devo esta fotografia à amabilidade do sr. engenheiro António Rosado, director das Obras Públicas do districto da Guarda.

daquela praça, Rodrigo Soares Pantoja, e com êle muitas outras pessoas, classificadas de reus de alta traição! ¹.

¡Estava consumada a iniquidade!



Sucedia isto em princípios de maio de 1642. A 22 deste mês escrevia Fernão Teles uma carta a el-rei, dizendo ser já a quarta via por que mandava a exposição nestá contida. Queixava-se amargamente de lhe haverem fugido muitos soldados, achando-se com pouquíssima gente ². Nesta mesma queixa insistia aflitivamente em nova carta, datada de Almeida a 18 de junho ³. ¿Que queria êle que fizessem os soldados, ao verem como eram premiados os oficiais mais distintos, e de maior prestígio e serviços? ¿Que havia de fazer a *companhia dos leões*, composta em grande parte de fidalgos, parentes e amigos de Brás Garcia, e que serviam por dedicação patriótica e por satisfazerem aos desejos deste, depois de verem infamemente caluniado e preso o seu querido e respeitado capitão? Esta deve ter sido a principal causa das deserções em massa, embora para muitas tenha concorrido o motivo, pelo general apontado, de ser mal paga a gente ⁴.

Também naquela carta de 22 de maio pedia o general a el-rei que lhe enviasse *pessoa de grande experiência e de grande talento*, para governar a praça de Alfaiates, que *he a chaue de toda esta provincia da Beira* ⁵. ¡Cêdo começou a sentir-se a falta que fazia o nosso heroi!

Para governar interinamente Alfaiates nomeara o general o sargento-mór Lourenço da Costa Mimoso, de quem fazia o mais elevado conceito, informando a el-rei, em suas cartas de 5 e 7 de novembro do mesmo ano, que *êle é pessoa de valor e experiencia, que serve ha 19 annos em Africa, India, Brasil e nestas partes, e merece maiores postos* ⁶.

Lourenço da Costa Mimoso, que foi ocupar o cargo de governador de Alfaiates, quando Brás Garcia ía preso para o Sabugal, era de Linhares da Beira, povoação situada entre a Guarda e Gouveia, filho de Bernardo Madeira da Costa, de Avô, o qual era irmão de Gaspar

¹ Doc. XLVI.

² T.T. — *Consultas do Cons. de G.*, m. 2, n.º 160.

³ T.T. — *Consultas do Cons. de G.*, m. 2, n.º 185.

⁴ Doc. XLVI. — ⁵ Doc. XLV.

⁶ T.T. — *Consultas do Cons. de G.*, m. 2, n.º 403.

Dias da Costa, padrinho de Brás, pai da sua antiga namorada, e avô da que brevemente seria sua mulher ¹.

;Estranho capricho da sorte! ;Notável coincidência!

¿E seria uma simples coincidência?

(*Continua*)

A. DE VASCONCELOS.

DOCUMENTOS

LXXXIX

ESCRITURA DE INSTITUIÇÃO DE UM VÍNCULO, PELOS IRMÃOS E IRMÃS DO POETA,
PARA, POR MORTE DO ÚLTIMO DELES,
SER ADMINISTRADO E POSSUIDO POR SEUS DOIS SOBRINHOS,
TOMÁS, FILHO DE BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, JÁ FALECIDO,
E MARIA, FILHA DE FELICIANA MONTEIRO,
E PELOS LEGÍTIMOS DESCENDENTES DÊSTES

(30 de dezembro 1659)

Saibam quantos este publico instrumento de testamento e doacam e instituição de Capella e Morguado na melhor forma e uia de direito que ser posa e melhor aja lugar uirem como no anno do nacimiento de noso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e sesenta annos por ser pasado dia de natal em os trinta dias do mes de dezembro no fundo do ual do Castinca junto a estrada que uem do lugar do Sobral do termo da uilla de Ouoa estando ahi presentes o Doutor Manoel gracia e seu hirmão pantaliã gracia prior de trauanqua e o Reuerendo padre Matias gracia seu hirmão e bem asim suas hirmãs Maria gracia e ana monteira Isabel gracia e Antonia gracia naturais da uilla de auo todos maiores de uinte e cinco annos todos pesoas reconhecidas de mim tabaliã loguo por elles todos juntos e cada hum de per si foi dito perante mim tabaliã e testemunhas todas ao diante nomiadas e assignadas que elles em nome da santissima trindade padre e filho e espirito santo tres pesoas e hum so deos uerdadeiro em cuja fee protesta-uam uiuer e morer asim como o tem e defende a santa madre jgr^a de Roma e seja notorio a todos os que este instrumento uirem que estando todos elles sobreditos jrmaos e hirmãs de pai e mai naturais da dita uilla de auo e por nam terem herdeiros forcados queriam e hera sua uontade instetuir e faser de todos seus beñs de Rais auidos e por auer huma Capella e morguado como em direito melhor se possa diser com obriguacam de cinq^{ta} misas que se ham de diser por suas almas e de seus defuntos no Conuento de Santa Cruz de busaquo he isto em cada anno e emquanto o mundo durar em altar preuillegiado ou na sua Capella delles instituidores que he da inuocacam de sam Joseh sita no mesmo Conuento por estarem contratados com o Reuerendo prior e padres do dito mosteiro no padroado della em as quais misas se dira hum responso sobre a sua sepultura que lla tem pellas

¹ *Notas genealog.* III, 1, 3; — *Esquemas genealog.* II A.

almas delles instituidores disendo mais elles ditos instituidores que faziam inReuoguaueu doacam dos ditos seus bñs huns aos houtros e a dita Capella e instituam por administradores della huns aos houtros sobreditos instituidores e o que delles ultimamente ficar uiuo sera o ultimo adeministrador com obriguacam das ditas misas e por morte do ultimo que delles ficar socedera em ametade dos ditos seus bñs tomas gracia mascarenhas filho de seu hirmão bras gracia que deos tem e na houtra ametade sua sobrinha Maria monteira filha de sua hirmã feleciana monteira moradora na anadia e sendo caso que se peca em algum tempo alguma diuida que seu pai Marquos gracia que deos tem deuese aos absentes tios da dita sua sobrinha Maria monteira sera hella obriguada ou seus sucesores a pagar a dita diuida toda e por sua morte delles ditos administradores tomas gracia Mascarenhas e Maria monteira sucederam na dita Capella seus filhos machos mais uelhos legitimos auidos de legitimo matrimonio e nam tendo filhos machos sucederam a filha mais uelha legitima de legitimo matrimonio cada hum na sua miacam como dito tem e nam tendo a dita filha filhos ou faltando em algum tempo em sua decendencia sucesor legitimo sucedera na dita admenistracam o parente mais cheguado de cada hum dos ditos sucesores sucedendo sempre em macho e nam no auendo a femia sendo sempre de legitimo matrimonio indo sempre em nossa linha direita e sendo caso que algum dos ditos sucesores seus sobrinhos primeiros instituidores diguo primeiros adeministradores nam tenham erdeiros de sua linha direita em tal caso a sua ametade sucedera ao outro admenistrador que uiuo for e pera que fique a dita Capella sempre conjunta em seus direitos sucesores com declaracam que qualquer dos sucesores e admenistradores seram sempre Cristãos uelhos sem raca de mouro ou judeu ou de outra nacam infecta e cometendo algum delles crime de lesa magestade diuina ou humana hum dia dantes que o cometa o ham elles doadores por priuado da dita admenistracam e ham por chamado e metido de pose della o que auia de suceder como se elle naturalmte morrera e querem que em nenhum tempo o fisquo entre nella nem leue emolumento algum e sendo caso que algum dos que nella entrar legitimamente dispojs diso casar com alguma pesoa infamada de decender de alguma infecta nacam pello mesmo caso ham por priuado de todo o direito que na dita Capella e bñs a ella auiculados tinham e ham por metido de pose delles o que lhe auia de suceder se elle morrera e outrosi querem que nesta Capella nam suceda frade nem freira e se algum suceder porfesar em alguma Religiam ainda que se faca pas de bñs em comum loguo pase ao legitimo sucesor e que houtro sim queriam que na dita Capella nam sucedese pesoa douda ou de tal modo desatinada que nam tiuesse admenistracam de seus bñs proprios mas isto se nam entendera no que o nam tiuer por defeito de idade porque este a tera e admenistrará por seu tutor ou curador ate chegar a sua legitima idade nem outrosim sucedera nella surdo ou mudo ou mudo somente nem cego de ambos os olhos nem cóxo de ambos os pes porem se depois de suceder legitimamente lhe suceder diguo lhe sobreuier alguma das sobreditas aleijois ou todas nam sera dellas priuado se ainda ficar com juiso em forma pera admenistrar seus bñs por seus procuradores e he sua uontade que o segundo que delles dotadores suceder faca inuentario de todos os ditos seus bñs de Rais dentro de hum anno depois de qualquer delles falecer do qual se mandara hum treslado autentico aos Religiosos do dito Conuento de busaquo e se guardara pera sempre em seu Cartorio os quais bñs andaram sempre conjuntos sem se poderem uender aliar nem escambar por modo algum nem outro sim se poderam danefiquar e sendo caso que algum dos admenistradores danefique os ditos bñs e fazenda ou alguma della ou deixar de reparar os detrimetos que naturalmente ou pör obra de maos sobreuierem se refa-

ram a sua custa por conta dos bñs propios que delle fiquarem e bem assim as aruores que cortarem pera isto se fazer melhor cada hum que suceder dispois do ultimo delles doadores dara fianca na uilla de auo a entregar a dita fazenda melhorada ao que lhe ouer de suceder e sera obriguado a guastar do rendimento da dita fazenda no primeiro anno no reparo e acrecentamento della e sera outrosim obriguado a mostrar todos os annos aos uisitadores da dita uilla certidam do prior do dito conuento em como tem paguo a esmolla das misas naquelle anno e o tratado e dara ao dito uisitador duas gualinhas ou sua justa ualia por tomar a dita conta e sendo caso que se descude hum anno a satisfaser a pagar a dita esmolla o dito uisitador ou uiguario geral deste bispado faram soquestro nos ditos rendimentos da dita fasenda e pelo faserem com efeito na forma ordinaria teram mais houtras duas gualinhas que uem a ser quatro duas polla conta que ham de tomar e duas por porem o dito soquestro em-efeito o qual se nam leuantara sem primeiro se pagar tudo o que se estiuer deuendo e desta Capella nam poderam ministro algum secular tomar conta saluo os eclesiasticos forem negligentes por tempo de dois annos porque em tal caso o corregedor ou prouedor da guarda poderam constringer o dito admenistrador e fazer o dito soquestro e aueram a pitança que os menistros eclesiasticos aueriam se o formasem e constringesem na forma que fica dito e sendo caso que o pam do cerco auincullado a esta Capella se rima sera o admenistrador obriguado a empreguallo dentro em seis meses em fazenda bem parada que nam seiia de pesoa mais poderosa que elles e morrendo sem o empregar dentro em os ditos seis meses seus erdeiros o empreguaram dentro em tres immediatamente seguintes e toda a perda que nesta parte ouer se auera por seus bñs propios e fianca e querem e sam contentes que as ditas misas se diguam loguo e comecem a correr da feitura desta em diante por tencam delles doadores e de seus erdeiros em fee e testemunho de uerdade asim o outorguaram e de tudo mandaram ser feito este Ínstormento nesta nota que todos assignaram ao que foram testemunhas presentes Manoel pires morador em laguares do termo da uilla de pena coua que assignou pellas ditas doadoras a seu Roguo e foram mais testemunhas presentes An^{to} fran^{co} e Melchior Rõiz e bertolameu fran^{co} e acenso Rõiz e domingos duarte todos moradores no lugar de trauanqoa que todos nesta nota assignaram sendo-lhe primeiro lido e declararam mais elles doadores que os admenistradores da dita Capella uisto serem dois paguaram cada hum ametade da esmolla das misas que daixam em cada hum que se diguam no dito Conuento de Santa Crus de busaquo e eu Manoel de lindos (?) tabaliam que o escreui e desta nota pediram os traslados necesarios e eu sobredito o escreui — O P.^e Matias gracia — pantaliam gracia — Manoel gracia — Manoel pires — melchior rõis t.^a — Acenso rõis t.^a — An.^{to} fran.^{co} t.^a — D^{os} duarte ta — bertolameu fran.^{co} t.^a = he eu Joam fran^{co} taballiam do publico judisiall he notas nesta uilla de sam joam da-reias seu termo por el rei noso S.^{or} etc. treslladei de meu lliuro de notas ben he fiel m.^{te} he asinei de meu sinall publico e raso que tall he oje uinte he tres de agosto de mill he seis semtos nouenta he sinco annos he asinei de meu p^{co} sinall, . . meu publico j o raso que tall he

||
||

JOAM FRANCO

(Logar do ✕ signal público)

(Traslado autêntico existente em meu poder. As repetições extravagantes que se encontram na subscrição do tabelião, que autenticou o traslado, explicam-se pela conveniência de completar a página, onde já não cabia o aparatoso sinal público, que por este artificio tabeliônico passou para a página imediata.

XC

ASSENTO DO ÓBITO DE D. MARIA DA COSTA, MULHER DO POETA

(4 janeiro 1660)

Dona Maria molher de Bras gracia desta Villa faleceu em os mesmos 4 dias do mes de Janr.^o da diitta era de 1660 esta enterrada dentro Igr.^a Recebeu todos os sacram.^{tos} não fes manda dia mes era ut supra.

O P.^c GASPAR NUNEZ(Cota marginal) — tense satisfeito com todos os off.^{os}

misa prezente dita.

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.^o, fl. 105).

XCI

ESCRITURA DE COMPRA DE UMA CAPELLA, EXISTENTE DENTRO DO CONVENTO DO BUÇACO,
FEITA AO PRIOR E RELIGIOSOS DAQUELE ERMITÉRIO
PELO PADRE PANTALEÃO GARCIA, PARA SUA SEPULTURA

(30 março 1660)

Saibaõ quantos este publico Instrumento de Carta de venda de Capella, ou como em Direito melhor sepossa diser ou chamar de hoje para todo o sempre virem que no anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus Christo, de mil seiscentos e sessenta annos, aos trinta dias do mes de Março do mesmo anno em o Convento de Santa Cruz do Bussaco na Caza da Hospedaria adonde Eu Taballião fui, e estando ahi presentes o Muito Reverendo Padre Frei Sabastião de Santa Maria Prior do dito Convento e os mais Relligiosos abaixo assignados, e bem assim estando ahi presente, o Reverendo Padre Pantelliaõ Gracia Prior da Igreja de Sam Thiago de Travanca, Logo pelo dito Padre Prior Frei Sabastião de Santa Maria, emais Relligiosos do dito Convento, que elles tinhaõ concertado com o dito Padre Pantelliaõ Gracia Prior da dita Igreja de Sam Theago de Travanca de lhe venderem huma Capella que tem no dito Convento que está a banda do Evangelho com respondente a Capella dos Reis para sempre e em quanto o Mundo durar aqual lhe vendiaõ deste dia para todo o sempre como fica dito e lhe davam o Padroado della para elle comprador e as pessoas que sucederem pelo tempo adiente na forma de huma Escripura de Doaçãõ que entre ele Comprador e sseus Irmaons, e Irmaõ tem feito em que ordenaõ que no altar Privelligiado ou nesta Capella se lhe digaõ sincoenta Missas em cada hum anno as quaes o Admenistrador da dita Capella sera obrigado a pagar em cada hum anno ao dito Convento pelo mez de Dezembro a sessenta reis por cada Missa, e a dita Capella lhes vendiaõ em preço de sessenta mil reis os quaes logo receberaõ da maõ do comprador em dinheiro de contado moeda ora corrente neste Reyno sem faltar nada perante mim Taballiaõ, e Testemunhas ao faser desta Escripura com o que se deraõ por pagos intregues e satisfeitos e por todo davaõ ao comprador e seus successores por quites e livres de hoje para todo o sempre, e que dimitiaõ de si, e trespassavaõ nas maons e poder delle comprador todo o Direito que tem e podiaõ ter na dita Capella e nella seria sepultado o corpo delle comprador se elle assim o ordenar, e todos o mais seus descendentes com a obrigaçãõ delle dito comprador e os ditos seus descendentes serãõ

obrigados a toda a fabrica da dita sua Capella para a qual fabrica dará elle comprador vinte mil reis os quaes os ditos relligiozos poderaõ dar a ração de juro para renderem para a dita fabrica e estes por huma vez somente com aquelle comprador e sseus descendentes ficaõ desobrigados da dita Fabrica para sempre; outrosim por morte do Padre o Doutor Manoel Garcia Irmaõ delle comprador hum calix deprata com mais ornamento que tem em a ssua Capella de Avó, e os vinte mil reis da fabrica dará elle comprador dentro em hum anno para se darem a ração de Juro como fica dito, e pelos ditos Padres Prior, e mais religiosos foi dito que elles se obrigavaõ em seu nome e de seus sucessores a sempre terem a dita Capella livre e fabricada na forma que fica dito, o que tudo o dito Comprador dice aceitava com todas as clauzullas, e obrigaçoens aqui declaradas; e em ffé e testemunho de verdade assim o quiseram e outorgaraõ, e de tudo mandaraõ fazer este Instrumento de carta de venda de capella neste Livro de Nottas aonde asignaraõ, e delle mandaraõ dar ao comprador hum Instrumento deste Theor; Testemunhas que a tudo foraõ presentes Leonardo da Silva murador em villa nova de Monssarros, e Antonio Antunes morador em luzo, e Joaõ Francisco da Pampilhosa que todos aqui asignaraõ com o dito comprador e os relligiosos vendedores, e Eu Miguel Ribeiro Taballiaõ que o escrevi.

FREI SABASTIÃO DE SANTA MARIA PRIOR

FREI MAURO DE SANTA ISABEL

FREI JOÃO DO ESPIRITO SANTO

FREI VALLERIO DO ESPIRITO SANTO

FREI JOSÉ DOS SANTOS

PANTALIÃO GARCIA

FREI INOCENCIO DE SANTO ALBERTO

FREI MANOEL DA AÇUMPSSÃO

FREI JOÃO DA TRINDADE

FREI ANDRÉ DE SANTO ANGELO

FREI THOMÁS DOS REIS

LEONARDO DA SILVA

ANTONIO ANTUNES

JOÃO FRANCISCO

(Duma certidão passada a 24 set. 1824 por José da Costa de Carvalho e Lemos, escrivão proprietário dum dos officios da Correição e chanceler da comarca de Viseu, em face de outra certidão passada a 26 maio 1757 por José de Moraes, público tabelião de notas no couto de Vacariça, em face do respectivo livro existente no seu cartório, onde se encontrava esta escritura, a fl. 109 v.º — Pertence ao sr. António da Costa Mesquita, de Avó).

XCII

ASSENTO DO ÓBITO DO PADRE PANTALEÃO GARCIA, IRMÃO DO POETA

(14 outubro 1660)

Aos quatorze dias do mes de 8br.º de 660 annos faleção o R.º P.º Pantaleão Garcia Prior desta Igr.ª de Santiago de Travanca recebeu os sacramentos por mim o p.º Manoel glz.º está sepultado no mostr.º de Busaco em hũa Capella de S. Joseph que elle comprou ao prior e mais religiosos fes testamento in scriptis.

(Cota marginal) — Estão feitos os offisios todos, e seis mezes de estassão.

(C S. — Registo paroquial de Travanca-de-Farinha-Pôdre, l. 1, cad. 5.º, fl. inumer.).

XCIII

ASSENTO DO CASAMENTO DE ANA DUARTE, MÃE DE MANUEL GARCIA DE MASCARENHAS,
SOBRINHO E GENRO DO POETA

(5 outubro 1661)

Em os sinquo dias do mes de 8brº de 1661 annos feitas as denunciacois premitidas em tres dias santos continuos proximos a este e não auendo impedim^{to} algũ eu o P.^e Ant.^o da fon.^{ca} cura nesta Igr.^a de S. Tiago de Trauanqua perguntei a Sebastiam Marques homem ueuo morador neste luguar de trauanqua e Anna duarte f.^a de João gorge e de sua m.^{er} Maria Duarte deste lugar de de Trauanqua desta freg.^a e con consentim^{to} de ambos em face da Igr.^a em minha presença conforme ao concilio tridentino e constituicois deste Bispado se receberam por marido e mer aos quais dei as bençõs matrimoniais de q̄ forão mais t.^{as} Grabiell Leitam de Magualhães e Gil de fg^{do} de Castro morador em Louão e m.^{tas} mais pessoas, e eu Ant.^o da fon.^{ca} que o escreui hoje era ut supra.

ANT.^o DA FON.^{CA}

(C.S. — Registo paroquial de Travanca-de-Farinha-Pódre, l. 1, cad. 4.^o, fl. 41 v.^o).

XCIV

ASSENTO DO ÓBITO DO DR. MANUEL GARCIA, IRMÃO DO POETA

(21 janeiro 1662)

Anno de 1662 —

O D.^{or} M.^{el} Gracia faleceo em 21 de Janeiro da era sobredita recebeo todos os sacramentos esta enterrado dentro da ig.^{ra} desta u.^a iunto ao altar de nossa Senhora do pranto, e não fez manda de q̄. fiz este no mesmo dia ut supra.

O P.^e M.^{el} DIAS

(Cota marginal) — missa presente dita.

feitos off.^{os}

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.^o, fl. 108 v.^o).

XCV

ASSENTO DO ÓBITO DE ANA MONTEIRA, IRMÃ DO POETA

(10 fevereiro 1663)

Anna montr.^a f.^a de marcos Garcia desta uilla faleceo em os dez dias de feueiro da era de 1663 Annos. ias enterrada dentro da ig.^{ra} iunto da porta principal. a parte do norte. e por verdade. asinei, ut supra. recebeo os sacram.^{tos}.

MATTOS

(Cota marginal) — missa presente dita.

officios de noue licois

 3.

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.^o, fl. 109).

XCVI

DEPÓIMENTOS DE DUAS TESTEMUNHAS, E INFORMAÇÃO DO VIGÁRIO DE AVÓ,
 NA INQUIRÇÃO *de genere, vita et moribus*,
 PARA A ORDENAÇÃO DE TOMÁS DE AQUINO GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DO POETA

(8 maio 1664)

Em os oito dias do mes de Maio da era acjma declarada (1664) nas pousadas e moradas do Reverendo prior de Couas¹ ahí em lugar secreto e apartado tiramos as testemunhas abaixo assinadas cuios ditos e nomes sam os seg.^{tes} de que elle me mandou fazer este termo de asentada que assinou e Eu o padre gaspar nunes escriuão que o escreuj.

COSTA

.....
 Bento de paiua homem cassado e official de çapateiro morador em a uilla de Avó testemunha nomeada pelo parrocho do ordinando...

E perguntado elle testemunha pello contheudo no mandado atras que lhe foi lido e declarado pello Reuerendo Arcipreste disse elle testemunha quera uerdade que elle conhecia muito bem ao dito ordinando thomas gracia o qual he filho legitimo de Bras gracia e de sua molher Dona Maria ia defunctos moradores que forão da uilla de Auó e outrosi disse que tambem conhecera os Auos paternos do dito ordinando assaber Marquos gracia e sua molher ilena madeira ia defunctos moradores que forão da dita villa e outrosi disse elle testemunha que tambem conhece os Auos Maternos assaber ioão Manoel da fonsequa e sua molher Maria madeira moradores da dita uilla de Auo e que todos estam tidos e auidos por christãos uelhos e elle testemunha por tal os tem sem auer fama nem Rumor em contrario e so disse elle testemunha que sendo vigairo da igreija de Avó Roque dias de mattos tiuera duuidas com o padre ermitão Simão madeira e lhes chamara christão nouo de que elle lhe leuou huma iniuria e prouou ser christão uelho e o dito vigairo desia que no dito Simão madeira auia a dita Raça por decender de huma molher que uiera de Tomar que chamauão a Regateira da qual tambem era decendente o dito bras gracia mas elle testemunha sabe que o dito bras gracia tinha tres irmãos clerigos e hū frade e elle era caualeiro professo da ordem de Sam Bento por donde a dita fama ser falsa e o dito ordinando e seus ascendentes serem christãos uelhos como dito tem.

E perguntado elle testemunha pellos mais interrogatorios do mandado que todos lhe forão lidos e declarados pello Reuerendo Arcipreste disse elle testemunha que era uerdade que ella não sabia impedimento algum por donde o dito ordinando deixasse de ser promovido as ordens que pertendia e mais nam disse e assinou com o Reuerendo Arciprestc e Eu o padre gaspar nunes escriuão que o escreuj.

COSTA

BENTO DE PAIUA

¹ O licenciado Manuel da Costa Brandão, arcipreste do distrito.

.....
 Pedro Fernandes o gaio por alcunho uiuuo e morador en a uilla de Auó...

E perguntado elle testemunha pelo contheudo no mandado que todo lhe foi lido e declarado pelo Reuerendo Arcipreste disse elle testemunha què hera uerdade que elle conhece muito bem o ordenando Thomas gracia o qual he filho legitimo de Bras gracia e de sua molher Dona maria ia defunctos moradores que foram da uilla de Auo deste Bispado e por tal estaua tido e auido e Reputado e outrosi disse elle testemunha que tambem conhecera muito bem os Auos paternos do ordinando assaber Marquos gracia e a sua molher ilena madeira ia defunctos moradores que forão na dita uilla de Auó e outrossj disse que tambem conhece os Auos maternos do dito ordinando assaber ioam Manoel da fonsequa e a sua molher Maria madeira moradores da dita uilla de Auó aos quais todos elle testemunha conhece e conheceu por christãos uelhos limpos de boa geração somente disse elle testemunha que no tempo que o vigairo Roque dias de mattos era uiuo que foi vigr.^o na uilla de Auó chamara iudeu a hũ clerigo por nome Simão madeira que era parente do dito ordinando mas que sabe elle testemunha que o dito clerigo Simão madeira tiuera sentença contra o dito vigairo e lhe fizera pagar as custas e ficara o dito clerigo com sentença por sua parte e alem de que o pai do dito ordinando era caualheiro professo de Sam bento e tinha tres irmaos clerigos em que elle testemunha pelo que sabe sempre teue aos sobreditos assi a huns como outros por christãos velhos e dos principais destes pouos o que elle testemunha sabe por ser seu natural e uisinho e sempre desde o tempo de que tem lembr^a a esta parte nunqua uiu nem ouuiu diser que os sobreditos fossem com uerdade enfamados de Raça de iudeu ou de mulato ou de outra qualquer infecta nação e por serem todos vesinhos e naturais tem elle este conhecimento e sempre assi o uiu e ouuiu sempre deser.

E perguntado elle testemunha pello mais contheudo no mandado que todo lhe foi lido e declarado pelo Reuerendo Arcipreste disse elle testemunha quera uerdade que elle não sabia empedimento algum por donde o dito ordenando deixasse de ser promovido as ordens que pertendia e mais não disse e assinou com o R.^{do} Arcip.^{te} e Eu o padre gaspar nunes escriuão que o escreuj.

COSTA

Po † ÑZ

Certefiquo eu Gaspar dias de mattos vigr^o em a parochial Igr.^a da V.^a de Auo que sendo em os 27 do mes de abril de 664 annos em a Estaçam da missa da terça publiquei a meus fregueses hum m.^{do} q̄ me apresentou Thomas Garcia p.^a ordens menores e nam me sahio empedimento algum mas antes conheço do ordinando ser Benemerito das ordens q̄ pretende christam uelho sem Raça de mouro nem Judeo nem de outra infecta naçam de boa vida e costumes e frequente na Igr.^a e os sinais sam os seg.^{tes} cabelo crespo e castanho sobrançella cerrada Buxigoso. e do meu liuro dos bautizados consta... (*transcreve o assento de batismo*). E tudo o sobredito passo asi e o iuro in uerbo sacerdotis e por uerdade assinei oie 8. dias de maio da era de 664. Annos.

GASPAR DIAS DE MATTOS

(C.E. — Processo para a ordenação de Tomás Garcia).

XCVII

ASSENTO DO ÓBITO DO PADRE MATIAS GARCIA, IRMÃO DO POETA

(23 dezembro 1664)

O P.^e Mathias Garcia cura que foi em Anceris faleceu em os 23 dias de dezembro de 664 Annos. recebeu os cram.tos da s.^{ta} madre igr.^a não fes manda e ias emterrado dentro da igr.^a na cepultura de seus irmãos e para lembrança fiz e acinei, em fe de verdade oie. 24 dias do dito mes em que recebeu sepultura. dia mes e anno ut supra.

MATTOS

(Cota marginal) — missa presente dita

eitos officios			

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.^o, fl. 113).

XCVIII

DEPOIMENTO DUMA TESTEMUNHA SÔBRE O CONFLITO

HAVIDO ENTRE O PADRE MATIAS GARCIA E BERNARDO DUARTE DE FIGUEIREDO

(16 março 1668)

Pedro Dias Escrivão das cizas e décimas de sua magestade nesta dita villa de Avo junto ao hjrol testemunha nomeada pelo Parocho a quem o Reuerendo Senhor Commissario (*Dr. João Ferreira Barreto, Desembargador da Relação Eclesiástica de Coimbra, Juiç Commissário da Inquirição sôbre a pureza de sangue do dr. Matias Jacome de Figueiredo, filho de Bernardo Duarte de Figueiredo*) deu juramento dos santos Euangelhos em que pos sua mão E prometeo dizer uerdade, e de sua idade disse ser de sincoenta e tres Annos pouco mais ou menos.

E perguntado elle testemunha se conhecia ao Justificante Mathias Jacome de figueiredo e seus pais e Auos donde erão naturais e moradores, disse elle testemunha q̄ conhece muito bem ao dito Justificante Mathias Jacome de figueiredo, e sabe q̄ he filho legitimo de Bernardo Duarte de figueiredo Sargento major desta villa, e nella morador, e natural da de Pombeiro, e de Maria Jacome natural e moradora nesta dita villa; E perguntado se conhecera aos Auós paternos do Justificante disse que somente conheçera a Saluador Duarte pai do dito Bernardo Duarte, o qual Saluador Duarte vinha a esta terra algumas vezes por ser rendejro do Reuerendo Cabido de Coimbra, e quando o dito seu filho tam ao b diguo tambem nesta cazara com a dita Maria Jacome. E perguntado elle testemunha pla limpeza do sangue do dito Justificante pla parte parte paterna disse que elle testemunha teue e tem por Christão uelho ao dito Bernardo Duarte; e somente sabe que o dito Bernardo Duarte indo para Ansaris se encontrara com o Padre Mathias Graçia cura do dito lugar, e com elle tuiera differenças sobre humas Elleisois q̄ se tinham tratado nesta dita villa de Auó das quais differensas resultou chamar o dito Padre Judeu ao dito Bernardo Duarte, o qual se apeou e deu alguns cintarosos em o dito Padre, e offerio de q̄ resultou demandar o dito Padre ao dito Bernardo Duarte em Coimbra plo sacrilegio, e o dito Bernardo Duarte ao dito Padre pla dita Injuria, o qual teue sentenças contra o dito Padre, e a ultima deu o uigario geral de Vizeu, o que elle testemunha sabe por ver a dita Sentença, e noteficar por ella ás Irmãs

do dito Padre Mathias Graçia; E perguntado pla rezam do seu dito no tocante a briga q̄ disse tiuera o dito Bernardo Duarte de figueiredo com o dito Padre Mathias Graçia disse q̄ estando em Ançaris na dita occasião ouuira rumor e bulha dizen-dosse q̄ o pai do Justificante e o dito Padre brigauão, e acodindo elle, uira ao pai do Justificante porse a caualo e o dito Padre uir apee pera Auó, e logo ahi se disse publicam.^{te} q̄ elles brigarão, e tiuerão rezois na forma q̄ dito tem; E que outro sim sabe q̄ o dito Bernardo Duarte teue hum Irmão Inteiro que chamauão Marcos Duarte o qual Marcos Duarte tem hum filho cleriguo saçerdote q̄ esta em Lisboa em caza do Conde de Pombejro, e tem outro filho frade de samfran.^{co} q̄ foi tomar o Abito a figueira o que elle testemunha por conhecer aos sobreditos e os uer nesta terra; E perguntandolhe testemunha plos Auos maternos do Justficante disse q̄ os conheço munto bem e se chamauão Simão Madeira e Isabel Nunes, naturais e moradores nesta dita villa, E que tambem conheço aos pais dos ditos auos maternos q̄ se chamauão Gaspar Dias da Costa, o qual ouuiu dizer uiera de villa coua de sob Auo para esta villa e nella cazara com Susana Manoel natural e moradora nesta villa; E que tambem conhessera a dita diguo a Maria Jacome a uelha uisauo do Justificante natural desta villa, e q̄ a maj do dito Justificante, e seus Auos maternos na forma que declarado tem sam e foram todos Christãos velhos intejros sem raça alguma de Judeu, mouro ou mulato, nem de outra infecta nação, e que por tais foram sempre tidos e reputados geralmente de todos nesta dita villa e seus arredores, sêm fama nem rumor em contrario, e que erão dos principais desta villa, e q̄ seruirão nella os cargos honrrosos da Igreja, e Republica, o que elle testemunha disse q̄ sabia por ser natural e morador em esta dita villa, e conhesser, e tratar as sobreditas peçoas na forma q̄ tem declarado. E al não disse nem do costume sendolhe perguntado. E sendolhe lido seu testemunho plo dito reuerendo Senhor Commissario disse estaua escripto na uerdade. E assinou com o dito Senhor Juis Commissario, E eu João Perejra notario Apostolico o escreuj.

FERREIRA

PEDRO DIAZ

(C.E. — *Processo para a ordenação de Matias Jácome de Figueiredo*, cad. final, fl. 55 v.º-56).

XCIX

ALVARÁ DO PRÍNCIPE-REGENTE D. PEDRO,
CONCEDENDO A D. ISABEL DE MASCARENHAS DA FONSECA, FILHA DO POETA,
A PROPRIEDADE DO OFÍCIO DE ESCRIVÃO DAS CISAS E PANOS DE AVÓ,
PARA SER EXERCIDO PELA PESSÔA, COM QUEM ELA VIER A CASAR

(6 agosto 1670)

Eu o Principe como regente e gou.^{or} destes Rejnso de Portugal e dos Algarues faco saber aos que este meu Aluara uirem que temdo Respeito a vagar por fallecimento de Bras garcia o officio de escriuão das sisas e dos pannos geraes da villa do Auo o qual seruiu com satisfação alguns annos e por sua morte lhe ficarem sinco filhos dous machos e tres femeas, e ser a mais velha Dona Izabel Mascarenhas da fonsequa com pouco Remedio: Hey por bem de lhe faser m.^{ce} da propriedade do d.^o officio de escriuão das sisas e pannos da uilla de Auo, a d.^a Donna Izabel Mascarenhas da fonsequa pera a pessoa que com ella cazar, e para minha lembranca e sua goarda lhe mandey dar este Aluara que se inteiramente como nelle se comtem pello coal se pacara carta a pessoa que cazar com a d.^a Donna Izabel Mascarenhas sendo auta para o seruir e este não pacara pla chans.^a sem

embargo da ordenação em contrario e ualera como carta posto que seu effeito aja de durar mais de hum anno, e pagou de dir.tos nouos trinta rs que se carregarão ao Thez.ro delles Aleixo pr.^a a fl. 287 do liuro de sua R.^{ta} plo escriuão de seu cargo, Manoel gomes de oliu.^{ra} o fes em lisboa a seis de Ag.^{to} de seis centos e setenta annos: Seb.^{am} da gama lobo o fes escreuer.

PRINCEPE

(T.T. — Chancelaria de D. Afonso VI, l. 29, fl. 153).

C

MATRÍCULA E FREQUÊNCIA UNIVERSITÁRIAS DE THOMÁS DE AQUINO GARGIA DE MASCARENHAS,
FILHO DO POETA BRÁS

(Anno lectivo de 1672-1673)

MATRÍCULA NO CURSO DE INSTITUTA

¶ Thomas gracia M.^{as} f.^o de Bras gracia M.^{as} do V.^a de Auo consertidão do p.^{ro} d8^{bro}

THOMAS GARCIA MASĀ.

THOMAS GARCIA MASĀ.

THOMAS GARCIA MASĀ.⁴

(A.U. — *Matriculas*, vol. 16. l. 3.^o (1672-73), fl. 109 v.^o).

FREQUÊNCIA

¶ Thomas gracia Mascarenhas de auóo

prouou cursar com sertidão do p.^{ro} d8^{bro} de 672 ate fim de Mayo de 673
4 enstituta t^{as} Ant.^o frasão e Fr.^{co} de serq.^{ra}— João Correa da Sylua o fiz.

O G.^{OR}

FR.^{CO} CERQ.^{RA}

ANTONIO FRAZÃO

¶ O Mesmo Thomas gracia Mascarenhas de auoo

prouou Resedir aos bb. os meses de Junho e Julho de 673. t.^{as} Roque Rib.^o
E Me^l Alz^c— João Correa da Silua fiz.

O G.^{OR}

ROQUE RIB.^{RO} DE AUREU

M.^{EL} ALZ^c BRAMDÃO

(A.U. — *Provas de curso*, vol. 37, l. 1.^o (1672-73), fl. 223 v.^o).

CI

ASSENTO DO ÓBITO DE BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DO POETA

(25 novembro 1673)

Em os uinte e sinco de nouembro de 673 anos faleseu bras grasia marquare-nhas moso solteiro não fez testam.^{to} de q̄ fiz este termo q̄ asinei dia mes era ut supra.

LUIS VELHO MIRANDA

(Cota marginal)

Officios

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 3.^o, fl. 123).

⁴ Estas três assinaturas correspondem às três épocas do ano, em que os alunos eram obrigados a ir assinar e termo de matrícula, para assim provarem a sua residência em Coimbra.

CII

ASSENTO DO ÓBITO DE THOMÁS DE AQUINO GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DO POETA

(9 abril 1674)

Em os noue de Abril Da era 674 Annos faleseu tomas grasia mascarenhas casado q̄ era em Coimbra teue todos os sacram.^{tos} e por uerdade pasei esta q̄ asinei dia mes era ut supra.

LUIS VELHO DE MIRANDA

(Cota marginal)

fes hũ officio os mais
em Coimbra.

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.º fl. 124).

CIII

ASSENTO DO ÓBITO DE D. MARIA DE MASCARENHAS, FILHA DO POETA

(20 julho 1675)

Aos 20¹ de julho de 1675 Annos faleseu M.^a mascarenhas desta villa resebeu todos os sacram.^{tos} não fes testam.^{to} e por uerdade fis esta lembransa.

MIRANDA

(Cota marginal)

Ofisos
feittos

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.º, fl. 124 v.º).

CIV

ASSENTO DO ÓBITO DE D. ISABEL DA FONSECA DE MASCARENHAS, FILHA DO POETA

(8 janeiro 1676)

Era de 1676

.....
Em os oito dias do mes de janeiro era asima faleseu isabel da fonsequa mascarenhas fes testam.^{to} esta en terada nesta ig.^{ra} e por uerdade fis esta lenbransa dia mes era ut supra.

(Cota marginal)

Oficios
feitos

MIRANDA

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.º, fl. 125).

¹ O vigário Luís Velho de Miranda, ao exarar o assento, deixou um espaço em branco para depois acrescentar o dia do falecimento. O número 20 foi depois escrito por mão diferente

CV

ALVARÁ DO PRÍNCIPE REGENTE D. PEDRO,
 PROVENDO O LOGAR DE ESCRIVÃO DAS CISAS GERAIS E PANOS DE AVÔ,
 VAGO POR TER FALECIDO SEM DESCENDÊNCIA D. ISABEL DA FONSECA DE MASCARENHAS,
 FILHA DO POETA

(10 julho 1676)

Dom Pedro etc. faco saber aos q̄ esta minha carta virem q̄ tendo resp.^{to} a estar vago of.^o de escrivão das sisas geraes e panos da V.^a davó por falecim.^{to} de D. Izabel Mascarenhas a quem não ficarão f.^{os} como constou por jnformação do Prou.^{or} da Com.^a da Ci.^{de} da guarda e cõfiar eu de fran.^{co} do couto frz. q̄ naquillo em q̄ o emcarregar me seruira bem e fielm.^{te} como cumpre a meu seruiso... hej por bem faser lhe m.^{ce} da propi.^{de} do d.^o off.^o o qual tera e seruira emq.^{to} eu ouuer por bem e não m.^{dar} o contr.^o con declaração q̄ hauendo de lho tirar ou estinguir em algũ tempo por qual cazo q̄ seia minha faz.^a lhe não ficara por isso obrigada a satisfação algũa co o qual off.^o hauera de mantim.^{to} a elle ordenado em cada hũ anno 1200 q̄ he o mesmo que tinhão e auião as maes pessoas q̄ antes delle o siruião q̄ lhe erão pagos a custa dos rend.^{os} das d.^{as} sisas q.^{do} forem arend.^{as} e q.^{do} não a custa de minha faz.^a e todos os proes e precalsos q̄ dir.^{ta}m.^{te} lhe pertenserem. Pello q̄ m.^{do} a uos prou.^{or} da com.^a da d.^a ci.^{de} lhe deis a posse do d.^o of.^o e lho deixeis siruir e delle uzar e auer o d.^o ordenado proes e precalsos como d.^o he dando lhe prim.^{ro} juram.^{to} dos santos avang.^{os} q̄ bem e uerdadeiram.^{te} o sirua guardado em tudo meu seruiso e as p.^{tes} seu dir.^{to} de q̄ se fara asiento nas çostas desta q̄ se conprira tão intr.^am.^{te} como nella se contem e não pagou nouos dir.^{tos} por ser hũ dos cau.^{os} do despeio de tangere como se uiu por certidão dos off.^{es} da Chr.^a que foi roto ao assinar desta minha Carta q̄ por firmesa de tudo lhe m.^{dei} dar ao d.^{to} fran.^{co} do couto sellada cõ o meu sello pendente. o Prinsepe nosso snõr o mandou pello Conde de villar major do seu cons.^o gentilhomen da sua cam.^a vedor de sua faz.^a M.^{el} da Silua pinh.^o a fis em lx.^a a dez de julho de 1676 SeB.^{do} da gama lobo a fis escrever.

O CONDE DE VILLAR MAJOR

P.^o MARCHÃO THEMUDO

(T.T. — Chancelaria de D. Affonso VI, l. 42, fl. 362 v.^o).

CVI

ASSENTO DO CASAMENTO DE D. QUITÉRIA GARCIA DE MASCARENHAS, FILHA DO POETA

(11 fevereiro 1677)

Aos onze dias do mes de feu.^{ro} de mil e seis centos e setenta e sete annos em presença de mim o p.^e cura abaixo asinado, e de Miguel Marques, e de sua m.^{er} Maria Brandoa, e de João pegado e de sua m.^{er} e de outras pesoas se Receberão Manoel gracia mascarenhas e Qiteria gracia mascarenhas moradores na villa de Avô, por hũa ordem q̄ me mostrarão do Sr. Bispo p.^a q̄ em minha presencia se pudesem receber de q̄ fiz este asiento q̄ asinei dia e era ut supra.

O P.^e MEL DA COSTA BOTELHO

(C.S. — Registo paroquial de Galições, l. 1, cad. 2.^o, fl. 102 v.^o).

CVII

ESCRITURA DE INSTITUIÇÃO DUM VÍNCULO
 PELAS DUAS ÚNICAS IRMÃS DO POETA SOBREVIVAS AO TEMPO,
 COM REVOGAÇÃO DE SEMELHANTE ESCRITURA ANTERIOR, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1659,
 DEVENDO ÉSTE VÍNCULO SER POSSUIDO E ADMINISTRADO
 POR QUITÉRIA GARCIA DE MASCARENHAS, FILHA DE BRÁS,
 E POR SEUS DESCENDENTES LEGÍTIMOS

(27 janeiro 1681)

Saibam quantos este publico Instrumento de Instituição perpetum fidei comisso, ou como em Direito melhor lugar haja, virem que no Anno do Nascimento de nosso Senhor Jezus Christo de mil e seis centos oitenta e hum, sendo em os vinte e sete dias do mez de Janeiro do dito anno em esta villa de Avo casas e muradas de Isabel Garcia e Antonia Garcia muradores em a dita villa que hé correição da cidade da Guarda, e pessoas conhecidas de mim Taballiam e por elles e por cada hum delles foi dito perante mim Taballiam e das testemunhas ao diente nomeadas e assignadas que que elles ambos juntos com sseus Irmaons Manoel Garcia, e Mathias Garcia e Pantellião Garcia e Anna Monteiro e Maria Garcia tinhaõ feito hum testamento, e Doaçam de mam comum em o qual avinculavaõ todos seus bens em dois vinculos e que por morte do ultimo que delles ficasse testador e Duadores sucederia em hum dos vinculos os filhos de Brás Garcia Mascaranhas e ssua Irmaã¹ murador que foi nesta uilla de Auô; e no outro vinculo sucederiaõ nos filhos de Felliciana Monteiro morador em Anadia, e porque estas Instituiçoens foram feitas por via de testamento e ella dita Antonia Garcia e Isabel Garcia podiaõ revogar a dita Instituição e testamento e o podem todas aveses que o quiserem revogar e for sua vontade como tambem a podiaõ revogar se fora feita por Doaçãõ porquanto naõ foi aceita pelas partes nem por Taballião que fez a dita Instituição, ou por outra alguma pessoa que tivesse direito poder para o aceitar digo para o poder aceitar em nome das ditas partes, e para discargos de ssuas consciencias e de suas proprias e livres vontades no que toca as suas partes de todos os seus bens revogavaõ a dita Instituiçam na melhor forma que haja lugar e em dereito ser possa de sser fasiaõ de novo nova Instituição de vinculo e perpeto fidei comisso por Doaçãõ entre vivos valledora na forma e maneira seguinte=Diceraõ elles ditos Isabel Garcia e Antonia Garcia maiores de vinte e sinco annos pessoas que Eu Taballião reconheço que ellas em nome da Santissima Trindade Padre filho e Espirito Santo tres pessoas e hum so Deos verdadeiro em cuja ffé protestavam viver e morrer assim como o tem e dependem² a Santa Madre Igreja de Roma e seja notorio a todos que este Instrumento virem que estando ellas sobre ditas duas Irmans de Pay e May, naturais e por naõ terem Erdeiros forçados dispunhaõ dos seus bens na forma seguinte = Primeiramente diceram que reservavam para si de todos os seus bens os uzos e frutos que ao presente avinculavãõ a este Morgado em ssuas vidas a dez mil reis para cada huma para delles poder testar e que nomeavam por admenistrador do dito vinculo e perpeto fidei comisso por morte da ultima que ficar a Quitéria Garcia Mascaranhas sua sobrinha filha de Brás Garcia Mascaranhas seu Irmaõ e mulher de seu sobrinho Manoel Garcia Mascaranhas muradores em esta villa de Avó, e por

¹ Aliás seu Irmaõ. — ² Aliás defende.

morte della administradora sucederá em ella seu filho varaõ mais velho, e dahi por diante hira correndo a dita successão na forma que sucedem os mais Morgados, e bens avincullados perferindosse sempre os machos as femias, e andara sempre na familia, e Jeracaõ dellas Isabel Garcia, e Antonia Garcia para consservacam e memoria de geracam dellas Isabel Garcia, e Antonia Garcia e os ditos bens andaraõ sempre avincullados conjuntos e sem se poderem alienar nem vender somente se poderaõ trocar com condiçaõ que sempre o dito Morgado fique melhorado, e não piorado com a dita troca, mas que não poderá ser vendido, qualquer peça delle por via alguma e que não sucederá, este vinculo por pessoa fidei comisso senam os filhos de legitimo matrimonio, e declararaõ ellas Isabel Garcia e Antonia Garcia que neste vinculo Frades nem clérigos havendo filhos legitimos de legitimo matrimonio nem fosse digo matrimonio nem sucederaõ Judeos nem Mouros, nem outras qualquer pessoas de enfeta Naçaõ nem os que sucederem em este vinculo poderaõ casar com pessoa da sobredita raça, e fazendo o contrario perderaõ o dito vinculo e passará a pessoa que por direito havia de passar por sua morte, e sendo caso que alguns dos successores deste cometam algum crime por donde seus bens hajam desser confiscados passará logo ao futuro successor por que as suas vontades della Isabel Garcia e Antonia Garcia he averemno por excluido dois dias antes de cometerem o tal crime, e serem os ditos seus sobrinhos primeiro nomeados como as mais pessoas que suscederem em o dito vinculo, e lhe mandaraõ diser pelas almas sobreditas Isabel Garcia e Antonia Garcia como desseus Irmaons, e Irmans ja defuntos sincoenta Missas cada hum anno em quanto o Mundo durar em assua Capella que he da invocassãõ de Sam Jose sita em o Convento de Santa Cruz do Bussaco, e aonde tem sua sepultura; e outro sim diceraõ ellas sobreditas Izabel Garcia, e Antonia Garcia que os successores do dito Morgado traram os bens melhorados e não piorados; e por estar presente a dita Quiteria Garcia de Mascaranhas, e sseu Marido Manoel Garcia de Mascaranhas foi dito que aceitavaõ o vinculo asima na forma dita por si, e em nome de sseus filhos presentes, e mais futuros successores do dito Morgado a quem aceitaçaõ do dito Morgado tocasse e aceitavam na melhor forma que em direito podiam e lugar ouvesse, e declararaõ ellas Izabel Garcia, e Antonia Garcia que logo ademetiam todo o dominio que tinhaõ nos ditos bens e toda a posse actual, e corporal para que os ditos seus sobrinhos primeiro nomeados neste vinculo possam tomar por si, ou por autoridade de Justiça qual mais quizerem posse e que em quanto a não tomarem se constituiaõ por suas simples Colonas e Inclinas, por quanto para sim só transferiaõ todo o dominio e posse que tinhaõ em os ditos bens; E declararaõ ellas mais ditas Izabel Garcia, e Antonia Garcia que quando fizeraõ a primeira Instituiçaõ com os ditos seus Irmaons Manoel Garcia Mathias Garcia Pantelliaõ Garcia e Anna Monteiro e Maria Garcia ja defuntos fizeraõ a dita nomeaçãõ filha de sua Irmã Felliciana Monteiro foi com a condiçaõ que ella nomeada havia de pagar toda a divida que seu Pay Marcos Garcia devia a seus filhos digo a seus thios absentes d'Anadia, e por quanto não cumpriraõ a dita condiçãõ mas antes os avexaram e executaraõ por cento e setenta mil reis, ou mais na melhor forma que em direito melhor lugar tiver, e possa ser revogavaõ tambem a dita Instituiçaõ nos que podiaõ acontecer dos ditos seus Irmaons Manoel Garcia Pantelliaõ Garcia Mathias Garcia, e Anna Monteiro ja defuntos e todos anexavaõ a esta nova Instituiçaõ e os anexavaõ pela qual haõ por revogada a primeira e só esta querem que valha na melhor forma que em Direito haja lugar com as condicoens asima recontadas e ao todo cumprirem em Juizo e fora delle ao que obrigaram suas pessoas e bens e de tudo mandaraõ fazer este publico Instrumento na nota de mim Taballiam como pessoa publica stipullante e aceitante astipullei, e aceitei em nome

de quem tocar aceitação dos bens do dito Morgado a quem tocar; E outro sim diera e declararaõ que os bens que nomeavam e avinculavão, e obrigavam a esta Capela ou Morgado ou como em Direito melhor se deva chamar e lugar haja herãõ os seguintes — Porquanto nas Instituiçoens que tinhaõ feito os naõ tinhaõ nomeados—primeiramente, as cazas em que vivem que partem com João Gomes Botelho e Rua publica, — E assim mais outras cazas que tem e parte defronte das em que vivem que partem com Manoel Garcia Madeira com sseu quintal, e com Damasio Madeira de Viseu — E assim mais hum cham pumar que tem defronte das nossas casas que parte com João Gomes Botelho, e Maria Madeira da Costa, e caminho que vae para a fonte dos piolhos — E assim mais huma orta que está por baixo da ponte nova a porta de Sam Bráz que parte com o Rio Alva e casal de Antonio Francisco — E assim mais um soito que está a fonte dos piolhos que parte comigo Taballiaõ, e com Antonio Francisco Thomé Chicharro de Villa pouca — E assim mais outro soito que esta por sima da fonte que parte comigo Taballiaõ onde chamaõ ao covam, e com Maria Madeira da Costa, e com João Gomes Botelho — E assim mais outro soito que está aonde chamaõ as Moutas que parte com Passais da Igreja desta villa, e com o Rio Alva e com Erdeiros de Joaõ Rodrigues de Moomenta — E assim mais outro soito que está aonde chamaõ ao Sarrilho que parte com os Erdeiros de Manoel Luis Guerra e com Antonio Matheus — E assim mais outro soito que está aonde chamaõ a Filgueira que parte com Maria Madeira da Costa, e com Erdeiros de Manoel Alves Ferreiro — E assim mais outro soito que está aonde chamaõ as Infestas com ssuas terras que partem com Manoel de Brito Barreto de Pomares e Antonio Afonso — E assim mais hum soito que está aonde chamaõ ope deira que parte com Antonio de Moraes e Antonio Nunes do fundo do lugar de Aldeia — E assim mais hum soito ao Porto do Mosteiro que parte com Domingos Antunes desta villa e caminho que vae para a Aldea — Mais hum olival que está aonde chamaõ avajum que parte com Erdeiros de Isabel da Fonsseca e Matheus Fernandes desta villa — E assim mais outro digo mais nove oliveiras que estam no Tapado de nossa Senhora do Rosario aonde chamaõ a do Pereiro — Mais hum olival tapado sobre sim que está onde chamaõ a do Pereiro que parte com Erdeiros de Isabel da Fonsseca, e olival da Confraria do Senhor desta villa — Mais hum olival que está aonde chamaõ a Siseira que parte com Antonio da Costa desta villa e com Manoel de Brito Barreto de Pomares — Mais hum olival a de Marianes no mesmo sitio que parte com Erdeiros de Joaõ Rodrigues de Moomenta e Manoel de Brito de Pomares — Mais hum olival as quelhas que parte com Erdeiros de Pedro Gomes e Erdeiros de Domingos Antunes — Mais cinco oliveiras aos Mullatos que partem com Maria Madeira da Costa e com João Dias de Asanha — Mais hum olival ao porto das Noivas que parte com Antonio Dias Madeira e passal da Igreja — Mais hum cham aonde chamaõ ao Cabreiro que parte com Antonio Francisco, e Erdeiros de Joaõ Rodrigues de Moomenta — Mais hum cham aonde chamaõ aos chapeleiros a do carvam com outro pedaço de cham que esta por sima do caminho que vae para o cabreiro pegado ao sobredito que partem com Manoel Barata de Gois e com o Doutor Pedro Madeira — Mais hum Tapado aonde chamaõ a Santo Andre com ssuas terras de fora que partem com o caminho que vae para Santa oVaija, e Damazio Madeira de Viseu Mais huma orta tapada com suas terras de fora que está ao Loureiro que parte com Manoel Madeira desta villa, e com Fellipe Madeira de villa pouca — Mais hum Tapado aonde chamaõ a Barranha que parte com Erdeiros de Joaõ Rodrigues de Moomenta e Miguel Nunes Ribeiro desta villa — Mais humas terras que estaõ aonde chamaõ a dona Maria que partem com Erdeiros de Antonio do Abrantes de Aldea e caminho que vae para o dito Lugar — Mais hum tapado aonde chamaõ a Portella

que parte com Manoel Lopes desta villa, e Joaõ Alves de villa cova—Mais humas terras a Matosa que partem com Antonio Alves desta villa, e com Francisco Fernandes Tareco—Mais hum Forno com ssua caza junta que está nesta villa que parte com Erdeiros de Joaõ Alves e Praça publica—Mais hum carvalhal que esta aonde chamaõ a Lorangeira que parte com Manoel Madeira, e Joaõ Gomes Botelho, e Erdeiros de Braz Garcia Mascaranhas—E assim mais huma orta com suas terras de fora aonde chamaõ ao Casal que partem com Manoel Garcia Madeira e Maria Madeira da Costa. = Os quaes bens asima nomeados e declarados e Comfrontados estaõ no limite desta dita villa e diceram serem se digo e diceraõ heraõ seus livres sem foro ou senssus, sem encargo algum o vinculavaõ ao Morgaõ digo algum onus o vinculavaõ ao Morgado asima com a obrigação declarada e sollemnidades em Direito necessarias, e requisitos, e que alguma fazenda que ao presente naõ especificaõ nem fazem menssaõ della em esta Epoteca, he que a deixaõ de fora para della poderem testar na condicçaõ declarada dos dez mil reis a cumprimento de ssuas almas, e que crescendo alguns dos bens de que ao presente naõ fazem menssaõ, por seus fallecimentos pagos os Legados pios o que acrescer se acumulle a este Morgado; E por de tudo serem contentes assim o quezeraõ e outorgaraõ, ouviraõ ler e por ellas assignaraõ Manoel Garcia Madeira o qual assignou a rogo de Isabel Garcia, e Domingos Pinto Ribeiro de Pomares que assignou a rogo de Antonia Garcia, e Simão Madeira da Costa que assignou a rogo da dita Quiteria Garcia como aceitavam, de que foram mais testemunhas a tudo presentes, Manoel da Costa e Gaspar Garcia todos desta villa, e Eu Alexandre de Figueiredo Jacome publico Taballião oEscrevi.

DOMINGOS PINTO RIBEIRO
 MANOEL DA COSTA
 MANOEL GARCIA MADEIRA
 SIMÃO MADEIRA DA COSTA

(Duma certidão passada a 24 set. 1824 por José da Costa de Carvalho e Lemos, escrivão proprietário dum dos officios da Correição e chanceler da comarca de Viseu. — Pertence ao sr. António da Costa Mesquita, de Avô).

CVIII

ASSENTO DO ÓBITO DE MANUEL GARCIA DE MASCARENHAS, GENRO DO POETA

(18 agosto 1686)

Em dezouto de Agosto da era de mil e seis centos e outenta e seis annos falleceo manoel gracia mascarenhas desta villa jas sepultado dentro desta igr.^a e por verdade fiz este assento era ut supra.

LUIS VELHO DE MIRANDA

(Cota marginal)
 officios feitos

(C.S. — Registo paroquial de Avô, l. 1, cad. 3., fl. 131).

CIX

ASSENTO DO ÓBITO DE ANTÓNIA GARCIA, IRMÃ DO POETA

(11 setembro 1686)

Em onze de setembro da era de mil e seis centos e oitenta e seis faleceu Ant.^a gracia mosa soltr.^a ¹ desta uilla foj sepultada dentro desta Igr.^a junto ao altar da sr.^a da piedade e por uerdade fis este asento, era ut sup'.

LUIS VELHO DE MIRANDA

(C.S. Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.º, fl. 131 v.º).

CX

ASSENTO DO ÓBITO DE ISABEL GARCIA, IRMÃ DO POETA

(11 setembro 1686)

Em onze de setembro da era de mil e seis centos e oitenta e seis annos faleceu Isabel gracia mosa soltr.^a ² desta villa jas sepultada dentro desta Igr.^a junto ao Altar da sr.^a da piedade, e por uerdade fis este asento, era ut sup'

LUIS VELHO DE MIRANDA

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.º, fl. 131 v.º).

CXI

ASSENTO DO ÓBITO DE D. QUITÉRIA GARCIA DE MASCARENHAS, FILHA DO POETA

(13 abril 1690)

Quitéria Garcia Mascarenhas desta uilla faleceu ab intestada aos treze dias de abril de seiscentos e nouenta annos ias sepultada dentro da igr.^a ao pe da porta traves da porta do norte de q̄ fiz este termo q̄ assinei hera ut supra.

O P.º AFFONSO RÍZ ALUAREZ

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.º, fl. 138 v.º).

¹ Não se estranhe que seja denominada *môça* uma dama de 78 annos de idade como Antónia Garcia, ou de 81 como sua irmã Isabel Garcia, de quem fala o documento CX. Entre os variados sentidos em que se empregava nos documentos antigos a palavra *môça*, não há, por vezes, referência à idade, mas à condição, ao estado e à reputação. Assim encontramos designadas mulheres que por serem solteiras, e gozarem boa reputação de honestidade, se consideravam virgens ou donzelas. É este o caso presente.

² Vid. nota precedente.

CXII

NOTAS BIOGRÁFICAS SÔBRE BRÁS GARCIA PELO SEU AFIM BENTO MADEIRA DE CASTRO,
PUBLICADAS Á FRENTE DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO VIRIATO TRÁGICO

(1699)

BREVE RESUMO
DA VIDA DE
BRAS GARCIA MASCARENHAS
AUTHOR DESTE POEMA

A Patria, q̄ nos deu este Homero Portuguez, he a nobre, & antiga Villa de Avô não longe da Serra de Estrella na Provincia da Beyra, Bispado de Coimbra, emnobrecida cõ hum Castello, & duas Pontes fabrica primorosa do Senhor Rey D. Diniz: he retalhada de dous rios o Alva, & o Rio de Pomares, como a ambos chama Abraham Ortelio em suas taboas geograficas, & muyto mimosa de excellentes frutas. Aqui a 3. de Fevreyro na era de 1596. nasceo Bras Garcia Mascarenhas, seu pay se chamava Marcos Garcia; — & sua Mãy Helena Madeyra — gente nobre, & da principal da terra. Passada a infancia, & puericia, em companhia de outros seus Irmãos, que estudavaõ tomou algũas noticias da lingoa Latina, que ao depois soube com perfeição por sua muyta, & natural curiosidade, & prompto engenho, que certo foy muyto particular, & pera tudo universal. Vindo a Coimbra assistir a hũas festas celebradas no terreyro de Sãosam por correspõdencias com hũa Dalila perdeo a liberdade sendo prezo na cadea da Portajem, da qual depois de algũs mezes de prizaõ ao recolher de hũ grande, & industrioso presente se escapou entre muyta gente deixando mal ferido o Carcereiro; & bem montado na Ponte por não voltar ao Cativoiro de ambas as liberdades se passou a Madrid Corte de Hespanha, & tambem nesse tempo de Portugal; & passado hũ anno neste Emporio do mundo, enfadado já da estancia, ou a instancia da bolsa se partio, & se embarcou em o porto mais vesinho em hum Pataxo, que fazia viagem a Lisboa: Apenas se tinhaõ feito ao largo quando deo sobre elles hũa forçosa Nao de Turcos, & pondo-se em resistencia tão desiguaes no partido em pouco tempo forão mortos quasi todos, & destorçado o Pataxo; Eisque antes de se renderem lhes assoma por barlavento hũa poderosa Fragata de Hereges Cossarios, à vista da qual fugirão os Turcos, & elles ficando preza dos Hereges. que os roubaraõ, & finalmente expuzeraõ em hũa praia de Italia: Aqui à custa de suas perigrinações tomou muytas noticias da Italia, França, & Hespanha pera onde voltou por mar, & terra, até que outra vez chegou à sua patria aonde ainda não esquecerão suas juvenilidades, & não se dando ainda por seguro, nem cabendo seu animo em taõ curtos limites se passou á Cidade do Porto, & deahi ao novo mundo, & ambicioso de noticias, & gloria militar discorreo, naõ sem naufragios, por todo o Brasil, & ahi por espaço de nove annos militou contra Olandeses servindo de Alferes reformado, & obrando sempre como esforçado, & ardiloso: Porem vencido ja do amor da Patria pera se achar presente á Restauração do Reyno remeou outra vez o Oceano, & a pezar de tormentas, & inimigos tomou Lisboa, & voltou à Patria aonde ja era esquecido, mas logo se fez lembrar rebatendo hũa briga em que ouve mortos, & feridos por conservar hum seu Irmaõ no Priorado de Travanqua; Porèm como neste comenos se levantasse o Reyno reconhecendo a seu legitimo Rey o Senhor D. João o Restaurador, teve occasião com esta revolta de se fazer esquecido ao crime, & lembrado na guerra;

por quanto ajuntou hũa Companhia de mancebos nobres, & lusidos das terras circunvesinhas, que levados de ambição da honra, & gloria militar, que elle lhes persuadia espontaneamente se apresentarão em a Praça de Pinhel, & o tomarão por seu Capitaõ como experto, & practico na guerra, & com tanto esforço, brio, & generosidade se portarão nas emprezas, que por abono lhe chamarão a Companhia dos Leoens, como ainda hoje testemunhão esses poucos, que ainda vivem. Deste posto foi assumpto pera Governador da Praça de Alfayates em que se ouve com muyto acerto, & aceitação, não sem utilidade da Praça, que fortificou na forma, que hoje permanece eternizando-se em seus marmores por Amphion desta Thebas. Mas nesta mayor prosperidade voltou a fortuna a roda, & cahio no antigo fado sendo a causa, que entrando pellas nossas terras um trosso de Cavallaria, & Infantaria Castelhana depois de feitas muytas hostilidades se retiravão carregados de despojos, & com mais de vinte mil cabeças de gados; Chegou-lhe ordem de Dom Sancho Manoel, que não sahisse da Praça pella não expor a perigo, por quanto logo chegaria com socorro; & no mesmo dia chegou recomendação de Fernando Telles de Meneses, que de outra parte o avizava visse se podia impedir o passo ao inimigo; a esta segunda ordem, como mais gloriosa, se lhe acomodou o animo, & deixadas algũas Companhias de presidio, sahio com duzentos mosqueteiros, & os dispoz de emboscada sobre o rio Agueda em o porto de S. Martinho dividindo-os em dous montes, que abrião o valle por donde necessariamente avião de passar os Inimigos, os quais sendo ja chegados passaraõ diante todos os gados, & entrados ja no valle lhes sobrevierão tais cargas de mosquetaria, que se derão por obrigados a virar as costas persuadidos ser muyto numeroso o poder contrario, & deixando muytos mortos, & toda a preza se retirarão fugitivos: com taõ glorioso successo se voltou o nosso Governador triunfante à sua Praça de Alfayates, aonde logo chegou (como prometera) D. Sancho Manoel, & achando já a empreza vencida, sentindo, ou a perca desta gloria em que tambem hia interessado, ou naõ se guardar a sua ordem, quando o Governador se saboreava nas esperanças do premio, de improviso se achou prezo na Torre do Sabugal, & accusado a El-Rey por falsario, que tinha tratos occultos com Castella, allegando por fundamento hũa correspondencia urbana, que tinha com hum seu grande, & antigo amigo chamado vulgarmente o Maçacam Governador de hũa fortaleza fronteyra; nesta prizão solitaria o privaraõ de toda a communicação, & subtrahindolhe pouco a pouco o mantimento, lhe pretendião abreviar os dias; atèque vendo-se ja desemparado de todo o favor humano se valeo de sua industria mandando pedir pello seu servente, que ao menos lhe mandassem hũ livro seu ordinario alivio, já que lhe não consentião o divertimento de escrever, & juntamente que pera seus achaques lhe mandassem farinha, & linhas, & tisoura pera refazer seus vestidos: logo lhe mandaraõ hum Flos Sanctorum dizendo, que era o que mais lhe servia pera se encomendar a Deos, & com o livro lhe mandarão as mais miudezas que pedia, & pegando da tisoura foi cortando as letras hũa a hũa as que lhe servião do livro; fez cola da farinha com a qual unindo-as com muyto vagar, & industria compaginou hũa discreta carta em verso muy limado pera o Senhor Rey D. João o IV, em que relatava sua prizão, & innocencia. & dependurando-a pellas linhas da muralha no escuro da noute falou a hum soldado da guarda seu confidente, que a entregasse a seu Irmaõ pera que logo a levasse a Lisboa, como succedeo; & lendo o paternal Rey a carta tambem lançada, despedio logo hum decreto em q̄ ordenava apparecesse sem demora em Lisboa Bras Garcia Mascarenhas. Chegou à Corte rodeado de guardas, & quando todos agouravão final sentença a sua vida, lhe deu o piadosissimo Rey audiencia affavel, na qual de tal sorte se limou, & inteirou o seu negocio, que sahio despa-

chado com Abito de Avís, & boa tença, & restituído por entre tanto ao seu Governo de Alfayates. Voltou a Lisboa triunfando da inveja, & do odio, & repetida a posse do seu Governo a pezar de seus emulos, aconselhándose consigo se retirou a patria, assim por não irritar mais a impaciencia de seus adversos, como tambem pera lograr algum descanso devido a sua idade, & muytas perigrinações por mar, & terra em que os trabalhos sempre acompanharão a este Hercules; & pera q̄ o ocio fosse divertido o fizerão Superintendente da Cavallaria da Comarca de Esqueyra, que rectamente administrou. Finalmente ordenada sua familia se consagrou todo às Musas, sendo tambem oraculo nas emprezas de seus Comilitoens, que veneravão seu parecer por muyto acertado, & em especial seus grãdes amigos D. Rodrigo de Castro D. Alvaro de Abranches, que alem de o buscarem, por carta, quando a campanha permitia ferias, afroixavão o arco em companhia, & casa deste seu prezado amigo, que lustrosa, & amigavelmente os hospedava. Aqui instituiu, & celebrou cõ versos a festa das 40. horas, q̄ hoje logramos em Avò, & festejou muytos Santos cõ Comedias, que ainda existem pera credito de seu engenho; mais deu a luz hũ Tomo de Sanctos, & Remanses varios dignos de aureos Caracteres, que da sua letra hoje existem; sobre tudo suspira nosso affecto por hũ Tomo, que cõpoz quando se voltou do Brasil, intitulado Ausencias Brasilicas, pois nesses copiosos cadernos, que durão, nos excita as saudades do que quasi gastou o tempo, & o descuido. Finalmente este Tomo de Viriato como morgado de sua affeyção tendo-o composto quando militava o pretendia dar à estampa, & purificar, se a morte lhe não atalhasse os intentos, que agora em parte logramos na publicação deste seu volume. Não refiro outras particulares poesias, & que passando de caminho por Coimbra em occasião que se publicarão premios aquem melhor expressasse o sentimento Portuguez na morte do Senhor Principe D. Duarte de saudosa memoria, se deteve algum tempo, & sahio cõ hũa nova esquipação de poema vulgar, que de todos os lados se lia com diversos sentidos, & todos certos na medida, & animados com epigrama ao intento, que intitulou — Laberintho do Sentimento — Pello qual poema lhe julgou, sem opposição de outro aventureiro, a Vniversidade o primeyro, & melhor premio, sendo mayor o da fama, que adquirio excedendo os raros engenhos, que illustravão esta Athenas Lusitana, calificando-se por não menos favorecido de Marthe, que mimoso de Apollo. Finalmente em madura, & robusta velhice faltou aos dias na era de 1656. a 8. de Agosto sem faltar às eternas memorias, que seu valor, & poemas enthesourou no archivo de toda a posteridade mais entendida, q̄ desapaixonada o venera immortalizado em suas obras, & animado em seus escriptos, que o zelo patrio, & affinidade propinqua agora nos dà a estampa pera eterno obelisco do Heroe decantado, & credito immortal do engenhoso Author desta Lusiada Viriatina.

CXIII

EXCERPTOS DOS DEPOIMENTOS DE ALGUMAS TESTEMUNHAS
 NA INQUIRIÇÃO *de genere, vita et moribus*,
 PARA A ORDENAÇÃO DE BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DE D. QUITÉRIA,
 E NETO DO POETA

(3 e 4 março 1702)

Em os tres dias do mes de Março de mil sette centos e dous annos nesta villa de Auo e na capella de Santo Antonio da dita villa ahi em segredo o Reverendo

Arcipreste ¹, comigo escriuam perguntou as testemunhas que pelo Parocho desta villa foram dadas a Rol para a inquiriçam de genere vita & moribus do ordinando Bras garcia Mascarenhas natural desta villa cuius ditos nomes e sobre nomes sam os que ao diante se seguem de que mandou fazer este termo de asentada que asinou. Manoel Godinho da Costa escriuam ² que o escreui.

M. el Nunes Marques

.....
 Lourenço Nunes homem casado que vive de sua fazenda natural e morador nesta villa testemunha dado a rol pello Parocho. . . — Ao segundo disse que conhece ao ordinando Bras garcia Mascarenhas natural desta villa filho legitimo de Manuel garcia Mascarenhas e de Domna Quiteria garcia Mascarenhas e por seu filho legitimo esta tido e hauido e de todos geralmente reputado sem cousa em contrario e o dito seu Paj Manoel garcia Mascarenhas nasceu em o lugar de trauamca de farinha podre e sendo menino uejo para casa de suas tias e aqui se criou, e a dita Donna Quiteria garcia he natural desta villa aos quais todos conheceu e uiuiam de sua fazenda e eram dos principais desta villa e mais nam disse a este. — Ao terceiro disse que o ordinando é netto dos Auos que nomeja em sua petiçam a saber pella parte de seu Paj e netto de Mathias garcia natural desta villa e teue o Paj do ordinando assistindo em trauanca de farinha podre sendo ainda leigo e dipois se ordenou e fez sacerdote de Missa porem nem conheceu a molher de quem o teue, porem por seu filho foi tido e hauido e reputado de todos o que he publico, e sabe por uer que o dito Mathias garcia fazia caso delle e o criou e sempre o teue em casa de suas tias Maria garcia, e Isabel garcia Irmãs do dito seu Paj e por morte lhe deixaram seus bens cre que he seu Auo paterno e declarado na petição. E pella parte Materna he o ordinando netto de Bras garcia Mascarenhas e de Donna Maria da Costa naturais e moradores que foram nesta villa aos quais conheceu e com elles tratou por mais de trinta annos indo a sua casa algumas vezes e eram os principais desta villa, e elle foj gouernador nos tempos da guerra ³ e conhecido por homem de grande prestimo, e delles nasceu a dita Donna Quiteria garcia Mascarenhas Maj do ordinando e sam seus Auos Maternos declarados na petiçam o que nam tem duuida e tambem conheceu o Paj de Bras garcia que se chamou Marcos garcia, e tambem conheceu o Paj de Donna Maria que se chamou João Manoel de Affonseca que sam os Bis Auos do ordinando e todos eram dos principais desta villa e mais nam disse a este. — Ao quarto disse que o ordinando por si, seus Pais, Auós e Bis Auos que conheceu he legitimo e inteiro Christam uelho limpo e de limpo sangue e geraçam sem raça de Iudeu, mouro, mourisco, mulatto, herege ou de outra nassam infecta das reprouadas em direito contra nossa santa fee catholica e por legitimos e inteiros e inteiros Christãos velhos sam e foram sempre tidos hauidos e de todos geralmente reputados sem fama ou rumor em contrario, e elle testemunha por tais os conhece e conheceu seu Pae porque sendo de tanta idade e criandosse e uiuendo sempre nesta villa nunca ouuiu o contrario do que tem dito e mais não disse a este —

(Sam contestes com este os depoimentos das testemunhas Bento Nunes, Pedro Gonçalvez, Affonso Gonçalvez, Estevão Alvarez de Siqueira, Padre António Ribeiro, e Miguel Simões, todos de Avó, que depuseram neste dia).

¹ Manoel Nunes Marques, arcipreste de Galizes e seu distrito.

² Escrivão do arciprestado.

³ «e foi capitam de infantaria», acrescenta no seu depoimento a testemunha Padre António Ribeiro.

Aos coatro dias do mes de Março de mil e sete centos e dous nesta casa de Nossa Senhora das ermidas (*em Travanca-de-Farinha-Podre*) aonde estaua o R.^{do} Arcipreste Manoel Nunes Marques para tirar a inquirição do ordinando Bras Gracia Masquarenhas pella parte de sua auo Anna Duarte natural do luguar de Trauanca e por estar empedido o seo escriuão com legitimo impedimento me elegeo a mim o P.^e João Ribeiro natural e morador em farinha podre para escriuão desta deligencia e para isso me deu juramento dos Santos Euangelhos sob cargo do qual me encarregou escreuesse na uerdade tudo o que por elle me fosse dito e mandado o que prometti cumprir. . .

Sendo no mesmo dia asima dito elle R.^{do} Arcipreste comigo escriuão preguntou as testemunhas que lhe forão dadas a rol pello R.^{do} Prior de Trauanca cujos ditos e nomes são os que adiante se seguem de que mandou fazer este termo de asentada que assinou e eu o P.^e João Ribeiro escriuão que o escreui.

M.^{el} NUNES MARQUES

Manoel Gonsalves home uiuuo que uiue de sua fazenda natural e morador no luguar de Trauanca. . . — Ao terceiro diçe que munto bem conhesera Anna Duarte natural do luguar de Trauanca como tambem conheceo seo pai João Jorge e sua mai Maria Duarte, e esta Anna Duarte teue hum filho de Mathias Garcia da Villa de Auo sendo ainda leigo, e assistindo no dito luguar em casa do Prior Pantalião Gracia seo Irmão e ouuio diser que este tal casara com hum sua prima direita filha de Bras Gracia e que tiuerão filhos e hum delles he o ordinando com que he esta sua auo paterna e a mesma nomeada na petição, e hera dos bons do dito luguar e mais não diçe a este. — Ao quarto diçe que o ordinando por seu pai e sua auo paterna que tem dito he legitimo e inteiro Christão uelho sem rasa de mouro, mulato, mourisco, judeo, herege, ou outra nação infecta reprouada em direito contra nossa santa féé catholica e por legitimos e inteiros christãos uelhos são e forão sempre tidos e reputados sem fama nem rumor em comtrario e mais não diçe a este. —

(São contestes com éste os depoimentos das testemunhas António Rodriguez, João Henriquez, e António Francisco, todos de Travanca-de-Farinha-Pôdre, que depuseram neste segundo dia).

(C.E. — Processo para a ordenação de Brás Garcia de Mascarenhas).

CXIV

APONTAMENTOS ESCRITOS POR LETRA DO PRIOR DE TRAVANCA-DE-FARINHA-PÔDRE

ANTÓNIO MARTINS GOULÃO, NO FIM DUM LIVRO DE BAPTISMOS.

DÊLES CONSTÃO OS USOS E COSTUMES DAQUELA FREGUESIA
SÔBRE O QUE ERA O PRIOR OBRIGADO A FORNECER Á IGREJA,
E O QUE PERCEBIA DE OFERTAS, DÍZIMOS E PRIMÍCIAS,
E BEM ASSIM QUAIS OS BENS ECLESIASTICOS IMÓVEIS DA PARÓQUIA,
TODOS OU QUÁSI TODOS USUFRUÍDOS PELO PÁROCO

(1711, ou um pouco posterior)

Tem obrigação o R.^{do} Prior de por o Cirio e Candieiro das treuas, e a Candelilla; e por duas uellas no altar todos os Domingos e Santos excepto na festa do Natal athe a segunda oitaua e a Semana Santa e Domingo de Pascoa e a primeira oitaua e Domingo do Spirito S.^{to} e a primeira oitaua.

Dia de S.^{ta} Anna, e tambem excepto todos os domingos terceiros dos Mezes.

Tem obrigação o R.^{do} Prior

Ao reparo da Capella Mor, e a Samcristia me diçe o R.^{do} Vizitador q̄ pertencia ao pouo sem embargo q̄ todos os Priores a vam reparando.

O R.^{do} Prior tem obrigação

de dar seis alqueires de azeite todos os annos p.^a a Lampada, e se faltar algũ, o darão os Mordomos do Senhor; e anda com quem cobra a renda. E isto despom hũ Statuto da confraria moderno, que fez Lourenço de Albuquerque, Prior q̄ foi desta Igr.^a e o aprouou pello Senhor Bispo sem ter breue, nem bulla apostolica p.^a por esta pensão á Igr.^a

Do pr.^o domingo de Majo athe o S. João se pagam todos os domingos dizimo de lejte.

— Usos e costumes nesta Ig.^{ra} de S. Tiago da Trau.^a de Farinha Podre.

De pam trigo, vinho e azeitona, e castanhas, linho, gado, bacoros, lentilhas e granis fruta de maçans, peras, de cada dez se paga hum. e tambem de cebollas, alhos, & milho, feijão e boletas.

Do gado huns Priores do q̄ não chega a sinco accejtam almoedas 4 reis (?) de cada cabeça, outros as ajuntam de huns ãnos p.^a outros e tanto q̄ fazendo o numero de 5 desimão meja cabeça. Elles não querem estar quietos mas p.^a se defêderem tem a posse quebrada, q̄ lhe era necessario continuada.

Custumão ajuntar bacoros enxames ao gado e intão dezimão.

Mas melhor dezimarião se fosse na forma da Constituição.

Em os baptizados custumão dar sua vela e offerta voluntaria em dinheiro.

Q.^{do} nos Off.^{os} sendo de 9 licois tem os clerigos de cantoria em cada hum 150 e o mesmo tem o Parocho tem mais as offertas q̄ se podem uer na Sn.^a ¹ junta q̄ esta junta em o liuro q̄ estaua p.^a seruir do inuentario dos bens e moueis &c. mas não seruiu.

Tem cazas de residencia e hoje não estão más e reparadas.

Hũa vinha m.^{to} boa com chans e hum oliual e pomar em o assento da Ig.^{ra}.

Tem hũa courella de terra entre os bens do R.^{do} Miguel Cord.^{ro} q̄ sahe la fora a portella, e pella outra parte fora da vinha athe a fazenda de Fran.^{co} João o Morejra.

Tambem hum oliual ou oliu.^{ras} em o cham da bica, cujo cham he tambem da Ig.^{ra} e de assento, como tambem a tem aonde esta o Pombal e quasi por toda a parte marcado mas não ha Tombo, mas a posse he immemorial.

Hum oliual com sua terra em Lagares.

Hũa orta pequena entre o chão do R.^{do} Miguel Cord.^{ro} p.^a o verão com poço dentro.

E tem mais hũa vinha aqual deixou perder M.^{el} Cord.^{ro} e hũa tem junto que a dej de graça por quatro annos a João Rõiz da Portella aonde chamão a Serra, na Portella.

Tem mais hũa oliuejra cam.^o da Fonte.

Tem mais hum cazal q̄ possuem os goncalues, e pagam todos os ãnos dous alq.^{res} de trigo.

Tem mais outro cazal que paga M.^{el} Cord.^{ro} cujdo (?) chamado da Rione-

¹ Sentença.

qua (?) de q̄ paga M.^{el} Cord.^{ro} tambem dous alq.^{res} de trigo, e consta q̄ o R.^{do} Prior João Philippe mandava cobrar pellas ejras os cabaços.

Os herd.^{ros} do R.^{do} Prior João Philippe de S. Pajo derão as madejras e taboas de pinho p.^a as alcobas, e dezasete mil reis para o reparo das cazas, com o q̄ entendendo q̄ so o D.^{or} Fajardo deu o sustento p.^a os officiais, e não tratou de reparar as cazas.

.....
Tem mais tres casas hũa serue de adega, outra de palheiro, e outra onde esta o lagar com uara, fuso a pezo, e hũa dorna de pedra.

Declaro q̄ toda a fazenda q̄ esta pegada com a Ig.^{ra} se chama assento, e sam necessarios cem annos p.^a prescreuer.

A fazenda q̄ tem fora do assento se chamão passais, e p.^a prescreuer bastam 40 ãos assim se pratica na prouincia do Minho.

.....
Pagasse primicia do uinho mejo almude de pam trigo de cada des hũa 4.^a e chegando a 40 hum alq.^{re} e dahi p.^a não paga cousa algũa.

No cazal da Aguejra tem assim de ojtavo como o do foro de sinco tem o morgado do Alborge tres e a Ig.^{ra} dous e sempre esteue a Ig.^{ra} de posse ha mais de 400 anos, e não ha memoria em contrarjio o foro o seu dizimo.

Esta Ig.^{ra} cobra o dizimo por intejro dizem elles q̄ se fizer a cobrança em azeite q̄ pagam de 12 hum alq.^{re} e assim o fazem os de fora da freg.^a.

Agora os lagarejros querem uintena e cujdo se pagam de cada uinte hum e so este ano o dizem mas eu não estiue quieto e não consentj.

O lagar do portello paga hum alq.^{re} de azejte de auença todas as uezes q̄ chega a lancarse a moer.

O lagar nouo mejo alq.^{re} de azejte no ãno q̄ se lanca a moer.

Fazendose hum off.^o so de corpo de presente he mais offertado e prefere a todas as diuidas, como a sepultura e habito.

(C.S. — Registo paroquial de Travanca-de-Farinha-Pódre, l. 1, cad. 3.^o fl. 41 e segg.).

CXV

EXCERPTOS DOS DEPOIMENTOS DE ALGUMAS TESTEMUNHAS NA INQUIRIÇÃO *de genere*
PARA A ORDENAÇÃO DE MANUEL GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DE D. QUITÉRIA,
E NETO DO POETA

(11 janeiro 1715)

Aos honze dias do mes de Janeyro de mil e sete sentos e quinze, nesta Igreja de Samtiago de Trauanca de Farinha podre adonde veyo com migo escriuam o Rd.^o Ld.^o Juliam Ribeyro pera com migo escriuam preguntar as testemunhas dadas em Rol pelo Rd.^o Prior desta Igreya pera a Inquiricam do Habilitando Manoel Garcia Mascarenhas pela parte de sua avo paterna Anna Duarte natural e moradora, que foj deste dito lugar e freguesia, os quais notificados por mim escriuam mandou uir a noca prezemca pera por elle serem preguntadas, na forma da commissam as quais, e seus testemunhos, sam os que ao diente se seguem, de que mandou fazer este termo de asentada, que eu o P.^e Domingos de Oliueyra escriui.

Antonio Francisco laurador, natural e morador deste lugar, e freguesia de Santiago de Trauanca de farinha podre...—Ao quarto interrogatorio dice que co-

nheceu muto bem a Anna Duarte avo paterna que se diz ser do Habilitando Manoel Garcia Mascarenhas da Villa de Avo, a qual dita Anna Duarte sabe assim se chamaua, e que nesta freguesia viveu dos rendimentos de suas fazendas como lauradora e filha de lauradores dos principais desta freguesia donde tambem foi natural, e Batizada nesta Igreya de Santiago aqual sobredita Anna Duarte, diz elle dito testemunha, que conheceu ja casada com Sebastião Marques seu marido tambem desta freguesia natural, e ao dipois de viuva sempre nesta freguesia moradora e com ella falou e conversou por tempo de quinze annos pouco mais ou menos athe seu falecimento por serem ambos vizinhos da mesma freguesia por cuya causa sabe o q̄ dito tem e mais nan dice deste — Ao seisto artigo dice q̄ sabe q̄ a dita Anna Duarte foj por sim, seus pais, e todos seus assidentes intejra e legitima Christam velha limpa e de limpo sangue e geracam sem raca ou descendencia alguma de Christam noua judia negra mulata, moura ou de outra alguma infecta nacam das reprouadas indirejto contra nosa santa ffe Catholica, nem de pesoas a ella noua mente conuertidas; e tambem dice elle testemunha, que sabe que sendo o dito Habelitando Manoel gracia Mascarenhas seu neto como alega he por esta parte digno das ordens q̄. pertende sem impedimento algum na limpeza do sangue e procedimentos destes seus Ante pasados porq̄ todos e cada um de percim foram sempre muj tementes a Ds' e zelosos da Igreya e de todos geralmente tidos e auidos nomiados, conhecidos e estimados por intejros e legitimos Christans velhos e por tais os tem e teue sempre elle dito testemunha sem fama, noticia, suspejta, ou rumor algum, em contrario o que tudo neste seu testemunho declarado dice elle testemunha que sabe he uerdade por ser homem velho noticioso natural e sempre morador deste lugar e freguesia donde o foj a dita avo paterna do ordinando per cuya cauza sabe o q̄ dito tem e tinha rezam de saber o comtrario se o ouuera, e mais não dice...

Miguel Francisco laurador, natural e morador deste lugar e freguezia de Santiago de Trauanca... — Ao tercejro interrogatorio dice que muto bem conheceu a Manoel Garcia Mascarenhas, paj que se diz ser do Justificante Manoel gracia Mascarenhas, o qual assim se chamou, e sabe que foi natural deste lugar e freguezia de Trauanca, e Batizado nesta Igreja de Santiago de Trauanca, adonde assistiu mutos annos com hum seu tio Pantaliã gracia Prior desta dita Igreja e daqui foj pera a uilla de avo ser morador, adonde tambem cazou ao qual elle testemunha conheceu pois com elle tratou, e conversou assim no tempo que aqui assistio soltejro, como no tempo de cazado em avo assistente por tempo de mais de trinta annos ate seu falecimento, por elle dito testemunha Ir mutas vezes a Villa de Avo, e o dito M.^{el} Gracia vir mutas vezes a esta freguezia, e mais nam dice deste. — Ao quarto Interrogatorio dice que sabe que sendo o dito Habilitando filho do dito Manoel Gracia Mascarenhas como alega, he nepto pela parte paterna de Anna Duarte desta freguezia, e por tal tido e auido a qual Anna Duarte assim se chamou, e teue este dito Manoel gracia Mascarenhas seu filho sendo soltejra de hum Matias gracia Mascarenhas Irmã de Pantaliã gracia Prior desta Igreja adonde assistia, sendo natural da vila de Avo, e ao dipois de ter o dito filho cazou com Sabastiam alves deste mesmo lugar e freguezia donde hera natural e sempre foj moradora, e nesta Igreja batizada, e viveo sem outro algum officio mais que so o dos rendimentos de suas fazendas como lauradora e filha de lauradores, e dos principais desta freguezia adonde elle testemunha a conheceu soltejra, e cazada, e depois viuua, por tempo

de vinte annos pouco mais ou menos e pelo mesmo tempo com ella falou e conversou como vizinha sua, e mais nam dice deste. — Ao seisto Interrogatorio dice que sabe que o dito Justificante pelo dito seu Pai e avo Paterna asima nomeados he legitimo Christam velho, limpo e de limpo sangue e geraçam sem raça de Christam nouo, Iudeu, negro, mulato, mouro, mourisco nem de outra alguma imfeta nasam das reprovadas imdirejto contra nosa santa ffe Catholica nem de pesoas a ella noua mente comuertidas; e tambem dice que sabe que nenhum assendente do dito Justificante por esta parte foj preso pelo Santo Officio, nem lhe pagou finta ou pedido lancado a gente de nacam ebrea nem commeteu crime de erezia comtra leza Maestade Deuina, nem emcorreo em infamia publica de feyto ou de direjto, nem de tais cousas foram os desta geraçam em tempo algum infamados; mas sim foram sempre todos e cada hum de per cim tidos e auidos, nomeados conhecidos e geralmente de todos estimados por imtejeros e legitimos Christans velhos, e por tais os tem e teue sempre elle dito testemunha sem fama noticia ou rumor algum em contrario. o que e tudo. o mais que dito tem neste seu testemunho dice sabe he uerdade por ser homem velho natural e sempre morador desta freguezia donde o foram os assendentes do Justificante por esta parte por cuya cauza sabe ser uerdade o que dito tem e tinha rezam de saber o Comtrario se o ouuera e mais não dice...

(São contestes com estes dois depoimentos os das testemunhas Matheus Gonçalves, Ursula Diaz, e Isabel Simões, todos da freguesia de Travanca-de-Farinha-Pôdre).

(C.E. — Processo para a ordenação de Manuel Garcia de Mascarenhas).

CXVI

CERTIDÃO PASSADA PELO PRIOR DE S. TIAGO DE FARINHA-PÔDRE,
DONDE CONSTA QUE MANUEL GARCIA DE MASCARENHAS, GENRO DO POETA,
NASCEU E FOI BAPTIZADO NA FREGUESIA DA BOBADELA

(2 março 1715)

MANDADO

O D.^{or} Manoel Mor.^a Rebello, Prothonotr.^o Ap.^{co} de Sua Sanctid.^e Juiz dos cazam.^{tos} habilitacoins de Gr.^e e Provisor em esta Cid.^e e Bispado de Coimbra pello Ill.^{mo} Sñr. Bispo Conde &c.^a Mando em virtude de S. obediencia, e sob pena de excomunhão mayor ao R.^{do} Parocho de Travanca q̄ sem a p.^{te} intervir nem outrem q̄ por elle o fassa no q̄ m.^{to} lhe encarrego sua consciencia fassa exacta delegencia nos liuros dos baptizados dessa freguezia e delles tire por certidam jurada o thior do assento do Baptismo de Manoel Garcia Mas.^{cas} Pay do habelitando Manoel Garcia Mas.^{cas} n.^{al} da V.^a de Avó o qual M.^{el} Garcia Mascarenhas pay do d.^o habelitando foi f.^o de Mathias Garcia Mas.^{cas} da d.^a V.^a de Avo e de Anna Duarte dessa freg.^a de Trauanca de Farinha podre, a qual certidam passara nas costas desta que em carta fechada remetera por via segura ao Escrivam da Camera do Bispado e delle hauera seu sellario p.^a o q̄ o declarara ao pe da mesma certidão. Dada em Coimbra sob o meu signal som.^{te} ao prim.^o de M.^{co} de 1715. Francisco Maciel Malheiro Escriuão da Camr.^a Ecclez.^a o subscreuj.

REBELLO

Ordem secreta p.^a o R.^{do} Pr.^{co} de Travanca de Farinha podre satisfazer ao q̄ nella se lhe ordena &c.^a

CERTIDÃO

Obedecendo hordem do m.^{to} Rd.^o S.^r D.^{or} Prouisor deste Bispado de Coimbra certifico eu Antonio Míz goulão Prior de S. Tiago da Trau.^a de farinha Podre, que eu ui de uagar e con toda a exação os assentos dos baptizados q̄ fizeram M.^{el} Gracia, e Pantaliã Gracia Priores q̄ foram nesta Igreja, e não achej o assento que se me pede, so me informej q̄ Mathjas Gracia sobr.^o do Prior Pantaliã Gracia digo Irmão do Prior tiuera hum f.^o chamado M.^{el} Gracia de Anna Duarte desta freg.^a a qual foj parir a Boadella que esta junto a Oliuejrinha dizem deste Bispado, onde presumo estara o assento pedido, por esta cauza não estara o assento no l.^o dos baptizados desta Ig.^{ra} e o d.^o M.^{el} Gracia se criou em caza do R.^{do} Prior depois de andar. O que tudo juro in uerbo sacerdotis. S. Tiago da Trau.^a 2 de Marco de 1715.

O PRIOR AN.^{to} MÍZ GOULAÕ

(C.E. — Processo para a ordenação de Manoel Garcia de Mascarenhas).

CXVII

CARTA DE TOMÁS CAETANO GARCIA DE MASCARENHAS,
A SEU SOBRINHO BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, QUARTO NETO DO POETA,
EM QUE SE FAZ REFERÊNCIA AO DESAPARECIMENTO DE PAPEIS DE FAMÍLIA

(14 setembro 1824)

Sobrinho e amigo

Desejo te fellecidades, e a toda a tua familia; Como ha muito tempo não sahio de caza nem faço jornadas que excedaõ a huma ou duas Legoas, por isso não vou verte e dizerte pessoalmente os meus sentimentos, mas vou por este modo exporte que tenho quebrado a cabeça para alcançar a Instituição do vinculo desta casa, porem nem trasllado, nem propria aparece e porque tuas Thias ma sumiraõ, e não deixaraõ Trasllado algum e foi o motivo porque requeri hum Alvara a Sua Magestade para abolição delle de que juntei huma Rellação dos bens, que por tais sempre foraõ tidos, não tenho empenho em o abolir, só quero saber em que Ley vivo, e se o tal vinculo deve ser, ou não reputado tal, podes responder o que quizeres, porque a nada me oponho e fico pela decisaõ do Tribunal muito satisfeito, seja qual for o Despacho, porque como já dice quero saber em que Ley vivo, e vé se te sirvo de alguma cousa nestas terras que hei de mostrar, que sou

teu Thio, e amigo.

THOMÁS GARCIA MASCARENHAS

Avó de Setembro quatorze demil oito centos vinte e quatro.

SOBESCRITO

A Brás Garcia Mascarenhas meu Sobrinho goarde Deos muitos annos. Rio de Moinhos.

(Duma certidão passada a 24 set. 1824 por José da Costa de Carvalho e Lemos, escrivão proprie.
tário dum dos officios da Correição e chanceler da comarca de Visou, em face do próprio origina
—Pertence ao sr. António da Costa Mesquita, de Avô).

CXVIII

NOTAS BIOGRÁFICAS DE BRÁS GARCIA, ESTAMPADAS Á FRENTE DA SEGUNDA EDIÇÃO DO *Viriato Trágico* PELO DR. ALBINO DE ABRANCHES FREIRE DE FIGUEIREDO, PARENTE DA MULHER DO POETA

(1846)

Na antiga villa d'Avô, a 3 de fevereiro do anno de 1596, e de paes nobres, nasceu Braz Garcia Mascarenhas, na casa que elle descreve na est. 29 do canto XV deste poema. A qual foi propriedade daquelle famoso pagem do Sr. D. Fernando (como se vê de papeis antigos de sua familia, descendente deste pagem) que, servindo d'arraes na linda barca em que o monarcha portuguez foi ao encontro do hispanhol, pela elegancia da sua figura, concorreu para a exclamação do monarcha estrangeiro, referida pelos nossos historiadores.

Nas estancias seguintes á que acima refiro dá o poeta alguma noticia da sua vida; e, porisso, sobre este objecto só direi o necessario para melhor intelligencia dellas.

Indo a Coimbra por occasião de festas publicas, entrou em uma correspondencia amorosa de que lhe resultou ser preso na cadeia da Portage. Seus irmãos, que então frequentavam a universidade, fingiram um grande presente para o preso. Ao abrir-se a porta para entrar o presente, sahio o preso, á força, deixando o carcereiro perigosamente ferido, montou em uma cavalgadura que estava para isso preparada na ponte e, pôde assim evadir-se á multidão que o seguia. Daqui principiaram as suas longas viagens (a parte das quaes elle se refere neste poema) pelo Brazil, Italia, França, Flandres e Hispanha.

Já elle estava em Avô quando um seu irmão, que era prior do, então, rendoso priorado de Travanca, recolhendo de uma viagem que fizera a Roma, achou na sua igreja, que era d'alternativa, um intruso, appresentado na sua ausencia, por differente donatario.

Esta apresentação deu origem ao pleito, e rixa de que falla o poeta na est. 67 e seguintes do canto XV, e maiores trabalhos lhe produziria, se por esse tempo não occorresse a revolução de 1640, e se não houvesse conhecimento e necessidade dos seus talentos e serviços militares.

Depois de conquistada a igreja de seu irmão veiu á corte, e, com franqueza de soldado, expoz o succedido ao Sr. D. João IV, que lhe respondeu: — «Faze tu pela minha coroa, como fizeste pela igreja de teu irmão, e ficaremos reconciliados».

Voltou á patria, e inspirando á mocidade luzida della e suas visinhanças ambição pela honra e gloria militar, a persuadiu a formar uma companhia de cavallaria, para que elle foi escolhido commandante, honra esta que lhe era affiançada pela sua reconhecida valentia e experiencia militar.

Esta companhia occupou a praça de Pinhel, e deu do seu grande valor tão claras provas que mereceu ser reconhecida pelo nome de companhia dos leões.

Existiam no cartorio do convento das freiras daquelle cidade (onde então estava uma parente de Braz Garcia Mascarenhas) esclarecimentos relativos a esta companhia, que foram recolhidos, segundo me constou, pelo curioso antiquario, bispo que foi daquelle cidade, D. José de Mendonça Arraes, parente do poeta, e de alguns dos que então militavam com elle.

Fiz por obter estes esclarecimentos, dirigindo-me ao meu amigo o Sr. Joaquim

Pinto de Mendonça Arraes, sobrinho daquelle illustre prelado, porém não appareceram, talvez que por estarem nessa occasião em desordem os papeis pertencentes ao exm.^o bispo.

Do commando desta companhia foi Braz Garcia Mascarenhas mandado para governador da praça de Alfaiates, que logo fortificou com obras novas; e neste logar foi victima da prepotencia do general, governador das armas da provincia, D. Sancho Manuel.

Entrando pelas nossas terras um trosso de cavallaria, e infantaria castelhana, depois de feitas muitas hostilidades, se retiravam carregados de despojos, e com mais de vinte mil cabeças de gados; chegou-lhe ordem de D. Sancho Manoel, que não sahisse da praça pela não a expôr a perigo, por quanto logo chegaria com soccorro; e no mesmo dia chegou recommendação de Fernando Telles de Menezes, que de outra parte o avizava visse se podia impedir o passo ao inimigo. A esta segunda ordem, como mais gloriosa, se lhe accomodou o animo, e, deixadas algumas companhias de presidio, sahio com duzentos mosqueteiros, e os dispoz de emboscada sobre o rio Agueda em o porto de S. Martinho, dividindo-os em dois montes, que abriam o valle por onde necessariamente haviam de passar os inimigos, os quais sendo ja chegados passaram diante todos os gados, e entrados já no valle lhes sobrevieram taes cargas de mosquetaria, que se deram por obrigados a virar as costas persuadidos ser muito numeroso o poder contrario, e, deixando muitos mortos, e toda a pressa, se retiraram fugitivos.

Com tão glorioso successo se voltou o nosso governador triunfante á sua praça de Alfayates, aondo logo chegou (como promettêra) D. Sancho Manoel, e achando já a empreza vencida, sentindo, ou a perda desta gloria em que tambem ia interessado, ou não se guardar a sua ordem, quando o governador se saboreava nas esperanças do premio, de improvizo se achou prezo na torre do Sabugal, e accusado a el-rei por falsario, que tinha tractos occultos com Castella, allegando por fundamento uma correspondencia urbana, que tinha com um seu grande e antigo amigo chamado vulgarmente o Mação governador de uma fortaleza fronteira.

Nessa prizão solitaria o privaram de toda a communicação, e, subtraindo-lhe pouco a pouco o mantimento, lhe pertendiam abreviar os dias. Até que vendo-se já desemparado de todo o favor humano se valeu de sua industria mandando pedir pelo seu servente, que ao menos lhe mandassem um livro, seu ordinario alívio, já que lhe não consentiam o divertimento de escrever; e junctamente que para seus achaques lhe mandassem farinha, e linhas e tisoura para refazer seus vestidos. Logo lhe mandaram um Flos Sanctorum dizendo, que era o que mais lhe servia para se encomendar a Deus, e com o livro lhe mandaram as mais miudesas que pedia. Pegando da tisoura foi cortando as lettras uma a uma as que lhe serviam do livro; fez cola da farinha com a qual unindo-as com muito vagar, e industria compaginou uma discreta carta em verso mui limado para o senhor rei D. João, IV em que relatava sua prizão, e innocencia, e dependurando-a pelas linhas da muralha no escuro da noite fallou a um soldado da guarda seu confidente, que a entregasse a seu irmão para que logo a levasse a Lisboa, como succedeu. Lendo o rei a carta tão bem lançada, despediu logo um decreto em que ordenava apparecesse sem demora em Lisboa Bras Garcia Mascaranhas.

Chegou á corte rodeado de guardas, e quando todos agouravam final sentença á sua vida, lhe deu o rei audiencia affavel, na qual de tal sorte se limou, e inteirou o seu negocio, que saiu despachado com habito de Avis, e boa tença, e restituído por entre tanto ao seu governo de Alfayates.

Voltou de Lisboa triunfando da inveja, e do odio, e repetida a posse do seu

governo apesar de seus emulos; aconselhando-se comsigo se retirou á patria, assim por não irritar mais a impaciencia de seus adversos, como tambem para lograr algum descanço devido á sua idade, e muitas perigrinações por mar, e terra em que os trabalhos sempre o acompanharam; e para que o ocio fosse divertido o fizeram super-intendente da cavallaria da comarca de Esgueira, que rectamente administrou. Finalmente ordenada sua familia se consagrou todo ás Musas, sendo tambem oraculo nas emprezas de seus commilitões, que veneravam seu parecer por muito acertado, e em especial seus grandes amigos D. Rodrigo de Castro, e D. Alvaro de Abranches, que, além de o buscarem por carta, quando a campanha permittia ferias, afrouxavam o arco em companhia, e caza d'este prezado amigo, que lustrosa e amigavelmente os hospedava.

Foi zeloso pelas coisas da egreja, como provam as obras e festas a que allude nas est. 62 e 63 do cit. canto,—as comedias que, segundo o gosto do seu tempo, fez a varios santos,—e, por ventura, a capella que os administradores do vinculo da sua familia possuiam no exemplar convento do Bussaco, instituida por esses tempos.

Falleceu a 8 d'agosto de 1656 na mesma villa em que nascera. Entre os seus manuscritos appareceu este poema que o auctor pretendia publicar, logo que o tivesse revisto e corrigido. A morte lhe frustrou os intentos, no que muito perdeu a obra não só na falta das correções que o auctor lhe pretendia fazer, mas por ficar, assim, sujeita aos defeitos d'uma edição descuidada.

Bento Madeira de Castro, capitão-mór d'Avô, senhor da casa que hoje possui seu bisneto, o sr. Antonio de Brito, de Coimbra, proximo parente do auctor foi quem publicou o poema em Coimbra no anno de 1699.

Apezar de todos os defeitos da edição, em que visivelmente se mudaram algumas palavras como no verso 5.º da est. 5.ª do canto 6, em que se escreveu «Ataide» em vez de «d'alcaide,» na primeira palavra da est. 71.ª em que se escreveu «escuta» em vez de «escusa,» em outra parte «camas» em vez de «Canas» etc.; apezar, digo, de todos estes defeitos, e d'outros em que abunda a edição, é certo que muito se deve ao primeiro editor. Sem elle, ter-se-ia perdido este poema, assim como se perderam as Ausencias Brazilicas e outros manuscritos do mesmo auctor. Mas a edição, além de tudo o mais, foi escassa, e o poema estava outra vez em risco de se perder, se não fosse este meu esforço, inspirado pelos estímulos de patricio do auctor, e pelos do sangue, á similhaça do primeiro editor (como elle nos diz no fim do que escreve sobre a vida do poeta), e animado por alguns a quem movem iguaes razões.

Vai esta edição adornada com duas estampas. A que representa o juramento de Viriato depois da traição de Galba, referido na est. 102 e seguintes do canto VI, é copia d'outra muito conhecida, estimada e rara; a segunda é o retrato do auctor, copiado daquelle que se conserva na sua casa.

Desejava ter enriquecido mais esta edição, porém corre-se em taes publicações risco de grandes perdas, em um paiz que contem tão poucos leitores, como muito bem conhecem os que d'ellas tem practica.

A. DE VASCONCELOS.

Catálogo descritivo e iconográfico do Museu de Anatomia Patológica

DA FACULDADE DE MEDICINA DE COÍMBRA

LIVRO SEGUNDO

Lesões da pele e do tecido celular

Os exemplares referentes às lesões inflamatórias da pele, existentes no Museu, são pouco numerosos. Este livro é, pois, quasi exclusivamente constituído pela descrição de diversos tumores.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Lesões inflamatórias

150. — LUPUS TUBERCULOSO (fig. 54). — A peça consta duma cabeça conservada em álcool, completamente descorada, sendo mal distintas as lesões cutâneas. Vê-se, no entanto, que as cartilagens do nariz foram destruídas, estando as fossas nasais largamente abertas.

151. — LUPUS TUBERCULOSO. — Outra cabeça em que se nota uma depressão notável do nariz estando uma das ventas obliteradas.

Peça antiga, conservada em álcool, descorada também, sendo, como no exemplar anterior, pouco nitidas já as lesões da pele.

152. — SÍFILIS CONGÊNITA. — Peça composta duma série de retalhos de pele de diversas regiões do corpo dum recém-nascido, que se apresentam cobertos de pápulas de côr vermelha escura.

153. — LEPRO (fig. 55). — É a região anterior duma cabeça feminina mostrando as faces com uma coloração amarelo torrada. Á sua superfície encontram-se, proeminentes, diversas elevações no-



Fig. 54. — Lupus tuberculoso. — Redução $\frac{1}{2}$.

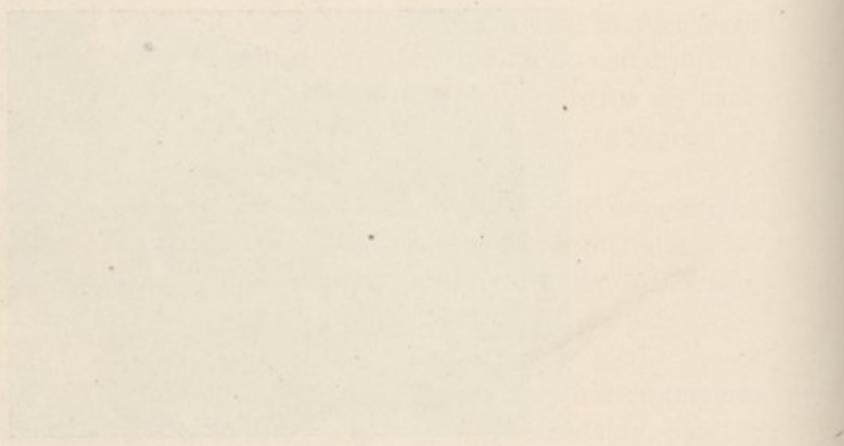
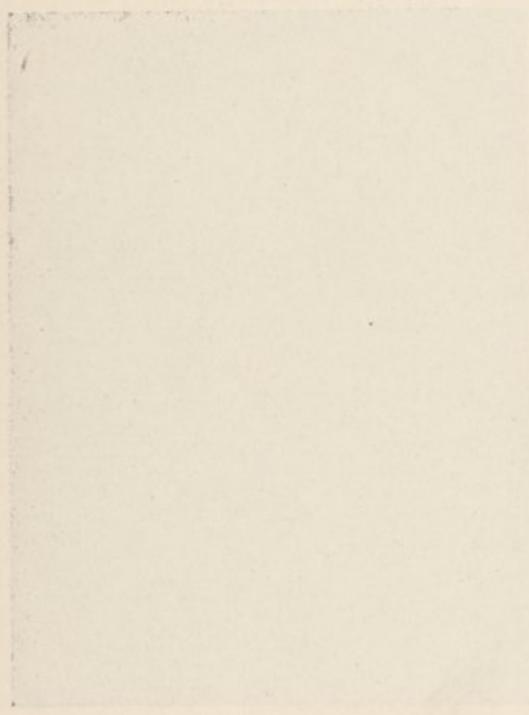


Fig. 55. — Elefantiasis da face. — Redução $\frac{1}{2}$.



Fig. 56. — Elefantiasis do pé. — Redução $\frac{1}{3}$.

1872



dulares, rugosas, espessas, de volume e dimensões variáveis, espalhando-se regular e simétricamente nas arcadas supra-ciliares, amontoando-se nas regiões malares, voltando a dispor-se simétricamente nas asas do nariz e nos bordos livres dos lábios que espessam e enrugam.

154. — ELEFTIASIS DO PÉ (fig. 56). — Peça constituída pelo pé e pelo terço inferior da perna. Está muito deformada. A sua pele foi substituída por uma camada de tecido eriçado de pequenas e irregulares elevações acuminadas, de côr amarelo escuro. A região da implantação dos dedos tem a forma arredondada com o aspecto duma pata de elefante. Na região maleolar interna não existe pele e os tecidos subcutâneos são de grande dureza. Na região tibio-társica encontra-se um nódulo espesso e rugoso.

CAPÍTULO SEGUNDO

Tumores

Sarcomas

155. — SARCOMA DA REGIÃO HIPOGÁSTRICA. — A peça é constituída pela parte anterior das regiões hipogástrica e infra-púbica, pelo pénis e pelos dois testículos.

A parede abdominal anterior faz saliência e tem o aspecto ovoide; a limitar uma cavidade do volume duma laranja, existe o peritoneu parietal fendido em alguns pontos.

A cavidade assim limitada está repleta de tecido friável semelhando carne triturada, de côr amarelo torrada. Tem uma consistência dura.

156. — SARCOMA DA REGIÃO FRONTAL ESQUERDA (figs. 57 e 58). — A peça é constituída por uma cabeça de criança, cujo crânio foi seccionado verticalmente, segundo a sutura coronária até aos ouvidos e horizontalmente desde êstes até à sutura lambdoide.

A fronte foi invadida por um sarcoma que, começando na sutura parieto-frontal esquerda, desce sôbre a face e invade o olho onde forma dois lóbulos; prolonga-se para o endocrânio, onde tem um aspecto esponjoso encostando-se à faceta triangular esquerda da apofise crista-gali. De côr cinzenta pálida, liso na superfície e de consistência dura, parece continuar-se com outra massa tumoral, bosselada, que se estende sôbre a parte anterior da laringe.

Conservado em álcool.

Fibromas

157.—FIBROMA DA PELE.—É um volumoso fibroma, irregularmente bosselado, do volume duma laranja, levantando a pelle. Tem côr amarelada, muito consistente, tem doze centímetros de comprimento por dez de largo e oito e meio de espessura. Pesa 295 gramas.

Conservado em álcool.

158.—FIBROMA DA PELE.—É um pequeno fibroma de côr amarelada, ligado a uma pequena porção de pele por um curto e grosso pediculo e composto de tres lóbulos, tendo a sua superficie muito rugosa e cheia de depressões.

159.—FIBROMAS DA PELE.—A peça é a cabeça de um homem, tendo uma côr amarela em toda a sua superficie e com massas tumorais, espalhadas pela face e por todo o coiro cabeludo, onde são mais numerosas. Na região frontal existem quatro, três à direita e uma à esquerda. Do lado esquerdo, na parte superior do parietal, existe uma mais desenvolvida, e por cima da sutura lambdoide uma outra enorme, rugosa.

Na região parietal direita e na região frontal anterior encontram-se massas tumorais menos volumosas; a região malar está lisa; nas regiões occipital e mentoniana, encontram-se outros pequenos tumores.

160.—FIBROMA DA PELE (fig. 59).—Esta peça é constituída pela metade esquerda duma cabeça masculina. A sua côr geral é amarelo sujo, excepto na região posterior onde é esbranquiçada. Na região parietal junto à orelha e na parte da face correspondente, encontra-se um tecido rugoso, cuja espessura vai aumentando successivamente para a região occipital esquerda. Um pouco atrás da apofise mastoide, encontra-se, encravada, uma massa rugosa, mais escura, isolada por um profundo sulco circular. Junto da sutura lambdoide existe um orificio circular e profundo, donde emerge uma pequena massa pediculada e esférica.

Na orla superior da superficie rugosa existem pequenos orificios, de onde saem feixes de cabelos.

161.—FIBROMA DA PELE.—Esta peça tem uma coloração branco sujo e em alguns pontos manchas mais escuras; tem uma forma rectangular cujas dimensões são de $13\text{cm} \times 12\text{cm}$. Um pouco à esquerda do centro, existe uma elevação enrugada produzida pela pele.



Fig. 57. — Sarcoma da região frontal. — Redução $\frac{1}{3}$.



Fig. 58. — Sarcoma da região frontal. — Redução $\frac{1}{3}$.

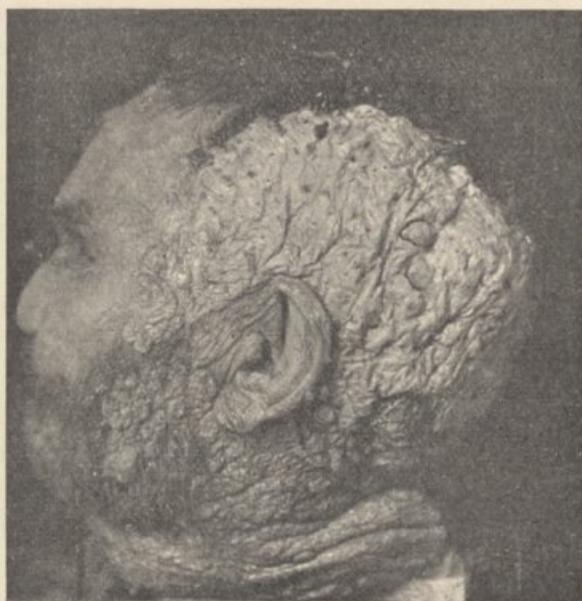
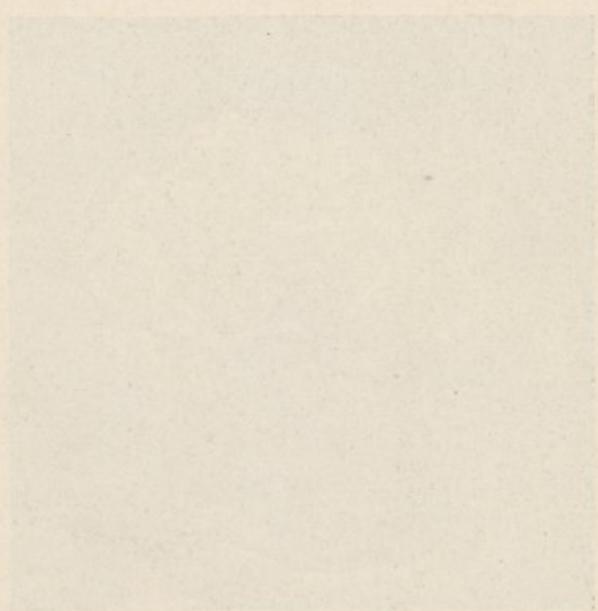
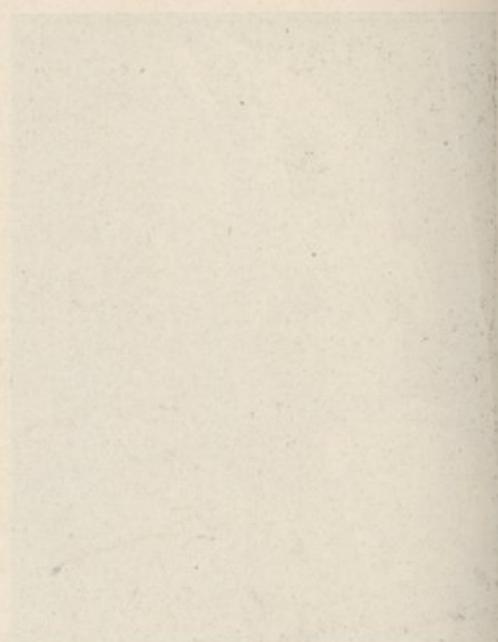


Fig. 59. — Fibromas da pele. — Redução $\frac{1}{3}$.



Disseminadas por toda a sua superfície, existem várias granulações, das quais, cinco tem o volume dum grão de milho, sendo as outras menores; umas são ovais, outras semi-esféricas.

162. — FIBROMATOSE DA PELE (fig. 60). — Esta peça é constituída por um regalo da pele da região da coxa, de côr amarelada, de onde a onde escura. Na parte superior, a 3 ou 4 cm. à esquerda do corte vertical, existem duas grandes massas tumorais, sendo a superior pediculada. Nódulos idênticos se encontram noutros pontos da pele, tendo dimensões variáveis e a mesma forma arredondada.

Lipomas

163. — LIPOMA. — Esta massa tumoral tem 27 cm. de comprimento, por 17 de largo e 7 de espessura; tem uma forma muito irregularmente ovoide, consistência elástica e a parte convexa é parcialmente coberta pela pele. É muito lobulado.

164. — LIPOMA. — Tem a forma arredondada, com 9 centímetros de diâmetro; é um pouco achatado, tem a côr amarelada, a superfície lisa, com sulcos pouco profundos. Tem a consistência elástica e é pouco volumoso.

Conservado em álcool.

165. — LIPOMA. — Peça constituída por um tumor liso, branco, com uma forma estrelada, aparentemente gelatinoso, de consistência mole, macio ao tacto e pesando 385 gramas. Uma das faces é um pouco côncava e a massa do tumor, mais volumosa no centro, adelgaça-se e enche-se de franjas para os bordos.

Conservação em álcool.

166. — LIPOMA. — O tumor é constituído por uma massa central com vários e volumosos prolongamentos. Tem 12 cm. de comprimento por 8 cm. de largura. Toda a superfície está cheia de sulcos mais ou menos profundos e de elevações, de volume e forma diferentes. Tem bastante consistência, o aspecto compacto e côr amarelada.

Conservação em álcool.

167. — LIPOMA DO COIRO CABELUDO. — Esta peça é constituída pela metade esquerda do frontal e do temporal do mesmo lado cortada segundo uma linha perpendicular à sutura frontal e sôbre os quais

repousa o coiro cabeludo. A pele tem a côr esbranquiçada. Três centímetros acima da arcada orbitária, na sua origem externa, encontra-se uma massa oval, lisa, formando sob a pele uma saliência arredondada de 4 centímetros de diâmetro, cujo conteúdo é gorduroso e avermelhado.

Conservação em álcool.

168. — LIPOMA DA REGIÃO CERVICAL. — A peça tem um estrangulamento que a divide em duas partes, uma mais volumosa tendo a forma e volume dum coração e apresentando em um dos bordos, junto da ponta, uma reintrância; a outra menos volumosa tem a aparência franjada. De côr amarelo claro e pouco consistente pesa 290 gramas.

Conservação em álcool.

169. — LIPOMA DA REGIÃO DORSAL (fig. 61). — A peça é constituída por uma massa tumoral volumosa, disforme, coberta pela pele da região, junto à qual o tumor toma a côr escura, e está em franca supuração. A massa do tumor divide-se em vários lóbulos, de formas e aspectos diferentes, salientando-se um lóbulo maior, avermelhado e duro.

170. — LIPOMA PEDICULADO DA REGIÃO DORSAL. — Tumor de côr escura, forma irregular, dimensões dum ovo de galinha e coberto pela pele muito enrugada.

171. — LIPOMA DA ESPÁDUA. — Peça constituída pelo terço superior do braço, articulado à omoplata e a uma pequena porção da clavícula.

O tumor que ocupa toda a face posterior da região da omoplata tem a forma arredondada e é muito volumoso, lobulado, de côr escura e aspecto gelatinoide.

Conservação em álcool.

172. — LIPOMA DA REGIÃO AXILAR. — Êste tumor tem a forma duma volumosa castanha, e é pediculado. Côr de creme, muito consistente e pesando 55 gramas, tem a superfície rugosa e na sua face interna é muito lobulado.

Conservação em álcool.

173. — LIPOMA DO BRAÇO. — Este tumor quando foi operado tinha 24 anos de existência. Com o peso de 690 gramas, tem a forma de uma semi-esfera. Ê pouco consistente, branco, e, tendo supurado



Fig. 60. — Fibromatose da pele. — Redução $\frac{1}{3}$.



Fig. 61. — Lipoma da região dorsal. — Redução $\frac{1}{3}$.

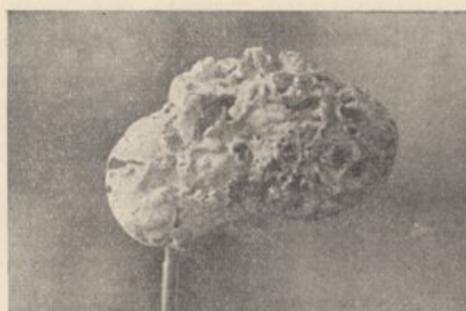
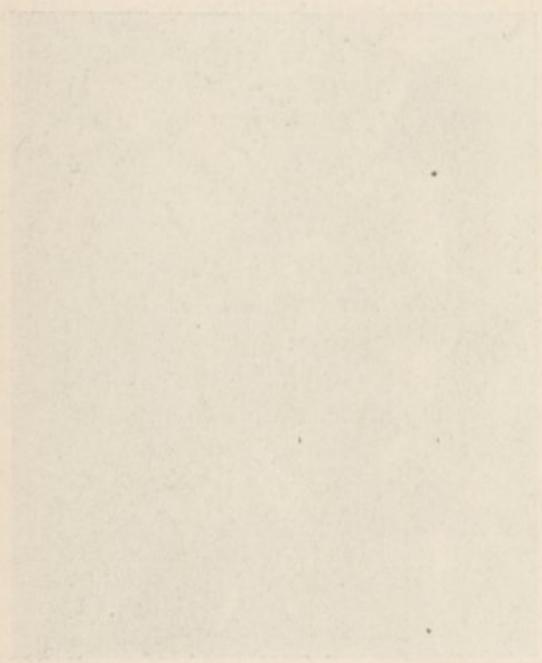


Fig. 62. — Osteôma do pescoço. — Redução $\frac{1}{3}$.



na sua zona central, estabeleceu um trajecto fistuloso com o exterior por onde se escapava o pús. Tem aderente parte da pele e do tecido celular sub-cutâneo e tem o comprimento de 15 cm.

Conservação em álcool.

174. — LIPOMA DA PAREDE ABDOMINAL. — É um tumor tendo dezanove centímetros de comprimento por quinze de largo, de forma arredondada, lobulado, muito volumoso e pesando 750 gramas. De côr amarelada e consistência dura, tem a superfície cheia de elevações, separadas por depressões pouco profundas.

Conservação em álcool.

175. — LIPOMA DA COXA. — Tumor com a forma alongada, pediculado, de consistência pouco dura e côr amarelo pálido, pesando 65 gramas. No polo oposto ao pedículo encontra-se uma mancha esbranquiçada, de aparência cicatricial.

Conservação em álcool.

Osteomas

176. — OSTEOMA DO PESCOÇO. — Tumor constituído por um meio ovoide regular em que podemos descrever uma superfície plana, de aspecto esponjoso, com pequenos alvéolos de côr amarelada. Tem a consistência óssea e estrutura lamelar e está revestido por uma cápsula fibrosa onde se desenham algumas rugas e saliências.

177. — OSTEOMA DO PESCOÇO (fig. 62). — Peça em tudo análoga ao que fica indicado no n.º 176, mas um pouco mais pequena.

Conservado em sêco.

178. — OSTEOMA DA VIRILHA ESQUERDA. — O tumor tem a forma dum ovoide irregular com as dimensões dum ôvo grande de galinha e é constituído por tecido ósseo com largas perfurações irregulares.

Epiteliomas

179. — CANCROIDE DA PELE (fig. 63). — É uma pequena peça de forma rectangular e de côr vermelha escura. Sôbre a região do joêlho a pele tem uma elevação de forma elipsoidal, em couve flôr, cujo eixo maior tem 6 cm. por 4 de eixo menor, desenvolvendo-se mais nesta última direcção, onde atinge 2 cm. de espessura

Conservado em sêco.

180. — CANCROIDE DA PELE. — Um retalho de pele análogo ao precedente tendo no terço inferior esquerdo uma superfície rugosa. Corresponde ao joelho onde estão disseminadas pequenas vesículas, sendo duas mais volumosas, existindo na parte central uma placa circular de dois centímetros de diâmetro coberta de escamas irregularmente sobrepostas e mais grossas à esquerda.

Conservação em sêco.

181. — CARCINOMA DA FACE (fig. 64). — Peça composta duma cabeça a que foi retirada a porção póstero-superior da abóboda craniana, e que apresenta as regiões malares de ambos os lados largamente corroídas, estando destruídas as paredes das fossas nasais.

182. — EPITELIOMA DO PÉ (fig. 65). — Peça conservada em sêco e constituída pelo pé esquerdo e extremidade inferior da perna, amputada dois centímetros acima dos maléolos.

Os dois terços posteriores da região plantar estão invadidos por uma massa tumoral atingindo três centímetros de espessura, formando um bôrdo saliente sôbre a região do calcanhar e tendo o aspecto de couve flôr enegrecida.

O diâmetro maior do tumor é de cêrca de 20 centímetros e o menor (transversal) de dezaseis centímetros. A sua consistência é dura e friável.

183. — EPITELIOMA DO PÉ. — Pé direito. Sôbre as articulações do 3.º e 4.º dedos implantou-se uma massa tumoral, de forma irregular, invadindo os tecidos do pé, profundamente. A massa tumoral, que, na face plantar do terceiro dedo se estende até à unha, branco amarelada e de consistência elástica, está eriçada de bastantes saliências e cheia de pequenas depressões que lhe dão o aspecto característico da couve flôr.

184. — EPITELIOMA DO PÉ (fig. 66). — Peça constituída por um pé direito e pelo terço inferior da perna.

Na face externa da metade posterior do pé e na região inferior da perna encontra-se uma massa tumoral, branco amarelada, estendendo-se para a face dorsal da perna e revestindo a forma duma couve flôr, mais ou menos triangular. A pele circunscreve a massa tumoral, cuja consistência é dura, e que chega a adquirir a espessura de 5 centímetros.

185. — CARCINOMA DO PÉ. — Esta peça é constituída pelo pé es-



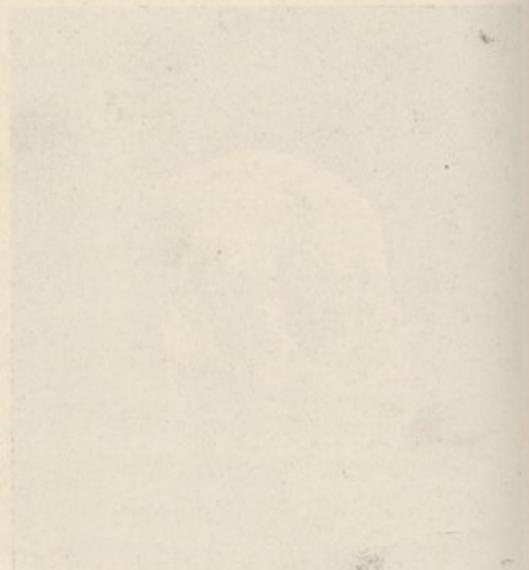
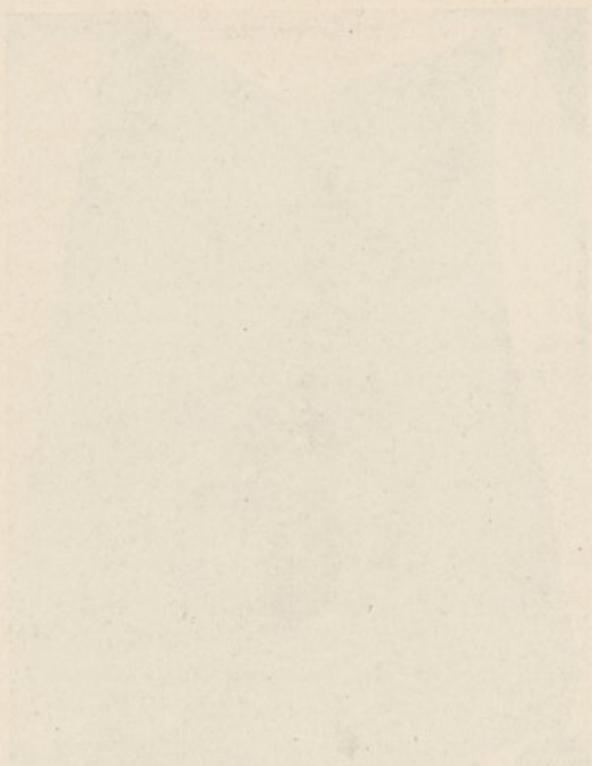
Fig. 63. — Cancroide da pele do joelho. — Redução $\frac{1}{3}$.



Fig. 64. — Carcinoma da face. — Redução $\frac{1}{3}$.



Fig. 65. — Epitelioma do pé. — Redução $\frac{1}{3}$.



querdo, amputado pelo terço inferior da perna. O tumor implanta-se sôbre o maléolo interno circundando-o, estendendo-se até ao bordo interno do pé e a 3 centímetros acima da linha articular tibio-társica.

É muito volumoso, amarelado, mole, dividido em pequenos lóbulos por sulcos profundos. É pediculado e um pouco mais fragmentado na metade anterior do que na posterior.

Conservação em álcool.

Quistos

186. — QUISTO PEDICULADO DA REGIÃO DORSAL (fig. 67). — Esta peça é constituída por um tumor tendo 6 centímetros de comprimento por três de largo e tem a forma alongada. Está ligado a um pedículo e tem ao nível da pele a superfície muito enrugada.

Conservação em líquido de Kaiserling.

187. — QUISTO DERMOIDE DA MARGEM DO ANUS. — Quisto com o volume e forma de uma avelã, seccionado no sentido longitudinal, contendo internamente cabelos. (LOPES VIEIRA).

188. — QUISTO SEBÁCEO. — Dêste quisto, que deveria ter o volume dum ovo de galinha, só existe a parede, espessa e de superfície interna muito rugosa.

189. — QUISTO PEDICULADO. — Quisto volumoso, alongado, de superfície engelhada.

190. — QUISTO HIDÁTICO DA REGIÃO ESCAPULAR DIREITA. — A peça tem o aspecto dum saco cheio de vesículas, havendo também vesículas secundárias férteis.

LIVRO TERCEIRO

Lesões complexas dos membros

Vão incluídas neste livro um certo número de lesões interessando mais ou menos todos os diversos tecidos dos membros.

Vão em primeiro lugar diversas anomalias, depois algumas lesões traumáticas e finalmente dois casos de gangrêna.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Anomalias

191. — **POLIDACTÍLIA DA MÃO DIREITA.** — Peça composta do esqueleto da mão direita revestido das partes moles, conservada em sêco.

Nesta mão existem dois polegares, ambos com as respectivas falanges, e ligados a um único metacárpico.

192. — **UNIÃO CONGÊNITA DO MÉDIO E DO ANULAR DA MÃO ESQUERDA** (fig. 68). — Caso típico de sindactília membranosa. Os dois dedos tem os esqueletos independentes e estão apenas ligados por uma membrana de duplo revestimento cutâneo.

193. — **PÉ VARUS EQUINO.** — Esqueleto dum pé e do terço inferior da perna direita mostrando as deformações típicas do varo-equinismo: o peróneo desviado para trás, o calcâneo, com a cabeça desviada para diante e para dentro, o pé em abdução com a ponta voltada para dentro, e os bordos encurvados.

194. — **PÉ VARUS EQUINO.** — Peça revestida das partes moles. É um pé esquerdo com deformações análogas às descritas no número anterior. A pele do bôrdo externo apresenta os caracteres habituais da pele da planta do pé.

195. — **PÉ VARUS EQUINO.** — Pé direito revestido das partes moles e que, além das lesões análogas às antecedentes, apresenta deformações dos dedos.

196. — **PÉ EQUINO.** — Nesta peça, que está revestida das partes moles, e que se compõe do pé e terço inferior da perna, vê-se o pé em extensão forçada permanente, sem que haja, no entanto, extensão dos dedos.

CAPÍTULO SEGUNDO

Lesões traumáticas

197. — **ARRANCAMENTO DO POLEGAR DA MÃO ESQUERDA.** — Houve arrancamento dos tecidos moles correspondentes às duas últimas falanges do polegar da mão esquerda, estando a nu em grande extensão o tendão do flexor profundo, bem como a parte terminal do mesmo músculo.



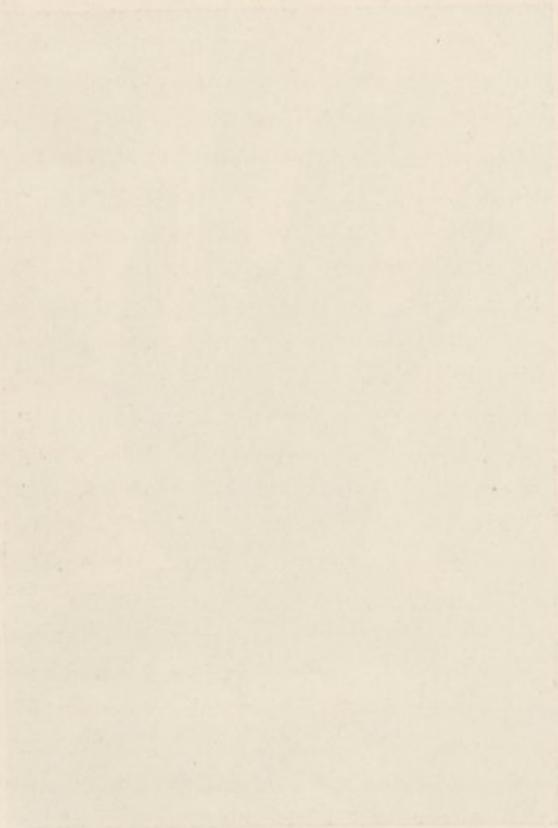
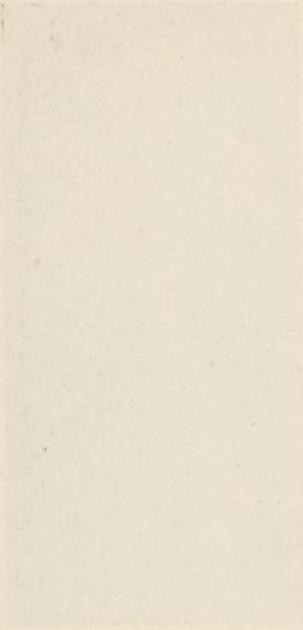
Fig. 66. — Epitelioma do pé. — Redução $\frac{1}{3}$.



Fig. 67. — Quisto pediculado da região dorsal. — Redução $\frac{1}{3}$.



Fig. 68. — Sindactilia congênita do médio e do anular da mão esquerda. — Redução $\frac{1}{3}$.



198. — QUEIMADURAS E FERIDAS CONTUSAS (Pele).

199. — FERIDA PENETRANTE NO GLOBO OCULAR ESQUERDO, COM ESVAZIAMENTO CONSECUTIVO. FERIDAS CONTUSAS PRODUZIDAS PELA PROJEÇÃO DE AREIAS (Cabeça).

200. — FRACTURA DÚPLA E EXPOSTA DA TÍBIA E FRACTURA SIMPLES DO PERÓNEO (Perna) (fig. 69). — Estas três peças, resultado da explosão de pólvoras clorotadas, foram descritas pelo PROF. ÂNGELO FONSECA no *Movimento Médico* de 15 de Março de 1904.

«A perna esquerda da mãe encontrava-se num estado deplorável. Uma incisão de 15 centímetros seguindo ao longo da crista da tibia deixava o osso a descoberto. Da parte inferior desta ferida partia um novo corte que, dirigindo-se horizontalmente para fora e para trás até à face posterior do membro, interceptava neste percurso a pele e o tecido celular subcutâneo. As duas incisões destacavam assim um grande retalho, deixando a descoberto os músculos e um fragmento ósseo volumoso. A tibia quebrara-se com efeito em dois pontos e as fracturas em forma de V residiam a nível do terço superior e do terço inferior. O terço médio destacado em bloco pendia na solução de continuidade ao lado do corpo muscular do tibial anterior desinserido das suas ligações naturais.

Na parte externa via-se o extensor comum dos dedos e o extensor próprio do dedo grande; e do lado interno os flexores e o tibial posterior. A artéria tibial e as veias satélites inteiramente destruídas tinham dado lugar a uma grande hemorragia. Em toda a face posterior do membro existia uma queimadura de 1.º grau.

Próximo do joelho havia uma ferida incisa circular que interceptava todos os tecidos excepto o gémio interno e a pele que o recobria. O peróneo desarticulou-se superiormente e apresentava uma fractura simples a nível do terço inferior. A tibia tinha-se destacado pela fractura superior, ficando o terço correspondente ligado à articulação.

Na face dorsal do pé esquerdo havia uma queimadura do 2.º grau e uma incisão transversal que ia do bordo externo ao bordo interno deixando vêr o tendão do extensor comum. Um pouco mais acima, na parte média do intervalo intermaleolar, existia uma pequena ferida circular, com perda de substância, através da qual aparecia o tendão do extensor próprio do dedo grande.

No cérebro constatamos um ponteado hemorrágico muito ténue.

Todos os outros órgãos estavam normais.

Na filha, os maiores ferimentos residiam na fronte e na face onde

havia queimaduras, feridas contusas de bordos irregulares, bastante profundas e com perda de substância. A maior de todas estava situada à direita acima do rebôrdo do maxilar inferior sob o seu ramo horizontal e fora da comissura dos lábios. Tinha 4 centímetros de largo por 2 $\frac{1}{2}$ de alto, interceptando todos os tecidos moles com o osso a descoberto. Do lado esquerdo e simétricamente colocada existia outra solução de continuidade menos extensa mas tão profunda como a anterior. Uma incisão transversal da pele e tecido celular subcutâneo seguindo entre o osso hioide e o mento unia os dois ferimentos descritos.

Nos lábios havia pequenas feridas, bem como no rebôrdo gengival próximo do incisivo superior, que tinha sido partido pelo colo.

No nariz existiam também feridas superficiais na ponta, asas e septo.

Na arcada supraciliar esquerda constatava-se uma ferida contusa, profunda, de bordos sinuosos, através da qual se via o frontal.

No olho esquerdo um grão de areia projectado com violência tinha produzido estragos importantes: cortou transversalmente a córnea e deu saída ao humor aquoso; destruiu a iris e os processos ciliares; reduziu o cristalino a fragmentos pequeníssimos, deixando sair o humor vítreo; e por último descolou a retina.

O cérebro estava congestionado e em diversas regiões da substância branca e cinzenta notavam-se infiltrações sanguíneas bastante abundantes.

De resto nada mais encontramos digno de menção».

CAPITULO TERCEIRO

Gangrenas

201. — GANGRENA SÊCA DA PERNA (fig. 70). — Uma perna direita desarticulada a nível da articulação do joelho e pé do mesmo lado articulado ainda. Falta-lhe a epiderme em toda a extensão salvo junto dos dedos, onde se encontra fendilhada. Toda a peça conservada a sêco adquiriu o mesmo tom negro, tendo sido destruídos os traços musculares, tomando a consistência dura e não sendo possível averiguar-se maior número de detalhes.

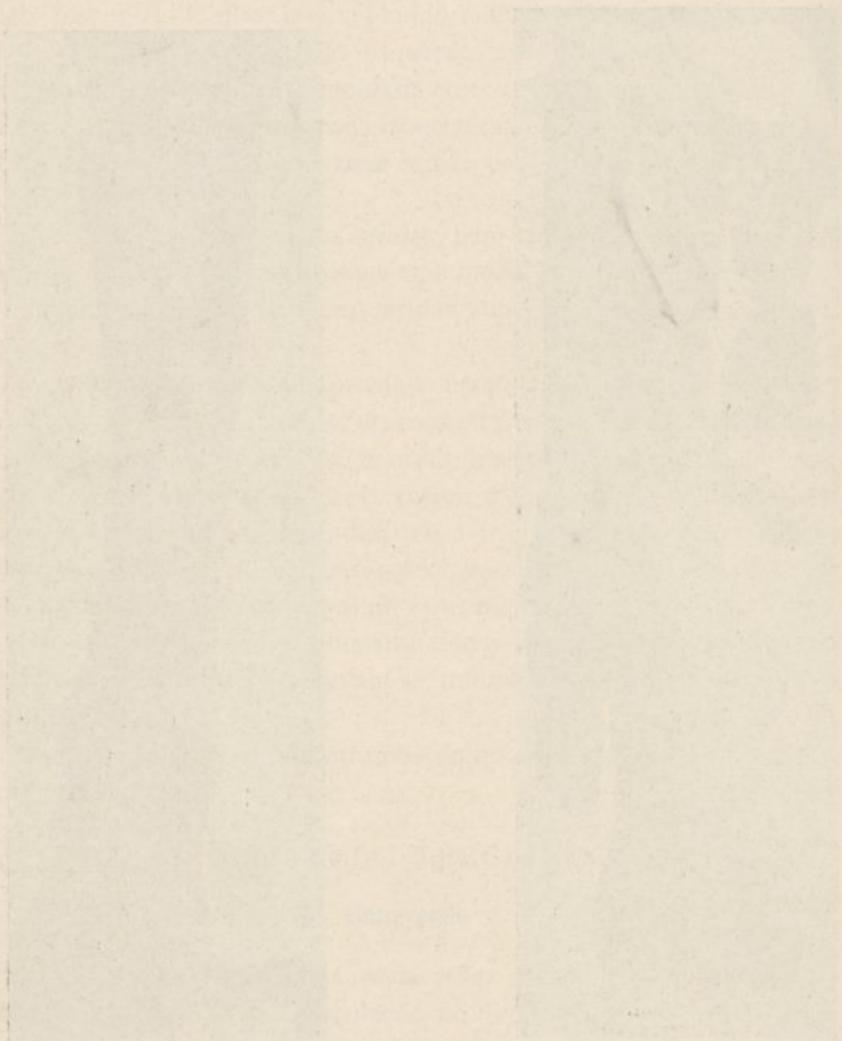
202. — GANGRENA SÊCA DOS PÉS. — Dois pés dos quais o direito foi desarticulado pela articulação tibio-társica e outro tem apenso o extremo inferior dos ossos da perna que foram amputados pelo terço inferior.



Fig. 69. — Efeito explosivo das polvoras cloratadas. — Redução $\frac{1}{2}$.



Fig. 70. — Gangrena seca da perna. — Redução $\frac{1}{2}$.



Apresentam-se de côr escura e aspecto rugoso, consistência dura, faltando a epiderme em grande extensão, e a gangrena foi consecutiva à imobilidade prolongada e à acção do frio.

LIVRO QUARTO

Lesões do aparelho circulatório

CAPITULO PRIMEIRO

Lesões do Pericárdio

203. — PERICARDITE PSEUDO-MEMBRANOSA. — Esta peça provêm dum individuo de 25 anos. Foi recolhida em 1885 e é constituída pelo coração envolvido pelo pericárdio espessado. À face externa e anterior da serôsa estão ligados vários septos fibrosos diafragmáticos. Toda a cavidade pericardica, aumentada de volume, está revestida dum inducto pseudo-membranoso, dando-lhe um aspecto enrugado, e cobrindo-a numa espessura de milímetro. O coração está muito hipertrofiado; o ventrículo esquerdo encontra-se secionado segundo o seu bordo até junto da ponta e nas aurículas distinguem-se os orifícios das veias cavas e pulmonar. A aorta está um pouco hipertrofiada nas suas paredes e dela nascem o tronco braquio-cefálico e a carotida primitiva; êstes dois vasos comunicam entre si. A artéria tiroideia nasce entre a carótida primitiva e a sub-clávia esquerda.

204. — PERICARDITE PSEUDO-MEMBRANOSA. — A peça foi colhida em 1885 e é constituída pelo coração muito aumentado de volume. O derrame distendeu a serosa pericárdica e os seus folhetos encontram-se revestidos por um inducto, rugoso, viloso, amarelado, tendo a espessura dalguns milímetros, havendo zonas em que aderem intimamente entre si.

205. — PERICARDITE PSEUDO-MEMBRANOSA. — Êste coração provêm dum individuo de 23 anos e foi recolhido em 1884. A peça está dividida por uma incisão ao longo do sulco interventricular. Mostra a cavidade pericárdica pouco distendida, mantendo entre os seus dois folhetos pouco rugosos uma substância amarela, grumosa, mole, com o aspecto de pús concretado, e que é formada pela união de várias lâminas membranosas. Os folhetos mostram, de onde a onde, diversas aderências entre si.

206. — PERICARDITE PSEUDO MEMBRANOSA. — Peça recolhida em 1894 e conservada em sêco. É constituída pelo coração de volume normal, envolvido pelo pericárdio; sôbre as faces internas do folheto seroso encontram-se trabéculas de tecido amarelado, membranoide, particularmente abundantes sôbre a face cardíaca onde tomam a disposição de faxas de comprimento desigual. A cavidade da serosa não está aumentada de volume e em vários pontos os dois folhetos aderiram entre si.

207. — PERICARDITE PURULENTA. — Esta peça não tem indicações particulares e compõe-se dum coração muito aumentado de volume e envolvido pelo pericárdio. A cavidade pericárdica está bastante dilatada, devendo ter contido bastante liquido. Os folhetos visceral e parietal da serosa estão revestidos por uma massa de aspecto rugoso, bastante espessa, de pus concretado. A parede anterior do pericárdio é fibrosa e espessa.

208. — PERICARDITE PURULENTA, PNEUMOCÓCICA. — Esta peça provém dum caso de pneumonia. É muito notável pela dilatação enorme que adquiriu o saco pericárdico, no qual o liquido devia ter atingido o volume de mais de 2 litros e meio. A superfície externa do pericárdio tem, disseminadas, bastantes granulações e os dois folhetos internos estão revestidos de elevações do tamanho de cabeças de alfinete; aqui e além encontram-se manchas equimóticas.

O coração está um pouco retraído.

209. — PERICARDITE SÊCA. SINFISE CARDÍACA. — Peça colhida em 1905 e proveniente dum indivíduo albuminúrico. Nesta peça a cavidade pericárdica quasi que desapareceu completamente. Os dois folhetos estão aderentes entre si por septos célula-fibrosos em quasi toda a sua extensão. Nos pontos em que os dois folhetos estão livres, a sua superfície encontra-se rugosa e cheia de flócos de tecido lameloso, com algumas granulações. À superfície externa do pericárdio aderem restos do pulmão, com focos de antracose.

210. — PERICARDITE ADESIVA E HEMORRÁGICA. — Êste exemplar é muito raro. Foi recolhido em 1905. A cavidade pericárdica está muito reduzida de volume em virtude das aderências célula-fibrosas que uniam entre si os dois folhetos. No ponto em que ainda estão livres, encontra-se a superfície cheia de rugosidades e de falsas membranas de aspecto leitoso salpicadas de manchas hemorrágicas e, no interior da cavidade, coágulos vermelhos vivos de sangue que,



Fig. 71. — Pericardite adesiva. Quistos hidáticos pericárdicos e endocárdicos. — Redução $\frac{1}{2}$.

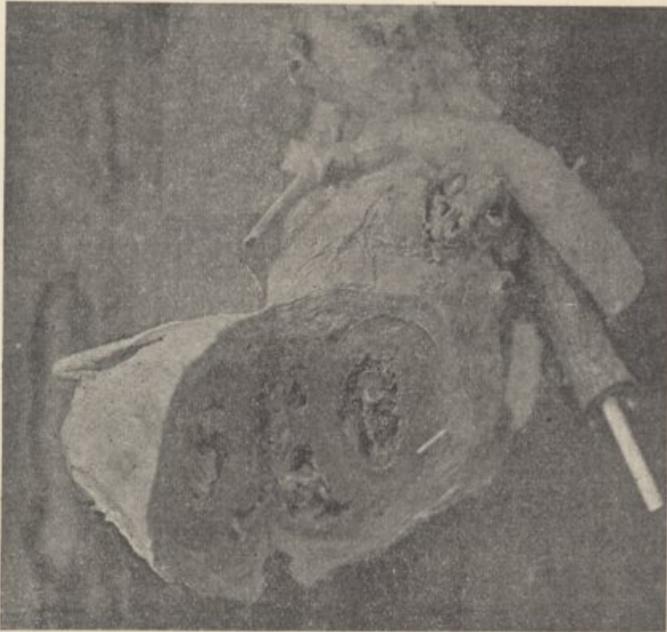
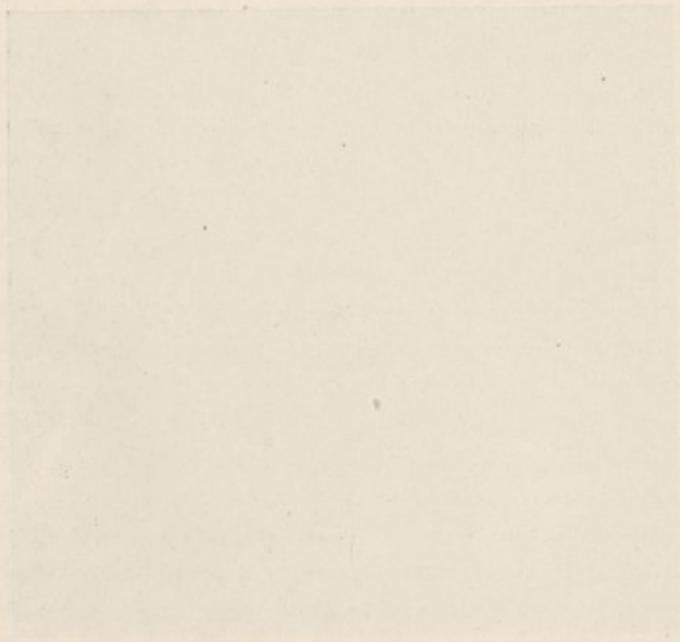
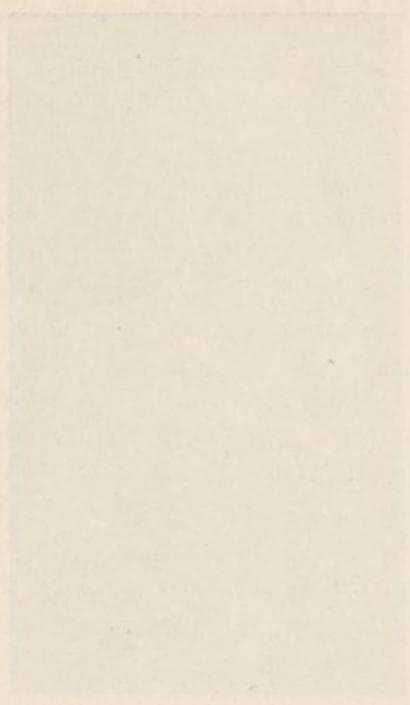


Fig. 72. — Pericardite tuberculosa. Sinfise total. — Redução $\frac{1}{2}$.



irrompendo certamente das coronárias lesadas, determinou a morte súbita. O coração não está aberto e está levemente aumentado de volume.

211. — PERICARDITE ADESIVA (fig. 71). QUISTOS HIDÁTICOS PERICÁRDICOS E ENDOCÁRDICOS. — *Exemplar raríssimo* sobre o qual existem poucas indicações. O coração está ligeiramente aumentado de volume. Os dois folhetos do pericárdio estão soldados entre si em quasi toda a sua extensão. Sobre a face externa do pericárdio encontram-se várias cavidades quísticas de volumes variáveis, atingindo a maior o volume dum ovo de galinha. Algumas destas cavidades, que tem revestimento próprio, contem ainda restos de hidatides. A sua membrana de revestimento é branca e tem a espessura dum milímetro. Sobre a face externa do coração, no ponto em que os dois folhetos da serosa estão separados, encontram-se outros quistos e o mesmo succede na aurícula direita, onde existe um pequeno quisto fazendo saliência na cavidade.

212. — PERICARDITE ADESIVA TUBERCULOSA. DEGENERESCÊNCIA GORDUROSA DO MIOCÁRDIO. SÍNFISE TOTAL. — *Êste exemplar* provêm dum caso em que a autópsia revelou, além da sínfise, congestão pulmonar e nódulos tuberculosos, raros, no lóbulo superior do pulmão direito.

Observa-se que a sínfise era total e que coincide com a degenerescência gordurosa do miocárdio. A pericardite é antiga, a aderência é geral, tendo desaparecido por completo a cavidade. As parêdes dos ventriculos estão aumentadas de espessura e vê-se que são atravessadas por faixas de tecido adiposo que as dissocia.

213. — PERICARDITE TUBERCULOSA. SÍNFISE TOTAL (fig. 72). — *Êste exemplar* é muito notável e muito raro. É constituído pelo coração envolvido pelo pericárdio cujos folhetos aderiram, em consequência da infecção tuberculosa, por tal forma que entre si não existe o mais ligeiro espaço. A adesão é íntima, espessa e bem visível a zona dos tubérculos. Ao miocárdio aderem restos da aorta, o esófago e um grande número de gânglios peribrônquicos e periesofágicos nos quais se observam todos os diferentes períodos das lesões tuberculosas. Alguns dêsses gânglios estão duros, aumentados de volume e são constituídos por *caseum*, mais ou menos endurecido; outros estão em franca supuração como os direitos periesofágicos e os sub-tiroideos, os quais estabeleceram comunicação com o esófago por onde o pus se eliminava. Ao esófago, conservado até à faringe, está aderente a traqueia e a esta um corpo tiroide hipertrofiado, alongado e duro,

Embora frequente a pericardite tuberculosa, não é fácil encontrar um exemplar tão perfeito e tão digno de estudo como este, pela variedade de lesões que apresenta e pela forma como está montado.

Conservado em álcool. (Preparação do PROF. DANIEL DE MATOS).

214. — PERICARDITE CRÓNICA. INFILTRAÇÃO CALCÁREA DO PERICÁRDIO. — Esta peça, conservada em sêco, é composta por um coração notável pelo seu reduzido volume. Todo o pericárdio visceral, o único conservado, e sobretudo o pericárdio ventricular, encontra-se infiltrado de placas calcáreas, transformação possível de aderências antigas ou de restos de pericardite crónica.

CAPITULO SEGUNDO

Lesões próprias do coração

Anomalias

215. — PERSISTÊNCIA DO BURACO DE BOTAL (?). — Adulto de 50 anos. Êste exemplar é constituído por um volumoso coração cujas diferentes cavidades estão aumentadas de volume. As duas aurículas, cujas paredes estão extremamente finas, foram seccionadas para pôr a descoberto o buraco de Botal, que tem uma forma oval, tendo onze milímetros de altura por oito de largura. As faces do miocárdio estão revestidas por bastante tecido adiposo. Como as aurículas foram não só seccionadas, como também reseçadas em parte, difícil é poder diferenciar se o buraco de Botal persistiu, ou se é o resultado da dilatação auricular mais provável.

216. — CORAÇÃO ADULTO. PERSISTÊNCIA DO BURACO DE BOTAL. — Sobre êste exemplar também não existem dados clínicos. O coração não está aumentado de volume e entre as duas aurículas, bastante dilatadas, mantem-se o buraco de Botal, de forma oval, um pouco inclinado sobre o sulco inter-auricular e tornando persistente a comunicação inter-auricular.

217. — CORAÇÃO DE CRIANÇA. PERSISTÊNCIA DO BURACO DE BOTAL. — Esta peça é constituída por um coração de criança, e pela aorta em comunicação com a artéria pulmonar pelo reliquat fibroso do canal arterial e pelas veias pulmonares.

Entre as duas aurículas encontra-se o orifício de Botal.

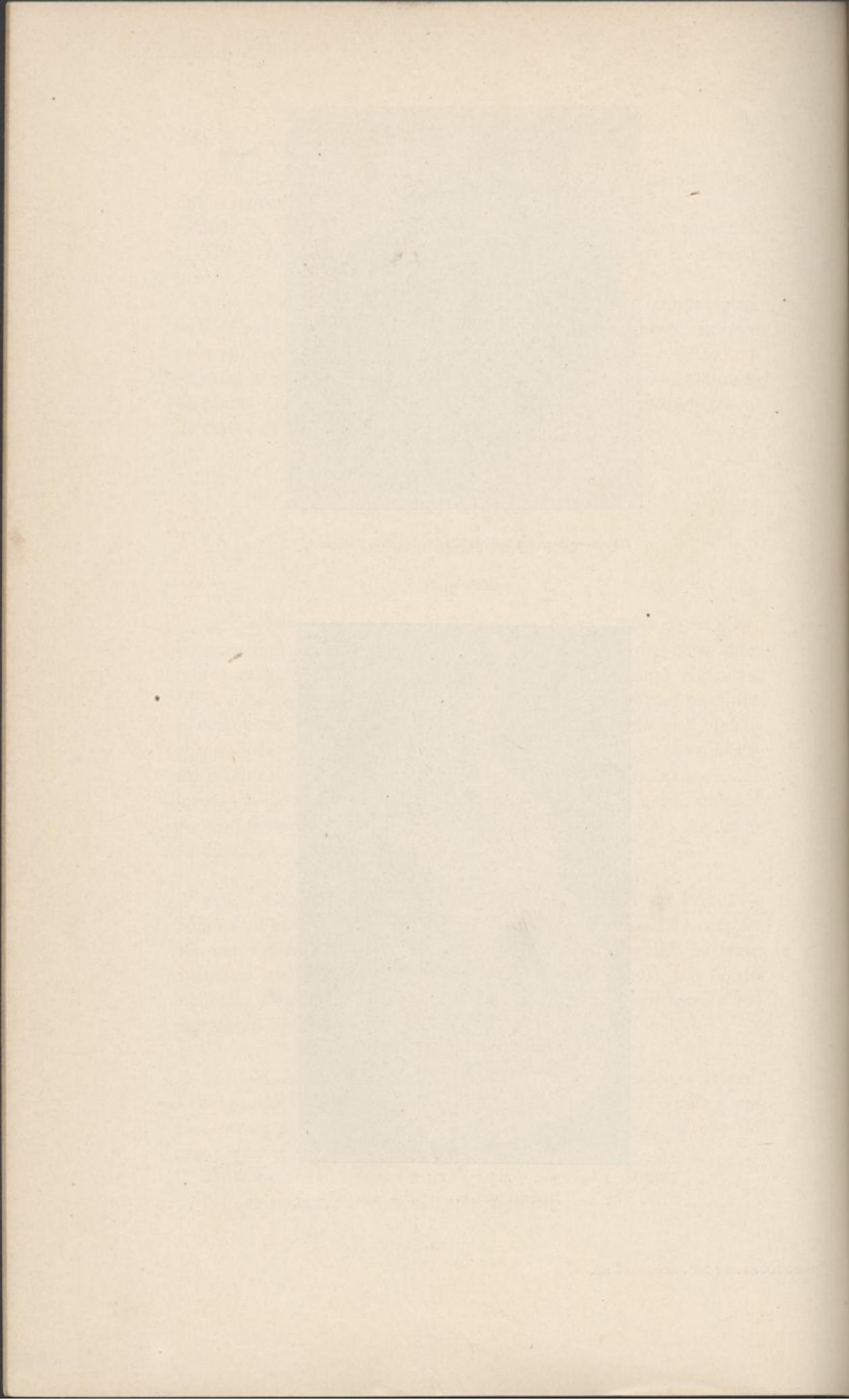
Não existem notas clínicas sobre esta peça.



Fig. 73. — Persistência do orifício de Botal. — Redução $\frac{1}{2}$.



Fig. 74. — Dilatação total do coração. — Redução $\frac{1}{2}$.



218. — CORAÇÃO DE ADULTO. PERSISTÊNCIA DO BURACO DE BOTAL. (fig. 73). — Êste exemplar é muito interessante, e muito raro. Montou-se por forma a mostrar todas as válvulas e a larga comunicação inter-auricular. O ventrículo direito está muito dilatado. Havia insuficiência aórtica e tricúspida e as duas aurículas, das quais a esquerda estava dilatadíssima, comunicam entre si por um largo orifício, suportando bem a passagem de dois dedos. (Preparação de MARQUES DOS SANTOS).

Esteatose

219. — ESTEATOSE CARDÍACA. — Exemplar recolhido em 1884. O coração está secionado por várias incisões por onde se observam à direita as colunas carnudas ventriculares, amareladas, encerrando entre os seus diferentes pilares um coágulo fibrinoso com a forma dum cone de base inferior, penetrando através do orifício aurículo ventricular do mesmo lado. Na face anterior, sôbre os ventrículos, na face posterior, nos sulcos, no apêndice auricular esquerdo e ainda na ponta do coração encontra-se sobreposta uma espessa camada de tecido adiposo, que chega a atingir a espessura dum centímetro em alguns pontos.

220. — ESTEATOSE CARDÍACA. — Peça recolhida em 1875. É um coração bastante descórado pela acção do álcool. Sôbre a face anterior encontra-se uma grande quantidade de tecido adiposo, que se estende sôbre o apêndice auricular direito, aurícula do mesmo lado e vértice do coração. Êste tecido adiposo está endurecido e espalha-se por toda a face posterior, com excepção do sulco aurículo ventricular esquerdo.

221. — ESTEATOSE CARDÍACA. INSUFICIÊNCIA TRICÚSPIDA. — Exemplar com a côr esbranquiçada, com sobrecarga gordurosa bem visível, sobretudo nos sulcos e com a face anterior demasiadamente convexa. O apêndice auricular direito está muito sobrecarregado de tecido adiposo, encontrando-se o bordo direito do coração muito arredondado. O volume da aurícula direita é excessivo; as suas paredes estão engrossadas nalguns pontos e o ventrículo direito, também aumentado de volume, mostra os pilares hipertrofiados. As valvas do orifício aurículo ventricular direito estão endurecidas, não se justapondo por completo.

222. — ESTEATOSE CARDÍACA. — Êste exemplar tem a côr acastanhada. Sôbre toda a face anterior, cobrindo em cima parte das

origens da aorta e da artéria pulmonar, e estendendo-se sobre o bordo direito que cobre completamente, sobre todo o bordo esquerdo, que envolve até ao apêndice auricular esquerdo, sobre as faces superior e externa da aurícula esquerda e em baixo, sobre o ventrículo, estende-se uma grossa camada de gordura de consistência dura, e tendo a máxima espessura de centímetro e meio.

Modificações no volume

223. — **DILATAÇÃO TOTAL DO CORAÇÃO** (fig. 74). — Êste exemplar é formado por um coração e pelas três porções da aorta com as origens de todos os vasos que dela partem. A artéria pulmonar muito dilatada guardou-se na extensão de oito centímetros. O coração está muito dilatado, atingindo o pêso de 400 gramas. A aorta está também muito dilatada tendo duas vezes o seu volume normal e sobre as parêdes ventriculares encontram-se as coronárias muito sinuosas e injectadas.

224. — **DILATAÇÃO PARCIAL DO CORAÇÃO POR ESTEATOSE E DEGENERES-CÊNCIA.** — O coração encontra-se muito dilatado, mas é de notar que a dilatação é muito mais apreciável ao nível dos ventrículos. Sobre toda a superficie externa encontra-se disseminada uma espessa camada de gordura que se torna mais abundante ainda desde a origem da artéria pulmonar até ao apêndice auricular esquerdo. O bordo esquerdo do coração encontra-se muito arredondado. Com o coração estão todos os vasos e o pêso do órgão atinge 660 gramas.

Lesões inflamatórias

225. — **MIOCARDITE AGUDA. INTOXICAÇÃO PELO FÓSFORO.** — Êste exemplar é constituído por um coração cuja circunferência, na base dos ventrículos, é de 27 centímetros. Tem o pêso total de 247 gramas. A face anterior do órgão, levemente rosada, apresenta algumas manchas escuras. Nos sulcos do coração, nos bordos e ainda substituindo-se um tanto à massa muscular, encontra-se uma grande quantidade de gordura. Todos os vasos ligados ao coração estão endurecidos e escuros, com excepção das veias cavas e das veias pulmonares. Os restantes vasos teem coágulos organizados.



Fig. 75. - Endocardite da válvula aurículo-ventricular direita.
- Redução $\frac{1}{2}$.

CAPÍTULO TERCEIRO

Lesões do endocárdio

Endocardites

226. — ENDOCARDITE VEGETANTE DA VÁLVULA MITRAL E DAS SIGMOIDES. — Êste exemplar tem 440 gramas de pêso. Na face interna da aurícula esquerda encontram-se nódulos de tecido adiposo e a valva anterior da mitral encontra-se mole e franjada. Essas franjas são o resultado da endocardite, primitivamente ulcerosa, das cordas tendinosas que fez com que se fraccionassem e degenerassem. O ventrículo esquerdo encontra-se muito dilatado. As valvas da sigmoide da aorta mostram lesões da mesma natureza, menos franjadas e de tipo ulceroso.

227. — ENDOCARDITE DAS VÁLVULAS AURÍCULO-VENTRICULARES. — A peça é constituída por um coração tendo anexos vários vasos da base. Pesa 330 gramas. Por uma incisão existente observa-se que as válvulas dos orifícios aurículo ventriculares são rugosas nas extremidades dos bordos, tendo a forma de cacho e são o resultado do fraccionamento das inserções das cordas tendinosas.

228. — ENDOCARDITE DA VÁLVULA TRICÚSPIDA. — Êste exemplar é constituído pelo coração e vasos. Não tem sobrecarga gordurosa. As coronárias estão injectadas e destacam-se bem da côr rosada do coração.

A válvula aurículo ventricular direita é muito pequena, de bordos grossos e duros, não permitindo uma adaptação completa. O ventrículo esquerdo encontra-se reduzido de volume, mas com as paredes muito espessadas.

229. — ENDOCARDITE DA VÁLVULA AURÍCULO VENTRICULAR DIREITA (fig. 75). — Esta peça mostra que os dois ventrículos estão bastante dilatados.

Os bordos do coração estão na direcção normal. A aurícula direita está muito reduzida de volume; as paredes do ventrículo direito estão muito adelgaçadas e contem, insinuando-se entre os pilares, um coágulo organizado. A válvula tricúspida tem os seus bordos um pouco espessados, por forma que a juxtaposição ou encôsto é incompleto. As paredes do ventrículo esquerdo estão espessadas.

230.—ESCLEROSE DO ENDOCÁRDIO. ATEROMA VALVULAR.—Êste exemplar é muito volumoso. Tem a côr amarelo pálida. A face anterior é lisa, tem as coronárias salientes e tem a ponta do coração envolvida completamente numa camada de tecido gorduroso, amarelo e espesso. A face posterior do órgão é muito mais convexa do que o normal e as paredes do ventrículo esquerdo estão muito hipertrofiadas. Na face interna do ventrículo esquerdo, na válvula aurículo ventricular esquerda, no ventrículo direito e na válvula correspondente encontram-se várias placas de ateroma de dimensões variáveis. No ventrículo direito existe um coágulo fibrinoso.

231.—ENDOCARDITE CRÓNICA. CRETIFICAÇÃO DAS VÁLVULAS AURÍCULO VENTRICULARES.—Êste exemplar é constituído por um coração atrofiado, pesando 115 gramas e mostrando, por incisões adequadas a cretificação das válvulas aurículo ventriculares. Destas a esquerda, certamente pela endocardite ulcerosa de processo lento e hipertrófico, é notável pela forma bosselada, irregular, semelhando uma amêndoa torrada, muito dura, de consistência óssea.

232.—ENDOCARDITE CRÓNICA. CRETIFICAÇÃO DAS VÁLVULAS AURÍCULO VENTRICULARES.—Êste exemplar é volumoso, atingindo o pêso de 400 gramas. A aorta está muito volumosa. O ramo posterior de bifurcação da artéria pulmonar está aderente pela parede externa a uma das veias pulmonares, por forma a abraçar circularmente a aorta. O coração está secionado por forma a mostrar a válvula tricúspida cujos bordos estão duros, engrossados, cretificados. Encontram-se as mesmas lesões na válvula mitral. Peça recolhida em 1885.

233.—ENDOCARDITE VALVULAR. CRETIFICAÇÃO DA VÁLVULA MITRAL.—Êste exemplar mostra as faces superior, posterior e interna da aurícula direita, a face interna da aurícula esquerda, a parede posterior do ventrículo direito e ainda o ventrículo esquerdo. Está secionado por um plano passando pelo orifício aurículo ventricular esquerdo, vendo-se a válvula mitral com a valva interna ossificada, dura, amarelo-palha, bosselada, com o aspecto e volume duma amêndoa torrada. Com êste exemplar estão a aorta e os seus ramos. A artéria está secionada.

234.—ENDOCARDITE, AORTITE E PERICARDITE CRÓNICAS. CONCREÇÕES CALCÁREAS INTRA CARDÍACAS.—Esta peça é constituída por um exemplar muitíssimo raro e muito notável. É formada por um coração, de côr

acastanhada, cuja superfície externa mostra o pericárdio visceral cheio de placas leitosas e de indurações calcáreas.

No endocárdio, em pontos regulares, nas inserções dos pilares do ventrículo esquerdo, nas válvulas aurículo ventriculares, nas inserções das cordas tendinosas, encontram-se granulações calcáreas miliares, de dimensões variáveis.

Na superfície interna da aorta encontra-se uma placa de ateroma muito dura, de forma elíptica e de direcção horizontal.

Coágulos

235. — COÁGULOS INTRA CARDÍACOS E INTRA VASCULARES. — Êste exemplar é muito notável porquanto, sendo constituído por um coração aparentemente normal, todas as suas cavidades e todos os vasos que delas participam estão obliterados por coágulos organizados. A morte foi em diastole, e é curioso vêr a impressão que sôbre o coágulo deixaram as valvas da sigmoide da aorta. Foi colhido num cadáver de velho com broncho-pneumonia e algum enfisema pulmonar. (Preparação de MARQUES DOS SANTOS).

CAPÍTULO QUARTO

Lesões das artérias

Anomalias

236. — ORIGEM COMUM DA CAROTIDA E DO TRONCO BRÁQUIO CEFÁLICO. — Exemplar constituído por um coração conservado em sêco, nada tendo de notável a não ser que, em vez de serem independentes as origens do tronco bráquio cefálico e da carótida primitiva esquerda, elas nascem da crossa da aorta por um tronco comum.

237. — ORIGEM COMUM DA CARÓTIDA E DO TRONCO BRÁQUIO CEFÁLICO. — Exemplar nas mesmas condições do precedente, mas no qual se conservaram os ramos arteriais na extensão de quatro centímetros.

238. — ORIGEM ANORMAL DA ARTÉRIA VERTEBRAL. — Êste exemplar é constituído pela porção superior da crossa da aorta e nela se vêem a origem do tronco bráquio-cefálico e a origem da carótida primitiva esquerda. A seguir a esta, antes do ponto de origem da artéria sub-clávia esquerda, encontra-se a origem da artéria vertebral.

239. — ORIGEM ANORMAL DA ARTÉRIA TIROIDEIA INFERIOR. — Esta peça

foi recolhida em 1876. É constituída pela crossa da aorta onde se notam as origens dos diferentes vasos que dela partem. Entre a carótida primitiva esquerda e a sub-clávia encontra-se a origem da tiroideia inferior.

240. — ORIGEM ANORMAL DA ARTÉRIA VERTEBRAL (fig. 76). — Esta peça é constituída por um coração conservado em sêco e que nada tem de interessante a não ser que a artéria vertebral toma a sua origem na aorta, entre a carotida primitiva esquerda e a sub-clávia.

241. — ORIGEM ANORMAL DA CARÓTIDA PRIMITIVA ESQUERDA. — Nada tem de interessante êste exemplar, que é constituído pela crossa da aorta, e em que se observa que a origem do tronco bráquio cefálico e da carotida primitiva esquerda se faz por um tronco comum.

242. — ORIGEM ANORMAL DA ARTÉRIA VERTEBRAL. — Esta peça pertencia a um indivíduo novo e é composta pela parte superior da crossa da aorta, porção transversa e ainda pela aorta torácica. Encontram-se os diferentes vasos que nascem da crossa e, entre o ramo da carótida primitiva e o da sub-clávia, observa-se a origem da artéria vertebral.

243. — ORIGEM ANORMAL DA CARÓTIDA PRIMITIVA DIREITA E DA SUB CLÁVIA. — Êste exemplar, por certo muito raro, é formado por uma crossa de aorta dum indivíduo novo, possivelmente duma criança e pela porção torácica do mesmo vaso. Da crossa da aorta nascem apenas o tronco bráquio cefálico e a carótida primitiva esquerda: do tronco bráquio cefálico, a centímetro e meio da sua origem, partem então a sub-clávia e os outros vasos.

244. — DUPLICIDADE DA ARTÉRIA RENAL ESQUERDA. — Esta peça é constituída por um rim esquerdo pelo hilo do qual penetram duas artérias independentes em todo o seu trajecto, desde a sua origem na aorta até ao rim.

As duas artérias teem proximamente o mesmo calibre e estão afastadas uma da outra cêrca de 10 centímetros do seu ponto de origem na aorta.

Conservação em álcool.

245. — MULTIPLICIDADE DAS ARTÉRIAS RENAI. — É uma peça antiga muito descórada, constituída pela aorta abdominal ligada aos dois rins pelas suas artérias renais, anómalas. À direita existem três

troncos arteriais, dos quais o do meio é o mais volumoso. As duas superiores nascem juntas e a inferior cêrca de dez centímetros mais em baixo.

À esquerda existem duas, uma inferior grossa e relativamente curta. A outra mais comprida e flexuosa, nasce junto do tronco coeliaco.

Conservação em álcool.

246. — **DUPPLICIDADE DA ARTÉRIA RENAL.** — Esta peça compõe-se de dois rins ligados dum e doutro lado à aorta abdominal. Estão muito aumentados de volume, em especial o esquerdo. A peça está muito descórada. A artéria renal esquerda é dupla, sendo a superior muito mais volumosa do que a inferior. As duas artérias nascem da aorta juntas uma à outra.

Conservação em álcool.

Arterites agudas

247. — **TROMBO-ARTERITE.** — Peça constituída por um fragmento de artéria tendo 0^m,040 de comprimento por 0^m,015 de largo. Fendida no sentido longitudinal, mostra um coágulo organizado, consistente. Toda a artéria é muito consistente e a sua superfície é rugosa.

Arterites crónicas

248. — **DILATAÇÃO DA AORTA. COÁGULO AURICULAR.** — O coração que forma esta peça está bastante dilatado e tem o pêso de 500 gramas. O ventrículo esquerdo está seccionado segundo o seu bordo, mostrando inúmeras cordas tendinosas. Na aurícula esquerda encontra-se um volumoso coágulo. A aorta está muito dilatada e tem na sua parte inicial 8 centímetros de diâmetro; a dilatação estende-se por todos os vasos que dela partem. As paredes da aorta estão endurecidas.

249. — **ARTERITE ATEROMATOSA E ULCEROSA.** — Êste exemplar é constituído por um fragmento da crossa da aorta, espalmada, mostrando na sua parede interna manchas amarelas, disseminadas, duras, em fôrma de placa e à superfície das quais se encontram ulcerações. Algumas das placas tem o diâmetro de 5 centímetros.

250. — **ARTERITE ATEROMATOSA.** — Esta peça é constituída por diversos fragmentos arteriais, espalmados, notando-se entre eles parte

da aorta abdominal e a sua bifurcação nas ilíacas. São bem visíveis as placas que os revestem e incrustam, tendo variáveis dimensões e consistência dura.

251. — ARTERITE OSSIFICANTE. HIPERTROFIA DO VENTRÍCULO ESQUERDO.

— Esta peça, de côr esbranquiçada, tem, na base dos ventrículos, a circunferência de 29 centímetros, a distância da ponta do coração à origem da aorta é de 14 centímetros e, enquanto que os sulcos da face anterior estão muito nítidos, os da face posterior estão muito apagados em virtude do desenvolvimento que nêles tomou o tecido gorduroso.

A aurícula direita tem um reduzido apêndice. As paredes do ventrículo direito estão muito delgadas e a cavidade muito aumentada de volume, enquanto que as paredes do esquerdo atingem vinte e três milímetros reduzindo a cavidade. Nas válvulas sigmóides da aorta encontram-se nódulos espessos, duros, amarelados e de resistência óssea.

252. — ARTERITE OSSIFICANTE DAS VÁLVULAS SIGMOIDES DA AORTA E DA MITRAL. — Exemplar constituído pelo ventrículo esquerdo, aurícula do mesmo lado, com o apêndice auricular, aorta e artéria pulmonar com a sua bifurcação. Na aorta, desde a origem até à parte média da crossa, existe uma incisão; vêem-se por ela as ossificações das valvas da sigmoide com o aspecto de grãos de arrôz, bosseladas e amareladas, sendo uma delas muito notável pelo seu volume e pela sua espessura. Encontram-se as mesmas lesões na válvula mitral.

253. — ARTERITE EM PLACAS. CALCIFICAÇÃO DA AORTA (fig. 77). — Êste exemplar é constituído pela aorta cuja crossa está um pouco dilatada e contém algumas pequenas placas de artério esclerose. Na porção transversal da aorta, na aorta descendente, encontram-se várias placas da mesma natureza, de consistência calcárea, as quais são particularmente desenvolvidas no ponto de emergência da artéria subclávia esquerda e no ponto de bifurcação das carótidas primitivas, onde a lesão de artério esclerose se constituiu circularmente, estrangulando o vaso e diminuindo-lhe o calibre.

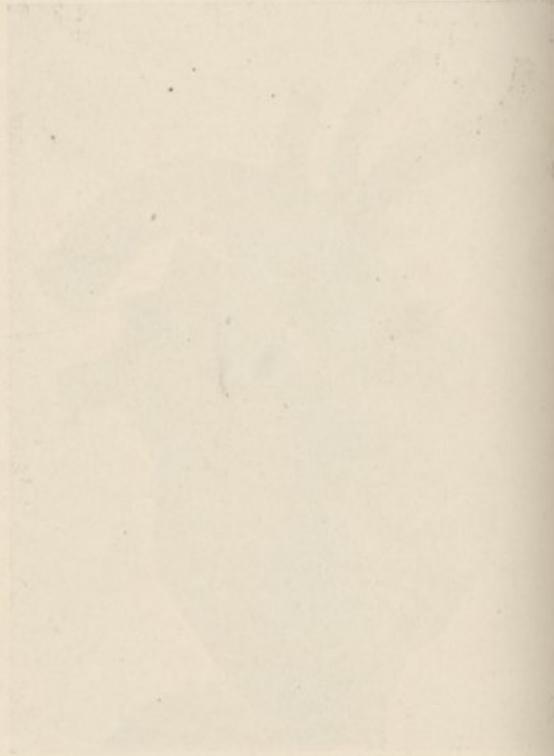
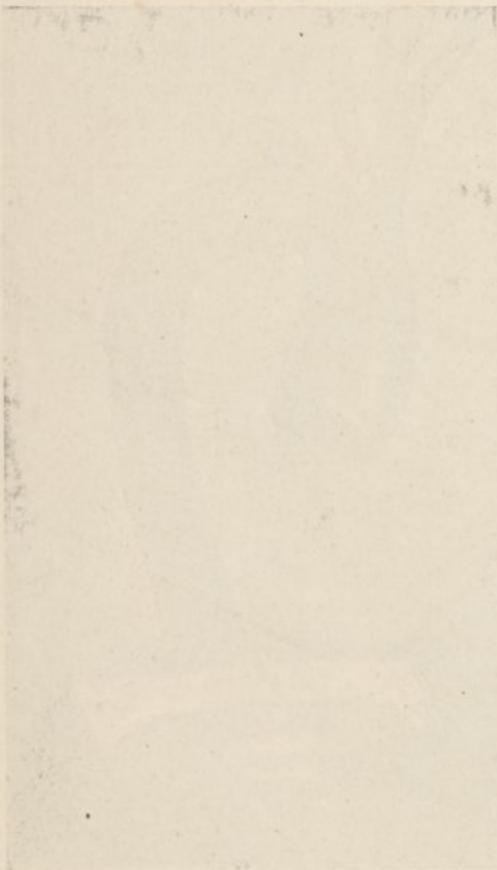
254. — ARTERITE EM PLACAS. AORTITE EM PLACAS CALCÁREAS (fig. 78). — Êste exemplar é constituído pela porção transversal da aorta, a qual está toda pergaminhada e repleta de placas de ateroma disseminadas por toda a sua extensão, dando ao exemplar antes o aspecto duma artério-esclerose de tipo difuso, pela conglomeração das numerosas



Fig. 76. — Origem anormal da artéria vertebral. — Redução $\frac{1}{2}$.



Fig. 77. — Arterite em placas. Calcificação da aorta.
— Redução $\frac{1}{2}$.



View of the [illegible] [illegible]

View of the [illegible] [illegible]

placas que a invadem. Os ramos da aorta parecem livres do processo. (Preparação do PROF. DANIEL DE MATOS).

255. — DILATAÇÃO DA AORTA. CALCIFICAÇÃO DAS SIGMOIDES. PLACAS DE ATEROMA. — É um exemplar muito interessante. É constituído pela aorta desde a inserção das sigmoides até ao início da porção descendente. Mantem as sigmoides cujos bordos livres estão ossificados; a crossa da aorta, de parêdes delgadas, está dilatada tomando a forma dum ôvo. Sôbre esta porção da artéria encontram-se várias placas de artério-esclerose ossificante. No ponto donde nasce o tronco bráquio-cefálico, sobretudo na face posterior, observa-se uma larga e dura placa calcificada diminuindo o calibre do vaso e que, juntamente com a dilatação da aorta, obriga aquele a tomar uma posição oblíqua.

256. — CALCIFICAÇÃO DA CROSSA DA AORTA. — É muito valioso êste exemplar porquanto, sendo formado pela crossa da aorta, pela porção transversal e ainda pelo começo da porção descendente, mostra, na face posterior, uma enorme placa ossificada, tendo cinco centímetros de comprimento por dois e meio de largo. Esta placa, em virtude do seu endurecimento, provocou rutura da túnica interna da artéria, dando lugar a que o sangue viesse interpor-se entre a placa e a túnica interna, dissecando-a. Na preparação, como está afastada a túnica interna, vê-se a placa em toda a extensão.

As mesmas lesões são ainda visíveis nos pontos de origem dos vasos, e, no ponto em que a artéria se incurva, encontra-se uma placa em forma de losango, ossificada e como que incrustada, tornando angulosa a curva da aorta descendente.

257. — PLACAS DE ATEROMA NA CROSSA DA AORTA. — O coração e os vasos que dêle partem estão conservados em sêco e nota-se que a parede anterior do ventrículo direito, a face posterior da aurícula esquerda e a base da artéria pulmonar estão endurecidas, parecendo ossificadas.

Na crossa da aorta encontram-se várias placas de ateroma.

258. — DILATAÇÃO DA AORTA. PLACAS DE ATEROMA. — Êste exemplar é constituído por um coração dilatado. A aorta tem duas vezes o calibre normal, chegando, no ponto de união da crossa com a porção transversal, antes da origem dos vasos, a atingir a circunferência de dez centímetros. Por êste facto o tronco bráquio-cefálico tem cinco centímetros de circunferência e, antes da sua bifurcação, curva-se em U, de concavidade voltada para a crossa da aorta. A curva da

aorta descendente faz-se em S. Estas lesões resultam duma evidente falta de elasticidade das paredes arteriais pelas quais está disseminado um processo de esclerose difusa, à mistura com placas ossificadas. A artéria pulmonar está abaixada e envolvida no primeiro ramo do S.

259.—ARTERITES CRÓNICAS. ARTÉRIO ESCLEROSE EM PLACAS.—Exemplar recolhido em 1876 e constituído pela aorta abdominal e respectivas ilíacas. A artéria ilíaca primitiva esquerda e a artéria fémural direita estão invadidas por placas de artério esclerose, reunindo-se umas às outras e dando-lhe a consistência cretácea. A lesão da fémural correspondia gangrêna do membro inferior direito.

260.—ARTERITE EM PLACAS. OBLITERAÇÃO ARTERIAL E VENOSA.—Mais curioso e digno de menção é este exemplar adquirido em 1878 e formado pela aorta abdominal com os seus ramos ilíacos e suas subdivisões, bem como pelas veias colaterais. A artéria fémural esquerda encontra-se obliterada numa grande extensão bem como a veia femural. Os dois vasos estão aderentes entre si numa grande extensão. Houve gangrêna do membro inferior esquerdo.

261.—ARTÉRIO ESCLEROSE EM PLACAS.—Nêste mesmo exemplar estão reunidos vários fragmentos arteriais sôbre cujas paredes se encontram enormes e espessas placas ateromatosas e calcificadas. Um dos fragmentos é formado pela porção torácica da aorta e restos da sua porção transversa, na qual há sobretudo dignas de nota placas de ateroma junto do ponto de saída dos diferentes vasos. Um outro fragmento é formado por cinco centímetros da aorta abdominal, antes da sua divisão em ilíacas e por porções iguais das ilíacas primitivas. As paredes arteriais estão também repletas de placas calcáreas espessas, modificando o calibre vascular.

262.—ARTÉRIO ESCLEROSE MISTA EM PLACAS E DIFUSA (CALCIFICAÇÃO).—O exemplar é constituído pela aorta abdominal e pelos segmentos iniciais das ilíacas primitivas e pelas artérias renais.

A sua consistência é friável e o calibre irregular. A face interna encontra-se cheia de placas calcificadas implantadas sôbre as paredes arteriais sem elasticidade.

Aneurismas

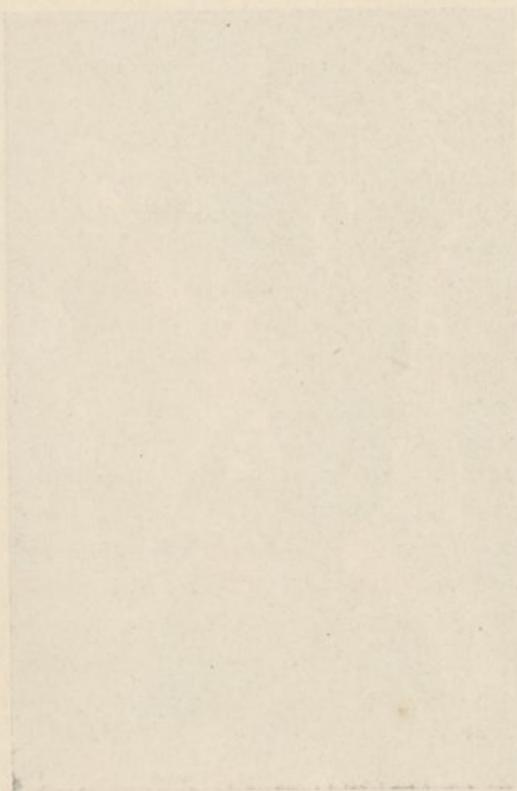
263.—ANEURISMA SACCIFORME DA CROSSA DA AORTA.—Êste exemplar está conservado em sêco. É muito antigo e representa um coração



Fig. 78. — Aortite em placas calcáreas. — Redução $\frac{1}{3}$.



Fig. 79 — Aneurisma da crossa da aorta produzindo dilaceração dos tecidos intercostaes. — Redução $\frac{1}{2}$.



bastante aumentado de volume. As suas cavidades estão normais, mas o volume delas é superior ao normal. Na aorta, em plena crossa, observa-se que esta está muito dilatada, estando a sua espessura muito reduzida. Está fendida a artéria e notá-se também que a aurícula direita, muito dilatada, foi incisada para mostrar um enorme coágulo organizado. Não pode precisar-se porém se a incisão foi feita por quem montou a peça, ou se é o resultado da rutura da aurícula.

264. — ANEURISMA FUSIFORME DA CROSSA DA AORTA. — Êste exemplar é constituído pelo coração aderente pela base ao esqueleto torácico anterior, que se conservou quasi por completo até meio das costelas. O coração, que tem sobrecarga gordurosa, tem as paredes do ventrículo esquerdo consideravelmente aumentadas de espessura e tem alguns coágulos na aurícula esquerda. A aorta, na porção intra-torácica visível, tem lesões pronunciadas de ateroma ossificante e na região da crossa observa-se que, correspondendo a uma perda de substância externa, existe uma idêntica falta de tecido. Pela face anterior vê-se que o esterno está destruído, tendo desaparecido o segmento médio, dando lugar a uma abertura que comunica com a crossa da aorta e externamente com a pele, a qual se vê fendida e ulcerada em forma triangular.

É muito nítido o exemplar que indica que um aneurisma da crossa, certamente aneurisma artério-escleroso por dilatação, veio dissecando os tecidos, destruindo o esterno e tecidos que o revestiam, até perfurar a pele.

265. — ANEURISMA DISSECANTE DA AORTA. — Êste exemplar é formado por um coração cujas aurículas foram seccionadas. A aorta ascendente, logo em seguida à sua saída do ventrículo esquerdo, encontra-se muito dilatada e as suas paredes muito adelgadas. Comunicando com o interior da aorta por um orifício estreito, encontra-se um aneurisma dissecante, cujo revestimento externo foi fendido, deixando vêr um saco fusiforme, constituído pelo afastamento das tûnicas da artéria. (LOPES VIEIRA).

266. — ANEURISMA DA CROSSA DA AORTA PRODUZINDO DILACERAÇÃO DOS TECIDOS INTERCOSTAIS (fig. 79). — Êste exemplar é constituído pela metade anterior das costelas de ambos os lados. Contêm o coração e os vasos que dêle partem. A crossa da aorta, muito dilatada, está aderente à parede costal interna, que perfurou, vindo formar no tecido celular subcutâneo da parede torácica anterior uma elevação

alongada, de paredes finas, comunicando com o saco interno. É um belo exemplar de aneurisma da crossa.

267. — ANEURISMA SACCIFORME DA AORTA ABDOMINAL. — Peça representada por várias vértebras e pela aorta abdominal que, antes da sua divisão em ilíacas, tem um grande fuso aneurismal.

CAPÍTULO QUINTO

Lesões das veias

Flebites

268. — TROMBO-FLEBITE DA VEIA FÉMURAL. — Êste exemplar é constituído por um tronco venoso circundado por tecido muscular. A veia mostra-se obliterada em toda a sua extensão por um coágulo consistente e avermelhado. Além dêste vaso, encontram-se, envolvidos pela massa muscular, ramos de veias numerosas e menos importantes, nalguns dos quais se encontram também lesões idênticas.

(Continua)

MARQUES DOS SANTOS.
ALBERTO PESSOA.

O prognatismo dos portugueses

I

Breves considerações sôbre os métodos propostos para a avaliação do prognatismo

A palavra «*prognatismo*» (Etim. $\eta\rho\acute{o}$ = para a frente e $\gamma\nu\acute{\alpha}\theta\omicron\varsigma$, maxila) foi pela primeira vez empregada por Prichard para designar uma forma especial da cabeça, «caracterizada pelo alongamento ou proeminência das maxilas e que se observa nas nações mais degradadas da África e selvagens da Austrália».

Mais tarde, Retzius empregou a palavra *ortognata* (de $\sigma\rho\theta\omicron\varsigma$, direito) em oposição ao termo *prognata*.

Por prognatismo, Broca (*Bull. de la Soc. d'Anthropologie*, 1868) entende «a obliquidade dos maxilares tanto superiores como inferiores». É um conceito um pouco vago, como se vê; e, definido assim, o carácter é difícil de ser avaliado.

Pondo de parte o prognatismo do maxilar inferior, Broca considera três variedades correspondentes a três zonas em que supõe dividido o perfil da face:

a) P. maxilar — que abrange a face desde o nasion ao bôrdo inferior das narinas.

b) P. alveolar — que abrange toda a arcada alveolar.

c) P. dental — que abrange os dentes.

Por consequência Broca considera como limites do perfil da face o nasion e o bôrdo inferior dos incisivos.

O prognatismo maxilar arrasta sempre consigo o prognatismo alveolar, embora a recíproca desta afirmação não seja verdadeira. Por isso Broca, pondo de parte o prognatismo alveolar, considerado independentemente, para atender apenas ao prognatismo maxilar, diz «o prognatismo maxilar, arrastando necessariamente o prognatismo

tismo alveolar, tem sob a sua dependência toda a architectura da região facial, e adquire assim um valor morfológico considerável».

Broca não considera pois o prognatismo da face no seu conjunto.

É sobretudo desta espécie de prognatismo que nos ocuparemos.

Quanto ao modo de avaliar o prognatismo são numerosos os critérios propostos, mas podemos classificá-los em dois grupos:

I. — Critérios dependentes do plano de orientação do crânio.

II. — Critérios independentes do plano de orientação do crânio.

No primeiro grupo podemos considerar três métodos.

a) Método dos ângulos faciais.

b) Método das relações ortogonais.

c) Método linear.

No segundo grupo podemos distinguir:

a) Método das relações radiais.

b) Método angular.

I — Critérios dependentes da orientação do crânio

MÉTODO DOS ÂNGULOS FACIAIS. — Dum modo geral, os ângulos faciais são determinados por uma *linha facial*, relacionada com o perfil da face, e por uma *linha basal*, relacionada com a posição horizontal do crânio.

A linha facial é a que une o ponto superior da face com o ponto inferior. Todavia sobre a posição destes pontos não se tem estabelecido acôrdo entre os antropólogos, bem como sobre a linha basal, de sorte que também ainda se não assentou sobre a escolha do ângulo facial; daí a grande variedade destes ângulos.

Quem primeiro considerou o ângulo facial, dando-lhe o valor duma medida de comparação de crânios, foi Camper.

Camper era um artista e como tal procurava a linha do rosto, como ela se oferece a qualquer observador; portanto, a sua linha facial relacionava-se com a face no vivo e transportava-a, sem modificação, para o crânio, de modo a tornar possível a comparação entre o vivo e o crânio. A linha facial de Camper é tangente à parte mais saliente do frontal (próximo à glabella) e à superfície anterior dos dentes incisivos superiores. Como se vê, esta linha facial não passa por pontos fixos, o que se compreende, porque, como dissemos, Camper preocupando-se sobretudo com o lado estético da questão, apenas considerava a linha geral da face, importando-se pouco que se tomasse um ponto ou outro do alto da fronte.

Quanto à linha basal, Camper tomou aquela que lhe parecia horizontal na posição normal do crânio: a linha que une o centro do meato auditivo externo com a parte inferior das narinas vistas de perfil; esta linha corresponde, no crânio, à que passa pelo centro do meato auditivo externo e pela parte inferior da abertura nasal.

O ângulo facial de Camper foi posteriormente modificado.

Assim Cuvier transportou o vértice do ângulo para o bordo dos incisivos superiores, continuando a linha facial a passar pela parte mais saliente do frontal e a basal pelo centro do meato auditivo externo.

Cloquet deslocou o vértice do ângulo facial para o próstion.

Como se vê, estas duas modificações do ângulo de Camper conservaram inalteráveis dois pontos: o centro do meato auditivo externo e a parte mais saliente do frontal. Jacquart mudou o vértice do ângulo para o ponto subnasal (centro da base da espinha nasal).

Nas raças brancas, onde o grau de prognatismo é pouco pronunciado, o ângulo de Jacquart confunde-se com o ângulo de Camper, porque a linha glabelo-dentar passa a 1 ou a 2^{mm} do ponto subnasal; mas nas raças em que o grau de prognatismo é bastante pronunciado, aquela distância pode exceder 10^{mm} e então não é indiferente considerar um ou o outro daqueles ângulos. As medidas dadas por Topinard põem em evidência a diferença entre os dois ângulos. (Cf. *Revue d'Anthropologie*, 1874, pág. 220):

	A. de Camper	A. de Jacquart	Dif.
4 Franceses com dentes.....	75,40	77,02	1,62
1 Lapónio com dentes.....	73,50	73,50	0
1 Mandchú com dentes.....	72,50	73,50	1,00
5 Negros de África com dentes.....	69,78	75,78	6,00
4 Núbios com dentes.....	67,80	74,70	6,90

Os três ângulos faciais de Jacquart, Cloquet e Cuvier costumam-se distinguir respectivamente pelas designações de *máximo*, *médio* e *mínimo*.

Analisando os ângulos de Cuvier e Cloquet vemos que estes antropólogos se afastaram da concepção primitiva do ângulo facial, porquanto medem a inclinação da linha facial em relação a uma linha que não é horizontal na posição normal do crânio.

Quanto ao ângulo de Jacquart, Topinard faz dêle a seguinte apreciação, nos seus *Eléments d'Anthropologie Générale*, Paris, pág. 892:

«Nous ne parlerons pas de *l'angle de Jacquart* qui est né par accident. Jacquart veillant étudier l'angle véritable de Camper, et faisant construire un goniomètre sur le modèle de celui de Morton, n'y oublia qu'une chose: la planchette qui donne la ligne faciale de Camper. Ne voyant que la ligne horizontale de cet auteur, il plaça le sommet de son angle à l'épine nasale, ce qui fait que toute la portion sousnasale et dentaire échappe à l'instrument et que l'angle ne donne qu'une mesure bâtarde sans intérêt comprenant le haut seulement de la face; aussi ne conduit-il à rien, ainsi que je l'ai longuement démontré» — Cf. P. Topinard, *De l'angle faciale de Camper*, in *Revue d'Anthropologie*, 1874.

Topinard propõe como medida do prognatismo o *ângulo facial alvéolo-condiliano*, cuja linha facial é a linha ófrio-alveolar e o plano horizontal é o plano alvéolo-condiliano proposto por Broca.

Para terminar a exposição dos ângulos faciais mais notáveis, resta referirmo-nos ao *Profilwinkel* dos alemães, ângulo facial de Virchow-Hölder ou ângulo de Munich-Francfort. É este o ângulo que mais voga tem actualmente. A linha facial é determinada pelo nasion e pelo próstion e o plano horizontal é o plano determinado pelas linhas tangentes à parte superior dos meatos auditivos externos e aos bordos inferiores das órbitas. Como 4 pontos não estão necessariamente no mesmo plano, convencionou-se que o plano horizontal fosse simplesmente determinado pela linha tangente ao meato auditivo externo esquerdo e ao bordo da órbita respectiva, e pelo ponto mais elevado do meato auditivo externo direito.

Como se vê, este ângulo como o de Camper e Topinard, não tem necessariamente o vértice num ponto da face.

Além dos ângulos faciais já mencionados, há muitos outros, mas que foram pouco usados, e que diferem deles apenas pelo plano de orientação do crânio, e, portanto, pela linha basal.

Dando uma vista ao conjunto dos ângulos faciais em que falámos, vemos que as causas da sua multiplicidade são:

I. — A divergência no estabelecimento dos planos de orientação do crânio.

II. — A falta de concordância entre os antropólogos, acerca dos pontos-limites superior e inferior da face.

Vamo-nos referir a cada uma destas causas.

Divergência do plano de orientação. — A divergência na uniformidade do plano de orientação provém, certamente, da ausência de elementos fixos no crânio; sendo assim, compreende-se como a escolha dum tal plano é mais ou menos pessoal e depende do ponto de vista que tem aquele que pretende estudar o crânio. Evidentemente, o

critério escolhido pelo esteta, será diferente do que é adoptado por aquele que se preocupa com razões de natureza fisiológica, e este ainda diferente do critério escolhido por aquele que atende só à morfologia; e assim, na lista dos planos de orientação que em seguida apresentamos, alguns foram adoptados de modo a satisfazerem a estética, outros assentam sobre bases fisiológicas e outros ainda sobre bases morfológicas.

Posta assim a questão, não é para admirar que tenham sido propostos vários planos de orientação.

Tem-se estabelecido, nalguns livros, uma certa confusão entre linhas e planos que servem de ponto de partida para as medidas craniométricas, sem relação necessária com o plano de orientação do crânio, e os elementos que servem de base para essa orientação.

Vamo-nos referir a uns e outros muito resumidamente.

As linhas e planos que servem de ponto de partida para as medidas craniométricas são:

1. — A horizontal de Walther (1802), da apófise cristagali aoinion.

2. — A linha básico-supraorbitária de Ch. Bell, do básion ao bordo superior da órbita.

3. — A horizontal de Dornik (1808), determinada pelos dentes incisivos e pela parte mais proeminente do occipital.

4. — A linha opístio-infraorbitária de Daubenton, determinada pelo opístion e pelo bordo infraorbitário.

5. — A linha glabelo-occipital de J. Wyman.

6. — A linha opístio-espinal de His, determinada pelo opístion e pelo ponto subnasal.

7. — A linha auriculo-alveolar de Cloquet e Rolle do próstion ao centro do meato auditivo externo.

8. — A linha naso-basilar de Aeby.

9. — O plano de Blumenbach, ou base bruta do crânio sem o maxilar inferior, sobre qual o crânio descansa na mēsa, quando se observa em norma vertical.

10. — O plano basifacial inferior de Barclay, tangente ao bordo inferior do maxilar inferior.

As linhas e planos que tem sido propostos para a orientação do crânio são:

1. — A horizontal de Albrecht Dürer, que passa pela extremidade inferior do lóbulo da orelha e pela base do nariz. Esta linha apenas tem interêsse histórico por ser a primeira linha de orientação do crânio; tem pouca importância porque apenas se applica ao vivo.

2. — O plano horizontal de Camper, a que já nos referimos.

3. — O plano horizontal de Broca (1815), ou plano alvéolo-condiliano.

4. — O plano de Morton (1839), que passa pelos pontos culminantes das quatro bossas, frontais e parietais.

5. — O plano de Dumoutier (anterior a 1842) ou plano de Baer, determinado pelos bordos da arcada zigomática.

6. — O plano de Lucae (1857), que passa pelo eixo das arcadas zigomáticas.

7. — O plano de Merckel e de Ihering (1872), determinado pelos centros dos meatos auditivos externos e pelo bordo inferior das órbitas.

8. — A horizontal de Hamy (1873), que passa pela glabella e pelo lambda.

9. — O plano de Schmidt (1875), que passa pela raiz das arcadas zigomáticas, por cima do buraco auditivo e pelo bordo inferior das órbitas.

10. — O plano de Holder e de Virchow (1876), adoptado pelo congresso de Munich de 1877; êste plano é tangente à parte superior dos meatos auditivos externos e ao bordo inferior das órbitas.

11. — A vertical de Ch. Bell (1809), determinada pelo *eixo de Ch. Bell*, que consiste numa ponta sôbre a qual se apoia a abóbada interna do crânio, quando êste está em equilíbrio; o plano horizontal é-lhe perpendicular.

12. — A vertical de Busk, que passa pelo meio da linha auricular e pelo bregma.

13. — O plano de mastigação de Barclay, tangente às corôas dos dentes molares.

14. — O plano dos eixos orbitários. De todos estes planos parece ser o que mais se aproxima da horizontalidade, quando o crânio é colocado na sua posição normal.

A questão dos planos de orientação é uma questão importante na avaliação do prognatismo por meio dos ângulos faciais, porque os valores do ângulo facial variam quando se referem a um ou a outro desses planos, e como a inclinação desses diferentes planos em relação a um deles é variável de individuo para individuo, compreende-se que não seja possível passar do ângulo, referido a um certo plano, para o ângulo referido a outro. Além disso succede que sôbre as próprias linhas faciais não há acôrdo entre os antropólogos; por isso a expressão «ângulo facial», sem designar o plano de orientação e a linha facial adoptados, é uma expressão sem sentido.

Dos planos de orientação a que nos referimos, actualmente apenas dois são considerados: o plano de Broca ou alvéolo-condiliano, ado-

ptado sobretudo pela escola francesa, e o plano de Virchow, preferido pelas escolas alemã e italiana.

¿Qual dêles será o melhor? Ambos podem ser igualmente bons, conforme o ponto de vista em que nos collocarmos.

Se nos collocassemos no campo fisiológico, o plano preferido seria o plano visual; mas, como a orientação nêste plano é muito difficil, poderíamos substituí-lo pelo plano alvéolo-condiliano, porque, segundo os trabalhos de Goldstein — Cf. Topinard, *Anth. Génér.*, pág. 856 — effectuados sôbre um grande número de crânios, o plano alvéolo-condiliano é de todos os que citámos aquelle que mais se aproxima do plano visual.

É necessário, porém, recordar que não temos somente necessidade de comparar os diferentes elementos do crânio no homem; para o estudo da antropologia é preciso muitíssimas vezes comparar o crânio do homem com o dos outros animais, e nestas condições a orientação do crânio segundo um plano fisiológico pode não dar resultado; para êsse fim é mais útil um plano morfológico.

Ora o plano alvéolo-condiliano é um plano morfológico; porém, dos planos morfológicos o melhor parece ser o de Munich-Virchow.

Todavia ambos êles teem defeitos.

Assim adoptemos o plano alvéolo-condiliano; suponhamos que queremos medir o ângulo facial num crânio em que a linha facial é NP e a linha alvéolo-condiliana é PC (fig. 1). O seu ângulo facial é i ; mas imaginemos que, em vez da linha facial ter o comprimento NP, tem o comprimento NP'; então a linha alvéolo-condiliana é P'C e por consequência o ângulo facial é i' ; ora, evidentemente é

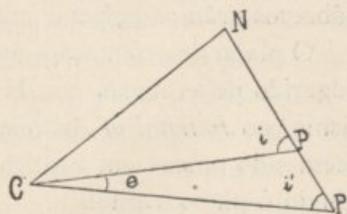


Fig. 1.

$$i > i',$$

por ser

$$i = i' + e;$$

vê-se, pois, que, adoptando êste plano de orientação, os individuos que tivessem a face comprida seriam mais prognatas que os de face curta.

O plano de Munich-Virchow não esta sujeito a estas objecções, mas está sujeito a outras semelhantes.

Com efeito, como já dissemos, êste plano é determinado pela parte superior do meato auditivo externo e pelo ponto mais baixo do bordo

inferior das órbitas. Mas tanto um como outro destes pontos estão sujeitos a variações, o primeiro pelo achatamento da base do crânio, e o segundo pela variação na altura das órbitas.

Assim, suponhamos que queríamos avaliar o ângulo facial dum crânio, e achavamos para êsse ângulo o valor i ; imaginemos outro crânio perfeitamente igual a êsse, mas cujas órbitas são v. g. mais altas, ou cuja altura auricular seja diferente; nestas condições há uma grande probabilidade do crânio ficar orientado noutra posição, e assim obteríamos para o ângulo facial um valor $i' \geq i$. Portanto, fazíamos depender o grau de prognatismo de dois factores — altura orbital e altura auricular — que nada tem a vêr com aquele caracter.

Além disso o plano de Munich-Virchow tem ainda o inconveniente de ser determinado por pontos dos quais se não parte para estabelecer outras medidas crâniométricas, a não ser o bordo superior dos meatos auditivos externos, para a curva transversal.

À causa de semelhantes inconvenientes reside talvez no facto dos pontos que determinam êsses planos pertencerem uns ao crânio e outros à face; talvez fosse possível adoptar um plano que estivesse dependente de elementos comuns ao crânio e à face. E efectivamente os Srs. A. Thomson e R. Maciver, num estudo que fizeram sobre os crânios egípcios antigos, adoptaram êste critério.

O plano de orientação que aquêles antropólogos adoptaram foi-lhes sugerido pelas ideias que Huxley expôs, sobre a medida do prognatismo, no *Journal of Anatomy and Physiology*, 1867; essas ideias não teem sido postas em prática, porque exigem a secção do crânio segundo o plano sagital.

Os Srs. Thomson e Maciver fazem depender o seu plano de orientação da linha baso-nasal, determinada por dois pontos comuns ao crânio e à face; e, depois de tornarem horizontal a linha tangente ao bordo superior dos meatos auditivos externos, orientam o crânio, fazendo-o girar em tórno dessa linha até que a linha baso-nasal forme um ângulo de 27° com o horizonte. Na sua memória, *The ancient races of the Thebaid*, pág. 37, indicam uma maneira simples de conseguir orientar o crânio na posição indicada.

O ângulo 27° foi obtido calculando, numa colecção de 38 crânios, a média dos ângulos que a linha baso-nasal faz com o plano de Francfort; êsse ângulo variava de 22° a 34° . Os 38 crânios empregados foram escolhidos de modo a representarem todas as formas de cavidades orbitárias e a distância do násion ao bordo orbital inferior apresentava uma variação de 13^{mm} .

Não temos autoridade para discutir o valor de 27° escolhido pelos Srs. Thomson e Maciver; todavia parece que a colecção era muito

pequena para que o resultado a que se chegou se possa generalizar e aplicar a todos os crânios.

Essa colecção era assim formada:

Crânios de europeus.....	17
Crânios de egípcios	9 (sendo 2 com o básion quebrado)
Crânios de índios (norte-americanos)...	1
Crânios de indígenas de Tasmania.....	2 (sendo 1 de proveniência duvidosa)
Crânios de indígenas da Nova Guiné...	2
Crânios de australianos.....	1
Crânios de origem desconhecida.....	6
	<hr/> 38

O Sr. Tedeschi, no seu *Sistema de Craniologia*, orienta o crânio dum modo diferente; eis, em resumo, como êle opera: fura o crânio com uma broca muito fina num ponto que êle chama o «ponto central», determinado por certas considerações que adeante exporemos; introduz por aquele orificio um fio e suspende assim o crânio sôbre um plano cuja horizontalidade se tem estabelecido préviamente, tendo o cuidado de verificar a perfeita mobilidade do crânio em tórno do fio; em seguida substitue o fio por uma ponta cônica que introduz pelo buraco occipital. Os resultados que o Sr. Tedeschi obteve sôbre 40 crânios levaram-no a concluir que, nestas condições, o crânio em posição de equilibrio não indica nenhum plano anatômico; todavia os planos que mais se aproximam do plano horizontal são o plano de Munich e o alvéolo-condiliano; a divergência é, porém, menor para o plano de Munich-Virchow, e assim se confirma mais uma vez a demonstração de Schmidt, que afirma que o plano do congresso de Francfort é, entre os planos do crânio, aquele que sofre menores oscilações e que menos se afasta do plano fisiológico.

Para determinar o ponto central, o Sr. Tedeschi supõe o crânio orientado segundo o plano visual, e a intersecção, com a abóbada craniana, da recta comum ao plano sagital e ao plano vertical que passa pela linha auricular, determina o ponto central que cai sempre nas proximidades do bregma.

Divergência nos pontos limite superior e inferior da face. Ponto superior. — Como vimos, Camper e com êle Cloquet e Cuvier não precisavam o ponto superior da face: a sua linha facial, na parte superior, era tangente à parte mais saliente do frontal, e por isso, umas vezes tocava na glabela, outras mais acima, consoante a forma da frente. Para Camper, um ponto ou outro da frente pouco importava; o que êle procurava era a linha do rosto como ela se oferece a toda a gente, não querendo saber nem do crânio cerebral, nem das faculdades intellectuais; tomava, pois, o ponto mais saliente da parte

superior do rosto. É um critério como outro qualquer, e que satisfaz o fim estético que Camper tinha em vista.

Todavia, quando se pretende avaliar o prognatismo, deve-se evitar esse incidente anatómico — a glabella — que não tem relação com elle.

Além disso o ponto superior da linha facial de Camper não se presta a comparações morfológicas porque varia de posição de crânio para crânio. E portanto, sob este ponto de vista tem de ser rejeitada.

Actualmente, podemos dizer que há apenas dois pontos sobre os quais recai a escolha, são: o násion e o ófrion.

O ófrion mais ou menos adoptado pelos antropólogos francezes, ingleses, italianos e russos, quasi deixou de ser usado depois do congresso de Mónaco; o ófrion não é, de resto, um ponto anatómico fácil de determinar: Como vimos, foi este o ponto que Topinard escolheu para ponto superior da linha facial do seu ângulo alvéolo-condiliano.

Quanto ao násion, é um ponto anatómico de fácil determinação; todavia a sutura fronto-nasal, às vezes, é um pouco profunda e então neste caso a determinação exacta do násion ainda oferece dificuldades.

Ponto inferior. — São quatro os pontos que tem sido propostos para determinar a parte inferior da face: o ponto subnasal, o bordo dos incisivos superiores, o ponto mais saliente da sua superficie anterior e o próstion.

O ponto subnasal, centro ou base da espinha nasal, proposto por Jacquart, foi abandonado porque, além de ser de difficil determinação, elimina da face toda a parte subnasal, que, como demonstrou Topinard, tem uma importância notável sobre o grau de prognatismo.

Os pontos inferiores da linha facial, relacionados com os dentes incisivos, também foram abandonados, porque a inclinação dos dentes, muito variável, depende do seu modo de implantação nos alvéolos; além disso, podendo desaparecer numa idade mais ou menos avançada, e não existindo na maior parte dos crânios exhumados, ficaríamos privados de avaliar o prognatismo num grande número de crânios que constituem exemplares preciosos dos museus.

O ponto alveolar superior ou próstion é, pelo contrario, um ponto anatómico fácil de determinar e que marca muito bem o limite inferior do maxilar superior; por isso é hoje universalmente aceite.

MÉTODO DAS RELAÇÕES ORTOGONAIS. — Este método, como o seu nome indica, consiste em tomar para medida do prognatismo a relação entre dois segmentos: a projecção horizontal da face sobre o plano de orientação escolhido e a altura do seu ponto-limite superior em relação a esse plano.

Como se vê, este método está intimamente relacionado com o dos

ângulos faciais, porque aquela relação exprime simplesmente o valor da cotangente do ângulo facial.

O goniómetro de Ranke-Martin, de que nos servimos para avaliar o ângulo facial dos crânios da colecção do Museu de Antropologia, está construído para se poderem medir os comprimentos daqueles dois segmentos.

Topinard — Cf. *Eléments d'Anthr. Gén.*, pág. 886 — adopta este método para avaliar o prognatismo das diferentes regiões em que se pode considerar dividida a face; para medir as distâncias horizontais e verticais dos diferentes pontos da face ao plano horizontal, Topinard emprega uma disposição muito simples, conhecida pelo nome de *duplo-esquadro*.

MÉTODO LINEAR. — Este método consiste em avaliar o prognatismo por meio do comprimento dum único segmento. Esta maneira de determinar o prognatismo equivale a defini-lo como a projecção absoluta da face para a frente dum plano que passa pelo ponto mais anterior do crânio cerebral e perpendicularmente ao plano de orientação escolhido.

Este método foi proposto primeiramente por Lucae — Cf. J. C. G. Lucae, *Zur Morphologie der Rassen-Schädel*, Francfort — que adoptava o plano horizontal determinado pelo eixo das arcadas zigomáticas, e a vertical que passa pelo násion.

As instruções da Sociedade de Antropologia também propunham como medida do prognatismo a distância do vértice anterior — ponto subnasal — do triângulo facial de Cuvier ao pé da perpendicular baixada do vértice superior — násion — sobre a base do mesmo triângulo — determinada pelo ponto médio da linha inter-auricular e pelo ponto subnasal —. Mais tarde, Liétard (Cf. *Bull. de Soc. d'Anthr. de Paris*, 1867, pág. 129), mostrou que a valores diferentes dessa distância podia corresponder o mesmo ângulo facial, e por isso propôs como medida do prognatismo o que elle chamou *índice prognático*, e que se obtinha dividindo a distância proposta pela Sociedade de Antropologia pela perpendicular baixada do násion sobre a base do triângulo de Cuvier.

C. Vogt (Cf. *Bull. Soc. d'Anthr.*, 1867, pág. 483), a respeito do prognatismo diz: «... A única apreciação verdadeira do prognatismo é a consideração artística, o facto bruto da projecção da máxila, medida por uma perpendicular que, partindo da frente, vá tocar o plano horizontal». O plano horizontal a que se refere Vogt é determinado pelos dois canais auditivos e pelo fundo das aberturas nasais. Este método de Vogt, além do defeito comum a todo o método linear, tem

mais o de não entrar em linha de conta com o prognatismo sub-nasal.

Sasse (Cf. *Beitrag zur Kenntniss der niederlandischen Schädel—Archiv. für Antr.*, 1873, pág. 75-83) adopta o plano horizontal de Baer, determinado, como dissemos, pelo bordo superior das arcadas zigomáticas, e a perpendicular, que passa pelo násion. Mas acrescenta que seria talvez interessante calcular a relação entre a distância linear determinada e a projecção horizontal quer do crânio inteiro—do násion ao ponto mais saliente do occipital—quer do crânio anterior—do násion ao básion.

Manouvrier (Cf. *Étude sur le prognatisme et sa mesure. Matériaux pour l'histoire primitive et naturelle de l'homme*, vol. XXI, 3.^a série, tomo IV, 1887, pág. 487-492) adopta o plano horizontal alvéolo-condiliano e a perpendicular que passa pelo ponto metópico.

A. Consorti (Cf. *La prominenza facciale; metodo e ricerche—Atti della Società romana de Antr. Roma*, vol. VI, 1899-1900, pág. 90-98) toma o plano de Merkel e a perpendicular que passa pelo dácrion; e o prognatismo é avaliado por Consorti pela relação entre a distância horizontal do ponto alveolar a esta perpendicular, e a distância horizontal do násion à mesma linha. Como se vê, Consorti modificou já um pouco o primitivo critério linear.

II. — Critérios independentes da orientação do crânio

Temos até aqui tratado apenas das medidas do prognatismo que estão relacionadas com a orientação do crânio. Vamos agora occupar-nos das que são independentes dessa orientação.

Podemos distinguir dois métodos diferentes:

- a) Método das relações radiais.
- b) Método angular.

MÉTODO DAS RELAÇÕES RADIAIS. — Este método consiste em avaliar o prognatismo por meio da relação entre dois raios, tomados a partir dum ponto fixo situado na base do crânio, respectivamente para o ponto-limite superior e inferior da face.

Este método foi suscitado por Weisbach que, para avaliar o prognatismo, comparava os raios naso-basal e basi-alveolar, mas sem calcular o índice correspondente.

Alguns anos depois, Virchow propunha um índice, formado pela relação entre a distância do básion ao ponto espinal e a distância naso-basal, suposta igual a 100; a este índice chamou Virchow o «Oberkieferindex».

Busk avalia o prognatismo estabelecendo a relação entre a distância do canal auditivo à parte mais saliente da arcada alveolar superior e a distância do mesmo canal ao násion.

Num artigo sôbre o prognatismo, publicado por P. Topinard no *Bull. da Soc. d'Anthr.*, 1873, encontramos referências a um outro método, mas não sabemos quem é o seu autor; Topinard refere-se a êsse método nos seguintes termos: «Il est un procédé très répandu en Allemagne, et défectueux pour d'autres motifs. Il compare deux lignes menées de l'extrémité la plus reculée du crâne et aboutissant l'une à la glabelle — c'est le diamètre antero-postérieur du crâne —, l'autre au bord alvéolaire».

Em 1879, William Hamy Flower propôs o índice ainda hoje usado com o nome de *índice alveolar*; é a relação entre a distância naso-basal e a basi-prostiónica multiplicada por 100.

Finalmente Papillault formou um novo índice com a distância da sutura basilar ao násion e a distância da mesma sutura ao próstion.

MÉTODO ANGULAR.—Este método consiste em avaliar o prognatismo por meio dum ângulo sagital, com o vértice na base do crânio, um dos lados do qual passa por um outro ponto dessa base e o outro lado por um ponto da face.

Como vimos, o método das relações radiais não toma em consideração a altura da face, o que dá em resultado, como adiante veremos, que crânios com um grau de projecção da face muito diferente, podem apresentar o mesmo índice: é, pois, um inconveniente do método, o qual, todavia, tem a vantagem das suas indicações não estarem dependentes do plano de orientação do crânio.

O método dos ângulos faciais tem, como vimos, o inconveniente de depender da escolha dum plano de orientação sôbre o qual os antropólogos ainda não estão de acôrdo.

Mas há um outro método que pretende evitar êstes inconvenientes: neste método o prognatismo também se avalia por meio dum ângulo, mas independente do plano de orientação.

Welcker tinha já proposto para medida do prognatismo o ângulo formado pelas linhas baso-nasal e baso-espinal.

Huxley (Cf. *Journal of Anatomy and Physiology*, vol. 1) propõe o ângulo eseno-maxilar, determinado pelas linhas tiradas do prosfénion para o básion e para o próstion. Duckworth apresenta êste ângulo como uma excelente medida do prognatismo, tendo, porém, o inconveniente de só se poder medir nos crânios seccionados.

Com a questão do prognatismo andam ligados também os triângulos faciais. Diremos alguma coisa acêrca do triângulo naso-alvéolo-

basal. Este triângulo é determinado por 3 pontos bem definidos; foi considerado por Koster, Swaving, Lucae, K. Vogt, Weisbach, Assézat e ultimamente pelo Dr. Rivet e pelo professor A. Thomson.

Os ângulos dêste triângulo que teem os seus vértices nos extremos da linha facial teem sido propostos para avaliar o prognatismo e são: o ângulo naso-alvéolo-basal e o ângulo alvéolo-naso-basal.

O ângulo naso-alvéolo-basal parece que apenas foi estudado por Weisbach e pelo Dr. Rivet.

No artigo *Recherches sur le prognatisme*, publicado em *L'Anthropologie*, tomo xx, 1909, o Dr. Rivet expõe as razões por que considera êste ângulo como o melhor critério para avaliar o prognatismo. Todavia, foi só depois de algumas hesitações que o Dr. Rivet escolheu o básion para um dos vértices do triângulo facial, e na escolha que fez não se guiou por considerações de ordem anatômica; procurou escolher um ponto de relativa estabilidade no crânio e de forma que pudesse aproveitar o maior número de medidas que figuram nos catálogos; e efectivamente o básion, sendo um dos pontos adoptados pela maioria dos antropólogos, as três distâncias baso-nasal, naso-alveolar e alvéolo-basal, figuram em todos os catálogos, e assim é possível a construção do triângulo facial dum grande número de crânios. Acresce ainda que para determinar os elementos dêsse triângulo não é necessário um instrumento caro: determinam-se com toda a precisão por meio duma simples craveira.

Entre a linha auricular e o básion, o Dr. Rivet não hesitou; todavia, o trabalho de Papillault *Étude anthropologique de la base du crâne Bull. de la Soc. d'Anthr.*, tomo ix, 1898, pág. 336-385, (no qual aquele antropólogo, por considerações de ordem anatômica, fisiológica e mecânica, chega a concluir que o ponto que oferece mais estabilidade no crânio está ao meio da sutura basilar) fez vacilar o Dr. Rivet entre a escolha dêsse ponto e a do básion; mas escolhendo êsse ponto não poderia utilizar-se de imensas medidas cranianas. Por isso, e atendendo a que o básion é um ponto que se pode determinar com precisão, o que não sucede com o ponto da sutura basilar quando essa sutura se sinostosa, e é adoptado pela maior parte dos antropólogos, decidiu-se pela escolha dêsse ponto de preferência a qualquer outro, embora vários autores critiquem a sua fixidez. Mas, como diz o Dr. Rivet, «não há em todo o crânio um único ponto que possa ser considerado como centro fixo em torno do qual os outros pontos se desloquem».

Os Srs. A. Thomson e R. Maciver, no estudo que fizeram dos crânios do Egipto, (*Op. cit.*), também adoptaram o triângulo facial naso-alvéolo-basal para avaliarem o prognatismo. Mas, acrescentam,

uma dificuldade se levanta; com efeito, o plano de Francfort-Munich geralmente adoptado, não tendo relação alguma com nenhum dos elementos do triângulo facial, é impossível fixar a posição do próstion em relação a um plano vertical, conhecendo-se, é claro, os três lados do triângulo. Lembrem então que, adoptando o modo de orientação do crânio que propuseram, essa dificuldade desaparece; assim, neste caso, sabemos que a linha baso-nasal, isto é, um lado do triângulo faz um ângulo constante (27°) com a horizontal, de sorte que, nestas condições, é fácil determinar o 3.º vértice — próstion — do triângulo; e dêste modo, podemos, num desenho, apreciar quanto êsse ponto se projecta para a frente dum plano vertical — ou linha vertical — que passa pelo násion, sendo êsse grau de projecção medido pelo ângulo entre a vertical e a linha naso-prostiónica, porquanto o valor dêsse ângulo é que nos dá a verdadeira medida do prognatismo.

Expostos os principais métodos que teem sido propostos para avaliar o prognatismo, não será descabido vêr qual o valor de cada um dêles.

Nas figuras de que nos vamos servir, representaremos sempre por N o ponto-limite superior da face, por A o ponto-limite inferior, B o ponto da base do crânio e HH' o plano de orientação adoptado.

Vamos vêr como variam as indicações fornecidas pelos diversos critérios propostos para a avaliação do prognatismo quando variam aqueles 4 elementos.

I. — Suponhamos em primeiro lugar que varia o ponto N (fig. 2)

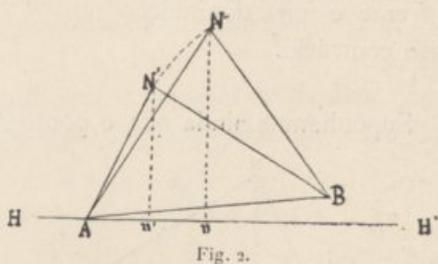
e que êle se desloca para o ponto N' de forma que $NB = N'B$.

Evidentemente, segundo o método dos ângulos faciais, o prognatismo diminuiu porque o ângulo $AN'n' < ANn$; o mesmo se diz para o método das relações ortogonais. Segundo o método

linear, o prognatismo também diminuiu, porquanto $An' < An$. Segundo o método das relações radiais, o grau de prognatismo ficou constante, pois :

$$\frac{BN}{BA} = \frac{BN'}{BA}$$

É êste um dos principais defeitos attribuidos ao índice de Flower: é que pode haver uma infinidade de crânios com o mesmo índice alveolar, mas em que o grau da projecção da face em relação à base do crânio é diferente. Finalmente, o ângulo alvéolo-naso-basal diminuiu, e o naso-alvéolo-basal aumentou.



Suponhamos agora que o ponto N se desloca para N' (fig. 3) sobre a linha AN. Nêste caso vê-se claramente que, segundo o método dos ângulos faciais, o grau de prognatismo fica invariável; segundo o método linear, o grau de prognatismo aumenta ou diminue conforme o ponto N se desloca para trás ou para a frente sobre AN. Segundo

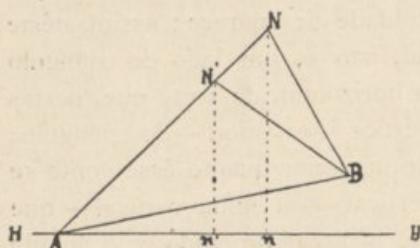


Fig. 3.

o método das relações radiais, o prognatismo pode aumentar ou diminuir, conforme a posição de N' e N em relação ao pé da perpendicular baixada de B sobre AN¹. Finalmente, o ângulo alvéolo-naso-basal aumenta quando o ponto N se desloca, aproximando-se do ponto A, e diminui no caso contrário. O ângulo naso-alvéolo-basal permanece invariável.

II. — Suponhamos agora que fazemos variar o ponto A, e que êle se desloca para A', para a frente de A (fig. 4). É fácil vêr que, nêste caso, todos os métodos fornecem resultados concordantes: todos indicam um aumento de grau de prognatismo quando A se desloca para a frente e uma diminuição no caso contrário.

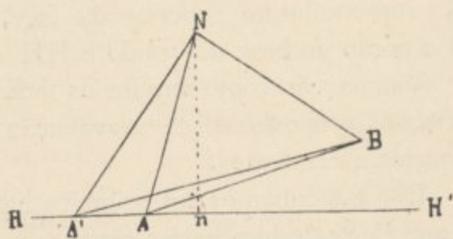


Fig. 4.

Suponhamos ainda que o ponto A se deslocou sobre a linha AN,

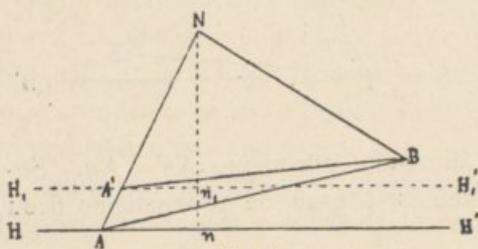


Fig. 5.

e, para fixarmos ideias, se aproximou de N (fig. 5). Neste caso, os métodos linear, das relações radiais e do ângulo naso-alvéolo-basal, indicam uma diminuição no grau de prognatismo; segundo o método dos ângulos faciais e do ângulo alvéolo-naso-basal o grau de prognatismo fica invariável.

¹ O Dr. Rivet afirma que, nêste caso, o método das relações radiais indica sempre uma diminuição no grau de prognatismo; esta afirmação, todavia, não nos parece exacta.

Suponhamos finalmente que o ponto A desce segundo a vertical, tomando a posição A' (fig. 6). Vê-se claramente que o ângulo facial aumentou, o que indica uma diminuição no grau de prognatismo; segundo o método linear, o grau de prognatismo conserva-se invariável; o método das relações radiais indica um aumento do grau de prognatismo, e o ângulo alvéolo-naso-basal e naso-alvéolo-basal uma diminuição; o ângulo naso-alvéolo-basal pode, todavia, permanecer constante quando

$$ANA' = ABA'$$

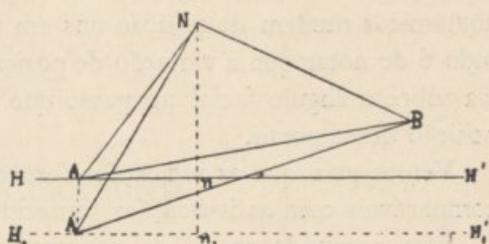


Fig. 6.

III. — Façamos agora deslocar o ponto B. Suponhamos que ocupa a posição B' tal que $AB = AB'$ (fig. 7). É evidente que o método dos ângulos faciais e o método linear acusam um e outro o mesmo grau de prognatismo; o método das relações radiais, o ângulo alvéolo-naso-basal e naso-alvéolo-basal acusam

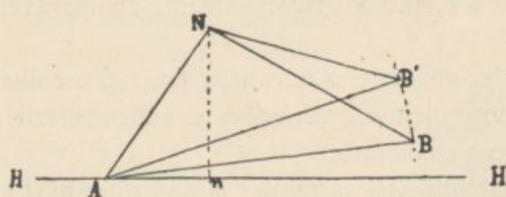


Fig. 7.

um aumento no grau de prognatismo, quando o ponto B se afasta do plano de orientação, uma diminuição no caso contrário.

Suponhamos finalmente (fig. 8) que o ponto B se desloca para B' de sorte que $NB = NB'$. Neste caso as indicações são as mesmas que no caso anterior, como é fácil vêr.

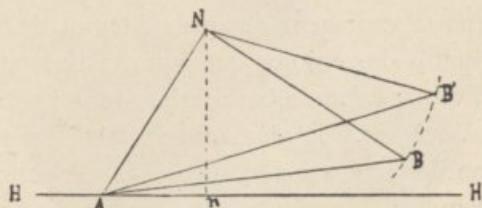


Fig. 8.

Estes resultados são importantes para o nosso trabalho; com efeito, no estudo que fizemos da correlação entre o ângulo facial de Francfort e o índice de Flower, achamos um coeficiente de correlação relativamente baixo. E o rápido exame que fizemos à influência que tem a variação de posição dos pontos anatómicos sobre as indicações fornecidos pelos diversos métodos apresentados para a avaliação do prognatismo, talvez possa dar, até certo ponto, a razão duma cor-

relação tão baixa. Com efeito, observa-se que, num grande número de casos, as indicações fornecidas pelos ângulos faciais e pelo método das relações radiais não são concordantes quando os pontos anatómicos mudam de posição uns em relação aos outros. E sobretudo é de notar que a variação de posição do básion não tem influência sobre o ângulo facial ao passo que o índice alveolar varia com a posição desse ponto.

Vêmos pois que as indicações fornecidas por um método não são comparáveis com as indicações fornecidas por qualquer dos outros.

Este resultado era já de esperar, por isso que não há nenhum elemento fixo no crânio, ao qual se possam referir as variações de posição dos outros elementos. Por isso parece-nos que, pelo menos, no estado actual dos conhecimentos, não é possível avaliar duma maneira rigorosa o prognatismo dum crânio: a determinação desse carácter, variável dum crânio para outro, só se pode fazer em relação a outros elementos do crânio também variáveis; e, como não conhecemos a lei destas variações, a avaliação do prognatismo, seja por que processo fôr, não conduz a resultados rigorosamente comparáveis entre si.

Nestas condições afigura-se-nos que o que há a fazer é escolher os elementos do crânio menos sujeitos a variações e a eles referir a variação de posição dos outros elementos.

A este respeito alguns trabalhos há já feitos; já nos referimos às conclusões de Papillault, mas o ponto que êle considera como mais fixo não se pode utilizar na prática, pelas razões que já citamos.

Um dos pontos que os antropólogos consideram como menos sujeito a variações é o básion com a vantagem de se poder determinar facilmente; por isso, parece que os processos que fornecem resultados mais comparáveis são os propostos pelo Dr. Rivet ou pelo Sr. A. Thomson. Sobretudo o processo do Dr. Rivet é bastante prático, com a vantagem de que podemos deduzir o grau de prognatismo de muitos dos crânios que figuram nos catálogos, pois as distâncias naso-alveolar, alvéolo-basal e baso-nasal são medidas em geral para todos os crânios. E além disso o Dr. Rivet tornou ainda o processo mais prático, construindo *abacos*—que publicou na revista *L'Anthropologie*, tomo xx — por meio dos quais se calcula o valor do ângulo naso-alvéolo-basal sem ser necessário o emprêgo do transferidor.

(*Continúa*)

FELISMINO RIBEIRO GOMES.

Miscelânea

LUTUOSA

Dr. João Jacinto da Silva Correia

(1843-1913)

Pelo falecimento dêste excelente professor e abalizado homem de ciência vestiu crepes a Universidade de Coimbra.

A Faculdade de Medicina, de que foi um dos mais ilustres ornamentos, não deixará certamente de fazer no futuro número desta *Revista*, pela pena de um dos seus professores, a devida comemoração necrológica do saudoso extinto. Limitar-se há por isso a presente notícia aos dados biográficos constantes dos registos universitários.

João Jacinto da Silva Correia, filho de João Maria da Silva Correia e de D. Jacinta Cândida de Azevedo, nasceu em Benavente a 16 de junho de 1843.

Matriculou-se em outubro de 1860 no 1.º ano da Faculdade de Filosofia, em que recebeu o grau de bacharel a 1 de julho de 1863, colhendo em todos os anos a classificação de distinto, com as honras de *accessit* no primeiro.

A matrícula no 1.º ano de Medicina realizou-se em outubro de 1863. Obteve *accessit* no 1.º e 2.º ano, *partido* no 3.º e 4.º, e o primeiro prémio no 5.º. Recebeu o bacharelato a 21 de junho de 1867 e concluiu a formatura a 30 de julho de 1868. Fez acto de conclusões



Dr. João Jacinto da Silva Correia

magnas a 25 e 26 de junho de 1869, exame privado a 3 de julho do mesmo ano, sendo-lhe logo conferido o grau de licenciado, e no dia seguinte, com as solenidades do estilo, o de doutor.

Tanto nas informações de formatura como nas de doutoramento, todos os seus professores votaram, ou a classificação de *Bom*, ou a de *Muito bom*.

Por decreto de 30 de março de 1871 foi nomeado lente substituto da Faculdade de Medicina, cargo de que tomou posse a 3 de abril; promovido a catedrático por decreto de 16 de junho de 1876, tomou posse a 20. O decreto de aposentação tem a data de 5 de dezembro de 1901.

Era gran-cruz da ordem de Santiago.

MOVIMENTO DO PESSOAL UNIVERSITÁRIO DESDE 1 DE ABRIL A 8 DE SETEMBRO DE 1913

Reitoria

Dr. Joaquim Mendes dos Remédios, exonerado do cargo de Reitor da Universidade de Coimbra, por Decreto de 21 de junho de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 146, de 25 de junho).

Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho — Vice-Reitor. Serviu o cargo de Reitor interino desde 21 de junho a 4 de agosto.

Dr. Luís da Costa e Almeida — Serviu o cargo de Reitor interino, desde 5 a 17 de agosto.

Dr. Guilherme Alves Moreira, eleito Reitor da Universidade de Coimbra em Assembleia geral da Universidade de 28 de junho de 1913 e nomeado por Decreto de 12 de julho de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 173, de 26 de julho). Posse em 18 de agosto.

Dr. José Alberto dos Reis, eleito Vice-Reitor da Universidade de Coimbra na mesma Assembleia geral e confirmado por Decreto de 12 de julho de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 183, de 26 de julho).

Cofre Universitário

José Henriques de Sousa Sêco, 1.º oficial da Secretaria da Universidade, desempenhou interinamente o lugar de tesoureiro do Cofre Universitário, desde 8 de janeiro a 25 de maio de 1913, para que foi nomeado por Portaria da Reitoria de 8 de janeiro.

António Justino da Costa, nomeado tesoureiro do Cofre Universitário por Decreto de 19 de maio de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 116, de 20 de maio). Posse em 26 de maio.

Faculdade de Direito

B.º António Faria Carneiro Pacheco, nomeado assistente do 4.º grupo da Faculdade de Direito, por Decreto de 30 de abril de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 113 de 16 de maio). Posse em 16 de maio.

Observatório Astronómico

B.^{el} José Custódio de Morais, nomeado 3.º astrónomo interino do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, por Decreto de 10 de maio de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 123, de 28 de maio). Posse em 31 de maio.

Faculdade de Medicina

B.^{el} João Duarte de Oliveira, nomeado 1.º assistente da Faculdade de Medicina, por Decreto de 5 de julho de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 174, de 28 de julho). Posse em 30 de julho.

B.^{el} Alberto Cupertino Pessôa, nomeado 1.º assistente da 4.ª classe da Faculdade de Medicina, por Decreto de 5 de julho de 1913 (*Diário do Governo*, n.ºs 173 e 178, de 26 de julho e 1 de agosto). Posse em 14 de agosto.

B.^{el} João Marques dos Santos, nomeado 1.º assistente da 4.ª classe da Faculdade de Medicina, por Decreto de 5 de julho de 1913 (*Diário do Governo*, n.ºs 173 e 178, de 26 de julho e 1 de agosto). Posse em 14 de agosto.

B.^{el} Geraldino da Silva Baltazar Brites. Deixou de prestar serviço como 2.º assistente provisório da 2.ª classe da Faculdade de Medicina, desde o dia 30 de julho, em que tomou posse o assistente efectivo B.^{el} João Duarte de Oliveira.

Biblioteca da Universidade

Dr. Joaquim Mendes dos Remédios, exonerado do lugar de Director da Biblioteca, que desempenhou com reconhecido zêlo e demonstrada competência, por Decreto de 8 de setembro de 1913. (*Diário do Governo*, n.º 210, de 8 de setembro).

Faculdade de Ciências

António da Costa Tavares Ferreira, exonerado do lugar de 2.º assistente provisório da 3.ª secção da Faculdade de Ciências, por Portaria do Ministério do Interior de 30 de novembro de 1912.

José da Silva Santos, nomeado 1.º assistente provisório do 2.º grupo da 2.ª secção da Faculdade de Ciências, por Portaria de 28 de janeiro de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 30, de 7 de fevereiro). Posse em 12 de fevereiro.

José Custódio de Morais, nomeado 2.º assistente provisório do 2.º grupo da 1.ª secção da Faculdade de Ciências, por Portaria de 28 de janeiro de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 30, de 7 de fevereiro). Posse em 12 de fevereiro.

Aníbal Rui de Brito e Cunha, nomeado professor da cadeira de Desenho, anexa à 1.ª secção da Faculdade de Ciências, por Decreto de 8 de fevereiro de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 56, de 10 de março). Posse em 15 de março.

José da Silva Tavares da Rocha Gouveia, nomeado 2.º assistente provisório do 2.º grupo da 3.ª secção da Faculdade de Ciências, por Portaria de 14 de março de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 68, de 24 de março). Posse em 2 de abril.

João Pereira da Silva Dias, nomeado 2.º assistente provisório do 1.º grupo da 1.ª secção da Faculdade de Ciências, por Portaria de 7 de março de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 71 de 27 de março). Posse em 4 de abril.

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COÍMBRA

Vão ser brevemente transferidos para êste Arquivo os manuscritos do Cartório do Cabido de Coimbra, onde há colecções de grande valor para a história desta cidade e do seu distrito e diocese.

Tem-se andado a preparar um grande salão por baixo das actuais instalações do Arquivo universitário, para receber estes documentos. Ficam em excelentes condições de segurança e de conservação.

Uma grande mesa a todo o comprimento da sala, e outras menores nos amplos vãos das janelas, servem para os alunos da Faculdade de Letras e quaisquer outros estudiosos ali fazerem cómodamente os seus estudos e investigações.

Estes exercícios práticos de investigação histórica no Arquivo da Universidade pelos alunos da cadeira de história de Portugal já foram inaugurados no passado ano lectivo, com grande vantagem para os mesmos alunos e algum proveito para as letras pátrias. Nos trabalhos ali executados apuraram-se pontos controversos da biografia académica de alguns vultos da nossa literatura nos séculos XVI a XIX, corrigiram-se êrros vulgarizados nos livros, descobriram-se algumas notas e particularidades interessantes, completamente desconhecidas, etc. Brevemente serão publicados alguns dêsses trabalhos.

Agora, com a abertura da nova sala de estudo, e com o enriquecimento do Arquivo pela entrada das novas colecções e documentos, hão de desenvolver-se em mais larga escala os trabalhos de investigação histórica, com vantagem manifesta para a nossa literatura.

Os registos universitários, donde consta a vida e movimento dêste importantíssimo estabelecimento de ensino, remontam a tempos anteriores à colocação definitiva da Universidade em Coimbra (1537); são fonte preciosa e indispensável para se poder finalmente fazer a história desta academia. Pois esses registos, que até hoje de poucos eram conhecidos, e por muitíssimo poucos teem sido manuseados, estão actualmente patentes a uma pléiade de rapazes, cheios de boa vontade, que afanosamente os folheiam sob a direcção do respectivo professor, buscando nessa mina inexplorada materiais valiosos, que se irão coligindo metódicamente, para em futuro próximo, com as poucas notícias que já se principiaram a coligir desde o século XVIII, e com as que agora se apurarem, poder então erguer se aquêle edificio histórico.

O célebre *Livro verde*, códice do século XV guardado nêste Arquivo, constante de uma preciosa colecção de documentos relativos à Universidade, desde a sua fundação em tempos de D. Dinís até D. Afonso V, está em via de publicação, achando-se a composição tipográfica bastante adeantada, e algumas fôlhas já impressas.

A Universidade de Coimbra presta com esta publicação um relevante serviço às sciências históricas.

A astronomia dos Lusíadas

VII

O zodíaco

1. *O dia*.—A sucessão do dia e da noite foi naturalmente o facto astronómico que primeiro impressionou o homem. Desponta o sol no horizonte do oriente:

Mas assy como a Aurora marchetada,
Os fermosos cabellos espalhou,
No Ceo sereno, abrindo a roxa entrada,
Ao claro Hiperionio que acordou,
Começa a embandeirar-se toda a armada,
E de toldos alegres se adornou (I, 59);

sobe até ao meridiano, para descer em seguida:

Vos poderoso Rei, cujo alto Imperio,
O Sol logo em nascendo, ve primeiro:
Ve o tambem no meyo do Hemispherio,
E quando dece o deixa derradeiro (I, 8);

e desaparece no horizonte do ocidente, deixando a Terra envolta nas sombras da noite:

Nisto Febo nas agoas encerrou,
Co carro de Christal, o claro dia:
Dando cargo aa Irmãa que alumiasse,
O largo Mundo, em quanto repousasse (I, 56).

E a contemplação do maravilhoso espectáculo, que oferece o céu estrelado em noites claras, mostrou que também as estrêlas se elevam sôbre o horizonte do lado oriental até à sua culminação no meridiano, para descerem em seguida do lado ocidental:

... & as estrellas nitidas que *saem*
A repouso conuidão, quando *caem* (IV, 67).

O céu vai volvendo sem descanso; desfazem-se por fim as trevas da noite, rompendo de novo a luz da madrugada:

Mas ja o Ceo inquieto reuolviendo,
As gentes incitaua a seu trabalho,
E ja a mãy de Menon a luz trazem'lo,
Ao sono longo punha certo atalho:
Hiãose as sombras lentas desfazendo,
Sobre as flores da terra, em frio orualho,
Quando o Rei Milindano se embarcaua
A ver a frota que no mar estaua (II, 92).

Da sucessão do dia e da noite resultou a primeira medida do tempo: — o dia solar. Cinco dias completos conta o poeta desde a partida da Angra de Santa Helena até à aparição do gigante Adamastor, personificação do Cabo Tormentório:

Porem ja cinco Soes erão passados
Que dali nos partiramos, cortando
Os mares nunca doutrem nauegados,
Prosperamente os ventos assoprando:
Quando hũa noite, estendo descuidados
Na cortadora proa vigiando,
Hũa nuuem, que os ares escurece
Sobre nossas cabeças aparece (V, 37).

Esta noite é a de 21 para 22 de novembro de 1497. A armada do Gama deixou a Angra de Santa Helena na quinta feira 16 de novembro e dobrou o Cabo Tormentório no dia 22, quarta feira, como se lê no *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em 1497*, 2.^a edição, correcta por Herculano e Castello de Paiva, Lisboa, 1861, pag. 7:

«E tanto que tivemos nosos navios aparelhados e linpos e lenha tomada nos partimos desta terra huuma quinta feira pella manham, que era xvi dias de novembro, nom sabendo nós quanto eramos do cabo de Boa Esperança, salvo Pero d'Alanquer dizia que ao mais que podiamos ser seriam trinta legoas a rree do cabo, e o porque se elle nam afirmava era porque partira hum dia pella manham do cabo, e que de noute pasara per ally com vento á popa, e isso mesmo á yda foram de larguo, e por estes respeitos nom eram em conhecimento domde eramos. Pollo qual fomos em a volta do mar com sull susueste, e ao sabado á tarde ouvemos vista do dito cabo da Boa Esperança, e em este dia mesmo virámos em a volta do mar, e de noute virámos em a volta da terra. E ao domingo pella manham, que foram dezanove dias do mês de novembro, fomos outra vez com o cabo, e nam o podêmos dobrar porque o vento era susueste e o dito

cabo jaz nordeste sudueste, e em este dia mesmo virámos em a volta do mar, e á noute da segunda feira viemos em a volta da terra. E á quarta feira ao mêo dia pasámos pello dito cabo ao longo da costa com vento á popa».

A esta passagem faz Herculano (pág. 139) o comentário seguinte:

«Pelo computo deste Roteiro o cabo de Boa Esperança foi passado pela armada a 22 de novembro de 1497; pelo que se ha de emendar o que dizem Castanheda, Barros e Goes, que o fazem passado a 20. Quanto ao dia da semana concorda Castanheda com o nosso auctor, dizendo que fora a uma *quarta feira*; mas a penultima quarta feira de novembro de 1497 caiu a 22 do mez».

Relativamente à partida da Angra de Santa Helena, tanto Castanheda (*Historia do descobrimento da India*, liv. 1, cap. III) como Damião de Goes (*Chronica de D. Manuel*, 1.^a parte, cap. xxxv) a fazem a 16 de novembro.

A narração do poeta concorda com o *Roteiro*. Tendo partido de Santa Helena ¹ em 16 de novembro, eram decorridos cinco dias completos quando na noite de 21 para 22 se mostrou a figura colossal do Adamastor. O Cabo começou a vêr-se em seguida, segundo o poeta, quando rompeu a madrugada do dia 22:

La Phlegon, & Pyrois vinham tirando
Cos outros dous o carro radiante,
Quando a terra alta se nos foy mostrando
Em que foy conuertido o gram gigante (V, 61).

O dia solar é definido pelo poeta em II, 68, quando conta a viagem de Mombaça para Melinde:

Tinha hũa volta dado o Sol ardente,
E noutra começaua, quando viram
Ao longe dous nauios, brandamente
Cos ventos nauegando, que respiram.

No *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em 1497* lê-se, a pág. 41:

«Esteuemos ainda a quarta e quinta feira depois de termos conhecida a malicia e treyçam que estes perros quizeram pôr em obra contra nós. E partimos pella manham d'aly com pouco vento, e viemos

¹ É preciso não confundir com a Ilha de Santa Helena no Oceano Atlântico a Angra de Santa Helena, situada na costa ocidental do continente de África.

pousar de Mombaça obra de oyto legoas junto com a terra. E *em amanhecendo* vimos dous barcos a julavemto de nós em mar obra de tres legoas, pollô qual loguo arribámos contra elles pera os avermos de tomar, porque desejavamos de aver pillotos que nos levasem onde nós desejavamos. E quando vêo a oras de vespóra fomos com huum dos ditos barcos e tomámollo, e outro se nos acolheo a terra, e naquelle que tomámos achámos dezasete homes e ouro e prata e muito milho e mantimento e huma moça, molher de huum homem velho, mouro honrrado que hii vinha. E tanto que nós chegámos junto com elles todos se lançaram ao mar, e nós hos andámos tomando com os batés».

O episódio que o poeta começa a contar na estância 68 teve logar ao amanhecer do dia 14 de abril de 1498, sábado de Aleluia. A armada surgiu a meia légua da vila de Melinde no dia seguinte, domingo de Páscoa, como se lê na estância 72, de que adiante tratamos.

2. *O mês.* — A observação do céu estrelado cedo levou à noção da invariabilidade das figuras formadas pelas estrélas brilhantes. Foram-se distinguindo as constelações. Maravilhados contemplavam os homens o grande astro da noite que, errando através das constelações zodiacais, ora se via logo após o sol poente reduzido a um delgado arco prateado, ora como um disco circular surgindo no oriente quando o sol desaparecia no ocaso. A lua é pois um astro errante, um planeta; e a observação das suas fases levou à adopção de uma medida maior do tempo, o mês lunar ou *lunação*, base dos calendários lunares, como ainda hoje é o calendário mahometano. Quando o sol e a lua teem a mesma longitude diz-se que estão em *conjunção*; é o momento da *lua nova*. Quando as suas longitudes diferem de 180°, diz-se que estão em *oposição*; é o momento da *lua cheia*. A *conjunção* e a *oposição* são as *sizíguas*. Diz-se que o sol e a lua estão em *quadratura* quando as suas longitudes diferem de 90°. Durante uma *lunação* há duas quadraturas separadas pelas *sizíguas*: o quarto crescente, entre a *conjunção* e a *oposição*, e o quarto minguante, entre o plenilúnio e o novilúnio. A duração duma *lunação* é de 29 dias, 12 horas e 44 minutos.

Em *lunações* exprime CAMÕES a duração do cerco de Lisboa na estância III, 59:

Cinco vezes a Lũa se escondèra,
E outras tantas mostràra cheio o rosto,
Quando a Cidade entrada se rendèra,
Ao duro cerco que lhe estaua posto.

Foy a batalha tam sanguina & fera,
Quanto obrigaua o firme prosuposto:
De vencedores asperos, & ousados,
E de vencidos, ja desesperados.

Na *Chronica delrey D. Affonso Henriques*, por Duarte Galvão, lê-se no cap. xxx da edição de Lisboa, 1726:

«Durou ho cerquo perto de *sinquo mezes*,

Quando veyo em dia dos Martires S. Chrispino, e Chrispiniano, que hee ahos vinte e sinquo dias do mez de Outubro, andádo ha era do Senhor em mil cento quorenta e sette annos, foy a Cidade muy rijamente, e com grande determinação combatida,

Entrou-se principalmente por ha porta que ora chamão de Alfama, e de hy pelas outras portas, e depois de entrada foy dentro ha peleyja muito mais fera, quejanda soe antre *hirados vencedores, e vencidos, desesperados*, peleyjando jáa hos Mouros com estremada desesperação, por tanto foy tam grande ha mortindade delles, e sobejo ho conto dos que foram mortos, e trazidos ha ferro, que he escuzado cuydar quam pouquos ficárão».

Esta passagem inspirou evidentemente a estância de que nos occupamos. Note-se que o poeta não diz que se completaram cinco meses lunares. Para se observarem cinco luas novas e cinco luas cheias basta que decorram quatro lunações e meia. O cômputo do poeta, de cinco lunações incompletas, concorda pois com a duração de *perto de cinco* meses, marcada pelo cronista. Aqui o poeta empregou os meses lunares, não porque elle fosse investigar as luas do anno de 1497, mas porque estes meses, contados pelo fenómeno bem visível das fases da lua, se prestam melhor às descrições.

Outro é porém o caso quando CAMÕES, em V, 24, conta o tempo decorrido desde a saída da armada, de Lisboa, até que, pela primeira vez, foi avistada terra do continente africano na angra a que poseram o nome de Santa Helena. Como vamos ver, o poeta exprime-se com admirável precisão, mostrando ter exacto conhecimento das luas do anno de 1497.

A armada partiu de Lisboa em 8 de julho de 1497. O *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em 1497*, a que atrás nos referimos, diz, na pág. 1:

«Partimos de Restello hum sabado, que eram oyto dias do mês de julho da dita era de 1497, noso caminho, que Deus noso senhor leixe acabar em seu serviço, Amem».

Castanheda, Barros, Goes, Faria e Sousa unânimemente assinam o mesmo dia da partida¹. A esta data se refere o poeta na estância V, 2, de que adiante trataremos.

Quanto à chegada à Angra de Santa Helena, lê-se no *Roteiro*, pág. 3:

«Huuma quarta feira primeiro dia do mês de novembro, que foy dia de Todos os Santos, achámos muitos signaees de terra, os quaees eram huuns golfãoos que naçem ao lomgo da costa.

Aos *quatro* dias do dito mês, sabado ante manhan duas oras, achámos fundo de cemto e dez braças ao mais, e ás *nove oras do dia ouvemos vista de terra*, e emtam nos ajuntámos todos e salvámos o capitam moor com muitas bandeiras e estemdartes e bombardas e todos vistidos de festa, e em este mesmo dia virámos bem junto com terra na volta do mar, porém nom ouvemos conhecimento da terra.

À terça feira viemos na volta da terra e ouvemos vista d'uumma terra baixa e que tinha huuma grande baía. O capitam moor mandou Pero d'Alanquer no batell a ssumdar se achava bom pouso, pello qual a achou muito boa e limpa e abrigada de todollos ventos, soomente de noroeste e ella jaz leste e oeste, aa quall poseram nome Santa Ellena.

À quarta feira lançámos amquora na dita baía, onde estivemos oyto dias alimpando os navios e corregendo as vellas e tomando lenha».

* A narração de Castanheda (*Historia do descobrimento da India*, liv. 1, cap. 11) concorda com esta do *Roteiro*. Damião de Goes (*Chronica de D. Manuel*, part. 1, cap. xxxv) também diz que foi em 4 de novembro que avistaram terra. Ouçamos agora o poeta:

Mas ja o Planeta que no ceo primeiro
Habita, cinco vezes apressada,
Agora meyo rosto, agora inteiro
Mostrára, em quãto o mar cortaua a armada,
Quando da Etereia gauea hum marinheiro
Prompto coa vista, terra, terra, brada
Salta no bordo aluoroçada a gente
Cos olhos no Horizonte do Oriente (V, 24).

Esta estância é geralmente interpretada, entendendo-se que o poeta diz que tinham decorrido cinco lunações, *emquanto o mar cortava a armada*. ¿Mas como colocar cinco meses lunares desde 8 de julho até 4 de novembro?

¹ Castanheda, liv. 1, cap. 2; Barros, dec. 1, liv. 4, cap. 2; Goes, *Chronica de D. Manuel*, part. 1, cap. 35; Faria e Sousa, *Asia*, tom. 1, part. 1, cap. 4. Veja-se a nota de Herculano a esta passagem do *Roteiro*, pág. 133.

É certo que João de Barros diz (*Asia*, dec. 1, liv. iv, cap. ii):

«E a primeira térra q̄ tomou ante de chegar ao cábo de bóa Esperança, foy a baya a que óra chamã de Sãcta Helena, auêdo *cinco meses* q̄ era partido de Lyxbóa: onde sayo em terra por fazer aguáda & assy tomar a altura do sol».

Mas João de Barros não se refere a meses lunares. Tendo a armada navegado nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro, conta estes cinco meses, embora incompletos.

O poeta, porém, mede o intervalo de tempo decorrido desde Lisboa a Santa Helena, contando as fases da lua, *emquanto o mar cortava a armada*. Ora CAMÕES tinha um conhecimento muito preciso, quer da viagem do Gama, quer da astronomia, para não cometer o erro de contar cinco meses lunares desde 8 de julho a 4 de novembro. Note-se que o poeta se exprime dum modo diferente nas estâncias III, 59, e V, 24. Enquanto no cerco de Lisboa diz que a lua cinco vezes se *escondera* e outras tantas mostrara *cheio* o rosto, agora diz que a lua mostrara cinco vezes agora *meio* rosto, agora rosto *inteiro*. Durante o cerco dos «muros Ulysseos» houvera cinco luas novas e cinco luas cheias; durante a viagem do Gama houvera cinco quartos (meio rosto) e cinco luas cheias. ¿Quartos crescentes ou minguantes? Pela ordem em que o poeta conta as fases, — agora meio rosto, agora inteiro, — é claro que se trata de quartos crescentes. O poeta afirma pois que, desde a partida de Lisboa até à chegada a Santa Helena, cinco vezes a lua passou de quarto crescente a lua cheia. Ora foi precisamente isto o que succedeu, como vamos verificar.

O *Almanach perpetuum* de Abraham Zacuto, astrónomo de D. João II e D. Manuel, foi originalmente escrito em hebreu de 1473 a 1478, quando o autor era ainda professor na Universidade de Salamanca. A tradução latina foi feita por José Vizinho, membro da Junta dos Matemáticos, e publicada pela primeira vez em Leiria, em 1496¹. Existe um exemplar desta edição na Biblioteca Nacional de Lisboa, do qual reproduzimos a página, que junto damos. Na Biblioteca da Universidade de Coimbra existe a edição de Veneza de 1502.

No *Almanach perpetuum* de Zacuto encontram-se 31 tábuas de

¹ Na última folha desta edição lê-se: «Expliciuunt tabule tabularum astronomice Raby abraham Zacuti astronomi serenissimi Regis emanuel Rex portugalie et cet cū canonibus traductis a lingua ebrayca in latinū per magistrum Joseph vizinum discipulum eius actoris opera et arte viri solertis magistri ortas curaque sua nō mediocri imprēsiōe cōplete existunt felicibus astris año a prima rerum etherearum circuitione 1496 sole existente in 15 g 53 m 35 s piscium sub celo leyree».

Tabla coniuntionum 2 oppositionum											
19 1496					20 1497						
1527 3 1558 5 1589 7 1620 9					1528 2 1559 5 1590 7 1621 9						
mensēs	di	fezi	h̄	m̄	m̄	mensēs	di	fezi	h̄	m̄	m̄
māti ⁹	14	2	13	48	25	māti ⁹	3	6	17	30	18
māti ⁹	28	2	12	34	28	māti ⁹	18	7	0	56	31
aprilis	13	4	2	0	32	aprilis	2	1	9	40	25
aprilis	27	4	1	26	28	aprilis	16	1	10	37	33
mai ⁹	12	5	11	26	37	mai ⁹	1	2	23	4	32
mai ⁹	26	5	15	3	29	mai ⁹	15	2	21	0	33
iuni ⁹	10	6	18	53	40	mai ⁹	3	4	9	42	36
iuni ⁹	25	7	5	23	27	iuni ⁹	14	4	8	32	31
iuli ⁹	10	1	1	28	39	iuni ⁹	29	5	18	22	38
iuli ⁹	24	1	20	21	25	iuli ⁹	13	5	21	40	27
aug ⁹	8	2	8	32	36	Zuli ⁹	29	7	1	56	37
aug ⁹	23	3	11	50	22	aug ⁹	12	7	12	33	22
septē	6	3	16	56	30	aug ⁹	27	1	9	29	34
septē	22	5	3	5	21	septē	11	2	4	58	18
octob	6	5	3	38	24	septē	25	2	17	44	30
octob	21	6	17	41	21	octob	10	3	22	14	16
nonēb	4	6	17	5	18	octob	25	4	3	51	25
nonēb	20	1	6	54	23	nonēb	9	5	15	9	17
decēb	4	1	9	24	13	nonēb	23	5	16	2	21
decēb	19	2	18	53	25	decēb	9	7	6	45	19
ianua	3	3	3	49	11	decēb	23	7	6	38	16
ianuā	18	4	5	34	27	ianuā	7	1	20	20	23
febua	1	4	23	6	13	ianuā	21	1	22	47	14
februā	16	5	15	21	29	februar	6	3	7	43	27
						februar	20	3	17	23	16

Página do *Almanach perpetuum* de Abraham Zacuto, edição de Leiria, 1496, com a tábua das conjunções e oposições da Lua nos anos de 1496 e 1497.

Reprodução fotográfica do exemplar existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, nas dimensões do original.

conjunções e oposições do sol e da lua, que vão desde o anno de 1478 ao de 1508, com os dados necessários para o cálculo das conjunções e oposições em anos posteriores. A página, que reproduzimos, contém as tábuas 19 e 20, relativas aos anos de 1496 e 1497. Como se vê, cada tabela tem cinco colunas verticais. Na primeira, intitulada — menses —, estão indicados os meses do anno, começando em março e terminando em fevereiro. Na segunda intitulada — dies — estão marcados os dias dos meses em que teem lugar as conjunções e oposições, isto é, as luas novas e as luas cheias, sendo os dias contados; segundo o uso astronómico, de meio dia a meio dia. Na terceira coluna indicam-se os dias da semana (*feriae*) pelos números desde 1 a 7, de domingo ao sábado. Na quarta coluna lêem-se as horas e minutos, sendo as horas contadas de 0 a 24, desde o meio-dia. A última coluna, de minutos, serve para cálculos de anos futuros. As linhas horizontais estão dispostas aos pares entre dois traços, sendo a superior relativa à conjunção e a inferior à opposição.

Da tabela da direita, referente ao anno de 1497, extraímos o seguinte quadro, que mostra as fases da lua durante o trajecto da armada, desde Lisboa até à Angra de Santa Helena:

Anno de 1497

Meses	Dias do mês	Dias da semana	Horas e minutos	Luas
Junho	29	quinta-feira	18 ^h 22 ^m	lua nova
Julho	13	quinta-feira	21 40	lua cheia
Julho	29	sabado	1 56	lua nova
Agosto	12	sabado	12 33	lua cheia
Agosto	27	domingo	9 29	lua nova
Setembro	11	segunda-feira	4 58	lua cheia
Setembro	25	segunda-feira	17 44	lua nova
Outubro	10	terça-feira	22 14	lua cheia
Outubro	25	quarta-feira	3 51	lua nova
Novembro	9	quinta-feira	15 9	lua cheia

Vê-se assim que foi lua nova no dia 29 de junho às 18 horas e 22 minutos (tempo astronómico) ou às 6 horas e 22 minutos da manhã do dia 30 (tempo civil); e foi lua cheia no dia 13 de julho às 21 horas

e 40 minutos (tempo astronómico) ou às 9 horas e 40 minutos do dia 14 (tempo civil). O quarto crescente foi então no dia 7 pela manhã. Quando pois a armada partiu do Tejo em 8 de julho, tinha sido quarto crescente na véspera; a lua ia portanto na passagem de *meio rosto* para *rosto inteiro* quando começou a famosa viagem do Gama.

Pela segunda vez mostrou a lua inteiro o rosto em 12 de agosto, pela terceira vez em 11 de setembro, pela quarta em 10 de outubro e finalmente pela quinta vez em 9 de novembro, quando os nossos argonautas estavam já em Santa Helena, «alimpando os navios e correndo as vellas e tomando lenha». A lua nova fôra em 25 de outubro. Vê-se que o quarto crescente foi na manhã do dia 2 de novembro. Quando pois os nossos marinheiros avistaram terra, pelas 9 horas da manhã do dia 4 de novembro, mostrára a lua, dois dias antes, *meio rosto*, indo na transição para *rosto inteiro*, pela quinta vez, *emquanto o mar cortava a armada*.

CAMÕES conhecia com certeza o livro de Zacuto, que devia ser famoso ainda no seu tempo. Percorrendo as tábuas do lunário, chamou-lhe naturalmente a atenção a tábua relativa ao ano de 1497. CAMÕES, contando o tempo pelas fases da lua, regista um facto astronómico rigorosamente verdadeiro, como acabamos de mostrar. Na estância 24 do canto V temos pois, mais uma vez, ocasião de admirar como o poeta, sábio e artista, unia à beleza e concisão da forma a exactidão científica.

3. *O ano*. — Foi ainda no período puramente popular da astronomia que se observou que; como a lua, outras estrêlas, tais como Marte, Júpiter e Saturno, se deslocavam por entre as constelações das estrêlas fixas, sendo também classificadas como estrêlas erráticas ou planetas. Mercúrio começou por ter dois nomes: *Apolo*, quando estrêla da manhã e *Mercúrio*, quando estrêla da tarde. Reconheceu-se depois que *Apolo* e *Mercúrio* eram o mesmo planeta. Como *Mercúrio*, *Vénus* teve entre os gregos dois nomes: *Fósforo*, como estrêla da manhã, e *Héspero*, como estrêla da tarde.

Na descrição da batalha do Salado aparece-nos *Vénus* como estrêla da tarde (*Vespero*) em III, 115:

Ia se hia o Sol ardente recolhendo,
Pera a casa de Thetis, & inclinado
Pera o Ponente, o vespero trazendo,
Estaua o claro dia memorado,
Quãdo o poder do Mauro grande & horrêdo
Foi pelos fortes Reis desbaratado,
Com tanta mortindade, que a memoria,
Nunca no mundo vio tam gram victoria.

Dizendo que o claro dia memorado estava inclinado para o poente, trazendo o véspero, não quer o poeta significar que, no dia 30 de outubro de 1340, Vénus fôra realmente estrêla da tarde. O véspero vem aqui como símbolo da tarde; há nesta estância, como observa o sr. Dr. José Maria Rodrigues no seu notabilíssimo estudo *Fontes dos Lusíadas*¹, visível influência da *Cronica de D. Afonso IV*, de Rui de Pina (fl. 116):

«E este dia tam prospero deu deos aos cristaãos contra os jmgos da sua fee, em que tanta multidã delles foy em tam pouco espaço desbaratada como foy da ôra da terça em que começaram a pellejar atee vespera que durou a batalha».

Como estrêla da manhã aparece Vénus ao romper do dia em que a armada chega enfim à vista da tão desejada terra da Índia, depois da noite procelosa, quando a deusa determina abrandar por amores as iras e os furores dos ventos, mostrando-lhes as ninfas belas, «que mais formosas vinham que as estrêlas»:

Mas ja a amorosa strela scintilaua
 Diante do Sol claro, no Horizonte
 Mensageira do dia, & visitaua
 A terra, & o largo mar, com leda fronte:
 A deusa, que nos ceos a governaua,
 De quem foge o ensifero Oriente,
 Tanto que o mar, & a chara armada virã,
 Tocada junto foy de medo, & de ira (VI, 85).

O sol foi também classificado como estrêla errática, completando a conta dos sete planetas conhecidos dos antigos. A descoberta do movimento próprio do sol, que se não vê ao mesmo tempo que as estrêlas, exigiu um maior esforço de reflexão. Observando a constelação que segue imediatamente o sol no seu ocaso ou a que o precede no seu nascimento, concluiu-se que estas constelações não são sempre as mesmas. Assim, se o ocaso da constelação de Áries se segue ao do sol, passado tempo esta constelação desaparece nos raios solares e é a constelação do Toiro que passa depois a brilhar sôbre o sol poente. O sol apaga com a sua luz as estrêlas da constelação que está entre a que o precede no seu nascimento e a que o segue no seu ocaso; e verificou-se assim que êle vai percorrendo sucessivamente, de ocidente para oriente, as constelações duma zona da esfera estrelada a que se deu o nome de *zodiaco*. A seqüência das observações levou à descoberta da *eclítica*, círculo do movimento próprio do sol, e com

¹ O Instituto, vol. LIV, pág. 306.

o período dêste movimento estabeleceu-se uma nova unidade de tempo: — o ano.

O ano, periodo do curso próprio do sol, cuja duração é de 365 dias e um quarto aproximadamente, é definido pelo poeta em V, 2:

Entraua neste tempo o eterno lume,
 No animal Nemeyo truculento,
 E o mundo que com tempo se consume
 Na seista idade andaua enfermo & lento:
 N'ella ve, como tinha por costume,
Cursos do sol quatorze vezes cento,
 Com mais nouenta & sete, em que corria
 Quando no mar a armada se estendia.

A sexta idade começava com o nascimento de Cristo. Corria pois o ano de 1497 da era de Cristo, quando a armada partiu do Tejo.

A explicação das idades do mundo pode lêr-se na *Chronographia o reportorio de los tiempos* de Jerónimo Chaves. Transcrevemos da edição de Lisboa, 1576, fl. 38:

De las edades del mundo.

Titulo 72.

«Toda la vniuersal duracion del mūdo fue diuisa por los antiguos Padres en seys interuallos de tiempo, à quien llamaron las Edades del mundo. Y esta diuisiō fue assi hecha cōforme a los seys dias en que fué criado el mundo, y esta es la cōmun diuision de Eusebio, y de todos los historiadores. En el tiēpo y duracion de cada vna destas edades ay tan gran diferencia y confusion entre los historiadores, que no se ha podido tomar certidumbre de su numeracion. Y ay dos principales parcialidades. Vnos siguen a los Hebreos, y otros a los setenta y dos Interpretes, que traduxeron el viejo testamento: y segun estas dos opiniones me parescio collegir el tiempo de estas edades, y hazer de cada una dellas Catalogo particular. Porque con mayor facilidad las pueda entender el lector».

Em resumo, a primeira idade, comparada à infância do homem, vai desde a origem do mundo até ao dilúvio universal. A segunda idade, que foi como a puerícia do género humano, vai desde o dilúvio até ao nascimento de Abrahão. A terceira idade, comparada à adolescência do homem, vai até David. A quarta idade, que é comparada à juventude do homem, vai desde o rei David até à transmigração de Babilónia. A quinta idade, que foi como a velhice do homem, vai até ao nascimento de Cristo. A sexta idade e última vai desde o nascimento de Cristo até ao último dia, o dia do juízo final. Isto

mesmo se lê no *Reportório dos tempos* de André do Avelar, que é, em grande parte, tradução do livro de Jerónimo Chaves.

O mundo, que com o tempo se consome, andando na sexta idade, que é a última, vai numa velhice adiantada. Por isso o poeta o acha *enfermo e lento*.

O ano é também definido em X, 86:

... em quanto Phebo, de luz nunca escasso
Dozentos *cursos* faz, da elle um passo.

4. *O tempo*. — A descoberta do movimento próprio do sol levou à distinção entre o dia solar e o dia sideral, determinado por duas passagens sucessivas duma estréla fixa no meridiano. O dia solar é maior que o sideral e os dias solares verdadeiros não são iguais entre si. O dia sideral, que para nós é o tempo duma rotação completa da Terra, era ainda no século XVI o tempo duma rotação do primeiro móbil, a esfera impulsora do movimento diurno. O dia sideral, período constante, é a unidade natural do tempo.

No Título 3.º — Del Tiempo — da *Chronographia* de Jerónimo Chaves, que atrás citámos, lê-se (fl. 2):

«... Aristoteles dize: El tiêpo ser vn cierto numero y medida del mouimiento del primer mobil, considerando en el partes primeras y postrimeras.....
..... Y porq̃ entre todos los mouimiêtos de los cuerpos celestiales, el mouimiento del Sol era mas notorio y comum a todos los vulgares, y semejantemente el mouimiento de la Luna: por esta causa la gente vulgar midio los tiempos cõ estos dos mouimiêtos. Y vnos seguirõ el mouimiêto de la Luna, y tales fuerõ los Arabes: y al principio la mayor parte de todas las naciones. Despues otros siguieron el mouimiêto del Sol. Y tales fueron los Romanos. Solos los Philosophos entendieron el tiempo por el numero y medida del mouimiento del primer cielo, o primer mobil: el qual es causa del mouimiento diurno y cotidiano, y tambien por ser mas regulatissimo que todos los otros Cielos y Spheras celestes».

É este modo de entender o tempo, medindo-o pelo movimento do primeiro móbil, que se encontra em III, 22, quando o poeta diz que a Lusitânia se tornou Reino ilustre no decorrer do tempo:

Desta o Pastor nasceo, que no seu nome
Se vê, que de homem forte os feitos teue,
Cuja fama, ninguem virà que dome,
Pois a grande de Roma nam se atreue:

Esta, o velho que os filhos propios come,
 Por decreto, do Ceo ligeiro, & leue,
 Veo a fazer no mundo tanta parte,
 Criando a Reino illustre, & foi desta arte.

No quinto verso introduz o poeta o mito do tempo que tudo produz e tudo consome, — «o velho que os filhos propios come». O «Ceo ligeiro & leue» do verso seguinte é o primeiro móbil, que, como já vimos, é definido com os mesmos adjectivos no final da estância 85 do canto X:

Outro corre tam leue & tam ligeiro,
 Que não se enxerga, he o Mobile primeiro.

No «*Reportorio dos tēpos em lingoagē Portugues* por Valētim fernãdez alemã», que parece ter sido o primeiro dos Reportórios publicados em português, começa-se por definir o tempo. Transcrevemos do exemplar existente na Biblioteca de Évora, que julgamos ser a edição de 1528¹:

Começa se ho reportorio & primeyramēte do tempo em geeral & que cousa he

«Em aquelle tempo rudo & muy rustico antes que em ytalia sobessem as gētes por ordē semear nē colher: nō tēdo dimensiō nem cōta certa algũa: andaua todo entre elles confuso. Por isso como escreve Aurelio macrobio: nō auia entã tempos algūs. Ca tēpo nō he al se nom hũa conta ou medida certa que do *contino rodeo do ceo* se colhe & alcança. E por quanto chegando hay Saturno a regnar por sua industria alcançou a gente noticia de laurar | semear | colher | & enxertar por ordem de agricultura com tempo & numero. Certo louuarom no os antijgos muyto: & hōrrarom no como a *deus* & padre do tempo: mais largamente em seu proprio lugar: quãdo dos signos & planetas se fizer mençã».

¹ Ao exemplar de Évora faltam as últimas páginas, que estão substituídas por páginas manuscritas, copiadas da edição de 1552. Tivemos ocasião de comparar o exemplar de Évora com a edição de 1552, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa; nesta veem as tábuas do lunário para os anos de 1550 a 1600; no exemplar de Évora veem estas tábuas para os anos de 1528 a 1550. A edição de Évora deve pois ser a de 1528. O *Reportorio dos tēpos* de Valentim Fernandes é traduzido do castelhano e dedicado a Antonio Carneyro, sumo secretário do rei D. Manuel. Do *Reportorio de tiēpo* original existe na Biblioteca de Évora uma edição, corrigida por Sancho de Salaya, catedrático de Salamanca, publicada em Lisboa em 1543. A tradução de Valentim Fernandes é feita numa edição anterior, devida a André de Ly, saragoçano.

E adiante, quando se trata do sétimo céu e de Saturno, lê-se:

«Outros disserõ q̄ saturno quer tâto dizer como semeador: que elle foy primeyro q̄ ensinou a semear laurar & prâtar em ytalia: & por ysso o pintarõ cõ a fosse na mão & comêdo seus filhos: porque todas as cousas q̄ o tēpo produze elle mesmo as cõsume: & assi o hõrrarõ por deus dos tēpos: he planeta masculino».

CAMÕES conhecia com certeza o *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes. Parece-nos evidente a influência do trecho da definição do tempo, que transcrevemos, na estância que estamos analisando. No quinto verso está o tempo personificado em Saturno. O tempo é porêem marcado pelo movimento do primeiro móbil, o céu ligeiro e leve do verso seguinte. A frase *contino rodeo do ceo* faz lembrar o verso:

O ceo volubil com perpetua roda,

que define o primeiro móbil na estância VII, 6o.

Do livro do professor Mach, cujo nome já noutro lugar (pag. 304) citámos, *Conferências scientificas populares*¹, traduzimos um trecho da conferência intitulada — Natureza económica das investigações fisicas —, por nos parecer um interessante comentário à estância que nos ocupa:

«Todas as leis e conceitos fisicos são indicações abreviadas, que muitas vezes contêm implícitas ainda outras indicações, a respeito de experiências economicamente ordenadas e prontas para uso. A brevidade pode dar a tais indicações, cujo conteúdo só raras vezes se enuncia dum modo completo, a aparência de entidades independentes. Não queremos naturalmente ocupar-nos aqui dos mitos poéticos como é, por exemplo, o do Tempo que tudo gera e tudo devora. Lembra-remos apenas que Newton ainda fala dum Tempo absoluto, independente de todos os fenómenos bem como dum Espaço absoluto, conceitos acima dos quais o próprio Kant não pode elevar-se, e que ainda hoje são, de vez em quando, repetidos a sério. Para o investigador da Natureza é cada determinação de Tempo apenas a indicação abreviada da dependência dum fenómeno de outro, e nada mais. Quando dizemos que a aceleração dum corpo caindo livremente é de 9^m,810 por segundo, quer isto dizer que a velocidade para o centrõ

¹ E. Mach, *Popular wissenschaftliche Vorlesungen*, Leipzig, 1910.

da Terra aumentou de $9^m,810$ enquanto a Terra executou mais $\frac{1}{86400}$ da sua rotação¹, o que, por sua vez, só pode reconhecer-se pela sua posição relativamente a outros corpos celestes. A velocidade não é também senão uma relação da posição do corpo com a posição da Terra. Em vez de os referirmos à Terra, podemos referir todos os fenómenos a um relógio ou mesmo à nossa sensação interna do Tempo. Como existe uma correlação entre todos os fenómenos, e cada um pode servir para medida dos restantes, facilmente se origina o êrro de se atribuir significação ao Tempo, independentemente dos fenómenos».

Se CAMÕES reproduz o mito poético do tempo como entidade independente, o que é natural num poeta, logo no verso seguinte, como homem de grande saber que também foi, se reporta à noção rigorosa do tempo, referindo o intervalo que vai desde Viriato a D. Afonso Henriques ao movimento de rotação do primeiro móbil, a que hoje corresponde o movimento de rotação da Terra, satisfazendo assim os filósofos antigos, como Aristóteles, e os futuros, como Mach.

5. *As horas.* — O dia divide-se em horas:

Ia neste tempo o lucido Planeta,
Que as *horas vay do dia distinguindo*,
Chegava aa desejada, & lenta Meta,
A luz celeste aa gentes encobrando (II, 1).

No século XVI usavam-se no mar os relógios de sol². Havia também relógios de areia para marcar as divisões dos quartos *de vigia*, a que o poeta se refere em II, 60:

O Capitam illustre, ja cansado,
De vigiar a noite que arreceia,
Breue repouso entam aos olhos daua,
A outra gente a *quartos* vigiaua.

¹ O dia tem 86400 ($24 \times 60 \times 60$) segundos.

² Os defeitos destes relógios são apontados por D. João de Castro no *Roteiro de Lisboa a Goa*, Lisboa, 1882, pág. 183: «... não considerando como os Relogios por onde se regem são feitos em diferentes Regiões, e cada hum serue á leuação do pollo do lugar donde he feito, o que oje muy conhedidamente se mostrou ao meo dia; porque, verificado as oras por quatro Relogios, achei que dous delles me fazião meo dia, e o terceiro 11 oras $\frac{1}{2}$, e o quarto 11 oras $\frac{1}{3}$: alem disto faz mintir muitas vezes muito os taes Relogios o variar de suas agulhas, porque, como quer que são ceuadas com diferentes pedras, e os mesmos ferrinhos seião mais aceiros huns que outros, faz que variem ou nordesteem huns muy diferente dos outros, e daquy vem mostrarem o lugar de meo dia com tanta falsidade: ...».

Cada quarto de vigia durava oito *relógios* ou ampulhetas de meia hora. O primeiro quarto de vigia da noite era o *quarto da prima*; o segundo o *da modorra*; e o terceiro o *quarto da alva*. Assim no *Roteiro de Dom Joam de Castro, da viagem que fizeram os portuguezes ao mar Roxo no anno de 1541*, Paris, 1833, lê-se:

«De noute, toda a noute foi o vento Nordeste gallerno: o *quarto da Prima* governamos Alloeste, e o *da modorra*, Alloeste quarta de Noroeste: Mas o *quarto da lua* governamos todo Alloeste» (pág. 26).

«De noute foi o vento oeste bonança: toda a noute corremos, ate o *quarto da prima rendido*, com as vellas de proa, e vellas da gauia grande. A *huum rellogio do quarto da modorra*, tomamos fundo em .8. braças, e deshi ate amanhecer, corremos com todallas vellas: governamos sempre leste, quarta de sueste» (pág. 271).

Assiste-se ao *render do quarto da prima* em VI, 38:

Em quanto este conselho se fazia
No fundo aquoso, a leda, lassa Frota
Com vento sossegado proseguia
Pello tranquillo mar, a longa rota:
Era no tempo quando a luz do dia
Do Eoo Emisperio está remota,
Os do *quarto da prima* se deitauão
Pera o *segundo* os outros despertauão.

O segundo quarto é o *da modorra*, cuja denominação o poeta justifica na descrição que faz na estância imediata:

Vencidos vem do sono, & mal despertos
Bocijando a miude se encostauam,
Pellas antenas, todos mal cubertos,
Contra os agudos ares que assoprauam:
Os olhos contra seu querer abertos
Mas estregando os membros estirauam;
Remedios contra o sonno buscar querem,
Historias contão, casos mil referem.

Para resistirem à *modorra* que os acomete, conta então Veloso aos companheiros a história dos Doze de Inglaterra.

6. *Os signos do zodiaco*. — Como já vimos (pág. 313), o zodiaco é descrito pelo poeta na segunda parte da estância X, 87:

Bem ves como se veste & faz ornado
Co largo cinto douro, que estrellantes
Animais doze traz afigurados,
Aposentos de Phebo limitados.

O zodíaco, zona celeste de 12º graus de largura, dentro da qual se observam os movimentos dos planetas, é dividido em doze signos, como é sabido. No *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes lê-se, no capítulo intitulado—Dos doze signos & q̄ quer dizer signos:

«..... Signo nõ quer dizer outra cousa se nõ *casas* ou *moradas do sol*. E assi he de presuponer q̄ todos os doze signos do zodíaco se referem aa natureza do sol. Ca segundo o effecto q̄ ho sol faz quãdo esta em cada *casa* daquelles doze tal nome poserom os astrologos ao signo que nos mostra aquella *casa* atribuyda & correspondente aa condiçam de aquelle animal por a qual se figura como veremos por ordẽ em cada hũ dos signos».

O sol, percorrendo a eclíptica, linha média do zodíaco, ocupa successivamente cada um dos *signos* que se chamavam também *casas* do sol. Por isso o poeta lhes chama «*Aposentos* de Phebo limitados». São *limitados* à extensão de 30 graus cada um, perfazendo os doze os 360 graus da volta inteira do zodíaco. Junto damos um quadro dos doze signos com os seus nomes, latino e português, os símbolos com que se designam, as figuras correspondentes aos seus nomes como se vêm na *Chronographia* de Jerónimo Chaves, e os graus de longitude em que cada um começa. Os nomes dos signos são os mesmos das constelações zodiacais, os doze *estrellantes animais afigurados*. Foi no tempo de Hiparco que os signos tomaram o nome das constelações que os ocupavam. Por causa da precessão dos equinócios, à razão de 50'',2 por ano, os signos foram-se deslocando para ocidente sôbre as constelações, estando hoje o signo de Áries sôbre a constelação dos Peixes.

Os *Reportórios* do século xvi trazem a descrição minuciosa de cada um dos signos com a astrologia respectiva. Percorrendo os capítulos, relativos aos signos, do *Reportorio* de Valentim Fernandes, pode-se formar o seguinte quadro das datas das entradas do sol nos signos:

Aries	11 de março	Libra	14 de setembro
Taurus	11 de abril	Scorpius	14 de outubro
Gemini	12 de maio	Sagittarius	13 de novembro
Cancer	12 de junho	Capricornus	12 de dezembro
Leo	14 de julho	Aquarius	11 de janeiro
Virgo	14 de agosto	Pisces	10 de fevereiro.

Os quatro signos de Aries, Cancer, Libra e Capricornus eram chamados os quatro signos cardeais, porque a entrada do sol neles marca o principio das estações.

Aries



0°

Carneiro

Taurus



30°

Touro

Gemini



60°

Gêmeos

Cancer



90°

Cancro ou Caranguejo

Leo



120°

Leão

Virgo



150°

Virgem

Libra



180°

Balança

Scorpius



210°

Scorpião

Sagittarius



240°

Sagitário

Capricornus



270°

Capricórnio

Aquarius



300°

Aquário

Pisces



330°

Peixes

Os signos de zodíaco.

As figuras são reproduzidas da *Chronographia* de Hieronymo Chaves, Lisboa, 1576, fl. 161.

No *Reportorio* de Avelar, impresso pela primeira vez em 1585, «conforme à noua reformação do sancto Padre Gregorio XIII», encontra-se (fl. 87, v.) a tábua da entrada do sol nos doze signos, sendo a entrada em Aries a 21 de março, em Taurus a 21 de abril, etc., por causa dos dez dias suprimidos em 1582.

CAMÕES exprime a época do ano, em que tiveram lugar alguns dos acontecimentos que descreve, pela posição do sol na eclíptica, indicando o signo. Assim a batalha de Aljubarrota coincidiu com a entrada do sol no signo da Virgem:

Respondem as trombetas mensageiras,
Pifaros sibilantes, & atambores,
Alferezes volteam as bandeiras
Que variadas sam de muitas cores:
Era no seco tempo, que nas eiras
Ceres o fructo deixa aos lauradores,
Entra em Astrea o Sol, no mez de Agosto,
Baco das vuas tira o doce mosto (IV, 27).

Como se vê da tabela, o sol entrava no signo da Virgem a 14 de agosto, e a batalha teve lugar em 14 de agosto de 1385.

Na descrição dos signos da *Chronographia* de Jerónimo Chaves, indica-se não só a entrada no signo como a entrada na *imagem*, isto é, na constelação do mesmo nome, que tem lugar mais tarde, porque as constelações são deslocadas para oriente, relativamente aos signos, pela precessão dos equinócios. Lê-se na *Chronographia* (fl. 85):

«Entra el sol en el signo de Virgo comunmente a los quatorze de Agosto, comiença a entrar en la imagen al fin de Agosto».

O poeta refere-se sempre aos signos e não às constelações. A posição do sol na eclíptica indicava-se pela sua longitude expressa no signo, e nos graus e minutos do signo¹. Também nas três estâncias, de que em seguida nos vamos ocupar, é o signo que o poeta designa pelo animal correspondente ao seu nome, e não a constelação.

A data da batalha de Aljubarrota é não só determinada astronómicamente, mas relacionada também com factos agrícolas, o que dá àquela estância um certo sabor de almanach. No calendário do *Re-*

¹ A transcrição, que numa nota anterior fizemos, da última folha do *Almanach perpetuum* de Zacuto termina assim: «... 1496 sole existente in 15 g 53 m 35 s piscium sub celo leyree». Terminou-se a impressão do *Almanach* estando o sol em 15°53'35" do signo dos Peixes no ano de 1496, isto é, em 25 de fevereiro de 1496, como se pode verificar nas próprias tábuas de Zacuto.

portorio de Valentim Fernandes há no cimo de cada página dos meses dois versos alusivos aos factos característicos de cada um, com a correspondente gravura. O mês de julho diz:

Yo soy julio: el q̄ trillo las eras:
Porq̄ de pã: se inchan paneras.

O de agosto:

Yo soy agosto; q̄ amaño las cubas.
Pipas & quartos: pera el çumo de las vuas.

O de setembro:

Yo soy setiẽbro: q̄ de maduras vuas
Ago buẽ vino: hinchẽdo las cubas.

O poeta indica os dois acontecimentos agrícolas entre os quais teve lugar a batalha: o malhar do trigo nas eiras e as vindimas.

Em II, 72, marca o poeta o dia da chegada a Melinde, que teve lugar em 15 de abril de 1498, domingo de Páscoa, como já dissemos:

Era no tempo alegre quando entraua,
No roubador de Europa a luz Febea,
Quando hum, & o outro corno lhe aquẽtaua,
E Flora derramaua o de Almathea:
A memoria do dia renouaua,
O presuroso Sol, que o Ceo rodea,
Em que aquelle, a quem tudo está sogeito,
O sello pos a quanto tinha feito.

Era quando o sol começava a percorrer o signo de Touro, onde estava havia apenas quatro dias, pois entrara nele a 11 de abril. Era no tempo alegre em que Flora, deusa das flôres, derramava a sua cornucópia. No *Reportorio* de Valentim Fernandes define-se assim, no calendário, o mês de abril:

Yo soy abril: de dulce dormir,
Agradã flores hojas: y aues oyr.

Em V, 2, diz o poeta a época da partida da armada do Tejo, que foi em 8 de julho de 1497. Nos dois primeiros versos indica o mês:

Entraua neste tempo o eterno lume,
No animal Nemeyo truculento.

Entraua quer aqui dizer *ia entrar*. A entrada do sol no signo de Lião ia ter lugar poucos dias depois, a 14 de julho, como se vê no quadro atrás.

Andava o sol no signo dos Peixes quando a armada, tendo deixado o rio dos Bons Sinais, ia a caminho de Moçambique:

Emquanto isto se passa, na fermosa
 Casa Etereia do Olimpo omnipotente,
 Cortava o mar a gente belicosa;
 Ia la da banda do Austro, & do Oriente,
 Entre a costa Ethiopica, & a famosa
 Ilha de sam Lourenço, & o Sol ardente
 Queimava entam os Deoses, que Tifão
 Co temor grande em peixes conuerteo (I, 42).

O sol entrava no signo dos Peixes a 10 de fevereiro e levava a percorrê-lo até 11 de março, em que passava para o de Áries. A gente belicosa cortava o mar desde 24 de fevereiro e ia chegar à Ilha de Moçambique, que avistaram em 1 de março. Esteve durante êste trajecto sempre o sol no signo dos Peixes. Transcrevemos a passagem correspondente do *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em 1497* (pág. 22):

«..... e aquy posemos hum padram, ao quall poseram nome o padram de Sam Rrafaell, e isto porque elle o levava, e ao rrio dos Boons Signaees ¹.

D'aquy nos partimos hum sabado que eram *vinte e quatro dias do mês de fevereiro* e fomos aquelle dia na volta do mar, e a noute seguinte em leste por nos arredarmos da costa a quall era muito graciosa de vista. E ao domingo fomos ao nordeste, e quando vêo a oras de vespora vimos estar tres ylhas em o mar e eram pequenas, e as duas sam de grandes arvoredos e a outra he calva e pequena mais que as outras, e de huuma aa outra averá quatro legoas, e porque era noute vyrámos na volta do mar e de noute pasámos por ellas. E ao outro dia fomos noso caminho, e andámos seis dias pello maar, porque ás noutes pairavamos. E huuma quinta feira, que foy o *primeiro dia do mês de março*, á tarde ouvemos vista das ylhas e terra que se ao diante segue. E porque era tarde virámos na volta do mar e pairámos até pella manham. E emtam viemos entrar em a terra syguinte».

¹ Compare-se com V, 78:

Muy grandemente aqui nos alegramos
 Coa gente, & com as nonas muito mais.
 Pellos sinais que neste rio achamos
 O nome ihe ficou dos bós sinais:
 Hum padrão nesta terra aleuantamos,
 Que para asinalar lugares tais
 Trazia alguns, o nome tem do bello
 Guiador de Tobias a Gabello.

Esta terra era a Ilha de Moçambique. A viagem desde o rio dos Bons Signais até Moçambique é de novo descrita em V, 84 na narração feita pelo Gama ao rei de Melinde:

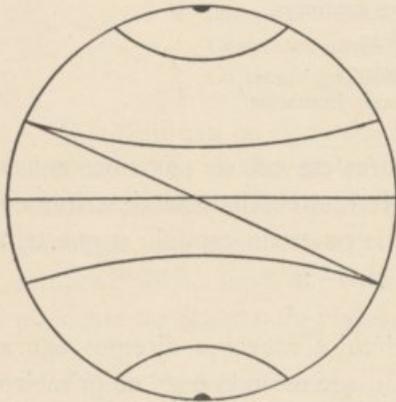
Assi que deste porto nos partimos
 Com mayor esperança & mór tristeza,
 E pela costa abaixo o mar abrimos
 Buscando algum sinal de mais firmeza:
 Na dura Moçambique emfim surgimos,
 De cuja falsidade & má vileza
 Ia seras sabedor, & dos enganos
 Dos pouos de Mombaça pouco humanos.

7. *As cinco zonas.* — A divisão da esfera celeste nas cinco zonas e a correspondente divisão do globo terrestre acham-se descritas no *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes na parte do capítulo II que tem por título — Dos quatro circulos menores —:

«Poys que ja falamos dos seys circulos mayores diremos agora dos quatro menores. Auemos de notar que estando o sol no primeiro pōto de cancro que he ho solsticio do estio: pello mouimento do primeiro mobile: faz hum circulo que he ho derradeiro que ho sol faz da parte do norte: & chamase circulo do solsticio estiuall pella razam sobredita: & chamase tambem tropico estiuall: & veo este nome de tropos que quer dizer volta: porque entam começa ho sol a fazer volta pera o hemispherio debayxo & começase apartar de nos. Estando tambem ho sol no primeiro ponto de Capricorno que he o solsticio do inuerno: pello mouimento do primeiro mobile: faz hum circulo que he ho derradeiro que elle faz da banda do sul. E chamase circulo do solsticio do ynuerno: ou tropico do ynuerno: porque entam faz ho sol volta pera nos. E pois o zodiaco se aparta da equinocial: també o polo do zodiaco se apartara do polo do mundo. E pois a oitaua esfera se moue: tambem ho zodiaco que he parte da oytaua esfera se mouera: per derredor do eyxo do mundo: & ho polo do zodiaco se mouera per derredor do polo do mundo. Por tãto este circulo que o polo do zodiaco faz per derredor do polo artico: chamase circulo artico: & o outro circulo que faz ho outro polo do zodiaco per derredor do polo antartico: chamase circulo antartico. Outro si quanto he o que mays se aparta o Sol da equinocial: tanto he o que se aparta ho polo do zodiaco do polo do mūdo: ho que se prouara desta maneira

..... E auemos mays de notar que os quatro paralellos menores .s. dous tropicos & ho parallelo artico & ho antartico nos apartão no

ceo cinco zonas ou regiões. E por isso dezia Vergilio nas georgicas. Cinco zonas ha no Ceo hũa das quaes he sempre queimada do sol & torrada do fogo. *Outras tantas partes ha na terra que dereitamente estão debaixo das ditas zonas:* como Ouuidio dixee no primeiro liuro do Metamorphoseos. A \bar{q} esta no meyo nam he habitauel per quentura: duas dellas estão cubertas de neuue: & as outras duas que estam



ante estas: sam temperadas pella mistura do quēte com o frio. Assi que a zona que esta entre os dous tropicos he inhabitauel: pella quentura do sol que sempre anda entre os tropicos: & pella mesma causa a terra que jaz debaixo della he *inabitauel*: e as duas Zonas que estam cercadas pello circullo artico & pello antartico: sam *inhabitaueis* pero muito frio: porque ho sol anda muito apartado dellas: & ho mesmo se ha de dizer das regioes da terra

que estão debaixo: mas das outras duas zonas: assi a que estaa entre ho tropico do estio e ho circulo artico: como a \bar{q} esta entre ho tropico do inuerno & ho circulo antartico: sam habitauéis: porque se tempera a quentura da zona torrada \bar{q} esta entre os tropicos: com a frialdade das zonas frias que estão debaixo dos polos: & ho mesmo se ha de dizer das partes da terra que estam debaixo dellas».

A esta afirmação do texto de Sacrobosco, da inhabitabilidade da zona tórrida e das zonas glaciais, faz o tradutor Pedro Nunes a seguinte anotação na margem:

«As nauegações dos portugueses nos amostrarã: \bar{q} não ha terra tam destēperada per quēte nē per fria em \bar{q} não aja homēs».

As navegações dos portugueses transformaram a sciência do tempo.

No trecho acima transcrito, quando, depois de definidas as cinco zonas celestes, se diz «outras tantas partes ha na terra que *dereitamente* estão debaixo das ditas zonas», deve-se entender que cada ponto duma zona terrestre tem o seu zenite na zona celeste correspondente. As verticais tiradas do centro da Terra para os trópicos e círculos polares terrestres determinam superfícies cónicas de revolução em tórno do eixo do mundo, que vão interceptar a esfera celeste segundo os trópicos e círculos polares celestes correspondentes.

A equinocial, ou, como hoje dizemos, o equador, linha média da zona tórrida, está definida pelo poeta em V, 13:

Por este largo mar em fim me alongo
Do conhecido pollo de Calisto,
Tendo o termino ardente ja passado
Onde o meyo do mundo he limitado.

Em V, 7:

Passamos o lemite aonde chega
O Sol, que pera o Norte os carros guia,
Onde jazem os pouos, a quem nega
O filho de Climêne a cor do dia,

e em X, 129:

Aqui o soberbo imperio, que se afama
Com terras & riqueza nam cuidada,
Da China corre, & occupa o senhorio
Desdo Tropico ardente ao Cinto frio,

refere-se o poeta ao trópico de Câncer e ao círculo polar ártico. O trópico de Capricórnio e o círculo polar antártico são introduzidos em V, 27:

Achamos ter de todo ja passado
Dó Semicapro peixe a grande meta,
Estando entre elle & o circulo gelado
Austral, parte do mundo mais secreta.

Mas a mais formosa estância em que entram as zonas terrestres é a admirável colocação da Europa na zona temperada, em III, 6:

Entre a Zona que o Cancro senhorea,
Meta Septentrional do Sol luzente,
E aquella, que por fria se arrecea
Tanto, como a do meyo por ardente,
Iaz a soberba Europa, a quem rodea,
Pela parte do Arcturo, & do Occidente:
Com suas salsas ondas o Oceano,
E pela Austral, o Mar Mediterraneo.

8. *As estações.*—A entrada do sol nos quatro signos cardeais marca o princípio das estações, que teem sua feição especial segundo a zona que se considera. Tendo a armada atravessado a zona tórrida, o poeta descreve naturalmente os factos característicos desta zona.

Na parte do capítulo III do *Tratado da Sphera* intitulada — Da diuersidade dos dias & noytes que tem os que morão em diuersas partes da terra — começa-se por descrever o que succede com os habitantes do equador:

«Auemos de saber que os que viuem debayxo da equinocial tem ho sol na cabeça duas vezes no anno: conuê a saber quãdo estaa no principio de Aries: & quando estaa no principio de Libra: & tem nestes tempos dous solsticios altos: porq̃ lhes passa o sol dereitamente per cima de sua cabeça: tem tambem dous solsticios bayxos quando ho sol esta nos principios de Cancro & Capricorno: & chamanse bayxos porque entam se aparta ho sol ho mais que ser pode do seu zenith: do qual se segue que poys *sempre lhes he equinocio*: teram no anno quatro solsticios dous altos & dous bayxos: & teram *dous estios* .s. estando o sol em qualquer dos dous pōtos equinociaes ou junto delles. Tambẽ teram *dous inuernos* .s. estando o sol nos primeiros pontos de cancro e Capricorno ou jũto delles E nesta abitação nacẽ & se poem as estrellas que estam acerca dos polos».

Para os habitantes do equador os polos do mundo estão no horizonte, que corta portanto ao meio os círculos diurnos de todos os astros. Durante todo o ano são os dias iguais às noites; *sempre lhes he equinocio*. Por isso o poeta diz em II, 63:

Vaite ao longo da costa discorrendo,
E outra terra acharas de mais verdade,
La quasi junto donde o Sol ardendo,
Iguala o dia, & noite em quantidade,

referindo-se a Melinde, que fica junto do equador, a três graus apenas de latitude sul. A linha equinocial é igualmente definida em VII, 61:

E desda a fria plaga de Gelandá,
Ate bem donde o Sol *nam muda o estilo*
Nos dias, sobre a gente de Ethiopia,
Tudo tem no seu Reino em grande copia.

Nem só os que vivem no equador teem dois estios e dois inuernos; o mesmo succede aos outros habitantes da zona tórrida. Com o título — Dos que viuem antre a equinocial & o tropico de Cancro — lê-se depois no *Tratado da Sphera*:

«Os que tem ho zenith antre a equinocial & o tropico de Cancro tem duas vezes no anno ho sol sobre a cabeça: porque se imaginar-

mos hum circulo equidistante a equinocial: & que passe pello zenith da sua cabeça: craro esta que este tal circulo se encōtrara com ho zodiaco em dous lugares que igoalmente se apartam do principio de Cancro: & portanto quãdo quer que ho sol esteuer nestes dous lugares passara de necessidade pello zenith de sua cabeça. Do qual se segue que terã *dous estios & dous inuernos*: quatro solsticios & quatro differenças de sombras: assi como os que viuem debaixo da equinocial:.....».

É claro que considerações análogas se podem fazer para os que vivem entre a equinocial e o trópico de Capricórnio. Mas dèstes não fala o *Tratado da Sphera*, que só se refere ao hemisfério boreal. Quando Sacrobosco, no século XIII, escreveu o seu tratado, não eram seus conhecidos os habitantes do hemisfério austral. Foram os portuguezes os primeiros que atravessaram a zona tórrida, onde duas vezes por ano o sol passa no zenite de cada lugar, *dois invernors fazendo e dois verões*, como o Gama diz ao rei de Melinde em V, 15:

Assi passando aquellas regiões,
 Por onde duas vezes passa Apolo,
 Dous inuernos fazendo & dous verões,
 Emquanto corre dhum ao outro Polo:
 Por calmas, por tormentas & oppressões
 Que sempre faz no mar o yrado Eolo,
 Vimos as Vrsas a pesar de Iuno
 Banharemse nas agoas de Neptuno.

A respeito dos que vivem no limite norte da zona tórrida diz o *Tratado da Sphera* no parágrafo

Dos que viuem debaixo do tropico de Cancro:

«Os que tem ho zenith no tropico de Cancro tem hũa soo vez no anno o sol sobre a sua cabeça .s. quãdo esta no primeiro pōto de Cancro: & entam em hũa soo ora de hum dia de todo anno tẽ a sombra perpendicular: & neste sitio esta a cidade chamada Syene: & por isso dezia Lucano¹. *Syene pera nenhũa parte lâça sombra* isto se ha de entender ao meyo dia de hum soo dia: & em todo o outro tempo do anno vay a sombra pera a banda do norte».

¹ «Vmbra nusquam flectente Syene».

Como Lucano, se exprime CAMÕES a respeito de Siene, em III, 71:

O famoso Pompeyo nam te pene,
De teus feitos illustres a ruyna,
Nem ver que a justa Nemesis ordene,
Ter teu sogro de ti victoria dina,
Posto que o frio Fasis, ou Syene
Que pera nenhum cabo a sombra inclina:
O Bootes gellado, & a linha ardente,
Temessem o teu nome geralmente.

A cidade de Siene, situada no Egipto ao sul e pròximamente no meridiano de Alexandria, era célebre pela famosa medida do raio da Terra, feita por Eratóstenes (3.º século antes de Cristo). Era então sabido que em Siene os corpos não lançavam sombra *para nenhum cabo* ao meio dia no solstício do verão, e que um poço era iluminado até ao fundo pelo sol, o que provava a situação da cidade no trópico de Câncer. Eratóstenes, medindo em Alexandria ao meio dia, no dia do solstício estival, a distância zenital do sol, que nesse momento estava no zenite de Siene, media o ângulo compreendido entre os zenites de Alexandria e Siene, isto é, o número de graus do arco de meridiano compreendido entre as duas cidades. Achou que esse arco era de $7^{\circ}12'$, isto é, $\frac{1}{50}$ da circunferência.

Alexandre Magno e, depois d'ele, os Ptolomeus, tinham mandado medir os caminhos do Egipto, pelos *bematistas*, isto é, agrimensores ou geógrafos, que mediam as distâncias pelos passos, e estes tinham achado que a distância de Siene a Alexandria era de 5:000 estádios. A circunferência do meridiano era pois cincoenta vezes esta distância, isto é, 250:000 estádios, donde é fácil concluir o número de estádios do raio da terra, considerada esférica.

9. *Os climas.*—A palavra clima não tinha no século XVI a mesma significação que hoje tem. O sentido em que CAMÕES a emprega é definido na parte do capítulo III do *Tratado da Sphera*, intitulada — Da repartição dos climas —, que, segundo observa Pedro Nunes, é toda tirada de Alfragano. Sacrobosco considera habitável apenas a parte do hemisfério boreal compreendida entre o paralelo terrestre de $12^{\circ}45'$ de latitude e o paralelo de $50^{\circ}30'$ de latitude. Entre estes dois paralelos coloca mais seis, que dividem o espaço entre os dois primeiros em sete zonas menores, que são os *sete climas*. Estes paralelos são escolhidos de forma que a diferença entre o maior dia do ano no paralelo inicial e no paralelo final de cada clima seja de meia hora; e em cada clima considera ainda um paralelo médio,

onde esse dia difere dum quarto de hora do dos paralelos extremos. No quadro junto resumimos o que Sacrobosco diz a respeito dos sete climas.

Climas	Latitude	Dia máximo	Largura do clima, em milhas	Denominação do clima
Princípio I. Meio Fim	12° 45' 16 40 20 30	12 ^h 45 ^m 13 0 13 15	440	Clima de Méroe
Princípio II. Meio Fim	20 30 24 15 27 30	13 15 13 30 13 45	400	Clima de Siene
Princípio III. Meio Fim	27 30 30 45 33 40	13 45 14 0 14 15	350	Clima de Alexandria
Princípio IV. Meio Fim	33 40 36 24 39 0	14 15 14 30 14 45	300	Clima de Rodes
Princípio V. Meio Fim	39 0 41 20 43 30	14 45 15 0 15 15	255	Clima de Roma
Princípio VI. Meio Fim	43 30 45 24 47 15	15 15 15 30 15 45	212	Clima do Borístenes
Princípio VII. Meio Fim	47 15 48 40 50 30	15 45 16 0 16 15	185	Clima dos Rifeus

A coluna intitulada «latitude» dá, em graus e minutos, a latitude dos paralelos inicial, médio e final, de cada clima. Na coluna intitulada «dia máximo» indica-se a duração do dia maior do ano nos mesmos paralelos, isto é, o número de horas e minutos que o sol está sobre o horizonte dos lugares neles situados, no dia do solstício do estio. Na coluna seguinte lêem-se as milhas de largura de cada clima, isto é, do arco do meridiano compreendido entre o paralelo inicial e o final.

O primeiro clima é limitado ao sul pelo paralelo de $12^{\circ}45'$ de latitude norte, onde o dia maior do ano dura $12^{\text{h}}45^{\text{m}}$, o qual, segundo Sacrobosco, separa as partes habitáveis da Terra das que o não são, *por muito quentes*. Este clima estende-se ao norte até ao paralelo de $20^{\circ}30'$ de latitude, onde o dia máximo é de $13^{\text{h}}15^{\text{m}}$, meia hora mais que no paralelo inicial; tem de largura 440 milhas e chama-se clima de Méroe, por nele se achar a cidade de Méroe, situada na Núbia, na ilha do mesmo nome, de que CAMÕES fala em X, 95:

Ve Meroe, que ilha foy de antiga fama
Que ora dos naturais Nobá se chama.

O dia maior do ano vae aumentando meia hora em cada clima, até que no paralelo final do sétimo clima tem de duração $16^{\text{h}}15^{\text{m}}$, mais três horas e meia que no começo do primeiro clima. A largura dos climas vae diminuindo, sendo de 185 milhas no último, que tira o seu nome dos Montes Rifeus, de que fala o poeta em III, 7:

Da parte donde o dia vem nascendo,
Com Azia se auizinha: mas o Rio
Que dos montes Rifeios vay correndo,
Na alagoa Meotis, curuo & frio
As diuide: & o Mar, que fero & horrendo
Vio dos Gregos o yrado senhorio.

A largura dos climas, definidos pela propriedade de haver uma variação de meia hora na duração dos dias máximos nos paralelos que os limitam, vae diminuindo para o polo. A generalização e demonstração desta asserção foi pela primeira vez feita por Pedro Nunes, como noutro logar (pág. 133) já dissemos.

É no sentido que fica definido que devemos entender o termo *clima*, na pergunta que o rei de Melinde faz ao Gama em II, 109:

Mas antes valeroso Capitam,
Nos conta, lhe dezia, diligente,
Da terra tua o *clima*, & regiam,
Do mundo onde morais distintamente.

Portugal estendia-se na Europa sobre o clima de Roma ao norte de Lisboa, e ao sul sobre o clima de Rodes.

Sacrobosco limitava ao sul o mundo habitável pelo paralelo de $12^{\circ}45'$ de latitude norte, princípio do clima de Méroe. As navegações dos portugueses ao longo da costa africana foram, porém, recuando

aquele limite, juntando aos climas conhecidos novos climas, como o poeta diz em IV, 76:

Determinam o nautico aparelho,
Pera que com sublime coraçam
Vaa a gente que mandar cortando os mares
A buscar *nouos climas*, nouos ares.

Assim no *Reportorio dos tempos* de André do Avelar, Lisboa, 1585, se contam já (fl. 64 v.) vinte e quatro climas em cada hemisfério:

Dos climas. Titulo 68.

«Clyma chamarão os antigos, o espaço de terra, q̃ faz diferença, desdo principio, ate o fim, mea hora de maior ou menor quantidade, no maior dia do anno, e cõforme a isto, podemos cõtar desda equinoctial para o Norte vinte & quatro climas pois ay de diferença entre a linha, & o Polo na quãtidade do maior dia do anno doze horas. Os antigos não contarão mais de sete, & os atribuirão aos sete Planetas pondo o meio do primeiro clima, onde o maior dia do anno era de treze horas, & o meio do segundo, onde o maior dia tinha 13. horas e meia, & assi contaũõ ate o meio do septimo clima, onde o maior dia do anno he de dezaseis horas: mas ja esta conta fenescce, porq̃ a experiencia, pos em mais perfeiçãõ, o que toca & serue a Geographia, & Astronomia, nesta parte. Outros tantos climas, podemos fabricar da mesma linha equinoctial, para o sul. Por agora baste somẽte saber q̃ cousa he clima, & quantos sam os climas».

Temos pois aqui já vinte e quatro climas em cada hemisfério. Nos climas boreais, o dia máximo tem lugar quando o sol atinge o trópico de Câncer; nos climas austrais, quando o sol chega ao trópico de Capricórnio. O clima mais ao sul do equador por onde passa a armada é o clima do Cabo de Boa Esperança, onde Vasco da Gama exclama quando vae surgir a figura do Adamastor, em V, 38:

O potestade, disse, sublimada
Que ameaço diuino, ou que segredo,
Este clima, & este mar nos apresenta,
Que mór cousa parece que tormenta?

As expedições marítimas portuguesas foram sistematicamente avançando para o sul durante o século xv. Gil Eanes chega ao Cabo Bojador em 1434, Nuno Tristão ao Cabo Branco em 1442 e ao Cabo Verde em 1446. Atinge-se em 1471 o equador e avança-se depois su-

cessivamente no hemisfério austral, até que Bartolomeu Dias chega a Lisboa em dezembro de 1488 com a notícia de ter passado o Cabo Tormentório, cujo nome então D. João II muda para Cabo de Boa Esperança. Está aberto o caminho para o Oriente. Para lá se dirige Vasco da Gama, por ordem de D. Manuel, a realizar a bôa esperança.

Quando começa a acção dos *Lusiadas*, já a armada passou o Cabo e vae «já lá da banda do Austro e do Oriente entre a costa etiopica e a famosa ilha de São Lourenço» (I, 42). Reunem-se os deuses em concílio no Olimpo luminoso. Júpiter anuncia que a gente de Luso, tendo cometido o mar duvidoso num lenho leve por vias nunca usadas, não temendo de Africo e Noto a força, a mais se atreve agora. Descoberto o Cabo por Bartolomeu Dias, não se navega mais para o sul; agora o caminho é enfim para o oriente, para a Índia. É o que o poeta diz em I, 27:

Agora vedes bem, que cometendo,
O duuidoso mar, num lenho leue,
Por vias nunca vsadas, nam temendo
De Africo & Noto a força a mais satreue:
Que auendo tanto ja que as partes vendo,
Onde o dia he comprido, & onde breue,
Inclinam seu proposito, & perfia
A vêr os berços, onde nasce o dia.

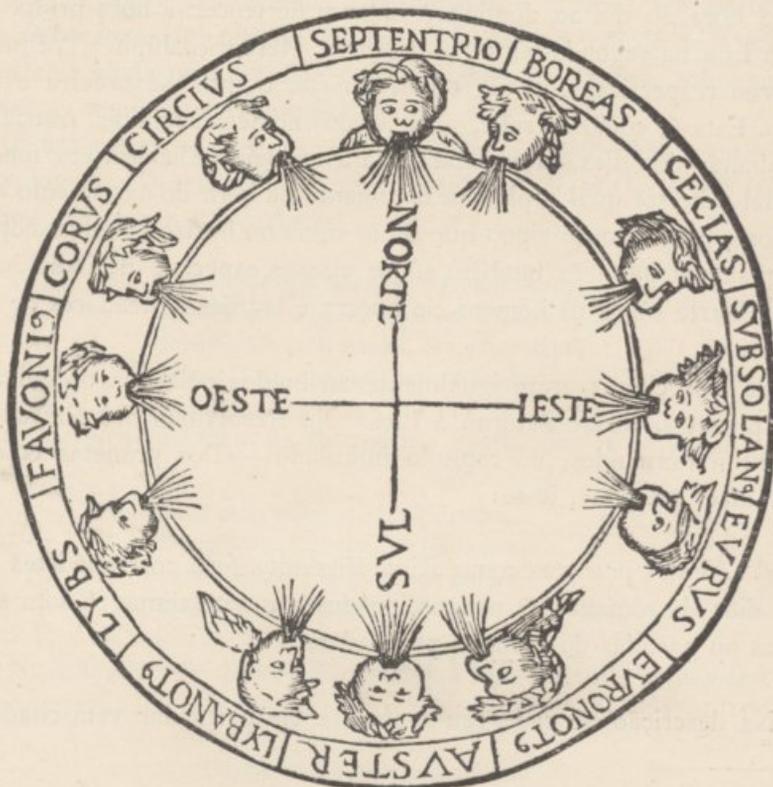
As partes onde o dia é comprido e onde breve são os diferentes climas caracterizados pela duração diferente que neles teem os dias, referidos a uma mesma época do ano. Durante o século xv foram os portugueses acrescentando para o sul novos climas. Nos versos 5.º e 6.º da estância indica o poeta as navegações de norte a sul pelo oeste de África. Nos dois últimos versos anuncia o propósito da viagem do Gama: ir enfim em direcção ao oriente, a vêr os berços onde nasce o dia.

A definição dos ventos Africo e Noto pode-se vêr na figura junta, que reproduzimos da *Chronographia* de Jerónimo Chaves. O Africo é designado na figura por LYBS, e a seu respeito lê-se no texto (fl. 65):

«Aphrico es vn viento q̄ nasce del Occidête brumal, como escriue Plinio. Los Griegos lo llamarõ Lybs: los Leuãtiscos lo llaman Poniente lebecho: los del mar Oceano lo llamã Huestsuduest, algunos lo llaman Garbino. Es de naturaleza frio templadamente, y excessiuamente humido. Es viento pluuioso y tempestuoso, y suele muchas vezes causar tempestades, truenos y relampagos».

A respeito do *Noto*, que na figura é designado por AVSTER, diz Chaves (fl. 64):

«Austro es vn viêto q̄ corre del angulo del medio dia: los Griegos lo llamarõ Notho, de Nothis, q̄ quiere dezir humor por las pluuias y humidades que causa, segun escriue Aulogelio. Los Leuantiscos lo llaman medio jorno. Los del mar Oceano lo llaman Sur, y algunos



lo suelen llamar Védaua, es vn viento de naturaleza caliente y humido, suele ser fulminoso, engēdra nublados, causa pluuias, condēsa el ayre, saluo en Africa que causa serēnidad. Suele ser viento pestilencial, como escriue sant Isidro».

Na volta da costa oriental africana já o Noto favorece a viagem:

Injuriado Noto da porfia
 Em que co mar (parece) tanto estaua
 Os assopros esforça iradamente
 Com que nos fez uencer a gram corrente (V, 67).

10. *Influência de signos e de estrélas.*—Aos sete planetas dos antigos correspondiam os sete dias da semana. Entendia-se que os

planetas tinham «suas horas dominantes sobre os corpos inferiores». O dia *artificial*¹, intervalo de tempo desde o nascer até ao pôr do sol, era dividido em 12 horas, assim como a noite. Em cada uma destas sucessivas 24 horas, chamadas horas planetárias ou desiguais, iam exercendo sua influência os planetas pela sua ordem, de Saturno à Lua, como num turno de sete sentinelas, pertencendo de novo a vez ao mesmo planeta de 7 em 7 horas. Assim dominando o sol na primeira hora do dia ao domingo, vinha a pertencer a hora prima do dia à Lua na segunda-feira², e a Marte, Mercúrio, Júpiter, Vénus e Saturno respectivamente na terça, quarta, quinta, sexta-feira e sábado. Esta é, como se sabe, a razão dos nomes espanhóis, franceses e italianos dos dias da semana. Na astrologia judiciária era fundamental saber-se qual o planeta dominante na hora do nascimento das pessoas, bem como o signo que então subia no horizonte (horóscopo). Os planetas influíam também sobre classes especiais de indivíduos, como Marte sobre os homens de guerra e ladrões salteadores de caminho.

Os sete climas eram igualmente atribuídos pela sua ordem aos sete planetas, desde Saturno à Lua. No *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes, no capítulo intitulado — «Dos pranetas & que quer dizer praneta», lê-se:

«... Estes pranetas como acima dissemos forõ correspondêtes aos sete dias da somana: & proporcionados aos sete climas q̄ som sete lineas ou partidas do mûndo³ pouradas».

Na descrição de cada céu e planeta em particular vem citado o

¹ Vid. nota de pág. 157.

² Pertencendo ao Sol, planeta da 4.^a esfera, a primeira hora do dia, era a segunda para Vénus, situada na 3.^a esfera; a terceira hora para Mercúrio, colocado na 2.^a esfera; e a quarta para a Lua, planeta mais próximo da Terra. Seguia-se o planeta mais afastado — Saturno, situado na 7.^a esfera, que dominava na 5.^a hora; depois Júpiter, colocado na 6.^a esfera, tinha a 6.^a hora; Marte, planeta da 5.^a esfera, a 7.^a hora; e o Sol voltava a dominar de novo na 8.^a hora, como depois na 15.^a e na 22.^a. A 23.^a hora pertencia a Vénus, a 24.^a a Mercúrio e portanto a hora prima de segunda-feira (*lunes, lundì, lunedì*) à Lua, assim como as horas 8.^a, 15.^a e 22.^a. A 23.^a hora era de Saturno, a 24.^a de Júpiter, e portanto na primeira hora do dia de terça-feira (*martes, mardi, martedì*) dominava Marte. Do mesmo modo na primeira hora do dia de quarta-feira influía Mercúrio, e na primeira hora dos dias seguintes Júpiter, Vénus e Saturno, respectivamente.

³ Compare-se com o conhecido título: Verdadeira historia do Infante D. Pedro de Portugal o qual andou as «sete partidas do mundo», feita por Gomes de Santo Estevão.

respectivo clima com as suas cidades principais. Assim a respeito «Do ceo terceyro: & do quinto praneta que he venus», lê-se:

«E he senhor do quinto clima onde esta Trapezōda: Cōstātinopoli: roma: napoles: narbona: toledo: & lixbõa».

Além dum domínio geral sôbre cada clima, tinham os planetas influência sôbre certos países, províncias e cidades em particular. No *Reportorio dos tempos* de André do Avelar, edição de 1585, encontra-se ainda uma «Taboa das prouincias & cidades, sobre que os Planetas tem sua significação» (fl. 126, v.).

É natural encontrarem-se nos *Lusíadas* expressões com esta origem astrológica. Descrevendo a nobre Espanha, diz o Gama em III, 19, quando se refere a Castela:

Tem o Galego cauto, & o grande & raro
Castelhano, a quem fez o *seu Planeta*
Restituidor de Espanha, & senhor della,
Bethis, Lião, Granada, com Castella.

Depois, na estância 65 do mesmo canto, diz de D. Afonso Henques:

Com estas sujugada foy Palmella,
E a piscosa Cizimbra, & juntamente
Sendo ajudado mais de *sua estrella*
Desbarata hum exercito potente.

No concilio dos deuses do canto I Vénus defende contra Baco os portugueses (estância 33):

Sustentaua contra elle Venus bella,
Afeiçoada aa gente Lusitana,
Por quantas qualidades via nella,
Da antiga tam amada sua Romana,
Nos fortes corações, na *grande estrella*,
Que mostráram na terra Tingitana.

A benigna estrêla dos portugueses foi também conhecida do Duque de Alencastro (VI, 47):

Era este Ingres potente, & militara
Cos Portugueses ja contra Castella,
Onde as forças magnanimas prouara
Dos companheiros, & *benigna estrella*.

No século xvi o termo «estrêla» incluía também os planetas. O poeta não se refere porêem a planetas determinados. Usa uma ex-

pressão corrente, nascida na astrologia, no mesmo sentido em que se emprega ainda hoje.

A astrologia fez parte integrante também da medicina. Os planetas e signos tinham domínio sobre partes diferentes do corpo humano. Era preciso observar a posição da Lua e dos outros planetas nos signos do zodíaco para determinar os dias críticos das doenças, saber os tempos idónios para purgar, sangrar, etc. Às variadas influências de signos e de estrélas, de que se ocupavam os «Reportórios dos tempos», allude o sexto verso de V, 23:

Se os antigos Philosophos, que andaram
Tantas terras, por ver segredos dellas,
As marauilhas que eu passei, passaram
A tam djuersos ventos dando as vellas:
Que grandes escripturas que deixaram
Que influçam de sinos & de estrellas,
Que estranhezas, que grandes qualidades,
E tudo sem mentir, puras verdades.

Nesta estância compara o poeta a sciência dos antigos filósofos com os novos conhecimentos provenientes das viagens dos portugueses, «tudo sem mentir, puras verdades», confirmadas pela observação. Também Garcia da Orta, com quem o poeta conviveu em Gôa, diz nos seus *Coloquios dos simples e drogas*: «que se sabe mais em hũ dia aguora pellos Portuguezes do que se sabia em cem annos pellos Romanos»¹.

Na estância 17 anterior já o poeta expõe o conflicto que se acentua entre a experiência ingénua e a autoridade dos textos consagrados:

Os casos vi que os rudos marinheiros
Que tem por mestra a longa experiencia,
Contão por certos sempre & verdadeiros
Julgando as cousas so polla apparencia:
E que os que tem juizos mais inteiros
Que so por puro engenho & por ciencia,
Vem do mundo os segredos escondidos
Julgão por falsos, ou mal entendidos.

Garcia da Orta, que estudara em Salamanca e Alcalá de Henares, também diz:

«Fez isso porque avia medo de dizer cousa contra os Gregos, e não vos maravilheis d'isto porque eu estando em espanha *não ousaria de dizer* cousa algũa contra Galeno e contra os Gregos»².

¹ Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo*, Lisboa, 1886, pág. 303.

² *Ibidem*.

O poeta insiste porê, na estância imediata, no valor do testemunho dos olhos:

*Vi claramente visto o lume viuo.
Que a marítima gente tem por santo,
Em tempo de tormenta & vento esquiuo
De tempestade escura & triste pranto;*

e no começo da admirável descrição da tromba marinha:

*Eu o vi certamente (& não presumo
Que a vista me enganava) leuantarse,
No ar hum vaporsinho & sutil fumo
E do vento trazido, rodearse.*

E quando por fim exclama:

*Vejão agora os sábios na escriptura
Que segredos sam estes de Natura,*

o poeta convida positivamente os sábios na escritura, isto é, os que consomem a vida só no estudo dos livros dos velhos filósofos à contemplação directa da natureza. Nas estâncias 16 a 23 do canto V sente-se perpassar o vento derruidor das venerandas autoridades consagradas. Nesta última o poeta põe em relêvo a importante parte que os portugueses tiveram, pelas suas viagens, no desenvolvimento e transformação da sciência.

(*Continúa*)

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

Algumas observações a uma edição comentada dos Lusíadas

(Continuado de pág. 292)

II

18. Em I, 12, 1-4, diz Camões, dirigindo-se a D. Sebastião:

Por êstes vos darei um Nuno fero,
Que fez ao rei e ao reino tal serviço,
Um Egas e um Dom Fuas, que de Homero
A cítera par'eles só cobiço.

A construção corrente seria: *Por estes vos darei um Nuno, um Egas e um D. Fuas, que fizeram ao rei e ao reino tal serviço, que etc.*

Mas o poeta usa aqui de uma intercalação, de que encontrou exemplos típicos no *Orlando Furioso*.

Ezellino, immanissimo tiranno,
Che fia creduto figlio del Demonio,
Farà, troncando i sudditi, tal danno,
E distruggendo il bel paese ausonio,
Che pietosi appo lui stati saranno
Mario, Silla, Nero, Cajo ed Antonio.

(III, 33, 1-6).

I rilevati fianchi e le belle anche,
E netto più che specchio il ventre piano,
Pareano fatti, e quelle cosce bianche,
Da Fidia a torno o da più dotta mano.

(XI, 69, 1-4).

O comentário limita-se a dizer: «que] é particula consecutiva correspondente á ideia de «taes» que se subintende».

O *que* é correlativo a *tal serviço*, como se *Um Egas e um Dom*

Fuas se seguissem imediatamente a *um Nuno fero* e o verbo *fez* estivesse, portanto, no plural.

O *tal* do 2.^o verso não pode deixar de ter por correlativo o *que* do 3.^o, nem o *par'eles* do 4.^o deixar de compreender também o *Nuno fero*.

Todos três fizeram tais serviços, que é também para os celebrar a todos eles que Camões deseja a citera de Homero.

A intercalação de *Um Egas e um Dom Fuas* no passo dos *Lusiadas* não é mais violenta do que as que se encontram nas duas estâncias do *Orlando Furioso*.

19. Em I, 18, Camões diz a D. Sebastião:

Mas em quanto êste tempo passa lento
De regerdes os povos, que o desejam,
Dai vós favor ao novo atrevimento...

Qual é o tempo que passa lento? É *êste* que agora decorre e em que D. Sebastião *ainda não* rege o seu povo.

Como explicar então o 2.^o verso, que supõe expresso no 1.^o este pensamento: *Mas em quanto não chega o tempo, que tanto tarda?*

É que há aqui a contaminação entre dois conceitos: a) Em quanto passa lento êste tempo, em que ainda não regeis os povos; b) Em quanto não chega o tempo de regerdes os povos.

O *tempo* do primeiro conceito é o *presente*; o do segundo, o *futuro*. No primeiro há um elemento positivo (*passa*) e um negativo (*não regeis*); no segundo existem os mesmos elementos, mas trocados, isto é, o positivo *passa* é agora o negativo (*não chega*) e o negativo *não regeis* mudou-se para o positivo *regerdes*.

Como se deu a contaminação?

Ao elemento positivo do 1.^o conceito, em que o sujeito é o *tempo presente*, junta Camões o elemento, também positivo, do segundo, em que a palavra *tempo* designa, não o *presente*, mas o *futuro*. Por outras palavras: o poeta uniu os elementos extremos dos dois conceitos, os elementos positivos, resultando daqui uma frase cujo sentido só pela natureza do assunto se determina.

A cláusula: *Em quanto passa lento este tempo de regerdes os povos* parece significar: *Em quanto passa lento este tempo em que estais regendo os povos*.

Mas, como é óbvio, Camões não podia dizer tal cousa.

Recapitulando: em vez de exprimir integralmente ambos ou qualquer dos dois conceitos: a) *em quanto passa lento este tempo, em que ainda não regeis o vosso povo*, e b) *em quanto não chega o tempo de*

*regerdes o vosso povo*¹, o poeta, como que para mostrar a ansiedade com que é esperado o tempo em que D. Sebastião há de governar, passa do princípio do primeiro ao fim do segundo, fundindo assim o *presente* com o *futuro*, certo de que não pode haver dúvida a respeito do seu pensamento.

O comentário explica: «passa lento] equivale a: vem lentamente, tarda a chegar».

Mas o sujeito de *passa lento* é *este tempo*, é o *presente*, e o de *tarda a chegar* é o *tempo de regerdes*, é o *futuro*.

Não há, portanto, equivalência.

Quem *tarda a chegar* não é «este tempo que passa lento» (*este* tarda a passar, não tarda a chegar); é *aquele* tempo, que ainda há de vir, «de regerdes os povos, que o desejam».

Os dois conceitos que ficam enunciados sob as letras *a* e *b* são equivalentes, mas para isso é necessário que sejam integralmente formulados.

Ora não é isto o que se dá em I, 18, 1-2, em que a metade de um está juxtaposta à metade de outro.

Com a substituição de *passa lento* por *tarda a chegar*, ficaria só conceito *b*. E reciprocamente teríamos apenas o conceito *a*, mudando a frase *De regerdes* para *Em que não regeis*.

Mas o que se não pode dizer é que haja equivalência, quer entre estas duas frases, quer entre *passa lento* e *tarda a chegar*.

Outro caso análogo de contaminação temo-lo em VII, 27, em que Monçaide oferece a sua casa ao português desembarcado em Calcut, até que chegasse ao Samorim a nova da vinda de Vasco da Gama:

E que em tanto que a nova lhe chegasse
De sua estranha vinda, se queria,
Na sua pobre casa repousasse.

Mas, se em I, 18, 1-2, a contaminação se dá entre duas durações sucessivas — a que está decorrendo, em que D. Sebastião ainda não rege o seu povo, e a que se lhe há-de seguir, em que ele o há-de reger —, em VII, 27, 1-2, dá-se entre a duração que vai decorrendo — o tempo que leva a nova a chegar ao Samorim — e o termo dessa duração, isto é, a chegada da nova.

Do conceito positivo — *em tanto que a nova ia* — e do negativo — *em tanto que a nova não chegava* — resultou, pela contaminação, pela fusão dos dois, a fórmula — *em tanto que a nova lhe chegava*.

¹ Ou mais resumidamente: Em quanto passa lento este tempo e não chega o de regerdes etc.

O comentário limita-se a dizer: «em tanto que] = em quanto não».

Mas é claro que estas duas locuções não são equivalentes, não se podem ligar pelo símbolo da igualdade. *Em tanto que* não é o mesmo que *Em tanto que não*, ainda que o *em tanto* se substitua por *em quanto*.

O que precisa de explicação é o facto de o poeta poder dizer — *em tanto que a nova lhe chegasse* —, em vez de — *em tanto que a nova lhe não chegasse* —.

20. Em I, 25, 7-8, Júpiter declara que a *gente de Luso*

.... sempre em fim com fama e gloria
Teve os troféus pendentes da vitória.

Do comentário a este último verso: «O epitheto «pendentes» está dado poeticamente aos tropheos, d'onde pendem os despojos dos inimigos: «trofeos, que erão arvores, desgalhados os ramos, e penduradas d'elles as armas, e despojos dos inimigos» (Vieira, *Serm. XI* pag. 12)».

Troféus, neste passo dos *Lusiadas*, são os despojos dos inimigos e não os troncos onde eles primitivamente se penduravam.

Daí o epitheto *pendentes*, inapplicavel aos troncos, que não estavam pendurados de cousa nenhuma.

Com esta mesma significação de *despojos* emprega o poeta a palavra, por exemplo, em III, 53:

Já fica vencedor o Lusitano,
Recolhendo os troféus e presa rica ¹.

E Vieira recordava-se talvez dos *troféus pendentes* dos *Lusiadas*, quando da quinta de Vila Franca, nas proximidades de Coímbra, escrevia ao padre Luís de Sá: «As outras cruces teem um só titulo de tres linguas; mas esta nossa daqui por diante terá dois; pois merece este estar pendente do mesmo braço direito della, não só como satisfação, mas como trophéo daquela injuria» ².

¹ São as «grandes prezas de ouro e prata, presoneiros e gados tomados na batalha», de que fala Duarte Galvão (*Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques*, edição de 1906, pág. 76).

² *Carta ao padre fr. Luis de Sá, acompanhada de uns versos latinos* (T. III, pág. 21-22, Lisboa, 1854). Estes versos encontram-se nas *Obras varias*, t. II, pág. 163 (Lisboa, 1857), e teem por epigrafe: *Eidem (Fr. Aloysio de Sá), trilingui sermone quaerenti, cur in Villa Franca positae cruci Monda dextrum brachium abstulerit.*

O troféu na acepção primitiva é, neste caso, o braço direito da cruz; mas os versos que dêle merecem estar pendentes são também um troféu.

No próprio sermão citado no comentário há também esta passagem: «Está adornada a imagem de S. Catharina com os tres instrumentos ou tropheos da sua victoria — uma palma, uma espada, uma roda»¹.

21. Em I, 42, 3-6, escreveu o poeta, relatando a viagem de Vasco da Gama:

Cortava o mar a gente belicosa
 Já lá da banda do Austro e do Oriente,
 Entre a costa Etiópica e a famosa
 Ilha de São Lourenço...

Comentário ao verso 4.^o: «da banda do Austro] = no hemispherio austral. o Oriente] aqui, em particular, a Africa-oriental».

A frase da *banda do Austro e do Oriente* é um latinismo, para designar o ponto colateral que fica entre aquêles dois pontos cardiais, isto é, o sudeste.

Era a sudeste do continente africano, no canal de Moçambique, que os portugueses iam navegando,

Quando o mar descobrindo lhe mostrava
 Novas ilhas, que em torno cerca e lava.
 (43, 7-8).

Basta abrir os *Commentarii de bello Gallico* de Cesar, para, logo no cap. 1.^o, se encontrarem estas passagens: «Belgae... spectant in septentrionem et orientem solem. Aquitania... spectat inter occasum solis et septentriones»².

¹ *Sermões*, t. IX, pág. 267 (Lisboa, 1856). Cf. *ibid.*, t. II, pág. 244: «Levante Padua glorioso mausuléu ás sagradas reliquias de Antonio, e veja-se esculpida nas quatro fachadas delle a obediência dos quatro elementos sujeitos a seu imperio... Pendurem-se nas pyramides por tropheos, os despojos innumeraveis da sua beneficencia». Na passagem citada no comentário, Vieira refere-se a uma vitória alcançada por Abraão e observa que êste, «conforme o uso daquelle tempo, pudéra levantar tropheos, que eram arvores» etc.

² Explicando estas últimas palavras, diz o comentador F. Kraner: «ist gerichtet nach der Seite, Himmelsgegend, welche ist zwischen — d. h. hat eine nordwestliche Lage. Alle diese Lagebestimmungen giebt Caesar vom Standpunkte der Provinz aus». *Commentarii... Erklärt von Friedrich Kraner. Berlin, 1890.*

Os gregos também se exprimiam da mesma maneira. Assim, Estrabão, para dizer, por exemplo, que a Turdetânia era limitada a noroeste pelo Gadiana, ser-

22. A propósito de I, 57, 5-6,

Qualquer então consigo cuida e nota
Na gente e na maneira desusada,

observa o comentário: «Quando a duas partes da oração de regencia diferente (v. g. cuidar em algo, notar algo) se liga, menos correctamente, uma mesma determinação, pela segunda palavra é que se costuma regular a construção; neste passo Cam. regulou-a pelo primeiro verbo».

No português, não pode dizer-se de uma maneira genérica que seja menos correcto ligar a mesma determinação a dois verbos de regência diferente, visto que não faltam exemplos nos melhores escritores.

Bastará citar fr. Luis de Sousa e o padre Vieira. Escreveu o primeiro: «Assi começou a fazer em publico e em particular tudo o que devia a quem era, . . . sem *pretender* nem *tratar* mais que *do* bem publico»¹. E Vieira: «Eu (diz Christo) escolhi-vos para a mão direita, e vós por vosso juizo. . . *pedis* e *fazeis instancias pela* mão esquerda»². «Ouçamos o evangelho, e ouçamo-lo todo, que todo é do caso que me *levou* e *trouxe de* tão longe»³.

Mas em I, 57, 5-6, não se dá o caso que o comentário supõe, de haver dois verbos de regência diferente, com a mesma determinação.

Os versos 5 e 6 estão, como se vê, intimamente ligados com os dois que se lhe seguem,

E como os que na errada seita creram
Tanto por todo o mundo se estenderam,

e cada um dos dois verbos do 5.^o verso tem a sua determinação especial: *Cuida na gente e na maneira e nota como*.

É uma construção análoga a esta de Vieira: «Adão na terra tendo o absoluto dominio de todas as creaturas dos tres elementos, não coube nem se contentou com um imperio tão vasto, e em uma corte tão deliciosa como o paraíso»⁴. Isto é: *não coube em uma corte e não se contentou com um império*.

ve-se de palavras cuja translação literal é, em latim: «Hanc versus occasum et septentrionem determinat Anas fluvius». *Strabonis Geographica. Graece cum versione reficta. . . Parisiis*, 1853, t. I, pág. 116.

¹ *Historia de S. Domingos*, I parte, l. II, cap. 19.

² *Sermões*, t. I, pág. 243 (edição de 1854).

³ *Ibid.*, pág. 249.

⁴ *Sermões*, t. I, pág. 337-338 (edição de 1854).

A única diferença está em que, nos *Lusiadas*, os dois verbos teem cada um o seu complemento, na mesma ordem por que eles se encontram, e em Vieira há um quiasmo, ligando-se o primeiro verbo com o segundo complemento e o primeiro complemento com o segundo verbo.

23. Comentário a I, 69, 5 (*Nas mostras e no gesto o não mostrou*): «A repetição de palavras etymologicamente affins — «mostras» (= manifestações exteriores), «mostrou» — tem por fim assignalar bem a hypocrisia do xeque de Moçambique».

Não há aqui nenhum fim especial, pois se trata apenas de uma particularidade estilística, muito em voga no tempo do poeta. «Ao qual (cabo) elle chamou Cabo Verde por causa da *mostra* & parecer com que então se *mostrou*»¹. «Todas suas *mostras* e vestidos *mostrauã* que sua pena... nã se curaua com ver alegrias alheas»².

24. A propósito de I, 91, 5 (*Já a ilha e todo o mais desemparrando*) nota o comentário: «o mais] está substantivamente, e assim ligasse-lhe o adjectivo «todo» (se não ha, o que me parece mais provavel, erro typographico em vez de «tudo»; cf. I 3, 7; 97, 6; II 102, 2)».

Não há motivo para supôr a existência de êrro tipográfico em *todo*.

No *Palmeirim de Inglaterra* leu Camões, por exemplo: «Os seus tornaram cobrar *todo* o que do campo tinham perdido» (cap. 12). «*Todo* isto fazia a vitoria tam triste, que nam auia quem a desejasse» (cap. 169). E em Castanheda: «Queria... favorecelo em *todo* o que podesse» (L. 11, cap. 53). E em J. de Barros: («Em Sião) ninguem tem hum palmo de terra, que seja propria, toda he (delRei)... Assi neste Reyno de Sião *todo* he Reguêgo» (*Década* 111, 2, 5). E em Duarte Galvão: «De *todo* o que assi lhe deu fez condado» (*Crónica de D. Afonso Henriques*, cap. I).

Em I, 91, 5, *todo* não é um adjectivo, como supõe o comentário. É a mesma forma neutra ou substantiva que se encontra nas passagens que ficam citadas.

Só depois do século XVI é que *todo* passou a usar-se exclusiva-

¹ J. de Barros, *Década* I, 1, 9.

² F. de Moraes, *Palmeirim de Inglaterra*, cap. 153. Cf. nesta mesma obra: «Parece-me que esse vosso parecer» (cap. 92). «Como cousas pouco costumadas trazem por costume» (cap. 94), etc. Veja-se sobre o assunto Leo Spitzer, *Die Wortbildung als stilistisches Mittel*. Halle a. S., 1910. Pág. 47 e segg.

mente como adjectivo, deixando assim de fazer concorrência á forma *tudo*¹.

25. Na *Década* I, 4, 5, escreveu João de Barros: «O xeque (de Moçambique)... logo ao seguinte dia cõ algũas desculpas mandou pedir a Vasco da Gamma paz & concordia. E quanto aos pilotos,... ã lugar delles (mandaua) outro,... homẽ que o auia de seruir milhor, por ser mais exercitado naquelle caminho da India... Vasco da Gamma vendo que o tempo não era pera muitas replicas, & maes lhe conuinha o piloto q̃ outra algũa emenda delles, cõ palauras conformes ao caso acceptou o piloto... Partiu, leuando consigo maes verdadeiramente hũ mortal imigo que piloto».

É esta a fonte das estâncias 94 e 95 do canto I, a primeira das quais começa:

Pazes cometer manda arrependido
O regedor daquela inica terra,

e a segunda prosegue:

O capitão, que já lhe então convinha
Tornar a seu caminho acostumado,
Que tempo concertado e ventos tinha,
Recebendo o piloto que lhe vinha,
Foi dele alegremente agasalhado:
E respondendo ao mensageiro a tento,
As velas manda dar ao largo vento.

João de Barros diz que Vasco da Gama, a quem muito *convinha*² o piloto, o *aceitou com palavras conformes ao caso*.

É o que o poeta repete nos dois versos:

Recebendo o piloto que lhe vinha,
Foi dele alegremente agasalho.

Em vez, porém, de exprimir êste último pensamento na voz activa — *agasalhou-o alegremente* —, como o pedia a seqüência natural da narração, Camões dá preferência à voz passiva, havendo assim um salto, conhecido em estilística pelo nome de *mudança de sujeito*.

¹ Em outras línguas românicas, como se sabe, há só uma forma para o masculino singular e para o neutro. Sem sairmos de Portugal, temos nõ mirandês *tódo*, que exerce as duas funções. Veja-se o Dr. Leite de Vasconcelos, *Estudos de philologia mirandesa*, t. I, pág. 360.

² O verbo lá está no 1.º verso da estância 95.

A construção é, portanto, esta: *O capitão... recebendo o piloto*¹, este *foi dêle alegremente agasalhado*.

E não faltam exemplos desta mudança em alguns dos autores portugueses lidos pelo poeta.

Assim na *Cronica del-rei D. Fernando* escreveu Fernão Lopes: «Quando elRei Dom Hemrrique soube como o Primçipe com suas gentes passaram os portos de Roçavalles per grado delRei de Navarra, e como se partira da çidade de Pampollona e se fezera premder per arte, ajuntou suas companhas»² etc. O sujeito de *se partira* e *se fezera premder* parece que é o *Primçipe*, mas pelo contexto vê-se que é *elRei de Navarra*, devendo, porisso, antes de *se partira*, subintender-se o pronome *este*, que hoje não deixaria de estar expresso.

E no *Palmeirim de Inglaterra* lê-se: «Entã (D. Duardos) contou tudo o que passara cõ Argonida, da maneira que fora ter a sua ilha e o modo que teue pera haver delle aquelles filhos» (c. 48). Claro é que o sujeito de *teue* não é o mesmo de *fõra ter*, mas o subentendido *ela*.

É óbvio que estas mudanças de sujeito³, que hoje se evitam, só se poderiam usar quando o contexto ou a natureza do assunto não deixassem lugar a qualquer equívoco.

Assim, nos *Lusíadas* I, 95, é Vasco da Gama, que está com pressa de partir, quem agasalha alegremente o piloto que lhe mandam e de que tanto precisa, e não é o piloto que o agasalha o êle.

¹ Estas orações de participio imperfeito, com o sujeito antes do participio, são usuais no século XVI e encontram-se ainda em outros lugares dos *Lusíadas*. Basta citar um exemplo:

Os portugueses vendo estas memorias,
Dizia o catual ao capitão:
Tempo cedo virá etc.

(VII, 55, 1-3).

² *Chronica do senhor rei D. Fernando*, cap. V, na *Collecção de livros ineditos... publicados de ordem da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1816*. Tomo IV, pág. 135.

³ Não é preciso observar que não é só na nossa língua que elas se encontram. No latim, por exemplo, e a respeito de Plauto, observa W. M. Lindsay: «To the carelessness of every-day speech we may refer irregularities of construction like the following: Change of Subject, e. g. Capt. 266 nunc senex est in tostrina, nunc iam cultros attinet, Stich. 5 de nostris factis noscimus, quarum viri hinc absunt, quorumque nos negotiis absentum... sollicitae... sumus semper, Amph. 566, 587, Rud. 291...» (*Syntax of Plautus, Oxford, 1907*. Pág. 8). E no comentário ao passo dos *Captivi*: «Change of Subject, *senex est... adinet* (sc. Philocrates), is common enough in the colloquial diction of Plautus, e. g. *Trin.* 1049... Cf. *Men.* 454; *Trin.* 597, 813». (*The Captivi of Plautus. London, 1900*. Pág. 189).

O comentário diz: «A grammatica exige que seja «O capitão» sujeito de «foi agasalhado»¹; mas se fôr tomado no seu sentido usual (de: ser acolhido, ser recebido, como em VI, 25), tem este verbo de referir-se ao piloto e não ao capitão, e porisso o morgado de Mattheus pôs entre parenteses o 6.^o verso, sendo nesta parte seguido, entre outros por S. Lencastre — já Macedo escrevêra *comiter excepto navisque viaeque magistro* —. Semelhante interpretação porêm torna desageitadissima² a construcção do período e ociosa a observação contida naquelle verso³. Creio, pois, que ha-de entender-se que o Poeta empregou o verbo «agasalhar» no sentido geral (de que todavia não conheço outro exemplo) de «encarar e tratar, de tal ou tal modo, a pessoa com quem nos avistamos». E cumpre notar que V. da Gama tendo mandado pedir um piloto (I 85)⁴, não havia de recebê-lo com má sombra; ao passo que não é superfluo memorar o Poeta, que o piloto, que vinha com muito más tenções, se mostrou contente, para assim justificar a confiança que nelle teve V. da Gama (I 96, 5-8) e todas as mais pessoas que iam na armada (I 97, 7-8)⁵.

Outro caso de mudança do sujeito temo-lo em VI, 14:

Pouca tardança faz Lieu irado
Na vista destas cousas; mas entrando
Nos paços de Neptuno, que, avisado
Da vinda sua, o estava já aguardando,
Ás portas o recebe, acompanhado
Das ninfas, que se estão maravilhando
De ver que, cometendo tal caminho,
Entre no reino da agua o rei do vinho.

¹ No século xvi ainda a gramática não exigia isto, pois em certos casos *permissiva* a mudança de sujeito.

² Segundo o critério actual, que não é, neste e noutros casos, o mesmo por que se regulavam os nossos melhores escritores do século xvi.

³ Não é ociosa a observação, como o mostra a narrativa do poeta e a respectiva fonte. Vasco da Gama estava ansioso por continuar a viagem e já tinha perdido a esperança de obter em Moçambique o indispensável piloto. Recebeu por isso com alegria o que lhe vinha, contra a sua expectativa, ou, como diz Barros, *aceitou-o com palavras conformes ao caso*.

⁴ As cousas, como as narra J. de Barros, não se passaram precisamente assim. Dos dois pilotos que Vasco da Gama obtivera por intermédio do xeque e que já estavam ajustados, o que se achava a bordo tinha fugido a nado, sendo morto por essa ocasião, e o que estava em terra dizia-se que se havia ausentado para o sertão. Como Vasco da Gama os reclamava, o xeque mandou-lhe outro, que *foi aceito com palavras conformes ao caso, que foi alegremente agasalhado*.

⁵ Camões limita-se a reproduzir, precisando-a, a observação feita por J de Barros.

O sujeito de *recebe*, como se vê pelo assunto, não é Lieu, mas sim Neptuno, representado pelo pronome *este*, que se subintende.

O comentário é omissivo a respeito deste passo.

Ainda outro caso se encontra em I, 82, 1-4:

Tanto que estas palavras acabou
O Mouro, nos tais casos sábio e velho,
Os braços pelo colo lhe lançou,
Agradecendo muito o tal conselho.

Como o contexto o mostra, sem sombra de dúvida, o sujeito de *lançou* não é o mesmo que o de *acabou*.

O comentário exprime-se nestes termos: «O Mouro nos tais casos sábio e velho» parece não poder ser senão o «Mouro em Moçambique conhecido, velho, sábio, e co Xequê mui valido» da est. 77. ... Sendo assim «o Mouro» o sujeito de «acabou», tem de subentender-se (como diz FS.) «o xequê» para sujeito da oração principal que se segue. Semelhante mudança repentina de sujeito, dura sem dúvida, não ocorre só neste passo dos *Lusiadas* (v. R. Ph. em «Sujeito») e não deixa de ter casos paralelos nos escriptores latinos¹.

Repare-se no *crescendo*: *parece, sendo assim, não occorre só*.

Cumpra também notar que no *Registo philologico* nada se diz sobre o assunto, não havendo mesmo artigo nenhum subordinado à palavra *Sujeito*.

26. Em II, 32, 5-6, põe Camões estas palavras na boca de Vasco da Gama:

Nalgum porto seguro de verdade
Conduzir-nos já agora determina.

A locução adverbial *de verdade* modifica o adjectivo *seguro* e equivale a *verdadeiramente, realmente, a valer*.

Nêste sentido a encontrou Camões várias vezes. «Durou este combate, que sse começou como descarnho, e se acabou de verdade, ataa cerca do sol posto» (F. Lopes, *Cronica de D. João I*, 1.^a parte, c. 167). «Outras (achauã) que de verdade seus amores nã parecã fingidos» (*Palmeirim*, cap. 142). «Apertarão com os immigos tão de verdade que os fizerão retirar» (Castanheda, *Historia do descobrimento*, l. III, c. 42).

¹ Citam-se em seguida dois passos de Tito Livio, XXIV, 18, e XLV, 10.

O comentário põe a locução entre vírgulas e explica: «de verdade] = onde haja verdade».

27. Os contemporâneos do poeta empregavam o verbo *errar* umas vezes sem complemento (cf. *Lusiadas*, II, 6, 3; III, 9, 6; etc.), outras com o complemento directo, na significação de *não encontrar*, *não acertar com*, e outras ainda com o indirecto, equivalendo a *cometer êrro*, *cometer falta contra*.

Na segunda acepção diz, por exemplo, Castanheda: «(O Catual) lhe disse que era já muyto tarde, & como fizesse escuro que os poderia errar» (L. I, c. 21). E na terceira, lê-se, por exemplo, no *Palmeirim*: «Dizer donde nos poderã achar, nenhũa de nos o fara, pois nisso errariamos a quẽ nos o defende» (cap. 43). «Floramã inda entam não queria errar ao amor d'Altea» (cap. 55).

Nestes dois passos a preposição *a* podia ser substituída por *contra*, como acontece nos *Lusiadas*, III, 31, 7:

E não vê a soberba¹ o muito que erra
Contra Deus, contra o maternal amor;
Mas nela o sensual era maior.

A mesma substituição se poderia fazer em II, 39, 6:

Mas, pois que contra mi te vejo iroso,
Sem que to merecesse nem te errasse,
Faça-se como Baco determina.

Em *te errasse*, o pronome está em dativo, e não em acusativo, como é fácil de vêr. *Te errasse* não quer dizer: *te não encontrasse*, mas sim: *comettesse erro contra ti*.

O comentário explica: «errar (alguem)» por «offender» é corrente no português antigo; v. o *Dicc.* de Moraes».

O Dicionário de Moraes (edição de 1858) estabelece bem nitidamente e fundamenta com textos a distinção entre *errar alguem*, isto é, não dar com êle, desencontrar-se dêle, e *errar a alguem*, isto é, ofendê-lo, faltar aos deveres para com êle.

27. Nos melhores escritores portugueses, por onde lia, encontrou Camões com muita freqüência o participio imperfeito servindo de

¹ A palavra *soberba* aqui, como se vê pelo contexto, é um adjectivo, que designa a mãe de D. Afonso Henriques. O comentário observa: «É difficil decidir se neste lugar «soberba» é adjectivo ou o substantivo abstracto empregado em vez da expressão concreta».

Se alguma dúvida pudesse haver, o verso 8 desvanecê-la-ia completamente.

verbo em orações principais e em correspondência portanto com verbos no modo finito.

Eis alguns exemplos. «Semelhavellmente, viinham outros de rrefresco, que estavom atras pera isto prestes; e assi lhes aviinha como aos primeiros; e Nuno Alvarez com os seus sobrelles *matamdo*, de guisa que prougue a Deos de os Castellãos seerem desbaratados»¹. «E por aazo destas mortes, e outras muytas que teemdes ouvido, era elRei Dom Pedro (de Castella) tam mal quiste de todos, e *avendo* delle tamanho medo, que por ligeira cousa se partiam delle, e se hiam a Aragom pera o conde D. Hemrrique»². «Hús mouros questauão e Arquico moradores de Maçua *pesando-lhe* desta amizade q̄ nosso senhor ordenaua antre ho governador & ho Barnegais, porq̄ sabião q̄ auião de ser lãçados da terra: & por isso persuadirão ao Barnegais q̄ não fosse falar ao governador»³. «Hũ dos que vinhão nele saluou os nossos em lingua Portugues, & *preguntando* que buscauão naquela terra. Ao que os nossos responderão»⁴ etc. «E em quanto não fez tẽpo pera Tristão d'Acunha se partir, se armou hũa fusta que de câ do Reyno se leuou a madeira laurada: & porq̄ falecião muitas peças, cortarãose hũa soma de maceiras da anãfega pera liames, por ali auer muita copia dellas. *Vindo* o tempo da mõção com que Tristão d'Acunha podia nauegar, que era a dez de Agosto, & partiose Affonso d'Albuquerque per a costa de Arabia dali outros dez dias»⁵. «E (Melique Az) era tão sagaz & artificioso em seu viuer, que á sua propria custa per terra se seguraua delRey (de Cambaya), & pelo mar *mostrando* temor de nós á custa delle, tendo sempre pera isso prestes muitos nauios de remo»⁶. «O caualleiro da fortuna, que a dor de tã gram desventura sentia dentro n'alma, e *viendo* que o outro nam acabara aquella auentura, a teue em mais do que te entã cuydaua... E *chegando* se mais a elle por ver se de todo era morto, e tiroulhe hũ pano de seda com que o rosto estaua cuberto»⁷. «El rey *resistindolhe* animosamente, & como era já velho & as forças não lhe ajudauã ho animo, ali foy morto antre

¹ F. Lopes, *Crónica de D. João I, 1.ª parte*, cap. 95. Edição do *Archivo Historico Português*.

² Id., *Crónica de D. Pedro I*, cap. 25, na *Collecção de ineditos publicados de ordem da Academia*, t. IV, pág. 68-69.

³ Castanheda, l. V, cap. 27.

⁴ Id., *ibid.*, cap. 29.

⁵ Barros, *Década II*, 1, 3.

⁶ Id., *ibid.*, 2, 9.

⁷ *Palmeirim de Inglaterra*, cap. 40.

seus vassalos»¹. «(O centauro) estaua sem poder bolirse da espadao muyto mal tratado, mas com esforço. Do que ho Caualeyro se agastou muyto polo mao meyo que ali tinha de ho curar, & *bradando* a Calidio que sabia de solorgia per pratica de Tiresia & vinha apercebido. Chegou Fimbrisa à elle: dandolhe graças & louvores... Calidio tratou de remedear ho Centauro ho melhor que soube e pode»².

Não é, pois, de estranhar que nos *Lusiadas* se encontre uma ou outra vez esta construção.

Um caso temo-lo em II, 27:

Assi como em selvática*alagoa
As rãs, no tempo antigo Lícia gente,
Se sentem por ventura vir pessoa,
Estando fora da agua incautamente,
Daqui e dali *saltando*, — o charco soa —,
Por fugir do perigo que se sente,
E, acoihendo-se ao couto que conhecem,
Sós as cabeças na agua lhe aparecem:

Assi fogem os Mouros etc.

A oração *As rãs daqui e dali saltando* (= *saltam*) está coordenada à de *aparecem* (v. 8.^o), como as suas congéneres, nos exemplos que ficam transcritos, se acham também ligadas com outras orações de verbo no modo finito, que as precedem ou se lhes seguem.

O comentário diz: «As rãs] é o sujeito do part. absoluto «saltando»; v. o com. a I 86, 6». E neste lugar: «No português antigo não existia a regra de não se collocar o sujeito antes do participio nas construcções correspondentes aos ablativos absolutos latinos».

Mas, na comparação que faz o poeta, a palavra *saltando* exprime a ideia fundamental, correspondente à do *fogem* do 1.^o verso da estância seguinte.

Não pode, porisso, formar uma simples oração participio, que se limitaria a enunciar uma circunstância.

O *E* do verso 7.^o tem de ligar, não dois participios absolutos — *saltando* e *acolhendo-se*, mas duas orações principais — *saltando* e *sós as cabeças lhe aparecem*³.

¹ Ferreira de Vasconcelos, *Memorial das proezas da segunda Tauola redonda*, cap. 19.

² Id., *ibid.*, cap. 38.

³ São as construcções do tipo: *et tum agens et in posterum instituit celebrari*. Esta frase, pertencente a S. Gregório de Tours, escritor do século vi, é citada por Leo Spitzer, na *Zeitschrift für romanische Philologie* de 1911, pág. 268. Mas o *nominativus absolutus*, de que aqui temos um exemplo, é muito mais antigo no

Se assim não fosse, a comparação ficaria reduzida a isto: Assim como as rãs, saltando na água, ficam só com a cabeça de fora, assim fogem os mouros.

Que as palavras — *o charco soa* — devem formar um parêntesis mostra-o o verso 6.^o, que imediatamente se liga com a primeira parte do verso 5.^o

Note-se ainda que, se as palavras *Daqui e dali saltando* não formassem uma oração principal, coordenada à de *aparecem*, seria necessário considerar o *soa* do 5.^o verso como coordenado ao *aparecem* do 8.^o

Ora a isto se opõe a seqüência lógica das ideias.

Mas se o particípio *saltando* equivale a *saltam*, e a oração *o charco soa* forma um parêntesis, todas as dificuldades desaparecem.

É também por êste processo que, a meu vêr, se deve explicar a falta de nexa entre as estâncias 16 e 17 do canto IX, que na edição comentada que estou apreciando, são reproduzidas pela maneira seguinte:

Apartadas assi da ardente costa
As venturosas naos, levando a proa
Pera onde a Natureza tinha posta
A meta Austrina da esperança boa,
Levando alegres novas e repostas
Da parte Oriental pera Lisboa,
Outra vez cometendo os duros medos
Do mar incerto, timidos e ledos,

O prazer de chegar á patria cara
A seus penates caros e parentes
Pera contar a peregrina e rara
Navegação, os varios ceos e gentes,
Vir a lograr o premio que ganhára
Por tão longos trabalhos e accidentes,
Cada hum tem por gosto tão perfeito,
Que o coração para elle é vaso estreito.

As duas primeiras edições dos *Lusíadas*¹ e muitas das posteriores terminam a estância 16 por um ponto final.

latim, como o mostra Baehrens na *Glotta*, vol. 4.^o, fasc. 3.^o (pág. 266-270). Eis, com o particípio imperfeito, uma passagem de Quinto Cúrcio (VIII, 2, 5): *«Ille humi prostraverat corpus gemitu eiulatuque miserabili tota personans regia (personante teem indevidamente emendado os editores desde Modius, 1579). Com o particípio perfeito, cita Baehrens casos de outros escritores. Esta construção também aparece nos clássicos gregos. Veja-se, por exemplo, Aristófanes, Nuvens, v. 409.*

¹ O comentário, aliás tão minucioso na espécie, não nota esta circunstância.

Sendo assim, deve ela conter pelo menos uma oração principal.

¿ Qual é? Na falta de verbo em um dos modos habitualmente empregados nestas orações, pode se-lo um dos três participios imperfeitos que na estância se encontram.

E a relação entre as ideias nela expressas mostra que êste papel deve ser desempenhado pelo *cometendo* do verso 7.^o

O comentário subordina a estância 16 à 17, com uma só oração principal, no penúltimo verso da segunda. Mas a isto se opõe o conteúdo duma e doutra. Basta lê-las com atenção, para se vêr que devem estar separadas por um ponto final.

28. Em II, 48, 1-2, Júpiter diz a Venus:

Vereis a terra que a agua lhe tolhia
Que inda ha-de ser um porto mui decente.

A construção normal seria: *Vereis que a terra, que a agua lhe tolhia, inda ha de ser* etc. Isto é: o sujeito da oração integrante — *terra* — passou como complemento directo para a oração principal.

É o que se chama uma prolepse, de que não faltam outros exemplos, quer nos *Lusiadas*, quer nos escritos dos contemporâneos do poeta ¹.

Assim, quási em seguida, na estância 50, 1-2, continua Júpiter:

Vereis a inexpugnabil Diu forte
Que dous cercos terá.....

Isto é: *Vereis que... Diu... dous cercos terá.*

É fácil distinguir estas orações das relativas.

Nos dois passos citados, Júpiter não diz que Venus verá Moçambique (é essa a terra a que se alude em II, 48, 1-2), ou que verá Diu, mas sim que verá Moçambique tornada um pôrto mui decente, e que verá Diu ser duas vezes cercada. Por outros termos: o complemento directo não é um simples substantivo, mas uma oração integrante.

¹ «Ordenou logo este nouo calyfa hum seu parente... que. . fosse sobre o calyfa de Damasco» (Barros, *Década*, I, 1, 1). «Jorge de melo pereyra não partio por ter muytos doentes & recear os leuantes que cursassem já» (Castanheda, I, II, cap. 71). «Cada hũ pode julgar o pranto, que tal seria» (*Palmeirim*, c. 167). No latim é também esta construção muito freqüente. «Te faciam ut scias» (Plauto, *Asinaria*, 28). «Inpurum uide quantum valet» (Terencio, *Phormio*, 986). E no latim da Vulgata: «Et vidit Deus lucem quod esset bona» (*Genesis*, I, 4).

A diferença entre as duas espécies de proposições pode exemplificar-se, comparando as passagens citadas (II, 48, 1-2, e 50, 1-2) com as que se encontram no canto X, est. 92 e seguintes, e de que basta transcrever esta:

Vê Méroe, que ilha foi de antiga fama,
Que ora dos naturais Nobá se chama ¹.
(X, 95, 7-8).

No comentário a II, 48, 1-2, lê-se: «Em «que inda ha de ser» há uma oração relativa que substitue um infinitivo (assim como se diz em francês: *je la vois qui chancelle*, vejo-a vacillar; v. a *Gram. franc.* de von Hafe e Epiphanio Dias, § 385, b). A mesma syntaxe ocorre em II, 50, 1-2 (onde «Vereis... Dio forte, que dous cercos terá» corresponde a «E vereis o mar Roxo... tornar-se-lhe amarelo), em VI, 47, 7-8, e em VIII 28, 5-6».

Em II, 48, 1-2, não há uma oração relativa que substitue um infinitivo; há uma oração integrante de *que*, que, como é natural, pode ser substituída por um infinitivo.

É o que também acontece nos outros lugares citados pelo comentário. Em VI, 47, 7-8,

A filha viu, que tanto o peito doma
Do forte rei, que por molher a toma,

a construção corrente seria: *Viu que a filha tanto o peito doma* ou *Viu a filha tanto o peito domar*.

E em VIII, 28, 5-6,

Não no vês, tinto de ira, que reprende
A vil desconfiança,

é o mesmo que: *Não vês que ele reprende*, ou: *Não no vês reprender*.

Em conclusão: nas construções do tipo *Vereis Moçambique que inda ha-de ser um porto mui decente*, a oração de *que* pode ser integrante ou relativa, segundo o pensamento que se quer exprimir. É integrante, por exemplo, em II, 48, 1-2, e relativa em X, 95, 7-8.

A construção francesa que se cita, e na qual o *qui chancelle* é uma oração relativa predicativa, nada tem que ver gramaticalmente com a construção portuguesa de que se trata.

¹ Aqui é Tetis que aponta para um globo, em cujo centro está figurada a terra.

29. Em II, 102-103, o rei de Melinde, falando com Vasco da Gama, declara-lhe que já conhece por fama os portugueses,

E como por toda Africa se soa,
Lhe diz, os grandes feitos ¹ que fizeram,
Quando nela ganharam a coroa
Do reino onde as Hespéridas viveram.

(103, 1-4).

Em *se soa os grandes feitos* ha uma construção igual a esta: «O que vêdo os immigos se lhes quebrou muyto os corações, parecêdo-lhes que vinha soccorro aos nossos» (Castanheda, *Historia* etc., l. III, c. 70). Isto é, temos aqui o verbo na terceira pessoa do singular com o sujeito no plural², o que é muito freqüente nos nossos melhores escritores até o tempo de Camões.

Eis alguns exemplos. «Em fim da mesa *foi apresentado* ao comde e aos outros senhores mujtos panos de sirgo» (F. Lopes, *Cronica de D. Fernando*, cap. 129).

«A Iffanta se carpia;
Seus cabellos, fios d'ouro,
Arrancava e destruia;
Seus olhos maravilhosos
Fontes d'agua parecia.

.....

¹ Observação do comentário: «B. Feio, a ed. de Biel e G. de Amorim trazem «dos grandes feitos», o que não é syntaxe corrente. D. Car. M. de Vasconcellos, tambem para salvar a grammatica, supprimiu a virgula depois de «diz», dando a «como» significação causal; mas é evidente que o rei não disse a V. da Gama os feitos dos Portuguezes, senão que de taes feitos corria a fama por toda a Africa».

Com estas últimas palavras confronte-se o que eu tinha escrito no *Instituto* de 1907, vol. 54, pág. 713, nota: «Suppõe-se geralmente que a expressão *grandes feitos* do 2.º verso é complemento directo de *diz*, interpretação que o contexto não permite. O rei de Melinde não diz os *grandes feitos* que os portugueses fizeram em Marrocos;... o que elle diz é como esses feitos são soados em Africa».

² Considerando-se o verbo *soar* como transitivo, o sujeito seria o *se*, transformado de partícula apassivativa em pronome indefinido, como nestas passagens: «E ã çuez se carrega estas mercadorias ã nauios pequenos ã se chamão gelbas» (Castanheda, l. II, cap. 75). «Ora que elle fosse o que primeiro pos os pés na praya, ora algum outro que não veyo a nossa noticia, por em tão grande reuolta se não poder notar os passos de cada um, ... sabemos» etc. (Barros, *Década* II, 3, 1). «De tã poucos dias nam se esperaua tamanhas obras» (Moraes, *Palmeirim*, cap. 33). «E como ambas estas nações tinham communicação com os hollandezes, e viviam de seus commercios, já se vê os damnos que desta união se podiam temer» (Vieira, *Cartas*, I, pág. 90-91, edição de 1854).

Em terra ficou enterrado,
 Porque assi mandado havia,
 Conhecendo que era terra
 A mundanal senhoria,
 Disse que os vãos thesouros
 Á morte não ¹ pertencia».

(Gil Vicente, *Romance à morte d'el-rei D. Manuel*).

«A causa ã dizem porã este capitão veyo a ser maes poderoso que os outros: foi porque lhe *coube* em sorte estas terras dos portos de mar» (Barros, *Década* II, 6, 2). «Tal he a simpreza humana, que nem as penas de cada dia a *faç* provida, antes *incita* a mayores erros» (J. Ferreira de Vasconcelos, *Memorial das proezas da segunda Tauola redonda*, c. 5.^o). «Nã he pouco d'estimar as conuersações virtuosas e de homẽs sabios» (Fr. de Moraes, *Palmeirim de Inglaterra*, cap. 33).

Encontrando-se nestes e em outros escritores, que o poeta conhecia ², dezenas e dezenas de casos em que o verbo na terceira pessôa do singular tem o sujeito no plural, não é de estranhar que êle escrevesse *se soa os grandes feitos*, em vez de *se soam* etc.

Explicação do comentário: «Em «se soa... os grandes feitos» por «se soão» (cf. a justa gloria Dos proprios feitos, quando são soados (V 92); Vossos feitos... | São no mundo tão soados [Cam., redond. «Conde, cujo illustre peito»]) há rigorosamente incorrecção de concor-

¹ Deverá lêr-se: *só*?

² E não foi só nos nacionais. Assim, no *Orlando Furioso* leu êle:

L'accese in tal furor, che non difese
 Vostri inimici argini o mura o fosse.

(*XLII*, 3, 5-6.)

Comentando estes versos, diz Casella: «Questo modo di accordare il verbo al singolare con uno o più soggetti al plurale è contro grammatica; ma l'uso parlato, e anche quello degli scrittori l'ammette» (*L'Orlando Furioso... Con note... di G. Casella. Firenze*, 1905).

No *Orlando Innamorato* há também êste verso (L. I, canto I, est. 42):

Quattro giganti sempre la guardava,

que Berni retocou por esta forma:

Un de'giganti avea que la guardava.

Em Vieira encontram-se ainda vestígios desta construção. «Vossa reverencia tenha a larga vida que lhe desejo para lograr muitos annos... simillhantes festas, de que a mim por tantos titulos *compete* sómente as despedidas». (*Cartas*, t. III, pág. 75 (edição de 1854).

dância; mas Cam. pensou que poderia dizer assim, como se em vez de «os grandes feitos que fizerão», estivesse «o terem feito grandes feitos». Irregularidade semelhante ha em «Nom te abastava trinta mil mouros que me, per força de baptismo, tiraste...» (*Vida de Santa Pelagia*, na *Rev. Lusitana*, X, pag. 186).

O que Camões pensou foi que podia empregar o singular pelo plural, para o que lhe não faltavam bons modêlos.

E não é este o único exemplo que temos nos *Lusíadas*.

Assim, em III, 61, 5-8, lê-se:

Já lhe obedece toda a Estremadura,
Óbidos, Alanquer, por onde soa
O tom das frescas águas entre as pedras
Que murmurando lava, e Torres Vedras.

É claro que quem *lava* são as *águas* e não o *tom*. Isto é: o sujeito de *lava* é *águas*.

O comentário diz: «No ultimo verso esperava-se achar «lavão» tendo por sujeito «agoas»; mas attendendo a que «o tom das frescas agoas» equivale a «as frescas agoas resonantes» (cf. VII 20), Cam. tomou a liberdade de dar ao verbo por sujeito «o tom» e de dizer «lava».

A liberdade que Camões tomou, seguindo o exemplo de tantos escritores, de que elle tinha aturada leitura, foi a de pôr o verbo no singular, embora o sujeito estivesse no plural¹.

30. Em II, 111, 3-4, pergunta o rei de Melinde:

... Quem ha que por fama não conhece
As obras portuguezas singulares ?

E em III, 105, 7-5, a rainha de Castela diz ao pai, o nosso D. Afonso IV:

Acude e corre, pai, que, se não corres,
Pode ser que não aches quem socorres.

¹ O comentário a V, 25, 7, corrige *aproveita* para *aproveitam* na seguinte passagem de Barros (*Década* I, 4, 2): «Como do vso do astrolabio pera aquelle mister da nauegação, auia po «u» co tempo que os mareantes deste reyno se aproueitaua «m»,...» Cumpre saber que João de Barros é precisamente um dos nossos escritores que mais exemplos nos fornece desta particularidade.

Adoptado o critério do comentário, muito haveria que emendar em J. de Barros e em outros escritores.

Comentário ao primeiro passo: «conhece] em vez de «conheça» por causa da rima». E ao segundo: «soccorres] é indicativo, irregularmente, em lugar do conjunctivo, por necessidade da rima, da mesma maneira que em II, 111, 3».

Mas, sem estar obrigado à rima, escreveu Francisco de Moraes: «Na casa auia quem o sabia bem fazer» (*Palmeirim*, cap. 87). «Co'isto pode ser que tereys algũ fauor» (*Ibid.*, cap. 142). E João de Barros: «(Coge Atar) temendo també que a dor de todos lhe podia naquelle tẽpo ir á mão, tomou outro caminho» (*Década* II, 2, 4). E Vieira: «Quanto temo que se nos appareilha um tremendo açoute, e que havemos de sentir primeiro os rigores da divina justiça de que cheguem as promessas da sua misericórdia!» (*Cartas*, t. I, pag. 23).

31. Em III, 77, 3-4, lê-se:

Já vem do promontorio de Ampelusa
E do Tinge, que assento foi de Anteo.

Comentário a propósito do *Tinge*: «*Tingis (Tingi Tinge)* é o nome latino da moderna Tanger. Sendo «Tinge» nome de cidade, Cam. certamente não disse «do Tinge». Esta cidade dizia-se haver sido fundada por Anteo (Pomp. Mela, I § 26)».

Não é necessária a correcção, pois em mais de um lugar de Sabélico encontrou Camões expressa a opinião de que a cidade de Tingis foi fundada, não por Anteu, mas por Sifax, filho de Hércules e de Tingena, viuva de Anteu. «Apud Tingenitas uetus fama fuit, post Anthaei interitum, Tingenam eius coniugem ab Hercule compressam, atque ex eo congressu Syphacem genitum; qui ipsis deinde locis late regnum adeptus, urbem de matris nomine Tingenam condidit» (*Enneadis I liber VI*, col. 108. Cf. *En. VI, l. III*)¹.

O *Tinge*, que assento foi de Anteu, é mencionado nesta estância juntamente com o Atlas (v. 1-2), com o promontório de Ampelusa (v. 3) e com o Ábila (v. 5); deve portanto ser também um monte ou, pelo menos, uma região montanhosa. É o sítio onde viveu o marido de Tingena e onde depois foi edificada a cidade que desta recebeu o nome.

¹ A fonte de Sabélico é esta passagem de Plutarco, na *Vida de Sertório*: «Les habitants de Tingis prétendent qu'après la mort d'Antée, sa femme Tingès ayant eu commerce avec Hercule, en eut un fils, nommée Sophax, qui regna dans le pays, et bâtit une ville qu'il appela Tingis, du nom de sa mère». *Les vies des hommes illustres par Plutarque, traduites en français par Ricard*. Paris, 1854. T. II, pág. 48.

Em III, 77, 4, não há, pois, uma correcção a fazer; o que há é uma prolepse.

32. Em III, 143, 5-8, pondera o poeta:

Desculpado por certo está Fernando
Pera quem tem de amor experiencia;
Mas antes, tendo livre a fantasia,
Por muito mais culpado o *ulgaria*.

Isto é: D. Fernando será certamente desculpado por aqueles que, por experiência própria, sabem o que é o amôr; mas esses mesmos não seriam tão benevolos com êle, se o julgassem em quanto tinham ainda livre a fantasia. Vê-se, portanto, qual é o sujeito de *ulgaria*: é o mesmo de *tem experiencia*, mas em uma situação diferente, enunciada no verso 7.^o

O comentário diz: «*ulgaria*] sc. eu».

(*Continua*).

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

Os dois doutores Pedro Nunes

O célebre matemático português Pedro Nunes, nascido em 1502 em Alcácer do Sal, era, como se sabe, doutor em medicina. Esta união das matemáticas com a medicina era vulgar no seu tempo. Quando D. Manuel estabeleceu em 1518 na Universidade de Lisboa uma cadeira de astronomia, fez mercê dela a mestre Felipe, seu médico, sucedendo a êste, de 1521 a 1537, o B.^{el} Tomás da Torre, também médico. Da Junta de Matemáticos que D. João II mandara formar para os estudos de cosmografia necessários aos descobrimentos marítimos, faziam parte os seus dois médicos mestre Rodrigo e mestre Josepe Judeo ¹.

Pedro Nunes foi nomeado cosmógrafo do reino em 1529, sendo ainda bacharel. Em 4 de dezembro dêste ano foi provido na cadeira de Filosofia moral na Universidade de Lisboa, regendo a de Lógica no ano seguinte e no imediato a de Metafísica. Em 1537 teve lugar a transferência da Universidade para Coimbra. Em 1544 veio para aqui Pedro Nunes como lente da cadeira das Matemáticas. Esta cadeira não estava incluída em nenhuma das quatro faculdades maiores, nem na de Artes. Era uma cadeira independente, onde se lia Euclides, o Tratado da Esfera e a Teórica dos planetas. Em 1547 é Pedro Nunes elevado a cosmógrafo-mór e em 1562 é jubilado.

No ano lectivo de 1536 a 1537, último da estada da Universidade em Lisboa, exerceu o cargo de reitor um homónimo do cosmógrafo, o Dr. Pedro Nunes, do conselho e desembargo de El-rey e seu chanceler na casa do civil. Da passagem dêste outro Pedro Nunes pela Universidade resultou serem enxertados na biografia do matemático, nem sempre com lustre para êle, factos da vida do desembargador.

No artigo que, com o mesmo título de agora, publicamos em março último (*Revista da Universidade de Coimbra*, vol. II, pág. 246), tratamos dêste caso de homonímia. Mostramos que os autógrafos, publicados por Varnhagem e por êle atribuídos ao cosmógrafo, eram todos do punho do desembargador. Era êste, e não o matemático,

¹ JOÃO DE BARROS, *Asia*, Década I, Liv. IV, Cap. II.

quem em 1519 ia para a Índia como vedor da fazenda; fôra êle também o autor da carta, espécie de memorial dirigido ao secretário de Estado, que desde Vanhagem vinha, sem contestação, sendo atribuída ao insigne professor da Universidade, provocando críticas deprimentes da sua dignidade.

Um facto novo vem agora confirmar cabalmente as nossas conclusões. Não se conhecia até hoje autógrafo algum, devidamente autenticado, do célebre cosmógrafo. O sr. Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, que às suas qualidades de artista e profundo conhecedor de História da Arte alia o ser um distinto paleógrafo, acaba, depois de pacientes investigações, de descobrir no Arquivo da Universidade de Coimbra a assinatura autêntica do Dr. Pedro Nunes, cosmógrafo e lente de Matemática. A publicação de alguns *fac-símiles* de tão ilustre autógrafo, com as razões que põem fora de toda a dúvida a sua atribuição ao cosmógrafo, faz o objecto dêste nosso artigo, confirmação e complemento do anterior.

Por provisão de 11 de outubro de 1555 mandou D. João III visitar e reformar a Universidade pelo Licenciado Baltasar de Faria. A êste respeito lê-se no *Anuário da Universidade de Coimbra* para o ano 1878-1879, ondê se continua a publicação das *Memórias da Universidade* de Figueiroa (pág. 230):

«Tomou posse d'este Lugar Balthazar de Faria em 19 de Fevereiro de 1556, e a 27 do dito mez propoz em Claustro Pleno que El-Rey o mandava visitar a Universidade, para com o parecer de todos se tomar o assento que fosse mais conveniente para o bom governo della, e que cada húa das pessoas do dito Claustro lhe desse secretamente os apontamentos do que entendessem seria razão fazer-se, e votando sobre esta materia se resolveu que elle chamasse separadamente cada húa das 5 faculdades para que elegessem dois de cada húa dos mais capazes de melhor consciencia, com os quaes pudesse conferir este negocio; e convocando com effeito depois as faculdades, na de Theologia forão eleitos os D.^{rs} Fr. Martinho de Ledesma, Lente de Vespora, e Marcos Romero, Lente de Terça, e na de Canones os D.^{rs} João de Morgovejo, Lente de Prima, e Gaspar Gonsalves, de Vespora, e na de Leis aos D.^{rs} Manuel da Costa e Ayres Pinhel, e na de Medicina o D.^r Thomaz Rodrigues, Lente de Vespora e o D.^r Pedro Nunes, Lente de Mathematica e Cosmographo mór, e na de Artes os Mestres Ignacio de Moraes e Diogo de Gouvea; não se dilatou muito Balthazar de Faria em visitar a Universidade e chamando o Claustro Pleno no primeiro de setembro do dito anno de 1556 se despedio della».

O documento que junto publicamos é o *fac-símile*, reduzido às dimensões destas páginas, da acta do conselho da Faculdade de Medicina em que se fez a eleição de dois dos seus membros para colaborar com Baltazar de Faria na revista dos estatutos, como se resolvera em claustro pleno. Vê-se que o Dr. Pedro Nunes, cósmografo-mór, fazia parte do conselho da Faculdade de Medicina, na sua qualidade de doutor nesta Faculdade. A acta, desdobrando-lhe as abreviaturas, é do teor seguinte:

CONSELHO DA FACULDADE DE MEDICINA

«Aos tres dias do mes de março de mil quinhentos cincoenta e seis años na çidade de Coimbra e casa dos paços delRei noso sôr onde se fazem os conselhos da vniversidade sendo hi presente o sôr doutor afonso do prado Reitor e o d. Rodrigo de Reinoso e o d. *pero nunez* e o d. thomas Rodriguez e o d. Cosme lopez e o d. diogo de Cõtreiras e o d. antonio lopez e o d. francisco lopez doutores na facultade de medeçina Juntos em cõselho e cõselho fazendo segundo seu costume, logo elle sôr Reitor lhes propos que era neçesario ellegerẽse *duas pessoas dantre elles* pera asestirem cõ o Licenciado baltasar de faria do cõselho delRei noso sôr e seu desembargador do paço que ora hade visitar esta vniversidade pera a reuista dos estatutos e apontamentos que sobre elles se ande dar segundo se asentou em cõselho mor | que lhes pedia que ellegesem as pessoas mais sufiçientes dantre elles pera esta reuista se fazer per pesoas que bem entendam ho que no caso se deue fazer | e votando per papeis em segredo segundo foi asentado sairãõ com oito uotos cada hũ | o doutor *pero nunez cosmographo mor* e o doutor thomas Rodriguez lente de vespora de medeçina | e o d. diogo de cõtreiras leuou hũ voto e o d. antonio lopez outro por serẽ por todos dezoito papeis e o sôr Reitor votou cõ quatro papeis | pollo que forãõ elleitos os ditos *doutores pero nunez* e thomas Rodriguez pera asestirem polla facultade de medeçina cõ ho dito Licenciado baltasar de faria | e asinou aqui elle sôr Reitor cõ os dd aqui asinados | diogo dazevedo o escrepui». (*Conselhos*, vol. II, liv. III, fl. 59 r. e v.).

Assinam a acta, com o Reitor *doctor prado*, *el doctor Reinoso* e o *doctor pero nunez* por serem os dois doutores mais antigos em grau. São elles os dois primeiros mencionados na lista dos vogais presentes ao conselho, com que abre a acta. Tendo pois reunido o conselho da Faculdade de Medicina, em que toma parte o doutor em medicina Pedro Nunes, para eleger dois *dantre elles* e sendo um dos

Co'selho da facultade
de medicina

Diogo Machado 19

Nos tres dias do mes de março de 1556 p seis annos
na cidade de Coimbra p Casa dos paços do theino
são onde se faizem os Concellhos da vni^{da} sendo em
presença o s^o doutor d do Prado heitor p o d.
de treinoso p o d. p^o mney p o d. Thomaz Kouy
p o d. Cosme Lopez p o d. de Cotreiras p o d.
am^o Lopez p o d. fr^o Lopez doutores na facultade
de medicina Junto em Co'selho p o d. f^o f^o
seg^o San Cosme, logo elle s^o heitor tres p^o
p^o q era necessario ellegere de duas p^o dentre
elles. pa adestre em Co'selho de f^o de f^o
do Co'selho do theino s^o p sendo embargo de q^o
gora hade visitar q^o vni^{da} pa atenis de
dos q^o s^o p apunto m^o q sobre elles se hade
dar seg^o se asentou em Co'selho mor q^o tres
pedia q^o elle q^o sem as p^o mais sufficientes. dentre elles
pa q^o heitor se fozer per p^o q^o bene entendam
q^o no caso se deve fazer p^o utendo per papeis
em segredo seg^o foi asentado, Saíram d^o oito votos.
Cada q^o doutor p^o mney Cos magr^o p^o mor
p o doutor Thomaz Kouy leu de despeza de
medicina p o d. de de treiras leu q^o voto
p o d. am^o Lopez outro. por se re por todos dezain

eleitos o doutor *pêro nunez cosmographo mor*, não pode haver a menor dúvida que foi o cosmógrafo quem escreveu a assinatura que se vê no fim do *fac-simile* (verso da folha) da acta do conselho, que damos junto.

Nos livros dos *Conselhos* encontram-se mais assinaturas indubitavelmente do cosmógrafo. Vamos vêr como se fez em 1556 a eleição dos deputados que haviam de tomar parte no govêrno da Universidade, metade dos quais deviam ser lentes e metade não lentes:

ELLEIÇÃO DOS DEPUTADOS

«Aos noue dias do mes de nouembro de mil quinhentos cincoenta e seis anos na cidade de Coimbra e casa dos paços delRey noso sôr onde se faz o cõselho da vniversidade | sendo hi presente o sôr Reitor o doutor afonso do prado e o doutor Marcos Romeiro e o d. mestre aluaro da fonseca e o doutor diogo de gouuea e o doutor James de moraes e o d. belchior Corneio e o d. Martim Saluador e o d. aires pinhel e o d. aluaro vaz e o d. thomas Rodriguez e em lugar do d. Cosme lopez ausête foi elleito o d. Simão de Saa pereira e dô Jorge dalmeida e o mestre gaspar da Costa e o mestre francisco lopez e em lugar do d. Jeronimo pereira foi elleito bras diaz e em lugar de belchior do amaral foi elleito luis mestre e em lugar de pedro barbosa ausente diogo afonso daguiar e despois de Receberem os ditos sustitutos Juramento dos Santos e vangelhos de fazerê verdade e guardarê ho que os estatutos ordenão | todos elles deputados Juntos e chamados a cuõselho e cõselho fazendo segundo seu costume espeçialmente pera ellegerê os deputados que siruão o año que começa por dia de Sam martinho de mil quinhentos cincoenta e seis e se acaba bspora de outro tal dia do año que vem de mil quinhentos cincoenta e sete | e praticando primeiro antre si as pessoas sufiçientes pera o dito carrego | logo elle sôr Reitor se asentou a mesa cõ ho doutor Marcos Romeiro e o doutor mestre aluaro da fonseca deputados mais antigos da faculdade de theologia e votando segundo ho que os estatutos ordenão sairão por deputados os seguintes.

LENTES

theologos

o d. frei martinho de ledesma

o l.^{do} andre gomez

canonistas

o d. Joam de morgoueiro

o d. gaspar gonsalluez

VOL. II. N.º 4

NÃO LENTES

theologos

diogo de paiua

pêro de Sousa

canonistas

Jorge lião

Jorge pinto

39

legistas

o d. Manoel da Costa
Manoel daguiar

Medicos

o d. pero nunez
o d. diogo de cõtreiras

legistas

o d. Jorge anRiquez
o d. Manoel doliueira

Medicos

o l.^{do} Jorge de Saa
francisco Carlos

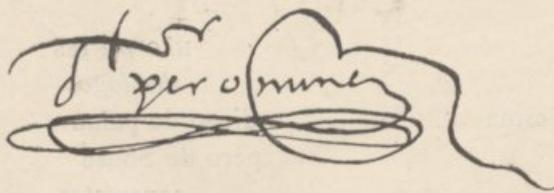
E feita asi a dita Elleição tendo os ditos votos recebido juramento de ellegerẽ os mais ydoneos e guardarẽ segredo asinou aqui elle sõr Reitor cõ os ditos dous sr̃s. dd. theologos que cõ elle asistirãõ na dita mesa diogo dazevedo o escreui». (*Conselhos*, vol. II, livro IV, fl. 85 r. e v.).

Assinam esta acta com o reitor dr. Prado os drs. Marcos Romeiro e Álvaro da Fonseca, isto é, a mesa. Vê-se que um dos deputados médicos eleitos é o Dr. Pero Nunez. Três dias depois prestam juramento os deputados eleitos:

JURAMENTO DOS DEPUTADOS

«Aos doze dias do mes de nouembro de mil quinhentos cincoenta e seis anos na çidade de Coimbra e casa dos paços delRei noso sõr onde se faz o Conselho da vniversidade sendo hi presente o sõr Reitor o doutor afonso do prado em sua presença Jurarãõ os deputados atras elleitos para seruirem este ano que começa por dia de sam martinho de mil quinhentos cincoenta e seis e se acaba vespõra de outro tal dia do año que vem de mil quinhentos cincoenta e sete | de bem seruireẽ os ditos carregõs cõforme ao que os estatutos ordenãõ e de asi o prometerẽ pollo juramento dos santos e vangelhos que Reçeberãõ *asinarãõ aqui* sendo testemunhas o L.^{do} esteuãõ nogueira sindaco e o mestre diogo Rodriguez taixador. e eu diogo dazevedo o escreui.». (*Conselhos*, vol. II, livro IV, fl. 86 r.).

Subscrêvem esta acta todos os 16 deputados da lista anterior, e o sindaco Nogueira.



Entre as assinaturas vê-se a do *d.^{tor} pero nunez*, cujo *fac-símile* aqui juntamos. Para que não reste dúvida,

porẽm, de que se trata realmente do cosmõgrafo, leia-se o reverso da fõlha onde todos os deputados deixaram os seus nomes:

DOS DEPUTADOS DA MESA

«E depois de Reçebarem o dito Juramento logo o dito dia doze de nouembro de mil quinhentos cincoenta e seis años na dita casa do Cõselho sendo hi presente o dito sõr Reitor e os deputados e cõselheiros Juntos no dito Cõselho e cõselho fazendo segundo seu costume sendo hi mais presente o L.^{do} esteuão nogueira sindaco logo hi se tratou sobre as pessoas que auiam de seruir de deputados no negoçio da mesa da fazenda da dita vniversidade | logo hi propos o doutor pero nunez cosmographo mor que elle era deputado e mais antigo em grao de doutor em medecina que nenhum dos outros deputados e que a elle parecia pertencer o dito carregio de deputado da mesa da fazenda por o Regimento de S. A. dizer que quando elle não nomeasse os deputados que seruisem no dito negoçio da fazenda fosse dous dos mais antigos deputadõs em grao | e o doutor Joam de morgoueiio lente de prima de Canones dise que o dito Regimento de S. A. se deuia de entender dos mais antigos em grao que sejam abiles pera os negoçios que na dita mesa se tratão que são aforamentos e emprazamentos e aRendamentos e demandas e outras cousas semelhantes de fazenda que na dita mesa se tratam e que isto tinha S. A. interpretado por que os anos que nomeou os ditos deputados da mesa da fazenda da vniversidade nomeou hũ canonista e hũ legista e que isto se guardou e que portanto pedia a elle sõr Reitor e deputados o asentassem asi...». (*Conselhos*, vol. II, livro IV, fl. 86 v.).

Não pode pois pôr-se em dúvida que era o Dr. Pedro Nunes, cosmógrafo, quem, logo depois de ter assinado o seu nome na acta do juramento, tratava de fazer valer a antiguidade do seu grau de doutor em medecina.

Juntamos ainda um *fac-símile* de outro autógrafo do cosmógrafo-mór que assina, com o Reitor Dr. Prado e com o Dr. Reinoso, a acta

da eleição de deputados, feita em 8 de novembro de 1555. Na acta se diz expressamente que, para se proceder à eleição, se constituiu a mesa com o reitor Dr. Prado, o Dr. Reinoso, lente de prima de

medicina, e o doutor pero nunez cosmografo mor, doutores mais antigos deputados. (*Conselhos*, vol. II, livro III, fl. 81 v.).

Temos pois assim três assinaturas que são com certeza do punho de Pedro Nunes, doutor em medicina, cosmógrafo-mór do reino e lente da cadeira das Matemáticas. Comparando-as com a assinatura da célebre carta, que no nosso anterior artigo publicamos em parte e que foi reproduzida integralmente na *Revista de Engenharia Militar*, maio de 1911, vê-se que a assinatura da carta não é a do cosmógrafo. As assinaturas do matemático *Pero nunez* são bem distintas das do desembargador *Pero nuniç*.

Nos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa guarda-se o livro de Regiomontano *Tábuas de direcções e profecções*, obra de astrologia de que se ocupa Delambre na sua *Histoire de l'astronomie du moyen âge*, Paris, 1819 (pág. 288 a 292). O exemplar da Biblioteca nacional é um valioso incunábulo, edição de Augsburgo, 1490. No frontispício, por baixo do título — *Tabule directionū profectio-nūque famosissimi viri Magistri Joannis Germani de Regiomonte in natiuitatibus multum vtilis* —, lê-se em manuscrito

Do Doctor p.º nunez.

Na parte inferior da página está a seguinte declaração, assinada por D. José Barbosa, com data de 3 de julho de 1734: *Este liuro merece toda a estimação pelo sinal q̄ tem da letra do D.º Pedro Nunes M.º que foy de Mathematica do Inf.º D. Luiç e hum dos mayores homẽs desta profissão q̄ teue o mundo, como consta dos liuros q̄ imprimio. Veja-se a reprodução, que junto damos, dêste frontispício.*

O livro foi-nos mostrado, há já bastante tempo, pelo sr. José A. Moniz, que, com superior competência, exerce o lugar de 1.º Bibliotecário na Biblioteca Nacional de Lisboa. A afirmação, porém, de D. José Barbosa em 1734,, sem mais razões, não é prova suficiente de sêr aquela letra do punho do cosmógrafo. Também Varnhagem publicou autógrafos que julgou serem dêle (*Historia geral do Brasil*, tomô I, pág. 467 e 468) e afinal são de um seu homónimo, como provamos e hoje se confirma. Agora porém que temos autênticas assinaturas suas, comparem-se com a nota desta página frontispicial. O longo traço de variadas voltas, com que o cosmógrafo firmava o seu nome nos livros dos Conselhos da Universidade, desaparece aqui, sendo substituído por uma guarda. O sêlo da Biblioteca vem cair bem inoportunamente em cima do nome e da inicial do apelido, dificultando a identificação. Não nos julgamos com competência para

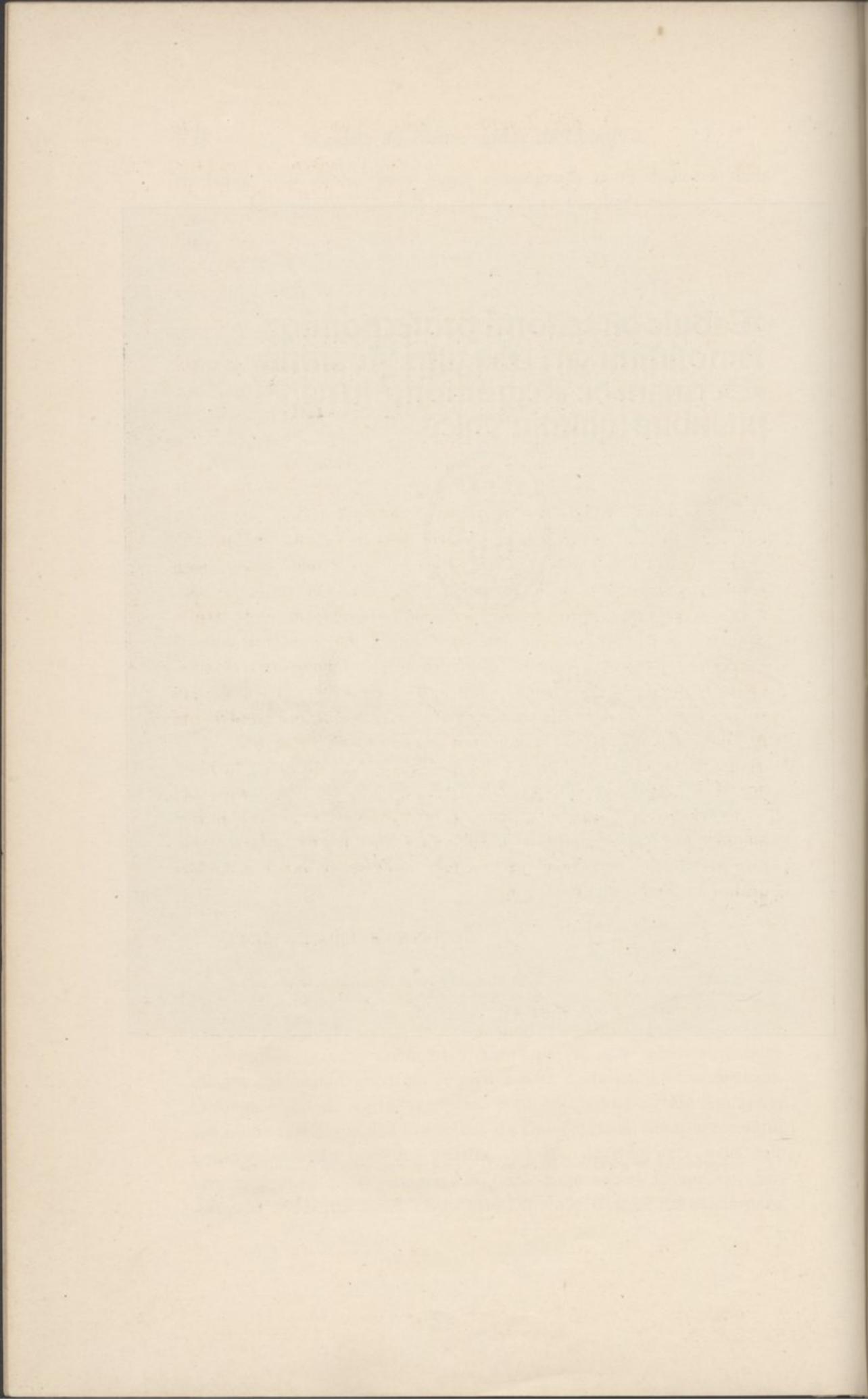
Tabule directionū profectiōnūq;
famosissimi viri Magistri Joannis
Germani de Regiomonte in nati-
uitatibus multum vtilis.



Do Doutor Pedro Nunes . . . f.

Este livro mercetobae e estimavel
pelo sinal q' tem da letra do D.^o Pedro
Nunes e M.^o que foy de Mathematica
do Inf.^o D. Filipe e da Academia
Esmel de esta profectiō q' teve o seu
como conda de Lisboa q' imprimio
Lisboa e de Julho de 1734.

D. Jose Balthazar Reis



interpôr opinião nossa. Aos peritos na matéria pertence a resolução dêste problêma. O sr. Pedro de Azevedo, 1.º Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, autoridade eminente no assunto, inclina-se a que a nota do frontispício seja do punho do cosmógrafo, explicando as diferenças que se observam pelo facto de se tratar no livro de Regiomontano de um *ex-libris* e não pròpriamente de uma assinatura, como nas actas dos Conselhos.

Para esta obra de Regiomontano chamou ultimamente a atenção o sr. Joaquim Bensaúde no seu notável livro *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, Bern, 1912 (pág. 20), quando trata das fontes das tábuas náuticas usadas pelos navegadores portuguezes no último quartel do século xv. Tendo-se estabelecido a opinião de serem essas tábuas extraídas das *Ephemerides* de Regiomontano, cuja primeira edição é de 1474, verificou o sr. J. Bensaúde que nas edições desta obra anteriores à de 1498 se não encontra a tábua das declinações do sol, necessária para os cálculos de latitude. Onde Regiomontano publicou essa tábua foi nas *Tabule directionum projectionumque*, cuja primeira edição é de 1475. Se as tábuas náuticas dos descobrimentos tivessem sido deduzidas das obras de Regiomontano, as posições do sol nos signos do zodiaco teriam sido extraídas das *Ephemerides* e as declinações das *Tabule directionum*. O sr. J. Bensaúde demonstra porêem que a fonte das tábuas de que se serviram os pilotos portuguezes foi o *Almanach perpetuum* de Abrahão Zacuto, escrito originalmente em hebreu de 1473 a 1478 e traduzido para latim por mestre Josepe Judeu (José Vizinho), da Junta dos Matemáticos, sendo publicada esta traducção em Leiria em 1496.

É bem natural que as *Tábuas de direcções e profecções* de Regiomontano, que se guardam na Biblioteca Nacional de Lisboa, tivessem pertencido ao notável matemático e ilustre professor e cosmógrafo-mór Pedro Nunes.

A anatomia em Coimbra no século XVI

I

Alonso Rodriguez de Guevara

Mau ano aquele em que Guevara se apresentou para tomar posse da cadeira de anatomia...

A Universidade estava de luto. Não se ouvia na cidade o tanger alegre das charamelas; passavam sem festas os actos mais solenes ¹.

Morrera o infante D. Luís.

E todos, naquella desmorerar de tantas ilusões, se lembravam dos alegres dias que elle aqui passara, quando viera visitar pela primeira vez a Universidade.

Não sabiam os lentes como recebê-lo. Era o primeiro príncipe que vinha visitá-los depois que se havia mudado a Universidade para Coimbra.

Reuniram em conselho para praticar o modo que nisso se deveria ter e regular para o diante a ordem e lei que se guardasse no recebimento dos prelados, condes, marqueses, duques, infante, irmão ou filho segundo do rei, ou o próprio rei ou rainha, e tudo se comunicou a Brás Teles, camareiro do infante para que o prevenisse.

Tudo tinha comunicado também o doutor Morgoveio ao bispo de Coimbra, D. João Soares, que tudo achara bem e concordara em ficar à esquerda do príncipe, deixando a direita ao reitor.

Houvera depois outros recebimentos reais. Viera D. João III, a rainha D. Catarina, o infante D. João e a infanta D. Maria, que folgava de ver a terra donde era Joana Vaz e em que vivia honrado o irmão António.

Fizeram-se então grandes festas. Dessa vez entrara el-rei em Coimbra só para ver e folgar.

Da primeira que cá estivera, vinha fugido da peste. Houvera festas e serões, mas tudo se passara no paço. Até os fidalgos caçadores

se não atreviam a correr desenfastiadamente o campo tão alegre de Coimbra, como costumavam.

Citava-se o caso daquela mulher moradora no mosteiro de Celas que, vindo do campo de Bolão com outras mulheres de correger seus linhos, se finara de calma na entrada dos Olivais, onde chamam a Fontoura. E um frade da Conceição de Aveiro, natural de Coimbra, ao ir de Botão para Penacova, morrera também de repente, junto do lugar de Gavinhos, sendo mancebo que não passaria de 24 anos, sem ninguem poder dizer ao certo de que.

Diziam que era calma de que andava tudo meio morto então, mas muitos duvidavam e por isso D. João III mandara esperar em Cernache o embaixador do Preste João e os que com elle tinham vindo da Abissínia. Só os recebeu um mês depois.

O recebimento da embaixada do Preste João, nome misterioso que muito preocupara os nossos navegadores, fôra quasi a única festa em que o povo folgara depois da chegada de D. João III a Coimbra.

Não tinham entrado em Lisboa por lá andar activa a peste e, ao chegarem a Cernache, pararam por ordem de D. João III, que soubera que no caminho haviam morrido dois mouros pilotos que Heitor da Silveira tinha tomado nas naus que vinham de Mekka, mui grandes e ricas de muito ouro. Vestira-os D. Rodrigo de Lima em Santarém de pelotes, corpinhos, jaquetas, calças, sapatos e barretes, a modo de Portugal, para os apresentar a el-rei a quem os mandavam, e nesse mesmo dia, dum calor que nunca tinham tido na África e na Índia donde vinham, morreram, supondo-se que de abafados, por não terem em costume andar vestidos, nem trazerem mais que um pano ao redor de si da cinta para baixo e para cima a carne ao sol.

Apesar de sobre o caso se tirar inquirição e se verificar que vinham os da embaixada todos muito sãos e não tinham entrado em Lisboa nem passado por terra onde a peste andasse, D. João III fê-los esperar em Cernache aonde, ao fim de trinta dias, os foi buscar Diogo Lopes de Sequeira, almotacé mór, que fôra quem como capitão mór os levara à terra do Negus e por isso havia aquella embaixada como cousa sua e de sua mão feita.

Que alegre recebimento!...

Já em Antanol esperavam muitos fidalgos que os vinham receber, e daí até S. Martinho estavam os caminhos cheios de todos os bispos, condes e senhores que na côrte eram.

Entraram em Coimbra pela rua da Figueira Velha, passaram à porta do mosteiro de Santa Cruz, maravilhados pelo portal destacando branco sobre a ruiva pedra do Bordalo, como uma escultura em marfim num engaste de ouro.

Fresca a apertada rua do Coruche, com as janelas em que se api-nhavam as senhoras para os verem passar. Entraram na Calçada em que a multidão dos cavaleiros se espalhou, deixando folgar os cavalos; subiram pela escarpada rua até ao Arco de Almedina, passaram o arco da torre da relação e foram, rua das Fangas acima, vendo as casas novas que se iam fazendo, olhando por cima da muralha para a casaria da Calçada, a Portagem, as colinas distantes do burgo de Santa Clara.

Dobraram a esquina da casa dos Alpois, passaram a velha igreja de S. Cristóvão e pela rua de S. Cristóvão se foram até à Sé onde não entraram, continuando a subir pela rua dos Moimentos até ao Paço.

Aí, o marquez de Vila Real tomou pela mão ao embaixador e le-vou-o até beijar a mão ao rei, à rainha, ao cardeal e infantes.

Quando mais tarde o embaixador Saga Raâb tornava a montar a cavalo para voltar com a comitiva ao convento de S. Domingos onde lhe haviam dado pousada, estavam as ruas cheias de povo a admirar a riqueza dos fidalgos, bispos e págens que passavam e o rosto da-quele estranha gente que nascera em tão distantes e misteriosas terras e não era preta como esperavam, antes de côr castanha, ou de maçã baionesa, não muito parda.

Mal passou o medo da peste, foi-se logo o rei, via de Almeirim, para Lisboa.

Já da segunda vez não fôra assim. D. João III vinha visitar a Universidade, vêr e folgar. Hospedara-se no mosteiro de Santa Cruz, que era então colégio de nobres. Entretinha-o a vida conventual, gostava de passear pelos claustros e pedia que o deixassem sósinho, na igreja, para admirar as delicadas esculturas do renascimento que pareciam talhadas pelos anjos em neve, num dia alegre de Natal.

Houvera grandes festas na Universidade e os estudantes represen-taram uma comédia que os professores, que êle havia mandado vir de fora, tinham modelado à maneira de Terencio.

Doutorara-se então em artes o infante D. António, e falava-se ainda no efeito que haviam tido os coros da tragédia de David que se representara no mosteiro de Santa Cruz em que fôra educado.

Corriam os ditos de João de Sá, o bôbo de el-rei...

Foram grandes festas, mas nenhuma tão alegre como aquele pri-meiro recebimento do infante D. Luís².

Fizera a oração, com que o receberam nas escolas, o mestre João Fernandes, de quem o doutor Monçon dizia que seria difficil encontrar outro igual a êle na Universidade de Paris ou em qualquer outra. E agora, que começava a mostrar-se outra vez a hostilidade com que

os da cidade haviam recebido a Universidade, todos se lembravam do que acontecera ao pobre mestre João Fernandes com o escrivão dante o vigário que lhe chamara a êle e à senhora castelhanos bêbados, judeus, e o afrontara com injúrias, desarrazoadas, feias e sujas palavras, chegando a dizer que Deus perdoasse ao rei que tais homens trouxera a Coimbra³.

Já antes, por um semelhante caso morrera o mestre de música Mateus Aranda de pura paixão.

Tudo andava apreensivo. A Universidade estava de luto pelo infante D. Luis e de Lisboa vinham novas do mau estado de saúde de D. João III que faziam prever o seu próximo fim.

Havia anos de azar.

El-Rei D. João III andava empenhado em reabilitar a Companhia que saíra mal ferida da censura que por ordem do parlamento francês escrevera, em 1554, E. du Bellai, e se sentia embaraçada com o parecer dos teólogos da Universidade de Paris acusando os jesuítas de receberem no seu grémio pessoas desqualificadas, de abusarem da prégação, atentarem contra o prestígio universitário, viverem irregularmente e serem perigosos para a igreja e para o estado.

Escreveu a D. João Soares, então bispo de Coimbra, que desse fé e testemunho por escrito das virtudes da Companhia de Jesus⁴.

Dirigiu-se também à Universidade no mesmo sentido.

Os jesuítas apresentaram a carta de D. João III a 21 de setembro de 1555 em conselho de deputados e conselheiros, que se escusou a tomar deliberação alguma por vir dirigida a carta para os lentes, deputados e conselheiros.

Foi por isso novamente apresentada em 23 do mesmo mês em conselho de lentes, deputados e conselheiros.

Lida a carta, em q̄ D. João III pedia à Universidade que passasse *sua certidão em abonação da Cõpanhia, dos yrmãos della, de quam virtuosamente vivem e o proveito q̄ fazem ha Republica dos Reinos asi espirital como temporal cõ ho exemplo de sua vida e costumes, pregações e cõfições*, a Universidade adiou ainda desta vez a resposta alegando que estavam presentes poucos lentes e que o caso deveria ficar para resolver em conselho mór que se reunisse em dia marcado pelo reitor, na primeira semana lectiva do mês de outubro *que em boa hora viesse*.

Aos 10 de outubro, resolveu-se em conselho que se convocasse conselho pleno para dar assento sobre a carta em que o rei mandava se passasse a certidão que requeriam os colegiais do colégio de Jesus, e ficou o reitor encarregado de marcar dia.

Reuniu o conselho por fim a 15 de outubro, leu-se a carta real e

resolveu-se passar a certidão em abono da companhia, por ser notória a sua virtude, bom exemplo de vida e costumes, e qualificadas as pessoas que nela eram recebidas.

Foram encarregados de passar a certidão em latim os doutores Alonso do Prado, Morgoveio e Baltazar Cornejo, ficando êles também com o encargo de escrever a carta em resposta a el-rei.

A 26 do mesmo mês, tomava posse da reitoria o doutor Afonso do Prado e no mesmo conselho se leu a resposta à carta de D. João III e a certidão passada pela Universidade em abôno da Companhia de Jesus.

A certidão foi assinada pelo reitor e dois deputados, e selada com o sêlo da Universidade.

O que saíria de tudo isto? De Lisboa vinham novas de que se preparava uma reforma universitária com alargamento das faculdades, criação de novas cadeiras, e aconselhava-se paciência aos lentes.

Mas o que se via era a Companhia de Jesus crescer e medrar à sombra da Universidade.

A Universidade nada perderia, diziam, ia até aumentar; mas começavam por tirar-lhe o Colégio das Artes...

Falava-se até em fundar mais universidades.

Era uma questão velha: fôra levantada pelos lentes que, para ficar em Lisboa onde achavam mais fáceis meios de se manter, tinham escrito a D. João III *que muito proveito sera a seus Reinos aver hi duas universidades, pois em outros ha muitas mais.*

E ninguem pensava no que tinha custado a encontrar os primeiros professores para a Universidade de Coimbra. ¿Onde ir buscar agora professores para duas universidades, se nem para a de Coimbra havia que bastassem?

Os professores regiam mal e fora dos estatutos; faltavam frequentemente, trocavam as horas de regência das cadeiras e faziam-se substituir por outros sem autorização do reitor ou voto do conselho das faculdades.

A autorização do conselho ou do reitor era fácil de obter e, quando faltava, o lente partia para Lisboa e voltava de lá armado com uma provisão régia que tudo resolvia a seu favor.

Faltavam os professores, o conselho universitário descontava-os e mandava lavrar das suas decisões nos livros de registo, graves assentos que o secretário Diogo de Azevedo escrevia e assinava, sabendo antecipadamente que só serviriam para o obrigarem mais tarde a fazer a retificação que tudo mandava pagar *por provisão de sua alteza.*

E assim andavam sempre os lentes a caminho de Lisboa, uns chamados para consulta pelo seu saber, outros a tratar dos seus interêses

com o escrúpulo que nisso tinham os professores do Renascimento e que tanto dificultava a vida das universidades.

As precedências, a antiguidade dos graus, que tão subtilmente defendiam doutores ou mestres em artes, não eram ciosamente disputadas pela honraria, mas sim pelo direito que davam a aumento de salário.

Pedro Nunes, esse andava sempre a correr para Lisboa. A Universidade mandava-o descontar. E êle trazia sempre, ao voltar, uma provisão régia que tudo lhe mandava pagar pelas rendas da Universidade.

E a Universidade pagava.

Neste ano de 1556, se fôra êle para a côrte a 21 de maio e por lá se ficara, recebendo os dois meses da terça Pedro de Sousa, que por êle regera. A 21 de julho, reunia o conselho e os bedeis apresentavam-lhe a nota das faltas dos lentes naquela derradeira terça. A Universidade mandava pagar a Pedro de Sousa, substituto autorizado e no termo que disso se lavrava fazia escrever: *pero nunez não auera cousa algũa de todo o tẽpo q̃ asi foi ausente.*

No dia immediato chegava Pedro Nunes, apresentava provisão real que lhe mandava pagar os dois meses que andara na côrte, contanto que regesse os dois meses de férias.

E Diogo de Azevedo tinha de inutilizar o assento que fizera em tão boa letra, destacado para se ver bem, e aproveitava o espaço que deixara para escrever, em linhas apertadas e tortas, a nota que mandava pagar logo a Pedro Nunes, pois êle dizia que ia reger.

Isto no fim do ano lectivo de 1556 a 1557. Pois logo na segunda terça, a de Páscoa, do ano immediato, se apresentava êle ao reitor com uma carta escrita por Pantaleão Rebelo em que el-rei mandava *q̃ tanto q̃ aquella vise se fosse a elle.*

Afonso de Prado lia a carta, aceitava o substituto que êle propunha, para não perder o direito às duas terças do ordenado enquanto andasse por fora, mandava-o *com a benção de Deus* à chamada do rei e fazia lavrar o auto:

*para o d. pº nunez hiir a corte
e q̃ pº de sousa lea em sua ausẽcia*

«Aos vinte e tres dias do mes de feur de jbc^{1ª} e sete nas pousadas do sor Reitor o doutor aº do prado em sua presença apresentou ho doutor pº nunez cosmographo mor hũa carta q̃ lhe el Rei nosso sor escreuia *por q̃ lhe mãdaua q̃ tanto q̃ aquella vise se fosse a elle por q̃ cõpria a seu seruiço falar cõ elle çertas cousas e a carta era escrita*

por pantalian Rabello ao XIX [?] de feur^o deste ano pedindo elle dito doutor a elle s^{or} Reitor lhe dese l^{ca} para hir ao mandado de S. A. e para leer em seu lugar apresentou ao m^{tre} p^o de souza para lhe serẽ cõtadas as duas partes cõforme ao q̃ os estatutos ordenão e elle s^{or} Reitor dise q̃ fose cõm a benção D^{eos}. ao chamado de S. A. e aceitou ho apresentado pa leer em sua ausençia dj^o daz^{do} o escreui».

Diogo de Azevedo não estranhava já. Todos os anos tinha, pela primavera, de escrever o mesmo auto. Quando começava a animar-se a Ribeira em Lisboa pelo aparelhar das naus que partiam para os países distantes, era chamado o cosmógrafo mor para em tudo entender e dirigir.

Quando chegou o julgamento das multas da terça de Páscoa, que neste ano começara a 10 de janeiro e acabava a 20 de abril, limitou-se a escrever:

Mathematicas

«o doutor p^o nunez cosmographo mor se partio pa a corte chamado del Rei noso s^{or} aos dezoito de feur^o deste año e o mestre p^o de souza lee por Elle desdos vinte e hũ do dito mes».

Esperava Diogo de Azevedo que a seu tempo chegaria Pedro Nunes que o reitor mandara com a bênção de Deus.

Pedro Nunes voltou em 10 de dezembro de 1557 e apresentou nova carta de el-rei que, desta vez, o mandava ficar em Lisboa três ou quatro anos para pôr em ordem as cousas que convinham ao bem das navegações, provimento das cartas de marear e exame de mestres e pilotos, ficando a Universidade obrigada a pagar-lhe, em cada um dos quatro anos, que estivesse ausente, oitenta mil reis, sem êle ter por isso de provar que estivera occupado nesse serviço.

A Universidade atribuiu a exigência da rainha aos seus letrados, que a enganavam quando lhe afirmavam que o rei, por ser protector dela, podia dispor da sua fazenda sem lhe pedir consentimento, porque isso era contra os estatutos e bulas dos santos padres; mas mandou pagar, escrevendo à rainha que o fazia por bem a servir e porque a mercê era bem empregada em Pedro Nunes; mas que considerasse que a Universidade não tem obrigação a pagar a semilhanes Lentas, estando ellez no serriço do Reyno, e mais por tanto tempo em que parece que se prejudica muito a ordem, e Regimento das escollas por semilhanes cadeiras se lerem por sustitutos, e se pagarem os ordenados por inteiro, e por outras razões muitas, que se hy praticarão.

Mas não antecipemos.

O ano de 1555 fôra de rude invernã e cheias grandes no Mondego que haviam destruído as cearas. Havia falta de pão em todo o país. A cidade e a Universidade, constando-lhe que a Lisboa haviam chegado muitos navios de pão, mandaram pedir a el-rei que mandasse alguns a Coimbra. Para isso reuniu o conselho a 6 de fevereiro de 1556.

No mesmo conselho se resolvia que o pão dos celeiros das rendas que a Universidade recebera ou tinha a receber, ao redor de Coimbra, se mandasse trazer para se dar às padeiras da Universidade, aos lentos, funcionários dela, e aos estudantes.

Não se ouviam senão desgraças e lamentações.

Nos fins de dezembro de 1555 chegava notícia a Coimbra de que na costa do Lourçal, couto da Universidade, naufragara uma nau castelhana que vinha do Perú com muita prata e ouro e que o juiz de Lavos, o de Montemór e o almoxarife da cidade de Coimbra tinham ido áquela praia e haviam arrecadado parte do que tinham os juiz e vereadores do couto do Lourçal.

Temia-se a Universidade de que a prata e o ouro que poderiam valer quinze ou vinte mil cruzados, por se acharem em mãos de pessoas pobres e pouco abonadas, desaparecessem e determinaram por isso que o seu conservador fosse ao dito couto e fizesse tudo para que a dita fazenda se não perdesse e ficasse segura para se restituir a quem pertencesse, ou se fazer o que el-rei mandasse, recolhendo tudo a Coimbra e depositando-o em mãos abonadas e seguras.

Não tão seguras como as de D. Diogo de Menezes, que nas suas mãos tinha algum ouro e prata e se julgava, mandavam escrever indignados os do concelho, com direito a êles por *comer as Rendas do dito Couto cõtra vontade da dita Universidade...*

Mandaram citar o juiz de Montemór diante do corregedor de Coimbra pelos cincoenta cruzados de pena por se intrometer na jurisdição cível da Universidade, e tomar a prata e ouro que levava a depositar em Montemor.

A Universidade, receiando que o conservador não tivesse o bom acolhimento que naturalmente pedia causa de tanta justiça, recomendava que o conservador fosse a fazer aquelas diligências *bem acompanhada cõ Seus officiaes como cõpre a autoridade do dito ofício.*

E não eram só os grandes que mostravam pouca consideração pela Universidade. Os do mosteiro de Santa Cruz diziam que os professores da Universidade que neles iam reger teologia causavam turvação no mosteiro e serviam-se de palavras, que já haviam esquecido, do reformador Brás de Barros para pedir que fossem livres do encargo de os ouvir, porque de lhes pagar se livrou a contento a Universidade.

Faltavam até nos doutoramentos, que se faziam no mosteiro, com os assentos de madeira, que de princípio se haviam feito, com o pretexto de que haviam acabado de velhos, e sujeitavam assim os lentes a sentar-se em cadeiras ricas, é certo, mas sem a gravidade e nobreza dos antigos bancos doutorais.

Na sala grande, os estudantes ocupavam os assentos altos em que só os lentes se podiam assentar, e faziam desacatos que a Universidade tentava reprimir com multas.

Os da cidade recomeçavam com a antiga animosidade. Levaria tempo a contar todos os vexames que, dia a dia, vinham à Universidade.

No meio de tanta tristeza, chegou por fim uma notícia alegre: vinha Baltazar de Faria visitar a Universidade e dar-lhe novos estatutos⁵.

Baltazar de Faria era um amigo. Por sua mão haviam corrido, quando embaixador em Roma, as negociações para contratar lentes para a Universidade.

Diogo de Azevedo, secretário da Universidade convivera então largamente com êle, mandado por D. João III à Itália a vêr se encurtava demoras por ser pessoa própria para bem entender esse negócio.

Fôra uma longa luta diplomática com Mariano Soccini, então disputado pelas maiores universidades, com micer Marco de Mantua, o jurisconsulto amador das grandes obras de arte de que vivia rodeado, André Alciato, o fino humanista amigo de Erasmo, Giulio Oradino, e nada se conseguira. Uns recusaram de princípio. Outros faltaram ao que haviam prometido.

Para a Universidade conseguira-se contratar apenas o doutor Fábio Arcas, que professava então na Universidade de Ingolstadt e que, contava-se agora tristemente, dois anos antes morrera com desgostos que tivera de invejosos que procuravam deitá-lo fora da Universidade, deixando uma boa livraria com alguns livros de leis que nunca tinham vindo a Coimbra, e o doutor Ascânio Escoto, que ainda vivia.

A 19 de fevereiro de 1556 reunia o conselho para o reitor Afonso do Prado apresentar aos lentes, deputados e conselheiros Baltazar de Faria que vinha, no dizer da carta regia que foi lida pelo escrivão do conselho, prover e entender algumas cousas que cumpriam ao bom govêrno da Universidade.

Pela provisão que em seguida se leu mandava D. João III que Baltazar de Faria precedesse o reitor, nos conselhos, autos públicos e exames privados, e em todas as cousas da Universidade cujos funcionários deveriam obedecer-lhe e cumprir os seus mandados.

O reitor começou a responder-lhe, afirmando que a Universidade beijava as mãos de el-rei pela mercê que a todos em geral e a cada

um em especial fizera, mandando-a visitar por pessoa tão qualificada por sua fidalguia e honrados negócios em que tinha entendido, negociara e acabara com prudência e bom sucesso que a todos dava a esperança de que levaria a nova comissão a cabo com serviço de Deus e de sua alteza e proveito da Universidade.

A 27 de fevereiro, reunia de novo o conselho e Baltazar de Faria pedia que todos em particular lhe dessem por apontamentos secretos os avisos que lhes parecessem necessários para o bom regimento das escolas, fazenda e justiça. Resolvia-se além disso que cada uma das faculdades elegeisse duas pessoas de sã consciência, prudentes e experimentadas para assistirem Baltazar de Faria naquela visitação.

Reuniram em separado os conselhos das faculdades com a presença do reitor Afonso do Prado a 3 de março para nomear os que deveriam assistir com Baltazar de Faria na revista dos estatutos⁵.

Ao conselho de Teologia assistiram os doutores Marcos Romeiro, fr. Martinho de Ledesma e Álvaro da Fonseca, e foram nomeados o doutor Marcos Romeiro e fr. Martinho de Ledesma.

No de Cânones apareceram João de Morgoveio, James de Morais, Gaspar Gonçalves, Belchior Cornejo, Manuel Veloso, Luis de Castro Pacheco, Simão de Sá Pereira, Diogo Pereira, André Vaz, Luís Afonso, Martim Salvador de Aspilcueta Navarro, Francisco Fernandes, D. António de Menezes e Jorge Lião, saindo eleitos os doutores João de Morgoveio e Gaspar Gonçalves.

No conselho da faculdade de Leis estiveram: Manuel da Costa, Aires Pinhel, António Vaz Castelo, Jerónimo Pereira, Rui Lopes, Jorge Henriques e Álvaro Vaz, e foram eleitos Manuel da Costa e Aires Pinhel.

No de Medicina compareceram Rodrigo Reinoso, Pedro Nunes, Tomás Rodrigues, Cosme Lopes, Diogo de Contreiras, Antonio Lopes e Francisco Lopes de Morais, ficando eleitos Pedro Nunes e Tomás Rodrigues.

Pelas Artes vieram os mestres Inácio de Morais e Diogo de Gouveia.

Baltazar de Faria assistiu ao conselho de 22 de fevereiro apresentando a provisão real que mandava que, o tempo que estivesse na Universidade, fizesse pôr por vagas as duas catedrilhas de Cânones e as duas de Leis, e que os estudantes não votassem nelas sem embargo dos estatutos que o contrário dispunham, e que votassem nas ditas cadeiras sómente o reitor, lentes, deputados e conselheiros, e os graduados em Cânones e Leis, e que Baltazar de Faria presidisse e tivesse voto na provisão dessas cadeiras.

Temeram-se os doutores da novidade e do alvoroço que isso po-

deria ter entre os estudantes e resolveram prudentemente que, quanto ao que se mandava sôbre o votar, *se não pubricase senão dous ou tres dias antes da primeira lição*, cobrindo-se com a desculpa vaga de assim *se escusarẽ sobornos e outros emconueniẽtes*.

A 14 de março, em conselho, se entregou a cadeira vaga de Cânones ao doutor Luís de Castro por ninguem mais se haver oposto a ela e serem tão conhecidas suas letras e suficiẽcia, sendo nomeado para a de véspera da mesma faculdade *ad rotos audientium* Simão de Sá, e, como substituto da cadeira de teologia do doutor mestre Álvaro da Fonseca, o mestre Pedro Leitão que aquêle propunha.

A 18 de março, apareceu outra vez Baltazar de Faria em conselho e juntamente com o reitor nomeava para a cadeira de Instituta a Manuel de Aguiar, o único que a ela concorreu, encomendando-se na mesma ocasião a substituição da cadeira de Código ao doutor António Vaz Castelo, e dando por vaga a cadeira de Digesto Velho.

No conselho de 22 de março, a que assistia Baltazar de Faria, se entregava a cadeira de Instituta da tarde ao doutor Álvaro Vaz.

A 23 de março, novo conselho em que Baltazar de Faria e o reitor mandavam entregar a substituição da cadeira de Digesto Velho a Fernão Cerveira que a ela concorrera com Pedro Barbosa.

A 27 de junho de 1556, assistia Baltazar de Faria ao concurso em que Simão de Sá foi nomeado lente para a cadeira que fôra de James de Morais.

A visitação de Baltazar de Faria passou sempre num cerimonial de côrte, na rigorosa etiqueta do renascimento de que a Universidade era ciosa e que originava os continuos processos em que andavam os lentes, discutindo antiguidades e preferências. Não havia acto, religioso mesmo que fosse, que não se prestasse a cada um querer mostrar que mais valia do que o lugar que lhe davam. Para a procissão do Natal, fôra necessário reunir, nesse ano, conselho para cada um declarar de véspera que aceitava o lugar que lhe marcassem ou fosse vara de pálio, ou tocha, ou vara para reger a procissão, por forma a não se encontrar no dia imediato embaraço, que a demorasse, na vaidade dos lentes, deputados e conselheiros.

Por isso Baltazar de Faria, logo no segundo conselho a que assistiu, se viu obrigado a não admitir nêle, apesar da grande autoridade que lhes dava a sua alta situação universitária, os doutores João de Morgoveio, lente de prima de Cânones, e Manuel da Costa, lente de prima de Leis, para se não tomarem os dois de razões, discutindo inconvenientemente preferências diante do legado de el-rei que nelas não queria ser ouvido.

E assim foram afastados dos conselhos, até se terminar a causa

das preferências que entre elles se tratava, os dois professores, cuja autoridade mais tarde as faculdades respectivas reconheciam, nomeando-os para colaborar com Baltazar de Faria na reforma da Universidade.

Este mal das preferências dava nos mais sensatos. Até Pedro Nunes, sempre tão preocupado com altos problemas, era dos mais melindrosos, quando lhe punham em dúvida a antiguidade dos graus.

Pedro Nunes de cuja larga experiência e sã conselho se lembravam os maiores capitães dos mares da Índia quando encontravam dificuldades no exame dos astros em que o cosmógrafo-mór lia, como em livro aberto... Lembravam-se da terra amada, de Lisboa e da Ribeira das Naus em que o cosmógrafo passava, quando se preparavam as caravelas para viagem, examinando pilotos, vendo o aparelhar das naus e intendendo em todas as cousas que pertenciam à navegação e então, com saúde, escreviam no livro de bordo a dificuldade que encontravam, deixando-a ali a Pedro Nunes para que a resolvesse, quando de novo chegassem elles ou novas suas a Portugal.

Pois até Pedro Nunes discutia preferências e trouxera questão acesa sôbre a antiguidade dos graus com o velho Afonso do Prado!...

Antiguidades e suspeições eram matéria constante de discussão nos conselhos universitários.

Baltazar de Faria pediu sôbre tudo apontamentos secretos a lentes e estudantes, apesar de começar por tirar a estes o direito de votar nas nomeações de alguns professores. Queria informar-se e para si deixava o cuidado de resolver.

Nos conselhos, a que Baltazar de Faria assistia, só elle propunha; os lentes aceitavam. Tudo se passava dentro do mais rigoroso protocolo, e o reitor e Baltazar de Faria andavam em competência na troca, como dizem os documentos da época, de mui corteses e atentas palavras.

Baltazar de Faria era um diplomata afamado. A que viria? Não o sabiam ao certo os da Universidade, mas desconfiavam de tanto favor de el-rei. Começaram por isso de pôr-se a caminho de Lisboa a tratar directamente, na côrte, dos seus interesses.

A isso quis acudir D. João III com uma carta em que mandava que os lentes não fossem à côrte até se não ir Baltazar de Faria, porque sem informação dêle não daria despacho a nenhum, e, mais tarde, enviava outra, lida em conselho de 4 de julho, em que proibia que mesmo depois da ida de Baltazar de Faria fossem os lentes à côrte, senão que tendo alguma cousa que requerer dessem seus apontamentos ao dito Baltazar de Faria, que elle os veria e despacharia como fosse do seu serviço. A 21 de julho mandava aos lentes, deputados

e conselheiros que notificassem aos lentes que não fossem à côrte em quanto não fosse Baltazar de Faria porque só com êle entenderia das cousas da Universidade e nada faria sem sua informação.

Baltazar de Faria demorou sete meses na visitação da Universidade, assistindo a alguns concursos e conselhos procurando orientar-se tanto pelo que lhe diziam como pelo que podia observar. A 1 de setembro reuniu o conselho mór para êle se despedir, na aula de Cânones, e assistiram já Morgoveio e Manuel da Costa, cuja questão tinha terminado.

Começou Baltazar de Faria confessando que não tinha podido fazer pela Universidade tudo o que desejava, mas que se oferecia para tratar diante do rei dos interesses tanto das pessoas da Universidade, como desta, cuja honra, acrescentamento e conservação procuraria sempre.

O reitor agradeceu, dizendo que por meio dêle, Baltazar de Faria, esperavam toda a protecção para a Universidade *com muitos favores para as pessoas que nela serviam el-rei*, que se lembrasse do que lhes prometia porque *os deixava cõsolados*. Às dúvidas, que parecia haver nas palavras cautelosas do reitor, respondeu estomagado Baltazar de Faria que esperava em Deus fazer mais do que prometia.

A isto responderam os lentes indo beijar-lhe as mãos.

Baltazar de Faria prometeu tudo: novos estatutos, conservação de privilégios, açougues, colégios, obras onde fosse necessário, e foi pedindo que a Universidade cedesse na pessoa do rei igrejas e vigairias para as tirar do poder do papa.

Estranharam os lentes êste comêço de *benefícios*, e desconfiados, nomearam os doutores Morgoveio, lente de prima de Cânones, e Aires Pinhel, lente de véspera de Leis, para escreverem com todas as cautelas legais o termo de renúncia nas mãos de el-rei, se êste se obrigasse a prover igrejas e vigairias em pessoas da Universidade por ela nomeadas segundo os estatutos.

Foi-se Baltazar de Faria, ia passando tempo e os que a êle tinham entregado os seus negócios, não lhes encontravam deferimento.

Se uns viam tudo com tão carregadas côres, para outros tudo era côr de rosa e faziam notar que nunca a Universidade estivera em tão próspero estado e apontavam para os edificios que por toda a Coimbra se levantavam para colégios e estudos, citavam as promessas de Baltazar de Faria, que anunciava novas instalações universitárias, falavam no cuidado com que D. João III provera a cadeira de Música, restaurara o ensino do Grego na Universidade e criara agora a cadeira de Anatomia na faculdade de Medicina e a entregara a um dos anatómicos mais falados da Espanha.

Mas não calavam os outros que o que viam era a Companhia levar

o Colégio das Artes e não ter fôrça na Universidade quem não tivesse favor na côrte, havendo de acabar tudo por os lentes melhores ficarem em Lisboa ⁶. Se êles pudessem advinhar que haviam de ser obrigados a ir fazer concursos a Lisboa para se fazerem com justiça longe dos tumultos escolares... ⁷

NOTAS E DOCUMENTOS

¹ O *vexame*, a que se refere o documento que a seguir publicamos, era um antigo costume do cerimonial dos doutoramentos, que se encontra já nos estatutos de D. Manuel. Depois da oração em que eram exaltados os méritos do doutorando, levantava-se outro orador que tinha por obrigação fazer notar alegremente alguns defeitos do candidato, *que não fossem de sentir*. Era uma das precauções que os estatutos tomavam para que o doutoramento conservasse desde o princípio ao fim um ar de continuada alegria, como acto, que era, de festa académica. O doutorando era por isso obrigado a apresentar-se sorrindo, para que ninguém pudesse pôr em dúvida a sua alegria, a caminhar como quem tinha vontade de pular.

O *vexame* era, na essência, um discurso cómico que todos aplaudiam, e todos ouviam a rir. E os escolares riam mais e mais alto que os outros. Era a sua ocasião de entrar na festa, rindo ruidosamente, aplaudindo ou reprovando o que, a rir, se censurava ao candidato—algun passeio fora de horas pelas ruas escuras e apertadas de Coimbra a fugir ao meirinho da Universidade e aos seus homens, aventura de amor, episódio de tavolagem, segredos da vida académica que muitas vezes os lentes nem mesmo mais tarde vinham a conhecer, cousas que só entre estudantes corriam, a que só eles achavam graça, de que só eles sabiam rir.

Os lentes começavam por isso a furtar-se a fazer o vexame que gradualmente passou às mãos de pessoas sem categoria, transformando-se então em verdadeiro escândalo. A isso quizeram obstar os reitores obrigando os padrinhos a fazer a oração do vexame, ou não admitindo a faze-la pessoa que o reitor primeiro para isso não aprovasse.

Mais tarde, o vexame passou de ironia alegre a humilhação, convertendo-se o doutoramento num acto de formalismo sêco, cuja significação tradicional ninguém sabia.

O sr. dr. Pedro Monteiro Castelo Branco, quando reitor da Universidade, introduziu neste acto o costume de se tocar o hino académico quando o novo doutor abraçava os mais antigos e ia ocupar o lugar que lhe pertencia nos doutorais.

E assim conseguiu comunicar ao doutoramento um pouco da alegria e enterrecimento dos primeiros tempos.

SOBRE OS VEXAMES E QUÊ NOS HADE FAZER

«Aos catorze dias do mes de dez^{ro} de jbc^{lta} e cinco años na çidade de Coimbra e salla dos paços del Rei noso Sõr sendo hi presente o Sõr doutor a^o do Prado Reitor | e o doutor frei martinho de ledesma e o d. mestre alur^o da fonseca e o d. y^o de morgo uejo e o d James de moraes e o. d. g.^{ar} gliz e o. d. belchior cornejo e o d. M.^{el} da Costa e o. d. ant^o vaz Castello e o d. Martim Saluador e o. d. Jero-

nimo p.^{ra} e. o. d. thomaz Roiz o L.^{do} Cosmé frz. dō Jorge dalmeida belchior do amaral p.^o barbosa g.^{ar} da costa | . djo Roiz bastiam de madureira y^o de figr.^{do} a^o de guimaraes. fr.^{co} Carlos. e a^o piz. lentes deputados e cōselhr.^{os} juntos e chamados a cōselho e cōselho faz.^{do} segundo seu costume | logo o dito Sōr Reitor propos q̄ o L.^{do} lopo da gama lhe Requeria q̄ lhe desē dia *para* se fazer doutor e q̄ avia duuida sobre o fazer do vexame q̄ cōforme aos estatuto (sic) auiam de fazer p.^{as} honRadas e da autoridade e segundo hū asento q̄ se fez *por* todas as faculdades o auiam de fazer os doutores padrinhos q̄ dam as insinias, e porq̄ sobre o fazer dos ditos vexames auia sempre diferença e os doutores padrinhos tinham peijo a o fazer especialm^{te} os canonistas e legistas q̄ suas *mceres* o praticasem e asentase o q̄ lhes melhor parecēse posto q̄ a elle parecera melhor por estar tam fresca a morte do Iff.^{te} dō luis q̄ deos aja e *aver* nouas certas q̄ el Rei noso Sor Estaua doente e tiuera febre | q̄ se dilatara o dito doutoram.^{to} | ate se saber da sua saude | senão fose *perjuizo* grande do dito doutorando | ou q̄ lhe parecia q̄ não fora emcōveniēte dar se o dito grao sem vexame | pois se não aviam de tanger tronbetas nē fazer festa algūa. pollas ditas Rezōes e q̄ poderia ficar a duuida *para* a determinar o doutor baltasar de faria q. S. a. mandaua visitar esta vniverSi.^{de} | e dando elle sōr Reitor algūs outros meios *para* se fazerem os ditos vexames cō menos perjuizo. das partes. e de maneira q̄ se cōprise o estatuto q̄ no caso fala | q̄ tudo se praticou. antre elles sōr Reitor e lētes e deputados miudam.^{te} e cōselhr.^{os} foi asentado | q̄ o dito | doutoram^{to} se dilate ate despois do natal q̄ em boa ora vira *para* emtretanto se saber da desposição e saude de. S. A. e quanto ao vexame foi asentado | q̄ se faça cōforme aos estatutos por p.^{as} honRadas e da autoridade | q̄ o doutorando buscara e contentara q̄ lho faça | o qual se apresentara a elle Sōr Reitor ou aos q̄ pollo tempo o forem. *para* verem se sam taes. e da qualidade q̄ o estatuto ordena | e sendo Elle Reitor cōtente da tal p.^a ser honRada e da autoridade fara o tal vexame | e o doutra maneira não. o q̄ de clarão q̄ asi asentaram. por se nam fazer o tal auto por p.^{as} baixas e infames. ||

preçisão |

no dito cōselho se asentou. q̄ segunda feira q̄ em boa ora vira faça a vniverSi.^{de} hūa preçisão polla saude de sua alteza q̄ hira da capella dos paços a santa cruz. e chamar se am as ordes e collegios. e cometerão a elle sōr Reitor q̄ a ordenase |

| sospeicoes

no dito cōselho apresentou o doutor M.^{el} da Costa chamçerel hūas. sospeicoēs q̄ intentou ant^o botelho estudāte a lopo Ribeiro escriuão dante o cōseruador e foi julgado q̄ lhe não era o dito lopo Ribeiro sospeito. de q̄ se fez sentēça nos ditos autos em q̄ elle Sōr Reitor e chamcerel asinarão e eu djo daz.^{do} o escreui[»] ¹.

² Estas festas estāo miūdamente narradas, num diário interessante, por D. Marcos da Cruz, podendo ler-se no manuscrito sōbre que o sr. dr. Augusto Mendes Simões de Castro publica, no último número do *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade*, um interessante artigo com a erudição, segurança de informação e prudência de afirmações que caracterizam a obra do erudito arqueólogo, tão respeitado e estimado de todos.

Admite o meu velho amigo que o manuscrito da Biblioteca da Universidade possa ser o mesmo que Barbosa Machado diz ter visto no cartório do convento de S. Vicente de Fora. Não pensamos assim. No cartório do convento de S. Vicente de Fora deveria estar o original de D. Marcos da Cruz que para êle o fizera.

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 2, fls. 305, 305 v.^o e 306.

O exemplar visto por Barbosa Machado era em dois volumes; o da Biblioteca da Universidade num só. A cópia da Biblioteca da Universidade foi feita por duas pessoas: uma escreveu a primeira parte, outra a segunda, corrigiu o texto e preparou-o para ser encadernado.

Ora na primeira parte, a mais antiga portanto, há, da mesma letra do texto, uma referência ao ano de 1742. E Barbosa Machado viu o exemplar que cita em 1740.

O exemplar tem o ex-libris — *Da Academia Pontificia*. Julgamos tratar-se da *Academia Liturgica*, instalada no mosteiro de Santa Cruz e que tinha os seus livros na livraria do mosteiro.

Num dos catálogos dos *manuscritos* do mosteiro, existente na Biblioteca da Universidade, e faço notar que me não quero referir aos catálogos dos seus livros de que publico em outra parte um estudo, nesse catálogo encontrei a fls. 5, 5 v.º e 6 a nota que transcrevo:

«Codex VIII

«Chartauus in fol. 537 foliis constans caractere sæculi præteriti exaratus. Comprehendit 1.º Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vincentii Vlisbonæ. Incip. A quo, vel quando, seu qualiter fundatum... expl. Est constructum in anno 1148 ab Incarnatione D. N. J. Xpi, qui est benedictus in sæcula. Amen.

«2.º Memoriale foundationis ejusdem Monasterii S. Vincentii Successionis Prælatorum ejus, et plurium quæ eo tempore attegerunt. Duobus constat tomis. In tomo primo, qui 262 fol. habet, ea describuntur, quæ ad Ulisipponis foundationem, antiquitatem, Hispaniæ multiplex gubernum, Romanorum Pontificum successionem, diversorum Ordinum Canonicorum Regularium institutionem, omnia ad instar Annalium, donec tandem aliquando propositæ historiæ filum natit Auctor D. Marcus a Cruce Can. Reg. qui fatis cessit 1628. Incip. Epistola nuncupatoria ad R. P. D. Michaelem a S. Augustino ejusdem Monasterii Prioris — Inda que este argumento e empreza, outra pena, e partes pedía... Exp. e onde melhor se poderaõ encobrir minhas faltas. Nosso Sñr G.º de a V. P.º Deste Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em o primeiro de Mayo do anno do Senhor de 1626

Servo e filho de V. R.ª

D. Marcos da Cruz.

«Tomus secundus altera manu exaratus foliis constans 268 continet Catalogum Priorum dicti monasterii cum iis, quæ tempore Prioratus uniuscujusque, sunt memoriæ digniora ad annum 1663 usque quæ autem ab anno 1626 et deinde scriptæ sunt, penitus ignoro auctorem».

Comparando êste texto com o manuscrito ou com o artigo do sr. dr. Augusto Mendes Simões de Castro, vê-se que se trata do mesmo exemplar.

Concluo por isso que o manuscrito é uma cópia, diferente do exemplar visto por Barbosa Machado e que pertenceu à *Academia Liturgica* do mosteiro de Santa Cruz.

³ É absolutamente inédito êste episódio da vida do mestre João Fernandes. Não publico o documento para não avolumar de mais a parte documental dêste trabalho. Espero porêem publicá-lo em breve junto com outros, num estudo histórico que, há muito, tenho preparado sobre as relações da cidade de Coimbra com a sua Universidade.

⁴ É também inédita esta parte da vida universitária. O sr. dr. Teófilo Braga teve apenas conhecimento da consulta feita por D. João III ao bispo de Coimbra D. João Soares e com espírito crítico superior relacionou-a com a censura do parlamento francês e a reacção que se levantara na Universidade parisiense contra o engrandecimento da Companhia de Jesus.

Os documentos que vão seguir-se são longos mas inéditos e veem corroborar as ideias do sr. dr. Teófilo Braga com mais um facto desconhecido, de valor essencial para a história da Universidade.

A frase da acta do conselho de 23 de setembro *q̄ em boa ora virá*, referindo-se à semana para que se marca novo conselho, é bem significativa. Esta fórmula era habitualmente usada nas referências a sucessos futuros, mas encontra-se de preferência quando a ocasião em que se pronuncia é de graves apreensões pelo acontecimento que marca, ou de desgraça presente. O mesmo significado tem a bênção de Deus com que, nos documentos antigos, se *houve* ou manda alguém. São fórmulas de pedir a intervenção da Providência para afastar a desgraça.

«Aos vinte e tres dias do mes de Setembro de jbc lta e cinco años. na çidade de Coimbra e Salla dos paços del Rei nosso Sõr sendo hi presente o Sor doutor Marcos Romeiro vice Reitor *por* comissão do padre frei djo de murça Reitor cõ o doutor yº de morgo vejo e o d. James de moraes e o d. luis de crasto pacheco e o. d. belchior Cornejo e o d. aluro vaz e o. d. hieronimo pra de saa e o. d. R.º de Reinoso e o. d. thomas Roiz e o brẽl Mel daguiar e o mtre ambrosio nunez e dõ Jorge dataide e o mestre andre gomez e gomez da Cunha e djo luis e Mel fr.º e anto gaspar lãtes deputados e cõselhr.ºs Juntos e chamados a cõselho e cõselho fazendo segundo seu costume loguo Eu escriuãolij em sua presença hua carta dEl Rei noso Sõr q̄ os Collegiaes da Companhia de Jhu apresentarão. aos vinte e hũ dias deste dito mes. no cõselho de deputados e cõselhr.ºs q̄ por vir derigida *para* os lentes deputados e cõselhr.ºs se deferio *para* este cõselho por lhe pertencer o cto della. e ouuindo o q̄ S. A. nella mandaua q̄ era emcomendar aa dita vniversidade q̄ pasasse sua certidão em abonação da Cõpanhia dos yrmãos della de quam virtuosamte uiuem e o proueito q̄ fazem ha Republica destes Reinos asi espiritual como temporal cõ ho emxemplo de sua vida e costumes. pregacões e cõfissões e v.º a grauidade do caso e como se requeria serẽ presentes todos os lentes deputados e cõselhr.ºs *para* darẽ o despacho q̄ se Requeria em tal negocio | e por não ser presente todo o numero q̄ se Requere *pa* cõselho mor cõforme aos estatutos q̄ ao menos ande ser vinte e quatro | asẽtarão q̄ esta Causa se deferise *para* a primeira Sẽmana leitua do mes doutubro q̄ em boa ora vira da qual asinara o Sõr Reitor o dia q̄ lhe bem parecer no qual se dara asento a este negoçio Como S. A. por sua Carta manda | djo dazdo o spvi

Marcos Romeiro
diogo dazdo Coutinho» ¹.

SOBRE OS COLLEGIAES DE JHU | CONSER
UADOR | ROCHA | ALMOTACEIS | FEIRA

«Aos dez dias do mes doutubro de jbc lta e cinco año | na çidade de Coimbra e salla dos paços del Rei noso sõr. sendo hi presente o doutor Marcos Romeiro

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 2, fl. 363 e 363 v.º

viçe Reitor *por* comissão do padre frei djo de murça Reitor e o doutor frei martinho de ledesma e o doutor aluro da fonseca q̄ foi eleito em lugar do doutor prado e o doutor R^o de Reinoso e o doutor p^o nunez e gomez da Cunha e M^{el} daguiar e anbrozio nunez e djo Roiz q̄ foi eleito em ausencia de djo de paiua e yllario moreira q̄ foi eleito em lugar de Cosme frz e a^o piz q̄ foi eleito em lugar do doutor Simão de Saa e frco miz q̄ foi eleito em lugar do doutor frco lopez e dom Jorge dataide e djo luis e M^{el} frco e anto gaspar | deputados e cōselhr^{os}. Juntos e chamados a cōselho e cōselho faz^{do} seg^{do} seu costume | logo hi se asentou q̄ se chame cōselho pleno *para* se dar asento sobre a carta q̄ El Rei nosso sōr manda sobre a certidão q̄ Requerē os collegiaes de Jhu e q̄ o sōr Reitor asine o dia do cōselho q̄ lhe bem pa-reçer

no dito cōselho lij eu escriuão por mandado delle sōr doutor Marcos Romeiro hũa carta de. S. alteza em q̄ responde a outra carta q̄ lhe este cōselho escreueo sobre o falecim^{to} do doutor garcia de Carualho Cōseruador e sobre a eleição do L^{do} diogo machado q̄ serue de cōseruador | e. S. alteza manda q̄ elle sirua o dito carregio ate o Elle prouer — e foi aceitada a dita Carta e mandouse cōprir como se nella cō-tem,

no dito cōselho apresentou cristouão da Rocha escriuão dante o dito cōseruador hũa prouisão de. S. A. em q̄ lhe faz *merce* do dito officio p^a hũ f.^o ou f^a qual elle no-mear sendo auto *para* iso ou *para* a p^a q̄ casar cō algũa f^a sua | e foi aceitada a dita prouisão e mandou se coprir como se nella cōtem. e q̄ eu escriuão a Registe no liuro dos Registos

no dito cōselho forão elleitos por almotaçeis *para* seruirem os meses doutubro e nouẽbro o doutor andre vaz. e o L^{do} M^{el} daguiar e logo M^{el} daguiar Recebeu Jura-ram^{to} de bem seruir o dito Carregio cōforme a seu Regim.^{to} e o dito doutor andre vaz recebera Juram^{to} diante do sōr Reitor |

no dito cōselho se asẽtou q̄ se apregoe na feira q̄ não se de carne caça fruita e ou-tras Cousas desta qualidade ate as noue oras de polla minhã senão aos lentes. dou-tores e p.^{as} da Uniuers.^{de} e da dita ora em diante se podera vender as p.^{as} da çidade | e as mais q̄ uierẽ a dita feira e emcarregarão aos almotaceis q̄ ao presẽte são e ao diante forem | q̄ tenham muj espeçial cuidado de não cōsentirẽ q̄ se vendão as ditas cousas na dita feira antes da dita ora senão ao Reitor lentes doutores e p.^{as} da vnivside por terẽ emformaçãõ q̄ as milhores cousas q̄ vem a dita feira leuãõ os offi-ciaes e p.^{as} da çidade | djo daz^{do} o escreui & Risquei da dita

Marcos Romeiro
diogo daz^{do} Coutinho» †.

SOBRE A CÕPANHIA DE JHU

«Aos quinze dias do mes doutubro de jbc l^{ta} e çinquo aõnos na çidade de Coim-bra e salla dos pacos del Rei noso Sōr sendo hi presente o Sōr doutor Marcos Ro-meiro | vice Reitor *por* comissão do Sōr frei djo de murça Reitor | e o doutor a^o do prado e o doutor aluro da fonseca e o doutor y^o de morgo vejo e o doutor James de moraes e o doutor belchior Cornejo e o doutor luis de Crasto e o doutor Simão de Saa p.^{ra} e o doutor andre vaz e o doutor p^o nunez e o doutor aluro vaz e o dou-tor djo vaz parada e o l^{do} Cosme frz e o m^{tre} dō Jorge dataide e o m^{tre} vicẽte fa-

† Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 2, fls. 274 v.^o, 275 e 275 v.^o

bricio e o mtre ambrosio nunez e o L.^{do} Mel daguiar e o brêl Mel frco e o brêl anto g.^{ar} lentes deputados e Cōselhros juntos e chamados a cōselho e cōselho faz^{do} segundo seu costume | logo em sua presença se tornou a leer a carta q̄ el Rei noso Sōr mandou a este cōselho em q̄ lhe manda q̄ pasê sua certidão. em abonação da Companhia de Jhu. e foi acordado q̄ se satisfaça ao q̄. S. A. manda é q̄ se lhe pase a çertidão asi como manda e na sua Carta ordena por ser notoria a virtude e bom em (sic) exemplo de vida e costumes dos yrmãos da dita Companhia e Cam Calificadas p.^a se Reçebem na dita Companhia e asentouse q̄ o doutor a.^o do prado e o doutor morgo vejo e o doutor belchior Cornejo | façam hũa carta para. S. A. em Reposta da sua e q̄ asi façam a certidão em latim a Emformação da Carta do dito Sōr porq̄ o q̄ nella se Relata he a verdade do q̄ se deve testificar acerca da dita cōpanhia e yrmãos della»².

Q̄ O DOUTOR PRADO SIRUA DE | REITOR | E SOBRE A CERTIDÃO | DA A |
BONAÇÃO DA CÕPANHIA CE JHU. E SOBRE | O ALMOTACEL | E OUTRAS COUSAS.

«Aos vinte e seis dias do mes doutubro de jbc^{lta} e cinco años. na çidade de Coimbra e salla dos paços del Rei noso sōr. sendo hi presente o doutor marcos Romeiro vice Reitor por comisão do padre frei djo de murça Reitor cō os lentes deputados e cōselhros da vniuerside desta dita çidade logo eu escriuão do Cōselho abaixo nomeado lij em voz alta q̄ todos ouvirão hũa prouisão del Rei nosso sōr q̄ vinha deregida ao dito padre Reitor lentes deputados e cōselhros em q̄ se cõtinha o dito sōr escusar ao dito padre do officio de Reitor por lho elle Requerer e polla cõfiança q̄ tinha do doutor a.^o do prado lête de prima de theologia o prouia do dito carrego de Reitor em quanto delle não prouese a outra p.^a e mandaua q̄ se metese de pose do dito Carrego de Reitor e lhe fose dado juram^{to} de bem seruir o dito Carrego | e vista a dita prouisão. foi por todos vnamiter Reçebida | e logo foi chamado o dito doutor a.^o do prado e o dito doutor marcos Romero lhe deu juram^{to} dos Santos evangelhos de bem seruir o dito Carrego | cõforme aos estatutos e elle Jurou de cunprir todo o q̄ no dito Regim^{to} do dito Juram.^{to} se cotem segundo sua possibilidade e logo se aleuantou o dito vice Reitor e lhe entregou a cadeira Reitoral en q̄ elle sōr doutor a.^o do prado se asentou e tomou pose do dito officio | faz^{do} cōselho e prouendo sobre as cousas da vniuerside e faz^{do} os mais autos por q̄ se aquire pose pello q̄ se ouue por emvestido e emposado do dito carrego | e asinou aqui de cõprir cō o juram^{to} q̄ Recebeo em quanto nelle for de q̄ forão test.^{as} o doutor y.^o de morgoueJo lente de pma de Canones e o dito doutor Marcos Romeiro e o doutor R.^o de Reinoso lente de pma de medecina e o doutor belchior CorneJo lente do decreto e o doutor alur.^o da fonseca e o doutor James de moraes. e o doutor p.^o nunez e o doutor luis de Crasto pacheco e o doutor thomas Roiz e dō Jorge dataide e outros srês lentes deputados e cōselhr.^{os} q̄ presêtes forão

«E logo no dito Cōselho se leo hũa carta q̄ a vniuersi.^{de} escreue a. S. A. em Reposta doutra sua q̄ lhe escreueo sobre o testimonho q̄ mandou q̄ a vniuersi.^{de} dese aos Yrmaos da Companhia de Jhũ. sobre aabonação da dita Cõpanhia asi mais se leo a çertidão em latim q̄ a vniuerside pasa sobre a dita abonação da dita cõpanhia asi mais se leo a çertidão em latim q̄ a vniuerside pasa sobre a dita abonação da dita cõpanhia | o q̄ tudo foi notado pollos srês doutor prado e o doutor y.^o de morgoueJo e o doutor belchior CorneJo q̄ para ello forão eleitos. e mandarão q̄ se dese

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 2, fls. 304 e 304 v.^o

aos ditos yrmãos a dita certidão e testemunho *para* se delle aproueitaré e foi acordado *para* autoridade delle q̄ a dita certidão e testemunho se pase so o sinal delle s̄or Reitor e de dous deputados e sello da vniversi.^{de}

«no dito cōselho pediu o doutor andre vaz q̄ foi eleito por almotacel q̄ lhe declarase este cōselho a Jurdição q̄ o cōseruador da dita vniversi.^{de} tem nas cousas q̄ tocam a almotacaria. e se ade conhecer sobre os almotaceis de primeira instancia ou da segunda e foi acordado q̄ o cōseruador não conheça das cousas da almotacaria senão de segunda instancia ou *por* via dagrauo ate se não verem os estatutos e se determinar o q̄ se no caso deue guardar. e o dito doutor andre vaz Jurou cōforme aos estatutos de bem seruir o dito Carrego |

«no dito Cōselho dise o doutor p̄o nunez q̄ elle pretendera preçeder neste cōselho e em todas as mais cousas a elle tocantes a elle sor doutor prado por ser mais antigo em grao. e q̄ o cōselho pasado da sua propria vontade cederá a elle sor doutor prado q̄ o preçedese e q̄ por dia de sam martinho se *aver* de fazer a eleição de deputados e Elle como mais antigo deuia assistir *co* o sor Reitor na mesa na eleição dos nouos deputados. pedia a elles sr̄es q̄ o pronunçasé e declarasem *para* ello | e por se sairé os létes e não ficar o numero *perfeito* de deputados e cōselhr.^{os} q̄ se Requere *para* determinar a causa não se tomou nello cōclusão e deferiose *para* o primeiro cōselho | dj^o daz.^{do} o escreui e Risquei | onde diz a qual Carta e de proceder|

alphōsus

a prado doctor

diogo daz^{do} coutinho¹.

⁵ Não está ainda bem claro o papel que Baltazar de Faria representou na visitação da Universidade. Os documentos mais importantes que sôbre ela achamos são os que abaixo indicamos dando relação sumária dos outros que se encontram no tomo segundo dos *Conselhos* e que cada um por as indicações que damos facilmente encontrará.

Esses documentos, além do interesse que teem sob o ponto particular que nos interessa, poderão ser estudados sob o do texto desconhecidos dos primeiros estatutos de D. João III. Por elles se vê que ao conselho mór se chamava também conselho pleno, e claustro. Daí a designação de claustro pleno que já encontrámos em Figueiroa e que é mais antiga do que nós mesmo muito tempo julgámos.

SOBRE O L.^{do} BALTASAR | DE FARIA. Q EL REI NOSO |
S̄OR MANDA VISITAR | ESTA VNIVERSI DE

«Aos dezenoue dias do mes de feuro de jhc lta e seis años na çidade de Coimbra e sala dos paços del Rei noso s̄or sendo hi presente o doutor a^o do prado Reitor desta vniversi^{de} cō os lentes deputados e cōselhr.^{os} della juntos e chamados a cōselho e cōselho faz^{do} espeçialm.^{te} *para* o caso de q̄ abaixo faz menção | logo hi apresentou o L.^{do} baltasar de faria do conselho del Rei noso s̄or. e seu desembargador do paço hũa carta de S. a. *para* o dito Reitor lentes deputados e conselhr.^{os} em q̄ lhes fazia asaber como elle mandaua ao dito L.^{do} baltasar de faria a visitar esta vniversidade e a prouer e emtender em alguas cousas q̄ cumprem ao bõ gouerno della seg^{do} traz por prouisos (sic) suas pello q̄ lhes mandaua e emcomendaua q̄ lhe desem emteiro credito a tudo hó q̄ de sua parte propuser e dizer e q̄ o cumpram e façam inteiram^{te}

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 2, fls. 276, 276 v.^o e 277, 277 v.^o

seg^{do} forma aas ditas prouisões e bem da dita vniverside a qual carta era escripta por Jorge da Costa e soscripta por M^{el} da Costa aos xxj de setembro de jbc l^{ta} e cinco

«E despois de eu escriuão do cōselho leer a dita carta Elle dito L^{do} baltasar de faria apresentou hũa prouisão do dito sor e no trelado de verbo ad verbū heo q̄ se segue |

«¶ Eu El Rei ffaço saber aos q̄ este meu alura virē q̄ eu mando ora o L^{do} balthasar de faria do meu conselho e meu desembargador do paço a visitar a vniversidade da cidade de Coimbra e emtender e prouer em algũas cousas q̄ cumprem ao bom gouerno da dita vniverside como leua per minhas prouisões o qual ey por bem q̄ chame a cōselho todas as uezes q̄ lhe parecer neçesario e q̄ presida nos conselhos e autos pp^{cos} e exames priuados q̄ se fizerē na dita vniversidade e em todallas outras cousas della e preçada em tudo o Reitor e asi lhe obedeção e cunprão emteiramte seus mandados em tudo o q̄ tocar aa dita vniversidade e gouerno della noteficoo asi ao Reitor lentes deputados e cōselhr.^{os} da dita vniversidade e aos officiaes e p.^{as} della e a quaesquer outros a que o conheçim^{to} desto pertencer e mando a todos em geral e a cada hũ em especial q̄ asi o cunpram e guardem posto q̄ este alur.^a não seia pasado polla chanceleria sem embargo da ordenação em contrario Jorge da Costa o fez em lix.^a a onze dias dotro (sic) de jbc l^{ta} e cinco M^{el} da Costa a fez escreuer Rej (?)

«E lida a dita prouisão em q̄ esta o sinal de sua alteza q̄ eu escriuão tornei a emtregar ao dito L^{do} balthasar de faria | o dito Reitor em nome de todo ho cōselho e vniversid^{de} dise q̄ beijauam as maos de S. a. polla singullar m.^{ce} q̄ a todos em geral e a cada hũ em espeçial lhes façia em mandar emtender e proueer sobre o gouerno da dita vniversid^{de} e mais por meio de hũa tam calificada pessoa como elle sōr L^{do} era por cuia fidalguia carrego e arduos e honrosos negoçios em q̄ tinha emtendido q̄ negoçiar e acabara cō muj^{ta} prudencia e bom suceso esperauam co ajuda de noso sor q̄ asi ho faria neste de tanto seruiço de dēos e de sua alteza e do bem e do proueito desta vniversi.^{de} q̄ de mujtos dias a esta parte esperaua por sua boa uinda e preguntando Elle Reitor se tinha sua merce. mais q̄ dizer lhe pedio licença para despois de saír todo ho coselho co elle se tornarē a iuntar para praticarē algũas cousas. q̄ fariam a bem de sua vinda | E tornando elle sōr L^{do} baltasar de faria a cōtinuar hũa pratica q̄ lhes primeiro fez | das causas q̄ mouerão a S. a. ao mandar visitar esta vniversi.^{de} mouido do bō zello e amor q̄ lhe tei e deseio de fazer merce. lhes pedio e encommendou a todos. q̄ cuidasem naquellas cousas q̄ fizesem e fosse neçesarias para o bom gouerno desta vniversidade e as apontasem por escrito e lhas dessem para se escolher o milhor e q̄ as mais prouisões q̄ trazia. e o q̄ mais lhe parece neçesario para esteefeito elle o comunicaria co elles noutros claustros e coselhos para os quaes os mandaria chamar | e aleuando se saio o Reitor e todos os lentes deputados e cōselhr.^{os} e o acōpanharão ate a porta da salla donde se dess pedio de todos.

«E logo o dito Reitor cō os ditos lentes deputados e cōselhr.^{os} se tornarão a seus assentos praticando na merce q. S. a. fazia a esta vniversi.^{de} em a mandar visitar e por tal p.^a de casta experiencia letras e virtude | asentarão q̄ logo se escreua hũa carta ao dito sor. em Resposta da q̄ escreueo a este cōselho beiiando lhe as mãos polla merce. q̄ a todos em geral e a cada hũ em espeçial fizera em o asi mandar e ordenar | e mandou se a mi escriuão q̄ da parte delle Reitor e cōselho disese a elle sōr baltasar de faria o mujto cōtentam^{to} q̄ tiueram por esta vniversi.^{de} de Reformar por seu meio | e q̄ asi asentarão de escreuer a sua alteza |

«Estando este cōselho junto antes da vinda delle sor baltasar de faria | apresentou o doutor M^{el} da Costa hũs autos de sospeiçoes q̄ intentou a lopo Ribeiro

escrivão dante o cõseruador e vistos os autos e a proua a elles dada e como se mostraua a mulher do meirinho do bpo. ser prima cõ ymaa da mulher do Recusado e o dito Recusante ter pasado maas palabras e de escandallo cõ o dito meirinho foi julgado q̄ o dito Recusado lopo Ribro era sospeito ao Recusãte e julgado asi por sentença q̄ a eu escrivão escreui nos ditos autos. Elle s̄or Reitor asinou. | djo daz.^{do} o spvi.

| doctor
prado Ror
diogo daz^{do} Coutinho»¹.

HO MODO Q SE ADE TER NA VISITAÇÃO | Q O L.^{do} BALTASAR DE FARIA DO CÕSELHO |
DEL REI NOSO S̄OR E SEU DESEMBARGADOR | DO PAÇO HA DE FAZER

«Aos vinte e sete dias do mes de feuro de jbc¹ta e seis años na çidade de Coimbra e salla dos paços del Rei noso S̄or. sendo hi presentes o s̄or. L.^{do} baltasar de faria do Conselho de sua alteza e seu desembargador do paço q̄ por seu mandado ora vem a visitar esta vniversidade e o sor doutor a^o do prado Reitor e os lentes deputados e cõselh.^{ros} e doutores e mestres em artes desta vniversidade q̄ elle sor baltasar de faria mandou chamar a coselho espeçialm^{te} para o caso seguinte, e juntos todos asi em claustro pleno | e não foram presentes. os doutores y^o de morgo veio lente de pma de canones. e o doutor M^{el} da Costa lēte de pma de leis, por lhes ter mandado o sor Reitor q̄ não fosse presentes, ate se não determinar a causa de preferencias q̄ antre elles se trata | logo em presença de todos propos elle s̄or L.^{do} baltasar de faria q̄ na primeira vez q̄ se achara neste cõselho não ouuera tempo para lhe dar mais particular conta q̄ mostrarlhe per prouisão de S. A. de como ho mandaua a esta vniversidade para a visitar e cõ seus pareceres lhe dar hũ asento q̄ sera para mi-lhor gouerno della | e q̄ agora para seguir a ordem q̄ sua alteza ordenara q̄ nesta visitação tiuese os ajuntara asi a todos elles sr̄es asi lentes como não lentes deputados e conselh^{ros} e mestres em artes para lhes emcomendar q̄ todos em particular lhe desem^{por} apontam^{tos} secretos os auisos q̄ lhe parecesem necessarios para o gouerno desta vniversidade asi para todo ho estado della como para o particular Regim^{to} das escollas faz^{da} e da just^a e q̄ para isto despois se apurar e alimpar era necessario asentarem, sese deuiam eleger algũas p.^{as} de toda a vniversidade ou das faculdades. para juntam^{te} co ele asestirem e quantas seriam e a que oras se polla minhãa ou a tarde | por quanto elle cõ fauor de noso S̄or. e boa ajuda das p.^{as} q̄ para ello forem eleitas queria logo entender neste negocio, q̄ esperaua acabar muj bem pollo sentir de todos elles sr̄es q̄ presentes estauam deseiarẽ Esta mesma Reformação para maior seruiço de d̄eos e de sua alteza bem e proueito desta vniversidade pollo q̄ lhes tornaua outra vez a pedir votasem sobre a maneira q̄ na reuista dos estatutos e apontam^{tos} q̄ sobre elles se desem se deuia ter | e votando seg^{do} seu costume foi polla maior parte asentado | q̄ o s̄or Reitor desde seg^{da} feira por diante dous dias de março ajunte cada hũa das cinco faculdades. theologia canones leis medeçina e artes, per si | e de cada hũa se eleiam duas p.^{as} de sãas cõçiencias prudentes e exprimẽtadas e esta eleiçãõ se fara per escrutinio. e as p.^{as} q̄ asi forem eleitas asistirãõ. cõ elle s̄or. L.^{do} baltasar de faria para tratarẽ. e asẽtarẽ as ditas cousas q̄ nesta visitação se deuẽ fazer e quanto ao tempo e oras em q̄ se hade emtender na dita Reformação se asẽtara despois das ditas p.^{as} eleitas |

¹ Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 2, fls. 308, 308 v.^o, 309, 309 v.^o e 310.

E declarado así o dito asento. elle dito s̄or L.^{do} baltasar de faria. lhes pedio q̄ quando em suas facultades se aiuntasem p^a a dita eleição | ellegesem aquellas p.^{as} q̄ em suas cōciências sentissem q̄ nesta Reformação podiam melhor seruir a dēos e a. S. A. e entender ho q̄ era mais proueitoso e neçesario. *para* o bom gouerno desta vniversi.^{de} e q̄ nisto não tuessem Respeitos de amizidades afeições nē odios senão q̄ saam^{te} e cō bon zello fizesem a dita eleição como se esperaua de tam graue collegio como era o seu q̄ muj^{to} folgara de ver de tantos e tao doutos p.^{as} | e o dito s̄or Reitor em nome de todo ho Collegio q̄ asi estaua junto. lhe teue em *merce* tello naquella cōta ofrezendo lhe sua vontade e deligençia e asi de todo ho dito Collegio q̄ o ajudariam cō todas suas forças de maneira q̄ elle fose cō ajuda de noso s̄or muj contente | deixando esta visitação aque vinha muj bem seruido, como fora de todas as cousas de muj^{to} credito e inportancia de q̄ o sēpre emcarregara neste Reino e em Roma donde o seruira de embaxador perto de doze años cuios negoçios acabara tam felicem.^{te} q̄ ho dito s̄or se tiuera en tudo por muj bem seruido | e falando asi hūao outro muj atentadas palavras e corteses se aleuantarão mostrando todos muj^{ta} vontade de se bem acabar Esta visitação e asi juntos elles s̄ores baltasar de faria e Reitor acōpanhrndos todo o claustro como estaua junto se sairão | da dita salla | djo daz^{do} o *sprvi*

doctor
prado Rjor^o 1.

CONSELHO MOR | SOBRE A DESPEDIDA DE BALTASAR DE FARIA
E SOBRE A APRESENTAÇÃO DAS YGREIAS Y VIGRIAS

ho primeiro dia do mes de setembro de jbc lta e seis años | na çidade de Coimbra e casa dos paços del Rei noso Sor. onde se lem os canones sendo hi presentes o s̄or baltasar de faria fidalgo da casa del Rei noso S̄or do seu cōselho e seu desembargador do paço que ora visitou. E Reformou Esta vniversi.^{de} *por* seu Especial mandado e sendo hi mais presente o s̄or Reitor o doutor a^o do prado e o dour y^o de morgouei^o e o d. djo de gouea e o d. James de moraes. e o. d. g.^{ar} gllz e o. d. belchior Corneio e o. d. aires nunez e o d. Mel da Costa e o. d. aires pinhel e o. d. aluro vaz. e o d. p^o nunez e o. d. thomas Roiz e o. d. Cosme lopez e o l.^{do} djo machado cōseruador e o l.^{do} Cosme frz e o mestre vicente fabricio e o brēl M^{el} daguiar e o mestre a^o de perea e do Jorge dalm^{da} | dō Jorge dataide | e o brēl fr^{co} aires e o brēl y^o de figueiredo, lentes deputados e cōselhr.^{os} Juntos e chamados a cōselho e cōselho faz.^{do} segundo seu costume. | logo hi dise Elle sor baltasar de faria. q̄. S. A. o mandara visitar esta vniversi.^{de} e entender nas cousas della e q̄ avia jaa sete meses. q̄ niso entendia. cō o amor e deligençia q̄ a elle fora possiuel e niso tinha feito. o mais q̄ pudera e por andar jaa em vespas de partida | lhes pedia lhe Releuassem. não ter feito nas cousas da vniversi.^{de} e nas cousas de cada hū em particular todo o q̄ elle deseiaua | E porem se ofrezia asi pola vniversi.^{de} como por todas as p.^{as} della. diante desua alteza e em qualquer outro lugar e em todo tenpo fazer todo ho q̄ a elle fose posiuel procurando lhe toda sua honRa e acreçentam^{to} e cōseruação | E o dito s̄or. Reitor em nome da vniversidade e seu e das p.^{as} della lhe teue muj^{to} em mce o trabalho q̄ quis tomar em a visitar Reformar e tam largam^{te} prouer no q̄ tinha a. S. A. feito singular seruiço. e a todos muj gram mce. ho q̄ conheçiam em geral e particular *para* lho senpre seruir | e asi por a dita vniversi.^{de} e a elles tomar

1 Arquivo da Universidade, *Conselhos*, vol. 2, fls. 311 v.^o, 312 e 312 v.^o

a seu Carrego | e os querer fauorezer diante de S. A. e em qualquer outro lugar e em qualquer tenpo. pedindo lhe por *merçe* lho cunprise asi e se lenbrase do q̄ lhes prometia | q̄ os deixaua cōsolados. Esperando por seu meo e cō seu fauor El Rei noso sor. perpetuar Esta sua vniversi.^{de} cō honRas. *merçes* e liberdades e cō mujtos fauores particulares as p.^{as} q̄ o nella seruisẽ E Respondendo elle sōr baltasar de faria q̄ a vniversi.^{de} era feitura del Rei noso Sōr a quẽ deuia perpetuo seruiço por sua singular bondade | e elle sōr Reitor q̄ em seu nome a gouernaua tam virtuoso e todos os srês lêtes e offiçiais q̄ presentes estauão tam cuidadosos da honRa e seruiço della. q̄ elle façia pouco em se ofreçer ao q̄ tinha dito q̄ ficassem certos q̄ esperaua em noso sōr de fazer niso mais do q̄ dezia. E beijando lhe todos as mãos. propos mais Elle sōr baltasar de faria |

«q̄. Elle nesta visitaçãõ entendera na aRecadaçãõ das Rendas. e em çertas demandas q̄ pendiam avia aõs. cō algũs Rendeiros e dera nellas sentença e mandara fazer nellas execuçãõ | e asi entendera na Revista dos Estatutos e vira os preuilegios e as prouisões particulares da vniversi.^{de} e p.^{as} della e asi vira algũs sitios desta çidade onde se milhor e mais comodam^{te} pudessem fazer as escolas geraes. e algũs collegios e açougues e outras obras neçessarias e asi se informara da faz.^{da} e moueis da vniversi.^{de} e os mandara carregar sobre as p.^{as} q̄ delles deuam de ter carrego | e asi mandara as ygreias q̄ a vniversi.^{de} tem no bspado de lamego a Requerer çertos Rendeiros e a ver çertas. obras. de Capellas Retauolos e çeleiros e outras cousas. q̄ se mandarãõ por visitaçãõ e asi as terras e proprios e pasaes das ditas ygreias, e asi prouera sobre as cousas de just^a e do mais estado desta vniversi.^{de} e sobretudo leuaua apontam.^{tos} autos y lenbranças *para* proueer cō. S. A. alem de outros apõtamtos particulares. q̄ tinha de çertas p.^{as} *para* despachar cō o dito sōr | E por quanto achara q̄ algũas ygreias e vigairias da apresentaçãõ da dita vniversi.^{de} se perdiam e inpetrauam. *por* indultos e espectatiuas. por ser o padroado ecclesiastico. E asi mesmo se desaneixuam. outras ygreias das matrizes. e os Capelaes dellas sendo remouiuieis ad nutum. se faziam perpetuos. pollo nuncio de maneira. q̄ a dita vniversi.^{de} não prouia librem^{te} as ditas ygreias e vigairias e se aReceaua q̄ pollo tenpo se perdesem. e prouesem polo papa ou *por* seus nuçios a p.^{as} estranhas | pollo q̄ lhe parecia q̄ a vniversi.^{de} deuia. daRenunçiar o dito padroado das ditas ygreias e vigairias q̄ tem de sua prouisam. em el Rei noso sōr. *para* Elle apresentar nellas. as p.^{as} q̄ a dita vniversi.^{de} lhe nomear q̄ as leuarẽ *por* oposiçãõ cōforme ao Regim^{to} q̄ sobre iso tem feito nos estatutos *por* q̄ se Esta vniversi.^{de} Rege e gouerna | e q̄ *por* Esta maneira ficariam as ditas ygreias e vigairias seguras. de se poderẽ inpetrar por ninhũa via | sendo da apresentaçãõ do dito sōr | e os filhos da vniversidade seriam dellas prouidos cōforme a seu Regim.^{to} e tendo asi proposto o sobredito lhes pedio q̄ o praticassem em seu cōselho | e despedindo se se saio | acõpanhando o o dito sōr Reitor e lentes. ate a porta da dita caaa | e em todo este cōselho foi mais presente p^o diz castello-branquo cõtador e veedor |

«E logo o dito sōr Reitor se tornou a sentar no dito conselho. e dise q̄ bem ouirãõ como o dito sōr baltasar de faria. se queria hir. e q̄ todos sabiam quam perfeita e enteiram.^{te} fizera entendera e acabara esta visitaçãõ. e quam cumpridam^{te} deixaua prouido as cousas desta vniversi.^{de} pollo q̄ ella e as p.^{as} della lhe ficauam em perpetua obrigaçãõ | pollo q̄ era deuido aquelle cōselho. escreuer a S. A. ho q̄ Elle tinha feito. e como ho tinha seruido. beijando lhe as mãos pollo singular merce. q̄ a dita vniversi.^{de} e a cada hũ em particular fizera em os. mandar visitar por p.^a de tal qualidade virtude saber e letras; e q̄ Juntam.^{te} deuam de asentar sobre o mais q̄ elle sōr baltasar de faria propusera açerca do padroado das ygreias e vigairias | E votando sobre tudo se asentou q̄ escreua a. S. A. sobre o seruiço q̄

o dito baltasar de faria. lhe fez. na visitação desta vniversi.^{de} e pedio se por *merçe* a elle s^{or} Reitor q̄ notase a carta. e fosse a iso presente o doutor p^o nunez cosmographo mor *para* a ordenar em lingoagem. portugues. e q̄ eu escriuão a escreua | E quanto ao padroado das ygreias e vigairias ouue ate seis votos a que pareço q̄ a vniversi.^{de} Retiuesse o padroado dellas asi como tinha. suplicando a sua santidade he cõçedese q̄ o dito padroado fose leigo | *para* se não inpetrarẽ. e estarẽ seguras. tendo por emconueniente poder acõteçer pollo tempo en vida doutros Reis q̄ não. teriam a vnivsi.^{de} o amor e Respeito q̄ el Rei noso s^{or} lhe tem. q̄ poderam apresentar algum seu Capelam ou p.^a q̄ jaa estiuesse nesta vniversi.^{de} e não se oppusesse as ditas vigairias ou ygreias cõforme ao Regim.^{to} e q̄. feita *p* esta maneira hũa apresentação ou duas abastaua *para* a vniversi.^{de} *perder* sua nomeação e não poder prouer os seus. nomeados. o q̄ seria grande *perda* | E porem por dezoito votos se asentou. q̄ a dita vniversi.^{de} a Renunciase o padroado das ditas suas ygreias e vigairias q̄ ella pode prouer em el Rei noso s^{or}. e seus sucesores Reis deste Reino. *para* q̄ nellas. apresentem as p.^{as} da dita vniversi.^{de} q̄ as leuarẽ per opposição cõforme a seus estatutos q̄ lhe ella nomear e não a outras. p.^{as} e não as apresentando por esta maneira. q̄ a dita apresentação não valha e as ditas ygreias se percam. e asi as ditas vigairias q̄ por este modo se não prouerẽ. E foi cometido pollo dito cõselho ao doutor y^o de morgoueiio lente de prima de Canones. e ao doutor aires pinhel lente de vespora de leis q̄ elles notem a dita aRenunçiação Juridicam^{te} cõforme ao açima asentado e cõ as clausulas neçesarias *para* segurança da dita vniversi.^{de} e do seu derecho | E asi cometeu o dito cõselho a elles doutores y^o de morgoueiio e aires pinhel q̄ em nome da dita vniversi.^{de} peção ao b^{spo} desta çidade e *por* seus sostabeleçidos ao arcebs^{po}. de lix.^a e b^{po} de lamego e por lo em cuios b^{pp}ados estam Estas ygreias e vigairias q̄ dem seu cõsentim.^{to} *para* se fazer esta Renunçiação de padroados em a coroa destes Reinos, polla sobredita maneira | e posto q̄ diga q̄ forã dezoito votos os q̄ cõsentirão nesta Renunçiação forão vinte d^{jo} daz^{do} o escreui

doctor

prado R^{or}

diogo daz^{do} Coutinho.

⁶ O receio de os lentes abandonarem Coimbra começou a aparecer cedo. Já em 1557 Fernão Lopes de Castanheda apresentava em conselho uma petição dos estudantes teólogos requerendo que se conservasse na Universidade o dr. Marcos Romeiro que constava andar a pedir *a sua alteza o tirase das escolas*. Teremos ocasião de publicar o documento, quando tratarmos de caso idêntico passado com Guevara.

⁷ Assim se fez em 1557 com a cadeira de véspera e duas catedrilhas de Medicina sendo os candidatos obrigados a ir concorrer a Lisboa com o júri de *doutores e L. dos da faculdade q̄ para ello ordenase e q̄ se lhes faria Just.^a* parecendo que em Coimbra a não pudesse fazer o júri.

São estes os termos do interessante e desconhecido documento que em seu tempo e lugar publicaremos.

(Continúa)

DR. TEIXEIRA DE CARVALHO.



Francisco Roiz Lobo

Cópia do retrato de Francisco Roiz Lobo, gravado na ed. de luxo da *Côrte na Aldeia* (1619).
Fac-símile da assinatura duma carta, que tenho por autógrafa, encontrada na Bib. da Ajuda.

Francisco Rodrigues Lobo

ENSAIO BIOGRÁFICO E CRÍTICO

Coitado do que nasceu,
Nesta nossa terra ingrata...

F. R. Lobo — *Egl. I.*

À ILUSTRE PROFESSORA A EX.^{ma} SR.^a D. CAROLINA
MICHAELIS DE VASCONCELOS

E se esta fraca oferta que ofereço,
For à vista de muitos pouco acelta,

Vós a prezai, pois vós lhe destes preço,

F. R. Lobo — *Egl. II.*

I

A morte e a vida

O comum dos livros de outrora rompia por festa rija ao autor e à obra; estralejava de entrada o foguetório da retórica encomiástica e zinia a música da poesia altissonante. Um régabofé de elogios campanudos, uma mirabolância de ridículas hipérboles; os amigos, escritores, frades e poetas, traziam em compita à colação as farfalhices de alegorias e ditirambos, martelados grotescamente no português vulgar, ou no castelhano letrado, ou no latim erudito. Corroava-se pindáricamente o autor com estas cascas de alhos douradas, e lograva-se a boa-fé do leitor fascinado pelas louvaminhas. Bem haja o Cervantes refugando esta casquilharia impertinente ao dar a lume a sua obra genial, «monda y desnuda, sin el ornato de prologo, ni de la innumerabilidad y catálogo de los acostumbrados sonetos, epigramas y elogios que al principio de los libros suelen ponerse». Tem de perdoar o moderno a esta costumeira obsoleta, lembrando-se que nesses tempos áureos não estridulava ainda a fanfarra reclameira das gazetas.

Os graves livros da medicina não escapavam a êste pêco; arrebiavam-se também com os mesmos postiços laudatórios de encomenda. O mais maravallhudo ripanso trazia nos flancos o remédio salvador do género humano; o inclito autor sobrepujava o sinciput dos mais

altos medicões da antiguidade e pedia meças ao mesmo centauro Chiron, o mestre de Esculápio. O caso é que o símile mitológico às vezes acertava; alguns eram centauros às avessas.

Quem possua pachôrra fradesca, podia colectar uma antologia, mista de lírica e didáctica, forrageada pelos preâmbulos da nossa livralhada médica; arte vã e pespontada, muito ensôssa, muito enjoativa, mas por vezes cómica e picante, ou curiosa. «Não fazem mal as musas aos doutores», dizia o Ferreira, e os médicos bem se pagavam delas, regalados com as apoteoses baratas do *laus authoris*. Também a medicina passava por filha dilecta de Apolo, sendo justo que em favor dela se desenfreasse o Pégaso e se desfraldassem as Musas.

Acontece que os verzejadores nem sempre calçam pela craveira bordalenga; altos coturnos pisaram êste maninho. Os grandes poetas das Espanhas não se dedignavam de turiferar a sua incensadela métrica à pública medicina. Verdade seja que não foi pelas provas dadas nêste canhestro ramo que a fama os vozeou. Quer-me parecer que saldaram más sangrias com peores versos, tão nauseantes como os electuários e os apozemas.

Aqui está o primaz de todos, Camões, que pendurou a sua ode na testada do Orta; divulgada pelos camonólogos, essa peça impregnada do fartum grego, com o Heitor e o Aquiles e o inevitável trocadilho sôbre o nome do Orta, é um modêlo do semsaboroníssimo género das grinaldas médico-poéticas ¹.

Outro, *el fenix de los ingenios*, o famoso Lope de Vega, o mais prodigioso atafonador de versos que tem havido e haverá, pespega dois sonetos ao nosso Henrique Jorge Henriques no *Retrato del perfecto medico* (1595).

Fecho dum:

... quedara más perfectamente
El Medico perfecto retratado,
Retratando-se Enriquez a si mismo.

E abertura do outro:

Traspuesta planta al castellano suelo
Del venturoso vuestro Lusitano,
A quien debe el lenguaje Castellano
Tanto, como al ingenio, al noble zelo,
Verde laurel...

¹ Concordando aliás em que os poemas em louvança de livros não passam de meras frioleiras, Faria e Sousa diz que «este es docto, elegante, majestoso y poetico». Nada menos. (*Com. às Rimas — Odes*).

Também com uma parelha de sonetos do mesmo, foi mimoseado o urinólogo Francisco Diaz no seu *Tratado de todas las enfermedades de los riñones, vexiga, y carnosidades de la verga, y urina* (1588); até aos emunctórios descia a musa lírico-médica, a cantar os remédios das acrimónias urinárias:

Vergel florido de mil remedios lleno,
Que, curando passion de urina acerba,
A Francisco levanta en tanta gloria.

E para levar ao cúmulo a honraria do cirurgião, ainda o soneteia Cervantes, a primeira figura da literatura espanhola e uma das primeiras da universal. Dava ao operador a esperança de que as areias urinárias se lhe volvessem nas do Tejo que são de ouro, e cada «desecha piedra» se trocava em mil mármore de fama¹.

Aleixo de Abreu, um dos nossos primeiros autores de medicina exótica, traz um cortejo bizarro de versistas na testada do seu *Tratado de las siete enfermedades* (1623), por tantos títulos interessante. Ele puderia queixar-se com justiça dos colegas que o abandonaram no triste passo das sete moléstias, de que êle traça no livro a curiosa auto-observação; de falta de poetas é que não. Até uma freira professa de Santa Ana, D. Ana de Santo Agostinho, vem com uma décima a êste outeiro médico; a igreja metrificante está ainda representada por um religioso de S. Domingos e outro da Companhia, com um epigrama latino em que o autor é comparado a Podalírio, e um soneto onde, aludindo à façanha de se ter curado e observado a si mesmo, lhe diz:

... haceis trofeos de gloria
Los males, escreviendolos, de suerte
Que de vos mismo Achiles, sois Homero.

Entram poetas profissionais, de nome inscrito nos anais parnasianos. Agostinho Manuel de Vasconcelos, homem de talento que

¹ O soneto vem no Morejon (*Hist. de la Med. Esp.*, t. III). No exemplar do Diaz que possuo, não se divisa nem no princípio nem no fim da obra. O ilustre Fitzmaurice Kelly (*Sp. Literat.*, ed. franc. de 1904 e 13) alude a êste soneto como manifestação da bóssa versificadora de Cervantes, e estranha que a aparição dum livro assim, seja ocasião para sonetar. Se a sua superior erudição se tivesse estendido mais pela literatura médica peninsular, não se admiraria tanto de semelhante aberração.

havia de deixar rolar a cabeça no Rocio na sangrenta execução dos conspiradores de 1641, traça umas quadras:

Mas dudo en tu facultad,
Qual es mas docta virtud,
Si prevenir la salud,
Si sanar la enfermedad.

.....

Mas en tanto considero,
Qual más debe a tu valor
(Por soldado y por doctor),
Si la pluma, si el acero.

Ele, o Aleixo, em Angola não manejava só a lanceta; gabava-se também de ter dado a sua lançada.

A flôr da grinalda, pelo brilho literário do nome inscrito, é esta, bem merecedora de traslado:¹

**Al autor deste Libro, Francisco Rodrigues Lobo.
Ultimo que hizo en su vida**

SONETO

Altivo espirito que do corpo humano,
Á custa de incansável sofrimento,
Déste de tanto mal conhecimento
E junto co remedio o desengano:

Com docto estilo, claro e soberano,
Arte, modo, valor, entendimento,
Ensinas a fugir com passo lento
De dano que te fez tão grande dano;

Que, depois de passar tantos perigos,
Vencendo com prudencia a vária sorte
E com a Arte a dôr não conhecida,

Cronista de teus proprios inimigos,
Contas a vida de a quem déste a morte,
E asseguras, na fama, eterna vida.

Menos que mediana a peça, como se vê; sempre o mesmo tema da salvação das sete pragas por esforço pessoal de auto-medicina, e o do drama patológico íntimo em que o Aleixo fôra ao mesmo tempo médico e doente, historiando-se agora em letra de fôrma.

¹ Vi depois que Morejon (ibid.) também transcrevera o soneto ao falar de Aleixo de Abreu, levado igualmente pelo nome do autor.

Quando a propósito do *Mal do Bicho* (Sep. da *Medicina Contemporânea*, 1909) em que o Abreu é oráculo, se me deparou esta poesia, chamou-me a atenção aquêlê «ultimo que hiço en su vida», e escrevi então: «Tópico que suponho desconhecido dos nossos historiadores de literatura». Assim era com efeito. Ora o singelo tópico não é apenas uma novidade registrável, traz em si uma espécie valiosa para a biografia dum grande escritor português. Valiosa, digo eu, e para isso basta esclarecer um pònto da vida ignorada de Roiz Lobo, tão ignorada, que substancialmente tudo quanto dela anda apurado, se pode escrever nas costas dum bilhete de visita.

; Que meio êste que deixa chegar a tal raso a memória duma das maiores figuras da poesia e da prosa portuguezas! «O descuido e o esquecimento de averiguações sôbre a existência de tão magistral escritor seriam vergonhosos, se isto não fosse em Portugal» — diz causticamente verdadeiro o grande Camilo (*Soropita*, 1868).

A mesma amarga reflexão veio à pena da illustre professora D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, ao honrar-me com carta sua (1909) sôbre o caso: «taes migalhas são sempre bemvindas, sobretudo num país onde o descuido descaroavel da nação tem deixado em trevas a vida de quási todos os poetas». Bem em trevas e entrevada tem ela andado a própria nação.



Desconhece-se a data da morte de Rodrigues Lobo, assim como a da nascença. Inocência (*Dic. Bib.*) buscou por inducção balisá-la entre 1623 e 1627 e assim ficou entendido. O dr. Garcia Peres (*Catalogo de los portugueses que escribieron en castellano*, 1890), precisando mais, diz que Lobo morreu em 1623 ou 24, sem dar todavia a razão do dito ¹.

Esmerilhêmos estas cronologias.

Era vivo e bem vivo o bucolico em 1619, ano em que dava corrigida a 3.^a edição da *Primavera* ² e publicava a *Côrte na aldeia*, o livro mais testemunhal da sua cultura de espirito e da purêza da sua locução.

Em 1621 dependura um soneto na portada do sermão prêgado

¹ O sr. Pires de Campos (art. *Roiç Lobo*, in *Enciclopédia Portuguesa* de Maximiano de Lemos) arbitra o milésimo de 1636, por vaga suposição; os dados biográficos dêsse artigo são de simples imaginativa.

² «De novo emendada e acrecentada nesta terceira impressam pelo mesmo autor». Impressor António Alvares, Lisboa.

na Sé de Portalegre pelo P. M. de S. Francisco, Fr. António dos Inocentes, nas exéquias solenes do recém-finado rei Filipe III¹.

Filipe III morreu a 31 de março de 1621; logo em maio, o senado de Portalegre, estimulado certamente pelo seu prelado, a quem o sermão é consagrado, celebra exéquias que inauguraram as comemorações fúnebres em que entraram á compita as municipalidades do

¹ Á cata dêste sermão impresso, citado por Inocência — importante para o nosso fito por inserir um soneto desgarrado do poeta e testemunhar da sua existência à data — passei e fiz passar inclemências. Havia-o, como mostra o catálogo da secção de parenética, na Bibl. Nac., mas por maior diligência não se lhe encontrou senão o lugar. Recorri então ao ilustrado médico Rodrigues Gusmão, meu bom amigo e delegado de saude em Portalegre, que não pôde todavia encontra-lo na livraria de seu pai nem em nenhuma outra da cidade; soube, porém, acertar-lhe com o paradeiro na curiosa colecção do sr. Torres de Carvalho, de Elvas. Obteve ao mesmo tempo, por intermédio dum amigo, a notícia de que numa colecção de sermões da Bib. Mun. do Porto, existia também a buscada peça. A todos o meu profundo reconhecimento.

Serman, | que pregov o | P. M. Fr. Antonio dos Inno|centes, Lente de Theologia da Prouincia do Algarue, da | Ordem do P. S. Francisco, em as exequias, & honras fu- | neraes, que a mui nobre Cidade de Portalegre, sunptuo- | samente, fez, em a Sè, a el Rey nosso Senhor Dó Phi- | lippe segundo de Portugal, a que se achou presente | o senhor Bispo, todos os Religiosos, & clere- | sia, toda a nobreza, & pouo da Cidade, | em o mez de Mayo | de 1621. | E dos que, as Camaras deste Reyno ordenarão, em as exe- | quias de Sua Magestade, foy este o primeiro. | (Armas portuguezas) com todas as licenças necessarias. | Em Lisboa. Por Geraldo da Vinha. Anno 1621. | In 4.º, 2 ff. pr. inu. incl. front., 12 ff. num. na fr.

No verso do front. estão as aprovações. Segue a dedicatória do autor: Ao Illvstrissimo e Reverendissimo senhor Dom frey Lopo de Sequeira Pereira Bispo de Portalegre, & do Conselho del Rey nosso senhor.

Depois vem o soneto:

Do Licenceado Francisco Rodrigues Lobo, em louvor do Sermão, ao Autor

SONETO

Se a morte cruel, fêra, aborrecida,
Iguala arados, sceptros, e coroas,
E sem respeito, ou ordem de pessoas,
Se mostra isenta, livre, e destemida:

Mais soberana, forte, e mais válida,
É esta voz divina, que hoje entoas,
Pois com a immortal fama, que apregoas,
Vences a morte, dando a mortos vida.

Morreo Filipe, e tua penna altiva,
Stilo, e voz, reconta de tal sorte
A vida, e morte sua, e seu governo,

Que faz, que na memoria sempre viva.
Por Rei não se isentou das leis da morte,
E hoje, por tí, na terra fica eterno.

reino. Ao dar-se à estampa a oração, dentro do mesmo ano, Lobo, na qualidade de amigo do prégador, soneteia o panegirista e o defunto — um sinal certo e datado de que poetava e vivia.

La Jornada, ramilhete de romances que festejam a vinda de Filipe III a Lisboa em 1619, é aprovada pela censura, como o mostram as licenças, no fim desse mesmo ano de 1621 a 18 de novembro, mas só publicada em 1623. Pôs fim a *Jornada* à produção impressa de Rodrigues Lobo, visto que, depois dessa data, só póstumamente saiu em 1676 o *Auto del Nacimiento de Cristo* que lhe é atribuído.

Inocência (*Dic. bibl.*) colige das palavras postas pelo impressor Jorge Rodrigues na edição do seu poema *Condestabre* em 1627 a probabilidade de que o autor era já morto a essa data. De facto, na carta ao Duque D. Teodósio de Bragança diz-se «ter o tempo consumido a insigne obra de Francisco Rodrigues Lobo...; sentião todos, como era justo, tão grande perda; porém não havia quem se dispusesse a dar-lhe remédio».

Dai a boa presunção de que a época do falecimento não devia anteceder 1623 nem exceder 1627.

Esta imprecisão dissipa-se perante o soneto laudatório inscrito na obra de Aleixo de Abreu, «*ultimo que hizo en su vida*»; não há que duvidar, já não vivia ao tempo em que o *Tratado de las siete enfermedades* via a luz em 1623, e a morte não devia datar de longe, pois se afirma que o soneto fôra o último saído da sua mão.

Outra prova concordante vim a extrair da testada de uma novela pastoral, pouco menos que desconhecida, apesar do seu mérito relativo e da gradação que lhe cabe na evolução do género literário a que pertence; são as *Ribeiras do Mondego* de Eloiio de Sá Sotomaio⁴, um discípulo imediato do Lobo.

Este bucolista, na dedicatória a Duarte de Albuquerque Coelho, Governador de Pernambuco, dando-se ares de ter antecedido a obra do Lobo, escreve: «Muito antes que a Primavera apparecesse nas Ribeiras do Tejo, onde Lereno dela autor e Cisne dela acabou de cantar, corrião as minhas do Mondego...». O Cisne do Tejo tinha pois acabado de cantar, o que vem a dizer que morrera pouco antes, quando o livro de Eloi se partejava também em 1623.

⁴ É hoje volume de estrema raridade, de que só conhecíamos o exemplar que se guarda nos reservados da Biblioteca Nacional. A sr.^a D. Carolina Michaelis possui outro. Adiante nos ocuparemos d'ele ao falarmos das influências hereditárias do Lobo. Inocência parece ter visto o prefácio das *Ribeiras do Mondego*, pois que se refere às pretensões de prioridade de Sotomaio a respeito da *Primavera*, mas não deu fé da alusão à morte de Lereno.

O poeta Sotomaior teve despacho de taxa para correr em 19 de junho de 1623, e o médico mais cedo ainda em 2 de maio: a morte do Lobo antecedeu pois esta data. Ora a *Jornada* obteve taxa em 27 de fevereiro de 1623 e licença para correr, depois de conferência com o original, em 2 de março; sendo de crer que nessa altura ainda estivesse vivo, o falecimento teria sucedido no espaço que medeia entre março e maio de 1623.

Esta balisagem de datas parece à primeira vista de uma precisão incócutível; rigorosamente todavia, o primeiro termo padece de incerteza, uma vez que parte de uma hipótese, muito presumível sim, mas a que se não pode conferir rigor. Porque nas 2 fls. preliminares da *Jornada* nenhuma alusão se faça à morte de Lobo, não se segue daí com fôrça de prova que o autor ainda existisse. Pode admitir-se que assim fosse quando o manuscrito entrou em preparos de edição e ainda ao redigir das informações; consultadas porém as licenças, vê-se que o livro estava já informado regularmente em 18 de novembro de 1621 e desembaraçado para estampa por despacho do inquisidor em 23 de abril de 1622. Teve tempo o Lobo de morrer no longo intervalo que vai até à vinda a lume ¹.

Salteou-me o espírito esta dúvida, e por mais meticulosa ou especiosa que parecesse, tinha razão de ser; quanto ela era válida, veio mostrar-mo um novo descobrimento. Ao compulsar em Madrid (1912) a ultra-rara versão castelhana da *Côrte na Aldeia*, publicada por Juan Bautista Morales em 1622, topo lá o seguinte soneto endereçado pelo benemérito lusófilo a F. R. Lobo:

Insigne Lobo, honor del Lusitano
Reyno, de cuya pluma en Verso y Prosa
La del grande Poeta está envidiosa
Y la del grave Historiador Romano,

Si de tu culto idioma al Castellano
Tu Corte transferi con licenciosa
Mano, aprueba mi intento, a quien osa
Los espíritos nobles dan la mano.

¹ Eis o sumário cronográfico das principais licenças dos três livros — *Ribeiras do Mondego* do Sotomaior, *Jornada de Filipe III* do Roiz Lobo, e *Tratado de las siete enfermedades* do Aleixo de Abreu — todos saídos dos prelos de P. Craesbeeck no ano de 1623:

1.ª informação	Impressão	Taxa
<i>Jornada</i> — 18-11-21	23- 4-22	27-2-23
<i>Tratado</i> — 7-11-21	25- 1-22	2-5-23
<i>Ribeiras</i> — 8-11-22	30-11-22	19-6-23

Tu condición, tu ingenio sin segundo,
 Tan estimado de los hombres sabios,
 En tus doctos escritos reveréncio;

Y hasta que el Cielo (donde estás) dé al mundo
 Para alabarte suficientes labios,
 Reposa en paz y alábeta el silencio.

O último terceto é, não há dúvida, um *requiescat in pace* sobre a cova do mestre, que, pelo dizer se pressente, se abrira pouco antes. Lobo não chegou pois a ter a dita de ver-se estampado em castelhano.

Não está datado o soneto, a peça datada mais recente é a taxa de 8 de novembro de 1622; depois da taxa, apenas separado pelas erratas, está o soneto que fecha os preliminares, e antes da taxa figura o prólogo «al lector», onde se lê, com referência à vantajosa produção do autor, que ha toda a razão «para estimar sus obras y desear saque à luz los demás Dialogos que promete». A redação destas linhas dá a entender que, quando foram riscadas, se contava ainda com a vida do poeta.

Infelizmente o prólogo não está datado, mas a referência feita, se a interpretação não erra, combinada com o fecho do soneto final, permite supôr que a morte do poeta sucedera nos arranjos finais da edição, que veio a lume no cabo do ano de 1622. O que de todo êste cotejo nos dizeres e datas da *Tradução* do Morales, da *Jornada* do Lobo, do *Tratado* do Abreu e das *Ribeiras* do Sotomaior, deduzo é que a data do passamento de Rois Lobo deve consignar-se ao último quartel do ano de 1622 ¹.

¹ Aventurarei quando muito que seria no princípio do trimestre final, anteriormente à taxa do livro de Montilla, marcada a 8 de novembro.

Puderia pensar-se — e foi-me feita essa apropositada advertência — que o próprio conteúdo preliminar duma obra era submetido *in toto* à censura, proibindo-se assim a adição ulterior do que quer que fosse. Se assim se fizesse a rigor, o soneto do Lobo já devia estar contido no ms. do Abreu, informado em 19 de novembro de 1621, o que faria remontar mais longe a morte do Lereno, hipótese que se não ageita com os dizeres do prólogo do Morales nem com a *Jornada*. A exacção não era levada a tal extremo que não permitisse a adjunção de peças exordiaes, licenciáveis talvez, sem mais forma de processo, por ocasião da conferência final. Nas próprias edições do Lobo veem dedicatórias com data posterior ao despacho de impressão. Assim no *Condestabre*, a carta ao Duque de Bragança é de 24-4-9, quando as licenças de impressão são de 29-7-8 e de 9-8-8; na *Eufrosina*, o ofertório a D. Gastão Coutinho traz a data de 2-9-16 e a licença para imprimir a de 15-7-16; na *Côrte na Aldeia*, a epístola ao D. Duarte data se em 1-12-18 e a licença de impressão em 8-2-18. Tenho pois por verídico até prova em contrário

Por mais que forcejei, não pude arrancar do testemunho escrito mais definida certidão de óbito ¹, ao certo extraível só dos registos mortuários de igreja ou das escrivadinhas dos cartórios; mas essas preciosas ementas onde pararão elas, depois da hecatombe que arrasou a nossa arquivagem eclesiástica e civil?!

A morte foi da espécie violenta; Rodrigues Lobo navegava no Tejo, em jornada de Santarem para Lisboa, quando uma volta repentina de tempestade afundou a falúa e afogou o infeliz poeta no rio. O cadáver, varado na praia, sepultou-se honorificamente na capela das Queimadas, sita no Claustro do Mosteiro de S. Francisco da Cidade.

Êste fim desastrado está há muito conhecido, exarado como foi no Nicolau António (*Bib. Hisp. Nov.*) e no Barbosa Machado (*Bib. Lus.*); abonam-no testemunhos colhidos nos escritores e poetas.

Divisa-se a alusão no Sotomaior quando diz que o cisne das ribeiras do Tejo nelas acabou de cantar.

Conta-o um contemporâneo, o dr. João Soares de Brito, bibliógrafo, (*Theatrum Lusitaniae Literarium*, 1655, Ms.): «Obiit vir ingeniosissimus in ipsis Tagi aquis submersus, quas paulo ante lyra suavissima celebraverat».

Dí-lo outro coevo fr. Manuel da Esperança, registando na capela das Queimadas o jazigo de Roiz Lobo que «morreu afogado no Tejo depois de haver bebido na fonte das Musas o espírito poético» (*História Seráfica*, 1656; P. 1.^a, L. 2.^o, Cap. 23). Repete-o o bispo do Grão Pará nas suas *Memórias*, publicadas pelo Camilo (1868): «Morreu afogado no Tejo e foi enterrado em S. Francisco da Cidade na Capela das Queimadas».

Jazerão ainda em paz as suas cinzas na capela do grande mosteiro franciscano de Lisboa? Não, que sôbre o convento, claustros, tumulos e obras de arte passou a chama destruidora do violento incêndio de 11 de junho de 1708. De nada lhe valeu a honra de sepultar-se naquêlê vasto necrotério em que se estadeavam os túmulos da primeira nobreza da capital. As cinzas do Lereno, caldeadas

que as referências preambulares das obras do Abreu e do Morales foram introduzidas na última demão; o soneto do tradutor ao Lobo fecha as fls. prelim., e êsse quem dá a precisão possível à data deduzida no texto.

¹ Ainda tentamos delinear buscas nesse sentido, tanto em Lisboa como em Leiria; desistimos, era procurar agulha em palheiro. Talvez que o acaso ou a diligência venham a reparar essa documentação, se o ruim fado a não sumiu há muito.

no entulho da derrocada do queimadeiro, estarão hoje, segundo a frase do Shakespeare no *Hamlet*, desfeitas no massame que tapa o buraco de alguma parêde. A sorte presaga que lhe assistiu ao fim, nem ossos nem memória lhe remiu¹.

Um pormenor do desastre ficou atégora sumido no Nic. António (*Bibl. Hisp.*) sem que ninguém se importasse com êle. Roiz Lobo tem companheiro no desastre, mas não na fatalidade; o conde de Assentar que com êle embarcara para Lisboa, teve a boa fortuna de alcançar a praia a nado — «*Assentaris comite qui simul erat, ad littus enatante*».

Desconhecia semelhante título na nobiliarquia portuguesa, a que de facto não pertence, como de fôro espanhol que é; a história e a genealogia, depois de pesquisadas, sempre me depararam qual fôsse o amigo do poeta, seu triste sócio na jornada e no naufrágio.

Era D. Lopo da Cunha, senhor de Assentar, Barreiro e Senhorim, pessoa de qualidade e partes, pertencente à nobre linhagem dos Cunhas de Assentar ou Santar. Tomou parte na empresa da restauração da Bahia em 1625, e entrou na primeira levada dos fidalgos que, não querendo confiar-se às incertezas do Portugal brigantino,

¹ O Padre Manuel da Esperança, ao descrever o convento de S. Francisco da Cidade, nomeando as sepulturas nêle semeadas, fala da campa rasa de um cego chamado Montalto que em vida se tornara conhecido pela sua «veia nos repentes de glosar um mote»; e diz a seguir: «Melhor jazigo se deu na Capela das Queimadas a Fr. Roiz Lobo que morreu afogado no Tejo depois de haver bebido na fonte das Musas o espirito poetico, com que escreveu varias *Rimas e Eglogas* ao que ajuntou a *Primavera*, o *Pastor Peregrino*, o *Desenganado*, o *Condestavel* e a *Corte na Aldeia*».

Por sugestão do ilustrado cónego Duarte Dias, de Santarêm, recorri à colecção de epitáfios, inscrições e letreiros, ms. de António Joaquim Moreira, existente na Academia das Ciências, à cata do epitáfio do Lobo; nada logrei encontrar, sinal de que a loisa do poeta não resistiu à devastação do fogo e suas consequências.

Os restos do convento ainda hoje de pé, onde se albergam o Gôverno civil, a Biblioteca Nacional e a Academia das Belas Artes, são reliquias da imensa reconstrução erguida pela Ordem após o incendio. Se a campa do Lobo se não tivesse subvertido nos escombros do fogo, estava irremediavelmente condenada a perecer às mãos dos vândalos do século passado. Veja-se a selvajaria com que foi tratado o vetusto convento franciscano de Santarem, depois que o gôverno constitucional o trocou em quartel. Nas naves imponentes da igreja gótica alojaram-se as cavalariças das muares. A arca de pedra que embainhou a ossada de D. Francisco de Almeida, passou a bebedouro de cavalos com mórmo (Ramalho Ortigão, *O culto da arte em Portugal*, 1896); e as campas que juncavam o pavimento da crasta, arrancaram-se para que os arpões das ferraduras não escorregassem no polido das dalas. Uma lição viva de coisas e bestas a meter pelos olhos dentro a andadura do progresso.

sob a sugestão maquinada pelo Arcebispo de Braga e Marquês de Vila Real, já no trama da conspiração de 1641, debandaram para Castela, embarcando para Gibráitar, donde, por Sevilha, alcançaram Madrid que os recebeu com regozijo. O Filipe elevou o morgado a conde de Assentar e fê-lo conselheiro de guerra ¹.

Casado com uma D. Violante, irmã do conde de Tarouca, teve um filho D. Pedro da Cunha, que já acompanhara o pai no êxodo de Lisboa, ao depois general de campo e marquês de Assentar; a sua herdeira única, marquesa de Assentar e de Bedmar pelo casamento com um tio, deu enxertia à mais alta nobreza de Espanha (*Hist. geneal.*, e Carvalho de Ataíde, *Mss. Geneal. da Coll. Pombalina*). Por uma unha negra que a cêpa que deu desta semente, não sosso-brava naquela infeliz jornada de Santarêm.

O memorialista Bispo do Pará comenta o afogamento do poeta: «Morrendo, diria talvez inspirado de melhores numes: *Fermoso Tejo meu...*» Se as goladas de água lhe não arrolhassem a glote no silêncio asfíxico, não teria melhor canto de cisne na hora derradeira, do que êsse perfeito e admirável soneto, uma das melhores joias líricas do seu género nas letras portuguezas:

Fermoso Tejo meu, quam diferente
Te vejo e vi, me vês agora e viste:
Turvo te vejo a ti, tu a mim triste,
Claro te vi eu já, tu a mim contente.

A ti foi te trocando a grossa enchente
A quem teu largo campo não resiste:
A mim trocou-me a vista em que consiste
O meu viver contente ou descontente!

Já que somos no mal participantes,
Sejamo-lo no bem. Ó quem me dera
Que fôramos em tudo semelhantes!

Mas lá virá a fresca primavera,
Tu tornarás a ser quem eras d'antes:
Eu não sei se serei quem dantes era. ²

Sonetos não lhe faltaram a ensilvar a tumba; a catástrofe do confrade dava corda necrológica aos versistas do tempo. O conhecido

¹ Era pelos modos dado a estudos genealógicos. No *Cat. de Garcia Peres* vem citado um ms. seu: *Arboles de costado de las familias nobles portuguesas y castellanas*.

² Falaremos dêste soneto no capítulo sôbre as obras esparsas do Lobo.

vate picaresco D. Tomás de Noronha consagra ao afogado um estampatório necrológico — modelo acabado da chulice que gafava até ao nôjo as produções poéticas em moda, que nem a triste morte de um triste poeta pouparam às torpezas do burlesco. A incrível baboseira é neste gôsto que vem impressa na *Fenix renascida*, t. v:

Desdoirem-se as areias do Pactolo,
Turvem-se as claras aguas do Canopo,
O bêbado do Bacco entorne o copo,
Rache a guitarra o franchinote Apolo.

Desencache-se o ceu de polo a polo,
A douda Venus morra e o seu cachopo,
Enfim pereça tudo quanto topo,
Que a Lereno matou o vilão Eolo.

Por Jesus Cristo, se entre mãos tomara
Este vilão ruim, o Rei do vento,
Com um vergalho de boi o derreara;

Por S. Pedro do Ceu, que em um momento
A miseravel alma lhe mandara
C'um piparote ao reino do tormento.

O bom inglês M. E. M.¹ enjoou-se justamente com a *repulsive levity* desta ridiculeza. ¿Que faria se lhe chegasse aos olhos outro soneto do mesmo punho à morte de Lereno, bem mais repelente, em que o ridículo se associa a uma malignidade proterva? A *Fenix renascida* talvez por vergonha que o não recolheu; ficou escondido até hoje o soneto inédito do Noronha numa selecta de mão. Assim se me deparou num Ms. do século XVII intitulado *Miscelânea histórica e literária*, existente na Biblioteca da Ajuda (Ms. 51. VIII. 18, f. 244):

Fação as Musas de tristes e enfadadas
Da fonte cabalina um mijadeiro,
E Bacco, aquelle grande taverneiro,
Quebre as pipas que tem mais atestadas.

Apollo rache as gaitas afinadas
E jure não tornar a ser gaiteiro;
Meta-se Venus em Chipre num mosteiro,
Desfaça o rapaz setas hervadas.

¹ *The Dublin University Magazine*, 1856 — *Leaves from the portuguese olive*, n.º VI, *Rodrigues Lobo*. Foi-me proporcionado êste curioso artigo, a que em seu lugar mais de espaço nos referiremos, pelo meu saudoso amigo Fernandes Tomás. Não pude descortinar o nome do escritor tão amigo das letras portuguezas que modestamente se escondeu sob aquelas três iniciais.

Sinta o Tejo o que fez, e de orelhado
 Faça um capuz, e chore eternamente
 A morte do Lerenio desastrado.

Pastor Lerenio, a morte injustamente
 Te acometeo; mas dizem que queimado
 Havias de morrer naturalmente.

Êste fecho ignóbil aponta a origem judaica do Lobo, votada à fogueira de algum auto de fé.

Em contraste com tão reles maravilhas, o poeta ignoto ¹ a quem Barbosa Machado sem o nomear apelida «um discreto engenho», lavrou, tão de harmonia com a indole do mavioso Lerenio, êste soneto que mãos piedosas entalharam como epitáfio na dala tumular:

Si piedoso supiste enternecerte,
 Ó Tajo, de Lerenio al canto triste,
 Quando en tu agua perecer le viste,
 Como no te movio su amarga suerte ?!

Si en gratificacion de ennoblecer te
 Pomposa tumba de cristal le diste,
 Quanto en vida celebre viviste,
 Vivirás infamado por su muerte.

A quien en sus escritos te dilata
 Vida gloriosa, tu el vivir limitas:
 Infame vive quien ingrato mata.

¹ Th. Braga (*Curso*, 1885, pg. 292) diz que, além de Tomás de Noronha, celebrou a morte do Lobo «um desconhecido, mas apreciável poeta português, António Lopes da Veiga». Cuidei em face de tal referência, que seria êsse o fazedor do soneto fúnebre; não lobriguei todavia sinais nem dessa autoria nem de nenhuma outra na matéria.

António Lopes da Veiga, mencionado devidamente por Barbosa (*Bib. Lusit.*) e Ticknor (*Sp. Lit.*, ed. esp, cap. 29), e mais recentemente por Garcia Peres (*Cat.*), foi em novo para Madrid e por lá ficou, figurando entre os poetas de nota, altamente gabado como tal pelo seu homónimo Lope de Vega. Tenho presente os três volumes da sua obra, raridades da liv. Fernandes Tomás: *Lírica Poesia* (1620), os diálogos críticos de *Heraclito y Democrito* (1641), e *El Perfecto Señor* (ed. de 1652), misto de prosa e verso, exemplar que pertenceu à Biblioteca de Salvá. Vi também os poemas insertos no *Canc.* de F. Tomás. Da catástrofe do Lobo não se vê letra; só se se contem em alguma outra edição. Apenas na *Lírica Poesia* há uma canção «em sentimento dum amigo morto na passagem dum rio», mas não se entende nem se podia entender com o Lerenio, ao tempo ainda vivo.

Das suas poesias, escritas nada menos que em três línguas, castelhano, português e italiano, e eivadas de gongorismo, diz Ticknor que pouco valem ou nada. Tem ainda assim peças apreciáveis, que me parecem de estilo inferior ou diverso da mão mais delicada que lavrou o soneto epitáfio do naufrago do Tejo.

Más noble vuelvas lo que infausto quitas,
Que son tus olas laminas de plata
Dó sus memorias viviran escritas ¹.

Este fim desventurado adivinhara-o, mais de vinte anos antes, o estro tristonho do próprio poeta.

Nos rebates doloridos da inspiração via o amado Tejo a cingir no sudário vidráceo das suas águas o corpo e as mágoas do pastor Lerenó — a encarnação novelesca do seu espírito atenazado pela melancolia amorosa. Ao folhear o livro dos *Romances* (1596), saltou-me aos olhos o *Romance português*, onde êle evoca ao vivo a scena torva que havia de ser a sua morte :

Sobre as aguas vagarosas
que o Tejo já traz cançadas
de abrandar duros penedos
e de romper serras altas,
perto donde o mar Oceano
lhe offerece livre entrada,
dando ás cristalinas ondas
livres e douradas praias,
leva o pescador Lerenó
com rotas redes a barca,
tam perseguida dos ventos
quanto de amar sustentada.
E porque o leva forçado
sua ventura contraria,
desterrado do seu Lena
e de sua amada patria,
já o vento o favorece,

¹ M. E. M. verteu êste soneto :

Adress to the Tagus

Tagus ! could these sweet numbers breath'd to thee
By lov'd Lerenó, singing on thy side,
Have touch'd thee, how couldst thou unpitying see
His mournful death — 'twas in *thy* waves he died.

Because he gave *thee* glory, wouldst thou give
To *him*, in recompense, a crystal tomb ?
As in his *life* all honour'd didst thou live,
So in his *death* reproach shall be thy doom.

He gave *thee* life of wide-spread fame — and thou
Didst cut *his* Being short — like fell ingrate
As thou hast slain, thy fame his blotted now :

Yet shalt thou him exalt whose bitter fate
Hath been thy deed — his deathless memory
On thee, as on a silver tablet, graved shall be.

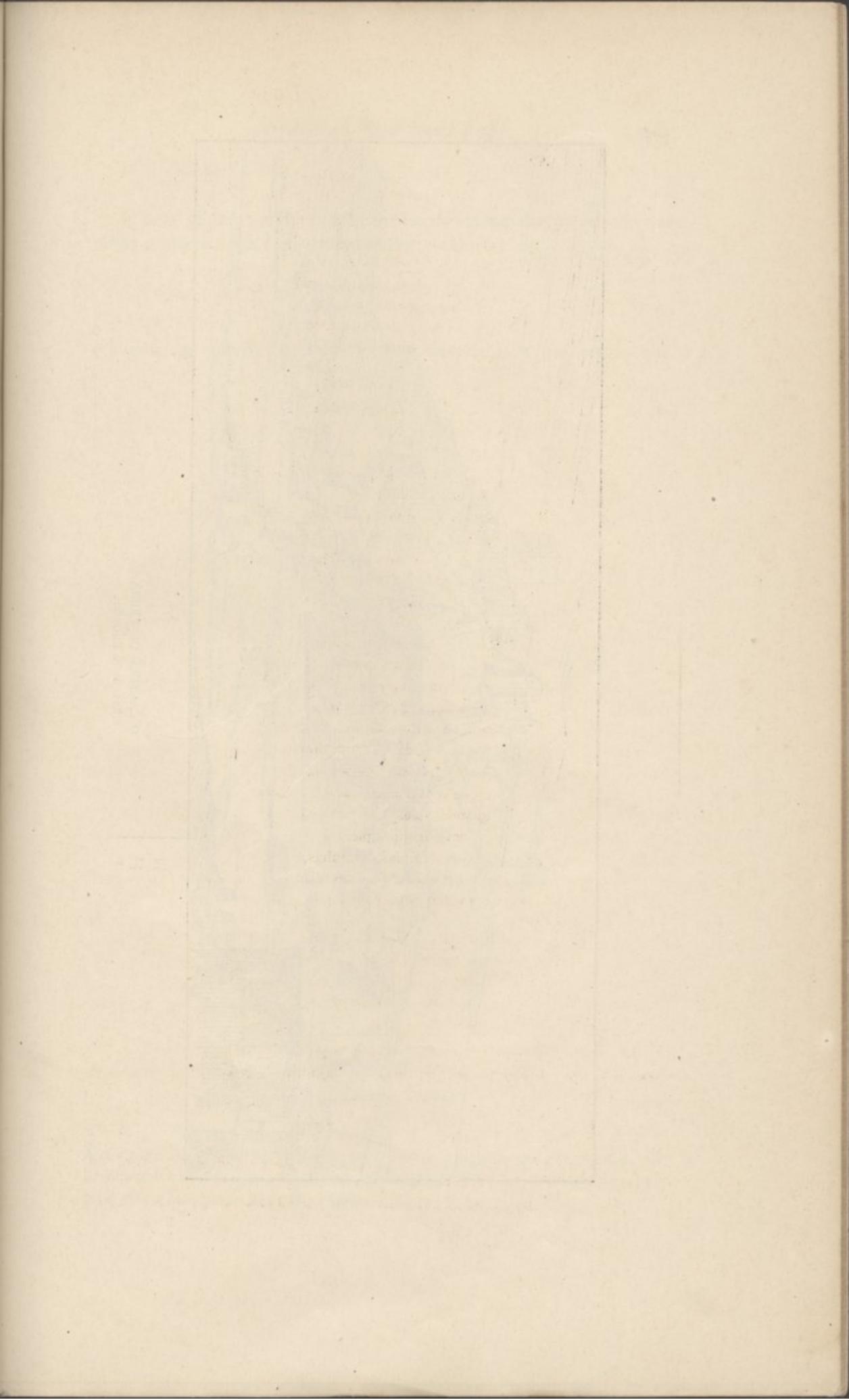
e o mar lhe mostra bonança,
 porque para desventuras
 a ventura nunca falta.
 E ao som que os duros remos
 fazem dividindo as aguas,
 derramando-as de seus olhos,
 vai dizendo estas palavras :
 «Fermosas aguas do Tejo,
 do mundo tão celebradas,
 morada de tantas ninfas,
 e invejadas de outras tantas,
 este corpo que amparais,
 que persegue a sorte ingrata,
 dai-lhe em vós a sepultura,
 que é corpo que vae sem alma...
 O spirito com que vivo
 é de um tormento que mata,
 que os males aonde ha firmeza
 nem com a vida se acabão.
 Junto então do rio Lis
 meu rebanho apacentava,
 fiz me pescador do Lena,
 provei a sorte em mudanças,
 só no mal achei firmeza.
 Sei do bem quão cedo passa,
 e sei que a quem muda, a vida
 se muda, mas não se acaba.
 Sei que vive um corpo morto
 por milagre de esperanças,
 e que o mal ainda sustenta
 quando as esperanças faltão.
 Se em vós mora piedade
 nessas humidas entranhas,
 dai fim a meus tristes dias,
 e a vosso nome esta fama.

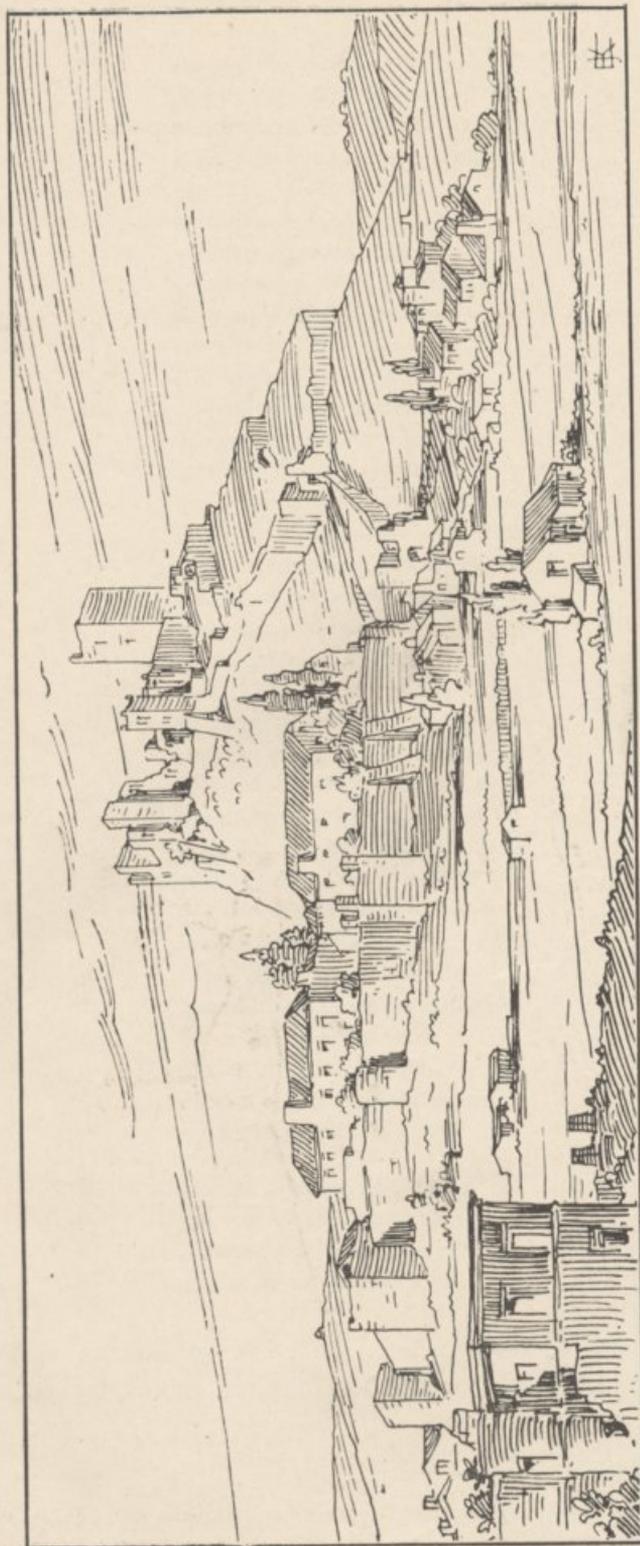
*Contra o poder da ventura
 empregada em hum sujeito,
 dum fogo de Amor perfeito
 aguas foram sepultura.*

O Tejo escutou-lhe os votos; ao corpo que ia «sem alma» embebeu-o nas «humidas entranhas», e quando o cuspiu, tinha-o asfixiado ¹.

¹ Já depois de há muito escrito o texto, ao consultar o Nic. António, dei com esta noticia :

«Presagiisse sibi hoc factum ipse visus fuit cum, nescio ubi, exoptavit, poetica





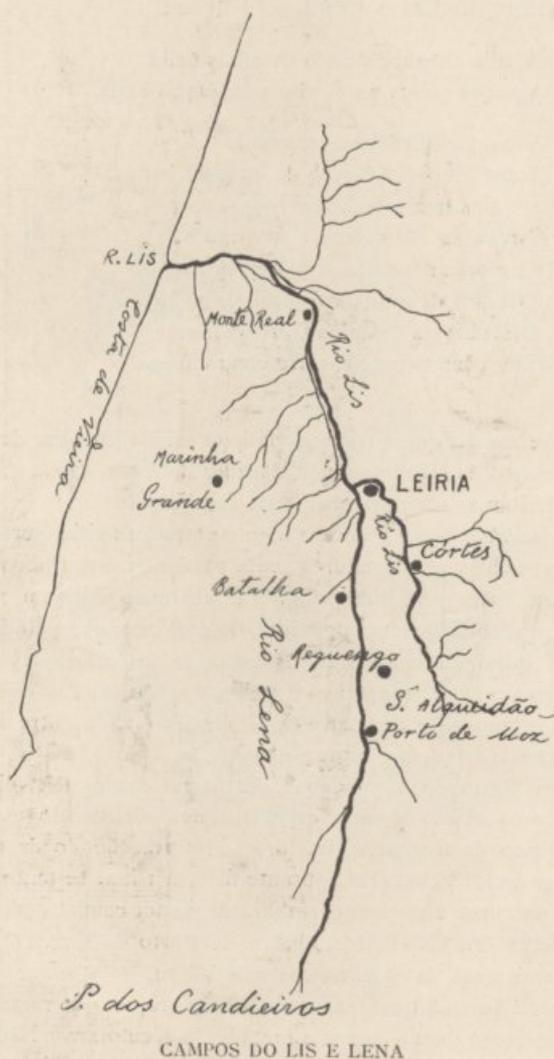
O CASTELO DE LEIRIA.
(Des. de E. Korrodi).



É bem sabida a naturalidade do Lobo, estampada na testada das obras e inscrita nos registos escolares: — Leiria.

Leiria doce, alegre e desejada,
(Condestabre, Canto xii).

é a graciosa pátria do pastor Lereno que cantava nas veigas que



licet exaggeratione, inter Tagi arenas sepulturam. Alguem vira que o Lobo, por licença poética de exagero, desejara que as areias do Tejo lhe servissem de sepultura, mas o bibliógrafo não sabia aonde.

circundam «as ruínas da cidade antiga de Colippo» (*Primavera*, Flor. 1) ¹.

Toda a obra pastoril está inçada de saudades e cantares das ribeiras natais do Lis e Lena — o Lis que vem banhar o aro de Leiria, e o Lena que quasi à vista da cidade lhe entremeia a corrente ². No *Condestabre* projecta em estâncias apaixonadas o panorama encantador da vila pátria — o *Castelo de Leiria*, o magnífico edificio gótico sôbre que páira o nome de D. Dinís ³, alçado sôbre o penhasco, sobranceando o casarío — os montes e as campinas verdejantes, regadas pelos cristais do Lis e Lena. O heroe

À villa chega, e pondo os olhos nella
Viu que nunca antes vira outra mais bella.

Viu aquelle edificio levantado
Sobre o profundo vão de altos rochedos,
De dois tam claros rios rodeado,
Povoados de soutos e arvoredos,
De flores naturaes vestido o prado,
Que aos descuidados olhos fazem ledos,
Descobertas campinas, claras fontes,
Engraçados outeiros, frescos montes.

¹ Gaspar Barreiros diz que a romana Colippo existia no lugar de S. Sebastião, cêrca de 7 quilómetros da cidade actual (Marquez de Avila, *Carta Corográfica de Portugal*, 1910). Hübner aceita também esta localização.

² No introito da *Primavera* descreve logo o «espaçoso sitio, partido em verdes outeiros e graciosos vales que a natureza com particular graça povoou de arvores e fontes que fazem nelle perpétua primavera; em meio do qual se levanta um monte agudo de penedia, cercado, como ilha, de dois rios, que pela fralda dele vão murmurando, até que ajuntando-se no estremo de sua altura levam ao mar em companhia a vagarosa corrente; e assim pela parte do rio Lis que na copia das aguas é principal, como pela do claro Lena que escondido entre arvoredos faz o caminho, é cultivada a terra de muitos pastores...».

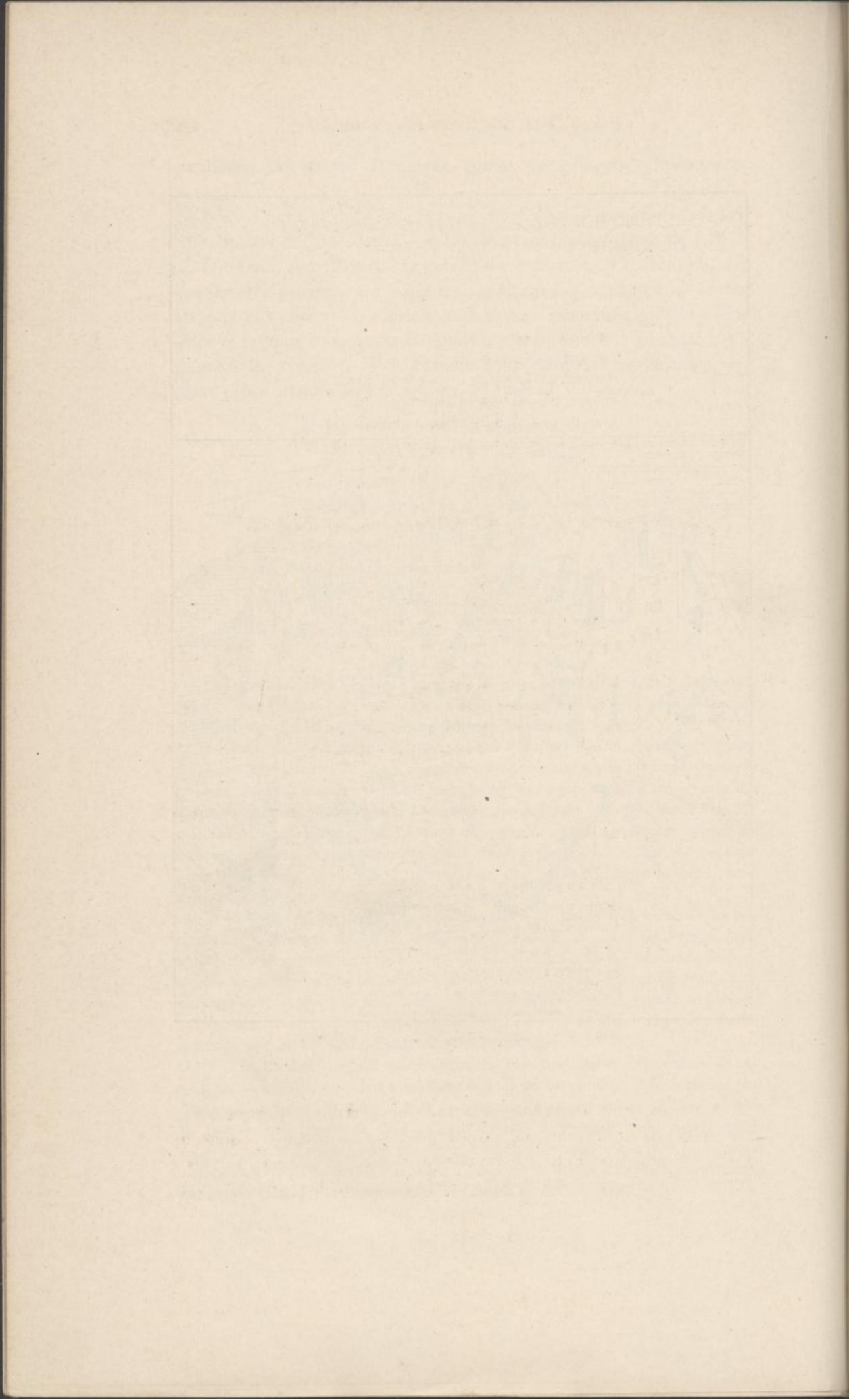
O Lis mana da Serra do Alqueidão e recebe no caminho a veia copiosa que brota por numerosos olhos no sítio expressivamente chamado as Fontes, lugar aprazível e pitoresco da freguezia de Córtes (Informação do dr. Costa Guerra). Depois de abraçar a cidade, recebe a jusante dela, a 1 km. se tanto, a confluência do Lena que, de percurso mais longo, embora de menor caudal, estira a sua origem até ao sopé da Serra dos Candieiros, abaixo de Porto de Moz. O tronco fluvial, torcendo por Monte Real, desagua na costa de Vieira.

³ O sr. Ernesto Korrodi que delineou um belo projecto de restauração do castelo, consigna-lhe como data a segunda metade do século xiv. Não remonta portanto ao tempo de D. Dinís, como se tem dito, mas sim ao de D. Fernando, ou D. João I. Ao tempo de Roiz Lobo o castelo, hoje uma triste ruína, estava ainda menos mal conservado, pois que António Brandão diz que o edificio está sentindo os danos do tempo e censura o descuido de deixar ir perdendo semelhante antigualha (*Estudos de reconstrução do Castelo de Leiria*, 1898).

ESTADO ACTUAL
DA RUÍNA.



O CASTELO DE LEIRIA.
(Des. de E. Korrodi).



.....
 Por uma veiga alegre que ali havia,
 Tam fermosa, tam verde e tam contente,
 Que a qualquer parte aonde a vista alcança,
 Tudo é de flores cheio e de esperança;

Aonde por uma parte o vagaroso
 Lena entre os arvoredos escondido,
 Tocando a rama o vento cubiçoso,
 Por entre os seixos faz doce ruído:
 Por outra o Lis mais claro e mais fermoso,
 Pelo prado em regatos repartido,
 Com flores a verdura alegre esmalta
 E em cobras de cristal correndo salta ...

(*Condest.*, Canto XIX).

Outro escôrço ainda, na róta da batalha de Aljubarrota:

Está a fermosa terra situada
 Numa planície fresca e deleitosa,
 A uma rocha íngreme encostada,
 Donde o castelo a mostra mais fermosa,
 De dois alegres rios rodeada
 E de fresca verdura graciosa,
 Vales ao rededor verdes, sombrios,
 Que cortam mansamente os brandos rios.

(*Condest.*, Canto XIII).

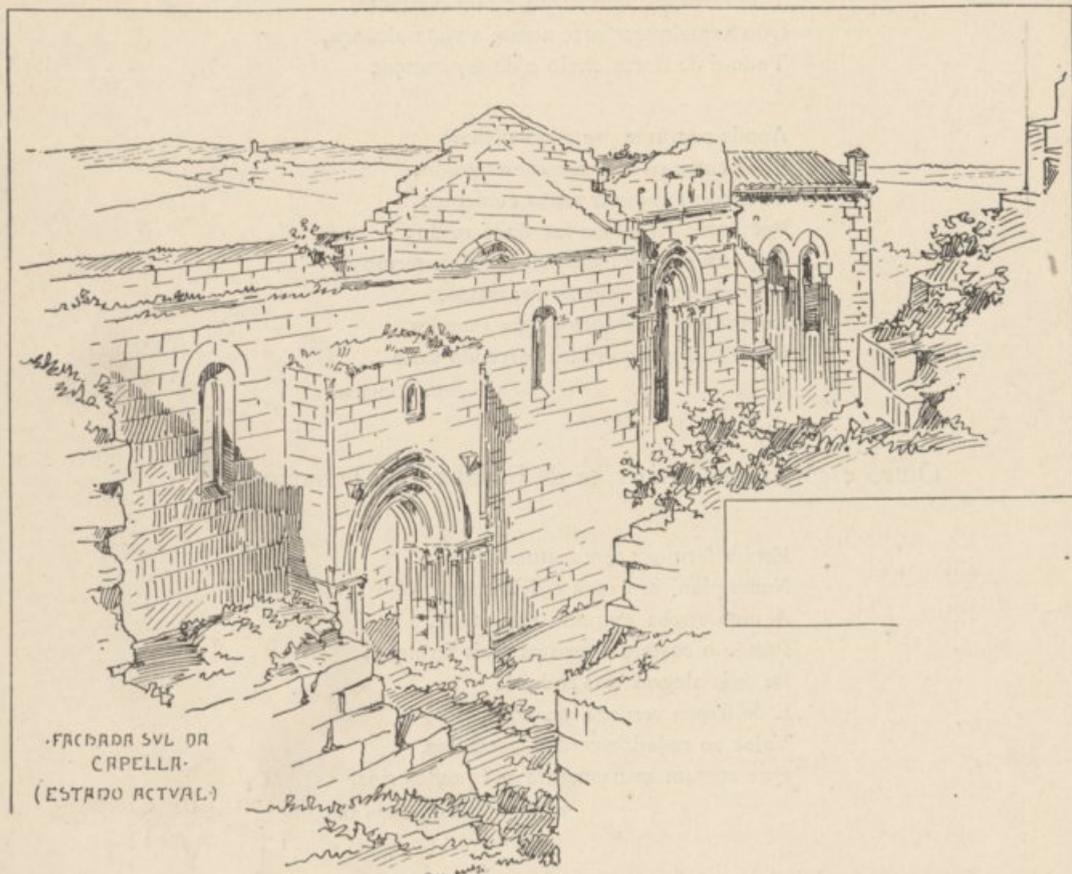
Retrata o templo vetusto da *Senhora da Pena*, a elegante capela joanina dos paços da alcáçova:

Está ao pé dos paços do castelo,
 Sobre aquella alta rocha alevantado,
 Um suntuoso templo altivo e bello
 Que a Senhora da Pena é nomeado;
 Nos pilares, columnas e modelo,
 N'aquelle tempo illustre e celebrado,
 Com os antigos despojos que ficaram
 Das pedras que a Colippo um tempo honraram.

(*Condest.*, Canto XIX).

Ao enaltecer o Parthenon leiriense, fantasia-lhe a arqueologia — um traço da época em que jaziam perdidas as origens architecturais; a Senhora da Pena não se constituiu com as colunas, pilares e restos romanos, é sim um tipo excelente do melhor gótico, levan-

tado no tempo de D. João I⁴ em estilo parêlho do monumento da Batalha.



FACIADA SVL DA
CAPELLA
(ESTADO ACTVAL)

A CAPELLA DA SR.ª DA PENA.

(Des. de E. Korrodi).

A terra natal foi-lhe sempre objecto de efusivas referências. Ao amigo Auliso que nas *Églogas* o adverte :

Mas não te esqueça a Pátria celebrada
Que tanto te ama e tanto te procura,

protesta êle :

Que em quanto me durar o ser e a vida,
O juizo, a vontade e a memoria,
Minha patria jámais seja esquecida ;

Que, posto que de mim tenha a victoria,
Quem a soube alcançar tam dinamente,
Eu deixarei seu nome em larga historia.

(Égl. IX).

⁴ Di-lo a história (*O Couseiro*—*Memórias do bispado de Leiria*, cap. iv, 2.^a ed., 1898), e a lêtra do fecho das abobadas (Korrodi, *loc. cit.*).

Ao evocar na epopeia a pátria, a trasbordar de amor natal, ao hosana junta-se o queixume contra a mãe que maltrata um filho celebrado, tão generoso de sentimentos que lhe perdôa as malfetorias:

Ó doce Patria minha desejada,
Nunca esquecida em meu verso amoroso,
Que quanto sois mais bella e celebrada
Tanto sempre de vós sou mais queixoso:
Se amar que é natural respeita a nada
Mais que a seu fim que é ser mais generoso,
Bem pago estou do muito que vos quero,
Pois nem temo a ventura nem na espero.

Não me queixo agora nem confio
De que tu sorte a tantos não declaras,
Que devo ao Lena e Lis meu brando rio
Sem enganoso pêgo as aguas claras.

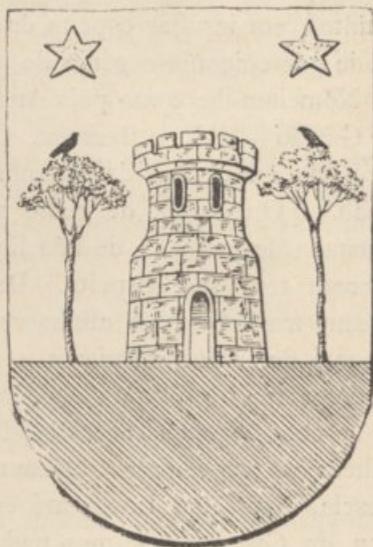
(*Condest.*, Canto xix).

Ainda na *Côrte na aldeia*, ao citar as armas da cidade de Lisboa, Coimbra, Évora e Porto, não esquece as de Leiria: — «uma torre entre dois pinheiros e nelles dois corvos»¹ (*Dial.* II).

A Leiria moderna pagou-se tanto da memória do seu cantor que lhe gravou o nome sôbre a praça principal; entrou enfim o poeta do Lis neste panteon barato da onomástica viária, em paralelo de honras com os nomes de vereadores, políticos e quejandas celebridades do Portugal contemporâneo, immortalizadas nas tarjetas das esquinas².



Está sabido onde nasceu, mas não quando nasceu.



ESCUDO DE LEIRIA

¹ O brasão de Leiria é: escudo coroadado, em campo de prata com duas estrêlas de ouro na parte superior, ao centro um castelo sôbre chão verde e de cada lado um pinheiro com um côrvo em cima.

² O Congresso Nacional acaba de cunhar-lhe o nome no liceu de Leiria. Quantos dos homenageadores, como hoje se diz em gíria de reportagem, conheceriam o bucólico, sequer pelo nome ?!

À falta de documento ¹, o próprio escritor nos esclarece a época do seu nascimento num tópico atêgora despercebido. Na dedicatória da *Côrte na aldeia*, que só na edição autêntica pode ser lida, encontro êstes dizeres: «*E se alguém me julgar por atrevido em tratar de coisas de côrte, nascendo em idade em que já a de Portugal era acabada...*» Ora a côrte portuguesa sumiu-se após os desastres sucessivos da morte de D. Sebastião em 1578 e do cardial D. Henrique em 1580. Logo, o nascimento do Lobo não é anterior a 1580; não permite outra inferência o texto auto-biográfico, tomado à letra. E entretanto surpreende vê-lo, como já mostraremos, a frequentar *Institutas* em 1593. Se veio a mundo nêsse milésimo, era uma criança de 16 anos quando publicava os *Romances* e um rapaz de 21 quando lançava a *Primavera*, onde atinge toda a perfeição do seu lirismo. Esta espantosa precocidade faria compreender o dito de Nicolau António — «*amœno ingenio vir et musarum operi quasi natus*»; as musas embalaram-lhe o berço, poetou de nascença.

Camões baixava à cova no mesmo ano que Lobo despontava ao mundo. *Et quasi cursores vitæ lampada tradunt* — dizia o Lucrecio. O derradeiro hausto de ar que o estertor arrancou da arca do poeta extinto, vem insuflar o peito da criança recém-nada, em que se transfunde por epigonia o génio do grande lírico.

Nomeiam-lhe como pais André de Lázaro Lobo e D. Joana Brito de Gavião — di-lo o Barbosa. No sobrenome de Lázaro deve andar êrro; as matrículas de Coimbra inscrevem-lhe o pai, André Luis Lobo. ¿Que casta de gente seria? Dão-na como gente de prol, abastada de meios, e de bôa linhagem (*ibid.*). Veremos já que esta nobreza tem sua suspeita. Da mãe faz êle menção numa carta adiante transcrita: «A minha velha está muito doente, porém não se esquece de se encomendar a v. m....» Viuva e idosa, era por certo a companhia do filho na residência de Leiria.

A nota de nobreza, atribuída ao Lobo pelos bibliógrafos, fez-me folhear as genealogias; encontrei por lá Lobos de toda a casta e mescla, Rodrigues Lobos até em Olivença (Rangel de Macedo, *Ms. Gen. da Col. Pomb.*), mas nada de indícios do André Lobo ou de Lobos nobres de Leiria.

Camilo atribue-lhe um parente, o *Fernão Roiç Lobo, Soropita* de

¹ Não pude encontrar o paradeiro dos antigos livros paroquiais de Leiria. Não existem no arquivo eclesiástico de Coimbra; em Leiria também não aparecem. Levaram sumiço. Em Leiria dizem que foram queimados no tempo dos franceses, às costas dos quais tantas vezes teem carregado as culpas do desmazêlo e do vandalismo indígenas.

algunha — o colector da lirica camoneana, poeta e prosador justamente encarecido ¹; presume este parentesco, honroso para os dois, pela identidade dos apelidos e da naturalidade. Não é segura todavia a naturalidade do Soropita.

Colige-a o grande escritor duma *Carta de jornada*, em que o Fernão Lobo, indo de Santarém, alcança por Tomar a sua terra que não nomeia; se era Leiria, torcia o caminho em algumas léguas, mas êle explica a volta por Tomar para ir ao encontro de certo amigo, «posto que fosse a caminho desviado». «Ao outro dia, escreve ele, cheguei a esta minha patria», onde é recebido com alvoroço pelos seus naturais e parentes; nos versos inscritos na carta e feitos na sêsta a bordo, diz também «eu vou para onde nasci» ².

O valor demonstrativo destas passagens está em conflito com o extrato da matrícula do Soropita na Universidade — comunicado por J. Silvestre Ribeiro ao Camilo que o traz em post-escrito — em que nos aparece o Fernão Roiz Lobo, filho do licenciado Manuel Alves, natural de Lisboa. Camilo interpreta esta naturalidade, como quali-

¹ *Poesias e Prosas inéditas de Fernão Roiz Lobo Soropita*, com prefácio e notas de Camilo Castelo Branco (1868). Esta edição foi feita sobre o Ms. comprado ao abade de Burgães, proveniente da livraria do mosteiro de Tibães. Outro, apógrafo existe do Soropita inédito no valioso *Ms. Cancioneiro* de A. F. Tomás que tivemos presente por amável cedência do bondoso e ilustre bibliólogo. Traz algumas das peças já editadas por Camilo, e outras bem mais numerosas, em que se destacam poesias líricas de subido merecimento. Só em face delas se vê que magistral poeta foi o Soropita e quanto lhe assentam os encómios dos seus coevos ou vizinhos, como Faria e Sousa, Jacinto Cordeiro, D. Francisco Manuel de Melo. A sr.^a D. Carolina Michaelis dá-nos a boa nova de que tem prontos para a estampa êstes inéditos do Soropita que virão acrescentar uma glória à lírica portuguesa.

² É esta a quadra:

Ventagem tendes de mi,
doce aguas que correis,
pois fugis donde nasceis
e eu vou para onde nasci.

Assim a leu Camilo no códice de Tibães; mas no códice de F. Tomás encontro uma variante que inverte o sentido dos últimos versos:

pois ís para onde nasceis
e eu fujo d'onde nasci.

Em vez de ir para onde nasceu, fugia donde tinha nascido, isto é, de Lisboa. A primeira lição parece-me porêr a preferível, pois não faz sentido dizer às aguas a correr para o mar que vão para onde nasceram. Certamente que é o texto autêntico, visto conferir com a chegada «á minha patria», escrita mais abaixo. O que se não dilucida bem, é a imagem do poeta — a vantagem que as aguas tinham de fugir donde nasceram, salvo se o rincão natal o desgostava.

dade do pai, que não do filho, para conciliar o assento com os dizeres da carta. Ora não é esse o sentido corrente e oficial dos registos de matrícula, o que torna manifestamente duvidoso que o Soropita tivesse Leiria por pátria; a menos que se não trate de outra pessoa do mesmo nome, mas Silvestre Ribeiro faz notar que nenhum outro Fernão Rodrigues Lobo aparece matriculado entre 1500 e 1578. Valia a pena revêr os textos paleográficos da matrícula para apurar se não houve êrro de leitura.

No códice E. Tomás encontro um tópico, que também ajuda em favor da procedência de Leiria; a carta e o soneto burlesco de um negro a uma dama, já publicados por Camilo, trazem neste apógrafo a seguinte rubrica: «que escreveu a instância do abadinho Manuel Soares à filha do Marquês de Vila Real, de quem o negro se enamorou e estava ausente». É uma farça cruel ao pobre preto e uma brincadeira destinada a divertir a fidalguinha de Leiria, o que presuppõe relações de intimidade, que se ajustam com a convivência de patricios.

Numa passagem dessa mesma risonha carta de jornada, Soropita escreve: «Contemple vossa mercê qual iria o pastor Lereno nesta floresta, *riberas del sacro Tajo...*»; isto a propósito ou fora de propósito, ao contar a má noite que passou embarcado no Tejo, dormindo a monte com os outros passageiros. A alusão é clara ao pastor Lereno e às «florestas» da *Primavera*; o verso castelhano é que não se me deparou nos termos da citação; encontrei sim em dois dos *Romances — orillas del sacro Tajo*.

A alusão denota a popularidade de Lereno e o aprêço do Soropita pelo colega. Vejo na lista das suas obras manuscritas, arroladas por Barbosa Machado, uma com o título: «*A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo, joco-sério*». Essa perdida produção seria alguma paródia da pastoral, trabalhada no estilo faceto e arrevesado de metáforas burlescas de que são amostra as prosas editadas e inéditas.

O licenciado Soropita adiantava-se bastante em anos ao presumido parente e colega. A sua matrícula universitária consta dos livros, em anos consecutivos, desde 1578 até 1594. No ano seguinte editava benemeritamente as *Rimas de Camões*; tanto zêlo pelo mestre e nenhum por êle próprio, poeta de cunho, que abandonava a sua produção primorosa aos cadernos dos amadores, descuidoso de legítimas glórias. Os prêlos não premiram senão as suas articulações de advogado de fama, e o prólogo crítico da lirica camoneana.

Surdem-me do recesso dos arquivos dois contemporâneos, ambos homónimos perfeitos do poeta. Um encontrou-o o erudito general

Brito Rebelo¹ na *Chancelaria da Ordem de Christo* na Tôrre do Tombo; é o licenciado Fr. *Francisco Roiz Lobo*, amerceado com boas sinecuras na séde da riquíssima ordem. Beneficiado de S. João de Tomar em 1611 (L. 9.º, fl. 376), obteve em 1616 a vigairaria de S. Miguel da Pedreira (L. 15.º, fl. 48 v.º) que três anos depois permuta pela tesouraria de Santa Maria dos Olivais, bem estipendiada (L. 14.º, fl. 204-5). ¿Teriam de comum, além do nome, alguns glóbulos de sangue, o bucólico de Leiria e o prebendado de Tomar?

O outro topei-lho nos Mss. da Biblioteca Nacional; trata-se de um tal *Francisco Roiz Lobo*, comerciante ou banqueiro em Ruão, que

Assinatura de Francisco Roiz Lobo, banqueiro em Ruão.

em 1644 cambiava de Amsterdão os «provimentos mensaes» ao famoso Marquês de Cascais, o embaixador de D. João IV na côrte de Ana de Austria².

¹ Devemos à franca amabilidade do ilustre investigador as próprias notas que a sua infatigável curiosidade colheu nos papeis do Arquivo Nacional.

² Nos Mss. da Bibliot. Nac. (Caixa 14, n.º 6, 115, 127) encontrei consignadas a *Roiz Lobo* no cat. alfabético três cartas, datadas de 20-8 a 27-12 de 1644, e dirigidas de Ruão por Fr.º Roiz Lobo ao Marquês de Cascais. O estravagante fidalgo cumpria então a sua embaixada na côrte de França, no intuito de estreitar relações com o recente trono de D. João IV; mas o marquês, com o temperamento de *português derretido* e a mania do fausto, desenfreou-se em galanteador, chegando a apaixonar-se ridiculamente pela rainha Ana de Austria, nas barbas do amigo

Homem de dinheiros e português estabelecido na praça de Ruão, cheira de longe a judeu. Seria seu parente? Inocêncio dizia ter tido em seu poder um soneto em que se fazia uma referência ao poeta, como cristão novo; mas já se não lembrava do papel nem o encontrava. Está reparada a perda, cuido eu, e o lapso de memória do bibliógrafo; o soneto estraviado e esquecido há-de ser o do Tomás de Noronha que na Biblioteca da Ajuda se me desencantou¹. É êsse, como já vimos, que no último terceto diz que o Lereno morreu injustamente pela água quando a sua morte natural era a do fogo. Esta protervia duma crueldade imbecil tem ao menos o mérito duma denúncia aproveitável para esta restauração biográfica do Rodrigues Lobo.

Os bibliógrafos oferecem-nos a progénie do poeta como gente «egualmente nobre e opulenta» (Barbosa); e o erudito abade acrescenta: «Merecendo administrar os logares mais honoríficos para que o habilitavam a nobreza do nascimento e a profundidade do talento, etc.». Sabidas as contas, a nobreza féde a marrano, e o Lobo sae-nos um «homem de nação», se a alusão do maligno Noronha não mente.

O Jorge de Montemór também pelos modos padecia da costela de judaizante; pôs-lhe o dedo outro satirico, Juan de Alcalá, chamando-lhe novo em fé e perito em traduzir a língua cristã na hebraica (ap. Men. y Pelayo, *Orígenes de la Novela*, t. I, cap. VIII).

Na mesma Biblioteca da Ajuda há um códice² (52. 7.10) de *Copias das cartas de El-Rey* para o bispo D. Pedro de Castilho e outros vice-reis de Portugal, onde se vê por uma nota de 1 de outubro de 1614 que o beneficiado António Gomes, fabriqueiro da Sé de Leiria, comprara a *Francisco Lobo*, cristão novo, ali morador, o canto dumas casas suas para serventia da igreja; como esta venda não podia consumir-se sem licença da Inquisição, visto tratar-se de cristão novo — por virtude do alvará persecutório de 1606 —, o conselho do Santo Ofício interveiu, e el-rei mandava passar pelo Desembargo do

Mazarini (v. Alb. Pimentel, *Sangue Azul*, 1898). As cartas são puramente de negócio; occupam-se da transferência e câmbio, de Amsterdão para Paris, de cruzados e libras tornesas — as esganadas mesadas que o magro tesouro da monarquia nova vertia nas mãos pródigas do embaixador, simples gôta naquêlê trasbordar de despesas onde êle ia desbaratando a sua casa.

¹ Devo expressar aqui já a minha gratidão ao sr. Cardoso Bettencourt que tão dedicadamente me propiciou a busca de documentos na Biblioteca da Ajuda em 1909.

² Título na lombada: — Do | governo | de | Portugal | do B.º | D. P.º de Castilho | Copias de | cartas de El rey | p.ª o B.º | e p.ª outros | Vice-Reys | de Portugal.

Paço a revalidação da venda. O nome, a terra e a data, tudo fazia crêr que tal assento se refere ao nosso Francisco Roiz Lobo, possuidor de bens em Leiria. Para tirar a limpo esta plausibilidade, bati à porta da Tôrre do Tombo, e não foi em vão¹. Lá me mostraram os autos processuais da Inquisição as vicissitudes do mísero cristão novo a debater-se, êle e os seus, nas garras do Santo Officio.

Nascido em Coimbra—onde tinha parentes, e fazendas nas proximidades, em Taveiro—Francisco Lobo, depois de em novo mercenciar por Portugal e Espanha, viera residir para Leiria, onde se casara com uma tal Perpétua Rodrigues; era rendeiro das jugadas. Aos cincoenta anos de idade, em 1604, um vizinho de portas, bôa alma e familiar do Santo Officio, denuncia-o como reu do nefando crime de coser um crucifixo num caldeiro em água e cinza, cômô se fôra peça de roupa em barreleiro. Prêso logo nos cárceres da Inquisição de Coimbra, escapa incólume a julgamento, abrangido no perdão geral que, a pedido de Filipe III, ávido de extorquir dinheiro à judiaria, a Santa Sé derramou sôbre a cabeça dos padecentes que nêstes reinos estavam respondendo por delitos contra a santa religião (Proc. 2.838, Coimbra). A mão do Santo Officio, passageiramente enfraquecida, desempolga a prêsa para lhe cair no hombro, tardeira mas certa, quando de novo se assanhou a perseguição contra os judaizantes. De Taveiro, para onde se transferira, fruindo dos seus bens e arrendando os de Leiria, arrastaram-no os esbirros em 1620 até Coimbra, e daí a Lisboa à masmorra dos Estaos. De igual sorte estavam sofrendo três irmãos seus: José Lobo, cirurgião em Coimbra, Maria Brandôa e Angela Nunes. Toda esta irmandade, relapsa e renegada do sacramento batismal, «crê e vive na lei de Moisés e nela espera salvar-se».

Metido a tormentos, sentenciaram-no a final à confiscação dos bens e ao cárcere perpétuo (Proc. 3.062, Lisboa). Arrancaram-lhe a pele, despojando-o de quanto tinha, mas não lha torraram no queimadeiro. Morria entre ferros, e não sôbre lenha, o pobre velho de setenta e cinco anos, que viu pela derradeira vez a luz pública na procissão do auto de fé de 28 de novembro de 1621 na praça do Rocio.

Eis aqui quem era o Francisco Lobo que vendia em 1614 um cunhal da casa para bemfeitoria da Sé de Leiria. Seria alguma coisa, de água ou de sal, ao autor do *Desenganado* que nêsse ano

¹ Acolheu-me com inexcédível bizzaria o erudito director do Arquivo Nacional, o sr. Simões Baião, que teve a amabilidade de imediatamente me procurar e lêr os documentos buscados.

saía do prelo? Não posso dizer senão que, na devassa genealógica dos autos, não notei o menor indício de tal parentesco. A massa judaica do sangue do Lereno, não alcanço apôr o sêlo judicial do inquisidor geral, ao lado do ferrete de D. Tomás de Noronha.

Do Soropita, dêsse sim reza-lhe do sangue o Santo Ofício, onde, numa delação autoada perante o inquisidor em 1630, uma sua sobrinha figura como cristã-nova. Esta nota, atêgora desconhecida, a ser verdade, mais abonaria o parentesco dos dois poetas, ambos de costela hebraica ¹.

O ditado de que «há mais Marias na terra», não deve perder-se de vista em história literária. Veja-se o sucedido com os Bernardins Ribeiros, Giles Vicentes, etc. Também aí ficam esquadrihados outros *Franciscos Lobos* e até *Franciscos Rodrigues Lobos*. Quem se deixasse guiar pela homonímia, escorregaria em êrro basto, e forjaria a mais heteróclita biografia do poeta do Lis.

Entrei em suspeitas sôbre se ainda mais um Francisco Rodrigues Lobo teria havido sôbre os já contados. Não ousou alvidrar a sua existência, pois que não lhe alcancei indícios; uma hipótese apenas que envolveria uma questão de autoria literária que certas peças duvidosas arroladas nas colectâneas suscitam, o que em seu lugar versaremos.

Uma epístola de sátira crua, vibrada contra um médico Martim Cardoso de Sequeira, que se me deparou numa Miscelânea do Museu Britânico, sob a responsabilidade do bucolista, outra do mesmo jaez dirigida à actriz espanhola Josefa Vaca, que também circula nos cancioneiros de mão, epigrafada ao Lobo, emfim certa versalhada insulsa de graçolas arreesadas que peja outra Miscelânea da mesma livraria, desdizem, no fundo e na forma, do espírito e do caracter que assinalam a obra autêntica do Lereno. Pergunto-me — sem que aliás descortine resposta — se não teria havido algum homónimo, escritor divertido, trocista implacável, e versejador tão malicioso como inferior, que carregue com a farragem literária da mesma firma,

¹ Forneceu-me êste tópicos interessante a mão erudita e serviçal do sr. Pedro de Azevedo, que me comunicou com a maior gentileza a transcrição dum auto existente no cad.º 12 do Promotor da Inquisição de Lisboa, fl. 1, à data de 22-10-630, onde se lê a acusação de um tal Fernão Leite Pereira que vem denunciar como seguidora da lei de Moisés uma Dona Margarida Loba, *cristã-nova*, moradora com sua mãe Maria Loba, que era viuva e «irmã dum advogado que se chamava o Seropita de alcunha». Os dois tinham vivido amancebados durante cinco anos, e como a moça lhe reclamasse dívida de honra e conseguisse a sua pronúncia em juízo, o sujeito veiu mover-lhe processo perante os inquisidores.

a qual não poderá com verosimilhança crítica inscrever-se no activo dum escritor da craveira do Rodrigues Lobo.



Estudou em Coimbra, onde se formou em leis. Inocêncio recorre ao soneto de 1621, publicado com o sermão do prêgador Fr. António dos Inocentes, para lhe abonar a licenciatura. Não necessitava de ir tão longe; na própria obra do poeta encontraria a prova, se recorresse às edições originais. Lá se lê o título universitário — «o licenciado Francisco Roiz Lobo» — nas informações abonatórias das licenças, no *Condestabre*, na *Eufrosina*, na *Côrte na Aldeia* e na *Jornada*.

Era absolutamente ignorado atêgora o currículo escolar do poeta, peça insuprível no processo biográfico. Já em tempo de balde pesquisou o prof. Mendes dos Remédios nos arquivos da Universidade. Ultimamente, a minha viva instância, voltou à carga, e desta feita com tanta felicidade que os seus fervorosos esforços se coroaram, descobrindo toda a pista académica do poeta desde 1593 até 1602 e favorecendo-me generosamente com o seu extrato pormenorizado e integral¹. Só depois de finda a sua canseira soube o prof. Mendes dos Remédios que dois meses antes a mesma colheita tinha sido feita; foi o caso que o aluno da Faculdade de Letras João Hickling Anglin apresentou, como exercício na cadeira da História de Portugal, passado pelo prof. Garcia de Vasconcelos, o registo das matrículas, actos e graus de Rodrigues Lobo, tarefa de que se desempenhou com zêlo e escrupulo. A mina foi por duas vezes laborada, e por mãos diversas, com resultados concordantes, contrastados por fim pelo illustre director do Arquivo o prof. Vasconcelos.

Surge matriculado nas escolas maiores em leis à data de 8 de outubro de 1594; o assento, truncado nos nomes, inscreve «Fr.^{co} Roiz f.^o de André Luis de Leiria» (*Matrículas* 1589-600, vol. 1.^o, l. 6.^o, fl. 30 v.^o). Vem já integralmente no ano lectivo seguinte, como «Fr.^{co} Roiz Lobo f.^o de André Luis Lobo natural de Leiria», matriculado no curso de legistas a 20 de novembro de 1595; «e jurou vir a 15», aponta o escrupuloso secretário Gregório da Silva (*Ibid.*

¹ Em telegrama de 26 de setembro de 1913 mo comunicava o devotado investigador com um simples *Eureka*, transmitido com a mesma alegria entusiasta com que foi recebido. Diz-me o benemérito buscador que os códices estão muito deteriorados e manchados, e que a letra do secretário Gregório da Silva é o cúmulo da ilegibilidade.

l. 7.º, fl. 30 v.º). Falha a matrícula de 1596-97; mas aparece a de 1597-98 a 10 de outubro (*Ibid.*, l. 9.º, fl. 30 v.º). Em 1598-99 deserta, e por causa; é o ano terrível da peste. Uma provisão de Filipe III de 20 de outubro de 1599 autorizou que se levasse em conta o ano para todos aqueles que se tivessem mantido em Coimbra até ao Natal¹. A dispensa não aproveitou ao nosso estudante, sem que porêem deixasse de resgatar o ano; como a epidemia lhe tolhesse a frequência universitária, foi cursar no vizinho mosteiro da Batalha a aula em que fr. Nicolau da Ressurreição leu durante nove meses de 98 a 99. Assim o documentou em 1602, como prova para formatura, com uma certidão assinada pelo dito padre e acompanhada de «provisão de sua mg.^{de} p. se lhe levar em conta»². No ano lectivo de 1599-600 matricula-se a 15 de março (*Matric.*, l. 9.º, fl. 29 v.º) e no de 600-1 a 5 de fevereiro (*Ibid.*, vol. 3.º, l. 1.º, fl. 27), acusando ainda o atraso das datas a anormalidade sanitária. A matrícula derradeira é a do ano 1601-2 a 20 de outubro (*Ibid.*, l. 2.º, fl. 29 v.º).

Ao rol das matrículas corresponde a série paralela das *provas de curso*. Provou testemunhalmente ter cursado: leis todo o ano lectivo de 1594-95 (*Prov. de curso*, 1594-99, vol. 5.º, l. 1.º, fl. 84 v.º); as «quatro grandes de leis» em 1595-96, 96-97 (*Ibid.*, l. 2.º, fl. 84 v.º), 97-98 (*Ibid.*, vol. 6.º, l. 1.º, fl. 82 v.º). Em 1598-99 foi o intermédio da Batalha. Para 1599-600, 1600-1, 1601-2 provou frequência, desde fevereiro até ao cabo do ano, nas «duas grandes de canones da tarde» (*Prov. de curso*, 1599-604, vol. 6.º, fl. 68 v.º).

Apanha-se por esta documentação a continuidade escolar desde

f. 4.º f.º Roiz Lobo f.º de Anjo Luiz de Leira com cee
 hão Exame unico d'ano

Assento de matrícula de Francisco Rodrigues Lobo nas cadeiras de Instituta,
 em 5 out. 1593.

1594, mas da iniciação universitária de Roiz Lobo aparece ainda rasto anterior. Há a sua matrícula em 1593-94, com certidão e exame, a 5 de outubro em Instituta (*Matriculas*, 1589-600, vol. 2.º, l. 5.º, fl. 37) e

¹ L.º 1.º do *Registo das Provisões e Alvarás*, fl. 351 v.º. — Logo em 19-12-98 representou a Universidade sôbre a necessidade do seu encerramento. Opôs-se a Mesa de Consciência, mas como a epidemia se acendesse terrivelmente, baixou enfim a ordem em 12-5-99. O exodo dos estudantes provocou testilhas com os proprietários de Coimbra à conta dos alugueres das casas. Vid. T. Braga, *Hist. da Univ.*, vol. II, pág. 485.

² L.º *Provas de Curso*, 1599-1604, vol. 6.º, fl. 64 v.º.

prova correspondente de curso de 2 lições de Instituta desde 1 de outubro de 93 a 26 de maio de 94 (*Provas de curso*, 1594-99, vol. 4.º, l. 2.º, fl. 80 v.º). Era já aluno da Universidade com 13 anos. Muito embora surdam no século XVI exemplos de estudantes e até de sábios na idade de tenra adolescência, não fique o caso sem reparo; é verdade que não dispomos de certidão de idade, mas apenas, como ficou dito, de uma referência auto-biográfica que não permite arbitrar-lhe mais anos.

Venit tandem dies, o dia grande do grau. Aos 13 de maio de 1602 «na sala dos autos publicos», presentes o conselheiro Reitor Afonso Furtado de Mendonça, o dr. António da Cunha, seu padrinho de acto, e vários doutores e lentes juristas, leu Francisco Roiz Lobo de Leiria a lição que lhe fôra «assinada para as 4 horas»; ao rematá-la, argumentaram-lhe os condiscipulos e examinaram-no os mestres, terminando o acto com a votação por A. A. e R. R. que deu em resultado aprovação *nemine discrepante*, em virtude da qual o secretário lhe deferiu juramento e o padrinho lhe conferiu *autoritate regia* o grau de bacharel em leis ¹.

Logo uma semana depois, afronta o acto de formatura. Aos 21 de maio, na mesma sala de honra e na presença do Reitor, do padrinho Jerónimo Pimenta, lente de véspera, de mestres e doutores juristas, pronunciou o bacharel das 4 horas em diante a lição de ponto como lhe fôra marcado, a que se seguiram argumentação e examina; na «votação sobre a penitencia e por A.A. e R.R.» «não foi penitenciado», saindo aprovado *nemine discrepante* «p.º usar de suas letras». Estava emfim um bacharel formado ². Da licenciatura é que não foi encontrado o registò; é possível que fosse tardia, ou talvez mesmo se não realizasse, e não passasse duma graciosidade honorífica ³.

¹ L.º *Autos e Graus*, 1601-4, vol. 2.º, fl. 124. Figuram como testemunhas os drs. Mendo da Mota, Nuno da Fonseca e Jerónimo Pimenta.

² *Ib.*, fl. 125 e 125 v.º.

³ Onde peia primeira vez dou tento do apêndice de licenciado, acolchetado ao nome de Lobo, é no *Condestabre* (informação de 1608); o título reaparece na *Eufrosina*, na *Côrte na Aldeia*, na *Jornada* e no sermão do fr. António dos Inocentes. Seria pois para supôr que só tarde se graduasse. Todavia na 3.ª ed. da *Primavera* (1619) também carece de categoria.

O prof. Garcia de Vasconcellos suscita-me em carta, muito para penhorar, uma hipótese que não me acudira; inclina-se a crêr o douto escritor, que o chamariz de licenciado não passa de gracioso, uma espécie de *honoris causa*, tal como ao depois o dom gratuito de doutor, banalmente dispensado a todo o bacharel formado. É plausível a suposição, e tanto mais que, segundo noto, não é o autor que na testada se arroga a insígnia de licenciado, mas sim os informadores que lha inculcaram nas licencias. O costume de repuxar os graus universitários, tal

Soy asimismo el que se me ha escrito
 no sobre experiencia e por el qual
 no se ha de entender que se ha de
 regalar a los que no se han de
 ser por todos e para nessuno dize
 por se gogario de pila e pila
 Ho jurado de mi
 Difficil y no p...

e floriu por entre a «fétil herva» dos campos do Mondego. Do seu favor poético em Coimbra reza o Faria e Sousa, ao armar a tôla e má suspeitá de que o Lobo teria roubado a um manuscrito dêle poesias de Camões: «al tiempo que empezé a estudiar, que fué por los años de 1600 y los once de mi edad, me cogió este libro un mozo que luego se fué estudiar a Coimbra onde entonces florecia Francisco Roiz Lobo...».

Dêsses tempos da Coimbra acadêmica, onde tirocinou o filósofo da *Côrte na Aldeia* e fuzilou o estro do poeta da *Primavera*, há relanços picantes. Os três *Romances á la vida escolastica* (2.^a parte) objectivam no verso o eterno tipo do estudante pobretaina, faminto e piolhoso — mísero escalracho das margens do Mondego como do Tormes, donde viçou à farta na literatura picaresca, inspirada do meio salamanquino. O debuxo caricatural, feito pelo Roiz Lobo, do boémio escolar, com a barriga a dar horas, sapatos a rir-se de rôtos, vèstia a bordar-se em farrapos, mas sempre farronqueiro e doidivasas, brota da baixa corrente do realismo coimbrão, repuxada da Castália do Quebra-Costas, fonte perene de que beberam as versalhadas do Duarte Ferrão e as paródias cabulísticas do doutor Couto Monteiro.

Ao dar das onze da noite o estudante famélico,

Sentado en el casto lecho,
 que no hay sobras de lujuria
 donde hay falta de dineros,

(1608), onde Roiz Lobo, à moda de hoje, enumera as suas obras já impressas e à frente os *Romances*.

canta, sôbre a trova «tiempo bueno, tiempo bueno»¹, os seus desabafos de Job:

Que pocas que son mis carnes,
que nudos que estan mis huesos;
que jubon y que zapatos
tan puestos en el extremo,
y que bonete tan malo,
bueno para dar consejo;
que sotana tan gastada,
y que gastado manteo...

Os livros serviam quantas vezes de refrigerio, convertidos em pão e queijo. Nisto sôa a meia-noite, o candieiro dá em sêco, e o estudante deita-se, a vêr se pode rebuçar a fome no manto do silêncio.

As contas com o moço para apurar o paradeiro de três reales mostram um depenamento extrêmo, em que toma parte cruel a unha do velhaco.

Agora temos o gramático, galã truanesco, esporeado por Cupido, frôxo de rédea no desbocamento amatório. Veja-se-lhe a cerdosa figura:

... ancho de espalda y de cara,
grueso de puño y muñecas,
y por ser longo de piés,
liberal de las orejas,
de frente arrugada y corta,
las cejas juntas y espesas,
ojos de color de gato,
peinados de sangre menstrua...

Êle aí vai trotando noite fora pela rua do Quebra-Costas, barrête redondo derrubado ao sobrólho e empenado com os sobejos da enxerga, sotaina rasgada a chorar o negro de outrora, mantêu da mesma laia, sapatos de quatro solas ou antes solas sem sapatos, e no sovaco a inevitável durindana, ferrugenta, quebrada e velha,

que ha quedado de los Godos
dentro en una chimenea.

1

Tiempo bueno, tiempo bueno,
quien te me llevo de mí?
Que en acordarme de ti
todo placer me es ajeno.

Cantar lírico de cóplas, muito em moda desde fins do século xv. Glosam-no e citam-no a miude os nossos escritores: Garcia de Resende, Jorge Ferreira, Camões, Caminha, Falcão de Resende (D. Carolina Michaelis, *Romances velhos em Portugal*, 1909).

Chegado ao balcão da dama que anda de cócoras a esfregar o sobrado, saca do rabel desafinado e canta esta letra :

Quid agis, que no pareces
domina en essa ventana,
 tan compuesta y tan galana
 como *quotidie* te ofreces ?

Ubi est tu faz *pulchra* y bella,
inter la chusma fregona,
 que és entre ellas tu persona
 qual *inter nubes* estrella.

Per mare y terras perdido,
hodie te he buscado entrellas,
 del Arregaça a Coselhas,
 y en vano todo he corrido.

Suspende *quæso* el fregar,
dulce decus de mis ojos,
 viene afregar mis enojos
 con agua de tu mirar.

Que *adeo affixus* me tiene
 por mirarte el ciego Amor,
 que hasta esse rubio licor
 con solo olor me entretiene.

Y de mis juycios vanos
nullum penitus divina
 si huelen tus manos á orina,
 si huele la orina á tus manos.

A fregona assoma por fim à varanda para falar ao bonifrate que todo se desbarreta; senão quando, a ama lá de cima despeja lhe uma baldada de urina, como sabido remédio para pensar as chagas da ternura.

Nas quadras dêste romance — perfumado a amoniaco de latrina — onde se enrança o latim, veja-se uma das raizes donde havia de pojar a literatura macarrónica que veiu a ter como representativo o Ferrão do *Palito-Métrico* ¹.

O bucólico, conhecido sòmente pelas jeremiades idílicas, antes de

¹ A mescla de latim no verso usára-a Gil Vicente, p. ex., no belo *Pater-noster* com que abre o *Velho da Horta*. No *Cancioneiro* de Garcia de Resende encontro uns versos de Francisco Lopes à prisão de Joana de Faria, entremeados de palavras latinas :

Estabat como soia
 em suas comtemprações
 esta senhora Faria...

Tanquam latrones com ela
 vi beleguins apegados...

frondejar lirismos liliais deu de si êstes galhos de tôjo realista e crú. Ao tempo não se escodeara da carêpa grosseira das alfurjas coimbrãs. Não punha só os «altivos pensamentos» nas Liseas, Cimeias, Belisas e quejandas, de graça silfidica e de estrelada pureza. Os versos escoam-se-lhe também para o ouvido bronco e sujo das loureiras. Tais: a *Dama castelhana* que o intimava a não olhar para as ventanas, emquanto trouxesse a bolsa vazia; aqueloutra que o poeta comparava ao sol, mas que em matéria de signos,

siempre estais en Capricornio,
sin poder entrar en Virgo;¹

e a Joana, a nata das moçoilas, pelos modos formosa como os anjos, fácil como as galinhas,

que aún no bien saliste apenas
dende mi casa una tarde,
quando me vi con dós cuernos
más firmes que de diamante.

Êle glosava estas sujeitas e estas imagens antes de levedar de todo em Lereno. Babujara no charco, primeiro que o coração se defecasse no crisol da ventura e lhe despontassem as asas impolutas da musa dos idílios.

Da vida folgazã do páteo das escolas e dos cenáculos coimbrões há na *Côrte na Aldeia* insistentes reminiscências: um pecúlio de historietas, ditos, anedotas, passados com estudantes e gente da cidade — um relanço da vida universitária ao abrir do século xvi.

O Mondego repassa na pastoral à compita poética do pátrio Lis e do sacro Tejo; o segundo quadro da *Primavera* encena-se nos campos do Mondego. Esboça o panorama coimbrão quando o pastor Lereno e seu amigo Menandro chegam «ao cume dum monte donde começaram com os olhos a descobrir a vagarosa corrente do

¹ Um paralelo desta passagem depara-se-me nuns versos do famoso Procurador Geral da Corôa, Tomé Pinheiro da Veiga, que fazem parte duma obra sua manuscrita — *Fastigimia*, agora estampada por J. Sampaio (Bib. Mun. do Porto, 1911) — um trecho memorial, impressivo e jocoso, em que o jurista pinta a côrte de Valhadolid onde os seus pecados o levaram em 1605 a peticionar emprêgo em Portugal:

... su signo fiero
Donde Virgo és siempre extraño,
Reinando por todo el año
El Capricornio y Cancero.

Estas redondilhas tinham sido já transcritas por Garcia Peres (*Catálogo*).

Mondego que em curiosas voltas se detinha por não chegar ao mar, onde perde o nome e o sabor de suas doces aguas», demorando-se ali «em contemplar os suntuosos edificios e altos templos da famosa cidade de Coimbra, honra e gloria da Lusitania, e apraziveis lugares e quintas de que está rodeada». Dali se aparta em magoada despedida, dizendo adeus aos choupais e salgueirais, ao *Penedo da Saudade* e à *Fonte dos Amores*:

Adeus aguas cristalinas,
Adeus fermosos outeiros,
Faias, choupos e salgueiros,
Lirios, flores e boninas.
Adeus fermosa lembrança
Com que em meus males vivia;
Adeus vales de alegria,
Adeus montes de esperança.

Adeus fermoso penedo,
De quem com tantas verdades
Fiei minhas saudades,
Que me pagastes tão cedo.
Adeus prado, adeus pastores,
Vassallos deste amor cego;
Adeus aguas do Mondego,
Adeus fonte dos amores...

(*Primav.*, L. 2.º, Flor. x).

O cenário coimbrão repinta-o nas estâncias épicas, ao narrar a vinda do *Condestabre* e do Mestre de Aviz às côrtes históricas donde saiu a aclamação de D. João I:

Descobre a terra altiva e graciosa,
Coroadá de palmas, hera e louro,
Qu'ê de Minerva e Febo o mór tesouro.

Eis atravessa o campo tam famoso,
Que de Hercules o nome inda sustenta,
E as altas torres vê, que o vagaroso
Mondego em seu remanso representa.
Ó quam alegre o Mestre valeroso
Da deleitosa vista se contenta,
Aonde as aguas, os montes e a verdura,
Menos parecem montes, que pintura.

A corrente serena e graciosa,
Os alegres outeiros levantados,
Os limites da praia tam fermosa,
Com salgueirae espessos assombrados:
A Cidade tam nobre e populosa,

Descobrimdo do alto o rio, os prados,
Aos olhos parecia estar diante,
Qual no esmaltado anel claro diamante.

Com alvoroço as gentes, e alegria,
A vagarosa ponte atravessavam,
A ver aquela ilustre companhia,
Em cuja mostra os peitos se alegravam...

(*Condest.*, Canto xii).

Eis a bagagem que êle trouxe de Coimbra; alforjou ainda no costal cartas prosaicas de graduado em leis. Do seu tirocínio jurídico como que mofa irrespeitoso pela boca do estudante que se queixa da tirania do amor:

No me dejarà el traydor
solo en revolver mis libros,
de Baldo para Jason,
y de Bartolo a Sucino,
levantando testimonios
a Seyo, Sempronio y Ticio,
que son ciertos en el baile
como negros al domingo:
haciendo mis consecuencias,
sequelas y silogismos,
para contra la verdad
que Dios le tenga en buen siglo...

(*Romances*).

Há aqui o tédio dos ripanços magistraes do Direito: do Bártolo, o grande Bártolo, o glossador trecentista de Perusa, cujo comentário ao Código de Justiniano fazia lei em Portugal; Baldo, seu glorioso discípulo, que passeou pelas universidades italianas o verbo perito no direito romano e canónico; Jasão de Magno, o professor paduano, Socini, o pai, o filho e o sobrinho, os praxistas de consultas do quatrocento¹. E a dansar, como em batuque domingueiro, tangidos pelas argúcias da escolástica, embrulhadora da verdade e da justiça, os símiles representativos das partes—Seio, Semprónio e Tício—os pleiteantes da gíria jurídica em chicana de sabatina.

Se repudiou logo o verso charro escolaresco, tão predilecto do Soropita, fez o mesmo à jurisprudência; engeitou-a talvez por não sentir necessidade, tendência ou éxito no tratar com os Tícios a valer.

O certo é que não fincou, que se saiba, os cotovêlos nas escreva-

¹ De Savigny, *Geschichte des röm. Rechts im Mittelalter*, trad. fran. de 1839; e *Gr. Encyclop.*, art.^o

ninhas da côrte em qualquer emprêgo pingue, nem sequer na banca do letrado em que se illustrou o Fernão Lobo¹; o que denota a posse de bens suficientes para o remedeio duma vida modesta². Na bela epístola dedicatória da égloga v diz-se êle: «Pobre, contente, e rico sem cuidado — a *aurea mediocritas*, à sombra da qual docemente modulou a avena pastoril.

(Continúa)

RICARDO JORGE.

¹ Fui encontrar no esquecido bibliógrafo João Soares de Brito (*loc. cit.*), que o Roiz Lobo exercitara com realce a advocacia — «professione jurisconsultus, in qua laudabiliter profuit». O douto abade de S. Tiago de Anta, embora escrevesse à data de 1655, por certo se equivocou, talvez com o homónimo Soropita de quem aliás não fala como causídico.

Posse de emprêgo público, cargo em Lisboa, não consta; a sua residência em Leiria, por todos os modos comprovada, como veremos no fecho do capítulo seguinte, torna-a inverosímil. Daí a esterilidade das buscas feitas na Torre do Tombo por Brito Rebelo, Pedro de Azevedo e outros.

² Do seu giro monetário um único indício colhi; é a nota dum pagamento que lhe fez em Leiria um tal Diogo Nunes Caldeira por conta de Diogo Duarte de Elvas. A soma, importante para o tempo, ascende a 154 mil réis. Consta de um canhenho de lembranças existente na livraria do Conde de Tarouca (Ms. Coll.ª Varia, t. 4.º, últ. pág.), onde o descortinou a paciência do general Brito Rebelo que me ofertou a transcrição com a bizzarria do costume: Ao sôr francisco rodrigues Lobo que deos goarde em Leiria | ficção lançados por conta do sôr diogo nunes caldeyra do que deve nalfandega desta sidade de Lisboa | sento e sincoenta e quatro mil rs. que por mim pagou ao sôr fr.º rodrigues Lobo. em Lx.ª dia 3 de janeiro de 168 (1608). Diogo duarte delvas.

Estabelecimento primitivo da Universidade em Coímbra

Ignorava-se até há pouco a data precisa da fundação da Universidade de Lisboa por D. Denis. O documento precioso, ultimamente descoberto, e hoje existente no Arquivo da Universidade de Coímbra, de que dei notícia desenvolvida no vol. I desta *Revista*, a pág. 363 e seguintes, resolveu plenamente este problêma.

Vem agora a propósito perguntar: quando é que D. Denis transferiu para Coímbra o seu Estudo geral?

Outro problêma cronológico, que há muito se supunha resolvido, e que entretanto o não estava. Foi o insigne lente de diplomática João Pedro Ribeiro quem, emendando Leitão Ferreira, deu em 1811 a solução que foi adoptada pelos escritores que daí em diante se occuparam do assunto. Entretanto essa solução é errada.

Historiemos o caso, que é interessante.



Era tradição aceite pelos autores, que a Universidade fôra por D. Denis transferida para Coímbra no ano de 1308¹. Sómente o doutor Fr. Francisco Brandão, na *Sexta parte da Monarquia Lusitana*

¹ PEDRO DE MARIZ, *Dialogos de Varia Historia*, dial. v, cap. iii; — JORGE DE CABEDO, *De Patronatibus Ecclesiarum Regiae Coronae Regni Lusitaniae*, cap. XLVII; — D. RODRIGO DA CUNHA, *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, p. II, cap. LXXIV, n. 3, pág. 214; — *Estatutos da Universidade de Coímbra*, ed. 1654, prólogo; — FR. ANTONIO DA PURIFICAÇÃO, *Chronica da antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de S.^{to} Agostinho*, p. II, l. VII, tit. I, § 3, fl. 215; — D. NICOLAO DE SANTA MARIA, *Chronica dos Conegos Regrantes de S.^{to} Agostinho*, p. II, l. VII, cap. XV, n. 14, pág. 60; RODRIGO MENDES DA SILVA, *Poblacion general de España*, descripç. de Portugal, cap. V, fl. 117 v.º; — MANOEL DE FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, vol. III, p. III, cap. XII, n. 237, pág. 225; — D. JOSÉ BARBOSA, *Memorias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coímbra*, pág. 2; — D. RAFAEL BLUTEAU, *Diccionario portuguez e latino*, verb. *Coímbra*, pág. 364; — *et alii*.

tana, l. XVIII, cap. xxviii, pág. 119, se afastára dêste concêrto, emitindo a opinião de que tal transferência se havia realizado em 1307, em seguida à chegada duma bula do papa Clemente V referente à dita trasladação, e dada em Poitiers a 28 de Março deste anno.

O beneficiado Francisco Leitão Ferreira nas suas *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, inseridas na *Colecção dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*, vol. do anno de 1729, refuta a pág. 74 e seguintes a opinião de Brandão, que se baseava na interpretação errada da data daquela bula, na qual se lê *Datum Pictavii V. Kalend. Martii Pontificatus nostri anno tertio*. Ora Clemente V, eleito papa em Perúgia a 5 de junho de 1305, sòmente foi coroado em Lyon a 14 de novembro seguinte, e contava os anos do seu pontificado da data da coroação; por isso tanto o mês de fevereiro como o de março incluídos no 3.º anno do seu pontificado eram os do anno de 1308, não os de 1307. O anno de 1308 foi bissexto, pelo que o dia 5.º antes das calendas de março, em que se datou a bula, foi o dia 26 de fevereiro. Assim a opinião do sábio cronista da *Monarquia Lusitana* ficou inteiramente refutada e posta de parte.

Mas vem depois João Pedro Ribeiro publicar nas suas *Dissertações chronologicas*, vol. II, append. viii, um documento, que encontrou no Cartório da Fazenda da Universidade, e que é nada mais nada menos de que um alvará de D. Denis, *dante em Santarem xxvii dias de Janeiro, era de MCCCXLV anos*, no qual são confirmadas umas constituições feitas pela *Universidade do meu Estudo de Coimbra*, para lhe servirem de regulamento. Daqui conclue J. P. Ribeiro: — «Já em Janeiro da era 1345 (anno 1307), data deste Diploma, se achava transferida a Universidade para Coimbra, desvanecendo-se assim as conjecturas em contrario de Leitão nas Memor. Chron. da Universidade, pag. 74 até 80, n.º 161 até 173»¹. E esta conclusão parece incontestavel.

José Silvestre Ribeiro foi mais além. Dando como definitivamente assente que a Universidade já estivesse em Coimbra no princípio de 1307, acha *muito provavel que a mudança tivesse sido feita no antecedente anno (1306)*². Efectivamente, para a Universidade de Coimbra fazer as suas constituições ou estatutos, serem estes levados à côrte, ali examinados e estudados, ter o rei *avudo conselho com letrados e com outros da Corte*, segundo se diz no documento, e por fim

¹ Loc. cit., pág. 241, nota.

² *Historia dos Estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal*, vol. I, pág. 425.

ser expedido o alvará de aprovação de Santarém a 27 de janeiro, era indispensável que a corporação universitária já estivesse naquela cidade desde o ano antecedente.

Esta sentença de José Silvestre Ribeiro passou em julgado, e quasi todos os autores que escreveram depois dão como muito provável, ou como certo, que o primeiro estabelecimento da Universidade em Coimbra se realizou durante o ano de 1306. Mota Veiga¹ chegou a admitir como possível que a transferência se fizesse ainda antes deste ano.

Durante muito tempo deixei-me levar na corrente da opinião geral, e escrevi mais de uma vez que a Universidade já funcionava em Coimbra em janeiro de 1307. Mas depois comecei a reflectir sobre o caso, aproximando documentos, e no meu espirito levantaram-se dúvidas, que se foram avolumando cada vez mais. Vejamos.

Foi pela *charta magna priuilegiorum* de 15 de fevereiro de 1309 que D. Denis concedeu à Universidade de Coimbra poder e faculdade para fazer as contituições ou estatutos necessários². — ¿ Como é que mais de dois anos antes desta concessão, encontramos a Universidade a usar já dessa prerogativa ?

A 26 de fevereiro de 1308 foi expedida de Poitiers ao arcebispo de Braga e ao bispo de Coimbra a bula *Profectibus publicis*, em que o papa Clemente V deu àqueles prelados autoridade apostólica para permitirem a trasladação da Universidade de Lisboa para Coimbra com todos os seus privilégios, se reconhecessem em suas consciências a utilidade dessa transferência, depois de terem averiguado plenamente o facto e circunstâncias do facto alegado por D. Denis na sua petição, relativamente às dissensões e escândalos graves que em Lisboa haviam surgido entre os habitantes da cidade e os estudantes, e às condições de maior comodidade e conveniência, que se davam em Coimbra; e na mesma data foi dirigida a D. Denis a bula *Porrecta nuper*, a comunicar-lhe a expedição daquela, e a conceder que, dado o caso de os dois prelados autorizarem a trasladação, à Universidade de Coimbra podessem ser assinados os rendimentos de seis igrejas do

¹ *Esboço historico-literario da Faculdade de Theologia da Universidade*, pág. 29.

² *Eisdem jnsuper scollaribus duximus cōcedendum ut rectores et cōsillarios sibi creare valeant bedelum ac officialles alios per quos status Vnjuersitatis jn melius perducatur. Et quod eadem Vniuersitas archam habeat comunem et sjgillum nec non quod possit per se uel per alios ordinare libere et statuere ea que multiplicationem Studii et studentium vtilitatem et tranquillitatem respicere dignoscuntur* (LIVRO VERDE, pág. xv; — CODICE JOANINO, fl. 3).

padroado real ¹. — ? Como pode então admitir-se que já a esse tempo estivesse funcionando, desde mais dum ano, o Estudo geral em Coimbra ?

Depois de transferida de facto a Universidade para a cidade do Mondego, D. Denis fez expedir a *charta magna priuilegiorum*, que principia pelas palavras *Regalem decet excellentiam*, e que era o diploma régio, solenemente redigido em latim, que dava existência legal ao novo Estudo conimbrigense, e determinava as condições da sua vida e funcionamento, mais amplas e mais favoráveis do que havia gozado o de Lisboa, cercando-o de privilégios e auxílios, que melhor assegurassem o seu desenvolvimento e progresso. Nesses diplomas não se faz alusão ao anterior Estudo olisiponense, e apresenta-se o de Coimbra como criação nova, fundado por esta carta régia: — «... in ciuitate nostra colimbriensi, quam preelegimus in hac parte, FVNDAMVS ET PLANTAMVS IRRADICABILITER *Studium generale*» ². É o diploma da fundação régia da Universidade de Coimbra, que tem a data de 15 de fevereiro de 1309. — ? Como explicar a sua expedição tão serôdia, quando a Universidade já tinha de existência em Coimbra mais de dois anos ? Que explicação poderemos dar ao facto de ter funcionado nesta cidade o Estudo geral durante tanto tempo, sem que se nos depare um único diploma régio anterior aos fins de novembro de 1308, a providenciar acerca da instalação das escolas, da habitação e manutenção dos escolares, e de outros assuntos que urgente seria resolver, ao enxertar o organismo universitário na bela e pacata cidade do Mondego ?

Todas estas considerações levantaram no meu espirito dúvidas sobre a solução corrente dada ao problema cronológico da primitiva implantação do Estudo geral em Coimbra. Era indispensavel estudar o probléma nas suas origens, recorrer aos escassos documentos que possuímos, e sujeitá-los a um sério exame crítico.

A opinião antiga era bem fundamentada.

As citadas bulas pontificias excluíaam a hipótese de se ter realizado a transferência antes da primavera de 1308; por um alvará datado de Leiria aos *vijnte sete dias de nouembro era de mjl e trezentos e quorenta seis años* (an. 1308), e dirigida a *uos alcaide e aluazijs e conzelho de cojnbra e ao meu almoxarife e ao meu escripuã dessa villa*, manda el-rei D. Denis *que os scollares do Studo dessa villa ajam*

¹ O texto destas duas bulas vem no LIVRO VERDE, pág. iv e vii.

² LIVRO VERDE, pág. xv.

sseus açougues e seus carniçeiros e seus vinhateiros e suas padeiras e metam sseus almotações e não seja nenhũu tam ousado q̄ lhes faça mal nem força nẽ vaa contra aquelles q̄ elles hi meterem; o que mostra que no declinar do outono daquele ano já a Universidade aqui funcionava. A conclusão pois era legítima e segura.

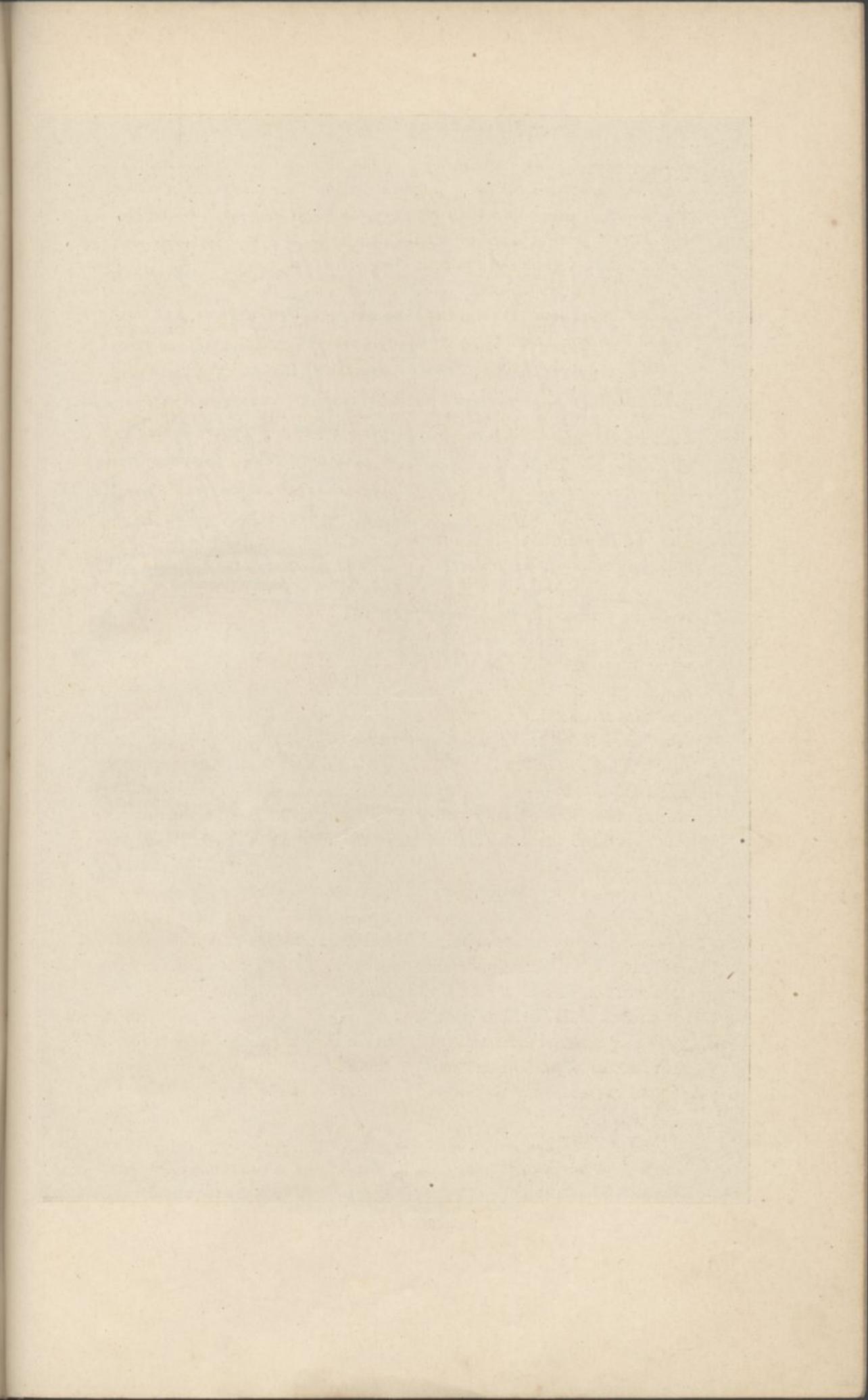
Já vimos que Brandão, para combater esta opinião corrente, se baseara numa data errada; demonstrado por Leitão Ferreira o equívoco do erudito cronista, ficou de pé a opinião antiga.

Mas ¿ que dizer ao documento publicado por J. P. Ribeiro, que determinou a nova solução do problema?

Não existe o original dêsse diploma dionisiano de aprovação e confirmação das constituições feitas pela Universidade de Coimbra. O insigne diplomata extraiu-o duma certidão, que insere êste e outros documentos, passada na Tôrre do Tombo a 31 de janeiro de 1491, em face do livro I da Chancelaria de D. Fernando. Constitue esta certidão um códice membranáceo de 22 folhas numeradas, ainda hoje existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, estante I, tab. 1, e conhecido pela denominação de *Códice Joanino*, por ser passado êste diploma em nome de D. João II. Principia a cópia do referido documento de D. Denis na 23.^a linha do r. da folha 10, e termina na 4.^a linha do v. da folha 11. É nestas últimas 4 linhas que se encontra a data, em letra bôa, regular e perfeitamente distinta, que não deixa logar a dúvida: — «*dante em santarem xxbij dias de Jan^{ro} ElRey o mandou per meestre gill das lex & per Ruj gllz^c sseus creligos & per martim gill sseu vassalo L^{so} mjz^c a fez era de mjll e iij^c Rv anos*; — esta era, aqui enunciada, de 1345 corresponde ao ano de Cristo de 1307. Foi pois fundado neste documento, de cuja exactidão não tinha motivo para duvidar, que João Pedro Ribeiro emitiu a sua opinião.

Há porêem no Arquivo da Universidade, no *Livro Verde*, outro registo mais antigo do mesmo documento. O *Livro Verde* é uma cópia feita em 1471, probabilíssimamente de ordem da Universidade, por Vasco do Avelar, estudante canonista, de vários documentos antigos avulsos relativos à mesma Universidade. Alguns dêsses documentos já andavam em mau estado, rotos ou cegos, o que explica algumas pequenas lacunas, que o copista deixou indicadas por espaços em branco; ainda hoje existem guardados no Arquivo dez dos pergaminhos copiados por Avelar.

A letra do livro é certa, igual e bem assente, circunstância que justifica a escolha do estudante Vasco para ser encarregado de fazer a cópia; a par da habilidade caligráfica tinha a recomendá-lo para esta missão as prendas de saber regularmente o latim, e de ler letra



Ego Valentinus de adella In Iure ca
 nonico stollans. stpsi manu mea
 pa. hunc Insupt. privilegior huius
 Salme omni iusticie Et pfo ppuz
 Incessima. du memore mayi anno
 anataustate dny. millesimo. q. rcento.
 ssimo septuagesimo. pmo. anno. et rat
 rat de feua ff. p. r. l. u. da. i. pro. q. u. d.
 ipm pfer. et ut me motia. bonu nra.
 et post me venientiu no existat in q.
 stpsi. h. manu mea. pa. do g. r. a. d.
 X. ~~Valentinus de adella~~
~~scripsit~~
 J. D. J.

Q: Deo gratias: ff

tra cu q. oestpy em uade. de p. p. u. anos
 dny. o. mais q. u. r. dias. ff. ~~de p. p. u. anos~~
 J.

Non poterit melius caro tua domari;
 mortua qualis erit q̄ semp̄ p̄meditari.

antiga. Vê-se além disso que era rapaz muito avisado, minucioso e escrupuloso no serviço que executava; assim se explica o ter ele o cuidado de registar no fim da cópia, que a terminou na segunda feira 20 de maio de 1471 à tarde ¹; declarando que ele, *escolar de degredos*, perfazia então de idade 23 anos e meio e mais 15 dias, e que escrevera todo o livro *manu mea propria*, subscrevendo-o com a assinatura do seu nome, muito complicada e ornamentada:—*Vale¹⁹ in decretis Sco* ².

João Pedro Ribeiro conheceu e manuzeou êste livro, e descreveu nas suas *Observações Historicas e Críticas da Diplomatica Portuguesa*, parte I, pág. 40; mas parece que lhe mereceu pouca confiança, por ser *huma Cópia sem authenticidade*. Efectivamente não foi autenticado por nenhum notário ou official público; o que não lhe tira o altissimo valor histórico que tem. É exclusivamente por esta cópia que nós conhecemos alguns importantes documentos relativos aos mais antigos tempos da Universidade.

Lá encontramos registado o diploma de que estamos tratando; principia a sua transcrição na linha 11.^a da página xxiii, terminando na linha 17.^a da página xxvi. Não foi o documento original de D. Denis que Vasco do Avelar transcreveu, mas uma carta régia de D. Fernando, onde ele vinha inserido. Era essa carta datada de Santarém em maio da era de 1405 (an. 1367), e nela confirmava o bisneto do rei-lavrador trinta e tres diplomas de regalias, privilégios e

¹ Realmente, sendo em 1471 a letra dominical F, o dia 20 de maio coincidiu com uma segunda feira, que, por sinal, foi a da semana que precedeu a festa do Espírito Santo, celebrada naquele ano a 26 do dito mês.

² Reproduz-se aqui a última página do *Livro Verde*, onde se encontram estas explicações, feitas pela própria mão de Vasco do Avelar, autenticadas com a sua assinatura, e rematadas pela fórmula final de acção de graças. A declaração da sua idade foi um acrescentamento que o mesmo fez depois. Tentou exará-la ao lado do nome, entre o texto e o traço que liga a guarda à assinatura, chegando a escrever duas linhas e meia; mas vendo que não tinha espaço para concluir, riscou o escrito, e por baixo do final *Deo gratias* escreveu de novo:

*era eu q̄ o esc'puj em idade de xxiiij ānos
e m.º e mais q̄inze dias :+. Vale¹⁹*

Outras mãos andaram depois a retocar ao de leve e a acrescentar cotas à obra de Vasco do Avelar. Foi um dêsses retocadores que na 3.^a linha da página aqui reproduzida fez a emenda da fôrma pronominal masculina *hunc* para a neutra *hoc*, e acrescentou ao fundo da página os versos místicos:

*Non poterit melius caro tua domari:
mortua qualis erit quam semper premeditari.*

favores muito variados, concedidos à Universidade de Lisboa-Coimbra pelos monarcas D. Denis, D. Afonso IV e D. Pedro I, sendo na mesma carta transcritos na íntegra todos êsses diplomas. Aquele de que nos estamos ocupando é o 15.º e último da 1.ª série, constituída pelos de D. Denis, e termina assim: — «*Dante em santarem vijnte sete dias de janeiro elRej o mandou per mestre gill das lex e per Ruj gonçalvez seus crelligos e per martim gill seu vassalo / lourenço mjz a fez Era de mjl e iij^c e cinquenta cinco años / Rodericus gonsalui vidit martim gill a vio magister egidius vidit*». — A era de 1355 corresponde ao ano de 1317.

Note-se que a certidão do *Códice Joanino* foi passada na Torre do Tombo em face do registo que existe no livro 1.º da chancelaria de D. Fernando; a cópia do *Livro Verde* foi feita à vista da própria carta original de D. Fernando, que transcrevia e confirmava, entre outros, o nosso diploma. Não admira pois que nesta o diploma apareça íntegro, e que naquela se omitissem as assinaturas das pessoas da côrte, que figuram no texto, e que visáram o documento.

Quanto à data, que é o que nos interessa directamente, há uma discrepância de dez anos entre uma cópia e a outra. Não é êste o único diploma em que se nota semelhante discrepância. Conferindo cada documento nos dois códices reconhece-se que em todos os que fôram expedidos desde o comêço da era de 1350 até ao fim da de 1359 segundo o *Livro Verde*, trazem no *Códice Joanino* as datas deminuidas em uma década.

Qual das variantes devemos preferir?

O Dr. José Maria Rodrigues, que já em 1892 andou a fazer esta conferência de datas nos dois códices, escreveu n-*O Instituto*: — «Opto pelas datas do *Livro Verde*, que me parece reproduzir os documentos com mais exacção»¹. Mas um pouco adeante diz: — «No documento arquivado na Tôrre do Tombo, donde foi extraída a pública-forma em questão (*Livro 1.º da Chancel. de D. Fernando*, fl. 8 v.º), encontra-se também a data de 1307 (era de 1345)»². E explica em nota: — «Assim mo comunicou obsequiosamente o Sr. José Basto, dignissimo director do arquivo nacional da Tôrre do Tombo»³. Vê-se pois que o ilustradissimo investigador, meu prezado amigo e colega, prof. Dr. José Maria Rodrigues, apesar da concordância do *Códice Joanino* com o registo da Chancelaria de D. Fernando, e não obstante o pêso

¹ DR. J. M. RODRIGUES — *A Universidade de Lisboa-Coimbra — Capitulo de uma obra alemã traduzido e anotado*, in *O Instituto*, vol. xl, pág. 345.

² *Ibid.* pág. 346. — ³ *Ibid.* nota 19.

da grande autoridade do abalisado paleógrafo e diplomata João Pedro Ribeiro, se pronunciou pela exactidão do *Livro Verde*.

E razões de sobra há para se estabelecer esta preferência.

Além das considerações atrás expostas, vários factos me levaram também a considerar mais exacto nas datas o *Livro Verde* do que o *Códice Joanino*. Encontram-se neste quatro documentos referentes à Universidade de Coimbra, datados de 25 de maio da era de 1340¹, que, a serem verdadeiros na data, nos obrigariam a reconhecer o Estudo a funcionar já em Coimbra no princípio do ano de 1302, correspondente áquela era; ora todos eles aparecem no *Livro Verde*² com a data de igual dia e mês da era de 1350 (an. 1312). Há no *C. J.* um diploma com data de 18 de julho da era de 1343 (an. 1305)³ dirigido aos conservadores da Universidade de Coimbra, quando ela nessa época estava ainda em Lisboa; no *L. V.*⁴ trás a era de 1353 (an. 1315). Insere também o *C. J.* um diploma de D. Afonso IV datado de 5 de maio da era de 1347⁵, sendo bem sabido que o reinado de D. Denis se estendeu até 7 de janeiro da era de 1363 (an. 1325), e que só então começou o de seu filho; recorrendo ao *L. V.* lá encontramos este diploma⁶ com a era de 1377 (an. 1339). Ainda se nos depara no *C. J.*⁷ um documento datado de Estremós a 29 de dezembro da era de 1345 (an. 1307), que o *L. V.*⁸ data de Santarém no mesmo dia e mês da era de 1355 (an. 1317). ¿Que crédito nos devem pois merecer as datas inseridas em um códice, onde se encontram tantos êrros manifestos de numeração?

Voltando agora ao nosso diploma. Todas estas razões me levaram a aceitar como mais que provável, quasi certa, a leitura de Avelar consignada no *Livro Verde*.

Mas não me dei por satisfeito; as indagações podiam ainda ir mais além, por isso prosegui.

Como o *Códice Joanino*, onde a data parece errada, é uma certidão extraída do livro I da Chancelaria de D. Fernando, estava naturalmente indicado o exame directo dêste livro, para ver se o êrro de leitura fôra cometido pelo bacharel canonista Rui López de Veiros, notário apostólico e escrivão da Torre do Tombo, que em 1491 escreveu a certidão. Neste ponto porém já a indagação havia sido feita pelo Dr. José Maria Rodrigues, como fica dito; mas convinha ainda assim fazer novo exame paleográfico mais detido, observar as condições

¹ *Cód. Joan.* fl. 8, 8 v.º, 9, 9 v.º — ² Págg. 21, 22, 23. — ³ *C. J.* fl. 12. — ⁴ *L. V.* pág. 18. — ⁵ *C. J.* fl. 12 v.º — ⁶ Pág. 28. — ⁷ Fl. 10. — ⁸ Pág. 33.

em que a data se achava, se havia sinal de rasura e sobrescrição, etc. Dirigi-me ao meu bom amigo e infatigável investigador sr. Pedro A. de Azevedo, 1.º conservador da Tôrre do Tombo, pedindo-lhe que fizesse êste exame, e que ao mesmo tempo conferisse as datas dos outros documentos, que no *Códice Joanino* discrepam das do *Livro Verde*. Fez o exame, e comunicou-me logo o resultado. Quanto ao documento em questão não pode haver dúvida nenhuma: a leitura de López de Veiros fôra bem feita. Lá está muito claro, sem sinal de emenda ou rasura, o R (=40) seguido do v (=5), indicando a era de 1345, correspondente ao ano de 1307; mas há fundamento para sérias suspeitas que esta data esteja errada. Êste livro não é já o primitivo; pertence aos reformados por Gómez Eanes de Azurara. Nele se encontra exarado o registo donde foi tirada a certidão do *Códice Joanino*; mas, quanto às datas que acabo de mencionar, nota-se que os quatro documentos de 1340 se acham datados de 1350, vendo-se o *L^{ta}* (=50) escrito sobre rasuras; o de 1347 tem a data, como no *Livro Verde*, de 1377, sendo escrito sôbre rasura *Lxx* (=70); o documento em questão e o outro da mesma era de 1345, assim como o de 1343, não têm rasura nenhuma, e conferem com a certidão. Em face destas observações reconstituo o seguinte:— Quem no século xv, em tempo do guarda-mór Azurara, transcreveu êste livro do antigo, não era perito na leitura das datas, confundindo as expressões gráficas do número 40 com as do número 50. Havia tam diversos e tam subtis modos de conjugar o X com o L para indicar 40, ora indicando o L por uma insignificante aspa no X, ora, mais raramente, indicando o X por uma simples aspa no L¹, que os êrros de leitura sam já frequentes no século xv, em que êsses variados monogramas, idênticos na significação, haviam sido substituídos por um R simples ou cortado. O tal copista do livro da Chancelaria de D. Fernando era certamente pouco perito, mas estava prevenido contra o êrro vulgar de se não considerar na leitura a aspa do X ou do L; e tanto se quis acautelar, que caiu no êrro contrário, supondo ver aspás onde elas não existiam, e assim, em todos os documentos datados dos anos compreendidos na década que principiou na era de 1450, leu o L, mais ou menos ornamentado, por 40, e escreveu, segundo o uso então corrente, um R para representar êste número. Pouco depois de escrito o livro, extraiu-se a

¹ Quem não for muito experimentado em paleografia, e quiser ver alguns destes monogramas do número XL, encontra uma colecção constituindo a série n.º 1 da estampa II junta ao tomo I do *Elucidario das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram*, de FR. JOAQUIM DE SANTA-ROSA DE VITERBO.

certidão contida no *Códice Joanino*, para onde passaram aqueles êrros. Em seguida alguêm da Tôrre do Tombo, conferindo entre si o livro primitivo da chancelaria com a cópia, notou algumas dessas discrepâncias de data, e tratou de as corrigir, rasurando os RR, e sobrescrevendo nas rasuras LL em cinco documentos; mas, por descuido, não fez no diploma de que nos ocupamos e em mais dois essa emenda que sofreram os seus pares, e daí resultou o ficar neles errada em dez anos a data, que nos outros vemos corrigida.

Não contente com isto, proseguimos nas investigações, e chegámos a resultados ainda mais positivos.

Causou-me reparo o seguinte factó. Fr. Francisco Brandão, que conhecia perfeitamente a Tôrre do Tombo e outros arquivos do reino, e que estudou minuciosamente as Chancelarias dos monarcas da 1.^a dinastia, afirma que, ao tempo da trasladação da Universidade, a côrte residia em Coimbra, para onde havia sido mudada por el-rei D. Denis, no principio do ano de 1307; refere-se até a uma sentença dada nesta cidade a 3 de fevereiro, quando o rei e a côrte aqui estavam¹. Ora, se D. Denis com a côrte residia em Coimbra no principio dêste ano, ¿ como é que as constituições aqui redigidas pela Universidade apparecem confirmadas por alvará régio datado de Santarém a 27 de janeiro? É êste um outro indício de que a data que se lê no *Códice Joanino* e na Chancelaria de D. Fernando está errada.

Uma nova pesquisa a meu pedido feita na Chancelaria de D. Denis pelo sr. Pedro de Azevedo, resolveu plenamente a questão. Em postal de 21 de novembro último communicava-me o erudito investigador: — «Tem V. plena razão em attribuir a data ao ano de 1317 (era 1355), em virtude do que vejo na Chancelaria de D. Denis, liv. III». E seguem duas relações de datas de diplomas régios dos principios do ano de 1307 e do de 1317. De 17 de janeiro de 1307 em deante datava o monarca os diplomas de Coimbra; não pode pois ser dêste ano o diploma expedido de Santarém a 27 de janeiro. Em 1317 são datados de Santarém todos os diplomas registados com data de janeiro (a 14, 18, 20 e 28), e ainda do principio de fevereiro.

Em faee de tudo isto ficou inteiramente pôsto de parte o único documento em que João Pedro Ribeiro, José Silvestre Ribeiro, Dr. Mota Veiga, Visconde de Vila-Maior e tantos outros se fundaram, para afirmar que no principio do ano de 1307 já funcionava em Coimbra a Universidade.

¹ *Parte sexta da Monarq. Lusit.*, l. XVIII, cap. xxviii, pág. 119.

E assim temos de reverter, sem dúvidas nem hesitações, à opinião clássica e bem fundamentada: — A Universidade estabeleceu-se em Coimbra no ano de 1308.



Não é agora difícil a reconstituição dos factos.

A Universidade não dera em Lisboa os resultados que D. Denis esperava. Cidade de muito movimento, com um tráfego comercial já então notavel, frequentada de numerosos negociantes e vesitantes estrangeiros e nacionais, atraídos à capital portugueza por interesses vários, não era, positivamente, o meio pacato e tranqüilo, adequado à meditação e estudo, requerido para uma intensa vida literária e científica. A rapaziada distraía-se muito e estudava pouco, por isso o aproveitamento não podia ser grande.

Note-se mais que os estudantes gozavam isenções e privilégios excepcionais, concedidos pelos diplomas régios e pelas bulas pontificias. Era uma classe privilegiada, e sobre tudo altamente protegida pelo rei, que no diploma de fundação do Estudo geral prometera, a todos os que o fôsem frequentar, que seria ele próprio o seu protector e defensor, se alguêm ousasse praticar contra eles alguma injúria ou violência; além disso convidara-os a recorrerem com toda a confiança à sua *real alteza*, todas as vezes que isso lhes conviesse, pois sempre o encontrariam disposto a dispensar-lhes graças e favores ¹.

Rapazes vivos, estúrdios, dominados por paixões violentas que as conveniências sociais não regravam, gozando uma situação privilegiada excepcional, fatalmente haviam de abusar dessa situação, que os tornava odiosos aos olhos da população no meio da qual viviam. Daqui os conflitos constantes e graves (*dissentiones et scandala grauia*), que perturbavam a vida académica e a vida da cidade, a ponto de chegar a reconhecer-se que a Universidade tinha forçosamente de sair de Lisboa.

¹ *Verum, quia relatione quorundam intelleximus nonnullos ex uariis partibus ad dictum Studium accessuros, si ibidem corporum et rerum securitate gauderent, Nos, ipsum uolentes bonis conditionibus ampliare, omnibus ibidem studentibus uel in posterum studere uolentibus, plenam securitatem praesentibus pollicemur; nec ipsos per aliquem uel aliquos, quantaecumque dignitatis existant, permittemus offendi, sed eos ab iniuriis et uolentiis curabimus, largiente Domino, defensare. Accedentes autem ibidem, Nos in suis opportunitatibus inuenient taliter gratiosos, quod se possint et debeant de Regiae Celsitudinis fauore multiplici non immerito commendare. (Vid. Rev. da Univ. de Coimbra, vol. I, pág. 366).*

Para atalhar estes males, e tirar do seu querido Estudo as maiores vantagens, lembrou-se então D. Denis de criar uma *cidade universitária*, um meio especial, apropriado ao desenvolvimento das letras e das sciências, no qual se implantasse o Estudo *irradicabiliter*, como parte integrante, essencial e característica do seu organismo; cidade que ficasse tam intimamente vinculada à instituição universitária, que a vida desta e a daquela se integrassem harmõnicamente em perfeita comunhão de ideais, de vistas e de interesses, abraçadas no mesmo esforço de progresso e de desenvolvimento.

Olhou para todo o país, que ele conhecia perfeitamente, por o ter estudado no convívio íntimo e demorado com os povos das diversas províncias, por onde andára, residindo ora aqui ora acolá, no Norte, no Centro e no Sul, desde as serranias de Tras-os-Montes até às praias do Algarve; e neste relancear de olhos fixou-se-lhe desde logo a vista numa cidadezinha minúscula mas cheia de encantos, emoldurada num quadro surpreendente de verdura, com recamos e matizes de fructos e de flores, por onde serpeava o mais poético de todos os rios: quadro êsse tam belo, qual a sua viva imaginação de trovador nunca sonhára outro que mais lindo fôsse.

Coimbra era a terra portuguesa, que melhores condições reúnia para poder ser a cidade universitária.

Situada no centro do país, a sua posição geográfica facilitava à juventude de uma e outra extremidade de Portugal o virem ao Estudo. O Mondego, que lhe corria ao pé, de leito estreito e fundo, ainda não entulhado pelas areias, navegavel umas poucas de léguas para o interior, e dando fácil acesso pela foz aos barcos de navegação costeira, que aproveitavam as marés que então se fariam sentir até Coimbra, era uma boa via de comunicação a aproveitar no transporte de géneros e manutenções para a população académica.

A suavidade do clima que aqui se gozava, muito superior à de hoje, efeito das grandes florestas que vestiam as montanhas e serranias, próximas ou distantes, que cerravam o horizonte; o encanto desta terra e da sua paisagem, iluminada por uma luz suavissima, de tons infinitamente variados; a poesia do seu rio, orlado de belos arvoredos, irrigando campos fertilissimos e matizados de flores, o que tudo junto fez exclamar a um estrangeiro viajante, fr. Vicente Justiniano, geral da ordem de S. Domingos, depois de ter contemplado a cidade e seus arrabaldes — *Vidimus urbem undique ridentem*¹; as lendas poéticas, graciosas ou heroicas, a ela vinculadas; as tradições

¹ FR. LUÍS DE SOUSA, *Primeira parte da Historia de S. Domingos*, l. VI, cap. xix.

de valor, de virtude, de patriotismo, que entreteciam a sua história gloriosa: todos estes predicados reunidos faziam de Coimbra uma terra eminentemente apta a ser transformada em cidade universitária, onde a juventude encontraria um meio admiravel para o estudo das sciências e das letras, para a educação das faculdades intellectuais e affectivas, para a formação do carácter.

Pequena, de vida tranqüila e pouco movimentada, esta cidade não continha no seio, como Lisboa, elementos perturbadores, que arrancassem os estudantes às suas locubrações escolares.

A índole bôa, pacífica, ordeira dos habitantes prometia que a conjunção dos dois elementos heterogêneos, o antigo elemento popular, e o elemento universitário que de novo nela se introduzisse, se realizaria naturalmente, sem atritos de gravidade. Escolas havia já aqui, onde se professavam as sciências ecclesiásticas com mais ou menos desenvolvimento, na catedral, no mosteiro de S.^{ta} Cruz, e nos conventos de S. Domingos e de S. Francisco: eram elementos de valor a aproveitar, para complemento da instituição universitária, que até agora, em Lisboa, vegetára pobre e raquitica.

Parece que um instinto providencial já havia disposto as cousas para mais facilmente ser enxertada sem difficuldades, e sem perturbações de maior, a nova população académica na velha cidade do Mondego. Edificada numa colina, e cingida pelo forte círculo de altas e espessas muralhas, tendo lá ao cimo a alcáçova real, o castelo onde residia o alcaide, e o paço do bispo, a formarem como que os vértices de um triângulo aproximadamente equilátero, a cidade estendia-se pela encosta ocidental do monte até quasi ao sopé. Desde o século XII que a população, extravasando-se pela porta ocidental e principal da cidade, situada onde ainda hoje perdura a denominação de *arco de Almedina*, fôra construir novas habitações pelo arrabalde, umas pertencentes a comunidades ecclesiásticas, outras a pessoas leigas. Assim se edificaram grupos de casaria, como que acostados aos templos que aqui se viam erguidos: — os de S. Bartolomeu, S. Tiago e S.^{ta} Cruz, formando na planície uma linha quasi paralela à muralha, e pouco distante desta; o de S.^{ta} Justa um pouco mais afastado para N.-O., à beira do caminho que conduzia ao campo do Arnado; finalmente o de S. Domingos fronteiro a S.^{ta} Justa, junto do rio, um pouco abaixo do local onde hoje se encontra a estação do caminho de ferro. Próximo das igrejas de S. Bartolomeu e de S. Tiago, é que a casaria mais se apinhava, constituindo um bairro bastante populoso. Como havia a ponte a ligar entre si as duas margens do rio, já as edificações se tinham estendido para a orla esquerda do Mondego, onde se

viam junto dêste, a jusante da ponte o convento de S. Francisco, a montante o de S.^{ta} Ana, e um pouco mais afastado o grupo de construções incompletas, modestas e acanhadas, do projectado mosteiro clarista de S.^{ta} Isabel de Hungria, começado a edificar por D. Mór Dias, e que ficára incompleto. Ora essa parte baixa ou suburbana, o arrabalde, que se estendia a Oeste e Noroeste da *almedina de Coimbra*, tornára-se o bairro mais apreciado e estimado das famílias coimbrãs; para aqui vinham residir aqueles mesmos que possuíam casas velhas, mais ou menos mesquinhas, no bairro alto, e que ficavam em regra abandonadas por não aparecer quem as alugasse.

Outro facto concorreu para o grande decrescimento da população da *cérca da almedina*, ou bairro compreendido dentro das muralhas. Durante os quatro primeiros reinados fôra em Coimbra a residência mais aturada dos monarcas, nos paços da alcáçova, que formavam a corôa da cidade; por isso era então lá o bairro nobre, onde preferiam viver com suas famílias os grandes, os fidalgos, os funcionários palatinos. Quando, em tempo de D. Afonso III, Coimbra deixou de ser a séde habitual da côrte, a população cortesã abandonou esta cidade, e devem ter-se fechado por isso muitas das casas da almedina.

Debalde aquele rei procurou acudir com remédio poderoso a esta despovoação da *cérca* de Coimbra, concedendo grandes privilégios e isenções, por carta de 10 de fevereiro da era de 1307 (an. 1269)¹

¹ Tem particular interesse para a história de Coimbra êste diploma, que se conserva inédito. Encontra-se no Arquivo Municipal desta cidade, inserido em uma carta de sentença, passada em nome del-rei D. Pedro I em data de 24 de dezembro da era de 1396 (an. 1358). A ele faz referência desenvolvida AIRES DE CAMPOS na 2.^a edição do *Índice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no Arquivo do Camara Municipal de Coimbra*, pág. 1. Não resistimos à tentação de publicar na sua íntegra a mencionada carta de sentença, onde se encontra transcrito aquele diploma.

— «Dom Pedro pela graça de deus Rey de Portugal e do Algarue Atodallas Justiças dos meus Reynos q̄ esta carta uirdes. saude. Sabede q̄ demanda era perdante mjm. Antre os moradores da cerca da almedjna per Lourençe eãnes seu procurador da hũa parte e Gonçale eãnes de ffigueyra uelha procurador do Conçelho da Çidade de Coimbra em nome do dicto Conçelho da outra dizendo o dicto Lourçe anes em sua petiçom contra o dicto procurador do dicto Conçelho q̄ os dictos moradores daalmedjna eram priuiligiados e isentos per priuilégios e graças e liberdades q̄ lhis eram dadas e outorgadas pelos Reys q̄ forõ e eram os quaes priuilégios e liberdades lhis foram dados e outorgados per dom Sancho a q̄ deus perdoe e per ElRey dom Affonso o terçeyro e outorgadas per ElRey dom denjs e per ElRey dom Afonso o quarto a q̄ deus perdoe e outorgadas e confirmadas em todo geralmête per mjm. Nos quaes priuilégios e liberdades dezjã q̄ era contehudo antre as outras cousas q̄ os dictos moradores daalmedina nom ffossem cõ presos

aos moradores da almedina. Consistiam tais privilégios em não serem obrigados a executar serviços, nem a servir na guerra, ainda

nem com djnheyros nem en oste nēhūa saluo cō o meu corpo nem pagassem en talha nem em finta nem adua nēhūa nē lhij matassem galjnhas né capoes né lhjs filhassem suas Roupas né pousassem com eles contra suas vōotades. E outrosi mujtas liberdades e graças q̄ dezjam q̄ nos dictos priuilegios eram cōtehūdas os quaaes priuilegios e liberdades dezjā q̄ o dicto procurador do dicto Conçelho e outros procuradores do Conçelho q̄ añt el fforam des a Era de mjl e trezentos e outēta e dous anos atāa esta era q̄ ora anda cōuem a saber Vaasco martjnz de Rua de Coruchj e Vaasco lourēço e Johanē steuēez da moreyra e Joham porcalho e Gonçale eānes en grande perjuizo dos dictos moradores Reçeberom e ouerom en sij os dictos priuilegios come procuradores do dicto Conçelho nō os querendo dar nem mostrar aos dictos moradores pera auerem deles de gouuir e vsar segūdo deujam E q̄ por lhjs per mujtas uezes os dictos moradores frontarom e pedijrom q̄ lhjs dessem e mostrassem os dictos seus priuilegios e liberdades q̄ o dicto Conçelho per seus procuradores deles ouerom e teuerom e ham por tēer pera lhjs auerem de sseēr guardados segūdo per mjm era mandado q̄ o dicto procurador o nō quisera nē queria fazer e q̄ os faziam vsar e serujr per fforça e contra dereito e boa Razam como nō deujam nem deuem nō lhjs querendo guardar os dictos seus priuilegios e liberdades E q̄ lhjs hiam contra eles em todo | porq̄ os dictos moradores nom mostrauā nē podjam mostrar os dictos priuilegios e liberdades porq̄ eram deles esbulhados per o dicto procurador do dicto Conçelho sen Razom e sem dereito. E pediam os dictos moradores per o dicto seu procurador q̄ per sentença mādasse ao dicto procurador do dicto Conçelho q̄ desse logo e entregasse aos dictos moradores todolos priuilegios e liberdades q̄ aos dictos moradores perteciam lhes mādasse guardar segūdo em eles era contehudo ou lhjs desse e pagasse por eles vijnte mil libras a q̄ dezjam q̄ estimauā os dictos seus priuilegios e liberdades segūdo na dicta petiçom majs conpridamente era contehudo a qual petiçom eu Julguy q̄ tragia tēpo (?) E mādey ao procurador do dicto Conçelho q̄ buscasse as arcas do dicto Conçelho E q̄ trouesse per dante mjm todalas escrituras q̄ perteciam aos dictos moradores pera sse fazer o q̄ ffosse dēreito. E o dicto procurador satisffazendo ao meu mādado mostrou per ante mjm e priuilegios antre os quaaes foy per ante mjm mostrado hūu priuilegio scrito per latim em pergamjnho de coijro seelado dhūu seelo pendente de chūbo o qual seelo era Redondo com quinas de Portugal metudo em Lynhas de sēeda uermelhas e amarelas do qual priuilegio o teor atal he. — ¶ In dey nomine et eius gracia Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod nos Alfonsus dey gracia Rex portugalie et Algarbij una cum uxore mea Regina donna Beatrice illustris Regis Castelle et legionis filia et filijs et filiabus nostris donno dionisio donno Alfonsso donna Branca et donna Sancia damus et concedimus omnibus illis qui morantur et morati fuerint de cetero im Colinbria de porta de Almedina surssum infra murū pro fforo quod nom uadant in honoste nec manuduua nisi cum corpore nostro uidelicet ilis qui ibi morati fuerint continue. itaque si habuerint casas in Arraualdy quod nom morentur in eis sed in Almedina. Et si fforte acciderit quod aliquis de istis iuerit ad suum panē colligendū uel in suā merchandiā. leixet suam casam populatam de sua uxore et de suis filiis si eos habuerit et si uxorem no habuerit uel filios. leixet eā populatam de suis mācipijs uel de suis hominibus aut de alio uel alia qualibet que populet

que vencendo sôldo, a não ser que o rei fôsse em pessôa; ficarem dispensados de quaisquer tributos, inclusive da *amíduva*, isto é, da

sibi ipsam casam ./ Et mandamus quod omnes illi qui pousauerint in Almedina de Colinbria nõ tentantur filiare eis suã palã nec sua ligna nec suã litariã nec suos porcos nec suas galinas nec aliquam rem de suo. Ideo si comparauerint ea ad suam uolütatem. Et mandamus quod si aliquis uoluerit litariã quod det sibi totedie pro stalaria uniuſcuiusque litarie suũ forum scilicet de culcita unũ denariũ et de chumacio unã medaclam et de almocela unã medaculam et de mãta vnũ denarium et de alffanbar vnũ denariũ et de culcha unũ denariũ et de duobus lençoes unũ denarium et de alia liteyra secundum ualorem istius ./ Et mandamus quod nullus sit ausus qui filiet litariã per forciam nec aliquam rem de suo nec pauset in suis casis per forciam nec contra suam uolütatẽ. Et mandamus quod de quantis bestijs caualarijs pausaerint in casis eorum quod dentur sibi per diẽ uel per noctẽ singulos denarios de qualibet bestia et si fuerjnt asinales singulas medaclas et si ibi steterint per diem tantũ dentur de qualibet bestia singulas medaculas et si ibj steterint per noctem similiter. Et mandamus et defendimus quod nullus sit ausus qui eis contra omnes res supradictas uel quibuslibet earum passet quia quicunque eis contra ilas uel quanlibet earum passauerit pectabit michj sex mille solidos et conponebitur cũ eis im duplo dagnũ aut perdam quam sibi fecerit et remanebit pro nostro injmico et calumpniabimus sibi in corpore et in habere ./ In cuius rey testimonium damus inde moratoribus de Almedjna Colinbrie et omnibus sucessoribus uestris istam meã cartam apertam nostro sigillo publico sigilatam. Dat' Colinbrie xª die ffebruarij Rege mandante. Dominicus martinj scripsit. Eª. mª. cccª. septima. Quj presentes fuerunt. donus Johanes de Auujno maiordomus ./ donus Stephanus ihoanjs cancellarius Rodericus garsie de pauia / Johanes suerij conelius ffernandus fernandj coguminus / Martinus iohanjs de... Alffonsus petri farina frater ordjnis hospitalis. Magister thomas tesararius Bracarenſis Alffonssus suerij superJudex. Petrus iohannis repostarius.—¶ O qual priuilegio asy per ante mjm mostrado per o dicto procurador do dito Conçelho foy dito q̃ o dicto priuilegio nom auja porq̃ sseer entregue aos dictos moradores daalmedina pera o eles teerem nẽ guardarem maijs q̃ o deuja a teer o procurador do dicto Concelho e seer na arca do dicto Concelho. E por o dicto Lourençe eãnes procurador dos dictos moradores foy dito q̃ o dicto priuilegio deuja seer entregue aos dictos moradores daalmedjna / E estando o ffeito em este ponto pareceu per dante mjm o dicto Lourençe ãnes procurador dos dictos moradores daalmedjna E nom pareceu o procurador do dicto Conçelho de Cojnbra per sſy nem per outrem pero foj apregoado pelas mhas audjanças por ffrancisco dominguez meu porteyro em elas o qual disse e deu ffe q̃ apregoara o dicto procurador do dicto Conçelho e q̃ o nom achara nem outrem por el E eu Julgueyo por Reuel E foj pedido por o dicto procurador dos moradores daalmedjna q̃ aa Reuelia do dicto Conçelho mandasse entregar aos dictos moradores daalmedjna o dicto seu priuilegio q̃ a eles perteeçia. E eu visto o dicto ffeito e priuilegio e o q̃ o dicto procurador dos dictos moradores pedia. presentes os dictos procuradores Julguey q̃ o dicto priuilegio lhis seia guardado E q̃ seia posto em hũa arca na sêe da dicta Cidade E q̃ tenha hũu homẽ bom daalmedjna a chauce dela. Por q̃ uos mãdo q̃ ffaçades conprir e aguardar o dicto meu Jujzo Vñ al nõ ffaçades E os moradores do dicto logo daalmedjna tenham esta carta. Dat' em Cojnbra vijnte e quatro djas de dezenbro ./ ElRey o mandou por Martim Affonſso

contribuição de serviço braçal, ou pecuniária, para a construção e reparação de castelos, tórres, muros, cavas, fossos e outras semelhantes obras de defêsa; serem garantidos de que jámais se lhes tomariam contra-vontade as suas palhas, lenhas, camas, roupas, porcos, galinhas e mais haveres; se houvesse necessidade de se aproveitarem as suas camas, ser-lhes pago o respectivo aluguér, cuja taxa ficou expressamente estabelecida; não terem obrigação de dar hospedagem a ninguêm, a não ser de sua livre vontade, e no caso de haver necessidade de nos seus prédios se recolherem cavalos ou jumentos, receberiam por cada um certa e determinado taxa diária. Era de prever que viessem a surgir conflitos, por causa dêstes privilégios, entre os moradores de Almedina, isentos de todos êsses serviços e contribuições, e os seus vizinhos habitantes do bairro baixo ou arrabalde, que estavam sujeitos a todos os encargos; por isso D. Afonso III cominou logo na referida carta que, se alguêm atentasse contra estes privilégios, ou contra algum deles, pagaria o dano em dobro ao ofendido, e à corôa 6.000 soldos, ficando por inimigo do rei, e sujeito a outras penas corporais e pecuniárias. Mas, para gozar tais benefícios, era condição impreterível a residência permanente na almedina de Coimbra; e tam rigorosa era esta cláusula que, se algum morador tivesse uma casa dentro da muralha e outra fóra, havia de habitar na da cêrca, aliás perdia os privilégios, e no caso de alguêm ter necessidade de sair, embora por breves dias, e ainda mesmo que fôsse apenas para fazer a recolhença dos seus cereais, ou para vender os seus géneros, era obrigado a não fechar a casa, deixando nela sua molher e filhos, e se os não tivesse, pelo menos os seus criados ou alguma outra pessôa.

e Bertolameu perez seus sobrejuizes a q̄ este feito mandou liurar. Lujs perez de Santarem a ffez. Era de mill e trezentos e nouueêta e seys anos —

B'TOLAM⁴ PEZ —

M⁹ ALFFON: — »

Pergaminho original, medindo $0,^m275 \times 0,^m57$ não contando a dobra inferior que é de $0,^m065$. Acha-se bem conservado, e tem pendente por cordão de linho vermelho o sêlo real de cêra da mesma côr, protegido por uma capa de pergaminho pintado também de vermelho. É escrito em bela caligrafia, na letra pelos paleógrafos denominada *de alvarás*, formando $26\frac{1}{2}$ longas linhas, abaixo das quais estão as assinaturas dos dois sobré-juizes que deram a sentença. No verso do pergaminho estão escritos uns autos de publicação da sentença e sua intimação aos alcaides e procuradores do concelho, em letra muito apagada e em grande parte ilegível.

Êste interessante diploma, como fica dito, está guardado no Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra, caixa I de *Pergaminhos avulsos*, n.º II.

Pois, apesar destas vantagens e destes estímulos oferecidos por D. Afonso III, o abandono da almedina de Coimbra continuou a fazer-se sentir, como atestam vários documentos dos anos seguintes. Em tempo de D. Denis havia *intra-muros*, especialmente na parte mais alta, muitos *pardieiros* a desabar em abandono, muitas *casas derribadas*, assim como outras *de aluguér*, para as quais parece que não abundavam os inquilinos¹. Era pois a ocasião extremamente asada para no bairro alto, sitio socegado e pacato, se construir o edificio para as escolas, e para ali se obterem de aluguér, ou construir de novo habitações, onde se albergasse a população académica, embora fôsse crescida.

Foi por tudo isto Coimbra a terra escolhida por D. Denis para ser a cidade universitária de Portugal.

Para realizar o seu plano, a primeira pessoa a quem o rei se dirigiu, foi ao papa. Assim tinha de ser. Segundo a jurisprudência da época, era necessário que ele autorizasse a transferência, como havia autorizado a fundação; carecia além disso D. Denis da intervenção do pontífice, não só para que a Universidade de Coimbra se mantivessem os privilégios canónicos concedidos à de Lisboa, mas também para que novas rendas eclesiásticas fôsem atribuídas ao Estudo, a fim de poder ter o necessário desenvolvimento. Começa pois por escrever ao papa, a pedir-lhe estas autorizações e concessões. Quando? Sabemos que ao findar o verão de 1307 já estas graças estavam pedidas à Santa Sé. Conservou-nos noticia disto Odorico Raynaldo, na continuação dos *Annales Ecclesiastici* do cardial Barónio, tomo XV, ad ann. Chr. 1308, n. 17. Falando da Universidade de Perúgia, criada por bula de Clemente V a 8 de setembro de 1307, faz uma referência à petição que já antes disso havia chegado à Santa Sé, em que D. Denis solicitava a trasladação da Universidade de Lisboa para Coimbra².

¹ Vejam-se, ex. gr., os alvarás régios de 25 de maio de 1312, que se encontram no *Livro Verde*, págg. xxii, xxiii e xxiiii.

² *Egerat jam ante Dionysius Lusitaniæ Rex cum Clemente de academia Conimbricensi constituenda: quæ quidem primum in urbe regia, ipso rem a Nicolao IV. flagitante, cum non armis modo ad barbaros edomandos, verum etiam literis ac sapientia ad probe administranda jura regnum florere par esset, excitata fuerat, amplissimisque privilegiis exornata. Sed cum postmodum inter cives, ac literis operam dantes, discordiæ exarsissent, quæ extingui facile non possent, exposuit Clementi Dionysius Conimbricam ob loci amœnitatem, rerumque affluentiam, opportuniorem videri, in quam academia prærogativis iisdem, quibus a Nicolao donata fuerat, potitura traduceretur. Assensit Pontifex, atque archiepiscopo Bracarensi, & Conimbricensi episcopo rei perficiendæ provinciam demandavit: tum in illius*

A 26 de fevereiro de 1308 são expedidas as bulas *Profectibus publicis* e *Porrecta nuper*; e, por virtude daquela, o arcebispo de Braga D. Martim de Oliveira e o bispo de Coimbra D. Estevão Anes Brochardo devem ter logo procedido aos necessários inquéritos prescritos pelo pontífice, e verificadas as razões de conveniência, autorizariam a trasladação na primavera ou verão do mesmo ano.

O Estudo deve ter começado a funcionar em Coimbra logo depois do S. Miguel imediato, isto é, no princípio do outono do ano de 1308. Dos diplomas que dêesses tempos chegaram por cópia até nós, e que acusam o funcionamento das escolas universitárias nesta cidade, o mais antigo é um alvará régio de 27 de novembro de 1308, a que já fiz referência; a este se seguiram outros, copiados no *Livro Verde*, e muitos certamente se perderiam, a providenciarem minuciosamente sobre necessidades ocorrentes e dificuldades que surgiam, e a promoverem e fomentarem o bom andamento e progresso do Estudo.

A *charta magna priuilegiorum*, ou, melhor, o diploma régio solene de fundação da Universidade de Coimbra, ainda demorou uns três meses. Foi expedido de Lisboa, munido do *seelo do cauallo em ffoos de seda brancos e verdes e vermelhos*¹, a 15 de fevereiro de 1309; inspirou-se, segundo Denifle², na *magna charta* concedida por Afonso o Sábio à Universidade de Salamanca.

Desde a data deste notavel diploma é que principiou a ter existência de direito a Universidade régia de Coimbra.



D. Denis fez, segundo vimos, demorada assistência em Coimbra desde o princípio de 1307. Como já então se ocupava da implantação do Estudo geral nesta cidade, e havia solicitado para isso autorização de Roma, que não lhe podia ser denegada, não é temerária a conjectura de Brandão, de que o principal motivo que aqui o detinha era dispôr as cousas para a instalação da Universidade em excelentes condições, apenas chegassem as esperadas bulas. Um dos problemas impor-

academiae sustinendam amplitudinem ac dignitatem sex Ecclesiarum Vlyssiponiensium vectigalia, deducta ex iis ad sustentandos Sacerdotes parte, in doctorum stipendia derivavit. Hæc prætermittere nolimus de amplissima academia, quæ postea rei literariæ maxima gloria effloruit (Loc. cit., pág. 34).

¹ *Livro Verde*, pág. XIII.

² *Die Universitäten des Mittelalters bis 1400*. Von P. HEINRICH DENIFLE, pág. 126.

tantes a resolver, e que demandava tempo e despêsas, era a construção, ou a conveniente adaptação dum edificio, onde as escolas funcionassem.

¿ Qual seria o local a isso destinado? ¿ Teremos hoje elementos para o determinar? Vejamos.

Há certeza que as escolas, desde o princípio, funcionaram na parte alta da cidade, que era o bairro universitário, onde viviam os lentes e os estudantes. Há a êste bairro, essencialmente académico, o *bairro latino* coimbrão, várias referências nos diplomas dionisianos do *Livro Verde*.

Mais do que isto. Era tradição antiga, e opinião corrente no século xvi, que as casas onde as escolas funcionaram ficavam situadas junto dos paços da Alcáçova, precisamente no local onde no referido século xvi se ergueu o colégio de S. Paulo, e onde actualmente anda em construção o edificio da Faculdade de Letras: mas que não começaram logo desde o princípio a dar-se ali as lições, aproveitando-se por algum tempo, enquanto o edificio próprio não esteve capaz, várias casas de aluguer. Esta tradição quinhentista, de que sam éco vários autores, como Pedro de Mariz, Jorge de Cabedo e outros, isto é, todos aqueles que se referem ao assunto, encontra-se resumida no prólogo dos *Estatutos da Universidade*, edição de 1654, e é reproduzida sem discrepância pelos escritores dos séculos xvii e xviii.

Se não se alegavam fundamentos que confirmassem tal tradição, é certo que também nunca se encontráram razões que a desmentissem, nem houve ninguêm que a contestasse, ou possesse em dúvida.

Mas existe um documento, de bem poucos conhecido, que tem valor decisivo: o auto que se lavrou a 2 de maio de 1563, na inauguração do novo colégio de S. Paulo. Nunca vi o original, mas encontra-se publicado a págg. 99-103 da *Dissertação histórica, jurídica, e apolo-gética, que na Conferência da Academia Real da Historia Portuguesa de 14 de Fevereiro de 1732 leu D. DIOGO FERNANDES DE ALMEIDA*. Na *Revista Académica*, periódico redigido por alunos da Universidade, e que principiou a sua publicação em março de 1845, foi reproduzida nas págg. 260-261 do vol. I a parte mais importante deste auto, em face do próprio original e não da *Dissertação* de D. Diogo Fernandes de Almeida¹. Diz-se nesse auto expressamente que o edificio do

¹ Reconhece-se este facto observando a ortografia do documento na *Revista Académica*, que é a mesmíssima usada pelo secretário da Universidade António da Silva, escrevente do auto, e muito diversa da reformada e regularizada por D. Diogo na sua *Dissertação*. Nota-se também na *Revista* um êrro de interpretação

colégio, acabado de construir e naquele dia solenemente aberto, *está situado junto aos Paços delRey, onde hora são as Escolas mayores da Universidade da dita Cidade (de Coimbra), e no proprio sitio, e lugar aonde no tempo delRei D. Dinis forão as Escolas geraes da Universidade da dita Cidade, que naquelle tempo nella esteve, e depois até agora servio de Escolas aonde se ensinou Grammatica, té o tempo que ElRey D. João III. de gloriosa memoria transferio a Universidade de Lisboa para esta Cidade de Coimbrã aonde agora está*¹.

paleográfica — «onde estava *por lente* o muito illustre Sõr. Dom Jorge dalmeyda» — em vez de — «onde estava *presente*» etc. — que nos denuncia as garatujas, muito minhas conhecidas, de António da Silva, nas quais, quem esteja desprevenido e não conheça o traçado dos *ss* no *cursivo de processo*, por êle usado, com facilidade lê «*por lente*» a palavra «*presente*», que aparece em muitas das suas actas.

¹ Por ser interessante e pouco conhecido êste auto, aqui o registro.

— «Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1563. annos reynando nestes Reynos de Portugal o muito Alto, e Serenissimo Senhor D. Sebastião I. deste nome, governando em seu nome o Estado destes Reynos o Excellentissimo Principe D. Henrique, Cardeal da Santa Igreja de Roma, do titulo dos Santos Quatro Coroados, e Infante de Portugal, aos 2. dias do mez de Mayo do dito anno, que era em hum Domingo, nesta Cidade de Coimbra dentro no Collegio de S. PAULO, que está situado junto aos Paços delRey, onde hora são as Escolas mayores da Universidade da dita Cidade, e no proprio sitio, e lugar aonde no tempo delRey D. Diniz foraõ as Escolas geraes da Universidade da dita Cidade, que naquelle tempo nella esteve, e depois até agora servio de Escolas aonde se ensinou Grammatica, té o tempo, que ElRey D. João III. de gloriosa memoria transferio a Universidade de Lisboa para esta Cidade de Coimbra, aonde agora está, na Capella do Collegio acima dito, aonde estava presente o muito illustre Senhor D. Jorge de Almeida, Reytor da dita Universidade, e com elle todo o Collegio dos Doutores della, de todas as quatro faculdades, que estavaõ por sua ordem, e precedencias, assentados na Capella mayor da Igreja do dito Collegio, e assim mais toda a Universidade junta, e os Fidalgos, e Cidadãos da Cidade, que para isso se ajuntaraõ, e o Conservador da dita Universidade, e Corregedor da Comarca da dita Cidade, com outra muita gente, e bem assim estando outro sim presentes o Senhor Ayres da Sylva, filho de Ruy Pereira, neto de João da Sylva, Regedor que foy deste Reyno, que ElRey nosso Senhor quiz, e ordenou, que fosse o primeiro Reytor do dito Collegio, e com elle o Mestre Ignacio Dias, Theologo, natural desta Cidade, e D. Affonso de Castello-Branco, Theologo, e o Doutor Lourenço Mouraõ, natural da Cidade de Lamego, e o Doutor Ruy de Sousa, de Braga, e o Mestre Ruy Brandaõ de Lisboa, e o Bacharel Rodrigo Ayres Monteiro de Setuval, todos Canonistas, e o Licenciado Antonio Salema, natural de Alcacere do Sal, e o Licenciado Antonio de Castilho de Thomar, Legistas, e o Mestre Manoel Cardim de Viana apar de Evora, Medico, todos Collegiaes do dito Collegio, eleitos para isso por ElRey nosso Senhor confôrme a Provisão, que ao diante vay; e bem assim Pedro Lourenço de Tavora, outro sim Theologo, que por ter mais renda da que pelos Estatutos pôde ter para ser Collegial do dito Collegio, e por o numero dos Collegiaes não estar cumprido, lhe foy concedido por ElRey entrasse no dito Collegio à sua despeza, os

Esta acta foi assinada pelo reitor da Universidade e pelos lentes deputados das quatro faculdades, alguns dos quais haviam conhecido o

quaes por suas precedencias, graos, e antiguidades, estavaõ assentados em dous escabellos no cruzeiro da dita Capella; ahi se disse huma Missa cantada do Espirito Santo, e muito solemnemente officiada em canto de Orgaõ com todos os instrumentos suaves, que na terra havia, a qual disse o Doutor Fr. Diogo de Moraes, Religioso da Ordem dos Prégadores, Lente de Vespera de Theologia na dita Universidade, e prégou o Doutor Paulo de Palacios, Lente de Escritura na dita Universidade.

«Acabada a Missa, estando todos assentados em seus assentos, eu Antonio da Sylva, Secretario do Concelho da dita Universidade, e Mestre das Ceremonias della, fiz levantar dos escabellos os ditos Collegiaes atraz nomeados, e foraõ para dentro para a Capella mayor até os degraos della, e estando em pé com os barretes nas mãos, cheguey ao dito Senhor Ayres da Sylva primeiro, como a Reytor do dito Collegio, e lhe dey juramento dos Santos Euangelhos, em que poz a mão, e em voz alta jurou, e prometteo de guardar o que nos ditos Estatutos era obrigado, que he o seguinte. *Ego N. juro, etc.* e acabado de jurar, torney a elle, e a todos os mais Collegiaes dar o mesmo juramento, e em voz alta lhe declarey o juramento, que faziaõ, e eraõ obrigados a cumprir.

«Acabado isto, os levey à Sacristia, aonde tiraraõ os mantos, e vestiraõ as lobs, que haõ de trazer confôrme ao Estatuto, que saõ de cor castanho escuro, e vestidas, se poz no meyo da Capella huma mesa com huma alcatifa, sobre a qual se pozeraõ as Becas roxas, que he insignia do dito Collegio, e por suas precedencias, e antiguidades sahiraõ da dita casa, assim vestidos nas lobs, e os Bedéis da Universidade com as massas diante, e eu Mestre das Ceremonias com elles, e vieraõ à dita Capella, e ao dito portal estava o Senhor D. Jorge de Almeida, Reytor, assentado em huma cadeira, e alli chegaraõ, e postos de joelhos hum e hum, primeiro o dito Senhor Ayres da Sylva como Reytor, e depois os mais segundo suas antiguidades, e eu como Mestre das Ceremonias, dava ao dito Senhor Reytor as Becas de huma em huma, e elle as deitou ao pescosso de cada hum, dizendo: *Accipe insignia hujus præclarissimi Collegii D. Pauli à Joanne III. Rege nostro felicissimæ recordationis primum instituti ad laudem Omnipotentis Dei, & gloriosæ Virginis Matris Mariæ, & ad decus, & ornamentum hujus nostræ florentissimæ Academicæ.*

«E acabado de dizer as ditas palavras, tangerãõ todos os instrumentos, que na dita Capella havia, que durou em quanto deitaraõ as Becas, e acabadas de deitar, se callaraõ, e o Doutor Lourenço Mouraõ, como mais antigo, deu graças a Deos nosso Senhor, e a ElRey D. Joaõ III. Instituidor deste Collegio, e a ElRey D. Sebastiaõ seu neto, nosso Senhor, e Protector desta Universidade, e ao Reytor della, e mais Doutores; e dadas, se foraõ para suas casas, e o Senhor D. Jorge se foy com elles ao Refeitório do Collegio, onde no dito dia comeo com elles com muita festa, por verem acabada esta obra, que tanto havia, que estava começada; comeraõ com elles os Ministros da Missa, e o Doutor Joaõ de Morgovejo, Lente Jubilado na Cadeira de Prima de Canones da dita Universidade, e D. Antaõ, cunhado do dito Senhor Ayres da Sylva, casado com sua irmã, que tambem veyo à dita festa; foraõ testemunhas de tudo o Doutor Affonso do Prado, Lente Jubilado na Cadeira de Prima de Theologia, e o dito Doutor Joaõ Morgovejo, e o Doutor Pedro Barbosa, Lente de Vespera de Leys, e o Doutor Thomaz Rodrigues, Lente Jubilado

antigo edificio, ultimamente demolido para no seu lugar se construir o que se inaugurava agora; puderam pois colher directamente as tradições a êle vinculadas, a que a acta faz expressa referênciã, conheceram as salas onde se haviam lido as matérias professadas nas antigas faculdades, salas que nunca deixaram de ser applicadas a myster semelhante, pois que, a seguir à mudança do Estudo para Lisboa, no reinado de D. Fernando, lá se continuaram a dar lições de gramática, até que a Universidade, passados anos, foi restituída a Coimbra por D. João III, em 1537. É pois um documento de incontestável valor probativo.

Ainda hoje nos restam algumas preciosas reliquias dessa primitiva casa, onde a Universidade de Coimbra foi instalada alguns anos depois da sua vinda para esta cidade. Essas reliquias são de molde a constituírem prova de que o edificio foi construido em tempo de D. Denis; donde não é temerária a ilacção de que a construção se fez probabilissimamente de propósito para ali se instalar o Estudo.

Principiemos pela única até hoje apontada pelos escritores, mas que eu considero muito duvidosa.

Numa sala térrea do colégio de S. Paulo, desde sempre chamada *a casa da Sapiência*, e que se dizia ser um resto do antigo edificio medieval, que se conservou ao construir o colégio, havia um nicho rectangular, e nele uma figura de pedra, sentada e coroadã, representando a *Sabedoria*, semelhante à que figurava no selo que a Universidade, ao que parece, trouxera de Lisboa em 1532¹, e que na sua

de Prima de Medicina, e todos os mais Doutores da Universidade, Lentes, e não Lentes, e outros muitos. E eu Antonio da Sylva, Secretario do Conselho da Universidade, e Mestre das Cerimonias della, o escrevi». — (D. DIOGO FERNANDES DE ALMEIDA, loc. cit.).

Esta publicação não reproduz as assinaturas que firmavam o auto, mas a *Revista Académica* diz-nos de quem elas eram: — «Nem se pode duvidar da autenticidade deste documento, pois que se acha assignado pelo Reitor, que então era da Universidade, o dicto D. Jorge d'Almeida, . . . bem como pelos Doctores Affonso do Prado, Lente jubilado na Cadeira de Prima de Theologia, João de Morgovejo, Lente jubilado na Cadeira de Prima de Canones, Pero Barboza, Lente de Vespera de Leis, Thomaz Rodrigues, Lente de Prima de Medicina, todos Deputados do Conselho maior da Universidade. . . » — (Vol I, pág. 261).

¹ É digna de nota a seguinte descrição dêste selo: — «entrega do sello — Aos quatro dias do mes de novro de j̄ bc lta & cinco (1555) años na çidade de Coimbra no taboleiro dantre as escadas dos paços del Rei nosso Sõr. o Sõr doutor aº (Afonso) do prado Reitor entregou o sello da vniverside ao doutor Mel da Costa q̄ foi eleito

composição simbólica provavelmente remontaria ao tempo em que a Universidade foi por D. Denis implantada em Coimbra, quando o fundador lhe conferiu o direito de ter sêlo privativo¹, direito de que ela continuou a usar em Lisboa depois que para ali foi transferida, segundo se depreende do facto de figurar entre o pessoal universitário um chanceler, que era sempre o lente de prima de Leis². Os *Estatutos da Universidade* de 1591, os mais antigos que se imprimiram, lá dizem: — «As insignias que esta Vniuersidade DE SEU FUNDAMENTO TEM, sam hũa figura de hũa molher, que representa a sapiencia. A qual insignia seruirá nos sobreditos sellos, & nos mais da Vniuersidade, & se porá em todas as fabricas, peças de prata, ornamentos ricos, & mais obras, & livros della»³. A tal figura de pedra tinha um cunho arcaico bem pronunciado, era certamente medieval; *bem se mostra pela sua antiguidade*, escreveu D. José Barbosa⁴, *ser aquella a mesma casa principal, em que naquella idade se liaõ as Sciencias*. As mãos da estátua da Sapiência apoiavam-se sobre uma pedra rectangular; onde se lia uma inscrição sentenciosa, parecendo que era a Sabedoria que estava *ditando de cadeira*. Faz-se referência a esta figura na *Frndaçam da Vniuersidade de Coimbra*, que à laia de prefácio foi publicada à frente dos *Estatutos da Universidade*, edição de 1654, onde se diz que, depois da transferência da Universidade para Coimbra por determinação de D. Denis, o Estudo se instalara *em hũas caças, que estauão junto dos Paços, onde agora está edificado o Collegio de S. Paulo: & daquelle tempo ficou ali hũa estatua de pedra da Sapiencia, que he insignia da Vniuersidade*⁵.

O Dr. Manoel Pereira da Sylva Leal no seu *Discurso apologetico, critico, juridico e historico. . . a respeito do sacro, pontificio e*

por chançarel della & elle se ouue por entregue do dito sello q̄ he de prata & tem a figura da sabiduria cõ hua espera na mão. & hũas letras ao Redor q̄ disem per me Reges Regnāt et legum conditores justa discernunt (*aliás decernunt*) & forão test.^{as} os doutores Marcos Romeiro & o mestre alur^o (*Alvaro*) da fonseca & outros & eu djo daz^{do} (*Diogo de Azevedo*) o escreui». — (*Arq. da Univ. — Conselhos*, vol. 2, l. 3, fl. 24).

¹ *Charta magna priuilegiorum* de 15 fev. 1309, na passagem transcrita atrás, em a nota à pág. 606.

² Os *Estatutos da Universidade* dados por D. Manoel nos princípios do século xvi, cujo original em pergaminho se encontra no Arquivo dêste estabelecimento científico, mencionam no tit. *Quantos e quaees seiam os officiaees do studo*, entre os outros cargos, *ho officio de chanceler q̄ queremos que ho tenha sempre o que for lente de prima de leis* — (*Ibid* fl. 1 v.).

³ Liv. II, tit. xxvi. *do Chançarel & seu officio*, n.º 13, fl. 38 v.

⁴ D. JOSÉ BARBOSA, *op. cit.*, cap. I, pág. 5.

⁵ *Loc. cit.*, pág. 3.

real Collegio de S. Pedro, obra erudita, mas apaixonada, em que pretende exaltar o seu colégio de S. Pedro, refutando as asserções encomiásticas com que se enaltecia o vizinho colégio de S. Paulo, nega a afirmação de que a *casa da Sapiencia* dêste colégio fôsse uma sala de aula da antiga Universidade, o que constituía um título glorioso daquela instituição; mas reconhece que realmente o edificio da Universidade de D. Denis estivera naquêle mesmo terreno, em parte do qual se construiu no século XVI o colégio de S. Paulo. Quanto à estátua da Sapiência porêm, que naquela sala existia, admite a hipótese de ter sido da velha Universidade, e *achar-se enterrada nas ruínas da mesma (como bem mostra o quanto desfigurada e enorme está) e collocarem-na alli os Collegiaes, em memoria da sua antiguidade; e que assim o fizessem, dão a entender os dous dísticos, que tem gravados no nicho, em que a meterão, com a inscrição de 6. de Outubro de 1576. de que se mostra foy posta naquelle lugar no dito anno*¹.

Efectivamente os dois dísticos que se viam por cima do nicho da Sapiência, e que nos foram conservados por D. José Barbosa, nas suas *Memorias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra*², abonam esta hipótese de Silva Leal. Diziam êles:

Lux, amor, auxilium, honos hominum, Sapiencia, sedem

Obruerat tenebris sors inimica tuam.

Restituit soboles solium vocale parenti,

Tu decora sobolem sceptro, opibusque tuis.

MDLXXVI. Prid. Non. Octob.

Tal importância ligou D. Diogo Fernandes de Almeida³ a esta estátua, que a reputou o *Original* da insignia usada pela Universidade nos seus sêlos, e apelou para ela em refôrço da argumentação, com que tratou de vingar o carácter régio, e não pontifício, da mesma Universidade, apesar das bulas de Nicolau IV e Clemente V. — «Nem com estas concessões Apostolicas, diz o citado autor, e união feita por Paulo III. se valeo nunca (*a Universidade*) das Armas e escudo Farnesio⁴, porque se contentou com a insignia da Sapiencia, que a illustra, tirada do Original, que deixara em deposito no Collegio Real de S. Paulo. . . . E este é o único escudo com que a Universi-

¹ Op. cit., pág. 508, n.º 198.

² In *Collecção dos Documentos e Memorias da Acad. R. da Hist. Port.*, an. 1727, a pág. 6.

³ Op. cit., pág. 56.

⁴ O escudo de armas do papa Paulo III, que pertencia à família romana Farnese.

dade se defende, e ao Reyno, dos que se oppoem às regalias da Coroa». Apesar dos exageros desta argumentação, é certo que devemos lamentar o ter-se perdido tal estátua, quando se demoliram as paredes da sala da Sapiência.

A lápide, em que a figura pousava as mãos no século xvi, ainda existe. Conservou-se com a estátua no seu nicho até que, no ano de 1838, foi o edifício do colégio de S. Paulo concedido à Nova Academia Dramática para construção do seu teatro. Nesse mesmo ano come-



Lápide sôbre que apoiava as mãos a estátua da Sapiência no Colégio de S. Paulo

çaram as demolições, e a lápide, recolhida pelo mestre de obras da Universidade, João Feliciano, foi colocada junto do pórtico da Biblioteca deste estabelecimento, onde já estavam algumas inscrições romanas; dali foi removida em dezembro de 1867 para uma loja térrea do Colégio de S. Pedro, donde se transferiu em maio de 1873 para o Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra. Finalmente no verão de 1913 foi para o Museu Machado de Castro, onde presentemente se encontra. Há na galeria epigráfica da Faculdade de Letras uma reprodução desta lápide.

Aqui juntamos a sua fotografia.

Vamos agora lêr a inscrição, que é em caracteres alemães minúsculos, relevados, já extremamente gastos, o que torna bastante difícil

a interpretação. Foi esta por diversas vezes tentada, e de cada vez se avançava um pouco. A leitura de D. José Barbosa ¹ afasta-se muito da verdade. Aproxima-se da realidade a que foi feita por Aires de Campos, e publicada pelo mesmo no *Catálogo dos objectos existentes no Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra* ²; ainda assim tem algumas lacunas e inexactidões. Damos em seguida a nossa interpretação da legenda, que submetemos à correcção dos epigrafistas; para ela ser completa, falta preencher hipoteticamente uma falha, que corresponde ao lugar de uma ou duas letras, que desapareceram sem ficar vestígio algum. Desdobrámos as abreviaturas, substituindo por letras de menor cõrpo os sinais braquigráficos da inscrição.

*Amice · sequere · me · et · non · dimi
ttam · te · vivere · in servitute · nec · mori ·
in paupertate · qui · vsquam · me · genuit
peperit · memoriam · sophiam · me ·
vocant · greci · et · sapienciam · ego ·
odi · homines · stultos · et · igno
...nam · operam · vel · in qua · nom · est ·
aliqua · vtilitas ·*

Uma verdadeira sensaboria, que pouco abona a cultura e talento de quem teve a ousadia de pôr na bõca da Sapiência personalizada semelhantes puerilidades. Não lancemos porêem a responsabilidade a D. Denis ou à gente que o cercava. A estátua poderia remontar a esses tempos, a inscrição é que não me parece anterior ao século xv.

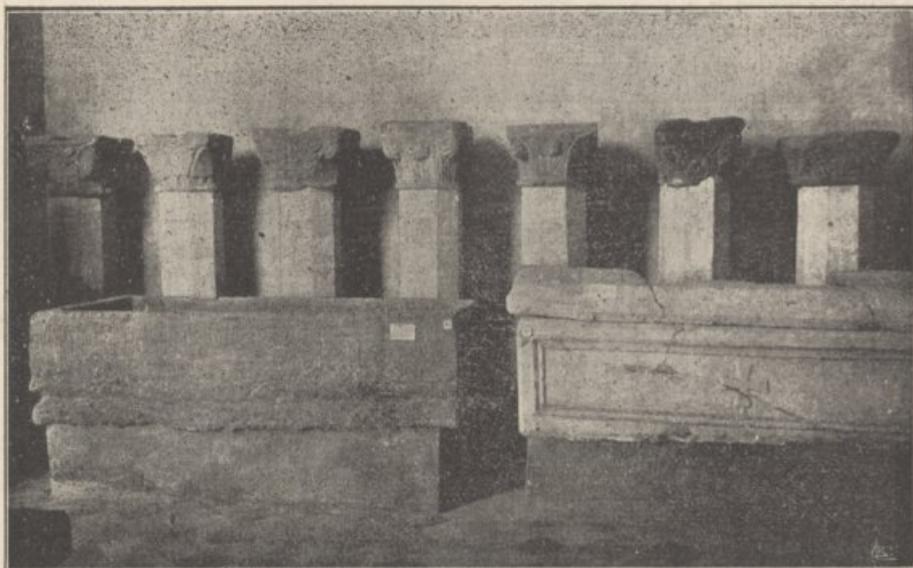
Mas deixemos essa suposta reliquia do antigo edificio da Universidade de Coimbra, e que eu considero mais que duvidosa. Temo-las autênticas e de alto valôr, que remontam à época em que D. Denis fez construir ali, junto do seu paço, um edificio especial para a sua querida Universidade, e que removem a hipótese de se ter instalado o Estudo em quaisquer casas que já anteriormente lá houvesse.

Ao demolir-se em 1889 o edificio do antigo teatro académico, que era o mesmo onde fõra o colégio de S. Paulo, encontraram-se nos alicerces, empregados como material de construção, uns capitéis e bases de colunas, que evidentemente haviam pertencido ao edificio

¹ Op. cit., pág. 6.

² Fasc. I, pág. 22.

antigo, demolido em tempo de D. João III. São de grandes dimensões, e pelo seu caráter dão testemunho autêntico e indubitavel, no dizer dos competentes, da época em que aquele edificio fôra construído:



Grandes capitéis do primitivo edificio da Universidade em Coimbra

reinado de D. Denis. Encontram-se no Museu Machado de Castro, e aqui vão reproduzidos em estampa.

Propositadamente reservámos para o fim o registo dos mais importantes restos, hoje conhecidos, e devidamente estimados, do edificio dionisiano da Universidade de Coimbra; eles nos revelam os extremos de carinho e de sentimento artistico, com que o fundador quis que se preparasse o palácio para o seu Estudo.

Há muito que se ventilava o problêma da proveniência das notabilísimas e formosíssimas colunas góticas do claustro de Celas, áros de Coimbra. Que elas eram do século XIV, e mais precisamente, do reinado de D. Denis, já o tinha afirmado o ilustre professor A. Gonçalves, sendo a sua opinião aceite e reconhecida pelos críticos da arte; que não foram feitas para o local onde se encontram, mas que vieram de outra parte, e ali fôram inseridas na arcaria construída em meados do século XVI, era também ponto assente pelos entendidos. Mas ¿ donde viriam elas, e a que edificio pertenceriam? Em um livro que publiquei há vinte anos, denunciei uma hipótese, apontada então como possível por A. Gonçalves em conversa comigo havida: — que tivessem sido do claustro do velho mosteiro de S.^{ta} Clara,

mandado construir pela rainha santa Isabel, espôsa de D. Denis, e que era celebrado como maravilha de arte pelos escritores que o conheceram. Vários indícios tornavam muito verosimil esta proveniência. Apresentada a hipótese, concluiu eu:— «Pode bem suceder que no futuro ela obtenha confirmação¹».

Não a teve. Descobriu-se mais tarde que aquelas colunas, com as



Capitel com dois arcos trilobados e respectiva base, do edificio dionisiano da Universidade em Coimbra

suas belas bases e formosísimos capitéis, foram do antigo edificio da Universidade, demolido no século XVI para a construção do colégio de S. Paulo. Deviam fazer parte da arcaria dum lindíssimo claustro. Foi uma feliz descoberta, devida ao incansável e honesto investigador cônego Prudêncio Quintino Garcia, cujas escavações nos arquivos de Coimbra trouxeram a lume muitas notícias de interesse para a história da arte coimbrã e dos seus artistas.

Vejam pois como e quando é que essas colunas foram removidas do velho edificio universitário e transportadas para Celas, aproveitando-se ali na construção

da arcaria claustral do aristocrático mosteiro de S.^{ta} Sancha.

Neste mosteiro cisterciense, quando em 1541 a magnificante abadesa D. Leonor de Vasconcelos faleceu ao fim de 20 anos de prelatura, ficou o seu nome vinculado a obras importantes e notáveis na igreja, côro e portaria; mas o resto dos edificios do convento achavam-se em péssimo estado, tudo *desbaratado*, a cêrca devassada, o refeitório desconfortável e de telha vã, faltando oficinas para os serviços mais indispensáveis da comunidade. Por outro lado, as rendas escasseavam, sendo em grande parte absorvidas por importantes e numerosas demandas, que se iam protelando indefinidamente.

¹ *Evolução do culto de D. Isabel de Aragão, esposa do rei lavrador*, vol. I, pág. 191, nota.

Eleita para o cargo de prelada D. Maria de Távora, esta activa senhora meteu ombros à empresa de acudir a tantas necessidades; e conhecendo do Evangelho o conselho — *petite et accipietis, pulsate et aperietur vobis* — começou a bater a várias portas, a *pedir esmola* a todas as pessoas que lhe pareciam dispostas a atendê-la, e assim fez largas obras, com as quais reformou e ampliou os edificios, construiu casas e oficinas, alargou a cerca levantando novos muros, venceu demandas, aumentou as rendas do mosteiro, etc. Ela mesma, segundo narra FR. BERNARDO D'ASSUMPÇÃO, *se appellidava A pobre D. Maria de Távora*, declarando *que fez estas obras de esmolas*¹.

Pedindo ela a tanta gente, não se podia esquecer de ir bater à porta do paço real. D. João III era generoso e dádivo; não recusaria o seu óbulo, mórmente tratando-se de obras de tanta piedade. Já estava feita a experiência desde tempos da abadessa D. Margarida de Eça, que também fôra auxiliada pelo rei piedoso. D. Maria de Távora

¹ *Cellas — Index da Fazenda.* — Volume gr. in fol. com encadernação de couro e pregaria de bronze, existente no ARQUIVO DA REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRITO DE COIMBRA. — É um códice manuscrito em magnifico papel de linho, texto enquadado com traços vermelhos, títulos a tinta vermelha, bela letra autógrafa de Fr. Bernardo d'Assumpção, que pelas freiras fôra encarregado de organizar o cartório e de fazer êste trabalho de escrituração. Contêm, depois de um muito interessante Prefácio com a crónica dos sucessivos abadesados desde o século XIII, dos tempos da infanta D. Sancha, filha de D. Sancho I (fl. I-XII v.), um índice minucioso dos documentos do cartório do mosteiro cisterciense de Celas, não só dos respeitantes à fazenda, mas também de todos os outros diplomas, de diversa natureza e variados assuntos: primeiro os reunidos em maços, agrupados em títulos, dispostos por ordem alfabética (fl. 1-31 v.); depois muitas escrituras de prazos em cadernos, numerados de 1 a 12 (fl. 31 v.-39 v.); em seguida as escrituras de prazos e outros contratos em livros, numerados de 1 a 7 (fl. 40-60 v.); por fim os tombos, reconhecimentos, demarcações etc., e ainda um suplemento de escrituras diversas, que deviam ter sido descritas na 1.ª secção, a dos maços (60 v.-101 v.) No fim do códice escrito por Fr. Bernardo, o Dom Abade de Alcobaça Fr. Manuel de Moraes exarou (fl. 101 v.-102) de seu próprio punho um mandado a todas as pessoas de sua obediência, e sob pena de excomunhão maior *ipso facto incorrenda*, que nunca tirem êste livro do cartório do convento sem licença da abadessa. Datou o Dom Abade esta proibição do seu mosteiro de Celas, a 1 de junho de 1654; viera cá presidir à eleição de abadessa, que se realizou neste dia, por acabar o triênio de D. Cecília de Eça. Este códice foi elaborado durante os abadesados trienais de D. Marfa de Mendoça (1648-1651) e D. Cecília de Eça (1651-1654). No interessante livro — *João de Ruão — Documentos para a biografia de um artista da Renascença, Coligidos por PRUDÊNCIO QUINTINO GARCIA* — vem publicada a págg. 53 e ss. uma parte do Prefácio deste *Index*, referente às abadessas D. Leonor de Vasconcelos e D. Maria de Távora.

dirige a sua súplica, e obtêm a promessa de socorros para as obras do mosteiro; mas, como estes se demorassem, dirige em 1551 uma



Capitel em cuja face lateral se vê o algeza a degolar S. Denis

carta à rainha D. Catarina, a lembrar a promessa real que lhe fôra feita, e a pedir que intercedesse junto del rei, seu marido, pois as obras nos edificios eram urgentes, sendo necessário acudir à casa, que cada dja se vaj mais desbaratando¹. Ia encarregado o padre, portador da carta, de verbalmente pintar ao vivo o estado lamentável do mosteiro, e a necessidade de se lhe acudir com obras de vulto.

Não sei que quantia trouxe da côrte o padre procurador da abadessa de Celas; o que sei é que deve ter sido bem sucedido, porque as obras, que D. Maria de Távora realizou no seu mosteiro, accusam

largos recursos pecuniários. Mas não foi somente com dinheiro que D. João III auxiliou a grande iniciativa edificadora da abadessa de Celas, pois, decorrido mais de um ano sobre o pedido feito à rainha D. Catarina, andando a construir-se o colégio real de S. Paulo, eis

¹ Eis o texto da carta, cuja descoberta e comunicação devo ao Sr. Pedro de Azevedo:

— «Senhora — Cõfjando na mjserjcordja do senhor deus e nas muy reajs smolas e carjdades de vosas altezas mando este padre pera fazer lenbrança da merce e smola que me prometeram pera os edefyciyos desta sua casa que cada dja se vaj mais desbaratando como o padre dira a V. A. a quem peço por amor de noso senhor que auendo pjadade destas pobres seruas suas seja ante S. A. jntresciosa asj como todas o somos djante a djujna magestade pjdjndo lhe de contjno que a real pesoa de V. A. goarde e prospere e aumente seo real stado por largos anos como por V. A. he desejado — estas reljgjosas e eu bejjamos as reaes maõs de V. A.

ABADESA DE CELLAS»

Sobrescrito: — «Pera a Rainha Nosa Senhora».

Cota: — «1551 Rainha. Da Abadesa das Celas».

(Torre do Tombo. — *Corpo Cronológico*, parte 1.^a, maço 87, doc. 38).

que baixa da côrte uma — *Prouisão delRey em q̄ faz merçe das colunas, vazas, e capitéis, que estauão na claustra do Collegio Real ao mosteiro de Celas. Anno. 1553*¹.

As colunas com os seus belos e sugestivos capitéis e bases fôram removidas para Celas, e lá se encontram empregadas na arcaria dos lados ocidental e meridional da quadra do claustro, por não chegarem para mais; reliquias preciosas do século xiv, guardadas num relicário do século xvi.

São efectivamente, e sem sombra de dúvida, outras tantas reliquias architectónicas, de inestimavel preço, do velho edificio da Universidade. Edificio, pois, era esse, erguido no reinado de D. Denis; e que provavelmente o foi por ordem e talvez a expensas do próprio rei, está a denunciar-no-lo o facto de encontrarmos, entre as figuras alegóricas e bíblicas que ornamentam os capitéis, a representação em duas faces de um deles



Outra face do mesmo capitel, onde S. Denis de joelhos sustenta nas mãos a sua própria cabeça decepada

¹ Esta inscrição indicativa encontra-se no códice que descrevemos atrás, em a nota à pág. 633. Lê-se a referida inscrição na fl. 30 r., tit. *De diversos*, maço 3.º, n.º 6, e foi descoberta, como já dissemos, pelo cônego Prudêncio Quintino Garcia. Até hoje tenho debalde procurado o diploma que ali se aponta. O cartório do mosteiro de Celas foi reorganizado de novo em 1740, mandando-se encadernar os documentos que até ali estavam em maços, alguns dos quais já tinham desaparecido, e outros tinham mudado de lugar; é o que se adverte em nota escrita no princípio do *Index* de Fr. Bernardo d'Assumpção. Por extinção do mosteiro de Celas vieram os livros e papelada do seu cartório para a Repartição de Fazenda do Distrito de Coimbra, e depois muitos deles fôram recolhidos à Biblioteca Nacional de Lisboa pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos. Haverá cêrca de dois anos, foi toda essa aluvião de manuscritos dos extintos conventos removida da Biblioteca Nacional, e recolhida ao Arquivo da Torre do Tombo. ¿ Ainda existirá o diplôma régio de concessão dos capitéis, fustes e bases do edificio demolido para a construção do Colégio de S. Paulo ao mosteiro de Celas? É possível. Por agora temos de nos contentar com a referência que a êle fez o organizador do cartório monástico no meado do século xvii, e que é suficiente.

da scena legendária, extraída do Agiológio gálico, do martírio de S. Denis, *patron e benefagedor* daquelle monarcha, como pode vêr-se nas estampas que nas duas páginas antecedentes reproduzem essas faces.

¿ Tudo isto serão indícios apenas ?

Se assim os quiserem classificar, elles são tantos e tão eloquentes, e todos abonatórios da tradição antiga consignada pelos escriptores do século XVI, e repetida pelos dos séculos seguintes, que constituem com essa tradição uma prova cabal.

Acceptando pois como expressão da verdade essa tradição, tão bem provada e confirmada, já podemos dizer, sem receio de erro, que foi ali, ao lado do seu paço, que o rei-trovador, neto de Afonso o Sábio, mandou construir um edificio condigno e bello, em que a arte, então florescente no nosso país, teve largo quinhão, para servir de templo à Sciência, e de séde à Universidade, filha querida dos seus affectuosos desvelos.

Enquanto o edificio se não concluiu, o que levaria anos, as lições foram-se dando aqui e acolá, esparsamente, em moradas que para isso se arrendavam, *em caças de aluguér*, como se lê no citado prefácio dos *Estatutos*, das muitas que havia devolutas no bairro alto; é o que a tradição nos diz. Mas, depois, nesse edificio próprio se reuniram todas as Faculdades, *theologica excepta*, que ao tempo constituíam o Estudo geral — as de *degreos, leis, medicina ou fisica, dialética* ou *lógica*, e *gramática*, pois que a *sacra página* continuava a ser ensinada nas escolas eclesiásticas, especialmente nos dois conventos, situados cada um em sua margem do Mondego, o de S. Domingos, e o de S. Francisco. Ainda no mesmo século vem a *música* reunir-se às outras duas artes suas irmãs, a lógica e a gramática, tendo também a sua cadeira privativa.

Construido e inaugurado este primeiro templo, que à Sciência se ergueu na cidade universitária portugueza, bem podia o rei-sábio fazer-lhe inscrever na fachada os dizeres salomónicos:

SAPIENTIA : AEDIFICAVIT : SIBI : DOMVM : ET : INSIPIENTIBVS : LOCUTA : EST
 VENITE : COMEDITE : PANEM : MEVM : ET : BIBITE : VINVM : QVOD : MISCVI : VOBIS
 RELINQVITE : INFANTIAM : ET : VIVITE : ET : AMBVLATE : PER : VIAS : PRVDENTIAE
 MECVM : SVNT : DIVITIAE : ET : GLORIA : OPES : SVPERBAE : ET : IVSTITIA
 MELIOR : EST : ENIM : FRVCTVS : MEVS : AVRO : ET : LAPIDE : PRETIOSO
 ET : GENIMINA : MEA : ARGENTO : ELECTO

A. DE VASCONCELOS.

O prognatismo dos portugueses

(Continuado de pág. 468)

II

O ângulo facial de Francfort

Instrumentos e técnica

Como dissemos, o ângulo facial de Francfort mede a inclinação da linha nasi-prostiónica sôbre o plano horizontal alemão, que é determinado pelo ponto mais elevado do meato auditivo externo direito e pela linha tangente ao bordo inferior da órbita esquerda e ao bordo superior do meato auditivo externo esquerdo.

Em regra não é este o ângulo que se mede directamente, mas sim o seu complemento, que vem a ser o ângulo formado pela linha facial com a vertical que passa pelo násion. Foi assim que procedemos.

Os instrumentos de que nos servimos foram: um *craniostato*, uma *agulha horizontalizadora* e um *goniômetro* Ranke-Martin.

O *craniostato* (fig. 9) compõe-se duma pinça movel em três direcções rectangulares, sustentada por uma haste vertical que se apoia sôbre um tripé munido de parafusos niveladores. A pinça, fixando



Fig. 9.

o crânio pela escama do occipital, permite orientá-lo em qualquer posição.

A agulha horizontalizadora (fig. 9) consta duma haste vertical, ao longo da qual se desloca um cursor munido dum ponteiro que se mantém numa direcção rigorosamente perpendicular à haste.

O goniómetro de Ranke-Martin (fig. 10) consta duma haste vertical graduada que assenta sobre um tripé com parafusos niveladores. Ao longo da haste desliza um cursor com uma ranhura na qual se pode deslocar, na direcção horizontal, uma régua graduada que termina em bisel. A extremidade superior da haste vertical está fixa uma peça metálica, na qual corre, na direcção horizontal, uma outra régua graduada que igualmente termina em bisel. A esta peça está ainda fixo um limbo graduado e um sistema de niveis.



Fig. 10.

Ao centro do limbo está preso um ponteiro com duas hastes desiguais que permite

fazer as leituras; a graduação do limbo está feita de maneira que o raio que passa pelo zero coincide com a linha de fé.

Trabalha-se com os três instrumentos sobre uma superfície plana e horizontal.

Para medir o ângulo facial fixa-se o crânio no craniostato e orienta-se. Para isso verifica-se, por meio da agulha horizontalizadora, se o ponto mais baixo do bordo inferior da órbita esquerda e os pontos mais elevados dos meatos auditivos externos estão à mesma altura. Se tal se não der leva-se, por tentativas, o crânio a essa posição imprimindo movimentos convenientes à pinça do craniostato.

Orientado o crânio, aplica-se ao násion a extremidade aguçada da régua superior, e ao próstion a extremidade correspondente da régua inferior do goniómetro, tendo o cuidado de colocar o plano das duas réguas, tanto quanto possível, na direcção do plano sagital medianó.

Deve igualmente verificar-se a perfeita horizontalidade das réguas, para o que serve um dos níveis.

Em seguida retira-se o goniómetro, lê-se a divisão da régua superior em coincidência com a linha de fé, e levando o ponteiro a coincidir com igual divisão da régua inferior, lê-se no limbo graduado o valor do complemento do ângulo facial de Francfort.

III

Valores médios e variabilidades do ângulo facial de Francfort

A colecção de *crânios autênticos* do Museu de Antropologia ascende a 585 exemplares, sendo 365 do sexo masculino e 220 do sexo feminino.

Excluimos dêste estudo todos os exemplares que não tinham posição, os que eram notavelmente assimétricos, e os que pertenceram a indivíduos de idade inferior a 20 ou superior a 80 anos.

Desta maneira apenas se puderam aproveitar 276 crânios do sexo masculino e 158 do sexo feminino.

Crânios masculinos

Os valores individuais obtidos para os crânios masculinos constam do *Quadro I*, 4.^a coluna. No mesmo quadro, 5.^a coluna, estão inscritos os valores do *índice alveolar de Flower*, determinados pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. J. G. Barros e Cunha, que amavelmente os poz à nossa disposição.

No tratamento estatístico dos dados relativos ao ângulo facial fizemos a *unidade de variante* igual a 1°, e dispendo os diferentes valores angulares pela sua ordem crescente construimos a *Tabela I*. Na primeira coluna (*V*) vam indicados as *variantes inteiras*; na segunda os *desvios* (*d*) em relação a uma variante média (V_m) arbitrariamente escolhida; na terceira as *frequências* (*f*) observadas. As outras colunas encerram pela sua ordem, os productos fd , fd^2 , fd^3 e fd^4 .

TABELA I

V	$d = V - V_m$	f	fd	fd ²	fd ³	fd ⁴
79	-8	2	-16	128	-1024	8192
80	-7	1	-7	49	-343	2401
81	-6	3	-18	108	-648	3888
82	-5	13	-65	325	-1625	8125
83	-4	21	-84	336	-1344	5376
84	-3	23	-69	207	-621	1863
85	-2	36	-72	144	-288	576
86	-1	35	-35	35	-35	35
$V_m = 87$	0	39	0	0	0	0
88	1	38	38	38	38	38
89	2	26	52	104	208	416
90	3	15	45	135	405	1215
91	4	15	60	240	960	3840
92	5	4	20	100	500	2500
93	6	2	12	72	432	2592
94	7	2	14	98	686	4802
95	8	0	0	0	0	0
96	9	1	9	81	729	6561
Somos		276	-116	2200	-1970	52420

Com estes valores, pelas fórmulas geraes conhecidas ¹, calculamos os primeiros quatro momentos do polígono em relação à ordenada V_m e à ordenada média (M), e obtivemos os seguintes resultados:

$$v_1 = \frac{\sum fd}{N} = -0.4203, \quad \mu_1 = 0,$$

$$v_2 = \frac{\sum fd^2}{N} = 7.9710, \quad \mu_2 = 7.7110,$$

$$v_3 = \frac{\sum fd^3}{N} = -7.1377, \quad \mu_3 = 2.7643,$$

$$v_4 = \frac{\sum fd^4}{N} = 189.9275. \quad \mu_4 = 182.4169. \quad ^2$$

¹ Cf. *O método estatístico da variação*. G. Duncker, trad. pelo Dr. J. G. Barros e Cunha.

² No cálculo dos momentos em relação à média (M) fizeram-se as correcções de Sheppard.

Achamos assim para a *função crítica* o valor

$$F = 2\beta_2 - 3\beta_1 - 6 = 0.0859, \quad 1$$

que nos conduz a uma *curva do tipo IV*, de Pearson, cuja equação geral é

$$y = y_0 \left(1 + \frac{x^2}{a^2}\right)^{-m} e^{-\nu \arctg \frac{x}{a}},$$

por serem

$$\beta_1 > 0, \quad \beta_2 > 3 \quad \text{e} \quad F > 0.$$

As constantes que entram nesta equação são dadas pelas seguintes relações:

$$r = \frac{6(\beta_2 - \beta_1 - 1)}{F},$$

$$m = \frac{r+2}{2},$$

$$\nu = \frac{r(r-2)\sqrt{\beta_1}}{\sqrt{16(r-1) - \beta_1(r-2)^2}}, \quad 2$$

$$a = \sqrt{\frac{16}{\mu_2} \sqrt{16(r-1) - \beta_1(r-2)^2}},$$

$$\text{tg } \Phi = \frac{\nu}{r},$$

$$y_0 = \frac{N}{a} \sqrt{\frac{r}{2\pi}} \cdot \frac{e^{\frac{\cos^2 \Phi}{3r} - \frac{1}{12r} - \Phi \nu}}{\cos^{r+1} \Phi}.$$

O *valor médio* calcula-se pela expressão

$$M = V_m + \nu_1 \pm \varepsilon_M \quad 3.$$

A *posição da origem* da curva é dada pela relação

$$O = M + \frac{\nu a}{r},$$

¹ $\beta_1 = \frac{\mu_3^2}{\mu_2^3}$, $\beta_2 = \frac{\mu_4}{\mu_2^2}$.

² Deve-se dar a ν o sinal de $-\mu_3$.

³ As quantidades ε representam os *erros prováveis* das constantes respectivas.

e portanto as abscissas correspondentes às diversas variantes pela igualdade

$$x = V - O.$$

A *asimetria* da curva, como a define Pearson, calcula-se pela igualdade

$$A = \frac{1}{2} \sqrt{\beta_1} \cdot \frac{r-2}{r+2} \pm \varepsilon_A.$$

A abscissa correspondente à ordenada máxima, ou *moda*, é

$$\text{Moda} = M = M - \frac{1}{2} \frac{\mu_3}{\mu_2} \cdot \frac{r-2}{r+2}.$$

Finalmente, o *desvio padrão* ou *índice de variabilidade* da curva é dado pela igualdade

$$\sigma = \sqrt{\mu_2} \pm \varepsilon_\sigma.$$

Os valores numéricos das constantes que acabamos de definir sam, no nosso caso, os seguintes:

$$\begin{aligned} r &= 143.2805, & a &= 30.6007, \\ m &= 72.6402, & \Phi &= -22^\circ 29' 53'' = -0.3927, \\ \nu &= -59.3436, & j_0 &= 0.000298. \end{aligned}$$

Por conseguinte

$$\begin{aligned} M &= \sphericalangle 86^\circ 35' \pm 7', \\ M &= 86.4054, \\ O &= 73.9056, \\ A &= 0.0628 \pm 0.07329, \\ \sigma &= 2.7769 \pm 0.0797. \end{aligned}$$

A equação da curva de frequência será portanto

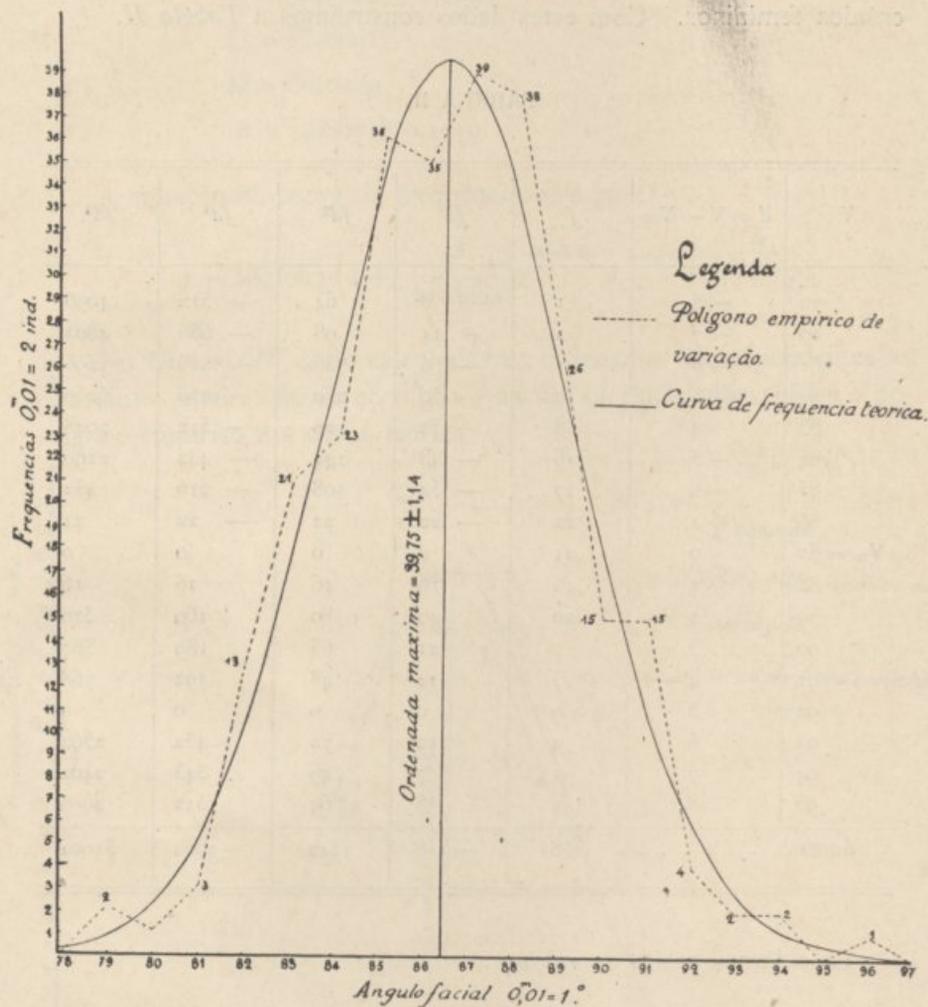
$$j = 0,000298 \left(1 + \frac{x^2}{936,4028} \right)^{-72,6402} e^{59,3436 \arctg \frac{x}{30,6007}}.$$

Com estes elementos calculamos os pontos da curva correspondentes às variantes inteiras desde 78 até 97.

O Quadro II resume esse cálculo. As ordenadas teóricas acham-se inscritas na coluna (11), e na coluna (12) estão calculadas essas mesmas ordenadas, em percentagens.

A fig. 11 representa sobrepostos o polígono empírico e a curva calculada com os elementos dêste quadro. O ajustamento é perfeito.

Vê-se pelo exame da fig. 11, que a curva de frequência apresenta



uma assimetria muito pequena, o que de resto já sabemos pelo valor obtido para a constante A ; isto significa que, duma maneira geral, nos crânios portugueses os valores do ângulo facial de Francfort se distribuem quasi igualmente dum e doutro lado do valor mais freqüente.

Em virtude desta assimetria o valor médio não é o mais frequente. Para valor médio achamos $86^{\circ} 35'$ e para valor mais frequente obtivemos $86,4054$ ou $86^{\circ} 24'$; portanto os crânios portugueses masculinos pertencem ao tipo ortognata.

Crânios femininos

No *Quadro III* reunimos as medidas do ângulo facial dos 158 crânios femininos. Com estes dados construímos a *Tabela II*.

TABELA II

V	$d = V - V_m$	f	fd	fd^2	fd^3	fd^4
79	-8	1	-8	64	-512	4096
80	-7	2	-14	98	-686	4802
81	-6	1	-6	36	-216	1296
82	-5	10	-50	250	-1250	6250
83	-4	8	-32	128	-512	2048
84	-3	16	-48	144	-432	1296
85	-2	27	-54	108	-216	432
86	-1	22	-22	22	-22	22
$V_m = 87$	0	21	0	0	0	0
88	1	16	16	16	16	16
89	2	20	40	80	160	320
90	3	7	21	63	189	567
91	4	3	12	48	192	768
92	5	0	0	0	0	0
93	6	2	12	72	432	2592
94	7	1	7	49	343	2401
95	8	1	8	64	512	4096
Somas		158	-118	1242	-2002	31002

Calculamos assim os valores:

$$\mu_2 = 7,2198 \quad \beta_1 = 0,0448$$

$$\mu_3 = 4,1074 \quad \beta_2 = 3,4553$$

$$\mu_4 = 180,1137 \quad F = 0,7762$$

que definem uma curva de frequência do tipo IV. Os parâmetros da

equação desta curva e as constantes a ela relativas tem os seguintes valores numéricos:

$$\begin{aligned}
 r &= 18,6330 & a &= 11,0317 \\
 m &= 10,3165 & \Phi &= -12^\circ 5' 43'' = -0,2111 \\
 \nu &= 3,9930 & \gamma_0 &= 16,7067 \\
 M &= 86^\circ 15' 11'',52 \pm 8' 39'',12 = 86^\circ 15' \pm 9' \\
 A &= 0,0852 \pm 0,0891 \\
 O &= 83,8891 \\
 M &= 86,0239 \\
 \sigma &= 2,6867 \pm 0,1019.
 \end{aligned}$$

A equação da curva de frequência será pois:

$$y = 16,7067 \left(1 + \frac{x^2}{121,6984} \right)^{-10,3165} e^{3,9930 \arctg \frac{x}{11,0317}}.$$

No Quadro IV estão calculadas as ordenadas correspondentes às variantes inteiras desde 78 a 96; e na fig. 12 estão sobrepostos o polígono empírico e a curva teórica.

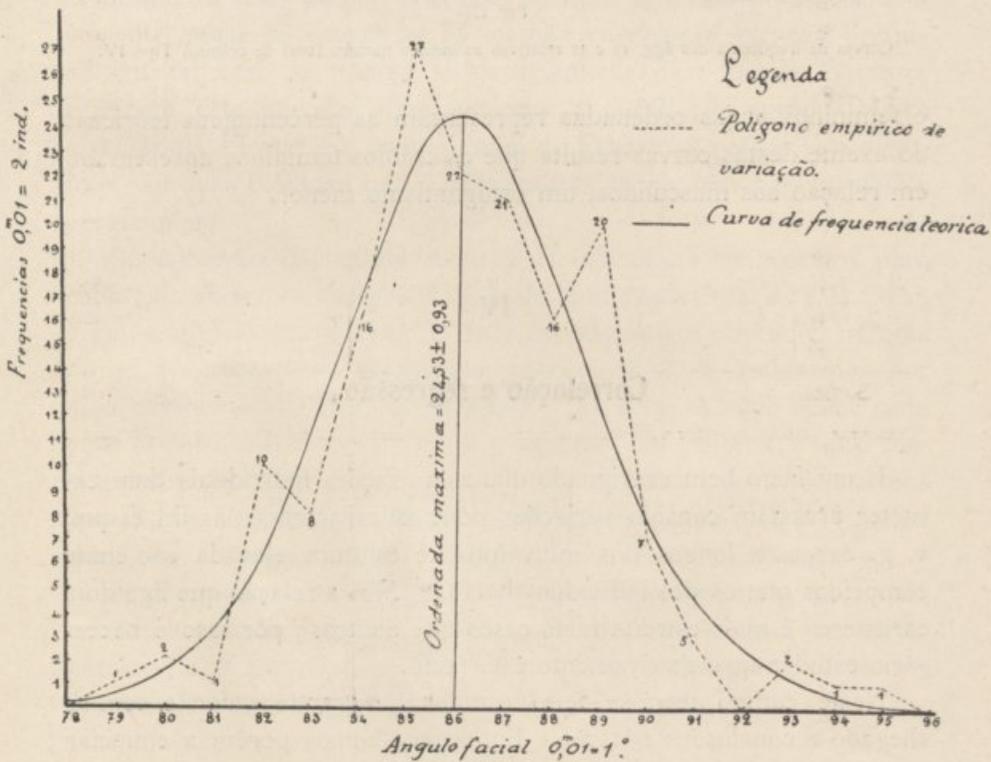


Fig. 12.

A respeito da curva de frequência dos crânios femininos nada mais temos a acrescentar ao que dissemos para a dos crânios masculinos, a não ser que apresenta uma assimetria um pouco superior.

Na fig. 13 sobreposémos as curvas relativas aos crânios masculinos

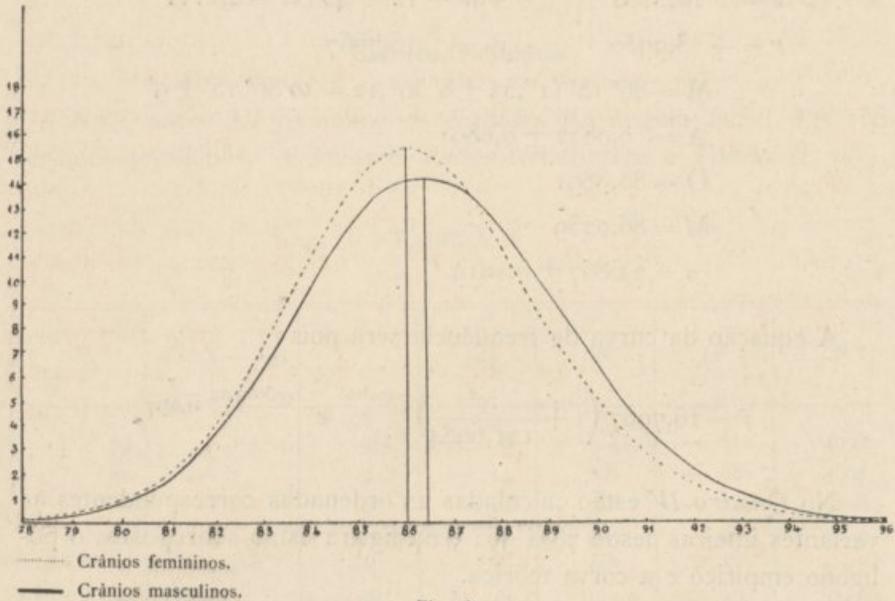


Fig. 13.

Curvas de frequência das figs. 11 e 12 relativas ao mesmo número (100) de crânios. Tipo IV.

e femininos, cujas ordenadas representam as percentagens teóricas; do exame destas curvas resulta que os crânios femininos apresentam, em relação aos masculinos, um ortognatismo menor.

IV

Correlação e regressão

É um facto bem averiguado que as variações individuais dum character arrastam consigo variações doutros characteres; assim é que, v. g. os ossos longos dos individuos de estatura elevada são mais compridos que os dos individuos baixos. Mas a relação que liga dois characteres é mais estreita nuns casos que noutros; por isso é necessário estudar quantitativamente este facto.

Neste campo tem-se feito estudos de grande valor e tem-se chegado a conclusões notáveis; limitar-nos-hemos porém a enunciar alguns dos resultados mais importantes.

Sejam A e B dois caracteres quaisquer dum mesmo individuo, e designemos por x os valores de A em diferentes individuos de uma série, e por y os valores correspondentes de B. Diz-se que os dois caracteres estão *correlacionados* quando as variações dos valores de x e de y se associam de tal maneira que, dado o valor do caracter A num determinado individuo, se pode afirmar que apenas um entre todos os valores de B, tem a maxima probabilidade de lhe corresponder. Não quer isto dizer de modo algum que, sendo dada a medida dum certo caracter A num individuo, se possa calcular, com toda a certeza, o valor do outro caracter B do mesmo individuo. Como vemos pela definição de correlação o problema é uma questão de probabilidades e as conclusões a que se chega são apenas resultados *mais prováveis* obtidos pelo estudo de grandes séries.

A correlação permite-nos assim reconstruir por meio dum órgão o valor provavel dum outro. Em Antropologia faz-se uso constante das correlações; assim v. g., das medidas efectuadas sobre o fémur de *Pithecanthropus erectus* se pode determinar a sua estatura provavel.

Mas há uma outra ordem de questões que o estudo da correlação permite resolver. Com efeito, succede muitas vezes que, para avaliar o mesmo caracter se propõem dois ou mais critérios e então é conveniente saber se entre eles há ou não *correlação elevada* porque só em tal caso se poderá indiferentemente usar um ou o outro. Foi com este fim que determinámos a correlação entre o índice alveolar de Flower e o ângulo facial de Francfort, pois, como dissemos são duas medidas que usualmente se empregam para avaliar o prognatismo.

Suponhamos que numa série de N individuos conhecemos para cada um deles, os valores x e y de dois caracteres A e B. Em geral, a um determinado valor de x correspondem diferentes valores de y que constituem uma *série parcial de B*, e designemos por n_x o número total desses individuos; o caracter A, que define cada uma destas séries, diz-se *caracter sujeito*. Os valores y que constituem cada série parcial teem a sua média, que designaremos por \bar{y}_{n_x} e o seu desvio padrão, que designaremos por σ_{n_x} . A média geral dos y designá-la-hemos por \bar{y} e o seu desvio padrão por σ_y .

Assim como podemos agrupar os y em séries parciais, cada uma relativa a um valor de x , também podemos agrupar os x em séries parciais; e as notações n_y , \bar{x}_{n_y} , σ_{n_y} , \bar{x} e σ_x teem significação semelhante. É evidente que

$$\Sigma n_x = \Sigma n_y = N.$$

Os valores das médias \bar{y}_{n_x} formam uma série cujo desvio padrão em relação à média geral \bar{y} é, como se sabe:

$$\sigma_{m_y} = \left[\frac{\sum_{n_x} (\bar{y}_{n_x} - \bar{y})^2}{N} \right]^{\frac{1}{2}} \dots \dots \dots (2)$$

e a relação entre este desvio padrão e o desvio padrão σ_y da série total chama-se, segundo Pearson, *razão de correlação*; designando-a por η , teremos:

$$\eta = \frac{\sigma_{m_y}}{\sigma_y}$$

Como facilmente se vê, $\sigma_{m_y} < \sigma_y$, e portanto as variações dos valores de η estão compreendidas na dupla desigualdade

$$0 \leq \eta \leq 1.$$

É interessante ver a significação de η nos limites extremos.

Se $\eta = 1$, temos

$$\sigma_{m_y} = \sigma_y$$

isto é, o desvio padrão da série das médias y_{n_x} é igual ao desvio padrão de todos os valores y ; isto só pode suceder quando a cada valor de x corresponde um mesmo valor para y ; neste caso a correlação é perfeita e temos o que se chama uma *causalidade*.

Se $\eta = 0$, será $\sigma_{m_y} = 0$, e portanto $y_{n_x} = \bar{y}$, isto é, as séries relativas teem todas a mesma média, igual à média geral, não havendo, portanto, associação alguma entre os valores de y e os de x . A correlação será pois tanto mais perfeita quanto mais próximo da unidade fôr η .

Em geral, os valores individuais dos dois caracteres A e B não coincidem com os valores médios \bar{x} e \bar{y} da série total de sorte que, no caso mais geral, temos:

$$x = \bar{x} + d,$$

$$y = \bar{y} + d',$$

sendo d e d' os desvios da média. Por outro lado conhecendo os desvios padrões σ_x e σ_y da série dos N indivíduos, e comparando os desvios d e d' de todos os indivíduos com os desvios σ_x e σ_y , obtem-se

uma constante de muita importância na teoria da correlação; esta constante, que se designa pela letra r e se chama *coeficiente de correlação*, é definida pela igualdade:

$$r = \frac{\sum n_{xy} \cdot dd'}{N \sigma_x \cdot \sigma_y},$$

onde n_{xy} designa a frequência dos indivíduos cujos caracteres A e B tem respectivamente os valores x e y . A igualdade anterior pôde ainda escrever-se:

$$\begin{aligned} r &= \frac{\sum [n_{xy} (x - \bar{x}) (y - \bar{y})]}{N \sigma_x \sigma_y} \\ &= \frac{\sum [n_x (x - \bar{x}) (y_{n_x} - \bar{y})]}{N \sigma_x \sigma_y} \dots \dots \dots (1) \end{aligned}$$

Se fizermos

$$p_{qq'} = \frac{\sum [n_{xy} (x - \bar{x})^q (y - \bar{y})^{q'}]}{N}, \dots \dots \dots (2)$$

o coeficiente de correlação será

$$r = \frac{p_{11}}{\sigma_x \sigma_y} \dots \dots \dots (3)$$

Para determinar o coeficiente de correlação é pois necessário procurar, na série N, o número n_{xy} de indivíduos correspondentes a cada par de valores de x e y . Para isso construe-se a *táboa de correlação*, taboa de dupla entrada que se forma da maneira usual.

Construída a taboa de correlação e calculadas as médias das séries parciais, reconhece-se que estas não coincidem com o valor médio geral, nem com o valor de caracter sujeito correspondente, mas tendem a deslocar-se dêste valor no sentido da média geral. A êste facto chamou K. Pearson *regressão*; todavia a ideia de regressão apenas se pode aplicar quando os dois caracteres correlacionados são da mesma natureza, pois só então é que podemos comparar a média de cada série relativa com o valor respectivo do caracter sujeito.

Podemos, porém, em qualquer caso, exprimir analiticamente o desvio da média dum dos caracteres em função do desvio da média do outro com o auxílio do factor da correlação e dos índices de variabilidade. Limitar-nos-hemos à exposição dos resultados obtidos pelo ilustre Prof. K. Pearson.

Se tomarmos sôbre um eixo comprimentos proporcionais aos dife-

rentes valores do caracter sujeito, sôbre as ordenadas respectivas marcarmos comprimentos proporcionais às médias das correspondentes séries relativas e unirmos os pontos assim obtidos por meio de segmentos de recta, obtemos um polígono. Dois casos se podem dar:

α) os vértices do polígono estão em linha recta (ou quási em linha recta, pois se deve admitir sempre uma certa amplitude na posição dêsses pontos, dentro dos limites dos erros prováveis); neste caso diz-se que a regressão é *linear*.

β) os vertices do polígono estão sôbre uma curva; a regressão diz-se então *asimétrica*.

Êste caso é evidentemente o mais geral, mas ainda não está tratado completamente. Apenas conhecemos os trabalhos de K. Pearson na hipótese da curva de regressão ser uma parábola do 2.^o ou 3.^o grau ¹.

i) No caso da regressão linear a *equação de regressão*, que liga os desvios da média dos dois caracteres correlacionados,

$$y_{x_p} - \bar{y} = m(x_p - \bar{x}),$$

é, como se vê, a equação duma recta que passa pelo ponto (\bar{x}, \bar{y}) . Segundo Pearson, a regressão é linear quando dentro dos limites dos erros prováveis fôr

$$\eta = r.$$

A constante m é dada pela relação

$$m = r \frac{\sigma_y}{\sigma_x},$$

e portanto a equação da regressão linear pode escrever-se

$$\frac{y_{x_p} - \bar{y}}{\sigma_y} = r \frac{x_p - \bar{x}}{\sigma_x} \dots \dots \dots (4)$$

ii) A regressão definirá uma parábola do 2.^o grau quando fôr

$$\Phi_2(\eta^2 - r^2) - \bar{\varepsilon}^2 = 0, \dots \dots \dots (5)$$

¹ K. Pearson, *On the general theory of skew correlation and non-Linear regression* (Drapers Company Research Memoirs, Biometric series II), London, 1905.

sendo

$$\Phi_2 = \beta_2 - \beta_1 - 1 \quad (6)$$

$$\varepsilon = \varepsilon - r \sqrt{\beta_1} \quad (7)$$

$$\varepsilon = \frac{p_{21}}{\sigma_x^2 \cdot \sigma_y} \quad (8)$$

e a equação de regressão será

$$y \cdot x_p - \bar{y} = r \frac{\sigma_y}{\sigma_x} (x_p - \bar{x}) + \frac{\bar{\varepsilon}}{\Phi_2} \left[\left(\frac{x_p - \bar{x}}{\sigma_x} \right)^2 - \sqrt{\beta_1} \cdot \frac{x_p - \bar{x}}{\sigma_x} - 1 \right] \quad (9)$$

Na expressão de ε entra o símbolo p_{21} cujo valor se pode calcular pela relação (2). Ora, os factores $x - \bar{x}$ e $y - \bar{y}$ que entram no somatório são números decimais e portanto o cálculo torna-se um pouco trabalhoso. Para o simplificar podem-se referir os desvios, não às médias \bar{x} e \bar{y} , mas a um valor qualquer inteiro dos caracteres x e y , fazendo uma correcção; êste artifício equivale a uma mudança da origem do ponto (\bar{x}, \bar{y}) para o ponto (x_1, y_1) , sendo x_1 e y_1 os valores inteiros dos dois caracteres em relação aos quais calculamos agora os desvios. Fazendo

$$\pi_{qq'} = \frac{\sum n_{xy} (x - x_1)^q (y - y_1)^{q'}}{N}, \dots \quad (10)$$

vê-se facilmente que

$$p_{11} = \pi_{11} - (\bar{x} - x_1) \pi_{01} \quad (11)$$

$$p_{21} = \pi_{21} - 2(\bar{x} - x_1) \pi_{11} + (\bar{x} - x_1)^2 \pi_{01} - (\bar{y} - y_1) \mu_2, \dots \quad (12)$$

onde μ_2 representa o 2.º momento relativo ao caracter x .

iii) O critério da regressão cúbica é:

$$\Phi_2 (\eta^2 - r^2) - \bar{\varepsilon}^2 - \frac{(\bar{\zeta} \Phi_2 - \bar{\varepsilon} \Phi_3)^2}{\Phi_2 \Phi_4 - \Phi_3^2} = 0, \dots \quad (13)$$

onde

$$\Phi_3 = \frac{(\beta_3 - \beta_1 \beta_2 - \beta_1)}{\sqrt{\beta_1}}, \dots \quad (14)$$

$$\Phi_4 = \beta_4 - \beta_2^2 - \beta_1^3, \dots \quad (15)$$

¹ As constantes β_1 e β_2 referem-se ao caracter x .

² Deve dar-se a $\sqrt{\beta_1}$ o sinal do 3.º momento (μ_3) do caracter x .

³ $\beta_3 = \frac{\mu_5 \mu_3}{\mu_2^3}$, $\beta_4 = \frac{\mu_6}{\mu_2^3}$.

$$\zeta = \frac{P_{31}}{\sigma_x^3 \cdot \sigma_y} \dots \dots \dots (16)$$

$$\bar{\zeta} = \zeta - r \beta_2 \dots \dots \dots (17)$$

Pode-se calcular p_{31} em função de π_{31} por meio da relação:

$$p_{31} = \pi_{31} - 3(\bar{x} - x_1)\pi_{21} + 3(\bar{x} - x)^2\pi_{11} - (\bar{x} - x_1)^3\pi_{01} - (\bar{y} - y_1)\mu_3 \quad (18)$$

A equação de regressão, neste caso, é:

$$y_{x_p} - \bar{y} = r \frac{\sigma_y}{\sigma_x} + \frac{\bar{\varepsilon}}{\Phi_2} \left[\left(\frac{x_p - \bar{x}}{\sigma_x} \right)^2 - \sqrt{\beta_1} \cdot \frac{x_p - \bar{x}}{\sigma_x} - 1 \right] +$$

$$+ \frac{\bar{\zeta}\Phi_2 - \bar{\varepsilon}\Phi_3}{\Phi_2\Phi_4 - \Phi_3^2} \left[\left(\frac{x_p - \bar{x}}{\sigma_x} \right)^3 - \beta_3 \frac{x_p - \bar{x}}{\sigma_x} - \sqrt{\beta_1} - \frac{\Phi_3}{\Phi_2} \left\{ \left(\frac{x_p - \bar{x}}{\sigma_x} \right)^2 - \sqrt{\beta_1} \frac{x_p - \bar{x}}{\sigma_x} - 1 \right\} \right] \dots \dots \dots (19)$$

Expostas estas generalidades apliquemos as relações estabelecidas ao estudo da correlação entre o índice alveolar de Flower e o ângulo facial de Francfort dos crânios portugueses da colecção do Laboratório de Antropologia.

Crânios masculinos

As constantes relativas à variação do ângulo facial já foram indicadas. As relativas ao índice alveolar, determinadas pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. João G. de Barros e Cunha, são:

$$\mu_2 = 12,3470 \quad \beta_1 = 0,00086$$

$$\mu_3 = - 1,2756 \quad \beta_2 = 2,6858$$

$$\mu_4 = 409,4431 \quad \sigma_x = 3,49$$

$$M_x = 94,9710.$$

O Quadro V representa a táboa de correlação. Designamos por x o índice alveolar e por y o ângulo facial.

Como se disse, é conveniente para facilidade do cálculo fazer passar os eixos coordenados, não pelos valôres médios, mas por duas variantes inteiras; os números impressos em normando indicam a posição dos eixos que escolhemos para o cálculo dos desvios x' e y' .

A táboa de correlação juntámos mais algumas colunas com o fim de facilitar o cálculo de certas constantes.

Achámos:

$$\begin{aligned} \sigma_{my} &= 2,1206 & p_{11} &= -7,102579 \\ \eta &= 0,7637 \pm 0,0169 & p_{21} &= 1,697468 \\ \pi_{01} &= 0,579710 & r &= -0,7279 \pm 0,0191 \\ \pi_{11} &= -6,539854 & \Phi_2 &= 1,68494 \\ \pi_{21} &= -4,387681 & \varepsilon &= 0,0495 \\ \bar{\varepsilon} &= 0,0282 \end{aligned}$$

Temos pois:

$$\begin{aligned} \eta^2 - r^2 &= 0,0534; \\ \Phi_2 (\eta^2 - r^2) - \bar{\varepsilon}^2 &= 0,0892. \end{aligned}$$

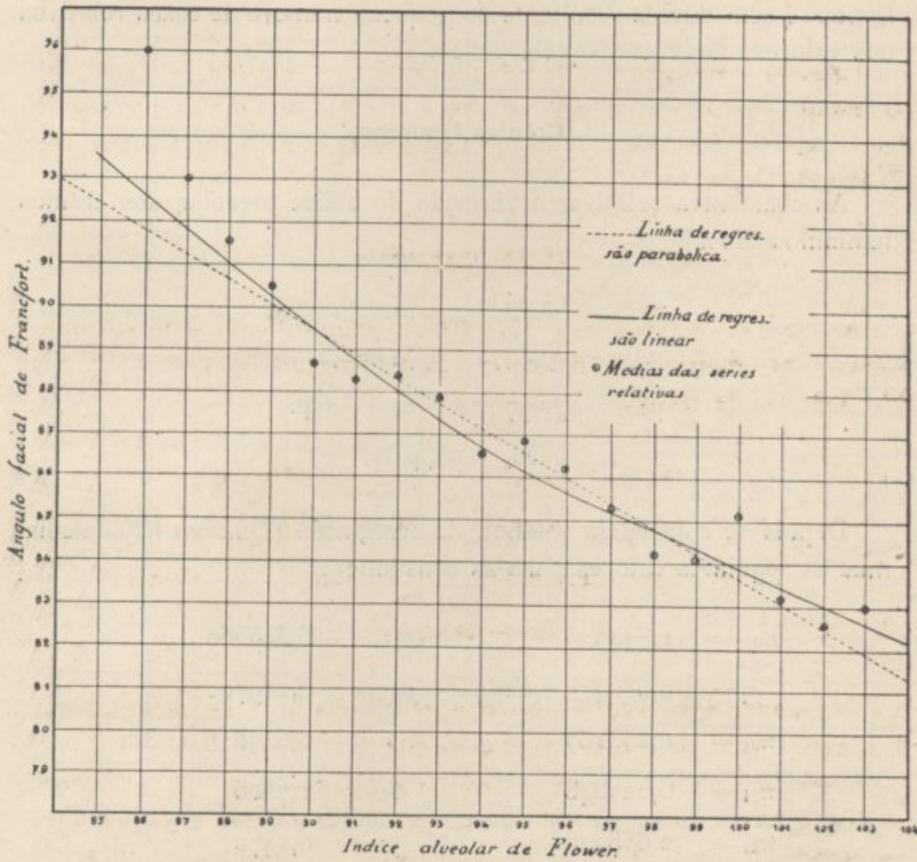


Fig. 14.

O ajustamento da linha recta é portanto melhor que a da parábola do 2.º grau.

A equação de regressão linear é:

$$y_{x_p} = -0,5752 x_p + 141,1468.$$

As equações de regressão parabólica do 2.º grau são:

$$y_{x_p} = 0,0144 x_p^2 - 3,3119 x_p + 270,9146,$$

$$y_{x_p} = -0,0144 x_p^2 + 2,1615 x_p + 11,4990,$$

das quais apenas a primeira satisfaz.

Na fig. 14 representamos por pequenos círculos as médias das séries relativas do ângulo facial, pela linha interrompida a recta de regressão e pela linha cheia a parábola do 2.º grau.

É de notar que a coincidência é mais perfeita no intervalo 91-101 relativo ao índice alveolar. A falta de coincidência fóra daqueles limites é sem dúvida resultante do pequeno número de casos relativos aos valores extremos daquele índice.

Crânios femininos

As constantes relativas à variação do índice alveolar dos crânios femininos são:

$$\mu_2 = 13,2937 \quad \beta_1 = 0,0372$$

$$\mu_3 = -9,3473 \quad \beta_2 = 2,8178$$

$$\mu_4 = 497,9787 \quad \sigma_x = 3,646$$

$$M_x = 96,4651.$$

Depois de construída a táboa de correlação (*Quadro VI*) calculamos os seguintes valores para as constantes:

$$\sigma_{my} = 1,8442 \quad p_{11} = -6,345569$$

$$\eta = 0,6864 \pm 0,0284 \quad p_{21} = 5,249700$$

$$\pi_{01} = 0,253165 \quad r = -0,6478 \pm 0,0311$$

$$\pi_{11} = -6,227848 \quad \Phi_2 = 1,7806$$

$$\pi_{21} = 2,658228 \quad \varepsilon = 0,1470$$

$$\bar{\varepsilon} = 0,0220.$$

Portanto:

$$\eta^2 - r^2 = 0,0515,$$

$$\Phi_2 (\eta^2 - r^2) - \bar{\varepsilon}^2 = 0,0912,$$

isto é, a regressão linear ajusta-se melhor que a parabólica.

A equação de regressão linear é:

$$y_{x_p} = -0,4774 x_p + 132,3018,$$

e as equações da regressão parabólica são:

$$y_{x_p} = -0,0128 x_p^2 + 1,9997 x_p + 14,2987$$

$$y_{x_p} = 0,0128 x_p^2 - 2,9365 x_p + 250,3048.$$

Destas duas equações apenas a primeira satisfaz.

A fig. 15 representa a recta e a parábola de regressão bem como

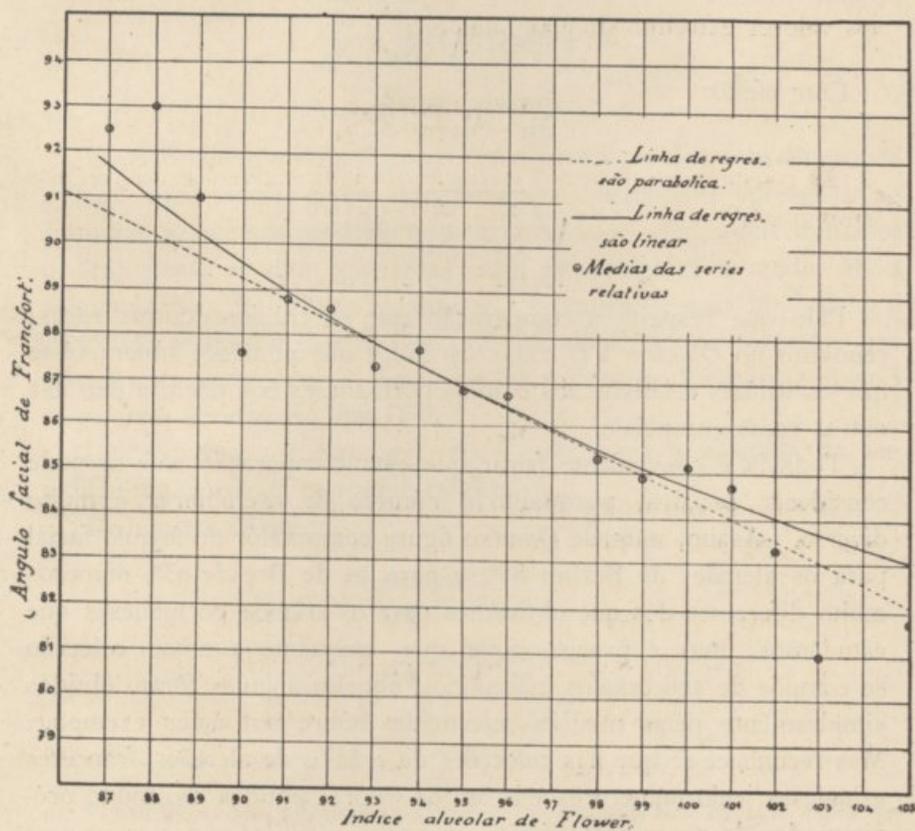


Fig 15

as médias das séries relativas do ângulo facial. Reconhece-se também aqui que há maior coincidência das ordenadas observadas com as calculadas sómente em relação aos valores mais frequentes do índice alveolar.

Conclusões

Os valores médios que achamos para o ângulo facial de Francfort na colecção estudada fôram:

Crânios masculinos.....	86°,58
Crânios femininos.....	86°,25.

Portanto, segundo a classificação adoptada, podemos concluir que os crânios portugueses pertencem ao grupo ortognata; e embora os resultados a que chegámos mostrem que os crânios femininos, em relação aos masculinos, são menos ortognatas, o certo é que não devemos considerar essa diferença como tendo significação estatística porquanto se vê que

$$M_1 - M_2 < 3 \sqrt{\frac{\sigma_1^2}{N_1} + \frac{\sigma_2^2}{N_2}}$$

Com efeito:

$$M_1 - M_2 = 0,33$$

$$3 \sqrt{\frac{\sigma_1^2}{N_1} + \frac{\sigma_2^2}{N_2}} = 0,81.$$

Pelo que respeita à comparação com os crânios doutras raças, reunimos no *Quadro VII* todos os dados que pudémos obter; vê-se que os valores relativos aos crânios portugueses nos põem a par das outras raças europeias.

Todavía é conveniente frizar que esta comparação não se pode considerar decisiva, porquanto o número de exemplares é muito diverso. Assim, naquêl *Quadro* figura como valôr do ângulo facial para os alemães de Berlim 82°, e para os de Dresde 93°, números muito diferentes dos que obtivemos para os crânios portugueses que estudámos; mas é preciso notar que, emquanto a nossa colecção se compõe de 276 crânios masculinos, aqueles ângulos fôram obtidos simplesmente pelas medidas efectuadas sôbre um único exemplar. Mas reconhece-se que nas colecções de crânios de alemães, franceses e ingleses, cujo número excede 50, os valores obtidos são muito próximos dos da nossa colecção.

Além disso, como dissémos, tomamos para plano horizontal o

plano determinado pela parte superior dos meatos auditivos externos e pelo bordo inferior da órbita esquerda; ora em quasi todas as memórias donde extraímos os dados do *Quadro VII* não vimos indicação alguma de se ter adoptado o mesmo critério.

Quanto ao valôr relativamente baixo que obtivemos para o coeficiente de correlação entre o índice alveolar de Flower e o ângulo facial de Francfort, parece podermos concluir que as indicações fornecidas pelo índice alveolar não correspondem às do ângulo facial de Francfort. Já na primeira parte dêste trabalho previmos este facto, notando que o índice alveolar é influenciado pela posição do básion ao passo que o ângulo de Francfort é completamente independente da posição daquêle ponto; agora o tratamento estatístico dos dados veio confirmar a nossa previsão.

Não encontrámos trabalho algum sôbre a correlação entre o índice alveolar de Flower e o ângulo facial de Francfort, e por isso não temos dados para comparações.

APÊNDICE I

Êrros prováveis

O conhecimento do valôr dos êrros prováveis das constantes tem grande importância, e por isso julgamos conveniente apresentar as formulas de que nos servimos para esse cálculo; apenas determinamos o êrro provável das constantes mais importantes: a média M , a assimetria A , a frequência máxima f_m , o índice de variabilidade σ , o factor de correlação r e a razão de correlação η ; as fórmulas que vamos apresentar para os êrros das constantes de frequência apenas se referem à curva do tipo IV ¹.

Designaremos os êrros prováveis pela letra ϵ affectada de um índice, indicativo da constante respectiva.

Demonstra-se que:

$$\epsilon_M = \frac{0,67449}{\sqrt{N}} \cdot \sigma,$$

$$\epsilon_A = \sqrt{\frac{3}{2N}} \cdot \frac{1}{\sqrt{1+3A^2}},$$

¹ A dedução destas formulas pode vêr-se no artigo de Karl Pearson *Mathematical contribution to the theory of Evolution. On the probable errors of frequency constants*, etc. Phil. Trans., Séries A, vol. 101

$$\varepsilon_{y_m} = \frac{0,67449}{\sqrt{N}} \cdot \sqrt{1 + \frac{1}{12p}} \cdot y_m,$$

$$\varepsilon_{\sigma} = \frac{0,67449}{\sqrt{2N}} \sigma \left[1 + \frac{1}{2} \cdot \frac{1}{(p+1)^2 S} \right]^{\frac{1}{2}};$$

sendo p dado pela relação:

$$p = \frac{4\mu_2^2}{\mu_3^2} - 1 = \frac{4}{\beta_1} - 1,$$

e S calculado pela série convergente:

$$S = \sum_0^{\infty} (-1)^{i+1} \frac{B_{2i+1}}{p^i},$$

designando B_{2i+1} os números de Bernouilli. Em geral basta considerar os 3 primeiros termos da série

$$S = \frac{B_1}{p} - \frac{B_3}{p^3} + \frac{B_5}{p^5},$$

porque os termos seguintes tendem rapidamente para zero. Os primeiros números de Bernouilli tem os seguintes valores:

$$B_1 = \frac{1}{6}; \quad B_3 = \frac{1}{30}; \quad B_5 = \frac{1}{42}; \quad B_7 = \frac{1}{30}.$$

Finalmente os erros prováveis de r e η são dados pelas expressões:

$$\varepsilon_r = \frac{0,67449}{\sqrt{N}} (1 - r^2),$$

$$\varepsilon_{\eta} = \frac{0,67449}{\sqrt{N}} (1 - \eta^2).$$

Os valores dos coeficientes

$$\chi_1 = \frac{0,67449}{\sqrt{N}}, \quad \chi_2 = \frac{0,67449}{\sqrt{2N}},$$

que figuram nas formulas dos erros prováveis, para os diferentes valores de N , podem ser calculados directamente ou por meio de tabelas (Cf. *Tables for facilitating the computation of Probable errors* by Winifred Gibson, *Biometrika*, Vol. IV, pag. 385).

APÊNDICE I

Neste apêndice indicamos as memórias de onde extraímos os dados para o Quadro VII.

¹ W. R. Macdonell, *A study of the variation and correlation of the Human Skull with special reference to English crania* — Biometrika, vol. III.

² C. D. Fawcett, *A second study of the variation and correlation of the Human Skull, with special reference to the Naqada crania* — Biometrika, vol. I.

³, ⁴ e ⁵ H. Poll, *Ueber Schädel und Skelete der Bewohner der Chatham-Inseln* — Zeitschrift für Anthropologie und Morphologie, vol. V.

⁶ e ⁷ W. R. Macdonell, *A second study of the English Skull, with special reference to Moorfields crania* — Biometrika, vol. V.

⁸ Buntaro Adachi, *Die Orbita und die Hauptmasse des Schädels der Japaner und die Methode der Orbitalmessung*, Zeit. f. Anthr. und Morph., vol. VII.

⁹ W. R. Macdonell, in Biometrika, vol. III (*loc. cit.*).

¹⁰ W. L. H. Duckworth, *A study of the Craniology of the Modern Inhabitants of Sardinia*, Zeit. f. Anthr. und Morph., vol. XIII.

¹¹ e ¹² Buntaro Adachi, *loc. cit.*

¹³ C. D. Fawcett, *loc. cit.*

¹⁴ Th. Mollison — *Beitrag zur Kraniologie und Osteologie der Maori*, Zeit. f. Anthr. und Morph., vol. XI.

¹⁵, ¹⁶ e ¹⁷ C. D. Fawcett, *loc. cit.*

¹⁸ e ¹⁹ E. H. J. Schuster, *The Long Barrow and Round Barrow Skulls in the collection of the department of Comparative Anatomy, the Museum, Oxford*, Biometrika, vol. IV.

²⁰ C. D. Fawcett, *loc. cit.*

²¹ H. D. Smith — *A Study of pygmy crania based on Skulls found in Egypt* — Biometrika, vol. VIII.

FELISMINO RIBEIRO GOMES.

QUADRO I

Valores do ângulo facial de Francfort e índice alveolar de Flower
em 276 crânios masculinos

Número do catálogo	Naturalidade	Idade	Ângulo facial	Índice alveolar	Número do catálogo	Naturalidade	Idade	Ângulo facial	Índice alveolar
1	Braga	37	80°	99,03	63	Coimbra.	45	87°	89,72
3	Leiria	48	85°	99,02	65	"	57	85°,5	94,44
4	Porto	69	87°,5	95,24	68	Lisboa	60	86°,5	95,10
5	Coimbra.	57	87°,5	93,14	69	Santarém	60	83°	103,06
6	Leiria	25	87°	94,44	74	Vizeu	60	85°,5	97,00
7	Santarém	56	88°	91,92	78	Lisboa	20	88°,5	88,78
8	Castelo Branco .	26	88°	92,45	79	"	76	83°	101,01
9	Faro	64	89°	95,19	82	"	60	87°	94,28
10	—	25	87°,5	98,09	84	"	45	85°	96,12
13	Guarda.	25	86°,5	96,87	87	Guarda.	27	90°	90,62
14	Viana do Castelo	30	86°	98,02	89	Coimbra.	45	85°	92,86
15	Coimbra.	41	88°	95,05	90	Porto	48	85°,5	98,06
16	Lisboa.	39	87°,5	94,17	94	Coimbra.	24	88°	94,34
17	—	21	93°	87,13	95	Vizeu	23	91°	92,31
22	Viana do Castelo	36	89°	95,37	97	Evora	45	83°	99,00
23	Lisboa.	23	88°	89,90	100	Coimbra.	28	89°,5	96,08
24	Coimbra.	48	82°,5	97,94	102	"	77	84°	96,00
27	Lisboa.	28	87°	95,96	104	Aveiro.	25	90°	89,36
28	Viana do Castelo	52	86°	97,17	105	Coimbra.	55	87°	95,28
29	"	2	91°	88,99	106	"	32	86°	95,10
33	Coimbra.	55	91°	95,15	108	"	30	94°	87,74
35	Evora	56	88°,5	93,46	110	Lisboa.	23	84°,5	102,04
36	Lisboa.	23	84°	96,84	113	Coimbra.	50	90°,5	90,20
37	"	57	88°,5	93,07	115	"	22	87°	94,06
41	Castelo Branco .	44	83°	97,90	120	"	31	85°	97,76
43	Vila Real.	30	87°	89,52	123	Leiria	47	90°	94,95
46	Lisboa.	52	89°	92,16	124	—	50	84°	98,00
47	"	26	85°,5	100,00	125	Leiria	40	91°,5	88,46
50	"	28	91°	94,34	126	"	50	87°,5	91,35
51	"	35	83°,5	95,19	128	Coimbra.	36	85°	98,02
53	Evora	54	89°	94,00	131	Braga	22	85°	91,26
54	Coimbra.	44	88°	95,05	133	Porto	47	85°,5	93,14
55	Vizeu	45	84°	97,94	135	Vila Real	42	86°,5	96,97
57	Leiria	56	84°	95,24	136	Porto	27	87°	91,92
58	Lisboa.	21	86°	93,62	137	"	28	85°,5	91,35
59	"	27	86°	96,26	145	Vila Real	46	88°,5	99,74
62	Santarém	35	86°	97,12	146	Braga	45	88°	96,19

Número do catálogo	Naturalidade	Idade	Angulo facial	Índice alveolar	Número do catálogo	Naturalidade	Idade	Angulo facial	Índice alveolar
147	Vizeu	44	89°,5	92,93	255	Coimbra	35	86°	95,33
150	Porto	54	88°	88,89	256	"	48	89°,5	95,05
152	Aveiro	48	85°	95,00	257	"	70	89°,5	92,00
153	Vizeu	32	88°	92,63	260	—	30	86°,5	94,79
154	Porto	30	89°,5	91,84	262	Leiria	32	90°	91,59
157	"	48	86°	95,19	264	Vizeu	28	89°	92,31
161	Viana do Castelo	69	84°,5	95,96	266	Coimbra	37	85°	96,26
162	Vizeu	37	84°,5	101,98	267	"	62	83°,5	101,05
163	"	49	81°,5	101,07	270	Castelo Branco .	59	87°	97,12
164	Porto	46	90°,5	93,46	271	Santarêm	49	91°,5	93,00
166	"	22	85°	102,02	274	Lisboa	50	85°,5	96,08
169	"	50	83°,5	96,30	275	Castelo Branco .	41	88°	93,20
171	—	60	88°	97,00	276	"	46	88°	94,90
172	Vila Real	20	86°,5	96,00	278	Guarda	20	90°	89,62
184	Porto	58	87°	93,00	279	Santarêm	50	82°	99,01
186	"	68	87°	94,85	280	Lisboa	40	86°,5	94,74
189	"	67	85°,5	93,07	283	"	36	83°,5	98,97
190	Vizeu	55	86°	93,94	284	"	25	87°,5	91,74
193	Viana do Castelo	45	83°,5	95,33	289	Coimbra	40	90°	93,33
194	Porto	39	83°	97,00	290	Leiria	59	82°,5	101,96
205	—	32	88°,5	92,16	293	Braga	45	91°	95,15
210	—	40	87°	92,45	296	Lisboa	53	86°	91,35
211	Porto	23	82°,5	97,00	297	"	43	88°	92,16
215	—	24	91°	88,46	298	"	49	89°,5	93,14
216	Porto	23	85°	94,79	301	"	38	85°,5	94,06
221	Vizeu	28	86°	97,83	302	—	70	86°,5	91,58
223	"	34	89°	93,07	305	Aveiro	54	87°,5	96,15
225	Braga	50	85°,5	100,00	307	Lisboa	51	82°,5	98,99
228	Coimbra	58	84°,5	98,02	309	Leiria	40	83°	100,00
231	"	42	88°	90,72	310	Lisboa	50	87°,5	96,15
232	"	56	82°,5	98,04	313	"	50	89°,5	95,56
233	"	50	83°,5	98,02	315	Viana do Castelo	45	88°,5	90,39
235	"	65	87°	94,17	316	—	50	87°	96,12
236	"	37	83°,5	95,45	317	Lisboa	23	86°,5	97,92
237	"	48	90°,5	90,91	319	Guarda	30	84°,5	98,98
238	"	29	90°	92,52	321	—	42	88°	91,18
241	Lisboa	30	85°,5	100,00	322	Lisboa	50	85°	99,06
244	Coimbra	41	93°,5	88,35	324	Viana do Castelo	37	84°,5	100,00
245	"	35	91°,5	90,20	325	Santarêm	41	85°	96,15
246	"	65	88°	92,24	326	Porto	22	83°	102,15
253	"	29	86°	99,01	331	—	60	89°	94,17
254	Vizeu	34	87°	96,00	334	Vizeu	29	88°,5	95,00

Número do catálogo	Naturalidade	Idade	Angulo facial	Índice alveolar	Número do catálogo	Naturalidade	Idade	Angulo facial	Índice alveolar
337	—	55	87°	92,45	426	Coimbra	78	88°	93,40
342	Guarda	40	81°,5	102,10	427	»	50	85°,5	97,92
343	Evora	42	84°	97,03	429	»	44	88°,5	95,37
344	Lisboa	61	90°	88,00	430	Leiria	60	92°	90,91
345	»	23	83°	101,14	431	»	55	86°	96,08
346	Beja	70	85°,5	93,33	433	Lisboa	67	88°,5	92,66
347	Lisboa	46	89°,5	97,00	435	—	52	86°	93,07
350	—	80	88°	93,07	436	Lisboa	58	86°	96,94
351	Coimbra	42	85°	100,99	437	Evora	35	89°	92,78
353	Lisboa	37	83°	97,92	438	Lisboa	53	85°	100,00
356	»	55	91°	90,91	439	»	48	86°	95,15
257	Braga	61	84°,5	94,90	441	Braga	66	87°	91,75
359	Vizeu	40	85°	94,50	445	Beja	66	87°	97,09
361	Faro	34	89°,5	97,14	446	Lisboa	60	86°	95,10
364	»	34	82°	97,20	450	Guarda	70	84°	96,15
365	Lisboa	72	91°	90,82	452	Coimbra	58	87°	97,09
366	»	62	86°	100,00	453	»	37	82°	100,97
367	Santarêm	39	84°	98,15	456	»	75	84°	97,20
368	Lisboa	52	88°	96,23	459	»	41	87°	91,26
369	Santarêm	54	80°,5	97,96	467	Leiria	31	82°,5	99,04
372	Lisboa	45	92°	88,89	474	Coimbra	70	83°,5	93,64
373	»	43	82°	101,01	476	»	70	82°	96,94
374	—	40	86°,5	100,00	480	Aveiro	40	85°,5	98,06
376	Aveiro	24	91°,5	92,71	482	Leiria	40	89°	91,67
377	»	29	88°	94,85	483	Coimbra	38	87°,5	96,91
385	Vizeu	42	89°,5	91,92	485	»	80	88°,5	100,00
386	Guarda	41	88°,5	93,20	487	»	70	83°,5	98,96
387	Coimbra	68	86°	96,40	488	Leiria	30	90°,5	90,91
389	Leiria	47	92°	92,38	490	Vizeu	47	86°	92,16
391	—	44	94°,5	88,78	491	Coimbra	47	85°	97,22
399	—	73	90°	93,14	494	»	25	79°,5	102,02
400	Coimbra	65	89°	91,07	495	Aveiro	42	84°	97,90
406	Santarêm	73	88°	90,74	497	Guarda	23	88°,5	92,31
408	Coimbra	61	91°,5	88,35	498	Santarêm	60	84°,5	99,01
410	Lisboa	50	84°	100,00	501	Guarda	76	83°	99,02
411	Leiria	50	89°	92,52	503	Lisboa	50	87°,5	93,58
412	Lisboa	60	87°	95,92	505	»	44	83°,5	99,05
413	—	65	90°	91,26	506	—	59	91°	91,82
415	Aveiro	26	84°	97,96	508	Lisboa	40	89°,5	92,16
421	Leiria	36	89°	94,17	509	Coimbra	41	88°	96,12
422	Porto	55	87°,5	93,81	513	Lisboa	61	82°,5	100,93
424	—	48	86°	95,05	514	Santarêm	49	87°,5	96,23

Número do catálogo	Naturalidade	Idade	Angulo facial		Índice alveolar	Número do catálogo	Naturalidade	Idade	Angulo facial		Índice alveolar
516	Santarêm	26	85°,5	93,14	555	Lisboa	58	87°,5	91,92		
517	Beja	52	87°,5	93,75	559	»	50	86°,5	98,93		
518	Lisboa	79	88°	93,46	561	»	51	89°,5	89,62		
520	Vizeu	57	88°,5	93,46	563	Guarda	37	88°	93,40		
522	Santarêm	33	85°	98,15	564	Beja	49	86°	98,08		
523	Lisboa	41	91°	88,00	566	Faro	37	92°	94,79		
526	»	53	86°	93,51	568	Vila Real	43	79°,5	104,12		
528	—	47	85°,5	98,00	569	Lisboa	48	88°	101,02		
529	Evora	51	87°,5	95,83	570	Coimbra	50	86°	98,98		
531	Braga	46	89°	92,08	571	Viana do Castelo	55	83°,5	97,30		
532	Lisboa	68	84°	97,03	572	Lisboa	65	85°	96,23		
539	Leiria	49	85°	93,14	573	Guarda	62	86°	94,28		
546	Lisboa	36	87°,5	92,31	574	Lisboa	40	84°,5	90,65		
547	—	53	87°,5	96,19	575	Vila Real	58	82°,5	94,17		
549	Lisboa	73	84°,5	97,98	576	Lisboa	74	81°,5	98,15		
553	—	50	90°	85,29	578	Evora	50	85°	94,12		
554	Portalegre	58	96°	85,86	584	—	72	89°,5	92,23		

QUADRO II
 Cálculo das ordenadas teóricas da curva de variação do ângulo facial dos crânios masculinos

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
V	x	$\frac{x}{a}$	$\frac{x^2}{1+a^2}$	$\log \left(1 + \frac{x^2}{a^2} \right)$	Arc. tg. $\frac{x}{a}$ (em graus)	Coluna (6) em radianos	$(-p \log e) \times$ co- luna (7)	$-m \times$ coluna (5)	$\log y_0 + (8) + (9)$ $= \log y$	y	$y e^{\theta}$
78	4,0944	0,1338	1,0179	0,0077051	7° 37' 15"	0,1330	3,4477557	—	1,3421064	0,2198	0,0796
79	5,	0,1665	1,0277	0,0118664	9° 27' 17"	0,1650	4,2524789	—	1,8645519	0,7321	0,2652
80	6,	0,1992	1,0397	0,0169050	11° 15' 56"	0,1966	5,0668930	—	0,3127432	2,0547	0,7444
81	7,	0,2318	1,0537	0,0227170	13° 3' 2"	0,2278	5,8709981	—	0,6048814	4,9531	1,7945
82	8,	0,2645	1,0700	0,0293838	14° 48' 55"	0,2586	6,6647941	—	1,0043997	10,1019	3,0599
83	9,	0,2972	1,0883	0,0367486	16° 33' 6"	0,2888	7,4431266	—	1,2477017	17,6890	6,4087
84	10,	0,3299	1,1080	0,0448924	18° 15' 27"	0,3186	8,2111501	—	1,4242079	26,5588	9,6223
85	11,	0,3626	1,1315	0,0536546	19° 55' 50"	0,3478	8,9637101	—	1,5402799	34,6960	12,3704
86	12,0944	0,3952	1,1562	0,0630330	21° 33' 50"	0,3763	9,6982290	—	1,5935501	39,2238	14,2108
86,4054	12,4998	0,4085	1,1669	0,0670336	22° 13' 12"	0,3878	9,9946139	—	1,5993305	39,7494	14,4012
87	13,0944	0,4279	1,1831	0,0730215	23° 9' 58"	0,4043	10,4198618	—	1,5896160	38,8701	14,0826
88	14,	0,4606	1,2122	0,0835743	24° 43' 50"	0,4316	11,1234538	—	1,2665506	33,6241	12,1820
89	15,	0,4933	1,2433	0,0945759	26° 15' 25"	0,4582	11,8090049	—	1,4130433	25,8847	9,3780
90	16,	0,5259	1,2766	0,1060548	27° 44' 23"	0,4871	12,4765152	—	1,2467240	17,6491	6,3943
91	17,	0,5586	1,3120	0,1179338	29° 11' 15"	0,5094	13,1285620	—	1,0358779	10,8612	3,9350
92	18,	0,5913	1,3496	0,1302051	30° 35' 45"	0,5340	13,7625679	—	0,7784941	6,0047	2,1755
93	19,	0,6240	1,3894	0,1428273	31° 57' 51"	0,5578	14,3759558	—	0,4750029	2,9854	1,0816
94	20,	0,6567	1,4313	0,1557307	33° 17' 34"	0,5811	14,9764573	—	0,1381988	1,3747	0,4981
95	21,	0,6893	1,4751	0,1688215	34° 34' 42"	0,6035	15,5337636	—	1,7048668	0,5815	0,2107
96	22,	0,7220	1,5213	0,1822149	35° 49' 45"	0,6253	16,1156062	—	1,3535501	0,2257	0,0818
97	23,	0,7547	1,5696	0,1957890	37° 2' 30"	0,6464	16,6594081	—	2,9113067	0,0815	0,0295

QUADRO III

Valores do ângulo facial de Francfort e do índice alveolar de Flower em 158 crânios femininos

Número do catálogo	Naturalidade	Idade	Ângulo facial	Índice alveolar	Número do catálogo	Naturalidade	Idade	Ângulo facial	Índice alveolar
2	Faro	40	84°,5	92,65	122	Leiria	28	85°,5	98,98
12	Lisboa	65	87°	97,80	127	"	48	88°,5	98,02
19	Porto	40	83°	102,06	130	Aveiro	22	86°	98,99
20	Lisboa	28	80°	96,74	132	Porto	78	85°	97,17
21	Coimbra	34	88°,5	95,74	134	Braga	55	88°	92,71
25	Lisboa	70	83°,5	98,99	140	Porto	45	88°,5	94,90
26	Santarém	46	87°	95,05	143	"	40	86°,5	100,00
30	Coimbra	23	85°	95,96	148	"	33	85°,5	101,07
31	—	27	85°	98,97	149	—	35	89°	96,81
32	Coimbra	65	88°	90,72	151	Braga	27	88°	94,68
42	"	40	84°,5	98,09	155	Vizeu	33	87°	100,99
49	Lisboa	35	85°,5	95,96	159	Braga	60	86°	103,23
52	"	67	86°,5	98,98	160	Porto	32	83°,5	90,32
61	Bragança	40	88°,5	90,82	168	"	20	83°	97,83
64	Lisboa	20	82°	98,96	174	Aveiro	40	82°	100,00
66	"	65	87°,5	96,04	175	Porto	22	90°	96,91
70	Santarém	66	93°,5	87,50	176	"	34	84°	97,92
71	"	24	85°,5	98,06	177	"	60	79°	103,19
75	Vizeu	26	82°,5	97,00	178	—	50	86°	96,84
76	Beja	21	84°,5	96,91	179	Porto	28	80°	105,38
81	Faro	50	87°,5	98,00	180	"	50	87°,5	96,91
83	Lisboa	22	85°	101,05	181	Vizeu	30	87°,5	96,77
85	"	34	85°,5	92,93	185	Braga	56	81°,5	98,98
86	"	60	85°	102,15	187	Porto	64	87°,5	100,00
88	"	45	88°	93,88	188	Vizeu	61	84°	94,74
92	Coimbra	70	87°,5	96,94	191	"	34	86°	100,00
96	"	23	84°,5	94,51	192	Aveiro	50	86°	96,87
99	"	70	89°,5	91,09	196	"	45	84°	93,07
101	Aveiro	40	86°	97,09	198	Porto	56	82°	100,00
107	Coimbra	50	89°,5	91,35	199	"	47	82°	98,08
109	Leiria	25	89°,5	93,00	201	"	55	91°	91,09
111	Coimbra	45	83°,5	100,00	204	Bragança	26	86°	99,01
112	—	22	87°	96,77	206	Porto	45	84°	100,00
114	Coimbra	29	86°,5	91,00	208	Vizeu	28	89°,5	93,75
116	"	34	89°	95,96	209	Porto	45	86°	93,40
117	"	38	85°,5	100,00	213	"	47	88°	94,39
118	—	22	86°	96,81	214	"	29	90°,5	95,92
121	Lisboa	25	89°	94,74	218	—	40	89°	93,48

Número do catalogo	Naturalidade	Idade	Angulo	Índice	Número do catalogo	Naturalidade	Idade	Angulo	Índice
			facial	alveolar				facial	alveolar
219	Porto	29	85°	98,97	402	—	65	91°	87,25
220	»	40	90°	90,20	404	Aveiro	66	94°,5	86,87
226	Coimbra	26	87°	92,47	407	Lisboa	80	87°,5	91,75
227	»	30	86°,5	100,00	414	Faro	35	88°	91,00
229	»	25	86°	98,93	417	Castelo Branco	25	87°,5	97,00
230	Lisboa	31	86°,5	98,04	418	Lisboa	55	83°	104,81
234	Coimbra	40	82°	102,12	419	»	80	87°	98,96
242	Aveiro	50	95°	91,92	425	—	69	84°	99,00
243	Coimbra	65	89°	94,17	434	Vila Real	28	89°,5	95,79
249	»	42	85°,5	97,03	440	—	45	89°,5	91,18
263	»	58	88°	95,92	443	Faro	55	87°,5	95,96
268	»	33	84°,5	102,06	454	—	66	88°,5	92,71
272	Lisboa	60	86°	94,62	460	—	60	90°	91,09
273	Beja	42	89°,5	99,03	461	Leiria	41	85°	99,05
282	Vila Real	28	82°	96,81	468	Coimbra	60	86°	96,81
286	Lisboa	66	88°	96,91	470	—	63	90°	92,63
291	»	50	89°	91,75	473	Aveiro	40	87°,5	90,29
295	»	75	89°,5	92,86	478	Coimbra	60	86°	95,88
308	Coimbra	27	82°	100,96	486	»	80	84°,5	95,88
312	Guarda	49	85°	100,00	492	»	44	89°	94,17
318	Coimbra	56	90°	94,51	493	»	23	85°	98,95
320	Guarda	23	89°	95,33	496	»	32	86°	97,06
323	Lisboa	33	85°	95,83	499	Lisboa	68	86°	100,00
329	»	56	86°	98,00	500	Coimbra	64	89°,5	89,90
340	Leiria	23	87°	100,00	507	Evora	61	85°,5	100,00
341	Lisboa	23	84°	101,94	510	Leiria	32	84°	96,91
348	Castelo Branco	24	85°,5	94,74	515	Lisboa	25	88°	95,92
349	—	35	85°,5	96,91	521	»	80	88°	94,17
354	Lisboa	42	87°	92,52	527	»	40	82°	102,15
358	Guarda	48	84°	93,88	536	»	50	85°,5	96,19
360	Lisboa	31	82°	105,38	537	Leiria	55	84°	99,01
362	Vizeu	21	85°,5	92,38	538	Lisboa	54	91°,5	89,00
363	»	40	84°	95,88	542	»	50	90°	91,09
375	Coimbra	47	85°	100,00	544	Castelo Branco	40	83°	101,98
378	»	35	89°	100,00	557	Lisboa	32	85°	98,94
379	»	30	88°	93,88	558	»	40	87°	95,92
380	Lisboa	40	86°,5	94,95	579	Evora	58	93°	96,70
381	Coimbra	32	85°	97,94	581	—	58	87°	94,06
383	»	60	86°	94,90	582	Lisboa	60	87°,5	97,96
305	Leiria	59	89°	93,46	583	Beja	65	83°	90,43
401	—	50	85°,5	97,12	585	Lisboa	73	85°	96,94

QUADRO IV

Cálculo das ordenadas teóricas da curva de variação do ângulo facial de Francfort dos crânios femininos

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
V	x	$\frac{x}{a}$	$1 + \frac{x^2}{a^2}$	$\log \left(1 + \frac{x^2}{a^2} \right)$	Arc. tg $\frac{x}{a}$ (em graus)	Coluna (6) em radianos	$(-y \log e) \times \text{co-}$ luna (7)	— mx coluna (5)	$\log y + (8) + (9)$ = log y	y	$y a^{\circ}$
78	5,8891	0,5338	1,2849	0,1088693	28° 5' 51"	0,4903	0,8502535	0,1231501	1,2494867	0,1776	0,1124
79	4	0,4432	1,1964	0,0778764	23° 54' 8"	0,4171	0,7233138	0,8034118	1,0961646	0,4968	0,3144
80	3	0,3525	1,1243	0,0508822	19° 25' 10"	0,3389	0,5877033	0,5249262	0,1102608	1,2890	0,8158
81	2	0,2619	1,0686	0,0288152	14° 40' 32"	0,2562	0,4442891	0,2972720	0,4813292	3,0292	1,9172
82	1	0,1712	1,0293	0,0125420	9° 43' 2"	0,1696	0,2941118	0,1293895	0,7993890	6,3007	3,9877
83	0	0,0806	1,0065	0,0028138	4° 36' 57"	0,0804	0,1394256	0,0290286	1,0544361	11,3354	7,1742
84	0,1109	0,0109	1,0001	0,0000434	0° 34' 30"	0,0100	0,0173415	0,0004477	1,2397841	17,3694	10,9931
85	1	0,1006	1,0101	0,0043644	5° 44' 40"	0,1002	0,1737618	0,0450253	1,3516268	22,4712	14,2220
86	2	0,1913	1,0566	0,0156112	10° 49' 48"	0,1890	0,3277543	0,1610529	1,3895910	24,2240	15,5212
86,0239	2,1348	0,1935	1,0574	0,0159462	10° 57' 5"	0,1911	0,3313960	0,1630990	1,3897773	24,3345	15,5279
87	3,1109	0,2818	1,0794	0,0331824	15° 44' 16"	0,2747	0,4763709	0,3423262	1,3569350	22,7474	14,3968
88	4	0,3726	1,1388	0,0564475	20° 26' 7"	0,3566	0,6183977	0,5823406	1,2389474	18,1530	11,4890
89	5	0,4633	1,2146	0,0844333	24° 51' 28"	0,4339	0,7524475	0,8710561	1,1042817	12,7140	8,0467
90	6	0,5539	1,3068	0,1162091	28° 59' 2"	0,5059	0,8773062	1,1988711	0,9013254	7,9675	5,0426
91	7	0,6446	1,4155	0,1509099	32° 48' 9"	0,5725	0,9928006	1,5568620	0,6588289	4,5585	2,8851
92	8	0,7352	1,5405	0,1876617	36° 19' 28"	0,6339	1,0992774	1,9360119	0,3861558	2,4337	1,5403
93	9	0,8259	1,6841	0,2258518	39° 33' 10"	0,6903	1,1970834	2,3300000	0,0899737	1,2302	0,7786
94	10	0,9165	1,8400	0,2648171	42° 30' 22"	0,7419	1,2865655	2,7319856	1,7774702	0,5991	0,3792
95	11	1,0072	2,0144	0,3041457	45° 12' 12"	0,7890	1,3682440	3,1377191	1,4354152	0,2841	0,1798
96	12	1,0978	2,2052	0,3434480	47° 40' 11"	0,8320	1,4428124	3,5431812	1,1225215	0,1326	0,0839

QUADRO V
Tábua de correlação entre o ângulo facial de Francfort e o índice alveolar de 276 crânios masculinos

Índice alveolar	y = Ângulo facial	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	n_x	y_{nx}	$(y_{nx} - \bar{y})^2$	$n_x (y_{nx} - \bar{y})^2$	
		$x \rightarrow y$	$x \rightarrow$					$x \rightarrow$																
85	9	-	-	-	-	-	-	-	0	1	2	3	1	-	-	-	-	-	-	1	90	3,4203	11,698,452	11,6985
86	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	96	9,4203	88,742,052	88,7421
87	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	93	6,4203	41,220,252	41,2203
88	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	1	-	-	-	7	91,5714	4,9917	24,917,069	174,4195
89	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	1	1	-	1	-	-	6	90,5000	3,9203	15,368,752	92,2125
90	4	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	1	2	1	-	-	-	-	-	8	88,7500	2,1703	4,710,202	37,6816
91	3	-	-	-	-	-	1	2	1	2	4	1	4	2	1	-	-	-	-	18	88,2777	1,6980	2,883,204	51,8977
92	2	-	-	-	-	-	-	-	2	7	6	9	1	2	1	-	-	-	-	28	88,3571	1,7774	3,159,151	88,4562
93	1	-	-	-	-	-	-	6	1	2	11	5	4	2	-	-	-	-	-	31	87,9032	1,2235	1,751,652	54,5012
94	0	-	-	-	1	1	-	4	4	8	1	3	-	1	-	-	-	-	-	23	86,5652	0,0145	0,000,210	0,0048
95	1	-	-	-	-	3	2	2	9	3	6	3	1	2	1	-	-	-	-	32	86,9062	0,3265	0,106,602	3,4113
96	2	-	-	-	-	1	3	5	4	10	3	1	-	-	-	-	-	-	-	27	86,1851	0,3946	0,155,709	4,2041
97	3	-	-	-	3	2	4	2	5	4	1	2	-	-	-	-	-	-	-	23	85,3043	1,2754	1,626,645	37,4128
98	4	-	-	1	2	3	7	7	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	84,1538	2,4259	5,884,991	153,0098
99	5	-	-	-	3	5	2	2	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	16	84,1250	2,4547	6,025,552	96,4088
100	6	-	-	-	-	1	2	4	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	10	83,1000	1,4797	2,189,512	21,8951
101	7	-	-	1	3	3	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	9	83,2222	3,3575	11,272,866	101,4553
102	8	1	-	1	1	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	82,5714	4,0083	16,066,469	112,4653
103	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	83	3,5797	12,814,52	12,8143
104	10	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	79	7,5797	57,451,852	57,4519
	n_y	2	1	3	13	21	23	36	35	39	38	26	15	15	4	2	2	-	-	276	86,5797			$\Sigma n_x (y_{nx} - \bar{y})^2 = 1241,1631$

QUADRO VII
 Comparação dos crânios portugueses com outros crânios

	Angulo facial de Francfort				Índice alveolar de Flower				
	Crânios masculinos		Crânios femininos		Crânios masculinos		Crânios femininos		
	Número de crânios	Médias	Índice de variabilidade	Número de crânios	Médias	Índice de variabilidade	Número de crânios	Médias	Índice de variabilidade
Portugueses	276	86° 58 ± 0,11	2° 78 ± 0,08	158	86° 25 ± 0,14	2° 69 ± 0,10	276	94° 49 ± 0,14	3° 49 ± 0,10
Alemães modernos (Wurtemberg) 1.	77	86° 42	—	14	84° 63	—	—	—	—
» (Baviera) 2.	40	89° 10	—	61	88° 8	—	—	—	—
» (Bremen) 3.	4	84° 50	—	4	84° 25	—	—	—	—
» (Berlin) 4.	1	82°	—	—	—	—	—	—	—
» (Dresde) 5.	1	93°	—	1	95° 5	—	—	—	—
Inglezes (Whitechapel) 6	61	87° 09 ± 0,73	3° 92 ± 0,29	52	87° 13 ± 0,27	2° 85 ± 0,19	—	—	—
» (Moorfields) 7	15	84° 50 ± 0,69	3° 99 ± 0,49	19	84° 17,6 ± 0,35	2° 26 ± 0,25	—	—	—
Alsacianos 8	15	86° 3	—	14	88° 1	—	—	—	—
Franceses 9.	50	86° 46	—	—	—	—	70	95° 2 ± 0,47	4° 53 ± 0,33
Sardos 10.	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Japoneses (velhos e novos) 11.	8	83°	—	7	83° 1	—	—	—	—
» (idades medianas) 12	33	85° 3	—	14	85° 7	—	—	—	—
Egípcios modernos 13.	13	84° 15	—	—	—	—	—	—	—
Maoris 14.	—	84° 5	—	—	—	—	—	96° 8	—
Ainos 15.	67	82°	—	41	88°	—	—	—	—
Naçãdas 16.	62	84° 41 ± 0,25	2° 87 ± 0,17	89	84° 9 ± 0,26	3° 66 ± 0,18	—	—	—
Negros modernos 17	11	83°	—	—	—	—	—	—	—
Long Barrow 18	5	83°	—	—	—	—	—	—	—
Round Barrow 19.	7	84° 14	—	6	84°	—	—	—	—
Mumias tebanas 20	47	85° 49	—	28	85° 57	—	—	—	—
Egípcios antigos 21	11	82° 05	—	—	—	—	—	—	—

Miscelânea

BIBLIOGRAFIA

FRANÇOIS SUÁREZ D'APRÈS SES LETTRES, SES AUTRES ÉCRITS INÉDITS, ET UN GRAND NOMBRE, DE DOCUMENTS NOUVEAUX. — É o título de uma importante e interessantíssima obra em 2 volumes in-4.º, que acaba de ser editada pelo livreiro parisiense P. Lethielleux, e da qual é autor o sábio publicista sr. P. RAÚL DE SCORRAILLE, um dos mais notáveis colaboradores da revista científica, que tem por título—*Études religieuses, philosophiques, historiques et littéraires*.

Não podia passar-nos desaperccebida esta publicação, que tem por objecto o estudo completo da pessoa, doutrinas e obras de um professor da Universidade de Coimbra, o *Doctor Eximius*, Francisco Suárez, um dos mais sábios, dos mais originais, dos mais fecundos e interessantes, e sem dúvida o mais conhecido e afamado dos antigos lentes da nossa Universidade. — «Uma das figuras mais proeminentes do pensamento europeu no fim do século XVI», lhe chama Teófilo Braga, acrescentando:— «o seu magistério na Universidade de Coimbra de 1597 a 1616 irradia sobre aquela corporação uma luz extraordinária»¹. Pelo seu lado Adolfo Franck, membro de *l'Institut*, e prof. de Direito no *Collège de France*, escreveu:— «Suárez tornou-se célebre pelo seu espírito enciclopédico e pela sua vasta erudição; mas estas qualidades não nos dão a seu respeito uma ideia suficiente. Suárez é uma figura original, que exige ser estudada com mais minuciosidade; é uma inteligência das mais poderosas, que actuou excepcionalmente sobre a história do direito natural. Bem longe de se mostrar contrário a esta sciência..., Suárez a defende contra os seus detractores, e sustenta princípios na aparência os mais audaciosos, pondo a seu serviço as maiores autoridades, com todo o arsenal da sua dialéctica... Não receeis que o homem da autoridade e da tradição despoje a sociedade de todos os seus direitos, e proscrava até o nome da liberdade. Não: segundo Suárez a soberania reside no povo; é nos sufrágios dêste que se baseia todo o poder político, bastando um acto da vontade popular para ser destruído... O simples tratado *De Legibus* constitue um imenso trabalho, que só por si bastaria para absorver a vida inteira de um professor!»².

A obra do Dr. Francisco Suárez foi colossal. Ao morrer deixou publicados treze grossos volumes in-fólio, e muitos outros preparados ou em preparação para o prelo. Dêstes, publicaram-se após a sua morte dez, ficando inéditos bastantes escritos, alguns dos quais teem visto a luz da publicidade nestes últimos tempos. A originalidade de algumas de suas opiniões, a fama gloriosa que lhe adveio do seu

¹ *Hist. da Univ. de Coimbra*, t. II, p. 248.

² *Réformateurs et publicistes de l'Europe au XVIIe siècle*, Calmann Lévy—1881, p. 4 e 55.

imenso saber e da forma singela, clara, admirável e ao mesmo tempo profunda e magistral porque expunha a doutrina e resolvia as questões mais intrincadas, criou-lhe invejas: inimigos e detractores, que ainda mais concorreram, embora involuntariamente, para aumentar a reputação do grande mestre.

Numa sua viagem, passando por Avinhão, esta cidade francesa correu, cheia de entusiasmo, a receber em triunfo um tão eminente príncipe da ciência; e o mesmo fizeram as cidades espanholas de Barcelona e Valença. Para condignamente o receber, a Universidade de Salamanca vestiu-se de galas, como fazia por ocasião das visitas de reis e príncipes: os doutores, revestidos das insígnias doutorais, foram-lhe ao encontro, e os estudantes, abrindo alas à passagem do cortejo triunfal, saudaram e victoriarão com entusiasmo o *Doctor eximius*, lente de prima da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra.

Mas nem tudo foram honras e apoteoses na sua vida de professor e de publicista. Um dos primeiros livros que publicou, o *De Poenitentia*, foi condenado pelo papa Clemente VIII; e o autor, tido por excomungado, viu-se em risco de ser citado a comparecer perante o tribunal da Inquisição romana, como se fosse um herege perigoso. A sentença condenatória nunca foi revogada, embora, como prémio de consolação, repetidas cartas pontificias fossem dirigidas a Suárez, exaltando as eminentes virtudes e os singulares talentos e méritos científicos e doutrinários do teólogo publicista. Mais tarde uma outra obra, a *Defensio Fidei*, em que o sábio jesuíta sustentava, entre outros pontos então escabrosos, a doutrina de que os reis é do povo que recebem directamente o poder, que pelo mesmo povo lhes pode ser retirado quando isso convenha ao bem público, provocou enorme celeuma nas côrtes de Londres e de Paris, onde o livro foi publicamente queimado; na capital de França fez-se esta execução pela mão do carrasco, e em virtude duma sentença pronunciada pelo parlamento, o supremo tribunal de justiça francês. Aqui mesmo, em Coimbra, a *Defensio Fidei* deu desgostos ao autor, que teve de justificar a sua doutrina perante o governador da cidade; viu-se ainda obrigado a sustentar polémica bastante grave, mas sempre correctá, com o grande juriscônsulto Gabriel Pereira de Castro, como pode vêr-se na memória que tem por título — *Monomachia sobre as concordias que fizeram os Reys com os Prelados de Portugal nas duvidas da jurisdicam ecclesiastica e temporal... composta por GABRIEL PEREIRA DE CASTRO*¹.

Há anos publicou a Faculdade de Teologia desta Universidade, em edição comemorativa do 3.º centenário da incorporação do grande sábio Dr. Francisco Suárez no seu professorado, uma colecção de todos quantos documentos e referências se encontraram no Arquivo dêste estabelecimento, respeitantes ao *Doutor eximio*, o que deu um volume in-fólio de 376 páginas incluíndo a introdução, ornado, além de outras illustrações, com dois retratos em heliogravura e numerosos fac-símiles de autógrafos.

Esta publicação foi recebida com alegre surprêsa e alvoroço por Mr. de Scorraille, que se occupava, havia alguns anos, em rebuscar pelos Arquivos da Europa

¹ Foi publicado em Lisboa occidental, 1738. Da cortesia com que esta polémica decorreu, pode-se fazer ideia, lendo-se o período final da carta, publicada a pág. 4 da referida obra, carta que foi dirigida ao Dr. Suárez por Pereira de Castro, quando lhe enviou a refutação do cap. 34 do livro IV da *Defensio fidei*. Diz assim: — «V. Paternidade, como Mestre, aceite de hum Discipulo tão affeiçãoado a seus escriptos essas duvidas, e como taes as castigue, aonde achar que o merecem, e a mim mande em muito do seu serviço, como mais obrigado, quando me vencer, poys me ensina. Nosso Senhor guarde etc.».

notas, documentos e referências para a biografia definitiva de Suárez, e que já tinha vindo a Coimbra com êste intuito em 1887, não conseguindo colher aqui, onde Suárez vivera e exercera o professorado oficial nas duas últimas décadas da sua vida, mais do que as cópias dumas cartas régias, que pouco adeantavam. É que então ainda não estava organizado o Arquivo da Universidade, e os livros e documentos antigos achavam-se em desordem e promiscuidade pavorosa na Secretaria e suas dependências, não permitindo uma investigação a sério. Uma comissão, que dez anos mais tarde foi superiormente encarregada de visitar o chamado arquivo da Secretaria da Universidade, dizia no seu relatório, datado de 22 de março de 1897, entre outras cousas assombrosas, o seguinte: — «... Continua sendo de armazem de moveis e objectos inutilizados, de papel, impressos, caixas e muitas outras cousas impróprias deste lugar; o pó, em descanso durante anos, vai-se depositando em sucessivas camadas; os valiosos pergaminhos e papeis, os maços e os livros, acumulados nas gavetas e nas estantes, fornecem abundantemente pasto à traça; as janelas, que há anos se não abrem, não servem para estabelecer uma ventilação regular, mas, em compensação, a porta, que há anos se não fecha, não serve também para conservar com o devido recato e segurança as preciosidades ali depositadas. Em poucas palavras: o arquivo chegou a tão vergonhoso estado, que, quando alguém se apresenta pedindo licença para fazer estudos nos documentos nele guardados, o que sucede muitas vezes com estrangeiros e nacionais, o pessoal da Secretaria tem de inventar uma desculpa qualquer, e recusa a pedida auctorização, para poupar à Universidade e ao país a vergonha de se divulgar um tal estado»¹. Também não havia um único empregado na Secretaria, que podesse servir de guia a qualquer visitante estudioso, no meio daquele inextricável labirinto.

Calcule-se pois o estremecimento de agradável surpresa do erudito investigador, quando viu inesperadamente entrar-lhe em casa aquele livro, que lhe levava numerosos documentos, que êle debalde viera cá procurar, e que projectavam intensa luz sobre o mais interessante e fecundo período da vida do exímio professor! Recebida a surpresa, o sábio escritor trata logo de se meter a caminho, em companhia do sr. P. Rivière, outro estrenuo explorador de documentos, familiarizado com a língua castelhana e com a paleografia hispano-portuguesa, e vêm de propósito a Coimbra para ter o prazer de vêr com os seus próprios olhos, e folhear com suas mãos, os manuscritos preciosos, que procurara anos antes com tão grande empenho, e que lhe esclareciam tantos pontos obscuros! Compreende-se bem êste prazer.

Então já alguém tinha conseguido esboçar a instalação do Arquivo universitário, e trabalhava na sua organização, lutando com a indiferença de uns, que era de esperar, e ainda com a manifesta, embora inexplicável, hostilidade de outros, e encontrando a animá-lo e auxiliá-lo unicamente a decidida boa vontade do reitor Dr. Costa Simões. Os dois sábios franceses viram as colecções dos livros de registo dos séculos xvi e xvii, e dos documentos que dez anos antes ninguem lhes tinha denunciado; e, satisfeita esta sua legítima curiosidade, voltaram a França, a proseguir no trabalho verdadeiramente monumental e exaustivo, que agora veiu a lume.

Na *Bio-bibliografia* estampada à frente do volume I da obra notável que acaba de aparecer, encontra-se uma referência singularmente amavel e elogiosa ao livro comemorativo, publicado em 1897 pela Faculdade conimbrigense. Passamos a

¹ ARQUIVO DA UNIVERSIDADE — *Registo da correspondência*, vol. 1, n.º 5, fl. 5.

transcrever esta honrosa referência, omitindo entretanto, por bem natural melindre, algumas palavras imerecidas de favor a quem só teve a honra de ser o encarregado de fazer executar a deliberação tomada pelo Conselho da Faculdade de Teologia.

Mr. DE SCORRAILLE menciona o nome do compilador dos documentos, e diz que êle — *a récemment, par mandat de l'université, préparé et publié en l'honneur de Suárez, à l'occasion du troisième centenaire de sa prise de possession de la chaire de Prime à Coïmbre, un très beau et très précieux volume, ayan pour titre: Francisco Suárez (Doctor eximius). Oito de maio de 1597 — Oito de maio de 1897 — Coïmbra. Imprensa da Universidade — CIO · IDCCC · XCVII . — Le ... auteur a fouillé les archives de l'université pour en extraire tous les documents officiels et fragments de documents qui se rapportent à Suárez, et il en a composé cette œuvre monumentale. La première partie (CLI pages) donne la biographie du grand docteur, insistant surtout sur les vingt années de son professorat à Coïmbre; la seconde (CCXXII pages) renferme le recueil des documents. Ce livre est de première utilité pour cette longue période de la vie de Suárez. Il m'a apporté tous les documents que j'étais allé, dix ans plus tôt, chercher à Coïmbre, sans pouvoir, faute de temps et de connaissance de ses archives, y prendre autre chose que les textes de quelques actes royaux. Je me fais un devoir de remercier ici Mr. le Docteur V. des hommages d'auteur dont il nous a honorés, le P. Rivière et moi, et aussi de l'obligeance et de la distinction avec lesquelles il nous a par deux fois accueillis...¹.*

A vastíssima biografia elaborada por Mr. de Scorraille, é, como deixo dito, uma obra completa, exaustiva. Nela, depois de se apurar quem eram os ascendentes de Suárez e quais as suas condições sociais, acompanha-se minuciosamente, quasi dia a dia, passo a passo, o biografado, desde Granada onde nasceu e passou a infância, até Salamanca onde fez os seus estudos de Direito, Filosofia e Teologia, e onde começou a sua vida de religião. O professorado glorioso de Suárez é desfiado em face dos documentos, com carinhosa especificação, nos colégios de Segóvia, Ávila e Valladolid, depois em Roma e em Salamanca, donde Filipe II o fez vir para Coïmbra, a pedido desta Universidade, como catedrático de Prima de Teologia.

Tem por título — *Le docteur de Coïmbre* — o livro IV da obra de que estamos dando notícia, e nele é extremamente minuciosa e cheia de notícias interessantes, muitas delas inéditas, a vida privada e a vida pública de Suárez, os seus trabalhos e preocupações, os seus desgostos e os seus triunfos, enquanto professor da nossa Universidade. Em todo êste livro IV são constantes as citações da obra comemorativa publicada em 1897 em Coïmbra, cujos documentos, conjugados com outros muitos, colhidos pelo illustre biógrafo nos numerosos arquivos que explorou, são admiravelmente aproveitados e interpretados.

O caráter e o talento genial de Suárez, suas grandes qualidades morais e intellectuais, sua sciência, ideias e doutrinas, sua obra filosófica e scientifica verdadeiramente colossal, sua intervenção decisiva na resolução de problemas vivamente debatidos, sua autoridade primacial, reconhecida e acatada em todo o mundo nos últimos tempos da sua vida, seu trato simples, modesto, singelo, adorável, tudo é escrupulosamente estudado por meúdo, com conhecimento profundo e claro, com crítica arguta, imparcial e austera.

¹ R. DE SCORRAILLE, *op. cit.*, vol. I, p. XVI. — Nesta referência final há um pequeno equívoco. O Dr. V. não teve a honra de se avistar com o autor na sua primeira visita a Coïmbra, mas tão sómente na segunda. Quem o acompanhou na sua visita à Secretaria da Universidade nos primeiros dias de julho de 1887, foi o Dr. Manoel de Jesus Lino, lente de Teologia.

Em suma: o trabalho sobre *Francisco Suárez* de Mr. DE SCORRAILLE é uma obra de largo fôlego, e muito valiosa, uma dessas obras que ficam; é um digno monumento que reconstitue e perpetuará, melhor do que o bronze, em suas feições genuínas e características, a grande e inconfundível personalidade do *Doctor eximius*.

Ao sábio e ilustre autor agradecemos a honrosa oferta de um exemplar especial da sua obra, e a carta amabilíssima, cheia de referências elogiosas à Universidade de Coimbra e ao mais obscuro dos seus professores, que teve a extrema gentileza de nos enviar da Holanda, onde actualmente se encontra.

A. V.

MOVIMENTO DO PESSOAL UNIVESITÁRIO
DESDE 9 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1913

Faculdade de Direito

Dr. José Caetano Lobo de Ávila da Silva Lima, exonerado do lugar de professor ordinário da Faculdade de Direito, por Decreto de 28 de Outubro de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 254, de 30 de outubro).

Dr. António Lopes Guimarães Pedrosa, exonerado do lugar de Director da Faculdade de Direito, em razão de haver sido julgado incapaz do exercício das suas funções no magistério, por Decreto de 25 de outubro de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 253, de 29 de outubro).

Dr. José Ferreira Marnoco e Sousa, confirmada a eleição para Director da Faculdade de Direito, por Decreto de 25 de outubro de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 270, de 18 de novembro).

Dr. Artur Pinto de Miranda Montenegro, professor ordinário do 1.º grupo (História do Direito e Legislação civil comparada), encarregado provisoriamente da regência de igual grupo na Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa, devendo, porém, o mesmo professor continuar a fazer parte do quadro do corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Decreto de 18 de Dezembro de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 296, de 19 de dezembro).

Faculdade de Medicina

Francisco Augusto de Lacerda Forjaz, exonerado do lugar de 2.º assistente da Faculdade de Medicina, por Decreto de 13 de dezembro de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 298, de 22 de dezembro).

Faculdade de Ciências

B.º Miguel Marcelino Ferreira de Moura, exonerado do lugar do 2.º assistente provisório da 3.ª secção da Faculdade de Ciências, por Decreto de 3 de outubro e nomeado 1.º assistente provisório da Faculdade de Ciências, por Decreto de 3 de outubro de 1913 (*Diário do Governo*, n.º 253, de 29 de outubro). Posse em 30 de outubro.

B.º Rui da Silva Leitão, nomeado 2.º assistente provisório do 1.º grupo da 2.ª

secção da Faculdade de Ciências, por Decreto de 1 de novembro de 1913 (*Diário do Govêrno*, n.º 265, de 12 de novembro). Posse em 13 de novembro.

B.^{el} Francisco Martins de Sousa Nazaré, nomeado 1.º assistente provisório da 2.ª secção do 1.º grupo da Faculdade de Ciências, por Decreto de 1 de novembro de 1913 (*Diário do Govêrno*, n.º 270, de 18 de novembro). Posse em 20 de novembro.

B.^{el} Felismino Ribeiro Gomes, nomeado 1.º assistente provisório da 2.ª secção do 2.º grupo da Faculdade de Ciências, por Decreto de 1 de novembro de 1913 (*Diário do Govêrno*, n.º 270, de 18 de novembro). Posse em 20 de novembro.

Biblioteca da Universidade

Dr. José Ferreira Marnoco e Sousa, professor ordinário da Faculdade de Direito, nomeado Director da Biblioteca da Universidade, por Decreto de 20 de setembro de 1913 (*Diário do Govêrno*, n.º 235, de 8 de outubro). Posse em 17 de outubro.

Observatório Astronómico

B.^{el} José Custódio de Moraes, nomeado 3.º astrónomo interino do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, por Decreto de 10 de maio de 1913 (*Diário do Govêrno*, n.º 123, de 28 de maio). Posse em 21 de maio.

Deixou de desempenhar êste lugar desde o dia 15 de dezembro de 1913, por ter sido atingido pela lei de 14 de junho do mesmo ano.

Arquivo e Museu de Arte

B.^{el} Bernardo Joaquim Cardoso Botelho, Secretário do Museu de Arte, falleceu em Coimbra, em 23 de setembro de 1913.

Gerais

Cláudio Simões da Costa, nomeado contínuo dos Gerais da Universidade de Coimbra, por Decreto de 23 de agosto de 1913 (*Diário do Govêrno*, n.º 217, de 16 de setembro). Posse em 20 de setembro.

Joaquim de Campos Calhau Junior, nomeado contínuo dos Gerais da Universidade de Coimbra, por Decreto de 15 de novembro de 1913 (*Diário do Govêrno*, n.º 273, de 12 de novembro). Posse em 22 de novembro.

Comissão de redacção

QUE DIRIGIU A PUBLICAÇÃO DÊSTE VOLUME

PRESIDENTE

Prof. Joaquim Mendes dos Remédios

VOGAIS

DA FAC. DE LETRAS.	{ Prof. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, <i>1.º secretário</i>
	{ Prof. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos
DA FAC. DE DIREITO.	{ Prof. José Ferreira Marnóco e Sousa
	{ Prof. Álvaro da Costa Machado Vilela, <i>2.º secretário</i>
DA FAC. DE MEDICINA.	{ Prof. João Serras e Silva
	{ Prof. Álvaro de Almeida Matos
DA FAC. DE CIÊNCIAS.	{ Prof. Júlio Augusto Henriques, <i>vice-presidente</i>
	{ Prof. Francisco Miranda da Costa Lobo
	{ Prof. Álvaro José da Silva Basto
DA ESC. DE FARMÁCIA.	{ Prof. Manuel José Fernandes Costa
	{ Prof. José Cipriano Rodrigues Denis.

Journal of the

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

Índice alfabético dos assuntos

	Pág.
Aglutinabilidade das bactérias (Sôbre a), pelo Assistente NOGUEIRA LOBO . . .	67
Anatomia (A) em Coimbra no século xvi, pelo Assistente TEIXEIRA DE CARVALHO:	
— I. Alonso Rodriguez de Guevara	540
— Notas e documentos	553
Astronomia (A) dos Lusíadas, pelo Prof. LUCIANO PEREIRA DA SILVA:	
— I. Camões apreciado por Alexandre de Humboldt	127
— II. O tratado da Sphera de Pedro Nunes	130
— III O triplo movimento da oitava esfera	141
— IV. As estrêlas	151
— V. A esfera	293
— VI. A grande máquina do mundo	301
— VII. O zodiaco	473
Brás Garcia de Mascarenhas — Estudo de investigação histórica, pelo Prof. ANTÓNIO DE VASCONCELOS (Continuação do vol. 1):	
— V. O poeta-fidalgo de Avô (<i>Continuação</i>).	160
— VI. Capitão e governador	328
Documentos.	217 e 393
Catálogo descritivo e iconográfico do Museu de Anatomia Patológica da Fac. de Medicina de Coimbra, pelos Assistentes MARQUES DOS SANTOS e ALBERTO PESSOA (Continuação do vol. 1):	
== Livro segundo: — Lesões da pele e do tecido celular.	424
— I. Lesões inflamatórias	»
— II. Tumores	425
== Livro terceiro: — Lesões complexas dos membros.	431
— I. Anomalias	432
— II. Lesões traumáticas.	»
— III. Gangrenas	434
== Livro quarto: — Lesões do aparelho circulatório	435
— I. Lesões do pericárdio	»
— II. Lesões próprias do coração	438
— III. Lesões do endocárdio	441
— IV. Lesões das artérias	443
— V. Lesões das veias	450

	Pag.
Diatomáceas da Guarda — Materiais para o estudo das diatomáceas portuguesas, pelo Assistente FAUSTO LOPO DE CARVALHO (Continuação do vol. 1).	91
Dionísio Daza Chacon — Apontamentos para a sua biografia, pelo Prof. MAXIMIANO LEMOS	5
Documento precioso (Um) — (Continuação do volume 1), pelo Prof. ANTÓNIO DE VASCONCELOS	254
Estabelecimento primitivo da Universidade em Coimbra, pelo Prof. ANTÓNIO DE VASCONCELOS	604
Francisco Rodrigues Lobo — Ensaio biográfico e crítico, pelo Prof. RICARDO JORGE:	
— I. A morte e a vida	565
Galiza (A) e as províncias portuguesas do Minho e Tras-os-Montes — Contribuição para o estudo das relações antropológicas entre Portugal e Espanha, pelo Prof. A. AURÉLIO DA COSTA FERREIRA	86
Miscelânea:	
— Bibliografia:	
<i>François Suárez d'après ses lettres, ses autres écrits inédits, et un grand nombre de documents nouveaux, par le P. RAOUL DE SCORRAILLE.</i> — Paris, P. Lethielleux. — 2 vols. in-4.º	671
— Correspondência:	
Convites dirigidos à Universidade de Coimbra: — pela Comissão da <i>Union des Associations internationales</i> para se fazer representar no 2.º Congresso mundial das Associações; — pela Comissão executiva do 12.º <i>Congresso geológico internacional do Canadá</i> , para representação; — pela Comissão internacional do <i>Congresso de Lausanne</i> , para enviar representante	261
Participação de que se organizara em Londres uma comissão, incumbida de comemorar o grande cirurgião Lister	"
— Lutuosa:	
Prof. Dr. Carlos Joaquim Tavares	261
Prof. Dr. João Jacinto da Silva Correia	469
— Vária:	
A teoria matemática dos «Seguros» nas Universidades alemãs	259
Arquivo da Universidade de Coimbra	472
Movimento do pessoal universitário desde 1 de janeiro a 27 de março de 1913.	261
Movimento do mesmo desde 1 de abril a 8 de setembro	470
Movimento do mesmo desde 9 de setembro a 31 de dezembro	675
Observações (Algumas) a uma edição comentada dos Lusíadas, pelo Prof. JOSÉ MARIA RODRIGUES	263 e 510

	Pág.
Pedro Nunes (Os dois doutores), pelo Prof. LUCIANO PEREIRA DA SILVA.	246 e 532
Prognatismo (O) dos portugueses, pelo Assistente FELISMINO RIBEIRO GOMES:	
— I. Breves considerações sobre os métodos propostos para a avaliação do prognatismo	451
— II. O ângulo facial de Francfort	637
— III. Valores médios e variabilidades do ângulo facial de Francfort .	639
— IV. Correlação e regressão	646
— Conclusões	656
— Apêndices	657
— Quadros	660
Propriedade (Sobre uma) das curvas cicloidais, pelo Prof. F. GOMES TEIXEIRA	323
Psicologia e Pedologia -- Uma missão de estudo no estrangeiro, pelo Prof. ALVES DOS SANTOS	41
Rotura longitudinal da faxa intercalar -- Nota original pelo Assistente MARQUES DOS SANTOS	235
Santa Isabel e a Poesia -- Subsídios para a formação dum seu Cancioneiro, por SOUSA VITERBO	237

Índice alfabético dos autores

	Pág.
ALBERTO PESSOA (Dr.) vid. MARQUES DOS SANTOS e A. P.	
ALVES DOS SANTOS (Dr. A. J.)	
<i>Psicologia e Pedologia</i>	41
ANTÓNIO G. R. DE VASCONCELOS (Dr.)	
<i>Brás Garcia de Mascarenhas</i>	160 e 328
<i>Um documento precioso</i>	254
<i>Estabelecimento primitivo da Universidade em Coimbra</i>	604
AURÉLIO DA COSTA FERREIRA (Dr. A.)	
<i>A Galtza e as províncias portuguezas do Minho e Trás-os-Montes</i>	86
FAUSTO LOPO DE CARVALHO (B. ^{el})	
<i>Diatomáceas da Guarda</i>	91
FELISMINO RIBEIRO GOMES (B. ^{el})	
<i>O prognatismo dos portuguezes</i>	451 e 637
GOMES TEIXEIRA (Dr. F.)	
<i>Sôbre uma propriedade das curvas cicloidais</i>	323
JOSÉ MARIA RODRIGUES (Dr.)	
<i>Algumas observações a uma edição comentada dos Lusíadas</i>	263 e 510
LUCIANO PEREIRA DA SILVA (Dr.)	
<i>A astronomia dos Lusíadas</i>	127, 293 e 473
<i>Os dois doutores Pedro Nunes</i>	246 e 532
MARQUES DOS SANTOS (Dr.)	
<i>Rotura longitudinal da faxa intercalar</i>	235
MARQUES DOS SANTOS (Dr.) e ALBERTO PESSOA (Dr.)	
<i>Catálogo do Museu de Anatomia Patológica</i>	424
MAXIMIANO DE LEMOS (Dr.)	
<i>Dionízio Daça Chacon</i>	5
NOGUEIRA LOBO (Dr.)	
<i>Sôbre a aglutinabilidade das bactérias</i>	67
RICARDO JORGE (Dr.)	
<i>Francisco Rodrigues Lobo</i>	565
SOUSA VITERBO	
<i>Santa Isabel e a Poesia</i>	237
TEIXEIRA DE CARVALHO (Dr. J. M.)	
<i>A anatomia em Coimbra no século xvi</i>	540

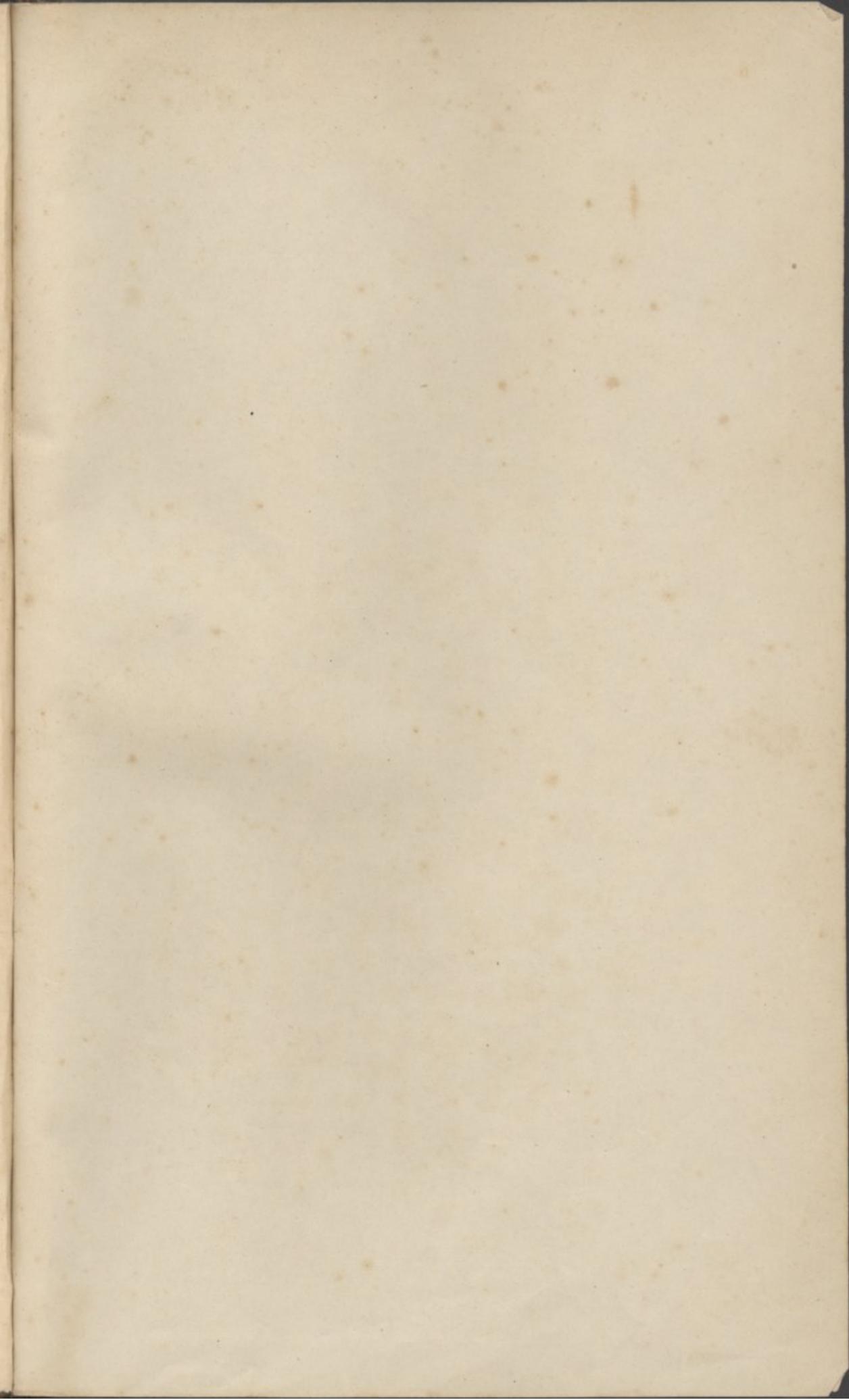
Índice das estampas de página

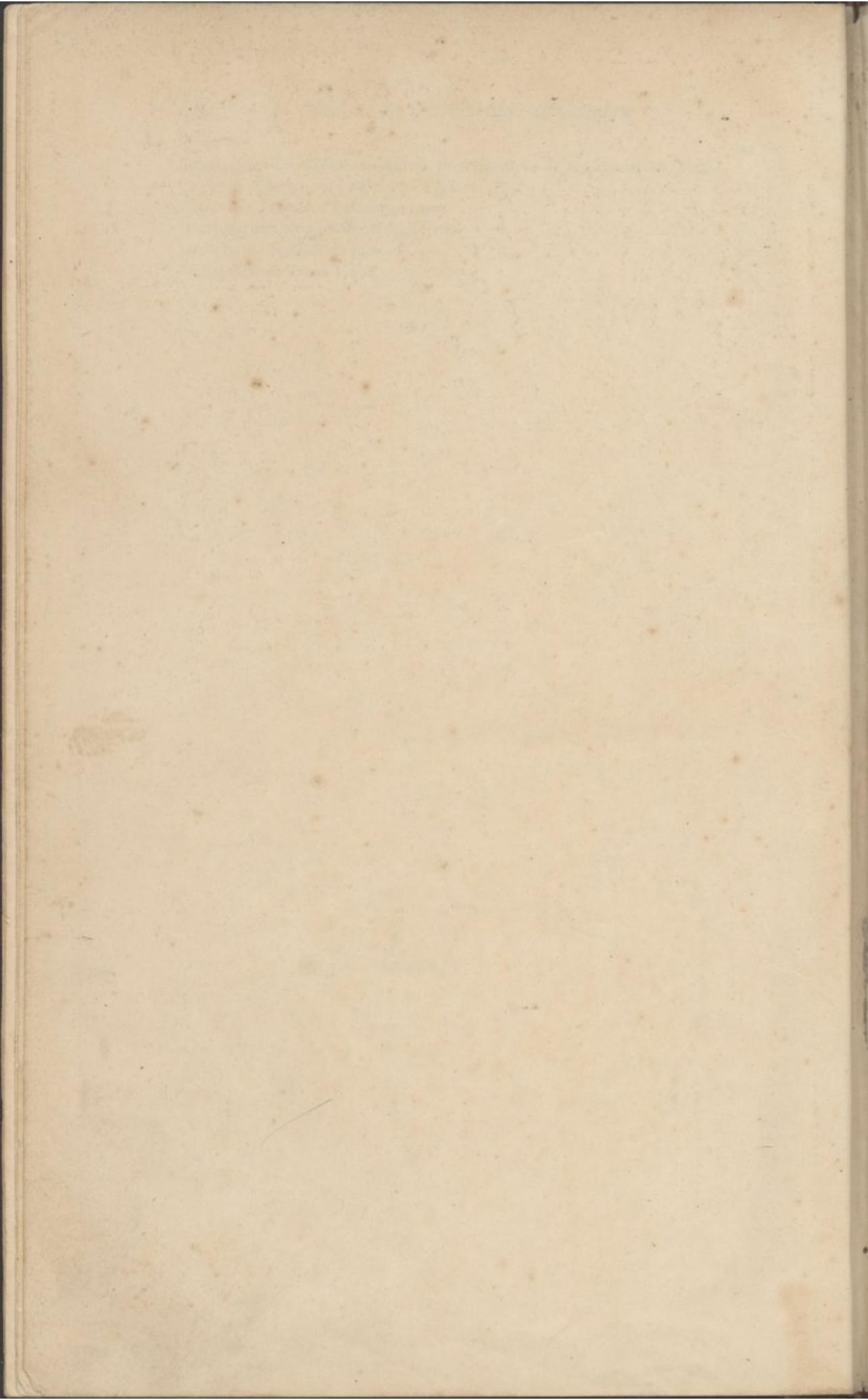
	Pág.
Retrato de DIONÍSIO DAZA CHACON	34
Frontispício do <i>Tratado da sphaera</i> (reduzido).	130
Uma página do mesmo livro, em que principia a <i>Theorica do sol</i> (reduzida) .	135
Fragmento de outra página, sem redução	137
Página final da <i>Sphaera Mundi</i>	145
Largo da Bobadela com o seu arco romano e pelourinho manuelino	175
Vila de Avô — Lago e entrada do Alva	187
Vila de Avô — Lago e entrada do Moura	188
Presbitério de Travanca	211
Sêlo equestre de D. Afonso III.	254
Fotografia directa do sêlo de autoridade de D. Afonso III	256
Spera Platónica.	298
Spera Theológica Christiana & diuina.	299
A máquina do Mundo	308
A sétima esfera.	316
Carta dos governadores do reino ao reitor da Universidade participando a aclamação do duque de Bragança	338
Mapa compreendendo as bacias do Vouga, Mondego e Zêzere	339
Retrato de D. João IV	340
Primeira carta de D. João IV ao reitor da Universidade	342
Mapa da fronteira portuguesa e espanhola entre Douro e Tejo.	346
Castelo do Sabugal.	355
Planta da fortaleza de Alfaiates	357
A torre quinária do castelo do Sabugal	391
Gravuras do Catálogo descritivo e iconográfico do Museu de Anatomia Pato- lógica da Faculdade de Medicina de Coimbra :	
— Estampa XVII (fig. 54-56)	424
— Estampa XVIII (fig. 57-59).	426
— Estampa XIX (fig. 60-62)	428
— Estampa XX (fig. 63-65)	430
— Estampa XXI (fig. 66-68)	432
— Estampa XXII (fig. 69-70).	434
— Estampa XXIII (fig. 71-72)	436
— Estampa XXIV (fig. 73-74)	438
— Estampa XXV (fig. 75)	440
— Estampa XXVI (fig. 76-77)	446
— Estampa XXVII (fig. 78-79)	448
Uma acta do conselho da Faculdade de Medicina em 1556	534

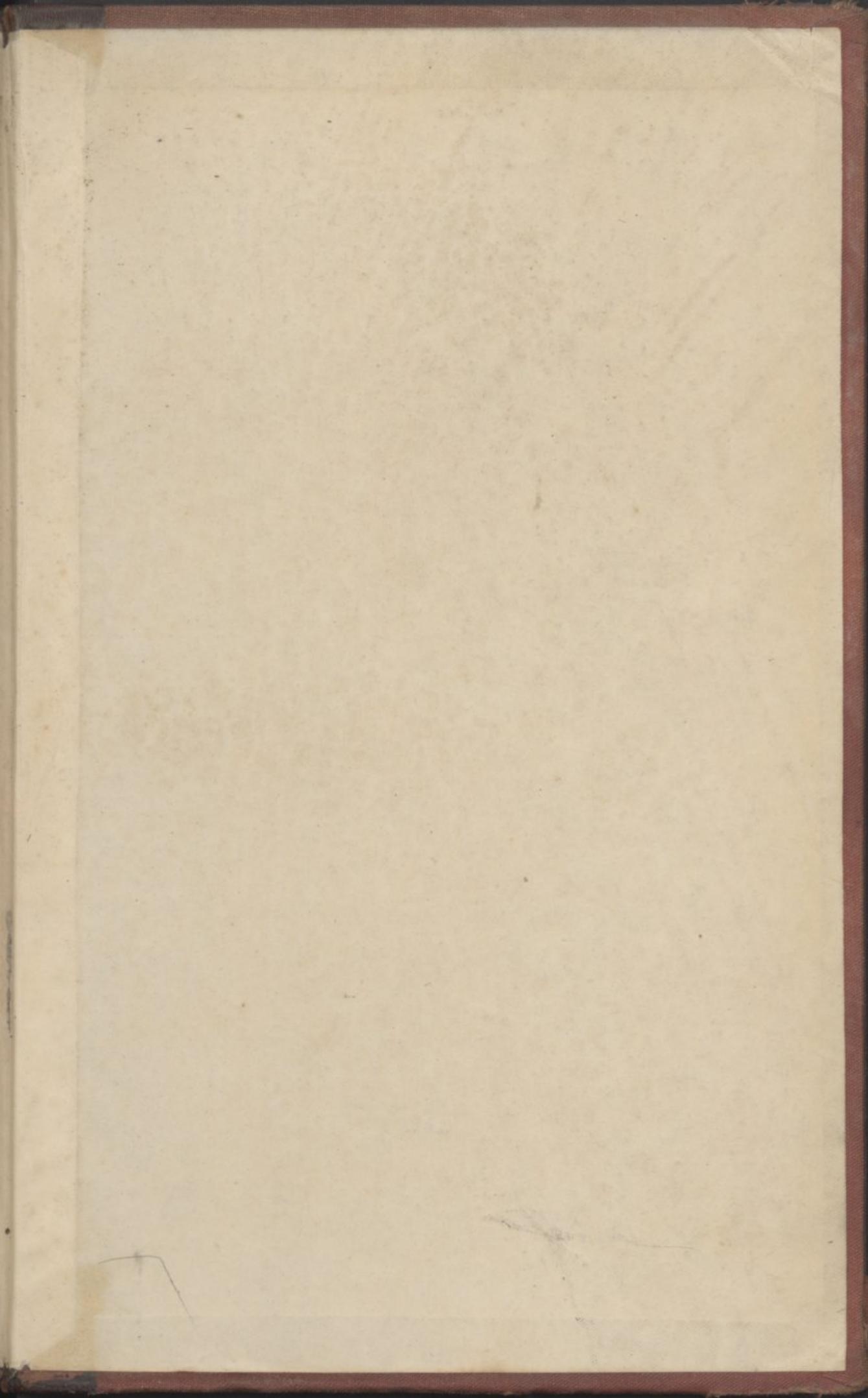
	Pág
Frontispício das <i>Tabule directionū perfectionūque</i> de Regiomontano, exemplar que pertenceu ao Dr. Pedro Nunes	538
Retrato de Francisco Rodrigues Lobo.	565
O castelo de Leiria, desenho de Korrodi.	581
Idem, outro desenho do mesmo	582
Página final do <i>Livro Verde</i>	609

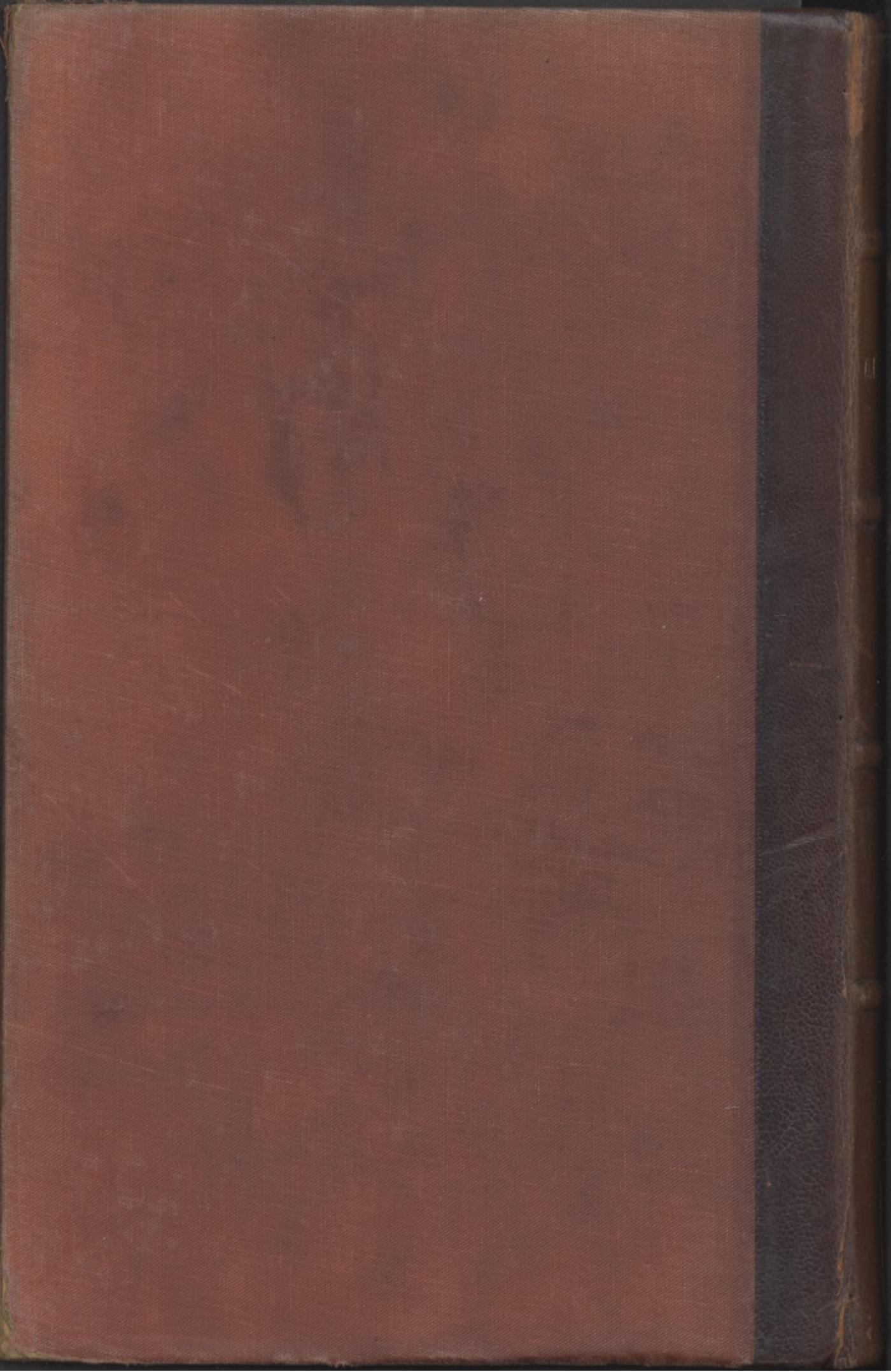
(copia, l. 100)

2









REVISTA
DA UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2

A
29
36